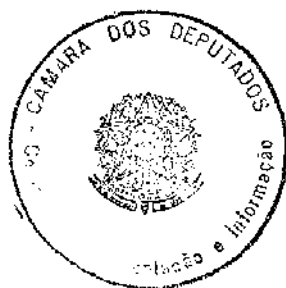


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COLEÇÃO DAS LEIS
DE 1987 — VOLUME II
ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETOS DE JANEIRO A MARÇO

FICHA CATALOGRÁFICA

341.251S
B823

Brasil. Poder Executivo.

Coleções das leis; atos legislativos do Poder
Executivo. Brasília, DIN, 1987.

v. trimestral.
450 p.

1. Leis -- Coleções. I. Título.

ÍNDICE DOS ATOS **DO PODER EXECUTIVO**

I — DECRETOS

PAG.

PAG.

93.891 — Decreto de 5 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Bom Pastor», situado em parte dos Municípios de Carutapera, Luís Domingues, Godofredo Viana e Cândido Mendes, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6 de janeiro e retificado no D.O. de 7 de janeiro de 1987

1

93.892 — Decreto de 6 de janeiro de 1987 — Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo de Praças da Armada, aprovado pelo Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982. Publicado no D.O. de 7 de janeiro de 1987

3

93.893 — Decreto de 6 de janeiro de 1987 — Altera, transitoriamente, a atribuição para fixar e reajustar anuidades, taxas e outras contribuições escolares, previstas no Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969. Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1987

4

93.894 — Decreto de 7 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação,

áreas de terra necessárias à implantação da subestação de São José, de Furnas-Centrals Elétricas S.A., no Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1987

4

93.895 — Decreto de 7 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Tom-bador» ou Serragem», situado no Município de Nobres, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1987

6

93.896 — Decreto de 7 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Montecchi», situado nos Municípios de Salto do Céu e Rio Branco, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8 de janeiro de 1987

8

93.897 — Decreto de 8 de janeiro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Emissora de Educa-

	PAG.		PAG.
ção Rural Santarém Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santarém, Estado do Pará. Publicado no D.O. de 9 de janeiro de 1987	11	veis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	19
93.898 — Decreto de 8 de janeiro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 9 de janeiro de 1987 ...	12	93.904 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação do Centro de Operação de Sistema, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, no Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	20
93.899 — Decreto de 8 de janeiro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Marília, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 9 de janeiro de 1987	13	93.905 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense de Santa Fé do Sul. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	22
93.900 — Decreto de 8 de janeiro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Emissora a Voz de Catanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 9 de janeiro de 1987	13	93.906 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Autoriza o funcionamento da modalidade Bacharelado, do curso de Ciências Sociais da Fundação Educacional de Divinópolis. Publicado no D.O. de 12 de janeiro e retificado no D.O. de 25 de fevereiro de 1987	22
93.901 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre o estabelecimento de medidas e procedimentos, relativos ao racionamento de energia elétrica. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	14	93.907 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Concede autorização à empresa TOTAL BRÉSIL para operar na Plataforma Submarina do Brasil, nas Águas Interiores e nas Águas do Mar Territorial fixado pelo Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, a serviço da Petroleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	23
93.902 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre a locação pela Administração Federal, em caráter excepcional e nos casos que especifica, de imóveis residenciais no Distrito Federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	16	93.908 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Altera dispositivos do Decreto nº 81.659, de 15 de maio de 1978. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	24
93.903 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Santa Rita», situado no Município de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.692, de 19 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imó-		93.909 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Altera dispositivos do Decreto nº 62.360, de 18 de junho de 1968, que estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha. Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987	25
		93.910 — Decreto de 9 de janeiro de 1987 — Altera dispositivos do Decreto nº 84.324, de 19 de dezembro	

PAG.

PAG.

- de 1979, que institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). Publicado no D.O. de 12 de janeiro de 1987 26
- 93.911 — Decreto de 12 de janeiro de 1987 - Regulamenta a fixação e o reajustamento de encargos educacionais e a composição das Comissões de Encargos Educacionais de que trata o Decreto-lei nº 532, de 16-4-1969. Publicado no D.O. de 13 de janeiro de 1987 27
- 93.912 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Seringal Remanso», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Xapuri e Rio Branco, no Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 31
- 93.913 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Serrote», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Caridade, Canindé, Aratuba e Mulungu, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 33
- 93.914 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Roque», situado no Município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 36
- 93.915 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 - Fixa as promoções, referentes ao ano-base de 1986, a serem observadas para promoção obrigatória de Oficiais das Armas, Quadros e Serviços do Exército. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 37
- 93.916 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, situados nos Municípios de Carnaubais e Alto do Rodrigues, no Estado do Rio Grande do Norte, necessários à construção do Gasoduto Estreito «B»/Serraria e Variante, e de Ramal do Oleoduto Estreito/Guamaré. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 38
- 93.917 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 Declara de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, situados nos Municípios de Jaboatão e Igarassu, no Estado de Pernambuco, necessários à construção de acessos às áreas das Estações Redutoras de pressão do Gasoduto do Nordeste, naquela região. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 40
- 93.918 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pelo Decreto n.º 92.754, de 5 de junho de 1986, para realizar estudos relativos à implementação de Estação Ecológica na área onde se localiza a Central Nuclear de Angra dos Reis, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987 43
- 93.919 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Reabre a Encargos Gerais

	PAG.		PAG.
da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.877, de 23 de dezembro de 1986. Publicado no D.O. de 14 de janeiro e retificado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	43	93.921 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Projeto 4045» classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Alcobaça, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	50
93.920 — Decreto de 13 de janeiro de 1987 — Prorroga os prazos de vigência dos arts. 1º e 3º do Decreto nº 91.403, de 5-7-85, que dispõe sobre a proibição de ingresso de pessoal na Administração Direta, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14 de janeiro de 1987	44	93.925 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, em São Paulo-SP. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	51
93.921 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Altera a redação do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, que extingue órgãos do Ministério da Educação e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	44	93.926 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de História da Faculdade Integrada do Noroeste de Minas. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	52
93.922 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Córrego Varejão», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itaipópolis, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	45	93.927 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	53
93.923 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Sapucaia», situado no Município de Santa Luzia, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	47	93.928 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Altera o Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos EDUCAR. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	53
		93.929 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Fixa, no Ministério da Aeronáutica, os mínimos de vagas para promoção obrigatória, referentes ao ano base de 1986, nos diversos Quadros do Corpo de Oficiais de Ativa. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	54
		93.930 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Fixa os Efetivos de Oficiais da Marinha para 1987. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987 ..	56
		93.931 — Decreto de 14 de janeiro de 1987 — Fixa, no Ministério da Ma-	

PÁG.	PÁG.
rinha, os mínimos de vagas para promoção obrigatória, referentes ao ano base 1986, nos diversos Corpos e Quadros de Oficiais da Marinha. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	58
93.932 - Decreto de 14 de janeiro de 1987 - Fixa os Efetivos dos Quadros Complementares de Oficiais da Marinha. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	60
93.933 - Decreto de 14 de janeiro de 1987 - Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15 de janeiro de 1987	62
93.934 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Suprime empregos e cria funções de confiança no Quadro Permanente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS. Publicado no D.O. de 16 de janeiro e retificado no D.O. de 19 de janeiro de 1987	64
93.935 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Promulga a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos. Publicado no D.O. de 16 de janeiro e o artigo IX da Convenção foi republicado no D.O. de 19 de janeiro de 1987.	72
93.936 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Barro Alto e Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade», integrantes da antiga Fazenda Santo Inácio, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de janeiro de 1987	88
93.937 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imó-	vel rural denominado «Fazenda Ressaca», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de janeiro de 1987
93.938 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, objetivando a reforma agrária, o imóvel rural denominado «ARARAS», no Município de Marabá, Estado do Pará, compreendido na área prioritária de que trata o Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de janeiro e republicado no D.O. de 9 de fevereiro de 1987.	91
93.939 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Altera a tabela para retenção do imposto de renda na fonte e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de janeiro de 1987 ..	93
93.940 - Decreto de 15 de janeiro de 1987 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Santa Cruz das Palmeiras, da CESP - Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 16 de janeiro de 1987 ..	95
93.941 - Decreto de 16 de janeiro de 1987 - Promulga o Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Publicado no D.O. de 19 de janeiro e republicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1987	96
93.942 - Decreto de 16 de janeiro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Áreas Remanescentes da Fazenda Campos Novos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cabo Frio,	97

	PAG.		PAG.
no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1987	98	(DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Baixo Acaraú», nos Municípios de Marco, Bela Cruz e Acaraú, Estado do Ceará, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	109
93.943 — Decreto de 16 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Baixa da Quixaba», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1987	100	93.949 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Três Irmãos, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	111
93.944 — Decreto de 16 de janeiro de 1987 — Cria, por transformação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho de Ciência e Tecnologia-CCT e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1987	101	93.950 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Jarinu, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	113
93.945 — Decreto de 16 de janeiro de 1987 — Aprova o Regulamento do Conselho de Ciência e Tecnologia-CCT, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Publicado no D.O. de 19 de janeiro de 1987	103	93.951 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Autoriza alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Universidade Federal do Pará, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro e retificado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987	114
93.946 — Decreto de 20 de janeiro de 1987 — Autoriza a BNDES Participações S.A. — BNDESPAR a proceder ao aumento de seu Capital Social. Publicado no D.O. de 21 de janeiro de 1987	108	93.962 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre a criação de empregos na Tabela Permanente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro e retificado no D.O. de 24 de março de 1987	116
93.947 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Outorga à Destilaria Lago Azul S.A. — DELASA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do ribeirão Castelhamo, na divisa dos Municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	108	93.953 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Altera a denominação e a subordinação da Secretaria de Imprensa e Divulgação - SID, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro e retificado no D.O. de 23 de janeiro de 1987 ..	123
93.948 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		93.954 — Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Institui, no Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Fede-	

PAG.		PAG.
	ral — SECAF. Publicado no D.O. de 22 de janeiro e retificado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	129
93.955	— Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores da Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República, na forma que especifica, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro e retificado no D.O. de 23 de janeiro de 1987 . .	131
93.956	— Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Reduz alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	134
93.957	— Decreto de 21 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre o regime jurídico da aprovação de projetos de florestamento para fins de aplicação dos recursos dos Fundos de Investimento de que trata o Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22 de janeiro de 1987	134
93.958	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Roque, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	135
93.959	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Salto, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro e retificado no D.O. de 20 de fevereiro de 1987 . .	137
93.960	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Guaratinguetá, na Estrada Municipal, Bairro do Rio Acima, no lugar denominado «Fazenda Pedrinhas», Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	139
93.961	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Central Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987 . .	141
93.962	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Promulga o Acordo relativo à Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	142
93.963	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município de Aguas de Lindóia, Comarca de Serra Negra, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	143
93.964	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Altera os artigos 4º e 13 do Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981 e revoga o artigo 3º do Decreto nº 91.403, de 5 de julho de 1985. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	144
93.965	— Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Tabajara de São Benedito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na ci-	

	PAG.		PAG.
dade de São Benedito, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	145	nistrativa e financeira limitada e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1987 ..	152
93.966 — Decreto de 22 de janeiro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Educadora de Arcos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 23 de janeiro de 1987	146	93.973 — Decreto de 26 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Logradouro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Taipu, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1987	153
93.967 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas para o primeiro semestre de 1987 e determina que as Instruções para aplicação da referida Tabela sejam baixadas pelo Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1987	147	93.974 — Decreto de 26 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Pedra da Jurema, Santa Maria, Desterro, Santa Rita dos Impossíveis, Olgalinda e Poços», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e minifúndio, situados no Município de Monte Santo, no Estado da Bahia, e compreendidos na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1987	154
93.968 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Restabelece o Conselho Nacional de Serviço Social e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de janeiro e retificado no de 27 de janeiro de 1987	147	93.975 — Decreto de 26 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda California II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de janeiro de 1987	156
93.969 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre readaptação e inclusão de servidores no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de janeiro e retificado no D.O. de 11 de fevereiro de 1987	148	93.976 — Decreto de 27 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Suíça», classificado no Cadastro	
93.970 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Cria a Embaixada do Brasil na República de Seychelles. Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1987	151		
93.971 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre a incorporação à União, de estabelecimento de ensino e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de janeiro de 1987	151		
93.972 — Decreto de 23 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC), sua autonomia admi-			

PAG.		PAG.	
	de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1987 ..		compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29 de janeiro de 1987
157	93.977 — Decreto de 27 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Recreio», situado no Município de Salgadinho, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 9 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1987	164	93.981 — Decreto de 28 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Miritipitanga», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tomé-Açu e São Domingos do Capim, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29 de janeiro de 1987
159	93.978 — Decreto de 27 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Almas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1987	165	93.982 — Decreto de 28 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lotes nºs 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175 e 176» classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situados no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29 de janeiro de 1987
161	93.979 — Decreto de 27 de janeiro de 1987 — Reabre à Justiça Federal de 1ª Instância, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.890, de 30 de dezembro de 1986. Publicado no D.O. de 28 de janeiro de 1987	167	93.983 — Decreto de 28 de janeiro de 1987 — Dispõe sobre a recondução dos representantes da iniciativa privada na Comissão de Política Aduaneira. Publicado no D.O. de 29 de janeiro de 1987
163	93.980 — Decreto de 28 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba São José/Morro Alto», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão,	168	93.984 — Decreto de 29 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Maragatos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária,

	PAG.		PAG.
para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de janeiro de 1987	169	prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1987	177
93.985 — Decreto de 29 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São Luiz», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de janeiro de 1987	170	93.989 — Decreto de 30 de janeiro de 1987 — Regulamenta o Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre a instituição, em benefício do trabalhador, de Planos de Poupança e Investimento — PAIT, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1987	179
93.986 — Decreto de 29 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lotes 13, 15 e 21 (parte), 22 e 33», compreendidos na Fazenda Mamoneiras, classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situados no Município de Fazenda Nova, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30 de janeiro de 1987	172	93.990 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Aprova o Regulamento para a Ordem do Mérito Naval. Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1987	191
93.987 — Decreto de 30 de janeiro de 1987 — Delega competência ao Ministro de Estado das Minas e Energia e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica para a prática dos atos que indica. Publicado no D.O. de 2 de fevereiro de 1987	176	93.991 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Aprova o Regulamento para a concessão da Medalha «Mérito Tamandaré». Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1987	201
93.988 — Decreto de 30 de janeiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio Jabuti», constituído pelas Glebas 8, 9 e 11, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como «latifúndio por exploração», situado no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, compreendido na zona		93.992 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à ampliação da subestação de Santa Maria da Vitória, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, no Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1987	202
		93.993 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Catu, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1987	204
		93.994 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 3 de fevereiro de 1987	205
		93.995 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a criação de emprego na Tabela Permanente do	

	PÁG.		PÁG.
Ministério do Exército, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de fevereiro de 1987	206	de obra pública, para construção, conservação e exploração de rodovias e obras rodoviárias federais, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de fevereiro de 1987 ..	215
93.996 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Classifica a Comissão de Cartografia — COCAR, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de fevereiro de 1987	209	94.003 — Decreto de 4 de fevereiro de 1987 — Inclui a Máquinas Piratinha do Nordeste S.A. no Programa de Privatização. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de fevereiro e retificado no <i>D.O.</i> de 6 de fevereiro de 1987 ..	217
93.997 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Dobrada da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de fevereiro de 1987	209	94.004 — Decreto de 5 de fevereiro de 1987 — Outorga concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 6 de fevereiro de 1987	218
93.998 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de fevereiro de 1987	211	94.005 — Decreto de 5 de fevereiro de 1987 — Altera a redação do item II do art. 12 do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 25 de junho de 1985, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 6 de fevereiro de 1987	219
93.999 — Decreto de 2 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3 de fevereiro de 1987	212	94.006 — Decreto de 9 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre o pagamento de servidor redistribuído em decorrência da reforma administrativa federal. Publicado no <i>D.O.</i> de 10 de fevereiro de 1987	219
94.000 — Decreto de 3 de fevereiro de 1987 — Autoriza a Universidade Federal do Ceará a permutar bem imóvel de sua propriedade e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 4 de fevereiro de 1987	213	94.007 — Decreto de 9 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre o pagamento de despesas no Exterior. Publicado no <i>D.O.</i> de 10 de fevereiro de 1987	220
94.001 — Decreto de 4 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 5 de fevereiro de 1987	214	94.008 — Decreto de 9 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação de rádio UHF-Multicanal de Morro dos Cabelos Brancos, da ELETROPAULO — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 10 de fevereiro de 1987 ...	221
94.002 — Decreto de 4 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a concessão		94.009 — Decreto de 9 de fevereiro de 1987 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 10 de fevereiro de 1987	222

	PAG.		PAG.
94.010 — Decreto de 10 de fevereiro de 1987 — Promulga Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial. Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1987	223	94.017 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7) e o seu Primeiro Protocolo Adicional. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	234
94.011 — Decreto de 10 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na cidade de Sobral, Estado do Ceará, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1987	224	94.018 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Autoriza o aumento de capital da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — BRASAGRO. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	234
94.012 — Decreto de 10 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, áreas de terra abrangidas pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — (PROINE), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11 de fevereiro de 1987	225	94.019 — Decreto de 12 de fevereiro de 1987 — Outorga concessão à TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 13 de fevereiro de 1987	235
94.013 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Homologa a demarcação administrativa da Arca Indígena Menkü, no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	228	94.020 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Cum-bique», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada no Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987	236
94.014 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Merure, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	229	94.021 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Autoriza o aumento do capital social do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987 ...	238
94.015 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Declara de ocupação dos indígenas área de terras que mencionam, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	232	94.022 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Autoriza o aumento do capital social da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. — AGEF. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987	238
94.016 — Decreto de 11 de fevereiro de 1987 — Autoriza o funcionamento da Universidade Regional do Cariri. Publicado no D.O. de 12 de fevereiro de 1987	233	94.023 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências e Humanidades	

PAG.	PAG.
dades de Pato Branco, Paraná. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987 239	outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 ... 247
94.024 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Autoriza o aumento do Capital Social das Empresas que menciona. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987 240	94.030 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de Santos, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 249
94.025 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Fixa, para o exercício de 1987, o limite global de importações através da Zona Franca de Manaus e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987 241	94.031 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a inclusão da Indústria Aeronáutica Neiva S.A. no Programa de Privatização. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 250
94.026 — Decreto de 13 de fevereiro de 1987 — Concede a Aços Finos Piratini S.A. (Grupo Siderbrás) autorização para proceder ao aumento de seu capital social. Publicado no D.O. de 16 de fevereiro de 1987 ... 242	94.032 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cavaco», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.822, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 251
94.027 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra no município de Jequitinhonha, necessária à implantação do Programa de Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha — PADVALE, desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 243	94.033 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Subiguaba» e «Córrego do Roncador», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Amontada, no Estado do Ceará, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 ... 253
94.028 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurgueia», no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste PROINE, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987 246	94.034 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Lagoa Verde», classificado no Ca-
94.029 — Decreto de 16 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Itatiba, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Central Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá	

	PAG.		PAG.
<p>castro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de fevereiro de 1987</p>		<p>Educação, em favor de Entidades Supervisionadas pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.889, de 30 de dezembro de 1986. Publicado no D.O. de 19 de fevereiro e retificado no D.O. de 20 de fevereiro de 1987</p>	261
<p>94.035 — Decreto de 17 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Gleba Boqueirão-II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canarana, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1987</p>	254	<p>94.039 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.150.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 19 de fevereiro de 1987</p>	261
<p>94.036 — Decreto de 17 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio da Areia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Teixeira Soares, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1987</p>	256	<p>94.040 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a criação da Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de fevereiro e retificado no D.O. de 20 de fevereiro de 1987</p>	262
<p>94.037 — Decreto de 17 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Irecil», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Araguacema, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de fevereiro de 1987</p>	257	<p>94.041 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Irecil», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Araguacema, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de fevereiro de 1987</p>	283
<p>94.038 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Ariramba», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Irituia, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de fevereiro de 1987 ...</p>	259	<p>94.042 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre reajustes dos contratos em vigor, firmados com a Administração Pública. Publicado no D.O. de 20 de fevereiro de 1987</p>	264
<p>94.038 — Decreto de 18 de fevereiro de 1987 — Reabre ao Ministério da</p>		<p>94.043 — Decreto de 20 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Argentina e Brasil (Acordo nº 1).. Publicado no D.O. de 23 de fevereiro de 1987</p>	266

PÁG.	PÁG.
94.044 — Decreto de 20 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Uruguai (Acordo nº 35). Publicado no D.O. de 23 de fevereiro de 1987	266
94.045 — Decreto de 20 de fevereiro de 1987 — Autoriza o Banco Meridional do Brasil S.A. a proceder ao aumento do capital social. Publicado no D.O. de 23 de fevereiro de 1987	267
94.046 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 75.911, de 26 de junho de 1975, que fixa a lotação dos Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	268
94.047 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Outorga concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tuntum, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	269
94.048 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Gleba Bandeirantes», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de São Félix do Araguaí, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987 ...	270
94.049 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre aumento do capital social da Companhia Eletromecânica CELMA. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro e retificado no D.O. de 25 de fevereiro de 1987	272
94.050 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Retifica dispositivos do De-	
creto nº 89.710, de 28 de maio de 1984. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	272
94.051 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Prorroga o prazo fixado no § 2º do artigo 1º do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, que dispõe sobre a requisição de servidores para a Superintendência Nacional do Abastecimento. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	274
94.052 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Reduz a alíquota do IPI dos produtos que menciona. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	275
94.053 — Decreto de 23 de fevereiro de 1987 — Revoga o artigo 30 do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Publicado no D.O. de 24 de fevereiro de 1987	276
94.054 — Decreto de 24 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 25 de fevereiro de 1987	276
94.055 — Decreto de 24 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 25 de fevereiro e retificado no D.O. de 26 de fevereiro de 1987	280
94.056 — Decreto de 25 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Saint George's, Granada, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de fevereiro de 1987	283
94.057 — Decreto de 25 de fevereiro de 1987 — Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Saint John's, Antígua e Barbuda, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26 de fevereiro de 1987	283
94.058 — Decreto de 25 de fevereiro de 1987 — Cria a Embaixada do Bra-	

	PAG.		PAG.
sil em Mogadiscio, República Democrática da Somália. Publicado no D.O. de 26 de fevereiro de 1987 .	284	tecção do Sistema DACTA. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	292
94.059 — Decreto de 26 de fevereiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Informática de Lins. Publicado no D.O. de 26 de fevereiro de 1987	284	94.065 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Cria a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	294
94.060 — Decreto de 26 de fevereiro de 1987 — Define a atualização «pro rata temporis» e a conversão para cruzados dos saldos das obrigações com cláusulas de reajuste monetário no primeiro dia do trimestre civil, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de fevereiro de 1987	285	94.066 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Cria o Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	295
94.061 — Decreto de 26 de fevereiro de 1987 — Regulamenta o artigo 15 e seguintes da Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, que criou o Conselho Superior de Censura. Publicado no D.O. de 27 de fevereiro de 1987	286	94.067 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Fixa o percentual de não numerados de Capitães-de-Mar-e-Guerra dos diversos Corpos de Carreira da Marinha, definitivamente impossibilitados de acesso ao primeiro posto de Oficial-General. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	296
94.062 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Fixa novo salário-mínimo para todo território nacional. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	289	94.068 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí. Publicado no D.O. de 4 de março de 1987	297
94.063 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Baixo Açu», nos Municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4 de março e retificado no D.O. de 5 de março de 1987	290	94.069 — Decreto de 4 de março de 1987 — Outorga à Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de trechos dos rios Cricou e Amapá Grande, no Território Federal do Amapá. Publicado no D.O. de 5 de março de 1987	297
94.064 — Decreto de 27 de fevereiro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos situados no Município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, destinados à implantação de uma Unidade de De-		94.070 — Decreto de 4 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 entre o Brasil e o Uruguai no setor da indústria fotográfica. Publicado no D.O. de 5 de março de 1987	298
		94.071 — Decreto de 4 de março de 1987 — Autoriza a empresa Cia. Campineira de Alimentos, com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho noturno da mulher maior	

PAG.		PAG.
	de dezoito anos, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 5 de março de 1987	299
94.072	— Decreto de 5 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Alpina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	300
94.073	— Decreto de 5 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio Jardim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tuparetama e Iguaraçu, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	302
94.074	— Decreto de 5 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Canivete», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	304
94.075	— Decreto de 5 de março de 1987 — Dispõe sobre o prazo de isenção do Imposto de Renda para os empreendimentos agrícolas e industriais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	306
94.076	— Decreto de 5 de março de 1987 — Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	307
94.077	— Decreto de 5 de março de 1987 — Altera o valor e a forma de correção dos preços mínimos básicos de que trata o Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	309
94.078	— Decreto de 5 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Padre Humberto. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	311
94.079	— Decreto de 5 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento de habilitação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André. Publicado no D.O. de 6 de março de 1987	311
94.080	— Decreto de 6 de março de 1987 — Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9 de março de 1987	312
94.081	— Decreto de 6 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Ciências Sociais de Americana. Publicado no D.O. de 9 de março de 1987	313
94.082	— Decreto de 6 de março de 1987 — Altera o artigo 1º do Decreto nº 93.247, de 11 de setembro de 1986, que autorizou o funcionamento do curso de Medicina Veterinária. Publicado no D.O. de 9 de março de 1987	314
94.083	— Decreto de 10 de março de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que mencionam. Publicado no D.O. de 11 de março de 1987	314

	PAG.		PAG.
94.084 — Decreto de 10 de março de 1987 — Institui o Programa Nacional de Material Escolar, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11 de março de 1987	316	envolvimento do Amapá — CODEASA. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987	324
94.085 — Decreto de 10 de março de 1987 — Altera a alínea i, item II, do artigo 6º, do Decreto nº 93.630, de 28 de novembro de 1986, que dispõe sobre os representantes do Ministério da Indústria e do Comércio no Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA. Publicado no D.O. de 11 de março de 1987	317	94.092 — Decreto de 13 de março de 1987 — Autoriza o aumento do Capital Social da Companhia de Água e Esgoto do Amapá — CAESA. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987	325
94.086 — Decreto de 10 de março de 1987 — Altera os incisos I e VI do Artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987. Publicado no D.O. de 12 de março de 1987	318	94.093 — Decreto de 13 de março de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor do Petróleo Brasileiro S/A. — PETROBRAS — imóveis constituídos de terras e benfeitorias que menciona. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987 ...	325
94.087 — Decreto de 10 de março de 1987 — Altera os incisos «e» e «f» do Artigo 1º do Decreto nº 92.503, de 26 de março de 1986, que fixa os cargos privativos da Oficial-General do Exército em Tempo de Paz. Publicado no D.O. de 12 de março de 1987	319	94.094 — Decreto de 13 de março de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCs, área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Norte-Tabuleiros de Russas», no Município de Russas, Estado do Ceará, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de março e retificado no de 17 de março de 1987	333
94.088 — Decreto de 11 de março de 1987 — Declara de ocupação dos indígenas Zoró área de terras no Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de março de 1987	320	94.095 — Decreto de 13 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Engenho São José», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.883, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987	334
94.089 — Decreto de 12 de março de 1987 — Fixa o coeficiente de atualização monetária previsto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13 de março de 1987	321	94.096 — Decreto de 13 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», constituído pelas Fazendas Marisa, Sônia e Santa He-	
94.090 — Decreto de 13 de março de 1987 — Regulamenta a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança em favor de ex-Presidente da República, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987	323		
94.091 — Decreto de 13 de março de 1987 — Autoriza o aumento do Capital Social da Companhia de De-			

PAG.		PAG.
	lena, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Natividade, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16 de março de 1987	336
94.097 —	Decreto de 16 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Malhada do Riachão e Cajueiro», classificados no cadastro de imóveis rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situados no Município de Igaraci, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de março de 1987	337
94.098 —	Decreto de 16 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Rosário ou Linha Rosário», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Romelândia, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de março e republicado no D.O. de 18 de março de 1987	339
94.099 —	Decreto de 16 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 12, firmado entre o Brasil e o México no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas. Publicado no D.O. de 17 de março e republicado no D.O. de 30 de março de 1987 ...	341
94.100 —	Decreto de 16 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 15, no setor da indústria químico-farmacêutica. Publicado no D.O. de 17 de março e republicado no D.O. de 18 de março de 1987	341
94.101 —	Decreto de 16 de março de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Sul — Moradia Nova», no Município de Morada Nova, Estado do Ceará, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17 de março de 1987	342
94.102 —	Decreto de 17 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 e seus 9º e 10º Protocolos Adicionais entre Brasil e Argentina. Publicado no D.O. de 18 de março de 1987 ...	344
94.103 —	Decreto de 17 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Bugre Morto», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de março de 1987	344
94.104 —	Decreto de 17 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Fio de Ouro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Reserva, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de março de 1987	346

	PAG.		PAG.
94.105 — Decreto de 17 de março de 1987 — Altera o Decreto nº 93.881, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Cinema — CONCINE. Publicado no D.O. de 18 de março de 1987 ...	347	94.110 — Decreto de 18 de março de 1987 — Altera a composição do Conselho Nacional de Seguros Privados e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de março de 1987	355
94.106 — Decreto de 18 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Serrinha — Lote Última Hora», situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de março de 1987	348	94.111 — Decreto de 19 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 20, no setor da indústria de matérias corantes e pigmentos. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987	357
94.107 — Decreto de 18 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Juquiá de Cima — Quinhões 01 e 04», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 19 de março de 1987	350	94.112 — Decreto de 19 de março de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 93.090, de 8 de agosto de 1986. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987	357
94.108 — Decreto de 18 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte de imóvel rural, sem denominação, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por dimensão, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de março de 1987	352	94.113 — Decreto de 19 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária Mercadina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Botaiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987 ...	358
94.109 — Decreto de 18 de março de 1987 — Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX). Publicado no D.O. de 19 de março de 1987	353	94.114 — Decreto de 19 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba dos Orlandos» classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Alto Paraguai, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987	359
		94.115 — Decreto de 19 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Samarco e Chapadão do Rio Quartel», classificado no Ca-	

PAG.	PAG.
<p>castro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situados no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987 361</p> <p>94.116 — Decreto de 19 de março de 1987 — Dispõe sobre a reintegração e inclusão de servidor no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987 363</p> <p>94.117 — Decreto de 19 de março de 1987 — Altera a tabela para retenção do imposto de renda na fonte, prorroga prazo de entrega da declaração de rendimentos da pessoa física e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20 de março de 1987 365</p> <p>94.118 — Decreto de 19 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 19 no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 368</p> <p>94.119 — Decreto de 19 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5 no setor da indústria química entre Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 367</p> <p>94.120 — Decreto de 19 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16 entre Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela no setor da indústria petroquímica. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 367</p> <p>94.121 — Decreto de 20 de março de 1987 — Altera o Regulamento de Promoção de Graduados do Exército e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 368</p> <p>94.122 — Decreto de 20 de março de 1987 — Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Araxá e Tapira, ambos do Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 23 de março e republicado no D.O. de 30 de março de 1987 369</p> <p>94.123 — Decreto de 20 de março de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Urubupungá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 371</p> <p>94.124 — Decreto de 20 de março de 1987 — Outorga concessão à Televisão Capixaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 372</p> <p>94.125 — Decreto de 20 de março de 1987 — Outorga concessão à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 372</p> <p>94.126 — Decreto de 20 de março de 1987 — Outorga concessão à Rádio Guamá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 373</p> <p>94.127 — Decreto de 20 de março de 1987 — Outorga concessão à Progresso do Acre Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 374</p> <p>94.128 — Decreto de 20 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Usina Novo Horizonte», «Fazenda Pedra Rasa/Barão e anexos», «Fazenda Rego D'Água», «Fazenda</p>	

	PAG.		PAG.
Nossa Senhora da Conceição do Imbé e Lagoinha», «Fazenda Aleluia», «Fazenda Cambucá», e «Fazenda São Julião-Batatal», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situados no Município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23 de março de 1987 ...	375	Boa Esperança», situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	385
94.129 — Decreto de 23 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 9, firmado entre o Brasil e o México, no setor da indústria de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	381	94.133 — Decreto de 23 de março de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itupeva da ELETROPAULO — Eletricidade de São Paulo S.A., na Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	387
94.130 — Decreto de 23 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «São Bento» - Fazenda Furnas», situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	382	94.134 — Decreto de 23 de março de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A. — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras, acessos e benfeitorias que menciona. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	388
94.131 — Decreto de 23 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São João», situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	384	94.135 — Decreto de 23 de março de 1987 — Altera a redação do caput do art. 3º do Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987. Publicado no D.O. de 24 de março de 1987	389
94.132 — Decreto de 23 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda		94.136 — Decreto de 24 de março de 1987 — Aprova o Regulamento para os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha. Publicado no D.O. de 25 de março de 1987	390
		94.137 — Decreto de 24 de março de 1987 — Revoga o Decreto nº 75.546, de 1º de abril de 1975. Publicado no D.O. de 25 de março de 1987 ...	393
		94.138 — Decreto de 24 de março de 1987 — Concede autorização ao navio de pesquisa «Marion-Dufresne», de bandeira francesa, para realizar em águas jurisdicionais os serviços que especifica. Publicado no D.O. de 25 de março de 1987 ...	394

PAG.	PAG.
94.139 — Decreto de 24 de março de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 92.853, de 27 de junho de 1986. Publicado no <i>D.O.</i> de 25 de março de 1987	395
94.140 — Decreto de 24 de março de 1987 — Altera o artigo 1º, <i>caput</i> , do Decreto nº 92.248, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Publicado no <i>D.O.</i> de 25 de março de 1987	396
94.141 — Decreto de 25 de março de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S/A, para a Rádio Araguaia Ltda. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de março de 1987 ...	396
94.142 — Decreto de 25 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio Cajueiro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tupareta-ma e Iguaraci, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de março de 1987	397
94.143 — Decreto de 25 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Maranhão. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de março de 1987	399
94.144 — Decreto de 25 de março de 1987 — Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 no setor da indústria fotográfica. Publicado no <i>D.O.</i> de 26 de março de 1987 ...	400
94.145 — Decreto de 26 de março de 1987 — Autoriza a alienação de bem imóvel pertencente ao patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987	400
94.146 — Decreto de 26 de março de 1987 — Transfere a outorga concedida à Rádio Rio das Garças Ltda., para executar serviço de radiodifusão na cidade de Acurau — CE, para a cidade de Itarema — CE. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987	402
94.147 — Decreto de 26 de março de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Pilar de Antonina (Rádio Antoninense), para a Fundação Redentorista de Comunicações Sociais. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987 ...	402
94.148 — Decreto de 26 de março de 1987 — Altera o Decreto nº 89.874, de 28 de junho de 1984, que regulamenta o Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Bens (RTB), e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987	403
94.149 — Decreto de 26 de março de 1987 — Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S.A. a aumentar o seu capital. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987	406
94.150 — Decreto de 26 de março de 1987 — Autoriza o Banco da Amazônia S.A. — BASA a elevar o seu capital social. Publicado no <i>D.O.</i> de 27 de março de 1987	407
94.151 — Decreto de 30 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento da habilitação em Química das Faculdades Metodistas Integradas «Isabela Hendrix». Publicado no <i>D.O.</i> de 31 de março de 1987	407
94.152 — Decreto de 30 de março de 1987 — Regulamenta a Lei nº 7.165, de 14 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação. Publicado no <i>D.O.</i> de 31 de março de 1987	408
94.153 — Decreto de 30 de março de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração, em Minas Gerais, Estado de Goiás. Publicado no <i>D.O.</i> de 31 de março de 1987 ...	409

	PAG.
94.154 — Decreto de 30 de março de 1987 — Aprova o Estatuto da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31 de março de 1987	410
94.155 — Decreto de 30 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São José II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Guaraçai, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31 de março de 1987	419
94.156 — Decreto de 30 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Areia Branca», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como «latifúndio por exploração», situado no Município de Marabá Paulista, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31 de março de 1987	420
94.157 — Decreto de 30 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Arceira», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Guaraçai, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31 de março de 1987	422
94.158 — Decreto de 30 de março de 1987 — Declara de utilidade públi-	

	PAG.
ca, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Dantas Barreto, nº 1.080, na cidade de Recife. Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 31 de março de 1987	423

ÍNDICE DO APENSO

RETIFICAÇÕES

I — DECRETO

93.413 — Decreto de 15 de outubro de 1986 — Promulga a Convenção nº 148 sobre a Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Contaminação do Ar, ao Ruído às Vibrações no Local de Trabalho. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1986 e retificado no D.O. 9 de janeiro de 1987.	427
93.514 — Decreto de 4 de novembro de 1986 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Departamento de Imprensa Nacional — DIN, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 5 de novembro de 1986 e retificado no D.O. de 19 de março de 1987.	427
93.515 — Decreto de 4 de novembro de 1986 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança, do Quadro Permanente do Departamento de Imprensa Nacional, DIN, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 5 de novembro de 1986 e retificado no D.O. de 19 de março de 1987.	430
93.661 — Decreto de 5 de dezembro de 1986 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF, áreas de terras situadas nos Estados de Pernambuco e Ba-	

PAG.		PAG.
	hia, destinadas a Projetos Espe-	93.862 — Decreto de 23 de dezembro
	ciais de Irrigação e necessárias ao	de 1986 — Fixa os Efetivos de Ofi-
	reassentamento de parte da popu-	ciais da Força Aérea Brasileira pa-
	lação a ser atingida pelo Reserva-	ra 1987. Publicado no <i>D.O.</i> de 29 de
	tório de Itaparica, no rio São Fran-	dezembro de 1986 e retificado no
	cisco, nos Estados de Pernambuco	<i>D.O.</i> de 23 de janeiro de 1987.
	e da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 9	434
	de dezembro de 1986 e retificado no	
	<i>D.O.</i> de 4 de fevereiro de 1987.	ÍNDICE REMISSIVO
433		435

Figuram neste volume os Decretos que, expedidos no primeiro trimestre de 1987, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e republicação estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

DECRETO Nº 93.891, DE 5 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Bom Pastor», situado em parte dos Municípios de Carutapera, Luís Domingues, Godofredo Viana e Cândido Mendes, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1.º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Bom Pastor», com a área de 48.440,9285 ha (quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta hectares, noventa e dois ares e oitenta e cinco centiares), situado em parte dos Municípios de Carutapera, Luís Domingues, Godofredo Viana e Cândido Mendes, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

§ 1.º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do Marco 1, de coordenadas geográficas longitude 45+50'00''WGr e latitude 01°32'03''S, situado à margem esquerda do Rio Maracaçumé; deste, segue pelo referido rio, margem esquerda, à montante, com a distância de 25.300m, até o Marco 2; de coordenadas

geográficas longitude $45^{\circ}52'29''$ WGr e latitude $01^{\circ}43'35''$ S, situado à margem esquerda do Rio Maracacumé, deste, segue por linha seca, limitando com terras da Florestal Maracacumé (Ultra Gás), com rumo magnético de $39^{\circ}00'$ NW e distância de 11.400m, até o Marco 3; deste, segue por linha seca, limitando com terras da florestal Maracacumé (Ultra Gás) com rumo magnético de $36^{\circ}00'$ SW e distância de 22.500m, até o Marco 4; deste, segue por linha seca, limitando com a Área de Ordenação do Estado, com rumo magnético de $18^{\circ}30'$ NW e distância de 6.000m, até o Marco 5; deste, segue por linha seca, limitando com a Área de Ordenação do Estado, com rumo magnético de $36^{\circ}00'$ SW e distância de 6.500m, até o Marco 6; de coordenadas geográficas longitude $46^{\circ}04'17''$ WGr e latitude $01^{\circ}52'31''$ S, situado à margem direita da Rodovia BR-316; sentido São Luís/Belém, no limite da faixa de domínio da referida rodovia; deste, segue pela Rodovia BR-316, obedecendo a faixa de domínio, com a distância de 1.000m, até o Marco 7; de coordenadas geográficas longitude $46^{\circ}04'36''$ WGr e latitude $01^{\circ}52'07''$ S, situado à margem direita da Rodovia BR-316, sentido São Luís/Belém, no limite da faixa de domínio; deste, segue por linha seca, limitando com a Área de Ordenação do Estado e Área da COMARCO, com rumo de $33^{\circ}00'$ NE e distância de 25.000m, até o Marco 8; deste, segue por linha seca, limitando com a Área da COMARCO, com rumo magnético de $57^{\circ}00'$ NW e distância de 7.000m, até o Marco 9; deste, segue por linha seca, limitando com a Área da COMARCO, com rumo magnético de $33^{\circ}00'$ NE e distância de 14.100m, até o Marco 10; deste, segue por linha seca, limitando com a Área da COMARCO, com rumo magnético de $66^{\circ}00'$ SE e distância de 24.000m, até o Marco 1, ponto inicial da descrição do perímetro. (Fontes de referência: Carta Planimétrica do Projeto Radambrasil, Folha SA.23-V-D-Turiação, Escala 1:250.000, Ano: 1973 e levantamentos cartoriais e de campo realizado por técnicos da DR-12).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 54.640,9285 ha (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta hectares, noventa e dois ares e oitenta e cinco centiares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 6.200,0000 ha (seis mil e duzentos hectares), constituída por adensamentos urbanos, cujos memoriais descritivos encontram-se às fls. 119-A a 119-E, do Processo Administrativo INCRA/CR-12/nº 1016/83 e Apensos.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressaltado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1961.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.892, DE 6 DE JANEIRO DE 1987

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo de Praças da Armada, aprovado pelo Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso I do art. 127 do Regulamento para o Corpo de Praças da Armada, aprovado pelo Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 127.

I —
Graduação	Idade
Suboficial	54 anos
Primeiro-Sargento	52 anos
Segundo-Sargento	50 anos
Terceiro-Sargento	49 anos
Cabo	48 anos
Marinheiro	44 anos».

Art. 2º este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.893, DE 6 DE JANEIRO DE 1987

Altera, transitoriamente, a atribuição para fixar e reajustar anuidades, taxas e outras contribuições escolares, previstas no Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Caberá, excepcionalmente, ao Ministro de Estado da Educação o exercício da atribuição a que se refere o artigo 1º do Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, relativamente à fixação e ao reajuste de anuidades, taxas e outras contribuições, cobradas pelos estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus e de Ensino Superior, que devam vigorar no primeiro semestre de 1987.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.894, DE 7 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação da subestação de São José, de Furnas-Centrals Elétricas S.A., no Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.001331/86-93,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, com o total de 47,5772 ha (quarenta e sete hectares, cinquenta e sete ares e setenta e dois cêntiares), necessárias à implantação da subestação de São José, no Município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º As áreas de terra, referidas no artigo anterior, compreendem aquelas constantes da planta de situação nº DPI-15.383, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.001331/86-93, e delimitadas pelos perímetros assim descritos:

ÁREA «A» — com o total de 27,1326ha

— tem início no vértice A, com coordenadas plano-retangulares UTM N = 7.483.324,83 e E = 670.971,31, situado à margem da estrada de Sarapuí; daí segue pela aludida estrada na direção sudeste, percorre a extensão de 511,33m até o vértice B, de coordenadas N = 7.483.091,22 e E = 671.395,95; deflete à direita e segue com rumo 40°47'SE e distância de 19,27m até o vértice C, de coordenadas N = 7.483.076,63 e E = 671.408,54; deflete novamente à direita e segue com rumo 2°16'SW e distância de 17,20m até o vértice D, de coordenadas N = 7.483.059,44 e E = 671.407,86; deflete à esquerda e segue com rumo 86°34'SE e distância de 147,03m até o vértice E, de coordenadas N = 7.483.050,63 e E = 671.554,63; daí deflete à direita e segue com rumo 2°16'SW, pelo limite da faixa da rede elétrica de alta tensão existente da Light-Serviços de Eletricidade S.A. (138 kV, Ilha dos Pombos — São João do Meriti), numa distância de 463,00m até o vértice F, de coordenadas N = 7.482.587,99 e E = 671.536,32 (confronta, do vértice B ao F, com área remanescente da propriedade atribuída à Fornecedora de Materiais de Construção Ltda.); daí deflete à direita e segue no rumo 75°56'SW, pelo limite da faixa do canal Sarapuí, numa distância de 287,20m até o vértice G, de coordenadas N = 7.482.518,05 e E = 671.257,76; daí deflete à direita e segue com rumo 20°54'SE e distância de 847,61m até o vértice K, de coordenadas N = 7.483.309,88 e E = 670.955,35; daí segue à direita, em linha curva com 31,27m, e encontra-se o vértice A, onde teve início esta descrição.

ÁREA «B» — com o total de 20,4446ha

— tem início no vértice K, com coordenadas plano-retangulares UTM N = 7.483.309,88 e E = 670.955,35, situado próximo à estrada de Sarapuí; daí segue com rumo 20°54'SE e distância de 847,61m, confronta com terras de propriedade atribuída à Fornecedora de Materiais de Construção Ltda. até o vértice G, de coordenadas N = 7.482.518,05 e E = 671.257,76; daí deflete à direita e segue com rumo 75°56'SW, pelo limite da faixa do canal Sarapuí, numa distância de 279,79m até o vértice H, de coordenadas N = 7.482.450,18 e E = 670.986,33; daí deflete à direita e segue com rumo 26°04'NW e distância de 613,56m até o

vértice I, de coordenadas N = 7.483.001,33 e E = 670.716,72; deflete novamente à direita e segue com rumo 63°56'NE e distância de 239,50m até o vértice J, de coordenadas N = 7.483.106,57 e E = 670.931,86; daí segue à esquerda com rumo 6°35'NE e distância de 204,66m, até encontrar com o vértice K (confronta do vértice H ao K com área remanescente da propriedade atribuída ao Espólio de Cesar Dragonero), onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada Furnas-Centrals Elétricas S.A. a promover a desapropriação das referidas áreas de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.895, DE 7 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Tombador ou Serragem», situado no Município de Nobres, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Tombador ou Serragem», com a área de 1.043,0000 ha (um mil e quarenta e três hectares), situado no Município de Nobres, no Es-

tado de Mato Grosso e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 56°17'49''WGr e latitude 14°39'27''S, situado na Serra da Quitanda e em comum com as terras de Vicente Ferreira de Almeida, segue confrontando com terras de Vicente Ferreira de Almeida com o rumo e distância de 90°00'E e 1.400m, até o P2, situado em comum com terras de Vicente Ferreira de Almeida, junto às terras da Sesmaria Cancela; deste ponto, segue confrontando com a referida Sesmaria Cancela, com os seguintes rumos e distâncias: 37°30'SW e 1.600m, até o P3; 37°30'SE e 6.150m, até o P4, situado em comum às terras da Sesmaria Cancela, junto à Sesmaria Nobres; deste ponto, segue confrontando com a Sesmaria Nobres com o rumo e distância de 72°00'NW e 7.450m, até o P5, situado na Serra da Quitanda em comum com as terras da Sesmaria Nobres; deste ponto, segue confrontando pela borda da referida serra com o rumo e distância de 37°30'NE e 4.800m, até o P1, ponto inicial do perímetro descrito (Fontes de Referência: Carta do IBGE, folha SD.21-Z-A-V, escala: 1:100.000, ano 1975, Certidões cartoriais e Título Definitivo expedido pelo Estado de Mato Grosso).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 1.624,0000 ha (um mil, seiscentos e vinte e quatro hectares), ficam excluídas dos efeitos deste decreto as áreas de 42,000 ha (quarenta e dois hectares) referente a faixa de domínio da BR 163/164 bem como a área de 539,0000 ha (quinhentos e trinta e nove hectares), referente às matrículas 2.5553, Livro 2/V, fls. 188; 1.633, Livro 01, fls. 01; 2.5424, Livro 2/V, fls. 14; 4.554, Livro 02 e verso, fls. 01; 5.858, Livro 02, fls. 01 e 5.1336, Livro 02, fls. 01 verso, todas do Cartório de Registro Geral de Imóveis de Rosário Oeste/MT.

Art. 2º Excluem-se ainda dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.896, DE 7 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Montecchi», situado nos Municípios de Salto do Céu e Rio Branco, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Montecchi», com a área de 2.691,7051 ha (dois mil, seiscientos e noventa e um hectares, setenta ares e cinquenta e um centiares) situado nos Municípios de Salto do Céu e Rio Branco, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do M1, de coordenadas geográficas longitude 58°04'49''WGr e latitude 15°08'50''S, situado comum com as terras de Selcino Pereira da Silva e João B. Filho e outros, segue ao rumo verdadeiro de 67°00'00''SE e distância de 820,00m (oitocentos e vinte metros), confrontando com as terras de João B. Filho e outros, chega-se ao M2, situado comum com as terras de João Batista Filho; daí, segue ao rumo verdadeiro de 15°45'00''SE e distância de 1.140,00m (um mil, cento e quarenta metros), confrontando com as terras de Antonio C. de Freitas, Pedro B. da Silva, Germano A. da Silva, Argentino A. Silva, José V. Ferreira e Isaías S. Guimarães, chega-se ao M3, situado comum com as terras de Isaías S. Guimarães; daí, segue ao rumo verdadeiro de 15°04'00''SE e distância de 4.860,00m (quatro mil, oitocentos e sessenta metros), confrontando com as terras de Isaías S. Guimarães, Wilson R. Campos, Geraldo P. de Moraes, Pedro Baghin, Fidelcino José Amaral, Adílio Ribeiro, Adão R. dos Santos, Idelfonso Ribeiro, Altamir R. da Silva, Antonio Ferreira, Antonio D. Sobrinho, José de Moura, Manoel D. dos Santos, Geraldo S. de Oliveira, João R. Gomes, Sibelina M. Gomes, Nadir F. da Silva, João P. da Silva, Sinval M. Viana, Lourival Manasses, João V. Stofell, José Domingos das Dores e

Nelcio Gats, chega-se ao M4, situado comum com as terras de Nelcio Gats; daí, segue ao rumo verdadeiro de $89^{\circ}31'00''$ SW e distância de 8.100,00m (oito mil e cem metros), confrontando com as terras de Nelson Gats, José A. da Silva, Onofre R. de Souza, Antonio R. Filho, João C. da Silva, Maria Conceição Vilas Novas, Vantuir Bis, Alberone Martins Libório, Adão Lindolfo de Lima e outros, Francisco Soares de Souza, João V. Rodrigues, Aveni P. Alves, José E. Pinheiro, Francisco C. Felipe, José Francisco Celestrines, Tiel Cândido e José Francisco Celestrines, chega-se ao M5, situado na margem esquerda do Rio Branco; daí, segue pelo referido Rio acima, por sua margem esquerda, na distância de 940,00m (novecentos e quarenta metros), chega-se ao M6, situado comum com as terras de Domingos Tomazelli; daí, segue com os seguintes rumos verdadeiros e distâncias: $78^{\circ}30'00''$ SE e 310,00m (trezentos e dez metros), até o M7; $86^{\circ}15'00''$ SE e 240,00m (duzentos e quarenta metros), confrontando com as terras de Domingos Tomazelli, chega-se ao M8, situado ainda comum com as terras de Domingos Tomazelli; daí, segue ao rumo verdadeiro de $05^{\circ}15'00''$ NE e distância de 370,00m, (trezentos e setenta metros), confrontando com as terras de Domingos Tomazelli, João Teixeira e João Batista Neto, chega-se ao M9, situado comum com as terras de João Batista Neto; daí, segue com os seguintes rumos verdadeiros e distâncias: $87^{\circ}00'00''$ SE e 770,00m (setecentos e setenta metros), até o M10; $07^{\circ}00'00''$ NE e 200,00m (duzentos metros), até o M11; $86^{\circ}15'00''$ NE e 320,00m (trezentos e vinte metros), até o M12; $04^{\circ}30'00''$ NE e 120,00m (cento e vinte metros), confrontando com as terras de João Batista Neto, chega-se ao M13, situado na margem esquerda do Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido Córrego abaixo, por sua margem esquerda na distância de 1.460,00m (um mil, quatrocentos e sessenta metros), chega-se ao M14, situado na margem esquerda do Rio Branco; daí, segue pelo referido Rio acima, por sua margem esquerda, na distância de 2.470,00m (dois mil, quatrocentos e setenta metros), chega-se ao M15, situado comum com as terras de Mário Rampazo; daí, segue ao rumo verdadeiro de $86^{\circ}15'00''$ SE e distância de 1.040,00m (um mil e quarenta metros), confrontando com as terras de Mario Rampazo, chega-se ao M16, situado comum com as terras de Vanildo Coradeti Rampazo; daí, segue ao rumo verdadeiro de $03^{\circ}00'00''$ SW e distância de 870,00m (oitocentos e setenta metros), confrontando com as terras de Vanildo Coradeti Rampazo, chega-se ao M17, situado na margem esquerda do Córrego Barreirão; daí, segue pelo referido Córrego acima, por sua margem esquerda na distância de 690,00m (seiscentos e noventa metros), chega-se ao M18, situado comum com as terras de Cipriano Ribeiro de Oliveira; daí, segue ao rumo verdadeiro de $03^{\circ}45'00''$ SW e distância de 1.110,00 (um mil, cento e dez metros), confrontando com as terras de Cipriano Ribeiro de Oliveira, chega-se ao M19, situado ainda comum com as terras de Cripriano Ribeiro de Oliveira; daí, segue ao rumo verdadeiro de $87^{\circ}45'00''$ SE e dis-

tância de 1.620,00m (um mil, seiscentos e vinte metros), confrontando com as terras de Cipriano Ribeiro de Oliveira e Wantuil Araújo e Silva, chega-se ao M20, situado comum com as terras de Wantuil Araújo e Silva e José Antonio de Lima; daí, segue com os seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 03°15'00''SW e 160,00m (cento e sessenta metros), até o M21; 87°30'00''SE e 1.190,00m (um mil, cento e noventa metros), confrontando com as terras de José Antonio de Lima, chega-se ao M22, situado na margem direita do Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido Córrego acima, por sua margem direita, na distância de 150,00m (cento e cinquenta metros), chega-se ao M23, situado comum com as terras de José Antonio de Lima; daí, segue ao rumo verdadeiro de 87°00'00''NW e distância de 930,00m (novecentos e trinta metros), chega-se ao M24, situado comum com as terras de Wantuil Araújo e Silva; daí, segue com os seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 03°15'00''NE e 1.710,00m (um mil, setecentos e dez metros), até o M25; 85°00'00''NW e 220,00m (duzentos e vinte metros), confrontando com as terras de Wantuil Araújo e Silva, chega-se ao M26, situado comum com as terras de Antonio R. da Silva; daí, segue ao rumo verdadeiro de 06°00'00''NE e distância de 1.300,00m (um mil e trezentos metros), confrontando com as terras de Antonio R. da Silva e Antonio Damas de Oliveira, chega-se ao M27, situado na divisa comum com as terras de Antonio Damas de Oliveira; daí, segue ao rumo verdadeiro de 19°45'00''NW e distância de 400,00m (quatrocentos metros), confrontando com as terras de Antonio Damas de Oliveira, chega-se ao M28, situado na margem direita do Córrego da Fortuna, divisa comum com as terras de Selcino Pereira da Silva; daí, segue com seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 74°30'00''NE e 230,00m (duzentos e trinta metros) até o M29; 24°30'00''NE e 1.100,00m (um mil e cem metros), confrontando com as terras de Selcino Pereira da Silva, chega-se ao M1, ponto inicial do perímetro descrito. Da área contida no perímetro acima descrito já estão excluídos 72,6000ha (setenta e dois hectares e sessenta ares) referentes à área interna de domínio particular. Descritivo da área «Domínio Particular»: Inicia-se o perímetro da área junto ao M1, situado na divisa comum com as terras da Gleba Montecchi; daí, segue com os seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 19°45'00''SE e 250,00m (duzentos e cinquenta metros), até o M2; 51°30'00''SE e 330,00m (trezentos e trinta metros), até o M3; 45°45'00''SE e 340,00m (trezentos e quarenta metros), até o M4; 46°45'00''SW e 610,00m (seiscentos e dez metros), confrontando com as terras da Gleba Montecchi, chega-se ao M5, situado na margem direita do Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido Córrego abaixo, por sua margem direita, com a distância de 840,00m (oitocentos e quarenta metros), chega-se ao M6, situado na divisa comum com as terras da Gleba Montecchi; daí, segue com rumo verdadeiro de 37°15'00''NE e distância de 480,00m (quatrocentos e oitenta metros), chega-se ao M1, marco inicial da descrição do perímetro.

Fonte de Referência: Título Definitivo expedido pelo Estado de Mato Grosso, em nome de Maria J. Prado de Arruda, Carta DSG (SD.21-Y-D-I) — Ano 1975 — Escala 1/100.000 — Declinação magnética: 8°16'W — Ano 1973 e Planta Cadastral da Gleba Montecchi.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.897, DE 8 DE JANEIRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santarém, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 40.619/83,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, a concessão à Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., outorgada através do Decreto nº 823, de 2 de abril de 1962,

para explorar, na cidade de Santarém, Estado do Pará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 93.898, DE 8 DE JANEIRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29103.000071/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 5 de maio de 1986, a concessão da Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda., outorgada através da Portaria nº 509, de 26 de abril de 1976, para explorar, na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus Regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 93.899, DE 8 DE JANEIRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Marília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 170.190/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da Rádio Clube de Marília Ltda., outorgada através da Portaria MVOP nº 1.059, de 20 de novembro de 1950, para explorar, na cidade de Marília, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 93.900, DE 8 DE JANEIRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Emissora A Voz de Catanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.001562/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 27 de dezembro de 1986, a concessão da Emissora A Voz de Catanduva Ltda., outorgada através da Portaria nº 995, de 5 de dezembro de 1966, para explorar, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço da radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de janeiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 93.901, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre o estabelecimento de medidas e procedimentos, relativos ao racionamento de energia elétrica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição Federal, tendo em vista o que dispõe o artigo 2º do Decreto-lei nº 4.295, de 13 de maio de 1942, e

Considerando que os sistemas elétricos, isolados ou interligados, existentes no País, estão sujeitos a contingências que podem afetar a qualidade e a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos consumidores,

D E C R E T A :

Art. 1º A energia elétrica será racionada quando os meios existentes de produção, transmissão, transformação ou distribuição forem insuficientes para atendimento da potência (KW) ou energia (KWh) requeridas.

Parágrafo único. O racionamento poderá ser implantado em caráter:

I — preventivo, como forma de amenizar os efeitos de possível insuficiência futura de energia elétrica;

II -- corretivo, quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, houver insuficiência de energia elétrica.

Art. 2º Caberá aos órgãos responsáveis pela coordenação da operação do sistema elétrico, ou ao concessionário de serviços públicos de energia elétrica que detectar a insuficiência de energia elétrica, solicitar autorização do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE para implantar o racionamento.

§ 1º AO DNAEE competirá avaliar a solicitação e encaminhá-la ao Ministro das Minas e Energia, a quem caberá decidir sobre a implantação do racionamento.

§ 2º Quando se tratar de racionamento corretivo, o concessionário poderá, de imediato, adotar as medidas previstas neste decreto, comunicando, incontinenti, ao DNAEE.

Art. 3º O racionamento será supervisionado pelo DNAEE, que poderá instituir uma Comissão de Coordenação de Racionamento.

Art. 4º A execução do racionamento de energia elétrica deverá obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- 1ª) utilização supérflua;
- 2ª) iluminação pública;
- 3ª) poder público, não compreendidos os serviços públicos essenciais;
- 4ª) residência;
- 5ª) comércio e serviço;
- 6ª) indústria e classe rural;
- 7ª) transporte e comunicações;
- 8ª) instalações militares;
- 9ª) estabelecimentos hospitalares;
- 10ª) serviços essenciais.

Art. 5º Havendo o descumprimento, pelo consumidor, das normas relativas ao racionamento, das determinações do DNAEE ou da Comissão de Coordenação, o concessionário deverá:

a) aplicar tarifas especiais por quilowatt ou quilowatt-hora que ultrapassar a quota estabelecida, fixadas pelo DNAEE após aprovação do Ministro da Fazenda (artigo 1º do Decreto nº 79.706, de 18 de maio de 1977, na redação dada pelo artigo 5º do Decreto nº 91.149, de 15 de março de 1985); ou

b) suspender o fornecimento.

Art. 6º O concessionário que desobedecer às normas e às determinações do DNAEE ou da Comissão, relativas ao racionamento, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na legislação pertinente, bem como a restrições nos suprimentos de energia elétrica.

Art. 7º Será suspenso o racionamento:

I — quando preventivo, mediante Portaria do Ministro das Minas e Energia;

II — quando corretivo, pelo concessionário, tão logo superadas as razões de sua imposição mediante comunicação imediata ao DNAEE.

Art. 8º O Ministro das Minas e Energia expedirá as instruções necessárias à execução deste decreto, estabelecendo inclusive critérios especiais de faturamento, com o objetivo de ajustar os procedimentos em vigor às condições de racionamento.

Art. 9º As dúvidas decorrentes da aplicação dos dispositivos deste decreto, ou da execução do racionamento, serão dirimidas pelo DNAEE.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se o Decreto nº 10.563, de 2 de outubro de 1942, e demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Auréliano Chaves

DECRETO Nº 93.902, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a locação pela Administração Federal, em caráter excepcional e nos casos que especifica, de imóveis residenciais no Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A locação, pela Administração Federal, de imóveis residenciais de terceiros no Distrito Federal somente poderá ocorrer, em caráter excepcional, para ocupação por servidores cujo deslocamento de outro ponto do território nacional para a Capital da República tenha por objetivo:

I — o exercício, em órgão da Administração Federal Direta, de cargo em comissão ou função de confiança níveis DAS-6,

DAS-5 ou DAS-4, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, ou Função de Assessoramento Superior — FAS com a remuneração máxima; ou

II — o exercício de cargo de Presidente ou de Diretor de entidade da Administração Indireta ou fundação sob supervisão ministerial.

Parágrafo único. A locação prevista neste artigo fica condicionada, em cada caso, à inexistência de disponibilidade de imóveis funcionais para distribuição, comprovada pela Superintendência de Construção e Administração Imobiliária — SUCAD, da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Art. 2º A partir da data de vigência deste decreto, fica vedado o custeio de despesas com hospedagem de servidores que forem transferidos, removidos ou deslocados para o Distrito Federal ainda que para o desempenho de cargo ou função de confiança.

Parágrafo único. Ficam ressalvados do disposto neste artigo os seguintes casos:

a) quando se tratar de pessoas que, a convite de órgão ou entidade da Administração Federal, se desloquem para o Distrito Federal com o objetivo de fazerem conferências ou palestras, participarem de congressos, seminários e congêneres ou, ainda, desempenharem missões de natureza transitória; e

b) quando ficar comprovada pela SUCAD a impossibilidade material de imediata locação de imóvel nos termos deste decreto, hipótese em que a permanência do servidor em hotel não poderá ultrapassar o prazo de trinta dias.

Art. 3º A locação prevista no artigo 1º deste decreto será contratada pela SUCAD na forma da legislação pertinente, à vista de proposta, devidamente justificada, do órgão ou entidade em que o servidor terá exercício.

Parágrafo único. A proposta de que trata este artigo especificará o cargo em comissão ou a função de confiança a ser desempenhada pelo servidor e o número dos respectivos dependentes, devendo ser acompanhada de comprovante de sua movimentação para o Distrito Federal.

Art. 4º Na locação do imóvel e respectiva destinação, a SUCAD levará em conta, entre outros fatores, a área construída e o número de compartimentos do imóvel, a fim de que sejam proporcionalmente adequados à quantidade de dependentes que residirão com o servidor.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será observada ainda, de acordo com o grau hierárquico do cargo ou função a ser

ocupada pelo servidor, a classificação estabelecida no artigo 8º do Decreto nº 85.633, de 8 de janeiro de 1981.

Art. 5º A entrega do imóvel locado na forma deste decreto será efetuada pela SUCAD, mediante assinatura de Termo de Ocupação pelo servidor a quem se destinar.

Parágrafo único. A partir da assinatura do Termo de Ocupação, o servidor será responsável pelos seguintes encargos:

a) Taxa de Ocupação, não inferior a 1/1000 (um milésimo) do valor atualizado do imóvel, fixada pela SUCAD; e

b) Taxa de Condomínio, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana — IPTU e outros encargos incidentes sobre o imóvel.

Art. 6º Aplica-se aos servidores ocupantes de imóvel residencial, locado nos termos deste decreto, o disposto nos artigos 1º e 2º do Decreto nº 91.245, de 10 de maio de 1985.

Art. 7º O órgão ou entidade a que pertencer o servidor ocupante de imóvel, locado de acordo com este decreto, deverá ressarcir a SUCAD das despesas decorrentes da locação.

Art. 8º No prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da publicação deste decreto, os órgãos da Administração Federal deverão encaminhar à SUCAD a relação dos respectivos servidores que se encontrem alojados em hotéis no Distrito Federal, para efeito de passarem a ocupar os imóveis que lhes forem destinados, de acordo com a sistemática estabelecida neste decreto.

§ 1º Ressalva-se do disposto neste artigo a hipótese prevista no parágrafo único, alínea a, do artigo 2º deste decreto.

§ 2º As relações de servidores, de que trata este artigo, deverão ser acompanhadas dos elementos indicados no parágrafo único do artigo 3º, para os efeitos previstos no artigo 4º e seu parágrafo único, deste decreto.

Art. 9º A Secretaria de Planejamento da Presidência da República deverá prover os recursos necessários à conclusão das obras referentes aos imóveis funcionais de propriedade da União no Distrito Federal, administradas pela SUCAD, que se encontrem em andamento na data de vigência deste decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aluizio Alves

DECRETO Nº 93.903, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Santa Rita», situado no Município de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.692, de 19 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Santa Rita», com a área de 1.000ha (um mil hectares), situado no Município de Santiago, no Estado do Rio Grande do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.692, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 54°31'33" WGr e latitude 28°54'07" S, situado no encontro da sanga com o Rio Inhacapedum, segue à montante do Rio Inhacapedum, com distância de 2.100m, até o P2, de coordenadas geográficas longitude 54°30'48" WGr e latitude 28°54'43" S, situado no Rio Inhacapedum no canto de cerca, dividindo com terras de sucessão de Jesus do Nascimento; daí, segue pela cerca, com distância de 3.730m, e azimuth 175°19', até o P3, de coordenadas geográficas longitude 54°30'33" WGr e latitude 28°56'43" S, situado no canto da cerca que divide com terras de Arnaldo Jacques de Moura; daí, segue pela cerca, com distância de 1.020m, e azimuth de 266°38', até o P4, de coordenadas geográficas longitude 54°31'10" WGr e latitude 28°56'46" S, situado no canto da cerca na sanga que divide com terras de Arnaldo Jacques de Moura; daí, segue à montante da sanga, na distância de 690m, até o P5, de coordenadas geográficas longitude 54°31'00" WGr e latitude 28°57'07" S, situado na sanga, que divide com terras de Arnaldo Jacques de Moura; daí, segue por linha seca com distância de 1.360m e azimuth de 270°00', até o P6, de coordenadas geográficas longitude 54°31'52" WGr e latitude 28°57'06" S, situado na sanga, dividindo com terras remanescentes da Fazenda Santa Rita de propriedade de José de Brito Pimenta; daí, se-

gue à jusante da sanga, com distância de 6.580m, dividindo com terras de Artur Brum, Florindo Tamioso, sucessão de Olivo Schneider e Elio Nascimento, até o P1, inicial da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: Folha SH.21-X-B-V-4 — MI-2929/4 — Ministério do Exército — Diretoria de Serviço Geográfico — Região Sul do Brasil — Escala 1:50.000 — Ano de 1977).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.904, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação do Centro de Operação de Sistema, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002345/86-33,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de

27.009,95m' (vinte e sete mil e nove metros quadrados e noventa e cinco decímetros quadrados), necessária à implantação do Centro de Operação de Sistema, no Município de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº D-26.965-A1, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.002345/86-33, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco M-1 cravado na crista do talude, confluência das avenidas Edgard Santos e Luiz Viana Filho; deste marco segue com rumo magnético de 62°34'00" NE e distância de 157,79 metros, paralelo à 2ª pista da avenida Luiz Viana Filho, no sentido oposto, até encontrar o marco M-2; deste ponto forma ângulo interno de 92°15' e percorre a distância de 139,67 metros, em paralelo com a linha de transmissão, 69kV, Mata Escura — Bolandeira, até encontrar o marco M-3; deste ponto forma ângulo interno de 92°20' e segue uma distância de 45,70 metros, passa sob a referida linha de transmissão até encontrar o marco M-4; deste ponto forma ângulo interno de 167°16' e percorre a distância de 156,17 metros até encontrar o marco M-5; deste ponto segue paralelo à avenida Edgard Santos, forma ângulo interno de 98°30' e percorre a distância de 13,00 metros até encontrar o marco M-6; deste ponto segue com ângulo interno de 165°30' e distância de 32,20 metros até encontrar o marco M-7; deste ponto acompanha a crista do talude existente, forma ângulo interno de 192°00' e percorre a distância de 13,50 metros até encontrar o marco M-8; deste ponto forma ângulo interno de 178°00' e percorre a distância de 42,50 metros até encontrar o marco M-9; deste ponto forma ângulo interno de 149°00' e segue uma distância de 8,50 metros até encontrar o marco M-10; deste ponto forma ângulo interno de 163°00' e percorre a distância de 23,70 metros até encontrar o marco M-1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.905, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense de Santa Fé do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.023775/86-57, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fisioterapia, a ser ministrado pela Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense de Santa Fé do Sul, mantida pela Fundação de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul, com sede em Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.906, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento da modalidade Bacharelado, do curso de Ciências Sociais da Fundação Educacional de Divinópolis.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.023794/86-00, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da modalidade Bacharelado, do curso de Ciências Sociais, ministrado pelo Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, mantido pela Fundação Educacional de Divinópolis, com sede em Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.907, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Concede autorização à empresa Total Brasil, para operar na Plataforma Submarina do Brasil, nas águas interiores e nas águas do Mar Territorial, fixado pelo Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, a serviço da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, para os fins do disposto no Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968, e tendo em vista o que consta do Processo GM nº 1.929/86, do Ministério das Minas e Energia,

DECRETA:

Art. 1º É concedida autorização à empresa Total Brasil, para operar na Plataforma Submarina do Brasil, nas águas interiores e nas águas do Mar Territorial, fixado pelo Decreto-lei nº 1.098, de 25 de março de 1970, a serviço da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, mediante os Contratos de Prestação de Serviços para Exploração de Petróleo com Cláusula de Risco ACS-164, ACS-165, ACS-167 e ACS-168, celebrados em 17 de maio de 1984 entre a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS e a Marathon Petroleum Norte Brazil, Ltd., e dos quais a Total Brasil se tornou parte através do Termo Aditivo nº 1, de 23 de outubro de 1986, mediante o qual a Total Brasil assumiu a obrigação de executar serviços de exploração de petróleo, utilizando embarcações de sua propriedade ou sob contrato com terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos do presente decreto, as atividades da companhia serão exercidas nos blocos designados NA-22-Q-III,

NA-22-Q-IV, NA-22-W-I e NA-22-W-II, cujos limites formam o polígono definido pelas seguintes coordenadas: Vértice 1 = paralelo 1°30'00" de latitude Norte e meridiano 50°00'00" de longitude Oeste; Vértice 2 = paralelo 1°30'00" de latitude Norte e meridiano 49°00'00" de longitude Oeste; Vértice 3 = paralelo 0°30'00" de latitude Norte e meridiano 49°00'00" de longitude Oeste; Vértice 4 = paralelo 0°30'00" de latitude Norte e meridiano 50°00'00" de longitude Oeste.

Art. 2º A autorização de que trata o presente decreto compreende os fins mencionados no artigo 1º e vigorará pelo mesmo tempo exigido para o cumprimento das obrigações previstas nos Contratos, conforme adotados, sem prejuízo de sua revogação e qualquer tempo.

Art. 3º Para os fins do disposto no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968, os pedidos de licença para operar serão efetivados diretamente à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, mediante ofício da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, e com os dados necessários à fiscalização das embarcações estrangeiras.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 90.339, de 16 de outubro de 1984.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.908, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Altera dispositivos do Decreto n.º
81.659, de 15 de maio de 1978.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 46, do Decreto-lei nº 200, de 26 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 81.659, de 15 de maio de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º Fica criada, dentro da estrutura orgânica do Ministério da Marinha, a Estação Naval do Rio Negro (ENRN), com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, subordinada ao Comando da Flotilha do Amazonas, com a finalidade

de prover facilidades de estacionamento, manutenção, e reparo a navios da Marinha no porto de Manaus».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.909, 9 DE DE JANEIRO DE 1987

Altera dispositivos do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, que estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III, da Constituição, e nos termos do artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

DECRETA:

Art. 1º O item III do artigo 2º do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º

III — Órgãos de Assessoramento do Ministro:

- Conselho de Almirantes (CA).
- Gabinete do Ministro da Marinha (GMM).
- Consultoria Jurídica da Marinha (CJM).
- Centro de Informações da Marinha (CIM).
- Comissão de Promoções de Oficiais (CPO).
- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.910, DE 9 DE JANEIRO DE 1987

Altera dispositivos do Decreto nº 84.324, de 19 de dezembro de 1979, que institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º e o artigo 2º do Decreto nº 84.324, de 19 de dezembro de 1979, passam a ter a seguinte redação:

«Art. 1º

§ 1º A Secretaria da CIRM (SECIRM) com sede em Brasília, DF, será subordinada diretamente ao Ministro da Marinha — Ministro de Estado Coordenador da CIRM.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º

§ 6º

§ 7º Ao servidor público colocado à disposição da SECIRM serão assegurados o vencimento, o salário e a remuneração do cargo ou emprego, bem como todas as vantagens e direitos a que faça jus, como se estivesse no órgão de origem, à conta das dotações orçamentárias para este fim específico dos Órgãos ou Autarquias da Administração Direta ou Indireta, a que pertencer o servidor público.

§ 8º O período em que o servidor público oriundo de Ministérios integrantes da CIRM, permanecer à disposição da SECIRM será considerado, para efeitos de sua vida funcional, como de efetivo exercício no local de origem, devendo concorrer à escala normal de ascensão funcional, respeitados os requisitos específicos do Ministério a que pertença.

Art. 2º A Secretaria da CIRM (SECIRM) terá sua organização e atividades regidas por Regulamento e Regimento Interno aprovados pelo Ministro da Marinha — Ministro de Estado Coordenador da CIRM».

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.911, DE 12 DE JANEIRO DE 1987

Regulamenta a fixação e o reajustamento de encargos educacionais e a composição das Comissões de Encargos Educacionais de que trata o Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o que determina o Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º Compete, aos Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, a fixação e o reajuste dos encargos educacionais cobrados pelos estabelecimentos de ensino federais, estaduais, municipais e particulares, nos termos deste decreto, obedecidas as diretrizes da política do Governo Federal.

§ 1º Os estabelecimentos situados no Território de Fernando de Noronha ficarão sujeitos à jurisdição do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco.

§ 2º Das decisões dos Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, proferidas nos termos deste artigo, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, para o Conselho Federal de Educação.

§ 3º O Conselho Federal de Educação, nos casos a que se refere o parágrafo anterior, mediante parecer da Comissão de Encargos Educacionais, decidirá, no prazo de 30 (trinta) dias, sobre o recurso interposto.

Art. 2º Haverá junto ao Conselho Federal de Educação e aos Conselhos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, uma Comissão de Encargos Educacionais com a finalidade específica de estudar a matéria contida no artigo 1º e opinar conclusivamente para a decisão final do respectivo Conselho.

§ 1º No Conselho Federal de Educação, a Comissão será constituída por um de seus membros escolhido pelo Plenário, que a presidirá, e pelos seguintes representantes:

I — um da Secretaria da Educação Superior — SESu, do Ministério da Educação;

II — um da Secretaria de Ensino de 2º Grau — SESG, do Ministério da Educação,

III — um da Secretaria de Ensino Básico — SB, do Ministério da Educação;

IV — um da Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB;

V — um da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino — FENEN;

VI — um da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, da categoria profissional dos professores;

VII — um da União Nacional dos Estudantes — UNE, e

VIII — um do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — CRUB.

§ 2º Nos Conselhos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, a Comissão será constituída por um de seus membros escolhido pelo Plenário, que a presidirá, e pelos seguintes representantes:

I — um da Secretaria de Educação;

II — um da Delegacia do Ministério da Educação;

III — um da Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB;

IV — um do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino;

V — um dos Professores, indicado pela entidade máxima representativa da categoria da Unidade da Federação;

VI — um dos Pais de Alunos, indicado pelas Associações de Pais e Metres, e

VII — um dos Alunos, indicado pela entidade máxima de representação estudantil na Unidade da Federação.

§ 3º Os representantes de que tratam os parágrafos 1º e 2º serão designados pelos respectivos Presidentes de Conselhos.

§ 4º Os representantes a que aludem os itens I, II e III do § 1º do artigo 2º, comparecerão às reuniões da comissão quando for tratada matéria atinente às suas áreas específicas de ensino.

§ 5º Nenhum representante, a que aludem os § 1º e 2º deste artigo, poderá ocupar cargo de direção ou ser proprietário de estabelecimento de ensino, exceto da FENEN, do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino e do CRUB.

§ 6º Os serviços administrativos e o suporte financeiro da Comissão de Encargos Educacionais junto ao Conselho Federal de Educação ficarão a cargo do Ministério da Educação, e os das Comissões de Encargos Educacionais junto aos Conselhos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, ficarão a cargo das respectivas Secretarias de Educação.

Art. 3º Na análise e avaliação do comportamento dos preços dos encargos educacionais referidos neste decreto, os conselhos terão por base as diretrizes da política econômica do Governo Federal, as peculiaridades regionais e levarão em consideração a composição dos custos por:

- a) áreas de ensino;
- b) infra-estrutura e equipamentos;
- c) níveis de ensino;
- d) investimentos;
- e) tipo de estabelecimento (dependência administrativa);
- f) situação perante a legislação fiscal; e
- g) pessoal docente e técnico das Instituições de Ensino e respectivos níveis de remuneração.

Parágrafo único. As Comissões de Encargos Educacionais deverão articular-se com os órgãos do Governo que ditam a política e controlam os preços.

Art. 4º Os Conselhos poderão requisitar dos estabelecimentos de ensino, em caráter confidencial, assegurando o sigilo, o fornecimento de documentos, as informações ou esclarecimentos que julgarem necessários ao acompanhamento e à análise de evolução dos preços de que trata este decreto.

Art. 5º Nos casos de aumento de valores acima das correspondentes alterações de custos e de falta de atendimento, não justificado, das requisições previstas no artigo anterior, ou ainda, quando se apurar fraude de documentos ou informações, os conselhos poderão determinar o restabelecimento dos níveis de valores anteriores com conseqüente devolução aos alunos dos valores cobrados indevidamente, ou a fixação do justo valor, ou propor a adoção pelos competentes órgãos e entidades da Administração Pública das providências administrativas fiscais e judiciais legalmente cabíveis.

Art. 6º Ressalvados os casos de gratuidade, a fixação do custo dos encargos educacionais será feita simultaneamente com a autorização do funcionamento dos cursos, e, com antecedência mínima de dois meses anteriores à realização das matrículas.

Art. 7º Quando o percentual de reajustamento dos encargos educacionais se revelar comprovadamente insuficiente às necessidades fi-

nanceiras dos estabelecimentos de ensino, estes, mediante justificativa detalhada, acrescida de indicadores físico-financeiros, inclusive documentação contábil, dentro dos critérios gerais a serem estabelecidos pelas Comissões de Encargos Educacionais e homologados pelos respectivos Conselhos de Educação, poderão pleitear uma correção de defasagem daquele valor às Comissões de Encargos Educacionais.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino para poderem requerer correção de defasagem deverão previamente cientificar seu corpo docente.

§ 2º Os percentuais obtidos pelo processo de correção de defasagem só poderão ser aplicados após a publicação dos pareceres dos Conselhos de Educação.

§ 3º As Comissões de Encargos Educacionais terão o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se a respeito dos pedidos de correção de defasagem, devendo, em caso de necessidade, reunir-se em caráter permanente.

Art. 8º Para os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus que tenham associação de pais e associação de professores, os encargos educacionais poderão ter reajuste adicional fixado mediante consenso entre as partes, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do último reajuste, a título de antecipação de aumento futuro.

Art. 9º Para os estabelecimentos de ensino superior que tenham diretório estudantil e associação de professores, os encargos educacionais poderão ter reajuste adicional fixado mediante consenso entre as partes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do último reajuste, a título de antecipação de aumento futuro.

Art. 10. Os reajustes decorrentes das formalidades previstas nos artigos 8º e 9º deverão ser homologados pelas Comissões de Encargos Educacionais, respectivas.

Art. 11. Os estabelecimentos de ensino que não tenham seus encargos educacionais fixados ou reajustados de acordo com índices estabelecidos pelas Comissões de Encargos Educacionais, inclusive os relacionados ao Ensino Pré-escolar, terão seus preços estabelecidos através de pacto entre as partes.

Art. 12. As Delegacias do MEC, a SUNAR e as Secretarias de Educação, sob a coordenação das Comissões de Encargos Educacionais, exercerão a orientação, supervisão e fiscalização de todas as atividades referentes aos encargos educacionais abrangidos por este decreto.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 14. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de janeiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Jorge Bornhausen

João Sayad

DECRETO Nº 93.912, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Seringal Remanso», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Xapuri e Rio Branco, no Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1.º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Seringal Remanso», com área de 39,570ha (trinta e nove mil, quinhentos e setenta hectares), situado nos Municípios de Xapuri e Rio Branco, do Estado do Acre, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no Ponto P-1, de coordenadas geográficas, longitude 67°54'19"WGr e latitude 10°21'21"S, localizado na margem direita do Rio Acre, divisa com o Seringal Itu; daí, segue confrontando com o Seringal Itu, com os seguintes rumos e distâncias: 50°30'SE e 2.300 metros, até o Ponto P-2; 52°00'SE e 5.200 metros, até o Ponto P-3; 45°30'SE e 4.650 metros, até o Ponto P-4; 01°30'SW e 6.950 metros, até o Ponto P-5; 40°00'SE e 2.600 metros, até o Ponto P-6; 86°30'SE e 1.300 metros, até o Ponto P-7; 51°00'SE e 7.050 metros, até o Ponto P-8; daí, segue confrontando com o Seringal São Luiz do Remanso, com os seguintes azimutes e distâncias: 31°00'SW e 2.800 metros, até o Ponto P-9; 05°30'SW e 1.950 metros, até o Ponto P-10; 55°00'SW e 2.450 metros, até o Ponto P-11, localizado na margem esquerda da BR-317, sen-

tido Xapuri/Rio Branco; daí, segue pela margem da citada rodovia, com rumo de 87°30'SW e distância de 1.200 metros, até o Ponto P-12, localizado na margem esquerda da BR-317; daí, segue confrontando com o Seringal São Gabriel, com os seguintes rumos e distâncias: 74°00'SW e 850 metros, até o Ponto P-13; 05°30'NW e 300 metros, até o Ponto P-14; 87°30'NW e 400 metros, até o Ponto P-15; 28°30'NW e 350 metros, até o Ponto P-16; 12°00'NW e 350 metros, até o Ponto P-17; 88°00'NE e 350 metros, até o Ponto P-18; 45°00'NE e 800 metros, até o Ponto P-19; 34°00'NW e 500 metros, até o Ponto P-20; 60°30'NE e 250 metros, até o Ponto P-21; 58°00'SE e 200 metros, até o Ponto P-22; 34°30'NE e 250 metros, até o Ponto P-23; 29°00'NW e 250 metros, até o Ponto P-24; 00°00'N e 250 metros, até o Ponto P-25; 53°00'NW e 250 metros, até o Ponto P-26; 33°00'NE e 150 metros, até o Ponto P-27; 62°30'SE e 300 metros, até o Ponto P-28; 11°00'NE e 350 metros, até o Ponto P-29; 34°30'NW e 300 metros, até o Ponto P-30; 08°00'NW e 900 metros, até o Ponto P-31; 69°00'NW e 500 metros, até o Ponto P-32; 06°30'NE e 600 metros, até o Ponto P-33; 75°00'NE e 350 metros, até o Ponto P-34; 33°00'NE e 250 metros, até o Ponto P-35; 21°30'NW e 600 metros, até o Ponto P-36; 85°30'SW e 200 metros, até o Ponto P-37; 23°30'SE e 500 metros, até o Ponto P-38; 84°30'SW e 450 metros, até o Ponto P-39; 33°30'SW e 850 metros, até o Ponto P-40; 13°00'SW e 400 metros, até o Ponto P-41; 60°00'SW e 800 metros, até o Ponto P-42; 62°00'NW e 500 metros, até o Ponto P-43; 69°00'SW e 300 metros, até o Ponto P-44; 61°30'NW e 650 metros, até o Ponto P-45; 31°00'SW e 500 metros, até o Ponto P-46; 05°30'SW e 300 metros, até o Ponto P-47; 51°00'NW e 300 metros, até o Ponto P-48; 61°30'SW e 1.000 metros, até o Ponto P-49; 44°30'NW e 1.650 metros, até o Ponto P-50; 54°00'SW e 950 metros, até o Ponto P-51; 42°00'NW e 1.050 metros, até o Ponto P-52; 62°00'SW e 500 metros, até o Ponto P-53, divisa com o Seringal Nova Amélia; daí, segue confrontando com o Seringal Nova Amélia com os seguintes rumos e distâncias: 40°00'NW e 8.400 metros, até o Ponto P-54; 33°00'NW e 4.650 metros, até o Ponto P-55; 76°00'NW e 500 metros, até o Ponto P-56; 11°00'NE e 1.950 metros, até o Ponto P-57; 82°00'NW e 1.950 metros, até o Ponto P-58; 06°30'NE e 1.500 metros, até o Ponto P-59; 26°00'NW e 1.000 metros, até o Ponto P-60; 48°30'NW e 700 metros, atravessando o Rio Acre, até o Ponto P-61, localizado na margem esquerda do Rio Acre; daí, segue subindo pela margem direita do citado rio numa distância de 1.200 metros, até o Ponto P-62, localizado na foz de um Igarapé sem denominação, afluente do Rio Acre, pela margem esquerda; daí, segue subindo pela margem esquerda do citado Igarapé, numa distância de 2.600 metros, até o Ponto P-63, de coordenadas geográficas longitude 67°59'41"WGr e latitude 10°24'57"S, localizado na margem esquerda do Igarapé; daí, segue confrontando com o Seringal Santa Severina, com os seguintes rumos e distâncias: 35°00'NE e 2.300 metros, até o Ponto P-64; 67°00'E e 2.000 metros, até o Ponto P-65; 31°00'NW e 2.300 metros, até o Ponto P-66; 58°00'NW e 900 metros, até

o Ponto P-67; 80°00'NW e 4.050 metros, até o Ponto P-68; 87°00'SW e 900 metros, até o Ponto P-69; 09°00'NW e 4.850 metros, até o Ponto 70, divisa com o Seringal Riozinho do Rola; daí, segue confrontando com o referido seringal com rumo e distância de 87°30'SE e 7.100 metros, até o Ponto P-71, localizado na margem direita do Igarapé Caipóra; daí, segue descendo pela margem direita do citado Igarapé por uma distância de 7.850 metros, até o Ponto P-72, de coordenadas geográficas longitude 67°57'02"WGr e latitude 10°18'17"S, divisa com o Seringal Itú; daí, segue confrontando com o referido seringal com rumo e distância de 46°30'SE e 6.200 metros, até o Ponto P-73, atravessando o Rio Acre, localizado na margem esquerda do citado rio; daí, segue descendo pela margem direita do citado rio numa distância de 1.250 metros, até o Ponto P-1, inicial da descrição. (Fonte de Referência: Cartas Planimétricas DSG, folhas MI-1607 e MI-1675, escala 1:100.000, ano 1980).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.913, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Serrote», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Caridade, Canindé, Aratuba e Mulungu, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Serrote», com a área de 8.759;8043ha (oito mil, setecentos e cinquenta e nove hectares, oitenta ares e cinquenta e quatro centiares), situado nos Municípios de Caridade, Canindé, Aratuba e Mulungu, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do Ponto 1, de coordenadas UTM E=481.760m e N=9.524.970m, referidas ao MC 39°WGr, cravado na margem direita da estrada que interliga a sede da Fazenda à Fazenda Ipueira de Cima; deste, segue por uma estrada carroçável, que interliga este imóvel à sede do município de Caridade, confrontando com terras de Aristides Ferreira dos Santos com os seguintes azimutes e distâncias: 310°30' e 220m, até o Ponto 2; 7°30' e 230m, até o Ponto 3; deste, segue pela mesma estrada, confrontando com terras de Elizeu Ferreira dos Santos, com azimute de 326°30' e distância de 730m, até o Ponto 4; deste, segue, ainda pela mesma estrada, confrontando com terras de Francisco dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 353°15' e 520m, até o Ponto 5; 4°15' e 500m, até o Ponto 6; 350°45' e 310m, até o Ponto 7; 292°00' e 370m, até o Ponto 8; 4°15' e 250m, até o Ponto 9; 350°45' e 170m, até o Ponto 10; 39°45' e 300m, até o Ponto 11; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Humberto Macário de Brito, com os seguintes azimutes e distâncias: 112°45' e 3.100m, até o Ponto 12; 22°45' e 1.410m, até o Ponto 13; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Francisco Cirilo de Menezes, com os seguintes azimutes e distâncias: 108°15' e 5.170m, até o Ponto 14; 116°15' e 5.000m, até o Ponto 15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Lauro Andrade, com azimutes de 105°45' e distância de 2.360m, até o Ponto 16; deste, segue por linhas secas confrontando com terras de Geraldo Farias, com os seguintes azimutes e distâncias: 142°15' e 400m, até o Ponto 17; 81°45' e 200m, até o Ponto 18; 126°00' e 280m, até o Ponto 19; 105°00' e 500m, até o Ponto 20; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Antônio Pessoa, com os seguintes azimutes e distâncias: 162°00' e 150m, até o Ponto 21; 268°45' e 180m, até o Ponto 22; 183°45' e 330m, até o Ponto 23; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Luís Amaro, com azimute de 144°15' e distância de 220m, até o Ponto 24; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Antônio Pessoa de Carvalho, com os seguintes azimutes e distâncias: 171°45' e 810m, até o Ponto 25; 138°00' e 700m, até o Ponto 26; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Aunelo Rocha, herdeiros de Juvêncio de Barros, José Guilherme, Raimundo Alves de Arruda, Antônio Rodrigues Barroso e José

Carneiro Sobrinho, com azimute de $232^{\circ}15'$ e 2.700m, até o Ponto 27; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antônio Rodrigues Barroso, com azimute de $136^{\circ}15'$ e distância de 500m, até o Ponto 28; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Elias Laureano de Sousa e Pedro Laureano de Sousa, com azimute de $212^{\circ}00'$ e distância de 830m, até o Ponto 29; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Pedro Laureano de Sousa, com azimute de $155^{\circ}45'$ e distância de 150m, até o Ponto 30; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José de Sousa Neto e Expedito de Sousa e Nemésio Lopes Cardoso, com azimute de $211^{\circ}30'$ e distância de 630m, até o Ponto 31; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Rodrigues dos Santos e José Barbosa Marreiro Filho, com azimute de $191^{\circ}15'$ e distância de 580m, até o Ponto 32; deste, segue por linhas secas, confrontando ainda com terras de José Barbosa Marreiro Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: $124^{\circ}00'$ e 550m, até o Ponto 33; $95^{\circ}45'$ e 330m, até o Ponto 34; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José de Sousa Neto e Pedro Álvares Sobrinho, com azimute de $219^{\circ}15'$ e distância de 170m, até o Ponto 35; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Manoel Rodrigues Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: $285^{\circ}15'$ e 960m, até o Ponto 36; $237^{\circ}45'$ e 130m, até o Ponto 37; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Gerardo Almeida e Vicente Ferre Leitão, com azimute de $296^{\circ}15'$ e distância de 9.040m, até o Ponto 38; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Odilon Feitosa, com azimute de $279^{\circ}00'$ e distância de 330m, até o Ponto 39; deste, segue por uma estrada carroçável, que interliga a Fazenda Oiticica à sede do município, confrontando ainda com terras de Odilon Feitosa, com os seguintes azimutes e distâncias: $336^{\circ}00'$ e 230m, até o Ponto 40; $10^{\circ}15'$ e 360m, até o Ponto 41; $339^{\circ}15'$ e 530m, até o Ponto 42; $0^{\circ}00'$ e 530m, até o Ponto 43; $297^{\circ}15'$ e 120m, até o Ponto 44; $331^{\circ}15'$ e 470m, até o Ponto 45; $347^{\circ}30'$ e 850m, até o Ponto 46; deste, segue pela mesma estrada, confrontando com terras de José Rufino, com os seguintes azimutes e distâncias: $17^{\circ}30'$ e 210m, até o Ponto 47; $336^{\circ}00'$ e 310m, até o Ponto 48; $0^{\circ}00'$ e 500m, até o Ponto 49; $350^{\circ}15'$ e 520m, até o Ponto 50; $307^{\circ}15'$ e 160m, até o Ponto 51; $27^{\circ}15'$ e 600m, até o Ponto 52; deste, segue pela estrada carroçável que interliga o imóvel à Fazenda Ipueira de Cima, confrontando ainda com terras de José Rufino, com os seguintes azimutes e distâncias: $262^{\circ}15'$ e 520m, até o Ponto 53; $244^{\circ}15'$ e 490m, até o Ponto 54; $276^{\circ}45'$ e 180m, até o Ponto 55; $250^{\circ}15'$ e 440m, até o Ponto 56; $285^{\circ}00'$ e 300m, até o Ponto 57; $227^{\circ}45'$ e 380m, até o Ponto 58; $271^{\circ}45'$ e 480m, até o Ponto 59; $237^{\circ}15'$ e 270m, até o Ponto 60; $268^{\circ}15'$ e 620m, até o Ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fontes de Referência: Levantamento Aerofotogramétrico da Região, realizado pelo Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A., na escala de 1:40.000 e Carta DSG, índice de nomenclatura SB.24-V-B-III, ano de 1974, Canindé-CE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.914, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Roque», situado no Município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Roque», com a área de 750,0ha (setecentos e cinquenta hectares), situado no Município de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: o marco M-7, escolhido como ponto primordial na descrição do perímetro, contém as coordenadas E=532.283,94m e N=7.449.301,03m, ambos plano retangulares do sistema U.T.M., encontra-se cravado na faixa de domínio da BR-101, margem direita, sentido Rio/Santos, e distante 114m do marco quilométrico 163; do marco M-7, seguindo pela margem direita do Córrego do Tiba, no sentido NW, com 3.613m de distância percorrida, chega-se ao marco M-6, de coordenadas E=530.127,96m e N=7.450.389,12m. Nesse trecho a área

confronta-se com a Gleba Taquari, recentemente medida e demarcada; do marco M-6, deixando o Tiba, a área passa a confrontar-se com o PNSB (Parque Nacional da Serra Bocaina), com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 237°30' e 3.200m, até o M-1, situado no alto do morro de 441m de altitude; 122°00' e 2.230m, até o M-2, vértice de triangulação denominado Morro da Escola, identificado no sistema UTM pelas suas coordenadas plano retangulares E=529.233.17m e N=7.447.535.96m; do M-2, com azimute verdadeiro de 85°20' e 1.700m de distância percorrida, chega-se ao M-3, na faixa de domínio da BR-101, lado direito, sentido Rio/Santos, no Km 165+417,50; nesse trecho a área descrita confronta-se com terras remanescentes da Fazenda Barra Grande; do marco M-3, pela referida faixa de domínio, no sentido NE, com 2.350m, atinge-se o M-7, marco inicial da presente descrição. (Fonte de referência: Folha SF.23-Z-C-1-2 do IBGE, Escala 1:50.000, ano 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.915, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Fixa as proporções, referentes ao ano-base de 1986, a serem observadas para promoção obrigatória de Oficiais das Armas, Quadros e Serviços do Exército.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 61, § 1º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares,

D E C R E T A :

Art. 1º São fixados, para o ano-base de 1986, as seguintes proporções a serem observadas no cálculo do número de vagas para promoção obrigatória no Exército:

Postos Armas, Quadro e Sv	Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten
Armas e QMB	1/6	1/8	1/9	—	—
Médicos	1/6	1/15	1/9	—	—
Farmacêuticos	1/4	1/4	1/20	—	—
Dentistas	1/5	1/12	1/8	—	—
Veterinários	1/8	1/6	1/20	—	—
Intendentes	1/8	1/12	1/11	—	—
QEM	1/8	1/7	1/15	—	—
Capelães	1/3	1/7	1/8	—	—
QAO	—	—	—	1/4	1/10

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 93.916, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, situados nos Municípios de Carnaubais e Alto do Rodrigues, no Estado do Rio Grande do Norte, necessários à construção do Gasoduto Estreito «B»/Serraria e Variante, e de Ramal do Oleoduto Estreito/Guamaré.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 24 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e de conformidade com o que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e atendendo à necessidade de a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS construir o Gasoduto Estreito «B» Serraria e Variante Ramal do Oleoduto Estreito/Guamaré, nos Municípios de Carnaubais e Alto do Rodrigues, no Estado do Rio Grande do Norte,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS,

os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, excluídos os bens de domínio público, compreendidos nas faixas de terras situadas nos Municípios de Carnaubais e Alto do Rodrigues, no Estado do Rio Grande do Norte, destinados à construção de dutos para o sistema de escoamento de gás produzido na região do Estreito, os quais se encontram relacionados neste decreto e assinalados na planta e desenho que constam do Proc. MME nº 27000.006515/86-13.

Parágrafo único. As faixas de terras a que se referem este decreto, com aproximadamente 268.463,08 m², assim se descrevem e caracterizam:

1) *Faixa do Gasoduto*, com aproximadamente 230.987,28 m² de 12,00 m de largura e 19.248,94 m de extensão, tendo início no vértice V.0, situado no eixo da referida faixa cujas coordenadas topográficas são N=9.405.063,4861 e E=735.277,5046, com azimute 299°08'57" e distância de 3.544,81 m, chega-se ao vértice V.1 de coordenadas N=9.406.790,1187 e E=732.181,6363, com azimute 310°32'23" e distância de 2.731,16 m, chega-se ao vértice V.2 de coordenadas N=9.408.565,3123 e E=730.106,0814, com azimute 305°23'41" e distância de 581,04 m, chega-se ao vértice V.3 de coordenadas N=9.408.901,8548 e E=729.632,4299, com azimute 316°44'07" distância de 492,09 m, chega-se ao vértice V.4 de coordenadas N=9.409.260,1922 e E=729.295,1675, com azimute de 310°37'05" e distância de 1.526,10 m, chega-se ao vértice V.5 de coordenadas N=9.410.253,7025 e E=728.136,7600, com azimute 307°39'22" e distância de 9.044,28 m chega-se ao vértice V.6 de coordenadas N=9.415.779,0511 e E=720.976,4846, com azimute 317°44'17" e distância de 773,70 m, chega-se ao vértice V.7 de coordenadas N=9.416.351,6481 e E=720.456,1594, com azimute 330°45'08" e distância de 555,70 m, chega-se ao vértice V.8 de coordenadas N=9.416.836,5029 e E=720.184,6547 encerrando a presente descrição.

2) *Faixa da Variante*, com aproximadamente 13.419,00 m², de 12 m de largura e 1.118,25 m de extensão, tendo início no vértice «V.0» situado dentro da faixa de servidão instituída pela PETROBRÁS, referente ao Oleoduto de Estreito «A» (Estação Coletora Estreito «B» a Estação Coletora «A»), cujas coordenadas são N=9.407.845,2093 e E=742.519,8155, prosseguindo em linha reta com azimute de 136°38'36" e distância de 11,00m até encontrar a lateral direita do limite da faixa de servidão acima mencionada, de coordenadas N=9.407.837,211 e E=742.527,3674, prosseguindo em linha reta com azimute de 136°38'36" e distância de 1.082,00 metros, pelos vértices V.1 e V.2, até o cruzamento com a faixa de servidão do Oleoduto — Trecho «C» (Estação Coletora 44 a Estação Coletora «A») de 12,00 metros de largura, instituída pela PETROBRÁS, compreendendo entre as coordenadas N=9.406.960,737 e E=743.131,9423 e N=9.406.949,705 e E=743.136,6641, segue com azimute de 156°49'43", e distância de 36,25 metros, chega-se

no vértice V.3 de coordenadas N=9.406.916,3797 e E=743.150,9275, encerrando a presente descrição.

3) *Faixa do Ramal do Oleoduto Estreito/Guamaré*, com aproximadamente 24.057,20 m², de 20,00 m de largura e 1.202,86 m de extensão, tendo início no vértice V.0 situado no eixo da referida faixa, cujas coordenadas topográficas são: N=9.411.257,6579 e E=749.245,2374 com azimuth de 161°34'00" e distância de 1.202,86m, chega-se ao vértice V.1 de coordenadas N=9.410.106,5307 e E=749.628,9102, encerrando a presente descrição.

Art. 2º A Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, fica autorizada a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidões administrativas e/ou de passagem a que se refere o art. 1º deste decreto.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas asseguradas por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para o efeito da prévia imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956 e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.917, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Declaru de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, situados nos Municípios de Jaboatão e Igarassu, no Estado de Pernambuco, necessários à construção de acessos às áreas das Estações Redutoras de pressão do Gasoduto do Nordeste, naquela região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 24 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e de conformidade com o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e atendendo à necessidade de a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS construir acesso às áreas das Estações Redutoras de Pressão do Gasoduto do Nordeste, áreas estas localizadas no Estado de Pernambuco,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular, excluídos os bens de domínio público, compreendidos nas faixas de terras situadas nos Municípios de Jaboatão e Igarassu, no Estado de Pernambuco, destinados à construção de acessos às áreas das Estações Redutoras de Pressão do Gasoduto do Nordeste, gasoduto este destinado ao escoamento do gás natural produzido na Plataforma Continental do Estado do Rio Grande do Norte, as quais se encontram relacionadas neste decreto e assinaladas nas plantas e desenhos que constam do Proc. MME nº 27000.006514/86-51.

Parágrafo único. As faixas de terras e áreas de propriedade particular a que se refere este decreto, com aproximadamente 10.422,00 m² (dez mil, quatrocentos e vinte e dois metros quadrados) estão compreendidas e caracterizadas na descrição seguinte:

Área I: área de terra de 8.670 m² no Município de Jaboatão-PE, que inicia-se na estaca 0 + 0,00 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.104.823,0823 e E=275.996,9009), que com rumo aproximado do Nordeste faz um ângulo de 45°53'22" com a BR-232, de rumo aproximado Leste, com a qual confronta-se, seguindo em linha reta numa distância de 118,09m, com azimute de 38°07'08", até o PI-3 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.104.915,9873 e E=276.069,7974), sofrendo aí uma deflexão para a esquerda de 41°20'20", seguindo em linha reta, rumo aproximado Norte, numa distância de 41,91m, com azimute de 356°46'48", até o PI-4 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.104.957,8312 e E=276.067,4434), sofrendo aí uma deflexão para a direita de 40°28'40", seguindo em linha reta, com rumo aproximado Nordeste, numa distância de 79,42m, com azimute de 37°15'28", até o PI-5 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.105.021,0434 e E=276.115,5247), sofrendo aí uma deflexão para a direita de 18°15'00", seguindo em linha reta, ainda com rumo aproximado Nordeste, numa distância de 57,66m e com azimute de 55°30'28", até o PI-6 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.105.053,6946 e E=276.163,0465), sofrendo aí uma deflexão para a esquerda de 50°52'40", seguindo em linha reta, com rumo aproximado Norte, numa distância de 33,87m, e com azimute de 4°37'48", até o PI-7 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.105.087,4511 e E=276.165,783), sofrendo aí uma deflexão para a esquerda de 52°57'28", seguindo em linha reta, com rumo aproximado Noroeste, numa distância de 87,08m e com azimute de 311°40'28", até encontrar o PI-8 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.105.145,3537 e E=276.100,7336), sofrendo aí uma deflexão para a direita de 59°22'17", seguindo em linha reta, rumo aproximado Norte, numa distância de

63,58m, com azimute de $11^{\circ}02'45''$, até a estaca 23 + 12,42 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.105.207,8834 e E=276.112,9401). A área a ser desapropriada, encontra a faixa de servidão do gasoduto do Nordeste, na estaca 20 + 0,00 do acesso. As confrontações laterais de toda a área, são com a propriedade do Sr. Hudson de Moraes Magalhães, de acordo com a Planta Cadastral n.º DE=826.11.372.037-ASA-002, encerrando a presente descrição.

Área II: área de terra de 1.752,00 m², no Município de Igarassu-PE, que inicia-se na esta 0 + 0,00 de coordenadas UTM (N=9.135.045,16 e E=285.556,20), do acesso que, com rumo aproximado Sudeste, faz um certo ângulo com a estrada da Usina São José, de rumo aproximado Leste com a qual confronta-se, seguindo em linha reta numa distância de 15m com azimute de $149^{\circ}07'14''$ até o PI-2 do acesso de coordenadas UTM (N=9.135.032,2883 e E=285.563,8985) sofrendo aí, uma deflexão para a esquerda de $16^{\circ}31'30''$, seguindo em linha reta, com rumo aproximadamente igual, numa distância de 75,53m até o PI-3 do acesso, de coordenadas UTM (N=9.134.981,1684 e E=285.619,4976), sofrendo aí uma deflexão para a direita, com rumo aproximado Sul, de $61^{\circ}55'30''$ e seguindo em linha reta numa distância de 16,83m até encontrar a cerca externa da área de scrapers na estaca 5 + 5,50 de coordenadas UTM (N=9.134.973,5885 e E=285.617,5344). A área a ser desapropriada é cortada pela faixa de servidão do Gasoduto do Nordeste, entre as estacas 1 + 18,03 e 4 + 8,00 do acesso. As confrontações laterais de toda a área são com a propriedade do Sr. Edelson Barbosa de Souza de acordo com a Planta Cadastral n.º 826.11.372.037-ASA-001, encerrando a presente descrição.

Art. 2.º A Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, fica autorizada a promover e a executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidões administrativas e/ou de passagem a que se refere o artigo 1.º deste decreto.

Art. 3.º A expropriante, no exercício das prerrogativas asseguradas por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para o efeito da prévia imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956 e Decreto-lei n.º 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.918, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Intermínisterial, instituído pelo Decreto nº 92.754, de 5 de junho de 1986, para realizar estudos relativos à implementação de Estação Ecológica na área onde se localiza a Central Nuclear de Angra dos Reis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980.

DECRETA :

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estabelecido no art. 3º do Decreto nº 92.754, de 5 de junho de 1986.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dení Lineu Schwartz

DECRETO Nº 93.919, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Reabre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.877, de 23 de dezembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III e em conformidade com o disposto no artigo 62, § 4º, ambos da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica reaberto, sob a forma anexa a este decreto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial de CZ\$ 4.945.149.000,00 (quatro bilhões, novecentos e quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e nove mil cruzados), autorizado pelo Decreto-lei nº 2.315, de 23 de dezembro de 1986, e aberto pelo Decreto nº 93.877, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

O anexo está publicado no D.O. de 14-1-87, e retificado no D.O. de 20-1-87.

DECRETO Nº 93.920, DE 13 DE JANEIRO DE 1987

Prorroga os prazos de vigência dos arts. 1º e 3º do Decreto nº 91.403, de 5-7-85, que dispõe sobre a proibição de ingresso de pessoal na Administração Direta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam prorrogados, para 31 de dezembro de 1987, os prazos a que se referem os arts. 1º e 3º do Decreto nº 91.403, de 5 de julho de 1985, alterados pelos Decretos nºs 91.997, de 28 de novembro de 1985, e 92.738, de 3 de junho de 1986.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

João Sayad

Aluizio Alves

DECRETO Nº 93.921, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Altera a redação do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, que extingue órgãos do Ministério da Educação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, incisos I, III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 178, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

DECRETA :

Art. 1º Ficam alterados o artigo 2º e o inciso VII do artigo 5º do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, que passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º Fica extinta a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a formação Profissional (CENAFOR), cuja instituição foi autorizada pelo Decreto-lei nº 616, de 9 de junho de 1969, revertendo o seu patrimônio para a União, ressalvada a possibilidade de absorção da entidade ou de suas unidades, até 31 de janeiro de 1987, por ente de governo estadual ou municipal, nas condições estabelecidas em convênio.

Parágrafo único. O convênio poderá prever auxílio financeiro do Ministério da Educação no montante necessário ao custeio das despesas de pessoal e respectivos encargos que o ente estadual ou municipal conveniente esteja impedido de realizar em virtude da proibição estabelecida pelo artigo 19 da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1986».

«Art. 5º

VII — a designação de servidor para promover a quitação dos direitos titularizados pelos empregados da CENAFOR, cujos contratos individuais de trabalho são rescindidos, ressalvado o disposto na parte final do *caput* do art. 2º».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de novembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.922, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Córrego Varejão», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itaiópolis, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos

dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos arts. 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e IV, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Córrego Varejão», com a área de 155,3523ha (cento e cinquenta e cinco hectares, trinta e cinco ares e vinte e três centiares), situado no Município de Itaiópolis, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 01, cravado à margem de um arroio sem denominação, comum com o remanescente de Fridalina M. D. Rigodanzo e o imóvel da família Slocobier, de coordenadas UTM E = 610.650m e N = 7.087.850m, referidas ao MC 51ºW Gr., segue por linha seca, confrontando com os imóveis da família Slocobier e de Pedro A. Cachel, com azimute de 140º e distância de 980m, até o marco 02, cravado à margem esquerda do Córrego Varejão; deste, segue pelo Córrego Varejão, à montante, com distância de 1.200m, até o marco 03; deste, segue por uma linha seca, confrontando com o imóvel da Companhia Industrial e Comercial Itaiópolis — CICI, com azimute de 275º e distância de 980m, até o marco 04; deste, segue por linhas secas, confrontando com o remanescente de Fridalina M. D. Rigodanzo, com os seguintes azimutes e distâncias: 350º e 1.570m, até o marco 05; 99º e 230m, até o marco 06; 83º e 120m, até o marco 07; 41º e 220m, até o marco 08; 78º e 160m, até o marco 09; 130º e 130m, até o marco 10; 75º e 120m, até o marco 11; 41º e 110m, até o marco 01, início da descrição deste perímetro. (Fonte de Referência: Carta do Brasil — Folha SG-22-Z-A-III-3, Itaiópolis — Escala: 1:50.000, primeira impressão 1981, primeira edição IBGE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência de 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.923, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Sapucaia», situado no Município de Santa Luzia, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Sapucaia», com a área de 14.566,8045ha (quatorze mil, quinhentos sessenta e seis hectares, oitenta ares e quarenta e cinco centiares), situado no Município de Santa Luzia, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 0, de coordenadas geográficas longitude 46º02'48''WGr e latitude 04º01'50''S, situado na divisa das terras de Valter Mineiro e Expedido Leite; deste, segue limitando com terras do Sr. Expedido Leite, com rumo magnético de 90º00'W e distância de 3.500m, até o marco 1; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 70º00'NW e distância de 260m, até o marco 2; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 05º00'NW e distância de 950m, até o marco 3; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 45º00'NW e distância de 1.775m, até o marco 4; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 65º00'NW e distância de

1.500m, até o marco 5; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 30°00'NE e distância de 270m, até o marco 6; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 20°00'NW e distância de 1.480m, até o marco 7; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 83°00'SW e distância de 500m, até o marco 8; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 53°00'SW e distância de 190m, até o marco 9; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 05°00'SW e distância de 145m, até o marco 10; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 57°00'SW e distância de 360m, até o marco 11; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 16°00'NW e distância de 1.270m, até o marco 12; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 48°00'NW e distância de 266m, até o marco 13; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 17°00'NW e distância de 480m, até o marco 14; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 60°20'NW e distância de 869m, até o marco 15; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 11°40'NW e distância de 600m, até o marco 16; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 24°40'NE e distância de 785m, até o marco 17; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 46°40'NW e distância de 2.116m, até o marco 18; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 56°40'NE e distância de 253m, até o marco 19; deste, segue, limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 15°40'NW e distância de 604m, até o marco 20; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 33°40'NW e distância de 1.480m, até o marco 21; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 89°40'SW e distância de 500m, até o marco 22; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 21°20'NW e distância de 518m, até o marco 23; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 46°40'NW e distância de 769m, até o marco 24; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 33°40'NE e distância de 1.275m, até o marco 25; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 83°40'NE e distância de 2.060m, até o marco 26; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 67°40'NE e distância de 212m, até o marco 27; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 25°20'NE e distância

de 967m, até o marco 28; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 47°40'NE e distância de 860m, até o marco 29; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 89°20'NE e distância de 217m, até o marco 30; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 67°40'NE e distância de 2.000m, até o marco 31; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 32°40'NE e distância de 750m, até o marco 32; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 43°40'NE e distância de 323m, até o marco 33; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 65°40'NE e distância de 454m, até o marco 34; deste, segue limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 72°40'NE e distância de 800m, até o marco 35; deste, segue, limitando com terras devolutas ocupadas por posseiros, com rumo magnético de 66°50'SE e distância de 350m, atravessando o Igarapé do Jenipapo, até o marco 36; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 41°50'SE e distância de 1.000m, até o marco 37; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 44°50'SE e distância de 1.000m, até o marco 38; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 47°50'SE e distância de 1.000m, até o marco 39; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 43°50'SE e distância de 1.000m, até o marco 40; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 48°50'SE e distância de 1.000m, até o marco 41; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 50°50'SE e distância de 800m, até o marco 42; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 47°50'SE e distância de 200m, até o marco 43; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 49°00'SE e distância de 4.400m, até o marco 44; deste, segue limitando com terras de Jorge Maluf, com rumo magnético de 21°00'SE e distância de 6.000m, até o marco 45; deste, segue limitando com terras de Walter Mineiro, com rumo magnético de 87°00'SW e distância de 156m, até o marco 46; deste, segue limitando com terras de Walter Mineiro, com rumo magnético de 45°00'NW e distância de 7.400m, até o marco 47; deste, segue limitando com terras de Walter Mineiro, com rumo magnético de 0°00'S e distância de 9.100m, até o marco 0, início da descrição deste perímetro (Fontes de Referência: Cartas planimétricas RADAMBRASIL, folhas SA.23-Y-D e SB.23-V-B, publicadas em 1973 na escala 1:250.000, levantamento cartorial e locações feitas em campo pelos técnicos da SR-12/T).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.924, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Projeto 4045» classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no município de Alcobaca, no Estado da Bahia compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969;

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, item I, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel denominado «Projeto 4045», com a área de 5.100,000ha (cinco mil e cem hectares), situado no Município de Alcobaca, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no M-1, de coordenadas geográficas longitude 39º17'17" WGr e latitude 17º27'17" S, situado na margem esquerda do Rio Itanhetinga, na divisa de terras da Fazenda Santo Antônio, deste, segue pela referida margem esquerda do Rio Itanhetinga, à montante, com a distância de 5.500,00m, até o M-2, situado na divisa de terras do «Seu Zé»; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do «Seu Zé», com os seguintes azimutes e distâncias: 350º00' e

2.600,00m, até o P3; 295°00' e 2.400,00m, até o P4; 183°00' e 2.350,00m, até o P5, situado na margem esquerda do Rio Itanhetinga; deste, segue pela referida margem esquerda do Rio Itanhetinga, à montante, com a distância de 6.300m, até o P6, situado na margem esquerda do Rio Itanhetinga, na divisa de terras da C.A.F.; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da C.A.F., com os seguintes azimutes e distâncias: 340°30' e 3.500,00m, até o P7; 243°00' e 1.650,00m, até o P8; 00°00' e 2.850,00m, até o P9, situado na divisa de terras de Shafik Saab, deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Shafik Saab, com azimute de 45°00' e distância de 2.600,00m, até o P10, situado na divisa de terras de Nilson Lima; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Nilson Lima, com azimute de 129°30' e distância de 3.150m, até o P11, situado na divisa de terras de quem de direito; deste, segue por linha seca confrontando com terras de quem de direito, com os seguintes azimutes e distâncias: 137°30' e 6.550,00m, até o P12; 112°00' e 3.950,00m, até o P13, situado na divisa de terras da Fazenda Santo Antônio; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Santo Antônio, com os seguintes azimutes e distâncias: 173°30' e 1.250,00m, até o P14; 117°30' e 2.200,00m, até o P15; 174°30' e 2.250,00m, até o M-1, início da descrição do perímetro. (Fontes de Referência: Carta da SUDENE, Folha SE.24-V-D-III, Escala 1:100.000, Ano 1976 e Informações «In Loco»).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.925, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, em São Paulo — SP.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o arti-

go 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000570/85-11, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fonoaudiologia, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, mantida pela Sociedade Beneficente São Camilo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.926, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
História da Faculdade Integrada do Noroeste de Minas.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000519/85-55, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de História, como licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais e licenciatura plena em História, a ser ministrado em Paracatu, pela Faculdade Integrada do Noroeste de Minas, mantida pelo Centro Brasileiro de Educação e Cultura, com sede em Brasília — DF.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.927, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.022082/86-65, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebastião do Paraíso, mantida pela Fundação Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas de São Sebastião do Paraíso, com sede na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.928, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Altera o Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados o artigo 10 e seu § 1º e o artigo 12 do Estatuto da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR, aprovado pelo Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, e alterado pelo Decreto nº 92.544, de 15 de abril de 1986, que passam a ter a seguinte redação:

«Art. 10. O Conselho Administrativo será constituído pelo Secretário-Geral do Ministério da Educação, pelo Presidente da EDUCAR, pelo Diretor-Geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — INEP, e pelo Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE e pelo Presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa — FUNTEVE, e mais 4 (quatro) membros nomeados pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 1º O Secretário-Geral do Ministério da Educação presidirá as reuniões do Conselho Administrativo, sendo substituído, em seus impedimentos, pelo Presidente da EDUCAR.

Art. 12. O Conselho Consultivo será constituído pelo Secretário-Geral do Ministério da Educação, pelo Presidente da EDUCAR e mais 9 (nove) pessoas de notória competência na área educacional, nomeados pelo Ministro de Estado da Educação».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.929, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Fixa no Ministério da Aeronáutica, os mínimos de vagas para promoção obrigatória, referentes ao ano-base de 1986, nos diversos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o § 1º do artigo 61 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

DECRETA :

Art. 1º Ficam estabelecidos, para o ano de 1986, as seguintes proporções, do efetivo de cada posto, a serem observadas no cálculo do número mínimo de vagas para os diversos postos dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica:

Quadro de Oficiais Aviadores:

Coronel	17/92	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	53/354	do efetivo do posto
Major	1/7	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Engenheiros:

Coronel	1/5	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	1/5	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Intendentes:

Coronel	1/5	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	13/101	do efetivo do posto
Major	29/197	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Médicos:

Coronel	1/5	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	1/5	do efetivo do posto
Major	19/115	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Farmacêuticos e Dentistas:

Coronel	1/4	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	1/5	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica:

Coronel	1/4	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Capelães:

Coronel	1/4	do efetivo do posto
Tenente-Coronel	1/10	do efetivo do posto
Major	1/15	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Especialistas em Avião, Comunicação, Armamento e Fotografia:

Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto
Capitão	1/6	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia:

Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto
Capitão	1/10	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo:

Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto
Capitão	1/8	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo:

Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	1/5	do efetivo do posto
Capitão	1/8	do efetivo do posto

Quadro de Oficiais Especializados em Suprimento Técnico:

Tenente-Coronel	1/4	do efetivo do posto
Major	3/11	do efetivo do posto
Capitão	5/51	do efetivo do posto

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário:

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 93.930, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Fixa os Efetivos de Oficiais da Marinha para 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei nº 7.151 de 1º de dezembro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º São fixados os Efetivos de Oficiais dos seguintes Corpos e Quadros da Marinha para vigorarem em 1987:

CORPO DA ARMADA

Almirantes-de-Esquadra	5
Vice-Almirantes	16
Contra-Almirantes	28
Capitães-de-Mar-e-Guerra	184
Capitães-de-Fragata	391
Capitães-de-Corveta	532
Capitães-Tenentes	690
Primeiros-Tenentes	395
Segundos-Tenentes	300

CORPO DE FUZILEIROS NAVAI

Almirante-de-Esquadra	1
Vice-Almirantes	2
Contra-Almirantes	4

Capitães-de-Mar-e-Guerra	47
Capitães-de-Fragata	85
Capitães-de-Corveta	115
Capitães-Tenentes	170
Primeiros-Tenentes	142
Segundos-Tenentes	80

CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS

Vice-Almirante	1
Contra-Almirantes	3
Capitães-de-Mar-e-Guerra	25
Capitães-de-Fragata	55
Capitães-de-Corveta	80
Capitães-Tenentes	150
Primeiros-Tenentes	70

CORPO DE INTENDENTES DA MARINHA

Vice-Almirante	1
Contra-Almirante	4
Capitães-de-Mar-e-Guerra	47
Capitães-de-Fragata	106
Capitães-de-Corveta	163
Capitães-Tenentes	215
Primeiros-Tenentes	174
Segundos-Tenentes	100

CORPO DE SAÚDE DA MARINHA

Quadro de Médicos

Vice-Almirante	1
Contra-Almirantes	4
Capitães-de-Mar-e-Guerra	30
Capitães-de-Fragata	65
Capitães-de-Corveta	95
Capitães-Tenentes	140
Primeiros-Tenentes	125

Quadro de Cirurgiões-Dentistas

Capitães-de-Mar-e-Guerra	6
Capitães-de-Fragata	20
Capitães-de-Corveta	51
Capitães-Tenentes	77
Primeiros-Tenentes	55

Quadro de Farmacêuticos

Capitães-de-Mar-e-Guerra	3
Capitães-de-Fragata	6
Capitães-de-Corveta	24
Capitães-Tenentes	35

QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES DA MARINHA

Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada

Capitães-de-Fragata	10
Capitães-de-Corveta	60
Capitães-Tenentes	150
Primeiros-Tenentes	100
Segundos-Tenentes	100

*Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo
de Fuzileiros Navais*

Capitães-de-Fragata	3
Capitães-de-Corveta	9
Capitães-Tenentes	25
Primeiros-Tenentes	33
Segundos-Tenentes	31

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.931, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Fixa, no Ministério da Marinha, os mínimos de vagas para promoção obrigatória, referentes ao ano-base 1986, nos diversos Corpos e Quadro de Oficiais da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81 — item III da Constituição e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 61 da Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Para fim de aplicação da Quota Compulsória de que trata o artigo 100 da Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980, ficam fixadas, para o número de vagas para promoção obrigatória nos diversos Corpos e Quadro de Oficiais da Marinha, as proporções abaixo discriminadas sobre os efetivos dos postos:

I — CORPO DA ARMADA	Proporções:
Capitães-de-Mar-e-Guerra.....	1/5
Capitães-de-Fragata	10/65
Capitães-de-Corveta	1/20

II — CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Capitães-de-Mar-e-Guerra.....	1/5
Capitães-de-Fragata	10/65
Capitães-de-Corveta	1/20

III — CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS

Capitães-de-Mar-e-Guerra.....	1/8
Capitães-de-Fragata	1/15
Capitães-de-Corveta	1/20

IV — CORPO DE INTENDENTES DA MARINHA

Capitães-de-Mar-e-Guerra.....	1/5
Capitães-de-Fragata	10/65
Capitães-de-Corveta	1/20

V — CORPO DE SAÚDE DA MARINHA

a) Quadro de Médicos

Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/8
Capitães-de-Fragata	1/15
Capitães-de-Corveta	1/20

b) Quadro de Cirurgiões-Dentistas

Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15

c) Quadro de Farmacêuticos

Capitães-de-Mar-e-Guerra.....	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15

VI — QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES

a) Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada

Capitães-de-Fragata	1/4
Capitães-de-Corveta.....	1/10
Capitães-Tenentes.....	1/15

b) Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais

Capitães-de-Fragata.....	1/4
Capitães-de-Corveta.....	1/10
Capitães-Tenentes.....	1/15

VII — QUADROS COMPLEMENTARES

a) Quadro Complementar do Corpo da Armada

Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15
b) Quadro Complementar do Corpo de Fuzileiros Navais	
Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15
c) Quadro Complementar do Corpo de Intendentes da Marinha	
Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15
d) Quadro Complementar do Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais	
Capitães-de-Mar-e-Guerra	1/4
Capitães-de-Fragata	1/10
Capitães-de-Corveta	1/15

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.932, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Fixa os Efetivos dos Quadros Complementares de Oficiais da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 2º e seus parágrafos da Lei nº 7.301, de 29 de março de 1985,

DECRETA:

Art. 1º São fixados os efetivos de Oficiais dos Quadros Complementares da Marinha para vigorarem em 1987:

I — QUADRO COMPLEMENTAR DO CORPO DA ARMADA (QC-CA)

Capitão-de-Mar-e-Guerra	1
Capitães-de-Fragata	5
Capitães-de-Corveta	56

Capitães-Tenentes	166
Primeiros-Tenentes	126
Segundos-Tenentes (Oficiais da Reserva)	72

II — QUADRO COMPLEMENTAR DO CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS (QC-CETN)

Capitão-de-Mar-e-Guerra	1
Capitão-de-Fragata	1
Capitães-de-Corveta	23
Capitães-Tenentes	43
Primeiros-Tenentes	50
Segundos-Tenentes (Oficiais da Reserva)	32

III — QUADRO COMPLEMENTAR DO CORPO DE INTENDENTES DA MARINHA (QC-CIM)

Capitão-de-Mar-e-Guerra	1
Capitães-de-Fragata	4
Capitães-de-Corveta	33
Capitães-Tenentes	79
Primeiros-Tenentes	56
Segundos-Tenentes (Oficiais da Reserva)	33

IV — QUADRO COMPLEMENTAR DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS (QC-CFN)

Capitão-de-Mar-e-Guerra	1
Capitães-de-Fragata	5
Capitães-de-Corveta	31
Capitães-Tenentes	75
Primeiros-Tenentes	56
Segundos-Tenentes (Oficiais da Reserva)	25

Parágrafo único. As vagas resultantes do disposto neste artigo, fixadas com observância do estabelecido no artigo 2º e seus parágrafos da Lei nº 7.301, de 29 de março de 1985, serão preenchidas a critério do Ministro da Marinha.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 93.933, DE 14 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional de Saúde — CNS, órgão de deliberação coletiva de segundo grau, integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, tem por finalidade assistir o Ministro de Estado da Saúde na implantação e execução da Política Nacional de Saúde.

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional de Saúde:

I — exercer atuação normativa nas áreas concernentes à promoção, proteção e recuperação da saúde;

II — assessorar o Ministro de Estado da Saúde na implantação e desenvolvimento da Política Nacional de Saúde;

III — pronunciar-se sobre matérias que, por força de disposições legais ou regulamentares, devam ser submetidas à sua apreciação;

IV — opinar, quando solicitado, sobre projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que versem matéria de saúde e saneamento.

§ 1º No exercício da competência a que se refere o inciso I deste artigo, cabe privativamente ao Conselho Nacional de Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde, dispor sobre questões de interesse sanitário relativas ao uso humano de medicamentos, produtos de higiene, cosméticos, alimentos, hemoterapia, entorpecentes, saneantes domissanitários, ressalvada a competência da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária para, nessas mesmas áreas de atuação, estabelecer diretrizes concernentes à fiscalização e ao controle.

§ 2º Compete também ao Conselho Nacional de Saúde o exercício da função de avaliação tecnológica e o estabelecimento de padrões de assistência à saúde, bem como o pronunciamento a respeito de outras matérias que, mediante justificativa de natureza técnica, venham a ser definidas pela maioria do Conselho.

Art. 3º O Conselho Nacional de Saúde será presidido pelo Ministro de Estado da Saúde, contará com um Vice-Presidente Executivo e será integrado por 13 Conselheiros designados pelo Presidente da República, da seguinte forma:

a) 01 (um) representante indicado pelo Ministério do Trabalho;

b) 01 (um) representante indicado pelo Ministério da Educação;

c) 01 (um) representante indicado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social;

d) 01 (um) representante indicado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República — SEPLAN;

e) 01 (um) representante do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor — CNDC;

f) 01 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS;

g) 07 (sete) personalidades de notória capacidade e comprovada experiência em assuntos de saúde, indicados pelo Ministro da Saúde.

§ 1º Consideram-se colaboradoras do Conselho Nacional de Saúde as seguintes instituições:

Associação Médica Brasileira, Academia Nacional de Medicina, Academia Nacional de Medicina Militar, Associação Brasileira de Enfermagem, Associação Brasileira de Odontologia, Federação Brasileira de Nutrição, Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Academia Nacional de Farmácia, Academia Brasileira de Ciências e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

§ 2º Os Conselheiros a que se refere a alínea g deste artigo terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução para mais 01 (um) único período. Em caso de vaga, será nomeado novo titular para completar o mandato, podendo este ser reconduzido somente na hipótese de a vacância haver ocorrido no curso do primeiro mandato do Conselheiro substituído.

§ 3º Os Conselheiros referidos nas alíneas a e f deste artigo serão indicados e substituídos a qualquer tempo pelos titulares das respectivas instituições, não podendo em hipótese alguma ter assento no Conselho por mais de 04 (quatro) anos.

§ 4º Perderá o mandato o Conselheiro que, sem motivo justificado, a juízo do próprio Conselho, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas no período de um ano.

Art. 4º O Conselho poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos nacionais ou estrangeiros, para colaborarem em estudos ou participarem de órgãos técnicos especializados instituídos no âmbito do Conselho, sob a Presidência de um Conselheiro designado pelo Colegiado.

Art. 5º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou em consequência de requerimento da maioria dos seus membros.

§ 1º Não se aplica ao Conselho Nacional de Saúde o disposto no artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 6º O Conselho disporá de Assessoria e de uma Secretaria que será dirigida por um Secretário indicado pelo Vice-Presidente Executivo e designado pelo Ministro da Saúde.

Art. 7º A organização e funcionamento do Conselho, bem como a sua estruturação interna e as respectivas atribuições, serão disciplinadas no Regimento Interno a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Saúde.

Art. 8º Ficam extintos os mandatos dos atuais membros do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados o Decreto nº 67.300, de 30 de setembro de 1970 e os artigos 20, 21 e 22 do Decreto nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976.

Brasília, 14 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Figueira Santos

DECRETO Nº 93.934, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Suprime empregos e cria funções de confiança no Quadro Permanente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam suprimidos, na Tabela Permanente do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS, 106 (cento e seis) empregos, relacionados no Anexo I deste decreto.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto neste artigo, são criadas, sem aumento de despesa, para composição da Categoria Direção Intermediária, Código DAI-111, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, Código DAI-110, no Quadro Permanente da referida Autarquia, as funções de confiança constantes do Anexo II.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

ANEXO I

Decreto nº 93.934, de 15 de janeiro de 1987

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMPREGOS DA TABELA PERMANENTE DO IAPAS A SEREM SUPRIMIDOS
A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA ANEXO

Nº de Empregos	Denominação	Código
94	Agente Administrativo — Classe Especial	LT-SA-801-S
07	Agente Administrativo — Classe «C»	LT-SA-801-C
05	Agente de Portaria — Classe Especial	LT-TP-1202-S
Total 106		

ANEXO II

Decreto n.º 93.934, de 15 de janeiro de 1987

IAPAS — INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

QUADRO PERMANENTE

FUNÇÕES DE DIREÇÃO OU ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS
GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
N.º de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor da Gratificação	N.º de Cargos ou Funções	Denominação	Código
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM: Eirunepé, Carauari, Envira, IPIXUNA, Juruá, Uricurituba, Maués, Tefé, Humaitá, Boca do Acre, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Parintins.	
13	Agente		13	Agente	DAI-111.3
13	Chefe de Serviço de Arrecadação		13	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2
13	Chefe de Serviço Financeiro		13	Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM: Boquira, Brumado, Candéias, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Guanambi, Ibotirama, Ipiaci, Itacaré, Ilaberaba, Mundo Novo,	
					NS
					NM
					NM

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor da Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código	Correlação
				Porto Seguro, Ribeira Pomal, Rui Barbosa, São Sebastião do Passe, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas, Santa Maria da Vitória, Poçoas, Caculé, Camaçã, Ipirá, Olinda, Santana, Xique-Xique.		
25	Agente		DAI-III.3			NS
26	Chefe de Serviço de Arrecadação		DAI-III.2			NM
26	Chefe do Serviço Financeiro		DAI-III.2			NM
	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO DISTRITO FEDERAL					
	AGÊNCIAS DA PREVIDENCIA SOCIAL EM:					
	Brazlândia, Ceilândia.					
2	Agente		DAI-III.3			NS
2	Chefe de Serviço de Arrecadação		DAI-III.2			NM
2	Chefe de Serviço Financeiro		DAI-III.2			NM
	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS					
	AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:					
	Porangatu, Catalão, Iporá, São Simão, Tocantinópolis, Nocal-Crixás, Pires do Rio.					
7	Agente		DAI-III.3			NS
7	Chefe de Serviço Financeiro		DAI-III.2			NM
7	Chefe de Serviço de Arrecadação		DAI-III.2			NM
	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MARANHÃO					
	AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:					
	Açailândia, Codó.					

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor da Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
					Correlação
2			2	Agente	DAI-111.3
2			2	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2
				Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO	
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:	
				Tongará do Serra, Juíno, Sinop, São Félix do Araguaia, Pontes e Lacurda Alta Floresta.	
6			6	Agente	DAI-111.3
6			6	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2
				Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:	
				Paranaíba, Cassilândia, Nova Andradina, Amambai, Jardim, Rio Verde de Mato Grosso, Naviraí, Ponta Porã.	
8			8	Agente	DAI-111.3
8			8	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2
8			8	Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:	
				Almenara, Lagoa da Prata, Santa Luzia, Conceição do Mato Dentro, Monte Carmelo, Iturama, Prata, Vespasiano, Arcos, Bom Despacho, Itapetininga, Piumhi, Santo Antônio do Monte, Mariana.	
					NS
					NM
					NM

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor da Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código	Correlação
14			14	Agente	DAI-111.3	NS
14			14	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2	NM
14			14	Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2	NM
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAIBA		
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:		
				Monteiro, Catolé do Rocha, Pombal, Solânea, Mamanguape, Ingá, Sapé, Caçara, Araruna, Santa Luzia, Teixeira, Cabaceiras.		
12			12	Agente	DAI-111.3	NS
12			12	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2	NM
12			12	Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2	NM
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ		
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:		
				Francisco Beltrão, Cianorte, Quedas do Iguaçu, Guaíra, Ibaiti, Ivaipora, Londrina, São José dos Pinhais, Goio-Ere, Assis Chateaubriand, Araçongas, Cambé, Rolândia.		
13			13	Agente	DAI-111.3	NS
13			13	Chefe de Serviço de Arrecadação	DAI-111.2	NM
13			13	Chefe de Serviço Financeiro	DAI-111.2	NM
				SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RONDÔNIA		
				AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM:		
				Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná, Ariquemes, Colorado do Oeste.		

DECRETO Nº 93.935, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Prômulga a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 33, de 5 de dezembro de 1985, a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, concluída em Camberra, Austrália, a 11 de setembro de 1980;

Considerando que a referida Convenção entrou em vigor para o Brasil a 28 de janeiro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º A Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

CONVENÇÃO SOBRE A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
VIVOS MARINHOS ANTÁRTICOS

As Partes Contratantes

Reconhecendo a importância de se proteger o meio ambiente e preservar a integridade do ecossistema dos mares adjacentes à Antártida;

Tendo em conta a concentração de recursos vivos marinhos encontrados em águas antárticas e o interesse crescente nas possibilidades que se apresentam de utilização de tais recursos como fonte de proteína;

Consciente da urgência de se assegurar a conservação dos recursos vivos marinhos antárticos;

Considerando que é essencial incrementar o conhecimento do ecossistema antártico marinho e de seus componentes, de modo a poder fundamentar decisões sobre captura em informações científicas seguras;

Acreditando que a conservação dos recursos vivos marinhos antárticos requer cooperação internacional que leve devidamente em consideração os dispositivos do Tratado da Antártida e que conte com a participação ativa de todos os Estados engajados em atividades de pesquisa ou de captura em águas antárticas;

Reconhecendo as responsabilidades primordiais das Partes Consultivas do Tratado da Antártida na proteção e preservação do meio ambiente antártico e em particular as responsabilidades assumidas por elas de conformidade com a alínea (f) do parágrafo primeiro do Artigo IX do Tratado da Antártida a respeito da preservação e conservação dos recursos vivos na Antártida;

Recordando as medidas já tomadas pelas Partes Consultivas do Tratado da Antártida, incluindo, em particular as Medidas Acordadas para a Conservação da Fauna e da Flora Antárticas, bem como os dispositivos da Convenção para a Conservação de Focas Antárticas;

Tendo em vista a preocupação expressa pelas Partes Consultivas, na IX Reunião Consultiva do Tratado da Antártida no que concerne à conservação dos recursos vivos marinhos antárticos e a importância dos dispositivos da Recomendação IX-2, que levou ao estabelecimento da presente Convenção;

Acreditando ser do interesse de toda a humanidade preservar as águas que circundam o continente antártico unicamente para fins pacíficos e evitar a sua transformação em cenário ou objeto de discórdia internacionais;

Reconhecendo, à luz do que precede, que é desejável estabelecer um mecanismo adequado para recomendar, promover, determinar e coordenar medidas e estudos científicos necessários para assegurar a conservação de organismos vivos marinhos antárticos;

Concordaram no seguinte:

Artigo I

1. Esta Convenção se aplica aos recursos vivos marinhos antárticos da área ao sul de 60 graus de latitude sul e aos recursos vivos marinhos antárticos da área compreendida entre aquela latitude e a Convergência Antártica que fazem parte do ecossistema marinho antártico.

2. «Recursos vivos marinhos antárticos» significa as populações de peixes com nadadeiras, moluscos, crustáceos e todas as demais espécies de organismos vivos incluindo pássaros, encontrados ao sul da Convergência Antártica.

3. «Ecossistema marinho antártico» significa o complexo das relações dos recursos marinhos antárticos entre eles e com o seu meio ambiente físico.

4. A Convergência Antártica será considerada como uma linha que une os seguintes pontos ao longo dos paralelos de latitude e meridianos de longitude: 50°S, 0°; 50°S, 30°E; 45°S, 30°E; 45°S, 80°E; 55°S, 80°E, 55°S, 150°E; 60°S, 150°E; 60°S, 50°W; 50°S, 50°W; 50°S, 0°.

Artigo II

1. O objetivo desta Convenção é a conservação de recursos vivos marinhos antárticos.

2. Para os fins desta Convenção, o termo «conservação» inclui utilização racional.

3. Toda captura e atividades conexas na área à qual se aplica a presente Convenção serão conduzidas de conformidade com os dispositivos desta Convenção e com os seguintes princípios de conservação:

a) prevenção da diminuição do volume de qualquer população explorada a níveis inferiores àqueles que garantam a manutenção de sua capacidade de renovação. Para esse fim, não se deverá deixar seu volume cair abaixo de um nível próximo daquele que garante o máximo crescimento líquido anual;

b) manutenção das relações ecológicas entre as populações capturadas, dependentes e associadas dos recursos vivos marinhos antárticos e a restauração das populações reduzidas ao nível definido na alínea (a) acima; e

c) prevenção de modificações ou minimização do risco de modificações no ecossistema marinho que não sejam potencialmente reversíveis no curso de duas ou três décadas, levando em consideração o nível de conhecimento disponível sobre o impacto direto e indireto da captura, sobre o efeito da introdução de espécies exógenas, sobre os efeitos de atividades conexas no ecossistema marinho e sobre os efeitos das alterações ambientais, com o objetivo de possibilitar a conservação continuada dos recursos vivos marinhos antárticos.

Artigo III

As Partes Contratantes, sejam elas Partes do Tratado da Antártida ou não, concordam em que não desenvolverão quaisquer atividades na área de aplicação do Tratado da Antártida que sejam contrárias aos princípios e propósitos daquele Tratado e que, em seu relacionamento recíproco, estão vinculadas pelas obrigações constantes dos artigos I e V do Tratado da Antártida.

Artigo IV

1. No que concerne à área de aplicação do Tratado da Antártida, todas as Partes Contratantes, sejam elas ou não partes do Tratado da

Antártida, estão obrigadas pelos artigos IV e VI do Tratado da Antártida em seu relacionamento mútuo.

2. Nada na presente Convenção e nenhum ato ou atividade que ocorra enquanto a presente Convenção estiver em vigor:

a) constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reivindicação sobre soberania territorial na área de aplicação do Tratado da Antártida ou para criar direitos de soberania na área de aplicação do Tratado da Antártida;

b) será interpretado como renúncia ou diminuição, por qualquer Parte Contratante, ou ainda como sendo prejudicamento de qualquer direito ou reivindicação ou base de reivindicação para o exercício de jurisdição de Estado costeiro conforme o Direito Internacional dentro da área à qual se aplica a presente Convenção;

c) será interpretado como prejudgando a posição de qualquer Parte Contratante quanto ao reconhecimento ou não reconhecimento por ela de tal direito ou reivindicação ou base de reivindicação;

d) prejudicará o disposto no parágrafo 2º do artigo IV do Tratado da Antártida, segundo o qual nenhuma nova reivindicação ou ampliação de reivindicação existente relativa a soberania territorial na Antártida será apresentada enquanto o Tratado da Antártida estiver em vigor.

Artigo V

1. As Partes Contratantes que não são Partes do Tratado da Antártida reconhecem as obrigações especiais e as responsabilidades das Partes Consultivas do Tratado da Antártida quanto à proteção e preservação do meio ambiente na área de aplicação do Tratado da Antártida.

2. As Partes Contratantes que não são Partes do Tratado da Antártida concordam em que, nas suas atividades na área de aplicação do Tratado da Antártida, observarão, se e quando apropriado, as Medidas Acordadas para a Conservação da Fauna e da Flora Antárticas e demais medidas que tenham sido recomendadas pelas Partes Consultivas do Tratado da Antártida no cumprimento de sua responsabilidade quanto à proteção do meio ambiente antártico em relação a todas as formas de interferência humana danosa.

3. Para os fins da presente Convenção, «Partes Consultivas do Tratado da Antártida» significa as Partes Contratantes do Tratado da Antártida cujos Representantes participam de reuniões que se realizem nos termos do artigo IX do Tratado da Antártida.

Artigo VI

Nada na presente Convenção derrogará os direitos e obrigações das Partes Contratantes nos termos da Convenção Internacional para a Regulamentação da Caça à Baleia e da Convenção para a Conservação de Focas Antárticas.

Artigo VII

1. As Partes Contratantes, pela presente Convenção, estabelecem e concordam em manter a Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (aqui doravante referida como «Comissão»).

2. A composição da Comissão será a seguinte:

a) cada Parte Contratante que participou da reunião na qual foi adotada a presente Convenção será membro da Comissão;

b) cada Estado Parte que tenha aderido à presente Convenção de conformidade com o artigo XXIX terá o direito de ser membro da Comissão durante o período em que a mesma Parte aderente esteja engajada em atividades de pesquisa ou captura relacionadas com os recursos vivos marinhos aos quais se aplica a presente Convenção;

c) cada organização regional de integração econômica que tenha aderido à presente Convenção de conformidade com o artigo XXIX terá o direito de ser membro da Comissão durante o período em que os seus Estados-membros tiverem tal direito;

d) uma Parte Contratante que deseje participar dos trabalhos da Comissão de conformidade com as alíneas (b) e (c) acima notificará o Depositário dos fundamentos sobre os quais deseja tornar-se membro da Comissão e de sua disposição de aceitar as medidas de conservação em vigor. O Depositário comunicará a cada Membro da Comissão a referida notificação e informações anexas. Dentro de dois meses após o recebimento dessa comunicação do Depositário, qualquer Membro da Comissão poderá solicitar que se realize uma reunião especial da Comissão para considerar o assunto. Ao receber essa solicitação, o Depositário convocará tal reunião. Caso não haja solicitação para uma reunião, a Parte Contratante que apresentou a notificação será considerada como tendo preenchido os requisitos para tornar-se membro da Comissão.

3. Cada Membro da Comissão será representado por um delegado, que poderá fazer-se acompanhar de suplentes e assessores.

Artigo VIII

A Comissão terá personalidade jurídica e gozará, no território de cada um dos Estados Partes, a capacidade legal que seja necessária pa-

ra desempenhar sua função e alcançar os objetivos da presente Convenção. Os privilégios e as imunidades a serem gozados pela Comissão e seu pessoal no território de um Estado Parte serão determinados por acordo entre a Comissão e o Estado Parte interessado.

Artigo IX

A função da Comissão será a de efetivar o objetivo e os princípios definidos no artigo II da presente Convenção. Para esse fim, ela deverá:

a) facilitar a pesquisa e estudos abrangentes sobre os recursos vivos marinhos antárticos e sobre o ecossistema marinho antártico;

b) compilar dados sobre o estado e alterações das populações de recursos vivos marinhos antárticos e sobre fatores que afetam a distribuição, abundância e produtividade das espécies capturadas e das espécies ou populações dependentes ou associadas;

c) assegurar a obtenção de estatísticas sobre a pesca e as atividades empreendidas no que concerne às populações capturadas;

d) analisar, difundir e publicar as informações indicadas nas alíneas (b) e (c) acima e os relatórios do Comitê Científico;

e) identificar as necessidades em matéria de conservação e analisar a eficácia das medidas de conservação;

f) elaborar, adotar e revisar medidas de conservação com base nas melhores indicações científicas disponíveis, de conformidade com o disposto no parágrafo 5 do presente artigo;

g) efetivar o sistema de observação e inspeção estabelecido de acordo com o artigo XXIV da presente Convenção;

h) realizar outras atividades que sejam necessárias para cumprir os objetivos da presente Convenção.

2. As medidas de conservação a que se refere a alínea (f) do parágrafo 1 acima incluem as seguintes:

a) a determinação da quantidade de cada espécie que pode ser capturada na área de aplicação da presente Convenção;

b) a designação de regiões e sub-regiões com base na distribuição de populações de recursos vivos marinhos antárticos;

c) a determinação da quantidade das populações de regiões e sub-regiões que pode ser capturada;

d) a designação de espécies protegidas;

e) a designação do tamanho, da idade e, quando for apropriado, do sexo das espécies cuja captura é permitida;

f) a determinação de períodos abertos ou fechados à captura;

g) a determinação da abertura e do fechamento de áreas, regiões ou sub-regiões para fins de estudo científico ou de conservação, incluindo áreas especiais destinadas à proteção e ao estudo científico;

h) a regulamentação dos meios utilizados e dos métodos de captura incluindo equipamento de pesca, a fim de, *inter alia*, evitar uma concentração indevida de captura em qualquer região ou sub-região;

i) a adoção de quaisquer outras medidas de conservação que a Comissão considere necessárias para a consecução do objetivo da presente Convenção, incluindo medidas relativas aos efeitos da captura e de atividades correlatas sobre outros componentes do ecossistema marinho além das populações capturadas.

3. A Comissão publicará e manterá um registro de todas as medidas de conservação em vigor.

4. No exercício das funções de conformidade com o parágrafo 1 acima, a Comissão levará plenamente em consideração as recomendações e a assessoria do Comitê Científico.

5. A Comissão levará plenamente em consideração quaisquer medidas ou regulamentos relevantes estabelecidos ou recomendados pelas Reuniões Consultivas realizadas conforme o artigo IX do Tratado da Antártida ou por comissões de pesca existentes que se ocupem de espécies que possam penetrar na área de aplicação desta Convenção, de modo que não haja incompatibilidade entre os direitos e as obrigações de uma Parte Contratante em decorrência de tais medidas ou regulamentos e as medidas de conservação que possam ser adotadas pela Comissão.

6. As medidas de conservação adotadas pela Comissão de conformidade com a presente Convenção deverão ser efetivadas pelos membros da Comissão da seguinte forma:

a) a Comissão notificará as medidas de conservação a todos os membros da Comissão;

b) as medidas de conservação tornar-se-ão obrigatórias para todos os Membros da Comissão 180 dias após a referida notificação, com exceção do disposto nas alíneas (c) e (d) abaixo;

c) se, dentro de 90 dias após a notificação referida na alínea (a), um Membro da Comissão informar a Comissão de que não

pode aceitar, em parte ou em sua totalidade, a medida de conservação, esta não será obrigatória para o referido membro na medida por ele declarada;

d) no caso de qualquer Membro da Comissão invocar o procedimento estabelecido na alínea (c) acima, a Comissão se reunirá a pedido de qualquer Membro da Comissão para examinar a medida de conservação. Por ocasião da referida reunião e dentro dos trinta dias seguintes à reunião, qualquer Membro da Comissão terá o direito de declarar que já não está em condições de aceitar a medida de conservação, caso em que o Membro não estará mais obrigado por tal medida.

Artigo X

1. A Comissão deverá chamar a atenção de todo Estado que não seja parte desta Convenção para qualquer atividade empreendida por seus nacionais ou seus navios que, na opinião da Comissão, afete a consecução do objetivo da presente Convenção.

2. A Comissão deverá chamar a atenção de todas as Partes Contratantes para qualquer atividade que na opinião da Comissão afete a realização por uma Parte Contratante do objetivo da presente Convenção ou o cumprimento por aquela Parte Contratante de suas obrigações nos termos da presente Convenção.

Artigo XI

A Comissão procurará cooperar com as Partes Contratantes que possam exercer jurisdição em áreas marinhas adjacentes à área de aplicação desta Convenção a respeito da conservação de qualquer população ou populações de espécies associadas que se encontrarem tanto dentro daquelas áreas quanto da área de aplicação da presente Convenção, com vistas a harmonizar as medidas de conservação adotadas com relação a tais populações.

Artigo XII

1. As decisões da Comissão sobre assuntos de fundo serão tomadas por consenso. A questão de se considerar um assunto como sendo de fundo será tratada como um assunto de fundo.

2. As decisões sobre assunto que não os referidos no parágrafo 1 acima serão tomadas por maioria simples dos membros da Comissão presentes e votantes.

3. Quando do exame pela Comissão de qualquer questão que requeira uma decisão, será deixado claro se uma organização regional de integração econômica participará da tomada da decisão e, em caso afirmativo, se qualquer dos seus Estados-membros deverá também partici-

par. O número de Partes Contratantes que assim participem não excederá o número de Estados-membros da organização regional de integração econômica que são membros da Comissão.

4. Na tomada de decisões, nos termos do presente artigo, uma organização regional de integração econômica terá apenas um voto.

Artigo XIII

1. A sede da Comissão será estabelecida em Hobart, Tasmânia, Austrália.

2. A Comissão realizará uma reunião anual regular. Outras reuniões serão também realizadas a pedido de um terço de seus membros e de conformidade com outras condições previstas na presente Convenção. A primeira reunião da Comissão será realizada dentro de três meses após a entrada em vigor da presente Convenção, desde que entre as Partes Contratantes haja pelo menos dois Estados que desenvolvem atividades de captura na área de aplicação da presente Convenção. A primeira reunião, de qualquer forma, será realizada dentro de um ano após a entrada em vigor da presente Convenção. O depositário consultará os Estados signatários sobre a primeira reunião da Comissão, levando em consideração que uma ampla representação de tais Estados é necessária para o funcionamento efetivo da Comissão.

3. O depositário convocará a primeira reunião da Comissão na sede da Comissão. A partir de então, as reuniões da Comissão serão realizadas na sua sede, a menos que a Comissão decida de outra forma.

4. A Comissão elegerá dentre os seus membros um presidente e um vice-presidente, cada um dos quais terá mandato de dois anos e poderá ser reeleito para um mandato adicional. O primeiro presidente, porém, será eleito para um mandato inicial de três anos. O presidente e o vice-presidente não poderão ser representantes da mesma Parte Contratante.

5. A Comissão adotará e emendará, conforme necessário, as regras de procedimento para a condução de suas reuniões, exceto no que concerne às questões tratadas no artigo XII da presente Convenção.

6. A Comissão poderá estabelecer os órgãos subsidiários que sejam necessários para o desempenho de suas funções.

Artigo XIV

1. As Partes Contratantes estabelecem pela presente Convenção o Comitê Científico para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (aqui doravante referido como «Comitê Científico»), que será um órgão consultivo da Comissão. O Comitê Científico reunir-se-á normalmente na sede da Comissão, a não ser que o Comitê Científico decida de outra forma.

2. Cada membro da Comissão será membro do Comitê Científico e designará um representante com as qualificações científicas apropriadas o qual poderá fazer-se acompanhar de outros especialistas e assessores.

3. O Comitê Científico poderá solicitar a opinião de outros especialistas e assessores na medida em que possa ser necessário em caráter *ad hoc*.

Artigo XV

1. O Comitê Científico constituirá um foro para consulta e cooperação sobre a coleta, estudo e intercâmbio de informação a respeito dos recursos vivos marinhos a que a presente Convenção se aplica. Deverá estimular e promover cooperação no campo da pesquisa científica a fim de se ampliar o conhecimento sobre os recursos vivos marinhos do ecossistema antártico marinho.

2. O Comitê Científico conduzirá as atividades de que for incumbido pela Comissão, de conformidade com os objetivos desta Convenção, e deverá:

a) estabelecer critérios e métodos a serem usados para determinações concernentes às medidas de conservação referidas no artigo IX da presente Convenção;

b) avaliar periodicamente o estado e as tendências das populações de recursos vivos marinhos antárticos;

c) analisar dados sobre os efeitos diretos e indiretos da captura sobre as populações de recursos vivos marinhos antárticos;

d) avaliar os efeitos de alterações propostas nos métodos ou nos níveis de captura e nas medidas de conservação propostas;

e) encaminhar à Comissão avaliações, análises, relatórios e recomendações sobre medidas e pesquisa para efetivar o objetivo da presente Convenção conforme solicitado ou por sua própria iniciativa;

f) formular propostas para a realização de programas de pesquisa nacionais ou internacionais sobre os recursos vivos marinhos antárticos.

3. No desempenho de suas funções, o Comitê Científico levará em conta o trabalho de outras organizações técnicas e científicas relevantes e as atividades científicas realizadas no âmbito do Tratado da Antártida.

Artigo XVI

A primeira reunião do Comitê Científico será realizada dentro de três meses após a primeira reunião da Comissão. O Comitê Científico

reunir-se-á daí em diante com a freqüência necessária para o desempenho de suas funções.

2. O Comitê Científico deverá adotar e emendar, conforme necessário, suas regras de procedimento. As regras e quaisquer emendas a elas deverão ser aprovadas pela Comissão. As regras deverão incluir procedimentos para a apresentação de relatórios de minoria.

3. O Comitê Científico poderá estabelecer, com a aprovação da Comissão, os órgãos subsidiários que sejam necessários ao desempenho de suas funções.

Artigo XVII

1. A Comissão nomeará um Secretário Executivo para servir a Comissão e o Comitê Científico segundo os procedimentos e nos termos e condições que a Comissão determinar. O seu mandato será de quatro anos e poderá ser renovado.

2. A Comissão autorizará a composição do pessoal do Secretariado conforme necessário e o Secretário Executivo nomeará, dirigirá e supervisionará o pessoal de acordo com as regras e os procedimentos e nas condições que a Comissão determinar.

3. O Secretário Executivo e o Secretariado exercerão as funções a eles confiadas pela Comissão.

Artigo XVIII

As línguas oficiais da Comissão e do Comitê Científico serão o espanhol, o francês, o inglês e o russo.

Artigo XIX

1. Em cada reunião anual, a Comissão deverá adotar, por consenso, o seu orçamento e o orçamento do Comitê Científico.

2. Um projeto de orçamento para a Comissão e para o Comitê Científico e quaisquer órgãos subsidiários será preparado pelo Secretário Executivo e submetido aos membros da Comissão no mínimo sessenta dias antes da reunião anual da Comissão.

3. Cada membro da Comissão contribuirá para o orçamento. Até a expiração de um prazo de cinco anos a contar da entrada em vigor desta Convenção, a contribuição de cada membro será igual. A partir de então, a contribuição será determinada segundo dois critérios: a quantidade de captura efetuada e uma participação igual de todos os membros da Comissão. A Comissão fixará, por consenso, a proporção na qual os dois critérios serão aplicados.

4. As operações financeiras da Comissão e do Comitê Científico serão conduzidas de acordo com regulamentos financeiros adotados pe-

la Comissão e estarão sujeitas a uma auditoria anual por auditores externos escolhidos pela Comissão.

5. Cada membro da Comissão cobrirá suas próprias despesas decorrentes da participação em reuniões da Comissão e do Comitê Científico.

6. Um membro da Comissão que deixar de pagar as suas contribuições por dois anos consecutivos não terá direito de participar da tomada de decisões da Comissão até haver pago suas contribuições em atraso.

Artigo XX

1. Os membros da Comissão comunicarão anualmente à Comissão e ao Comitê Científico, na maior medida possível, os dados estatísticos, biológicos e outros e as informações de que a Comissão e o Comitê Científico possam necessitar para o exercício de suas funções.

2. Os membros da Comissão comunicarão, na forma e com a frequência que sejam prescritas, informações sobre as suas atividades de captura, inclusive sobre as áreas de pesca e os navios, de maneira a possibilitar a compilação de estatísticas confiáveis sobre a captura e os meios empregados.

3. Os membros da Comissão comunicarão à Comissão, com a frequência que seja prescrita, informações sobre as medidas tomadas para efetivar as medidas de conservação adotadas pela Comissão.

4. Os membros da Comissão concordam em que em quaisquer de suas atividades de captura será feito pleno uso das oportunidades que se apresentarem para a coleta de dados necessários à avaliação do impacto decorrente da captura.

Artigo XXI

1. Cada Parte Contratante deverá tomar medidas apropriadas, dentro dos limites de sua competência, para assegurar o cumprimento das disposições da presente Convenção e das medidas de conservação adotadas pela Comissão, às quais a parte está obrigada nos termos do artigo IX da presente Convenção.

2. Cada Parte Contratante deverá transmitir à Comissão informações sobre medidas tomadas nos termos do parágrafo 1 acima, inclusive sobre a aplicação de sanções por qualquer infração.

Artigo XXII

1. Cada Parte Contratante se compromete a empreender esforços apropriados compatíveis com a Carta das Nações Unidas, a fim de que ninguém desenvolva qualquer atividade contrária ao objetivo da presente Convenção.

2. Cada Parte Contratante deverá notificar a Comissão de qualquer atividade desse tipo que chegue a seu conhecimento.

Artigo XXIII

1. A Comissão e o Comitê Científico cooperarão com as Partes Contratantes do Tratado da Antártida nos assuntos que são da competência destas.

2. A Comissão e o Comitê Científico cooperarão, conforme apropriado, com a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura e com outros organismos especializados.

3. A Comissão e o Comitê Científico procurarão desenvolver relações de trabalho cooperativas conforme apropriado, com organizações intergovernamentais e não-governamentais que possam contribuir para os seus trabalhos, inclusive com o Comitê Científico de Pesquisa Antártica, com o Comitê Científico de Pesquisa Oceânica e com a Comissão Internacional da Caça à Baleia.

4. A Comissão poderá concluir acordos com as organizações referidas no presente artigo e com outras organizações conforme apropriado. A Comissão e o Comitê Científico poderão convidar tais organizações a enviar observadores para as suas reuniões e para reuniões dos seus órgãos subsidiários.

Artigo XXIV

1. As Partes Contratantes concordam em estabelecer um sistema de observação e de inspeção para promover o objetivo e assegurar a observância das disposições da presente Convenção.

2. O sistema de observação e inspeção será elaborado pela Comissão com base nos seguintes princípios:

a) as Partes Contratantes cooperarão entre si para assegurar a execução efetiva do sistema de observação e inspeção, levando em conta as práticas internacionais existentes. Este sistema incluirá, *inter alia*, procedimentos de visita a bordo e inspeção por observadores e inspetores designados pelos membros da Comissão e procedimentos relativos aos processos impetrados e às sanções aplicadas ao estado de bandeira com base em provas resultantes de tais visitas a bordo e inspeções. Um relatório de tais processos e sanções impostas deverá ser incluído nas informações a que se refere o artigo XXI da presente Convenção;

b) a fim de verificar o cumprimento das medidas adotadas nos termos da presente Convenção, a observação e a inspeção serão efetuadas a bordo de embarcações engajadas em pesquisa científica ou na captura de recursos vivos marinhos na área de

aplicação da presente Convenção, por meio de observadores e inspetores designados pelos membros da Comissão que atuarão conforme os termos e condições estabelecidas pela Comissão;

c) os observadores e inspetores designados permanecerão sujeitos à jurisdição da Parte Contratante de que sejam nacionais. Eles apresentarão seu relatório ao membro da Comissão pelo qual foram designados, o qual, por sua vez, informará a Comissão.

3. No período que preceder ao estabelecimento do sistema de observação e inspeção, os membros da Comissão procurarão estabelecer entendimentos provisórios para designar observadores e inspetores e tais observadores e inspetores designados estarão habilitados a efetuar inspeção de acordo com os princípios estipulados no parágrafo 2 acima.

Artigo XXV

1. Se ocorrer qualquer controvérsia entre duas ou mais das Partes Contratantes sobre a interpretação ou a aplicação da presente Convenção, aquelas Partes Contratantes farão consultas entre si com vistas à solução da controvérsia por meio de negociação, investigação, mediação, conciliação, arbitragem, decisão judicial ou outros meios pacíficos de sua própria escolha.

2. Qualquer controvérsia dessa natureza que não encontrar solução pelos meios indicados deverá, com o consentimento, em cada caso, de todas as partes envolvidas na controvérsia, ser encaminhada para a decisão da Corte Internacional de Justiça ou para arbitragem; contudo, a impossibilidade de se chegar a um acordo sobre encaminhamento à Corte Internacional de Justiça ou a arbitragem não dispensará as partes envolvidas na controvérsia da obrigação de continuar a procurar uma solução por qualquer dos meios pacíficos indicados no parágrafo 1 acima.

3. Nos casos em que a controvérsia for encaminhada a arbitragem, o tribunal arbitral será constituído de conformidade com as disposições do anexo à presente Convenção.

Artigo XXVI

1. A presente Convenção será aberta à assinatura em Camberra de 1º de agosto a 31 de dezembro de 1980 pelos Estados participantes da Conferência sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos realizada em Camberra, de 7 a 20 de maio de 1980.

2. Os Estados que assim assinarem serão os Estados signatários originais da Convenção.

Artigo XXVII

1. A presente Convenção está sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação dos Estados signatários.

2. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao Governo da Austrália, que fica designado Depositário.

Artigo XXVIII

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após a data de depósito do oitavo instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação por Estados referidos no parágrafo 1 do Artigo XXVI da presente Convenção.

2. Para cada Estado ou cada organização regional de integração econômica que, após a data de entrada em vigor da presente Convenção, depositar um instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia subsequente a tal depósito.

Artigo XXIX

1. A presente Convenção está aberta à adesão por qualquer Estado interessado em atividades de pesquisa ou de captura com relação aos recursos vivos marinhos aos quais se aplica a presente Convenção.

2. A presente Convenção está aberta à adesão de organizações regionais de integração econômica constituídas de Estados soberanos, que incluam entre seus membros um ou mais Estados membros da Comissão e para a qual os Estados membros da organização tenham transferido no todo ou em parte competência com relação às questões de que trata a presente Convenção. A adesão de tais organizações regionais de integração econômica será objeto de consultas entre os membros da Comissão.

Artigo XXX

1. A presente Convenção poderá ser emendada em qualquer momento.

2. Se um terço dos membros da Comissão solicitar uma reunião para discutir a emenda proposta, o Depositário deverá convocar tal reunião.

3. Uma emenda entrará em vigor quando o Depositário tiver recebido de todos os membros da Comissão os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação da referida emenda.

4. Tal emenda a partir de então entrará em vigor com relação a qualquer outra Parte Contratante quando notificação de ratificação, aceitação ou aprovação por ela tenha sido recebida pelo Depositário. Qualquer Parte Contratante, da qual não tiver sido recebida nenhuma notificação no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor da emenda, conforme o parágrafo 3 acima, será considerada como tendo-se retirado da presente Convenção.

Artigo XXXI

1. Qualquer Parte Contratante poderá retirar-se da presente Convenção no dia 30 de junho de qualquer ano, mediante entrega de notificação por escrito, até no mais tardar o dia 1º de janeiro do mesmo ano, ao Depositário, o qual, ao receber tal notificação, deverá comunicá-la imediatamente às demais Partes Contratantes.

2. Qualquer outra Parte Contratante poderá, no prazo de sessenta dias a contar do recebimento de uma cópia de tal notificação comunicada pelo Depositário, entregar notificação por escrito ao Depositário sobre sua retirada. Nesse caso, a Convenção deixará de estar em vigor, no dia 30 de junho do mesmo ano, para a Parte Contratante que entregar tal notificação.

3. A retirada da presente Convenção de qualquer Membro da Comissão, não afetará suas obrigações financeiras nos termos da presente Convenção.

Artigo XXXII

O Depositário notificará todas as Partes Contratantes:

- a) das assinaturas da presente Convenção e do depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão;
- b) da data de entrada em vigor da presente Convenção e da data de qualquer emenda a ela.

Artigo XXXIII

1. A presente Convenção, cujos textos em espanhol, francês, inglês e russo são igualmente autênticos, será depositada junto ao Governo da Austrália, que enviará cópias devidamente autenticadas dos mesmos a todas as Partes signatárias e aderentes.

2. A presente Convenção será registrada pelo Depositário de conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

Feita em Camberra, aos vinte dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta.

Em fé do que, os abaixo assinados, estando devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

ANEXO

Tribunal Arbitral

1. O tribunal arbitral a que se refere o parágrafo 3 do Artigo XXV será composto de três árbitros, que serão designados da seguinte forma:

- a) a Parte que deu início ao processo comunicará o nome de um árbitro à outra Parte a qual, por sua vez, num prazo de quarenta dias a

contar dessa comunicação, comunicará o nome do segundo árbitro. As Partes deverão, num prazo de sessenta dias a contar da designação do segundo árbitro, designar um terceiro árbitro, que não poderá ser nacional de qualquer das duas partes e não poderá ser da mesma nacionalidade que qualquer dos primeiros dois árbitros. O terceiro árbitro presidirá o tribunal;

b) se o segundo árbitro não tiver sido designado no prazo determinado ou se as Partes não lograrem acordo dentro do prazo determinado sobre a designação do terceiro árbitro, esse árbitro será designado, a pedido de qualquer uma das Partes, pelo Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem, dentre personalidades de reputação internacional que não sejam nacionais de um Estado que seja parte da presente Convenção.

2. O tribunal arbitral decidirá onde sua sede será localizada e adotará suas próprias regras de procedimento.

3. O laudo do tribunal arbitral será proferido por uma maioria de seus membros, os quais não poderão se abster de votar.

4. Qualquer Parte Contratante que não é Parte da controvérsia poderá intervir no processo com o consentimento do tribunal arbitral.

5. O laudo do tribunal arbitral será irrecorrível e será obrigatório para todas as partes na controvérsia e para todas as Partes que intervierem no processo, e deverá ser cumprida sem delonga. O tribunal arbitral interpretará o laudo a pedido de uma das partes na controvérsia ou de qualquer das Partes intervenientes.

6. A menos que o tribunal arbitral tome outra decisão, à luz de circunstâncias especiais do caso, as despesas do tribunal, incluindo a remuneração de seus membros, serão custeadas pelas partes na controvérsia em partes iguais.

DECRETO Nº 93.936, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Barro Alto e Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade», integrantes da antiga Fazenda Santo Inácio, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Fazendas Barro Alto e Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade», com a área total de 705,00ha (setecentos e cinco hectares), situados no Município de Trajano de Moraes, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Área I — Fazenda Barro Alto, com 262,00ha: inicia o perímetro no ponto P-1, de coordenadas UTM E = 802.195m e N = 7.557.005m, situado no limite da faixa de domínio, margem direita, da Rodovia RJ-174, sentido Trajano de Moraes/Visconde do Imbé, distante 159m da bifurcação desta com a estrada de acesso à Sede da Fazenda do Barro Alto, e a 20m do eixo da Rodovia RJ-174, na divisa da região urbana da cidade de Trajano de Moraes; deste, segue pelo referido limite da faixa de domínio, margem direita da Rodovia RJ-174, no sentido Trajano de Moraes/Visconde de Imbé, com a distância de 1.430m, até o ponto P-2, situado à margem direita do Córrego Trajano de Moraes; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Santo Inácio, com azimute de 325°00' e distância de 1.210m, até o ponto P-3; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Cláudio Sampaio, com os seguintes azimutes e distâncias: 67°00' e 1.140m, até o ponto P-4; 100°45' e 1.040m, até o ponto P-5; 91°45' e 770m, até o ponto P-6; deste, segue por linha seca, com azimute de 171°15' e distância de 690m, até o ponto P-7; deste, segue por linha seca, com azimute de 278°30' e distância de 845m, até o ponto P-8; deste, segue por linha seca, com azimute de 184°30' e distância de 460m, até o ponto P-1, início da descrição do perímetro (Fonte de Referência: Carta do IBGE, Folha SF.23-Z-B-III-2, Escala 1:50.000, Ano: 1974).

b) Área II — Fazenda Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade, com 443,00ha: inicia o perímetro no ponto P-1, de coordenadas UTM E = 802.350,00m e N = 7.555.385,00m, situado no limite da faixa de domínio margem direita, da estrada Trajano de Moraes/Vila da Gramma, e a 120m depois da bifurcação desta estrada, com a de acesso à sede da Fazenda Caixa

D'Água ou São Joaquim da Soledade; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Ceia, com azimute de $217^{\circ}00'$ e distância de 910m, até o ponto P-2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São Joaquim, com azimute de $243^{\circ}00'$ e distância de 660m, até o ponto P-3; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda São Joaquim, com azimute de $223^{\circ}00'$ e distância de 395m, até o ponto P-4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Piedade, com azimute de $289^{\circ}15'$ e distância de 470m, até o ponto P-5; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Piedade, com azimute de $289^{\circ}15'$ e distância de 1.260m, até o ponto P-6, situado na divisa comum de terras das Fazendas Caixa D'Água ou São Joaquim da Soledade, Fazenda Piedade e Fazenda Monte Claro; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Monte Claro, com azimute de $35^{\circ}00'$ e distância de 1.750m, até o ponto P-7; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Monte Claro, com azimute de $23^{\circ}15'$ e distância de 530m, até o ponto P-8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Bela Vista, com azimute de $97^{\circ}45'$ e distância de 1.600m, até o ponto P-9; deste, segue por linha seca, confrontando com o perímetro urbano de Trajano de Moraes, com azimute de $164^{\circ}00'$ e distância de 200m, até o ponto P-10; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com o perímetro urbano de Trajano de Moraes, com azimute de $113^{\circ}00'$ e distância de 100m, até o ponto P-11, situado na margem esquerda do Rio Imbé; deste, segue pela margem esquerda do Rio Imbé, à montante, com a distância de 340m, até o ponto P-12; deste, segue atravessando o Rio Imbé, pela margem esquerda do Córrego Soledade, à montante, com a distância de 120m, até o ponto P-13; deste, segue pelo limite da faixa de domínio da estrada Trajano de Moraes/Vila da Gramma, margem esquerda, com a distância de 260m, até o ponto P-1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: Carta do IBGE, Folha SF.23-Z-B-III-2, Escala 1:50.000, Ano: 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.937, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Ressaca», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Ressaca», com a área de 6.695,50ha (seis mil, seiscentos e noventa e cinco hectares e cinquenta ares), situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M-1, situado na margem esquerda do Rio São Francisco, de coordenadas geográficas longitude 43º55'46" WGr e latitude 14º47'54" Sul; deste, segue confrontando com o Rio São Francisco, subindo por sua margem esquerda e a distância de 3.380m, até o marco M-2, situado na margem esquerda do Rio São Francisco, na divisa com terras de Air Lellis e Filhos; deste, segue confrontando com terras de Air Lellis e Filhos, com o azimute de 275º22'00" e a distância de 1.657,26m, até o marco M-3 (Marco Geográfico), situado na divisa com terras de Air Lellis e Filhos; deste, segue confrontando com terras de Air Lellis e Filhos, com azimute de 258º14'24" e a distância de 5.617,92m, atravessando estrada vicinal aos 700m, até o marco M-4, si-

tuado na divisa com terras de Air Lellis e Filhos; deste, segue confrontando com terras de Air Lellis e Filhos, com azimute de $246^{\circ}13'58''$ e a distância de 2.382,02m, atravessando uma vazante aos 200m e linha telegráfica aos 2.180m, até o marco M-5, situado na divisa com terras de Air Lellis e Filhos; deste, segue confrontando com terras de Air Lellis e Filhos, com azimute de $293^{\circ}24'13''$ e a distância de 9.730,53m, atravessando a BR-135 aos 2.730m e estrada vicinal 8.550m, até o marco M-6, situado no Morro Maracaiá, na divisa com terras de Air Lellis e Filhos c/José Ferreira (Faz. Pequi); deste, segue pelo Morro Maracaiá, confrontando com terras de José Ferreira (Faz. Pequi), com o azimute de $00^{\circ}37'47''$ e a distância de 1.820,11m, até o marco M-7, situado na divisa das terras de José Ferreira (Faz. Pequi c/Dr. Hilton Gouveia Fagundes); deste, segue confrontando com terras de Dr. Hilton Gouveia Fagundes, com o azimute de $91^{\circ}38'03''$ e a distância de 17.707,20m, atravessando uma vazante aos 960m, estrada vicinal aos 6.000m, BR-135 aos 9.770m, linha telegráfica aos 11.730m e estrada vicinal aos 15.200m e 15.750m, respectivamente, até o marco M-1, situado na margem esquerda do Rio São Francisco, ponto de partida do presente perímetro. (Fontes de referência: planta topográfica do imóvel em escala 1: 200.000 e Cartas do Serviço Geográfico do Exército — folhas SD.23-Z-A-V e SD.23-Z-A-VI em escala 1:100.000).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 6.739,50ha (seis mil, setecentos e trinta e nove hectares e cinquenta ares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 44,0ha (quarenta e quatro hectares), referente a faixa de domínio da Estrada Federal BR-135.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.938, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, objetivando a reforma agrária, o imóvel rural denominado «ARA-RAS», no Município de Marabá, Estado do Pará, compreendido na área prioritária de que trata o Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, objetivando a reforma agrária, nos termos do art. 18, letras «a», «b», «c» e «d», e art. 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «ARARAS», no Município de Marabá, Estado do Pará, compreendido na área prioritária fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo está situado à margem esquerda do Rio Tocantins, entre o travessão «Caetelu» e o Igarapé «Ubá», com as seguintes características e confrontações: «abrangendo uma área de 67.446.305 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e trezentos e cinco) metros quadrados, limitando-se ao Norte com a margem esquerda do Rio Tocantins, do 1º ao 2º marco por uma linha quebrada, margeando o dito Rio Tocantins, nos rumos e distâncias seguintes: 38º30'SE e 760m; 50º00'SE e 400m, 80º00'SE e 600m; 47º30'SE e 1.000m e 82º00'SE e 635m. A leste, com a margem do Igarapé Ubá do 2º ao 3º marco, confrontando com terras da Fazenda Prata, de José Martins Ferreira, e terras do Estado, por uma linha quebrada margeando o referido Igarapé Ubá, nos rumos e distâncias seguintes: 26º00'SO e 300m; sul 800m; 5º00'SE e 360m; 33º00'SE e 700m; 58º00'SE e 46m; 8º00'SE e 400m; 37º00'SE e 36m; 5º00'SO e 400m; 12º00'SE e 900m; 75º00'SE e 460m; 15º00'SO e 600m; 20º00'SE e 400m; 10º00'SO e 440m; 40º00'SE e 500m; sul 500m; 70º00'SE e 800m; 35º00'SE e 300m; 17º00'SO e 550m; 23º30'SE e 650m; ao Sul com terras do Estado, do 3º ao 4º marco, por uma linha reta no rumo de 70º00'SO e 5.186m, assinalada de quilômetro em quilômetro por marcos condutores de madeira e a Oeste, com terras do Estado, do 4º ao 1º marco, por uma linha reta no rumo de 23º00'NO e 16.861m, cortando diversos acidentes naturais, rumos também com a anterior, assinalada por marcos condutores de madeira, afastados um do outro na distância de 1.000 metros» (fonte: Registro Geral de Imóveis da Comarca de Marabá).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins — GETAT fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma do disposto no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º A distribuição ou regularização das áreas de castanhais, compreendidas dentro dos limites do imóvel objeto deste decreto, será feita mediante contrato de concessão remunerada de direito real de uso resolúvel, por tempo indeterminado, que explicitará os direitos e deveres do concessionário, especialmente quanto:

a) à remuneração, uniforme e igualitária, quanto à base e forma de pagamento pela exploração da área concedida;

b) à proibição de queimadas para qualquer fim;

c) à defesa do ecossistema;

d) à proibição de abate da castanheira (*Bertholettia Excelsa*) e de qualquer outra madeira de lei;

e) à proteção e conservação das belezas cênicas naturais, das formações geológicas extraordinárias ou de interesse estético ou valor histórico ou científico;

f) à proteção e conservação no seu ambiente natural de todas as espécies e gêneros da flora e fauna, incluindo aves migratórias;

g) ao manejo adequado e racional na exploração extrativista dos castanhais.

§ 1º Outras cláusulas resolutórias serão estabelecidas, visando à preservação do meio ambiente, segundo as circunstâncias de cada gleba, desde que não impeçam, mas facilitem ou mesmo estimulem o cooperativismo e não causem embaraços ou constituam empecilhos ao acesso do concessionário aos programas assistenciais de crédito ou financiamento mantidos por estabelecimentos públicos ou privados.

§ 2º A distribuição da terra, nos termos deste decreto, obedecerá ao regime legal de preferência, segundo os cânones da Reforma Agrária, ficando, por isso, dispensada de licitação.

§ 3º O contrato de concessão terá validade a partir do seu registro no Cartório do Registro Imobiliário competente, sendo intransferível, salvo prévia e expressa concordância da Administração, vedado ao concessionário manter a gleba inexplorada por período superior a 12 (doze) meses consecutivos.

Art. 5º O imóvel será revertido à Administração concedente, se o concessionário ou seus sucessores não lhe derem o uso prometido ou descumprirem quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.939, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Altera a tabela para retenção do imposto de renda na fonte, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 85 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986,

DECRETA:

Art. 1º A tabela para o cálculo do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos do trabalho assalariado e não-assalariado, prevista no artigo 4º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, fica com seus valores reajustados em 12,3% (doze vírgula três por cento).

Parágrafo único. As deduções admitidas para o cálculo da renda líquida mensal sujeita à incidência do imposto de renda ficam reajustadas pelo mesmo percentual previsto neste artigo, aplicável sobre os valores vigentes em 1986.

Art. 2º A Secretaria da Receita Federal baixará os atos necessários à execução deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.940, DE 15 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Santa Cruz das Palmeiras, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002932/86-69,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com benfeitoria e no total de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), necessária à implantação da subestação de Santa Cruz das Palmeiras, no Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº EMTS-SCP-A1-1001, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.002932/86-69, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto 1, situado no encontro de uma linha ideal com uma cerca; segue pela cerca com o rumo de 61°26'' SE, numa distância de 100,00m, confronta com a estrada Municipal Dionísio Bortolotto da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, até o ponto 2, situado no encontro da cerca com uma linha ideal; segue pela linha ideal com o rumo de 28°34' SW, numa distância de 100,00m, confronta com Sementes Agrocere S.A., até o ponto 3; segue pela linha ideal com o rumo de 61°26''NW, numa distância de 100,00m, confronta com Sementes Agrocere S.A., até o ponto 4; segue pela linha ideal com o rumo de 28°34'NE, numa distância de 100,00m, confronta com Sementes Agrocere S.A., até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a CESP — Companhia Energética de São Paulo, a promover a desapropriação da referida área de terra e benfeitoria na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no

processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra e benfeitoria abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.941, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

Promulga o Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 20, de 5 de dezembro de 1986, o Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluído em Genebra a 12 de abril de 1979;

Considerando que o referido acordo entrou em vigor para o Brasil a 4 de junho de 1980, de acordo com as disposições do artigo 16, inciso 4, *in fine*,

DECRETA:

Art. 1º O Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Compete à Comissão de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda, aplicar o acordo e estabelecer os direitos aduaneiros nele previsto.

Art. 3º A Comissão de Política Aduaneira poderá expedir normas complementares para aplicação do acordo.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.942, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Áreas Remanescentes da Fazenda Campos Novos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Áreas Remanescentes da Fazenda Campos Novos», com a área de 1.828,7881ha (um mil, oitocentos e vinte e oito hectares, setenta e oito ares e oitenta e um centiares), situado no Município de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem os seguintes perímetros:

a) Área I — com 177,4ha: inicia no marco M-103, na margem direita do Rio Una (canto da Gleba D), desapropriada pelo Decreto nº 88.156, de 9-3-83, de coordenadas UTM E=802.909,3m e N=7.485.296,7m, referidas ao MC 45°WGr; daí, seguindo pela margem direita do Rio Una e na distância de 1.000m, até o ponto L; daí, seguindo na direção Sudeste (SE) e na distância de 1.825m, chega-se ao ponto M, situado à margem direita da Rodovia RJ-106, sentido Macaé/Niterói; daí, segue pela margem direita da RJ-106, na distância de 750m, até o marco M-235 (canto da Gleba D), de coordenadas UTM E=804.500,8m e N=7.483.507,3m; daí, com o azimute verdadeiro de 318°21'00", confrontando com a Gleba D, e distância de 2.394,7m, chega-se ao marco M-103, inicial da presente descrição. (Fonte de referência: Carta do IBGE, Folha SF.23-Z-B-VI-2, Escala 1:50.000, Ano 1978).

b) Area II — com 1.091,3881ha: inicia no marco M-218, de coordenadas UTM E=805.699,7m e N=7.491.550,9m, referidas ao MC 45° WGr (canto da Gleba A), desapropriada pelo Decreto n.º 88.156, de 9-3-83; daí, seguindo na distância de 2.254,50m, confrontando com o loteamento Santa Margarida, chega-se ao ponto A, situado à margem esquerda da RJ-106, Niterói/Macaé, próximo e antes do Km 132; daí, segue por esta margem da Rodovia no sentido Macaé/Niterói e na distância de 4.648,1m, chega-se ao ponto I; daí, na direção Sudoeste, confrontando com a Gleba H, e na distância de 3.350m, até o ponto J; daí, seguindo pela margem direita da estrada do Araçá, na distância de 1.516m, chega-se ao marco M-6 (canto da Gleba A), de coordenadas UTM E=803.406,2m e N=7.488.052,0m; daí, com azimute verdadeiro de 86°10'15'', confrontando com a Gleba A, e distância de 2.810m, chega-se ao marco M-5, de coordenadas UTM E=806.210,4m e N=7.488.239,2m; daí, com o azimute verdadeiro de 351°14'00'', confrontando com a Gleba A, e distância de 3.350,85m, chega-se ao marco M-218 (canto da Gleba A), marco inicial da presente descrição. (Fonte de referência: Cartas do IBGE, Folha SF.23-Z-B-VI-2, Escala 1:50.000, Ano 1978).

c) Área III — com 560,0ha: partindo do ponto O, de coordenadas UTM E=805.950,0m e N=7.494.600,00m, referidas ao MC 45° WGr, situado à margem direita da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), sentido Niterói/Macaé, no entroncamento desta com a estrada que vai para praia de Búzios, segue pela margem direita da estrada que vai para Búzios, na distância de 1.750m, até alcançar o ponto P, divisa desta área com a propriedade de Fausto Américo dos Santos Jottas; daí, segue na direção Sudoeste (SW), na distância de 5.100m, confrontando com terras de Fausto Américo dos Santos Jottas e de Fernando de Araújo Pereira, até atingir a divisa do Município de Cabo Frio/São Pedro D'Aldeia; daí, deflete para Noroeste, seguindo o rumo dos Índios, na divisa dos Municípios de Cabo Frio e São Pedro D'Aldeia, e com a distância de 1.800m, atinge à margem direita da RJ-106; daí, segue pela margem direita da mesma rodovia, até atingir o ponto inicial, na bifurcação com a estrada para Búzios. (Fonte de referência: Carta do IBGE, Folha SF.23-Z-B-VI-2, Escala 1:50.000, Ano 1978).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural

de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.943, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Baixa da Quixaba», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Baixa da Quixaba», com a área de 2.269,5265ha (dois mil, duzentos e sessenta e nove hectares, cinquenta e dois ares e sessenta e cinco centiares), situado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM — E=83.029,00m e N=9.441.060,00m referidas ao MC 36°WGr, situado na divisa de terras de José Olímpio do Nascimento e terras de Marinha; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de José Olímpio do Nascimento com os seguintes azimutes e distâncias: 191°13'04" e 2.441,65m, até o ponto 2; 91°09'18" e 1.240,25m até o ponto 3; 183°17'38" e 5.569,20m, até o ponto 4; 147°07'16" e 1.077,61m, até o ponto 5; 222°28'50" e 1.769,48m, até o ponto 6; deste, segue por linhas secas,

confrontando com terras de João Batista de Moraes com os seguintes azimutes e distâncias: 338°37'46" e 740,95m, até o ponto 7; 322°02'45" e 634,11m, até o ponto 8; 341°01'47" e 338,38m, até o ponto 9; 350°57'38" e 445,53m, até o ponto 10; 326°18'36" e 432,67m, até o ponto 11; 336°48'05" e 533,10m, até o ponto 12; 284°18'01" e 1.578,92m, até o ponto 13; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da União com os seguintes azimutes e distâncias: 12°23'07" e 6.061,06m, até o ponto 14; 344°44'42" e 912,14m, até o ponto 15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Marinha com azimute 84°04'07" e distância de 1.935,36m, até o ponto 1; início da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta da SUDENE na Escala 1:100.000 de 1972, folha SB-24-X-D-III, de São Bento do Norte/RN).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 2.279,7265ha (dois mil, duzentos e setenta e nove hectares, setenta e dois ares e sessenta e cinco centiares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 10,2ha (dez hectares e vinte ares), correspondente a faixa de domínio da estrada RN-120.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.944, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

Criu, por transformação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

R E S O L V E :

Art. 1º É criado, no Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão colegiado, o Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, resultante

da transferência e transformação do antigo Conselho Científico e Tecnológico da Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para a estrutura do Ministério em causa, consoante disposto no Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, e sua alteração introduzida pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985.

Parágrafo único. O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, disporá de Câmaras especializadas e contará com o apoio técnico e material propiciado pelos órgãos que o integram, através de uma Secretaria Executiva, conforme se dispuser em norma própria.

Art. 2º Compete ao Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT:

a) deliberar sobre:

I — diretrizes para o Plano de Ciência e Tecnologia do Governo Federal;

II — a proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento — PND, nos aspectos referentes à Ciência e Tecnologia;

III — as propostas de orçamento anuais e plurianuais do Setor Público Federal em Ciência e Tecnologia, apresentadas pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

IV — planos e programas federais na área de Ciência e Tecnologia;

V — criação e aperfeiçoamento, a nível federal, de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, e à difusão e absorção de seus resultados;

VI — instrumentos de ação necessários à mobilização, pelas empresas nacionais, dos recursos destinados a capacitação científica e tecnológica nacional;

VII — medidas de ajustamento entre as diretrizes e objetivos da Política de Ciência e Tecnologia e as demais políticas governamentais;

VIII — diretrizes gerais e mecanismos de intercâmbio internacionais, multi e bilateral, a nível de governo, no campo de Ciência e Tecnologia.

b) Incumbe ainda ao CCT:

I — propor medidas objetivando plena articulação com os governos estaduais no setor de Ciência e Tecnologia;

II — avaliar a execução da política, dos planos e programas de Ciência e Tecnologia do Governo Federal e dos respectivos Orçamentos;

III — propor ajustes convenientes aos planos e programas, referidos no item anterior, quanto a eventuais impactos sociais

negativos, decorrentes das inovações tecnológicas e difusão de tecnologias;

IV — manifestar-se sobre políticas de importação de tecnologia e sua absorção e difusão no País.

Art. 3º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT é constituído de 10 (dez) membros, dos quais 5 (cinco) são Conselheiros natos e 5 (cinco) são designados pelo Presidente da República.

§ 1º São Conselheiros natos:

a) o Ministro da Ciência e Tecnologia, que presidirá o Conselho;

b) Os Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, das Relações Exteriores, o Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

§ 2º Serão designados pelo Presidente da República os demais membros efetivos e suplentes do CCT, a partir de listas tríplices, apresentadas pelo Ministro da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º A organização, estrutura, funcionamento e processo de escolha dos membros referidos no § 2º do artigo 3º, serão definidos no Regulamento do CCT, aprovado pelo Presidente da República.

Art. 5º Por iniciativa do Presidente do Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT ou por proposição de qualquer Conselheiro, aprovada por maioria, poderão ser convidadas outras autoridades ou personalidades de reconhecido saber em suas especialidades, a fim de opinarem sobre temas específicos.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

DECRETO Nº 93.945, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

Aprova o Regulamento do Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É aprovado o anexo Regulamento do Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, assinado pelo respectivo Ministro de Estado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

ANEXO AO DECRETO Nº 93.945, DE 16 DE JANEIRO DE 1987

REGULAMENTO DO CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — CCT

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, órgão colegiado do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem por finalidade:

a) deliberar sobre:

I — diretrizes para o Plano de Ciência e Tecnologia do Governo Federal;

II — a proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento — PND, nos aspectos referentes à Ciência e Tecnologia;

III — as propostas de orçamento anuais e plurianuais do Setor Público Federal em Ciência e Tecnologia, apresentados pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

IV — planos e programas federais na área de Ciência e Tecnologia;

V — criação e aperfeiçoamento, a nível federal, de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e à difusão e absorção de seus resultados;

VI — instrumentos de ação necessários à mobilização pelas empresas nacionais, dos recursos destinados a capacitação científica e tecnológica nacional;

VII — medidas de ajustamento entre as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e as demais políticas governamentais;

VIII — diretrizes e mecanismos de intercâmbio internacionais multi ou bilateral, a nível de governo, no campo da ciência e Tecnologia.

b) incumbe ainda ao CCT:

I — propor medidas objetivando plena articulação com os Governos Estaduais no Setor de Ciência e Tecnologia;

II — avaliar a execução da política, dos planos e programas de Ciência e Tecnologia do Governo Federal e respectivos orçamentos;

III — propor ajustes convenientes aos planos e programas referidos no item anterior quanto a eventuais impactos sociais negativos decorrentes das inovações tecnológicas e difusão de tecnologias;

IV — manifestar-se sobre políticas de importação de tecnologia e sua absorção e difusão no País.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 2º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT é constituído por 11 (onze) membros, dos quais 6 (seis) são qualificados como Conselheiros natos, e 5 (cinco) designados pelo Presidente da República, dentre cidadãos brasileiros, com participação em atividades relacionadas com Ciência e Tecnologia.

Art. 3º São Conselheiros natos:

I — O Ministro da Ciência e Tecnologia, que é o Presidente do Conselho;

II — O Ministro da Agricultura;

III — O Ministro da Indústria e do Comércio;

IV — O Ministro das Relações Exteriores;

V — O Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

VI — O Ministro Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Parágrafo único. Substituirá o Presidente do Conselho, em seus impedimentos, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 4º Os 5 (cinco) representantes e respectivos suplentes da Sociedade Civil serão nomeados pelo Presidente da República a partir de listas tríplices, apresentadas pelo Ministro da Ciência e Tecnologia e assim elaboradas:

I — uma, pela Academia Brasileira de Ciências, para a escolha de um cientista;

II — uma, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para a escolha de um cientista;

III — duas, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, para a escolha de dois empresários nacionais com atuação marcante na capacitação tecnológica nacional; e

IV — uma, pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, para a escolha de outro representante da sociedade civil, recaindo sobre pessoas cuja participação no Colegiado possa contribuir para a melhor integração da ciência e tecnologia no processo do desenvolvimento sócio-econômico nacional.

Art. 5º Os 5 (cinco) Conselheiros e seus suplentes nomeados pelo Presidente da República exercerão mandato pelo período de três anos, não sendo permitida a recondução para mandatos consecutivos.

Parágrafo único. Na primeira constituição do Conselho, dois dos seus membros, um cientista e um empresário, terão mandato de dois anos.

Art. 6º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, contará com Câmaras Especializadas a serem criadas por atos do Ministro da Ciência e Tecnologia.

§ 1º As Câmaras Especializadas serão compostas de representantes dos Ministérios, com atuação nos setores da competência das mesmas, a nível de Secretário-Geral, Secretário de Ciência e Tecnologia, ou equivalente, e integrantes exponenciais da sociedade civil.

§ 2º A representação da sociedade civil nas Câmaras será de pelo menos 1/3 de seus membros.

§ 3º Os representantes da comunidade científica nas Câmaras do Conselho de Ciência e Tecnologia serão indicados, em igual número, pela Academia Brasileira de Ciências e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 7º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de ofício ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. O Conselho somente se reunirá com o *quorum* de 6 (seis) Conselheiros, aí incluídos, no mínimo 3 (três) membros natos.

Art. 8º Por iniciativa do Presidente do Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT ou por proposição de qualquer Conselheiro, aprovada por maioria, poderão ser convidadas outras au-

toridades ou personalidades de reconhecido saber em suas especialidades, a fim de opinarem sobre temas específicos.

Art. 9º As proposições submetidas ao Conselho de Ciência e Tecnologia serão consideradas aprovadas por deliberação da maioria simples dos membros presentes e tomarão a forma de «Resoluções» que serão publicadas no *Diário Oficial* da União.

§ 1º O Presidente terá também o voto de desempate.

§ 2º As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, serão previamente encaminhadas pela Secretaria Executiva do CCT à Câmara pertinente, que instituirá o processo.

Art. 10. Os representantes da sociedade civil no Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT e em suas Câmaras, perceberão uma gratificação por sessão a que comparecerem, a ser fixada na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 11. O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT, terá o apoio técnico e administrativo de órgãos dos Ministérios que o compõem através de uma Secretaria Executiva, no Ministério da Ciência e Tecnologia.

§ 1º A Secretaria Executiva contará também, precipuamente, com o apoio em pessoal, material e estudos técnicos, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP.

§ 2º Os órgãos e entidades integrantes da Administração Federal Direta e Indireta, e as fundações supervisionadas pela União deverão, quando solicitados pela Secretaria Executiva, prestar a esta as informações e fornecer os dados e estudos pertinentes aos seus respectivos setores de atuação.

Art. 12. Enquanto não formalizada a criação, na estrutura do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Secretaria Executiva do CCT, será constituído no mesmo Ministério e com aquela finalidade, um Grupo de Apoio àquele organismo.

Art. 13. O CCT elaborará o seu Regimento Interno a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Brasília, 16 de janeiro de 1987.

Renato Archer

DECRETO N° 93.946, DE 20 DE JANEIRO DE 1987

Autoriza a BNDES Participações S.A. — BNDESPAR, a proceder ao aumento de seu Capital Social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a BNDES Participações S.A. — BNDESPAR, a aumentar de CZ\$ 5.221.637.793,83 (cinco bilhões, duzentos e vinte e um milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e noventa e três cruzados e oitenta e três centavos) para CZ\$ 14.822.753.066,34 (quatorze bilhões, oitocentos e vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil, sessenta e seis cruzados e trinta e quatro centavos) o seu capital social subscrito e integralizado mediante a transferência de ações de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, acionista único da companhia.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

João Sayad

DECRETO N° 93.947, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Outorga à Destilaria Lago Azul S.A. — DELASA, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do ribeirão Castelhana, na divisa dos Municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, nos termos dos artigos 140, letra a, e 150, do Decreto n° 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo n° 27100:000475/85-97,

D E C R E T A :

Art. 1º É outorgada à Destilaria Lago Azul S.A. — DELASA, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do ribeirão Castelhana, na divisa dos Municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás, não conferindo, o presente título, delegação de Poder Público à concessionária.

Art. 2º O aproveitamento destina-se à produção de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária, que não poderá fazer cessão a terceiros, mesmo a título gratuito.

Parágrafo único. Não se compreende na proibição deste artigo o fornecimento de energia a vilas operárias de seus empregados, quando construídas em terrenos de sua propriedade, e o suprimento feito com observância das disposições previstas no Decreto-lei nº 1.872, de 21 de maio de 1981.

Art. 3º A concessão a que se refere o artigo 1º vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados da data da publicação deste decreto.

Art. 4º Fica a concessionária obrigada a requerer ao Governo Federal, nos 6 (seis) últimos meses que antecederem o término do prazo de vigência da concessão, sua renovação, mediante as condições que vierem a ser estabelecidas, ou a comunicar, no mesmo prazo, sua desistência.

§ 1º No caso de desistência, fica a critério do Poder Concedente exigir que a concessionária reponha, por sua conta, o curso d'água em seu primitivo estado.

§ 2º Compete à concessionária provocar o Estado de Goiás, titular do domínio das águas, para que se manifeste, nos 2 (dois) anos que antecederem o fim do prazo de vigência da concessão, sobre seu interesse ou não pela reversão dos bens e instalações e encaminhar, dentro do mesmo prazo, este pronunciamento ao Poder Concedente.

Art. 5º A concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no Código de Águas, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.948, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Baixo Acaraú», nos Municípios de Marco, Bela Cruz e Acaruaú, Estado do Ceará, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto

no artigo 5º, letras c e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, titulada a diversos particulares, com aproximadamente 6.788,7500ha (seis mil, setecentos e oitenta e oito hectares e sete mil e quinhentos centiares), necessária à implantação do Projeto de Irrigação «Baixo do Acarau», localizada nos Municípios de Marco, Bela Cruz e Acarau, Estado do Ceará, de acordo com as Plantas constantes do Processo PRONI nº 43000.100017/87-11 e assim descrita: o polígono tem seu início no ponto zero de coordenadas (UTM) de latitude 9.652.990m e longitude 379.480m, localizado na margem esquerda da rodovia CE-161 distante, em linha reta, de 1.550m do RN nº 27 da Aerofoto Cruzeiro S.A., encravado no entrocamento das rodovias CE-161 e CE-118; neste ponto zero toma-se o azimute 270º00' e segue-se a uma distância de 4.600m, até encontrar o ponto 1; neste faz-se um ângulo interno de 90º00', e segue-se a uma distância de 3.200m até encontrar o ponto 2; neste faz-se um ângulo interno de 90º00' e segue-se a uma distância de 1.450m até encontrar o ponto 3; neste faz-se um ângulo interno de 270º00' e segue-se a uma distância de 1.880m até encontrar o ponto 4; neste faz-se um ângulo de 257º10' e segue-se a uma distância de 960m até encontrar o ponto 5; neste faz-se um ângulo interno de 105º50' e segue-se a uma distância de 540m até encontrar o ponto 6; neste faz-se um ângulo interno de 74º40' e segue-se a uma distância de 970m até encontrar o ponto 7; neste faz-se um ângulo interno de 283º15' e segue-se a uma distância de 1.420m até encontrar o ponto 8; neste faz-se um ângulo interno de 205º20' e segue-se a uma distância de 2.700m até encontrar o ponto 9; neste faz-se um ângulo interno de 65º30' e segue-se a uma distância de 2.880m até encontrar o ponto 10; neste faz-se um ângulo interno 165º35' e segue-se a uma distância de 4.640m até encontrar o ponto 11; neste faz-se um ângulo interno de 129º55' e segue-se a uma distância de 2.080m até encontrar o ponto 12; neste faz-se um ângulo interno de 159º45' e segue-se a uma distância de 3.120m até encontrar o ponto 13; neste faz-se um ângulo interno de 154º00' e segue-se a uma distância de 4.950m até encontrar o ponto 14; neste faz-se um ângulo interno de 117º10' e segue-se a uma distância de 870m até encontrar o ponto 15; neste faz-se um ângulo interno de 131º05' e segue-se a uma distância de 1.170m até encontrar o ponto 16; neste faz-se um ângulo interno de 134º45' e segue-se a uma distância de 570m até encontrar o ponto zero, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.652.990m e longitude de 379.480m, estando assim fechado o polígono, cuja área total é de aproximadamente 6.788,7500ha.

Art. 2º Ficam excluídas da declaração de utilidade pública e interesse social as terras pertencentes ao Estado do Ceará (trecho da Estrada-Ce 118, com 18,8000ha e trecho da Estrada-Ce 161, com 46,0000ha, num total de 64,8000ha), localizadas na área descrita no artigo anterior.

Art. 3º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do PIN — PROTERRA e do PROINE, a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 93.949, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Três Irmãos, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003113/86-93,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 77.253,84ha (setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e três hectares e oitenta e quatro ares), necessária à formação do reservatório da usina hidrelétrica de Três Irmãos, no rio Tietê, localizado nos Municípios de Andradina, Pereira Barreto, Sud Menucci, Guzelândia, Mirandópolis, Lavínia, Araçatuba, Valparaíso, Guararapes, Turiúba, Buritama, Birigui e Coroados, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº TI-CAD-745, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade,

do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo n.º 27100.003113/86-93, e delimitada pela poligonal assim descrita:

MARCOS DA POLIGONAL ENVOL- VENTE	C O O R D E N A D A S			
	U.T.M.		GEOGRÁFICAS	
	N	E	LAT.	LONG.
01=P 3957/2	7.716.655,00	473.685,00	-20°38'56"	51°15'09''WG
02=P 3958/1	7.715.548,10	468.759,40	-20°39'32"	51°17'25''WG
03=E 32	7.717.612,43	469.037,46	-20°38'25"	51°17'50''WG
04=E 320	7.721.215,32	475.847,16	-20°36'28"	51°13'54''WG
05=E 860	7.721.468,26	484.391,79	-20°36'20"	51°08'59''WG
06=P 4457/12	7.719.740,83	488.704,82	-20°37'16"	51°06'30''WG
07=E 1419	7.715.642,98	487.675,21	-20°39'30"	51°07'06''WG
08=E 1588	7.717.988,08	490.955,34	-20°38'13"	51°05'13''WG
09=P 4458/27	7.717.865,00	491.212,00	-20°38'17"	51°05'04''WG
10=P 4458/35	7.717.915,50	491.220,70	-20°38'16"	51°05'03''WG
11=E 1689	7.717.881,35	491.500,35	-20°38'17"	51°04'54''WG
12=E 2326	7.714.158,96	498.725,24	-20°40'18"	51°00'44''WG
13=E 4419	7.715.253,98	520.607,42	-20°39'42"	50°48'08''WG
14=E 6069	7.697.320,94	535.318,76	-20°49'25"	50°39'38''WG
15=E 7804	7.701.390,85	549.655,29	-20°47'11"	50°31'23''WG
16=E 9008	7.673.675,56	555.711,08	-21°02'12"	50°27'50''WG
17=E 9288	7.686.358,97	560.611,81	-20°55'19"	50°25'02''WG
18=E 9997	7.684.743,06	574.584,67	-20°56'09"	50°16'58''WG
19=E 10728	7.664.851,80	581.933,94	-21°06'55"	50°12'40''WG
20=P 3894/11	7.664.430,00	581.802,00	-21°07'09"	50°12'44''WG
21=P 3892/1	7.664.158,40	682.284,70	-21°07'18"	50°12'28''WG
22=E 12537	7.663.723,36	582.349,61	-21°07'32"	50°12'25''WG
23=E 11802/1	7.660.509,97	564.365,04	-21°09'19"	50°22'48''WG
24=E 11213	7.672.285,04	555.400,31	-21°02'57"	50°28'00''WG
25=E 10595	7.665.456,88	548.585,77	-21°06'40"	50°31'56''WG
26=E 9001	7.670.660,69	536.340,55	-21°03'52"	50°39'01''WG
27=E 7319	7.666.779,40	517.973,96	-21°05'59"	50°49'37''WG
28=E 5846	7.687.530,53	510.855,10	-20°54'44"	50°53'44''WG
29=E 4970/1	7.673.569,91	497.714,04	-21°02'18"	51°01'19''WG
30=E 2935	7.696.184,03	500.818,96	-20°50'03"	50°59'32''WG
31=E 2308	7.690.893,96	494.289,99	-20°52'55"	51°03'18''WG
32=E 1373	7.710.032,56	485.163,99	-20°42'32"	51°08'33''WG
33=P 5496/7	7.704.628,87	484.059,73	-20°45'28"	51°09'11''WG
34=E 20	7.711.655,05	470.083,90	-20°41'39"	51°17'14''WG
35=P 5404/3	7.711.887,00	470.761,00	-20°41'31"	51°16'51''WG
36=P 5406/2	7.714.398,00	470.013,00	-20°40'09"	51°17'16''WG
37=P 5406/3	7.714.587,98	470.015,26	-20°40'08"	51°17'16''WG
38=P 3956/1	7.715.917,00	473.060,89	-20°39'20"	51°15'31''WG

Art. 3º Fica autorizada a CESP — Companhia Energética de São Paulo, a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves.

DECRETO Nº 93.950, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Jarinu, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra «b», do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra «f», do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002670/86-14,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 13.564,00m² (treze mil, quinhentos e sessenta e quatro metros quadrados), necessária à implantação da subestação de Jarinu, no Município de Jarinu, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº SbE-183, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.002670/86-14, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto 1, situado no entroncamento da rodovia SP-354 com uma estrada municipal, do lado direito do sentido Jarinu — rodovia D. Pedro I, de coordenadas N = 7.447.214,008 e E = 326.582,2877; segue com o rumo de 07°39'34"SW, numa distância de 18,36m, confronta com a estrada municipal até o ponto 2; segue com o rumo de 23°22'39"SW, numa distância de 65,43m, confronta com a estrada municipal até o ponto 3; segue com o rumo de 16°19'36"SW, numa distân-

cia de 47,50m, confronta com a estrada municipal até o ponto 4; segue com o rumo de 63°30'01"SW, numa distância de 89,98m, confronta com Juvenal Lopes de Camargo até o ponto 5; segue com o rumo de 26°29'18"NW, numa distância de 93,54m, confronta com Juvenal Lopes de Camargo até o ponto 6; segue em curva à direita num desenvolvimento de 183,33m, confronta com o Departamento de Estradas de Rodagem-DER até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a CESP -- Companhia Energética de São Paulo a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.951, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

*Autoriza alienação de bens imóveis
pertencentes ao patrimônio da Universidade
Federal do Pará, e dá outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e nos termos da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Universidade Federal do Pará autorizada a alienar os seguintes bens de sua propriedade, localizados no perímetro urbano da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará:

I — Domínio útil do terreno foreiro à Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém — CODEM, constituído de dois lotes, sendo que o primeiro tem como logradouro a Travessa Pe. Eutiquio, e a propriedade tem registro no Primeiro Ofício de Imóveis de Belém-PA, às fls. 147 do Livro 3-U, datado de 12 de junho de 1958. O lote posterior integrava a pro-

priedade que tinha como logradouro a Rua dos Mundurucus e cadastrado sob o nº 1613, sendo que a transferência da propriedade para a Universidade Federal do Pará ficou registrada no Primeiro Ofício de Imóveis de Belém-PA, às fls. 219 do Livro 3-w, datada de 9 de novembro de 1965. Os dois lotes, acima descritos e devidamente unificados, oferecem as seguintes medidas de contorno e área: vinte e um metros de frente (21,00m) ao longo da Travessa Pe. Eutiquio; pela direita através de três segmentos: o primeiro, perpendicular ao logradouro, medindo trinta metros e trinta e cinco centímetros (30,35m); o segundo desenvolve-se paralelamente ao logradouro, medindo três metros e setenta e sete centímetros (3,77m), sendo o terceiro perpendicular ao segundo, e portanto também perpendicular ao logradouro, medindo dezoito metros (18,00m); pela lateral esquerda o contorno se constitui de cinco segmentos a saber: o primeiro é quase perpendicular ao logradouro, medindo vinte metros e sessenta centímetros (20,60m); segue o segundo com deflexão para fora, e paralelo ao logradouro medindo hum metro e oitenta centímetros (1,80m); segue-se o terceiro, quase perpendicular ao logradouro, medindo vinte metros e quarenta e cinco centímetros (20,45m); o quarto segmento é paralelo ao logradouro, medindo sessenta centímetros (0,60cm) e o quinto perpendicular ao anterior medindo sete metros e vinte centímetros (7,20m); o travessão de fundo constitui-se de um segmento quase paralelo ao logradouro, medindo dezessete metros e sessenta e cinco centímetros (17,65m); a área total do terreno unificado é de hum mil e trinta metros quadrados e quatro decímetros quadrados (1030,04m²). O imóvel acima descrito está localizado na Travessa Pe. Eutiquio nº 1644, entre a Rua dos Tamoios e Mundurucus, onde funciona o Curso de Odontologia da Universidade Federal do Pará, sendo a área edificada constituída de dois blocos principais, dois anexos, e passarelas cobertas de interligação, totalizando hum mil e trezentos e oito metros quadrados e quarenta e cinco decímetros quadrados (1.308,45m²).

II - Domínio útil do terreno foreiro à Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém — CODEM, sem edificações, designado por lote nº 3, situado na Avenida Almirante Barroso, sem número, por onde mede dez metros (10,00m) fazendo esquina com a Passagem Agronomia, medindo trinta e cinco metros (35,00m) de fundos, dispondo portanto de uma área de trezentos e cinquenta metros quadrados (350,00m²) estando as linhas de contorno devidamente definidas por muro em alvenaria de tijolos. A aquisição do lote consta às fls. 278 do

Livro 3-N, no Registro de Imóveis do Segundo Ofício de Belém-PA, sob o nº 18.778.

Art. 2º As alienações de que trata o artigo anterior serão feitas mediante licitação, obedecidas as disposições contidas no Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e o seu produto será utilizado integralmente no «campus» da Universidade Federal do Pará, atendidas as determinações do artigo 4º da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Art. 3º A escritura pública de venda será assinada pelo Reitor da Universidade Federal do Pará.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.952, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a criação de empregos na Tabela Permanente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no artigo 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, e o que consta do Processo nº 00600.014134/85,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados na Tabela Permanente do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, os empregos constantes do Anexo deste decreto, nas Categorias Funcionais de Agente Administrativo, Datilógrafo, Médico, Enfermeiro, Psicólogo, Farmacêutico, Odontólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro, Arquiteto, Economista, Administrador, Contador, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Social, Técnico em Comunicação Social, Bibliotecário, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Desenhista, Técnico de Contabilidade, Telefonista, Assistente Jurídico, Motorista Oficial, Agente de Portaria, Analista de Informações e Analista de Segurança Nacional e Mobilização.

Parágrafo único. Os empregos de que trata este artigo serão preenchidos mediante admissão de candidatos habilitados em concurso público, observada a legislação específica.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Deni Lineu Schwartz

ANEXO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — MDU

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-SERVIÇOS AUXILIARES: LT-SA-800

(Art. 1º do Decreto nº 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

Portaria DASP nº 783, de 2-9-85

D.O.U. de 4-9-85

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
6	801	Agente Administrativo	S	6				
6	801	Agente Administrativo	C	6				
8	801	Agente Administrativo	B	8				
60	801	Agente Administrativo	A	60				
80				80				
2	802	Datilógrafo	S	2				
2	802	Datilógrafo	B	2				
40	802	Datilógrafo	A	40				
44				44				

ANEXO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - MDU

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL
SUPERIOR - LT-NS-900
(Art. 1º do Decreto nº 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

Portaria DASP nº 783,
de 2-9-85
D.O.U de 4-9-85

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstas na lotação	Nº de excedentes a lotação
1 1 1 4 6	901	Médico	S	1			1	1
	901	Médico	C	1			1	1
	901	Médico	B	1			1	1
	901	Médico	A	4			1	1
2 1 1 2				6				
	904	Enfermeiro	S	1			1	1
	904	Enfermeiro	C	1			1	1
	904	Enfermeiro	B	1			1	1
2 2	904	Enfermeiro	A	2			1	1
	904	Enfermeiro		2			1	1

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstas na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	907	Psicólogo	S	1				1
1	907	Psicólogo	C	1				1
1	907	Psicólogo	B	1				1
2	907	Psicólogo	A	1				1
1	908	Farmacêutico	S	3				1
1	908	Farmacêutico	R	1				1
1	908	Farmacêutico	A	1				1
1	909	Odontólogo	S	1				1
1	909	Odontólogo	C	1				1
1	909	Odontólogo	B	1				1
2	909	Odontólogo	A	2				1
2	912	Engenheiro Agrônomo	S	2				1
1	912	Engenheiro Agrônomo	C	1				1
1	912	Engenheiro Agrônomo	R	1				1
2	912	Engenheiro Agrônomo	A	2				1
4				4				
1	916	Engenheiro	S	1				1
1	916	Engenheiro	C	1				1
1	916	Engenheiro	B	1				1
2	916	Engenheiro	A	2				1
4				4				

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
-	917	Arquiteto	S	-	-	-	-	-
1	917	Arquiteto	C	1	-	-	-	-
2	917	Arquiteto	B	2	-	-	-	-
5	917	Arquiteto	A	5	-	-	-	-
1	923	Economista	S	1	-	-	-	-
1	922	Economista	C	1	-	-	-	-
2	922	Economista	B	2	-	-	-	-
6	922	Economista	A	6	-	-	-	-
10				10	-	-	-	-
1	923	Administrador	S	1	-	-	-	-
1	923	Administrador	C	1	-	-	-	-
2	923	Administrador	H	2	-	-	-	-
6	923	Administrador	A	6	-	-	-	-
10				10	-	-	-	-
1	924	Contador	S	1	-	-	-	-
1	924	Contador	C	1	-	-	-	-
2	924	Contador	D	2	-	-	-	-
8	924	Contador	A	8	-	-	-	-
12				12	-	-	-	-
-	927	Técnico em Assuntos Educacionais	S	-	-	-	-	-
1	927	Técnico em Assuntos Educacionais	C	1	-	-	-	-
2	927	Técnico em Assuntos Educacionais	B	2	-	-	-	-
3	927	Técnico em Assuntos Educacionais	A	3	-	-	-	-

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transformados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transformados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	930	Assistente Social	S	1			1	1
1	930	Assistente Social	B	1				
1	930	Assistente Social	A	1				
2				2				
1	931	Técnico em Comunicação Social	S	1				1
1	931	Técnico em Comunicação Social	C	1				1
1	931	Técnico em Comunicação Social	B	1				1
3	931	Técnico em Comunicação Social	A	3				1
5				5				
	932	Bibliotecário	S	1				1
1	932	Bibliotecário	C	1				1
1	932	Bibliotecário	B	1				1
1	932	Bibliotecário	A	1				1
2				2				

ANEXO

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — MDU

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NIVEL
MEDIO — LT-NM-1000

Portaria DASP n.º 788,
de 2-9-85

(Art. 1.º do Decreto n.º 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

D.O.U de 4-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, e serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes a lotação
...	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	S	1	1	1	1	1
1	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	D	1	1	1	1	1
2	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	C	2	2	1	1	1
8	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	B	6	6	1	1	1
9			A	9	9	1	1	1
1	1014	Desenhista	S	1	1	1	1	1
1	1014	Desenhista	B	1	1	1	1	1
2	1014	Desenhista	A	2	2	1	1	1

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transportes para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transportes ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1 2 7 10	1042 1042 1042	Técnico de Contabilidade Técnico de Contabilidade Técnico de Contabilidade	S B A	1 2 7 10				1
— 1 3 4	1044 1044 1044	Telefonista Telefonista Telefonista	S B A	1 1 3 4				1

ANEXO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — MDU

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-SERVIÇOS JURÍDICOS — LT-SJ-1100
(Art. 1º do Decreto nº 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

Portaria DASP nº 783, de 2-9-85
D.O.U de 4-9-85

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação		Nº de cargos transportados ou transferidos para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportados, transferidos ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação		Nº de excedentes à lotação
				1	2			1	2	
—	1102	Assistente Jurídico	S	—	—	—	—	—	—	—
1	1102	Assistente Jurídico	C	1	1	1	—	1	1	—
1	1102	Assistente Jurídico	B	1	1	—	—	1	1	—
2	1102	Assistente Jurídico	A	2	2	—	—	2	2	—
4				4	4					

ANEXO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — MDU

TABELA PERMANENTE **LOTAÇÃO: Portaria/DASP/nº 783**

GRUPO-SERVIÇOS DE TRANSPORTES OFICIAL E PORTARIA
de 2-9-85
D.O.U de 4-9-85
(Art. 1º do Decreto nº 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

— LT-TP-1200

Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportes ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transportes, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1201	Motorista Oficial	S	1				
1201	Motorista Oficial	C	2				
1201	Motorista Oficial	B	2				
1201	Motorista Oficial	A	6				
10			10				
1202	Agente de Portaria	S	1				
1202	Agente de Portaria	C	1				
1202	Agente de Portaria	B	2				
1202	Agente de Portaria	A	10				
14			14				
Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos							
1							
2							
2							
6							
10							
1							
1							
2							
10							
14							

ANEXO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE -- MDU

TABELA PERMANENTE

LOTACÃO

GRUPO-SEGURANÇA E INFORMAÇÕES -- LT-SI-1400

Portaria DASP n.º 783, de 2-9-85

(Art. 1.º do Decreto n.º 93.952,
de 21 de janeiro de 1987)

D.O.U de 4-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
1	1401	Analista de Informações	S	1	1	1	1	1
2	1401	Analista de Informações	A	2	1	1	1	1
3	1401	Analista de Informações	A	3	1	1	1	1
1	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	S	1	1	1	1	1
1	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	R	1	1	1	1	1
2	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	A	2	1	1	1	1

DECRETO Nº 93.953, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Altera a denominação e a subordinação da Secretaria de Imprensa e Divulgação — SID, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Imprensa e Divulgação — SID passa a denominar-se Secretaria de Imprensa da Presidência da República — SID e a integrar o Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Art. 2º A SID tem por finalidade:

I — assistir o Presidente da República em seu relacionamento com a imprensa nacional e estrangeira;

II — promover a divulgação dos atos e atividades do Presidente da República;

III — coordenar a cobertura jornalística de audiência concedidas pelo Presidente da República;

IV — facultar o acesso de jornalistas a locais onde ocorreram eventos de que participe o Presidente da República;

V — coordenar o credenciamento dos profissionais de imprensa que cobrem atividades na Presidência da República;

VI — proceder à articulação operacional dos órgãos governamentais de comunicação social em atos, eventos, solenidades ou viagens, de que participe o Presidente da República;

VII — preparar programas de rádio e televisão e coligir matérias, notícias, informe e artigos, de interesse do Presidente da República;

VIII — prestar apoio às atividades do Comitê de Imprensa junto à Presidência da República.

Art. 3º A SID será integrada pelas seguintes Subsecretarias:

I — Subsecretaria de Redação; e

II — Subsecretaria de Apoio Administrativo.

§ 1º A SID será dirigida por um Secretário, coadjuvado por um Secretário-Adjunto, que o substituirá em suas faltas e impedimentos eventuais.

§ 2º As Subsecretarias serão dirigidas por Subsecretários e cada uma delas disporá de três Assessores.

§ 3º O Secretário, o Secretário-Adjunto e os Subsecretários serão nomeados ou designados pelo Presidente da República e os demais servidores por ato do Secretário.

Art. 4º A estrutura e o funcionamento da SID e as atribuições de seus dirigentes serão fixados em Regimento Interno aprovado pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o item III do art. 20, o art. 32 e seu parágrafo único e o art. 38, do Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rubens Bayma Denys

Marco Maciel

DECRETO Nº 93.954, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Institui, no Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal — SECAF.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal — SECAF.

Art. 2º A SECAF tem por finalidades:

I — formular a estratégia de comunicação social da Administração Federal Direta e Indireta;

II — aprovar os planos e programas anuais de comunicação social da Administração Federal, bem assim suas eventuais alterações;

III — orientar a política de comunicação social da Administração Federal, expedindo as normas necessárias à efetiva consecução desse objetivo;

IV — coordenar a política do Governo Federal na área da comunicação social.

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, reportar-se-ão à SECAF, sem prejuízo de sua subordinação ou vinculação administrativa aos órgãos em cuja estrutura estiverem direta ou indiretamente integrados:

a) as Assessorias ou Coordenadorias de Comunicação Social dos Ministérios, quanto a matérias de interesse destes ou das entidades ou órgãos que lhes são vinculados ou subordinados;

b) a Empresa Brasileira de Radiodifusão — RADIOBRAS;

e

c) a Empresa Brasileira de Notícias — EBN.

§ 2º A SID atuará em articulação com a SECAF.

Art. 3º A SECAF será integrada pelas seguintes Subsecretarias:

I — Subsecretaria de Articulação Operacional;

II — Subsecretaria de Estudos e Projetos; e

III — Subsecretaria de Divulgação.

§ 1º A SECAF será dirigida por um Secretário Especial e as Subsecretarias por Subsecretários.

§ 2º O Secretário Especial e os Subsecretários serão nomeados ou designados pelo Presidente da República e os demais servidores das referidas Subsecretarias pelo Secretário Especial.

Art. 4º A estrutura e o funcionamento da SECAF e as atribuições de seus dirigentes serão fixados em Regimento Interno aprovado pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Art. 5º A Comissão Consultiva criada pelo Decreto nº 86.190, de 7 de julho de 1981, funcionará junto à SECAF, tendo como objetivo básico o oferecimento de sugestões voltadas para a formulação da política de comunicação social do Governo.

§ 1º A composição e condições de funcionamento da Comissão de que trata este artigo serão estabelecidas em ato do Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

§ 2º Os membros da Comissão Consultiva serão designados pelo Presidente da República, considerando-se serviço relevante o desempenho das respectivas funções.

Art. 6º O parágrafo único do artigo 20 do Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Parágrafo único. A Assessoria Especial, a Assessoria Técnica, a Secretaria Particular, o Cerimonial, a SEAC, a SECAF e a SID, órgãos do Gabinete Pessoal do Presidente da República, vinculam-se administrativamente à Chefia do Gabinete Civil».

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o item III do art. 19, a letra «f» do item II do art. 20 e o art. 31, do Regi-

mento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Rubens Bayma Denys
Marco Maciel

DECRETO Nº 93.955, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores da Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República, na forma que especifica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e nos Decretos nº 93.953, de 21 de janeiro de 1987, e nº 93.954, de 21 de janeiro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º São transformadas, na forma do Anexo deste decreto, funções de confiança da Categoria Direção Superior, Código LT-DAS-101, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, Código LT-DAS-100, da Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República, na parte referente ao Gabinete Pessoal do Presidente da República e ao Gabinete Civil.

Art. 2º A despesa resultante da aplicação deste decreto correrá à conta de recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Rubens Bayma Denys
Marco Maciel

ANEXO
GABINETES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (L.T.-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	GABINETE CIVIL			GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPUBLICA	
	<i>Subchefia para Assuntos de Comunicação Social</i>			<i>Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal</i>	
1	Subchefe <i>Departamento de Apoio Administrativo</i> <i>Divisão de Orçamento e Finanças</i>	LT-DAS-101.5	1	Secretário Especial	LT-DAS-101.5
1	Diretor <i>Divisão de Serviços Gerais</i>	LT-DAS-101.3	1	<i>Subsecretaria de Estudos e Projetos</i> Subsecretário	LT-DAS-101.4
1	Diretor <i>Secretaria de Imprensa e Divulgação</i>	LT-DAS-101.3	1	<i>Subsecretaria de Articulação Operacional</i> Subsecretário	LT-DAS-101.4
1	Coordenador de Divulgação	LT-DAS-101.3	1	<i>Subsecretaria de Divulgação</i> Subsecretário	LT-DAS-101.4
1	Secretário de Imprensa e Divulgação	LT-DAS-101.4	1	<i>Secretaria de Imprensa da Presidência da República</i> Secretário	LT-DAS-101.5

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
1	Adjunto	LT-DAS-101.3	1	Secretário-Adjunto	LT-DAS-101.4
1	Coordenador-Geral	LT-DAS-101.3	1	Subsecretaria de Redação	LT-DAS-101.4
3	Adjuntos	LT-DAS-101.3	3	Assessores	LT-DAS-102.3
1	Coordenador de Imprensa	LT-DAS-101.3	1	Subsecretaria de Apoio Administrativo	LT-DAS-101.4
3	Adjuntos	LT-DAS-101.3	3	Assessores	LT-DAS-102.3
	Departamento de Apoio Administrativo			GABINETE CIVIL	
	Divisão de Pessoal	LT-DAS-101.3	1	Chefe do Gabinete	LT-DAS-102.4
1	Diretor			Assessor	
2	Chefe do Gabinete	LT-DAS-102.3	2	Assessor	LT-DAS-102.4
	Oficial de Gabinete				

DECRETO Nº 93.956, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Reduz alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas para 12% (doze por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias classificadas nos Códigos 87.09.01.01, 87.09.01.02 e 87.09.01.03, da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.957, DE 21 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre o regime jurídico da aprovação de projetos de florestamento para fins de aplicação dos recursos dos Fundos de Investimento de que trata o Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I e III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A anuência do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal — IBDF, até 21 de novembro de 1986, a cartas-consulta assegurará aos titulares respectivos, observado o disposto neste decreto, o regime previsto na legislação anterior, no tocante às condições básicas de aprovação dos correspondentes projetos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se apenas aos projetos cuja execução com recursos próprios tiver sido efetivamente iniciada até 21 de novembro de 1986, comprovada mediante exibição do laudo de vistoria do IBDF.

Art. 2º Nos casos do artigo precedente, não será aplicado o disposto nos arts. 1º, 2º e 10 do Decreto nº 93.607, de 21 de novembro de

1986, e a nova redação dos arts. 4º e 18 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.

Art. 3º As Agências de desenvolvimento e os Bancos operadores sob a supervisão dos Ministérios a que estão vinculados, adotarão as providências necessárias para implantar, no prazo de até seis meses, as medidas aprovadas pelo Decreto-lei nº 2.304 e pelo Decreto nº 93.607.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

João Sayad

DECRETO Nº 93.958, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Roque, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 9.554/86,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 1.281,05m² (um mil, duzentos e oitenta e um metros quadrados e cinco décimos quadrados), sem benfeitorias, situada na gleba nº 3, no bairro de Taipas de Pedras, com início na Rodovia Raposo Tavares (SP-270), no lugar denominado «Alto da Serra», na zona rural do Município e Comarca de São Roque, Estado de São Paulo, de propriedade de Zenith Rocha Olini, casada com Victório Olini Neto, conforme transcrição efetuada sob o nº 21.799, fls. 159 do Livro 3-AF, do Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de São Roque, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno tem formato de um polígono irregular de 4 (quatro) lados (ABCD), encerra área de 1.281m². O perímetro do ter-

reno tem as seguintes características e confrontações para quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Estrada de Taipas, e considera o sentido horário de percurso para fins de orientação dos lados: o vértice esquerdo «A», dista 29,97m do vértice «E», com azimute $234^{\circ}53'50''$; o vértice esquerdo «A», dista 74,99m do vértice «F» com azimute $228^{\circ}16'13''$; os vértices «E» e «F» estão localizados no alinhamento predial da construção existente do outro lado da Estrada de Taipas. Tem início no vértice «A», desse ponto segue em curva com concavidade voltada para fora do terreno, objeto desta descrição, de raio 130,00m, ângulo central $13^{\circ}34'50''$ e desenvolvimento 30,81m, até o ponto «B», sendo que a corda correspondente mede 30,74m, e forma ângulos internos de $102^{\circ}30'00''$ e $77^{\circ}30'00''$, respectivamente, com os segmentos DA e BC a corda AB tem rumo $34^{\circ}11'55''$ NE, faz limite com a Estrada de Taipas até o vértice «B». Neste ponto deflete à direita $102^{\circ}30'00''$ em relação a corda AB, forma com este, ângulo interno com a corda AB de $77^{\circ}30'00''$ e com rumo de $43^{\circ}18'05''$ SE segue em linha reta na distância de 46,65m, fazendo limite com a propriedade de Zenith Rocha Oliani e Victório Oliani Neto até o vértice «C». Neste ponto deflete à direita $90^{\circ}00'00''$ em relação ao segmento BC, forma com este, ângulo interno $90^{\circ}00'00''$, e com rumo de $46^{\circ}41'55''$ SW segue em linha reta na distância de 30,00m, fazendo limite com a propriedade de Zenith Rocha Oliani e Victório Oliani Neto até o vértice «D». Neste ponto deflete à direita $90^{\circ}00'00''$, em relação ao segmento CD, forma com este, ângulo interno $90^{\circ}00'00''$, e com rumo de $43^{\circ}18'05''$ NW, segue em linha reta na distância de 40,00m, fazendo limite com a propriedade de Zenith Rocha Oliani e Victório Oliani Neto, até o vértice «A», onde teve início a presente descrição. Esta descrição técnica baseia-se na planta PT n.º 86.503, elaborada pela Seção de Engenharia Legal, da Divisão de Administração de Bens, da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, em junho de 1986.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações constantes da Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY
Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.959, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Salto, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 9.556/86,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 2.516,52m² (dois mil, quinhentos e dezesseis metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situada no interior da quadra «F», formada pela Av. Dom Pedro II, Ruas Nove de Julho, José Revel e Vinte e Três de Maio, Município e Comarca de Salto, Estado de São Paulo, de propriedade de Geraldo Tuani e sua mulher Amasília Mantovani de Moraes Tuani e Tuani & Cia. Ltda., segundo registro sob o nº 3, matrícula nº 2849, no Registro de Imóveis da Comarca de Salto, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno tem formato de um polígono irregular de 14 lados (ABCDEFGHIJKLMNA), encerra a área de 2.516,52m². O vértice esquerdo «A» (para quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Rua 9 de Julho) dista da esquina desta rua com a Rua José Revel, na interseção do alinhamento predial 25,62m. O perímetro do terreno tem as seguintes características em relação a quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Rua 9 de Julho e considera o sentido horário de percurso para fins de orientação dos lados: tem início no vértice «A», neste deflete à direita 92º16'30" em relação ao segmento NA, forma com este, ângulo interno de 87º43'30", e com rumo de 53º14'25"SW segue em linha reta na distância de 3,69m, fazendo limite com a Rua 9 de Julho, até o vértice «B». Neste ponto, deflete à direita 89º24'40" em relação ao segmento AB, forma com este ângulo interno de 90º35'20", e com rumo de 37º20'55"NW em linha reta na distância de 29,99m, fazendo limite com a propriedade da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP até o vértice «C». Neste ponto, deflete à esquerda 89º53'35" em relação ao segmento BC, forma com este ângulo interno de 269º53'35", e com rumo de 52º45'30"SW segue em linha reta na distância de 14,99m, fazendo limite com a propriedade da Telecomuni-

cações de São Paulo S.A. — TELESP, até o vértice «D». Neste ponto, deflete à esquerda $89^{\circ}58'01''$ em relação ao segmento CD, forma com este, ângulo interno de $269^{\circ}58'01''$, e com rumo de $37^{\circ}12'31''$ SE segue em linha reta na distância de 2,15m, fazendo limite com a propriedade da Telecomunicações de São Paulo S. A. — TELESP, até o vértice «E». Neste ponto, deflete à direita $89^{\circ}58'03''$ em relação ao segmento DE, forma com este, ângulo interno de $90^{\circ}01'57''$, e com rumo de $52^{\circ}45'32''$ SW, segue em linha reta na distância de 17,54m, fazendo limite com as propriedades n.ºs 411 e 403 que têm frente para a Rua 9 de Julho até o vértice «F». Neste ponto, deflete à direita $88^{\circ}18'20''$ em relação ao segmento EF, forma com este, ângulo interno de $91^{\circ}41'40''$, e com rumo de $38^{\circ}56'08''$ NW, segue em linha reta na distância de 92,38m, fazendo limite com as residências que têm frente para a Av. D. Pedro II, até o vértice «G». Neste ponto, deflete à direita $91^{\circ}55'22''$ em relação ao segmento FG, forma com este, ângulo interno de $88^{\circ}04'38''$ e com rumo de $52^{\circ}59'14''$ NE, segue em linha reta na distância de 3,41m, fazendo limite com a Rua 23 de Maio, até o vértice «H». Neste ponto, deflete à direita $89^{\circ}57'19''$ em relação ao segmento GH, forma com este ângulo interno de $90^{\circ}02'41''$, e com rumo de $37^{\circ}03'27''$ SE, segue em linha reta na distância de 8,77m, fazendo limite com a propriedade n.º 512 que tem frente para a Rua 23 de Maio até o vértice «I»; neste ponto, deflete à esquerda $89^{\circ}59'59''$ em relação ao segmento HI, forma com este, ângulo interno de $269^{\circ}59'59''$, e com rumo $52^{\circ}56'34''$ NE, segue em linha reta na distância de 0,10m, fazendo limite com a propriedade n.º 512 que tem frente para a Rua 23 de Maio, até o vértice «J». Neste ponto, deflete à direita $88^{\circ}07'54''$ em relação ao segmento IJ, forma com este, ângulo interno de $91^{\circ}52'06''$, e com rumo de $38^{\circ}55'32''$ SE, segue em linha reta na distância de 17,71m, fazendo limite com a propriedade n.º 512 que tem frente para a Rua 23 de Maio, até o vértice «K». Neste ponto, deflete à esquerda $88^{\circ}13'40''$ em relação ao segmento JK, forma com este, ângulo interno de $268^{\circ}13'40''$ e com rumo de $52^{\circ}50'48''$ NE, segue em linha reta na distância de 29,97m, fazendo limite com as propriedades n.ºs 512, 520, 528 e 534 que têm frente para a Rua 23 de Maio, até o vértice «L». Neste ponto, deflete à esquerda $90^{\circ}12'18''$ em relação ao segmento KL, forma com este, ângulo interno de $270^{\circ}12'18''$, e com rumo de $37^{\circ}21'30''$ NW, segue em linha reta na distância de 26,50m, fazendo limite com a propriedade n.º 534 que tem frente para a Rua 23 de Maio, até o vértice «M». Neste ponto, deflete à direita $90^{\circ}54'35''$ em relação ao segmento LM, forma com este, ângulo interno de $89^{\circ}05'25''$, e com rumo de $53^{\circ}33'05''$ NE, segue em linha reta na distância de 1,32m, fazendo limite com a Rua 23 de Maio, até o vértice «N». Neste ponto, deflete à direita $87^{\circ}24'50''$ em relação ao segmento MN, forma com este, ângulo interno de $92^{\circ}35'10''$, e com rumo de $39^{\circ}02'05''$ SE, segue em linha reta na distância de 120,21m, fazendo limite com residências que têm frente para a Rua José Revel até o vértice «A», onde teve início a presente descrição.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel, sem benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.960, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Guaratinguetá, na Estrada Municipal, Bairro do Rio Acima, no lugar denominado «Fazenda Pedrinhas», Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 9.552/86,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 586,10m² (quinhentos e oitenta e seis metros quadrados e dez decímetros quadrados), sem benfeitorias, situada na Estrada Municipal, Bairro do Rio Acima, no lugar denominado «Fazenda Pedrinhas», Município e Comarca de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, de propriedade de Beatriz Helena Caltabiano Bartelega e José Carlos Giannico Bartelega, conforme consta da matrícula nº 1.754, de 23-11-1976, e registro nº 1, da mesma matrícula, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaratinguetá, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno possui a forma de uma poligonal de seis

lados, constantes da planta de levantamento planialtimétrico e cadastral PT-86052, de 1-10-86, da TELESF, e apresenta as seguintes características (para quem de dentro do terreno olha para Estrada Municipal e adota o sentido horário para a orientação dos lados): O lado da frente — segmento AB — faz limite com a Estrada Municipal, mede 0,55m, tem rumo $01^{\circ}33'33''$ SE, deflexão de $72^{\circ}35'15''$ à direita em relação ao segmento FA e forma com este ângulo interno de $107^{\circ}24'45''$. Segmento BC — faz limite com a Estrada Municipal, mede 11,59m, tem rumo $09^{\circ}40'07''$ SW, deflexão de $11^{\circ}13'40''$ à direita em relação ao segmento AB e forma com este, ângulo interno de $168^{\circ}46'20''$. Segmento CD — faz limite com a Estrada Municipal, mede 9,25m, tem rumo $15^{\circ}51'11''$ SW, deflexão de $06^{\circ}11'04''$ à direita em relação ao segmento BC e forma com este, ângulo interno de $173^{\circ}48'56''$. O lado direito — segmento DE — faz limite com propriedade de José Carlos G. Bartelega, mede 27,00m, tem rumo $74^{\circ}08'48''$ NW, deflexão de $90^{\circ}00'01''$ à direita em relação ao segmento CD e forma com este, ângulo interno de $89^{\circ}59'59''$. O lado dos fundos — segmento EF — faz limite com a propriedade de José Carlos G. Bartelega, mede 22,00m, tem rumo $15^{\circ}51'12''$ NE, deflexão de $90^{\circ}00'00''$ à direita em relação ao segmento DE e forma com este, ângulo interno de $90^{\circ}00'00''$. O lado esquerdo — segmento FA — faz limite com a propriedade de José Carlos G. Bartelega, mede 25,59m, tem rumo $74^{\circ}08'48''$ SE, deflexão de $90^{\circ}00'00''$ à direita em relação ao segmento EF e forma com este, ângulo interno de $90^{\circ}00'00''$. Descrição da amarração do terreno: o ponto A, início da poligonal, dista 20,37m, com rumo $19^{\circ}50'00''$ SW do ponto I, que por sua vez é a intersecção dos prolongamentos dos segmentos DC e GH, o segmento GH representa o meio fio do lado esquerdo da rua também à esquerda da Praça Nossa Senhora da Piedade. O lado esquerdo refere-se ao de um observador postado na frente da igreja e olhando também de frente para Praça Nossa Senhora da Piedade. O ponto D, dista 20,99m com rumo de $05^{\circ}20'02''$ NW do ponto J (N=4.985,2636, E=996,1072) que é o ponto do muro, vértice da divisa do imóvel n.º 454 e do imóvel n.º 428, no alinhamento da Estrada Municipal.

Art. 2.º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei n.º 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESF, com a utilização de recursos desta última.

Art. 3.º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.961, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Central Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 9.553/86,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 5.000,25m² (cinco mil metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), sem benfeitorias, situada na Avenida Deputado Emílio Carlos, esquina com Rua Dirceu Geraldi, Município e Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, de propriedade e respectiva proporção a saber: José Renato Castro da Fonseca, casado com Heloisa Helena Castro da Fonseca, 1/4 (um quarto); Carlos Kiva Janovitch, 1/4 (um quarto); Paula Ester Janovitch, 1/4 (um quarto) e Construtora Fonseca Limitada, 1/4 (um quarto), conforme consta dos registros nºs R.1, R.2 e R.3 da matrícula nº 20.621, de 17-6-80, do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Osasco, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno a ser desmembrado possui formato de trapézio, encerra área de 5.000,25m² (cinco mil metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), apresentando as seguintes dimensões perimetrais e confrontações, em relação a quem de dentro do mesmo terreno se coloca de frente para a Avenida Deputado Emílio Carlos. O lado da frente mede 80,10m e está posicionado sobre o alinhamento projetado da Avenida Deputado Emílio Carlos, fazendo limite com esta Avenida. O lado direito mede 58,25m, fazendo limite com a propriedade de Mauro Garcia. O lado esquerdo mede 56,00m e está posicionado sobre o alinhamento da Rua Dirceu Geraldi, fazendo limite com esta Rua. O la-

do dos fundos mede 98,64m e tem a direção paralela ao alinhamento projetado da Avenida Deputado Emilio Carlos, fazendo limite com a área remanescente, de propriedade de José Renato Castro da Fonseca, e sua mulher Heloisa Helena Castro da Fonseca; Carlos Kiva Janovitch, Paula Ester Janovitch e Construtora Fonseca Limitada.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações constantes da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.962, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Promulga o Acordo Relativo à Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 22, de 5 de dezembro de 1986, o Acordo Relativo à Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado em Genebra, a 12 de abril de 1979,

DECRETA:

Art. 1º O Acordo Relativo à Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Compete à Comissão de Política Aduaneira, do Ministério da Fazenda, aplicar o Acordo e estabelecer os direitos aduaneiros nele previstos.

Art. 3º A Comissão de Política Aduaneira poderá expedir normas complementares para aplicação do Acordo.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo está publicado no D.O. de 23-1-87.

DECRETO Nº 93.963, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município de Aguas de Lindóia, Comarca de Serra Negra, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 9.555/86,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno com 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Município de Aguas de Lindóia, Comarca de Serra Negra, Estado de São Paulo, no prolongamento da Rua Duque de Caxias, atual Avenida Brasil, de propriedade de Antônia Paula Monteiro de Oliveira, casada com Luiz Monteiro de Oliveira; Maria Paulo de Souza, casada com Carlos Alberto Pacheco de Souza; Aníbal Paulo, casado com Nilza Guenaga Paulo e Brasilina Paulo Barreto, conforme consta da transcrição nº 17.782, de 24-1-72, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Serra Negra, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: situa-se no prolongamento da Rua Duque de Caxias, atual Avenida Brasil, lado direito de quem por essa rua segue ao Matadouro Municipal, medindo 10,00m de frente para a citada via pública, por 40,00m da frente aos fundos, confrontando de um lado com Carlos da San Pancrazio, de outro com José da Costa Sobrinho e nos fundos com propriedade de Amadeu Martins.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS a promover, na forma da legislação vigente, especialmente

o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, com a utilização dos recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.964, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Altera os artigos 4º e 13 do Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981 e revoga o artigo 3º do Decreto nº 91.403, de 5 de julho de 1985.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 6º e 13 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

DECRETA:

Art. 1º Os artigos 4º e 13 do Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 4º O processo seletivo destinado à ascensão funcional será realizado, anualmente, com a prévia autorização da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, para todas as categorias funcionais, desde que haja vaga ou vago, observado o disposto no artigo 8º deste decreto e no Decreto nº 89.697, de 23 de maio de 1984.

.....

Art. 13. A ascensão funcional somente poderá efetivar-se se comprovada a existência de recursos orçamentários disponíveis para fazer face à despesa decorrente, quando a indicação recair em vago, mediante certificado de disponibilidade orçamentária, expedido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.»

§ 1º O ato de ascensão funcional será expedido pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, mediante exame

da proposta do órgão de pessoal, em qualquer época do ano e publicado no *Diário Oficial*.

Art. 2º A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República expedirá as normas necessárias à execução do disposto no Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o art. 3º do Decreto nº 91.403, de 5 de julho de 1985.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 93.965, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Tabajara de São Benedito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008426/85, (Edital nº 60/85),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgado concessão à Rádio Tabajara de São Benedito Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.966, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Educadora de Arcos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29.000.002976/86, (Edital nº 93/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Educadora de Arcos Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorga em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 93.967, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas para o primeiro semestre de 1987 e determina que as Instruções para aplicação da referida Tabela sejam baixadas pelo Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição, que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados os Valores da Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, conforme disposto na Tabela anexa, organizada de conformidade com o que preceitua o artigo 90, da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972 (Lei de Remuneração dos Militares).

Art. 2º Para aplicação dos valores acima mencionados o Território Nacional é dividido em três áreas:

Área 1 — Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e os Territórios do Amapá e de Roraima.

Área 2 — Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, Território de Fernando de Noronha, Abrolhos e Ilha de Trindade.

Área 3 — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Art. 3º O Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas baixará Instruções para o cumprimento da Tabela anexa.

Art. 4º Este decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Campos Paiva

A tabela está publicada no D.O. de 26-1-87.

DECRETO Nº 93.968, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Restabelece o Conselho Nacional de Serviço Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, incisos I, III e V da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É restabelecido, em sua plenitude, o Conselho Nacional de Serviço Social, instituído pelo Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938, que continuará integrado no Ministério da Educação, como órgão de cooperação, investido da mesma competência que lhe era pertinente anteriormente à vigência do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º A restauração do órgão a que se refere o artigo anterior autorizará a reinvestidura de quantos nele já exercessem mandatos ou funções no momento de sua extinção, bem assim a readmissão do pessoal a ele pertencente, ainda que já aproveitado em outros setores do Ministério da Educação, observados os níveis de vencimentos ou de salários a que fazia jus.

Art. 3º O Conselho Nacional de Serviço Social, será imediatamente reintegrado na posse dos seus arquivos, material permanente e de consumo, máquinas, equipamentos e instalações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 24 de novembro de 1986.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o inciso I do art. 1º do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, e os artigos 64 e 65, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.969, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre readaptação e inclusão de servidores no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, de acordo com o artigo 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.781, de 19 de maio de 1980, o que consta dos Processos nºs 10380.006897/84-84, 00600.012475/85-25 e 00600.009344/86-69, e

Considerando o disposto no Acórdão de 6 de setembro de 1983, do Tribunal Federal de Recursos (Ação Ordinária nº 131/75-Ceará),

DECRETA :

Art. 1º Ficam readaptados no cargo de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, código: AF-304, classe A, nível 11, a partir de 6 de agosto de 1969, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Fazenda, os servidores Martins Atanásio Alves, Raimundo de Oliveira Pinho, Christóvão Muniz de Souza, José Júlio Gomes e Raimundo Avelino da Silva.

Art. 2º Ficam incluídos, mediante transposição, na forma do anexo deste decreto, na classe B da categoria funcional de Fiscal de Tributos Federais, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, os cargos com os respectivos ocupantes relacionados no artigo anterior, exceto o cargo ocupado por Martins Atanásio Alves.

Art. 3º Em consequência do disposto no artigo 2º, ficam excluídos, a partir de 1º de novembro de 1974, da classe A da categoria funcional de Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial e da classe B da categoria funcional de Agente de Portaria, em que foram enquadrados através do Decreto nº 76.346, de 1º de outubro de 1975, os cargos ocupados pelos respectivos servidores.

Art. 4º O órgão de pessoal do Ministério da Fazenda apostilará os títulos dos servidores abrangidos por este decreto.

Art. 5º Os efeitos financeiros decorrentes da execução deste decreto vigoram a partir de 20 de maio de 1980, devendo o órgão de pessoal próprio proceder ao ajuste de contas, deduzindo as importâncias já percebidas pelos servidores em decorrência do enquadramento anteriormente efetivado.

Art. 6º A despesa com aplicação deste decreto será atendida pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Fazenda.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 92.674, de 6 de maio de 1986, publicado no *D.O.* de 19 subsequente.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aluizio Alves

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.970, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Cria a Embaixada do Brasil na República de Seychelles.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Embaixada do Brasil em Victoria, República de Seychelles.

Art. 2º A Missão diplomática de que trata o artigo anterior será cumulativa com a Embaixada do Brasil em Dar-Es-Salaam, República Unida da Tanzânia.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

DECRETO Nº 93.971, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a incorporação à União de estabelecimento de ensino e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.023714/86-62,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incorporado ao patrimônio da União, com os seus bens, instalações, equipamentos e áreas de terra, a Escola Agrotécnica de Cáceres, em virtude da doação feita pelo Governo do Estado de Mato Grosso, de acordo com a Lei Estadual nº 4.631, de 11 de dezembro de 1983.

Art. 2º O estabelecimento de que trata este decreto passa a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, de acordo com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 93.972, DE 23 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC), sua autonomia administrativa e financeira limitada e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 172, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (CEPESC), criado pelo Decreto Reservado nº 12, de 19 de maio de 1982, tem por finalidade promover a pesquisa científica e tecnológica e o desenvolvimento de projetos para proteção do sigilo das comunicações de interesse público.

Art. 2º Ao CEPESC é concedida autonomia administrativa e financeira para repasse de sua capacitação tecnológica a nível de projeto e para produção de itens especiais, sem escala industrial.

Parágrafo único. A autonomia, de que trata este artigo, compreende a competência para:

I — gerir os recursos vinculados às suas atividades, orçamentários e extraorçamentários, inclusive a receita própria e a proveniente de doações;

II — aceitar doação, sem encargo;

III — mediante expressa autorização ministerial:

a) celebrar contratos, convênios e ajustes pertinentes ao exercício de suas atividades;

b) aceitar doação, com encargo.

Art. 3º O CEPESC, para efeito de autonomia financeira, utilizará conta bancária própria, vinculada a fundo especial, para o custeio de seus projetos e atividades.

Art. 4º A estruturação, atribuições e as normas de funcionamento do CEPESC, observado o disposto neste decreto são fixadas em regimento interno, aprovado pelo Ministro de Estado, Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Ivan de Souza Mendes

João Sayad

Aluizio Alves

DECRETO Nº 93.973, DE 26 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Logradouro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Taipu, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d» e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Logradouro», com a área de 300,2534ha (trezentos hectares, vinte e cinco ares e trinta e quatro centiares), situado no Município de Taipu, no Estado do Rio Grande do Norte, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, tem o seguinte perímetro: inicia-se o perímetro da área junto ao ponto 1 de coordenadas UTM E=214.789,00m e N=9.369.515,00m referidas ao MC 33°WGr, situado na divisa de terras de Albino e diversos proprietários; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de diversos proprietários com azimute de 155°34'54" e distância de 370,11m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Izaias, Inácio da Silva e Moacir Genário, com os seguintes azimutes e distâncias: 97°13'41" e 1.104,78m, até o ponto 3; 87°29'19" e 114,11m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Gomes, José Victor Sobrinho e Manoel Emídio, com azimute de

180°00'00" e distância de 1.118,00m até o ponto 5; deste segue por linha seca, confrontando com terras da AGROMAR, com azimuth de 271°28'30" e distância de 2.874,95m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Albino, com os seguintes azimutes e distâncias: 20°47'29" e 484,55m, até o ponto 7; 51°34'52" e 1.709,02m, até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta da SUDENE, folha SB.25-V-C-IV, Escala: 1.100.000, Ano: 1972).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.974, DE 26 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Pedra da Jurema, Santa Maria, Desterro, Santa Rita dos Impossíveis, Ogalinda e Poços», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e minifúndio, situados no Município de Monte Santo, no Estado da Bahia, e compreendidos na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens

I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Pedra da Jurema, Santa Maria, Desterro, Santa Rita dos Impossíveis, Olgalinda e Poços», com área total de 4.130 ha (quatro mil cento e trinta hectares), situados no Município de Monte Santo, no Estado da Bahia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: Partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 39°39'45" WGr e latitude 10°26'36" S, situado na divisa com terras da Fazenda Bitau, denominada Pedra da Prea; daí, segue confrontando com terras de José Renato e Fazenda Laje do Antonio com os seguintes azimutes e distâncias: 133°44'37" e 5.186,40 m, até o ponto 2; 108°30'00" e 577,40 m, até o ponto 3; 179°54'00" e 184,30 m, até o ponto 4; 93°06'00" e 548,00 m, até o ponto 5; 92°56'00" e 1.156,80 m, até o ponto 6; 99°27'00" e 1.294,80 m, até o ponto 7, situado na divisa com terras da Fazenda Laje do Antonio na margem de uma estrada vicinal; daí, segue acompanhando a referida estrada com distância de 2.550,00 m, até o ponto 8, situado na margem do Riacho Poço dos Angicos; daí, segue por linha seca, confrontando com terras de «quem de direito» com os seguintes azimutes e distâncias: 241°00'00" e 3.850,00 m, até o ponto 9; 269°30'00" e 1.200,00 m, até o ponto 10, situado no Riacho do Tigre, daí, segue pela margem direita do Riacho, à jusante, com uma distância de 5.610,00 m, até o ponto 11, situado no referido Riacho, na divisa com terras da Fazenda Bitau e do Riacho Juazeiro; daí segue confrontando com terras da Fazenda Bitau, com azimute 8°24'00" e distância de 7.750,00m, até o ponto 1, inicial da descrição deste perímetro. (Fonte: Cartas do IBGE, Escala de 1.100.000, Folhas SC 24-0-I, SC 24-0-III e Escritura fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Monte Santo).

Art. 2º Escluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.975, DE 26 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Califórnia II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c», e «d», e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Califórnia II», com a área de 2.110 ha (dois mil, cento e dez hectares), situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P-1, de coordenadas geográficas longitude 41°59'50''WGr e latitude 10°45'27''S, situado na divisa das terras de Alberto Ferreira Soares e no limite da faixa de domínio da estrada Jussara/Fazenda Pioneira; deste, segue acompanhando o limite da referida estrada no sentido Jussara/Fazenda Pioneira, com o seguinte azimute e distância: 00°00'00'' e 6.300,00m, até o P-2, situado no limite da faixa de domínio da referida estrada e terras da COPENER; deste, segue confrontando com terras da COPENER nos seguintes azimutes e distâncias: 105°45'00'' e 4.000,00m, até o P-3; 174°30'00'' e 4.600,00m, até o P-4, situado na divisa das terras da COPENER e terras de Alberto Ferreira Soares; deste, segue confrontando com terras de Alberto Ferreira Soares, com o seguinte azimute e distância: 261°00'00'' e 4.200,00m, até o P-1, ponto inicial da descrição do perímetro. (Fonte de referência: Carta do IBGE, Folha SC-24-Y-A-IV, Escala 1:100.000, Ano 1975 e lev. Proj. Xique-Xique).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.976, DE 27 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Suíça», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará e, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d» e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Fazenda Suíça, com a área de 2.055,7919 (dois mil e cinquenta e cinco hectares, setenta e nove arcs e dezenove centiares), situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM: E=468.660m e N=9.496.220m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39ºWGr, e ao Equador, situado na margem direita de uma estrada, que liga o imóvel à Fazenda Lagoa Verde; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José de Souza Jucá e da Fazenda Lagoa Verde, com azimute plano de 91º00' e distância de 2.610m, até o ponto

2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Arquidiocese de Fortaleza e da Fazenda Ipueira da Vaca, com azimuth plano de $125^{\circ}30'$ e distância de 2.040m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio da Costa, com azimuth plano de $202^{\circ}05'$ e distância de 2.230m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco da Costa, com os seguintes azimuths planos e distâncias: $268^{\circ}45'$ e 440m, até o ponto 5; $235^{\circ}30'$ e 1.000m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de herdeiros de João Canjari, com os seguintes azimuths planos e distâncias: $150^{\circ}00'$ e 630m, até o ponto 7; $182^{\circ}45'$ e 280m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Luis Oliveira Goes, com azimuth plano de $259^{\circ}45'$ e distância de 710m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Júlio Uchoa, com azimuth plano de $276^{\circ}45'$ e distância de 1.090m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Juarez Alves Pereira, com azimuth plano de $313^{\circ}45'$ e distância de 2.600m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com o travessão da Serra da Onça, com os seguintes azimuths planos e distâncias: $358^{\circ}30'$ e 1.520m, até o ponto 12; $308^{\circ}45'$ e 1.700m, até o ponto 13; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José de Souza Jucá e da Fazenda Lagoa Verde, com os seguintes azimuths planos e distâncias: $89^{\circ}45'$ e 1.560m, até o ponto 14; $70^{\circ}15'$ e 1.120m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta da DSG, Folha SB.24-V-B-VI, Escala 1:100.000, ano 1974, Fotografias aéreas da região e certidões do Cartório de Registro de Imóveis).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.977, DE 27 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Recreio», situado no Município de Salgadinho, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Recreio», com a área de 364,00 ha (trezentos e sessenta e quatro hectares), situado no Município de Salgadinho, no Estado de Pernambuco, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia-se o perímetro ao norte do imóvel, no ponto P 1, de coordenadas geográficas longitude 35°36'30" WGr e latitude de 7°53'36" S, situado no limite da faixa de domínio, margem direita, da Rodovia Estadual PE-97, sentido João Alfredo-Salgadinho; deste, segue na direção geral nordeste (NE), confrontando com terras de Braz Amâncio de Lima ou seus sucessores até o ponto P 2; deste, segue na direção geral sudeste (SE), confrontando com terras de Manoel Soares Gomes ou seus sucessores, até o ponto P 3; deste, segue na direção geral oeste (O), confrontando, ainda, com terras de Manoel Soares Gomes, até o ponto P 4, situado no limite da faixa de domínio, margem direita da Rodovia Estadual PE-97, sentido João Alfredo-Salgadinho; deste, segue pelo limite da faixa de domínio da Rodovia Estadual PE-97, sentido João Alfredo-Salgadinho, até o ponto P 5; deste, segue na direção geral sudeste (SE), confrontando com terras de Manoel Justino ou seus sucessores, de Lúcia Pinheiro ou seus sucessores, de João Mota ou seus sucessores, de Jorge Pinheiro ou seus sucessores, de Estevão do Livramento ou seus sucessores, de Antonio Bernardes ou seus sucessores, de José Carlos de Andrade ou seus sucessores, de Rafael Mariano Gomes ou seus sucessores, e de Emídio José de Andrade ou seus sucessores, até o ponto P 7; deste, segue na direção geral oeste (O), confrontando com terras de Manuel João da Silva ou seus sucessores.

res, até o ponto P 8; deste, segue, na direção geral sudoeste (SO), confrontando com terras da Fazenda Piraná, de Eimar Cavalcanti de Moraes, até o ponto P 9; deste, segue na direção geral sudoeste (SO), confrontando com terras da Fazenda da Cachoeira, de José Barbosa do Rego ou seus sucessores, até o ponto P 10; deste, segue na direção geral norte (N), confrontando, ainda, com a Fazenda Cachoeira, de José Barbosa do Rego até o ponto P 11; deste, segue na direção geral noroeste (NO), confrontando ainda com as terras da Fazenda Cachoeira, de José Barbosa do Rego, até o ponto P 12; deste, segue na direção geral norte (N), confrontando com terras de João da Mata ou seus sucessores, de Severino Joaquim de Moura ou seus sucessores, de Antonio Soares da Fonseca ou seus sucessores, de José Mavial da Silva ou seus sucessores e de Antonio Pedro de Andrade ou seus sucessores, até o ponto P 13; deste, segue na direção geral sudoeste (SO), confrontando ainda com terras de Antonio Pedro de Andrade ou seus sucessores, até o ponto P 14; deste, segue na direção geral norte (N), confrontando com terras de Severino Soares da Fonseca ou seus sucessores, até o ponto P 15; deste, segue na direção geral sudoeste (SO), confrontando, ainda, com terras de Severino Soares da Fonseca, até o ponto P 16; deste, segue na direção geral noroeste (NO), confrontando com terras de Maria Ribeiro de Lemos ou seus sucessores, de Severino Ribeiro de Lemos ou seus sucessores, de José Ribeiro Firmo ou seus sucessores, de Manoel Dionísio da Silva ou seus sucessores, da Igreja Assembléia de Deus e de Manoel Dionísio da Silva ou seus sucessores, até o ponto P 17; deste, segue na direção geral sudoeste (SO), confrontando, ainda, com terras de Manoel Dionísio da Silva, até o ponto P 18, situado no limite da faixa de domínio, margem direita, da Rodovia Estadual PE-97, sentido Salgadinho-João Alfredo; deste, segue pelo limite de faixa de domínio da Rodovia Estadual PE-97, sentido Salgadinho-João Alfredo, até o ponto P 19; deste, segue na direção geral sudoeste (SO), confrontando com terras de Manoel Francisco da Silva ou seus sucessores até o ponto P 20; deste segue na direção geral nordeste (NE), confrontando, ainda, com terras de Manoel Francisco da Silva, até o ponto P 22, passando pelo ponto P 21; deste, segue na direção geral nordeste (NE), confrontando com terras de João Soares de Lima ou seus sucessores, até o ponto P 23; deste, segue na direção geral norte (N), confrontando, ainda, com terras de João Soares de Lima, de José Soares de Lima ou seus sucessores, de Antonio de Tal ou seus sucessores, de Manoel Ferreira de Lima ou seus sucessores, do espólio de Severino Barbosa da Silva ou seus sucessores, de Manoel Sebastião da Silva ou seus sucessores, de Amaro Feitosa da Silva ou seus sucessores, e de Severino Cosme ou seus sucessores, até o ponto P 24; deste, segue na direção geral nordeste (NE), confrontando com terras da Fazenda Umari, de José Gomes Vieira ou seus sucessores, de Israel Silva ou seus sucessores, de Manoel Ferreira ou seus sucessores, de Narciso Pedro ou seus sucessores, de Belmiro de Tal ou seus sucessores, de José Novo ou seus

sucessores, de Hildo Pereira ou seus sucessores, de José Silvestre da Silva ou seus sucessores e terras de Braz Amâncio da Silva ou seus sucessores, até o ponto P 1, início da descrição deste perímetro (Fontes de Referência: Carta do Projeto RADAMBRASIL, Folha SB.25-Y-C-IV, Escala 1:250.000, Ano 1983 e Certidões do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de João Alfredo — Estado de Pernambuco).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.978, DE 27 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Aímas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denomi-

nado «Fazenda Almas», com a área de 8.840 ha (oito mil oitocentos e quarenta hectares), situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 42°18'28''WGr e latitude 10°53'43''S, situado na divisa com terras pertencentes a Juracy de Oliveira Matos; deste, segue confrontando com terras de Juracy de Oliveira Matos com o seguinte azimuth e distância: 59°00'00'' e 800,00m, até o ponto 2, situado na divisa com terras pertencentes a Juracy de Oliveira Matos; deste, segue confrontando com terras de Juracy de Oliveira Matos e outros, com o seguinte azimuth e distância: 17°30'00'' e 8.400,00m, até o ponto 3, situado na divisa das terras pertencentes a Osvaldo Cesar de Souza Teixeira com terras de Quem de Direito; deste, segue confrontando com terras de Quem de Direito com o seguinte azimuth e distância: 42°30'00'' e 1.300,00m, até o ponto 4, situado na divisa das terras de Quem de Direito com terras pertencentes a Hildebronde Sisnando Pereira Nunes; deste, segue confrontando com terras de Hildebronde Sisnando Pereira Nunes com o seguinte azimuth e distância: 82°30'00'' e 1.550,00m até o ponto 5, situado na divisa das terras de Hildebronde Sisnando Pereira Nunes; deste, segue confrontando com terras de Hildebronde Sisnando Pereira Nunes, atravessando o Rio Verde, com o seguinte azimuth e distância: 94°45'00 e 7.000,00m, até o ponto 6, situado na divisa das terras pertencentes a Sebastião Alves de Lima com terras de Hosmídio Miguel da Silva; deste, segue confrontando com terras de Hosmídio Miguel da Silva e Antônio Tirbutino de Oliveira, com o seguinte azimuth e distância: 189°15'00'' e 2.500,00m, até o ponto 7, situado na divisa das terras pertencentes a Antônio Tirbutino de Oliveira e Raimundo Cirne Araújo; deste, segue confrontando com Raimundo Cirne Araújo e outros, com o seguinte azimuth e distância: 212°45'00'' e 8.500,00m, até o ponto 8, situado na divisa das terras de Helenídio da Silva Dourado com terras de Anchieta de Tal; deste, segue confrontando com terras de Anchieta de Tal com o seguinte azimuth e distância: 235°00'00 e 3.400m, até o ponto 9, situado na divisa das terras de Anchieta de Tal com terras de Genário da Silva Dourado; deste, segue confrontando com terras de Genário da Silva Dourado e terras de Juracy de Oliveira Matos, atravessando o Rio Verde, com o seguinte azimuth e distância: 289°00'00'' e 6.150,00m, até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta IBGE — Folha-SD.23-Z-B-VI, Escala: 1.100.000 e Lev. Proj. Xique-Xique).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.979, DE 27 DE JANEIRO DE 1987

Reabre à Justiça Federal de 1ª Instância, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.890, de 30 de dezembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III e em conformidade com o disposto no artigo 62, § 4º, ambos da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto, sob a forma anexa a este decreto, à Justiça Federal de 1ª Instância, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial de CZ\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzados), autorizado pela Lei nº 7.579, de 23 de dezembro de 1986 e aberto pelo Decreto nº 93.890, de 30 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dilson Domingos Funaro
João Sayad

DECRETO Nº 93.980, DE 28 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba São José/Morro Alto», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c», e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba São José/Morro Alto», com a área de 5.486,4400 ha (cinco mil quatrocentos e oitenta e seis hectares e quarenta e quatro ares) situado no Município de Barreirinhas, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro junto ao ponto 1, de Coordenadas Geográficas longitude 42°57'22''WGr e latitude 02°58'57''S, à margem esquerda do Rio Preguiças; deste, segue pelo referido rio, margem esquerda, à montante, com a distância de 1.640m, até o ponto 2, de Coordenadas Geográficas longitude 42°58'00''WGr e latitude 02°59'10''S, situado à margem esquerda do Rio Preguiças; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de José Rodrigues e outros, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 09°00'NE e 20.850m, até o ponto 3; 64°30'NW e 2.300m, até o ponto 4; 0°00'N e 1.380m, até o ponto 5; deste, segue por linhas secas, confrontando com Terras Devolutas, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 83°00'NE e 6.000m, atravessando o Riacho das Pacas e uma estrada carroçável, que liga Barreirinhas ao Povoado do Palmeira, até o ponto 6; 02°30'SE e 1.800m, atravessando o Riacho das Pacas, até o ponto 7; 85°30'NE e 1.870m, até o ponto 8; 45°00'SE e 4.240m, atravessando o Rio Preguiças, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com a Data Uriti, com rumo magnético de 46°00'SW e distância de 7.000 m, atravessando o Riacho São José, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com Terras de Ausentes, com rumo magnético de 39°30'NW e distância de 4.560 m, atravessando o Riacho São José e o Rio Preguiças,

até o ponto 1, início da descrição do perímetro (Fontes de Referência: Carta da DSG, Folhas SA.23-Z-D-II, SA.23-Z-B-II e SA.23-Z-B-V, Escala 1:100.000, Anos: 1978 e 1979, levantamento cartorial e locações efetuadas em campo por Técnicos da SR-12-INCRA).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.981, DE 28 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Miritipitanga», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tomé-Açu e São Domingos do Capim, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Miritipitanga», com a área de 4.356 ha (quatro mil, trezentos e cinquenta e seis hectares), situado nos Municípios de Tomé-Açu e São Domingos do Capim, no Estado do Pará, e compreendido na

zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixado pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área junto ao ponto P-1, de coordenadas geográficas 47°57'40''WGr e 02°09'20''S, situado na divisa com Terras da União Federal; deste, por linha seca, limitando com as referidas Terras da União Federal, com um rumo e distância 90°00'NE e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), chega ao ponto P-2, de coordenadas geográficas 47°54'06''WGr e 02°09'20''S, situado na divisa com a Fazenda Flor de Minas e Terras de Geraldo Nunes de Oliveira; deste, por linha seca, limitando com a Fazenda Flor de Minas e Terras de Geraldo Nunes de Oliveira, com um rumo e distância 00°00'S e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), chega ao ponto P-3, de coordenadas geográficas 47°54'06''WGr e 02°12'53''S, situado na divisa com Terras da União Federal; deste, por linha seca, limitando com as citadas Terras da União Federal com os seguintes rumos e distâncias: 90°00'NW e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P-4, de coordenadas geográficas 47°57'40''WGr e 02°12'53''S, 00°00'N e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P-1, ponto inicial da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Cartas do RADAMBRASIL, Folhas SA.22-Z-B e SA.23-Y-A, escala 1:250.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969 e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.982, DE 28 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lotes n.ºs 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175 e 176», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situados no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Lotes n.ºs 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175 e 176», com a área total de 24.000ha (vinte e quatro mil hectares), situados no Município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 59°53'55"WGr e latitude 02°03'20"S, situado no extremo norte do Lote 175; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da União, com o rumo de 55°00'SE e distância de 5.000,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 174, com o rumo de 55°00'SE e distância de 5.000,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com o Lote 174, com o rumo de 35°00'NE e distância de 6.000m, até o ponto 4; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da União, com os seguintes rumos e distâncias: 55°00'SE e 10.000,00m, até o ponto 5; 35°00'SW e 6.000,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 164, com o rumo de 35°00'SW e distância de 6.000,00m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 166, com o rumo de 55°00'NW e distância de 5.000,00m, até o ponto 8; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Lote 171, com os seguintes rumos e distâncias: 55°00'NW e 5.000,00m, até o ponto 9; 35°00'SW e 6.000,00m, até o ponto 10; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da União, com os seguintes rumos e distâncias: 55°00'NW e 10.000,00m até o ponto 11; 35°00'NE e 12.000,00m, até o ponto 1, início

da descrição do perímetro (Fonte de Referência: Carta do Projeto RADAMBRASIL, folhas SA.21-Y-A e SA.21-V-C, Escala 1:250.000, Ano: 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.983, DE 28 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre a recondução dos representantes da iniciativa privada na Comissão de Política Aduaneira.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O § 4º, do artigo 2º, do Decreto nº 64.926, de 5 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto nº 83.955, de 12 de setembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

«§ 4º Os representantes da iniciativa privada terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.984, DE 29 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Maragatos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Maragatos», com a área de 2.488,3162ha (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito hectares, trinta e um ares e sessenta e dois centiares), situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P1, de coordenadas geográficas longitude 51°50'23" WGr e latitude 14°04'06" S, comum com terras remanescentes de Ari Moraes Costa — Lote Estrela e terras da Gleba Borecaia — Lote Estrela; deste, segue com rumo de 83°30' NE, e distância de 3.850,00m (três mil, oitocentos e cinquenta metros), confrontando com terras da Gleba Borecaia — Lote Estrela, até o P2, comum com terras do confrontante e terras da Gleba Borecaia — Lote Fazenda Casa Nova; deste, segue com rumo de 06°30' SW, e distância de 6.602,00m (seis mil, seiscentos e dois metros), confrontando com terras da Gleba Borecaia — Lote Fazenda Casa Nova, até o P3, comum com terras do confrontante e terras de José dos Santos — Lote Dianun; deste, segue com rumo de 83°30' SW, e distância de 3.852,00m (três mil, oitocentos e cinquenta e dois metros), confrontando com terras do Sr. José Vieira dos Santos — Lote Dianun, até o P4, comum com as terras do confrontante e terras remanescentes da Gleba Borecaia C; deste, segue com rumo de 06°30' NE, e distância de 6.600,00m (seis mil e seiscentos metros), confrontando com terras remanescentes da Gleba Borecaia C e terras remanescentes de Ari Moraes Costa — Lote Estrela, até o P1, ponto inicial do perímetro descrito. (Fontes de referências: Certidão do

Cartório do 1º Ofício da Comarca de Barra do Garças, em nome de Aberlino Claudino Perin; Carta do IBGE SD.22-Y-B-II, escala 1:100.000 de 1980; Planta final da discriminatória administrativa denominada Gleba Cururu).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.985, DE 29 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São Luiz», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São Luiz», com a área de 1.504,3325ha (um mil, quinhentos e quatro hectares, trinta e três ares e vinte e cinco centiares), situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P-1, de coordenadas geográficas longitude 53°11'10" WGr e latitude 22°17'51" S, cravado na margem esquerda do Rio Samambaia em comum com terras de José Reis; deste segue por linhas secas, confrontando com terras de José Reis, até o P-3, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-1 ao P-2, 103°59' e 1.202,27m; P-2 ao P-3, 96°49' e 3.387,02m; do P-3 segue por linhas secas confrontando com terras de José Fadel até o P-7, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-3 ao P-4, 184°14' e 342,58m; P-4 ao P-5, 172°54' e 169,45m; P-5 ao P-6, 189°20' e 140,75m; P-6 ao P-7, 164°32' e 122,16m; do P-7 segue por linhas secas, confrontando com terras de Joaquim Pereira até o P-20, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-7 ao P-8, 199°05' e 120,74m; P-8 ao P-9, 195°21' e 117m; P-9 ao P-10, 191°27' e 107,46m; P-10 ao P-11, 232°28' e 101,50m; P-11 ao P-12, 188°49' e 144m; P-12 ao P-13, 215°45' e 180,26m; P-13 ao P-14, 254°26' e 117,54m; P-14 ao P-15, 252°48' e 184,40m; P-15 ao P-16, 219°12' e 72,76m; P-16 ao P-17, 234°34' e 168,50m; P-17 ao P-18, 205°34' e 159,78m; P-18 ao P-19, 204°18' e 128m; P-19 ao P-20, 243°28' e 87,57m; do P-20, segue por linhas secas confrontando com terras da Fazenda Primavera, propriedade de Moura Andrade S/A até o P-44, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-20 ao P-21, 251°23' e 113,91m; P-21 ao P-22, 271°30' e 179,56m; P-22 ao P-23, 293°05' e 124,93m; P-23 ao P-24, 312°22' e 88m; P-24 ao P-25, 341°35' e 132,90m; P-25 ao P-26, 284°05' e 94,37m; P-26 ao P-27, 244°03' e 174,88m; P-27 ao P-28, 269°55' e 165,47m; P-28 ao P-29, 290°19' e 84,40m; P-29 ao P-30, 261°30' e 113,70m; P-30 ao P-31, 264°28' e 251,55m; P-31 ao P-32, 280°02' e 303,70m; P-32 ao P-33, 219°33' e 439m; P-33 ao P-34, 238°00' e 81,40m; P-34 ao P-35, 277°26' e 111,57m; P-35 ao P-36, 222°15' e 181,36m; P-36 ao P-37, 199°19' e 175,20m; P-37 ao P-38, 228°44' e 185,92m; P-38 ao P-39, 192°36' e 165,32m; P-39 ao P-40, 229°08' e 226m; P-40 ao P-41, 197°29' e 124,55m; P-41 ao P-42, 216°11' e 153,11m; P-42 ao P-43, 194°49' e 109m; P-43 ao P-44, 205°50' e 165,82m; do P-44, segue por linhas secas confrontando com terras de José A. Oliveira e Souza até o P-47, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-44 a P-45, 220°17' e 114,70m; P-45 ao P-46, 179°10' e 160,17m; P-46 ao P-47, 186°43' e 201,85m; do P-47, segue por linhas secas, confrontando com terras de Edimir James Kuhl, até o P-51, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-47 ao P-48, 228°40' e 95,50m; P-48 ao P-49, 181°03' e 170,90m; P-49 ao P-50, 202°21' e 132,53m; P-50 ao P-51, 210°20' e 140m; do P-51, segue por linhas secas, confrontando com terras de Nívio Durães Teixeira, com azimute magnético de 308°46' e

com distância de 2.584m, alcançando-se o P-52, situado na margem do Rio Samambaia, por onde segue pelo mesmo rio, acima, margem esquerda, com distância de 4.000m, até o P-1, início da descrição deste perímetro (Fontes de Referência: Carta do DSGE-Folha SF.22-Y-A-II, ano 1972 — Escala 1:100.000, e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.986, DE 29 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados Lotes 13, 15 e 21 (parte), 22 e 33, compreendidos na Fazenda Mamoneiras, classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Fazenda Nova, no Estado de Goiás, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados Lotes 13, 15 e 21 (parte), 22 e 33, compreendidos na Fazenda Mamoneiras, com a área total de 2.706,5173ha (dois mil, setecentos e seis hectares, cinquenta e um ares e setenta e três centiares), situados no Município de Fazenda Nova, no Estado de Goiás, e compreendidos na zona

prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Área I — Lote 13, com área de 118,2523ha: partindo do M-2, de coordenadas geográficas longitude 50°38'57" WGr e latitude 16°12'38" S, cravado no Morro do Facão e na confrontação com o Loteamento Mamoneira e Lote 5; deste, segue pelo citado morro, confrontando com o Lote 5, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 27°45'00" SW e 293m; 180°00'00" S e 333m; 11°30'00" SW e 154m, passando pelo P1, P2, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 50°38'52" WGr e latitude 16°13'02" S, situado no Morro do Facão; deste, segue pela mesma confrontação com o rumo magnético de 41°30'00" SW e distância de 458m, até o M-3, cravado no Morro do Facão e na confrontação com o Lote 14; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 14, com rumo magnético de 70°05'00" NW e distância de 1.100m, até o M-4, de coordenadas geográficas longitude 50°39'36" WGr e latitude 16°13'12" S, cravado na margem direita do Ribeirão dos Porcos; deste, segue pela mesma confrontação, com o rumo magnético de 07°15'00" NE e distância de 690m, até o M-5; deste, segue confrontando com o Loteamento Mamoneira no rumo magnético de 89°50'00" NE e distância de 120m, até o M-1, de coordenadas geográficas longitude 50°39'36" WGr e latitude 16°12'59" S, cravado na margem direita do Ribeirão dos Porcos; deste, segue confrontando com o Loteamento Mamoneira com o rumo magnético de 89°50'00" NE e distância de 1.316m, até o M-2, ponto inicial da descrição do perímetro (Fontes de Referência: Carta do IBGE, Folha SE-22-X-A-I, escala 1:100.000, edição de 1974, Certidões do CRI e Planta Topográfica).

b) Área II — Lote 15, com área de 395,1466ha: partindo do M-1, de coordenadas geográficas longitude 50°40'13" WGr e latitude 16°13'40" S, cravado na confluência do Córrego Palmitinho com o Ribeirão dos Porcos; deste, segue pelo Ribeirão dos Porcos, à montante, com a distância de 990m, confrontando com o Lote 14, até o M-2, cravado na margem direita do Ribeirão dos Porcos; deste, segue por linha seca pela mesma confrontação, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 34°56'00" SE e 770m; 59°37'00" SE e 762m; 63°45'00" SE e 160m, passando pelos pontos P1, P2, até o M3, de coordenadas geográficas longitude 50°39'02" WGr e latitude 16°14'20" S, cravado no Espigão Divisor de Águas; deste, segue por linha seca, pelo Espigão Divisor, confrontando com os Lotes 5 e 4, respectivamente, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 35°00'00" SW e 325m;

24°10'00" SW e 1.150m, passando pelo P3, até o M-4, cravado à margem direita do Ribeirão dos Porcos; deste, segue pelo citado ribeirão, à jusante, confrontando com o Lote 14, com distância de 785m, até o M-5, cravado à margem esquerda do Ribeirão dos Porcos; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 14, com o rumo magnético de 63°20'00" SW e distância de 185m, até o P4; deste, segue pela mesma confrontação com o rumo magnético de 87°00'00" NW e distância de 80m, até o M-6, de coordenadas geográficas 50°39'36" WGr e latitude 16°14'30" S; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 16, nos seguintes rumos magnéticos e distâncias: 00°00'00" N e 879m; 90°00'00" W e 395m, passando pelo M-7, até o M-8, cravado na margem direita do Córrego Barreirão; deste, segue pelo citado córrego, à jusante, confrontando com o Lote 14, com distância de 290m, até o M-9, cravado à margem esquerda do referido córrego; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 14, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 89°00'00" NW e 450m, até o M-10; 16°45'00" NE e 1.350m, até o M-11; 30°00'00" NW e 195m, até o M-12, de coordenadas geográficas longitude 50°40'20" WGr e latitude 16°14'01" S, cravado à margem direita do Córrego Palmitinho; deste, segue pelo referido córrego, à jusante, confrontando com o Lote 14, com a distância de 600m, até o M-1, ponto inicial da descrição do perímetro (Fontes de Referência: Carta do IBGE, folha SE-22-X-A-I, escala 1:100.000, edição de 1974, Certidões do CRI e Planta Topográfica).

c) Área III — Lote 21 (parte), com área de 181,3600ha: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 50°41'10" WGr e latitude 16°14'11" S, situado na confrontação com os Lotes 25 e 14; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 14, com o rumo magnético de 51°03'00" SE e distância de 740m, até o M-2, de coordenadas geográficas longitude 50°40'47" WGr e latitude 16°14'20" S, cravado à margem esquerda do Córrego Palmitinho; deste, segue pelo citado córrego, à montante, confrontando com o Lote 14, com distância de 1.210m, até o M-3, de coordenadas geográficas longitude 50°40'47" WGr e latitude 16°14'53" S, cravado na margem esquerda do Córrego Palmitinho; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 14, nos seguintes rumos magnéticos e distâncias: 67°30'00" NW e 210m; 74°28'00" NW e 190m; 87°03'00" SW e 290m, passando pelo P2, P3, P4, até o M-4, de coordenadas geográficas longitude 50°41'20" WGr e latitude 16°14'58" S, cravado na confrontação do Lote 21; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 21, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 03°15'00" NW e 60m; 35°33'00" NE e 400m; 20°45'00" NE e

202,50m, passando pelo P5, P6, até o P7, situado na confrontação dos Lotes 14, 21 e 25; deste, segue por linha seca, confrontando com o Lote 25 nos seguintes rumos magnéticos e distâncias: 35°00'00" NE e 348m; 16°30'00" NE e 350m; 40°00'00" NE e 93m, passando pelo P8 e P9, até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro (Fontes de Referência: Carta do IBGE, Folha SE-22-X-A-I, Escala 1:100.000, Edição de 1974, Certidões do CRI e Planta Topográfica).

d) Área IV — Lotes 22 e 33, com 2.061,7584ha: partindo do M-1, de coordenadas geográficas longitude 50°43'55" WGr e latitude 16°13'48" S, cravado à margem da estrada vicinal na confrontação com o Loteamento Mamoneiras, Lote 27; deste, segue pela citada estrada, com extensão de 1.015m, até o M-2; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Lote 35, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 69°00'00" SE e 805m, até o M-3; 12°26'00" SE e 220m, até o M-4; 57°15'00" SE e 580m, até o M-5; 55°00'00" SE e 310m, até o M-6; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Lote 26, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 65°30'00" SE e 507m, até o M-7; 53°30'00" SE e 395m, até o M-8, cravado à margem esquerda do Córrego da Cava; deste, segue pelo citado córrego, à montante, confrontando com o Lote 21, com a distância de 800m, até o M-9, cravado à margem direita do Córrego da Cava; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Lote 21, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 78°45'00" SE e 490m, até o M-10; 27°00'00" SE e 222m, até o M-11; 28°30'00" SE e 341,50m, até o M-12; 05°22'00" SE e 170m, até o M-13, de coordenadas geográficas longitude 50°41'47" WGr e latitude 16°15'29" S, cravado à margem de uma estrada vicinal; deste, segue pela citada estrada confrontando com o Lote 21, com a distância de 1.100m, até o marco 14, cravado à margem da estrada, no Espigão Divisor das Fazendas Areias e Mamoneiras; deste, segue pelo Espigão divisor, confrontando com a Fazenda Areias, com a distância de 4.920m, até o M-15, cravado à margem de outra estrada vicinal; deste, segue por linha seca, pela mesma confrontação com o rumo magnético de 67°30'00" SW e distância de 345m, até o M-16; deste, segue ainda pelo Espigão Divisor, confrontando com a Fazenda Areias, com a distância de 5.620m, até o M-1 do Lote 33, cravado no Morro do Facão e na confrontação com a Fazenda Pilões; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Pilões, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 19°18'00" NW e 940m, até o P1; 07°44'05" NW e 3.065,85m, até o M-2 do Lote 33, de coordenadas geográficas longitude 50°46'44" WGr, latitude 16°14'27" S, cravado na confrontação com o Loteamento Mamoneiras; deste, segue por linha se-

ca, confrontando com o Loteamento Mamoneiras com rumo magnético de 89°50'00" NE e distância de 4.281,40m, até o M-19, cravado à margem esquerda do Córrego Boa Vista; deste, segue por linha seca, pela mesma confrontação com o rumo magnético de 89°50'00" NE e distância de 825m, até o M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fontes de referência: Carta do IBGE, Folhas SE-22-X-A-I, escala 1:100.000, edição de 1974, Certidões do CRI e planta topográfica). Fica excluído deste perímetro a área de 60,9924ha, referente ao Lote n.º 34, com os seguintes limites e confrontações: inicia o perímetro da área no M-1 cravado à margem direita do Córrego Custódio dos Santos Pequeno; deste, segue por linhas secas confrontando com o Lote 33, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 90°00'00" E e 106m, até o M-2; 30°30'00" NE e 160m, até o M-3; 51°30'00" NE e 240m, até o M-4; 85°30'00" NE e 169m, até o M-5; 01°45'00" SE e 680m, até o M-6; 09°00'00" SW e 280m, até o M-7; 28°30'00" SW e 365m, até o M-8; 61°15'00" NW e 418m, até o M-9; 61°00'00" NW e 310m, até o M-10, cravado à margem direita do Córrego Custódio dos Santos Pequeno; deste, segue pelo citado Córrego com a distância de 680m, até o M-1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2.º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3.º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de janeiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO N.º 93.987, DE 30 DE JANEIRO DE 1987

Delega competência ao Ministro de Estado das Minas e Energia e ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica para a prática dos atos que indica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto

no art. 150 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e nos termos dos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º É delegada competência ao Ministro de Estado das Minas e Energia para outorgar concessão de aproveitamento de energia hidráulica de potência até 10.000 Kw.

Art. 2º É delegada competência ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE para outorgar concessão de aproveitamento de energia hidráulica de potência até 1.000 Kw.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.983, DE 30 DE JANEIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio Jabuti», constituído pelas Glebas 8, 9 e 11, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como «latifúndio por exploração», situado no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio Jabuti», constituídos das Glebas 8, 9 e 11, com a área total de 13.058,1000ha (treze mil, cinqüenta e oito hectares e dez ares), situado no Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem os seguintes perímetros:

a) Área I, Gleba 9 e 11, com 8.705,4000ha (oito mil, setecentos e cinco hectares e quarenta ares): partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 47°35'56" WGr e latitude 02°29'06" S, situado na divisa das Glebas 07 (Fazenda Miraquitã 1), 08 (Companhia Agropecuária do Rio Jabuti) e 10 (Fazenda Santa Maria); daí, segue por linha seca, confrontando com a Gleba 19 (Fazenda Santa Maria) e Gleba 12 (Fazenda Promissão), com o rumo de 01°00' SE e distância de 13.200m, até o ponto 2; daí, segue por linha seca, confrontando com a Gleba 13 (de Mário Guimarães), com o rumo de 87°00' NW e distância de 6.600m, até o ponto 3; daí segue por linha seca, confrontando com terras da União, com o rumo de 01°00' NW e distância de 13.200m, até o ponto 4; daí, segue por linha seca, confrontando com a Gleba 07 (Fazenda Muiraquitã 1), com o rumo de 87°00' SE e distância de 6.600m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro. (Fontes de referência: Carta Planimétrica do Projeto RADAM, Folha SA 23-Y-A, escala 1:250.000, ano 1973 e Planta constante do Processo/INCRA/DR-01/PF n.º 010/86, fl. 33, escala 1:200.000, ano 1986).

b) Área II, Gleba 8, com 4.352,7000ha (quatro mil, trezentos e cinquenta e dois hectares e setenta ares): partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 47°35'56" WGr e latitude 02°29'06" S, situado na divisa das Glebas 10 (Fazenda Santa Maria), 09 (Companhia Agropecuária do Rio Jabuti) e 07 (Fazenda Muiraquitã 1); daí segue por linha seca, confrontando com a Gleba 07 (Fazenda Muiraquitã 1); com o rumo de 01°00' NW e distância de 6.600m, até o ponto 5, daí, segue por linha seca, confrontando com a Gleba 06 (Fazenda Candiru), com o rumo de 87°00' SE e distância de 6.600m, até o ponto 6; daí, segue por linha seca, confrontando com terras do Estado do Pará, com o rumo de 01°00' SE e distância de 6.600m, até o ponto 7; daí, segue por linha seca, confrontando com a Gleba 10 (Fazenda Santa Maria), com o rumo de 87°00' NW e distância de 6.600m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro. (Fontes de referência: Carta Planimétrica do Projeto RADAM, Folha SA 23-Y-A, escala 1:250.000, ano 1973 e Planta constante do Processo/INCRA/DR-01/PF-07 n.º 010/86, fls. 33, escala 1:200.000, ano 1986).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 93.989, DE 30 DE JANEIRO DE 1987

Regulamenta o Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre a instituição, em benefício do trabalhador, de Planos de Poupança e Investimento — PAIT, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigos 81, inciso III, da Constituição Federal,

DECRETA :

CAPÍTULO I

Do Fundo de Investimento PAIT

Seção I

Da Constituição e das Características

Art. 1º O Fundo de Investimento PAIT, constituído sob a forma de condomínio aberto ou fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em títulos e valores mobiliários, na forma prevista pelo Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º A constituição de Fundo de Investimento PAIT dependerá de prévia autorização do Banco Central do Brasil, ouvida a Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. O pedido de autorização será instruído com a deliberação da instituição administradora relativa à constituição do Fundo, da qual constará o inteiro teor do seu regulamento, o qual, após a autorização, será registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Art. 3º O regulamento do Fundo de Investimento PAIT, deverá obrigatoriamente dispor sobre:

I — prazo de duração do Fundo, que não poderá ser inferior a 10 (dez) anos;

II — qualificação da instituição administradora;

III — política de investimento a ser adotada pela instituição administradora;

IV — taxa de ingresso, ou critério para sua fixação, comissão ou despesas com que o participante tenha que arcar;

V — remuneração devida à instituição administradora pela prestação dos serviços de gestão e administração do Fundo, vedada a participação nos resultados deste;

VI — disponibilidade de informações mensais para os participantes;

VII — despesas e encargos do Fundo;

VIII — condições de transferência dos investimentos para outros Fundos ou outras modalidades de Plano PAIT;

IX — prazo de carência e condições gerais e requisitos para o resgate de quotas, observado o disposto no artigo 11 do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

Parágrafo único. As taxas, despesas e prazos serão idênticos para todos os participantes.

Art. 4º Subordinar-se-ão à prévia aprovação do Banco Central do Brasil, ouvida a Comissão de Valores Mobiliários, além da constituição, os seguintes atos relativos ao Fundo de Investimento PAIT:

I — alteração de regulamento;

II — indicação e substituição do responsável pelo departamento técnico;

III — substituição da instituição administradora;

IV — fusão;

V — incorporação;

VI — cisão;

VII — liquidação.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão às matérias de que tratam os incisos IV a VI deste artigo as normas pertinentes dos Fundos Mútuos de Investimento.

Seção II

Da Administração

Art. 5º A administração de Fundo de Investimento PAIT será exercida, exclusivamente, por instituição financeira autorizada a administrar carteira de títulos e valores mobiliários ou sociedade integrante do sistema de distribuição previamente credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º A instituição administradora deverá manter departamento técnico especializado em análise de títulos e valores mobiliários ou contratar esse serviço com entidade habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 2º A administração do Fundo ficará sob a supervisão e responsabilidade direta de diretor da instituição administradora.

Art. 6º A instituição administradora deverá apresentar patrimônio líquido não inferior ao estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 7º A instituição administradora terá poderes para exercer todos os direitos inerentes aos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo de Investimento PAIT, inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais ou especiais. Poderá, igualmente, abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos e valores mobiliários, transigir, praticar, enfim, todos os atos necessários à administração da carteira, observadas as limitações deste decreto.

Art. 8º A Comissão de Valores mobiliários poderá estabelecer normas a respeito das matérias de que tratam os incisos IV, V e VII do artigo 3º deste decreto.

Art. 9º A instituição administradora poderá, mediante aviso prévio de 6 (seis) meses divulgado no *Diário Oficial*, nos jornais de que tratam os incisos V dos artigos 23 e 30, ou por intermédio de carta ou telegrama endereçado a cada participante, renunciar à administração, ficando obrigada, no mesmo ato, a convocar assembleia geral que decidirá sobre a substituição da instituição administradora ou a incorporação do Fundo a outro Fundo de Investimento PAIT.

Parágrafo único. A instituição administradora renunciante permanecerá no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou a conclusão do processo de incorporação do Fundo.

Art. 10. Incluem-se entre as obrigações da instituição administradora:

I — manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, de acordo com a boa técnica administrativa:

- a) o registro de participantes;
- b) o livro de atas de assembléias gerais;
- c) o livro de presença de participantes;
- d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
- e) registros próprios de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
- f) a documentação relativa às operações do Fundo.

II — receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores do Fundo;

III — exercer ou alienar os direitos de subscrição de ações, debêntures e bônus de subscrição;

IV — empregar, na defesa dos direitos dos participantes, a diligência exigida pelas circunstâncias, bem como promover as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias;

V — fornecer, diariamente, o valor da quota e o valor do patrimônio líquido do Fundo à bolsa de valores da localidade de sua sede, por sua vez, deverá divulgar essas informações;

VI — fornecer aos participantes, ao menos semestralmente, informações sobre o número de quotas, seu valor e rentabilidade;

VII — fornecer anualmente aos condôminos comprovantes para efeito de declaração do imposto de renda;

VIII — custear as despesas de propaganda do Fundo;

IX — manter custodiados em instituição financeira ou bolsa de valores, os títulos e valores mobiliários integrantes do Fundo de Investimento PAIT;

X — contratar a cobertura, por seguro, de todos os títulos e valores mobiliários ao portador e endossáveis, quando em trânsito fora do estabelecimento do custodiante.

Parágrafo único. As instituições custodiantes dos títulos e valores mobiliários do Fundo de Investimento PAIT só poderão acatar ordens assinadas pelo representante legal ou mandatário da instituição administradora, devidamente credenciado junto a ela para esse fim.

Art. 11. É vedado à instituição administradora, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo de Investimento PAIT:

- I — conceder empréstimo ou adiantamentos ou abrir créditos, sob qualquer modalidade;
- II — prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

III — negociar com duplicatas, notas promissórias ou outros títulos que não os autorizados pelo Decreto-lei n.º 2.292, de 21 de novembro de 1986;

IV — aplicar recursos no exterior;

V — aplicar em valores mobiliários de emissão ou coobrigação da instituição administradora ou de companhia a ela ligada;

VI — aplicar recursos na subscrição ou aquisição de ações de sociedades de investimento ou de outro Fundo de Investimento PAIT;

VII — vender à prestação quotas do Fundo;

VIII — prometer rendimento predeterminado aos participantes;

IX — adquirir ou alienar valores mobiliários fora de bolsa de valores ou em segmento do mercado de balcão não organizado, ou organizado por entidade não autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, ressalvadas, quanto à aquisição, as hipóteses de subscrição, bonificação e conversão de debêntures em ações;

X — delegar poderes para gerir e administrar o Fundo, salvo com autorização específica da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 12. Considera-se ligada, para efeito do disposto neste decreto, a companhia:

I — em que a instituição administradora participar, direta ou indiretamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital;

II — em que administradores da instituição administradora do Fundo e seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º grau participarem, em conjunto ou isoladamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital, direta ou indiretamente;

III — em que acionista(s) com mais de 10% (dez por cento) do capital da instituição administradora participar com mais de 10% (dez por cento) do capital, direta ou indiretamente;

IV — que participar com mais de 10% (dez por cento) do capital da instituição administradora, direta ou indiretamente;

V — cujos administradores e seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º grau participarem, em conjunto ou isoladamente, com mais de 10% (dez por cento) do capital da instituição administradora, direta ou indiretamente;

VI -- cujos acionistas, com mais de 10% (dez por cento) do capital, participarem também do capital da instituição administradora com 10% (dez por cento) ou mais de seu capital, direta ou indiretamente;

VII -- cujos administradores, no todo ou em parte, forem os mesmos da instituição administradora, ressalvados os cargos exercidos em órgãos colegiados, previstos no estatuto ou regimento interno da instituição administradora, desde que seus titulares não exerçam funções executivas, ouvida previamente a Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 13. Constituirão encargos do Fundo de Investimento PAIT, além da remuneração dos serviços de que trata o inciso V do artigo 3º, as seguintes despesas, que lhe poderão ser debitadas pela instituição administradora:

I -- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

II -- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;

III -- despesas com correspondências do interesse do Fundo, inclusive comunicações aos participantes;

IV -- honorários e despesas dos auditores encarregados da revisão do balanço e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da instituição administradora;

V -- emolumentos e comissões pagas sobre as operações de compra e venda dos títulos e valores mobiliários do Fundo;

VI -- honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo vier a ser vencido;

VII -- prejuízos eventuais relativos à parcela em que tais eventos não forem cobertos por apólices de seguros e não puderem ser atribuídos diretamente a culpa ou negligência da instituição administradora;

VIII -- os prêmios de seguros sobre valores, bem como quaisquer despesas relativas a transferência de recursos do Fundo entre bancos;

IX -- quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de participantes;

X -- taxas de custódia de valores mobiliários do Fundo.

Parágrafo único. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta da instituição administradora.

Seção III

Da Assembléia Geral

Art. 14. É da competência privativa da assembléia geral de participantes:

I — tomar, anualmente, as contas do Fundo, elaboradas pela instituição administradora, e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

II — alterar o regulamento do Fundo;

III — deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;

IV — deliberar sobre a substituição da instituição administradora.

Art. 15. A convocação da assembléia geral far-se-á mediante anúncio publicado no *Diário Oficial* e nos jornais de grande circulação de que tratam os incisos V dos artigos 23 e 30 deste decreto.

§ 1º Dos anúncios de convocação constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia e, ainda que de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

§ 2º A primeira convocação da assembléia geral deverá ser feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; havendo necessidade, a segunda convocação será feita com antecedência de 5 (cinco) dias no mínimo.

§ 3º Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a assembléia geral a que comparecem todos os participantes.

§ 4º A assembléia geral poderá ser convocada pela instituição administradora ou por participantes possuidores de quotas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do total de quotas emitidas.

Art. 16. Na assembléia geral de participantes, que poderá ser instalada com qualquer número, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação, pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria dos votos dos participantes presentes.

Parágrafo único. A cada quota corresponderá um voto.

Art. 17. Somente poderão votar na assembléia geral os participantes que constarem do Registro de Participantes 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização.

Art. 18. Têm qualidade para comparecer à assembléia geral ou por votar no processo de deliberação por consulta os representantes legais dos participantes ou seus procuradores legalmente constituídos.

Seção IV

Da Emissão e Resgate de Quotas

Art. 19. As quotas do Fundo de Investimento PAIT corresponderão a frações ideais do seu patrimônio e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

Art. 20. Na emissão das quotas será utilizado o valor apurado no fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos participantes em favor da instituição administradora, em sua sede ou dependências, determinando-se o valor da quota com base em avaliação patrimonial realizada de acordo com as normas do Plano de Contas a que se refere o § 1º do artigo 27 deste decreto.

Parágrafo único. Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o participante, será deduzida do valor entregue a instituição administradora a comissão ou taxa de ingresso, quando for o caso, em vigor na época do investimento, bem como outras despesas convencionadas.

Art. 21. O valor da quota será calculado diariamente.

Art. 22. As quotas de Fundo de Investimento PAIT somente poderão ser colocadas por entidades autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 23. Deverá ser fornecido ao participante, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no Fundo de Investimento PAIT:

- I — exemplar do regulamento do Fundo;
- II — breve histórico da instituição administradora;
- III — documento contendo as últimas informações de que tratam os artigos 30 e 31 deste decreto;
- IV — documento de que constem claramente as despesas como comissão ou taxa de ingresso e outras com que o investidor tenha de arcar;
- V — indicação dos jornais utilizados para divulgação de informações do Fundo.

Art. 24. No resgate de quotas será utilizado o valor apurado no fechamento do primeiro dia útil subsequente ao da entrada do pedido de resgate na sede ou nas dependências da instituição administradora.

Art. 25. O resgate será efetuado em dinheiro, cheque ou ordem de pagamento, sem a cobrança de qualquer taxa ou despesa, observado o prazo e condições estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º Por solicitação do participante, ouvida preliminarmente a Comissão de Valores Mobiliários, o resgate poderá ser efetuado em títulos ou valores mobiliários.

§ 2º A instituição administradora deverá exigir os documentos necessários à comprovação do atendimento dos requisitos de resgate previstos no artigo 11 do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

Art. 26. O Fundo de Investimento PAIT terá escrituração contábil destacada da relativa a instituição administradora.

Seção V

Das Demonstrações Financeiras

Art. 27. As demonstrações financeiras do Fundo de Investimento PAIT estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º O Plano de Contas editado pela Comissão de Valores Mobiliários trará todas as normas para avaliação dos ativos integrantes do Fundo, bem como para apropriação de receitas e despesas inerentes aos títulos e valores mobiliários, observando-se quanto aos Títulos da Dívida Pública Federal, a orientação do Banco Central do Brasil.

§ 2º O Fundo PAIT de Investimento deverá elaborar demonstrações financeiras semestrais, que serão auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Seção VI

Da Publicidade e Remessa de Documentos

Art. 28. A instituição administradora do Fundo de Investimento PAIT será obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante a ele atinente, de modo a garantir a todos os participantes acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto a permanência no Fundo.

§ 1º A divulgação das informações a que se refere este artigo deverá ser feita por intermédio de publicação nos jornais de grande circulação de que tratam os incisos V dos artigos 23 e 30 deste decreto.

§ 2º A instituição administradora deverá fazer as publicações previstas neste decreto sempre no(s) mesmo(s) jornal(is) e qualquer mudança deverá ser precedida de aviso aos participantes.

Art. 29. A instituição administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos participantes, em sua sede ou dependências, as informações de que tratam os incisos I a III do artigo 31, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem.

Art. 30. A instituição administradora deverá remeter a cada participante, semestralmente, com base nos dados relativos ao último dia dos meses de junho e dezembro, documento contendo as seguintes informações referentes ao Fundo de Investimento PAIT:

- I — número de quotas possuídas e seu valor;
- II — rentabilidade auferida;
- III — valor e composição da carteira, discriminando quantidade, espécie e cotação dos títulos e valores mobiliários que a integram, valor de cada aplicação e sua percentagem sobre o valor total da carteira;
- IV — balanços e demais demonstrações financeiras, acompanhados do parecer do auditor independente;
- V — indicação dos jornais utilizados para divulgação de informações;
- VI — relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira;
- VII — taxas, despesas e encargos do Fundo.

Art. 31. Além das informações de que trata o artigo anterior, a instituição administradora deverá remeter a cada participante, anualmente, com base nos dados apurados no último dia do mês de dezembro, documento contendo as seguintes informações referentes ao Fundo de Investimento PAIT:

- I — a rentabilidade nominal e real nos últimos 6 (seis) anos, tomados sempre como base exercícios completos;
- II — o valor nominal da quota, por ocasião dos balanços, nos últimos 6 (seis) anos, além do valor reajustado as reinvestições ocorridas a cada ano;
- III — os encargos debitados ao Fundo em cada 1 (um) dos 3 (três) últimos anos, conforme disposto no artigo 13, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio mensal do Fundo em cada ano;
- IV — as despesas de corretagem em cada 1 (um) dos últimos 3 (três) anos, como percentagem do valor médio mensal da carteira de ações em cada ano.

Art. 32. As comunicações previstas nos artigos 31 e 32 deste decreto, deverão ser remetidas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre ou do ano civil a que se referirem.

Art. 33. Qualquer texto publicitário para oferta de quotas, anúncio ou promoção do Fundo de Investimento PAIT não poderá divergir do conteúdo do regulamento.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a Comissão de Valores Mobiliários poderá exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do mesmo veículo utilizado para divulgar o texto publicitário original.

Art. 34. A instituição administradora deverá remeter à Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento do período a que se referirem, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos, os seguintes documentos relativos ao Fundo de Investimento PAIT:

I — mensalmente:

- a) balancete;
- b) demonstrativo da composição e diversificação das aplicações;
- c) demonstrativo de fontes e aplicações de recursos;
- d) texto publicitário para oferta de quotas, anúncio ou promoção, informando a forma de veiculação.

II — semestralmente:

- a) balanços;
- b) exemplares das informações fornecidas aos participantes;
- c) informações acerca das condições gerais de cobertura, por seguro, no caso de trânsito de títulos ou valores mobiliários;
- d) relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira;
- e) relação das demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos participantes, quer desses contra a administração do Fundo, indicando a data do seu início e a solução final.

CAPÍTULO II

Do Plano PAIT Empresarial

Art. 35. Os recursos de Planos PAIT Empresariais, com ou sem contribuição de empregados ou administradores, serão aplicados em Fundos de Investimentos PAIT abertos ao público em geral ou circunscritos aos empregados ou administradores da empresa ou conjunto de empresas sob controle comum.

Parágrafo único. Não se exigirá taxa de ingresso nas aplicações em Fundos PAIT Empresariais, circunscritos aos empregados ou administradores da empresa ou conjunto de empresas sob controle comum.

Art. 36. O resgate parcial, cumpridos os 10 anos após a contribuição inicial, não implicará qualquer alteração ou redução de benefício com respeito ao saldo não retirado, que poderá ser resgatado a qualquer tempo nas mesmas condições em que se resgatou a parcela anterior.

Art. 37. Aplicam-se aos Fundos PAIT Empresariais, circunscritos aos empregados, aos administradores da empresa ou conjunto de empresas sob controle comum, as normas de administração, publicidade e remessa de documentos, demonstrações financeiras, auditoria, bem como de emissão e resgate de quotas estabelecidas neste decreto para os Fundos de Investimento PAIT, ressalvado o disposto no artigo 9º deste decreto.

Parágrafo único. A publicação a que se refere o artigo 28 deste decreto poderá ser substituída por comunicação direta a cada participante, efetuada por meio de carta, telex ou telegrama.

CAPÍTULO III

Do Plano PAIT Individual

Art. 38. A constituição do Plano PAIT individual sob a modalidade de carteira de títulos e valores mobiliários deverá observar os seguintes requisitos:

I — A administração da carteira deverá ser exercida exclusivamente pelas pessoas indicadas no artigo 10 do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

II — O contrato de administração deverá dispor sobre:

a) condições básicas a serem observadas na administração, que poderá ser discricionária;

b) taxa de administração e demais despesas que serão debitadas ao titular da carteira;

c) renúncia e substituição da instituição administradora, observado o aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias;

d) prestação de contas e informações periódicas ao titular da carteira;

e) procedimentos a serem adotados para a consecução dos objetivos do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

Art. 39. A instituição administradora deverá desempenhar suas atribuições de modo a atender as necessidades financeiras, objetivos, perspectivas e perfil do titular da carteira.

Art. 40. Salvo solicitação expressa do titular da carteira, a instituição administradora não poderá aplicar recursos na subscrição ou aquisição de valores mobiliários de emissão de companhias a ela ligadas, assim consideradas as especificadas no artigo 12 deste decreto.

Art. 41. A instituição administradora deverá, nas hipóteses de liquidação total ou parcial do investimento, exigir do titular da Carteira os documentos necessários à comprovação do preenchimento das condições para as modalidades de resgate previstas no artigo 11 do Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

Art. 42. A Comissão de Valores Mobiliários especificará os tipos de operações que poderão ser realizadas com os valores mobiliários integrantes das várias modalidades de Planos PAIT.

Art. 43. Enquanto não editado o Plano de Contas referido no § 1º do artigo 28, aplicar-se-ão ao Fundo de Investimento PAIT e aos Fundos PAIT Empresariais, as disposições constantes do Plano Contábil dos Fundos Mútuos de Investimentos (COMIN), editado pelo Banco Central do Brasil.

Art. 44. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 93.990, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Aprova o Regulamento para a Ordem do Mérito Naval.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para a Ordem do Mérito Naval, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os Decretos nºs 71.314, de 6 de novembro de 1972; 75.031, de 3 de dezembro de 1974, 85.065, de 26 de agosto de 1980, e demais disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

REGULAMENTO PARA A ORDEM DO MÉRITO NAVAL

CAPÍTULO I

Das Finalidades

Art. 1º A Ordem do Mérito Naval criada pelo Decreto nº 24.659, de 11 de julho de 1934, se destina a premiar os militares da Marinha que se houverem distinguido no exercício de sua profissão e, excepcionalmente, corporações militares e instituições civis, nacionais e estrangeiras, suas bandeiras ou estandartes, assim como pessoas civis e militares, brasileiras ou estrangeiras que houverem prestado assinalados serviços à Marinha.

CAPÍTULO II

Dos Graus e Insígnias da Ordem

Art. 2º A Ordem do Mérito Naval constará de 5 (cinco) graus assim determinados:

- 1º — Grã-Cruz;
- 2º — Grande-Oficial;
- 3º — Comendador;
- 4º — Oficial;
- 5º — Cavaleiro.

Art. 3º A insígnia da Ordem do Mérito Naval terá no anverso a efígie da República, rodeada de um círculo de esmalte azul, no qual serão gravadas as palavras — Mérito Naval — e no reverso em idêntico círculo, a palavra — Brasil. A fita será de gorgorão vermelho, chamalotada, com uma listra azul clara no centro.

CAPÍTULO III
*Do Órgão de Direção,
Funcionamento e Atribuições*

Art. 4º O Presidente da República será o Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval.

Art. 5º A Ordem do Mérito Naval será administrada por um Conselho composto dos seguintes Membros:

- Ministro da Marinha, como Presidente efetivo e Chanceler da Ordem;
- Ministro das Relações Exteriores, como Presidente Honorário;
- Chefe do Estado-Maior da Armada, como Vice-Presidente;
- Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, como Membro Nato do Conselho;
- Um Almirante-de-Esquadra, nomeado por Portaria do Ministro da Marinha, como Membro do Conselho;
- Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, como Secretário do Conselho.

Art. 6º Ao Conselho da Ordem do Mérito Naval compete:

- velar pelo bom nome da Ordem;
- estudar as propostas que lhe forem apresentadas;
- decidir sobre os assuntos de interesse da Ordem;
- resolver sobre as exclusões de personalidades e corporações pertencentes à Ordem de acordo com os artigos 27 e 42 deste regulamento.

Art. 7º Ao Presidente efetivo e Chanceler da Ordem compete:

- presidir as sessões do Conselho;
- decidir *ad-referendum* do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos concernentes à Ordem;
- submeter ao Grão-Mestre, sob forma de decreto, as propostas de nomeação, bem como as de promoção e exclusão dos agraciados;
- assinar os diplomas da Ordem.

Art. 8º Ao Secretário do Conselho da Ordem do Mérito Naval compete:

- convocar o Conselho, mediante ordem do Presidente efetivo, bem como preparar as sessões e todo o expediente;
- providenciar o preparo dos diplomas;

- lavrar as atas das sessões;
- promover a aquisição das medalhas e providenciar a sua guarda, conservação e distribuição;
- comunicar, por escrito, ao Secretário do Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o nome dos estrangeiros agraciados com a Ordem do Mérito Naval e respectivos graus;
- elaborar o Almanaque da Ordem;
- ter sob sua guarda o arquivo da Ordem.

Art. 9º. O Conselho da Ordem do Mérito Naval cuja sede será no Gabinete do Ministro da Marinha em Brasília, reunir-se-á normalmente em dia da primeira semana do mês de abril de cada ano e extraordinariamente quando, a critério do Presidente do Conselho, for julgado necessário.

CAPÍTULO IV

Dos Diplomas e Condecorações

Art. 10. Após publicação em *Diário Oficial* da União do decreto de admissão ou promoção, o Chanceler da Ordem mandará expedir o competente diploma.

Parágrafo único. O Diploma da Ordem do Mérito Naval deverá conter o selo da Ordem apostado sobre a assinatura do Chanceler.

Art. 11. O Grão-Mestre e o Chanceler da Ordem condecorarão os agraciados com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval.

§ 1º. Os agraciados com os demais graus da Ordem do Mérito Naval serão condecorados por Oficiais-Generais da Marinha, pertencentes à Ordem.

§ 2º. As personalidades estrangeiras poderão ser condecoradas pelos representantes diplomáticos do Brasil no exterior.

Art. 12. Os brasileiros condecorados com a Ordem do Mérito Naval, quando promovidos, deverão restituir ao Conselho da Ordem as insígnias do grau anterior.

CAPÍTULO V

Dos Quadros da Ordem

Art. 13. Os agraciados com a Ordem do Mérito Naval serão classificados nos seguintes quadros:

- Quadro Ordinário; e
- Quadro Suplementar.

Parágrafo único. Os Officiaes da Marinha pertencentes ao Quadro Ordinário serão automaticamente transferidos para o Quadro Suplementar, no mesmo grau, quando da sua passagem para a reserva ou reforma.

CAPÍTULO VI

Do Quadro Ordinário

Art. 14. O Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval é constituído por Officiaes de carreira da Marinha, da Ativa.

Parágrafo único. O Presidente da República, o Ministro da Marinha e o Ministro das Relações Exteriores pertencem ao Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval.

Art. 15. O Quadro Ordinário terá o seguinte efetivo:

— Grã-Cruz.....	8
— Grande-Official.....	15
— Comendador.....	45
— Official.....	85
— Cavalleiro.....	125

Art. 16. As vagas em cada grau do Quadro Ordinário dar-se-ão por promoção, transferência para o Quadro Suplementar, exclusão ou morte.

Art. 17. O Presidente da República, o Ministro da Marinha e o Ministro das Relações Exteriores, ao tomarem posse dos respectivos cargos, serão admitidos ou promovidos automaticamente ao grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval no Quadro Ordinário, sem occuparem vagas neste grau.

Parágrafo único. Ao deixarem os cargos serão automaticamente transferidos para o Quadro Suplementar, no mesmo grau.

Art. 18. A admissão do Official da Marinha na Ordem do Mérito Naval é feita normalmente no grau de cavalleiro.

Parágrafo único. Os graus da Ordem do Mérito Naval são conferidos independentemente dos postos que os agraciados occupam na hierarquia militar e não poderão ser conferidos em grau superior às equivalências estabelecidas para o Quadro Suplementar no artigo 32 deste regulamento.

Art. 19. As admissões na Ordem e as promoções dos agraciados são feitas por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro da Marinha.

Art. 20. As propostas para admissão no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval serão apresentadas ao Conselho por intermédio das seguintes autoridades:

- Membros do Conselho da Ordem; e
- Officiais-Generais da Marinha, em Serviço Ativo, que pertençam à Ordem.

Parágrafo único. As propostas de admissão deverão ser enviadas à Secretaria do Conselho da Ordem até a última semana do mês de fevereiro de cada ano, observando-se o modelo próprio. Somente em casos excepcionais, a critério do Presidente da Ordem, serão apreciadas propostas remetidas fora deste período.

Art. 21. As propostas para admissão no Quadro Ordinário serão de 2 (dois) tipos:

- Propostas pessoais; e
- Propostas funcionais.

Art. 22. As propostas pessoais para admissão no Quadro Ordinário, inerentes aos Officiais-Generais do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, serão apresentadas de acordo com a tabela abaixo:

Proponentes	Número de Propostas
Membros do Conselho	ilimitada
Almirantes-de-Esquadra	4
Demais Almirantes	2

Art. 23. As propostas funcionais para admissão no Quadro Ordinário inerente às funções desempenhadas pelos Officiais-Generais da Marinha serão apresentadas de acordo com a seguinte tabela:

Proponentes	Número de Propostas
Comandante-em-Chefe da Esquadra	4
Comandantes de Distritos Navais	2
Comandantes Navais	2
Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra ..	2

Parágrafo único. Estas propostas pertencerão sempre a Officiais da Marinha subordinados aos proponentes, dentro de suas cadeias de comando.

Art. 24. Para ser admitido no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval deverá o Oficial da Marinha possuir a Medalha Militar de Tempo de Serviço e preencher uma das seguintes condições:

- ter tido procedimento distinto em operações de guerra, na defesa da Segurança Nacional, na manutenção da ordem pública ou da disciplina militar, na salvação do pessoal ou material da Marinha ou Nação Brasileira em grave risco;

- ter prestado serviços relevantes à Marinha no terreno científico ou técnico por estudos, invenções ou melhoramentos notáveis;

- ter-se distinguido no âmbito de sua classe por seu valor pessoal, sua dedicação ao serviço, sua capacidade de ação, comando e administração, suas qualidades de caráter e inteligência;

- ter mais de 15 (quinze) anos de efetivo serviço.

Art. 25. As promoções nos diversos graus da Ordem do Mérito Naval serão apresentadas e decididas pelos Membros do Conselho da Ordem por ocasião da reunião do Conselho na 1.^a semana do mês de abril de cada ano.

Art. 26. Para ser promovido na Ordem do Mérito Naval deverá o Oficial da Marinha ter no mínimo 2 (dois) anos de interstício no grau, ter prestado novos e assinalados serviços à Marinha e não ter sofrido punição disciplinar após seu ingresso na Ordem.

Parágrafo único. Os Almirantes-de-Esquadra serão promovidos automaticamente ao grau de Grã-Cruz da Ordem do Mérito Naval, independente de interstício e da existência de vagas neste grau.

Art. 27. Serão excluídos do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Conselho da Ordem:

- os que cometerem faltas contrárias à dignidade e à honra militar, à moralidade da corporação ou da sociedade civil; e

- os que forem condenados em qualquer foro por crime de natureza comum.

Art. 28. Serão automaticamente excluídos do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval:

- os que, nos termos da Constituição Federal, perderem a nacionalidade;

- os que, nos termos da Constituição Federal, perderem o posto e a patente;

- os que forem condenados em qualquer foro por crime de natureza política ou militar; e

- os que, nos termos da Constituição Federal, tiverem seus direitos políticos suspensos.

Art. 29. Os excluídos pelos motivos do artigo anterior poderão ser readmitidos se, após absolvidos pelos Tribunais Superiores, por proposta de um dos membros do Conselho da Ordem do Mérito Naval ou quando manifestarem sua vontade por meio de requerimento, for a sua reinclusão em qualquer caso, considerada conveniente, em última instância, pelo mencionado Conselho.

Parágrafo único. Aos excluídos por terem sido reformados, transferidos para a reserva, demitidos ou postos em disponibilidade, por força de Atos Institucionais ou Complementares, vivos ou falecidos, após terem sido anistiados na forma da lei, aplica-se o disposto no presente artigo.

CAPÍTULO VII

Do Quadro Suplementar

Art. 30. O Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval é constituído por:

- Officiais da Marinha que, por efeito de sua passagem para a reserva ou reforma, devam ser transferidos do Quadro Ordinário para este Quadro;
- Pessoal Subalterno da Marinha;
- Civis e Militares, nacionais e estrangeiros que, por serviços prestados nos termos do artigo 1º deste regulamento, venham a ser agraciados com as insígnias da Ordem do Mérito Naval; e
- Bandeiras e Estandartes de navios e estabelecimentos da Marinha, de corporações militares e de instituições civis, nacionais e estrangeiras.

Art. 31. O Quadro Suplementar não terá limitação de efetivo.

Art. 32. Os graus de que se compõe o Quadro Suplementar serão concedidos:

- | | |
|----------------------|---|
| Grã-Cruz | Em princípio, a Chefes de Estado e Príncipes de Casas Reinantes estrangeiros. |
| Grande-Oficial | Para nacionais e estrangeiros: Ministro de Estado, Chefes de Forças Navais, Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas e Officiais-Generais das Forças Armadas de posto equivalente no mínimo a Vice-Almirante. |
| Comendador | Aos demais Officiais-Generais nacionais e estrangeiros. |
| Oficial | Aos Officiais Superiores das Forças Armadas, nacionais e estrangeiros. |
| Cavaleiro | Aos demais militares nacionais e estrangeiros. |

§ 1º Os civis admitidos na Ordem, na forma deste regulamento, sê-lo-ão nos graus correspondentes às funções que desempenham e a sua posição social, devendo-se, sempre que possível, estabelecer correlação entre as situações civis e as militares acima enumeradas.

§ 2º A admissão do pessoal subalterno da Marinha será sempre feita no grau de cavaleiro.

§ 3º As Bandeiras ou Estandartes de corporações militares e instituições civis, nacionais ou estrangeiras, serão admitidas no Quadro Suplementar da Ordem, sem grau.

Art. 33. A admissão de militares, nacionais e estrangeiros, será feita conforme estabelecido no artigo 32 deste regulamento, independentemente dos postos que os agraciados ocupam na hierarquia militar, não podendo ser conferido grau que ultrapasse o equivalente ao do seu Posto.

Art. 34. As admissões e promoções serão feitas pelo Grão-Mestre da Ordem, mediante proposta do Conselho.

Art. 35. As propostas de admissão e de promoção na Ordem serão apresentadas ao Conselho por intermédio das seguintes autoridades:

- Membros do Conselho;
- Officiais-Generais da Marinha, em Serviço Ativo, que pertençam à Ordem;
- Officiais da Marinha, em função de Adido Naval, junto às representações diplomáticas.

Parágrafo único. As propostas de admissão e promoção deverão ser enviadas à Secretaria do Conselho da Ordem no mês de fevereiro, observando-se o modelo próprio. Somente em casos excepcionais, a critério do Presidente da Ordem, serão apreciadas propostas remetidas fora deste período.

Art. 36. O número de propostas apresentadas pelos Officiais-Generais do Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval para admissão e promoção no Quadro Suplementar, obedecerá à tabela abaixo:

Proponentes	Número de Propostas
Membros do Conselho	ilimitada
Almirantes-de-Esquadra	3
Demais Almirantes	1

Parágrafo único. Estas propostas serão sempre referentes a militares e civis não pertencentes à Marinha.

Art. 37. Os Adidos Navais poderão propor 2 (dois) estrangeiros, militares ou civis, para admissão ou promoção no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval.

Art. 38. Os Comandantes de Distritos Navais e os Comandantes Navais poderão propor 4 (quatro) militares ou civis não pertencentes à Marinha.

Art. 39. Além da tabela citada no artigo 36, anualmente, o Secretário do Conselho da Ordem do Mérito Naval, *ad-referendum* do Conselho, fará expedir uma tabela que conterà o número de propostas, para admissão no Quadro Suplementar, do Pessoal Subalterno e Servidores Civis da Marinha, a serem apresentadas pelos Oficiais-Generais da Marinha pertencentes à Ordem.

Art. 40. Para ser admitido no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval deverá a praça da Marinha possuir a Medalha Militar de Tempo de Serviço e preencher uma das condições seguintes:

- ter tido procedimento distinto em operações de guerra, na defesa da Segurança Nacional, na manutenção da ordem pública ou da disciplina militar, na salvação do pessoal ou material da Marinha ou da Nação Brasileira em grave risco; e
- ter-se distinguido no âmbito de sua classe por seu valor pessoal, sua dedicação ao serviço, sua capacidade de ação, comando e administração, suas qualidades de caráter e inteligência.

Art. 41. Uma personalidade do Quadro Suplementar só poderá ser promovida na Ordem se preencher uma das seguintes condições:

- 1) ter interstício no grau de no mínimo 2 (dois) anos; e
- 2) ter prestado novos e assinalados serviços à Marinha.

Art. 42. Serão excluídos do Quadro Suplementar da Ordem do Mérito Naval, por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Conselho da Ordem:

- os que cometerem faltas contrárias à dignidade e à honra militar, à moralidade da corporação ou da sociedade civil;
- os que forem condenados em qualquer foro por crime de natureza comum; e
- os condecorados nacionais ou estrangeiros que por qualquer forma agirem em prejuízo da dignidade nacional.

Art. 43. Serão excluídos automaticamente do Quadro Suplementar da Ordem:

- os que, nos termos da Constituição Federal, perderem o posto e a patente;
- os que, nos termos da Constituição Federal, perderem a nacionalidade; e
- os estrangeiros, condenados pela Justiça brasileira, em qualquer foro, por crime contra a integridade e soberania nacionais, ou atentado contra o erário público, as instituições e a sociedade.

Art. 44. Os excluídos pelos motivos do artigo anterior poderão ser readmitidos se, após absolvidos pelos Tribunais Superiores, por pro-

posta de um dos membros do Conselho da Ordem do Mérito Naval ou quando manifestarem sua vontade por meio de requerimento, for a sua reinclusão em qualquer caso, considerada conveniente, em última instância, pelo mencionado Conselho.

Parágrafo único. Aos excluídos por terem sido reformados, transferidos para a reserva, demitidos ou postos em disponibilidade, por força de Atos Institucionais ou Complementares, vivos ou falecidos, após terem sido anistiados na forma da lei, aplica-se o disposto no presente artigo.

Art. 45. Os civis agraciados com a insígnia da Ordem do Mérito Naval terão direito à precedência e às honras previstas no Cerimonial da Marinha, observando-se a seguinte correspondência:

Grã-Cruz	Almirante-de-Esquadra
Grande-Oficial	Vice-Almirante
Comendador	Contra-Almirante
Oficial	Oficial Superior
Cavaleiro	Oficial Intermediário.

DECRETO Nº 93.991, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Aprova o Regulamento para a concessão da Medalha «Mérito Tamandaré».

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento para a concessão da Medalha «Mérito Tamandaré», que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Marinha.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 42.112, de 20 de agosto de 1957 e 53.777, de 20 de março de 1964, e demais disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

REGULAMENTO PARA A MEDALHA «MÉRITO TAMANDARÉ»

Art. 1º A Medalha «Mérito Tamandaré», criada pelo Decreto nº 42.111, de 20 de agosto de 1957, é destinada a agraciar autoridades, ins-

tituições e pessoas civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços, no sentido de divulgar ou fortalecer as tradições da Marinha do Brasil, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos.

Parágrafo único. Será permitido o uso da Medalha «Mérito Tamandaré» de acordo com as disposições vigentes.

Art. 2º A entrega da Medalha será feita, em solenidade presidida pelo Ministro da Marinha ou por seu representante, no dia 13 de dezembro.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a critério do Ministro da Marinha, a entrega da Medalha será feita em qualquer data.

Art. 3º São condições essenciais para merecê-la ainda: ao militar que não conste em seus assentamentos, nota alguma desabonadora e que tenha elevado o conceito da classe, quanto às suas qualidades morais e profissionais, comprovada competência e exação no cumprimento do dever; em se tratando de estrangeiros, crescer, simpatia e afeição pela Nação brasileira e sua Marinha; e em se tratando de civis, de um modo geral, quando sua ação for destacada e eficaz, em prol dos interesses e bom nome da Marinha do Brasil.

Art. 4º As propostas para a concessão do «Mérito Tamandaré» deverão ser encaminhadas ao Chefe do Gabinete do Ministro da Marinha, por ofício, sendo privativas dos Oficiais-Generais em serviço ativo e dos Adidos Navais junto às representações diplomáticas do Brasil.

§ 1º As propostas deverão conter o nome do candidato, sua nacionalidade, cargo ou função, endereço, dados biográficos e um resumo dos serviços prestados à Marinha do Brasil que motivaram a proposta.

§ 2º Estas propostas deverão dar entrada no Gabinete do Ministro da Marinha, até o dia 15 de outubro de cada ano.

Art. 5º Publicado no *Diário Oficial* e no Boletim do Ministério da Marinha, o decreto de concessão da medalha, o Ministro da Marinha mandará expedir o respectivo diploma por ele assinado, o qual será transcrito nos assentamentos do agraciado.

DECRETO Nº 93.992, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à ampliação da subestação de Santa Maria da Vitória, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no

artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002095/85-97,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 112,05m² (cento e doze metros quadrados e cinco decímetros quadrados), necessária à ampliação da subestação de Santa Maria da Vitória, no Município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende àquela constante da planta de situação nº D-22856-A1, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.002095/85-97, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco M1 localizado no muro divisório lateral esquerdo (lado nordeste) da subestação, distante 20,70m do canto onde convergem os muros divisórios do fundo e lateral esquerdo da referida subestação; marca-se a distância de 7,00m, com uma deflexão de 90º00' à direita, em relação à orientação no sentido de M1 — V1, no terreno pertencente à Sra. Maria Ana Queiroz Quirino e encontra-se então o marco M2; deste marco, ainda no mesmo alinhamento e com uma distância de 5,00m, no terreno dos herdeiros de Henrique Barbosa dos Santos, encontra-se o marco M3; do marco M3, com uma deflexão à direita de 90º00' e numa distância de 6,40m, ainda no terreno pertencente aos herdeiros de Henrique Barbosa dos Santos, localiza-se o marco M4; a partir deste marco segue o alinhamento da cerca existente do fundo (limite dos terrenos da Prefeitura e dos herdeiros de Henrique Barbosa dos Santos); numa distância de 5,60m e encontra-se o marco M7; prossegue ainda o mesmo alinhamento da cerca do fundo existente (limite dos terrenos da Prefeitura e da Sra. Maria Ana Queiroz Quirino), numa distância de 8,80m e encontra-se o marco M8; deste marco prossegue no alinhamento do muro divisório entre a subestação da COELBA e o terreno da Sra. Maria Ana Queiroz Quirino, numa distância de 12,70m e encontra-se o marco M1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no

processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.993, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Catu, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27000.000314/86-49,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 32.229,02m² (trinta e dois mil, duzentos e vinte e nove metros quadrados e dois décimos quadrados), necessária à implantação da subestação Catu, no Município de Ituverava, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº BX-SK-61.150, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27000.000314/86-49, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início na estaca nº 1, cravada na cerca divisa da faixa de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, na altura do quilômetro 2 + 116,20 metros da rodovia Willian Amin (SP-385), trecho Ituverava — Miguelópolis; deste ponto segue e margeia a cerca divisa da referida rodovia com o seguinte caminhamento definido pelas estacas, deflexões, rumos e distâncias: 1-2, NW 38°40' — 36,31 metros; 2-3, deflexão à direita, ângulo interno de 178°24', NW 37°04' — 55,90 metros, 3-4, deflexão à direita, ângulo interno de 178°54',

NW 35°58' — 32,58 metros; 4-5, deflete à direita, ângulo interno de 178°55', NW 34°53' — 45,37 metros. Na estaca n.º 5 deflete à direita, forma ângulo interno de 91°31' e segue com o rumo e distância NE 53°36' — 188,95 metros, confronta com terras da desaproprianda até a estaca n.º 6; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SE 36°24' — 170,00 metros, confronta, ainda, com terras da desaproprianda, até a estaca n.º 7; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SW 53°36' — 188,25 metros, confronta, ainda, com terras da desaproprianda até a estaca n.º 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3.º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO N.º 93.994, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Outorga à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio das Fêmeas, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos dos artigos 140, 150 e 164, letra a, do Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934, tendo em vista o que consta do Processo n.º 27100.000911/84-56,

DECRETA:

Art. 1.º É outorgada à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia — COELBA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio das Fêmeas, no local denominado de Alto Fêmeas, no Município de São Desidério, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A energia produzida se destina ao serviço público de energia elétrica em sua área de atuação e suprimento a outros concessionários, quando autorizado.

Art. 2º A concessão de que trata o presente decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento, existirem, em função dos serviços concedidos, reverterão à União.

Art. 3º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária deverá entrar com o pedido, a que se refere este artigo, até 6 (seis) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, sob pena de seu silêncio ser interpretado como desistência da renovação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.995, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a criação de emprego na Tabela Permanente do Ministério do Exército, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no artigo 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, e o que consta do Processo DPC nº 4.195/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, na forma do Anexo, um emprego de Assistente Jurídico, Classe S, na Tabela Permanente do Ministério do Exército, a ser preenchido por candidato habilitado em processo seletivo de ascensão funcional.

Art. 2º Fica suprimido um emprego de Administrador, Classe S, na Tabela Permanente do Ministério do Exército, para o fim de compensar as despesas decorrentes da execução deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

ANEXO

(Letra "c" Of. Circ. 02/85-DASP)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO: SERVIÇOS JURÍDICOS — CÓDIGO LT-SJ-1100

Portaria nº 657, DASP de 12-5-78
D.O. de 18-5-78

Nº de empregos classificados e incluídos no PCC.	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou transformados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transpostos e transformados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	SJ-1100	Assistente Jurídico	S	2	5	2	1	6
1	SJ-1100	Assistente Jurídico	C	5	4	3	1	2
1	SJ-1100	Assistente Jurídico	B	7	1	—	6	1
1	SJ-1100	Assistente Jurídico	A	12	—	9	3	—
				26	10	14	9	8

DECRETO Nº 93.996, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Classifica a Comissão de Cartografia — COCAR, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971,

DECRETA:

Art. 1º Fica classificado como órgão de deliberação coletiva de 2º grau, de acordo com a alínea *b* do artigo 1º do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, a Comissão de Cartografia — COCAR, órgão colegiado integrante da estrutura administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. Para efeito de concessão de pagamento da gratificação de presença aos membros da Comissão de Cartografia — COCAR, serão seguidas as disposições contidas no Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 2º É limitado em 8 (oito) o número de sessões mensais remuneradas para a Comissão de Cartografia — COCAR.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Renato Archer

Aluizio Alves

DECRETO Nº 93.997, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Dobrada da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003057/86-14,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 9.350,00m² (nove mil, trezentos e cinquenta metros quadrados), necessária à implantação da subestação Dobrada, no Município de Dobrada, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº BX-SK-66.068-Campinas, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.003057/86-14, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 1, cravado na avenida Capitão Alberto Mendes Júnior, no entroncamento da avenida Antônio Macek; deste ponto segue com o rumo e distância NE 82°32' — 100,00 metros, margeia o futuro prolongamento da avenida Antônio Macek até o marco nº 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SE 07°28' — 93,50 metros, confronta com terras da desaproprianda até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SW 82°32' — 100,00 metros, confronta, ainda, com terras da desaproprianda até o marco nº 4, onde, também, faz divisa com a avenida Capitão Alberto Mendes Júnior; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NW 07°28' — 93,50 metros, margeia a referida avenida Capitão Alberto Mendes Júnior até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 93.998, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 000452/87,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 343,20m² (trezentos e quarenta e três metros quadrados e vinte decímetros quadrados), com benfeitorias, situada na Quadra 59, Lote «B», com frente para a Rua Frei Caneca, Zona Central, Quadrante SE, no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, de propriedade de Walter Elias e sua mulher Glaci Euleci Schenkenberg Elias, conforme consta da certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, 2º Ofício, sob o nº R-3-13.848, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo tem as seguintes características e confrontações de quem da rua olha: mede 12,00m de frente para a Rua Frei Caneca, por 28,60m de profundidade em ambos os lados, tendo ao fundo igual metragem da frente, confrontando do lado esquerdo com a propriedade de Renne Rizental, do lado direito com a propriedade da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, e de fundos com a propriedade da Mitra da Diocese de Ponta Grossa.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, com benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, com a utilização de recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 93.999, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 000453/87,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 181,25m² (cento e oitenta e um metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados), com benfeitorias, situada na Quadra 59, Lote nº 6, com frente para a Rua Frei Caneca, Zona Central, Quadrante SE, no Município e Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, de propriedade de Ivo Rosas e sua Mulher Myrtis de Almeida Rosas, conforme consta da certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, 2º Ofício, sob o nº 18.246, Livro 3-0, destinada à expansão dos serviços telefônicos da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR..

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo tem as seguintes características e confrontações de quem da rua olha: mede 12,50m de frente para a Praça Roosevelt, antiga Praça 5 de Outubro, hoje Rua Frei Caneca. Do lado direito confronta com a Rua Engenheiro Schamber, com a qual faz esquina e mede 14,50m, tendo nos fundos igual metragem da frente, ou seja, 12,50m, e confronta com a propriedade da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR. Do lado esquerdo mede 14,50m e confronta com a propriedade da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, com benfeitorias, de que trata este decreto, em favor

da Telecomunicações do Paraná S.A. — TELEPAR, com a utilização de recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.000, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza a Universidade Federal do Ceará, a permutar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a permuta entre a Universidade Federal do Ceará e a Fundação Nacional Pró-Memória, sem ônus para qualquer das partes; dos imóveis situados, respectivamente, à Rua 24 de Maio, esquina com a Rua Liberato Barroso, Centro, Fortaleza, Ceará, pertencente à Universidade Federal do Ceará, com as seguintes características, área do terreno 2.368,00m² (dois mil, trezentos e sessenta e oito metros quadrados), limitando-se ao Norte, 36,70m (trinta e seis metros e setenta centímetros) com a Rua Liberato Barroso; ao Sul 36,70m (trinta e seis metros e setenta centímetros) com o imóvel de propriedade de Evandro Moisés Ferreira; a Leste 68,10m (sessenta e oito metros e dez centímetros) com o Teatro José de Alencar e a Oeste 68,10m (sessenta e oito metros e dez centímetros) com a Rua 24 de Maio; área construída 504,30m² (quinhentos e quatro metros quadrados e trinta centímetros quadrados), em alvenaria, cobertura em telha colonial e piso em tábuas corridas e mosaico, sujeitos, não só o imóvel como também suas imediações, às restrições estabelecidas no artigo 18 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; e o prédio localizado à rua Nogueira Acioly, nº 621, Aldeota, Fortaleza, Ceará, pertencente à Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura, conforme escritura de compra e venda existente no Terceiro Cartório da Capital, Livro nº 186, Traslado

1.º, folha 166, com as seguintes características: Área 1.800m² (mil e oitocentos metros quadrados) limitando-se ao Norte 55,00m (cinquenta e cinco metros) com o imóvel de nº 563, propriedade de Estela Pita Santiago, na Rua Nogueira Acioly; ao Sul, 55,00 (cinquenta e cinco metros) com o imóvel de nº 631, pertencente a Maria de Lourdes Pereira de Carvalho, na Rua Nogueira Acioly; a Leste 36,00m (trinta e seis metros) com o prédio nº 660, da Rua Gonçalves Ledo, de propriedade do Sr. Walter Machado da Ponte; a Oeste 36,00m (trinta e seis metros) com a Rua Nogueira Acioly; área construída no pavimento térreo 314m² (trezentos e quatorze metros quadrados) em alvenaria de tijolo e concreto armado, cobertura em telhas de alumínio, piso de cerâmica vitrificada, lajota cerâmica, pastilha, carpete e mármore; revestimento em pastilha e azulejo de cor, janelas e portas em alumínio e vidro, pintura latex, instalações elétricas, hidro-sanitária e ar condicionado; pavimento superior: área construída 280m² (duzentos e oitenta metros quadrados) em alvenaria e concreto armado, piso carpete, pintura latex, esquadrias de alumínio e vidro, divisórias Divilux; garagem área construída 54,60m² (cinquenta e quatro metros quadrados e sessenta decímetros quadrados), piso cimentado, cobertura de amianto sobre madeiramento; sala de leitura, área construída 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados); muro de grade, 41,70m (quarenta e um metros e setenta centímetros) de perímetro.

Art. 2º O Ministério da Fazenda procederá às formalidades necessárias ao cumprimento deste decreto, respeitadas as cláusulas restritivas de que trata o artigo 6º da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados o Decreto nº 86.031, de 27 de maio de 1981, e demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen
Celso Furtado

DECRETO Nº 94.001, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º É declara de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, a Fundação Irmão José Otão, com sede na Avenida Ipiranga, 6.681, PUC/RS, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 13.833/86).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.002, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a concessão de obra pública, para construção, conservação e exploração de rodovias e obras rodoviárias federais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto-lei nº 791, de 27 de agosto de 1969,

DECRETA :

Art. 1º O Ministro de Estado dos Transportes poderá, atendendo ao interesse público e observado o procedimento licitatório, autorizar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER a contratar, com empresa nacional, mediante concessão, a construção, conservação e exploração de rodovias e obras rodoviárias federais, respeitadas as diretrizes que estabelecer em ato próprio.

Art. 2º A concessão, a que se refere o artigo precedente, será outorgada, por prazo determinado, a empresa nacional, organizada na conformidade da lei brasileira, que tenha no Brasil a sede de sua administração e cujo controle, decisório e de capital com direito a voto, esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas de nacionalidade brasileira.

Parágrafo único. O objeto social da empresa referida neste artigo deverá restringir-se, exclusivamente, à construção, conservação e exploração de rodovias e obras rodoviárias.

Art. 3º As empresas que não atendam às exigências estipuladas no artigo anterior poderão ser admitidas a licitar e a contratar, para os efeitos deste decreto, desde que em regime de consórcio com empresas nacionais que as satisfaçam, observadas as seguintes normas:

I — comprovação do compromisso, em instrumento público ou particular, de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

II — indicação da empresa nacional, como responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança, necessariamente estipuladas no edital;

III — apresentação de outros documentos exigidos por lei ou no edital, por parte de cada consorciada;

IV — impedimento de participação de empresa consorciada, no mesmo procedimento licitatório, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V — comprovação, se empresa estrangeira, de sua anterior experiência na operação e exploração de rodovias e obras rodoviárias, sob regime de licença ou concessão.

§ 1º Se for adjudicado o objeto da licitação às empresas consorciadas, impor-se-lhes-á, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º Se as empresas, a que se refere o parágrafo anterior, pretenderem constituir, entre si e com participação de terceiros, companhia com idêntico objeto social, poderão fazê-lo desde que o controle do capital votante seja do acionista nacional vencedor da concorrência e o concedente haja aprovado previamente a proposta de constituição da nova empresa.

Art. 4º O contrato de concessão, a que aludem os artigos anteriores, além das cláusulas necessárias estipuladas no Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, deverá estabelecer bases e critérios objetivos para a fixação e o reajustamento das tarifas, decorrentes da cobrança de pedágio, com o objetivo de:

I — garantir a justa remuneração do capital investido na construção das rodovias e obras rodoviárias federais;

II — permitir o melhoramento e expansão dos equipamentos vinculados à obra explorada;

III — assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das relações jurídico-contratuais pertinentes ao objeto da concessão.

Parágrafo único. O capital investido pela empresa concessionária será remunerado:

I — pela arrecadação do valor do pedágio auferido da rodovia federal, objeto da concessão; e

II — pela renda proveniente da exploração de áreas ou zonas de serviço e de lazer ou repouso, existentes na rodovia federal objeto da concessão.

Art. 5º O concedente poderá prestar, em favor da empresa concessionária e com o aval de instituição financeira oficial, garantia de uma receita periódica mínima, calculada em função da dimensão do tráfego e do valor do pedágio, nos termos do que estabelecer, conforme o caso, o edital de licitação ou o contrato.

Parágrafo único. A garantia referida neste artigo poderá ser prestada em moeda nacional.

Art. 6º A empresa concessionária poderá, no que pertine ao objeto da concessão, e nos termos da lei, promover a desapropriação de bens necessários à construção ou exploração da rodovia e obras rodoviárias.

Parágrafo único. A promoção expropriatória, referida neste artigo, deverá ser precedida da declaração de utilidade pública, consubstanciada em ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, observadas as exigências estabelecidas no Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969.

Art. 7º Se o processo expropriatório for instaurado e promovido pelo DNER, a empresa concessionária poderá, nos termos constantes do contrato, fornecer-lhe os recursos financeiros necessários à efetivação da desapropriação.

Art. 8º Os veículos oficiais e aqueles do Corpo Diplomático, que utilizem vias públicas integrantes do sistema rodoviário federal, objeto da concessão, ficarão isentos do pagamento do pedágio respectivo, desde que exibam título de isenção expedido, conjuntamente, pelo DNER e pela empresa concessionária.

Art. 9º O Ministro dos Transportes expedirá os atos que se fizerem necessários à fiel execução do presente decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.003, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1987

Inclui a Máquinas Piratiníngia do Nordeste S.A. no Programa de Privatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída no Programa de Privatização de que trata o Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985, a empresa Máquinas Piratininga do Nordeste S.A.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

João Sayad

DECRETO Nº 94.004, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1987

Outorga concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001414/86, (Edital nº 50/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos c, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.005, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1987

Altera a redação do item II do artigo 12 do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 25 de junho de 1985, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O item II, do artigo 12, do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 25 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 12.

II — Não serão assegurados quaisquer benefícios e vantagens existentes nos planos vigentes em 25 de julho de 1985, a não ser em caráter excepcional, após prévia e expressa autorização do CISE».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dilson Domingos Funaro
Almir Pazzianotto Pinto
João Sayad
Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.006, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre o pagamento de servidor redistribuído em decorrência da reforma administrativa federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O servidor redistribuído em decorrência da aplicação do Decreto nº 93.552, de 6 de novembro de 1986, continuará a perceber seu vencimento, salário e demais vantagens pelo órgão de origem, até que se processe a transferência dos correspondentes recursos orçamentários, durante o exercício financeiro vigente ou no seguinte.

Parágrafo único. Para a transferência dos recursos de que trata este artigo, o órgão que receber servidor redistribuído, deverá articular-se com a entidade de origem e com a Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para fins de regularização orçamentária.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.007, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1987

*Dispõe sobre o pagamento de despesas
no exterior.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º As unidades sediadas no País titulares, em 1º de janeiro de 1987, de conta corrente bancária no exterior, ficam autorizadas, em caráter provisório, a movimentá-la, até 31 de março de 1987, vedado, a partir dessa última data, sob pena de responsabilidade, pagamento de despesa no exterior em desacordo com o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 2º Em casos excepcionais, o Ministro da Fazenda, mediante proposta devidamente fundamentada da Secretaria do Tesouro Nacional, poderá autorizar unidade sediada no País a manter conta corrente bancária no exterior, sem prejuízo da sistemática de execução financeira de despesas, estabelecida pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.008, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação de rádio UHF — Multicanal de Morro dos Cabelos Brancos, da ELETROPÁULO — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002831/86-51,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 200,00m² (duzentos metros quadrados), necessária à implantação da estação de rádio UHF — Multicanal de Morro dos Cabelos Brancos, no Município de Caieiras, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº 15.214, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.002831/86-51, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto A, localizado a 12,19 metros, medidos no rumo SE 28°47'40'', do vértice nº 62 do Gegrang; segue com o rumo SW 10°57'00'', na distância de 10,00 metros, até o ponto B; deflete à direita e segue com o rumo NW 79°03'00'', na distância de 20,00 metros, até o ponto C; deflete à direita e segue com o rumo NE 10°57'00'', na distância de 10,00 metros, até o ponto D; deflete à direita e segue com o rumo SE 79°03'00'', na distância de 20,00 metros, até o ponto A, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a ELETROPÁULO — Eletricidade de São Paulo S.A., a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.009, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 6.925, de 29 de junho de 1981, e nº 6.431, de 11 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 80.511, de 7 de outubro de 1977,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a doar ao Município de São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná, os imóveis denominados: Perímetro Urbano de Jacutinga, São José do Itavó, Caramuru, Aparecida do Oeste e Santa Inês, com a área global de 257,9330ha (duzentos e cinquenta e sete hectares, noventa e três ares e trinta centiares), situados naquele município, e que têm o seguinte perímetro:

I — Perímetro Urbano de Jacutinga, com 22,8100ha (vinte e dois hectares, oitenta e um ares): limita-se ao Norte, com os Lotes 219, 551, 257, 351 e 352 da Gleba 14; a Este, com os Lotes 339, 341, 351 e 353 da Gleba 14 e 232 da Gleba 15; ao Sul, com o Perímetro Urbano de Jacutinga — parte A e Lotes 231 e 232 da Gleba 15; a Oeste, com o Perímetro Urbano de Jacutinga — parte A e Lote 218 da Gleba 14;

II — Perímetro Urbano de São José do Itavó, com 79,7330ha (setenta e nove hectares, setenta e três ares e trinta centiares): limita-se ao Norte, com os Lotes 382, 379, 378, 405, 372, 370 e 365, todos da Gleba 16; a Este, com os Lotes 365, 364, da Gleba 16 e Lotes 103, 100 e 97 da Gleba 15; ao Sul, com os Lotes 103, 100, 97, 92, 91, 90 e 59 da Gleba 15; a Oeste, com o Perímetro Urbano de São José do Itavó, parte A, Lote 16 da Gleba 15 e Lote 383 da Gleba 16;

III — Perímetro Urbano de Caramuru, com 49,4268ha (quarenta e nove hectares, quarenta e dois ares e sessenta e oito centiares): limita-se ao Norte, com os Lotes 300, 415, 414, 413,

412, 410, 409, 408 e 411; a Este, com os Lotes 399, 396, 393 e 411; ao Sul, com os Lotes 393, 394, 395, 327, 326, 325, 324, 322 e 321; a Oeste, com os Lotes 323, 300 e 321.

IV — Perímetro Urbano de Aparecida do Oeste, com 57,7403ha (cinquenta e sete hectares, setenta e quatro ares e três centiares): limita-se ao Norte, com os Lotes 71, 92 e 94; a Este, com os Lotes 94, 95, 96, 97, 106, 107, 108 e 109; ao Sul, com os Lotes 121, 120, 119, 118, e 117; a Oeste, com os Lotes 116, 115, 114, 76, 73 e 71;

V — Perímetro Urbano de Santa Inês, com 48,2229ha (quarenta e oito hectares, vinte e dois ares e vinte e nove centiares): limita-se ao Norte, com os Lotes 60, 64, 66, 68 e Gleba 14; a Este, com o Lote 71 e Gleba 14; ao Sul, com os Lotes 71, 70 e 74; a Oeste, com os Lotes 60, 61, 62, 75 e 74.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo estão registrados e matriculados em nome da União Federal, no Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu sob nº 18.467.

Art. 2º Os imóveis a serem doados destinam-se a implantação dos Povoados de Jacutinga, São José do Itavó, Caramuru, Aparecida do Oeste e Santa Inês, no Município de São Miguel do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Art. 3º Os imóveis, com suas benfeitorias, reverterão de pleno direito ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização, se não forem utilizados de acordo com a finalidade e prazo constantes do instrumento de doação.

Art. 4º A doação será formalizada mediante expedição, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, do título de domínio, observadas as disposições do Decreto nº 80.511, de 7 de outubro de 1977.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.010, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1987

Promulga Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 17, de 5 de dezembro de 1986, o Acordo de Cooperação

Científica, Tecnológica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, em Brasília, a 12 de março de 1985;

Considerando que o referido acordo entrou em vigor, por troca de notas, concluída em Bruxelas, a 22 de janeiro de 1987, na forma de seu artigo XIII,

DECRETA:

Art. 1º O Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 11-2-87.

DECRETO Nº 94.011, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na cidade de Sobral, Estado do Ceará, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos artigos 5º, alínea h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pelas Leis nºs 2.786, de 21 de maio de 1956, nº 4.686, de 21 de junho de 1965 e nº 6.071, de 3 de julho de 1974, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.008146/86-28,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o prédio, com domínio útil do terreno respectivo, foreiro ao patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, situado na Rua Comendador Rocha nº 190, esquina com a Rua Coronel Rangel, na cidade de Sobral, Estado do Ceará, e matriculado sob nº 1.015, no Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Sobral, Ceará.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, é destinado à sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Sobral — CE.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.012, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — áreas de terra abrangidas pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras e e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, áreas de terra, e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 7.283,9100ha (sete mil, duzentos e oitenta e três hectares e nove mil e cem centiares) abrangidas pelo projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», localizadas no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, de acordo com as plantas constantes do Processo PRONI nº 43000.100.968/86-82, necessárias à conclusão

das obras de mais uma etapa desse projeto e assim descritas: *O Polígono «A»* tem seu início no ponto 1, de coordenadas (UTM) latitude 583.375m e longitude 9.016.987m, localizado na margem direita do Rio Gurguéia, situado ao Leste a uma distância de 1.100m do leito. O referido ponto teve como referência o RN nº 256, da Planta Aerofotogramétrica dos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, e foi determinado a partir do azimute $7^{\circ}45'$ e uma distância de 780m do referido RN. Neste ponto faz um ângulo interno de $86^{\circ}20'$ e segue a uma distância de 10.600m até encontrar o ponto 2; neste, faz um ângulo interno de $62^{\circ}40'$ e segue a uma distância de 4.850m, até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de $116^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 7.600m até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de $67^{\circ}00'$ e segue a distância de 1.050m até encontrar o ponto 5; neste, faz um ângulo interno de $270^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 1.000m até encontrar o ponto 6; neste, faz um ângulo interno de $118^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 2.850m até encontrar o ponto 1, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 583.375m e longitude 9.016.987m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 3.884,28ha. *O Polígono «B»* tem seu início no ponto 1 de coordenadas (UTM) latitude de 588.250m e longitude 9.028.750m, localizado na margem direita do Rio Gurguéia, situado a Leste a uma distância de 950m do leito. O referido ponto teve como referência o RN nº 232, da Planta Aerofotogramétrica dos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, e foi determinado a partir do azimute $53^{\circ}50'$ e uma distância de 1.150m do RN. Neste ponto 1 faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 2.400m até encontrar o ponto 2; neste, faz um ângulo interno de $97^{\circ}15'$ e segue a uma distância de 3.400m até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de $121^{\circ}10'$ e segue a uma distância de 950m até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de $227^{\circ}30'$ e segue uma distância de 3.300m até encontrar o ponto 5; neste, faz um ângulo interno de $94^{\circ}05'$ e segue a uma distância de 1.850m até encontrar o ponto 6; neste, faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 7.200m até encontrar o ponto 1, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 588.250m e longitude 9.028.750m, estando assim fechado o polígono cuja área é de 1.668,11ha. *O Polígono «C»* tem seu início no ponto 1, de coordenadas (UTM) latitude 605.950m e longitude 9.043.500m, localizado na margem direita do Rio Gurguéia, situado ao Leste a uma distância de 420m do leito. O referido ponto teve como referência o RN nº 244 da Planta Aerofotogramétrica dos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, e foi determinado a partir do Azimute $10^{\circ}15'$ e uma distância de 530m do RN. Neste ponto 1, faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 2.000m até encontrar o ponto 2; neste, faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 3.200m até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 2.000m até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue a uma distância de 3.200m até encontrar o ponto 1, inicial do

polígono de coordenadas (UTM) latitude 605.950m e longitude 9.043.500m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 640,00ha. O Polígono «D» tem seu início no ponto 1, de coordenadas (UTM) latitude 611.400m e longitude 9.052.000m, localizado na margem direita do Rio Gurguéia, situado ao Leste a uma distância de 1.600m do leito. O referido ponto teve como referência o RN nº 238 da Planta Aerofotogramétrica dos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, e foi determinado a partir do azimute 44°50' e uma distância de 2.300m do RN. Neste ponto 1, faz um ângulo interno de 71°50' e segue a uma distância de 3.150m até encontrar o ponto 2; neste, faz um ângulo interno de 90°00' e segue a uma distância de 1.600m até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de 130°10' e segue a uma distância de 2.700m, até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de 68°00' e segue a uma distância de 3.500m até encontrar o ponto 1, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 611.400m e longitude 9.052.000m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 695,52ha. O Polígono «E» tem seu início no ponto 1, de coordenadas (UTM) latitude 616.350m e longitude 9.055.700m, localizado na margem direita do Rio Gurguéia, situado ao Leste a uma distância de 500m do leito. O referido ponto teve como referência o Poço Violeta, e foi determinado a partir do azimute 25°30' e uma distância de 1.460m do referido poço. Neste ponto 1, faz um ângulo interno de 90°00' e segue a uma distância de 1.650m, até encontrar o ponto 2; neste, faz um ângulo interno de 90°00' e segue a uma distância de 2.400m, até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de 90°00' e segue a uma distância de 1.650m até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de 90°00' e segue a uma distância de 2.400m até encontrar o ponto 1, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 616.350m e longitude 9.055.700m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 396,00ha, somando, os cinco polígonos descritos, uma área total de 7.283,9100ha.

Art. 2º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.013, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Menkũ, no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a demarcação da Área Indígena Menkũ, interdita pelo Decreto nº 74.074, de 16 de maio de 1974, retificado pelo Decreto nº 75.136, de 23 de dezembro do mesmo ano, situada no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: *Norte*: Partindo do Marco MP-I, de coordenadas geográficas 12º03'30,8"S e 58º27'55,6"WGr; localizado na margem direita do Rio Papagaio; daí, segue por linha reta, com azimuth e distância de 81º16'48" e 11.000 metros, até o Marco MP-II, de coordenadas geográficas 12º02'38,2"S e 58º21'55,5"WGr. *Leste*: Do Marco MP-II, segue por uma linha reta com azimuth e distância de 196º16'48" e 8.700 metros, até o Marco MP-III, de coordenadas geográficas 12º07'09,4" S e 58º23'17,5" WGr; daí, segue por linha reta com azimuth e distância de 131º16'48" e 11.375 metros, até o Marco MP-IV = MG 005/16, de coordenadas geográficas 12º11'14,9" S e 58º18'35,9" WGr; daí, segue por linha reta com azimuth e distância de 183º16'48" e 9.120 metros, até o Marco MP-V, de coordenadas geográficas 12º16'10,9" S e 58º18'54,6" WGr; daí, segue por linha reta com azimuth e distância de 173º16'48" e 1.570 metros, até o Marco MP-VI de coordenadas geográficas 12º17'01,7"S e 58º18'48,8"WGr, localizado na margem direita do Córrego Aguas Claras. *Sul*: Do Marco MP-VI segue pelo referido córrego, no sentido jusante, até o Marco MP-VII, de coordenadas geográficas 12º15'24,5"S e 58º31'58,8"WGr, localizado na confluência com o Rio Papagaio. *Oeste*: Do Marco MP-VII, segue pelo referido rio, no sentido jusante, até o Marco MP-I, início deste Memorial.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.014, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Merure, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação de posse imemorial do Grupo Indígena Bororo, denominada Área Indígena Merure, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º A área indígena de que trata este decreto tem os seguintes limites: *Norte*: Partindo do Marco 17 (ponto 01), de coordenadas geográficas 15°26'51,4"S e 53°09'39,9"WGr, localizado na cabeceira do Córrego Jaguarazinho; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 18 (ponto 02), de coordenadas geográficas 15°26'34,7"S e 53°04'51,7"WGr, localizado na confluência com o Córrego Boqueirão; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 19 (ponto 03), de coordenadas geográficas 15°23'18,2"S e 52°57'02,7"WGr, localizado em sua margem direita. *Leste*: Do Marco 19 (ponto 03), segue por uma linha reta com azimute e distância 148°17'31" e 1588,89 metros, até a estaca 755 (ponto 04), de coordenadas geográficas 15°24'02,4"S e 52°56'35,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 212°10',09" e 1.0001,46 metros, até o Marco 20 (ponto 05), de coordenadas geográficas 15°24'29,8"S e 52°56'53,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 129°44'19" e 91,20 metros, até a estaca 762 (ponto 06), de coordenadas geográficas 15°24'31,8"S e 52°56'50,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 134°27'35" e 3.370,83 metros, até a estaca 790 (ponto 07), de coordenadas geográficas 15°25'48,3"S e 52°55'31,9"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 96°22'47" e 614,87 metros, até a estaca 794 (ponto 08), de coordenadas geográficas 15°25'50,7"S e 52°55'11,4" WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 139°58'39" e 757,10 metros, até a estaca 800 (ponto 09), de coordenadas geográficas 15°26'09,7"S e 52°54'55,3"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 128°00'09" e 159,61 metros, até a estaca 801 (ponto 10), de coordenadas geográficas 15°26'13,0"S e 52°54'51,1"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 135°43'06" e 1.572,77 metros, até a estaca 319 (ponto 11), de coordenadas geográficas 15°26'49,9"S e 52°54'14,6"WGr; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 84°59'56" e 215,79 metros, até a estaca 318 (ponto 12), de coordenadas geográficas 15°26'49,4"S e 52°54'07,4"WGr; daí, segue por uma linha re-

ta com azimute e distância $152^{\circ}09'32''$ e 815,37 metros, até a estaca 312 (ponto 13), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'12,9''S$ e $52^{\circ}53'54,8''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $97^{\circ}30'27''$ e 755,92 metros, até a estaca 307 (ponto 14), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'16,4''S$ e $52^{\circ}53'29,7''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $79^{\circ}21'07''$ e 557,38 metros, até a estaca 303 (ponto 15), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'13,2''S$ e $52^{\circ}53'11,3''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $54^{\circ}47'04''$ e 846,30 metros, até a estaca 296 (ponto 16), de coordenadas geográficas $15^{\circ}26'57,5''S$ e $52^{\circ}52'48,0''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $132^{\circ}41'37''$ e 256,75 metros, até a estaca 293 (ponto 17), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'03,2''S$ e $52^{\circ}52'41,7''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $140^{\circ}18'44''$ e 802,53 metros, até a estaca 287 (ponto 18), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'23,4''S$ e $52^{\circ}52'24,7''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $127^{\circ}37'53''$ e 1.682,73 metros, até a estaca 276 (ponto 19), de coordenadas geográficas $15^{\circ}27'57,2''S$ e $52^{\circ}51'40,3''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $187^{\circ}01'53''$ e 444,52 metros, até a estaca 273 (ponto 20), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'11,6''S$ e $52^{\circ}51'42,3''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $141^{\circ}50'08''$ e 281,59 metros, até a estaca 271 (ponto 21), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'18,8''S$ e $52^{\circ}51'36,5''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $75^{\circ}34'48''$ e 374,89 metros, até a estaca 268 (ponto 22), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'15,9''S$ e $52^{\circ}51'24,3''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $78^{\circ}34'47''$ e 92,53 metros, até a estaca 267 (ponto 23), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'15,3''S$ e $52^{\circ}51'21,2''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $141^{\circ}01'52''$ e 186,41 metros, até a estaca 265 (ponto 24), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'20,1''S$ e $52^{\circ}51'17,3''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $139^{\circ}57'52''$ e 34,72 metros, até o Marco 21 (ponto 25), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'20,9''S$ e $52^{\circ}51'16,6''WGr$, localizado na confluência do Córrego Diamante com o Rio Barreiro; daí, segue por este sentido montante, até o Marco 22 (ponto 26), de coordenadas geográficas $15^{\circ}31'11,8''S$ e $52^{\circ}57'46,2''WGr$, localizado na confluência com o Córrego Fundo; daí, segue por este sentido montante, até o Marco 23 (ponto 27), de coordenadas geográficas $15^{\circ}33'29,0''S$ e $52^{\circ}57'28,1''WGr$, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $186^{\circ}20'46''$ e 622,72 metros, até o Marco 24 (ponto 28), de coordenadas geográficas $15^{\circ}33'49,079''S$ e $52^{\circ}57'30,605''WGr$, localizado no bordo esquerdo da BR-070 (sentido Cuiabá-Barra do Garças); daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $186^{\circ}23'34''$ e 28,94 metros, até o Marco 25 (ponto 29), de coordenadas geográficas $15^{\circ}33'50,0''S$ e $52^{\circ}57'30,7''WGr$; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $186^{\circ}18'36''$ e 783,56 metros, até o Marco 00 (ponto 30), de coordenadas geográficas $15^{\circ}34'15,3''S$ e $52^{\circ}57'33,8''WGr$, localizado na cabeceira do Córrego Luizão; daí, segue por este no sentido jusante,

até o Marco 01 (ponto 31), de coordenadas geográficas $15^{\circ}37'30,0''$ S e $52^{\circ}58'24,7''$ WGr, localizado na confluência com o Ribeirão Barigajau; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 02 (ponto 32), de coordenadas geográficas $15^{\circ}38'11,3''$ S e $52^{\circ}57'13,7''$ WGr, localizado na confluência com o Córrego Barrerinho; daí, segue por este no sentido montante, até o Marco 03 (ponto 33), de coordenadas geográficas $15^{\circ}40'15,2''$ S e $52^{\circ}59'37,3''$ WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância $269^{\circ}46'35''$ e 805,94 metros, até o Marco 04 (ponto 34), de coordenadas geográficas $15^{\circ}40'15,0''$ S e $53^{\circ}00'04,4''$ WGr, localizado na cabeceira do Córrego Açude; daí, segue por este no sentido jusante, até o ponto G-01, de coordenadas geográficas $15^{\circ}40'53,1''$ S e $53^{\circ}02'01,2''$ WGr, localizado na confluência com o Córrego Retiro; daí, segue por este sentido jusante, até o Marco 05 (ponto 36), de coordenadas geográficas $15^{\circ}44'07,2''$ S e $53^{\circ}02'33,7''$ WGr, localizado na confluência com o Rio das Garças. *Sul:* Do Marco 05 (ponto 36), segue pelo Rio das Garças no sentido montante, até o Marco 06 (ponto 37), de coordenadas geográficas $15^{\circ}44'25,3''$ S e $53^{\circ}07'14,6''$ WGr, localizado na confluência com o Córrego Rocoeial. *Oeste:* Do Marco 06 (ponto 37), segue pelo Córrego Rocoeial, no sentido montante, até o Marco 07 (ponto 38), de coordenadas geográficas $15^{\circ}38'06,3''$ S e $53^{\circ}11'32,2''$ WGr, localizado na confluência com o Córrego Taregamerizada; daí, segue por este no sentido montante, até o Marco 08 (ponto 39), de coordenadas geográficas $15^{\circ}36'25,8''$ S e $53^{\circ}13'19,3''$ WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância $24^{\circ}45'11''$ e 398,35 metros, até o Marco 09 (ponto 40), de coordenadas geográficas $15^{\circ}36'14,1''$ S e $53^{\circ}13'13,6''$ WGr, localizado na cabeceira do Córrego Butuie; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 10 (ponto 41), de coordenadas geográficas $15^{\circ}35'33,612''$ S e $53^{\circ}12'44,902''$ WGr, localizado na margem direita deste, próximo ao bordo direito da BR-070 (sentido Cuiabá-Barra do Garças); daí, segue ainda pelo Córrego Butuie no sentido jusante, até o Marco 12 (ponto 42), de coordenadas geográficas $15^{\circ}32'56,4''$ S e $53^{\circ}10'41,3''$ WGr, localizado na confluência com o Rio Barreiro; daí, segue por este no sentido montante, até o Marco 13 (ponto 43), de coordenadas geográficas $15^{\circ}32'11,1''$ S e $53^{\circ}10'45,4''$ WGr, localizado na confluência com o Córrego Cabeceiras das Cabaças; daí, segue por este no sentido montante, até o Marco 14 (ponto 44), de coordenadas geográficas $15^{\circ}30'32,7''$ S e $53^{\circ}10'15,8''$ WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância $13^{\circ}15'35''$ e 1.515,89 metros, até o Marco 15 (ponto 45), de coordenadas geográficas $15^{\circ}29'44,9''$ S e $53^{\circ}10'03,6''$ WGr, localizado próximo do Córrego Rapadura; daí, segue por linha reta com azimute e distância $348^{\circ}12'44''$ e 1.634,43 metros, até o Marco 16 (ponto 46), de coordenadas geográficas $15^{\circ}28'52,7''$ S e $53^{\circ}10'14,3''$ WGr, localizado próximo da cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância $14^{\circ}46'56''$ e 3.868,46 metros, até o Marco 17 (ponto 01), início deste Memorial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

*Declara de ocupação dos indígenas,
área de terras que menciona no Estado do
Amazonas, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos indígenas, para os efeitos dos artigos 4º, IV e 198, da Constituição, as terras localizadas no Município de Camaruã, no Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: *Norte*: Partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 06º44'15"S e 66º31'30"W, localizado na confluência do Igarapé Matrincham com o rio Cuniuá, segue-se à jusante do referido rio margem direita até encontrar o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 06º37'15"S e 66º13'10"W, localizado na confluência do Igarapé Munguba com o Rio Cuniuá. *Leste*: Seguindo pelo referido igarapé a montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 06º44'30"S e 66º10'30"W, localizado na sua cabeceira, daí, segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 06º44'45"S e 66º10'15"W, localizado na cabeceira do Igarapé Arigó ou Ramiro; daí, segue-se pelo referido igarapé a jusante, margem direita, até encontrar o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 06º49'30"S e 66º04'15"W, localizado na sua confluência com o Rio Riozinho. *Sul*: Seguindo-se pelo Rio Riozinho a montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 07º06'30"S e 66º42'05"W, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Riozinho. *Oeste*: Seguindo-se o igarapé sem denominação a montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 07º02'30"S e 66º41'45"W, localizado na sua cabeceira; daí, segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 07º02'00"S e 66º41'30"W, localizado na cabe-

ceira do Igarapé Coxodoá ou Haxinawá; daí, segue-se à jusante do referido igarapé, encontra-se o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 06°52'00"S e 66°34'00"W, localizado na confluência dos Igarapés Engilhado e Coxodoá ou Haxinawá e sem denominação, segue-se o igarapé sem denominação à montante, margem esquerda, até encontrar o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 06°50'45"S e 66°34'20"W, localizado na sua cabeceira; segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 06°50'15"S e 66°34'00"W, localizado na cabeceira do Igarapé Matrincham; daí, segue-se pelo referido igarapé à justante, margem direita, até encontrar o Ponto 01, início deste descritivo.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Zuruahá, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.016, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento da Universidade Regional do Cariri.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.000291/87-01, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Universidade Regional do Cariri — URCA, sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com sede na cidade do Crato, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.017, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7) e o seu Primeiro Protocolo Adicional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (Acordo nº 7), e seu Primeiro Protocolo Adicional,

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (Acordo nº 7) e seu Primeiro Protocolo Adicional, apensos por cópia ao presente decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete e terá uma duração indefinida.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 12-2-87.

DECRETO Nº 94.018, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o aumento de capital da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — BRASAGRO.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — BRASAGRO, a elevar o seu capital, de CZ\$ 28.784.004,00 (vinte e oito milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quatro cruzados) para CZ\$ 29.384.004,00 (vinte e nove milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e quatro cruzados), mediante emissão de novas ações.

Art. 2º Este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1987

Outorga concessão à TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006040/86, (Edital nº 170/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à TV Vale do Paraíba Ltda. para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.020, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Cumbique», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada no Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º. É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Cumbique», com a área de 735ha (setecentos e trinta e cinco hectares), situado no Município de Paço do Lumiar, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do Marco 0, de coordenadas geográficas longitude 44º08'46" WGr e latitude 02º28'23" S, situado na divisa das terras de Odilon; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Odilon, com azimuth de 129º36'39" e distância de 370m, até o Marco 1, situado à margem do mangue; deste, segue por linhas secas, confrontando com área de mangue, com os seguintes azimuths e distâncias: 66º35'29" e 304,51m, até o Marco 2; 98º40'56" e 277,02m, até o Marco 3; 113º55'35" e 275,04m, até o Marco 4; 119º42'04" e 275,71m, até o Marco 5; 108º16'15" e 590,40m, até o Marco 6; 79º17'46" e 653,75m, até o Marco 7; 72º54'00" e 174,99m, até o Marco 8; 35º48'50" e 284,72m, até o Marco 9; 04º35'04" e 93,38m, até o Marco 10; 312º32'20" e 382,73m, até o Marco 11; 318º47'57" e 488,05m, até o Marco 12; 312º53'24" e 664,84m, até o

Marco 13; 305°54'25" e 172,18m, até o Marco 14; 290°11'09" e 222,13m, até o Marco 15; 305°54'52" e 209,65m, até o Marco 16; 101°46'01" e 766,92m, até o Marco 17; 90°23'07" e 379,12m, até o Marco 18; 120°18'48" e 106,71m, até o Marco 19; 70°11'32" e 660,43m, até o Marco 20, situado na divisa com terras de João Lélis; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de João Lélis, com azimute de 07°11'32" e distância de 805m, até o Marco 21, situado na divisa de terras de João Lélis com o loteamento Terras de Araçagy; deste, segue por linha seca, confrontando com o loteamento Terras de Araçagy, atravessando o caminho que dá acesso ao povoado Cumbique/MA-53, com azimute de 282°00'00" e distância de 2.650m, até o Marco 22, situado na divisa de terras do loteamento Portal do Araçagy; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do loteamento Portal do Araçagy, com azimute de 208°00'00" e distância de 1.260m, até o Marco 23; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do loteamento Portal do Araçagy, com azimute de 297°20'15" e distância de 645m, até o Marco 24, situado na divisa de terras do loteamento Nova São Luís; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do loteamento Nova São Luís, com azimute de 209°00'00" e distância de 585m, até o Marco 25, situado nas divisas de terras do loteamento Nova São Luís e Odilon; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Odilon, com azimute de 130°00'00" e distância de 1.440m, até o Marco 26; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Odilon, com azimute de 220°00'00" e distância de 500m, até o Marco 0, início da descrição deste perímetro (Fontes de referência: levantamento planimétrico e Carta de DSG, Folha SA.23-Z-A-II, Escala 1:100.000, Ano 1980).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.021, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o aumento do capital social do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o artigo 4.º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, sediado em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, empresa pública criada pela Lei nº 5.604, de 2 de setembro de 1970, autorizado a aumentar o seu capital social de CZ\$ 39.109.449,19 (trinta e nove milhões, cento e nove mil, quatrocentos e quarenta e nove cruzados e dezenove centavos) para CZ\$ 39.751.312,08 (trinta e nove milhões, setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e doze cruzados e oito centavos) da seguinte forma:

a) pela incorporação, ao capital social, da reserva de doações no valor de CZ\$ 114.851,04 (cento e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e um cruzados e quatro centavos), da reserva de auxílios da financiadora de Estudos e Projetos — FINEPE, no valor de CZ\$ 4.332,50 (quatro mil, trezentos e trinta e dois cruzados e cinquenta centavos), e da reserva de investimentos no valor de CZ\$ 50.179,35 (cinquenta mil, cento e setenta e nove cruzados e trinta e cinco centavos); e,

b) pela aplicação de recursos consignados no Orçamento da União, Lei nº 7.155, de 5 de dezembro de 1983, e créditos suplementares, abertos pelo Decreto nº 89.714, de 29 de maio de 1984 e Decreto nº 90.522, de 20 de novembro de 1984, no montante de CZ\$ 472.500,00 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos cruzados).

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.022, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o aumento de capital social da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. — AGEF.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. — AGEF, de CZ\$ 79.611.555,47 (setenta e nove milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e cinco cruzados e quarenta e sete centavos) para CZ\$ 90.193.597,76 (noventa milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e noventa e sete cruzados e setenta e seis centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.023, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco, Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.001102/87-63, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco, mantida pela Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, com sede na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.024, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o aumento do Capital Social das Empresas que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam autorizados os aumentos do Capital Social da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, de CZ\$ 1.433.274.923,56 (um bilhão, quatrocentos e trinta e três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e três cruzados e cinqüenta e seis centavos) para CZ\$ 12.665.381.773,16 (doze bilhões, seiscentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e um mil, setecentos e setenta e três cruzados e dezesseis centavos); da Companhia Docas do Maranhão — CODOMAR, de CZ\$ 84.026.429,59 (oitenta e quatro milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e nove cruzados e cinqüenta e nove centavos) para CZ\$ 222.237.255,49 (duzentos e vinte e dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, duzentos e cinqüenta e cinco cruzados e quarenta e nove centavos); da Companhia Docas do Estado de São Paulo — CODESP, de CZ\$ 472.714.868,11 (quatrocentos e setenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito cruzados e onze centavos) para CZ\$ 1.499.504.833,06 (um bilhão, quatrocentos e noventa e nove milhões, quinhentos e quatro mil, oitocentos e trinta e três cruzados e seis centavos); da Companhia Docas do Pará — CDP, de CZ\$ 37.614.053,45 (trinta e sete milhões, seiscentos e quatorze mil, cinqüenta e três cruzados e quarenta e cinco centavos) para CZ\$ 71.109.944,33 (setenta e um milhões, cento e nove mil, novecentos e quarenta e quatro cruzados e trinta e três centavos); da Companhia Docas do Estado da Bahia — CODEBA, de CZ\$ 214.237.615,58 (duzentos e quatorze milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e quinze cruzados e cinqüenta e oito centavos), para CZ\$ 726.272.802,38 (setecentos e vinte e seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e dois cruzados e trinta e oito centavos); da Companhia Docas do Rio de Janeiro — CDRJ, de CZ\$ 396.100.991,21 (trezentos e noventa e seis milhões, cem mil, novecentos e noventa e um cruzados e vinte e um centavos) para CZ\$ 1.848.486.938,53 (um bilhão, oitocentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e oito cruzados e cinqüenta e três centavos); da Companhia Docas do Espírito Santo — CODESA, de CZ\$ 234.314.106,00 (duzentos e trinta e quatro milhões, trezentos e quatorze mil e cento e seis cruzados) para CZ\$ 289.179.901,40 (duzentos e oitenta e nove milhões, cento e setenta e nove mil, novecentos e um cruzados e quarenta centavos); da Companhia Docas do Rio Grande do Norte — CODERN, de CZ\$ 119.954.417,00 (cento e dezenove milhões, novecentos e cinqüenta e quatro mil, quatro-

centos e dezessete cruzados) para CZ\$ 275.492.531,66 (duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e trinta e um cruzados e sessenta e seis centavos); da Companhia Docas do Ceará — CDC, de CZ\$ 52.284.178,27 (cinquenta e dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, cento e setenta e oito cruzados e vinte e sete centavos) para CZ\$ 239.132.695,73 (duzentos e trinta e nove milhões, cento e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco cruzados e setenta e três centavos).

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.025, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

Fixa, para o exercício de 1987, o limite global de importações através da Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 36 do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976,

DECRETA:

Art. 1º É fixado em US\$ 610.000.000,00 FOB, (seiscentos e dez milhões de dólares norte-americanos-FOB), para o exercício de 1987, o limite global das importações a serem realizadas através da Zona Franca de Manaus.

Parágrafo único. Do limite global de que trata este artigo serão excluídas as importações:

- a) relativas a trigo, petróleo e derivados, sujeitas a controles especiais;
- b) efetuadas por órgãos ou entidades governamentais, sujeitas aos limites estabelecidos no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE;
- c) realizadas por empresas em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 2º A título de incentivo, em programas de exportação aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, também poderão ser excluídos do limite global fixado pelo artigo 1º:

I — o valor FOB dos insumos destinados ao emprego na industrialização de produtos a serem exportados;

II — o equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo líquido positivo do ingresso de divisas resultantes da comparação entre as exportações e as importações efetuadas na forma do item I, relativamente a cada produto, computado por empresa.

Art. 3º Compete à Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, de conformidade com os critérios fixados por seu Conselho de Administração e observados os demais dispositivos legais em vigor, adotar as normas operacionais necessárias à aplicação do disposto no presente decreto.

Parágrafo único. Na fixação dos critérios a que se refere este artigo será dada prioridade a setores que permitam aumentar a oferta de empregos, atender às necessidades de consolidação e dinamização do parque industrial existente, bem como proporcionar a geração de excedentes exportáveis.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Ronaldo Costa Couto

João Sayad

DECRETO Nº 94.026, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1987

*Concedo à Aços Finos Piratini S.A.,
(Grupo Siderbrás) autorização para proce-
der ao aumento de seu capital social.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Aços Finos Piratini S.A. (Grupo Siderbrás) autorizada a promover a elevação do seu capital social de CZ\$ 1.380.551.012,16 (um bilhão, trezentos e oitenta milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, doze cruzados e dezesseis centavos) para CZ\$ 1.504.257.061,38 (um bilhão, quinhentos e quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, sessenta e um cruzados e trinta e oito centavos), mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.027, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra no município de Jequitinhonha, necessária à implantação do Programa de Assentamento, Dirigido do Vale do Jequitinhonha - PADVALE, desenvolvimento pelo Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 2º da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, parte dos imóveis rurais denominados Fazendas «Bolívia», «Craúno I», «Brejões», «Craúno II», «Craúno III», «Nova I», «Rio Negro», «Jequitinhonha Agro-Pastoril», «Santa Fé», «Esperança», «Chapada I», «Chapada II», «Ilha», «Cubículo» e «Ananás», e a integralidade dos imóveis denominados Fazenda «Nova II» e «Nova III», com área total de 11.090,00ha (onze mil e noventa hectares), situados no município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, de propriedade presumida de Humberto Antunes de Almeida, Adib Chequer Filho, Maria Nícia Rodrigues Antunes, Tatyana Rodrigues Antunes, Júlio Warley Rodrigues Antunes, Espólio de Sebastião Soares Faria e Clemente Soares Faria, Valdemar Lucena Pires, Mark Alain Patrick Walter, Romário José Botelho, Espólio de Júlio Figueiredo Torres, Eunápio de Souza Norte, Izabel Francisca de Araújo Seixas, Ana Stella Antunes de Almeida, Aristides Porto Neto, Maria Antunes de Faria e Edmar Antunes Faria, contidos dentro do seguinte perímetro: Inicia o perímetro no ponto nº 1 de coordenadas geográficas aproximadas 16º05'46" S e 41º06'54" WGr situado na barra do rio Preto com o córrego Marcela, nas confrontações com Humberto Antunes de Almeida, Ana Stella Antunes de Almeida e Espólio de Sebastião Soares Faria e Clemente Soares Faria; deste ponto descendo pelo rio Preto como divisa a uma distância aproximada de 1.500 metros, passando pelas divisas de Humberto Antunes de Almeida e Adib Chequer Filho, chega-se a barra do rio Preto com córrego do Feijão, onde encontraremos o ponto

n.º 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°06'02" S e 41°05'57" WGr; daí descendo pelo rio Preto como divisa a uma distância aproximada de 7.200 metros, passando pelas divisas de Adib Chequer Filho, Maria Nícia Rodrigues Antunes, Tatyana Rodrigues Antunes, Julio Warley Rodrigues Antunes, Espólio de Sebastião Soares Faria e Clemente Soares Faria, chegaremos na divisa com Waldemar Lucena Pires onde encontraremos o ponto n.º 3 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°09'33" S e 41°05'22" WGr, deste ponto descendo e beirando a encosta pela margem esquerda do rio Preto até a barra do rio Preto com o córrego Palmeira a uma distância aproximada de 5.400 metros e passando pela divisa de Valdemar Lucena Pires até a divisa de Mark Alain Patrick Walter, onde encontraremos o ponto n.º 4 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°11'30" S e 41°04'04" WGr; daí descendo pelo rio Preto, beirando a encosta ainda pela margem a uma distância aproximada de 2.500 metros, onde encontraremos o ponto n.º 5 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°11'38" S e 41°02'39" WGr; deste ponto vai-se até a cabeceira do primeiro afluente da margem direita do córrego Curralinho, com um azimute de 0°12' e aproximadamente 1.000 metros, onde encontraremos o ponto 5A com coordenadas geográficas aproximadas de 16°11'02" S e 41°02'42" WGr; daí descendo pela encosta da margem esquerda do referido córrego até a barra com o rio Preto e seguindo pelo rio Preto até a barra com o córrego Água Preta a uma distância de 5.000 metros onde encontraremos o ponto n.º 6 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°12'31 S e 41°01'01" WGr; daí descendo pelo rio Preto como divisa até a barra com o córrego da Chácara a uma distância aproximada de 5.200 metros, onde encontraremos o ponto n.º 7 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°15'09" S e 41°00'51" WGr; deste ponto subindo pelo córrego da Chácara como divisa até a sua cabeceira a uma distância aproximada de 5.800 metros, onde encontraremos o ponto n.º 8 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°14'26" S e 41°03'53" WGr; daí seguindo em linha reta com um azimute de 232°00' até um afluente na margem direita do córrego Queixada, a uma distância aproximada de 2.100 metros onde encontraremos o ponto n.º 9 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°20'17" S e 41°04'58" WGr; daí subindo pelo córrego Queixada como divisa até a sua cabeceira com aproximadamente 2.800 metros onde encontraremos o ponto n.º 9A de coordenadas geográficas aproximadas de 16°14'04" S e 41°05'48" WGr; daí seguindo com um azimute de 16°20' em uma linha reta até a encosta da margem direita do córrego Palmeira a uma distância aproximada de 3.900 metros, passando pelas divisas de Romário José Botelho e Mark Alain Patrick Walter, onde encontraremos o ponto n.º 10 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°12'13 S e 44°05'12" WGr; deste ponto subindo pela encosta da margem direita do córrego Palmeira até a barra com o córrego da Vereda dentro da divisa de Mark Alain Patrick Walter a uma distância aproximada de 500 metros onde encontraremos o ponto n.º 11 de coorde-

nadas geográficas aproximadas de 16°12'22" S e 41°05'35" WGr; daí subindo pela encosta da margem direita do córrego da Vereda até a barra com o córrego Água Boa, dentro da divisa de Mark Alain Patrick Walter, a uma distância aproximada de 4.000 metros, onde encontraremos o ponto nº 12 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°14'04" S e 41°06'57" WGr; deste ponto subindo pela encosta da margem direita do córrego Água Boa até a barra de seu afluente e voltando pela margem esquerda do córrego Água Boa até a barra da margem esquerda do córrego da Vereda, dentro da divisa de Mark Alain Patrik Walter, a uma distância aproximada de 1.000 metros onde encontraremos o ponto nº 13 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°14'10" S e 41°07'12" WGr; daí descendo pela encosta da margem esquerda do córrego da Vereda até a barra com a encosta da margem direita do córrego Palmeira passando pelas divisas de Mark Alain Patrick Walter, Espólio de Júlio Figueiredo Torres e Waldemar Lucena Pires, a uma distância aproximada de 4.900 metros, onde encontraremos o ponto nº 14 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°12'15" S e 41°05'47" WGr; deste ponto subindo pelo córrego Palmeira e seguindo pela encosta da margem direita do referido córrego, vira-se à esquerda ainda pela encosta da margem direita de um afluente atravessando depois para a margem esquerda deste afluente até encontrar-se novamente com a barra com o córrego Palmeira seguindo pela encosta da sua margem direita passando pelas divisas de Valdemar Lucena Pires, Espólio de Júlio Figueiredo Torres, Aristides Porto Neto até a divisa com Eunápio de Souza Norte, a uma distância aproximada de 6.600 metros onde encontraremos o ponto nº 15 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°11'00" S e 41°07'08" WGr; daí subindo pelo córrego Palmeira como divisa e beirando as terras de Aristides Porto Neto, Edmar Antunes Faria, Maria Antunes Faria e Eunápio de Souza Norte a uma distância aproximada de 4.500 metros, onde encontraremos o ponto nº 16 de coordenadas geográficas aproximadas de 16°10'15" S e 41°08'38" WGr; deste ponto subindo pelo morro em linha reta com um azimute de 348°30' até encontrarmos a cabeceira de um afluente do rio Preto a uma distância aproximada de 2.300 metros onde encontraremos o ponto nº 16A com coordenadas geográficas aproximadas de 16°09'08" S e 41°09'06" WGr; daí descendo por este até a barra com o rio Preto, passando pelas divisas de Eunápio de Souza Norte, Izabel Francisco da Araujo Seixas e Ana Stella Antunes de Almeida a uma distância aproximada de 2.700 metros, onde encontraremos o ponto nº 17 com coordenadas geográficas aproximadas de 16°07'47" S e 41°08'49" WGr; daí descendo pelo rio Preto como divisa até a barra com o córrego Marcela, passando pela divisa de Ana Stella Antunes de Almeida a uma distância aproximada de 5.300 metros, onde encontraremos o ponto nº 1, início da descrição deste perímetro.

Art. 2º Os terrenos descritos no artigo anterior são necessários à implantação do projeto público de irrigação denominado Programa de

Assentamento Dirigido do Vale do Jequitinhonha — PADVALE, objeto do Convênio nº 099/GM/85, de 19 de dezembro de 1985, do Ministério do Interior.

Art. 3º Fica a Fundação Rural Mineira — Colonização e Desenvolvimento Agrário — RURALMINAS autorizada a promover a desapropriação dos referidos imóveis na forma da legislação vigente, com recursos provenientes do Convênio mencionado no artigo anterior.

Art. 4º Nos termos do art. 30 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este decreto.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.028, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste PROINE, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras «e» e «p» do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 1.659,00ha (um mil, seiscentos e cinquenta e nove hectares), abrangida pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», localizada no Município de Cristino Castro, Estado do Piauí, de acordo com a planta constante do Processo —

PRONI nº 43000.100098/87-13, necessária à conclusão das obras de mais uma etapa desse Projeto, e assim descrita: o Polígono «F» tem seu início no ponto 1 de coordenadas (UTM) — latitude 9.057.483m e longitude 617.955m localizado à margem direita do rio Gurguéia, a uma distância de 600 metros do leito. Neste ponto, com azimute de 44°30' faz um ângulo interno de 81°30' e a uma distância de 1.080 metros encontra o ponto 2; neste ponto, faz um ângulo de 212°30' e segue a uma distância de 2.100m até encontrar o ponto 3; neste, faz um ângulo interno de 169°00' e segue a uma distância de 1.470 metros até encontrar o ponto 4; neste, faz um ângulo interno de 89°00' e segue a uma distância de 4.350 metros até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de 80°00' e segue a uma distância de 3.520 metros até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de 135°00' e segue a uma distância de 2.500 metros até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de 133°00' e segue a uma distância de 1.650 metros até encontrar o ponto 1 acima mencionado, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 1.659,00ha.

Art. 2º É excluída da declaração de utilidade pública e interesse social área de terra pertencente ao Estado do Piauí (trecho da Estrada — PI — 4), com 4 hectares, localizada no Polígono descrito no artigo anterior.

Art. 3º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de emissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.029, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Itatibu, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Central Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o

disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 000671/87,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 542,53m² (quinhentos e quarenta e dois metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados), sem benfeitorias, situada na Rua Benjamin Constant s/nº, na Quadra limitada pelas Ruas Benjamin Constant, Rangel Pestana, Campos Sales e Aguiar Pupo e dista 17,60m da esquina da Rua Benjamin Constant com a Rua Rangel Pestana, no Município e Comarca de Itatiba, Estado de São Paulo, de propriedade de Aparecida Nader Portella e Outros, conforme consta das matrículas nº 7.099, 7.100 e 7.101, de 26-8-1981, do Cartório de Registro de Imóveis de Itatiba, destinada à instalação de Central Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo possui formato de polígono irregular de nove lados, abrange a área de 542,53m² e seu perímetro (J-B-C-D-E-F-G-H-L-J) apresenta as seguintes características, em relação a quem de dentro do mesmo terreno se coloca de frente para a Rua Benjamin Constant e considera o sentido horário de percurso, para efeito de orientação dos lados: O lado da frente (segmento JB): faz limite com a Rua Benjamin Constant, mede 16,85m, tem rumo 51º55'19"NW, deflete 89º12'50" à direita em relação ao lado esquerdo (segmento LJ) e forma com este, ângulo interno de 90º47'10". O lado direito (segmento BC, CD, DE, EF): faz limite com a propriedade de Antonio Furlan e constitui-se de 4 segmentos de reta a seguir descritos: Segmento BC: mede 10,38m, tem rumo de 36º41'12"NE, deflete 88º36'31" à direita em relação ao lado da frente (segmento JB) e forma com este, ângulo interno de 91º23'29". Segmento CD: mede 8,62m, tem rumo de 38º38'39" NE, deflete 1º57'27 à direita em relação ao segmento BC e forma com este ângulo interno de 178º02'33". Segmento DE: mede 0,16m, tem rumo de 51º21'21" NW, deflete 90º à esquerda em relação ao segmento CD e forma com este, ângulo interno de 270º. Segmento EF: mede 12,16m, tem rumo de 39º13'39"NE, deflete 90º35'00" à direita em relação ao segmento DE e forma com este, ângulo interno de 89º25'00". O lado dos fundos (segmentos FG, GH, HL): faz limite com a propriedade da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP e constitui-se de 3 segmentos de reta a seguir descritos: Segmento FG: mede 10,76m, tem rumo de 52º23'32" SE, deflete 88º22'49" à direita em relação ao segmento EF do lado direito e forma com este, ângulo interno de 91º37'11". Segmento GH: mede 0,67m, tem rumo de 36º21'19" NE, deflete 91º15'09 à esquerda em relação ao segmento FG e forma com este, ângulo interno de 271º15'09". Segmento HL: mede 6,63m, tem rumo de 51º53'44" SE, deflete 91º44'57" à direita em relação ao segmento GH e

forma com este, ângulo interno de 88°15'03". O lado esquerdo (segmento LJ): faz limite com a propriedade de Armando Catalano, mede 31,90m, tem rumo de 38°51'51"SW, deflete 90°45'35" à direita em relação ao segmento HL do lado dos fundos e forma com este, ângulo interno de 89°14'25". Esta descrição técnica baseia-se na planta PT nº 85018, elaborada por AGRIMED-Agrimensura S/C Ltda., em 6-2-85.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.030, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de Santos, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra «h», e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 000670/87,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno, com duas testadas, com aproximadamente 1.020,00 m² (hum mil e vinte metros quadrados), com benfeitorias, situada na Rua Vasco da Gama nº 22 e Rua Marechal Carmona nº 17, no Município e Comarca de Santos, Estado de São Paulo, de propriedade de José Luiz Camargo Barbosa, Otávio Ruas Alvarez, Jójí Teruya e João Batista Ferreira, conforme consta da transcrição nº 41.644, de 16-7-71, e averbação nº 1, de 26-8-74, Livro 3-AL, fl. 58, do Cartório de

Registro de Imóveis da citada Comarca, 1º Circunscrição, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se transcreve e caracteriza: um terreno, medindo 15,00 m de frente para a Rua Marechal Carmona, 15,00 m de frente para a Rua Vasco da Gama e laterais de 68,00 m, dividindo com Lion S.A. Engenharia e Importação, com área, aproximada, de 1.020,00m². As benfeitorias, conforme planta de levantamento planialtimétrico e cadastral nº 86.505 da TELESP, elaborada em novembro de 1986, possuem 504,60 m² (quinhentos e quatro metros quadrados e sessenta decímetros quadrados).

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel, com benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.031, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a inclusão da Indústria Aeronáutica Neiva S.A. no Programa de Privatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985,

DECRETA :

Art. 1º Fica a Indústria Aeronáutica Neiva S.A., subsidiária integral da EMBRAER — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., incluída no Programa de Privatização.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.032, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cavaco», classificada no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cavaco», com a área de 704,9510 ha (setecentos e quatro hectares, noventa e cinco ares e dez centiares), situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M-01, situado na margem direita do Arroio do Paiol Velho, de coordenadas geográficas longitude 52º09'48''WGr e latitude 25º10'19S, confrontando com o Quinhão 32, por uma linha seca e reta, com o azimute de 66º30' e a distância de 730m, chega-se ao marco M-02, situado na nascente de um arroio, de coordenadas geográficas longitude 52º09'24''WGr e latitude 25º10'100''S; deste marco, seguindo o arroio, à jusante, chega-se em sua foz no Arroio Cavaco ou dos Inácios; deste ponto, seguindo o arroio, à montante, chega-se na foz de um outro arroio; deste ponto, seguindo este arroio, à montante, chega-se ao marco M-03, de coordenadas geográficas longitude 52º07'55''WGr e latitude 25º10'30''S; deste marco, con-

frontando com o Quinhão 39, por uma linha seca e reta, com azimute de $168^{\circ}15'$ e a distância de 390m, chega-se ao marco M-04, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'52''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'46''$ S; deste marco, confrontando com o mesmo Quinhão 39, por linha seca e reta, com azimute de $77^{\circ}15'$ e a distância de 440m, chega-se ao marco M-05, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'38''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'42''$ S; deste marco, ainda com a mesma confrontação, por uma linha seca e reta, com o azimute de $355^{\circ}45'$ e a distância de 240m, chega-se ao marco M-06, situado à margem de uma estrada, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'38''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'35''$ S; deste marco, seguindo a estrada em sentido Este, chega-se ao marco M-07, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'28''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'35''$; deste marco, confrontando com o Quinhão 42, por uma linha seca e reta, com o azimute de $198^{\circ}23'$ e a distância de 570m, chega-se ao marco M-08, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'34''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'53''$ S; deste marco, confrontando, com o Quinhão 41, por uma linha seca e reta, com o azimute de $290^{\circ}23'$ e a distância de 270m, chega-se ao marco M-09, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'43''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'49''$ S; deste marco, confrontando com o mesmo Quinhão 41, por uma linha seca e reta, com o azimute de $200^{\circ}53'$ e a distância de 270m, chega-se ao marco M-10, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'47''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'58''$ S; deste marco, confrontando com os Quinhões 41, 42 e 43, por uma linha seca e reta, com o azimute de $110^{\circ}53'$ e a distância de 1.385m, chega-se ao marco M-11, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'01''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'14''$ S; deste marco, confrontando com o Quinhão 43, por uma linha seca e reta, com o azimute de $189^{\circ}53'$ e a distância de 245m, chega-se ao marco M-12, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'02''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'22''$ S; deste marco, confrontando com o Quinhão 03, por uma linha seca e reta, com o azimute de $241^{\circ}23'$ e a distância de 430m, chega-se ao marco M-13, situado na nascente do Arroio Paiolzinho, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}07'16''$ WGr e latitude de $25^{\circ}11'28''$ S; deste marco, seguindo o Arroio Paiolzinho, à jusante, chega-se em sua foz no Arroio do Paiol Velho; deste ponto, seguindo este arroio, à montante, chega-se ao marco M-14, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}08'15''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'51''$ S; deste marco, confrontando com o Quinhão 20, por uma linha seca e reta, com o azimute de $238^{\circ}30'$ e a distância de 820m, chega-se ao marco M-15, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}08'40''$ WGr e latitude $25^{\circ}12'04''$ S; deste marco, confrontando com o Quinhão 22, por uma linha seca e reta, com o azimute de $350^{\circ}30'$ e a distância de 920m, chega-se ao marco M-16, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}08'45''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'35''$ S; deste marco, confrontando ainda com o Quinhão 22, por uma linha seca e reta, com o azimute de $313^{\circ}00'$ e a distância de 1.530m, chega-se ao marco M-17, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}09'25''$ WGr e latitude $25^{\circ}11'01''$ S; deste marco, confrontando com o Quinhão 34, por uma li-

nha seca e reta, com o azimuth de 15°30' e a distância de 650m, chega-se ao marco M-18, situado na margem esquerda do Arroio do Paiol Velho, de coordenadas geográficas longitude de 52°09'18''WGr e latitude 25°10'40''S; deste marco, seguindo pela margem direita do Arroio do Paiol Velho, à jusante, chega-se ao marco M-01, ponto inicial da presente descrição: (Fonte de Referência: Folha SC-22-V-D-I MI 2836).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.033, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Sabiaguaba» e «Córrego do Roncador», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Amon-tada, no Estado do Ceará, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c», «d» e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Sabiaguaba» e «Córrego do Roncador», com a área de 864,5536 ha (oitocentos e sessenta e quatro hectares, cinquenta e cinco ares e trinta e seis centiares), situados no Município de Amon-tada, no

Estado do Ceará, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo, têm o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM: E=437.600,00m e N=659.980,00m, referidas respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa de terras de Agropecuária Alvoredo S/A e terras de Marinha; deste, seguem por linha seca, confrontando com terras de Marinha; com os seguintes azimutes planos e distâncias: 100°45'00" e 195,00m, até o ponto 2; 125°00'00" e 300,00m, até o ponto 3; 76°45'00" e 175,00m, até o ponto 4; 126°30'00" e 390,00m, até o ponto 5; 92°00'00" e 440,00m, até o ponto 6; deste, seguem por linha seca, confrontando com terras de José Miguel, João Soares e Agropecuária Alvoredo S/A., com os seguintes azimutes planos e distâncias: 197°45'00" e 5.730,00m, até o ponto 7; 281°45'00" e 1.580,00m, até o ponto 8; 19°15'00" e 5.900,00m, até o ponto 1; início da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta DSG, Folha SA. 24-Y-D-II, Escala 1:100.000, ano de 1972 e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.034, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Lagoa Verde», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d» e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Lagoa Verde», com a área de 854,3096 ha (oitocentos e cinquenta e quatro hectares, trinta ares e noventa e seis centiares), situado no Município de Canindé, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: «inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E=467.690,00m e N=9.499.520,00 referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa das terras de José Liberato Barroso e Edmar Pereira; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Edmar Pereira e terras da Faz. Ipueira da Vaca, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 130°34'00" e 1.769,00m, até o ponto 2; 168°00'00" e 1.470,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Faz. Suissa Ltda., com azimute plano de 237°00'00" e distância de 1.917,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Faz. Bom Jesus, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 282°00'00" e 1.635,00m, até o ponto 5; 334°15'00" e 830,00m, até o ponto 6, deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Liberato Barroso, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 364°30'00" e 460,00m, até o ponto 7; 49°15'00" e 580,00m, até o ponto 8; 28°45'00" e 1.900,00m, até o ponto 9; 87°00'00" e 544,00, até o ponto 1, início da descrição do perímetro. (Fontes de Referência: Carta DSG, Folha SB.24-V-B-VI — Quixadá-CE, Escala 1:100.000, ano 1974 e Certidões do CRI).»

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.035, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Gleba Boqueirão-II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canarana, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Gleba Boqueirão-II», com a área de 1.793,8031ha (um mil, setecentos e noventa e três hectares, oitenta ares e trinta e um centiares), situado no Município de Canarana, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia a descrição do perímetro no P-01, de coordenadas geográficas longitude 51º47'18"WGr e latitude 12º55'45"S, situado comum com as terras de Valfrido Ferreira Alves e junto de uma estrada vicinal, limite das terras de Luiz Carlos Leite; daí, segue por esta estrada vicinal, limite das terras de Luiz Carlos Leite, em direção leste, na distância de 5.300m, até o P-02, situado comum à referida estrada vicinal e com as terras de Ojildo Cancela; daí, segue com o rumo de 9º00'SW e distância de 2.800m, confrontando com as terras de Ojildo Cancela e com as terras de Jair Cachapuz, até o P-03, situado comum com as terras de Jair Cachapuz e com as terras de João Evangelista; daí, segue com o rumo de 80º00'NW e distância de 5.003m, confrontando com as terras de João Evangelista, até o P-04, situado comum com as

terras do confrontante e com as terras de Valfrido Ferreira Alves; daí, segue com o rumo de 9°00'NE e distância de 3.700m, confrontando com as terras de Valfrido Ferreira Alves, até o P-01, ponto inicial do perímetro descrito. (Fontes de Referências: Carta IGBE SD.22-V-B-V escala 1:100.000 de 1981; Certidão do Cartório do 1º Ofício da Comarca de São Félix do Araguaia).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.036, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio da Areia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Teixeira Soares, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1.º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos do artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Rio da Areia», com área de 582,40ha (quinhentos e trinta e dois hectares e quarenta ares), situado no Município de Teixeira Soares, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, de coordenadas geográficas longitude 50°22'45" WGr e latitude 25°28'16"S, situado na confluência dos Arroios Invernadinha e Palmital, segue à montante do Arroio Invernadinha, numa distância de 90,00m, até o marco 2; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Clotário Cardoso, com os seguintes azimutes e distâncias: 152°40' e 790,00m, até o marco 3; 90°45' e 260,00m, até o marco 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Clotário Cardoso e Manoel Merlin da Costa, com azimute de 77°48' e distância de 327,00m, até o marco 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Merlin da Costa, com azimute de 37°55' e distância de 378,00m, até o marco 6, cravado na margem esquerda do Arroio Invernadinha; deste, segue à montante do referido arroio, numa distância de 1.200,00m, até o marco 7, situado na confluência com uma sanga; deste, segue à montante da sanga, numa distância de 580,00m, até o marco 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Joanino B. Campolin, com azimute de 99°24' e distância de 145,00m, até o marco 9, cravado na margem de uma estrada; deste, segue pela estrada confrontando com terras de Joanino B. Campolin, numa distância de 510,00m, até o marco 10; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Joanino B. Campolin, com os seguintes azimutes e distâncias: 167°06' e 465,00m, até o marco 11; 235°28' e 215,00m, até o marco 12, cravado na margem de uma estrada; deste, segue pela estrada, confrontando com terras de Joanino B. Campolin, numa distância de 560,00m, até o marco 13, situado no cruzamento com uma sanga; deste, segue à montante da sanga, confrontando com terras de Joanino B. Campolin, numa distância de 708,00m, até o marco 14; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Lício Isfer, com os seguintes azimutes e distâncias: 252°12' e 85,00m, até o marco 15; 223°30' e 340,00m, até o marco 16; 266°23' e 330,00m, até o marco 17; 140°57' e 380,00m, até o marco 18; 154°03' e 280,00m, até o marco 19; 137°14' e 640,00m, até o marco 20; 221°20' e 370,00m, até o marco 21; 233°31' e 340,00m, até o marco 22; 273°30' e 305,00m, até o marco 23; 00°27' e 190,00m, até o marco 24, cravado na nascente do arroio dos Policenos; deste, segue à jusante do referido arroio, confrontando com terras de Lício Isfer, numa distância de 1.130,00m, até o marco 25; deste,

segue por linhas secas, confrontando ainda com terras de Lício Isfer, com os seguintes azimutes e distâncias: 25°26' e 96,00m, até o marco 26; 343°28' e 117,00m, até o marco 27, cravado na margem esquerda do Arroio do Palmital; deste, segue à jusante do referido arroio, confrontando com terras de Lício Isfer, Mamede Vaz e Emilio Januário, numa distância de 2.390,00m, até o marco 28, situado na confluência com uma sanga; deste, segue à montante da sanga, confrontando com terras de Emilio Januário, numa distância de 515,00m, até o marco 29; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Jorge de Almeida e Lourival Ferreira, com azimute de 335°00' e distância de 960,00m, até o marco 30; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Lourival Ferreira e Cia. Soparelli, com azimute de 89°48' e distância de 482,00m, até o marco 31, cravado na margem esquerda do Arroio do Palmital; deste, segue à jusante do referido arroio, confrontando com terras da Cia. Soparelli, numa distância de 622,00m, até o marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fonte de Referência: Carta Geográfica da DSG, Folha SG.22-J-II-3-Escala 1:50.000 — Ano 1966).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º d. República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.037, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Ariramba», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Irituia, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras «a», «b», «c» e «d», e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Ariramba», com a área de 8.699,1836ha (oito mil, seiscientos e noventa e nove hectares, dezoito ares e trinta e seis centiares), situado no Município de Irituia, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 47°30'02''WGr e latitude 02°05'16''S, situado na divisa da Fazenda Turmalina com a faixa de colonização; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 86°45'SE e distância de 6.600m, divisando com terras da Fazenda Turmalina e Fazenda Itapoã, até o P2; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 01°15'SW e distância de 13.200m, divisando com terras da Fazenda Agro-Industrial Vale do Capim e Lote «G», até o P3; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 86°45'NW e distância de 6.600m, divisando com terras da Fazenda Rio Jabuti, até o P4; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 01°15'NE e distância de 10.800m, divisando com terras da Colônia Oficial do Estado, até o P5; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 89°35'NE e distância de 70m, divisando com terras da Colônia Oficial do Estado, até o P6; daí, segue por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 00°25'NW e distância de 2.400m, divisando com terras da Colônia do Estado, até o P1, inicial da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta do Projeto RADAMBRASIL, folha SA.23-Y-A, Escala de 1:250.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969 e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.038, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987

Reabre ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.889, de 30 de dezembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, e em conformidade com o disposto no artigo 62, § 4º, ambos da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto, sob a forma anexa a este decreto, ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial, no valor de CZ\$ 7.374.000,00 (sete milhões, trezentos e setenta e quatro mil cruzados), autorizado pela Lei nº 7.572, de 23 de dezembro de 1986, aberto pelo Decreto nº 93.889, de 30 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

O anexo está publicado no D.O. de 19-2-87.

DECRETO Nº 94.039, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.150.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.150.000,00 (quarenta e cinco milhões, cento e cinquenta mil cruzados) para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

Os anexos estão publicados no D.O. de 19-2-87.

DECRETO Nº 94.040, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a criação da Delegacia do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, e tendo em vista o artigo 24 do Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintas a Representação Especial junto à Conferência do Desarmamento e a Representação Especial para Assuntos Jurídicos e de Direitos Humanos, ambas com sede em Genebra.

Art. 2º Fica criada, como Missão Diplomática permanente, a Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos, com sede em Genebra.

Art. 3º Transferem-se à Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos a competência e o inventário consignados aos escritórios do Representante Especial junto à Conferência do Desarmamento e do Representante Especial para Assuntos Jurídicos e de Direitos Humanos.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.041, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Irecil», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Araguacema, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Irecil», constituído pelos lotes nºs 29, 33 e 34, do Loteamento Rios Araguaia e Caiapó, 1ª Etapa, com a área de 2.716,0000ha (dois mil, setecentos e dezesseis hectares), situado no Município de Araguacema, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 49º45'46" WGr e latitude 09º06'47" S, situado à margem direita do Córrego Mato Grosso, confrontando com os lotes nºs 24 e 28; deste, segue pelo Córrego Mato Grosso, à montante, confrontando com o lote 28, por uma distância de 4.715m, até o P21, situado na margem direita do referido córrego; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com o lote 28, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 86ºSE e 235m, até o P22; 67º30'SE 1.970m, até o P23; 09º00'SW e 1.640m, até o P24; deste, segue por linha seca, confrontando com o Loteamento Rios Araguaia e Caiapó, 2ª Etapa, com os seguintes rumos magnéticos e distân-

cias: 84°39'NW e 2.620m, até o P25, situado na margem direita do Córrego Mato Grosso; 90°00'W e 585m, até o P26; 76°00'SW e 760m, até o P27, de coordenadas geográficas longitude 49°48'27''WGr e latitude 09°10'06''S; 29°00'NW e 1.420m, até o P28; 45°00'NW e 3.160m, até o P29, de coordenadas geográficas longitude 49°50'09''WGr e latitude 09°08'19''S; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 32, no rumo magnético de 45°00'NE e distância de 2.300m, até o P30; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 31, no rumo magnético de 45°00'NE e distância de 700m, até o P31; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 30, com os seguintes rumos magnéticos e distâncias: 64°00'SE e 1.924m, até o P43; 83°30'SE e 610m, até o P42; 35°00'NE e 780m, até o P41; 48°00'NE e 530m, até o P40, situado à margem de uma estrada carroçável; deste, segue pela estrada carroçável, com a distância de 3.260m, até o P1, início da descrição deste perímetro (Fontes de Referência: Carta planimétrica da Diretoria de Serviços Geográficos, Folha SC-22-X-C-III, Escala 1:100.000, ano 1979; mapa topográfico e extratos cartoriais).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.042, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre reajustes dos contratos em vigor, firmados com a Administração Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 35, § 2º, do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, no Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986, e no artigo 55, item II, alínea d, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Os contratos em vigor, firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, ainda não reajustados e que tenham por objeto a realização de obras, a venda de bens para a entrega futura ou a prestação de serviços contínuos ou futuros, poderão ter reajustamentos a partir de 1º de janeiro de 1987.

§ 1º A aplicação da cláusula de reajuste far-se-á com base nos índices estabelecidos nos respectivos contratos, observada a variação ocorrida:

a) desde 1º de março de 1986, em relação àqueles celebrados anteriormente a essa data;

b) a partir da data-base pactuada para os reajustes, em relação aos demais contratos.

§ 2º Na hipótese de ter havido alteração ou supressão da cláusula de reajuste, as partes contratantes poderão restabelecê-la, prevalecendo, nesse caso, os índices e demais condições de reajuste originalmente estabelecidos.

§ 3º Nos contratos que não contenham cláusula de reajuste de preços, as partes poderão incluí-la, desde que se proceda ao reajuste, previsto no *caput* deste artigo, de conformidade com a variação da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN, ocorrida desde a data de apresentação da proposta que lhes deu origem, observadas as disposições do parágrafo seguinte.

§ 4º Os reajustes subseqüentes ao previsto neste artigo deverão ser efetivados nas datas fixadas no contrato ou, na hipótese de contratos sem cláusula de reajuste de preços, em datas que venham a ser livremente pactuadas entre as partes e segundo índices que reflitam a variação dos custos de produção.

§ 5º Os reajustes dos contratos vinculados à Obrigação do Tesouro Nacional — OTN, deverão observar a variação de que trata o artigo 6º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.311, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

João Sayad

DECRETO Nº 94.043, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Argentina e Brasil (Acordo nº 1).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários de Argentina e Brasil, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 28 de outubro de 1986, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Argentina e Brasil (Acordo nº 1),

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/80, subscrito entre Argentina e Brasil (Acordo nº 1), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará por um prazo de seis meses, contados a partir de 6 de novembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O protocolo está publicado no D.O. de 23-2-87.

DECRETO Nº 94.044, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Uruguai (Acordo nº 35).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários de Brasil e Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 30 de setembro de 1986, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Uruguai (Acordo nº 35),

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Uruguai (Acordo nº 35), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará a partir de 1º de outubro de 1986 até 31 de dezembro de 1991.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 23-3-87.

DECRETO Nº 94.045, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o Banco Meridional do Brasil S.A., a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Banco Meridional do Brasil S.A., autorizado a promover o aumento do capital social de CZ\$ 1.940.842.247,90 (um bilhão, novecentos e quarenta milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e sete cruzados e noventa centavos) para CZ\$

3.321.721.175,00 (três bilhões, trezentos e vinte e um milhões, setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e cinco cruzados), mediante subscrição particular de novas ações.

Parágrafo único. A União subscreverá as novas ações com a utilização e até o limite do saldo dos créditos existentes na conta depósito de acionista para futuro aumento de capital.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.046, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 75.911, de 26 de junho de 1975, que fixa a lotação dos Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõe o Decreto-lei nº 9.825, de 10 de setembro de 1946 e a Lei nº 437, de 16 de outubro de 1948,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º, do Decreto nº 75.911, de 26 de junho de 1975, alterado pelos Decretos nºs 77.115, de 5 de fevereiro de 1976; 80.722, de 10 de novembro de 1977; 81.636, de 8 de maio de 1978; 84.088, de 16 de outubro de 1979; 84.993, de 5 de agosto de 1980; 85.523, de 16 de dezembro de 1980; 86.780, de 23 de dezembro de 1981; 86.882, de 28 de janeiro de 1982; 86.899, de 4 de fevereiro de 1982; 86.914, de 15 de fevereiro de 1982; 86.959, de 25 de fevereiro de 1982; 88.313, de 18 de maio de 1983 e 88.370, de 7 de junho de 1983, passa a vigorar acrescido da letra I e do § 12º, com a seguinte redação:

«Art. 1º
.....

I) República Popular da China — um (1) Oficial Superior da Marinha ou do Exército ou da Aeronáutica, do posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou equivalente, em sistema de rodízio, como Adido das Forças Armadas.
.....

§ 12. O Adido das Forças Armadas na República Popular da China disporá de um Adjunto, de uma das três Forças Sin-

gulares, em sistema de rodízio, do posto de Capitão-de-Fragata ou equivalente.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o Decreto nº 92.647, de 14 de maio de 1986, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.047, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Outorga concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tuntum, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004327/86 (Edital nº 133/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tuntum, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.048, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Gleba Bandeirantes», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Félix do Araguaia, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Gleba Bandeirantes», com a área de 8.163,0000ha (oito mil, cento e sessenta e três hectares), situado no Município de São Félix do Araguaia, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 51º24'51" WGr e latitude 11º41'19" S, cravado em comum com a Agropecuária Suiá-Missu e Gleba Domingos Marques; deste, segue por linha seca, divisando com a Gleba Domingos Marques, com o rumo de 88º30' NE e distância de 10.300m, até o P2, cravado na divisa comum com a Gleba Domingos Marques e terras de Delduque de Oliveira; deste, segue por linha seca, divisando neste alinhamento com terras de Delduque de Oliveira e Termozires Guimarães Machado, com o rumo de 05º30' SE e distância de 6.650m, até o P3, cravado na divisa comum com Termozires Guimarães Machado e terras de Nelson Mariano; deste, segue por linha seca, divisando com Nelson Mariano com os se-

guintes rumos e distâncias: 84°30' SW e 1.900m, até o P4; 05°15' SE e 2.200m, até o P5, cravado em comum com Nelson Mariano e Gleba Azulona-Gameleira; deste, segue por linha seca, divisando com a Gleba Azulona-Gameleira, com o rumo de 71°00' SW e distância de 800m, até o P6, cravado em comum com a Gleba Azulona-Gameleira e terras de Antônio Pereira de Aquino; deste, segue por linha seca, divisando com Antônio Pereira de Aquino, com o rumo de 05°30' NW e distância de 3.300m, até o P7, cravado na divisa de Antônio Pereira de Aquino; deste, segue por linha seca, dividindo neste alinhamento com terras do referido Antônio Pereira de Aquino e terras de João José de Araújo, com o rumo de 89°00' NW e distância de 2.100m, até o P8, cravado na divisa de João José de Araújo; deste, segue por linha seca, divisando com o referido João José de Araújo, com o rumo de 05°15' SE e distância de 4.000m, até o P9, cravado em comum com João José de Araújo e Gleba Azulona-Gameleira; deste, segue por linha seca, divisando com a Gleba Azulona-Gameleira, com o rumo de 71°00' SW e distância de 5.800m, até o P10, cravado em comum com a Gleba Azulona-Gameleira e Agropecuária Suiá-Missu; deste, segue por linha seca, divisando com a Agropecuária Suiá-Missu, com o rumo de 04°30' NW e distância de 3.800m, até o P11, cravado em comum com a Agropecuária Suiá-Missu e terras de Aldecides Milhomem Sirqueira; deste, segue por linha seca, divisando com o referido Aldecides Milhomem Sirqueira, com os seguintes rumos e distâncias: 82°00' SE e 4.550m, até o P12; 06°00' NW e 700m, até o P13; 68°00' NW e 4.900m, até o P14, cravado em comum com Aldecides Milhomem Sirqueira e a Agropecuária Suiá-Missu; deste, segue por linha seca, divisando com a Agropecuária Suiá-Missu, com o rumo de 04°30' NW e distância de 5.800m, até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro. Deste perímetro foi deduzida a área de 137,0000ha (cento e trinta e sete hectares), referente a faixa de domínio da BR-242 e estrada municipal Alto da Boa Vista — Serra Nova. (Fontes de referência: Carta RADAMBRASIL SC.22-Y-D, escala 1:250.000, ano 1981, vistoria de campo, título expedido pelo Estado de Mato Grosso e Certidões cartoriais).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº

4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.049, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre aumento do capital social da Companhia Eletromecânica — CELMA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia Eletromecânica CELMA, empresa de Economia Mista, autorizada a elevar o seu capital social de CZ\$ 213.416.531,81 para CZ\$ 220.878.981,94, mediante a incorporação de saldo de dividendos do exercício de 1985, no valor de CZ\$ 6.962.450,13, dos quais a União participa com 87,1844%, equivalente a CZ\$ 6.070.170,37.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.050, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Retifica dispositivos do Decreto nº 89.710, de 28 de maio de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º Ficam retificadas no Decreto nº 89.710, de 28 de maio de 1984 as redações dos artigos adiante indicados:

«Art. 1º

Parágrafo único.

.....

Área que consta pertencer a Espólio de Osvaldino Comim. Partindo do marco 19, de coordenadas UTM E=250.547,070 e N=6.713.239,390, com um lance reto de 121,554m e azimute de 88°04'52'', até o marco 18; e daí, seguindo com um lance reto de 38,446m e azimute de 88°34'00'', até o marco 17A; e daí, seguindo com um lance reto de 75,00m e azimute de 191°35'00'', até o marco 17B; e daí, seguindo com um lance reto de 111,00m e azimute de 259°30'00'', até o marco 17C; e daí, seguindo com um lance reto de 34,427m e azimute de 282°55'21'', até o marco 19A; e daí, seguindo com um lance reto de 81,00m e azimute de 358°28'11'', até o marco 19. Ponto de partida, completando a área a ser adquirida num total de 12.407,03m².

Área que consta pertencer a Santo Meschino Dornelles. Partindo do marco M4, de coordenadas UTM E=250.840,457 e N=6.713.514,481, com um lance reto de 100,001m e azimute de 88°23'32'', até o marco M4.2, e daí, seguindo com um lance reto de 150,00m e azimute de 88°23'32'', até o marco M4.2A; e daí, seguindo com um lance reto de 365,388m e azimute de 221°33'02'', até o marco 16; e daí, seguindo com um lance reto de 266,538m e azimute de 358°22'38'', até o marco M4, ponto de partida, completando a área a ser adquirida num total de 33.317,20m².

Área que consta pertencer a José Armindo Pincolini. Partindo do marco M3, de coordenadas UTM E=250.539,481 e N=6.713.506,132, com um lance reto de 262,76m e azimute de 358°20'12'', até o marco 7; e daí, seguindo com um lance reto de 401,269m e azimute de 88°14'52'', até o marco 8A; e daí, seguindo com um lance reto de 263,87m e azimute de 178°22'20'', até o marco M4.2; e daí, seguindo com um lance reto de 100,001m e azimute de 268°23'32'', até o marco M4; e daí, seguindo com um lance reto de 132,202m e azimute de 268°23'31'', até o marco M3.1; e daí, seguindo com um lance reto de 168,89m e azimute de 268°25'34'', até o marco M3. Ponto de partida, completando a área a ser adquirida num total de 105.649,00m².

.....

Art. 2º Destinam-se as áreas de terra de que trata o artigo anterior à implantação do Centro Diretor Aerotático de Santa

Maria, conforme consta do Processo n.º 35-01/R-265/84, do Ministério da Aeronáutica.

.....
 Art. 4º Na forma do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a presente desapropriação é declarada de urgência, para efeito de imediata imissão de posse.»

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, mas mantidas as demais constantes do Decreto nº 89.710, de 28 de maio de 1984.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.051, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Prorroga o prazo fixado no § 2º do artigo 1º do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, que dispõe sobre a requisição de servidores para a Superintendência Nacional do Abastecimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que as atividades de fiscalização afetas à Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, vêm ultrapassando as previsões estabelecidas no Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986;

Considerando que há necessidade de ampliação dos mecanismos de fiscalização, para atender a essa demanda de trabalho, como suporte do Plano de Estabilização Econômica, implantado pelo Governo;

Considerando que, para tanto, é necessária a continuidade do processo de requisição de servidores;

DECRETA :

Art. 1º O prazo a que alude o § 2º do artigo 1º do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, fica prorrogado para 31 de dezembro de 1987.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.052, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Reduz a alíquota do IPI dos produtos que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, inciso I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reduzidas para 1% (um por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre os veículos automotores classificados segundo os códigos da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983, mediante a criação dos destaques («ex») a seguir indicados:

87.02.01.01	— com motor a gasolina até 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE).	
«ex»	— para patrulhamento policial	1%
87.02.01.02	— com motor a gasolina acima de 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE).	
«ex»	— para patrulhamento policial	1%
87.02.01.03	— com motor a álcool até 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE).	
«ex»	— para patrulhamento policial	1%
87.02.01.04	— com motor a álcool acima de 100 CV (100 HP) de potência bruta (SAE).	
«ex»	— para patrulhamento policial	1%
87.02.03.03	— camionetas, furgões, «pick-ups» e semelhantes.	
«ex»	— para patrulhamento policial	1%

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.053, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1987

Revoga o artigo 30 do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974, que regulamenta a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o artigo 30 do Decreto nº 74.170, de 10 de junho de 1974.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Roberto Figueira Santos

DECRETO Nº 94.054, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede na Avenida Generalíssimo Deodoro, 413, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo MJ nº 71.079/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bento Gonçalves, com sede na Avenida Planalto, 914, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 78.313/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande, com sede na Avenida Joana D'Arc, 1.450, na cidade de

Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo MJ nº 55.652/75);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carangola, com sede na Rua Abílio Ramalho, 149, na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 50.397/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede na Rodovia Pedro Cola, Km 02, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo (Processo MJ nº 20.520/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumbá, com sede na Rua Manoel Cavassa, s/nº, na cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo MJ nº 05.772/76);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Descalvado, com sede na Rua Dr. Vitório Amadeu Casati, 26, na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 62.989/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estância Velha, com sede na Rua Portão, 953, na cidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 28.969/80);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis, com sede na Rua Geral de Itacorubi, s/nº, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 25.624/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Norato, com sede na Alameda Nogueira, 44, na cidade de Francisco Norato, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 19.426/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garanhuns, com sede na Rua José Ferreira Leal, 90, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco (Processo MJ nº 79.432/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioerê, com sede na Rua Salvador, s/nº, na cidade de Goioerê, Estado do Paraná (Processo MJ nº 40.583/78);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia, com sede na Rua Alfa, 240, na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 28.490/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibaté, com sede na Rua Santa Iria, 159, na cidade de Ibaté, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 30.652/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Dr. José Lourdes Salgado Scarpa, s/nº, na cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 59.524/75);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede na Rua Dr. Clementino Puppi, 253, na cidade de Jandaia do Sul, Estado do Paraná (Processo MJ nº 74.912/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaquim Távora, com sede na Rua Munhoz da Rocha, s/nº, na cidade de Joaquim Távora, Estado do Paraná (Processo MJ nº 18.847/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Manoel Lobato, 210, na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 27.697/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, com sede na Rua Anísio Ribás Bueno, s/nº, na cidade de Londrina, Estado do Paraná (Processo MJ nº 24.274/78);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lorena, com sede na Rua Wenceslau Brás, 300, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 53.663/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macatuba, com sede na Rua Arlindo Batista Artioli, 3-20, na cidade de Macatuba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 26.967/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macau, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 303, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte (Processo MJ nº 07.616/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marília, com sede na Rua Raul Torres, 70, na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 72.761/75);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Azul Paulista, com sede na Rua Rui Barbosa, 479, na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 01.593/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira, com sede na Rua Bento Luiz Costa, 14, na cidade de Palmeira, Estado do Paraná (Processo MJ nº 17.152/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas, com sede na Rua Inocêncio III, 340, na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 21.471/84);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pindamonhangaba, com sede na Praça Emílio Ribas, 34, na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 32.513/80);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prata, com sede na Rua Carlos Camargo, s/nº, na cidade de Prata, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 23.391/80);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirajuí, com sede na Rua Ana Jarvis, 955, na cidade de Pirajuí, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 21.377/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Presidente Prudente, com sede na Rua David Cerqueira Leite, 261, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 03.757/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão, com sede na Rua Dib Tedde, 55, na cidade de Rincão, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 37.051/81);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sant'ana do Livramento, com sede na Rua Vasco Alves, 434, na cidade de Sant'ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 16.510/75);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz do Rio Pardo, com sede na Rua Francisco Sanson, s/nº, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 58.266/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Padre Antônio, 155, na cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 63.572/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede na Rua Uruguai, 250, na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 78.383/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Avenida Monteiro Lobato, 396, na cidade de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 20.093/84);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Granja Barreto, s/nº, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão (Processo MJ nº 77.785/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Roque, com sede na Rua São Paulo, 355, na cidade de São Roque, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 08.498/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taquaritinga, com sede na Avenida Celso de Camargo, 510, na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 28.006/78);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tatui, com sede na Marginal Dr. Olavo Ribeiro de Souza, s/nº, na cidade de Tatui, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 01.127/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otoni, com sede na Rua Ana Amália, 396, na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 17.262/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torres, com sede na Avenida do Riacho, 207, na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 26.701/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Rui Barbosa, 468, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 59.064/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberlândia, com sede na Rua Tiradentes, 485, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 56.592/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubiratã, com sede na Avenida Dr. Clodoaldo de Oliveira, s/nº, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná (Processo MJ nº 25.625/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vacaria, com sede na Rua General Osório, 80, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 59.270/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valinhos, com sede na Rua Itália, 267, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 21.857/81); e

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valparaíso, com sede na Rua Comendador Geremias Lunardelli, 147, na cidade de Valparaíso, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 21.376/86).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.055, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do

regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Irmandade de Misericórdia de Tapiratiba, com sede na Rua 7 de Setembro, 436, na cidade de Tapiratiba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 40.983/80);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aguai, com sede na Rua Alexandro de Alencar, 37, na cidade de Aguai, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 23.355/74);

Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Cerquilho, com sede na Rua 7 de Setembro, 641, na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 21.461/86);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guarulhos, com sede na Rua José Maurício de Oliveira, 191, na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 14.440/76);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Oliveira, com sede na Praça Dona Manoelita Chagas, 191, na cidade de Oliveira, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 21.358/73);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pirajui, com sede na Avenida Rui Barbosa de Lima, 746, na cidade de Pirajui, Estado de São Paulo (Processo nº 50.644/73);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas, com sede na Praça Francisco Escobar, s/nº, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 35.445/73);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, com sede na Rua Isabel Schimidt, 59, na cidade de Santo Amaro, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 04.894/71);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Santo Antonio de Jesus, com sede na Rua Luiz Argollo, 128, na cidade de Santo Antonio de Jesus, Estado da Bahia (Processo MJ nº 77.775/77);

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Urânia, com sede na Rua da Glória, 218, na cidade de Urânia, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 78.466/77);

Santa Casa de Misericórdia de Andradadas, com sede na Rua Capitão Cirylo, 668, na cidade de Andradadas, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 25.337/72);

Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Belmonte, com sede na Praça da Matriz, 127, na cidade de Belmonte, Estado da Bahia (Processo MJ nº 11.917/74);

Santa Casa da Misericórdia de Bocaina, com sede na Rua Cerqueira César, 239, na cidade de Bocaina, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 10.689/73);

Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Cachoeira, com sede na Praça Dr. Aristides Milton, s/nº, na cidade de Cachoeira, Estado da Bahia (Processo MJ nº 06.394/74);

Santa Casa de Misericórdia de Guará, com sede na rua José Calazans, 40, na cidade de Guará, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 18.266/74);

Santa Casa de Misericórdia de Guararapes, com sede na Avenida Marechal Floriano, 1602, na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 07.249/74);

Santa Casa de Misericórdia de Guararema, com sede na Praça Dr. Botelho Egas, 11, na cidade de Guararema, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 79.070/77);

Santa Casa de Misericórdia de Miguelópolis, com sede na Rua José Jacob Daur, 925, na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 28.439/85);

Santa Casa de Misericórdia de Piedade, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, 154, na cidade de Piedade, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 31.788/73);

Santa Casa de Misericórdia de Sabará, com sede na Rua Francisco de Assis Pereira, 55, na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 35.556/73);

Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, com sede na Praça Cônego Hermogenes, 2, na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 04.538/74);

Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo, com sede na Avenida Dr. Cyro de Mello Camarinha, 530, na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 55.798/71);

Santa Casa de Misericórdia de São Bento do Sapucaí, com sede na Praça General Marcondes Salgado, 34, na cidade de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 54.170/73); e

Santa Casa de Nova Andradina, com sede na Rua Walter Hubacher, 1943, na cidade de Nova Andradina, Estado do Mato Grosso do Sul (Processo MJ nº 13.817/70).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.056, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Saint George's, Granada, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Embaixada do Brasil em Saint George's, Granada, passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Georgetown, República Cooperativista da Guiana.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 2º do Decreto nº 78.227, de 12 de agosto de 1976.

Brasília, 25 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.057, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Saint John's, Antígua e Barbuda, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Embaixada do Brasil em Saint John's, Antígua e Barbuda, passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 2º do Decreto nº 86.947, de 17 de fevereiro de 1982.

Brasília, 25 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.058, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987

Cria a Embaixada do Brasil em Mogadíscio, República Democrática da Somália.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Embaixada do Brasil em Mogadíscio, República Democrática da Somália.

Art. 2º A missão diplomática de que trata o artigo anterior será cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nairobi, República do Quênia.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.059, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Informática de Lins.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.010531/85-09 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Informática de Lins, mantida pela Fundação Paulista de Tecnologia e Educação, com sede na cidade de Lins, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.060, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1987

Define a atualização «pro rata temporis» e a conversão para cruzados dos saldos das obrigações com cláusula de reajuste monetário no primeiro dia do trimestre civil, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os saldos devedores de financiamentos, existentes em 28 de fevereiro de 1986, vinculados à aquisição ou construção de unidades residenciais, para uso próprio, que tenham garantia de cobertura pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS, serão convertidos para cruzados, tomando-se por base os valores daquela data, de acordo com os critérios estabelecidos pelo artigo 3º do Decreto nº 92.492, de 25 de março de 1986, com as modificações introduzidas pelos Decretos nºs 92.591, de 25 de abril de 1986, e 93.598, de 21 de novembro de 1986.

Parágrafo único. Esta disposição aplica-se, também, às parcelas dos saldos devedores de empréstimos e refinanciamentos concedidos pelo extinto BNH a seus agentes financeiros ou promotores, que tenham sido aplicados nas operações referidas neste artigo.

Art. 2º A aplicação do critério de conversão definido pelo artigo 3º do Decreto nº 92.492, de 25 de março de 1986, com as modificações introduzidas pelos Decretos nºs 92.591, de 25 de abril de 1986 e 93.598, de 21 de novembro de 1986, não poderá alcançar os efeitos gerados pelas amortizações extraordinárias ou liquidações antecipadas, efetuadas a partir de 1º de março de 1986 e até 24 de novembro de 1986.

Parágrafo único. As parcelas dos saldos devedores dos contratos de empréstimos e refinanciamentos concedidos pelo extinto BNH e seus agentes financeiros ou promotores, existentes em 28 de fevereiro de 1986, relativas às amortizações extraordinárias ou liquidações antecipadas, a que se refere este artigo, serão convertidas para cruzados, naquela data, de acordo com o seguinte procedimento:

I — divide-se o saldo devedor em 28 de fevereiro de 1986, pelo valor nominal da UPC de 1º de janeiro de 1986, obtendo-se, assim, o saldo devedor expresso em UPC;

II — multiplica-se o saldo devedor expresso em UPC pelo valor, constante da tabela anexa ao Decreto nº 92.591, de 25 de abril de 1986, relativo à data de reajustamento do contrato, entendida esta como sendo o dia, em cada trimestre civil, que corresponde à data de sua celebração.

Art. 3º O § 2º do artigo 9º do Decreto nº 92.492, de 25 de março de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 9º

§ 2º Os contratos com reajustamentos vinculados à variação da UPC passam igualmente a ser reajustados com base na OTN, adotando-se para o reajuste de que trata o parágrafo anterior, nesses contratos, a variação do valor nominal da OTN ocorrida de 1º de março de 1986 a 1º de março de 1987.»

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o inciso III, do artigo 3º do Decreto nº 92.492, de 25 de março de 1986, na redação dada pelo Decreto nº 92.591, de 25 de abril de 1986.

Brasília, 26 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Deni Lineu Schwartz

João Sayad

DECRETO Nº 94.061, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1987

Regulamenta o artigo 15 e seguintes da Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, que criou o Conselho Superior de Censura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Superior de Censura, instituído pelo artigo 15 da Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968, com sede em Brasília, compõe-se de um representante:

- I — do Ministério da Justiça;
- II — do Ministério das Relações Exteriores;
- III — do Ministério das Comunicações;
- IV — do Conselho Federal de Cultura;
- V — do Conselho Federal de Educação;
- VI — do Instituto Nacional de Artes Cênicas;
- VII — da Empresa Brasileira de Filmes;
- VIII — da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor;
- IX — da Academia Brasileira de Letras;

- X — da Associação Brasileira de Imprensa;
- XI — dos Autores Teatrais;
- XII — dos Autores de Filmes;
- XIII — dos Produtores Cinematográficos;
- XIV — dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões Públicas; e
- XV — dos Autores de Radiodifusão.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho terá um suplente.

Art. 2º Os membros do Conselho e seus suplentes, preferencialmente residentes em Brasília, serão indicados pelos órgãos mencionados no artigo anterior, e designados pelo Ministro da Justiça, dentre portadores de diploma de nível universitário, devidamente registrado, preferentemente dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia.

§ 1º A entidade levará em conta, na indicação do seu representante, os requisitos de representatividade e de experiência específica.

§ 2º Quando as entidades relacionadas no artigo anterior não estiverem legalmente organizadas, com jurisdição em todo o território nacional, o Ministro da Justiça poderá designar os respectivos representantes e suplentes, independentemente de indicação.

§ 3º O Conselho será presidido por um dos seus membros, escolhido e designado pelo Ministro da Justiça e, nas faltas ou impedimentos deste, pelo representante do Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º O Presidente do Conselho designará um Secretário Executivo, cujas atribuições serão fixadas no Regimento do Órgão.

Art. 3º Os membros do Conselho e respectivos suplentes terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, a critério do Ministro da Justiça.

Parágrafo único. Perderá o mandato o membro do Conselho que, no semestre, deixar de comparecer, sem motivo justificado, a três reuniões sucessivas, ou a cinco intercaladas, independentemente de justificacão.

Art. 4º O Conselheiro poderá licenciar-se por prazo não superior a noventa dias.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo dependerá de autorização do colegiado.

Art. 5º Ao Conselho Superior de Censura compete:

- I — rever, em grau de recurso, as decisões finais relativas à censura de espetáculos e diversões públicas, proferidas pelo Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

II — elaborar normas e critérios que orientem o exercício da censura, submetendo-os à aprovação do Ministro da Justiça.

Art. 6º O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, mediante convocação do Presidente ou de um terço de seus membros, com a indicação da relevância da matéria a ser incluída na ordem do dia.

§ 1º As sessões do Conselho somente serão realizadas presente a maioria de seus membros, mas as decisões poderão ser tomadas pela maioria dos presentes.

§ 2º As sessões do Conselho serão públicas, tornando-se, porém, por decisão justificada da maioria dos Conselheiros, sigilosas.

Art. 7º Poderão ser autorizados a comparecer às sessões representantes de entidades interessadas, os quais, sem direito a voto, participarão dos debates.

Art. 8º As decisões reiteradas do Conselho Superior de Censura poderão ser reunidas em súmulas, para aplicação em casos análogos.

Art. 9º Das decisões proferidas nos recursos será dada ciência aos interessados, pessoalmente ou mediante publicação no *Diário Oficial* da União.

Art. 10. De decisão não unânime do Conselho caberá recurso para o Ministro da Justiça, no prazo de quinze dias, contados da data do conhecimento da decisão.

Art. 11. É assegurada ao interessado certidão do inteiro teor de decisão referente à censura de obra teatral ou cinematográfica.

Art. 12. Qualquer recurso regularmente interposto será apreciado e decidido no prazo de trinta dias.

Art. 13. Para efeito de concessão de pagamento da gratificação de presença a seus membros, nos termos da Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971, e do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, o Conselho Superior de Censura é classificado como órgão de deliberação coletiva de 2º grau.

Art. 14. No prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação do presente decreto, o Conselho proporá projeto de seu Regimento Interno ao Ministro da Justiça, que o expedirá.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 87.325, de 24 de junho de 1982.

Brasília, 26 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.062, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Fixa novo salário mínimo para todo território nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 116, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

D E C R E T A :

Art. 1º O salário mínimo fixado pelo artigo 17 do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, fica estipulado em CZ\$ 1.368,00 (um mil trezentos e sessenta e oito cruzados), em todo território nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no artigo 82, da Consolidação das Leis do Trabalho, os percentuais de descontos serão os constantes do anexo.

Art. 2º Aplicam-se ao salário mínimo os reajustamentos automáticos previstos no artigo 21 do Decreto-lei nº 2.284/86.

Art. 3º Para os menores aprendizes de que trata o artigo 80, e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, o salário mínimo corresponderá ao valor de meio salário mínimo durante a primeira metade da duração máxima prevista para o aprendizado do respectivo ofício. Durante a segunda metade do aprendizado o salário mínimo será correspondente a dois terços do valor do salário mínimo.

Art. 4º Para todos os trabalhadores que tenham fixado por lei o máximo da jornada diária em menos de oito horas, o salário mínimo horário será igual ao do anexo multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 5º O presente decreto entra em vigor em 1º de março de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Almir Pazzianotto Pinto

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 94.062,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

O Salário Mínimo em Moeda Corrente para o Trabalhador Adulto
Calculado na Base de 30 Dias ou 240 Horas de Trabalho

SALÁRIO MÍNIMO MENSAL:	CZ\$ 1.368,00
SALÁRIO MÍNIMO DIÁRIO:	CZ\$ 45,60
SALÁRIO MÍNIMO HORÁRIO:	CZ\$ 5,70

Unidade da Federação	Percentagem do salário mínimo para efeito de desconto até a ocorrência de 70% de que trata o artigo 82 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.				
	Percentuais (%)				
Regiões	Alimen- tação	Habita- ção	Vestuá- rio	Higie- ne	Trans- porte
1º Reg. Estado do Acre	50	29	11	9	1
2º Reg. Estado do Amazonas, Rondônia e Território de Roraima	43	23	23	5	6
3º Reg. Estado do Pará e Território Federal do Amapá	51	24	16	5	4
4º Reg. Estado do Maranhão	49	29	16	5	1
5º Reg. Estado do Piauí	53	26	13	6	2
6º Reg. Estado do Ceará	51	30	11	5	3
7º Reg. Estado do Rio Grande do Norte	55	27	11	6	1
8º Reg. Estado da Paraíba	65	27	12	5	1
9º Reg. Estado de Pernambuco e Território Federal de Fernando de Noronha	65	27	8	5	5
10º Reg. Estado de Alagoas	56	27	10	6	1
11º Reg. Estado de Sergipe	53	34	8	4	1
12º Reg. Estado da Bahia	54	30	10	5	1
13º Reg. Estado de Minas Gerais	54	28	11	6	1
14º Reg. Estado do Espírito Santo	51	31	12	5	1
15º Reg. Estado do Rio de Janeiro	50	25	13	6	6
16º Reg. Estado de São Paulo	43	33	14	6	4
17º Reg. Estado do Paraná	55	24	14	6	1
18º Reg. Estado de Santa Catarina	57	24	13	5	1
19º Reg. Estado do Rio Grande do Sul	44	24	22	7	3
20º Reg. Estado do Mato Grosso e Mato Gros- so do Sul	49	29	15	7	—
21º Reg. Estado de Goiás	51	22	21	6	—
22º Reg. Distrito Federal	50	25	13	6	6

DECRETO Nº 94.063, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Baixo Açu», nos Municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras a e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, titulada a diversos particulares, com aproximadamente 8.654,4500ha (oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro hectares e quatro mil e quinhentos centiares), abrangida pelo Projeto de Irrigação «Baixo Açu», localizado nos Municípios de Ipanguaçu, Afonso Bezerra e Alto do Rodrigues; Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a planta constante do Processo PRONI nº 43000.100137/87-73, necessária à conclusão das obras da primeira etapa do referido Projeto e assim descrita: O Polígono tem seu início no ponto zero, localizado no RN nº 445-R do IBGE de coordenadas (UTM) de Latitude 9.401.500m e Longitude 741.350, à margem da rodovia RN-118. Neste ponto zero toma-se o azimute 32º30' e segue-se a uma distância de 1.250m até encontrar o ponto 1; neste faz-se um ângulo interno de 264º10' e segue-se a uma distância de 700m até encontrar o ponto 2; neste faz-se um ângulo interno de 214º05' e segue-se a uma distância de 1.680m até encontrar o ponto 3; neste faz-se um ângulo interno de 112º25' e segue-se a uma distância de 570m até encontrar o ponto 4; neste faz-se um ângulo interno de 67º55' e segue-se a uma distância de 1.940m até encontrar o ponto 5; neste faz-se um ângulo interno de 204º25' e segue-se a uma distância de 1.700m até encontrar o ponto 6; neste faz-se um ângulo interno de 213º15' e segue-se a uma distância de 3.250m até encontrar o ponto 7; neste faz-se um ângulo interno de 138º45' e segue-se a uma distância de 2.440m até encontrar o ponto 8; neste faz-se um ângulo interno de 221º15' e segue-se a uma distância de 1.220m até encontrar o ponto 9; neste faz-se um ângulo interno de 90º00' e segue-se a uma distância de 1.600m até encontrar o ponto 10; neste faz-se um ângulo interno de 90º00' e segue-se a uma distância de 2.020m até encontrar o ponto 11; neste faz-se um ângulo interno de 236º30' e segue-se a uma distância de 1.740m até encontrar o ponto 12; neste faz-se um ângulo interno de 302º35' e segue-se a uma distância de 4.380m até encontrar o ponto 13; neste faz-se um ângulo interno de 124º20' e segue-se a uma distância de 2.760m até encontrar o ponto 14; neste faz-se um ângulo interno de 90º00' e segue-se a uma distância de 5.450m até encontrar o ponto 15; neste faz-se um ângulo interno de 195º40' e segue-se a uma distância de 3.720m até encontrar o ponto 16; neste faz-se um ângulo interno de 75º50' e segue-se a uma distância de 6.900m até encontrar o ponto 17; neste faz-se um ângulo interno de 162º35' e segue-se a uma distância de 3.160m até encontrar o ponto 18; neste faz-se um ângulo interno de 108º45' e segue-se a uma distância de 2.030m até encontrar o ponto 19; neste faz-se um ângulo interno de 277º20' e segue-se a uma distância de 3.700m até encontrar o ponto zero, inicial do Polígono de coordenadas (UTM) Latitude 9.401.500m e Longitude 741.350m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 8.654.45ha.

Art. 2º Fica excluída da declaração de utilidade pública e interesse social a área de terra pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte (trecho da Estrada RN-118 com 8 hectares), que se localiza no Polígono descrito no artigo anterior.

Art. 3º É o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.064, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos situados no Município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, destinados à implantação de uma Unidade de Detecção do Sistema DACTA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, alínea a, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e o que consta no Processo MAer nº 35-01/3942/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel abaixo descrito e suas respectivas benfeitorias, no total de 261.777,12m² (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta e sete metros quadrados e doze decímetros quadrados) situado no local denominado Cabeceiras do Rio Bonito, Município de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. O imóvel referido neste artigo consta pertencer a Paulo Miguel Callott e outros e se encontra assim descrito e caracterizado:

Partindo do marco A1 de coordenadas UTM E = 334.636,699m e N = 7.789.059,908m, com um lance reto de 38,575m e azimute de 166°17'30" até o marco 10; e daí seguindo com um lance reto de 51,521m e azimute 187°47'14" até o marco 09; e daí seguindo com um lance reto de 149,995m e azimute de 97°47'38" até o marco 08; e daí seguindo com um lance reto de 100,00m e azimute de 97°47'36" até o marco 07; e daí seguindo com um lance reto de 72,762m e azimute de 07°47'37" até o marco 7A; e daí seguindo com um lance reto de 26,223m e azimute de 07°47'37" até o marco 06; e daí seguindo com um lance reto de 225,101m e azimute de 346°17'37" até o marco 05; e daí seguindo com um lance reto de 145,545m e azimute de 339°17'37" até o marco 04; e daí seguindo com um lance reto de 165,629m e azimute de 317°18'08" até o marco 4A; e daí seguindo com um lance reto de 12,65m e azimute de 344°18'32" até o marco D1; e daí seguindo com um lance reto de 161,869m e azimute de 12°47'39" até o marco D; e daí seguindo com um lance reto de 191,252m e azimute de 294°06'55" até o marco F; e daí seguindo com um lance reto de 177,985m e azimute de 266°07'52" até o marco F2; e daí seguindo com um lance reto de 70,529m e azimute de 241°53'48" até o marco F3; e daí seguindo com um lance reto de 152,45m e azimute de 179°30'29" até o marco 01-A; e daí seguindo com um lance reto de 208,737m e azimute de 179°30'29" até o marco 16A; e daí seguindo com um lance reto de 205,882m e azimute de 72°52'10" até o marco 14-A; e daí seguindo com um lance reto de 102,218m e azimute de 137°18'10" até o marco 13-A; e daí seguindo com um lance reto de 278,676m e azimute de 176°28'53" até o marco A; e daí seguindo com um lance reto de 49,526m e azimute de 91°33'04" até o marco A1; ponto de partida.

Art. 2º Destina-se a área de terras de que trata o artigo anterior à implantação da Unidade de Detecção do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo do Ministério da Aeronáutica.

Art. 3º Fica o Ministério da Aeronáutica autorizado a promover a efetivação da desapropriação a que se refere o presente decreto, na forma do artigo 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, correndo as despesas à conta dos recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Na forma do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a presente desapropriação é declarada de urgência, para efeito da imediata imissão de posse.

Art. 5º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.065, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Cria a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os itens III e V do artigo 81 da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, em caráter permanente, a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle (CISMC²), com a finalidade de:

I — Projetar e implantar o Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações (C³I) da Estrutura Militar de Guerra;

II — Projetar e preparar as instalações do Centro de Operações do Comando Supremo (COCS), experimental;

III — Colaborar na implantação dos demais Centros de Operações das Forças Singulares (FS) e outros dos eventuais do Sistema, de modo a assegurar a interoperabilidade dos equipamentos e a compatibilidade dos processos;

IV — Projetar e implantar os enlaces e procedimentos de Comunicações entre o COCS, os Centros de Operações das FS, dos Comandos Operacionais, dos Comandos de Forças de Teatro de Operações e equivalentes, assim como dos demais órgãos civis envolvidos;

V — Projetar e implantar os bancos de dados e programas aplicativos necessários para o apoio ao Comando Supremo;

VI — Projetar e implantar as contramedidas de C³I;

VII — Manter ligações com organizações civis ou militares, governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras que possam contribuir para a implantação e o desenvolvimento do Sistema.

Art. 2º A CISMC² é subordinada à Chefia do EMFA e tem a seguinte constituição:

- Presidente;
- Vice-Presidente-Executivo;
- Conselho Diretor;
- Conselho Técnico;
- Subcomissões;
- Gerente do Projeto;
- Adjuntos;
- Assessores especializados;
- Secretário;
- outros auxiliares.

Parágrafo único. A CISMOC² é presidida pelo Subchefe de Operações do EMFA.

Art. 3º O Presidente da CISMOC² submeterá ao Ministro-Chefe do EMFA, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência deste decreto, o Regimento Interno da Comissão, estabelecendo a sua organização e regulando o seu funcionamento.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.066, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Cria o Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem os itens III e V do artigo 81 da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle (PRODISMOC²), com o objetivo de ampliar e agilizar a capacidade de comando, controle, comunicações e informações (C³I), dos órgãos envolvidos, no emprego de forças militares, aos níveis estratégico e operacional.

Art. 2º O Projeto compreende a modernização e informatização dos meios e dos processos de C³I para implementar a aplicação e o desempenho das Forças Armadas em ações de defesa externa.

Art. 3º O Projeto será desenvolvido e executado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em coordenação com as Forças Singulares (FS) e demais órgãos interessados.

Art. 4º A direção geral do Projeto será exercida por uma Comissão de Desenvolvimento do Projeto e Implantação do Sistema — CISMOC², presidida por um Oficial-General do EMFA e integrada, basicamente, por representantes das FS naquele órgão.

Art. 5º A Comissão estabelecerá padrões de compatibilidade e interoperabilidade para o Sistema.

Art. 6º Os recursos para investimento e custeio do projeto serão alocados ao EMFA e por ele geridos.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.067, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Fixa o percentual de não numerados de Capitães-de-Mar-e-Guerra dos diversos Corpos de Carreira da Marinha, definitivamente impossibilitados de acesso ao primeiro posto de Oficial-General.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição e em conformidade com o disposto no § 3º do artigo 15 da Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, de acordo com a redação dada pela Lei nº 6.814, de 5 de agosto de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Fixar o percentual de 5% (cinco por cento), calculado sobre os efetivos fixados pelo Decreto nº 93.930, de 14 de janeiro de 1987, de Capitães-de-Mar-e-Guerra dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais, de Intendentes da Marinha, de Engenheiros e Técnicos Navais, e do Quadro de Médicos do Corpo de Saúde da Marinha que deverão ser considerados não numerados por estarem definitivamente impossibilitados de acesso ao primeiro posto de Oficial-General.

Art. 2º O Ministro da Marinha aprovará a relação dos Capitães-de-Mar-e-Guerra que passarão à situação de não numerados, no respectivo Corpo ou Quadro, em consequência do estabelecido no artigo anterior.

§ 1º Integrarão a relação a ser aprovada pelo Ministro da Marinha os Capitães-de-Mar-e-Guerra impossibilitados definitivamente de acesso ao primeiro posto de Oficial-General, de mais idade no respectivo Corpo ou Quadro, abrangidos pelo percentual fixado neste decreto.

§ 2º A data na qual os Capitães-de-Mar-e-Guerra serão considerados não numerados, no respectivo Corpo ou Quadro, será a do Ato do Ministro da Marinha que aprovar a relação de que trata este artigo.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.068, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Fundação de Ensino do Pólo Geoducacional do Vale do Itajaí.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.000456/87-91 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Psicologia, habilitações em Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicólogo, da Fundação de Ensino do Pólo Geoducacional do Vale do Itajaí, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.069, DE 4 DE MARÇO DE 1987

Outorga à Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de trechos dos rios Cricou e Amapá Grande, no Território Federal do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, nos termos dos artigos 140, 150 e 164, letra «a», do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27100.000464/84-90,

D E C R E T A :

Art. 1º É outorgada à Companhia de Eletricidade do Amapá — CEA concessão para o aproveitamento de energia hidráulica dos trechos dos rios Cricou e Amapá Grande, onde serão instaladas as usinas hidrelétricas Rocque de Souza Pennafort e Coronel Arlindo Eduardo Correia, nos Municípios de Oiapoque, Amapá e Calçoene, no Território Federal do Amapá.

Parágrafo único. A energia produzida se destina ao serviço público de energia elétrica em sua área de atuação e suprimento a outros concessionários, quando autorizado.

Art. 2º A concessionária deverá apresentar ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação deste decreto, o projeto definitivo referente aos citados aproveitamentos.

Art. 3º A concessionária concluirá as obras no prazo que for fixado na portaria de aprovação do projeto definitivo, executando-as de acordo com o mesmo, com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Art. 4º A concessão de que trata o presente decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento, existirem, em função dos serviços concedidos, reverterão à União.

Art. 5º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária deverá entrar com o pedido, a que se refere este artigo, até 6 (seis) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, sob pena de seu silêncio ser interpretado como desistência da renovação.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.070, DE 4 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 entre o Brasil e o Uruguai no setor da indústria fotográfica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do Uruguai com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 30 de setembro de 1986, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 no setor da indústria fotográfica,

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigora a partir de primeiro de outubro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 5-3-87.

DECRETO Nº 94.071, DE 4 DE MARÇO DE 1987

Autoriza a empresa Cia. Campineira de Alimentos, com sede no Município de Campinas, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho noturno da mulher maior de dezoito anos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com o artigo 379, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei nº 7.189, de 4 de junho de 1984, à vista do que consta do Processo nº 00001.001516/86-97 e anexos,

D E C R E T A :

Art. 1º É autorizada a empresa Cia. Campineira de Alimentos, com sede na Rodovia Campinas-Barão Geraldo Km 114, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho da mulher maior de 18 (dezoito) anos, no período compreendido entre 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte.

Art. 2º A empresa deverá assegurar os meios especiais de proteção ao trabalho, inclusive de natureza ambiental, bem como dotar o estabelecimento com lanchonete e refeitório no período noturno.

Art. 3º A presente autorização terá vigência de dois anos, a contar da publicação deste decreto, podendo ser renovada por igual período, se persistirem as razões que a determinaram, bem como integral cumprimento da legislação trabalhista por parte da empresa.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.072, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Alpina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Alpina», com a área de 1.103,2000ha (hum mil cento e três hectares e vinte ares), situado no Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro; «inicia o perímetro no ponto 0 (zero), de coordenadas UTM: E=707.150 e N=7.530.740, situado junto a um valo antigo na margem de uma estrada; deste, segue pelo lado direito da estrada, na direção da sede da Fazenda Alpina, com a distância de 700m, até o

marco 1, situado na divisa com a Fazenda Alpina (sede); deste, segue confrontando com a Fazenda Alpina (sede) com os seguintes rumos e distâncias: 50°00'NO e 56,00m, até o marco 2; 80°00'SO e 52,00m, até o marco 3; 84°00'NO e 84,40m, até o marco 4; 31°45'NO e 63,40m, até o marco 5; 53°00'NO e 45,50m, até o marco 6; 68°30'NO e 64,00m; até o marco 7; 71°00'NO e 38,25m, até o marco 8; 73°00'NO e 37,50m, até o marco 9; 75°00'NO e 61,50m, até o marco 10; 76°00'NO e 37,00m, até o marco 11; 84°30'SO e 40,00m, até o marco 12; 78°30'SO e 15,70m, até o marco 13; 76°30'SO e 45,60m, até o marco 14; 75°00'NO e 17,90m, até o marco 15; 53°00'SO e 59,80m, até o marco 16; 78°00'SO e 15,00m, até o marco 17; 65°00'SO e 35,25m, até o marco 18; 83°00'NO e 18,75m, até o marco 19; 7°30'SE e 385,80m, cruzando o Rio Santana, até o marco 20; 27°00'SE e 165,00m até o marco 21, situado à margem do caminho de Santa Ana; atravessando o caminho, segue com o rumo de 15°00'SE e distância de 550,00m, até o marco 22, situado no divisor de águas do Morro de D. Joana; deste, segue acompanhando a linha cumeada (vertentes) na direção da parte mais alta do Morro D. Joana, com a distância de 400,00m, confrontando com Roberto Assunção, até o Ponto 23; deste, descendo na direção da estrada, com 1.038m, confrontando com o Sítio do Sr. Roberto Assunção e com o Sítio do Luiz até o ponto 24, na margem de uma estrada; deste, segue pela margem da estrada, com a distância de 450,00m, até o ponto 25; deste, segue acompanhando a divisa do Iaras Nacional e pelas vertentes, confrontando com quem de direito, na distância de 3.800m, até o ponto 26, situado no alto do Morro do Engenho Grande; deste, segue pelas linhas de vertentes, confrontando com Arthur Josseti ou sucessores na distância de 2.000,00m, até o ponto 27, situado no alto do Morro da Boa Vista; deste, segue pelas linhas de vertentes confrontando com Antonio Raposo ou sucessores na distância de 1.025,00m, até o ponto 28, situado no Morro de Santana; deste, segue ainda pela linha de vertentes confrontando com José Machado Coelho ou sucessores, na distância de 2.050,00m, até o ponto 29, situado no Morro Maria Pires; deste, segue ainda pela linha de vertentes confrontando com José Machado Coelho ou sucessores, na distância de 1.350,00m, até o ponto 30, situado no Morro dos Cabritos; deste, segue pela linha de sesmaria no rumo 00°00'E, confrontando com Ricardo Botelho de Mello, João Correa da Silva, Valentim Pimentel e Antonio Correa Pimentel ou sucessores, na distância de 2.175,00m, até o ponto 31; deste, segue no rumo 00°00'N, confrontando com Ricardo Botelho de Mello ou sucessores, na distância de 200,00m, até um marco sem número; deste, segue no rumo 00°00'E, confrontando com D. Deolinda Fernandes de Souza e Ricardo Botelho de Mello ou sucessores, na distância de 500,00m, até o ponto 0 (Zero), início da descrição deste perímetro (Fontes de referência: Carta do IBGE, folhas SF.23-Z-B-II-4, escala 1:50.000, 1ª edição ano 1972; SF.23-Z-B-II-3, escala 1:50.000, 1ª edição ano 1974 e Escritura da Fazenda Alpina).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.073, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio Jardim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tuparetama e Igaraci, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Sítio Jardim», com a área de 225,9338ha (duzentos e vinte e cinco hectares, noventa e três ares e trinta e oito centiares), situado nos Municípios de Tuparetama e Igaraci, no Estado de Pernambuco, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perimetro: partindo do ponto 6/1656, localizado no Extremo Norte, com as coordenadas UTM: 686.121,90m, 9.151.421,30m, referidas

ao MC 39°WGr, segue limitando com terras da Pacauba — Fazendas Reunidas Pajéu Carnauba S/A, com o azimuth de 98°29'34" e distância de 258,90m, até encontrar o ponto 6/1657; deste, segue limitando com terras de Lourinaldo Martins Teixeira e outros, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/7052, depois de passar pelos pontos 6/7323, 6/7056, 6/7055, 6/7054 e 6/7053, com os seguintes azimuthes e distâncias: 6/1657-6/7323 = 169°21'54" e 414,18m; 6/7323-6/7056 = 175°29'11" e 3.542,20m; 6/7056-6/7055 = 87°52'31" e 65,48m; 6/7055-6/7054 = 175°45'44" e 158,16m; 6/7054-6/7053 = 190°33'16" e 18,43m e 6/7053-6/7052 = 137°09'27" e 189,71m; deste, atravessa o Riacho do Cedro ou Jardim, divisa dos Municípios de Tuparetama e Iguaraci, com azimuth de 177°53'03" e uma distância de 47,40m, até encontrar o ponto 24/0051; deste, segue limitando com terras de Severino Bezerra de Lima, ou sucessores, com o azimuth de 170°40'19" e uma distância de 2.164,68m, até encontrar o ponto 24/0356; deste, segue limitando com terras de Espólio de João Marques da Silva, ou sucessores, com o azimuth de 263°41'38" e distância de 260,47m, até encontrar o ponto 24/1330; deste, segue limitando com terras de João Silvestre da Silva, ou sucessores, com o azimuth de 262°44'58" e uma distância de 311,07m, até encontrar o ponto 24/0355, localizado no Extremo Sul, com as coordenadas UTM: 686.721,05m e 9.144.880,91m; deste, segue limitando com terras de José Orgino da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/0354, com azimuth de 355°06'17" e uma distância de 505,19m; deste, segue limitando com terras de José da Silva Guilherme e outros, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/0092, com o azimuth de 354°24'07" e uma distância de 887,95m; deste, segue limitando com terras de José da Silva Guilherme, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/0099, com o azimuth de 355°00'48" e uma distância de 734,68m; deste, atravessa o Riacho do Cedro ou Jardim, divisa dos Municípios de Iguaraci e Tuparetama, com o azimuth de 176°00'03" e uma distância de 46,74m, até encontrar o ponto 6/0829; deste, segue limitando com terras de Narcisa Sizino de Souza, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/1659, com o azimuth de 354°53'16" e uma distância de 3.662,00m; deste, segue limitando com terras de João Nunes Filho, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/1656, ponto de partida deste Memorial, com o azimuth de 354°02'03" e uma distância de 731,24m. O perímetro ora descrito com 13.998,48m, abrange uma área de 226,2294ha; que deduzindo a área de domínio da estrada municipal 0,2956ha, fica com uma área líquida de 225,9338ha, sendo: 116,7330ha no município de Tuparetama e 109,2008ha no município de Iguaraci — PE (Fonte de referência: memorial descritivo elaborado com base no levantamento realizado pelo Prospec S/A).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.074, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Canivete», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel denominado «Canivete», com a área de 260,000ha (duzentos e sessenta hectares), situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 01, comum à RFFSA e o imóvel de Virgílio Carlim e família, de coordenadas UTM E=598.985m e N=7.118.925m, referidas ao MC 51º WGr, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel de Virgílio Carlim e família, com os seguintes azimutes e distâncias: 125º00' e 80m, até o marco 02; 105º00' e 70m, até o marco 03; 157º30' e 113m, até o marco 04; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis de Virgílio Carlim e família e de Pedro

Paliano, com azimute de $159^{\circ}30'$ e distância de 550m, até o marco 05, cravado à margem de uma estrada municipal; deste, segue por esta estrada municipal, sentido sede do município, com distância de 180m, até o marco 06; deste, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel de Paulo de Souza, com os seguintes azimutes e distâncias: $182^{\circ}00'$ e 134m, até o marco 07; $184^{\circ}00'$ e 145m, até o marco 08; $190^{\circ}00'$ e 45m, até o marco 09; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis de Antônio Alves e de Oscar Rosa de Lorena, com azimute de $255^{\circ}00'$ e distância de 160m, até o marco 10; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Oscar Rosa de Lorena, com azimute de $251^{\circ}00'$ e distância de 70m, até o marco 11; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis de Oscar Rosa de Lorena e de Amilton Jacon, com azimute de $258^{\circ}00'$ e distância de 53m, até o marco 12; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis de Amilton Jacon e Nélío Lourenço, com azimute de $256^{\circ}00'$ e distância de 260m, até o marco 13, cravado à margem de uma estrada municipal; deste, segue por esta estrada municipal, sentido do Município Três Barras, com distância de 110m, até o marco 14; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis da Igreja e de Nélío Lourenço, com azimute de $148^{\circ}00'$ e distância de 245m, até o marco 15; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Nélío Lourenço, com azimute de $76^{\circ}00'$ e distância de 345m, até o marco 16; deste, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel de Eduardo Quênzio, com os seguintes azimutes e distâncias: $164^{\circ}00'$ e 70m, até o marco 17; $165^{\circ}00'$ e 270m, até o marco 18; $161^{\circ}00'$ e 36m, até o marco 19; $67^{\circ}00'$ e 165m, até o marco 20; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Estacília Luiz, com azimute de $142^{\circ}00'$ e distância de 400m, até o marco 21; deste, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel da Rigesa Celulose Papel e Embalagens Ltda., com os seguintes azimutes e distâncias: 233° e 55m, até o marco 22; $230^{\circ}30'$ e 100m, até o marco 23; 236° e 189m, até o marco 24; 237° e 100m, até o marco 25; 235° e 100m, até o marco 26; $234^{\circ}30'$ e 215m até o marco 27, cravado à margem direita do Rio Butiá; deste, segue pelo Rio Butiá, à jusante, com distância de 2.300m, até o marco 28, cravado à margem de uma estrada municipal; deste, segue por esta estrada municipal, sentido sede do município, com distância de 970m, até o marco 29; deste, segue por linha seca, confrontando com o remanescente de Maurício Caillet S.A., com azimute de 349° e distância de 722m, até o marco 30, cravado à margem da faixa de domínio da RFFSA; deste, segue pela margem da faixa de domínio da RFFSA, sentido sede do município, com distância de 980m, até o marco 01, origem desta descrição. (Fonte de Referência: Carta do Brasil — Folha SG-22-Z-A-II (Canoinhas) — Escala 1:100.000 — Primeira Edição: 1973 — Impressão: IBGE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, b) as benfeitoras existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.075, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre o prazo de isenção do Imposto de Renda para os empreendimentos agrícolas e industriais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 59, § 2º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985,

DECRETA:

Art. 1º É de 10 (dez) anos o prazo da isenção do Imposto de Renda e adicionais não-reatituíveis de que tratam o artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, e o artigo 23 do Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969, com a redação que lhes foi dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.564, de 29 de julho de 1977, e com as modificações introduzidas pelo artigo 59 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, para os empreendimentos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Art. 2º Farão jus à isenção a que se refere o artigo 1º os empreendimentos industriais ou agrícolas que se instalarem, modernizarem, ampliarem ou modificarem, nas áreas de atuação da SUDAM ou da SUDENE, até 31 de dezembro de 1988.

Art. 3º A fruição da isenção fica condicionada à observância, pela empresa beneficiária, dos dispositivos da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente, podendo a

SUDAM e a SUDENE, a qualquer tempo, verificar o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SÁRNEY

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.076, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas — PNMH, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, visando a promover um adequado aproveitamento agropecuário dessas unidades ecológicas, mediante a adoção de práticas de utilização racional dos recursos naturais renováveis.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Agricultura, em ato próprio, especificará as microbacias hidrográficas que integrarão o programa a que se refere este artigo.

Art. 2º O PNMH tem como objetivos:

I — executar ações voltadas para a prática de manejo e conservação dos recursos naturais renováveis, evitando sua degradação e objetivando um aumento sustentado da produção e produtividade agropecuárias, bem como da renda dos produtores rurais;

II — estimular a participação dos produtores rurais e suas organizações nas atividades de que trata o inciso anterior;

III — promover a fixação das populações no meio rural e reduzir os fluxos migratórios do campo para cidade.

§ 1º O Programa será executado por órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal, sendo gradualmente descentralizado mediante a transferência, disciplinada em convênio, de encargos e recursos para os Governos dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º A descentralização das ações do Programa ficará condicionada à constituição de Comissões Locais de Coordenação, integradas por representantes dos Governos Municipais e dos produtores rurais, cujas atividades e projetos devem ser compatibilizados, em cada Estado, Território ou Distrito Federal, por Comissões vinculadas a seus respectivos Governos.

Art. 3º A supervisão do PNMH ficará a cargo da Comissão Nacional de Coordenação, para essa finalidade constituída no Ministério da Agricultura, cabendo-lhe ainda:

I — articular as ações desenvolvidas no âmbito do Ministério da Agricultura com as de responsabilidade de outros órgãos e entidades federais, bem como dos Governos dos Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios;

II — expedir instruções normativas com vistas à execução do Programa;

III — elaborar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa;

IV — proceder, para efeito do disposto no parágrafo único do artigo 1º, à indicação das microbacias hidrográficas que deverão integrar o Programa, ouvidas as Comissões mencionadas no § 2º do artigo 2º, *in fine*.

Art. 4º A Comissão Nacional de Coordenação é composta por representantes das Secretarias Nacionais, integrantes da estrutura básica do Ministério da Agricultura, e das entidades vinculadas a esse Ministério, indicados por seus respectivos titulares e designados pelo Ministro de Estado da Agricultura.

§ 1º O Presidente da Comissão Nacional de Coordenação será um dos seus integrantes, designado para essa função, pelo Ministro de Estado da Agricultura.

§ 2º A Comissão Nacional de Coordenação poderá, eventualmente, contar com representantes de outras instituições, cujas atividades se relacionem com os objetivos do PNMH.

Art. 5º A Secretaria de Recursos Naturais do Ministério da Agricultura dará à Comissão Nacional de Coordenação do PNMH apoio técnico e administrativo, funcionando como sua Secretaria Executiva.

Art. 6º Integram o PNMH, sujeitando-se à orientação normativa da Comissão Nacional de Coordenação, os recursos para esse fim discriminados no Orçamento Geral da União e nos programas específicos de crédito rural.

Art. 7º O Ministro de Estado da Agricultura expedirá as normas que regularão o funcionamento do PNMH e de sua Comissão Nacional de Coordenação, bem como das Comissões referidas no § 2º do artigo 2º, observadas as diretrizes básicas estabelecidas neste decreto.

Art. 8º Fica extinto o Programa Nacional de Conservação dos Solos — PNCS, instituído pelo Decreto nº 76.470, de 16 de outubro de 1975, transferindo-se seu acervo e encargos para o PNMH.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.077, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Altera o valor e a forma de correção dos preços mínimos básicos de que trata o Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º Os preços mínimos básicos de que trata o artigo 1º do Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986, passam a vigor com os valores da tabela anexa, a partir de 1º de março de 1987.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o artigo 2º do supracitado decreto, terão ainda correção mensal nos meses do período explicitado na tabela anexa, através da aplicação da variação mensal do IPP — Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais válida para esses meses.

Art. 2º A correção dos preços mínimos de que trata o decreto ora alterado, através da utilização do IPP — Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais, será regulamentada por Portaria específica do Ministro da Agricultura.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o § 3º do artigo 2º do Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986, e demais disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

**TABELA ANEXA AO DECRETO Nº 94.077,
DE 5 DE MARÇO DE 1987**

**PREÇOS MÍNIMOS BÁSICOS PARA OS PRODUTOS DA
SAFRA DE VERÃO 86/87**

PRODUTOS	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO BÁSICO (CZ\$/UNIDADE)	MESES DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DO IPP
<i>Prioritários:</i>			
Arroz Irrigado(1)	50 KG	175,50	Abril a Junho de 1987
Arroz de Sequeiro(1)	60 KG	180,60	Abril a Junho de 1987
Feijão(2)	60 KG	429,50	Abril a Junho de 1987
Mandioca	1 t	470,00	Abril a Junho de 1987
Milho — Região Sul e SP	60 KG	115,20	Abril a Junho de 1987
— Demais regiões	60 KG	110,40	Abril a Junho de 1987
Sorgo — Região Sul e SP	60 KG	97,80	Abril a Junho de 1987
— Demais regiões	60 KG	93,60	Abril a Junho de 1987
<i>Exportação:</i>			
Amendoim	25 KG	100,00	(3)
Algodão	15 KG	100,05	(3)
Girassol	40 KG	96,40	(3)
Mamona	60 KG	192,00	(3)
Soja	60 KG	170,40	(3)
Trigo Mourisco	1 KG	1,50	(3)
<i>Regionais:</i>			
Castanha de Caju	1 KG	7,38	(3)
Cera de Carnaúba	1 KG	13,46	(3)
Casulo de seda	1 KG	28,00	(3)
Juta e Malva	1 KG	6,69	(3)
Rami	1 KG	7,05	(3)
Sisal	1 KG	3,53	(3)
<i>Sementes:</i>			
Batata-semente	30 KG	136,20	(3)
Semente de Juta	1 KG	16,00	(3)
Semente de Malva	1 KG	19,50	(3)

- (1) Preço mínimo válido também para a produção de Roraima e a produção oriunda dos projetos irrigados do Nordeste e do Centro-Oeste.
- (2) Preço mínimo válido também para a 2ª safra 86/87 das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.
- (3) Preço mínimo definitivo, sem correção mensal.

DECRETO Nº 94.078, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Padre Humberto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.000749/87-69 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências Contábeis, a ser oferecido pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Padre Humberto, mantida pela Fundação Educacional e Cultural São José, com sede em Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.079, DE 5 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.024307/86-54 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Educação Pré-Escolar, licenciatura plena, do curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André, mantida pela Fundação Santo André com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.080, DE 6 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, com a finalidade de examinar e aprovar projetos de florestamento e reflorestamento, visando à concessão de incentivos fiscais com recursos do Fundo de Investimentos Setoriais-FISET, criado pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, com alterações posteriores, destinados ao setor florestamento e reflorestamento.

Art. 2º O Conselho Deliberativo de que trata o artigo anterior será integrado por representantes dos seguintes Ministérios, órgãos e entidades, sob a presidência do Ministro de Estado da Agricultura:

I — Ministérios da Fazenda, das Minas e Energia e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Estado-Maior das Forças Armadas;

II — Secretarias Executivas do Conselho de Desenvolvimento Industrial-CDI e do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia — CONSIDER, órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Indústria e do Comércio, bem como do Programa Nacional de Irrigação;

III — Banco do Brasil, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Empresa Brasileira de Extensão Rural-EMBRATER, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA, Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, Superintendência do De-

envolvimento da Amazônia-SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste-SUDECO e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul-SUDESUL;

IV — Associação Brasileira de Empresas de Reflorestamento-ARBRA, Associação Brasileira de Carvão Vegetal-ABRACAVE, Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose-ANFPC, Associação Brasileira da Indústria de Madeira Compensada-ABIMCE, Associação Brasileira da Indústria de Madeira Aglomerada-ABIMA, Associação Brasileira dos Produtores de Madeira-ABPM, Federação das Associações de Reflorestadoras do Nordeste-FARENE, Sociedade Brasileira de Silvicultura-SBS, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura-CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI e Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais-SBEF.

Parágrafo único. Integra ainda o Conselho Deliberativo, o Presidente do IBDF na qualidade de Secretário-Executivo.

Art. 3º O funcionamento e a competência do Conselho Deliberativo do IBDF, bem como as atribuições de seus membros, serão estabelecidos em Regimento Interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Agricultura.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.081, DE 6 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Ciências Sociais de Americana.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000496/85-51 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados a ser ministrado pelo Instituto

de Ciências Sociais de Americana, mantido pelo Instituto Salesiano Dom Bosco de Americana, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.082, DE 6 DE MARÇO DE 1987

Altera o artigo 1º do Decreto nº 93.247, de 11 de setembro de 1986, que autorizou o funcionamento do curso de Medicina Veterinária.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000758/86-87 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 93.247, de 11 de setembro de 1986, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, da Faculdade de Medicina Veterinária Octávio Bastos, mantida pela Fundação de Ensino Octávio Bastos, a ser implantada no Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo».

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.083, DE 10 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Associação Francesa de Beneficência, com sede na Avenida Presidente Antonio Carlos, 58, 8º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº MJ-29.068/86);

Associação dos Franciscanos Menores Conventuais, com sede na Rua Caetano Martins, 42, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº MJ-73.295/75);

Fundação Emilio Obebrecht, com sede na Avenida Magalhães Neto s/nº, na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo nº MJ-14.557/84);

Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho, com sede na Avenida Arnaldo, 2.083, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo nº MJ-2.745/86);

Hospital Padre Máximo, com sede na cidade de Venda Nova, Estado do Espírito Santo (Processo nº MJ-32.051/73);

Fundação Hospitalar, Educacional e Social de Portão, com sede na Rua São Leopoldo, s/nº, na cidade de Portão, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº MJ-79.427/77);

Fundação São João Batista, com sede na Rua Professor Berilo Basílio dos Santos, 180, na cidade de Aracruz, Estado do Espírito Santo (Processo nº MJ-15.322/70);

Hospital Municipal São Camilo, com sede na Rua Castro Alves, 948, na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº MJ-78.895/77);

Instituto São Benedito, com sede na Praça José Bonifácio, 102, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº MJ-61.316/70);

Lar da Criança Santa Rita, com sede na Rua Marcílio Dias, 1.523, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº MJ-57.891/70);

Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, com sede na Rua Costa Pereira, 129, na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo (Processo nº MJ-31.093/71);

Centro de Estudos e Pesquisas Genival Londres, com sede na Rua João Borges, 204, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº MJ-29.091/86);

Instituto de Gerontologia e Assistência Social Evangélico, com sede na Rua Indiana, 102, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo nº MJ-35.182/71); e

Instituto de Câncer de Londrina, com sede na Rua Ballalai, 212, Jardim Petrópolis, na cidade de Londrina, Estado do Paraná (Processo nº MJ-53.688/80).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.084, DE 10 DE MARÇO DE 1987

Institui o Programa Nacional de Material Escolar, dispõe sobre sua execução e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando os propósitos democráticos de universalização e melhoria do Ensino de 1º Grau contidos no Programa «Educação para Todos»;

Considerando os reclamos da comunidade educacional quanto à necessidade de suprirem-se as escolas com material escolar básico;

Considerando que a democratização do ensino deve ser compreendida como garantia, à toda população, de efetivas condições de aprendizagem e de ensino de qualidade;

Considerando que, para esse efeito, tornar-se necessária a implementação de medidas que assegurem, aos alunos e professores das unidades escolares da rede pública de 1º Grau, acesso a materiais didáticos e pedagógicos,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Material Escolar — PNME.

Art. 2º A execução do Programa Nacional de Material Escolar competirá ao Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, que deverá atuar em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios e com Órgãos Municipais de Ensino.

Parágrafo único. A execução prevista neste artigo compreenderá a aquisição e a distribuição do material escolar às escolas da rede públi-

ca de ensino de 1º Grau, bem como as atividades de acompanhamento e controle do Programa.

Art. 3º A Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus — SEPS, do Ministério da Educação, responderá pela formulação, supervisão e avaliação da política do material escolar.

Art. 4º O Programa Nacional de Material Escolar entrará em vigor no ano letivo de 1987.

Art. 5º O Ministério da Educação expedirá as normas que se fizerem necessárias à execução deste decreto.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.085, DE 10 DE MARÇO DE 1987

Altera a alínea i, item II, do artigo 6º, do Decreto nº 93.630, de 28 de novembro de 1986, que dispõe sobre os representantes do Ministério da Indústria e do Comércio no Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A alínea i, item II, do artigo 6º, do Decreto nº 93.630, de 28 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 6º Integram o Conselho do CONAMA:

.....

II — Conselheiros, representantes:

.....

j) do Ministério da Indústria e do Comércio — o Secretário de Tecnologia Industrial, o Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial e o Presidente da Empresa Brasileira de Turismo.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Deni Lineu Schwartz

DECRETO Nº 94.086, DE 10 DE MARÇO DE 1987

Altera os incisos I e VI do artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com o disposto nos artigos 2º, 3º e 6º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Os quadros mostrados nos incisos I (Oficiais-Generais) e VI (total geral dos efetivos distribuídos) do artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987, passam a vigorar nos termos que se seguem:

I — OFICIAIS-GERAIS

Posto	Combatente	Serviços		Engenheiros Militares	Soma
		Intendentes	Médicos		
General-de Exército	14	—	—	—	14
General-de Divisão	37	1	1	3	42
General-de Brigada	80	4	3	10	97
Total	131	5	4	13	153

II —
 III —
 IV —
 V —
 VI — Total geral dos efetivos distribuídos

Especificação		Quantidade
Oficiais-Generais		153
Oficiais	Carreira	12.717
	Temporários	5.607
	SOMA	18.224
Subtenentes	Carreira	26.411
Subtenentes e Sargentos	Temporários	12.070
	SOMA	38.481
Tatfeiros		1.045
Cabos e Soldados		153.450
TOTAL		211.353

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoçadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.087, DE 10 DE MARÇO DE 1987

Altera os incisos e e f do artigo 1º do Decreto nº 92.503, de 26 de março de 1986, que fixa os cargos privativos de Oficial-General do Exército em Tempo de Paz.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e com o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983,

DECRETA :

Art. 1º Os incisos e e f do artigo 1º do Decreto nº 92.503, de 26 de março de 1986, que fixa os cargos privativos de Oficial-General do Exército em Tempo de Paz, passam a vigorar com a seguinte redação:

- «Art. 1º
- a)
- b)

- c)
- d)
- e) Do posto de General-de-Divisão ou de General-de-Brigada, Engenheiro Militar, conforme constar do respectivo Quadro de Organização, de Lotação de Pessoal Militar ou de Distribuição:
 - Chefe do Centro Tecnológico do Exército;
 - Diretor de Obras Militares;
 - Diretor de Recuperação;
 - Diretor de Telecomunicações;
 - Diretor de Serviço Geográfico;
 - Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados;
 - Diretor do Instituto de Projetos Especiais;
 - Comandante do Instituto Militar de Engenharia.
- f) Do posto de General-de-Brigada, Engenheiro Militar:
 - Diretor do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento;
 - Diretor de Arsenal de Guerra;
 - Diretor do Campo de Provas da Marambaia;
 - Subdiretor de Obras Militares.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.088, DE 11 DE MARÇO DE 1987

Declara de ocupação dos indígenas Zoró área de terras no Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de ocupação dos indígenas Zoró, para efeito dos artigos 4º, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no

Município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: *Norte*: Partindo do Ponto 01 (Marco SAT-07) de coordenadas geográficas 10°13'10,79"S e 60°52'44,75"WGr, localizado na confluência de Igarapé Braço Direito do Rio Branco com o Rio Branco; daí, segue por uma linha reta no azimuth 122°57'30,31" e distância de 36.307,36m até o Ponto 02 (Marco SAT-10) de coordenadas geográficas 10°23'46'42"S e 60°35'59,30"WGr, localizado na confluência do Igarapé Tiroteio do Rio Roosevelt. *Leste*: do ponto antes descrito, segue pelo Rio Roosevelt, a montante, na distância de 38.934,76m até a confluência do Rio Quatorze de Abril, no Ponto 03 (Marco D-84) de coordenadas geográficas 10°40'07,78"S e 60°31'26,18"WGr. *Sul*: Do Ponto antes descrito, segue pelo Rio Quatorze de Abril, a montante, até o Ponto 04 (Marco-SO-00) de coordenadas geográficas 10°57'35,32"WGr e 60°49'04,32"WGr; daí, segue por uma linha reta no azimuth 270°12'37,84" e distância de 11.741,09m até o Ponto 05 (Marco SO-11) de coordenadas geográficas 10°57'36,61"S e 60°55'30,92"WGr; daí, segue por uma linha reta na direção nordeste até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 10°56'16,9"S e 60°55'23,4"WGr; daí, segue por uma linha reta na direção noroeste até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 10°44'16"S e 60°55'41,4"WGr; daí, segue por uma linha reta na direção sudoeste até o Ponto 08 (Marco M-60) de coordenadas geográficas 10°44'33,33"S e 61°08'04,60"WGr, situado na margem esquerda do Rio Branco. *Oeste*: Do ponto antes descrito, segue pelo Rio Branco, a jusante, na distância de 100.644,02m até o Ponto 01 (Marco SAT-07), inicial da descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Zoró, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Ronaldo Costa Couto

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.089, DE 12 DE MARÇO DE 1987

Fixa o coeficiente de atualização monetária previsto na Lei nº 6.206, de 29 de abril de 1975, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o dis-

posto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, no artigo 1º da Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977, e no § 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986, na redação que lhe conferiu o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.322, de 26 de fevereiro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º O coeficiente de atualização monetária, a que se refere o parágrafo único, do artigo 2º, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, será de 1,707 (um inteiro e setecentos e sete milésimos), aplicável sobre os valores vigentes em 1º de maio de 1986.

Parágrafo único. Os valores de referência a serem adotados em cada Região, já atualizados na forma deste artigo, constam do anexo ao presente decreto.

Art. 2º O coeficiente fixado no artigo 1º deste decreto aplica-se, inclusive, às penas pecuniárias previstas em lei e aos valores mínimos estabelecidos para alçada e recursos para os Tribunais.

Art. 3º A atualização do coeficiente fixado no artigo 1º deste decreto far-se-á por ato do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sempre que houver alteração do salário mínimo, inclusive em decorrência dos reajustes automáticos previstos no artigo 21 do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

João Sayad

ANEXO AO DECRETO Nº 94.089, DE 12-3-87

NOVOS VALORES DE REFERÊNCIA (MVR) VALORES E REGIÕES QUE OS UTILIZAM

Valores Vigentes Em 1º-5-86 (CZ\$)	Novos Valores (CZ\$)	Regiões e Sub-regiões (tais como definidas pelo Decreto nº 75.679, de 29 de abril de 1975)
232,02	396,06	4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, — 2ª Sub-região, Território de Fernando de Noronha, 10ª, 11ª, 12ª — 2ª Sub-região.

Valores Vigentes Em 1º-5-86 (CZ\$)	Novos Valores (CZ\$)	Regiões e Sub-regiões (tais como definidas pelo Decreto nº 75.679, de 29 de abril de 1975)
256,91	438,55	1ª, 2ª, 3ª, 9ª — 1ª Sub-região, 12ª, — 1ª Sub-região, 20ª, 21ª.
279,84	477,69	14ª, 17ª, — 2ª Sub-região, 18ª, — 2ª Sub-região.
305,42	521,35	17ª, — 1ª Sub-região, 18ª, — 1ª Sub-região, 19ª.
328,38	560,54	13ª, 15ª, 16ª, 22ª.

DECRETO Nº 94.090, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Regulamenta a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, que dispõe sobre medidas de segurança em favor de ex-Presidente da República, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Findo o mandato do Presidente da República, quem o houver exercido, em caráter permanente, terá direito a:

- I — segurança pessoal, a cargo de 4 (quatro) servidores;
- II — transporte pessoal, mediante utilização de 2 (dois) veículos oficiais com motoristas.

Parágrafo único. Os servidores necessários ao cumprimento do disposto neste artigo ocuparão funções de representação constantes da Tabela de Lotação dos Gabinetes da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 91.410, de 5 de julho de 1985.

Art. 2º Os veículos de que trata o artigo anterior serão restituídos à Diretoria Administrativa da Presidência da República nos casos de:

- I — substituição da viatura; ou
- II — falecimento do usuário.

Art. 3º Os candidatos à Presidência da República, a partir da homologação da respectiva candidatura em convenção partidária, terão direito a segurança pessoal exercida por Agentes da Polícia Federal.

Art. 4º O Ministro de Estado da Justiça, no que tange ao disposto no artigo 3º, e os Ministros de Estado Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, no que concerne aos artigos 1º e 2º, baixarão as instruções que se fizerem necessárias à execução deste decreto.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do disposto nos artigos 1º e 2º e artigo 3º, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos Gabinetes da Presidência da República e ao Ministério da Justiça, respectivamente.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Honório Pereira Severo
Rubens Bayma Denys
Marco Maciel

DECRETO Nº 94.091, DE 13 DE MARÇO DE 1987

*Autoriza o aumento do Capital Social
da Companhia de Desenvolvimento do
Amapá — CODEASA.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia de Desenvolvimento do Amapá — CODEASA, autorizada a aumentar o seu Capital Social de CZ\$ 1.050.234,05 (hum milhão, cinqüenta mil e duzentos e trinta e quatro cruzados e cinco centavos) para CZ\$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinqüenta mil cruzados).

Art. 2º Os recursos necessários para o aumento referido no artigo anterior, no montante de CZ\$ 669.765,95 (seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e cinco cruzados e noventa e cinco centavos), são provenientes da capitalização de parte do lucro líquido, referente ao exercício de 1984.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.092, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o aumento do Capital Social da Companhia de Água e Esgoto do Amapá — CAESA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Companhia de Água e Esgoto do Amapá — CAESA, autorizada a aumentar o seu Capital Social em CZ\$ 6.716:901,00 (seis milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e um cruzados).

Art. 2º Os recursos necessários para o aumento referido no artigo anterior, são provenientes de créditos do Governo do Território Federal do Amapá e de transferência do Tesouro Nacional.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.093, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS — imóveis constituídos de terras e benfeitorias que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 24 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, de conformidade com o que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações posteriores e, atendendo à necessidade de a Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, ampliar a rede de gasodutos, interligando respectivamente, a Praia de Lagoinha com a Estação de Cabiúnas, no Município de Macaé, e a Estação de Cabiúnas com a Refinaria Duque de Caxias (REDUC), nos Municípios de Macaé, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Magé e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, integrantes da Obra do Empreendimento para construção dos Sistemas de Gás Natural do Espírito Santo e Norte Fluminense (COGEN), e componentes do Sistema de Escoamento da Produção da Bacia de Campos,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias de propriedade particular, localizados numa faixa de terras de 333.273,14m² (trezentos e trinta e três mil, duzentos e setenta e três metros quadrados e quatorze centésimos), nos Municípios de Macaé, Silva Jardim, Cachoeira de Macacu, Magé e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, assinalados nas plantas nº DE-4150.50-6521-927-TPI-009 e DE-4150.52-6521-927-TPI-001, 002 e 003, constantes do Processo MME nº 27000.000649/87-48.

Parágrafo único. As faixas de terras a que se refere este artigo, de 333.273,14m², assim se descrevem e caracterizam:

**FAIXA DO GASODUTO PRAIA DE
LAGOINHA/ESTAÇÃO DE CABIUNAS:**

Primeiro Trecho — Faixa de terra com 50 (cinquenta) metros de largura, cujo eixo se inicia no Ponto V-0 de Coordenadas UTM-N-7.531.060,63 e E-222.260,00, correspondente ao ponto de chegada da linha submarina oriunda da Plataforma de Enchova e situado na Praia de Lagoinha, no Município de Macaé, daí se desenvolvendo no rumo de noroeste até atingir o Ponto V-1 de Coordenadas UTM-N-7.532.384,37 e E-221.041,42, situado no cruzamento com o eixo da faixa de servidão por onde se desenvolve a Adutora da Petrobrás. A partir deste Ponto, o rumo passa a ser o de sudoeste, até atingir o Ponto V-2 de Coordenadas UTM-N-7.532.283,09 e E-220.778,09, situado no cruzamento com a ferrovia pertencente à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), trecho Macaé/Campos. Do Ponto V-2, o traçado se desenvolve segundo o rumo de noroeste, até atingir o Ponto V-4 de Coordenadas UTM-N-7.532.503,14 e E-220.556,89, situado no cruzamento com a rodovia estadual RJ-178, pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER/RJ), trecho Cabiúnas/Carapebus. Prosseguindo no rumo noroeste, o traçado se desenvolve até atingir o Ponto P-1 de Coordenadas UTM-N-7.532.890,04 e E-220.410,51, local onde termina a faixa de servidão da Adutora da Petrobrás, situado na altura do quilômetro 188 (cento e oitenta e oito), da rodovia estadual RJ-106, pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER/RJ), trecho Macaé/Campos, perfazendo este trecho uma extensão total de 2.806,80m (dois mil, oitocentos e seis metros e oitenta centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.50-6521-927-TPI-009.

Segundo Trecho — Faixa de terra com 60 (sessenta) metros de largura, cujo eixo se inicia no Ponto P-1 de Coordenadas UTM-N-7.532.890,04 e E-220.410,51, situado na altura do quilômetro 188 (cento e

oitenta e oito), da rodovia estadual RJ-106, pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER/RJ), trecho Macaé/Campos, daí se desenvolvendo no rumo de noroeste até atingir o Ponto V-9 de Coordenadas UTM-N-7.533.571,78 e E-220.008,96 situado no cruzamento com a estrada estadual RJ-106, pertencente ao Departamento de Estrada de Rodagem (DER/RJ), trecho Macaé/Campos, onde o traçado passa a desenvolver-se segundo o rumo de sudoeste, até atingir o Ponto V-10 de Coordenadas UTM-N-7.533.318,21 e E-219.597,94, situado na interseção do eixo da faixa com a cerca que delimita a área da Estação de Cabiúnas de propriedade da Petrobrás, passando o rumo a ser o de noroeste até atingir o Ponto V-11 de Coordenadas UTM-N-7.533.329,57 e E-219.379,57 situado na área do recebedor e lançador de esfera da Estação da Cabiúnas, de propriedade da Petrobrás, onde termina a descrição deste trecho, com uma extensão total de 1.491,68m (hum mil, quatrocentos e noventa e um metros e sessenta e oito centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.50-6521-927-TPI-009.

**FAIXA DAS VARIANTES AO TRAÇADO EXISTENTE
DO OLEODUTO E GASODUTO ESTAÇÃO DE
CABIUNAS/REDUC, OBJETO DO DECRETO EXPROPRIATÓRIO
Nº 84.050 DE 3 DE OUTUBRO DE 1979:**

Variante I — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00, de Coordenadas UTM-N-7.487.650,01 e E-683.642,20, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 177 + 268,63m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Duque de Caxias/RJ, daí se desenvolvendo no rumo de sudoeste por uma extensão de 148,67 metros até atingir o Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.487.534,08 e E-683.549,13, vindo a prosseguir neste mesmo rumo por uma extensão de 179,78 metros até atingir o Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-7.487.440,95 e E-683.395,35. A partir deste Vértice, o eixo da faixa passa a desenvolver-se segundo o rumo de noroeste, por uma extensão de 293,04 metros, passando pelo Vértice V-03 de Coordenadas UTM-N-7.487.496,99 e E-683.107,71, daí prosseguindo no mesmo rumo por uma extensão de 46,84 metros até atingir o Ponto de interseção com a margem esquerda do Rio Estrela, divisa dos Municípios de Duque de Caxias e Magé, correspondente às Coordenadas UTM-N-7.487.524,57 e E-683.069,85. Deste Ponto, e prosseguindo no rumo de noroeste desenvolve-se por uma extensão aproximada de 231,67 metros até atingir o Vértice V-04 de Coordenadas UTM-N-7.487.660,97 e E-682.882,60 onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 178 + 74,50m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 900 (novecentos) metros, tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-001 (folha 01).

Variante II — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00, de Coordenadas UTM-N-7.491.381,03 e E-690.837,19, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 168 + 553,37m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo no rumo de sudeste, por uma extensão de 238,32 metros até atingir o Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.491.306,80 e E-691.063,66 e prosseguindo neste mesmo rumo por uma extensão de 169,46 metros até atingir o Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-7.491.286,41 e E-691.231,90. A partir deste vértice o eixo da faixa passa a desenvolver-se segundo o rumo de nordeste, por uma extensão de 138,02 metros até atingir o Vértice V-03 de Coordenadas UTM-N-7.491.321,65 e E-691.365,35, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 168 + 29,94m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 545,80 (quinhentos e quarenta e cinco metros e oitenta centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-001 (folha 01).

Variante III — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00, de Coordenadas UTM-N-7.491.563,31 e E-692.562,76, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 166 + 618m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo no rumo de sudeste, por uma extensão de 68,21 metros, passando pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.491.525,65 e E-692.619,62 e prosseguindo no mesmo rumo por uma extensão de 205,31 metros, passa pelo Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-7.491.464,62 e E-692.815,67 situado no cruzamento do eixo da faixa com a Estrada de São Francisco, que interliga as localidades de Mauá e Suruí. A partir deste vértice, e prosseguindo no rumo de sudeste por uma extensão de 55,42 metros, atinge o Vértice V-03 de Coordenadas UTM-N-7.491.459,85 e E-692.870,89, onde o eixo da faixa passa a desenvolver-se segundo o rumo de nordeste e por uma extensão de 46,35 metros atinge o Vértice V-04 de Coordenadas UTM-N-7.491.464,60 e E-692.917,00, prosseguindo no mesmo rumo e por uma extensão de 160,22 metros passa pelo Vértice V-05 de Coordenadas UTM-N-7.491.491,43 e E-693.074,96, vindo a seguir desenvolver-se por extensões de 53,31 metros e 413,91 metros, passar respectivamente pelo Vértice V-06 de Coordenadas UTM-N-7.491.502,58 e E-693.127,09 e pelo ponto situado na margem esquerda do Rio Suruí de Coordenadas UTM-N-7.491.587,13 e E-693.532,30. Deste ponto, e mantendo-se no rumo de nordeste, o eixo da faixa desenvolve-se por extensões de 24,99 metros, 465,48 metros, 55,88 metros e 122,98 metros, passando respectivamente pelos Vértices V-07 de Coordenadas UTM-N-7.491.592,24 e E-693.556,77,

V-08 de Coordenadas UTM-N-7.491.669,86 e E-694.015,76, V-09 de Coordenadas UTM-N-7.491.681,47 e E-694.070,42 situado no cruzamento com a antiga estrada Rio/Magé, até atingir o Vértice V-10 de Coordenadas UTM-N-7.491.708,05 e E-694.190,50, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situada na altura do quilômetro 164 + 942,87m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 1.872,06 (hum mil, seiscentos e setenta e dois metros e seis centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-001 (folha 01).

Variante IV — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.492.372,05 e E-696.451,82, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 162 + 413,31m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo no rumo de nordeste, por uma extensão de 73,32 metros passando pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.492.389,62 e E-696.523,01, prosseguindo neste mesmo rumo desenvolve-se por extensões de 569,67 metros, 101,23 metros, 113,10 metros, 50,52 metros, 142,16 metros, passando respectivamente, pelos Vértices V-02 de Coordenadas UTM-N-7.492.671,88 e E-697.017,89, V-03 de Coordenadas UTM-N-7.492.704,65 e E-697.114,31, V-04 de Coordenadas UTM-N-7.492.745,75 e E-697.219,04, V-05 de coordenadas UTM-N-7.492.757,08 e E-697.268,28 até atingir o ponto situado na margem esquerda do Rio Iriri de Coordenadas UTM-N-7.492.774,27 e E-697.404,96. A partir deste ponto e prosseguindo no rumo de nordeste, o eixo da faixa desenvolve-se por extensões de 161,54 metros, 504,95 metros e 48,87 metros, passando respectivamente pelos Vértices V-06 de Coordenadas UTM-N-7.492.794,98 e E-697.569,61, V-07 de Coordenadas UTM-N-7.493.015,13 e E-698.024,09 e V-08 de Coordenadas UTM-N-7.493.052,58 e E-698.055,50, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 160 + 633,37 metros da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 1.765,36 (hum mil, setecentos e sessenta e cinco metros e trinta e seis centímetros) tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-001 (folha 01).

Variante V - Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.493.488,36 e E-698.392,57, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 160 + 82,96m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo no rumo de nordeste, por uma extensão de 53,79 metros, passando pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.493.510,81 e E-698.441,46 e prosseguindo no mesmo rumo por uma ex-

lensão de 134,01 metros até atingir o ponto de cruzamento com a Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), ramal Suruí/Magé, de Coordenadas UTM-N-7.943.600,69 e E-698.541,42. A partir deste ponto, o desenvolvimento do eixo da faixa prossegue no rumo de nordeste, por uma extensão de 23,09 metros passando pelo Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-7.493.615,86 e E-698.558,29, vindo a seguir nas extensões de 112,10 metros e 45,66 metros, passar respectivamente pelos Vértices V-03 de Coordenadas UTM-N-7.493.681,48 e E-698.649,10 e V-04 de Coordenadas UTM-N-7.493.718,25 e E-698.676,27, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existentes, e situado na altura do quilômetro 159 + 716,16m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 368,65 (trezentos e sessenta e oito metros e sessenta e cinco centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-002 (folha 02).

Variante VI — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.499.842,54 e E-709.453,08, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 146 + 912,35m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo segundo o rumo de sudeste, por uma extensão de 42,69 metros, até atingir o Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.499.831,92 e E-709.494,43. A partir deste vértice, o eixo da faixa passa a desenvolver-se segundo o rumo de nordeste, vindo nas extensões de 122,93 metros, 89,25 metros, 24,87 metros, 88,36 metros e 80,41 metros, passar respectivamente pelos Vértices V-02 de Coordenadas UTM-N-7.499.860,08 e E-709.614,11, V-03 de Coordenadas UTM-N-7.499.876,89 e E-709.701,77, V-04 de Coordenadas UTM-N-7.499.884,50 e E-709.725,46, V-05 de Coordenadas UTM-N-7.499.904,68 e E-709.811,49 e V-06 de Coordenadas UTM-N-7.499.945,24 e E-709.880,93, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 146 + 468,13 metros da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 448,51 (quatrocentos e quarenta e oito metros e cinquenta e um centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-002 (folha 02).

Variante VII — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.499.615,61 e E-715.215,54, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existentes e situado na altura do quilômetro 140 + 785,44m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, daí se desenvolvendo segundo o rumo de sudeste, por uma extensão de 60,27 metros passando pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.499.575,40 e E-715.260,45, vindo a seguir numa extensão de 378,55 metros, até atingir o Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-

7.499.454,22 e E-715.619,15. A partir deste vértice, o eixo da faixa passa a desenvolver-se segundo o rumo do este, por uma extensão de 87,34 metros, até atingir o Vértice V-03, de Coordenadas UTM-N-7.499.452,31 e E-715.706,48, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 140 + 259,53m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Magé/RJ, perfazendo uma extensão total de 526,16 (quinhentos e vinte e seis metros e dezesseis centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-002 (folha 02).

Variante VIII — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.497.987,92 e E-719.587,76, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 135 + 893,32m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Cachoeira de Macacu/RJ, daí se desenvolvendo segundo o rumo de sudeste, e nas extensões de 66,17 metros, 276,58 metros, 143,35 metros, 42,93 metros e 86,05 metros, passando respectivamente pelos Vértices V-01 de Coordenadas UTM-N-7.497.954,70 e E-719.645,00, V-02 de Coordenadas UTM-N-7.497.834,21 e E-719.894,01, V-03 de Coordenadas UTM-N-7.497.752,25 e E-720.011,66, V-04 de Coordenadas UTM-N-7.497.718,26 e E-720.037,90 e o V-05 de Coordenadas UTM-N-7.497.667,63 e E-720.107,50, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 135 + 262,32m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Cachoeira de Macacu/RJ, perfazendo uma extensão total de 615,08 (seiscentos e quinze metros e oito centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-002 (folha 02).

Variante IX — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.495.795,02 e E-743.534,01, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 110 + 175,52m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Cachoeira de Macacu/RJ, daí se desenvolvendo segundo o rumo de sudeste, por uma extensão de 327,32 metros, passando pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.495.600,77 e E-743.797,46, prosseguindo no mesmo rumo por uma extensão de 92,02 metros até atingir o Vértice V-02 de Coordenadas UTM-N-7.495.577,71 e E-743.886,57. Deste vértice, o eixo da faixa desenvolve-se segundo o rumo de nordeste, por uma extensão de 424,30 metros até atingir o Vértice V-03 de Coordenadas UTM-N-7.495.797,25 e E-744.249,82, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e o situado na altura do quilômetro 109 + 430,74m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Cachoeira de Maca-

cu/RJ, perfazendo uma extensão total de 843,64 (oitocentos e quarenta e três metros e sessenta e quatro centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-003 (folha 03).

Variante X — Faixa de terra com 20 (vinte) metros de largura, cujo eixo se inicia no Vértice V-00 de Coordenadas UTM-N-7.507.780,35 e E-773.535,64, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 74 + 637,31m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Silva Jardim/RJ, daí se desenvolvendo segundo o rumo de nordeste, por uma extensão de 88,15 metros, passando a seguir pelo Vértice V-01 de Coordenadas UTM-N-7.507.808,18 e E-773.619,33. A partir deste vértice e desenvolvendo-se no rumo de nordeste, o eixo da faixa passa nas extensões de 103,71 metros, 85,0 metros e 45,52 metros, respectivamente, pelos Vértices V-02 de Coordenadas UTM-N-7.507.870,30 e E-773.702,44, V-03 de Coordenadas UTM-N-7.507.936,56 e E-773.755,75 e V-04 de Coordenadas UTM-N-7.507.981,87 e E-773.760,44, onde termina esta descrição, correspondente ao ponto de interseção com o eixo da faixa de servidão existente e situado na altura do quilômetro 74 + 236,96m da tubulação do Oleoduto/Gasoduto existentes, no Município de Silva Jardim/RJ, perfazendo uma extensão total de 322,38 (trezentos e vinte e dois metros e trinta e oito centímetros), tudo de conformidade com o desenho DE-4150.52-6521-927-TPI-003 (folha 03).

Artigo 2º Ficam excluídos do presente decreto os imóveis de propriedade do domínio público, salvo as acessões e benfeitorias de propriedade de particulares neles encontradas.

Artigo 3º A Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRÁS, fica autorizada a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidão administrativa e/ou de passagem a que se refere o artigo 1º deste decreto.

Art. 4º A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para efeito de prévia imissão na posse, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.094, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Norte-Tabuleiros de Russas», no Município de Russas, Estado do Ceará, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras e e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, titulada à diversos particulares, com aproximadamente 7.008,4000ha (sete mil e oito hectares e quatro mil centiares), abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Norte — Tabuleiros de Russas, no Município de Russas, Estado do Ceará, de acordo com a planta constante do Processo PROINE nº 43000.100193/87-44, necessária à implantação desse projeto e assim descrita: O polígono tem seu início no ponto zero de coordenadas (UTM) de latitude 9.442.810m e longitude 600.970m localizado na margem direita da rodovia BR-116 e coincidente com o marco da RN 691P do IBGE. Neste ponto zero toma-se o azimute 137º15' e segue-se a uma distância de 2.820m até encontrar o ponto 1; neste faz-se um ângulo interno de 81º30' e segue-se a uma distância de 520m até encontrar o ponto 2; neste faz-se um ângulo interno de 103º45' e segue-se a uma distância de 2.780m até encontrar o ponto 3; neste faz-se um ângulo interno de 265º30' e segue-se a uma distância de 2.100m até encontrar o ponto 4; neste faz-se um ângulo interno de 146º30' e segue-se a uma distância de 6.180m até encontrar o ponto 5; neste faz-se um ângulo interno de 102º30' e segue-se a uma distância de 4.990m até encontrar o ponto 6; neste faz-se um ângulo interno de 149º45' e segue-se a uma distância de 1.010m até encontrar o ponto 7; neste faz-se um ângulo interno de 135º30' e segue-se a uma distância de 1.880m até encontrar o ponto 8; neste faz-se um ângulo interno de 109º45' e segue-se a uma distância de 2.690m até encontrar o ponto 9; neste faz-se um ângulo interno de 245º15' e segue-se a uma distância de 3.010m até encontrar o ponto 10; neste faz-se um ângulo interno de 146º15' e segue-se a uma distância de 3.130m até encontrar o ponto 11; neste faz-se um ângulo interno de

240°45' e segue-se a uma distância de 3.310m até encontrar o ponto 12; neste faz-se um ângulo interno de 82°30' e segue-se a uma distância de 1.350m até encontrar o ponto 13; neste faz-se um ângulo interno de 153°15' e segue-se a uma distância de 4.160m até encontrar o ponto 14; neste faz-se um ângulo interno de 111°15' e segue-se a uma distância de 2.460m até encontrar o ponto 15; neste faz-se um ângulo interno de 108°45' e segue-se a uma distância de 2.230m até encontrar o ponto 16; neste faz-se um ângulo interno de 250°30' e segue-se a uma distância de 930m até encontrar o ponto zero, inicial de polígono, de coordenadas (UTM) latitude 9.442.810m e longitude 600.970m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 7.008.4000ha.

Art. 2º A área de terra pertencente à União (trecho da BR-116), com 26,40ha, que se localiza no polígono descrito no artigo anterior, fica excluída da declaração de utilidade pública e interesse social constante do artigo anterior.

Art. 3º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.095, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Engenho São José», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Engenho São José», com a área de 400,50ha (quatrocentos hectares e cinquenta ares), situado no Município de São Benedito do Sul, Estado de Pernambuco, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto P1, localizado na divisa deste Engenho com os Engenhos Esperança e Paraíso, a linha segue na direção geral SE, limitando-se com o Engenho Paraíso, até encontrar o ponto P2, numa distância de 1.810m; deste ponto a linha segue, limitando-se com o Engenho Pau Amarelo, até encontrar o ponto P4, depois de passar pelo ponto P3, com as seguintes direções e distâncias: P2-P3 = SW e 1.230m; P3-P4 = SW e 125m; deste ponto a linha segue, limitando-se com o Engenho Mangui, até encontrar o ponto P9, depois de passar pelos pontos P5, P6, P7 e P8, com as seguintes direções e distâncias: P4-P5 = NW e 695m, P5-P6 = E e 60m, P6-P7 = SW e 300m, P7-P8 = NW e 910m, P8-P9 = NW e 780m; deste ponto, margeando uma estrada carroçável a linha segue limitando-se com vários sítios até encontrar o ponto P11, passando pelo P10, com as seguintes direções e distâncias: P9-P10 = NE e 575m e P10-P11 = NW e 250m; deste ponto, a linha segue limitando-se com os Engenhos Bulandi e Cabeça Dantas, até encontrar o ponto P1, ponto de partida deste memorial, depois de passar pelos pontos P12, P13, P14 e P15, com as seguintes direções e distâncias: P11-P12 = NE e 1.005m; P12-P13 = SE e 475m; P13-P14 = NE e 240m; P14 e P15 = SE e 585m, e P15-P1 = NE e 190m (Fonte de Referência: Foto 3434, Faixa 28-A, Projeto 05-FAB/SUDENE/1972, Escala: 1:30.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.096, DE 13 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», constituído pelas Fazendas Marisa, Sônia e Santa Helena, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Natividade, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», constituído pelas Fazendas Marisa, Sônia e Santa Helena, com a área total de 4.099,0000ha (quatro mil e noventa e nove hectares), situado no Município de Natividade, Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P-01, de coordenadas geográficas longitude 48°20'19"WGr e latitude 11°36'31"S, situado na confluência do Córrego Riachão com o Córrego Iuiu, na confrontação com a Fazenda Retiro e Fazenda Riachão; deste, segue pelo Córrego Iuiu à montante, confrontando com a Fazenda Riachão e imóvel Capelinha, com a distância de 8.100m, até o P-02, situado na confluência com o Córrego Bananal; deste, segue pelo Córrego Bananal, à montante, confrontando com o imóvel Capelinha, com a distância de 1.400m, até o P-03; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel Capelinha, com o azimute geográfico de 133°00'00" e distância de 429m, até o P-04; deste, segue pelo Córrego Lambedor, à jusante, confrontando com o imóvel Capelinha, com a distância de 2.250m, até o P-05, de coordenadas geográficas longitude 48°14'56" e latitude 11°12'27"S, situado na confluência do Ribeirão São Pedro; deste, segue pelo Ribeirão São Pedro, à montante, confrontando com as Fazendas Buzina e Costa, com a distância de 4.200m, até o P-06, situado na confluência do Córrego Tiuba; deste, segue pelo Córrego Tiuba, à montante, confrontando com a Fazenda Chupé, Fortaleza ou Santa Maria, com a distância de 1.700m, até o P-07; deste, segue por linha seca, ainda com a mesma confrontação,

com azimuth geográfico de 252°00'00" e distância de 2.422m, até o P-08, de coordenadas geográficas longitude 48°17'56" WGr e latitude 11°41'33"S, situado no limite da Fazenda Adjunta, junto ao Córrego Riachão; deste, segue pelo Córrego Riachão, à jusante, confrontando com a Fazenda Retiro, com a distância de 13.600m, até o P-01, inicial da descrição do perímetro (Fonte de Referência: Carta do DSG, Folhas SC.22-Z-D-VI, Escala 1:100.000, Ano: 1977 e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.097, DE 16 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Malhada do Riachão e Cajueiro», classificados no cadastro de imóveis rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situados no Município de Iguaraci, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Malhada do Riachão e Cajuciro», com a área de 310.7846ha (trezentos e dez hectares, setenta e oito ares e quarenta e seis centiares), situados no Município de Igaraci, no Estado de Pernambuco, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: «partindo do Ponto 24/00296, localizado no extremo Norte com as coordenadas 688.463,56-E e 9.147.111,18-N a linha segue pela margem direita do Riacho da Onça, montante, fazendo divisa com o Município de Tuparetama até encontrar o Ponto 24/01019 mesma distância de 3.711,09m; deste Ponto a linha segue limitando-se com terras de Pedro Salviano de Souza, ou sucessores até encontrar o Ponto 24/00368 depois de passar pelos Pontos 24/01020, 24/01021, 24/01022, 24/01023, 24/01024, 24/01025, 24/01026, 24/01027 e 24/01213 com os seguintes azimutes e distâncias: 24/01019, 24/01020 = 276°0'25" e 166,46m; 24/01020-24/01021 = 239°18'39" e 211,23m; 24/01021-24/01022 = 247°14'15" e 180,12m; 24/01022-24/01023 = 225°58'34" e 76,80m; 24/01023-24/01024 = 234°07'22" e 146,28m; 24/01024-24/01025 = 264°17'41" e 48,15m; 24/01025-24/01026 = 267°18'42" e 233,90m; 24/01026-24/01027 = 269°17'44" e 316,36m; 24/01027-24/01213 = 246°17'48" e 77,93m; 24/01013-24/00368 = 228°14'34" e 57,75m; deste ponto a linha segue limitando-se com as terras de Jaime Bernardino da Silva, ou sucessores, até encontrar o Ponto 24/00365, depois de passar pelos Pontos 24/00367 e 24/00366 com os seguintes azimutes e distâncias: 24/00368-24/00367 = 340°45'37" e 723,99m; 24/00367-24/00366 = 269°58'20" e 103,06m; 24/00366-24/00365 = 227°49'17" e 180,85m; deste ponto a linha segue limitando-se com as terras de Francisco Pereira de Lima, ou sucessores, até encontrar o Ponto 24/00291 depois de passar pelos Pontos 24/00364-24/00699, 24/00698, 24/00697, 24/00700 e 24/00294 com os seguintes azimutes e distâncias: 24/00365-24/00364 = 314°13'03" e 7,30m; 24/00364-24/00699 = 342°41'47" e 1.229,12m; 24/00699-24/00698 = 330°49'04" e 119,10m; 24/00698-24/00697 = 319°56'35" e 54,00m; 24/00697-24/00700 = 313°49'06" e 193,03m; 24/00700-24/00294 = 325°41'04" e 253,02m; 24/00294-24/00291 = 356°06'09" e 108,28m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Lourival Alexandre da Silva, ou sucessores, com o azimuth de 99°30'36" e uma distância de 67,87m; encontrando o Ponto 24/00490; deste Ponto limitando-se com as terras de Eliseu Matias Sobrinho, ou sucessores, a linha segue até encontrar o Ponto 24/00296, ponto de partida deste memorial, depois de passar pelo Ponto 24/00300 com os seguintes azimutes e distâncias:

24/00490-24/00300 = 89°04'05'' e 145,72m e 24/00300-24/00296 = 21°06'07'' e 44,72m. (Fonte de Referência: Carta da DSG — Folhas SB.24-Z-C-VI e SB.24-Z-D-IV e levantamento aerofotogramétrico realizado pela PROSPEC S/A).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.098, DE 16 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Rosário ou Linha Rosário», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Romelândia, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Rosário ou Linha Rosário, com área de 250,00ha (duzentos e cinquenta hectares), situado no Município de Romelândia, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P-1, de coordenadas UTM E=276.445,00 e N=7.056.780,00, referidas ao MC 51°WGr, extremo Norte, comum com terras de Canisio Neis e Valdemar Buenich; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Valdemar Buenich e Manoel Otávio Ribeiro, com azimute de 94°15' e distância de 1.780,00m, atravessando a Sanga Pouso do Mayer, até o P-2, situado à margem direita do Rio Sargento; deste, segue pela margem direita do Rio Sargento, à jusante, com distância de 5.590,00m, até o P-3 (extremo Sul), de coordenadas UTM E=277.870 e N=7.054.440; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Roque Luiz Casali e outros, com azimute de 277°30' e distância de 880,00m, até o P-4, situado à margem esquerda do Lageado Navegantes; deste, segue pela margem esquerda do Lageado Navegantes, à montante, com distância de 690,00m, até o P-5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Arlindo Ross e Alberto Chonoski, Francisco Chianato e Canisio Neis, com azimute de 356°00' e distância de 1.650,00m, até o P-1, origem desta descrição. (Fontes de Referência: Cartas Geográficas do IBGE, Anchieta Folha SG-22-Y-A-V-1 (MI 2.873/1) Edição 1979 e Saltinho, Folha SG-22-YA-V-2 (MI 2.873/2), Edição 1980, da DSG, Escala 1:50.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.099, DE 16 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 12, firmado entre o Brasil e o México no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do México com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 29 de dezembro de 1986, em Montevidéu, o Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 12, no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas,

D E C R E T A :

Art. 1º O Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 12, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 17-3-87 e foram republicados no D.O. de 30-3-87.

DECRETO Nº 94.100, DE 16 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 15, no setor da indústria químico-farmacêutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em

12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Brasil e México, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevideu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 15,

DECRETA:

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 15, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 17-3-87 e foram republicados no D.O. de 18-3-87.

DECRETO Nº 94.101, DE 16 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Sul — Morada Nova», no Município de Morada Nova, Estado do Ceará, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras e e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, titulada a

diversos particulares, com 10.768,8000ha (dez mil setecentos e sessenta e oito hectares e oito mil centiares), abrangida pelo Projeto de Irrigação «Transição Sul — Morada Nova», no Município de Morada Nova, Estado do Ceará, de acordo com a planta constante do Processo — PROINE nº 43000.100178/87-51, e assim descrita: O polígono tem seu início no ponto zero, de coordenadas (UTM) de latitude 9.432.670m e longitude 570.920m, localizado na margem direita do rio Banabuiú, próximo à barragem de derivação aí localizada, da qual dista 20 metros. Neste ponto zero toma-se o azimute 180°00' e segue-se a uma distância de 1.860m, até encontrar o ponto 1; neste, faz-se um ângulo interno de 209°45' e segue-se a uma distância de 5.560m, até encontrar o ponto 2; neste, faz-se um ângulo interno de 68°30' e segue-se a uma distância de 8.720m, até encontrar o ponto 3; neste, faz-se um ângulo interno de 184°45' e segue-se a uma distância de 9.520m, até encontrar o ponto 4; neste, faz-se um ângulo interno de 75°45' e segue-se a uma distância de 5.740m, até encontrar o ponto 5; neste, faz-se um ângulo interno de 115°30' e segue-se a uma distância de 4.370m, até encontrar o ponto 6; neste, faz-se um ângulo interno de 206°30' e segue-se a uma distância de 5.220m, até encontrar o ponto 7; neste, faz-se um ângulo interno de 82°45' e segue-se a uma distância de 2.940m, até encontrar o ponto 8; neste, faz-se um ângulo interno de 137°30' e segue-se a uma distância de 2.580m, até encontrar o ponto 9; neste, faz-se um ângulo interno de 278°30' e segue-se a uma distância de 4.540m, até encontrar o ponto 10; neste faz-se um ângulo interno de 262°30' e segue-se a uma distância de 4.250m, até encontrar o ponto 11; neste, faz-se um ângulo interno de 63°45' e segue-se a uma distância de 760m, até encontrar o ponto 12; neste, faz-se um ângulo interno de 139°30' e segue-se a uma distância de 1.500m, até encontrar o ponto zero, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.432.670m e longitude 570.920m, estando, assim, fechado o polígono, cuja área total é de 10.768,8000ha.

Art. 2º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE), as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.102, DE 17 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 e seus 9º e 10º Protocolos Adicionais entre Brasil e Argentina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Argentina com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram o Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980 (Acordo nº 1) e seus 9º e 10º Protocolos Adicionais,

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 (Acordo nº 1) e seus 9º e 10º Protocolos Adicionais, apensos por cópia ao presente decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente, como neles se contêm.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1987; 166º de Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo e seus anexos estão publicados em Suplemento ao D.O. de 18-3-87.

DECRETO Nº 94.103, DE 17 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Bugre Morto», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA com latifúndio por exploração, situado no Município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Bugre Morto», com a área de 216,0053ha (duzentos e dezesseis hectares e cinquenta e três centiares), situado no Município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do M-01, de coordenadas geográficas longitude 52°21'38" WGr, e latitude 25°23'16"S, segue por linhas secas, confrontando com terras dos Irmãos Ribeiro Batista e outros, com os seguintes azimutes e distâncias: 121°40' e 180,00m, até o M-02; 87°05' e 840,00m, até o M-03; 137°25' e 520,00m, até o M-04; 172°30' e 560,00m, até o M-05, situado à margem esquerda de um arroio; deste, segue margeando o referido arroio, à montante, numa distância de 320,00, até o M-06, situado à margem direita do citado arroio; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Pedro Euzébio da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: 179°30' e 358,00m, até o M-07; 223°45' e 60,00m, até o M-08, situado à margem de uma estrada vicinal; deste, segue margeando a referida estrada vicinal, no sentido noroeste, numa distância de 682,00m, até o M-09; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Rosalvo Scheremeta e outros, com os seguintes azimutes e distâncias: 183°10' e 450,00m, até o M-10; 123°05' e 320,00m até o M-11; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras dos Irmãos Kramer, com os seguintes azimutes e distâncias: 223°45' e 80,00m, até o M-12; 172°40' e 1.385,00m, até o M-13, situado à margem esquerda do Rio Candoi; deste, segue margeando o referido rio, à montante, com a distância de 450,00m, até o M-14; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Darcy Marinho da Rocha, com azimute de 269°25' e distância de 226,00m, até o M-15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Pavlak, com azimute de 352°40' e distância de 2.926,00m, até o M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fonte de Referência: Carta da DSG, Folha SG-22-V-D-I, Escala 1:100.000 — Ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural

de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado, o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.104, DE 17 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Fio de Ouro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Reserva, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Fio de Ouro», com a área de 321.6656ha (trezentos e vinte e um hectares, sessenta e seis ares e cinquenta e seis centiares), situado no Município de Reserva, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, de coordenadas geográficas latitude 24°38'00''S e longitude 51°04'53''WGr, situado no entroncamento de duas estradas vicinais, segue por uma das estradas vicinais, sentido oeste, confrontando com terras de Pedro Beira e Nicolau Massalak,

com a distância de 2.325m, até o marco 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Atalicio F. Camargo, com azimuth de 67°30' e distância de 120m, até o marco 3, situado na nascente de uma sanga; deste, segue à jusante da referida sanga, confrontando com terras de Atalicio F. Camargo, com a distância de 750m, até o ponto 4, situado na confluência da citada sanga com o Rio das Marrecas; deste, segue à montante do referido rio, com a distância de 425m, até o marco 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Anacleto, com azimuth de 31°00' e distância de 910m, até o marco 6, situado na margem de uma estrada; deste, segue pela referida estrada, sentido leste, confrontando com a Fazenda Santa Helena, com a distância de 375m, até o marco 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Pedro Demetrio, com os seguintes azimuths e distâncias: 172°00' e 230m, até o marco 8; 91°30' e 75m, até o marco 9, situado na margem de uma estrada vicinal; deste, segue pela referida estrada, sentido sul, confrontando com terras de Pedro Demetrio, com a distância de 2.800m, até o marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fonte de Referência: Carta da DSG, Folha SG.22-V-B-VI, Escala 1:100.000, ano 1972).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.105, DE 17 DE MARÇO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.881, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Cinema — CONCINE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 28 e 29 do Decreto nº 93.881, de 23 de dezembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 28. O CONCINE disporá de uma Assessoria Técnica, uma Coordenadoria de Relações Institucionais, uma Diretoria de Assuntos Jurídicos, uma Diretoria Executiva e uma Diretoria de Administração e Finanças, diretamente subordinadas à Vice-Presidência».

«Art. 29. As competências de Assessoria Técnica, da Coordenadoria de Relações Institucionais e das Diretorias de Assuntos Jurídicos, Executiva e de Administração e Finanças, bem como a organização administrativa do CONCINE, serão definidas em Regimento Interno a ser baixado mediante ato do Ministro de Estado da Cultura».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Celso Furtado

DECRETO Nº 94.106, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Serrinha — Lote Última Hora», situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Serrinha — Lote Última Hora», com área de 9.916,5589ha (nove mil, novecentos e dezesseis hectares, cinquenta e cinco ares e oitenta e

nove centiares), situado no Município de Água Boa, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do MP1, de coordenadas geográficas longitude 52°53'03" WGr e latitude 13°53'09" S, cravado na divisa comum com terras de João Corbelino e terras de Carlos Alberto Toledo; deste, por uma linha seca, divisa com as referidas terras de Carlos Alberto Toledo e terras de Carlos de Arruda Mendes com rumo de 70°30' NE e a distância de 18.750m (dezoito mil, setecentos e cinquenta metros), chega-se ao MP2, cravado na divisa com terras de Carlos Verlangieri Lopes; deste, por uma linha seca, divisa com as referidas terras de Carlos Verlangieri Lopes com os seguintes rumos e distâncias: 02°30' SW e 2.500m (dois mil e quinhentos metros) até o MP3; 75°45' SW e 3.425m (três mil, quatrocentos e vinte e cinco metros), chega-se ao MP4, cravado na divisa com terras de Antonio Eutrópio Pedroso; deste, por uma linha seca, divisa com as referidas terras de Antonio Eutrópio Pedroso com o rumo de 66°42' SW e a distância de 1.800 metros (um mil e oitocentos metros), chega-se ao MP5, cravado na divisa com terras de Celso Domingues; deste, por uma linha seca, divisa com as referidas terras de Celso Domingues com o rumo de 70°16' NW e a distância de 14.900m (quatorze mil e novecentos metros), chega-se ao MP6, cravado na divisa com terras de Hugo Zampieri; deste, por uma linha seca, divisa com as referidas terras de Hugo Zampieri e terras de João Cobelino com rumo de 19°30' NE e distância de 5.550m (cinco mil, quinhentos e cinquenta metros), chega-se ao MP1, marco inicial da descrição do perímetro. (Fonte de referência: Título Definitivo expedido pelo Estado de Mato Grosso em nome de Masahishi Iguma e Carta DSG-SD-22-V-C-VI — Escala: 1:100.000 — Ano: 1980).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras titulares irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969 e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.107, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Juquiá de Cima — Quinhões 01 e 04», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Juquiá de Cima — Quinhões 01 e 04», com a área de 550.7459ha (quinhentos e cinquenta hectares, setenta e quatro ares e cinquenta e nove centiares), situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem os seguintes perímetros:

a) Área I — «Quinhão 01», com 399,2459 ha: partindo do marco M-01, de coordenadas geográficas longitude 52º05'45" WGr e latitude 25º11'46" S, situado na margem direita do Arroio Passo do Cavaco, na divisa de terras do Quinhão 04, de João Schadeck; deste, segue pelo referido arroio, à jusante, atravessando uma estrada, com a distância de 1.755m, até a foz do Arroio da Porteira; deste, segue pelo citado Arroio da Porteira, à montante, com a distância de 1.750m, até o marco M-02; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Jarau, atravessando uma estrada, com os seguintes azimutes e distâncias: 94º00' e 582m, até o marco M-03; 136º10' e 735m, até

o marco M-04; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Irmãos Schadeck, com azimute de $169^{\circ}10'$ e distância de 200m, até o marco M-05; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Quinhão 02, de viúva Tereza Sabatke Schadeck, com azimute de $247^{\circ}30'$ e distância de 1.650m, até o marco M-06, situado na margem de uma estrada; deste, segue pela referida estrada, no sentido sul, com a distância de 310m, até o marco M-07, situado na margem da citada estrada; deste, segue por linhas secas, atravessando uma estrada, confrontando com terras do Quinhão 04, de João Schadeck, com os seguintes azimutes e distâncias: $257^{\circ}30'$ e 1.235m, até o marco M-08; $310^{\circ}00'$ e 1.025m, até o marco M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fonte de referência: Carta DSG, Folha SG.22-V-D-I, Escala 1:100.000, Ano 1973).

b) Área II — «Quinhão 04», com 151,5000ha: partindo do marco M-01, de coordenadas geográficas longitude $52^{\circ}03'28''$ WGr e latitude $25^{\circ}10'43''$ S, situado na divisa de terras do Quinhão 07 e de Nilo Maria Gasparetto; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Nilo Maria Gasparetto, com os seguintes azimutes e distâncias: $13^{\circ}00'$ e 685m, até o marco M-02; $52^{\circ}15'$ e 320m, até o marco M-03; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Quinhão 17, com azimute de $147^{\circ}40'$ e distância de 2.855m, até o marco M-04; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da família Schadeck, com os seguintes azimutes e distâncias: $267^{\circ}25'$ e 135m, até o marco M-05; $281^{\circ}40'$ e 325m, até o marco M-06; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Quinhão 07, com azimute de $315^{\circ}45'$ e distância de 2.085m, até o marco M-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. (Fonte de referência: Carta DSG, Folha SG.22-V-D-I, Escala 1:100.000, Ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.108, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Declaru de interesse social, para fins de desapropriação, parte de imóvel rural, sem denominação, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por dimensão, situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte de imóvel rural sem denominação, com a área de 1.275ha (um mil, duzentos e setenta e cinco hectares), situado no Município de Manaus, no Estado do Amazonas, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 59°54'25" WGr e latitude 02°47'45" S, situado na divisa de terras do Lote 167 e de Geraldo Salles Chã; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Geraldo Salles Chã, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 90°00' e 460,00m, até o P2, de coordenadas geográficas longitude 59°54'10" WGr e latitude 02°47'45" S, 68°00' e 1.100,00m, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 59°53'38" WGr e latitude 02°47'31" S; 90°00' e 1.350,00m, até o P4, de coordenadas geográficas longitude 59°52'54" WGr e latitude 02°47'31" S, situado à margem direita do Rio Puraquequara; deste, segue pelo Rio Puraquequara, à jusante, margem direita, com a distância de 8.000,00m, até o M-1925, de coordenadas geográficas longitude 59°51'15" WGr e latitude 02°51'19" S, situado na divisa de terras do Lote 307; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Lote 307; com azimute verdadeiro de 270°34' e distância de 1.150,00m, até o P5, de coordenadas geográficas longitude 59°51'55" WGr e latitude 02°51'14" S, situado na divisa da terras de Geraldo Salles Chã; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Geraldo Salles Chã, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 342°00" e 5.150,00m, até o P6, de coordenadas geográficas longitude 59°52'47" WGr e latitude 02°48'37" S; 260°00' e 2.620,00m, até o P7, de coordenadas geográficas longitude 59°54'10"

WGr e latitude 02°48'51" S; 270°00' e 450,00m, até o P8, de coordenadas geográficas longitude 59°54'24" WGr e latitude 02°48'51" S, situado na divisa de terras do Lote 195; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Lote 195, com azimute verdadeiro de 359°51' e distância de 1.080,00m, até o M-1574, de coordenadas geográficas longitude 59°54'25" WGr e latitude 02°48'18" S, situado na margem direita de um igarapé sem denominação; deste, segue por linha seca, atravessando o referido igarapé, com a distância de 40,47m, até o M-1617, de coordenadas geográficas longitude 59°54'25" WGr e latitude 02°48'16" S, situado à margem esquerda do citado igarapé, na divisa de terras do Lote 191; deste, segue por linha seca, confrontando com os Lotes 191 e 168, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 359°51' e 723,51m, até o M-1573, de coordenadas geográficas longitude 59°54'25" WGr e latitude 02°47'49" S; 359°52' e 100,00m, até o P1, início da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta do DSG, Folhas SA.21-Y-A-IV-1 e SA.21-Y-A-IV-A-3, Escala 1:50.000, ano 1980).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.109, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 83.904, de 28 de agosto de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º O Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), criado pela Lei nº 5.025, de 10 de junho de 1966, será integrado pelos seguintes membros:

- I — Ministro de Estado da Fazenda, como presidente;
- II — Ministro de Estado da Indústria e do Comércio e Ministro de Estado das Relações Exteriores, como vice-presidentes;
- III — Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
- IV — Ministro de Estado da Agricultura;
- V — Ministro de Estado dos Transportes;
- VI — Ministro de Estado das Minas e Energia;
- VII — Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia;
- VIII — Presidente do Banco Central do Brasil;
- IX — Presidente do Banco do Brasil S.A.;
- X — Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX do Banco do Brasil S.A., que exercerá a função de Secretário-Executivo do Órgão;
- XI — 8 (oito) representantes do setor privado, nomeados pelo Presidente da República.»

Art. 2º O § 1º do artigo 1º do Decreto nº 83.955, de 12 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 84.051, de 3 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º

§ 1º O órgão de que trata este artigo será dirigido pelo Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX, do Banco do Brasil S.A., como Secretário-Executivo.

§ 2º

Art. 3º O Conselho Nacional de Comércio Exterior poderá reunir-se, sempre que necessário, a nível de representantes dos seus membros titulares.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.110, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Altera a composição do Conselho Nacional de Seguros Privados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) será integrado pelos seguintes membros:

- I — Ministro de Estado da Fazenda;
- II — Superintendente da Superintendência de Seguros Privados;
- III — Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil;
- IV — Presidente do Banco Central do Brasil;
- V — Presidente da Caixa Econômica Federal;
- VI — Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
- VII — Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A;
- VIII — Diretor de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil;
- IX — Vice-Presidente de Planejamento e Controle da Caixa Econômica Federal;
- X — representantes dos Ministérios:
 - a) dos Transportes;
 - b) da Indústria e do Comércio; e
 - c) da Previdência e Assistência Social;
- XI — representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; e
- XII — representantes da iniciativa privada, em número de 6 (seis), e respectivos suplentes, nomeados pelo Presidente da

República, escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notório saber nas matérias de competência do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1º A Presidência do Conselho caberá ao Ministro de Estado da Fazenda, que será substituído, em suas faltas e impedimentos eventuais, pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados.

§ 2º Os Suplentes dos membros a que se referem os incisos I a IX serão por eles indicados; os representantes mencionados nos incisos X e XI e respectivos suplentes serão designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, mediante indicação dos Ministros a que estejam vinculados.

§ 3º Qualquer dos membros a que se refere o inciso XII deste artigo perderá seu mandato, se deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, durante um exercício.

Art. 2º O Conselho deliberará por maioria de votos, com o *quorum* mínimo de 10 (dez) membros.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

Art. 3º Os serviços de Secretaria-Executiva do Conselho serão providos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Art. 4º Ficam mantidos na Estrutura Básica do Ministério da Fazenda, a que se refere o Decreto nº 76.085, de 6 de agosto de 1975, como entidade vinculadas, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), criados pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Art. 5º São da competência do Ministro de Estado da Fazenda as atribuições conferidas ao Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, na legislação que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, o Sistema Nacional de Capitalização e sobre as entidades de previdência privada aberta.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 81.568, de 18 de abril de 1978, 83.483, de 22 de maio de 1979, e 91.429, de 11 de julho de 1985.

Brasília, 18 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.111, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 20, no setor da indústria de matérias corantes e pigmentos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Brasil, Chile e México com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 20,

D E C R E T A :

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 20, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo está publicado no D.O. de 20-3-87.

DECRETO Nº 94.112, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 93.090, de 8 de agosto de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º A letra b, do item IV do artigo 1º do Decreto nº 93.090, de 8 de agosto de 1986, que fixa cargos privativos de Oficial-General da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a vigorar com a redação abaixo:

«Art. 1º

 IV —

b) Do Posto de Brigadeiro:

- Subdiretor Técnico da Diretoria de Saúde;
- Subdiretor de Logística da Diretoria de Saúde;
- Subdiretor de Aplicação dos Recursos para Assistência Médico-Hospitalar da Diretoria de Saúde;
- Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial;
- Diretor do Hospital de Força Aérea do Galeão;
- Diretor do Hospital Central da Aeronáutica; e
- Diretor do Hospital de Força Aérea de Brasília.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.113, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária Mercedina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária Mercedina», com a área de 767,2791ha (setecentos e sessenta e sete hectares, vinte e sete ares, noventa e um centiares), situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do

Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no P-1, de coordenadas geográficas longitude 53°12'47" WGr e latitude 22°20'23" S, situado na margem esquerda do Rio Samambaia; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Nívio Durães, com azimute magnético de 131°54' e distância de 5.213,00m, até o P-2, situado na divisa com terras da Fazenda Primavera; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Primavera de Moura de Andrade S.A., com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: 214°03' e 950,00m, até o P-3; 304°38' e 5.906,71m, até o P-4; 332°39' e 62,50m, até o P-5, situado na margem esquerda do Rio Samambaia; deste, segue pela margem esquerda do Rio Samambaia acima, com a distância de 2.200,00m, até o P-1, inicial da descrição do perímetro. (Fontes de Referência: Carte do DSGE — Folha SF-22-Y-A-II, ano 1972, Escala 1:100.000 e Certidão do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizada a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.114, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba dos Orlandos» classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Alto Paraguai, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 16 da Constituição, e nos termos dos

artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d* e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba dos Orlandos», com a área de 3.545,0000ha (três mil, quinhentos e quarenta e cinco hectares), situado no Município de Alto Paraguai, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia a descrição do perímetro no P-01 de coordenadas geográficas: longitude 56°35'09" WGr e latitude 14°31'42" S, situado à margem direita do Rio Paraguai, comum com as terras de Antonio Afonso; daí, segue com o rumo de 35°00' NW, e na distância de 3.000,00m, confrontando com terras de Antonio Afonso, até o P-02, situado comum às terras do confrontante e às terras da Sesmaria dos Dois Irmãos; daí, segue com o rumo de 37°00' NE, e na distância de 14.150,00m, confrontando com terras da Sesmaria dos Dois Irmãos, até o P-03, situado comum com as terras da Sesmaria dos Dois Irmãos, e a margem direita do Rio Diamantino; daí, segue à jusante do Rio Diamantino, por sua margem direita, na distância de 6.500,00m, até o P-04, situado na barra do Rio Diamantino, no Rio Paraguai, margem direita de ambos os cursos d'água; daí, segue à jusante do Rio Paraguai, por sua margem direita, na distância de 19.800,00m, até o P-01, ponto inicial do perímetro descrito. Foram excluídos 88 hectares, referentes às faixas de domínio das MT's 010 e 240. (Fontes de Referências: Título Definitivo expedido pelo Estado de Mato Grosso e Vicente Orlando; Cartas do IBGE: SD.21-Z-A-I, SD.21-Z-A-II, SD.21-Z-A-IV a SD.21-Z-A-V, Escala 1:100.000, de 1975).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969 e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.115, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Samarco e Chapadão do Rio Quartel», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situados no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Fazendas Samarco e Chapadão do Rio Quartel», com a área total de 689,2700ha (seiscentos e oitenta e nove hectares e vinte e sete ares), situados no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis rurais a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: partindo do Ponto (P0), de coordenadas geográficas longitude 40º14'30" WGr e latitude 19º31'11" S, situado na divisa com herdeiros de Horestes Casoti; deste, segue por linha seca, confrontando com herdeiros de Horestes Casoti, Prino Giocomin e Narciso da Ros, com o azimute de 74º30'00" e distância de 2.300m, até o Ponto 1, situado na divisa com Izaías Bonna; deste, segue por linha seca, confrontando com Izaías Bonna, com o azimute de 166º30'00" e distância de 850m, até o Ponto 2, situado na divisa com Mario Augusto de Carvalho; deste, segue por linha seca, confrontando com Mario Augusto de Carvalho, com azimute de 255º00'00" e distância de 1.300m, até o Ponto

2-A; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com Mario Augusto de Carvalho, com o azimuth de 165°00'00" e distância de 1.770m, até o Ponto 3, situado na divisa com Dalpieri; deste, segue por linha seca, confrontando com Dalpieri, com o azimuth de 257°30'00" e distância de 1.000m, até o Ponto 4, situado junto a uma estrada; deste, segue pela margem da estrada rumo sul, confrontando com Dalpieri, com a distância de 150m, até o Marco 5, situado na margem da estrada; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com Dalpieri, com o azimuth de 258°00'00" e distância de 1.450m, até o Ponto 6, situado na divisa com José Nardi; deste, segue por linha seca, confrontando com José Nardi, José e Jerônimo Valfre, com os seguintes azimuths e distância: 347°15'00" e 650m, até o Ponto 7; 75°00'00" e 330m, até o Ponto 8; 345°00'00" e 1.140m, até o Ponto 9, situado junto a uma estrada; deste, segue pela margem da estrada rumo oeste, confrontando com José e Jerônimo Valfre, com a distância de 200m, até o Ponto 10, situado na margem da estrada na divisa com Mario Medonça de Carvalho; deste, segue por linha seca, confrontando com Mario Mendonça de Carvalho, com azimuth de 345°00'00" e distância de 930m, até o Ponto 11, situado na divisa com Evaldo da Luz; deste, segue por linha seca, confrontando com Evaldo da Luz e herdeiros de Horestes Casoti, com o azimuth de 75°00'00" e distância de 1.300m, até o Ponto (P0), início da descrição do perímetro (Fontes de Referência: Carta do IBGE, Folha SE.24-Y-D-IV, Escala 1:100.000, Ano 1979 e Mapa Planialtimétrico do Estado do Espírito Santo — Projeto RADAMBRASIL).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis rurais referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.116, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a reintegração e inclusão de servidor no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e VIII, da Constituição, de acordo com os artigos 58 e 59, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, tendo em vista a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o que consta do Processo nº 00600.014990/86-01, e

Considerando que o Juiz Federal da 5ª Vara — Seção do Estado do Rio de Janeiro julgou procedente o pedido de reintegração a que se refere a Ação Ordinária (Proc. nº 2.451.409/80);

Considerando que o Tribunal Federal de Recursos mediante Acórdão de 15 de abril de 1986, por unanimidade de votos negou provimento à Apelação Cível nº 83.771-RJ e confirmou a sentença de primeira instância,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reintegrado, no cargo de Produtor Radiofônico, código: EC-304.16.C, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Agricultura, do qual foi demitido por decreto de 8 de setembro de 1970, publicado no *Diário Oficial* de 9 subsequente, Carlos Alberto da Costa Pinto.

Art. 2º Em consequência do disposto no artigo anterior fica incluído, mediante transposição, na forma do anexo deste decreto, na classe C, faixa gradual I, da categoria funcional de Técnico em Assuntos Culturais, do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, o cargo ocupado pelo referido servidor.

Art. 3º O órgão de pessoal do Ministério da Agricultura apostilará o título do servidor abrangido por este decreto.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos 1º e 2º deste decreto, vigoram, respectivamente, a partir de 1º de abril de 1964 e de 1º de novembro de 1974, correndo a despesa à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério da Agricultura.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Iris Rezende Machado

ANEXO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
(Orgão ou Autarquia Federal)

QUADRO PERMANENTE
GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR,
CODIGO NS-900
(Artigo 2º do Decreto nº 94.116, de 19 de março de 1987)

LOTAÇÃO
Portaria MA nº 19, de 13-1-87
D.O. de 20-1-87

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA							
Nº de cargos	Denominação	Código, Símbolo ou valor	Quadro ou parte do quadro	Nº de cargos transpostos ou transformados	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de empregos transpostos, transformados e/ou incluídos na T.P.	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	Produtor Radiofônico EC-304 15.C	PP		—	928.S	Técnico em Assuntos Culturais	S	1	1	1	1
1				928.C	Técnico em Assuntos Culturais	C	1	—	1	1	1
—				928.B	Técnico em Assuntos Culturais	B	1	—	1	1	1
4				928.A	Técnico em Assuntos Culturais	A	6	4	4	1	1
				5				8	4		

DECRETO Nº 94.117, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Altera a tabela para retenção do imposto de renda na fonte, prorroga prazo de entrega da declaração de rendimentos da pessoa física, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 85 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986,

DECRETA:

Art. 1º A tabela para o cálculo do imposto de renda na fonte, prevista no artigo 4º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, observada a dispensa da retenção de imposto no caso de rendimento bruto do trabalho assalariado de até 5 (cinco) salários mínimos, fica reajustada na forma abaixo:

Renda Líquida Mensal (CZ\$)				Alíquota (%)
1. até		2.868,00		isento
2. de	2.869,00	a	4.940,00	5
3. de	4.941,00	a	10.008,00	8
4. de	10.009,00	a	14.573,00	10
5. de	14.574,00	a	22.956,00	15
6. de	22.957,00	a	29.117,00	20
7. de	29.118,00	a	36.150,00	25
8. de	36.151,00	a	55.783,00	30
9. de	55.784,00	a	77.452,00	35
10. de	77.453,00	a	105.858,00	40
11. acima de			105.858,00	45

Parágrafo único. As deduções admitidas para o cálculo da renda líquida mensal ficam reajustadas para:

a) 25% do rendimento bruto, limitado, conforme o disposto no inciso I do artigo 6º da Lei nº 7.450/85, a CZ\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzados) mensais.

b) CZ\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzados) mensais por dependente.

Art. 2º No exercício financeiro de 1987 a declaração de rendimentos de pessoa física poderá ser entregue até 15 de abril de 1987.

Parágrafo único. Observado o limite mínimo de valor para cada cota, o imposto de renda devido poderá ser pago em até 8 (oito) parcelas mensais, vencível a primeira delas até 15 de abril de 1987.

Art. 3º O reajuste da tabela contida no artigo 1º é aplicável aos rendimentos auferidos a partir de 1º de março de 1987, pagos ou creditados a partir da publicação deste decreto.

Art. 4º A Secretaria da Receita Federal poderá baixar os atos necessários à execução deste decreto.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.118, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 19 no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários de Argentina, Brasil, México e Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 19, no setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas,

D E C R E T A :

Art. 1º O Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 19, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

DECRETO Nº 94.119, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5 no setor da indústria química entre Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários de Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, no setor da indústria química,

DECRETA:

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo está publicado no D.O. de 23-3-87.

DECRETO Nº 94.120, DE 19 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16 entre Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela, no setor da indústria petroquímica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em

12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Brasil, Chile, México, Uruguai e Venezuela, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevideu, o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16,

DECRETA :

Art. 1º O Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O acordo está publicado no D.O. de 23-3-87.

DECRETO Nº 94.121, DE 20 DE MARÇO DE 1987

*Altera o Regulamento de Promoção de
Graduados do Exército, e dá outras
providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Ficam alterados os artigos 27 e 31 do Regulamento de Promoções de Graduados do Exército (R-196), aprovado pelo Decreto nº 77.920, de 28 de junho de 1976, que passam a vigorar com a seguinte redação:

.....
«Art. 27. As promoções, previstas no artigo 10, ocorrerão nos dias 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano para as vagas abertas e computadas até 15 de maio e 16 de novembro, respectivamente.
.....

Art. 31. Os QAA e QAM serão organizados separadamente para cada QMS, relacionando os graduados mais antigos, em quantidade igual ao percentual a ser fixado pelo Ministro do Exército, sobre o efetivo de cada QMS para o ano considerado, sendo:

1) no QAA, de acordo com a precedência hierárquica, estabelecida no Almanaque do Pessoal Militar do Exército — Subtenentes e Sargentos, última edição;

2) no QAM, de acordo com a ordem decrescente de pontos apurados na Ficha de Promoção.

Parágrafo único. Os Quadros de Acesso, após aprovados e publicados, não sofrerão alteração em sua composição, caso ocorrer reversão ou agregação de qualquer elemento constante dos mesmos, ressalvando o previsto no artigo 34».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.122, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Araxá e Tapira, ambos do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, letra f, e artigo 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.785, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras de propriedade de particulares, necessárias à implantação do complexo industrial denominado «Projeto Titânio», a cargo da referida empresa, áreas essas situadas nos Municípios de Tapira e Araxá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º As áreas referidas no artigo anterior, com 1.382,95ha (um mil trezentos e oitenta e dois hectares e noventa e cinco ares) e 637,03ha (seiscentos e trinta e sete hectares e três ares), respectivamente, são re-

presentadas por duas poligonais, cujos vértices têm as coordenadas geográficas constantes dos anexos I e II.

Art. 3º Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a Companhia Vale do Rio Doce poderá, no processo judicial, alegar a urgência da desapropriação, promovendo a imissão provisória na posse e a efetivação da desapropriação, com seus próprios recursos, em seu próprio nome e com a assistência da União.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

ANEXO I — POLIGONAL DA ÁREA DE ARAXÁ — MG

A área de Araxá, a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 94.122, de 20 de março de 1987, compreendida por uma poligonal fechada, tem as seguintes coordenadas:

VÉRTICE	N	E	DISTÂNCIA
1	7.834.950	310.210	
2	7.834.000	308.900	1.618.209
3	7.834.000	307.000	1.900.000
4	7.835.460	307.000	1.460.000
5	7.836.350	307.870	1.244.588
6	7.836.910	309.040	1.297.112
7	7.834.950	310.210	2.282.652

ANEXO II — POLIGONAL DA ÁREA DE TAPIRA — MG

A área de Tapira, a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 94.122, de 20 de março de 1987, compreendida por uma poligonal fechada, tem as seguintes coordenadas:

VÉRTICE	N	E	DISTÂNCIA
1	7.796.321,177	305.805,165	
2	7.796.321,177	301.695,165	4.110,0
3	7.800.411,177	301.695,165	4.090,0
4	7.800.411,177	304.915,165	3.220,0
5	7.800.531,177	304.915,165	120,0
6	7.800.531,177	305.215,165	300,0

VÉRTICE	N	E	DISTÂNCIA
7	7.800.291,177	305.215,165	240,0
8	7.800.291,177	305.155,165	60,0
9	7.799.681,177	305.155,165	610,0
10	7.799.681,177	305.005,165	150,0
11	7.799.231,177	305.005,165	450,0
12	7.799.231,177	304.905,165	100,0
13	7.797.021,177	304.905,165	2.210,0
14	7.797.021,177	305.355,165	450,0
15	7.796.571,177	305.355,165	450,0
16	7.796.571,177	305.805,165	450,0
1	7.796.821,177	305.805,165	250,0

DECRETO Nº 94.123, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Urubupungá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 1.013/85,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 9 de julho de 1985, a concessão da Rádio Urubupungá Ltda., outorgada através do Decreto nº 56.376, de 31 de maio de 1965, para explorar, na cidade de Andradina, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.124, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Outorga concessão à Televisão Capixaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.007519/86 (Edital nº 199/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Televisão Capixaba Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.125, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006036/86 (Edital nº 174/86).

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Itatiaia Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 97º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.126, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Guamá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004066/86 (Edital nº 119/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Guamá Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, servi-

ção de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Miguel do Guamá, Estado do Pará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão, deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.127, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Outorga concessão à Progresso do Acre Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.011271/84 (Edital nº 111/84),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Progresso do Acre Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.128, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Usina Novo Horizonte», «Fazenda Pedra Rasa/Barão e anexos», «Fazenda Rego D'Água», «Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Imbé e Lagoinha», «Fazenda Aleluia», «Fazenda Cambucá», e «Fazenda São Julião-Batatal», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situados no Município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Usina Novo Horizonte», «Fazenda Pedra Rasa/Barão e anexos», também conhecida como «Baiano», «Fazenda Rego D'Água», «Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Imbé e Lagoinha», «Fazenda Aleluia», «Fazenda Cambucá» e «Fazenda São Julião-Batatal», com a área total de 4.335,1000ha (quatro mil, trezentos e trinta e cinco hectares e dez ares), situados no Município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Área I — Usina Novo Horizonte, com 918,10ha: inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM E=729.950,00m e N=7.594.620,00m, obtidas na Carta do Brasil, escala 1:50.000, edição de 1968, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado na margem esquerda confluência do Rio Bela Joana com o Rio Preto; deste, segue à montante pela margem esquerda do Rio Bela Joana na distância de 700,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Jorge Gama ou sucessores, com azimute de 60°00' na distância de 1.020,00m, até o ponto 3; deste, segue margeando estrada vicinal e terras de Jorge Gama ou sucessores na distância de 550,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Pedra Rasa e Barão no azimute de 358°00' na distância de 200,00m, até o ponto 5; deste, segue margeando estrada vicinal e terras de José Armando Pinto ou sucessores, na distância de 600,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 13°00' na distância de 120,00m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores com azimute de 102°00' e distância de 600,00m, até o ponto 8; deste, segue à jusante margeando o Rio Preto, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, na distância de 380,00m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 221°00', na distância de 500,00m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 106°00', na distância de 450,00m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 356°00', na distância de 400,00m, até o ponto 12; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Azevedo ou sucessores, com azimute de 111°00' na distância de 700,00m, até o ponto 13; deste, segue à jusante pela margem esquerda do Rio Preto, confrontando com terras de José Azevedo e Djalma da Silva Ferreira ou sucessores, na distância de 850,00m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Adahir Sardinha Moll ou sucessores, com azimute de 123°00', na distância de 310,00m, até o ponto 15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Adahir Sardinha Moll ou sucessores, com azimute de 106°00', na distância de 1.220,00m, até o ponto 16; deste, segue confrontando com terras de Hervaldo dos Santos ou sucessores com azimute de 169°00', na distância de 150,00m, até o ponto 17; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Hervaldo dos Santos ou sucessores, com azimute de 90°00', na distância de 350,00m, até o ponto 18; deste, segue margeando caminho vicinal e terras

de Hervaldo dos Santos e Félix Xalita ou sucessores, na distância de 550,00m, até o ponto 19; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Hervaldo dos Santos ou sucessores, com azimute de $279^{\circ}00'$, na distância de 650,00m, até o ponto 20; deste, segue por linha seca, cruzando a estrada do Deserto, confrontando com terras de Hervaldo dos Santos e Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $193^{\circ}00'$, na distância de 700,00m, até o ponto 21; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Souto e Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $102^{\circ}00'$, na distância de 250,00m, até o ponto 22; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $192^{\circ}00'$, na distância de 750,00m, até o ponto 23; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $243^{\circ}00'$, na distância de 650,00m, até o ponto 24; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $275^{\circ}00'$, na distância de 300,00m, até o ponto 25; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $238^{\circ}00'$, na distância de 300,00m, até o ponto 26; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $98^{\circ}00'$, na distância de 300,00m, até o ponto 27; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, com azimute de $240^{\circ}00'$, na distância de 450,00m, até o ponto 28; deste, segue pela margem direita do caminho de acesso à estrada do Imbé, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas ou sucessores, na distância de 780,00m, até o ponto 29; deste, segue pela margem esquerda da estrada do Imbé no sentido Imbé-Campos, confrontando com terras de Edmar Costa ou sucessores, na distância de 850,00m, até o ponto 30; deste, segue pela margem esquerda da estrada do Imbé, no sentido Imbé-Campos, na distância de 1.400,00m, até o ponto 31A; deste, segue pela margem esquerda da estrada do Imbé, sentido Imbé-Campos, na distância de 350,00m, até o ponto 32A; deste, segue pela margem direita da estrada de Morangaba, na distância de 1.230,00m, até o ponto 33A; deste, segue à jusante pela margem esquerda do Córrego Cachoeiras, confrontando com terras de Irineu dos Santos ou sucessores e na distância de 130,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000 — Folha SF-24-G-III-2, Edição 1968).

b) Área II — Fazenda Pedra Rasa, Barão e anexos — também conhecida como «Baiano», com 232ha: inicia o perímetro

no Ponto 1, de coordenadas UTM, E=228.740,00m e N=7.596.210,00m, obtidas na Carta do Brasil, escala 1:50.000, Edição de 1968, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem esquerda do Rio Bela Joana, distante 1.490m da afluição do Rio Bela Joana ao Rio Preto; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Celso Cordeiro dos Santos ou sucessores, com azimute de 323°00', na distância de 1.250,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Belizário da Costa ou sucessores, com azimute de 47°00', na distância de 330,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 124°00', na distância de 390,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores, com azimute de 58°00', na distância de 530,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Marcelo Ernesto ou sucessores, com azimute de 145°00', na distância de 200,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Marcelo Ernesto ou sucessores, com azimute de 113°00', na distância de 250,00m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Marcelo Ernesto ou sucessores, com azimute de 105°00', na distância de 900,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Tomé Pereira de Carvalho ou sucessores, com azimute de 186°00', na distância de 500,00m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Armando Pinto ou sucessores e Fazenda Novo Horizonte, com azimute de 179°00', na distância de 820,00m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Tomé Pereira de Carvalho ou sucessores, com azimute de 295°00', na distância de 620,00m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Tomé Pereira de Carvalho ou sucessores, com azimute de 277°00', na distância de 780,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000, Folha SF-24-G-III-2, Edição 1968).

c) Área III — Fazenda Rego D'Água, com 300ha: inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM, E=232.910,00m e N=7.597,00m, obtidas na Carta do Brasil, escala 1:50.000, edição de 1968, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem esquerda do Rio Preto e a 10m da ponte sobre o Rio Preto da Estrada Usina-Rego D'Água; deste, segue à jusante pela margem esquerda do Rio Preto que separa o imóvel em apreço das terras de Adahir Sardinha Moll, na distância de 1.780,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontan-

do com terras de Marinete Gomes Crespo ou sucessores, com azimute de $280^{\circ}00'$, na distância de 2.400,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Fernando Chaves e Augusto Belarmino Gama ou sucessores, com azimute de $188^{\circ}00'$, na distância de 1.400,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Djalma dos Santos Ferreira ou sucessores, com azimute de $111^{\circ}00'$, na distância de 1.370,00m, até o ponto 5; deste, segue à jusante pela margem esquerda do Rio Preto, na distância de 180,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000 — Folha SF-24-G-III-2, Edição 1968).

d) Área IV — Fazenda Nossa Senhora da Conceição do Imbé e Lagoinha, com 1.215ha: inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM E=232.160,00m e N=7.588.670,00m, obtidas na Carta do Brasil, escala 1:50.000, edição de 1969, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem direita da estrada do Imbé e 440m, após o entroncamento da estrada do Deserto com a estrada do Imbé; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Getúlio Vieira Terra ou sucessores, com azimute de $288^{\circ}00'$ e distância de 3.400,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Parque Estadual do Desengano, com azimute de $18^{\circ}00'$ e distância de 1.650,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Pereira Caldas e Benjamim Perez Aguiar ou sucessores, com azimute de $105^{\circ}00'$, na distância de 6.800,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Carlos Ribeiro dos Santos ou sucessores, com azimute de $198^{\circ}00'$, na distância de 1.950,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Getúlio Vieira Terra ou sucessores, com azimute de $288^{\circ}00'$, na distância de 3.350,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000 — Folha SF-24-G-III-4, Edição 1969).

e) Área V — Fazenda Aleluia, com 537ha: inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM E=232.150,00m e N=7.588.010m, obtidos na Carta do Brasil, escala 1:50.000, edição de 1969, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem direita da estrada do Imbé, distante 1.120m, após o entroncamento da estrada do Deserto com a estrada do Imbé; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Délia Pacheco Vieira e outros ou sucessores, com azimute de $106^{\circ}00'$, na distância de 1.400,00m, até o ponto 2; deste, segue à montante pela margem esquerda do Rio Imbé, na distância de

3.100,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Cambucá, pertencente à Usina Novo Horizonte, com azimute de $291^{\circ}00'$, na distância de 3.100,00m, até o ponto 4; deste, segue pela linha de cota 300, divisa do Parque Estadual do Desengano, na distância de 2.200,00m, até o ponto 5; deste, segue à montante pela margem esquerda do Córrego Aleluia, na distância de 550,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Délia Pacheco Vieira ou sucessores, com azimute $106^{\circ}00'$, na distância de 3.000,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000, Folha SF-24-G-III-4, Edição 1969).

f) Área VI — Fazenda Cambucá, com 707ha: inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM E=227.980,00m e N=7.586.050,00m, obtidas na Carta do Brasil, escala 1:50.000, edição de 1969, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem direita da estrada do Imbé, 450m antes da bifurcação desta com a estrada de acesso à Sede da Fazenda São Julião; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Álvaro de Souza Aguiar ou sucessores com azimute de $289^{\circ}00'$ e na distância de 1.650,00m, até o ponto 2; deste, segue pela linha de cota 300, divisa do Parque Estadual do Desengano, na distância de 3.900,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Aleluia pertencente à Usina Novo Horizonte com azimute de $111^{\circ}00'$, na distância de 3.100,00m, até o ponto 4; deste, segue pela margem esquerda do Rio Imbé à montante, na distância de 2.050,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Álvaro de Souza Aguiar ou sucessores, com azimute de $289^{\circ}00'$ e distância de 2.950m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000, Folha SF-24-G-III-4, Edição 1969).

g) Área VII — Fazenda São Julião-Batatal, com 426ha; inicia o perímetro no Ponto 1, de coordenadas UTM E=226.560,00m e N=7.584.430,00m, obtidas na Carta do Brasil, Escala 1:50.000, edição de 1969, elaborada pelo IBGE, estando o referido ponto situado à margem esquerda da estrada do Imbé distante e antes 270m do entroncamento da estrada do Imbé com a que vai para a BR-101; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Acrísio Maciel da Silva ou sucessores, com azimute de $294^{\circ}00'$, na distância de 3.450,00m, até o ponto 2; deste, segue à montante pela margem esquerda do Córrego Opinião, na distância de 780,00m, até o ponto 3; deste, segue pela linha de cota 300, divisa do Parque Estadual do Desengano, na distância de

930,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Álvaro de Souza Aguiar ou sucessores, com azimute de $110^{\circ}00'$, na distância de 5.600,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Álvaro de Souza Aguiar ou sucessores, com azimute de $121^{\circ}00'$ e distância de 660,00m, até o ponto 6; deste, segue à montante pela margem esquerda do Rio Imbé, na distância de 650,00m, até o ponto 7; deste, segue por uma vala de drenagem que separa o imóvel em apreço da Fazenda Espera Feliz, de Paulo Guimarães ou sucessores, com azimute de $273^{\circ}00'$, na distância de 1.080,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Espera Feliz, de Paulo de Guimarães ou sucessores, com azimute de $294^{\circ}00'$ e distância de 1.400,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (Fonte de Referência: IBGE — Carta do Brasil — Escala 1:50.000, Folha SF-24-G-III-4, Edição 1969).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.129, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 9, firmado entre o Brasil e o México, no setor da indústria de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do

Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do México, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 20 de novembro de 1986, em Montevideu, o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 9, no setor da indústria de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade,

DECRETA :

Art. 1º O Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 9, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 24-3-87.

DECRETO Nº 94.130, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «São Bento - Fazenda Furnas», situado no Município de Nova Andradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «São Bento — Fazenda Furnas», com a área de 5.250,0 ha (cinco mil, duzentos e cinquenta hectares), situado no Município de Nova An-

dradina, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P-1, de coordenadas geográficas latitude 21°46'07''S e longitude 53°23'38'' WGr, situado no limite da faixa de domínio da Rodovia Estadual MS-141, que liga a cidade de Ivinhema à BR-267, margem direita; deste, segue pela margem direita da referida rodovia, com azimute de 32°04'04'' e distância de 3.593m, até o P-2, de coordenadas geográficas latitude 21°44'29''S e longitude 53°22'30'' WGr, situado no limite da faixa de domínio da Rodovia MS-141, margem direita, na divisa de terras da Fazenda Douradinho; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Douradinho, com azimute de 158°37'43'' e distância de 493m, até o P-3, de coordenadas geográficas latitude 21°44'44'' S e longitude 53°22'24'' WGr, situado na divisa de terras da Fazenda Douradinho; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Douradinho, com azimute de 88°06'07'' e distância de 5.146m, até o P-4, de coordenadas geográficas latitude 21°44'41'' S e longitude 53°19'25'' WGr, situado na divisa de terras das Fazendas Douradinho e Garota; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Garota, com azimute de 175°24'03'' e distância de 4.253m, até o P-5, de coordenadas geográficas latitude 21°47'04'' S e longitude 53°19'15'' WGr, situado na margem direita do Córrego do Rancho; deste, segue pela margem direita do Córrego do Rancho, com a distância de 4.468m, até o P-6, de coordenadas geográficas latitude 21°49'01'' S e longitude 53°20'35'' WGr, situado junto à confluência do Córrego do Rancho com o Rio São Bento; deste, segue pela margem direita do Rio São Bento, com a distância de 5.000m, até o P-7, de coordenadas geográficas latitude 21°48'55'' S e longitude 53°23'21'' WGr, situado na margem direita do Rio São Bento; deste, segue por linha seca confrontando com terras da Fazenda Cruzeiro do Sul, com azimute de 353°42'46'' e distância de 5.192m, até o P-1, ponto inicial desta descrição. (Fonte de Referência: Carta da DSG, Folha SF-22-V-C-V, Escala 1:100.000, Ano 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.131, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São João», situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA com latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, item I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Agropecuária São João», com a área de 769.2115 ha (setecentos e sessenta e nove hectares, vinte e um ares e quinze centiares), situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P-1 de coordenadas geográficas longitude 53º11'38" WGr e latitude 22º19'47" S, situada na margem esquerda do Rio Samambaia, comum com terras de Sérgio Luiz Teixeira, deste segue confrontando com terras de Sérgio Luiz Teixeira com o azimuth magnético de 128º46' e distância de 2.584,00m, alcança o P-2, situado em comum com terras de Bento Somezari; deste, segue por linhas secas confrontando com terras de Bento Somezari até o P-19, com os seguintes azimuths magnéticos e distâncias: P-2 ao P-3, 157º56' e 248,50m; P-3 ao P-4, 169º52' e 229,00m; P-4 ao P-5, 178º19' e 183,00m; P-5 ao P-6, 225º49' e 105,30m; P-6 ao P-7, 192º18' e 113,40m; P-7 ao P-8, 224º35' e 60,00m; P-8 ao P-9, 230º09' e 73,40m; P-9 ao P-10, 212º02' e 147,90m; P-10 ao P-11, 268º43' e 102,80m; P-11 ao P-12, 240º34' e 108,50m; P-12 ao P-

13, 268°31' e 192,00m; P-13 ao P-14, 287°05' e 139,50m; P-14 ao P-15, 298°47' e 70,00m; P-15 ao P-16, 268°53' e 132,00m; P-16 ao P-17, 257°46' e 112,00m; P-17 ao P-18, 188°09' e 160,30m; P-18 ao P-19, 141°33' e 1.363m; ao P-19 segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Primavera, propriedade de Moura Andrade S.A., até o P-21, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: P-19 ao P-20, 219°22' e 225,00m; P-20 ao P-21, 214°03' e 220,44m; do P-21 segue por linha seca confrontando com Newton Duraes Teixeira, com o azimute magnético de 132°54' e 5.213,00m, até o P-22, situado na margem esquerda do Rio Samambaia; deste, segue pela margem esquerda do referido Rio acima com distância de 2.500,00m, até o P-1, início da descrição do perímetro — (Fonte de Referência: Carta do DSGE — SF-22-Y-A-II, Ano 1972 — Escala 1:100.000 e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.132, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Boa Esperança», situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Boa Esperança», com a área de 1.350,82ha (um mil, trezentos e cinquenta hectares e oitenta e dois ares), situado no Município de Bataiporã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P-1, de coordenadas geográficas longitude 53°13'22" WGr e latitude 22°11'00" S, situada na confluência do Rio Samambaia com o Córrego Pindocaré, segue pela margem direita do Córrego Pindocaré acima, com a distância de 1.900,00m até o P-2 situado na margem direita do referido Córrego e comum com terras do loteamento de Cia. Viação S. Paulo-Mato Grosso; deste segue por linha seca confrontando com terras do loteamento de Cia. Viação S. Paulo-Mato Grosso, com azimute verdadeiro de 24°53'00" e distância de 4.547,89m até o P-3, situado na margem da estrada vicinal Bataiporã-Porto Primavera; deste segue por linha seca confrontando com terras de Manoel Cardoso, separado pela estrada vicinal, com azimute verdadeiro de 100°41'00" e distância de 3.003,00m até o P-4, situado na margem direita do Rio Samambaia; deste, segue pela margem direita do Rio Samambaia abaixo, com a distância de 6.500,00m até o P-1, início da descrição do perímetro. (Fonte de Referência: Carta do DS.6 S, Folha SF-22-Y-A-11, Ano 1972, Escala 1:100.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.133, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itupeva da ELETROPAULO — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000358/86-39,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 6.707,19 m² (seis mil, setecentos e sete metros quadrados e dezenove decímetros quadrados), necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itupeva, no Município de Jundiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.522, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000358/86-39, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto 1, localizado no alinhamento oeste da rua (rodovia Marechal Rondon — Sítios), distante 4,10 metros, medidos pelo alinhamento acima, da interseção dos prolongamentos desta com o alinhamento norte de outra rua (sem denominação); segue com o rumo SW 33°26'19", pela cerca no alinhamento norte da rua, na distância de 7,59 metros, até o ponto 2; deflete à direita e segue com o rumo SW 65°05'47", ainda pelo alinhamento norte da rua, na distância de 108,74 metros, até o ponto 3; deflete à direita e segue com rumo NW 24°48'51", na distância de 69,00 metros, até o ponto 4; deflete à direita e segue com o rumo NE 69°41'09", na distância de 92,30 metros, até o ponto 5; deflete à direita e segue com o rumo SE 39°47'27", pela cerca divisa no alinhamento oeste da rua (rodovia Marechal Rondon — Sítios), na distância de 15,20 metros, até o ponto 6; deflete à esquerda e segue com o rumo SE 49°15'29", ainda pela cerca no alinhamento acima, na distância de 39,33 metros, até o ponto 7; deflete à direita e segue com o rumo SE 47°21'43", também pelo alinhamento oeste da rua, na distância de 7,72 metros, até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a ELETROPAULO — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.134, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, os imóveis constituídos de terras, acessos e benfeitorias que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 24 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e na conformidade com o que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, e atendendo a necessidade de a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS ampliar a parte sul do seu complexo industrial na região de Guamaré, compreendendo Unidades de Tratamento de Gás Natural e Terminais de Armazenamento e Tratamento do Óleo produzido pelos Campos Submarinos de Ubarana e Agulha, no Rio Grande do Norte,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS os imóveis constituídos de terras, acessos e benfeitorias de propriedade particular, compreendido na área de terra situada no Município de Guamaré, no Estado do Rio Grande do Norte, a qual se encontra assinalada na planta DE-3404.02-5000-111-THE-001-REV 0, constante do Processo MME nº 27000.000889/87-51.

Parágrafo único. A área de terra a que se refere este decreto com aproximadamente 1.482.285,64m² (um milhão, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco vírgula sessenta e quatro metros quadrados) assim se descreve e se caracteriza: Partindo da Fazenda Lagoa de Baixo tem início no marco M-1, de coordenadas UTM E = 790.705,154 e N = 9.431.439,776, seguindo no rumo 20°52'31" SE, na distância de 638,50m, até o marco M-2, de coordenadas UTM E = 790.932,675 e N = 9.430.843,182, deste ponto defletindo à direita, seguindo no rumo 65°51'28" SW, na distância de 1.082,34m, até o marco M-3, de coordenadas UTM E = 789.945,000 e N = 9.430.400,500, seguindo em desenvolvimento de curva, na distância de 317,14m, até o marco M-4, de coordenadas UTM E = 789.635,000 e N = 9.430.346,500, seguindo no rumo 89°17'28" NW, na distância de 339,52m, até o marco M-5, de coordenadas UTM E = 789.295,500 e N = 9.430.350,700, deste ponto defletindo à direita, seguindo o rumo 15°42'11" NE, na distância de 1.507,92m, até o marco M-6, de coordenadas UTM E = 789.703,62 e N = 9.431.802,34, defletindo finalmente para a direita e seguindo o rumo 70°05'56" SE, na distância de 1.065,13m, até alcançar o marco inicial M-1.

Art. 2º A Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS fica autorizada a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidão administrativa e/ou de passagem a que se refere o artigo 1º deste decreto.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas asseguradas por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para efeito de imissão provisória na posse, nos termos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.135, DE 23 DE MARÇO DE 1987

Altera a redação do caput do artigo 3º do Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1.º O *caput* do artigo 3.º do Decreto n.º 93.933, de 14 de janeiro de 1987, passa a vigor com a seguinte redação:

«Art. 3.º O Conselho Nacional de Saúde terá como Presidente o Ministro de Estado da Saúde e será integrado pelo Vice-Presidente Executivo, na qualidade de membro nato, e mais 13 Conselheiros designados pelo Presidente da República, da seguinte forma:»

.....

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de março de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Figueira Santos

DECRETO Nº 94.136, DE 24 DE MARÇO DE 1987

Aprova o Regulamento para os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com o disposto no artigo 8.º da Lei n.º 7.574, de 23 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica aprovado o Regulamento para os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha, que a este acompanha.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Henrique Saboia

REGULAMENTO PARA OS QUADROS DE
OFICIAIS AUXILIARES DA MARINHA

CAPÍTULO I

Dos Fins

Art. 1.º Os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM) destinam-se a suprir a Marinha, nos seus diversos setores, com pessoal

habilitado para o exercício de funções de caráter operativo, técnico e administrativo, compatíveis com seus postos, qualificações e especialidades de origem.

Art. 2º Os Oficiais do QOAM exercerão cargos ou funções em Organizações Militares (OM) da Marinha, em terra ou embarcados, de acordo com as suas qualificações e atendendo à conveniência do serviço.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º Os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM) são os seguintes:

- I — o Quadro de Oficiais Auxiliares da Armada (QOAA); e
- II — o Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais (QOACFN).

Art. 4º Os Oficiais do QOAM provêm de seus respectivos Corpos de Praças, selecionados de acordo com as suas capacidades técnico-profissionais e com as qualidades intelectuais e morais que os habilitem ao Oficialato.

Art. 5º Os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha (QOAM) são constituídos por Oficiais dos seguintes postos:

- Capitão-de-Fragata;
- Capitão-de-Corveta;
- Capitão-Tenente;
- Primeiro-Tenente; e
- Segundo-Tenente.

CAPÍTULO III

Do Ingresso nos QOAM

Art. 6º O ingresso nos QOAM será efetuado por meio de Concurso de Admissão, constituído de uma seleção inicial e de Curso de Formação de oficiais, regulados por Normas baixadas pelo Ministro da Marinha ou autoridade delegada.

Art. 7º Os candidatos após aprovados no Curso de Formação serão nomeados Segundos-Tenentes, ingressando nos QOAM, com a antiguidade correspondente à classificação final obtida de acordo com as Normas aprovadas.

CAPÍTULO IV

Do Concurso

Art. 8º Anualmente, a Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM) e o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN),

mediante propostas encaminhadas pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM) e pelo Comando de Apoio do Corpo de Fuzileiros Navais (CApCFN), estabelecerão, respectivamente, para o QOAA e QOACFN, o número de vagas para o Curso de Formação, indicando, de acordo com as necessidades de serviço, as especialidades consideradas de interesse para a Marinha.

Art. 9º As condições para a inscrição no Concurso de Admissão constarão das Normas de que trata o artigo 6º deste regulamento, observando-se os requisitos básicos estabelecidos no artigo 5º da Lei nº 7.574, de 23 de dezembro de 1986:

- I — Possuir o segundo grau completo; e
- II — Ser, no mínimo, Terceiro-Sargento.

Art. 10. A organização e o funcionamento do Curso de Formação, bem como os direitos e deveres dos candidatos durante o referido período, serão determinados por Normas baixadas pelo Ministro da Marinha ou autoridade delegada.

§ 1º Para efeito da remuneração, uso de uniformes e precedência hierárquica, durante o Curso de Formação, os candidatos, na condição de Praças Especiais, serão equiparados a Guardas-Marinha.

§ 2º A precedência hierárquica durante o Curso de Formação, será decorrente da classificação obtida na seleção inicial do concurso.

Art. 11. Será cancelada a matrícula, por ato de autoridade competente, cessando nessa data todas as vantagens e prerrogativas concedidas, ao candidato que:

I — não obtiver aproveitamento nas disciplinas do Curso de Formação; ou

II — não obtiver conceito favorável.

§ 1º No caso previsto no inciso I deste artigo o candidato terá direito a inscrever-se em novo Concurso de Admissão.

§ 2º Ficará impedida definitivamente a admissão ao QOAM dos candidatos que incidirem no inciso II deste artigo, ou que sofrerem pela segunda vez inabilitação no Curso de Formação, na forma prevista no inciso I deste artigo.

§ 3º O não aproveitamento no Curso de Formação, implicará no retorno da Praça ao seu respectivo Corpo, na sua antigüidade anterior.

CAPÍTULO V

Do Acesso

Art. 12. Aos Oficiais dos QOAM serão aplicadas, no que couber, as disposições da Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças

Armadas e seu Regulamento para a Marinha, ressalvadas as determinações estabelecidas neste Regulamento e na Lei nº 7.574, de 23 de dezembro de 1986.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 13. Ressalvado o disposto neste Regulamento, os Oficiais dos QOAM terão os mesmos deveres, obrigações, direitos e prerrogativas previstos em Leis e Regulamentos para os Oficiais de carreira.

Art. 14. Quando for de interesse da Administração Naval, ou esta não puder proporcionar a todos os Oficiais a oportunidade de preencherem as cláusulas de acesso previstas para os QOAM em cada posto, o Ministro da Marinha fixará as cláusulas que deverão ser consideradas na elaboração dos Quadros de Acesso.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 15. Os casos omissos neste Regulamento, serão resolvidos pelo Ministro da Marinha, ouvidos o Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, no que couber.

DECRETO Nº 94.137, DE 24 DE MARÇO DE 1987

Revoga o Decreto nº 75.546, de 1º de abril de 1975.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 75.546, de 1º de abril de 1975, que aprova o regulamento para o Centro de Eletrônica da Marinha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.138, DE 24 DE MARÇO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «Marion-Dufresne», de bandeira francesa, para realizar em águas jurisdicionais os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1965,

D E C R E T A :

Art. 1º E concedida autorização ao navio de pesquisa francês «Marion-Dufresne» para, sob a supervisão do Museu Nacional de História Natural de Paris e a Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro, realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, abrangendo a região apresentada pela citada entidade ao Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto, compreende o estudo comparado das comunidades pelágicas e bênticas da plataforma continental brasileira, da composição da fauna batial dos «seamounts» da cadeia dos abrolhos, da natureza e da morfologia dos fundos, bem como a formação de oceanógrafos brasileiros da Universidade Santa Úrsula, devendo subordinar-se aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º O navio de pesquisa mencionado no artigo 1º só poderá navegar em águas jurisdicionais brasileiras tendo a bordo, como observador, um oficial da Marinha do Brasil, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso a todos os espaços e equipamentos do navio, bem como a todos os documentos e registros de bordo relativos à pesquisa, com o propósito de permitir que o referido militar exerça a fiscalização necessária em relação aos serviços que serão executados.

§ 1º O oficial observador tem autoridade para impedir, no mar territorial brasileiro, a coleta de dados fora da área e do período especificados neste decreto, bem como para não permitir a execução de outras pesquisas e/ou a adoção de derrotas não previstas nos documentos previamente apresentados ao Ministério da Marinha, pela entidade citada no artigo 1º deste decreto.

§ 2º Para permitir o cumprimento do estabelecido neste artigo, a entidade interessada deverá manter os necessários entendimentos com

o Ministério da Marinha, a fim de que o oficial observador embarque no navio em questão no Rio de Janeiro, antes de iniciar-se os trabalhos de pesquisas.

Art. 4º A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período de maio a junho de 1987.

Art. 5º O não cumprimento, pela entidade interessada, do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da autorização em questão, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do governo, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisas em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.139, DE 24 DE MARÇO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 78, item I do Decreto nº 60.521, de 31 de março de 1967, alterado pelos Decretos nºs 83.146, de 7 de janeiro de 1979 e 89.658, de 15 de maio de 1984,

DECRETA:

Art. 1º O § 1º do artigo 5º, do Decreto nº 92.858, de 27 de junho de 1986, que cria o Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 5º
.....

§ 1º O Museu Aeroespacial (MUSAL), é subordinado diretamente ao Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.140, DE 24 DE MARÇO DE 1987

Altera o artigo 1º, caput, do Decreto nº 92.248, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º, *caput*, do Decreto nº 92.248, de 30 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º O Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é constituído pelos titulares das funções de confiança de Secretário-Geral, Secretário de Ensino de 2º Grau, Secretário de Ensino Básico, Secretário de Educação Física e Desportos, Secretário da Educação Superior, Secretário de Educação Especial, do Ministério da Educação, e pelo Diretor-Geral da Secretaria Executiva do FNDE».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.141, DE 25 DE MARÇO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Clube de Goiânia S.A., para a Rádio Araguaia Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29109.000247/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Rádio Clube de Goiânia S.A., autorizada a realizar a transferência direta para a Rádio Araguaia Ltda., pelo restante do

prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.142, DE 25 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio Cujueiro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tuparetama e Iguatagi, no Estado de Pernambuco, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Sítio Cajueiro», com a área de 330,0686ha (trezentos e trinta hectares, seis ares e oitenta e seis centiares), situado nos Municípios de Tuparetama e Iguatagi, no Estado de Pernambuco, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do ponto 24/1020, localizado no extremo norte, com as coordenadas 690.689,54 E e 9.145.145,04 N, a linha segue limitando-se com terras de Natércio Bezerra Ramos, ou sucessores até encontrar o ponto 6/3588, depois de passar pelo ponto 24/1019, com os seguintes azimutes e distâncias: 24/1020-24/1019 = 96º00'25" e 166,46m; 24/1019-6/3588 = 141º57'20" e 22,25m; deste ponto a linha segue pela margem direita da estrada carroçável que liga a Bonfim limitando-se com terras de Natércio Bezerra Ramos, José Ferreira dos Santos e Dal-

civar Bezerra de Medeiros, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3579, numa distância de 1.092,42m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Demócrito Jordão de Farias, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3589, com azimute de $164^{\circ}59'08''$ e uma distância de 61,76m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Antônio Martins da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3590, com azimute de $165^{\circ}39'17''$ e uma distância de 216,94m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Inácio de Souza Neto, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3591, com azimute de $165^{\circ}39'59''$ e uma distância de 143,90m; deste ponto segue limitando-se com terras de Antônio Martins da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3593, com azimute de $165^{\circ}26'36''$ e uma distância de 189,24m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Jacinta Gomes de Lira e Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3700, localizado no extremo leste com as coordenadas 692.208,00 E e 9.144.172,00 N, com azimute de $166^{\circ}42'27''$ e uma distância de 430,31m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Sérgio Orgino da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 6/3744, depois de passar pelos pontos 6/3242, 6/3266 e 6/3745, com os seguintes azimutes e distâncias: 6/3700-6/3242 = $271^{\circ}16'56''$ e 169,04m; 6/3242-6/3266 = $242^{\circ}31'33''$ e 163,71m; 6/3266-6/3745 = $241^{\circ}42'35''$ e 299,88m; 6/3745-6/3744 = $167^{\circ}15'16''$ e 236,55m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Antônio Bezerra da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/1015, localizado no extremo sul com as coordenadas 690.169,49 E e 9.143.532,78 N, depois de passar pelos pontos 6/3746 e 24/1018, com os seguintes azimutes e distâncias: 6/3744-6/3746 = $260^{\circ}23'05''$ e 820,21m; 6/3746-24/1018 = $90^{\circ}14'56''$ e 23,00m; 24/1018-24/1015 = $265^{\circ}09'12''$ e 683,15m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Pedro Bezerra da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/1012, depois de passar pelos pontos 24/1014 e 24/1013, com os seguintes azimutes e distâncias: 24/1015-24/1014 = $337^{\circ}16'38''$ e 188,26m; 24/1014-24/1013 = $264^{\circ}33'38''$ e 135,98m; 24/1013-24/1012 = $265^{\circ}37'59''$ e 94,03m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Jaime Bernardino da Silva, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/0368, localizado no extremo oeste com as coordenadas 689.460,69 E e 9.144.739,50 N, depois de passar pelo ponto 24/1011, com os seguintes azimutes e distâncias: 24/1012-24/1011 = $334^{\circ}34'25''$ e 161,82m; 24/1011-24/0368 = $339^{\circ}35'26''$ e 967,72m; deste ponto a linha segue limitando-se com terras de Natércio Bezerra Ramos, ou sucessores, até encontrar o ponto 24/1020, ponto de partida deste Memorial, depois de passar pelos pontos 24/1213, 24/1027, 24/1026, 24/1025, 24/1024, 24/1023, 24/1022 e 24/1021, com os seguintes azimutes e distâncias: 24/0368-24/1213 = $48^{\circ}14'34''$ e 57,75m; 24/1213-24/1027 = $66^{\circ}17'48''$ e 77,93m; 24/1027-24/1026 = $89^{\circ}17'44''$ e 316,36m; 24/1026-24/1025 = $87^{\circ}18'42''$ e 233,90m; 24/1025-24/1024 = $84^{\circ}17'41''$ e 43,15m; 24/1024-24/1023 = $54^{\circ}07'22''$ e 146,28m; 24/1023-24/1022 = $45^{\circ}58'34''$ e 76,80m; 24/1022-24/1021 = $67^{\circ}14'15''$ e 180,12m; 24/1021-24/1020 = $59^{\circ}18'39''$ e

211,23m. O perímetro ora descrito com 7.610,18m, abrange uma área de 330,0686ha, sendo: 192,4430ha no Município de Tuparetama e 137,6256ha no Município de Igaraci/PE. (Fonte de Referência: Levantamento aerofotogramétrico realizado pela Prospec S.A., através do convênio INCRA/BID/Governo do Estado/SUDENE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.143, DE 25 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.004396/87-11 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento regular da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, na modalidade de sistema de multicampi, instalados em São Luís, Caxias e Imperatriz.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.144, DE 25 DE MARÇO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 no setor da indústria fotográfica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade do Acordo de Alcance Parcial.

Considerando que os Plenipotenciários de Argentina, Brasil, México, Uruguai e Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18 no setor da indústria fotográfica,

D E C R E T A :

Art. 1º O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 18, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão-somente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigora a partir de 1º de janeiro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 26-3-87.

DECRETO Nº 94.145, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Autoriza a alienação de bem imóvel pertencente ao patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Universidade Federal do Rio Grande do Norte autorizada a alienar parte do bem territorial pertencente ao seu patrimônio

nio, situado em zona rural do Município de Macaíba, no Estado do Rio Grande do Norte, e a seguir especificado: — um lote de terreno com 200m² (duzentos metros quadrados), de forma triangular, situado no mais extremo vértice a oeste da linha poligonal de contorno da Fazenda Jundiá de propriedade da referida Universidade, onde está implantado o Colégio Agrícola de Jundiá, educandário de 2º Grau, igualmente pertencente à Universidade, tendo a Fazenda a área global de 1.209 hectares e 305 metros quadrados, perfazendo o total de 12.090.305m² (doze milhões noventa mil trezentos e cinco metros quadrados), de que a Universidade é senhora e legítima proprietária e possuidora, havida a propriedade por doação feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, conforme Escritura Pública de Doação lavrada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de setembro do ano de 1973 (mil novecentos e setenta e três) no Livro nº 252 (duzentos e cinquenta e dois), às folhas 95v (noventa e cinco verso) e 98 (noventa e oito), do Cartório do 1º Ofício de Notas de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, registrada no Registro Geral de Imóveis do Primeiro Cartório Judiciário da Comarca de Macaíba, tendo sido realizada a primeira averbação no dia 10 (dez) de outubro de 1973 (mil novecentos e setenta e três) e a segunda averbação no mesmo dia, depois de protocolizada, sendo o registro feito no Livro número 3-P, de Transcrição das Transmissões, sob o número 5.209 (cinco mil duzentos e nove), às folhas 99v (noventa e nove verso) e 100 (cem). O lote de terreno a alienar tem os seguintes lados e confrontações: — um lado com 18m (dezoito metros) que se limita a noroeste com terras particulares de Onésimo Maia; outro lado com 23m (vinte e três metros) que se limita ao sul com terras da Fazenda denominada Peri-Peri de propriedade particular, e o terceiro lado com 25m (vinte e cinco metros) que se limita a leste com a Fazenda Jundiá de propriedade da Universidade. O lote de terreno a alienar não tem qualquer benfeitoria além da cerca que limita o contorno externo da Fazenda Jundiá e onde ele se situa.

Art. 2º A alienação de que trata o artigo anterior será feita diretamente à Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRÁS) para fazer passar, através do lote de terreno objeto da alienação, o Gasoduto do Nordeste, ligando a cidade de Guamaré, no Estado do Rio Grande do Norte, à cidade de Cabo, no Estado de Pernambuco, atravessando todo o Estado da Paraíba.

§ 1º A alienação independe de processo licitatório por ser, no caso, inexigível a licitação, diante da regra do item IV, do artigo 23, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, na qual se enquadra a PETROBRÁS.

§ 2º O produto da alienação, qualquer que seja o seu valor, será empregado, necessariamente, pela Universidade em conformidade com o disposto no artigo 4º, da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Art. 3º A Escritura Pública de venda, do lote de terreno, cuja alienação é autorizada pelo artigo 1º, será assinada pelo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.146, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Transfere a outorga concedida à Rádio Rio das Garças Ltda., para executar serviço de radiodifusão na cidade de Acaraú — CE, para a cidade de Itarema — CE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29108.000041/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferida a concessão outorgada à Rádio Rio das Garças Ltda., através do Decreto nº 83.059, publicado no *Diário Oficial* da União no dia 22 de janeiro de 1979, para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracaú — CE, para a cidade de Itarema — CE.

Art. 2º O Ministério das Comunicações deverá baixar os atos complementares à efetivação da transferência objeto deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.147, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora do Pilar de Antonina (Rádio Antoninense), para a Fundação Redentorista de Comunicações Sociais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3,

letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000750/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Fundação Nossa Senhora do Pilar de Antonina (Rádio Antoninense) autorizada a realizar a transferência direta para a Fundação Redentorista de Comunicações Sociais, pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.148, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Altera o Decreto nº 89.874, de 28 de junho de 1984, que regulamenta o Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Bens (RTB), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e considerando o disposto na Lei nº 7.092, de 19 de abril de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º São alterados os dispositivos, a seguir indicados, do Decreto nº 89.874, de 28 de junho de 1984, que regulamenta a Lei nº 7.092, de 19 de abril de 1983:

I — O artigo 9º, revogado o seu parágrafo único, passa a vigor com a seguinte redação:

«Art. 9º Para o registro e licenciamento de veículo rodoviário de carga, o proprietário deverá apresentar ao órgão de trânsito, além dos documentos exigidos pela Legislação Nacional de Trânsito:

I — Prova de registro no RTB, quando se tratar de transportador já registrado;

»

II — Prova de inscrição provisória no RTB, quando se tratar de transportador em fase de regularização perante o DNER».

II — O artigo 13 fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

«Art. 13.

Parágrafo único. A inscrição provisória de que trata o artigo 9º deste decreto terá validade pelo prazo improrrogável de 1 (um) ano».

III — O artigo 31 passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 31. Os transportadores de bens prestarão ao DNER as informações de caráter operacional que lhes forem solicitadas, na forma, no prazo e na periodicidade definidos em norma complementar».

IV — Ficam revogados o item III e o § 4º do artigo 32, renumerando-se o atual item IV para III e os atuais §§ 5º, 6º e 7º, para §§ 4º, 5º e 6º, respectivamente.

V — Fica revogado o item III do artigo 33, renumerando-se o atual item IV para III.

VI — O artigo 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 34. A penalidade de multa, que variará de CZ\$ 800,00 (oitocentos cruzados) até CZ\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzados), será aplicada nos seguintes casos:

I — CZ\$ 800,00 (oitocentos cruzados):

a) Quando o infrator tiver sido advertido por mais de 3 (três) vezes no período de 1 (um) ano civil;

b) Não fornecimento, pela Empresa de Transporte Comercial, ao transportador subcontratado, de via do subcontrato;

c) Execução de transporte infringindo normas ou instrução complementar a este Regulamento;

d) Quando o transportador deixar de prestar, no prazo fixado, informações solicitadas pelo DNER (art. 31).

II — CZ\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados), quando o transportador não renovar, tempestivamente, o seu registro no RTB;

III — CZ\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzados):

a) Prestação, por Transportador de Carga Própria, de serviço de transporte mediante remuneração através de frete;

b) Na subcontratação, por Empresa de Transporte Comercial, de Transportador Comercial Autônomo sem a emissão de documento formal de subcontrato a que se refere o artigo 22 deste Regulamento.

§ 1º A multa deverá ser recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da respectiva notificação, ou da ciência do indeferimento de recurso interposto.

§ 2º A multa não recolhida dentro do prazo a que se refere o parágrafo anterior será inscrita como dívida ativa e cobrada por via judicial com os acréscimos de lei, inclusive correção monetária.

§ 3º A multa constituirá receita do órgão ou entidade que a tenha aplicado.

§ 4º O valor das multas previstas neste artigo será reajustado trimestralmente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, por ato do Ministro dos Transportes, tendo como base a variação nominal do valor das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN)».

VII — O artigo 35, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 35. As multas previstas no artigo anterior dobrarão de valor a partir de sua segunda aplicação, num mesmo ano civil».

VIII — No artigo 36, é alterado o item V e acrescentados os §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º, tudo com a seguinte redação:

«Art. 36.
.....

V — Se ao infrator tiverem sido impostas, por infrações previstas no artigo 34 deste decreto, multas cujo valor acumulado, no período de 2 (dois) anos civis, excedam a CZ\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzados), observado o disposto no § 4º daquele artigo.

.....
.....
.....

§ 2º Perderá também o registro no RTB o Transportador Comercial Autônomo (TCA) que, comprovadamente, for proprietário, co-proprietário ou arrendatário de mais de um veículo de carga, salvo se, notificado, regularizar a sua situação dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data da notificação.

§ 3º Ao transportador que tiver sofrido penalidade de cancelamento de registro, salvo nas hipóteses dos itens IV e V e do § 2º deste artigo, somente poderá ser concedido novo registro mediante processo administrativo de reabilitação, na forma a ser definida em norma complementar».

IX — O artigo 44 é acrescentado de parágrafo único, com a seguinte redação:

«Parágrafo único. A Empresa de Transporte Comercial (ETC), mesmo que opere exclusivamente com veículos que tenham as características referidas no *caput* deste artigo, está obrigada ao registro no RTB, na forma deste Regulamento e das normas pertinentes».

Art. 2º Ficam canceladas as penalidades de suspensão que estejam em curso de cumprimento, quando da entrada em vigor do presente decreto.

Parágrafo único. Não serão canceladas nos assentamentos do transportador faltoso as anotações de penalidades de suspensão aplicadas com anterioridade à vigência deste decreto, nem o disposto neste artigo retroage para tornar insubsistente penalidade aplicada com vigência anterior à do presente decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.149, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o Banco do Nordeste do Brasil S/A a aumentar o seu capital.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o aumento de capital do Banco do Nordeste do Brasil S/A em CZ\$ 3.164.800.000,00 (três bilhões, cento e sessenta e quatro milhões e oitocentos mil cruzados), sendo CZ\$ 1.204.800.000,00 (um bilhão, duzentos e quatro milhões e oitocentos mil cruzados) mediante a incorporação de reservas provenientes de lucros acumulados, e CZ\$ 1.960.000.000,00 (um bilhão, novecentos e sessenta milhões de cruzados) mediante subscrições de novas ações, utilizando-se de recursos provenientes do Tesouro Nacional, dos demais acionistas e, vencido o prazo de preferência, mediante subscrição pública, mantida a participação majoritária da União.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.150, DE 26 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o Banco da Amazônia S.A. — BASA a elevar o seu capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição da República, e tendo em vista o disposto no artigo 121 do Decreto nº 93.872, de 23-12-86,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Banco da Amazônia S.A. — BASA autorizado a elevar o seu capital social em CZ\$ 1.972.941.000,00 (um bilhão noventa e sete e dois milhões noventa e quatro e um mil cruzados), mediante subscrição de ações, utilizando-se de recursos provenientes do Tesouro Nacional, dos demais acionistas e, vencido o prazo de preferência, do público, mantida a participação majoritária da União.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.151, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento da habilitação em Química das Faculdades Metodistas Integradas «Isabela Hendrix».

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23018.006287/84-40 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Química no curso de Licenciatura em Ciências, 1º grau, ministrado pe-

las Faculdades Metodistas Integradas «Isabela Hendrix», mantidas pelo Instituto Metodista «Isabela Hendrix» com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.152, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Regulamenta a Lei nº 7.166, de 14 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Compete às universidades fixar o número de vagas iniciais de seus cursos de graduação, atendidas as conveniências do ensino e as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O Ministério da Educação divulgará, quando julgar necessário, as prioridades para determinação das vagas iniciais dos cursos de graduação.

Art. 2º As instituições de ensino superior isoladas e federações de escolas terão o número de vagas iniciais dos seus cursos de graduação fixado pelo Conselho de Educação de suas respectivas jurisdições.

Art. 3º O número de vagas iniciais será observado, ao longo do curso, como limite das matrículas nos períodos subseqüentes, salvo os casos de transferência obrigatória, previstos na legislação, e de repetência.

§ 1º Na instituição de ensino com sistema de matrícula por disciplina, o número total de alunos matriculados no curso não poderá ser superior ao número de vagas iniciais multiplicado pelo número de períodos letivos integrantes do termo médio de integralização curricular do curso, salvo os casos de transferência obrigatória, previstos na legislação.

§ 2º O Conselho Federal de Educação fixará o termo médio de integralização curricular dos cursos de graduação.

Art. 4º Respeitadas as condições pedagógicas, o número de vagas de uma disciplina será igual ao número de vagas iniciais do curso, não se computando os casos de transferências obrigatórias e de renovação de inscrição.

§ 1º No caso de a disciplina ser oferecida a mais de um curso, tomar-se-á, como base para o limite de vagas na disciplina, o menor número de vagas iniciais dos cursos.

§ 2º Ocorrendo o caso previsto no parágrafo anterior, poderá haver tantas turmas quantos forem os conjuntos constituídos de inscrições até número igual ao de vagas iniciais do curso de menor número de vagas.

Art. 5º A instituição de ensino que houver alterado o número de vagas de seus cursos, inclusive na forma do Decreto-lei nº 574, de 8 de maio de 1969, modificado pela Lei nº 5.850, de 7 de dezembro de 1972, deverá apresentar ao Conselho de Educação competente, no prazo de 90 (noventa) dias, o Quadro de Distribuição de Vagas correspondente ao concurso vestibular realizado antes do dia 15 de dezembro de 1983.

§ 1º Para os efeitos previstos neste artigo, considera-se a data de divulgação do edital de concurso vestibular.

§ 2º Os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho de Educação do Distrito Federal darão conhecimento ao Ministério da Educação dos Quadros de Distribuição de Vagas, bem como do número de vagas dos cursos de instituições de ensino superior sob sua jurisdição, devendo a mesma providência ser adotada sempre que ocorrer alteração do número de vagas informado.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.153, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração, em Mineiros, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.003293/86-53 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pela Faculdade de Administração, mantida pela Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior, com sede na cidade de Mineiros, Estados de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.154, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Aprova o Estatuto da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei Delegada nº 7, de 26 de dezembro de 1962,

D E C R E T A :

Art. 1º É aprovado o anexo Estatuto da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM, referendado pela Assembléia Geral Extraordinária daquela Empresa Pública da União, vinculada ao Ministério da Agricultura, realizada no dia 26 de fevereiro de 1987.

Parágrafo único. Este decreto e o Estatuto da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM serão arquivados, em sua publicação oficial, no Registro de Comércio da Sede da Empresa.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 91.431, de 12 de julho de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Iris Rezende Machado

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

CIBRAZEM

ESTATUTO

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Prazo de Duração

Art. 1º A Companhia Brasileira de Armazenamento CIBRAZEM é uma empresa pública federal, constituída com fundamento na Lei Delegada nº 7, de 26 de setembro de 1962, vinculada ao Ministério da Agricultura, regulando-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável às sociedades por ações.

Art. 2º A Empresa tem por objeto:

I — participar diretamente da elaboração e execução dos planos e programas governamentais de abastecimento, relativamente ao armazenamento de produtos agropecuários e da pesca e, especialmente, na construção e operacionalização de armazéns destinados à guarda e movimentação de estoques reguladores e estratégicos do governo;

II — agir como elemento regulador do mercado de produtos agropecuários e da pesca;

III — atuar, de forma supletiva, em áreas não suficientemente atendidas por empresas comerciais em regime competitivo;

IV — atuar como gestora do Sistema Nacional de Armazenagem — SINAZEM.

Art. 3º Para realização de seus objetivos compete à Empresa:

I — atuar como empresa de armazéns gerais, podendo constituir, instalar e operar rede de armazéns, silos e armazéns frigoríficos, diretamente ou por terceiros;

II — instalar máquinas de beneficiamento ou qualquer outro equipamento indispensável à operação de unidades armazenadoras, inclusive para semi-industrialização e embalagens;

III — emitir recibos de mercadorias, conhecimentos de depósitos, «warrants» e quaisquer outros documentos representativos das mercadorias depositadas, observada a legislação própria;

IV — encarregar-se, prioritariamente, do armazenamento dos estoques reguladores do governo;

V — traçar as diretrizes da política de armazenamento do país;

VI — coordenar e compatibilizar a atuação das Companhias Estaduais de Armazéns e Silos;

VII — participar do capital das Companhias Estaduais de Armazéns e Silos, bem como do capital de outras empresas, com vistas ao seu fortalecimento e eficiente desempenho;

VIII — instituir serviços de assistência técnica ao setor, para atuar junto às Companhias Estaduais e aos projetos de interesse da iniciativa privada;

IX — promover a integração das redes oficiais e particulares de armazenagem;

X — cadastrar, fiscalizar e inspecionar unidades armazenadoras de produtos agropecuários e da pesca.

Art. 4º A Empresa tem sede e foro no Distrito Federal, sendo seu prazo de duração indeterminado.

Parágrafo único. A Empresa poderá, a critério e por deliberação, instalar e extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios ou representações, no país ou no exterior.

CAPÍTULO II

Do Capital Social e das Ações

Art. 5º O Capital da Companhia Brasileira de Armazenamento — CIBRAZEM é de CZ\$ 1.245.768.424,00 (hum bilhão, duzentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e vinte e quatro cruzados) divididos em 1.245.768.424 ações ordinárias, no valor de CZ\$ 1,00 (um cruzado) cada uma.

Art. 6º O Capital poderá ser aumentado:

I — por deliberação da Assembléia Geral Ordinária, para correção da expressão monetária do seu valor;

II — por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, para incorporação de lucros, reservas e outros recursos que a União destinar a esse fim.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos de Administração

Art. 7º A administração da Empresa será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Seção I

Do Conselho de Administração

Art. 8º O Conselho de Administração será composto de 6 (seis) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

§ 1º O Conselho de Administração terá a seguinte composição:

- Presidente — Ministro da Agricultura.
- Vice-Presidente — Presidente da CIBRAZEM;
- Membros-Conselheiros:
 - Presidente da Companhia de Financiamento da Produção — CFP;
 - Representante do Ministério da Agricultura;
 - Representante da Secretaria de Planejamento da Presidência da República;
 - Representante da Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL.

§ 2º O Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas ausências ou impedimentos temporários pelo Vice-Presidente, e os demais membros por substitutos indicados pelos membros remanescentes do Conselho.

§ 3º Em caso de vacância, renúncia ou impedimento de um dos membros do Conselho de Administração, o seu substituto será eleito na primeira Assembléia Geral que ocorrer e exercerá o cargo pelo tempo que restava ao substituto. Até que se realize a Assembléia Geral, a vaga no Conselho de Administração será preenchida por substituto indicado pelos Conselheiros remanescentes.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho contar-se-á da data da Assembléia Geral que os eleger, terminando no terceiro ano subsequente, na data da respectiva Assembléia Geral Ordinária. Os Conselheiros conservar-se-ão em exercício, observadas as limitações legais, até a posse de seus sucessores.

Art. 9º A investidura no cargo de Conselheiro far-se-á mediante assinatura do Termo de Posse lavrado em livro próprio.

Art. 10. Os membros do Conselho de Administração, ressalvados aqueles que não exerçam diretamente funções na Administração da Empresa não poderão afastar-se sem prévia licença do órgão ou por motivo justificado, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar reuniões, presidi-las, dirigir os trabalhos e proferir o voto de desempate quando for o caso.

Art. 11. A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral.

Art. 12. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente.

§ 1º Em qualquer caso, o Conselho só poderá deliberar com a presença de pelo menos 3 (três) dos seus membros, sendo um deles o Presidente ou o seu substituto, que presidirá a reunião.

§ 2º Cada Conselheiro tem direito a um voto, ficando assegurado ao Presidente, além do voto pessoal, o desempate.

§ 3º O Conselho de Administração poderá admitir, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

§ 4º As deliberações do Conselho serão transcritas em livro próprio, lavrando-se a Ata das reuniões.

Art. 13. O Conselho de Administração tem os poderes previstos na Lei das Sociedades Por Ações e as deliberações tomadas por maioria de votos, cabendo-lhes fundamentalmente examinar e aprovar os atos da Diretoria ligados às políticas de desenvolvimento e administração da Empresa.

§ 1º Promoverá captação interna e externa de recursos financeiros destinados à execução das atividades da Companhia, respeitadas as exigências legais pertinentes.

§ 2º Autorizará a alienação de bens imóveis.

Seção II

Da Diretoria

Art. 14. A Diretoria será composta de 1 (um) Presidente e mais 3 (três) Diretores, sendo o Presidente indicado pelo Ministro da Agricultura, e os demais pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. O mandato dos membros da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Art. 15. Não podem ser membros da Diretoria os incapazes e os proibidos de comerciar.

Art. 16. As licenças do Presidente e demais Diretores serão concedidas pelo Conselho, perdendo o cargo o Diretor que deixar o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem licença ou motivo justificado.

Art. 17. A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral.

Art. 18. No caso de impedimento temporário ou licença de qualquer membro da Diretoria, competirá ao Presidente indicar substituto.

Art. 19. Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração atribuir a outro Diretor o exercício das funções vagas ou proceder a eleição de um substituto, o qual exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao substituído.

Art. 20. A Diretoria reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Presidente a convocar, e deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

Art. 21. São atribuições e deveres da Diretoria, como órgão colegiado:

I — cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Empresa, as deliberações da Assembléia Geral e resoluções do Conselho de Administração;

II — resolver todos os negócios da Empresa que não forem da competência privativa da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, inclusive autorizar a alienação de bens móveis da Empresa.

§ 1º A movimentação de recursos financeiros da Empresa, os endossos e aceites cambiais, bem como demais documentos de igual natureza serão assinados pelo Presidente e um dos Diretores ou por Procuradores devidamente constituídos por mandato não superior a 1 (um) ano. As contas bancárias, instituídas fora da sede da Empresa, poderão ser movimentadas por um ou mais Procuradores, da mesma forma constituídos.

§ 2º Os Diretores tomarão posse mediante Termo de Posse, lavrado em livro próprio.

Art. 22. São atribuições do Presidente:

I — convocar e presidir as reuniões da Diretoria, cabendo-lhe voto de desempate;

II — representar a Empresa, ativa e passivamente, em Juízo ou em suas relações com terceiros, podendo, para tal fim, delegar poderes, constituir Procuradores, designar e credenciar prepostos;

III — coordenar o planejamento global da Empresa, inclusive a elaboração dos orçamentos anuais, e dirigir os trabalhos da Empresa;

IV — prestar pela Empresa, no interesse desta, fiança e execução, e assinar os respectivos termos, desde que autorizado pelo Conselho de Administração;

V — assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos que formalizem direitos e obrigações para a Empresa;

VI — prover pessoal adequado às necessidades da Empresa, dentro das disponibilidades orçamentárias existentes, orientar e dirigir as funções gerenciais de recursos humanos;

VII — elaborar o plano de organização e emitir as normas correspondentes;

VIII — decidir sobre criação e extinção de cargo ou função, fixar vencimentos e conceder licença, obedecendo a legislação vigente;

IX — gerenciar a política de comunicação social da Empresa, externa e internamente, incluindo publicidade, propaganda, relações públicas e identidade visual da Empresa;

X — movimentar os recursos da Empresa, os endossos e aceites cambiais, bem como os documentos de igual natureza, juntamente com um dos Diretores;

XI — definir a política de gestão e controle de estoques.

Art. 23. São atribuições do Diretor Administrativo:

I — gerenciar as áreas encarregadas de suprir materiais e equipamentos para a Empresa;

II — suprir as necessidades, definir a política e controlar a gestão de transporte e serviços administrativos da Empresa;

III — administrar o quadro de pessoal da Empresa.

Art. 24. São atribuições do Diretor Financeiro:

I — gerenciar as áreas responsáveis pela provisão dos recursos financeiros necessários à operação e expansão da Empresa, bem como de contabilização e controle das operações econômico-financeiras;

II — controlar a posição patrimonial da Empresa, atendendo aos requisitos contábeis, financeiros e legais;

III — gerenciar a execução dos orçamentos anuais;

Art. 25. São atribuições do Diretor de Operações:

I — elaborar o projeto de regimento interno dos armazéns e demais unidades da Empresa;

II — orientar nos aspectos técnico-operacionais, as Coordenadorias e as unidades armazenadoras, zelando pela sua manutenção;

III — exercer o controle da documentação das unidades armazenadoras e das mercadorias nelas estocadas;

IV — coordenador, nos aspectos técnico-operacionais, a elaboração dos planos e programas da Empresa.

Art. 26. Poderá o Presidente conferir outras atribuições aos Diretores, no interesse da Empresa, bem como delegar competência.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 27. O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, observados os requisitos legais, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária.

Parágrafo único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os elege.

Art. 28. O Conselho Fiscal tem as suas atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 29. Em caso de renúncia, falecimento, ausência ou impedimento, os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos pelos seus respectivos suplentes.

Art. 30. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente.

Parágrafo único. Os Conselheiros elegerão dentre os membros efetivos o Presidente do Conselho.

CAPÍTULO V

Da Assembléia Geral

Art. 31. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Art. 32. A Assembléia Geral reunir-se-á, na forma do art. 123 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76, mediante convocação:

- I — do Conselho de Administração ou da Diretoria;
- II — do Conselho Fiscal; e
- III — dos acionistas.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho de Administração, o seu substituto ou o Presidente da Empresa abrirá a Assembléia Geral, dirigindo a eleição da mesa que instalará os trabalhos.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social, do Balanço Geral e das Reservas

Art. 33. O exercício social coincide com o ano civil.

Art. 34. Dos lucros verificados, após deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para Imposto de Renda, serão constituídas as seguintes reservas:

I — Reserva Legal — 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, a fim de assegurar a sua integridade;

II — Reserva para Riscos Eventuais — até 20% (vinte por cento) do capital social, podendo atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social integralizado, destinados a cobrir prejuízos com perdas de armazéns de emergência, incêndio de quaisquer bens, destruição de equipamentos e perdas de mercadorias e que, caso não utilizados, poderá o respectivo saldo, no exercício seguinte, ser incorporado ao capital social.

Parágrafo único. Se, após feitas as deduções e reservas, ainda se apurar saldo, este será colocado à disposição da Assembléia Geral, que poderá determinar a dedução de percentual para concessão de gratificações aos empregados da Empresa.

Art. 35. Os casos omissos, respeitada a legislação vigente, serão decididos pelo Conselho de Administração e pela Assembléia Geral, na esfera de suas respectivas competências.

CAPÍTULO VII

Regime de Pessoal

Art. 36. O Regime Jurídico do Pessoal da Empresa é o da legislação trabalhista.

Art. 37. A Empresa estabelecerá, em regulamento próprio, normas de pessoal, dispondo sobre a admissão, acesso, vantagens e regime disciplinar.

Art. 38. Os Diretores, os membros do Conselho Fiscal e empregados da Empresa, ao assumirem suas funções, prestarão declaração de bens, anualmente renovada.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 39. A sociedade observará e adotará, no que lhe for aplicável, as disposições da legislação da União, relativas às empresas estatais.

Art. 40. Os casos omissos, respeitada a legislação vigente, serão decididos pelo Conselho de Administração, pela Diretoria e pela Assembléia Geral, na esfera de suas respectivas competências.

DECRETO Nº 94.155, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São José II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Guaraçaí, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São José II», com a área de 935,12ha (novecentos e trinta e cinco hectares e doze ares), situado no Município de Guaraçaí, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas UTM N = 7.653.810,00m e E = 468.050,00m, referidos no MC 51º, situado no Córrego dos Macacos, na divisa de terras da Fazenda Santa Maria; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São Jorge, com azimute de 288º30' e distância de 5.200m, até o ponto 2, atravessando a Estrada Municipal Guaraçaí/Fazenda Santana; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São Jorge, com azimute de 18º30' e distância de 2.000m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Aroeira e Fazenda Perobaí, com azimute de 110º00' e distância de 4.460m, até o ponto 4, situado no Córrego dos Macacos; deste, segue pelo referido córrego, à jusante, com a distância de 2.200m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro. (Fontes de referência: Carta do IGG-SP, Folha SF. 22-I-II-1, Escala 1:50.000, Ano 1967 e fotografias aéreas da Empresa Terrafoto S.A., Escala 1:20.000, Ano 1979).

§ 2º Do perímetro descrito antes neste artigo e que encerra uma área de 936,2400ha (novecentos e trinta e seis hectares e vinte e quatro ares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 1,1200ha, referente à faixa de domínio da Estrada Municipal Guaraçaí/Fazenda Santana, restando uma área líquida de 935,1200ha.

Art. 2º Excluem-se, ainda, dos efeitos deste decreto: a) os sementes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.156, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Areia Branca», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como «latifúndio por exploração», situado no Município de Marabá Paulista, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Areia Branca», com a área de 1.873,0000ha (um mil, oitocentos e setenta e três hectares), situado no Município de Marabá Paulis-

ta, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto M-1, de coordenadas UTM N = 7.549.600,00m e E = 381.960,00m, referidas ao MC 51°, situado à margem esquerda do Ribeirão das Anhumas e no limite da Fazenda Jataí, segue pela margem esquerda do Ribeirão Anhumas com a distância de 5.050m, até o ponto M-2; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Água do Prata, com azimute de 167°06' e distância de 2.560m, até o ponto M-3, situado em uma estrada; deste, segue pela referida estrada, com azimute de 263°02' e distância de 4.000m, até o ponto M-4; deste, segue ainda pela mesma estrada, com azimute de 193°30' e distância de 570m, até o ponto M-5, situado na bifurcação da Estrada Municipal Teodoro Sampaio/Presidente Venceslau; deste, segue pela faixa de domínio da referida estrada no sentido Teodoro Sampaio/Presidente Venceslau, com a distância de 2.400m, até o ponto M-6; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Jataí, com azimute de 12°00' e distância de 3.940m, até o ponto M-1, início da descrição deste perímetro (Fontes de referência: Carta IBGE, Folhas SF.22-Y-B-I-2, Escala 1:50.000 e Fotografias aéreas da Terrafoto S.A., Escala aproximada 1:20.000 — Obra 361 — Ano 1979 — Faixa 51 — Foto 1536, Faixa 52 — Fotos 1569 e 1571 e Faixa 53 — Fotos 1605 a 1607).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.157, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Aroeira», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Guaraçai, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Aroeira», com a área de 935.0300ha (novecentos e trinta e cinco hectares e três ares), situado no Município de Guaraçai, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM N = 7.661.025,00m e E = 463.460m, referidas ao MC 51º, situado no Córrego da Onça; deste, segue por linha seca, confrontando com a propriedade de Walter Zauro Ramos, com azimute de 120º00', e distância de 3.480m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Perobal, com azimute de 196º30' e distância de 960m, até o ponto 3, situado num açude; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Perobal, com azimute de 187º15' e distância de 1.800m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São José, com azimute de 290º00' e distância de 2.270m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São Jorge, com azimute de 19º00' e distância de 1.400m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda São Jorge, com azimute de 302º00' e distância de 2.150m, até o ponto 7, situado em um córrego; deste, segue pelo referido córrego abaixo, com a distância de 400m, até o ponto 8, situado no Córrego da Onça; deste, segue pelo Córrego da Onça acima, com a distância de 1.600m, até o ponto 1, início desta descrição. (Fontes de referência: Carta do IGG-SP — Escala 1:50.000-SF-22-I-II-1, ano 1967, Fotografias Aéreas da Terrafoto S.A., Escala aproximada 1:20.000 — Ano 1979).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.158, DE 30 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Avenida Dantas Barreto, nº 1.080, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, alínea a, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e o que consta do Processo nº 5.367, de 1987, do Ministério da Justiça,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel localizado na Avenida Dantas Barreto, nº 1.080, Bairro de São José, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, de propriedade de Carlos de Azevedo Matias e Silva e sua mulher Rosa Augusta Mesquita Fernandes Matias, constituído de terreno de 354,90m² (trezentos e cinquenta e quatro vírgula noventa metros quadrados), medindo 11,80m (onze vírgula oitenta metros) de fundos, 33,00 (trinta e três metros) na lateral direita e 28,00m (vinte e oito metros) na lateral esquerda, e prédio de 9 (nove) pavimentos, com 2.396,15m² (dois mil trezentos e noventa e seis vírgula quinze metros quadrados).

Art. 2º Fica a União autorizada a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel, conforme descrito no artigo 1º deste decreto, com a utilização de recursos orçamentários consignados no orçamento da Justiça Federal de Primeira Instância.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de Urgência, nos termos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Brasília, 30 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

APENSO

No «Apenso» dos volumes da «Coleção das Leis» figuram:

— Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e republicações publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

RETIFICAÇÕES

I — DECRETOS

DECRETO Nº 93.413, DE 15 DE OUTUBRO DE 1986

Promulga a Convenção nº 148 sobre a Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Contaminação do Ar, ao Ruído, às Vibrações no Local de Trabalho.

(Publicado no *Diário Oficial* de 16 de outubro de 1986 — Seção I).

Retificação

— Na página 15569, no terceiro Considerando, onde se lê: ... a referida Convenção entrou em vigor Internacional...

Leia-se: ... a referida Convenção entrou em vigor para o Brasil...

— No artigo 1º, onde se lê: ..., apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido...

Leia-se: ..., apensa por cópia ao presente decreto, será executada e cumprida...

DECRETO Nº 93.514, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Departamento de Imprensa Nacional — DIN, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* de 5 de novembro de 1986 — Seção I).

Retificação

— Publica-se o Anexo II por ter sido omitido.

ANEXO II

Relação das funções de confiança dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias, suprimidas a partir da publicação do Decreto nº 93.514, de 4 de novembro de 1986.

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	<i>Representação no Rio de Janeiro</i> Chefe	LT-DAS-101.1	—
2	<i>Gabinete do Diretor-Geral</i> Assistente	DAI-112.3	Nível Médio
1	<i>Divisão de Produção</i> Oficina de Impressão Tipográfica Chefe	DAI-111.3	Nível Médio
1	Sector de Estereotípia Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Encarregado de Turno	DAI-111.1	Nível Médio
6	Auxiliar de Mesa	DAI-112.1	Nível Médio
1	Oficina de Reprodução Gráfica Chefe	DAI-111.3	Nível Médio
1	Turma de Paginação de Originais e Filmes Obras Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Paginação de Originais e Filmes Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector de Impressão Offset Obras Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Rotoimpressão Offset Jornais Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Teclados Perfuradores Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Fotocompositoras Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
3	Auxiliar de Mesa	DAI-112.1	Nível Médio
1	Sector de Brochura Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma do Livro do Sector de Brochura Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Blocagem Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Obras Diversas Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma do Livro do Sector de Encadernação Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Douração Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector de Envelope Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Seção de Expedição Chefe	DAI-111.2	Nível Médio

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	Turma de Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Obras Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma da Seção de Expedição Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
5	Auxiliar de Mesa	DAI-112.1	Nível Médio
1	Setor de Linotipia Chefe	DAI-112.1	Nível Médio
1	Turma de Mecânica de Linotipo Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Encarregado de Turno	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Monotipia Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Teclado e Montagem Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Fundição Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Composição Manual Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
8	Turma de Paginação de Obras Auxiliar de Mesa	DAI-112.1	Nível Médio
1	Serviço de Jornais Oficiais Chefe	DAI-111.3	Nível Médio
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Setor de Composição Coordenador	DAI-111.2	Nível Médio
2	Setor de Linotipia Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Paginação Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
4	Auxiliar de Mesa	DAI-112.1	Nível Médio
<i>Divisão de Publicações</i>			
1	Serviço Editorial Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Setor de Redação Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	Seção Editorial Jornais Chefe	DAI-111.1	Nível Superior
1	Seção Editorial Obras Chefe	DAI-111.1	Nível Superior
1	Seção de Pesquisa Chefe	DAI-111.1	Nível Superior
1	Setor de Revisão Jornais Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	Seção de Reembolso Postal Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turno do Setor de Revisão Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Superior

DECRETO Nº 93.515, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1986

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança, do Quadro Permanente do Departamento de Imprensa Nacional — DIN, e dá outras providências.

(Publicado no *Diário Oficial* de 5 de novembro de 1986 — Seção I).

Retificação

Nas páginas nºs 16498 e 16500, no Anexo I, na segunda coluna, *onde se lê:*

DENOMINAÇÃO

leia-se: Situação Anterior

— na quarta coluna, *onde se lê:*

DENOMINAÇÃO

leia-se: Situação Nova

No mesmo Anexo, *onde se lê:*

— Seção de Racionalização de Trabalho,

leia-se: — Seção de Racionalização do Trabalho,

— na sétima coluna «Correlação», correspondente à função de Assistente da Diretoria de Serviços Gráficos e da Diretoria Industrial, *onde se lê:*

Nível Médio

leia-se: Nível Superior

— Republica-se o Anexo II por ter saído com incorreções.

ANEXO II

Relação das funções de confiança do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, suprimidas a partir da publicação do Decreto nº 93.515, de 4 de novembro de 1986.

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
2	Turno do Setor de Revisão Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Superior
1	Setor de Revisão de Obras Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
2	Turno do Setor de Revisão e Obras Encarregado	DAI-111.1	Nível Superior

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	Arquivo de Originais Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Serviço Comercial Chefe	DAI-111.3	Nível Médio
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Depósito de Obras Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Depósito de Jornais Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Posto de Vendas — Sede Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Posto de Venda I Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Posto de Venda II Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
	<i>Divisão de Administração</i>		
1	Serviço de Material Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector Administrativo Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Compras Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Registro e Distribuição Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Depósito I Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Depósito II Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Depósito III Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Serviço de Comunicações Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Recepção e Expedição Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Seção Administrativa Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Arquivo Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Protocolo e Movimentação Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Estação Telefônica Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turno da Garagem Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
2	Serviço de Patrimônio Assistente	DAI-112.2	Nível Médio
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Administração dos Edifícios Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Portaria Chefe	DAI-111.1	Nível Médio

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	Turma de Conservação e Limpeza Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turno da Turma de Conservação e Limpeza Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Mecânica Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Eletricidade Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Biblioteca Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	Serviço de Orçamento e Processamento de Dados Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector de Elaboração Orçamentária Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Crédito Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Jornais Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Turma de Obras Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector de Contabilidade Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Processamento de Dados Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Sector de Expedição e Faturamento Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
	<i>Divisão de Pessoal</i>		
1	Serviço de Classificação, Recrutamento e Legislação Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
1	Sector de Classificação de Cargos e Empregos Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Seção de Aposentadoria Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Serviço de Atividades de Apoio Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
1	Seção do Pessoal Ativo Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção do Pessoal Inativo Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Seção de Controle e Movimentação Chefe	DAI-111.1	Nível Médio
1	Sector de Controle da Produção Industrial Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Controle da Produção dos Linotipistas Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio
1	Serviço Médico e Social Chefe	DAI-111.3	Nível Superior

Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	Farmácia Chefe	DAI-111.1	Nível Superior
1	Restaurante Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	<i>Representação no Rio de Janeiro</i> Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	Posto de Venda Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Seção de Arrecadação Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Turma de Atividades de Apoio Encarregado	DAI-111.1	Nível Médio

DECRETO Nº 93.664, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1986

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, áreas de terras situadas nos Estados de Pernambuco e Bahia, destinadas a Projetos Especiais de Irrigação e necessárias ao reassentamento de parte da população a ser atingida pelo Reservatório de Itaparica, no rio São Francisco, nos Estados de Pernambuco e da Bahia.

(Publicado no *Diário Oficial* de 9 de dezembro de 1986 — Seção I).

Retificação

— Na página 18384, 2ª coluna, no artigo 1º, item 2, onde se lê: ... Municípios de Belém de São Francisco e Nova Itacuruba, PE ...

Leia-se: Municípios de Belém de São Francisco e Itacuruba, PE ...

— Na página 18385, 1ª coluna, no artigo 1º, item 4, onde se lê: ... Municípios de Floresta e Jacaratu, PE ...

Leia-se: Municípios de Floresta, Petrolândia e Tacaratu, PE ...

— Na página 18385, 2ª coluna, no artigo 1º, item 5, onde se lê: ... Município de Nova Itacuruba, PE ...

Leia-se: Município de Itacuruba, PE ...

DECRETO N° 93.862, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986

*Fixa os Efetivos de Oficiais da Força
Aérea Brasileira para 1987.*

(Publicado no *Diário Oficial* de 29 de dezembro de 1986 — Seção I).

Retificação

— Na página 19897, coluna 2, no artigo 3º,

Onde se lê: ... artigo 9º da Lei nº 6.823, de 29 de junho de 1981.

Leia-se: ... artigo 9º da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VOLUME II

A

ACORDO — V. Atos Internacionais.

AÇOS FINOS PIRATINI S.A. — V. Capital Social.

ADIDOS MILITARES — Representações diplomáticas. Lotação. Altera. Decreto nº 94.046, de 23 de fevereiro de 1987.

ADMINISTRAÇÃO — V. Funcionamento de Curso.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — Ingresso de pessoal. Proibição. Prazo. Prorroga. Decreto nº 93.920, de 13 de janeiro de 1987.

ADMISSÃO DE PESSOAL (ingresso) — V. Administração Direta.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL — Imóveis residenciais. DF. Locação. Dispõe. Decreto nº 93.902, de 9 de janeiro de 1987.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — Contratos em vigor. Reajustes. Dispõe. Decreto nº 94.042, de 18 de fevereiro de 1987.

ALIENAÇÃO

— Universidade Federal do Pará. Terreno. Belém (PA). Autoriza. Decreto nº 93.961, de 21 de janeiro de 1987.

— Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Imóvel. Macaíba (RN). Autoriza. Decreto nº 94.145, de 26 de março de 1987.

ANTÁRTIDA — V. Atos Internacionais.

ANTÍGUA E BARBUDA — V. Atos Internacionais

AREA INDÍGENA (terras) — Município de Aripuanã (MT). Indígenas Zoró. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.088, de 11 de março de 1987.

ARGENTINA — V. Atos Internacionais.

ASCENSÃO FUNCIONAL — V. Servidor Público.

ATOS INTERNACIONAIS

— Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/80). Protocolos Adicionais (9º e 10º). Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.102, de 17 de março de 1987.

— Acordo nº 1 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/80. Sétimo Protocolo Adicional. Brasil e Argentina. Dispõe. Decreto nº 94.043, de 20 de fevereiro de 1987.

— Acordo nº 35 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Sétimo Protocolo Modificativo. Brasil e Uruguai. Dispõe. Decreto nº 94.044, de 20 de fevereiro de 1987.

— Acordo Comercial nº 5. Sexto Protocolo Adicional. Setor da indústria química. Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.119, de 19 de março de 1987.

— Acordo Comercial nº 9. Primeiro Protocolo Adicional. Setor da indústria de equipamentos de geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Brasil e Mé-

- xico. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.129, de 23 de março de 1987.
- Acordo Comercial nº 12. Segundo Protocolo Adicional. Setor da indústria eletrônica e comunicações. Brasil e México. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.099, de 16 de março de 1987.
- Acordo Comercial nº 15. Quinto Protocolo Adicional. Setor da indústria químico-farmacêutica. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.100, de 16 de março de 1987.
 - Acordo Comercial nº 16. Décimo Terceiro Protocolo Adicional. Setor da indústria petroquímica. Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.120, de 19 de março de 1987.
 - Acordo Comercial nº 18. Protocolo Adicional. Setor da indústria fotográfica. Brasil e Uruguai. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.070, de 4 de março de 1987.
 - Acordo Comercial nº 18. Oitavo Protocolo Adicional. Setor da indústria fotográfica. Decreto nº 94.144, de 25 de março de 1987.
 - Acordo Comercial nº 19. Terceiro Protocolo Adicional. Setor da indústria eletrônica e de comunicações elétricas. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.118, de 19 de março de 1987.
 - Acordo Comercial nº 20. Quinto Protocolo Adicional. Setor da indústria de materiais corantes e pigmentos. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.111, de 19 de março de 1987.
 - Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial. Promulga. Decreto nº 94.010, de 10 de fevereiro de 1987.
 - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Implementação do Artigo. VI. Promulga. Decreto nº 93.941, de 16 de janeiro de 1987.
 - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT). Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII. Promulga. Decreto nº 93.962, de 22 de janeiro de 1987.
 - Embaixada do Brasil.
 - Mogadíscio (Somália). Cumulatividade. Dispõe. Decreto nº 94.058, de 25 de fevereiro de 1987.
 - República de Seychelles. Decreto nº 93.970, de 23 de janeiro de 1987.
 - Saint George's (Granada). Cumulatividade. Dispõe. Decreto nº 94.056, de 25 de fevereiro de 1987.
 - Saint John's (Antígua e Barbuda). Cumulatividade. Dispõe. Decreto nº 94.057, de 25 de fevereiro de 1987.
 - Recursos Vivos Marinhos Antárticos. Convenção. Promulga. Decreto nº 93.935, de 15 de janeiro de 1987.
 - V. Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos.
- ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** — Coeficiente. Fixa. Decreto nº 94.089, de 12 de março de 1987.

B

- BANCO DA AMAZONIA S.A. — V. Capital Social.
- BANCO MERIDIONAL DO BRASIL — V. Capital Social.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL — V. Capital Social.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. — V. Capital Social.

C

- CANAIS (rádio e televisão) — V. Radiodifusão.
- CAPITÃES-DE-MAR-E-GUERRA — V. Ministério da Marinha.
- CAPITAL SOCIAL**
- Açores Fines Piratini S.A. (Grupo SIDERBRAS). Decreto nº 94.026, de 13 de fevereiro de 1987.
 - Banco da Amazônia S.A. (BASA). Decreto nº 94.150, de 26 de março de 1987.
 - Banco Meridional do Brasil. Decreto nº 94.045, de 20 de fevereiro de 1987.
 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Participações S.A. Autoriza. Decreto nº 93.946, de 20 de janeiro de 1987.
 - Banco do Nordeste do Brasil S.A. Decreto nº 94.149, de 26 de março de 1987.
 - Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA). Decreto nº 94.092, de 13 de março de 1987.
 - Companhia de Desenvolvimento do Amapá (CODEASA). Decreto nº 94.091, de 13 de março de 1987.

- Companhia Docas do Ceará (CDC). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Pará (CDP). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Companhia Eletromecânica (CELMA). Decreto nº 94.049, de 23 de fevereiro de 1987.
- Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRAS). Decreto nº 94.024, de 13 de fevereiro de 1987.
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS). Decreto nº 94.021, de 13 de fevereiro de 1987.
- Rede Federal de Armazéns Gerais Ferrovitários S.A. (AGEF). Decreto nº 94.022, de 13 de fevereiro de 1987.
- CARLOS ALBERTO DA COSTA PINTO - V. Reintegração/Inclusão.
- CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES - Autonomia administrativa e financeira. Dispõe. Decreto nº 93.972, de 23 de janeiro de 1987.
- CHILE - V. Atos Internacionais.
- CHRISTÓVÃO MUNIZ DE SOUZA - V. Readaptação/Inclusão.
- CIÊNCIAS CONTÁBEIS - V. Funcionamento de Curso.
- CIÊNCIAS SOCIAIS - V. Funcionamento de Curso.
- COMISSÃO DE CARTOGRAFIA (MCT) - Órgão de deliberação coletiva (2º grau). Classificação. Decreto nº 93.996, de 2 de fevereiro de 1987.
- COMISSÃO DE POLÍTICA ADUANEIRA - Iniciativa privada. Representantes. Recondução. Dispõe. Decreto nº 93.983, de 28 de janeiro de 1987.
- COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - V. Capital Social.
- COMPANHIA CAMPINEIRA DE ALIMENTOS - V. Trabalho Noturno.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - V. Capital Social.
- COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - V. Capital Social.
- COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - V. Energia Hidráulica.
- COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - V. Energia Hidráulica.
- COMPANHIA ELETROMECÂNICA - V. Capital Social.
- CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - V. Ministério da Ciência e Tecnologia; Regulamento.
- CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - Composição. Altera. Decreto nº 94.140, de 24 de março de 1987.
- CONSELHO INTERMINISTERIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS ESTATAIS - Dispositivo. Altera. Decreto nº 94.005, de 5 de fevereiro de 1987.
- CONSELHO NACIONAL DE CINEMA (CONCINE) - Estrutura. Altera. Decreto nº 94.105, de 17 de março de 1987.
- CONSELHO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERIOR (CONCEX) - Estrutura. Altera. Decreto nº 94.109, de 18 de março de 1987.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (CONAMA) — Composição. Altera. Decreto nº 94.085, de 10 de março de 1987.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

- Atribuições. Organização. Dispõe. Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987.
- Composição. Altera. Decreto nº 94.135, de 23 de março de 1987.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP) — Composição. Altera. Decreto nº 94.110, de 18 de março de 1987.

CONSELHO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL — Restabelece. Decreto nº 93.968, de 23 de janeiro de 1987.

CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA — Composição. Regulamenta. Decreto nº 94.061, de 26 de fevereiro de 1987.

CONTA CORRENTE BANCÁRIA (no exterior) — Movimentação. Dispõe. Decreto nº 94.007, de 9 de fevereiro de 1987.

CONTROLE SANITÁRIO — Comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Legislação. Dispositivo. Revoga. Decreto nº 94.053, de 23 de fevereiro de 1987.

CONVENÇÃO — V. Atos Internacionais.

CRÉDITO ESPECIAL

— **Encargos Gerais da União**

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 93.919, de 13 de janeiro de 1987.

— **Justiça Federal de 1ª Instância**. Decreto nº 93.979, de 27 de janeiro de 1987.

— **Ministério da Educação**

Entidades Supervisionadas. Reabre. Decreto nº 94.038, de 18 de fevereiro de 1987.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— **Encargos Gerais da União**

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 94.035, de 18 de fevereiro de 1987.

D

DELEGAÇÃO DO BRASIL PARA O DESENVOLVIMENTO E OS DIREITOS HUMANOS — Criação. Dispõe. Decreto nº 94.040, de 18 de fevereiro de 1987.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA — Diretor-Geral. Energia hidráulica. Concessão (até 10.000 kw). Outorga. Competência. Delega. Decreto nº 93.987, de 30 de janeiro de 1987.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — V. Obras Públicas.

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel) — Sobral (CE). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.011, de 10 de fevereiro de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel rural)

— **Água Boa (MT)**. Interesse social. Declara. Decretos nºs 93.984, de 29 de janeiro de 1987, e 94.108, de 18 de março de 1987.

— **Alcobaça (BA)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 93.924, de 14 de janeiro de 1987.

— **Alto Paraguai (MT)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 94.114, de 19 de março de 1987.

— **Amontada (CE)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 94.033, de 16 de fevereiro de 1987.

— **Araguacema (GO)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 94.041, de 18 de fevereiro de 1987.

— **Barreirinhas (MA)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 93.980, de 28 de janeiro de 1987.

— **Batalporã (MS)**. Interesse social. Declara. Decretos nºs 93.985, de 29 de janeiro de 1987; 94.113, de 19 de março de 1987; 94.181 e 94.182, de 23 de março de 1987.

— **Cabo Frio (RJ)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 93.942, de 16 de janeiro de 1987.

— **Campos (RJ)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 94.128, de 20 de março de 1987.

— **Canarana (MT)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 94.035, de 17 de fevereiro de 1987.

— **Cunindé (CE)**. Interesse social. Declara. Decretos nºs 93.976, de 27 de janeiro de 1987, e 94.034, de 16 de fevereiro de 1987.

— **Cantagalo (PR)**. Interesse social. Declara. Decretos nºs 94.032, de 16 de fevereiro de 1987, e 94.107, de 18 de março de 1987.

— **Fazenda Nova (GO)**. Interesse social. Declara. Decreto nº 93.986, de 29 de janeiro de 1987.

- .. Iguaraci (PE). Interesse social. Declara. Decretos n.ºs 94.073, de 5 de março de 1987; 94.097, de 16 de março de 1987; 94.142, de 25 de março de 1987.
- Iritnia (PR). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.037, de 17 de fevereiro de 1987.
- Itaiópolis (SC). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.922, de 14 de janeiro de 1987.
- Laranjeiras do Sul (PR). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.103, de 17 de março de 1987.
- Linhares (ES). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.115, de 19 de março de 1987.
- Mafra (SC). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.074, de 5 de março de 1987.
- Manaus (AM). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.108, de 18 de março de 1987.
- Manga (MG). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.937, de 15 de janeiro de 1987.
- Marabá (PA). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.938, de 15 de janeiro de 1987.
- Monte Santo (BA). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.974, de 26 de janeiro de 1987.
- Municípios no Estado do Ceará. Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.913, de 13 de janeiro de 1987.
- Natividade (GO). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.096, de 13 de março de 1987.
- Nobres (MT). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.895, de 7 de janeiro de 1987.
- Nova Andradina (MS). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.130, de 23 de março de 1987.
- Paço do Lumiar (MA). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.020, de 13 de fevereiro de 1987.
- Parati (RJ). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.914, de 13 de janeiro de 1987.
- Presidente Figueiredo (AM). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.982, de 28 de janeiro de 1987.
- Reserva (PR). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.104, de 17 de março de 1987.
- Rio Branco (AC). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.912, de 13 de janeiro de 1987.
- Rio Branco (MT). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.896, de 7 de janeiro de 1987.
- Romelândia (SC). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.098, de 16 de março de 1987.
- Salgadinho (PE). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.977, de 27 de janeiro de 1987.
- Salto do Céu (MT). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.896, de 7 de janeiro de 1987.
- Santa Luzia (MA). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.923, de 14 de janeiro de 1987.
- Santiago (RS). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.903, de 9 de janeiro de 1987.
- São Benedito do Sul (PE). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.095, de 13 de março de 1987.
- São Bento do Norte (RN). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.943, de 16 de janeiro de 1987.
- São Domingos do Capim (PA). Interesse social. Declara. Decretos n.ºs 93.981, de 28 de janeiro de 1987, e 93.988, de 30 de janeiro de 1987.
- São Felix do Araguaia (MT). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.048, de 23 de fevereiro de 1987.
- Taipu (RN). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.973, de 26 de janeiro de 1987.
- Teixeira Soares (PR). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.036, de 17 de fevereiro de 1987.
- Teresópolis (RJ). Interesse social. Declara. Decreto n.º 94.072, de 5 de março de 1987.
- Tomé-Açu (PA). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.981, de 28 de janeiro de 1987.
- Trajano de Moraes (RJ). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.936, de 15 de janeiro de 1987.
- Tuparetama (PE). Interesse social. Declara. Decretos n.ºs 94.073, de 5 de março de 1987, e 94.142, de 25 de março de 1987.
- Xapuri (AC). Interesse social. Declara. Decreto n.º 93.912, de 13 de janeiro de 1987.

--- Xique-Xique (BA). Interesse social. Declara. Decretos n.ºs 93.975, de 26 de janeiro de 1987, e 93.978, de 27 de janeiro de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terra)

— Alto do Rodrigues (RN). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.916, de 13 de janeiro de 1987.

— Araxá (MG). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.122, de 20 de março de 1987.

— Caieiras (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.008, de 9 de fevereiro de 1987.

— Carnaubais (RN). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.916, de 13 de janeiro de 1987.

— Cristino Castro (PI). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decretos n.ºs 94.012, de 10 de fevereiro de 1987, e 94.028, de 16 de fevereiro de 1987.

— Dobrada (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.997, de 2 de fevereiro de 1987.

— Guamaré (RN). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.134, de 23 de março de 1987.

— Igarassu (PE). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.917, de 13 de janeiro de 1987.

— Ituverava (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.993, de 2 de fevereiro de 1987.

— Jaboatão (PE). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.917, de 13 de janeiro de 1987.

— Jarinu (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.950, de 21 de janeiro de 1987.

— Jequitinhonha (MG). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.027, de 16 de fevereiro de 1987.

— Jundiá (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.133, de 23 de março de 1987.

— Morada Nova (CE). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n.º 94.101, de 16 de março de 1987.

— Municípios no Estado do Ceará. Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n.º 93.948, de 21 de janeiro de 1987.

— Municípios no Estado do Rio de Janeiro. Utilidade pública. Decreto n.º 94.093, de 13 de março de 1987.

— Municípios no Estado do Rio Grande do Norte. Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n.º 94.063, de 27 de fevereiro de 1987.

— Municípios no Estado de São Paulo. Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.949, de 21 de janeiro de 1987.

— Nova Iguaçu (RJ). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.894, de 7 de janeiro de 1987.

— Russas (CE). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n.º 94.094, de 13 de março de 1987.

— Salvador (BA). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.904, de 9 de janeiro de 1987.

— Santa Cruz das Palmeiras (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.940, de 15 de janeiro de 1987.

— Santa Maria da Vitória (BA). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.992, de 2 de fevereiro de 1987.

— Tapira (MG). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.122, de 20 de março de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terreno)

— Aguas de Lindóia (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.963, de 22 de janeiro de 1987.

— Itatiba (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.029, de 16 de janeiro de 1987.

— Guaratinguetá (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.960, de 22 de janeiro de 1987.

— Osasco (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.961, de 22 de janeiro de 1987.

— Ponta Grossa (PR). Utilidade pública. Declara. Decretos n.ºs 93.998 e 93.999, de 2 de fevereiro de 1987.

— Salto (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 93.959, de 22 de janeiro de 1987.

— Santa Leopoldina (ES). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.064, de 27 de fevereiro de 1987.

— Santa Maria (RS). Dispositivos. Retificação. Decreto n.º 94.050, de 23 de fevereiro de 1987.

— Santos (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n.º 94.030, de 16 de fevereiro de 1987.

— São Roque (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 93.958, de 22 de janeiro de 1987.

DESAPROPRIAMENTO — V. Delegação para o Desarmamento e os Direitos Humanos.

DESESTATIZAÇÃO — V. máquinas Piratinha do Nordeste S.A.

DESTILARIA LAGO AZUL S.A. — V. Energia Hidráulica

DIREITOS HUMANOS — V. Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos.

DOAÇÃO DE IMÓVEL — São Miguel do Iguaçu (PR). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Autoriza. Decreto nº 94.009, de 9 de fevereiro de 1987.

DROGAS — V. Controle Sanitário.

E

ECONOMIA — V. Atualização Monetária.

ECOSSISTEMA — V. Atos Internacionais (Antártida); Estação Ecológica; Projetos de Florestamento.

EFETIVOS — V. Ministério do Exército.

EMISSORAS (rádio e televisão) — V. Radiodifusão.

EMBAIXADA — V. Atos Internacionais.

EMPREENHIMENTOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS — V. Imposto de Renda.

EMPRESA ESTRANGEIRA — V. Total Brasil.

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. — V. Capital Social.

ENCARGOS EDUCACIONAIS

— Comissões. Composição. Regulamenta. Decreto nº 93.911, de 12 de janeiro de 1987.

— Reajuste. Regulamenta. Decreto nº 93.911, de 12 de janeiro de 1987.

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO

— V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

ENERGIA ELÉTRICA — Racionamento. Medidas e procedimentos. Dispõe. Decreto nº 93.901, de 9 de janeiro de 1987.

ENERGIA HIDRÁULICA

— Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA). Municípios no Território Federal

do Amapá. Concessão. Outorga. Decreto nº 94.069, de 4 de março de 1987.

— Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. São Desidério (BA). Concessão. Outorga. Decreto nº 93.994, de 2 de fevereiro de 1987.

— Destilaria Lago Azul S.A. Municípios de Goiás. Concessão. Outorga. Decreto nº 93.947, de 21 de janeiro de 1987.

— V. Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; Ministro de Estado (MME).

ESCOLA AGROTECNICA DE CÁCERES (MT) — Patrimônio da União. Incorporação. Dispõe. Decreto nº 93.971, de 23 de janeiro de 1987.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA — Angra dos Reis (RJ). Implementação. Grupo Interministerial. Trabalhos. Prazo. Prorroga. Decreto nº 93.918, de 13 de janeiro de 1987.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

— Comissão de Desenvolvimento do Projeto e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle. Cria. Decreto nº 94.065, de 27 de fevereiro de 1987.

— Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Militar de Comando e Controle. Cria. Decreto nº 94.066, de 27 de fevereiro de 1987.

— V. Adidos Militares; Ministro de Estado.

EX-PRESIDENTES DA REPÚBLICA — Segurança. Medidas. Regulamenta. Decreto nº 94.090, de 13 de março de 1987.

F

FACULDADE — V. Funcionamento de Curso.

FISIOTERAPIA — V. Funcionamento de Curso.

FONOAUDIOLOGIA — V. Funcionamento de Curso.

FORÇAS ARMADAS — Tabela de Etapas dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais. 1987/Primeiro semestre. Aprova. Decreto nº 93.967, de 23 de janeiro de 1987.

FUNCIONAMENTO DE CURSO

— Administração

Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de São Sebas-

- ção do Paraíso (MG). Decreto nº 93.927, de 14 de janeiro de 1987.
- **Ciências Contábeis**
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Padre Humberto, Itaperuna (RJ). Decreto nº 94.078, de 5 de março de 1987.
 - **Ciências Sociais**
Fundação Educacional de Divinópolis (MG). Decreto nº 93.906, de 9 de janeiro de 1987.
 - **Fisioterapia**
Faculdade de Educação Física da Alta Araraquarense de Santa Fé do Sul (SP). Decreto nº 93.905, de 9 de janeiro de 1987.
 - **Fonoaudiologia**
Faculdade de Ciências da Saúde São Camilo, São Paulo (SP). Decreto nº 93.925, de 14 de janeiro de 1987.
 - **História**
Faculdade Integrada do Noroeste de Minas, Paracatu (MG). Decreto nº 93.926, de 14 de janeiro de 1987.
 - **Medicina Veterinária**
Faculdade de Medicina Veterinária Octávio Bastos, Dispositivo, Altera. Decreto nº 94.082, de 6 de março de 1987.
 - **Pedagogia**
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André (SP). Decreto nº 94.078, de 5 de março de 1987.
 - **Processamento de Dados**
Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco (PR). Decreto nº 94.023, de 13 de fevereiro de 1987.
Faculdade de Informática de Lins (SP). Decreto nº 94.059, de 25 de fevereiro de 1987.
Instituto de Ciências Sociais de Americana (SP). Decreto nº 94.081, de 6 de março de 1987.
 - **Psicologia**
Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí (SC). Decreto nº 94.068, de 27 de fevereiro de 1987.
 - V. Universidade Estadual do Maranhão.
- FUNDAÇÃO** (educacional) - V. Funcionamento de Curso.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJUCAR)** - Estatuto. Altera. Decreto nº 93.928, de 14 de janeiro de 1987.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA - V. Universidade Federal do Ceará.

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO PILAR DE ANTONINA (Rádio Antoninense) - V. Radiodifusão.

G

GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - V. Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal.

GRANADA - V. Atos Internacionais.

H

HISTÓRIA - V. Funcionamento de Curso.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - V. Capital Social.

I

IMÓVEL - V. Alienação.

IMÓVEL (locação) - V. Administração Federal.

IMÓVEL RURAL - V. Desapropriação.

IMPORTAÇÕES - Zona Franca de Manaus. Limite global. Exercício de 1987. Fixa. Decreto nº 94.025, de 13 de fevereiro de 1987.

IMPOSTO DE RENDA

- Pessoa física. Declarações. Entrega. Prazo. Prorroga. Decreto nº 94.117, de 19 de março de 1987.

- Retenção na fonte. Tabela. Altera. Decretos nºs 93.939, de 15 de janeiro de 1987, e 94.117, de 19 de março de 1987.

- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Áreas de atuação. Empreendimentos agrícolas e industriais. Isenção. Prazo. Dispõe. Decreto nº 94.075, de 5 de março de 1987.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

- Aliquota. Reduz. Decreto nº 93.956, de 21 de janeiro de 1987.

- Veículos automotores. Aliquota. Reduz. Decreto nº 94.062, de 23 de fevereiro de 1987.

INDÍGENA - V. Área Indígena.

INDÚSTRIA AERONÁUTICA NEIVA S.A. - V. Programa de Privatização.

INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Quadro Permanente)

- Empregos. Suprime. Decreto nº 93.934, de 15 de janeiro de 1987.
- Funções. Cria. Decreto nº 93.934, de 15 de janeiro de 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF)

- Conselho Deliberativo. Dispõe. Decreto nº 94.080, de 6 de março de 1987.
- V. Projetos de Florestamento.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — V. Doação de Imóvel.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — Estrutura. Altera. Decreto nº 94.139, de 24 de março de 1987.

INSUMO FARMACÊUTICO — V. Controle Sanitário.

INTERESSE SOCIAL — V. Desapropriação.

J

JOSÉ JÚLIO GOMES — V. Readaptação/Inclusão.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA — V. Crédito Especial.

M

MAQUINAS PIRATININGA DO NORDESTE S.A. — V. Programa de Privatização.

MARTINS ATANÁSIO ALVES — V. Readaptação/Inclusão.

MEDALHA MÉRITO TAMANDARÉ — V. Regulamento.

MEDICAMENTO — V. Controle Sanitário.

MEDICINA VETERINÁRIA — V. Funcionamento de Curso.

MENSALIDADES (escolares) — V. Encargos Educacionais.

MÉXICO — V. Atos Internacionais.

MILITAR — V. Adidos Militares.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

- Oficiais (diversos quadros). Ano-base de 1986. Promoção. Vagas. Fixa. Decreto nº 93.929, de 14 de janeiro de 1987.

— Oficial-General. Tempo de paz. Cargos privativos. Dispositivos. Altera. Decreto nº 94.087, de 10 de março de 1987.

— V. Instituto Histórico-Cultural do MAer.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— V. Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas; Reintegração/Inclusão.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

— Conselho de Ciência e Tecnologia. Cria (por transformação). Decreto nº 93.944, de 16 de janeiro de 1987.

— V. Comissão de Cartografia.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

— V. Radiodifusão.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

— Tabela Permanente. Empregos. Criação. Dispõe. Decreto nº 93.952, de 21 de janeiro de 1987.

— V. Conselho Nacional do Meio Ambiente.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

— Órgãos. Extinção. Dispositivos. Altera. Decreto nº 93.921, de 14 de janeiro de 1987.

— V. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Conselho Nacional de Serviço Social; Crédito Especial; Funcionamento de Curso; Ministro de Estado.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

— Efetivos. 1987. Altera. Decreto nº 94.086, de 10 de março de 1987.

— Oficial-General. Tempo de paz. Cargos privativos. Dispositivos. Altera. Decreto nº 94.087, de 10 de março de 1987.

— Oficiais (Armas, Quadros e Serviços). Promoções. Ano-base de 1986. Proposições. Fixa. Decreto nº 93.915, de 13 de janeiro de 1987.

— Tabela Permanente. Emprego (Assistente Jurídico). Cria. Decreto nº 93.995, de 2 de fevereiro de 1987.

— V. Regulamento (Promoção de Graduados).

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— V. Conselho Nacional de Seguros Privados; Imposto de Renda; Readaptação/Inclusão (servidor).

MINISTÉRIO DO INTERIOR

— V. Área Indígena.

MINISTERIO DA JUSTIÇA

- V. Conselho Nacional de Cinema; Conselho Superior de Censura; Regulamento.

MINISTÉRIO DA MARINHA

- Capitães-de-Mare-e-Guerra (sem acesso ao posto de Oficial-General). Não numerados. Percentual. Fixa. Decreto nº 94.067, de 27 de fevereiro de 1987.
- Estrutura. Altera. Decreto nº 93.908, de 9 de janeiro de 1987.
- Estrutura Básica da Organização do MM. Decreto nº 93.909, de 9 de janeiro de 1987.
- Oficiais (diversos Quadros). Ano-base de 1986. Promoção. Vagas. Fixa. Decreto nº 93.931, de 14 de janeiro de 1987.
- Oficiais. Efetivos. 1987. Fixa. Decreto nº 93.930, de 14 de janeiro de 1987.
- Oficiais (QC). Efetivos. 1987. Fixa. Decreto nº 93.932, de 14 de janeiro de 1987.
- V. Regulamento (Centro de Eletrônica da MM; Quadros de Oficiais Auxiliares; Ordem do Mérito Naval; Mérito Tamandaré). Secretaria da Comissão Intermínisterial para os Recursos do Mar.

MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA

- V. Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica; Ministro de Estado.

MINISTERIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- V. Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- V. Área Indígena; Desapropriação; Doação de Imóvel.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

- V. Atos Internacionais; Delegação do Brasil para o Desarmamento e os Direitos Humanos.

MINISTERIO DOS TRANSPORTES

- V. Obras Públicas; Regulamento.

MINISTERIO DA SAÚDE

- V. Conselho Nacional de Saúde.

MINISTRO DE ESTADO

- Educação. Anuidades escolares. Reajuste. Competência. Delega. Decreto nº 93.893, de 6 de janeiro de 1987.
- Estado-Maior das Forças Armadas. Tabela de Etapas dos Complementos da

Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas. Instruções. Aplicação. Determina. Decreto nº 93.967, de 23 de janeiro de 1987.

- Minas e Energia. Energia hidráulica. Concessão (até 10.000kW). Outorga. Competência. Delega. Decreto nº 93.987, de 30 de janeiro de 1987.

MOGADISCIO (Somália) — V. Atos Internacionais.

MUNICÍPIOS — V. Desapropriação.

N

NAVIO MARION-DUFRESNE — V. Pesquisa Científica.

O

OBRAS PÚBLICAS (sistema viário) — Concessão. Dispõe. Decreto nº 94.002, de 4 de fevereiro de 1987.

OFICIAIS — V. Ministérios da Aeronáutica, Exército e Marinha (efetivos e promoções).

OFICIAL-GENERAL — V. Ministério da Aeronáutica e Exército.

ORDEM DO MÉRITO NAVAL — V. Regulamento.

P

PEDAGOGIA — V. Funcionamento de Curso.

PESQUISA CIENTÍFICA — Navio Marion-Dufresne. Francês. Autorização. Concede. Decreto nº 94.133, de 24 de março de 1987.

PESSOA FÍSICA — V. Imposto de Renda.

PETRÓLEO (exploração) — V. Total Brasil.

PLANOS DE POUPANÇA E INVESTIMENTO — Regulamenta. Decreto nº 93.989, de 30 de janeiro de 1987.

PREÇOS MÍNIMOS

- Algodão. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.

- Amendoim. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.

- Arroz irrigado. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Arroz sequeiro. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Batata-semente. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Castanha de caju. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Casulo de seda. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Cera de carnaúba. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Feijão. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Girassol. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Juta. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Malva. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Mamona. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Mandioca. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Milho. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Rami. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Semente de juta. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Semente de malva. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Sisal. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Soja. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.
- Sorgo. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.

- Trigo mourisco. Valor e forma de correção. Altera. Decreto nº 94.077, de 5 de março de 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Gabinetes. Tabela Permanente. Grupo-Direção e Assessoramento Superiores. Dispõe. Decreto nº 93.955, de 21 de janeiro de 1987.
- V. Ministro de Estado (EMFA); Secretaria Especial de Comunicação Social da Administração Federal; Secretaria de Imprensa e Divulgação.

PROCESSAMENTO DE DADOS

- V. Funcionamento de Curso.

PRODUTO AGRÍCOLA — V. Preços Mínimos.

PROJETOS DE FLORESTAMENTO — Fundos de Investimento. Recursos. Aplicação. Regime jurídico. Aprovação. Dispõe. Decreto nº 93.957, de 21 de janeiro de 1987.

PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR — Institui. Decreto nº 94.084, de 10 de março de 1987.

PROGRAMA NACIONAL DE MICROBÁCIAS HIDROGRÁFICAS — Institui. Decreto nº 94.076, de 5 de março de 1987.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO — Indústria Aeronáutica Neiva S.A. Inclusão. Dispõe. Decreto nº 94.032, de 16 de fevereiro de 1987.

- Máquinas Piratininga do Nordeste S.A. Inclusão. Dispõe. Decreto nº 94.003, de 4 de fevereiro de 1987.

PSICOLOGIA — V. Funcionamento de Curso.

R

RACIONAMENTO — V. Energia Elétrica.

RÁDIO — V. Radiodifusão.

RADIODIFUSÃO

- Emissora A Voz de Catanduva Ltda. (SP). Concessão. Renova. Decreto nº 93.900, de 8 de janeiro de 1987.
- Fundação Redentorista de Comunicações Sociais. Antonina (PR). Concessão por transferência direta. Decreto nº 94.147, de 26 de março de 1987.
- Progresso do Acre Comunicações Ltda. Rio Branco (AC). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.127, de 20 de março de 1987.

- Rádio Antoninense. Antonina (PR). Transferência direta de concessão. Autoriza. Decreto nº 94.147, de 26 de março de 1987.
- Rádio Araguaia Ltda. Goiânia (GO). Concessão por transferência direta. Autoriza. Decreto nº 94.141, de 25 de março de 1987.
- Rádio Clube de Goiânia S.A. (GO). Transferência direta de concessão. Autoriza. Decreto nº 94.141, de 25 de março de 1987.
- Rádio Clube de Marília Ltda. (SP). Concessão. Renova. Decreto nº 93.899, de 8 de janeiro de 1987.
- Rádio Difusora Cardeal Arcoverde Ltda. Arcoverde (PE). Concessão. Renova. Decreto nº 93.898, de 8 de janeiro de 1987.
- Rádio Educadora de Arcos Ltda. (MG). Concessão. Outorga. Decreto nº 93.986, de 22 de janeiro de 1987.
- Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. Santarém (PA). Concessão. Renova. Decreto nº 93.897, de 8 de janeiro de 1987.
- Rádio Guamá Ltda. São Miguel do Guamá (PA). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.126, de 20 de março de 1987.
- Rádio Itatiaia Ltda. Timóteo (MG). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.125, de 20 de março de 1987.
- Rádio Rio das Garças Ltda. Acaará (CE). Concessão. Transfere. Decreto nº 94.146, de 26 de março de 1987.
- Rádio Rio das Garças Ltda. Itarema (CE). Concessão por transferência. Autoriza. Decreto nº 94.146, de 26 de março de 1987.
- Rádio Tabajara de São Benedito Ltda. (CE). Concessão. Outorga. Decreto nº 93.965, de 22 de janeiro de 1987.
- Rádio Urubupungá Ltda. Andradina (SP). Concessão. Renova. Decreto nº 94.123, de 20 de março de 1987.
- Sistema Clube de Comunicação Ltda. Ribeirão Preto (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.004, de 5 de fevereiro de 1987.
- Sistema Clube de Comunicação Ltda. Tuntum (MA). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.047, de 23 de fevereiro de 1987.
- Televisão Cupixaba Ltda. Vitória (ES). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.124, de 20 de março de 1987.

RAIMUNDO AVELINO DA SILVA — V. Readaptação/Inclusão.

RAIMUNDO DE OLIVEIRA PINHO — V. Readaptação/Inclusão.

READAPTAÇÃO/INCLUSÃO

- Christóvão Muniz de Souza. Ministério da Fazenda. Quadro Permanente. Decreto nº 93.969, de 23 de fevereiro de 1987.
- José Júlio Gomes. Ministério da Fazenda. Quadro Permanente. Decreto nº 93.969, de 23 de janeiro de 1987.
- Martins Atanásio Alves. Ministério da Fazenda. Quadro Permanente. Decreto nº 93.969, de 23 de janeiro de 1987.
- Raimundo Avelino da Silva. Ministério da Fazenda. Decreto nº 93.969, de 23 de janeiro de 1987.
- Raimundo de Oliveira Pinho. Ministério da Fazenda. Quadro Permanente. Decreto nº 93.969, de 23 de janeiro de 1987.

REAJUSTE — V. Administração Pública (contratos); Salário Mínimo; Sistema Financeiro da Habitação (empréstimo e financiamento).

REDE FEDERAL DE ARMAZÊNS GERAIS FERROVIÁRIOS S.A. — V. Capital Social.

REFORMA AGRÁRIA — V. desapropriação.

REGULAMENTO

- Centro de Eletrônica da Marinha. Revoga. Decreto nº 94.137, de 24 de março de 1987.
- Conselho de Ciência e Tecnologia. Aprova. Decreto nº 93.946, de 16 de janeiro de 1987.
- Medalha Mérito Tamandaré. Aprova. Decreto nº 93.991, de 2 de fevereiro de 1987.
- Ordem do Mérito Naval. Aprova. Decreto nº 93.990, de 2 de fevereiro de 1987.
- Promoção de Graduados do Exército. Altera. Decreto nº 94.121, de 20 de março de 1987.
- Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha. Aprova. Decreto nº 94.136, de 24 de março de 1987.

Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários. Altera. Decreto nº 94.148, de 26 de março de 1987.

— V. Planos de Poupança e Investimento.

REINTEGRAÇÃO/INCLUSÃO — Carlos Alberto da Costa Pinto. Ministério da

Agricultura. Quadro Permanente. Dispõe. Decreto nº 94.116, de 19 de março de 1987.

REPÚBLICA DE SEYCHELLES — V. Atos Internacionais.

S

SAINT GEORGE'S (Granada) — V. Atos Internacionais.

SAINT JOHN'S (Antígua e Barbuda) — V. Atos Internacionais.

SALÁRIO MÍNIMO — Fixa. Decreto nº 94.062, de 27 de fevereiro de 1987.

SECRETARIA DA COMISSÃO INTER-MINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR — Estrutura e Regimento. Altera. Decreto nº 93.910, de 9 de janeiro de 1987.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL — Gabinete Pessoal do Presidente da República. Institui. Decreto nº 93.954, de 21 de janeiro de 1987.

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO — Denominação e subordinação. Altera. Decreto nº 93.953, de 21 de janeiro de 1987.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — V. Secretaria de Imprensa e Divulgação.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES — V. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações.

SERVIDÃO — V. Desapropriação.

SERVIDOR (requisição) — V. Superintendência Nacional de Abastecimento.

SERVIDOR PÚBLICO

— Ascensão funcional. Legislação. Altera. Decreto nº 93.964, de 22 de janeiro de 1987.

— Servidor redistribuído. Pagamento. Dispõe. Decreto nº 94.006, de 9 de fevereiro de 1987.

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO

— Atualização «pro rata temporis». Define. Decreto nº 94.060, de 26 de fevereiro de 1987.

— Cruzados. Conversão. Saldo devedor. Reajusta. Define. Decreto nº 94.060, de 26 de fevereiro de 1987.

SISTEMAS (rádio e televisão) — V. Radio-difusão.

SOMÁLIA — V. Atos Internacionais.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA — V. Imposto de Renda.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE — V. Imposto de Renda.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO — Servidores. Requisição. Prazo. Prorroga. Decreto nº 94.061, de 23 de fevereiro de 1987.

T

TERRA — V. Área Indígena; Desapropriação.

TERRENO — V. Desapropriação.

TOTAL BRÉSIL — Petróleo. Brasil (litoral). Exploração. Autorização. Concede. Decreto nº 93.707, de 9 de janeiro de 1987.

TRABALHADOR — V. Planos de Poupança e Investimento.

TRABALHO NOTURNO

— Cia. Campineira de Alimentos. Campinas (SP). Mulher. Maior de 18 anos. Autoriza. Decreto nº 94.071, de 4 de março de 1987.

U

UNIÃO (patrimônio) — V. Escola Agrotécnica de Cáceres.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO — Sistema de multicampi. Funcionamento. Autoriza. Decreto nº 94.143, de 25 de março de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ — Imóvel. Permuta. Autoriza. Decreto nº 94.000, de 3 de fevereiro de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ — V. Alienação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE — V. Alienação.

URUGUAI — V. Atos Internacionais.

UTILIDADE PÚBLICA

— Associação Francesa de Beneficência. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.

- Associação dos Franciscanos Menores Conventuais. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Belém (PA). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bento Gonçalves (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Grande (MS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carangola (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castelo (ES). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Corumbá (MS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Descalvado (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estância Velha (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Florianópolis (SC). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Norato (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garanhuns (PE). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioré (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaranésia (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibatá (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itanhandu (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaquim Távora (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Leopoldina (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lorena (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macatuba (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Macau (RN). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marília (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Azul Paulista (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pindamonhangaba (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirajui (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prata (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Presidente Prudente (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rincão (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sant'Ana do Livramento (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz do Rio Pardo (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Rita do Sapucaí (MG).

- Decreto nº 94.064, de 24 de fevereiro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Angelo (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santo Antônio da Patrulha (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Luís (MA). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Roque (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Taquaritinga (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tatui (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otoni (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torres (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tubarão (SC). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uberlândia (MG). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubatã (PR). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vacaria (RS). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valinhos (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Valparaíso (SP). Decreto nº 94.054, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Centro de Estudos e Pesquisas Genival Londres. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Fundação Emilio Oebrecht. Salvador (BA). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Fundação Hospitalar, Educacional e Social de Porto (RS). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Fundação Irmão José Otão. Porto Alegre (RS). Decreto nº 94.001, de 4 de fevereiro de 1987.
 - Fundação São João Batista. Aracruz (ES). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Hospital Municipal São Camilo. Esteio (RS). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Hospital Padre Máximo. Venda Nova (ES). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário Queiróz Filho. São Paulo (SP). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Instituto de Câncer de Londrina (PR). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Instituto de Gerontologia e Assistência Social Evangélico. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Instituto São Benedito. Pelotas (RS). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
 - Irmandade de Misericórdia de Tapirati-ba (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aguai (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Cerquilho (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade da Cidade de Santo Antônio de Jesus (BA). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Guarulhos (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Oliveira (MG). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Pirajuí (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Poços de Caldas (MG). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Santo Amaro (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Irmandade de Urânia (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
 - Lar da Criança Santa Rita. Bagé (RS). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.

- Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (ES). Decreto nº 94.083, de 10 de março de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Andradás (MG). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Bocaina (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Belmonte (BA). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Cachoeira (BA). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Guarú (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Guararapes (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Guararoma (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de Miguelópolis (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Nova Andradina (MS). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Piedade (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Sabará (MG). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.

- Santa Casa de Sacramento (MG). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Santa Cruz do Rio Pardo (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- Santa Casa de Misericórdia de São Bento do Sapucaí (SP). Decreto nº 94.055, de 24 de fevereiro de 1987.
- V. Desapropriação.

V

VALORES DE REFERÊNCIA — V. Atualização Monetária.

VEICULOS AUTOMOTORES — V. Imposto sobre Produtos Industrializados.

VENEZUELA — V. Atos Internacionais.

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS — V. Importações.

ÍNDICE DO APENSO

D

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel rural) — Municípios no Estado do Maranhão. Declara. Decreto nº 93.891, de 5 de dezembro de 1986.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS
DE 1987 — VOLUME IV
ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETOS DE ABRIL A JUNHO

FICHA CATALOGRÁFICA

341.251S
B823

Brasil. Poder Executivo.

Coleções das leis; atos legislativos do Poder
Executivo. Brasília, D.I.N., 1987.

v. trimestral.

602 p.

1. Leis — Coleções. I. Título.

ÍNDICE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

PAG.

PAG.

- | | | | |
|---|---|--|----|
| <p>94.163 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Dispõe sobre aumento do Capital Social da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 1 | <p>tuado no Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 18 |
| <p>94.164 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 2 | <p>94.168 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte da Gleba denominada «Fica-Faca», constituída por diversos imóveis, classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e minifúndio, situado no Município de Nova Brasilândia, no Estado de Mato Grosso, compreendida na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 19 |
| <p>94.165 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Dispõe sobre a criação e transformação de funções de confiança da Tabela Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 2 | <p>94.169 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Santana do Iluqui», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santarém, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e</p> | |
| <p>94.166 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Dispõe sobre a criação e transformação de funções de confiança do Quadro Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87 .</p> | 8 | <p>94.167 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Crispim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, si-</p> | |

	PAG.		PAG.
dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87	21	94.175 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Altera a redação do item V, alínea a, do art. 1º do Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1983. Publicado no D.O. de 3-4-87	54
94.170 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Dispõe sobre a importação sem cobertura cambial. Publicado no D.O. de 2-4-87	24	94.176 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Outorga concessão à Valec — Engenharia e Construções Limitada, para a construção, uso e gozo de duas estradas de ferro, sendo uma na região da Bacia do Araguaia — Tocantins, no rumo norte-sul, abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e o Distrito Federal e outra na região Centro-Oeste, na direção leste-oeste, abrangendo os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e o Distrito Federal, nos termos das cláusulas dos Contratos a serem celebrados entre o Ministério dos Transportes e aquela empresa. Publicado no D.O. de 3-4-87	58
94.171 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Santa Ernestina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-4-87 e retificado no D.O. de 6-4-87	25	94.177 — Decreto de 3 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Mucambinho», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Luz, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6-4-87	59
94.172 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Campos de Pilar», composto pelo imóvel denominado «Castanhalzinho» e parte dos imóveis «Boa Vista» e «Pilar», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Alenquer, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-4-87 e retificado no D.O. de 6-4-87	27	94.178 — Decreto de 3 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Paragominas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6-4-87	60
94.173 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Dispõe sobre a extinção, transformação, reclassificação e criação de função de confiança na Tabela Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-4-87	28	94.179 — Decreto de 3 de abril de 1987 — Dispõe sobre o abastecimento nacional de derivados de petróleo e álcool etílico combustível, e dá ou-	
94.174 — Decreto de 2 de abril de 1987 — Dispõe sobre a extinção, transformação, reclassificação e criação de funções do Quadro Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-4-87	35		

	PAG.		PAG.
tras providências. Publicado no D.O. de 6-4-87	62	94.187 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade do Rio Branco, Estado do Acre. Publicado no D.O. de 7-4-87	72
94.180 — Decreto de 3 de abril de 1987 — Regulamenta as Leis n.ºs 7.577 e 7.578, de 23 de dezembro de 1986, que dispõem sobre a liquidação dos débitos previdenciários que especifica, mediante a prestação de serviços pelos devedores. Publicado no D.O. de 6-4-87	62	94.188 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Riograndense — Rádio Fátima, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 7-4-87	73
94.181 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Tamandaré S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 7-4-87	68	94.189 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 7-4-87	74
94.182 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 7-4-87	69	94.190 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Autoriza a Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás e suas controladas a promoverem aumento de Capital Social. Publicado no D.O. de 7-4-87	75
94.183 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cabiuna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 7-4-87	69	94.191 — Decreto de 6 de abril de 1987 Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no Município de São Luís, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 7-4-87	77
94.184 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Mineira do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 7-4-87	70	94.192 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Institui a Comissão de Assessoramento Presidencial para a Negociação da Dívida Externa Brasileira. Publicado no D.O. de 7-4-87	80
94.185 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Relógio Federal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 7-4-87	71	94.193 — Decreto de 7 de abril de 1987 — Delega competência ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, para a prática do ato que especifica. Publicado no D.O. de 8-4-87	81
94.186 — Decreto de 6 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuy Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 7-4-87	72	94.194 — Decreto de 7 de abril de 1987 — Altera o Decreto n.º 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento FND. Publicado no D.O. de 8-4-87	81
		94.195 — Decreto de 7 de abril de 1987 Altera a estrutura do Conselho	

	PAG.		PAG.
Nacional do Comércio Exterior (Concex). Publicado no D.O. de 8-4-87	83	dastrro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santana do Itararé, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-4-87	94
94.196 — Decreto de 7 de abril de 1987 — Dispõe sobre a instituição, no Ministério da Saúde, da Campanha Nacional de Combate à Malária. Publicado no D.O. de 8-4-87 ..	83	94.204 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata. Publicado no D.O. de 13-4-87	95
94.197 — Decreto de 7 de abril de 1987 — Dispõe sobre a instituição, no Ministério da Saúde, da Campanha Nacional de Combate ao Aedes Aegypti. Publicado no D.O. de 8-4-87	86	94.205 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina. Publicado no D.O. de 13-4-87	96
94.198 — Decreto de 7 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), área de terra necessária à construção do Aeroporto de Pinheiro, no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 8-4-87	89	94.206 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia do Centro de Estudos Superiores do Carmo. Publicado no D.O. de 13-4-87	96
94.199 — Decreto de 8 de abril de 1987 — Dispõe sobre a transformação de função de confiança, na Tabela Permanente do Ministério do Trabalho, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-4-87	90	94.207 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Centro de Estudos Superiores do Carmo. Publicado no D.O. de 13-4-87	97
94.200 — Decreto de 8 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Agronomia da Faculdade de Agronomia de Ituverava. Publicado no D.O. de 9-4-87	92	94.208 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas. Publicado no D.O. de 13-4-87	97
94.201 — Decreto de 9 de abril de 1987 — Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Kingstown, São Vicente e Granadinas, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 10-4-87	92	94.209 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento dos cursos de Letras, História, Geografia, Ciências e Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis. Publicado no D.O. de 13-4-87	98
94.202 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Altera a redação do § 1º do artigo 7º do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, que reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-4-87	93	94.210 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária de Pinhal. Publicado no D.O. de 13-4-87	99
94.203 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Bebedouro», classificado no Ca-			

PAG.	PAG.
94.211 — Decreto de 10 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Goiás. Publicado no D.O. de 13-4-87	99
94.212 — Decreto de 13 de abril de 1987 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona. Publicado no D.O. de 14-4-87	100
94.213 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Autoriza o aumento do Capital Social da Petrobrás Distribuidora S.A. — BR. Publicado no D.O. de 15-4-87	103
94.214 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	103
94.215 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	104
94.216 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Sorocaba, Distrito de Brigadeiro Tobias, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	106
94.217 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Aragarças, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	108
94.218 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Subaúma (Remanescente)», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Alhandra, Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	110
94.219 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Benedito (parte)», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Altos, Estado do Piauí, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada no Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	111
94.220 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação dos índios Guarani e homologa a demarcação da área de terras no Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	113
94.221 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação indígena Guarani e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	115
94.222 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação dos índios Guarani e homologa a de-	

	PAG.		PAG.
marcação da área de terras no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87.	117	92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87	127
94.223 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	119	94.228 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Morro Agudo» e «Lagoa», situados nos Municípios de Nova Russas e Hidrolândia, no Estado do Ceará, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87	128
94.224 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Rio Branco que menciona, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 15-4-87	121	94.229 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 21-4-87	133
94.225 — Decreto de 14 de abril de 1987 — Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-4-87	123	94.230 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 21-4-87	135
94.226 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Antas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87	125	94.231 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 21-4-87	136
94.227 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Teimozia, São Roque, Santo Antônio, Gaião, Retiro, Vida, Mariosa, Nova Vida, Veiga, Dio, Wavnak II, São Phelito, Roa Esperança, Vigo, Liberdade, Marirosa e Angico do Pajeú», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração e minifúndios, situados no Município de Caldeirão Grande, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº		94.232 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Dispõe sobre a participação da União nas cerimônias cívico-militares, guarda e segurança do Panteão da Pátria Tancredo Neves e Monumento do Fogo Simbólico da Pátria. Publicado no D.O. de 21-4-87	138
		94.233 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Dispõe sobre os efeitos financeiros dos reajustamentos a que se refere o Decreto nº 94.042, de 18 de fevereiro de 1987. Publicado no D.O. de 21-4-87	139
		94.234 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Dispõe sobre a organização do Ministério da Saúde, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87	139
		94.235 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA a contratar técnicos para as atividades que menciona	

PAG.	PAG.
na, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87 143	de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-4-87 155
94.236 — Decreto de 15 de abril de 1987 — Transfere o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA para o Ministério da Ciência e Tecnologia, transformando-o em órgão autônomo da administração direta, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-4-87 e republicado no D.O. de 29-4-87 e retificado no D.O. de 19-5-87 144	94.240 — Decreto de 21 de abril de 1987 — Estabelece critérios visando à fixação de valor para os produtos que especifica, dispõe sobre o rateio das indenizações devidas aos Municípios em virtude da extração de óleo ou gás na plataforma continental, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-4-87 157
94.237 — Decreto de 21 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Macaco», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-4-87 152	94.241 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado «Fazenda Sertão Bonito», classificado no cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-4-87 160
94.238 — Decreto de 21 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Almecegas, Traíras e Laranjo», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Altos, no Estado do Piauí, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-4-87 153	94.242 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Aleixo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-4-87 162
94.239 — Decreto de 21 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Caixeta», classificado no cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio	94.243 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Sepé Tiarajú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 23-4-87 163
	94.244 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jacarezinho S.A., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 23-4-87 164

PAG.	PAG.
94.245 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Educadora Rural de Jacarezinho Ltda., para a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak. Publicado no D.O. de 23-4-87	164
94.246 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Cristã Educativa Ltda., para a Fundação Cristã Educativa. Publicado no D.O. de 23-4-87	165
94.247 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Outorga concessão à Rádio Serra Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 23-4-87	165
94.248 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Outorga concessão à Rádio Tapuio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 23-4-87	166
94.249 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Outorga concessão à Rádio Liberal de Morada Nova Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 23-4-87	167
94.250 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Publicado no D.O. de 23-4-87	168
94.251 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Publicado no D.O. de 23-4-87	168
94.252 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho — 3ª Região, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	169
94.253 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.087.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	170
94.254 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.730.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	171
94.255 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 44.430.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	171
94.256 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 508.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	172
94.257 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 77.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	173
94.258 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 37.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	174
94.259 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Edu-	

PAG.		PAG.
	cação, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 102.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	174
94.260 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 60.179.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	175	
94.261 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.300.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	176	
94.262 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre a Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.589.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	177	
94.263 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 2.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	177	
94.264 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 12.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	178	
94.265 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria da Educação Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 96.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	179	
94.266 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	180	
94.267 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 212.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	180	
94.268 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Reabre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.888, de 30 de dezembro de 1986. Publicado no D.O. de 24-4-87	181	
94.269 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Instituto Brasileiro do Café, o crédito suplementar de CZ\$ 4.590.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	182	
94.270 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 22.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-4-87	182	
94.271 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Dispõe sobre o voto dos Governadores de Estado nas deliberações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvol-		

	PAG.		PAG.
vimento da Amazônia — Sudam. Publicado no D.O. de 24-4-87	183	preendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pe- lo Decreto n.º 92.623, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA co- mo latifúndio por exploração e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-4-87	206
94.272 — Decreto de 23 de abril de 1987 — Dispõe sobre o voto dos Governadores de Estado nas deli- berações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvol- vimento do Nordeste — Sudene. Publicado no D.O. de 24-4-87	184	94.280 — Decreto de 27 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imó- vel rural denominado «Vazante», classificado no Cadastro de Imó- veis Rurais do INCRA, como lati- fúndio por exploração, situado no Município de Tacima, no Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-4-87	208
94.273 — Decreto de 24 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Edu- cação, em favor do Centro de De- senvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 76.487.000,00, para reforço de dotações consignadas no vi- gente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-4-87	184	94.281 — Decreto de 27 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fa- zenda Tamakavi», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por ex- ploração», situado no Município de Itaquiraí, no Estado de Mato Gros- so do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-4-87	210
94.274 — Decreto de 24 de abril de 1987 — Autoriza o Banco do Brasil S.A. a proceder ao aumento do ca- pital social. Publicado no D.O. de 28-4-87	185	94.282 — Decreto de 27 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fa- zenda Morro Vermelho», classifi- cado no Cadastro de Imóveis Ru- rais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Mu- nicípio de Selvíria, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de re- forma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-4-87	212
94.275 — Decreto de 24 de abril de 1987 — Dispõe sobre o aumento do Capital Social da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD. Publicado no D.O. de 28-4-87	185		
94.276 — Decreto de 24 de abril de 1987 — Autoriza a transferência dos terrenos que menciona, situa- dos no Município de Mafra, Esta- do de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 28-4-87	186		
94.277 — Decreto de 24 de abril de 1987 — Autoriza a Cobra — Com- putadores e Sistemas Brasileiros S/A., a proceder ao aumento do li- mite do seu Capital Social. Publi- cado no D.O. de 27-4-87 e republi- cado no D.O. de 28-4-87	187		
94.278 — Decreto de 27 de abril de 1987 — Dispõe sobre a criação de cargos e empregos no Quadro e Ta- bela Permanentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-4-87	187		
94.279 — Decreto de 27 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imó- vel rural denominado «Fazenda Colatina», situado no Município de Acará, no Estado do Pará, com-			

PAG.		PAG.	
	ro Saudoso» e «Aguas Claras», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Gravatá, no Estado de Pernambuco, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-4-87	213	
94.284	- Decreto de 28 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Luiz II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Sapopema, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-4-87	215	
94.285	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Jaracateá ou Nascimento, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Jacaraí, no Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-4-87	217	
94.286	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Califórnia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-4-87	218	
94.287	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Fixa o termo final de implementação do «Programa Ruas em		
	Paz», criado pelo Decreto nº 91.538, de 16 de agosto de 1985. Publicado no D.O. de 29-4-87	220	
94.288	Decreto de 28 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão de passagem, a favor da Valec — Engenharia e Construções Limitada, imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias situadas nos municípios abaixo discriminados, nos Estados de Goiás, Maranhão e em áreas do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 29-4-87	220	
94.289	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-4-87	233	
94.290	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 83.090.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-4-87	234	
94.291	— Decreto de 28 de abril de 1987 — Autoriza o aumento de Capital Social da Vale do Rio Doce Navegação S/A — Docenave. Publicado no D.O. de 29-4-87	235	
94.292	— Decreto de 29 de abril de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 51.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 30-4-87	235	
94.293	Decreto de 29 de abril de 1987 — Altera e consolida o Estatuto da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcep, instituída por força da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980. Publicado no D.O. de 30-4-87 e republicado no D.O. de 26-5-87	236	

PAG.		PAG.
94.294	— Decreto de 29 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cantagalo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Casimiro de Abreu, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-4-87	243
94.295	— Decreto de 29 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Pacu-Matrinxã», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Nova Brasilândia e Paranatinga, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-4-87 e retificado no D.O. de 4-5-87	245
94.296	— Decreto de 29 de abril de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Chopim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mangueirinha, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-4-87	248
94.297	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2). Publicado no D.O. de 4-5-87 e retificado no D.O. de 18-5-87 e 22-5-87	249
94.298	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Concede autorização à Canadian Pacific Air Lines Limited	
	para funcionar no Brasil como empresa regular de transporte aéreo. Publicado no D.O. de 4-5-87	250
94.299	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 4-5-87	252
94.300	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Najuá de Irati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Irati, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 4-5-87	253
94.301	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Emissora Aruanã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 4-5-87	253
94.302	— Decreto de 30 de abril de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-5-87	254
94.303	— Decreto de 1º de maio de 1987 — Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional — CMN, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6-5-87	255
94.304	— Decreto de 4 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21. Publicado no D.O. de 5-5-87	256
94.305	— Decreto de 4 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1982/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13). Publicado no D.O. de 5-5-87	256
94.306	— Decreto de 4 de maio de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº	

PAG.		PAG.
	91.539, de 19 de agosto de 1985, modificado pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 5-5-87	257
94.307	— Decreto de 5 de maio de 1987 — Revoga disposições do Decreto nº 86.010, de 15 de maio de 1981, que dispõe sobre a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil — Cotac — do Ministério da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 6-5-87 e retificado no D.O. de 7-5-87	258
94.308	Decreto de 5 de maio de 1987 — Da nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 88.619, de 15 de agosto de 1983. Publicado no D.O. de 6-5-87	258
94.309	— Decreto de 5 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 850.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 6-5-87	259
94.310	— Decreto de 5 de maio de 1987 — Abre ao Supremo Tribunal Federal o crédito suplementar de CZ\$ 11.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 6-5-87	280
94.311	— Decreto de 5 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 6-5-87	261
94.312	— Decreto de 6 de maio de 1987 — Outorga concessão a Televisão Jocaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Jocaíba, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 7-5-87	261
94.313	— Decreto de 6 de maio de 1987 — Dispõe sobre a contratação de pessoal para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza permanente e temporária, nos	
	órgãos da Administração Federal Direta e nas autarquias federais, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 7-5-87	262
94.314	— Decreto de 7 de maio de 1987 — Altera o Decreto nº 92.395, de 12 de fevereiro de 1986. Publicado no D.O. de 8-5-87	264
94.315	— Decreto de 7 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional de Trânsito, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-5-87	265
94.316	— Decreto de 8 de maio de 1987 — Institui Comissão para avaliar a conveniência, necessidade e a oportunidade da nova ligação ferroviária entre Rio, São Paulo, Campinas e Araraquara. Publicado no D.O. de 11-5-87	265
94.317	— Decreto de 11 de maio de 1987 — Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional. Publicado no D.O. de 12-5-87	266
94.318	— Decreto de 11 de maio de 1987 — Dispõe sobre modelo de cartão de entrada e saída de pessoas do país. Publicado no D.O. de 12-5-87	270
94.319	— Decreto de 11 de maio de 1987 — Outorga concessão à Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Barbara D'Oeste, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 12-5-87	277
94.320	— Decreto de 11 de maio de 1987 — Transforma a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda em Secretaria de Assuntos Internacionais e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-5-87	278
94.321	— Decreto de 12 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Zootecnia da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista. Publicado no D.O. de 13-5-87	280

	PAG.		PAG.
94.322 — Decreto de 12 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior de Barreiras. Publicado no D.O. de 13-5-87	281	de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-5-87	301
94.323 — Decreto de 12 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Serrinha. Publicado no D.O. de 13-5-87	282	94.331 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-5-87	302
94.324 — Decreto de 12 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Fonoaudiologia da União das Faculdades Francanas. Publicado no D.O. de 13-5-87	282	94.332 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 33.637.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-5-87	305
94.325 — Decreto de 12 de maio de 1987 — Aprova alterações introduzidas no Estatuto da Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás. Publicado no D.O. de 13-5-87	283	94.333 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 38.300.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-5-87	306
94.326 — Decreto de 13 de maio de 1987 — Dispõe sobre a coordenação do programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura. Publicado no D.O. de 13-5-87	284	94.334 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 55.650.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-5-87	307
94.327 — Decreto de 13 de maio de 1987 — Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-5-87	285	94.335 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Abre ao Tribunal Federal de Recursos e à Justiça Federal de 1ª Instância, o crédito suplementar de CZ\$ 120.654.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-5-87	308
94.328 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, suscrito entre o Brasil e a Venezuela (Acordo nº 13). Publicado no D.O. de 15-5-87	298	94.336 — Decreto de 15 de maio de 1987 — Cria o Brasão de Armas e Estandarte do Exército. Publicado no D.O. de 18-5-87	308
94.329 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de produtos agrícolas da safra 1987, para as Regiões Norte e Nordeste, e da 2ª safra de 1986/1987, para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Publicado no D.O. de 15-5-87	299	94.337 — Decreto de 15 de maio de 1987 — Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex). Publicado no D.O. de 18-5-87	311
94.330 — Decreto de 14 de maio de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000.000,00, para reforço		94.338 — Decreto de 18 de maio de 1987 — Regulamenta o art. 4º do	

	PAG.		PAG.
Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a iniciação ao trabalho do menor assistido e institui o Programa do Bom Menino. Publicado no D.O. de 19-5-87	311	94.347 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Aprova o estatuto da Fundação Nacional de Arte e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-5-87	322
94.339 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20-5-87	316	94.348 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação das funções do Quadro Permanente do Ministério da Marinha e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-5-87	328
94.340 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-5-87	317	94.349 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Cria empregos na Tabela Permanente do Ministério do Exército, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-5-87	331
94.341 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Autoriza a Meridional Leasing S.A. — Arrendamento Mercantil a proceder ao aumento do capital social. Publicado no D.O. de 20-5-87	318	94.350 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Dispõe sobre a criação de funções de confiança, na Tabela Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-5-87	334
94.342 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Concede à Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás) autorização para proceder a aumento de seu capital autorizado, bem como de capital social. Publicado no D.O. de 20-5-87	318	94.351 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-5-87	337
94.343 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Dispõe sobre o aumento do Capital Autorizado da Petrobrás Internacional S.A. — Braspetro. Publicado no D.O. de 20-5-87	319	94.352 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Outorga concessão à Valec — Engenharia e Construções Limitada, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro ligando a região de Guarapuava até Guaíra, no Estado do Paraná, estendendo-se até a região de Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo a construção de variantes na malha ferroviária do Paraná entre Guarapuava e Paranaguá, nos termos das Clausulas do Contrato a ser celebrado entre o Ministério dos Transportes e aquela Empresa. Publicado no D.O. de 21-5-87	338
94.344 — Decreto de 19 de maio de 1987 — Dispõe sobre os valores das diárias a que se refere o Decreto nº 83.396, de 2 de maio de 1979. Publicado no D.O. de 20-5-87 e retificado no D.O. de 22-5-87	319	94.353 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Restabelece <i>post mortem</i> , as condecorações nacionais que foram retiradas ao Senhor Carlos Frederico Werneck de Lacerda, e determina a sua reinclusão nos Quadros das Ordens dos quais tenha sido excluído. Publicado no D.O. de 21-5-87	339
94.345 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Revoga dispositivo do Decreto nº 63.192, de 29 de agosto de 1968. Publicado no D.O. de 21-5-87	321		
94.346 — Decreto de 20 de maio de 1987 — Revoga o Decreto nº 27.354, de 21 de outubro de 1949. Publicado no D.O. de 21-5-87	321		

	PAG.		PAG.
94.354 — Decreto de 21 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-5-87	340	1.470.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-5-87	344
94.355 — Decreto de 21 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Comissão de Cartografia, do Instituto de Pesquisas Espaciais, e do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de CZ\$ 3.450.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-5-87	340	94.360 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 24.246.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-5-87	345
94.356 — Decreto de 21 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 121.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-5-87	341	94.361 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas e do Ministério dos Transportes — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-5-87	346
94.357 — Decreto de 21 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-5-87	342	94.362 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, e a Encargos Gerais da União — recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 304.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-5-87	346
94.358 — Decreto de 21 de maio de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Riachuelo» (parte), situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-5-87	343	94.363 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Filosofia da Escola Superior de Estudos Sociais, de Brusque, Santa Catarina. Publicado no D.O. de 25-5-87	347
94.359 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Empresa Brasileira de Turismo, o crédito suplementar de CZ\$		94.364 — Decreto de 22 de maio de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que mencionam. Publicado no D.O. de 25-5-87	348
		94.365 — Decreto de 25 de maio de 1987 — Concede autorização ao navio de pesquisa «Professor W. Besnard», de bandeira brasileira, para realizar em águas jurisdicionais os serviços que especifica. Publicado no D.O. de 26-5-87	350
		94.366 — Decreto de 25 de maio de 1987 — Torna insubsistente o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969. Publicado no D.O. de 26-5-87	351

PAG.		PAG.
94.367	— Decreto de 25 de maio de 1987 — Altera o Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987. Publicado no D.O. de 26-5-87	352
94.368	— Decreto de 25 de maio de 1987 — Autoriza o Nederlandsche Middenstandsbank NV, como sucessor do Banco NMB Sudamericano, a funcionar no Brasil e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-5-87	352
94.369	— Decreto de 25 de maio de 1987 — Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Basseterre, São Cristóvão e Nevis, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-5-87	353
94.370	— Decreto de 25 de maio de 1987 — Dispõe sobre a transformação e reclassificação de funções de confiança do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-5-87 e retificado no D.O. de 1-6-87 ..	354
94.371	— Decreto de 25 de maio de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação da Subestação Transformadora de Distribuição Heliópolis, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 26-5-87	371
94.372	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial nº 34. Publicado no D.O. de 27-5-87 ..	372
94.373	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12). Publicado no D.O. de 27-5-87	373
94.374	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 13 subscrito entre Brasil e Venezuela. Publicado no D.O. de 27-5-87	374
94.375	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do	
	Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 10 subscrito entre Brasil e Colômbia. Publicado no D.O. de 27-5-87	374
94.376	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em Favor da Bolívia (Acordo nº 1). Publicado no D.O. de 27-5-87	375
94.377	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4. Publicado no D.O. de 27-5-87	376
94.378	— Decreto de 26 de maio de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 28-5-87	377
94.379	— Decreto de 27 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento de curso de Pedagogia, em Paulo Afonso, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 28-5-87	377
94.380	— Decreto de 27 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas. Publicado no D.O. de 28-5-87	378
94.381	— Decreto de 27 de maio de 1987 — Autoriza o funcionamento dos cursos de Letras, História, Geografia e Ciências, em Formosa, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 28-5-87	378
94.382	— Decreto de 27 de maio de 1987 — Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo da promulgação da nova Constituição Brasileira. Publicado no D.O. de 28-5-87	379
94.383	— Decreto de 28 de maio de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972. Publicado no D.O. de 29-5-87	380
94.384	— Decreto de 28 de maio de 1987 — Autoriza o aumento de capital social da Centrais Elétricas	

	PÁG.		PÁG.
Brasileiras S/A — Eletrobrás. Publicado no D.O. de 29-5-87	380	mento. Publicado no D.O. de 1-6-87	391
94.385 — Decreto de 28 de maio de 1987 — Dispõe sobre a supervisão ministerial sobre a Valec Engenharia e Construções Limitada, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-5-87	381	94.394 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Cria função de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Marinha, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1-6-87 e republicado no D.O. de 2-6-87	392
94.386 — Decreto de 28 de maio de 1987 — Institui, no Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Fundo de Desenvolvimento Regional. Publicado no D.O. de 29-5-87	382	94.395 — Decreto de 1º de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-6-87	392
94.387 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Altera dispositivos do Regulamento Disciplinar para a Marinha, baixado pelo Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983. Publicado no D.O. de 1-6-87	383	94.396 — Decreto de 1º de junho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1982/1980, suscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12). Publicado no D.O. de 2-6-87	394
94.388 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Dispõe sobre a criação de funções de confiança, na Tabela Permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1-6-87	385	94.397 — Decreto de 1º de junho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4. Publicado no D.O. de 2-6-87	395
94.389 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Autoriza a Meridional Crédito Imobiliário S.A. a proceder ao aumento do capital social. Publicado no D.O. de 1-6-87	388	94.398 — Decreto de 1º de junho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21. Publicado no D.O. de 2-6-87	396
94.390 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Autoriza a Meridional — Companhia de Seguros Gerais a proceder ao aumento do capital social. Publicado no D.O. de 1-6-87 ..	388	94.399 — Decreto de 1º de junho de 1987 — Aprova o regulamento do Fundo Rodoviário Nacional — FRN, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-6-87	397
94.391 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Cria Grupo de Trabalho e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1-6-87	389	94.400 — Decreto de 3 de junho de 1987 — Concede autorização ao navio de pesquisa «Robert D. Conrad», de bandeira americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica. Publicado no D.O. de 4-6-87	399
94.392 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 55.656.156.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-6-87	390	94.401 — Decreto de 3 de junho de 1987 — Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos. Publicado no D.O. de 4-6-87 e retificado no D.O. de 29-6-87	400
94.393 — Decreto de 29 de maio de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 17.192.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orça-			

PAG.	PAG.
94.402 — Decreto de 4 de junho de 1987 — Revoga o Decreto nº 94.388, de 29 de maio de 1987. Publicado no D.O. de 5-6-87 404	94.411 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., para explorar serviço de radiodifu- são sonora em onda média, na ci- dade de Mamanguape, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 11- 6-87 416
94.403 — Decreto de 4 de junho de 1987 — Altera o Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regula- menta o Fundo Nacional de Desen- volvimento — FND. Publicado no D.O. de 5-6-87 404	94.412 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Difusora de Nortelândia Ltda., pa- ra explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nortelândia, Estado do Mato Grosso. Publicado no D.O. de 11-6- 87 417
94.404 — Decreto de 4 de junho de 1987 — Altera a tabela para o cálculo do imposto de renda na fonte. Publi- cado no D.O. de 5-6-87 405	94.413 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Revoga a concessão outor- gada à Rádio Sociedade da Bahia S/A, através do Decreto nº 38.085, de 12 de outubro de 1955, publicado no <i>Diário Oficial</i> da União, de 16 de novembro do mesmo ano. Publi- cado no D.O. de 11-6-87 418
94.405 — Decreto de 5 de junho de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamen- to/PR o crédito especial de CZ\$ 580.400.000,00, para o fim que espe- cifica. Publicado no D.O. de 8-6-87 406	94.414 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outor- gada à Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, para explorar ser- viço de radiodifusão sonora em on- da média, na cidade de Passo Fun- do, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 11-6-87 418
94.406 — Decreto de 8 de junho de 1987 — Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe so- bre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-6-87 407	94.415 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outor- gada à Fundação Paz na Terra, pa- ra explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 11-6- 87 419
94.407 — Decreto de 8 de junho de 1987 — Dispõe sobre a extinção do Es- critório de Representação do Insti- tuto do Açúcar e do Alcool-IAA, em Londres, e dá outras providên- cias. Publicado no D.O. de 9-6-87 413	94.416 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outor- gada à Sociedade Rádio Dourados Ltda., para explorar serviço de ra- diodifusão sonora em onda tropi- cal, na cidade de Dourados, Esta- do de Mato Grosso do Sul. Publi- cado no D.O. de 11-6-87 420
94.408 — Decreto de 9 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Aliança Ltda., para explorar servi- ço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 10-6-87 413	94.417 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outor- gada à Fundação Cultural e Edu- cacional Santo Afonso — Rádio Educadora, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coronel Fabri-
94.409 — Decreto de 9 de junho de 1987 — Outorga concessão à TV o Esta- do — Florianópolis Ltda., para ex- plorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na ci- dade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 10-6-87 414	
94.410 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Delega competência para nomeação das autoridades que menciona. Publicado no D.O. de 11-6-87 415	

	PAG.		PAG.
ciano, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-6-87	421	Moderno. Publicado no D.O. de 11-6-87	427
94.418 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Sergipe S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Publicado no D.O. de 11-6-87	421	94.426 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade Integrada do Noroeste de Minas. Publicado no D.O. de 11-6-87	427
94.419 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia. Publicado no D.O. de 11-6-87	422	94.427 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Abre ao Subanexo Encargos Gerais da União — Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito especial de CZ\$ 7.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-6-87	428
94.420 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Declara premissa a concessão outorgada à Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 11-6-87	423	94.428 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 24.570.955.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-6-87	429
94.421 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Autoriza o aumento do capital social de Furnas — Centrais Elétricas S.A.. Publicado no D.O. de 11-6-87	424	94.429 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 1.711.077.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-6-87	430
94.422 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Autoriza o Banco Holandês Unido S.A. a instalar mais três filiais no Brasil. Publicado no D.O. de 11-6-87	424	94.430 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área necessária à instalação de Parque de Dragagem da Empresa de Portos do Brasil S.A. — Porto-brás, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Publicado no D.O. de 11-6-87	430
94.423 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Autoriza o The First National Bank of Boston, a instalar mais duas filiais no Brasil. Publicado no D.O. de 11-6-87	425	94.431 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Dispõe sobre a transferência da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — Corde, para a estrutura básica da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Sepplan, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-6-87	431
94.424 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Altera os arts. 4º, 9º e 10 do Regulamento do Art. 21 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, aprovado pelo Decreto nº 92.181, de 19 de dezembro de 1985, prorroga o prazo de delegação de competência, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-6-87	425	94.432 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Dispõe sobre a aplicação do disposto no Decreto nº 91.410, de 5 de julho de 1985, aos servidores em exercício na Secretaria de Administração Pública da Presidência	
94.425 — Decreto de 10 de junho de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados das Faculdades Integradas Colégio			

PAG.	PAG.
da Republica. Publicado no D.O. de 12-6-87	432
94.433 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, bem como do trecho inicial do reservatório da usina hidrelétrica de Itá, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — Eletrosul, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 12-6-87	433
94.434 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Colômbia, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 12-6-87	435
94.435 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Taquaruçu da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 12-6-87	437
94.436 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Outorga à Centrais Elétricas de Roraima S.A. — CER, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Mucajaí, nos Municípios de Mucajaí e Alto Alegre, Território Federal de Roraima. Publicado no D.O. de 12-6-87	439
94.437 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, nos Municípios de Joselândia, Presidente Dutra e Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20-6-87	440
94.438 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, com as respectivas benfeitorias, pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, nos Municípios de Pedreiras e São Luís Gonzaga do Maranhão, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-6-87	443
94.439 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, com as respectivas benfeitorias, pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-6-87	444
94.440 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), área de terras e benfeitorias para a implantação do projeto demonstrativo de irrigação de São Bento, no Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 12-6-87	446
94.441 — Decreto de 11 de junho de 1987 — Altera o Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985, e pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, bem como a composição das categorias de Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias da Tabela e Quadro Permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-6-87 e retificado no D.O. de 16-6-87	447
94.442 — Decreto de 12 de junho de 1987 — Estabelece procedimentos para a proposta orçamentária de 1988, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-6-87	470
94.443 — Decreto de 12 de junho de 1987 — Atribui ao Ministério da Fazenda competência para exercer atividades relativas aos serviços de colocação e resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-6-87	472
94.444 — Decreto de 12 de junho de 1987 — Transfere os fundos e pro-	

PAG.	PAG.
gramas de crédito do Banco Central do Brasil para o Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-6-87 473	ros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda o crédito especial de CZ\$ 1.307.500.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 17-6-87 481
94.445 — Decreto de 12 de junho de 1987 — Institui como patrono do Quadro de Engenheiros Militares o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Publicado no D.O. de 16-6-87 473	94.453 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 31.337.670.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 482
94.446 — Decreto de 12 de junho de 1987 — Institui a Comissão de Coordenação Financeira, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16-6-87 474	94.454 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.272.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 483
94.447 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Altera o Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, que regulamenta a profissão de Radialista. Publicado no D.O. de 17-6-87 e retificada no D.O. de 18-6-87 476	94.455 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 484
94.448 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Altera o Decreto nº 93.944, de 16 de janeiro de 1987, que cria, por transformação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT. Publicado no D.O. de 17-6-87 478	94.456 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 484
94.449 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Concede permissão, em caráter permanente, às agências do Banco do Estado de São Paulo S.A., localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — Sinac, no Estado de São Paulo, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. Publicado no D.O. de 17-6-87 479	94.457 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas à Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 5.360.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 485
94.450 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Modifica o Estatuto da Casa da Moeda do Brasil. Publicado no D.O. de 17-6-87 480	94.458 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre aos Ministérios do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 37.924.119.000,00, para reforço de dotações consigna-
94.451 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87 481	
94.452 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre a Encargos Financei-	

	PÁG.		PÁG.
das no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87	486	mento. Publicado no D.O. de 18-6-87	490
94.459 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre à Presidência da República e ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 17-6-87	487	94.465 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 75.233.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	491
94.460 — Decreto de 16 de junho de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito especial de CZ\$ 75.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 17-6-87	487	94.466 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 77.020.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	492
94.461 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Trabalho, em favor do Serviço Especial de Bolsas de Estudo e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 2.621.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	488	94.467 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	492
94.462 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	489	94.468 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Gabinete do Ministro e do Ministério Público Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 16.750.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	493
94.463 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 35.335.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	489	94.469 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre aos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.543.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	494
94.464 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orça-		94.470 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 954.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	494

PAG.	PAG.
94.471 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.708.004.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
495	499
94.472 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.809.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	94.478 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 40.908.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
496	500
94.473 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 26.165.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	94.479 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 75.659.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
496	501
94.474 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87 ..	94.480 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 510.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
497	501
94.475 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre aos Ministérios do Exército, da Marinha, do Trabalho e da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 470.237.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	94.481 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 53.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
498	502
94.476 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 12.451.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87	94.482 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, o crédito suplementar de CZ\$ 5.216.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87
499	503
94.477 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de	94.483 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 10.480.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orça-

PAG.	PAG.
mento. Publicado no D.O. de 18-6-87 503	94.491 — Decreto de 18 de junho de 1987 — Inclui a SIBRA — Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. no Programa de Privatização. Publicado no D.O. de 19-6-87 509
94.484 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 9.743.976.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-6-87 e retificado no D.O. de 19-6-87 504	94.492 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, para o mês de junho de 1987. Publicado no D.O. de 22-6-87 510
94.485 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para a Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda. Publicado no D.O. de 18-6-87 505	94.493 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Altera a composição da Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração (CNAALADI). Publicado no D.O. de 22-6-87 510
94.486 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. Publicado no D.O. de 18-6-87 506	94.494 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, que estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha. Publicado no D.O. de 22-6-87 512
94.487 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Difusora do Brasil Ltda., para a Rádio Cidade de Presidente Prudente Ltda. Publicado no D.O. de 18-6-87 506	94.495 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Revoga os Decretos nº 38.020/55 e nº 41.658/57, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para os Distritos Navais. Publicado no D.O. de 22-6-87 514
94.488 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Pereira Barreto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-6-87 507	94.496 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Revoga os Decretos nº 63.980/69 e nº 76.048/75, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para o Comando Naval de Brasília. Publicado no D.O. de 22-6-87 515
94.489 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Rainha das Quedas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 18-6-87 508	94.497 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Concede autorização ao navio de pesquisa «Researcher», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais, os serviços que especifica. Publicado no D.O. de 22-6-87 515
94.490 — Decreto de 17 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul. Publicado no D.O. de 18-6-87 508	94.498 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de aveia, centeio, cevada cervejeira e semente de cevada cervejeira, safra 1987/88. Publicado no D.O. de 22-6-87 516
	94.499 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Declara de utilidade públi-

	PÁG.		PÁG.
ca, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itapeçerica, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 22-6-87 ..	517	nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre os militares da Aeronáutica incapacitados para atividades aéreas. Publicado no D.O. de 24-6-87	524
94.500 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º e do item II do artigo 3º do Decreto nº 79.966, de 14 de julho de 1977, que regulamenta a concessão da Indenização de Transporte. Publicado no D.O. de 22-6-87	519	94.508 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Altera o Decreto nº 91.469, de 24 de julho de 1985, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24-6-87	525
94.501 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Rio Balsas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Balsas, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 22-6-87 e republicado no D.O. de 29-6-87	519	94.509 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Autoriza o aumento do capital social da Centrais Elétricas de Roraima S.A. — CER. Publicado no D.O. de 24-6-87	530
94.502 — Decreto de 19 de junho de 1987 — Outorga concessão ao Sistema Timon de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timon, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 22-6-87	520	94.510 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Cria Função de Assessoramento Superior (FAS), para o Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24-6-87	531
94.503 — Decreto de 22 de junho de 1987 — Dispõe sobre alteração no Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE-R-63). Publicado no D.O. de 23-6-87	521	94.511 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Abre em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 950.258.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-6-87	532
94.504 — Decreto de 22 de junho de 1987 — Altera o Regulamento Disciplinar do Exército — (R-4). Publicado no D.O. de 23-6-87	522	94.512 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Altera dispositivo do Regulamento de Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979. Publicado no D.O. de 25-6-87	532
94.505 — Decreto de 22 de junho de 1987 — Autoriza o aumento do limite do capital autorizado da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — Nuclebrás. Publicado no D.O. de 23-6-87	523	94.513 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Promulga o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha Democrática. Publicado no D.O. de 25-6-87	533
94.506 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Dispõe sobre aumento do capital social da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Publicado no D.O. de 24-6-87	523	94.514 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.750.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	537
94.507 — Decreto de 23 de junho de 1987 — Regulamenta as disposições contidas no artigo 154, da Lei		94.515 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de	

	PAG.		PAG.
CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	537	94.522 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 134.830.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	543
94.516 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.225.466.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	538	94.523 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 190.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	543
94.517 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.347.785.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	539	94.524 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 691.810.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	544
94.518 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 17.750.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	540	94.525 — Decreto de 25 de junho de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 79.613.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 26-6-87	545
94.519 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.392.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	540	94.526 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio São Bento Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 29-6-87	546
94.520 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	541	94.527 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Z Publicidade do Amapá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Macapá — Território Federal do Amapá. Publicado no D.O. de 29-6-87	546
94.521 — Decreto de 24 de junho de 1987 — Abre à Justiça do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 118.661.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-6-87	542	94.528 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras	

	PAG.		PAG.
Ltda., para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda. Publicado no D.O. de 29-6-87	547	fúndio por exploração, situado no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-6-87	553
94.529 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 29-6-87	548	94.536 — Decreto de 29 de junho de 1987 — Regulamenta a Lei nº 7.573, de 28 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo. Publicado no D.O. de 30-6-87	557
94.530 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Cidade de Sumé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumé, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 29-6-87	549		
94.531 — Decreto de 28 de junho de 1987 — Outorga concessão à Sociedade Rádio Difusora Nordestado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul. Publicado no D.O. de 29-6-87	549		
94.532 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Carioca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 29-6-87	550		
94.533 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 29-6-87	551		
94.534 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Dispõe sobre as despesas de pessoal à conta do Tesouro Nacional nos órgãos da Administração Federal Direta e Indireta. Publicado no D.O. de 29-6-87	552		
94.535 — Decreto de 26 de junho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Rio Vermelho» ou «Estância Alcina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como lati-			
		ÍNDICE DO APENSO	
		I — DECRETO	
		94.122 — Decreto de 20 de março de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Araxá e Tapira, ambos do Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 23-3-87 e republicado no D.O. de 30-3-87 e republicado no D.O. de 28-4-87	571
		94.159 — Decreto de 31 de março de 1987 — Altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1º-4-87	574
		94.160 — Decreto de 31 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Esmeralda», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado nos Municípios de Pereira Barreto e Mirandópolis, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1º-4-87	577
		94.161 — Decreto de 31 de março de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Bento», classificado no	

PAG.		PAG.
	Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Mirante do Paranapanema, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1º-4-87	579
94.162 —	Decreto de 31 de março de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 3.600.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1º-4-87	581
	RETIFICAÇÃO	
	I — DECRETO	
93.979 —	Decreto de 27 de janeiro de 1987 — Abre à Justiça Federal de 1ª Instância, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.890, de 30 de dezembro de 1986. Publicado no D.O. de 28-1-87 e retificado no D.O. de 19-1-87	583
94.109 —	Decreto de 18 de março de 1987 — Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX). Publicado no D.O. de 19-3-87 e retificado no D.O. de 14-4-87	583
	ÍNDICE REMISSIVO	585

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no segundo trimestre de 1987, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e republicação estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

DECRETO Nº 94.163, DE 1º DE ABRIL DE 1987

*Dispõe sobre aumento do capital social
da Embraer — Empresa Brasileira de Aero-
náutica S.A.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., autorizada a promover a elevação do seu capital social, mediante a emissão de novas ações, das quais a União subscreverá o equivalente a CZ\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzados) em ordinárias nominativas.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.164, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 2-4-87.

DECRETO Nº 94.165, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a criação e transformação de funções de confiança da Tabela Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, e o que consta do Processo nº 00600.001760/87-91,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas e transformadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, da Tabela Permanente do Ministério da Educação.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor de que trata este decreto são as definidas no Regimento Interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança compreendidas no artigo 1º, far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º Ficam suprimidas as funções de confiança constantes do Anexo II, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
3	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENSINO AGROPECUÁRIO	LT-DAS-102.1	1	Coordenadoria Programação Coordenador	LT-DAS-101.2
			1	Coordenadoria de Apoio Institucional Coordenador	LT-DAS-101.2
			1	Coordenadoria de Supervisão e Acompanhamento Coordenador	LT-DAS-101.2
			1	Divisão de Serviços Administrativos Diretor	LT-DAS-101.2
			1	SECRETARIA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU	
			1	Secretário	LT-DAS-101.4
			1	Secretário Adjunto	LT-DAS-101.3
			3	Consultor Técnico	LT-DAS-102.2
			3	Assessor	LT-DAS-102.1
				Subsecretaria de Educação Geral Subsecretário	LT-DAS-101.3
			1	Coordenadoria para Articulação com Estados e Municípios	
			1	Coordenador Gerente	LT-DAS-101.2
			1	Coordenadoria para a Educação Supletiva	LT-DAS-101.1
			1	Coordenador	LT-DAS-101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA	
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor da gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação
			1	Gerente
				Subsecretaria de Educação Técnica
			1	Subsecretário
				Coordenadoria de Ensino Industrial
			1	Coordenador
			1	Gerente
				Coordenadoria de Ensino Agrícola
			1	Coordenador
			1	Gerente
				Coordenadoria de Ensino para o Setor Serviços
			1	Coordenador
			1	Gerente
				Divisão de Serviços Administrativos
			1	Diretor
				LT-DAS-101.1
				LT-DAS-101.3
				LT-DAS-101.2
				LT-DAS-101.1
				LT-DAS-101.3
				LT-DAS-101.1
				LT-DAS-101.2
				LT-DAS-101.1
				LT-DAS-101.2

ANEXO II

Relação das funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, da Tabela Permanente da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário — Coagri, e da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação, suprimidas a partir da publicação deste anexo.

Nº de funções	Denominação	Código
	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENSINO AGROPECUÁRIO	
	<i>Direção Geral</i>	
1	Diretor-Geral	LT-DAS-101.4
	<i>Departamento Técnico-Pedagógico</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.2
	Divisão de Atividades Pedagógicas	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	Divisão de Educação-Produção	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	<i>Departamento de Planejamento</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.2
	Divisão de Programação e Projetos	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	Divisão de Elaboração de Documentos e Material Didático	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	<i>Departamento de Administração</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.2
	Divisão de Recursos Físicos	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	Divisão de Contabilidade e Finanças	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	Divisão de Serviços Auxiliares	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	<i>Departamento de Pessoal</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.2
	Divisão de Registro e Controle de Pessoal	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	Divisão de Recursos Humanos	
1	Diretor	LT-DAS-101.1
	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	
1	Secretário	LT-DAS-101.4

Nº de funções	Denominação	Código
1	<i>Secretaria Adjunta de Coordenação</i> Secretário-Adjunto	LT-DAS-101.3
1	<i>Subsecretaria de Apoio</i> <i>ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino</i> Subsecretário	LT-DAS-101.3
1	Coordenadoria do Sistema Federal de Ensino Coordenador	LT-DAS-101.1
1	Coordenadoria de Articulação dos Sistemas Estaduais de Ensino Coordenador	LT-DAS-101.1
1	Coordenadoria de Organização e Funcionamento de Agências Educativas Coordenador	LT-DAS-101.1
1	<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i> Subsecretário	LT-DAS-101.3
1	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar Coordenador	LT-DAS-101.1
1	Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau Coordenador	LT-DAS-101.1
1	Coordenadoria de Ensino Regular de 2º Grau Coordenador	LT-DAS-101.1
1	<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i> Subsecretário	LT-DAS-101.3
1	Coordenadoria de Educação Geral Coordenador	LT-DAS-101.1
1	Coordenadoria de Educação para o Trabalho Coordenador	LT-DAS-101.1
1	DELEGACIA DO MEC NO DISTRITO FEDERAL Delegado	LT-DAS-101.2
1	Assessor	LT-DAS-102.1

DECRETO Nº 94.166, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a criação e transformação de funções de confiança do Quadro Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o dis-

posto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta do Processo nº 00600.001760/87-91,

DECRETA :

Art. 1º São criadas e transformadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, do Quadro Permanente do Ministério da Educação.

Art. 2º As atribuições das funções de Assistente, de que trata este decreto, são as definidas no Regimento Interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º Ficam suprimidas as funções de confiança constantes do Anexo II, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

ANEXO I

ME — SECRETARIA DE ENSINO BASICO — SEB

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS			SECRETARIA DE ENSINO BASICO		
	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.2	1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.3	Nível Médio
	<i>Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino</i>			<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>		
	<i>Coordenadoria do Sistema Federal de Ensino</i>					
1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.1	1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.2	Nível Médio
2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Coordenadoria de Articulação com os Sistemas Estaduais de Ensino</i>			<i>Coordenadoria de Recursos Técnicos</i>		
1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.1	1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.2	Nível Médio
2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Coordenadoria de Organização e Funcionamento de Agências Educativas</i>			<i>Coordenadoria de Planejamento e Avaliação</i>		
1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.1	1	<i>Secretário Administrativo</i>	DAI-111.2	Nível Médio
2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	2	<i>Assistente</i>	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Subsecretaria de</i>			<i>Subsecretaria de</i>		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
	<i>Desenvolvimento Educacional</i>			<i>Desenvolvimento Institucional</i>		
	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>			<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Institucional</i>		
	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Ensino Regular de 2º Grau					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i>			<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i>		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria			Coordenadoria		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1 2	de Educação Geral Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	1 2	de Supervisão e Acompanhamento Secretário Administrativo Assistente <i>Divisão de Serviços Administrativos</i>	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
1 2	Coordenadoria de Educação para o Trabalho Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior

ANEXO I

ME — SECRETARIA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU — SESG

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUARIO Secretário Administrativo	DAI-111.3	1	SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU Secretário Administrativo	DAI-111.3	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	<i>Departamento Técnico Pedagógico</i>			<i>Subsecretaria de Educação Geral</i>		
	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Departamento de Planejamento</i>			<i>Subsecretaria de Educação Técnica</i>		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Departamento de Administração</i>			Coordenadoria de Ensino Industrial		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Departamento de Pessoal</i>			Coordenadoria para Articulação com Estados e Municípios		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS</i>			Coordenadoria para a Educação Supletiva		
1	Secretaria Adjunta de Coordenação	DAI-111.1	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino</i>			Coordenadoria de Ensino Agrícola		

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>			<i>Coordenadoria de Ensino para o Setor Serviço</i>		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i>			<i>Divisão de Serviços Administrativos</i>		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior

ANEXO II

Relação das funções de confiança do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, do Quadro Permanente da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus, e da Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário — Coagri do Ministério da Educação, suprimidas a partir da publicação deste anexo.

Nº de funções	Denominação	Código
	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	
	<i>Serviço de Apoio Administrativo</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Centro de Recursos Humanos «João Pinheiro»</i>	
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1 (NM)
2	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Serviço de Projetos Técnico-Pedagógico</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Serviço de Documentação e Divulgação de Informação Pedagógica</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Sector de Pessoal</i>	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	<i>Sector de Execução Orçamentária e Financeira</i>	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	<i>Sector de Serviços Gerais</i>	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	<i>Departamento de Pessoal</i>	
	<i>Divisão de Registro e Controle de Pessoal</i>	
	<i>Seção de Cadastro, Lotação e Movimentação</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Seção de Preparo e Análise de Pagamento</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Direção Geral</i>	
1	Secretário Administrativo	DAI-111.3 (NM)
	<i>Departamento Técnico-Pedagógico</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Departamento de Planejamento</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Departamento de Administração</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Divisão de Serviços Auxiliares</i>	
	<i>Seção de Serviços Gerais</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NM)
	<i>Seção de Protocolo e Mecanografia</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NM)

Nº de funções	Denominação	Código
1	<i>Departamento de Pessoal</i> Assistente	DAI-112.3 (NS)
1	<i>Divisão de Registro e Controle de Pessoal</i> Seção de Publicações e Divulgação Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Divisão de Recursos Humanos</i> Seção de Legislação de Pessoal Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	DELEGACIA DO ME NO DISTRITO FEDERAL Secretário Administrativo	DAI-111.1 (NM)
1	<i>Serviço de Controle e Registro</i> Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Serviço de Supervisão do Ensino Superior</i> Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUARIO <i>Departamento Técnico-Pedagógico</i> <i>Divisão de Atividades Pedagógicas</i> Seção de Ensino Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Assuntos Estudantis Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Educação Comunitária Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Divisão de Educação-Produção</i> Seção de Projetos Orientados Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Cooperativismo Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Apoio às Agroindústrias Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Departamento de Planejamento</i> <i>Divisão de Programação e Projetos</i> Seção de Consolidação de Planos, Programas e Projetos Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Programação Orçamentária Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Estatística Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Elaboração de Documentos e Material Didático</i> Seção de Elaboração de Documentos	

Nº de funções	Denominação	Código
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Elaboração de Material Didático	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Padronização e Revisão	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento de Administração</i>	
	<i>Divisão de Serviços Auxiliares</i>	
	Seção de Serviços Gerais	
1	Chefe	DAI-111.3 (NM)
	Seção de Protocolo e Mecanografia	
1	Chefe	DAI-111.3 (NM)
	<i>Divisão de Recursos Físicos</i>	
	Seção de Acompanhamento de Obras	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Bens Móveis	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Bens Imóveis	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Contabilidade e Finanças</i>	
	Seção de Execução Orçamentária e Financeira	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Controle das Cooperativas-Escola	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Serviços Auxiliares</i>	
	Seção de Material e Patrimônio	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento de Pessoal</i>	
	<i>Divisão do Registro e Controle de Pessoal</i>	
	Seção de Cadastro, Lotação e Movimentação	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Preparo e Análise do Pagamento	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento Técnico-Pedagógico</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Departamento de Planejamento</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Departamento de Administração</i>	
1	Assistente	DAI-112.3 (NS)

DECRETO Nº 94.167, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Crispim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Crispim», com área de 8.620ha (oito mil, seiscentos e vinte hectares), situado no Município de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 40°32'30''WGr e latitude de 12°59'00''S, situado na margem esquerda do Rio Paraguauçu, limitando com a Fazenda Beira Rio (propriedade de João Simões de Pinho); deste, segue por linha seca, confrontando com as fazendas Beira Rio e Lagoa do Chico (propriedade de Adenor), com azimute de 0°00' e distância de 11.200m até o P2, situado na divisa das fazendas Lagoa do Chico e Beira Rio (propriedade do Grupo Econômico); deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Beira Rio e Fazenda Oratório (propriedade de Hercules Mascarenhas), com azimute de 11°00' e distância de 5.400m até o P3; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Oratório e com a Fazenda Bandeira (propriedade de Carlos), com azimute de 75°00' e distância de 6.400m, até o P4 de coordenadas geográficas longitude 40°28'33''WGr e latitude 12°49'06''S, situado na Ponta do Gramagô; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Periperi (propriedade de João Mascarenhas), com azimute de 189°30' e distância de 7.000m até o P5; deste, segue por linha seca, ainda confrontando com a Fazenda Periperi, com azimute de 180°00' e distância de 6.400m até o P6, de coordenadas geográficas longitude 40°29'12''WGr e latitude 12°56'24''S, situado na margem esquerda do Rio Paraguauçu; deste, segue acompanhando a margem esquerda do referido Rio, no sentido da

montante, numa distância de 11.000m, até o P1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: as coordenadas geográficas foram obtidas com base nas fls. SD.24-V-B-IV e SD.24-V-A-VI, da Sudene, escala 1:100.000, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -- INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.168, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte da Gleba denominada «Fica-Faca», constituída por diversos imóveis, classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e minifúndio, situada no Município de Nova Brasilândia, no Estado de Mato Grosso, compreendida na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte da Gleba rural denominada «Fica-Faca», com a área de 7.900,0000ha (sete mil e novecentos hectares), situada no Município de Nova Brasilândia, no Estado de Ma-

to Grosso, e compreendida na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia a descrição do perímetro no P1, de coordenadas geográficas longitude 54°54'38''WGr e latitude 14°56'28''S, situado comum com as terras de Domicio Pedro Madeira e junto à margem esquerda do Rio Fica Fica; daí, segue à montante do Rio Fica Fica, por sua margem esquerda, na distância de 2.120m, até o P2, situado à margem esquerda do Rio Fica Fica, comum com as terras de Osmar Giovanetti; daí, segue o rumo de 18°00'SE, na distância de 6.760m, confrontando com as terras de Osmar Giovanetti e com as terras de Joaquim Pereira da Silva, até o P3, situado comum com as terras de Joaquim Pereira da Silva; daí, segue confrontando com as terras de Joaquim Pereira da Silva, com os seguintes rumos e distâncias: 35°00'SW e 1.300m, até o P4; 66°30'SW e 2.540m, até o P5; 41°00'SW e 870m, até o P6; 88°00'SW e 2.250m, até o P7; 69°00'NW e 3.300m, até o P8; 04°00'NE e 1.170m, até o P9; 25°30'NW e 785m, até o P10; 83°00'NW e 1.200m, até o P11, situado comum com as terras do confrontante e junto à margem direita do Córrego Imbira Branca; daí segue à jusante do Córrego Imbira Branca, por sua margem direita, na distância de 2.700m, até o P12, situado junto à margem direita do Córrego Imbira Branca, em frente a barra do Córrego São Calixto; daí, atravessando o Córrego Imbira Branca, segue à montante do Córrego São Calixto, por sua margem esquerda, na distância de 1.900m, até o P13, situado junto à margem esquerda do Córrego São Calixto, e comum com as terras remanescentes de Tiburcio de Carvalho Júnior; daí, segue confrontando com as terras remanescentes de Tiburcio de Carvalho Junior, com os seguintes rumos e distâncias: 40°00'NE e 3.400m, até o P14; 90°00'NE e 2.200m, até o P15, situado comum com as terras do confrontante e junto à cabeceira de um córrego sem denominação; daí, segue à jusante do córrego sem denominação, por sua margem direita, na distância de 1.800m, até o P16, situado junto à margem direita do Córrego Imbira Branca, em frente a barra do referido córrego sem denominação; daí, segue à jusante do Córrego Imbira Branca, por sua margem direita, na distância de 1.100m, até o P17, situado à margem direita do Córrego Sobretudo, em frente a barra do Córrego Imbira Branca; daí, segue à jusante do Córrego Sobretudo, por sua margem direita, na distância de 4.300m, até o P18, situado junto à margem direita do Córrego Sobretudo, e comum com as terras de Domicio Pedro Madeira; daí, segue no rumo de 78°00'NE e distância de 2.850m, confrontando com as terras de Domicio Pedro Madeira, até o P1, ponto inicial do perímetro descrito (fontes de referência: Títulos Definitivos expedidos pelo Estado de Mato Grosso e Angelo Martin (lote II) e Tiburcio de Carvalho Junior (lote 6); Cartas da DSG, folhas SD.21-Z-D-I, SD.21-Z-D-II, SD.21-Z-B-IV e SD.21-Z-B-V, escala 1:100.000, ano 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas integrantes da Gleba referida no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação da Gleba rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.169, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Santana do Ituqui», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santarém, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Santana do Ituqui», com a área de 16.589,1459ha (dezesseis mil, quinhentos e oitenta e nove hectares, quatorze ares e cinquenta e nove

centiares), situado no Município de Santarém, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área, junto ao marco 02, de coordenadas geográficas aproximadas, longitude $54^{\circ}15'42''$ WGr e latitude $02^{\circ}33'52''$ S, cravado na divisa com a Fazenda Tapera Velha, deste, por uma linha seca, divisa com a Fazenda Tapera Velha, com azimute de $242^{\circ}23'52''$ e distância de 6.920,00m, chega-se à estação G-1472, cravado na divisa comum com a Fazenda Tapera Velha e terras pertencentes a Sra. Violeta Hagmann; deste, por uma linha seca, divisa com as terras da Sra. Violeta Hagmann, com os seguintes azimutes e distâncias: $331^{\circ}56'33''$ e 91,36m, até a estação G-1657; $331^{\circ}51'18''$ e 4.411,76m, até a estação G-1702; $328^{\circ}12'49''$ e 66,05m, até a estação G-1748; $331^{\circ}39'38''$ e 1.034,05m, chega-se ao G-1764, cravado na margem direita do Igarapé dos Patos; deste, pelo referido Igarapé dos Patos abaixo, por sua margem direita, com azimute de $352^{\circ}00'14''$ e distância de 158,30m, chega-se à estação R-01, cravado na margem direita do Igarapé Ayayá; deste, pelo referido Igarapé Ayayá abaixo, por sua margem direita, com os seguintes azimutes e distâncias: $54^{\circ}02'44''$ e 412,88m, até a estação R-02; $57^{\circ}21'33''$ e 402,12m, até a estação R-05; $22^{\circ}39'33''$ e 898,44m, até a estação R-07; $21^{\circ}54'25''$ e 222,59m, até a estação R-08; $40^{\circ}17'20''$ e 326,30m, até a estação R-10; $03^{\circ}11'36''$ e 98,37m, até a estação R-11; $28^{\circ}18'32''$ e 494,81m, até a estação R-13; $41^{\circ}28'16''$ e 287,89m, até a estação R-16; $26^{\circ}19'57''$ e 255,60m, até a estação R-19; $348^{\circ}06'03''$ e 142,25m, até a estação R-20; $17^{\circ}43'03''$ e 134,33m, até a estação R-21; $19^{\circ}45'39''$ e 768,12m, até a estação N-1376; $49^{\circ}53'57''$ e 734,23m, até a estação N-1388; $20^{\circ}19'27''$ e 203,93m, chega-se à estação G-2434, cravado na margem esquerda do Igarapé do Flexal; deste, pelo referido Igarapé do Flexal acima, por esta sua margem esquerda com os seguintes azimutes e distâncias: $114^{\circ}31'36''$ e 121,58m, até a estação G-2432; $126^{\circ}52'56''$ e 93,74m, até a estação G-2431; $75^{\circ}14'40''$ e 53,51m, até a estação G-2430; $98^{\circ}14'41''$ e 57,25m, até a estação G-2429; $52^{\circ}34'13''$ e 81,48m, até a estação G-2428; $91^{\circ}07'51''$ e 135,30m, até a estação G-2426; $130^{\circ}11'38''$ e 53,84m, até a estação G-2425; $154^{\circ}29'40''$ e 138,34m, até a estação G-2423; $89^{\circ}25'32''$ e 67,81m, até a estação G-2422; $134^{\circ}17'40''$ e 74,09m, até a estação G-2421; $159^{\circ}39'13''$ e 83,52m, até a estação G-2419; $90^{\circ}56'18''$ e 54,96m, até a estação G-2418; $132^{\circ}26'11''$ e 99,44m, até a estação G-2416; $157^{\circ}49'37''$ e 125,38m, até a estação G-2414; $107^{\circ}28'05''$ e 24,55m, até a estação G-2413; $154^{\circ}14'36''$ e 158,46m, até a estação G-2410; $128^{\circ}38'15''$ e 112,49m, até a estação G-2408; $85^{\circ}58'54''$ e 90,33m, até a estação G-2406; $63^{\circ}16'42''$ e 96,54m, até a estação G-2403; $107^{\circ}04'25''$ e 177,18m, até a estação G-2399; $74^{\circ}18'42''$ e 82,36m, até a estação G-2397; $100^{\circ}03'22''$ e 183,66m, até a estação G-2395; $150^{\circ}53'57''$ e 161,32m, até a estação G-2392; $105^{\circ}40'35''$ e 65,51m,

até a estação G-2391; 158°54'09'' e 87,07m, chega-se à estação G-2389, cravado na divisa com terras pertencentes ao Sr. Manoel Ivair Chaves; deste, por uma linha seca, divisa com terras do Sr. Manoel Ivair Chaves, com os seguintes azimutes e distâncias: 44°27'06'' e 1.304,84m, até a estação G-2298; 339°29'22'' e 61,82m, até a estação G-2297; 350°48'01'' e 184,08m, até a estação G-2295; 12°42'30'' e 100,37m, até a estação G-2293; 13°59'44'' e 147,03m, até a estação G-2291; 33°53'22'' e 43,81m, até a estação G-2290; 58°11'13'' e 56,82m, até a estação G-2289; 66°11'22'' e 225,31m, até a estação G-2286; 22°05'22'' e 153,25m, até a estação G-2284, cravado no ramal Cabeceira do Marajá; deste, pelo citado ramal com os seguintes azimutes e distâncias: 333°04'19'' e 247,75m, até a estação G-2281; 313°45'36'' e 72,21m, até a estação G-2280; 356°31'18'' e 120,65m, até a estação G-2277; 312°24'58'' e 218,32m, até a estação G-2275; 341°54'40'' e 132,95m, até a estação G-2273; 291°20'38'' e 105,81m, até a estação G-2272; 305°38'58'' e 79,80m, até a estação G-2271; 286°39'36'' e 68,40m, até a estação G-2270; 293°56'27'' e 211,76m, até a estação G-2268; 351°48'49'' e 230,77m, até a estação G-2265; 342°53'24'' e 190,38m, até a estação G-2262; 328°06'24'' e 72,72m, até a estação G-2261; 303°52'59'' e 359,41m, até a estação G-2259; 307°38'26'' e 127,57m, até a estação G-2257; 287°31'28'' e 115,21m, até a estação G-2256; 280°44'37'' e 91,09m, até a estação G-2255; 301°33'26'' e 423,79m, até a estação G-2251; 259°30'45'' e 226,40m, até a estação G-2249; 251°35'26'' e 199,96m, até a estação G-2246; 304°22'45'' e 168,12m, até a estação G-2243; 266°24'41'' e 78,78m, até a estação G-2242; 290°46'52'' e 102,51m, até a estação G-2240; 327°56'30'' e 128,66m, chega-se à estação IR-03, cravado na margem direita do Rio Ituqui; deste, pelo referido Rio Ituqui abaixo, por esta sua margem direita, com os seguintes azimutes e distâncias: 41°38'26'' e 236,51m, até a estação N-1503; 57°26'39'' e 391,21m, até a estação N-1507; 84°38'35'' e 509,43m, até a estação N-1512; 84°24'19'' e 368,33m, até a estação N-1516; 85°16'06'' e 299,80m, até a estação G-2520; 112°05'55'' e 148,91m, até a estação IR-04; 133°52'42'' e 111,26m, chega-se à estação IR-05, cravado na margem esquerda do Igarapé Marajá; deste, pelo referido Igarapé Marajá acima, por esta sua margem esquerda, com os seguintes azimutes e distâncias: 171°10'44'' e 316,33m, até a estação N-1525; 168°20'41'' e 305,81m, até a estação IR-06; 182°07'44'' e 501,49m, até a estação N-1532; 144°02'02'' e 491,26m, até a estação N-1537; 153°54'22'' e 164,83m, até a estação N-1610; 155°32'45'' e 305,22m, até a estação N-1614; 131°45'01'' e 308,60m, chega-se ao marco N-1617, cravado na divisa com terras de quem de direito; deste, por uma linha seca, divisa com terras de quem de direito com os seguintes azimutes e distâncias: 130°40'59'' e 13.264,33m, até o marco T-518; 148°32'36'' e 376,83m, até o marco T-513; 193°56'49'' e 719,43m, até o marco T-508; 147°56'21'' e 1.609,23m, até o marco T-494; 219°36'49'' e 14.613,05m, chega-se no marco G-137, cravado na divisa com as fazendas Curuá-Una; deste, por uma linha seca, divisa com as fazendas Curuá-Una com os seguintes azimutes e distâncias: 295°59'14'' e

138,33m, até a estação G-183; 294°11'34" e 4.627,77m, até a estação G-226; 288°45'48" e 765,94m, até a estação G-281; 277°13'12" e 816,68m, chega-se ao marco G-291, cravado na divisa com terras pertencentes ao Sr. Dário Mendes Coimbra; deste, por uma linha seca, divisa com terras do Sr. Dário Mendes Coimbra, com os seguintes azimutes e distâncias: 57°24'34" e 207,56m, até a estação G-292; 57°40'42" e 1.576,34m, até a estação G-308; 43°34'19" e 1.103,35m, até a estação G-315; 42°21'52" e 673,40m, até a estação G-319; 32°48'33" e 993,17m, até a estação G-370; 25°41'41" e 201,67m, até a estação G-371; 19°48'59" e 2.197,71m, chega-se ao marco G-387, cravado na divisa com a Fazenda Tapera Velha; deste, por uma linha seca, divisa com a Fazenda Tapera Velha, com os seguintes azimutes e distâncias: 62°27'09" e 6.279,01m, até o marco 01; 331°06'45" e 5.185,80m, chega-se ao M-02, marco inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: Medição e Demarcação Topográfica do Imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.170, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a importação sem cobertura cambial.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Poderá ser estendida a outras empresas e outros bens que venham a ser relacionados pela Carteira de Comércio Exterior — Cacex, a faculdade de que trata o artigo 76 do Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957, sem as condições ou finalidades exigidas naquela norma.

Art. 2º A Carteira de Comércio Exterior — Cacex, relacionará os bens a serem importados sem cobertura cambial, de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior — Concex, que considerará a preservação do suprimento regular, à economia nacional, de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital necessários ao desenvolvimento econômico do país.

Art. 3º O disposto neste decreto vigorará até 31 de dezembro do ano em curso, podendo ser prorrogado pelo Conselho Nacional do Comércio Exterior.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.171, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Santa Ernestina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dú outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e VI, da

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Santa Ernestina», com a área de 10.740,0000ha (dez mil, setecentos e quarenta hectares), situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 41°09'00" WGr e latitude 11°03'45" S, situado na margem esquerda da estrada vicinal, sentido Povoado da Tábua-Irecê, e limite com a Fazenda Serra dos Teixeiras; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de quem de direito, com o azimute e distância 179°00' — 8.000m, até o ponto 2, de coordenadas geográficas longitude 41°08'57" WGr e latitude 11°08'06" S; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de quem de direito, com o azimute e distância 247°00' — 11.800m, até o ponto 3, de coordenadas geográficas longitude 41°14'58" WGr e latitude 11°10'30" S; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Salgado, de propriedade do Sr. Edgard da Rocha Gonçalves, com os seguintes azimutes e distâncias: 299°30' — 2.200m, até o ponto 4; 322°00' — 1.600m, até o ponto 5; 349°30' — 1.300m, até o ponto 6; e 332°30' — 4.200m, até o ponto 7, situado na margem esquerda da referida estrada vicinal, sentido Povoado da Tábua-Irecê, de coordenadas geográficas longitude 41°17'42" WGr e latitude 11°06'28" S; deste, seguindo pela margem esquerda da estrada vicinal, Povoado da Tábua-Irecê, na distância 17.000m, chega-se ao ponto 1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Folha Planimétrica na escala 1:100.000, da Sudene, folha SC-24-Y-C-II, ano 1975).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.172, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Campos de Pilar», composto pelo imóvel denominado «Castanhalzinho» e parte dos imóveis «Boa Vista» e «Pilar», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Alenquer, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Campos de Pilar», composto pelo imóvel denominado «Castanhalzinho» e parte dos imóveis «Boa Vista» e «Pilar», com a área de 6.321,2570ha (seis mil, trezentos e vinte e um hectares, vinte e cinco ares e setenta centiares), situado no Município de Alenquer, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área no marco M05, de coordenadas geográficas longitude 54°49'22" WGr e latitude 01°47'16" S, comum com as Fazendas São Francisco e Campo Grande; deste, por linhas secas, limitando com a Fazenda Campo Grande, com os seguintes azimutes e distâncias: 126°42'39" e 2.704,64m, até o marco M-973; 122°11'25" e 690,06m, até o marco M-974; 131°16'37" e 680,60m, até o marco M-975; e 124°30'00" e 3.550m, até o marco P1; deste, limitando com terras de quem de direito, com azimute de 216°00'00" e distância de 3.200m, chega-se ao marco P2; deste, limitando com o imóvel Boa Vista, com os seguintes azimutes e distâncias: 302°00'00" e 1.050m, até o marco P3; 216°00'00" e 834m, até o marco P4; 302°00'00" e 2.500m, até o marco P5; deste, limitando com os imóveis Boa Vista e Ponta Grande, com azimute de 216°26'39" e distância de 8.000m, até o marco M01, situado na margem esquerda do Rio Arariquara; deste, pela referida margem, à montante, com os seguintes azimutes e distâncias: 276°43'37" e 1.969,96m, até o marco M02; 310°03'35" e 1.262,26m, até o marco M03; 329°52'16" e 710,82m, até o marco M04; deste, por uma li-

nha seca, limitando com a Fazenda São Francisco, com azimute de 34°27'14" e distância de 12.870,71m, chega-se ao marco M05, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: SA-21-X-D — Projeto Radambrasil, escala 1:250.000, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.173, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a extinção, transformação, reclassificação e criação de função de confiança na Tabela Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, e o que consta do Processo s/nº,

DECRETA:

Art. 1º São criadas, transformadas e reclassificadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo-Direção e Assessoramento Supe-

riores, código LT-DAS-100, da Tabela Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor de que trata este decreto são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança compreendidas no artigo 1º far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º Ficam suprimidas as funções de confiança constantes do Anexo II, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

ANEXO I

MIC — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	PRESIDÊNCIA	LT-DAS-101.5	1	PRESIDÊNCIA	LT-DAS-101.5
5	Presidente Assessor	LT-DAS-102.1	5	Presidente Assessor	LT-DAS-102.1
1	GABINETE	LT-DAS-101.2	1	GABINETE	LT-DAS-101.3
	Chefe			Chefe	
1	PROCURADORIA-GERAL	LT-DAS-101.3	1	PROCURADORIA-GERAL	LT-DAS-101.3
	Procurador-Geral			Procurador-Geral	
1	1º SUBPROCURADORIA	DAI-111.3	1	1º SUBPROCURADORIA	LT-DAS-101.1
	Chefe			Chefe	
1	2º SUBPROCURADORIA	DAI-111.3	1	2º SUBPROCURADORIA	LT-DAS-101.1
	Chefe			Chefe	
1	3º SUBPROCURADORIA	DAI-111.3	1	3º SUBPROCURADORIA	LT-DAS-101.1
	Chefe			Chefe	
1	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	LT-DAS-101.2	1	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	LT-DAS-101.3
	Coordenador			Coordenador	
1	SERVIÇO DE PROPAGANDA	DAI-111.3	1	SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA	LT-DAS-101.1
	Chefe			Chefe	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES Chefe	LT-DAS-101.2	1	DIVISÃO DE ACORDOS E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS Chefe	LT-DAS-101.1
1	DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMÉRCIO INTERNO Chefe	LT-DAS-101.2	1	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES INTERNAS Chefe	LT-DAS-101.2
1	DEPARTAMENTO DE CONTROLE INDUSTRIAL Chefe	LT-DAS-101.2	1	DIVISÃO DE ABASTECIMENTO E CONTROLE INDUSTRIAL Chefe	LT-DAS-101.1
1	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO Diretor	LT-DAS-101.3	1	DIVISÃO DE COMPRA E VENDA DE CAPE Chefe	LT-DAS-101.1
1	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS Chefe	LT-DAS-101.2	1	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Diretor	LT-DAS-101.4
1	DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO Chefe	LT-DAS-101.2	1	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Chefe	LT-DAS-101.2
1	DEPARTAMENTO FINANCEIRO Chefe	LT-DAS-101.2	1	SERVIÇOS GERAIS Chefe	LT-DAS-101.1
1			1	DIVISÃO DE CONTROLE DE ARMAZENS E ESTOQUES Chefe	LT-DAS-101.1
1			1	DEPARTAMENTO FINANCEIRO Chefe	LT-DAS-101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DIVISÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Chefe	DAI-III.3	1	DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Chefe	LT-DAS-101.1
1	DIVISÃO DE CONTABILIDADE Chefe	DAI-III.3	1	DIVISÃO DE CONTABILIDADE Chefe	LT-DAS-101.1
1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL Chefe	LT-DAS-101.2	1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL Chefe	LT-DAS-101.2
1	DIVISÃO DE CADASTRO E CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS Chefe	DAI-III.3	1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL Chefe	LT-DAS-101.1
1	DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL Chefe	DAI-III.3	1	DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL Chefe	LT-DAS-101.1
1	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INTERNO E CONTROLE ADMINISTRATIVO Coordenador	LT-DAS-101.3	1	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INTERNO E CONTROLE ADMINISTRATIVO Coordenador	LT-DAS-101.3
1	DIVISÃO DE PLANOS E ORÇAMENTO Chefe	DAI-III.3	1	SUBCOORDENADORIA DE PLANOS E ORÇAMENTO Chefe	LT-DAS-101.2
1	DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Chefe	DAI-III.3	1	SUBCOORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Chefe	LT-DAS-101.2
1	SEÇÃO DE ANÁLISE E SISTEMAS Chefe	DAI-III.2	1	DIVISÃO DE INFORMÁTICA Chefe	LT-DAS-101.1

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E METODOS Chefe DIVISÃO DE CONTROLE OPERACIONAL Chefe AGÊNCIAS REGIONAIS (Belo Horizonte (MG), Caratinga (MG), Curitiba (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Paranaguá (PR), Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Santos (SP), São Paulo (SP), Varginha (MG) e Vitória (ES)) Chefe	DAI-III.2	1	DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO Chefe	LT-DAS-101.1
1		DAI-III.3	1	SUBCOORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO Chefe AGÊNCIAS REGIONAIS (9)	LT-DAS-101.2
13	PROCURADORIA-REGIONAL Chefe	LT-DAS-101.2	9	PROCURADORIA-REGIONAL Chefe	LT-DAS-101.2
13	DIVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ Chefe	DAI-III.3	9	DIVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CAFÉ Chefe	LT-DAS-101.1
13	DIVISÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS Chefe	DAI-III.3	9	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Chefe	LT-DAS-101.1
13	DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A CAPEICULTURA Chefe	DAI-III.3	9	DIVISÃO DE CAPEICULTURA Chefe	LT-DAS-101.1
10	DIVISÃO DE CONTROLE DA EXPORTAÇÃO Chefe	DAI-III.3	5	DIVISÃO DE CONTROLE DA EXPORTAÇÃO Chefe	LT-DAS-101.1
5		DAI-III.3	6		LT-DAS-101.1

ANEXO II

Relação das funções de confiança da Tabela Permanente do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Instituto Brasileiro do Café, suprimidas a partir da publicação deste anexo.

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	JUNTA CONSULTIVA Presidente	LT-DAS-101.3
1	ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES Chefe	LT-DAS-101.2
1	DIRETORIA DE CONSUMO INTERNO Diretor	LT-DAS-101.3
4	AGÊNCIAS REGIONAIS Chefe	LT-DAS-101.2

DECRETO Nº 94.174, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a extinção, transformação, reclassificação e criação de funções do Quadro Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta no Processo s/nº,

DECRETA :

Art. 1º São criadas, transformadas e reclassificadas funções, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das Categorias Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, do Quadro Permanente do Instituto Brasileiro do Café — IBC.

Art. 2º As atribuições das funções de Assistente de que trata este decreto são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º Ficam suprimidas as funções de confiança constantes do Anexo II, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

MIC — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	PRESIDÊNCIA Secretário Administrativo	DAI-111.2	1	PRESIDÊNCIA Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	GABINETE Assistente	DAI-112.3	2	GABINETE Assistente	DAI-112.3	Nível Médio
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	PROCURADORIA Assistente	DAI-112.3	2	PROCURADORIA-GERAL Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	1ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	1ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	2ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	2ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	3ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	3ª SUBPROCURADORIA Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
1	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Assistente	DAI-111.1	1	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Assistente	DAI-111.1	Nível Médio
1	Secretário Administrativo	DAI-112.3	1	Secretário Administrativo	DAI-112.3	Nível Superior
1	DIRETORIA DE PRODUÇÃO Assistente	DAI-111.1	1	DIRETORIA DE PRODUÇÃO Assistente	DAI-111.1	Nível Médio
2	Secretário Administrativo	DAI-112.3	2	Secretário Administrativo	DAI-112.3	Nível Superior
1		DAI-111.1	1		DAI-111.1	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
	<i>Departamento de Pesquisas Tecnológicas</i>			COORDENADORIA DE RACIONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA CAFEEIRA		
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
	<i>Departamento de Assistência à Caficultura</i>			Coordenadoria de Assistência à Caficultura		
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
	<i>DIRETORIA DE EXPORTAÇÃO</i>			DIRETORIA DE COMERCIALIZAÇÃO		
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				COORDENADORIA DE ESTUDOS DE MERCADO		
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				SUBCOORDENADORIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS		
			2	Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
				SUBCOORDENADORIA DE ESTATÍSTICA		
			2	Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
				DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES EXTERNAS		
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
2	DEPARTAMENTO DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE	DAI-112.3	1	DIVISÃO DE REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE	DAI-112.2	Nível Superior
1	Assistente Secretário Administrativo	DAI-111.1		Assistente		
1	DIVISÃO DE CONTROLE DA EXPORTAÇÃO	DAI-111.3	1	Seção de Controle da Exportação	DAI-111.2	Nível Superior
1	Chefe			Chefe		
1	Seção de Controle de Embarques	DAI-111.2	1	Sector de Controle de Embarques	DAI-111.2	Nível Médio
1	Chefe			Chefe		
1	Seção de Declaração de Vendas	DAI-111.2	1	Sector de Declaração de Vendas	DAI-111.2	Nível Médio
1	Chefe			Chefe		
1	Seção de Cadastro	DAI-111.2	1	Sector de Cadastro	DAI-111.2	Nível Médio
1	Chefe			Chefe		
1	Divisão de Controle de Vendas			Seção de Emissão de Documentos	DAI-111.2	Nível Superior
1	Seção de Emissão	DAI-111.2	1	Chefe		
1	Chefe			DIVISÃO DE ACORDOS E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS	DAI-112.2	Nível Superior
1	Assistente	DAI-112.3	1	Assistente		
1	DIVISÃO DE ESTUDOS	DAI-111.3		Seção de Acordos Internacionais	DAI-111.2	Nível Superior
1	Chefe	DAI-112.2	1	Chefe		
1	Assistente					

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	DIVISÃO DE OPERAÇÕES Chefe <i>Seção de Operações com Entidades Estaduais</i>	DAI-111.3	1	<i>Seção de Operações Internacionais</i> Chefe <i>Sector de Operações com Países Membros — EUROPA</i>	DAI-111.2	Nível Superior
1	Chefe	DAI-111.2	1	Chefe <i>Sector de Operações com Países Membros — Outros Mercados</i>	DAI-111.2	Nível Médio
1	<i>Seção de Operações com Entidades Privadas</i> Chefe <i>Serviço de Coordenação das Projeções no Exterior</i>	DAI-111.2	1	Chefe <i>Sector de Operações com Países não-Membros</i>	DAI-111.2	Nível Médio
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe <i>Sector de Projeções no Exterior</i>	DAI-111.2	Nível Médio
2 1	DIRETORIA DE CONSUMO INTERNO Assistente Administrativo Secretário Administrativo	DAI-111.3 DAI-111.1	2 1	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES INTERNAS Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
2	<i>Departamento de Abastecimento e Comercio Interno</i> Assistente	DAI-112.3	2	<i>Divisão do Abastecimento e Controle Industrial</i> Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	<i>Divisão de Controle de Abastecimento</i> Assistente	DAI-112.2	2	DIVISÃO DE COMPRA E VENDA DE CAFE Assistente	DAI-112.2	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
2 1	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	2 1	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS		2 1	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
1	Assistente	DAI-112.3	1	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES, MICROFILMAGEM E ARQUIVO Chefe	DAI-111.3	1	Seção de Comunicações e Arquivo Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	DIVISÃO DE MATERIAL Chefe	DAI-111.3	1	Seção de Material Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	Seção de Compras e Vendas Chefe	DAI-111.2	1	Sector de Almoxxarifado Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Almoxxarifado Chefe	DAI-111.2	1	Seção de Transportes e Administração do Edifício-Sede Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE Chefe	DAI-111.3	1			

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
2	Departamento do Patrimônio Assistente	DAI-112.3	1	Seção do Patrimônio Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
				Sector de Cadastro Geral, Contratos e Seguros		
			1	Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
	Divisão de Controle de Armazéns e Estoques			Sector de Engenharia		
1	Assistente	DAI-112.3	1	Chefe	DAI-111.1	Nível Superior
	Seção de Controle de Armazenamento			Divisão de Controle de Armazéns e Estoques		
1	Chefe	DAI-111.3	1	Assistente	DAI-112.2	Nível Médio
	Seção de Seleção e Padronização do Café			Seção de Controle de Armazenamento		
1	Chefe	DAI-111.2	1	Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
2	DEPARTAMENTO FINANCEIRO			DEPARTAMENTO FINANCEIRO		
1	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Superior
	Divisão de Execução Orçamentária			DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		
1	Assistente	DAI-112.2	1	Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
	Seção de Registro e Acompanhamento orçamentário			Seção Orçamentária		
1	Chefe	DAI-111.2	1	Chefe	DAI-111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO NOVA

SITUAÇÃO ANTERIOR

Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	<i>Seção Financeira</i> Chefe	DAI-111.2	1	<i>Seção Financeira</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	DIVISÃO DE CONTABILIDADE Assistente	DAI-112.2	1	DIVISÃO DE CONTABILIDADE Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	<i>Seção de Contabilidade da Administração Central</i> Chefe	DAI-111.2	1	<i>Seção de Contabilidade</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	<i>Divisão de Tomada e Prestação de Contas</i> Chefe	DAI-111.3	1	<i>Seção de Tomada e Prestação de Contas</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
2 1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL Assistente	DAI-112.3 DAI-111.1	2 1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL Assistente	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
1	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO Assistente	DAI-112.2	1	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	DIVISÃO DE CADASTRO E CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS Chefe	DAI-111.2	1	DIVISÃO DE CADASTRO, Classificação e Lotação Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	<i>Seção de Cadastro e Lotação</i> Chefe	DAI-111.2	1	<i>Seção de Recrutamento, Seleção e Treinamento de Pessoal</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	Serviço de Pagamento Chefe	DAI-111.3	1	<i>Seção de Pagamento</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio
1	<i>Seção de Expediente e Divulgação</i> Chefe	DAI-111.3	1	<i>Seção de Expediente e Divulgação</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
1	<i>Serviço de Assistência Médica e Social</i> Chefe	DAI-111.3	1	<i>Seção Médica e Social</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
1	<i>Divisão de Legislação de Pessoal</i> Assistente	DAI-112.2	2	<i>Divisão de Legislação de Pessoal</i> Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
2	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INTERNO E CONTROLE ADMINISTRATIVO		2	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INTERNO E CONTROLE ADMINISTRATIVO		
1	Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	1	Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
1	<i>Divisão de Planos e Orçamento</i> Assistente	DAI-112.2	2	SUBCOORDENADORIA DE PLANOS E ORÇAMENTO Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	<i>Divisão de Modernização Administrativa</i> Assistente	DAI-112.2	2	SUBCOORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
			2	<i>Divisão de Informática</i> Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
			2	<i>Divisão de Desenvolvimento Administrativo</i> Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
	<i>Divisão de Controle Operacional</i> Assistente		2	SUBCOORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO Assistente	DAI-112.2	Nível Superior
1	<i>Inspeções (6)</i> Chefe	DAI-111.2	2	<i>Inspeções (4)</i> Chefe	DAI-112.2	Nível Superior
5			4			
1		DAI-111.3			DAI-111.2	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
26 13	AGÊNCIAS REGIONAIS (13) (Belo Horizonte, Caratinga, Londrina, Maringá, Cuiabá, Paranaguá, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador, Santos, São Paulo, Varginha e Vitória) Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	18 9	AGÊNCIAS REGIONAIS (9) Assistente Secretário Administrativo	DAI-112.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
18	PROCURADORIA REGIONAL Secretário Administrativo	DAI-111.1	9	PROCURADORIA REGIONAL Secretário Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
18	<i>Divisão de Classificação de Café</i> Chefe <i>Divisão de Controle da Exportação (5)</i> (Paranaguá, Rio de Janeiro, Santos, Vitória e Salvador)	DAI-111.3	18	<i>Divisão de Classificação e Fiscalização de Café</i> Assistente <i>Divisão de Controle da Exportação (6)</i>	DAI-112.2	Nível Médio
5	Chefe <i>Divisão de Assistência à Cafeicultura (10)</i> (Belo Horizonte, Caratinga, Londrina, Cuiabá, Maringá, São Paulo, Salvador, Porto Velho, Varginha e Vitória)	DAI-111.3	6	Assistente <i>Divisão de Cafeicultura (5)</i>	DAI-112.2	Nível Médio
10	Chefe	DAI-111.3	5	Assistente <i>Divisão de Administração e Finanças</i>	DAI-112.2	Nível Médio
			9	Assistente	DAI-112.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
13	<i>Divisão de Contabilidade e Finanças (1 em cada Agência)</i> Chefe	DAI-111.3	9	<i>Seção de Contabilidade e Finanças</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
13	<i>Divisão de Pessoal (1 em cada Agência)</i> Chefe	DAI-111.2	9	<i>Seção de Pessoal</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
13	<i>Seção de Registro, Seleção e Treinamento</i> <i>Divisão de Serviços Gerais (1 em cada Agência)</i> Chefe	DAI-111.3	9	<i>Seção de Serviços Gerais</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
13	<i>Divisão de Registro, Armazéns e Estoques</i> Chefe	DAI-111.3	9	<i>Seção de Controle de Armazéns e Estoques</i> Chefe	DAI-111.2	Nível Superior
116	ARMAZENS (116) (20 em Belo Horizonte, 42 em Londrina, 3 em Paranaguá, 2 em Santos, 32 em São Paulo, 9 em Varginha, 6 em Vitória, 1 em Curitiba e 1 em Porto Velho) Encarregado	DAI-111.2	114	ARMAZENS (114) (20 em Belo Horizonte, 42 em Londrina, 3 em Paranaguá, 2 em Santos, 32 em São Paulo, 9 em Varginha e 6 em Vitória) Encarregado	DAI-111.1	Nível Superior
2	<i>Postos de Fiscalização (2)</i> (Foz de Iguaçu e Ponta Porã) Chefe	DAI-111.3	4	<i>Postos de Fiscalização (4)</i> Chefe	DAI-111.3	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
	AGÊNCIAS LOCAIS (10) (Recife, Fortaleza, Curitiba, Goiânia, Manaus, Belém, Catanduva, Campo Grande, Brazília e Porto Alegre)					

ANEXO II

Relação das funções de confiança do Quadro Permanente — Grupo Direção e Assistência Intermediárias do Instituto Brasileiro do Café, suprimidas a partir da publicação deste anexo.

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
	PROCURADORIA-GERAL	
1	1ª Subprocuradoria Chefe	111.3
1	2ª Subprocuradoria Chefe	111.3
1	3ª Subprocuradoria Chefe	111.3
	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
1	Serviço de Divulgação e Promoção Chefe	111.3
1	Serviço de Propaganda Chefe	111.3
	COORDENADORIA DE ESTUDOS DA ECONOMIA CAFEIEIRA	
2	Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
	Divisão de Acordos Internacionais	
1	Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	Divisão de Estudos Econômicos	
1	Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	Divisão de Estatística	
1	Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	Seção de Pesquisas e Análises	
1	Chefe	111.2
	Seção de Elaboração e Divulgação de Dados Estatísticos	
1	Chefe	111.2
	Serviço de Documentação e Biblioteca	
1	Chefe	111.3
	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO INTERNO E CONTROLE ADMINISTRATIVO	
	Divisão de Planos e Orçamento	
1	Chefe	111.3
	Seção de Planos	
1	Chefe	111.2
	Seção de Orçamento	
1	Chefe	111.2
	Divisão de Modernização Administrativa	
1	Chefe	111.3
	Seção de Organização e Métodos	
1	Chefe	111.2
	Seção de Análise e Sistemas	
1	Chefe	111.2

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Divisão de Controle Operacional Chefe	111.3
2	Inspetorias Chefe	111.2
1	Divisão de Auditoria Financeira Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	JUNTA CONSULTIVA	
1	Secretaria Chefe	111.3
	DIRETORIA DE PRODUÇÃO	
1	Divisão de Pesquisas Agro-Sócio-Econômicas Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Pesquisas Agronômicas Chefe	111.2
2	Departamento de Controle Industrial Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
1	Divisão de Controle de Industrialização Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Divisão de Registro e Cadastro Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Divisão de Pesquisas Industriais Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Pesquisas de Torrefação e Moagem Chefe	111.2
1	Seção de Pesquisas de Solúvel e Derivados de Café Chefe	111.2
	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	
1	Departamento do Patrimônio Secretário Administrativo	111.1
1	Divisão de Controle de Armazéns e Estoques Chefe	111.3
1	Seção de Controle de Fretes e Taxas Chefe	111.2
1	Divisão de Controle Patrimonial Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Cadastro Geral Chefe	111.2
3	Seção de Contratos e Seguros Chefe	111.2
1	Serviço de Engenharia Chefe	111.3
1	Seção de Pesquisas Sócio-Econômicas Chefe	111.2
1	Divisão de Programação da Produção Chefe	111.3
1	Assistente	112.2

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Seção de Análise e Controle Chefe	111.2
1	Seção de Programação Chefe	111.2
1	Divisão de Assistência Técnica Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Programação e Assistência Chefe	111.2
1	Seção de Classificação e Degustação de Café Chefe	111.2
1	Divisão de Assistência Financeira Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Projetos e Assistência Financeira Chefe	111.2
1	Seção de Assistência ao Cooperativismo Chefe	111.2
	DIRETORIA DE EXPORTAÇÃO	
2	Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
1	Departamento de Regulamentação e Controle Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
1	Divisão de Controle da Exportação Assistente	112.1
1	Seção de Revisão Chefe	111.2
1	Divisão de Controle de Registro e de Compras Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Controle do Registro Chefe	111.2
1	Seção de Controle de Utilização e Compras Chefe	111.2
1	Divisão de Controle de Vendas Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Controle e Revisão Chefe	111.2
1	Departamento de Operações Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
1	Divisão de Estudos Assistente	112.2
1	Seção de Dados Chefe	111.2
1	Seção de Pesquisas de Mercado Chefe	111.2
1	Divisão de Operações Assistente	112.2
	DIRETORIA DE CONSUMO INTERNO	
1	Departamento de Abastecimento e Comércio Interno Secretário Administrativo	111.1

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
	Divisão de Mercados e Preços	
1	Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	Divisão de Controle de Vendas e Financiamento	
1	Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
	Departamento de Serviços Gerais	
1	Assistente	112.3
1	Secretário Administrativo	111.1
	Divisão de Comunicações, Microfilmagem e Arquivo	
1	Assistente	112.2
	Seção do Microfilmagem	
1	Chefe	111.2
	Seção de Recepção, Expedição e Informações	
1	Chefe	111.2
	Arquivo Geral	
1	Chefe	111.2
	Seção de Telecomunicações	
1	Chefe	111.2
	Divisão de Material	
1	Assistente	112.2
	Sector de Instalação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos	
1	Chefe	111.1
	Oficina Gráfica	
1	Chefe	111.2
	Sector de Impressão	
1	Chefe	111.1
	Sector de Encadernação	
1	Chefe	111.1
	Portaria	
1	Chefe	111.2
	Seção de Oficinas	
1	Chefe	111.2
	Sector de Eletricidade e Hidráulica	
1	Chefe	111.1
	Sector de Marcenaria e Carpintaria	
1	Chefe	111.1
	Sector de Conservação e Reparos	
1	Chefe	111.1
	Serviços de Transportes	
1	Chefe	111.3
	DEPARTAMENTO FINANCEIRO	
	Divisão de Execução Orçamentária	
1	Chefe	111.3
	Seção de Execução da Despesa da Administração Central	
1	Chefe	111.2
	Seção de Controle de Suprimentos e Operações Governamentais	
1	Chefe	111.2
	Seção de Contas do Governo Federal	
1	Chefe	111.2
	Seção de Análise e Incorporação de Contas	
1	Chefe	111.2
	Divisão de Tomada e Prestação de Contas	
1	Assistente	112.2

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Seção de Registro e Tomada de Contas Chefe	111.2
1	Seção de Prestação de Contas Chefe	111.2
	DEPARTAMENTO DE PESSOAL	
1	Divisão de Cadastro e Classificação de Cargos e Empregos Chefe	111.3
1	Seção de Controle e Registros Funcionais Chefe	111.2
1	Divisão de Legislação de Pessoal Chefe	111.3
1	Seção de Direitos e Deveres Chefe	111.2
1	Seção de Aplicação e Normas Chefe	111.2
1	Divisão de Recrutamento, Seleção e Treinamento Chefe	111.3
1	Assistente	112.2
1	Seção de Recrutamento e Seleção Chefe	111.2
1	Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento Chefe	111.2
	AGÊNCIAS REGIONAIS	
8	Assistente	112.3
4	Secretário Administrativo	111.1
13	Procuradoria Regional Chefe	111.3
4	Secretário Administrativo	111.1
13	Divisão de Classificação de Café Chefe	111.3
13	Seção de Classificação e Padronização Chefe	111.2
13	Seção de Arquivo e Amostras Chefe	111.2
10	Seção Técnica Chefe	111.2
10	Seção de Classificação e Degustação Chefe	111.2
10	Seção do Controle Financeiro Chefe	111.2
4	Divisão de Contabilidade e Finanças Chefe	111.3
13	Seção do Orçamento e Finanças Chefe	111.2
13	Seção de Faturamento e Conferência Chefe	111.2
13	Seção de Contabilidade Chefe	111.2
4	Divisão de Pessoal Chefe	111.2
13	Seção de Registro, Seleção e Treinamento Chefe	111.2

Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
13	Seção de Pagamento Chefe	111.2
13	Seção de Assistência Médica e Social Chefe	111.2
4	Divisão de Serviços Gerais Chefe	111.3
13	Seção de Comunicações e Arquivo Chefe	111.2
13	Seção de Compras e Avaliação Chefe	111.2
13	Seção de Controle Patrimonial Chefe	111.2
13	Almoxarifado Chefe	111.1
13	Seção de Transportes Chefe	111.2
13	Seção de Administração do Edifício da Agência Chefe	111.2
4	Divisão de Registro, Armazém e Estoques Chefe	111.3
13	Seção de Registro Chefe	111.2
13	Seção de Armazéns e Controle de Estoques Chefe	111.2
2	Armazéns Encarregado	111.2
13	Divisão de Fiscalização Chefe	111.3
13	Seção de Fiscalização de Armazéns e Indústrias Chefe	111.2
5	Seção de Fiscalização de Embarques Chefe	111.2
	AGÊNCIAS LOCAIS (10)	
	(Recife, Fortaleza, Curitiba, Goiânia, Manaus, Belém, Catanduva, Campo Grande, Itajaí e Porto Alegre)	
10	Chefe	111.3
10	Assistente	112.2
10	Secretário Administrativo	111.1
	Seção de Classificação de Café (4) (Recife, Fortaleza, Curitiba e Goiânia)	
4	Chefe	112.2
	Seção de Registro, Declaração de Venda e Embarque (2) (Recife e Fortaleza)	
2	Chefe	111.2
	Seção de Fiscalização e de Controle de Estoques (4) (Recife, Fortaleza, Curitiba e Goiânia)	
4	Chefe	111.2
	Seção de Apoio Administrativo (4) (Recife, Fortaleza, Curitiba e Goiânia)	
4	Chefe	111.2
135	Serviço Local de Assistência à Cafeicultura Chefe	111.3

DECRETO Nº 94.175, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Altera a redação do item V, alínea a, do artigo 1º do Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O item V, alínea a, do artigo 1º do Decreto nº 72.021, de 28 de março de 1973, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º

V) Ministério da Indústria e do Comércio

a) Instituto Brasileiro do Café

1 — Escritório de Londres e Tóquio.

Art. 2º O Quadro Permanente do Pessoal do IBC no exterior fica estabelecido na forma do Anexo I deste decreto, e a síntese das atribuições dos Assistentes Econômico-Comerciais, na forma do Anexo II.

Art. 3º Ficam extintos os cargos constantes do Anexo 1-A, na forma estabelecida no artigo 15, do Decreto nº 93.536, de 5 de novembro de 1986.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

ANEXO I-A

MIC — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFE

QUADRO PERMANENTE

Cargos dos Órgãos Descentralizados no Exterior extintos a partir da publicação deste anexo.

Nº de cargos	Denominação	Correlação em Conformidade com a Lei nº 5.809, de 10-10-72
1	<i>Escritório de Beirute</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de Classe e Cônsul-Geral.
1	Assistente Econômico e Comercial	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	Contador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Entrepósito de Beirute</i> Assistente Classificador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Escritório de Hamburgo</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.
1	Assistente Econômico e Comercial	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	Contador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Escritório de Milão</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.
1	Assistente Econômico e Comercial	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	Contador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Entrepósito de Trieste</i> Assistente Classificador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Escritório de Nova York</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.
1	Assistente de Relações Públicas	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.

Nº de cargos	Denominação	Correlação em Conformidade com a Lei nº 5.809, de 10-10-72
1	Contador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Entrepósito de Hong Kong</i> Assistente Classificador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	<i>Representação em Abidjan</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.
1	<i>Representação em Bogotá</i> Chefe	Ministro de 2ª Classe, Ministro para Assuntos Comerciais de 2ª Classe e Cônsul-Geral.
1	Assistente Econômico e Comercial	Primeiro Secretário Chefe da Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).
1	Contador	Primeiro Secretário Chefe de Repartição Consular, Primeiro Secretário de Missão Diplomática e Primeiro Secretário (Cônsul-Adjunto).

ANEXO II

MIC — INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Escritórios no Exterior

Nº de funções	Denominação	Síntese das Atribuições Específicas
3	<i>Escritório de Londres</i> Assistente Econômico e Comercial.	Assistir o Chefe do Escritório na supervisão e coordenação dos assuntos específicos de sua área, e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.
1	<i>Escritório de Tóquio</i> Assistente Econômico e Comercial.	Assistir o Chefe do Escritório na supervisão e coordenação dos assuntos específicos de sua área, e executar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

DECRETO Nº 94.176, DE 2 DE ABRIL DE 1987

Outorga concessão à Valec — Engenharia e Construções Limitada, para a construção, uso e gozo de duas estradas de ferro, sendo uma na região da Bacia do Araguaia — Tocantins, no rumo norte-sul, abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e o Distrito Federal e outra na região Centro-Oeste, na direção leste-oeste, abrangendo os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e o Distrito Federal, nos termos das Cláusulas dos Contratos a serem celebrados entre o Ministério dos Transportes e aquela Empresa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, alínea d, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada à Valec — Engenharia e Construções Limitada, empresa brasileira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, concessão de construção, uso e gozo:

a) de uma estrada de ferro, na direção geral norte-sul, fazendo a conexão entre a Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades de Açailândia (MA), e os ramais da RFFSA que demandam o Planalto Central, na região Brasília-Anápolis. Destina-se, esta ferrovia, a contribuir para a integração econômica da região Norte com as demais regiões e à indução de novos processos de desenvolvimento na região central do país, através da oferta de transporte eficiente, e de baixo custo, adequado ao trânsito do produto agropecuário, energético, mineral e industrial;

b) de uma estrada de ferro, na direção geral leste-oeste, ligando Pirapora (MG) ao mesmo Planalto Central, prolongando-se para oeste, através das regiões de Goiânia (GO) e Cuiabá (MT) e desenvolvendo-se até Vilhena (RO). Destina-se esta ferrovia, também, ao desenvolvimento regional, contribuindo para a integração do Centro-Oeste com o Sudeste brasileiro;

c) dos ramais que forem necessários para que as referidas estradas atendam aos seus objetivos.

Art. 2º Esta concessão é outorgada nos termos das cláusulas constantes dos contratos a serem firmados entre o Ministério dos Transportes e a Empresa Valec — Engenharia e Construções Limitada.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.177, DE 3 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Mucambinho», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Luz, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Mucambinho», com a área de 3.600,0000ha (três mil e seiscentos hectares), situado no Município de Santa Luz, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986,

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 39º30'40" WGr e latitude 11º09'45"S, situado na divisa das terras das Fazendas Mamota e Agulha; deste, segue por linha seca, confrontando com as Fazendas Agulha, Serra das Bananas e Cipó de Leite; passando pela linha de Cumiada do Morro da Agulha, com o seguinte azimute e distância: 166º00' e 8.900m, até o ponto 2, situado na divisa da Fazenda Cipó de Leite com terras de Evandro Mota Araújo; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Evandro Mota Araújo e de Quem de Direito, com os seguintes azimutes e distâncias: 262º30' e 1.000m, até o ponto 3, 172º00' e 180m, até o ponto 4, 245º00' e 4.050m, até o ponto 5, situado na divisa das terras de Quem de Direito e Fazenda

Quixaba; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Quixaba com o seguinte azimuth e distância: 319°30' e 1.100m, até o ponto 6, situado na margem da estrada da Fazenda Quixaba; deste, segue acompanhando a referida estrada com distância de 2.000m, até o ponto 7, situado na margem da estrada da Fazenda Quixaba com terras de Mamézio Martins; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Mamésio Martins e terras de Celerino Mota e Abílio Nunes com o seguinte azimuth e distância: 341°00' e 6.800m, até o ponto 8, situado na divisa das terras de Celerino Mota e Abílio Nunes e Fazenda Vargem; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Vargem nos seguintes azimuths e distâncias: 77°15' e 1.600m, até o ponto 9, 11°00' e 350m, até o ponto 10, situado na divisa da Fazenda Vargem e Mamota; deste, segue por linha seca, confrontando com a referida Fazenda com o seguinte azimuth e distância: 59°00' e 2.600m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fontes de referência: Cartas Sudene, folhas SC-24-Y-D-II e SC-24-Y-D-III, escala: 1:100.000, ano: 1977).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.178, DE 3 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Paragominas", classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Paragominas», com área total de 13.068,0000ha (treze mil e sessenta e oito hectares), situado no Município de Paragominas, Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas: longitude 47°35'24" WGr e latitude 04°01'05"S, daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 15°20'SW e uma distância de 8.000m (oito mil metros) divisando com terras da União até o P2, daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 75°10'NW e uma distância de 10.890m (dez mil e oitocentos e noventa metros) divisando com terras do lote I até o P3, daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 15°20'NE e uma distância de 4.000m (quatro mil metros), divisando com terras do lote J até o P4, daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 75°10'NW e uma distância de 10.890m (dez mil e oitocentos e noventa metros), divisando com terras do lote J até o P5, daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 15°20'NE e uma distância de 4.000m (quatro mil metros) divisando com terras da União até o P6; daí, segue-se por uma linha seca, no rumo verdadeiro 75°10'SE e uma distância de 21.780m (vinte e um mil e setecentos e oitenta metros), divisando com terras de Camilo Uliana até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de 13.068ha (treze mil e sessenta e oito hectares).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins — GETAT, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.179, DE 3 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre o abastecimento nacional de derivados de petróleo e álcool etílico combustível, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional do Petróleo — CNP, Órgão diretamente subordinado ao Ministério das Minas e Energia, fica autorizado a baixar os atos específicos, relativos ao abastecimento nacional de derivados de petróleo e álcool etílico combustível.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 93.706, de 11 de dezembro de 1986.

Brasília, 3 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.180, DE 3 DE ABRIL DE 1987

Regulamenta as Leis nº 7.577 e nº 7.578, de 23 de dezembro de 1986, que dispõem sobre a liquidação dos débitos previdenciários que especifica, mediante a prestação de serviços pelos devedores.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e considerando o disposto nas Leis nº 7.577 e nº 7.578, de 23 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Os débitos previdenciários dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e de suas respecti-

vas fundações, bem como o das entidades filantrópicas de fins não lucrativos, vencidos até 30 de setembro de 1986, poderão ser liquidados mediante prestação de serviços em programas realizados ou supervisionados por entidades vinculadas ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social -- Sinpas, na forma estabelecida por este decreto.

Art. 2º Será instituído, junto à Superintendência Regional do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social -- Iapaf, em cada Unidade da Federação, e sob a coordenação do representante dessa autarquia, um Comitê Regional de Supervisão de Pagamentos de Débitos com Serviços, incumbido de acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos programas, contratos e convênios para pagamento de débitos previdenciários com serviços.

Art. 3º O Comitê Regional de Supervisão de Pagamento de Débitos com Serviços será integrado pelos Superintendentes ou pelos Representantes Regionais das entidades que compõem o Sinpas, cabendo a esses membros, ainda, poderes para negociar e assinar, conjunta ou separadamente, os contratos e convênios de prestação de serviços com os órgãos e entidades devedoras, sempre com a interveniência do Iapaf.

Art. 4º O processo de formalização do convênio ou contrato de prestação de serviços em pagamento de débitos previdenciários será iniciado por requerimento do interessado dirigido ao responsável pela respectiva Região Fiscal do Iapaf, contendo:

I — pedido de apuração dos débitos totais em atraso, por competência;

II — proposta de pagamento em serviços dos débitos acumulados até 30 de setembro de 1986;

III — havendo débito acumulado a partir de 1º de outubro de 1986, proposta de liquidação, segundo a legislação previdenciária, à vista ou parceladamente;

IV — compromisso de pagamento, em dia, das contribuições previdenciárias vincendas;

V — anexar cópia do recibo da contribuição previdenciária relativa ao mês anterior ao da data do requerimento.

Art. 5º O responsável pela Região Fiscal do Iapaf, ao receber o requerimento, deverá:

I — encaminhar cópia ao Comitê Regional de Supervisão do Pagamento de Débitos Previdenciários com Serviços;

II — calcular o montante da dívida, incluindo os acréscimos legais, no prazo de 30 (trinta) dias, remetendo as conclusões ao requerente e ao Comitê Regional;

III — iniciar as negociações para a consolidação do débito para pagamento com serviços, em nome ou em conjunto com ou-

tras entidades do Sinpas, a pedido destas, através do Comitê Regional.

Art. 6.º Assinado o contrato ou convênio, o Iapas emitirá, se requerida, Certidão Negativa de Débito para o contribuinte que esteja em dia com as contribuições previdenciárias a partir de 1.º de outubro de 1986.

Art. 7.º O Iapas especificará, de comum acordo com a entidade ou entidades do Sinpas que intervirão nos convênios ou contratos de prestação de serviços pelo devedor, o tipo, o valor e o prazo dos serviços oferecidos, segundo a relação indicativa anexa a este decreto.

Art. 8.º O prazo máximo dos contratos com entidades particulares será de 60 (sessenta) meses e o dos convênios com órgãos públicos, de 120 (cento e vinte) meses.

Art. 9.º O não cumprimento dos convênios ou contratos importará, além de eventuais penalidades neles especificadas, a perda das vantagens regulamentadas neste decreto, inscrevendo-se o débito remanescente, automaticamente, como dívida ativa, com os acréscimos legais, inclusive da multa, quando for o caso.

Art. 10 Constitui justa causa para a rescisão dos convênios ou contratos o não pagamento, pelos órgãos ou entidades devedoras, das contribuições à Previdência Social vincendas.

Art. 11 O Comitê Regional para Supervisão do Pagamento de Débitos com Serviços terá as seguintes atribuições:

I — divulgar e incentivar as possibilidades de composição de débitos para pagamento com serviços;

II — organizar o cadastro de órgãos e entidades que podem se inscrever no programa de pagamento de débitos com serviços, e das que solicitarem o levantamento dos seus débitos junto ao Iapas;

III — estabelecer prioridades regionais para a assinatura de convênios e contratos de pagamento de débitos com serviços, atendendo os critérios nacionais;

IV — constituir, quando conveniente e viável, comitês locais, com área geográfica de atuação definida, e formados por funcionários designados pelas superintendências ou representações regionais das entidades do Sinpas, com a função de conduzir as negociações de consolidação de débitos e pagamento com serviços;

V — conciliar as disponibilidades do devedor e os interesses das diferentes entidades do Sinpas na composição da forma de pagamento dos débitos com serviços;

VI — apresentar, mensalmente, a partir da publicação deste decreto, e, após 6 (seis) meses, trimestralmente, relatório

de suas atividades ao Gabinete do Ministro, através da Presidência do Iapas.

Art. 12 O valor dos serviços será o usualmente adotado pelas respectivas entidades do Sinpas, salvo em programas especiais cujos valores serão acordados.

Art. 13 A entidade ou entidades do Sinpas signatárias de convênios ou contratos para pagamento de débitos com serviços serão responsáveis pela fiscalização de seu correto cumprimento, devendo encaminhar trimestralmente ao Iapas, através dos Comitês Regionais para Supervisão do Pagamento de Débitos com Serviços, relatórios indicando a situação dos programas a que se referem.

Art. 14 Uma vez atestada, pela entidade signatária do Sinpas, a regularidade na execução do contrato ou convênio, o Iapas fará a compensação contábil, no débito consolidado, da parcela trimestral correspondente aos serviços prestados.

Art. 15 Os processos administrativos visando à cobrança dos débitos dos órgãos e entidades serão suspensos pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação do presente decreto.

Parágrafo único. O disposto neste decreto se estende à dívida ajuizada desde que não alcançada por sentença definitiva.

Art. 16 Vencido o prazo do artigo 15 e não havendo manifestação do devedor para formalizar contrato ou convênio de pagamento dos débitos com serviços, o Comitê Regional para Supervisão de Pagamento de Débitos, através da Presidência do Iapas, solicitará ao Ministro da Previdência e Assistência Social a aplicação do disposto no Decreto nº 93.449, de 22 de outubro de 1986, em relação às contribuições vincendas.

Art. 17 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 7º DO DECRETO Nº 94.180/87

Relação de serviços a serem prestados mediante convênios ou contratos com entidades do Sistema Nacional de Previdência Social (Sinpas) para efeito de quitação de débitos previdenciários dos órgãos e instituições indicados no art. 1º.

Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
— *Inamps*

1. Serviços médico-hospitalares no âmbito das Ações Integradas de Saúde (AIS). Atendimentos ambulatoriais, inclusive de urgência; atendimentos odontológicos; Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia (SADT).
2. Cessão de prédios ou instalações.
3. Cessão de pessoal especializado, mantido o vínculo empregatício com o órgão ou instituição de origem.

Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA

1. Instalação, ampliação ou custeio de creche-casulo.
2. Serviços associados ao programa de Esporte e Lazer Comunitário.
3. Serviços associados ao programa de Formação e Reciclagem Profissional.
4. Serviços associados ao programa de atividades para excepcionais e idosos.
5. Cessão de prédios ou instalações.

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

1. Instalação, ampliação ou custeio de creches, externatos, semi-internatos e internatos.
2. Implantação ou custeio de programas para meninos de rua, projetos de geração de renda e de encaminhamento de menores ao trabalho.
3. Implantação e custeio de projetos e serviços comunitários.
4. Serviços de atendimento de saúde, especialmente de excepcionais.
5. Manutenção de serviços técnicos de atendimento aos assistidos da Previdência Social.
6. Aparelhamento de entidades de assistência social vinculadas à Funabem.

Instituto Nacional de Previdência Social — INPS

1. Cessão de pessoal técnico para exercer atividades nas áreas de:
 - a) reabilitação profissional:
 - professores de ofício (mecânica, marcenaria, carpintaria, eletricidade, hidráulica, etc.); terapeutas ocupacionais; fisioterapeutas; médicos; psicólogos;

- b) serviço social:
 - assistentes sociais;
 - c) perícia médica;
 - médicos;
 - d) benefícios:
 - pessoal a ser treinado pelo INPS para atendimento ao público em postos de benefícios, mantido o vínculo empregatício de origem.
2. Cessão de imóveis, mobiliário ou equipamento para localização de:
- a) postos de benefícios;
 - b) centros ou núcleos de reabilitação profissional;
 - c) grupamentos e postos de perícia médica;
 - d) unidade de serviço social.
3. Serviços técnicos nas áreas de:
- a) reabilitação profissional:
 - vagas em cursos profissionalizantes; atendimento fisioterápico;
 - vagas em curso básico (1º grau); atendimento médico especializado.
 - b) serviço social:
 - vagas nos serviços assistenciais (abrigo, albergues, etc.); orientação jurídica; auxílios supletivos (medicamentos, alimentação, transportes, etc.).
 - c) perícia médica:
 - atendimento médico-pericial (mediante credenciamento); exames complementares (patologia clínica, radiologia clínica, eletrocardiografia-cicloergometria, ecocardiografia, exame por radioisótopos, eletroencefalografia; fundoscopia e refração).
 - d) exames especializados:
 - psiquiátrico; ortopédico; cardiológico; neurológico; oftalmológico; otorrinolaringológico; dermatológico; pneumológico.
 - aproveitamento assistencial no Programa Integrado de Tratamento Médico-Social Prioritário: fisiologia; doenças osteo-articular-ligamentosas (osteocartrose); hipertensão arterial; neuroses.

4. Serviços para área administrativa:

- a) — reforma de imóveis cedidos; manutenção dos imóveis, móveis e equipamentos cedidos; vigilância e limpeza dos imóveis cedidos; serviços gráficos.

Instituto de Administração Financeira da Previdência Social

— Iapás.

1. Serviços para a área jurídica.

Obs.: os valores dos serviços prestados serão quantificados de acordo com as normas próprias para convênios e contratos das entidades vinculadas ao Sinpas.

DECRETO Nº 94.181, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Tamandaré S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 130.054/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da Rádio Tamandaré S.A., outorgada através do Decreto nº 30.373, de 9 de janeiro de 1952, para explorar, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.182, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 122.999/82,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da Rede Popular de Comunicações Ltda., outorgada através do Decreto nº 20.080, de 30 de novembro de 1945, para explorar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.183, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cabiuna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000683/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 16 de novembro de 1986, a concessão da Rádio Cabiuna Ltda., outorgada através da Portaria nº 858 (Contel), de 21 de outubro de 1966, para explorar, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.184, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Mineira do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000104/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, a concessão da Rádio Mineira do Sul Ltda., outorgada através da Portaria MVOP nº 108, de 12 de fevereiro de 1954, para explorar, na cidade de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulati-

vamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.185, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Relógio Federal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 141.749/82,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1983, a concessão da Rádio Relógio Federal Ltda., outorgada através do Decreto nº 27.000, de 2 de agosto de 1949, para explorar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.186, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Princesa do Jacuy Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 121.852/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, a concessão da Rádio Princesa do Jacuy Ltda., outorgada através do Decreto nº 41.987, de 5 de agosto de 1957, para explorar, na cidade de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.187, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29111.000705/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 4 de outubro de 1986, a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda., outorgada através do Decreto nº 58.249, de 25 de abril de 1966, para explorar, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.188, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Riograndense — Rádio Fátima, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.001394/85,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 10 de janeiro de 1986, a concessão da Fundação Cultural Riograndense — Rádio Fátima, outorgada através do Decreto nº 76.997, de 8 de janeiro de 1976, para explorar, na cidade de Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de

Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.189, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000113/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 19 de maio de 1987, a concessão da Fundação Cultural Celinauta, outorgada através da Portaria nº 407, de 11 de maio de 1977, para explorar, na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 19 de maio de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.190, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Autoriza a Telecomunicações Brasileiras S.A. -- Telebrás e suas controladas a promoverem aumento de capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás e suas controladas ficam autorizadas a promover a elevação do respectivo capital social até os limites indicados:

- Telecomunicações de Rondônia S.A. — Teleron de CZ\$ 97.000.000,00 para CZ\$ 211.000.000,00;
- Telecomunicações do Acre S.A. — Teleacre de CZ\$ 91.000.000,00 para CZ\$ 166.000.000,00;
- Telecomunicações do Amazonas S.A. — Telamazon de CZ\$ 189.000.000,00 para CZ\$ 386.000.000,00;
- Telecomunicações de Roraima S.A. — Telaima de CZ\$ 30.000.000,00 para CZ\$ 51.000.000,00;
- Telecomunicações do Pará S.A. — Telepará de CZ\$ 405.000.000,00 para CZ\$ 715.000.000,00;
- Telecomunicações do Amapá S.A. — Telcamapá de CZ\$ 46.000.000,00 para CZ\$ 79.000.000,00;
- Telecomunicações do Maranhão S.A. — Telma de CZ\$ 467.000.000,00 para CZ\$ 686.000.000,00;
- Telecomunicações do Piauí S.A. — Telepisa de CZ\$ 235.000.000,00 para CZ\$ 412.000.000,00;
- Telecomunicações do Ceará S.A. — Teleceará de CZ\$ 868.000.000,00 para CZ\$ 1.228.000.000,00;
- Telecomunicações do Rio Grande do Norte S.A. — Telern de CZ\$ 211.000.000,00 para CZ\$ 408.000.000,00;
- Telecomunicações da Paraíba S.A. — Telpa de CZ\$ 258.000.000,00 para CZ\$ 464.000.000,00;
- Telecomunicações de Pernambuco S.A. — Telpa de CZ\$ 1.311.000.000,00 para CZ\$ 2.559.000.000,00;
- Telecomunicações de Alagoas S.A. — Telasa de CZ\$ 303.000.000,00 para CZ\$ 544.000.000,00;
- Telecomunicações de Sergipe S.A. — Telergipe de CZ\$ 196.000.000,00 para CZ\$ 361.000.000,00;

- Telecomunicações da Bahia S.A. — Telebahia de CZ\$ 1.010.000.000,00 para CZ\$ 1.615.000.000,00;
- Telecomunicações de Minas Gerais S.A. — Telemig de CZ\$ 1.913.000.000,00 para CZ\$ 3.458.000.000,00;
- Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — Telest de CZ\$ 484.000.000,00 para CZ\$ 876.000.000,00;
- Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj de CZ\$ 4.972.000.000,00 para CZ\$ 8.638.000.000,00;
- Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp de CZ\$ 7.521.000.000,00 para CZ\$ 12.531.000.000,00;
- Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — Embratel de CZ\$ 1.935.160.000,00 para CZ\$ 5.856.000.000,00;
- Companhia Telefônica da Borda do Campo — CTBC de CZ\$ 670.000.000,00 para CZ\$ 1.135.000.000,00;
- Companhia Telefônica de Governador Valadares — CTGV de CZ\$ 76.000.000,00 para CZ\$ 142.000.000,00;
- Companhia de Telefones do Rio de Janeiro — Cetel — RJ de CZ\$ 879.000.000,00 para CZ\$ 1.435.000.000,00;
- Telecomunicações do Paraná S.A. — Telepar de CZ\$ 1.231.000.000,00 para CZ\$ 2.085.000.000,00;
- Telecomunicações de Santa Catarina S.A. — Telesc de CZ\$ 588.000.000,00 para CZ\$ 1.113.000.000,00;
- Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência — CTMR de CZ\$ 55.000.000,00 para CZ\$ 118.000.000,00;
- Companhia Pontagrossense de Telecomunicações — CPT de CZ\$ 39.000.000,00 para CZ\$ 57.000.000,00;
- Companhia Telefônica de Paranaguá — Cotelpa de CZ\$ 16.000.000,00 para CZ\$ 29.000.000,00;
- Telecomunicações de Goiás S.A. — Telegoiás de CZ\$ 496.000.000,00 para CZ\$ 939.000.000,00;
- Telecomunicações de Brasília S.A. — Telebrasilândia de CZ\$ 702.000.000,00 para CZ\$ 1.165.000.000,00;
- Telecomunicações de Mato Grosso S.A. — Telemat de CZ\$ 419.000.000,00 para CZ\$ 708.000.000,00;
- Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás de CZ\$ 12.731.000.000,00 para CZ\$ 22.415.000.000,00.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.191, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no município de São Luís, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 5º, letra k do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os seguintes imóveis situados na cidade de São Luís, Estado do Maranhão:

a) imóvel, com prédio e terreno, situado à Rua Cândido Ribeiro nº 250, ocupando o terreno a quadra formada pelas ruas José do Patrocínio, Belarmino de Matos e a referida Rua Cândido Ribeiro, medindo de frente ao nascente de norte a sul 67,00 (sessenta e sete) metros e de fundos ao poente de leste a oeste, até o limite com a Fonte das Pedras, 57,00 (cinquenta e sete) metros, sendo o edifício construído de cal, pedra e tijolos, com todo o teto em ferro, coberto de telhas de barro tipo «Marseilha», com colunas de ferro.

Confrontações: frente para a dita Rua Cândido Ribeiro, fundos para a Fonte das Pedras na Rua São João, do lado direito de quem olha da rua para a frente do imóvel com a rua José do Patrocínio e do lado esquerdo de quem olha da rua para a frente do imóvel com a Rua Belarmino Matos.

Registro: Cartório da 1ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-M, fl. 83, nº 8.185.

b) imóvel, com prédio e terreno situado à Rua Cândido Ribeiro nº 208, medindo o terreno de frente ao nascente 11,43 metros, e de fundo ao poente 33,80 metros, sendo a edificação construída de pedra e cal e madeira do país, coberta com telhas de barro.

Confrontação: frente para a dita Rua Cândido Ribeiro, fundo com o imóvel nº 42 do Beco das Laranjeiras, do lado direito de quem olha da rua para a frente do imóvel com o imóvel 192 da Rua Cândido Ribeiro e do lado esquerdo de quem olha da rua para a frente do imóvel com a Rua José do Patrocínio.

Registro: Cartório da 1ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-M, fl. 79, nº 8.166.

c) imóvel, com prédio e terreno, situado à Rua Cândido Ribeiro nº 192, medindo o terreno de frente ao nascente 17,32 metros e a edificação, uma casa de sobrado, construída de pedra e cal e madeiras.

Confrontações: frente para a dita Rua Cândido Ribeiro, do lado direito de quem olha da rua para a frente do imóvel com o Beco das Laranjeiras, do lado esquerdo de quem olha da rua para a frente do imóvel com o imóvel nº 208, da Rua Cândido Ribeiro.

Registro: Cartório da 1ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-C, fl. 66, nº 1.997.

d) imóvel, com prédio e terreno, situado à Rua Cândido Ribeiro nº 251, medindo o terreno de frente 12,50 metros, e de fundo ao nascente 34,80 metros, sendo a edificação construída de pedra e cal, taipa e madeira.

Confrontações: frente com a dita rua Cândido Ribeiro, fundo com o lote nº 140 da Rua José do Patrocínio, do lado direito de quem olha da rua para a frente do imóvel com o imóvel nº 261 da Rua Cândido Ribeiro e do lado esquerdo de quem olha da rua para a frente do imóvel de nº 223, da mesma Rua Cândido Ribeiro.

Registro: Cartório da 1ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-S, fl. 90, nº 15.210.

e) imóvel com prédio e terreno situado à Rua Cândido Ribeiro nº 261, medindo o terreno de frente ao poente 11,05 metros e de fundo ao nascente 34,50 metros, construída de pedra e cal e madeiras.

Confrontações: frente para a dita rua Cândido Ribeiro, fundo com o imóvel nº 161 da Rua Belarmino Matos, do lado direito de quem olha da rua para a frente do imóvel com o imóvel s/nº da dita Rua Cândido Ribeiro e do lado esquerdo de quem olha da rua para o imóvel com o nº 251, da referida Rua Cândido Ribeiro.

Registro: Cartório da 1ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-E, fl. 264, nº 2.774.

f) imóvel, constituído de terreno, situado à Rua Cândido Ribeiro n.º 223, medindo de frente ao poente 11,70 metros, e de fundo ao nascente 22,55 metros, com o quintal murado.

Confrontações: frente para a dita Rua Cândido Ribeiro, fundos para o imóvel n.º 124 da Rua José do Patrocínio, do lado direito de quem olha da rua para a frente com o imóvel n.º 251 da dita Rua Cândido Ribeiro e do lado esquerdo de quem olha da rua para o imóvel com a Rua José do Patrocínio.

Registro: Cartório da 1.ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-I, fl. n.º 4.138.

g) imóvel, constituído de terreno, situado à Rua Cândido Ribeiro s/n.º, contíguo à edificação de número 261, medindo de frente ao poente 12,00 metros, de fundos ao nascente 13,50 metros, sendo o terreno todo murado.

Confrontações: frente para a dita Rua Cândido Ribeiro, fundos para o imóvel n.º 139 da Rua Belarmino Matos, do lado direito para quem olha da frente da rua para o imóvel com a Rua Belarmino Matos e do lado esquerdo para quem olha da rua para o imóvel com o imóvel n.º 261, da Rua Cândido Ribeiro.

Registro: Cartório da 1.ª Circunscrição da Comarca de São Luís — Maranhão, livro 3-G, fl. 24, n.º 3.436.

Art. 2.º O Ministério da Educação, por intermédio da Universidade Federal do Maranhão, tomará as providências necessárias para efetivar, com recursos específicos, as desapropriações previstas no artigo anterior.

Art. 3.º A Universidade Federal do Maranhão deverá utilizar os imóveis para a instalação do Centro de Artes e Faculdade de Direito, conforme preconizado em seu Plano Diretor Físico.

Art. 4.º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações constantes da Lei n.º 2.786, de 1.º de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 5.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.192, DE 6 DE ABRIL DE 1987

Institui a Comissão de Assessoramento Presidencial para a Negociação da Dívida Externa Brasileira.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Comissão de Assessoramento Presidencial para Negociação da Dívida Externa Brasileira.

Art. 2º A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

- I — o Ministro de Estado da Fazenda, que a presidirá;
- II — um Embaixador Extraordinário para Assuntos da Dívida Externa;
- III — o Presidente do Banco Central do Brasil;
- IV — o Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores;
- V — o Vice-Presidente de Recursos e Operações Internacionais do Banco do Brasil S.A.;
- VI — o Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil;
- VII — o Diretor para Dívida Externa do Banco Central do Brasil;
- VIII — o Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda;
- IX — o Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que exercerá as funções de Secretário Executivo; e
- X — o Subchefe de Assuntos Econômicos da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1º O Presidente da República, se julgar conveniente, poderá designar membros eventuais.

§ 2º O Embaixador Extraordinário, a que se refere o item II, terá a responsabilidade de conduzir, sob a orientação do Ministro da Fazenda, as negociações na área internacional relativas à dívida externa.

Art. 3º O Banco Central do Brasil e o Banco do Brasil S.A. prestarão à Comissão toda a assistência e apoio material, técnico e operacional de que necessitar, inclusive no exterior.

Art. 4º O Ministro de Estado da Fazenda expedirá as instruções que se fizerem necessárias à execução deste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.193, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Delega competência ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, para a prática do ato que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º É delegada competência ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, para autorizar o afastamento de servidores, nas hipóteses previstas no artigo 2º do Decreto nº 84.033, de 26 de setembro de 1979.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marco Maciel

DECRETO Nº 94.194, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Altera o Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 8º, 9º, 19 e 20 do Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I — Fica acrescido ao art. 8º o § 6º, com a seguinte redação:

«§ 6º Os suplentes dos membros a que se referem os incisos II a XII serão por eles indicados e designados pelo Ministro da Fazenda.»

II — Fica incluído o inciso VI no art. 9º, remunerados os atuais VI e VII para VII e VIII:

«VI — estabelecer os limites e as condições de cada emissão de obrigações do FND (OFND), e de sua conversibilidade para outra forma.»

III — Ficam acrescidos ao art. 19 os §§ 3º, 4º, 5º e 6º, com a seguinte redação:

«§ 3º As OFND serão emitidas sob a forma escritural, integradas ao Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

§ 4º Cada OFND terá valor nominal de referência de CZ\$ 100 (cem cruzados) e será subscrita e resgatada pelo seu valor nominal atualizado mensalmente, de acordo com a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

§ 5º As OFND vencerão juros à taxa a ser estipulada em cada caso, pagáveis, mensalmente, segundo o regime de capitalização composta.

§ 6º As OFND de que trata este artigo poderão ser negociadas exclusivamente entre as entidades fechadas de previdência privada, vinculada ao Poder Público e sempre através do Selic.»

IV — Ficam acrescidos ao art. 20 os §§ 1º, 2º e 3º, com a seguinte redação:

«§ 1º As OFND a que se refere este artigo serão emitidas com o prazo mínimo de 2 (dois) anos, observadas as demais disposições do artigo anterior.

§ 2º Os juros serão pagos, semestralmente, segundo o regime de capitalização composta.

§ 3º As OFND a que se refere este artigo poderão ser livremente negociadas, sempre através do Selic.»

Art 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

João Manuel Cardoso de Mello

DECRETO Nº 94.195, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O item XI do art. 1º do Decreto nº 83.904, de 28 de agosto de 1979, alterado pelo Decreto nº 94.109, de 18 de março de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º
.....

XI — nove representantes do setor privado, nomeados pelo Presidente da República.».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

João Manuel Cardoso de Mello

DECRETO Nº 94.196, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a instituição, no Ministério da Saúde, da Campanha Nacional de Combate à Malária.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.026, de 14 de julho de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída, no Ministério da Saúde, a Campanha Nacional de Combate à Malária, com a finalidade de promover, em todo o território nacional, atividades públicas e privadas visando à erradicação da malária no País.

Art. 2º À Campanha Nacional de Combate à Malária, que terá caráter temporário, compete:

I — orientar, coordenar e executar, dentro do território nacional, quaisquer atividades de combate à malária, visando à sua erradicação;

II — preparar os planos de trabalho, suas revisões periódicas, a proposta orçamentária e o Plano de Aplicação dos recursos consignados no Orçamento da União, para a erradicação da malária;

III — realizar, em todo o País, estudos e pesquisas especiais vinculados ao programa de combate à malária;

IV — realizar e promover a formação e treinamento de pessoal técnico especializado e administrativo, assim como viagens de estudo ou observação e de representação, inclusive no estrangeiro, de técnicos da campanha;

V — divulgar os trabalhos de investigação, os estudos e outras atividades de interesse, relacionados com a malária.

Dos Recursos

Art. 3º A Campanha Nacional de Combate à Malária será custeada pelos seguintes recursos:

I — dotações orçamentárias e créditos adicionais especificamente a ela consignados, inclusive os previstos no corrente exercício;

II — importância que, à conta de dotações orçamentárias, créditos adicionais próprios ou fundos especiais, lhes sejam destinadas por órgãos públicos federais;

III — contribuições, de qualquer natureza, de órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

IV — contribuições, de qualquer natureza, inclusive legados e doações, sem cláusula onerosa, efetuadas por pessoas físicas nacionais ou estrangeiras;

V — produto de donativos populares angariados mediante prévia autorização do Ministério da Saúde;

VI — juros de depósitos bancários e rendas eventuais.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão concentrados no Banco do Brasil, em conta especial com o título da campanha, que será movimentada pelo seu Superintendente, em conformidade com os programas aprovados pelo Ministério da Saúde.

§ 2º No prazo de sessenta dias após o término de cada semestre do exercício financeiro, o Superintendente da campanha comprovará ao Tribunal de Contas da União, por intermédio do Ministério da Saúde, a aplicação dos recursos provenientes dos créditos orçamentários e adicionais da União, bem como as importâncias a ela destinadas por órgãos e entidades públicas federais.

§ 3º O Superintendente da campanha submeterá à aprovação do Ministro de Estado da Saúde, no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior, relatório circunstanciado sobre o recebimento e aplicação dos recursos não provenientes, direta ou indiretamente, do Tesouro Nacional.

Do Pessoal

Art. 4º As atividades da Campanha Nacional de Combate à Malária serão executadas pelos servidores a que se refere o art. 7º da Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Saúde poderá requisitar servidores de órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, inclusive das Fundações mantidas pelo Poder Público, para o exercício das atividades da campanha.

Da Superintendência

Art. 5º A direção da campanha, que se revestirá do caráter de encargo público, será exercida pelo Superintendente da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), órgão autônomo integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, ou por técnico de reconhecida competência por ele indicado e designado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 1º Nos impedimentos eventuais, nas ausências da sede até trinta dias, o Superintendente será substituído por técnico designado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º O Superintendente da campanha poderá delegar atribuições, inclusive para admissão de pessoal, a coordenadores regionais ou, mediante prévia autorização do Ministro da Saúde, a funcionários públicos federais nela em exercício ou, ainda, a dirigentes de órgãos estaduais ou municipais dela participantes.

Da Extinção da Campanha

Art. 6º A Campanha Nacional de Combate à Malária extinguir-se-á pela execução integral de seu plano.

§ 1º Extinta a campanha, serão rescindidos, em conformidade com a legislação trabalhista, os contratos de trabalho do pessoal admitido na forma do art. 7º letra c, da Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.

§ 2º O saldo dos recursos financeiros da campanha, verificado à época de sua extinção, reverterá ao Tesouro Nacional, após o pagamento das indenizações decorrentes da aplicação do parágrafo anterior.

Art. 7º Fica delegada ao Ministro de Estado da Saúde competência para, em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, dar solução às questões omissas neste decreto.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Figueira Santos

DECRETO Nº 94.197, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a instituição, no Ministério da Saúde, da Campanha Nacional de Combate ao Aedes Aegypti.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os itens III e V do artigo 81 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no Ministério da Saúde, a Campanha Nacional de Combate ao *Aedes Aegypti*, com a finalidade de promover, em todo o território nacional, atividades públicas e privadas visando à sua erradicação no País.

Art. 2º A Campanha Nacional de Combate ao *Aedes Aegypti*, que terá caráter temporário, compete:

I — orientar, coordenar e executar, dentro do território nacional, quaisquer atividades de combate ao *Aedes Aegypti*, visando à sua erradicação;

II — preparar os planos de trabalho, suas revisões periódicas, a proposta orçamentária e o Plano de Aplicação dos recursos consignados no Orçamento da União, para a erradicação do *Aedes Aegypti*;

III — realizar, em todo o País, estudos e pesquisas especiais vinculados ao programa de combate ao *Aedes Aegypti*;

IV — realizar e promover a formação e treinamento de pessoal técnico especializado e administrativo, assim como viagens de estudo ou observação e de representação, inclusive no estrangeiro, de técnicos da campanha;

V — divulgar os trabalhos de investigação, os estudos e outras atividades de interesse, relacionados com o *Aedes Aegypti*.

Dos Recursos

Art. 3º A Campanha Nacional de Combate ao *Aedes Aegypti* será custeada pelos seguintes recursos:

I — dotações orçamentárias e créditos adicionais especificamente a ela consignados, inclusive os previstos no corrente exercício;

II — importâncias que, à conta de dotações orçamentárias, créditos adicionais próprios ou fundos especiais, lhes sejam destinadas por órgãos públicos federais;

III — contribuições, de qualquer natureza, de órgãos e entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

IV — contribuições, de qualquer natureza, inclusive legados e doações, sem cláusula onerosa, efetuadas por pessoas físicas nacionais ou estrangeiras;

V — produto de donativos populares angariados mediante prévia autorização do Ministério da Saúde;

VI — juros de depósitos bancários e rendas eventuais.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo serão concentrados no Banco do Brasil, em conta especial com o título da campanha, que será movimentada pelo seu Superintendente em conformidade com os programas aprovados pelo Ministério da Saúde.

§ 2º No prazo de sessenta dias após o término de cada semestre do exercício financeiro, o Superintendente da campanha comprovará ao Tribunal de Contas da União, por intermédio do Ministério da Saúde, a aplicação dos recursos provenientes dos créditos orçamentários e adicionais da União, bem como as importâncias a ela destinadas por órgãos e entidades públicas federais.

§ 3º O Superintendente da campanha submeterá à aprovação do Ministro de Estado da Saúde, no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior, relatório circunstanciado sobre o recebimento e aplicação dos recursos não provenientes, direta ou indiretamente, do Tesouro Nacional.

Do Pessoal

Art. 4º As atividades da Campanha Nacional de Combate ao *Aedes Aegypti* serão executadas pelos servidores a que se refere o art. 7º da Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Saúde poderá requisitar servidores de órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, inclusive das Fundações mantidas pelo Poder Público, para o exercício das atividades da campanha.

Da Superintendência

Art. 5º A direção da campanha, que se revestirá do caráter de encargo público, será exercida pelo Superintendente da Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), órgão autônomo integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, ou por técnico de reconhecida competência por ele indicado e designado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 1º Nos impedimentos eventuais, nas ausências da sede até 30 dias, o Superintendente será substituído por técnico designado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º O Superintendente da Campanha poderá delegar atribuições, inclusive para admissão de pessoal, a coordenadores regionais, ou, mediante prévia autorização do Ministro da Saúde, a funcionários públicos federais nela em exercício, ou, ainda, a dirigentes de órgãos estaduais ou municipais dela participantes.

Da Extinção da Campanha

Art. 6º A Campanha Nacional de Combate ao *Aedes Aegypti* extinguir-se-á pela execução integral de seu plano.

§ 1º Extinta a campanha, serão rescindidos, em conformidade com a legislação trabalhista, os contratos de trabalho do pessoal admitido na forma do art. 7º, letra c, da Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966.

§ 2º O saldo dos recursos financeiros da campanha, verificado à época de sua extinção e após o pagamento das indenizações decorrentes da aplicação do artigo anterior, reverterá ao Tesouro Nacional.

Art. 7º Fica delegada ao Ministro de Estado da Saúde competência para, à luz da legislação vigente, em especial a Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, dar solução às questões omissas neste decreto.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Figueira Santos

DECRETO Nº 94.198, DE 7 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), área de terra necessária à construção do Aeroporto de Pinheiro, no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, letra n, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, área de terras e respectivas benfeitorias, titulada a diversos particulares, com 2.178.000m² (dois milhões, cento e setenta e oito mil metros quadrados), necessária à construção do Aeroporto de Pinheiro, no Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, de acordo com a planta constante ao Processo PRONI nº 43000.100310/87-14, e assim descrita: área de terras de forma retangular de 4 lados envolvendo uma área de 217ha 80000ca ou 2.178.000m² e um perímetro de 6.640 metros. Partindo do marco geodésico V.067 de coordenada em UTM.490.738,428 e 9.722.022,856, situado na confluência da Rua Maria Pinheiro Paiva e Av. Paulo Ramos na cidade de Pinheiro no Estado do Maranhão, esta área se situa a aproximadamente 4.800 metros deste ponto e pela Rodovia MA-106 que liga a cidade de Pinheiro a Queimada e se enquadrando na seguinte coordenada em UTM: 489.741,936 × 9.726.281,534; 487.479,591 × 9.725.422,351, 487.160.060 × 9.726.263,719; 489.422,405 × 9.721.122,902 e medindo 900,00

metros pelo lado oriental e ocidental e 2.420,00 metros pelos lados setentrional e meridional.

Art. 2º Fica o DNOS autorizado a promover e executar, com recursos postos à sua disposição, a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.199, DE 8 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a transformação de função de confiança, na Tabela Permanente do Ministério do Trabalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, e o que consta do Processo nº 00600.014218/85-72,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transformada 1 (uma) função de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição da categoria Direção Superior, código LT-DAS-101, do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, da Tabela Permanente do Ministério do Trabalho.

Art. 2º Ficam suprimidos os empregos constantes do Anexo II, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Almir Pazzianotto Pinto

ANEXO I
MINISTÉRIO DO TRABALHO
TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA
GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL <i>Serviço de Assistência Médico-Social</i> Chefe	DAI-III.3	1	DEPARTAMENTO DE PESSOAL <i>Serviço de Assistência Médico-Social</i> Chefe	LT-DAS.101.1

ANEXO II

EMPREGOS DA TABELA PERMANENTE DO MINISTÉRIO DO TRABALHO
SUPRIMIDOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTES ANEXOS

Nº de Empregos	Denominação	Código/Referência
1	Nutricionista	LT-NS-905.C.19
1	Engenheiro	LT-NS-906.A.6

DECRETO Nº 94.200, DE 8 DE ABRIL DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Agronomia da Faculdade de Agronomia de
Ituverava.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000717/84-7, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Agronomia, a ser ministrado pela Faculdade de Agronomia de Ituverava, mantida pela Fundação Educacional de Ituverava, com sede na cidade de Ituverava, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.201, DE 9 DE ABRIL DE 1987

*Dispõe sobre a Embaixada do Brasil
em Kingstown, São Vicente e Granadinas, e
dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Embaixada do Brasil em Kingstown, São Vicente e Granadinas, passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Georgetown, República Cooperativista da Guiana.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 2º do Decreto nº 84.734, de 24 de maio de 1980.

Brasília, 9 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.202, DE 10 DE ABRIL DE 1987

— *Altera a redação do § 1º do artigo 7º do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, que reestrutura o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e no artigo 3º, § 5º, do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º O § 1º do artigo 7º do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 7º

§ 1º Os atos de provimento das funções de confiança a que se refere este artigo consignarão a forma de designação, para o exercício das mesmas funções, ou de nomeação, para o de cargo em comissão, conforme se trate, respectivamente, da investidura de servidor regido pela legislação trabalhista ou de funcionário.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o § 2º do artigo 2º do Decreto nº 77.336, de 1976, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.203, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Bebedouro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santana do Itararé, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Bebedouro», com a área de 99,2200 (noventa e nove hectares e vinte e dois ares), situado no Município de Santana do Itararé, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco OPP, de coordenadas geográficas latitude 23°48'59"S e longitude 49°38'48"WGr., segue por linha seca, atravessando o Córrego Água Funda, confrontando com terras de José Felipe, sucessores de Miguel Chueire Luiz Felipe de Azevedo, com rumo de 29°45'SO e distância de 1.412,00m, até o marco 1, deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda da Gramma, com rumo de 63°15'NO e distância de 738,00m, até o marco 2; deste, segue por linha seca, atravessando o Córrego Água Funda, confrontando com terras de José Felipe de Azevedo, com rumo de 31°15'NE e distância de 1.335,00m, até o marco 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Joaquim Ferreira de Almeida, com rumo de 69°45'SE e distância de 719,00m, até o marco OPP, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta Geográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, folha SF-22-Z-C-VI-4, escala 1:50.000, ano 1968).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.204, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.001454/87-09, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado pela Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, mantida pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, com sede na cidade de Nazaré da Mata, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.205, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.001454/87-09, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, mantida pela Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.206, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia do Centro de Estudos Superiores do Carmo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000562/85-84, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fonoaudiologia, a ser ministrado pelo Centro de Estudos Superiores do Carmo, mantido pela Associação Santista de Ensino e Pesquisa, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.207, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Centro de Estudos Superiores do Carmo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000561/85-11, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pelo Centro de Estudos Superiores do Carmo, mantido pela Associação Santista de Ensino e Pesquisa, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.208, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-

lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23018.004299/85-69, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Inspeção Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Orientação Educacional e em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, a ser ministrado em Congonhas, Estado de Minas Gerais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas, mantida pela Fundação Cultural de Belo Horizonte.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.209, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento dos cursos de Letras, História, Geografia, Ciências e Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.014764/86-40, do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos Cursos de Letras, licenciatura plena, com habilitações em Português e Inglês; História, licenciatura plena; Geografia, licenciatura plena; Ciências, licenciatura de 1º grau; e Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados a serem ministrados na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, pela Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, mantida pela Autarquia Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.210, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Medicina Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária de Pinhal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000887/86-20, do Ministério da Educação.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, a ser ministrado pela Faculdade de Medicina Veterinária de Pinhal, mantida pela Fundação Pinhalense de Ensino, com sede na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.211, DE 10 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.013146/85-74, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º grau, a ser ministrado pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, mantida pela Fundação Educacional de Anicuns, com sede na cidade de Anicuns, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.212, DE 13 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 80.511, de 7 de outubro de 1977,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a doar, ao Município de Jarú, no Estado de Rondônia, o imóvel denominado «Área Urbana de Jarú», com a área de 3.294,0654ha (três mil, duzentos e noventa e quatro hectares, seis ares e cinquenta e quatro centiares), situado no Município de Jarú, Estado de Rondônia, a seguir descrito: Partindo do marco M9, situado na margem direita da BR-364, sentido Cuiabá-Porto Velho, com a divisa do lote 85 da Gleba 52, do PIC Padre Adolpho Rohl, de coordenadas Planas. E=556.349,6m N=8.847.257,8m; deste, por uma linha seca, com azimuth verdadeiro de (AZ) v 45°08'15'', numa distância de 1.828,30m, limitando-se com o citado lote até o marco M129, divisa com o lote 84 da citada Gleba; deste, por uma linha seca, com azimuth verdadeiro de (AZ) v 135°00'00'', numa distância de 29,98m, até o marco M1; deste, por uma linha seca, com azimuth verdadeiro de (AZ) v 134°18'26'', numa distância de 1.977,21m, limitando-se com o lote 01 da Gleba 53, do citado Projeto, até o marco M86, situado na linha 606, deste, por uma linha seca, com azimuth verdadeiro de (AZ) v 133°50'15'', numa distância de 2.345,88m, limitando-se com a Reserva Florestal Rio Jarú, até o

marco M1, situado na linha 607; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 134°28'14'', numa distância de 352,15m, até o marco M102, situado na margem direita do Rio Jaru; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 176°53'36'', numa distância de 73,80m, até o ponto digitalizado PD-01; deste por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 242°04'42'', numa distância de 468,54m, até o marco M101; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 134°32'36'' numa distância de 1.464,11m, até o marco M100; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 228°57'49'', numa distância de 1.779,94m, limitando-se com o lote 92 da Gleba 55 até o marco M1a, situado na margem direita da BR-364, sentido Cuiabá-Porto Velho; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 228°15'00'', numa distância de 102,27m, até o marco M1a, situado na margem esquerda da citada BR; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 226°30'46'' numa distância de 2.172,06m, limitando-se com o lote 100 da Gleba 65 do PIC Padre Adolpho Rohl, até o marco M200; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 217°00'37'', numa distância de 473,12m, limitando-se com o lote 99 até o marco M209; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 235°12'12'', numa distância de 432,30m, limitando-se com o lote 98, até o marco M210; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 218°07'32'', numa distância de 581,31m, limitando-se com o lote 97 da Gleba 65 do PIC Padre Adolpho Rohl, até o marco M103; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 316°53'28'', numa distância de 29,99m, até o marco M1, situado na linha 628; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 314°55'15'', numa distância de 2.051,74m, limitando-se com o lote 1 da Gleba 64, até o marco M102, situado na linha 627; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 306°56'04'', numa distância de 1.750,54m, até o marco M2, situado na margem esquerda do Rio Jaru; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 55°17'08'', numa distância de 305,32m, limitando-se com terras de propriedade de Antonio Alfredo Fazolim, até o marco M8; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 41°37'58'', numa distância de 212,73m, limitando-se com terras de Antonio Alfredo Fazolim até o ponto de estação JC-31; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 09°49'35'', numa distância de 170,97m, limitando-se com terras de Antonio Alfredo Fazolim até o marco M9; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 311°28'23'', numa distância de 1.078,29m, limitando-se com terras de Antonio Alfredo Fazolim, até o marco M4, deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) 224°32'26'', numa distância de 279,54m, limitando-se com terras do acima citado, até o marco M7; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 315°25'44'', numa distância de 999,98m, limitando-se com terras do acima citado, até o marco M6; deste, por

uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 42°58'44'', numa distância de 197,51m, limitando-se com o lote 111 da Gleba 62 do PIC Padre Adolpho Rohl, até o marco M13; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 44°09'21'', numa distância de 494,39m, limitando-se com o lote 110 de Gleba 62, até o marco M12; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 44°46'27'', numa distância de 502,90m, limitando-se com o lote 109 da citada Gleba, até o marco M11; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 44°14'49'', numa distância de 532,70m, limitando-se com o lote 108 da citada Gleba, até o marco M10; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 45°29'38'', numa distância de 2.206,46m, até o marco M9, do lote 107 da Gleba 62; deste, por uma linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ) v 37°33'30'', numa distância de 103,19m, até o marco M9, do lote 85, da Gleba 52, início da descrição deste polígono. O perímetro descrito encerra uma área global de 3.469,9517ha (três mil, quatrocentos e sessenta e nove hectares, noventa e cinco ares e dezessete centiares), deduzido 62,3997ha (sessenta e dois hectares, trinta e nove ares e noventa e sete centiares), referente a BR-364; 113,2026ha (cento e treze hectares, vinte ares e vinte e seis centiares), referente ao Rio Jaru; 0,2840ha (vinte e oito ares e quarenta centiares), referente à área do INCRA; passará a figura a conter uma área líquida de 3.294,0654ha (três mil, duzentos e noventa e quatro hectares, seis ares e cinquenta e quatro centiares).

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo encontra-se incorporado, ao patrimônio da União Federal, através do registro nº 6.194, de fl. 45 do Livro 2-W, no Registro de Imóveis da Comarca de Porto Velho/RO, Primeiro Ofício.

Art. 2º O imóvel a ser doado destina-se à expansão do perímetro urbano, do Município de Jaru, no Estado de Rondônia.

Art. 3º O imóvel, com suas benfeitorias, reverterá de pleno direito ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização, se não for utilizado de acordo com a finalidade e prazo constantes do instrumento de doação.

Art. 4º A doação será formalizada mediante a expedição, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, de título de domínio, observadas as disposições do Decreto nº 80.511, de 7 de outubro de 1977.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.213, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o aumento do Capital Social da Petrobrás Distribuidora S.A. — BR.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.001107/87-19,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Petrobrás Distribuidora S.A. — BR a promover o aumento do seu Capital Social de CZ\$ 2.880.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e oitenta milhões de cruzados) para CZ\$ 2.995.200.000,00 (dois bilhões, novecentos e noventa e cinco milhões e duzentos mil cruzados), através da incorporação de CZ\$ 115.200.000,00 (cento e quinze milhões e duzentos mil cruzados), parte da reserva de lucros.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.214, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 2197/87,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno com 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), sem benfeitoria, situada na Avenida Almirante Adalberto Nunes, antiga Avenida Beira Rio, Bairro do Retiro, junto e após o prédio nº 398, a ser desmembrada de maior porção do imóvel designado «área nº três»

remanescente de área maior número um, Fazenda São João Batista, no perímetro urbano da cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Alzira Cravo de Alencar Matos e seu marido Roberto Barreira de Alencar Matos, conforme transcrição efetuada sob o nº 377, fl. 79 do Livro nº 03, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: mede 40,00m de frente e fundos por 50,00m de ambos os lados, confrontando pela frente com a Avenida Almirante Adalberto Nunes; pelo lado esquerdo com o prédio nº 398, construído no lote 1, e com os lotes 6 e 7 da Quadra «D», antigo loteamento Bairro Jardim Primavera; e pelos fundos e lado direito com o terreno remanescente da maior porção; segundo planta de situação DES. nº 20.242-1.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.215, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 1244/87,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, a área de terreno com 19.827,94m² (dezenove mil, oitocentos e vinte e sete metros quadrados e noventa e quatro decímetros quadrados), com benfeitorias, a ser desmembrada de área maior, no lugar denominado Cidade Jardim, no 13º Subdistrito, situada na Avenida Juscelino Kubitschek, esquina com a Rua Brigadeiro Haroldo Veloso, na Quadra formada pela Avenida Juscelino Kubitschek, Avenida das Nações Unidas, Butantã, com frente para a Av. Marginal e o novo canal do Rio Pinheiros, no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de propriedade comum do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — Iapasp e da Caixa Econômica Federal, conforme Registro nº 3, matrícula nº 36.173, 13º Cartório de Registro de Imóveis da citada Comarca, destinada à instalação de Centro Operacional da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno tem formato de um polígono mistilíneo formado por três segmentos de reta consecutivos, 1 segmento curvo, 1 segmento de reta e 1 segmento curvo (ABCDEFA), encerrando uma área de 19.827,94m². O ponto «F» (que é o ponto de concordância entre a curva de concordância EF e o lado FA), dista, pelo alinhamento da Av. Juscelino Kubitschek, 72,20m do canto do muro da Promon. O perímetro do terreno tem as seguintes características em relação a quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Avenida Juscelino Kubitschek e considera o sentido horário de percurso para fins de orientação dos lados: tem início no vértice «A», neste deflete à direita 77°47'41" em relação ao segmento FA, forma com este ângulo interno de 102°12'19" e, com rumo de 24°00'59"NE, segue em linha reta na distância de 84,05m, fazendo limite com o remanescente da área de propriedade da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional de Previdência Social até o vértice «B». Neste ponto, deflete à direita 77°58'25" em relação ao segmento AB, forma com este ângulo interno de 102°01'35" e, com rumo de 78°00'36"SE, segue em linha reta na distância de 169,66m, fazendo limite com o remanescente da área de propriedade da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional de Previdência Social até o ponto «C». Desse ponto segue em curva com concavidade voltada para fora do terreno, objeto desta descrição, de raio 272,95m, ângulo central 11°57'29" e desenvolvimento 56,97m até o ponto «D», sendo que a corda correspondente mede 56,86m, tem rumo 26°06'51"SW, e forma ângulos internos de 75°52'33" e 185°58'44", respectivamente, com os segmentos BC e DE e faz limite (a curva) com a Rua Brigadeiro Haroldo Veloso. Neste ponto, deflete à esquerda 05°58'44" em relação à corda CD, forma com esta ângulo interno de 185°58'44" e, com rumo de 20°08'07"SW, segue em linha reta na distância de 86,41m, fazendo limite com a Rua Brigadeiro Haroldo Veloso até

o ponto «E». Desse ponto segue em curva com concavidade voltada para dentro do terreno, objeto desta descrição, de raio 10,00m, ângulo central $106^{\circ}05'11''$ e desenvolvimento 18,52m até o ponto «F», sendo que a corda correspondente mede 15,98m, tem rumo $73^{\circ}10'43''$ SW e forma ângulos internos de $126^{\circ}57'24''$ e $126^{\circ}57'25''$, respectivamente, com os segmentos DE e FA e faz limite (a curva) com a esquina formada pela Rua Brigadeiro Haroldo Veloso e Av. Juscelino Kubitschek. Neste ponto, deflete à direita $53^{\circ}02'35''$ em relação à corda EF, forma com esta ângulo interno de $126^{\circ}57'25''$ e, com rumo de $53^{\circ}46'42''$ NW, segue em linha reta na distância de 161,26m, fazendo limite com a Avenida Juscelino Kubitschek até o vértice «A», onde teve início a presente descrição. Sobre o terreno acima descrito há dois prédios térreos, construídos em alvenaria de tijolos e blocos cobertos com telhas de barro, totalizando área construída de 375,00m². Esta descrição técnica baseia-se na planta PT n.º 85.509, elaborada pela Seção de Engenharia Legal da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Art. 2.º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel, com benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3.º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO N.º 94.216, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Sorocaba, Distrito de Brigadeiro Tobias, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o

disposto nos artigos 5º, letra *h*, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 1245/87,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 549,38m² (quinhentos e quarenta e nove metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), sem benfeitorias, situada na Rua Frei Ernesto Argemiro Buzzi (lado direito da Rua Frei Ernesto Argemiro Buzzi), para quem caminha da Rua Paulino Correa para a Rua São Jorge, no Distrito de Brigadeiro Tobias, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, de propriedade de Joaquim Martins ou de quem de direito, segundo Certidão do Primeiro Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: o terreno tem formato de um polígono irregular de 5 lados (ABCDEFA), encerra a área de 549,38m². O vértice esquerdo «A» (para quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Rua Frei Ernesto Argemiro Buzzi) dista da esquina desta rua com a Rua Paulino Correa, na interseção do alinhamento predial 46,60m. O perímetro do terreno tem as seguintes características em relação a quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Rua Frei Ernesto Argemiro Buzzi e considera o sentido horário de percurso para fins de orientação dos lados: tem início no vértice «A», neste deflete à direita 92°38'16" em relação ao segmento FA, forma com este ângulo interno de 87°21'44" e, com rumo de 32°34'57"SE, segue em linha reta na distância de 20,27m, fazendo limite com a Rua Frei Ernesto Argemiro Buzzi até o vértice «B». Neste ponto deflete à direita 84°48'54" em relação ao segmento AB, forma com este ângulo interno de 95°11'06" e, com rumo de 52°13'57"SW, segue em linha reta na distância de 27,66m, fazendo limite com a propriedade da Congregação Presbiteriana Independente de Sorocaba até o vértice «C». Neste ponto deflete à direita 102°10'48" em relação ao segmento BC, forma com este ângulo interno de 77°49'12" e, com rumo de 25°35'15"NW, segue em linha reta, na distância de 22,34m, fazendo limite com a propriedade da Prefeitura Municipal de Sorocaba em 14,29m e fazendo limite com a propriedade da Polícia Militar do Estado de São Paulo em 8,05m até o vértice «D». Neste ponto, deflete à direita 82°42'50" em relação ao segmento CD, forma com este ângulo interno 97°17'10" e, com rumo de 57°07'35"NE, segue em linha reta na distância de 6,04m, fazendo limite com a propriedade de Hildebrando Lima até o vértice «E». Neste ponto, deflete à direita 90°17'28" em relação ao segmento DE, forma com este ângulo interno de 89°42'32" e, com rumo de 32°34'57"SE, segue em linha reta na distância de 0,30m fazendo limite com a propriedade de José Carlos

Martines, até o vértice «F». Neste ponto, deflete à esquerda 92°38'16" em relação ao segmento EF, forma com este ângulo interno de 272°38'16" e, com rumo de 54°46'47"NE, segue em linha reta na distância de 18,80m, fazendo limite com a propriedade de José Carlos Martines até o vértice «A», onde teve início a presente descrição. Esta descrição técnica baseia-se na planta PT n.º 86.063, elaborada pela Topagri — Serviços Topográficos S.C. Ltda., tendo como responsável o técnico Osni Facchini CREA 22.291/D, em 27 de outubro de 1986.

Art. 2.º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação da área do terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3.º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações constantes da Lei n.º 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO N.º 94.217, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Aragarças, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1.º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Pedro», com a área de 2.110ha (dois mil, cento e dez hectares), situado no Município de Aragarças, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área no P1, de coordenadas geográficas longitude 52°06'08''WGr e latitude 15°55'27''S, situado junto à margem direita do córrego Capivara, na confrontação com terras pertencentes a Valdir; deste, segue confrontando com estas, e com terras pertencentes a Rui Falim e a Valdivam Rego, com os seguintes rumos e distâncias: 18°22'02''SE — 116,00m; 33°05'10''SE — 483,60m; 28°32'20''SE — 476,30m; 28°32'20''SE — 120,00m; 28°32'20'' — 2.068,00m até o P2, situado à margem esquerda do córrego Barreiro, de coordenadas geográficas longitude 52°04'57''WGr e latitude 15°56'56''S; deste segue à montante, pelo citado córrego, com a extensão de 4.450,00m, confrontando com terras remanescentes da Fazenda Caldas e Areias até o P3; deste segue confrontando com as mesmas terras, com os seguintes rumos magnéticos e extensões: 89°00'00''NW — 340,00m até o P4; 74°40'00''NW — 2.120m até o P5, de coordenadas geográficas longitude 52°09'56''WGr e latitude 15°58'28''S, situado junto ao limite das terras pertencentes a Bruno Pereira Valois; deste, segue confrontando com as citadas terras, com os seguintes rumos magnéticos e extensões: 53°53'05''NE — 1.420,00m até o P6; 66°16'55''NW — 2.644,00m; 66°19'10''NW e 1.637,00m, até o P7, de coordenadas geográficas longitude 52°09'00''WGr e latitude 15°58'27''S, situado junto à margem direita do córrego Capivara; deste segue pelo citado córrego, à jusante, com a extensão de 7.820,00m até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Cartas IBGE, folhas SD-22 Y-D-IV, ano 1970, escala 1:100.000, Certidões do CRI e planta topográfica).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.218, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Subaúma (Remanescente)», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Alhandra, Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Subaúma (Remanescente)», com área de 323,1838ha (trezentos e vinte e três hectares, dezoito ares e trinta e oito centiares), situado no Município de Alhandra, Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, situado na divisa de terras da Fazenda Subaúma — parte (INCRA), margem direita do Rio Aterro; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Subaúma, sentido geral sudoeste, até o ponto 2, situado na divisa de terras da Fazenda Acaís, dos herdeiros de Flosto Guimarães; deste, segue por linha seca, acompanhando a cerca de divisa de terras da Fazenda Acaís, na direção geral noroeste, até o ponto 3, situado na divisa de terras da Fazenda Subaúma — parte (INCRA); deste, segue por linha seca, acompanhando a cerca de divisa de terras da Fazenda Subaúma, na direção geral nordeste, até o ponto 4, situado ainda na divisa de terras da Fazenda Subaúma; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Subaúma, na direção geral noroeste, até o ponto 5, situado na divisa de terras da Fazenda Subaúma; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras da Fazenda Subaúma, na direção geral noroeste, até o ponto 6, situado na divisa de terras de Edgar Jorge da Cunha; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Edgar Jorge da Cunha, na direção geral nordeste, até o ponto 7, situado na divisa de terras de Edgar Jorge da Cunha; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Edgar Jorge da Cunha, na direção geral noroeste até o ponto 8, situado na divisa de terras de Edgar

Jorge da Cunha; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Edgar Jorge da Cunha, na direção geral sudoeste, até o ponto 9, situado na divisa de terras de Antonio Juarez; deste, segue por linha seca, acompanhando a cerca, confrontando com terras de Antonio Juarez, na direção geral noroeste, até o ponto 10, situado na divisa comum das terras de Carlos F. de Paula e da Fazenda Tamataupe de Gilberto R. de Araújo; deste, segue por linha seca, acompanhando a cerca, confrontando com terras da Fazenda Tamataupe, na direção geral nordeste, até o ponto 11, situado na divisa de terras da Fazenda Tamataupe; deste, segue por linha seca, acompanhando a cerca, confrontando com terras da Fazenda Tamataupe, na direção geral noroeste, até o ponto 12, situado na divisa de terras da Fazenda Subaúma — parte (Incra); deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Subaúma, na direção geral nordeste, até o ponto 13, situado na margem direita do Rio Aterro; deste, segue à jusante, pela margem direita do referido Rio Aterro, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da Sudene, folhas SB.25-Y-C-III-3-SO, escala 1:25.000, ano 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.219, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Benedito (parte)», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Altos, Estado do Piauí, compreendido em zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada no Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Benedito (parte)», com área de 4.176ha (quatro mil, cento e setenta e seis hectares), situado no Município de Altos, Estado do Piauí, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 42°34'24''WGr e latitude 05°08'09''S, situado na divisa das terras de Francisca de Moraes Machado, deste, segue em divisa com a referida proprietária, com os seguintes rumos e distâncias: 31°00'00''NE e 590,00m, até o P2; 21°00'00''NE e 30,00m, até o P3, cravado à margem da estrada que dá acesso à propriedade Altos/São Benedito; 38°00'00''NE e 300,00m, até o P4; 37°00'00''NE e 200,00m, até o P5; 32°30'00''NE e 400,00m, até o P6; 29°30'00''NE e 150,00m, até o P7; 37°30'00''NE e 140,00m, até o P8; 38°00'00''NW e 340,00m, até o P9; 20°00'00''NE e 4.340,00m, até o P10, cravado na divisa com a Data Malhada Alta, que é também o Ponto Extremo Norte, de coordenadas longitude 42°32'29''WGr e latitude 05°05'13''S, deste, segue dividindo com a referida Data, com o rumo de 89°45'00''SE e distância de 5.470,00m, até o P11, também considerado Ponto Extremo Este, de coordenadas longitude 42°29'30''WGr e latitude 05°05'26''S, deste, segue dividindo com a Data Picos, com o rumo de 04°45'00''SE e distância de 2.240,00m, até o P12; deste, com o rumo de 40°15'00''SW, dividindo com a Data Palmeiras e distância de 660,00m até o P13; deste, com o rumo de 55°30'00''NW, limitando com a área reservada ao proprietário, com a distância de 235,00m, até o P14; deste, com o rumo de 89°00'00''SW, acompanhando uma estrada existente, com a distância de 870,00m, até o P15; deste, com o rumo de 54°00'00''SW, com a distância de 1.520,00m, acompanhando a mesma estrada, até o P16; deste, com o rumo de 40°15'00''SE e distância de 1.250,00m, até o P17, em divisa da área reservada ao proprietário; deste ponto, cravado na divisa com a Data Palmeiras, segue com o rumo de 40°15'00''SW e distância de 1.100,00m, até o P18; deste, seguindo no mesmo limite, com o rumo de 23°15'00''SE e distância de 480,00m, até o P19; deste, com o rumo de 12°45'00''SW e distância de 1.000,00m, até o P20; deste, com o rumo de 12°45'00''SW e distância de 600,00m, até o P21; deste, com o rumo de 21°00'00''SW e distância de 3.000,00m, até o P22; deste, com o rumo de 36°00'00''SW e distância de 2.500,00m, até o P23; deste, com o rumo de 07°30'00''SE e distância de 1.720,00m, até o P24, que é também o Ponto

Extremo Sul da propriedade, cravado em divisa com a Data Taboquinha, de coordenadas longitude 42°32'30''WGr e latitude 05°12'49''S; deste ponto, segue com o rumo de 47°30'00''NW e distância de 4.650,00m, já dividindo com a Data Boqueirão dos Frades até o P25; deste, seguindo na mesma divisa e com o rumo de 58°30'00''NW e distância de 1.850,00m, até o P26; deste, com o rumo de 52°00'00''NW e distância de 1.380,00m, até o P27; deste, com o rumo de 46°00'00''NW e distância de 3.500,00m, até o P28; deste, com o rumo de 49°00'00''NW e distância de 150,00m, até o P29, cravado em limites de Ademar Soares Rocha; deste ponto, com o rumo de 38°00'00''NE e distância de 1.600,00m, até o P30; deste, com o rumo de 04°00'00''NW e distância de 350,00m, até o P31, cravado em divisa com Francisca de Moraes Machado; deste, com o rumo de 84°00'00''NE e distância de 1.980,00m, até o P32; deste, com o rumo de 70°30'00''SE e distância de 2.200,00m, até o P1, ponto inicial desta descrição do perímetro (fonte de referência: Carta DSG/Teresina/PI — Cn 30/100 publicada em 1974, escala 1:100.000 Região Nordeste/Brasil, folha Sb.23-X-D-II, e Locações feitas em campo).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a desapropriar o imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.220, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação dos índios Guaraní e homologa a demarcação da área de terras no Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Guarani, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do ponto 6 de coordenadas geográficas 23°20'00,00"S e 44°59'58,59"WGr, localizado num pequeno vale que forma o afluente do rio Aracaú; daí, segue no sentido jusante pelo córrego sem denominação, na distância aproximada de 1.300 metros até sua foz no Rio Aracaú, no ponto 7 de coordenadas geográficas 23°20'28,18"S e 44°59'25,69"WGr, daí, segue no sentido jusante pelo Rio Aracaú, na distância aproximada de 720 metros até o ponto 8 de coordenadas geográficas 23°20'28,15"S e 44°59'01,55"WGr, localizado no cruzamento da cota altimétrica dos 20 metros; daí, segue pela citada cota altimétrica na distância aproximada de 2.100 metros até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 23°20'45,83"S e 44°57'59,86"WGr, localizado no cruzamento da citada cota altimétrica com o córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Aracaú. Leste: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo córrego até sua cabeceira, na distância aproximada de 1.300 metros até o ponto 10 de coordenadas geográficas 23°21'20,69"S e 44°57'39,42" WGr, localizado no espigão divisor da Serra Pedra Branca; daí, segue na direção geral sul pelo divisor de águas na distância aproximada de 1.000 metros até o ponto 11 de coordenadas geográficas 23°21'52,65"S e 44°57'40,67"WGr. Sul: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 51°55"SW-750 metros até o ponto 12 de coordenadas geográficas 23°22'07,61"S e 44°58'01,16"WGr; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 62°20'SW-445 metros até o ponto 1 de coordenadas geográficas 23°22'14,11"S e 44°58'14,87"WGr, localizado na Estrada Municipal que dá acesso à Fazenda Tambaú, junto a uma pedreira desativada. Oeste: Do ponto antes descrito, segue na direção geral noroeste, pela citada estrada, na distância aproximada de 1.850 metros, até o ponto 2 de coordenadas geográficas 23°21'45,34"S e 44°59'03,23"WGr; daí, segue pela cerca divisória da Fazenda Tambaú, no rumo e distância aproximados de 39°40'NW-1.610 metros até o ponto 3 de coordenadas geográficas 23°21'05,04"S e 44°59'41,02"WGr, localizado na cabeceira do Córrego sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Promirim; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 25°15'NW-170 metros até o ponto 4 de coordenadas geográficas 23°21'00,00"S e 44°59'43,69"WGr, localizado no divisor de águas da Serra Pedra Branca; daí, segue na distância aproximada de 1.200 metros, pela encosta descendente da citada serra na direção NNW, até o ponto 5 de coordenadas geográficas 23°20'25,29"S e 44°59'51,92"WGr, localizado no Rio Aracaú; daí, segue na distância

aproximada de 800 metros, pela encosta ascendente até o ponto 6, inicial da descrição.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa, e homologada pelo Governo Estado de São Paulo, conforme despacho publicado no *Diário Oficial* do Estado a 19-4-86.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.221, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação indígena Guarani e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Guarani, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Gleba I — Área 5.415,01m² — Norte: Partindo do ponto 5 de coordenadas UTM N=7.404.080,722 e E=320.789.010, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras; daí, segue por vários segmentos de retas, nos rumos e distâncias respectivos: 54º00'08"NE — 19,31m até o ponto 6 de coordenadas N=7.404.092,074 e E=320.804,636; 41º20'18"NE — 26,56m até o ponto 7 de coordenadas N=7.404.112,017 e E=320.822,180; 68º02'55"NE — 8,79m até o ponto 8 de coordenadas N=7.404.115,306 e E=320.830,341; 76º32'16"NE — 16,24m até o ponto 9 de coordenadas N=7.404.119,194 e E=320.845,583. Leste: Do ponto antes descrito, segue por várias retas nos rumos e distâncias respectivos: 26º32'50"SE —

22,83m até o ponto 10 de coordenadas N=7.404.098,768 e E=320.856,788; 28°04'59''SE — 49,69m até o ponto «0» de coordenadas N=7.404.054,442 e E=320.880,439, localizado na Estrada de Jaraguá. Sul: Do ponto antes descrito, segue pela citada estrada nos rumos e distâncias respectivos: 66°52'15''SW — 32,79m até o ponto 1 de coordenadas N=7.404.039,489 e E=320.851,255; 76°03'16''SW — 56,24m até o ponto 2 de coordenadas N=7.404.025,993 e E=320.796,905, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras. Oeste: Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do citado ribeirão, nas distâncias respectivas: 13,26m até o ponto 3 de coordenadas N=7.404.039,177 e E=320.795,429; 26,33m até o ponto 4 de coordenadas N=7.404.064,025 e E=320.786,690; 16,85m até o ponto 5 inicial da descrição. Gleba 2 — Área: 12.151,04m² — Norte: Partindo do ponto 1 de coordenadas U.T.M. N=7.404.002,242 e E=320.799,384, localizado no cruzamento da Estrada do Jaraguá com o Ribeirão das Lavras; daí, segue pela citada estrada nos rumos e distâncias respectivos: 87°24'55''NE — 5,99m até o ponto 2 de coordenadas N=7.404.002,512 e E=320.805,365; 71°30'48''NE — 21,00m até o ponto 3 de coordenadas N=7.404.009,174 e E=320.825,285; 64°26'11''NE — 33,40m até o ponto 4 de coordenadas N=7.404.023,585 e E=320.855,412; 65°16'28''NE — 28,45m até o ponto 5 de coordenadas N=7.404.035,485 e E=320.881,254; 74°39'06''NE — 18,62m até o ponto 6 de coordenadas N=7.404.040,414 e E=320.899,212; 83°15'31''NE — 7,30m até o ponto 7 de Coordenadas N=7.404.041,281 e E=320.906,570, localizado no cruzamento com a Rua Comendador J. de Matos. Leste: Do ponto antes descrito, segue pela citada rua nos rumos e distâncias respectivos: 51°01'50''SE — 13,87m até o ponto 8 de coordenadas N=7.404.032,561 e E=320.917,350; 47°04'49''SE — 19,09m até o ponto 9 de coordenadas N=7.404.019,564 e E=320.931,331; 26°29'26''SE — 13,74m até o ponto 10 de coordenadas N=7.404.007,264 e E=320.937,464; 20°05'12''SE — 31,09m até o ponto 11 de coordenadas N=7.403.978,061 e E=320.948,143. Sul: Do ponto antes descrito, segue nos rumos e distâncias respectivos 67°22'19''SW — 28,06m até o ponto 12 de coordenadas N=7.403.967,265 e E=320.922,243; 65°26'22''SW — 24,11m até o ponto 13 de coordenadas N=7.403.957,242 e E=320.900,311; 68°25'23''SW — 44,00m até o ponto 14 de coordenadas N=7.403.941,060 e E=320.859,392; 06°55'54''SE — 49,96m até o ponto 15 de coordenadas N=7.403.891,464 e E=320.865,426; 72°08'49''SW — 56,70m até o ponto 16 de coordenadas N=7.403.874,081 e E=320.811,456, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras. Oeste: Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do citado ribeirão, nas distâncias respectivas: 45,39m até o ponto 17 de coordenadas N=7.403.917,870 e E=320.823,414; 29,52m até o ponto 18 de coordenadas N=7.403.946,594 e E=320.816,599; 14,53m até o ponto 19 de coordenadas N=7.403.960,803 e E=320.813,560; 16,12m até o ponto 20 de coordenadas N=7.403.976,581 e E=320.810,263; 27,87m até o Ponto 1 inicial da descrição.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Jaraguá, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo conforme despacho publicado no *Diário Oficial* do Estado a 6-9-86.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Ronaldo Costa Couto

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.222, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação dos índios Guaraní e homologa a demarcação da área de terras no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Guaraní, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Norte/Leste: Partindo do marco 14 de coordenadas UTM N=7.360.336,306 E=334.756,527, localizado na confrontação com a represa Billings; daí, segue confrontando com a referida represa na distância de 1.800 metros, até o marco 15 de coordenadas N=7.359.614,089 E=335.078,509. Sul: Do marco 15, segue por linha reta com rumo e distância de 82º18'27"SW e 34,60m, até o marco 16 de coordenadas N=7.359.609,458 E=335.044,220; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 77º55'37"NW e 23,50m até o marco 17 de coordenadas N=7.359.614,373 e E=335.021,240; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 64º25'27"NW e 38,07m, até o marco 18 de coordenadas N=7.359.630,808 e E=334.986,901; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 43º31'10"NW e 67,29m, até o marco 19 de coordenadas N=7.359.679,603 e E=334.940,565; daí, segue por linha reta com rumo e distância de

26°53'28''NW e 70,36m, até o marco 20 de coordenadas N=7.359.742,354 e E=334.908,741; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 52°25'41''NW e 35,82m, até o marco 21 de coordenadas N=7.359.764,196 e E=334.880,851; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 63°33'31''NW e 71,05m, até o marco 22 de coordenadas N=7.359.795,833 e E=334.816,733, localizado na confrontação com uma cerca; daí, segue confrontando com a referida cerca no rumo e distância de 56°21'00''NW e 42,01m, até o marco 23 de coordenadas N=7.359.819,111 e E=334.781,762; daí, segue com rumo e distância de 53°33'32''NW e 64,54m, até o marco 24 de coordenadas N=7.359.857,448 e E=334.729,842; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 64°02'24''NW e 20,64m, até o marco 1 de coordenadas N=7.359.866,483 e E=334.711,285, confronta-se neste trecho com o Sr. Antonio Rodrigues da Silva ou Sucessores. Oeste: Do marco 1, segue pela cerca com rumo e distância de 46°40'54''NE e 22,84m, até o marco 2 de coordenadas N=7.359.882,152 e E=334.727,901; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 52°52'35''NE e 20,20m, até o marco 3 de coordenadas N=7.359.894,343 e E=334.744,008; daí, segue por rumo e distância de 77°03'05''NE e 28,59 metros, até o marco 4 de coordenadas N=7.359.900,750 e E=334.771,871, localizado na confrontação com uma cerca; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 14°51'44''NW e 45,80m, até o marco 5 de coordenadas N=7.359.945,019 e E=334.760,129; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 22°55'28''NW e 29,85m, até o marco 6 de coordenadas N=7.359.972,512 e E=334.748,502; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 14°29'22''NW e 45,30 metros até o marco 7 de coordenadas N=7.360.016,371 e E=334.737,168; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 05°36'02''NW e 43,57m, até o marco 8 de coordenadas N=7.360.059,733 e E=334.732,916; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 33°20'21''NE e 117,65m, até o marco 9 de coordenadas N=7.360.158,021 e E=334.797,576; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 10°07'02''NE e 34,89m, até o marco 10 de coordenadas N=7.360.192,369 e E=334.803,706; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 15°47'32''NW e 57,09m, até o marco 11 de coordenadas N=7.360.247,304 e E=334.788,168; daí segue por linha reta com rumo e distância de 23°42'40''NW e 38,79m, até o marco 12 de coordenadas N=7.360.282,820 e E=334.772,569; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 16°41'46''NW e 47,66m, até o marco 13 de coordenadas N=7.360.328,470 e E=334.758,877; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 16°41'42''NW e 8,18 metros, até o marco 14, início deste memorial, confronta-se neste trecho com o Sr. Antonio Paes do Prado ou Sucessores.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Krukutu, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Supe-

rintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa e homologada conforme despacho publicado no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo de 20 de abril de 1985.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.223, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Guarani e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do ponto 16 de coordenadas UTM N=7.359.508,369 e E=331.730,616, localizado na Estrada Municipal Parelheiros/Fazendas, junto à divisa dos Srs. João Lang e Irmãos; daí, segue por várias retas, acompanhando a cerca existente, nos rumos e distâncias respectivas: 8º45'23"SE — 17,69m, até o ponto 17 de coordenadas N=7.359.490,885 e E=331.733,309; 46º32'16"SE — 39,60m até o ponto 18 de coordenadas N=7.359.463,645 e E=331.762,052; 87º54'06"NE — 23,87m, até o ponto 19 de coordenadas N=7.359.464,519 e E=331.785,906; 18º39'54"NE — 16,06m, até o ponto 20 de coordenadas N=7.359.479,735 e E=331.791,046; 48º57'36"NE — 69,43m até o ponto 21 de coordenadas N=7.359.525,322 e E=331.843,414; 74º27'16"SE — 7,34m até o ponto 22 de coordenadas N=7.359.523,355 e E=331.850,485; 66º54'34"NE — 21,54m, até o ponto 23 de coordenadas N=7.359.531,803 e E=331.870,300; 50º08'06"NE — 46,25m até o ponto 24 de coordenadas N=7.359.561,448 e E=331.905,799; 88º29'11"NE — 19,80m até o ponto 25

de coordenadas N=7.359.561,971 e E=331.925,592; 60°57'30''NE — 45,00m até o ponto 26 de coordenadas N=7.359.583,816 e E=331.964,984; 69°42'07''NE — 45,07m até o ponto 27 de coordenadas N=7.359.599,451 e E=332.007,205; 37°23'43''NE — 54,12m até o ponto 28 de coordenadas N=7.359.642,448 e E=332.059,283; 49°17'37''SE — 25,34m até o ponto 29 de coordenadas N=7.359.625,921 e E=332.059,283; 51°20'26''SE — 35,05m até o ponto 30 de coordenadas N=7.359.604,026 e E=332.086,652; 77°30'43''NE — 127,99m até o ponto 31 de coordenadas N=7.359.631,702 e E=332.211,614 localizada na cota altimétrica 747,00m, confronta-se desde o ponto 16 ao 31 com a propriedade dos Srs. João Lang e Irmãos. Leste: Do ponto antes descrito, segue na distância aproximada de 615,00m pela curva de desapropriação da represa Billings, cota altimétrica 747,00m até o ponto 32 de coordenadas N=7.359.064,544 e E=332.217,630. Sul: Do ponto antes descrito, segue por várias retas, acompanhando a cerca existente, nos rumos e distâncias respectivos: 84°05'55''NW — 68,89m até o ponto 33 de coordenadas N=7.359.071,627 e E=332.149,106; 71°26'27''SW — 21,11m até o ponto 34 de coordenadas N=7.359.064,910 e E=332.129,097; 68°25'32''SW — 37,67m até o ponto 35 de coordenadas N=7.359.051,058 e E=332.094,062; 71°34'58''SW — 22,55m até o ponto 36 de coordenadas N=7.359.043,933 e E=332.072,668; 71°37'24''SW — 12,15m até o ponto 37 de coordenadas N=7.359.040,103 e E=332.061,139; 88°58'02''SW — 12,22m até o ponto 38 de coordenadas N=7.359.039,865 e E=332.048,924; 79°21'15''NW — 47,88m até o ponto 39 de coordenadas N=7.359.048,711 e E=332.001,864; 87°25'29''NW — 33,25m até o ponto 40 de coordenadas N=7.359.050,205 e E=331.968,646; 81°47'24''SW — 5,18m até o ponto 41 de coordenadas N=7.359.049,466 e E=331.963,524; confronta-se desde o ponto 32 ao 41 com o Sr. Satoro Saike; 16°08'04''NE — 9,90m até o ponto 42 de coordenadas N=7.359.058,979 e E=331.966,276; 80°23'33''NW — 160,30m até o ponto 43 de coordenadas N=7.359.085,733 e E=331.808,222; 68°15'43''NW — 13,92m até o ponto 44 de coordenadas N=7.359.090,890 e E=331.795,288; 73°07'35''NW — 6,73m até o ponto 45 de coordenadas N=7.359.092,844 e E=331.788,846; 82°14'56''NW — 58,04m até o ponto 1 de coordenadas N=7.359.100,672 e E=331.731,336, localizado junto à Estrada Municipal de Parelheiros, confrontando-se desde o ponto 41 ao 1 com o Sr. Lyser Ribeiro. Oeste: Do ponto antes descrito, segue por várias retas, acompanhando a Estrada Municipal de Parelheiros, nos rumos e distâncias respectivos: 27°48'31''NE — 23,80m até o ponto 2 de coordenadas N=7.359.121,723 e E=331.742,439; 05°50'57''NW — 22,94m até o ponto 3 de coordenadas N=7.359.144,545 e E=331.740,101; 24°21'04''NW — 64,40m até o ponto 4 de coordenadas N=7.359.203,216 e E=331.713,547; 15°39'49''NW — 39,65m até o ponto 5 de coordenadas N=7.359.241,393 e E=331.702,842; 01°56'43''NE — 72,53m até o ponto 6 de coordenadas N=7.359.313,881 e E=331.705,304; 63°13'27''NW — 49,60m até o ponto 7 de coordenadas N=7.359.336,226 e E=331.661,022; 13°21'16''NW —

22,28m até o ponto 8 de coordenadas N=7.359.357,903 e E=331.655,876; 06°00'20''NE — 7,77m até o ponto 9 de coordenadas N=7.359.365,631 e E=331.656,689; 09°49'07''NE — 17,95m até o ponto 10 de coordenadas N=7.359.383,318 e E=331.659,750; 03°44'56''NE — 17,45m até o ponto 11 de coordenadas N=7.359.400,731 e E=331.660,891; 47°20'35''NE — 43,98m até o ponto 12 de coordenadas N=7.359.430,498 e E=331.693,198; 55°07'15''NE — 34,33m até o ponto 13 de coordenadas N=7.359.450,129 e E=331.721,361; 01°19'09''NW — 54,77m até o ponto 14 de coordenadas N=7.359.504,885 e E=331.720,100; 57°54'22''NE — 4,60m até o ponto 15 de coordenadas N=7.359.507,329 e E=331.723,997; 81°04'14''NE — 6,70m até o ponto 16, inicial da descrição, confronta-se desde o ponto 1 ao 16 com a Estrada Municipal de Parelheiros.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Barragem, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa, homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado a 19-4-85.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.224, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Rio Branco que menciona, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Guarani e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas nos Municípios de Itanhaém, de São Paulo e de São Vicente, no Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do ponto «a» de coordenadas

geográficas aproximadas 23°59'41,62''S e 46°41'38,63''WGr, situado na Cabeceira do córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco, junto ao cruzamento da linha que define a cota altimétrica de 750,00 metros; daí, segue pela citada linha de cota, na direção geral nordeste até o ponto «b» de coordenadas geográficas aproximadas 23°59'01,94''S e 46°41'00,05''WGr, situado na divisa intermunicipal São Paulo/Itanhaém; daí, segue pela linha que define a cota altimétrica 750,00 metros até o ponto «c» de coordenadas geográficas aproximadas 23°58'33,68''S e 46°40'17,08''WGr, situado no córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Capivari; daí, segue no sentido jusante pelo citado córrego até a sua foz no Rio Capivari, no ponto «d» de coordenadas geográficas aproximadas 23°59'04,01''S e 46°39'07,60''WGr; daí segue no sentido montante pelo citado rio até a confluência do Ribeirão Lageado, no ponto «e» de coordenadas geográficas aproximadas 23°58'51,91''S e 46°39'10,85''WGr; daí, segue no sentido montante pelo Ribeirão Lageado além de sua cabeceira, no ponto «f» de coordenadas geográficas aproximadas 23°58'26,86''S e 46°38'10,31''WGr localizado na faixa de domínio da estrada de ferro Fepasa — ramal Mairingue-Santos; daí, segue pela citada estrada de ferro, no sentido de Santos até o ponto «g» de coordenadas geográficas aproximadas 23°58'38,12''S e 46°37'19,07''WGr. Leste: Do ponto antes descrito, segue na direção geral sul, pelo divisor descendente da Serra até o ponto «h» de coordenadas geográficas aproximadas 23°59'12,49''S e 46°37'18,61''WGr, situado na margem do Rio Branco da Conceição; daí, segue no sentido jusante pelo citado rio até sua foz no Rio Branco de Cima, no ponto «i» de coordenadas geográficas aproximadas 23°59'23,65''S e 46°37'45,21''WGr; daí, segue no sentido jusante pelo Rio Branco da Conceição até a confluência de córrego sem denominação, no ponto «j» de coordenadas geográficas aproximadas 23°59'38,38''S e 46°38'15,47''WGr; daí, segue no sentido montante pelo citado córrego até as proximidades de sua cabeceira, no ponto «k» de coordenadas geográficas aproximadas 24°00'04,82''S e 46°37'29,29''WGr, situado na linha que define a cota altimétrica de 400,00 metros; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 42°45'SE — 400,00 metros até o ponto «l» de coordenadas geográficas aproximadas 24°00'25,31''S e 46°37'08,64''WGr, situado no divisor d'águas da Serra do Guaperunu; Sul: Do ponto antes descrito, segue na direção geral sudoeste, pela divisa intermunicipal São Vicente/Mongaguá até o ponto «m» de coordenadas geográficas aproximadas 24°00'33,98''S e 46°38'03,81''WGr, situado no espigão junto à divisa intermunicipal São Vicente/Itanhaém; daí, segue na direção geral sudoeste pela Serra do Guaperunu e pela divisa intermunicipal Itanhaém/Mongaguá até o ponto «n» de coordenadas geográficas aproximadas 24°01'44,60''S e 46°41'14,09''WGr; Oeste: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 31°30'NW — 1.425,00 metros, confrontando com a fazenda

Calvi até o ponto «o» de coordenadas geográficas aproximadas 24°01'05,58''S e 46°41'40,83''WGr, situado na margem direita do Rio Branco; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 01°30'NE — 505,00 metros até o ponto «p» de coordenadas geográficas aproximadas 24°00'48,97''S e 46°41'39,94''WGr, situado no início da encosta da Serra do Mar; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 34°00'NW — 745,00 metros, até o ponto «q» de coordenadas geográficas aproximadas 24°00'26,86''S e 46°41'52,52''WGr, situado junto ao córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco; daí, segue no sentido montante pelo córrego até sua cabeceira, no ponto «a», inicial desta descrição.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Area Indígena Rio Branco, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa, e homologada conforme despacho publicado no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo a 20-4-85.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.225, DE 14 DE ABRIL DE 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Guarani e homologada a demarcação administrativa para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de Itariri, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do MC 11 de coordenadas geográficas aproximadas

24°20'30,745''S e 47°08'34,802''WGr, situado na margem esquerda do Rio Azeite, segue pelo citado rio, à montante, com a distância aproximada de 2.050,00m, até encontrar o MC 12 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'35,566''S e 47°07'31,450''WGr, situado na margem esquerda do Rio Azeite; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 19°00'SW e distância de 551,28m, até encontrar o MC O de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'53,458''S e 47°07'32,437''WGr; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 58°29'SE e distância de 300,00m, até encontrar o MC 1 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'56,048''S e 47°07'22,179''WGr; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 19°00'NE e a distância de 580,00m, até encontrar o MC 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 24°20'37,225''S e 47°07'21,141''WGr, situado na margem esquerda do Rio Azeite; daí, segue pelo citado rio, à montante, com a distância aproximada de 800,00m até a foz do Ribeirão da Paca; daí, segue por este, à montante, até encontrar o MC 3 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'43,308''S e 47°06'41,201''WGr, situado na margem direita do citado ribeirão; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 67°42'NE e distância de 600,00m, até encontrar o MC 4 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'31,194''S e 47°06'24,527''WGr; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 50°34'NE e distância de 1.381,46m, até encontrar o MC 5 de coordenadas geográficas aproximadas 24°19'54,175''S e 47°05'56,811''WGr. Leste: Desse marco, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 43°24'SE e distância de 2.752,25m até encontrar o MC 6 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'39,538''S e 47°04'32,686''WGr, situado no espigão da Serra dos Itatins ou Serra do Peruibe. Sul: Desse marco, segue pela citada serra, passando pelo Morro do Batuvi, com distância aproximada de 9.210,92m, até o MC 7 de coordenadas geográficas aproximadas 24°21'52,630''S e 47°08'33,125''WGr. Oeste: Desse marco, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 06°30'NE e a distância de 1.525,00m, até encontrar o MC 8 de coordenadas geográficas aproximadas 24°21'03,769''S e 47°08'42,145''WGr; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 83°06'SE e distância de 199,90m, até encontrar o MC 9 de coordenadas geográficas aproximadas 24°21'02,730''S e 47°08'35,146''WGr; daí segue por uma linha reta com o rumo magnético de 06°30'NE e distância de 970,11m, até encontrar o MC 10 de coordenadas geográficas aproximadas 24°20'31,648''S e 47°08'40,884''WGr; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 83°06'SE e distância de 173,70m até encontrar o MC 11, início da presente descrição perimétrica.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins), foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio — Funai e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista

— Sudelpa, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado a 19-4-85.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Ronaldo Costa Couto

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.226, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Antas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Antas», com a área de 502,7000ha (quinhentos e dois hectares e setenta ares), situado no Município de São Miguel do Oeste, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no P1, situado na margem esquerda do Arroio Veado, de coordenadas UTM E = 257.500m e N = 7.039.300m, referidas ao MC 51°WGr, segue por linha seca, confrontando com os lotes 162, 163 e 164 de Lino Zanin e 01 de Olírio de March, com azimute de 76°30' e distância de 1.350m, até o P2, de coordenadas UTM E = 258.812,70m e N = 7.039.615,15m (Extremo Norte); deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 28, do Governo do Estado de Santa Catarina, com azimute de 174°30' e distância de 845m, até o P3; deste, segue por linha seca, confrontando com o mesmo lote 28, com azimute de 84°30' e distância de 245m, até o P4; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 27, de Afonso Dal Magro, Carlinho Ribas e Alcides Amaral Ri-

bas, com azimute de $174^{\circ}30'$ e distância de 425m, até o P5; deste, segue por linha seca, confrontando com o mesmo lote 27, com azimute de $84^{\circ}30'$ e distância de 405m, até o P6; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 26 de Altair Bavaresco e Ademir Antonio Bavaresco, com azimute de $179^{\circ}00'$ e distância de 1.035m, até o P7, de coordenadas UTM E = 259.599,50m e N = 7.037.378,45m (Extremo Leste); deste, segue por linha seca confrontando com o lote 13, de Irmãos Zanchi Ltda. e Madeireira Basso Ltda., com azimute de $268^{\circ}30'$ e distância de 1.620m, até o P8, situado na margem esquerda do Arroio Veado; deste, segue pelo referido arroio, à montante, com distância de 225m, até o P9, situado na margem direita do Arroio Veado; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 89, de Madeireira Basso Ltda., com azimute de $228^{\circ}30'$ e distância de 765m, até o P10, de coordenadas UTM E = 257.325m e N = 7.036.995m (Extremo Sul); deste, segue por linha seca, confrontando com os lotes 17, 18, 19, 20 e 21, de Madeireira Basso Ltda., com azimute de $320^{\circ}00'$ e distância de 1.280m, até o P11, de coordenadas UTM E = 256.502,20m e N = 7.037.975,50m (Extremo Oeste); deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 82, de Sadi Dotti, Aristeu Daltoé e Laurindo Borges, com azimute de $66^{\circ}30'$ e distância de 875m, até o P12, situado na margem direita do Arroio Veado; deste, segue pelo referido arroio, à montante, com distância de 1.000m, até o P1, início desta descrição (fonte de referência: folha SG.22-Y-A-1 (MI 2.873/1 e MI 2.873/3) — DSG — escala 1:50.000 — ano 1980 e Planta da Colonizadora A. Dalcancal, W. Barth e Gastão Benetti Ltda.).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.227, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Teimozia, São Roque, Santo Antônio, Gaião, Retiro, Vida, Mariosa, Nova Vida, Veiga, Dio, Wavnak II, São Phelita, Boa Esperança, Vigo, Liberdade, Marirosa e Angico do Pajéu», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndios por exploração e minifúndios, situados no Município de Caldeirão Grande, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Teimozia, São Roque, Santo Antônio, Gaião, Retiro, Vida, Mariosa, Nova Vida, Veiga, Dio, Wavnak II, São Phelita, Boa Esperança, Vigo, Liberdade, Marirosa e Angico do Pajéu», com a área de 3.330,4640ha (três mil, trezentos e trinta hectares, quarenta e seis ares e quarenta centiares), situados no Município de Caldeirão Grande, no Estado da Bahia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas geográficas, longitude 40°06'22''WGr e latitude 10°55'53''S situado na faixa de domínio da Rodovia Federal BR-407, lado esquerdo, sentido Barracas/Senhor do Bonfim; deste, segue pela referida faixa de domínio da Rodovia Federal, no sentido de Barracas, na distância de 7.450m, até o ponto 2, situado na referida faixa de domínio da Rodovia Federal na divisa da área da Fazenda Contendas; deste, segue por linha seca, confrontando com área da Fazenda Contendas, no azimute de 258°30' e distância de 5.650m, até o ponto 3, situado nos limites das Fazendas Contendas e Queimada Grande; deste, segue confrontando com área da Fazenda Queimada Grande, nos seguintes azimutes e distâncias: 349°30' e 3.000m, até o ponto 4; 352°30' e 750m, até o ponto 5; 279°00' e 550m, até o ponto 6, situado nos limites das Fazendas Queimada Grande e Tambor; deste, segue por linha seca, confrontando com área da Fazenda Tambor, nos seguintes azimutes e distâncias: 19°30' e 200m, até o ponto

7; 354°30' e 900m, até o ponto 8; 20°30' e 200m, até o ponto 9, situado nos limites das áreas da Fazenda Tambor e das terras de Quem de Direito; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Quem de Direito nos seguintes azimutes e distâncias: 102°30' e 400m, até o ponto 10; 14°00' e 3.800m, até o ponto 11, situado nos limites das terras de Quem de Direito e da Fazenda Pajeú; deste, segue por linha seca, limitando com área da Fazenda Pajeú no azimute de 84°30' e a distância de 4.900m, até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta Sudene e IBGE, folhas SC. 24-V-D-I e SC. 24-N-IV, ano 1976, escala 1:100.000, planta topográfica do imóvel e vistoria *in loco*).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.228, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Morro Agudo» e «Lagoa», situados nos Municípios de Novas Russas e Hidrolândia, no Estado do Ceará, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Morro Agudo» e «Lagoa», com a área global de 3.418,0799ha (três mil, quatrocentos e dezoito hectares, sete ares e noventa e nove centiares), situados nos Municípios de Novas Russas e Hidrolândia, no Estado do Ceará, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo estão compreendidos nos seguintes perímetros:

a) área I — Morro Agudo: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM E = 331.176m e N = 9.501.037m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa de terras de Irineu Linhares e terras do Espólio de José Vieira; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Espólio de José Vieira, com azimuth plano de 121°00' e distância de 2.780m, até o ponto 2; situado na divisa de terras do Espólio de José Vieira e terras de Manoel Diogo Neto; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Diogo Neto, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 218°15' e 245m, até o ponto 3; 210°30' e 635m, até o ponto 4; 209°30' e 735m, até o ponto 5, situado na divisa de terras de Manoel Diogo Neto e terras de Olípio Gomes Filho; deste, segue pela margem direita do Riacho Morro Agudo, a jusante, confrontando com terras de Olípio Gomes Filho, com os seguintes azimuths e planos e distâncias: 246°30' e 235m, até o ponto 6; 208°00' e 375m, até o ponto 7; 151°00' e 85m, até o ponto 8; 226°15' e 120m, até o ponto 9; 249°00' e 115m, até o ponto 10, situado na divisa de terras de Olípio Gomes Filho e terras de Eugênio Martins; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Eugênio Martins, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 299°00' e 2.920m, até o ponto 11; 215°45' e 1.285m, até o ponto 12, situado na divisa de terras de Eugênio Martins e terras de José Maria Aragão; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Maria Aragão, com azimuth plano de 332°30' e distância de 1.990m, até o ponto 13, situado na divisa de terras de José Maria Aragão e terras de Irineu Linhares; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Irineu Linhares, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 77°30' e 535m, até o ponto 14; 67°45' e 305m, até o ponto 15; 61°00' e 640m, até o ponto 16; 68°45' e 795m, até o ponto 17; 52°00' e 265m, até o ponto 18; 69°00' e 800m, até o ponto 19; 85°00' e 135m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Car-

ta da DSG, folhas SB-24-V-A-VI e SB-24-V-B-IV, escala 1:100.000, ano 1972 e certidões do CRI).

b) área II — Lagoa: inicia a descrição do perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM E = 339.085m e N = 9.498.040m, referidas ao MC 39°WGr, cravado na divisa das terras de Manoel Abdias Evangelista e terras do Espólio de Luís Rodrigues Martins, à margem direita do Rio Feitosa; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Espólio de Luís Rodrigues Martins e terras de Raimundo Gomes da Silva, com azimute de 84°15' e distância de 4.280m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Raimundo Gomes da Silva e com terras de Mundoca Veras, com azimute de 52°00' e distância de 1.295m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 109°00' e distância de 360m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 83°45' e distância de 900m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Mundoca Veras, com azimute de 64°00' e distância de 565m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 135°15' e distância de 750m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 242°45' e distância de 495m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 160°00' e distância de 415m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 98°15' e distância de 390m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Mundoca Veras, com azimute de 133°30' e distância de 540m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de 224°00' e distância de 5.770m, até o ponto 12; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de 326°15' e distância de 115m, até o ponto 13; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de 288°15' e distância de 170m, até o ponto 14; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Souza, com azimute de 336°30' e distância de 85m, até o ponto 15; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de 313°00' e distância de 125m, até o ponto 16; deste, segue pela margem direita do Riacho Cai-

çara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $331^{\circ}15'$ e distância de 400m, até o ponto 17; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $304^{\circ}00'$ e distância de 280m, até o ponto 18; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $342^{\circ}30'$ e distância de 175m, até o ponto 19; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $333^{\circ}45'$ e distância de 395m, até o ponto 20; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $358^{\circ}15'$ e distância de 290m, até o ponto 21; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $320^{\circ}45'$ e distância de 182m, até o ponto 22; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $272^{\circ}15'$ e distância de 45m, até o ponto 23; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $319^{\circ}00'$ e distância de 360m, até o ponto 24; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $253^{\circ}45'$ e distância de 70m, até o ponto 25; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $282^{\circ}15'$ e distância de 140m, até o ponto 26; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com azimute de $214^{\circ}00'$ e distância de 50m, até o ponto 27; deste, segue pela margem direita do Riacho Caiçara, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa, com os seguintes azimutes e distâncias: $257^{\circ}15'$ e 90m, até o ponto 28; $236^{\circ}15'$ e 75m, até o ponto 29; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Joaquim Valdemir Farias de Sousa e com os herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $216^{\circ}45'$ e distância de 1.900m, até o ponto 30; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $307^{\circ}45'$ e distância de 65m, até o ponto 31; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $263^{\circ}15'$ e distância de 70m, até o ponto 32; deste, segue

pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $313^{\circ}15'$ e distância de 125m, até o ponto 33; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $340^{\circ}45'$ e distância de 65m, até o ponto 34; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $295^{\circ}45'$ e distância de 135m até o ponto 35; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de herdeiros de João Ambrósio da Silva, com azimute de $356^{\circ}15'$ e distância de 265m, até o ponto 36; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando com terras de Francisco Justino de Oliveira, com azimute de $345^{\circ}15'$ e distância de 560m, até o ponto 37; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Francisco Justino de Oliveira, com azimute de $33^{\circ}00'$ e distância de 305m, até o ponto 38; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Francisco Justino de Oliveira, com azimute de $53^{\circ}45'$ e distância de 280m, até o ponto 39; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Francisco Justino de Oliveira, com azimute de $3^{\circ}00'$ e distância de 315m, até o ponto 40; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Francisco Justino de Oliveira, com azimute de $326^{\circ}45'$ e distância de 75m, até o ponto 41; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Francisco Justino de Oliveira e com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $356^{\circ}15'$ e distância de 890m, até o ponto 42; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $347^{\circ}45'$ e distância de 295m, até o ponto 43; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $329^{\circ}45'$ e distância de 235m, até o ponto 44; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $299^{\circ}45'$ e distância de 60m, até o ponto 45; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $262^{\circ}00'$ e distância de 70m, até o ponto 46; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $327^{\circ}00'$ e distância de 195m, até o ponto 47; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de $303^{\circ}15'$ e distân-

cia de 315m, até o ponto 48; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de 329°30' e distância de 245m, até o ponto 49; deste, segue pela margem direita do Rio Feitosa, confrontando ainda com terras de Manoel Abdias Evangelista, com azimute de 310°00' e distância de 145m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta da DSG, folha SB.24-V-B-IV, escala 1:100.000, ano 1972 e Registro do Cartório de Imóveis).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.229, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Hospital Beneficente São José de Caibi, com sede na Rua Almirante Saldanha, s/nº, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 29.955/72);

Hospital Cruzeiro, com sede na Rua Tuiuti, 154, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 79.023/77);

Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais, com sede na Rua Paulino Siqueira Cortes, 2.304, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná (Processo MJ nº 63.471/74);

Hospital e Maternidade São Pedro, com sede na Rua José Jorge, 11, na cidade de São Pedro da União, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 23.795/84);

Hospital Nossa Senhora da Paz, com sede na Rua Frei Dario, 109, na cidade de Água Doce, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 56.995/72);

Hospital Santo Antônio, com sede na Rua Manoel Flores, s/nº, na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 28.592/85);

Fundação Assistencial João Silva, com sede na Praça Santa Rita, 12, na cidade de Nova Resende, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 79.443/77);

Fundação Educacional Coelho Neto, com sede na Rua Cel. Libânio Lobo, 805, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão (Processo MJ nº 52.735/72);

Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense -- Funploc, com sede na Rua Roberto Elhke, s/nº, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina (Processo PR nº 05.282/84);

Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, com sede na Rodovia BR 369, km 54, na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná (Processo MJ nº 11.553/85);

Fundação Médica Assistencial de Cunha Porã, com sede na Rua Euclides da Cunha, 13, na cidade de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 08.792/84);

Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Caxambu do Sul, com sede na Rua Fernando Machado, 57, na cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 13.659/78);

Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço D'Oeste, com sede na Rua Duque de Caxias, 789, na cidade de São Lourenço D'Oeste, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 60.113/77);

Fundação Mirim de Araçatuba, com sede na Rua Tibiriçá, 186, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 76.687/77);

Fundação Santa Maria para o Desenvolvimento da Medicina e da Cirurgia, com sede na Rua Governador Raimundo Artur de Vasconcelos, 616-S, na cidade de Teresina, Estado do Piauí (Processo MJ nº 12.353/86);

Fundação Santo André, com sede na Avenida Príncipe de Gales, 821, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo MJ n° 78.699/77);

Fundação São Francisco Xavier, com sede na Avenida Eng. Kiyoshi Tsunawaki, s/n°, na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais (Processo MJ n° 70.106/75).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO N° 94.230, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei n° 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto n° 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar, com sede na Rua Manoel Antônio Paes de Barros, 1.424, na cidade de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo MJ n° 76.821/77);

Associação Catarinense para a Integração do Cego — ACIC, com sede na Rua Rafael Bandeira, 55, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo MJ n° 24.828/85);

Associação Cristã de Clubes de Mães de São Paulo e Ensino Especializado ao Excepcional, com sede na Rua José Luiz da Silva, 109, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ n° 05.139/86);

Associação Educacional e Assistencial Martin Luther — Asseamal, com sede na Avenida Maripá, 865, na cidade de Marçal Cândido Rondon, Estado do Paraná (Processo MJ n° 36.179/81);

Associação de Ensino de Ribeirão Preto, com sede na Avenida Costáble Romano, 2.201, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo MJ n° 53.969/68);

Associação Evangélica Beneficente de Mondai, com sede na Rua do Engenho, s/nº, na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 73.691/77);

Associação Hospital de Cotia, com sede na Avenida Dr. Odair Pacheco Pedroso, s/nº, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 33.247/83);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga, com sede na Rua Paulo Tadashi Satomi, 260, na cidade de Astorga, Estado do Paraná (Processo MJ nº 61.448/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bebedouro, com sede na Avenida do Educandário, 245, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 78.071/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Antônio Feliciano de Barros, 111, na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 55.399/74);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Izaías Mendes, 373, na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 15.847/84);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Igaratu do Tietê, com sede na Rua Pedro Biazotto, 383, na cidade de Igaratu do Tietê, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 37.115/81);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Sete Lagoas, com sede na Rua José Antônio Soalheiro, 225, na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 62.973/74); e

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torrinha, com sede na cidade de Torrinha, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 11.064/86).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.231, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Ação Comunitária Frederico Ozanam da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede na Rua Dr. Murici, 926, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo MJ nº 23.130/76);

Ação Social Camiliana, com sede na Estrada Velha da Tijuca, 45, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 19.010/74);

Asilo de São Vicente de Paulo, com sede no Largo 8 de Fevereiro, 58, na cidade de Monte Alto, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 75.864/77);

Fraternidade Cristã Espírita, com sede na Rua Uruguai, 91, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 30.491/72);

Instituto de Assistência e Educação São João «Aliança», com sede na cidade de Itapiranga, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 34.757/66);

Instituto Pio XII, com sede na Avenida São Sebastião, s/nº, na cidade de Quatro Barras, Estado do Paraná (Processo MJ nº 16.731/81);

Monte Tabor Centro Ítalo-Brasileiro de Promoção Sanitária, com sede na Estrada Pau da Lima/Centro Administrativo, s/nº km 2, na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo MJ nº 26.596/85);

Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Rosário, com sede na Rua Dr. Edson de Mello, 357, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 18.381/84);

Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica, com sede na Rua Hermano Ribeiro da Silva, 77, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 07.817/86);

Sociedade Educadora Rainha das Missões, com sede na Rua João XXIII, na cidade de Londrina, Estado do Paraná (Processo MJ nº 14.940/71);

Sociedade Educacional Três de Maio, com sede na Avenida Avaí, 370, na cidade de Três de Maio, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 74.136/77);

Sociedade Ginásio Pinheirense da Prelazia de Pinheiro, com sede na Avenida Presidente Dutra, 465, na cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão (Processo MJ nº 74.859/77);

Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo, com sede na Rua Getúlio Vargas, 20, na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 76.675/77);

Sociedade Paranaense de Matemática, com sede na Sala 9.4, Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo MJ nº 20.041/83);

União Assistencial São José, com sede na Rua Visconde do Itaboraí, 524, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 00.611/79); e

União Hospitalar Gratuita, com sede na Rua Nossa Senhora das Graças, 235, na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 11.185/75).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.232, DE 15 DE ABRIL, DE 1987

Dispõe sobre a participação da União nas cerimônias cívico-militares, guarda e segurança do Panteão da Pátria Tancredo Neves e Monumento do Fogo Simbólico da Pátria.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I e V, da Constituição, e considerando que os monumentos patrióticos simbolizam os sentimentos do povo brasileiro,

D E C R E T A :

Art. 1º Sem prejuízo das medidas de administração e conservação a cargo do Governo do Distrito Federal, a União participará da realização das cerimônias cívico-militares, guarda e segurança do Panteão da Pátria Tancredo Neves e Monumento do Fogo Simbólico da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, ficam os Ministérios da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e sob a coordenação do Estado-Maior das Forças Armadas autorizados a celebrar convênio com o Governo do Distrito Federal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.233, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre os efeitos financeiros dos reajustamentos a que se refere o Decreto nº 94.042, de 18 de fevereiro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 55, item II, letra d, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Os reajustamentos a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 94.042, de 18 de fevereiro de 1987, serão concedidos a partir de 24 de novembro de 1986, data da vigência do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.234, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a organização do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3º O Ministério da Saúde é constituído pelos seguintes órgãos e entidades:

I — Estrutura Básica:

a) Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado:

1 — Gabinete do Ministro — GM;

2 — Consultoria Jurídica — CJ;

- 3 — Assessoria de Segurança e Informações — ASI;
- 4 — Coordenadoria de Comunicação Social — CCS;
- 5 — Coordenadoria de Assuntos Internacionais de Saúde — CAIS.

b) Órgão Colegiado:

- 1 — Conselho Nacional de Saúde — CNS.

c) Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

- 1 — Secretaria-Geral — SG;
- 2 — Secretaria de Controle Interno — Ciset.

d) Órgãos Centrais de Direção Superior de Atividades Auxiliares:

- 1 — Departamento de Administração — DA;
- 2 — Departamento de Pessoal — DP.

e) Órgãos Centrais de Direção Superior de Atividades Específicas:

- 1 — Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária — SNVS;
- 2 — Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde — SNABS;
- 3 — Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde — SNPES;
- 4 — Secretaria Nacional de Articulação com os Serviços Regionais de Saúde — Senart;
- 5 — Secretaria Nacional de Organização e Desenvolvimento de Serviços de Saúde — SNODSS;
- 6 — Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — Sucam;
- 7 — Central de Medicamentos — Ceme.

II — Entidades vinculadas e supervisionadas:

a) Autarquia:

- 1 — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN.

b) Fundações:

- 1 — Fundação Oswaldo Cruz — Fiocruz;
- 2 — Fundação Serviços de Saúde Pública — FSESP;
- 3 — Fundação das Pioneiras Sociais — FPS.

Art. 2º À Assessoria de Segurança e Informações compete assistir o Ministro de Estado nas matérias pertinentes à segurança, mobilização e informações.

Art. 3º À Coordenadoria de Assuntos Internacionais de Saúde — CAIS, compete promover, coordenar, acompanhar e avaliar a cooperação técnica, na área de saúde, com organismos internacionais, governos ou entidades estrangeiras.

Art. 4º À Secretaria-Geral — SG, compete desempenhar as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, programação financeira, informações e informática, ciência e tecnologia e planejamento de recursos humanos para a saúde; realizar estudos para fixação de objetivos e formulação de diretrizes da Política Nacional de Saúde e apoiar o Ministro de Estado na supervisão ministerial.

Art. 5º À Secretaria de Controle Interno — Ciset, compete exercer as atividades de acompanhamento, avaliação, orientação, coordenação e controle financeiro, inerentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 6º À Secretaria Nacional de Articulação com os Serviços Regionais de Saúde — Senart, compete articular, executar, orientar, coordenar, assessorar, supervisionar e avaliar ações de saúde desenvolvidas a nível das unidades da Federação nos diferentes órgãos e entidades, visando à adequação dos mesmos aos programas gerais de desenvolvimento.

Art. 7º À Secretaria Nacional de Organização e Desenvolvimento de Serviços de Saúde — SNODSS, compete executar, orientar, coordenar, assessorar, supervisionar, avaliar, realizar estudos e projetos, baixar normas referentes à organização e desenvolvimento dos serviços de saúde em todo o território nacional.

Art. 8º À Central de Medicamentos — Ceme, compete coordenar e administrar o programa de assistência farmacêutica governamental e apoiar o desenvolvimento dos setores farmacêuticos e químico-farmacêutico nacionais.

Art. 9º O artigo 19 do Decreto nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 19. O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe; a Consultoria Jurídica por Consultor-Jurídico; a Assessoria de Segurança e Informações por Assessor-Chefe; a Coordenadoria de Comunicação Social e a Coordenadoria de Assuntos Internacionais de Saúde por Coordenadores; a Secretaria-Geral por Secretário-Geral; a Secretaria de Controle Interno por Secretário; o Departamento de Administração e o Departamento de Pessoal, por Diretores-Gerais; as Secretarias Nacionais de Vigilância Sanitária, de Ações Básicas de Saúde, de Programas Es-

peciais de Saúde, de Articulação com os Serviços de Saúde e de Organização e Desenvolvimento de Serviços de Saúde, por Secretários; a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, por Superintendente; as Fundações, a Autarquia, e a Central de Medicamentos, por Presidentes, providos na forma de legislação pertinente».

Art. 10. Ficam extintas as Coordenadorias Regionais de Saúde.

Art. 11. Serão fixadas em Regimentos Internos, aprovados pelo Ministro de Estado da Saúde, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 91.998, de 28 de novembro de 1985, a estruturação, atribuições e competências dos órgãos que trata o artigo 3º do Decreto nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976, na redação dada por este decreto.

Art. 12. Por ato do Ministro de Estado da Saúde, os recursos orçamentários e financeiros consignados às Coordenadorias Regionais de Saúde poderão ser remanejados, conforme a conveniência dos serviços afetados aos demais órgãos da estrutura organizacional da Pasta.

Art. 13. Os servidores lotados nas extintas Coordenadorias Regionais de Saúde, atendidas as necessidades dos serviços do Ministério da Saúde, serão relotados ou redistribuídos, nos termos do Decreto nº 93.552, de 6 de novembro de 1986.

Art. 14. As funções de confiança pertinentes às extintas Coordenadorias Regionais de Saúde serão extintas ou transformadas em funções necessárias aos serviços do Ministério da Saúde.

Art. 15. Os bens, em geral, pertencentes ao patrimônio da União, sob a guarda e responsabilidade do Ministério da Saúde, poderão ser destinados a outros órgãos ou entidades, conforme as necessidades do serviço.

Art. 16. A organização de que trata este decreto será implantada gradativamente à medida em que forem baixados os respectivos Regimentos Internos.

Art. 17. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os artigos 6º, 10 e 17 do Decreto nº 79.056, de 30 de dezembro de 1976.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Roberto Figueira Santos
Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.235, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a contratar técnicos para as atividades que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984,

DECRETA :

Art. 1º Fica o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, autorizado a contratar, sob o regime jurídico previsto no artigo 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974:

I — até 900 (novecentos) técnicos, nas categorias profissionais de advogado, engenheiro-agrônomo, técnico-agrícola e técnico em cadastro rural, destinados à composição de equipes de campo para execução dos trabalhos de identificação e vistoria de imóveis rurais, bem como instrução de processos de desapropriação;

II — até 100 (cem) técnicos em matéria jurídica, de cartografia, de cadastro rural e de assentamento, para assessoramento dos Órgãos Centrais e das Superintendências Regionais;

III — até 250 (duzentos e cinquenta) técnicos de nível médio ou superior, para formação de equipes destinadas a orientar e assistir os assentamentos.

Parágrafo único. O quantitativo previsto no item III deste artigo poderá ser aumentado, mediante autorização expressa do Presidente da República em razão de aprovação de novos projetos de assentamento, desde que não haja possibilidade de remanejamento de equipes anteriormente contratadas.

Art. 2º A contratação prevista no artigo anterior far-se-á mediante habilitação em concurso público e após a admissão de candidatos habilitados, em processo seletivo da mesma natureza na data de vigência deste decreto, para o provimento de empregos de atribuições análogas.

Art. 3º Poderão ser redistribuídos para o INCRA servidores considerados prescindíveis, nos termos da legislação pertinente, para executarem os trabalhos de que trata o artigo 1º deste decreto.

Art. 4º Poderão ser aproveitados para compor as equipes de que trata o artigo 1º, servidores dos Quadros de Pessoal do INCRA, mediante processos seletivos de ascensão e acesso.

Art. 5º A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap, promoverá o ajustamento das contratações autorizadas por este decreto, ao Quadro de Pessoal do INCRA, procedendo à extinção dos cargos e empregos que forem considerados desnecessários, para efeito de compensação da despesa.

Art. 6º A despesa decorrente da execução deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do INCRA.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.236, DE 15 DE ABRIL DE 1987

Transfere o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA para o Ministério da Ciência e Tecnologia, transformando-o em órgão autônomo da Administração Direta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido para o Ministério da Ciência e Tecnologia o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, unidade de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, transformado em órgão autônomo da Administração Direta, dotado de autonomia administrativa e financeira, na forma do artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e modificações posteriores.

Art. 2º O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, tem por finalidade promover e executar estudos, pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico relacionados com o meio ambiente natural, e com os sistemas sócio-econômico-culturais da Região Amazônica, realizar atividades de extensão, com vistas à aplicação do conhecimento científico e tecnológico ao desenvolvimento regional, consoante política definida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Ao INPA compete:

I — assessorar o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia na proposição de diretrizes para a formulação da política de desenvolvimento científico e tecnológico para a Região

Amazônica, objetivando o desenvolvimento e ocupação da região, bem como a preservação dos seus recursos naturais e meio ambiente;

II — estimular ou patrocinar a realização de programas, projetos e atividades relacionadas com a investigação científica e tecnológica sobre a Região Amazônica, junto a entidades brasileiras;

III — promover e patrocinar a formação, capacitação e especialização de recursos humanos, inclusive através de cursos de pós-graduação, para as áreas de sua finalidade;

IV — organizar e manter sistema de documentação sobre a Região Amazônica;

V — editar publicações técnicas, pertinentes às matérias de sua competência;

VI — estimular ou patrocinar, no âmbito de suas finalidades, a realização de programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VII — firmar contratos ou convênios com entidades nacionais e submeter previamente ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia os que venham a ser celebrados com organizações estrangeiras ou internacionais;

VIII — promover, ouvido o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, colaboração com organizações semelhantes mantidas pelas nações vizinhas;

IX — promover ou patrocinar conferências e mostras nacionais ou internacionais, simpósios e outros conclaves científicos e tecnológicos;

X — emitir pareceres, laudos técnicos e sugestões relativas aos assuntos de sua competência;

XI — manter reservas florestais ou outros tipos de ecossistemas naturais da Amazônia de relevante interesse científico, objetivando o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre os mesmos, preservando sua integridade;

XII — realizar expedições científicas regulares na Amazônia brasileira, objetivando o inventário da flora, da fauna e demais recursos naturais, necessários à sua preservação e planejamento do desenvolvimento regional;

XIII — instalar, ou manter em estado operacional, laboratórios, estações experimentais, centros de aquisição de análise e tratamento de dados e equipamentos científicos e de transporte;

XIV — prestar serviços a terceiros, relacionados com áreas de sua finalidade;

XV — produzir e comercializar, em escala compatível com a sua estrutura, produtos oriundos de suas pesquisas ou uso de tecnologia própria, resguardados os direitos de privilégios e patentes de invenção;

XVI — desempenhar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Ao INPA, incluído no regime de autonomia limitada previsto no artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, aplica-se, no que for pertinente, o disposto no Decreto nº 86.212, de 15 de julho de 1981.

Parágrafo único. A autonomia limitada, a que se refere este artigo, abrangerá a competência para a prática dos seguintes atos:

a) absorver, na sua Tabela de Empregos Permanentes, o pessoal transferido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, com posicionamento na correspondente Tabela Salarial, preservadas as situações salariais asseguradas pelos referidos órgãos de origem, e, doravante, passando as datas de reajustes para aquelas em que forem atualizados os vencimentos dos demais servidores civis do Poder Executivo;

b) contratar especialistas de nível médio ou superior e consultores técnicos, nos termos e sob as limitações estabelecidas no Decreto nº 86.549, de 6 de novembro de 1981, alterado pelo Decreto nº 92.724, de 29 de maio de 1986, de conformidade com a Tabela Salarial aprovada pelo Presidente da República, constante do anexo deste decreto;

c) elaborar, com base em dotações específicas, sua proposta orçamentária a ser aprovada na forma da legislação vigente, segundo classificação adotada no Orçamento da União;

d) efetuar, no âmbito do próprio órgão, a discriminação detalhada das dotações orçamentárias globais, logo que publicada a lei orçamentária ou o decreto de abertura de crédito adicional, ou aprovadas quaisquer outras receitas;

e) movimentar, no âmbito do próprio órgão, seus créditos orçamentários ou adicionais;

f) adotar normas específicas relativas à administração de pessoal, material, obras e serviços, observada a legislação vigente;

g) realizar licitações na forma da legislação vigente, admitida, de acordo com o artigo 81 do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, a adoção de normas peculiares, para o caso

de determinados materiais, bens e serviços, definidos em portaria do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º Fica instituído, no INPA, um fundo especial de natureza contábil, sob a denominação de Fundo de Atividades para a Amazônia — Faam, com a finalidade de centralizar recursos e financiar atividades do órgão, a cujo crédito serão levadas todas as receitas destinadas a atender às suas necessidades, observado o disposto nos Decretos-leis nºs 1.754 e 1.755, de 31 de dezembro de 1979.

§ 1º Constituirão recursos do Faam:

- a) os de origem orçamentária e extra-orçamentária;
- b) os provenientes de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- c) doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas;
- d) empréstimos de instituições financeiras nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- e) importâncias provenientes de alienação, comercialização de bens e fornecimento de serviços, na forma da legislação específica;
- f) repasses de outros fundos; e
- g) receitas próprias.

§ 2º Os saldos do Faam, verificados no fim de cada exercício, constituirão receitas do exercício subsequente.

Art. 6º Os recursos do Faam serão aplicados:

I — no apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico da Região Amazônica;

II — na implantação de novas unidades operacionais para a Instituição, na aquisição, operação e modernização de equipamentos, bem assim na ampliação ou reforma das instalações do INPA;

III — no desenvolvimento de projetos e execução de tratados, acordos, convênios e compromissos nacionais, estrangeiros ou internacionais, relativos às atividades científicas e tecnológicas na Região Amazônica;

IV — na formação, capacitação e especialização de recursos humanos necessários à consecução dos objetivos do INPA;

V — na realização de estudos prospectivos para a Região Amazônica;

VI — no estímulo às entidades que desempenham atividades relacionadas com pesquisas científicas e tecnológicas para a Região Amazônica.

Art. 7º O Faam terá suas normas de administração e fiscalização definidas no regimento interno do INPA, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 8º O INPA será dirigido por 1 (um) Diretor-Geral, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e terá a seguinte estrutura básica:

- I — Órgão Consultivo e de Orientação Superior
 - Conselho Técnico e Científico — CTC;
- II — Órgão Executivo
 - Diretor-Geral;
- III — Órgão de Assessoramento Superior
 - Assessorias;
- IV — Órgão Operacional
 - Unidades Técnicas e Administrativas.

Parágrafo único. O CTC, órgão consultivo e de orientação superior, terá a sua composição e competência definidas no regimento interno do INPA.

Art. 9º O INPA, por intermédio do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, poderá requisitar servidores de órgãos e entidades da Administração Pública, e de fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, observado o disposto nos Decretos nºs 84.033, de 26 de setembro de 1979, 91.794, de 17 de outubro de 1985, 91.808, de 18 de outubro de 1985, e demais disposições legais pertinentes.

Art. 10. Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do CNPq, alocados ao INPA, permanecerão sob a posse deste, providenciando-se, na forma que dispuser ato ministerial competente, o levantamento e individualização dos mesmos, para fins de transferência ao patrimônio da União.

Parágrafo único. Os direitos de propriedade sobre patentes concedidas ou pedidos de privilégios depositados em nome do CNPq/INPA, bem como outros bens e direitos, serão transferidos para o INPA, observadas as formalidades legais aplicáveis à espécie.

Art. 11. O Ministério da Ciência e Tecnologia, por instrumento próprio de descentralização de recursos orçamentários ou de outras origens, efetivará as transferências desses recursos, consignados ao CNPq e com destinação ao INPA, inclusive quanto aos oriundos de fundos e de programas especiais.

§ 1º Havendo conveniência administrativa, poderá efetivar-se, no corrente exercício, a movimentação orçamentário-financeira a que alude o caput deste artigo, por intermédio do CNPq, que implementará as transferências dos recursos referidos, mediante delegação específica do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o INPA prestará contas, ao CNPq, da aplicação dos recursos recebidos, sem prejuízo da supervisão ministerial.

Art. 12. São mantidas a estrutura organizacional, procedimentos e normas de funcionamento, bem como as funções de confiança existentes no INPA, até a aprovação de seu regimento interno e de Tabela de Quantitativos de Funções de Confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Art. 13. Fica o Ministro da Ciência e Tecnologia autorizado, até 30 de outubro de 1987, a baixar atos relativos à estrutura organizacional provisória do INPA, para o que lhe são outorgados os seguintes poderes:

I — definir ou alterar estrutura, composição, competências e atribuições, bem como as correspondentes relações de supervisão e coordenação;

II — criar mecanismos ou instrumentos especiais, indispensáveis à efetivação do presente decreto.

§ 1º Os atos de natureza transitória praticados com base neste artigo terão vigência imediata, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 91.998, de 28 de novembro de 1985.

§ 2º O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia encaminhará ao GERAP proposta definitiva de reestruturação organizacional do MCT, até 30 de outubro de 1987, para os fins do disposto no Decreto nº 93.212, de 3 de setembro de 1986.

Art. 14. A Tabela de Empregos Permanentes a que se refere a letra a, do parágrafo único, do artigo 4º, estruturada na base dos níveis de Tabela Salarial aprovada pelo Presidente da República, observará a seguinte lotação ideal:

- a) Nível Superior — 440 empregos
- b) Nível Médio — 713 empregos.

Parágrafo único. O enquadramento nas classes da tabela far-se-á mediante ato do Ministro da Ciência e Tecnologia, por proposta do Diretor-Geral do INPA e considerando os seguintes critérios:

a) o empregado transferido ocupará, na tabela, a classe que corresponde a nível não inferior ao salário a que o mesmo venha ao mês de abril de 1987, no CNPq;

b) o empregado transferido, que desfrutava vantagens contratuais trabalhistas integrantes da remuneração, tais como seguro de vida, adicional de tempo de serviço e gratificação especial, perdura com direito às mesmas, as quais serão registradas em rubrica específica, como vantagem pessoal de cada empregado.

Art. 15. O INPA assumirá, a partir de 1º de janeiro de 1988, como sucessor, a qualidade de entidade «patrocinadora» para os efeitos da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, em relação à entidade de Previdência Privada de que seja, ou possa vir a ser participante o pessoal transferido e, também, aquele integrante de sua Tabela de Empregos Permanentes, referida no caput do artigo 14 deste decreto, não se aplicando o disposto no artigo 2º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986.

Parágrafo único. Até que o INPA assuma a responsabilidade como entidade «patrocinadora», o CNPq continuará, nessa qualidade, obrigado perante a entidade de Previdência Privada caracterizada na forma deste artigo.

Art. 16. O Ministério da Ciência e Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, diligenciarão para que se efetivem as medidas necessárias à transferência determinada neste decreto, aplicando-se-lhe, ainda, no que for pertinente, as correspondentes disposições do Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985.

Art. 17. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

ANEXO AO DECRETO N° 94.236, DE 15 DE ABRIL DE 1987
TABELA DE REMUNERAÇÃO PARA ESPECIALISTAS DE NÍVEL MÉDIO — INPA

NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	3.505,82	3.714,83	3.940,69	4.176,65	4.426,12	4.692,42	4.972,21	5.272,24	5.588,99	5.922,83
B	4.692,42	4.972,21	5.272,24	5.588,11	5.922,83	6.280,16	6.657,72	7.055,48	7.480,22	7.928,57
C	6.280,16	6.658,92	7.055,48	7.480,22	7.928,57	8.403,88	8.909,53	9.442,15	10.008,49	10.611,89
D	7.928,57	8.403,88	8.909,53	9.442,15	10.008,49	10.611,89	11.245,63	11.923,20	12.637,86	13.396,34
E	10.611,89	11.245,63	11.923,20	12.637,86	13.396,34	14.198,64	15.051,49	15.954,91	16.912,28	17.928,98
F	14.198,64	15.051,49	15.954,91	16.912,28	17.928,96	19.002,30	20.141,70	21.348,50	22.629,49	23.989,09
G	19.002,30	20.141,70	21.348,50	22.629,49	23.988,01	25.424,05	26.951,11	28.569,19	30.281,65	32.098,61

DRH/CARGOS & SALÁRIOS

TABELA DE REMUNERAÇÃO PARA ESPECIALISTAS DE NÍVEL SUPERIOR — INPA

NÍVEL CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	11.889,49	12.604,14	13.369,24	14.161,54	15.011,03	15.911,10	16.865,09	17.876,38	18.948,37	20.084,39
B	17.876,38	18.948,37	20.084,39	21.291,22	22.568,82	23.920,58	25.356,62	26.880,32	28.491,65	30.200,75
C	23.920,58	25.356,62	26.880,32	28.491,65	30.200,75	32.014,33	33.932,44	35.971,88	38.125,97	40.414,86
D	30.200,75	32.014,33	33.932,44	35.971,88	38.125,97	40.414,86	42.841,98	45.410,69	48.137,82	51.023,40
E	38.125,97	40.414,86	42.841,98	45.410,69	48.137,82	51.023,40	54.084,26	57.327,16	60.768,94	64.412,99

DRH/CARGOS & SALÁRIOS

DECRETO Nº 94.237, DE 21 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Macaco», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará e, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Macaco», com área de 1.287,9955ha (um mil, duzentos e oitenta e sete hectares, noventa e nove ares e cinquenta e cinco centiares), situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 432.000,00m e N = 9.630.265,00m, referidas respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa das terras de José dos Santos, deste segue por linha seca, confrontando com terras de José dos Santos, com o seguinte azimuth plano e distância: 134°20'00" e 365,00m até o ponto 2; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Luiz Marques, com o seguinte azimuth plano e distância: 113°00'00" e 3.135,00m até o ponto 3; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Juraci Teixeira, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 181°35'00" e 1.331,00m até o ponto 4; 258°30'00" e 3.030,00m até o ponto 5; 298°00'00" e 2.495,00m até o ponto 6; deste segue por linha seca, confrontando com terras de José Freire Barroso, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 24°15'00" e 580,00m até o ponto 7; 284°30'00" e 493,00m até o ponto 8; deste segue por linha seca, confrontando com terras de José Adalto, com o seguinte azimuth plano e distâncias: 355°00'00" e 1.370,00m até o ponto 9; deste segue por linha seca, confrontando com terras de José dos Santos com os seguintes azimuths planos e distâncias: 91°00'00" e 2.165,00m até o ponto 10; 44°00'00" e 370,00m até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

(Fontes de referência: Carta DSG, folha SA-24-Y-D-II, escala 1:100.000, primeira edição 1972).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.238, DE 21 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Almécegas, Traíras e Laranjo», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Altos, no Estado do Piauí, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Almécegas, Traíras e Laranjo», com área de 1.869,6820ha (um mil, oitocentos e sessenta e nove hectares, sessenta e oito arcs e vinte centiares), situados no Município de Altos, Estado do Piauí, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo, têm o seguinte perímetro: partindo do marco MP1, de coordenadas geográficas,

longitude 42°25'42''WGr e latitude 05°15'09''S, localizado na confluência do imóvel «Canto da Palha», de Bruno Domiciano de Souza, com terras de Maria Luzia Aguiar; deste segue com rumo de 72°00'NW e distância de 1.500,00m, em limites com terras de Maria Luzia de Aguiar, até o marco M2; deste, segue com rumo de 72°00'NW e distância de 290,00 metros, em limites com terras de Maria Luzia Aguiar, indo alcançar o marco M3, após atravessar por duas vezes o riacho Almêcegas; deste, e ainda em limites com terras de Maria Luzia Aguiar, segue com rumo de 06°00'SE e distância de 2.700,00 metros, atravessando um caminho, e alcançando o marco M4; deste, segue em limites com terras de João Castro Lins, com rumo de 88°00'SW e distância de 2.600,00 metros, indo alcançar o marco M5, ponto extremo meridional, de longitude 42°27'42''WGr e latitude 05°16'40''S; deste, prossegue fazendo limites com terras do Estado, com rumo de 30°00'NW e distância de 1.700,10m, atingindo o marco M6; deste, prossegue limitando ainda com terras do Estado, com rumo de 82°00'NW e distância de 920,00 metros, até encontrar o marco M7, ponto extremo ocidental do imóvel, de coordenadas geográficas: longitude 42°28'51''WGr e latitude 05°15'16''S; deste, segue limitando ainda com terras do Estado, com rumo de 04°00'NE e distância de 580,00 metros, ultrapassando um marco intermediário sem numeração, onde a partir deste, segue ainda limitando com terras do Estado, com rumo de 04°00'NE e distância de 300,00 metros, até atingir o marco M8; deste, segue com rumo de 24°00'NE e distância de 1.180,00 metros, limitando com terras pertencentes a Luís de Abreu Bacelar, até atingir o marco M9; deste, prossegue limitando com terras de Firmo de Abreu Bacelar com rumo de 16°00'NE e distância de 620,00 metros, alcançando o marco M10; deste, segue limitando com terras da data Palmeirinha, com rumo de 55°00'SE e distância de 1.760,00 metros, atravessando uma estrada transitável, e prosseguindo, até alcançar o marco M11; deste, segue ainda limitando com terras da data Palmeirinha, com rumo de 49°30'NE e distância de 2.700,00 metros, cruzando por cinco vezes o riacho Jacaré, até encontrar o marco M12, ponto extremo setentrional do imóvel, de coordenadas geográficas: longitude 42°26'57''WGr e latitude 05°13'51''S; deste, segue limitando com terras da gleba «Macambira», de Bruno Domiciano de Souza, com rumo de 23°00'SE e distância de 486,00 metros, até alcançar o marco M13; deste, segue pelo Riacho Jacaré, no sentido da montante, limitando com terras da gleba Macambira, de Bruno Domiciano de Souza, com a distância de 500,00 metros, até alcançar o marco M14; deste, prossegue ainda limitando com terras da gleba Macambira, de Bruno Domiciano de Souza, com rumo de 75°00'SE e distância de 660,00 metros, até atingir o marco M15; deste, segue ainda limitando com terras da gleba Macambira, de Bruno Domiciano de Souza, com rumo de 77°30'SE e distância de 220,00 metros, até atingir o marco M16; deste, prossegue ainda limitando com terras da gleba Macambira, de Bruno Domiciano de Souza, com

rumo de 74°30'SE e distância de 1.380,00 metros, até atingir o marco M17, ponto extremo oriental do imóvel, de coordenadas geográficas: longitude 42°25'16''WGr e latitude 05°04'S; deste, segue limitando com o imóvel «Canto da Palha», de Bruno Domiciano de Souza, com rumo de 22°00'SW e distância de 2.240,00 metros, até encontrar o marco MP1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, publicada em 1974, escala 1:100.000, folha SB.23-X-D-III).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.239, DE 21 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Caixeta», classificado no cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado

«Fazenda Caixeta», com a área de 805,4500ha (oitocentos e cinco hectares e quarenta e cinco ares), situado nos Municípios de Presidente Kennedy e Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.618, de 2 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 0, de coordenadas geográficas longitude $41^{\circ}05'58''$ WGr e latitude $21^{\circ}00'00''$ S, situado na divisa de terras de Ercílio Félix das Neves e Eráclito; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Eráclito, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $94^{\circ}00'00''$ e 600,00m, até o ponto 1; $61^{\circ}30'00''$ e 90,00m, até o ponto 2; $17^{\circ}00'00''$ e 120,00m, até o ponto 3; $58^{\circ}00'00''$ e 110,00m, até o ponto 4; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras, de Benedito Castelo, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $97^{\circ}00'00''$ e 150,00m, até o ponto 5; $119^{\circ}00'00''$ e 275,00m, até o ponto 6; $147^{\circ}30'00''$ e 400,00m, até o ponto 7; $81^{\circ}30'00''$ e 375,00m, até o ponto 8; $179^{\circ}00'00''$ e 200,00m, até o ponto 9; $132^{\circ}00'00''$ e 300,00m, até o ponto 10; $113^{\circ}30'00''$ e 125,00m, até o ponto 11; $184^{\circ}30'00''$ e 625,00m, até o ponto 12; deste, segue pelo Rio Muqui do Norte, com a distância de 880,00m, até o ponto 13; deste, segue por linhas secas confrontando com terras de Benedito Castelo, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $03^{\circ}00'00''$ e 925,00m, até o ponto 14; $99^{\circ}00'00''$ e 475,00m, até o ponto 15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Lauro Pinheiro, com azimuth plano de $181^{\circ}00'00''$ e distância de 1.100,00m, até o ponto 16; deste, segue pelo Rio Muqui do Norte, à montante, com a distância de 250,00m, até o ponto 17; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Herdeiros de Ducas Borges e do Patrimônio S. Paulo, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $176^{\circ}30'00''$ e 975,00m, até o ponto 18; $265^{\circ}00'00''$ e 200,00m, até o ponto 19; $175^{\circ}30'00''$ e 225,00m, até o ponto 20; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Herdeiros de Zeferino R. Fonseca, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $265^{\circ}30'00''$ e 250,00m, até o ponto 21; $178^{\circ}00'00''$ e 250,00m, até o ponto 22; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Bebel Lúcio, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $265^{\circ}30'00''$ e 440,00m, até o ponto 23; $348^{\circ}00'00''$ e 490,00m, até o ponto 24; deste, segue por um córrego, à montante, com a distância de 520,00m, até o ponto 25; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Eny Baense Cambarote e outros, com os seguintes azimutes planos e distâncias: $349^{\circ}00'00''$ e 150,00m, até o ponto 26; $306^{\circ}30'00''$ e 280,00m, até o ponto 27; $51^{\circ}00'00''$ e 100,00m, até o ponto 28; $71^{\circ}00'00''$ e 130,00m, até o ponto 29; $351^{\circ}30'00''$ e 150,00m, até o ponto 30; $41^{\circ}30'00''$ e 150,00m, até o ponto 31; $25^{\circ}30'00''$ e 120,00m, até o ponto 32; $330^{\circ}00'00''$ e 150,00m, até o ponto 33; $272^{\circ}30'00''$ e 200,00m, até o ponto 34; $347^{\circ}00'00''$ e 190,00m, até o ponto 35; $262^{\circ}00'00''$ e 120,00m, até o ponto 36; $230^{\circ}30'00''$ e 120,00m, até o ponto 37; $193^{\circ}30'00''$

e 50,00m, até o ponto 38; 223°30'00" e 450,00m, até o ponto 39; 132°00'00" e 110,00m, até o ponto 40; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Manoel R. Coelho, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 216°30'00" e 260,00m, até o ponto 41; 131°00'00" e 230,00m, até o ponto 42; 199°30'00" e 840,00m, até o ponto 43; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Lúcio, com azimute plano de 271°00'00" e distância de 700,00m, até o ponto 44; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Sizinho Calixto de Abreu, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 10°00'00" e 680,00m, até o ponto 45; 124°00'00" e 570,00m, até o ponto 46; 24°30'00" e 640,00m, até o ponto 47; 272°30'00" e 480,00m, até o ponto 48; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Ercílio Félix das Neves, com azimute plano de 359°00'00" e distância de 3.270,00m, até o ponto 0, início da descrição deste perímetro (fontes de referência: Carta do IBGE, folha SF.24-V-C-II-2, escala 1:50.000, ano: 1979 e mapa planialtimétrico do Estado do Espírito Santo — Projeto Radambrasil).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 816,70ha (oitocentos e dezesseis hectares e setenta ares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 11,25ha, referente à faixa de domínio da Rodovia Estadual ES-162.

Art. 2º Excluem-se, ainda, dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.240, DE 21 DE ABRIL DE 1987

Estabelece critérios visando à fixação de valor para os produtos que especifica, dispõe sobre o rateio das indenizações devidas aos Municípios em virtude da extração de óleo ou gás na plataforma continental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I e III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia, fixará os valores do óleo de poço ou petróleo bruto, do óleo de xisto betuminoso e do gás natural, de produção nacional, de acordo com os critérios estabelecidos neste decreto, para os efeitos do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, no art. 9º do Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980, no art. 2º da citada Lei nº 7.453, e no art. 11 da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986.

Art. 2º O valor do petróleo bruto será o de paridade na boca do poço produtor, definido como a diferença entre o custo CIF do petróleo importado, expresso em moeda nacional e utilizado como base para fixação dos preços dos derivados produzidos no País, e o custo médio de transferência entre os poços produtores e os portos de embarque.

Parágrafo único. Na ocorrência de variação no custo CIF, em um trimestre do ano-calendário, far-se-á a ponderação pelo número de dias em que vigorar cada custo CIF.

Art. 3º O valor do gás natural de produção nacional, referido à pressão absoluta de 1.033 kg/cm² e temperatura de 20°C, será igual à média ponderada dos preços de venda fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo para os diferentes usos do produto, dela deduzidos o custo médio de transferência entre os poços produtores e os respectivos pontos de entrega.

Parágrafo único. As indenizações incidentes sobre o gás natural serão calculadas sobre os volumes extraídos e utilizados, excluídos os inaproveitados, que escapam no processo de produção de petróleo, e os reinjetados nas jazidas.

Art. 4º Os custos de transferência, de que tratam os arts. 2º e 3º deste decreto, serão fixados trimestralmente pelo Conselho Nacional do Petróleo, de conformidade com valores efetivamente apurados pela Petrobrás Brasileiro S.A. — Petrobrás, no mesmo período.

Parágrafo único. Os valores apurados pela Petrobrás deverão indicar, separadamente, os custos correspondentes à produção das bacias sedimentares terrestres e da plataforma continental.

Art. 5º O valor do óleo de xisto betuminoso, extraído das bacias sedimentares terrestres, será igual ao fixado para o petróleo bruto, nos termos do art. 2º deste decreto.

Art. 6º A indenização, a que se refere o art. 5º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, é devida aos Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, segundo o valor da produção associada à Unidade da Federação de que fazem parte.

§ 1º A indenização devida a Municípios, que pertençam à mesma Unidade da Federação, será rateada entre os que integram a zona de

produção principal, a zona de produção secundária e a zona limítrofe, de acordo, respectivamente, com os percentuais fixados nos incisos I, II e III do art. 5º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986, respeitado o disposto no art. 9º do Decreto nº 93.189, de 29 de agosto de 1986.

§ 2º No cálculo das indenizações, atribuir-se-á a cada Município um coeficiente individual de participação, determinado com base na respectiva população ou na dos seus distritos, conforme tabela constante do anexo deste decreto.

§ 3º A indenização devida a cada Município será obtida multiplicando-se a parcela atribuída à sua correspondente zona pelo quociente formado entre seu coeficiente individual de participação e a soma dos coeficientes individuais de participação dos Municípios que integram a mesma zona.

§ 4º Não se procederá ao destaque, a que se refere o art. 5º, inciso I, *in fine*, da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986:

a) caso inexistir, entre os que integram a zona de produção principal, Município que concentre instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo ou gás natural, provenientes exclusivamente da plataforma continental;

b) na hipótese de a indenização decorrente do destaque ser inferior à que o Município obteria em virtude da atribuição do coeficiente individual de participação, nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo.

Art. 7º O Conselho Nacional do Petróleo fará publicar os coeficientes individuais de participação dos Municípios, a partir das relações divulgadas pelo IBGE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 93.189, de 29 de agosto de 1986.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

ANEXO AO DECRETO Nº 94.240, DE 21 DE ABRIL DE 1987

(Art. 6º, § 2º)

COEFICIENTES INDIVIDUAIS DE
PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Número de habitantes do Município (ou do Distrito, na hipótese prevista no inciso II do artigo 5º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986)		Coefficiente individual de participação
Até	10000	1,00
De 10001 a	12000	1,05
De 12001 a	14000	1,10
De 14001 a	16000	1,15
De 16001 a	18000	1,20
De 18001 a	20000	1,25
De 20001 a	24000	1,30
De 24001 a	28000	1,35
De 28001 a	32000	1,40
De 32001 a	36000	1,45
De 36001 a	40000	1,50
De 40001 a	48000	1,55
De 48001 a	56000	1,60
De 56001 a	64000	1,65
De 64001 a	72000	1,70
De 72001 a	80000	1,75
De 80001 a	96000	1,80
De 96001 a	112000	1,85
De 112001 a	128000	1,90
De 128001 a	144000	1,95
Acima de	144000	2,00

DECRETO Nº 94.241, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel denominado «Fazenda Sertão Bonito», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Sertão Bonito», com área de 3.273,0000ha (três mil, duzentos e setenta e três hectares), situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 42°07'21"WGr e latitude 10°42'50"S, situado na divisa das terras pertencentes a Josuel Araujo de Oliveira e terras de João Antônio da Rocha; deste, segue confrontando com João Antônio da Rocha e outros com o seguinte azimuth e distância: 358°30'00" e 2.300,00m, até o ponto 2, situado nas terras pertencentes a Mário Alves de Souza e terras de Cicero de Tal; deste, segue confrontando com Cicero de Tal, com os seguintes azimutes e distâncias: 82°15'00" e 6.000,00m, até o ponto 3; 14°15'00" e 4.200,00m, até o ponto 4, situado na divisa das terras de Cicero de Tal e terras de Airton Neves Moura; deste, segue confrontando com Airton Neves Moura e Copener nos seguintes azimutes e distâncias: 96°15'00" e 2.450,00m, até o ponto 5, situado na divisa da Copener e terras de Alberto Ferreira Soares; deste, segue confrontando com Alberto Ferreira Soares no seguinte azimuth e distância: 194°00'00" e 7.200,00m, até o ponto 6, situado na divisa das terras de Alberto Ferreira Soares e terras de Newton Carvalho de Almeida; deste, segue confrontando com terras de Newton Carvalho de Almeida e outros, com o seguinte azimuth e distância: 272°15'00" e 7.510,00m, até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta IBGE, folha SC.23-Z-B-VI, escala 1:100.000, ano 1981, e Lev. Proj. Xique-Xique).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.242, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Aleixo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Aleixo», com área de 779,6028ha (setecentos e setenta e nove hectares, sessenta arcs e vinte e oito centiares), situado no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM: E=403.960,00m e N=9.415.495,00m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr, e ao Equador, situado na divisa de terras de Pedro Pedrosa Santiago; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Décio de Queiroz Ramalho e José Antonio Ferreira, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 150°00' e 2.265,00m, até o ponto 2; 186°00' e 420,00m, até o ponto 3; 125°45' e 680,00m, até o ponto 4; deste segue pela margem esquerda do Rio do Engano, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 219°30' e 1.430,00m, até o ponto 5; 252°50' e 898,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com as terras de Francisco Vieira do Nascimento com azimuth plano de 333°15' e distância de 3.820,00m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca confrontando com as terras de Mariano Justino de Souza, com azimuth plano de 45°30' e distância de 620,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca confrontando com as terras de Antonio Rodrigues Neto e Pedro Pedrosa Santiago, com azimuth plano de 77°55' e distância de 1.440,00m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta Sudene DSG, folha SB.24.I.I, Boa Viagem, Ceará, escala 1:100.000, ano 1967, e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.243, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Sepé Tiarajú Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000651/86,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 6 de setembro de 1986, a concessão da Rádio Sepé Tiarajú Ltda., outorgada através do Decreto nº 78.365, de 3 de setembro de 1976, para explorar, na cidade de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.244, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Jacarezinho S.A., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e artigo 7º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada à Rádio Jacarezinho S.A., para executar, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, serviço de radiodifusão sonora em onda média, através da Portaria MVOP nº 1.122, de 22 de dezembro de 1945.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações adotará providências no sentido de interromper o serviço objeto da concessão ora declarada perempta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.245, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Educadora Rural de Jacarezinho Ltda., para a Fundação Educacional Dom Pedro Felipuk.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000835/86,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Rádio Educadora Rural de Jacarezinho Ltda. autorizada a realizar a transferência direta para a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.246, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Cristã Educativa Ltda., para a Fundação Cristã Educativa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29109.000585/86,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Rádio Cristã Educativa Ltda., autorizada a realizar a transferência direta para a Fundação Cristã Educativa, pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.247, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Outorga concessão à Rádio Serra Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001410/86 (Edital nº 54/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Serra Azul Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caiapônia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.248, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Outorga concessão à Rádio Tapuio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002974/86 (Edital nº 92/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Tapuio Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, servi-

ção de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Miguel Alves, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.249, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Outorga concessão à Rádio Liberal de Morada Nova Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004532/86 (Edital nº 143/86),

DECRETA :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Liberal de Morada Nova Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de ja-

neiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.250, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000004303/87-21 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, mantida pela Autarquia Universidade do Sudoeste da Bahia, com sede em Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na modalidade de multicampi, instalados em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.251, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto

nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno situado na rua Marcílio Dias nº 280, no Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e matriculado sob nº 38.851, no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona, da Comarca de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à ampliação da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.252, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho — 3ª Região, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho — 3ª Região, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e as metas físicas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto e à atividade indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.253, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.087.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 2.087.000.000,00 (dois bilhões e oitenta e sete milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto indicado no Anexo I deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.254, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretariu de Administração Pública — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.730.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.730.000,00 (sessenta e cinco milhões e setecentos e trinta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.255, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 44.430.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de

CZ\$ 44.430.000,00 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Os objetivos e metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.256, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abra ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 508.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 508.000.000,00 (quinhentos e oito milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.257, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 77.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 77.000.000,00 (setenta e sete milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.258, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 37.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 37.600.000,00 (trinta e sete milhões e seiscentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes aos projetos e às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.259, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 102.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral -- Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas a que se destinam as dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto serão efetuadas mediante a aprovação do orçamento da entidade nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.260, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 60.179.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 60.179.000,00 (sessenta milhões e cento e setenta e nove mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade e ao projeto indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.261, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.300.000,00, para reforço da dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto e à atividade indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.262, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, e ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.589.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, e ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.589.000,00 (doze milhões e quinhentos e oitenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades e projetos indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24.4.87.

DECRETO Nº 94.263, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 2.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Os objetivos e as metas físicas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.264, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 12.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 12.800.000,00, (doze milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto permanecerão inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.265, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria da Educação Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 95.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria da Educação Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Os objetivos e as metas físicas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto indicado nos Anexos I e II deste decreto permanecerão inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.266, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e metas físicas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, do projeto e atividade indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.267, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 212.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 212.200.000,00 (duzentos e doze milhões e duzentos mil

cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, do projeto indicado nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.268, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Reabre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.888, de 30 de dezembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, e em conformidade com o disposto no artigo 62, § 4º, ambos da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto, sob a forma anexa a este decreto, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial, no valor de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), autorizado pela Lei nº 7.555, de 18 de dezembro de 1986, aberto pelo Decreto nº 93.888, de 30 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.269, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Instituto Brasileiro do Café, o crédito suplementar de CZ\$ 4.590.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Instituto Brasileiro do Café, o crédito suplementar de CZ\$ 4.590.000,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.270, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 22.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito su-

plementar de CZ\$ 22.800.000,00 (vinte e dois milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Os objetivos e as metas físicas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-4-87.

DECRETO Nº 94.271, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre o voto dos Governadores de Estado nas deliberações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Nas deliberações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, a que se referem os Decretos nºs 91.823, de 22 de outubro de 1985; 92.646, de 13 de maio de 1986; 92.988, de 24 de julho de 1986 e 93.705, de 11 de dezembro de 1986, cada Governador de Estado que o integra, ou seu representante, terá direito a voto múltiplo, entendido como resultado da divisão do número total dos demais Conselheiros pelo número de Governadores de Estado.

Art. 2º Competirá ao Superintendente da Sudam, quando necessário, o voto de desempate.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.272, DE 23 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre o voto dos Governadores de Estado nas deliberações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Nas deliberações do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene, a que se refere o Decreto nº 91.532, de 15 de agosto de 1985, cada Governador de Estado que o integra, ou seu representante, terá direito a voto múltiplo, entendido como o resultado da divisão do número total dos demais Conselheiros pelo número de Governadores de Estado.

Art. 2º Competirá ao Superintendente da Sudene, quando necessário, o voto de desempate.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.273, DE 24 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 76.487.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 76.487.000,00 (setenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de operação de crédito externa, contratada pela República Federativa do Brasil.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto indicado no Anexo I deste decreto permanecerão inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 27-4-87.

DECRETO Nº 94.274, DE 24 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o Banco do Brasil S.A. a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a promover a elevação de seu capital social em mais CZ\$ 18.814.226.400,00, (dezoito bilhões, oitocentos e quatorze milhões, duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos cruzados), sem modificação do número de ações sem valor nominal emitidas, mediante a utilização de Reservas de Capital e Lucros Acumulados.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.275, DE 24 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre o aumento do capital Social da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e, tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.001352/87-54,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD a promover o aumento de seu capital social em CZ\$ 1.225.000.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões de cruzados), mediante subscrição particular de ações em dinheiro.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.276, DE 24 DE ABRIL DE 1987

*Autoriza a transferência dos terrenos
que menciona, situados no Município de
Mafra, Estado de Santa Catarina.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 10, § 3º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e no artigo 2º, item III, do Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a transferência para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD — de 2 (dois) terrenos rurais, com, respectivamente, as áreas de 726.000,00m² (setecentos e vinte e seis mil metros quadrados) e de 968.000,00² (novecentos e sessenta e oito mil metros quadrados), situados, ambos, na localidade de Butiá, Distrito de Rio Preto do Sul, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, objeto das matrículas nº 2.206 e nº 2.207, do Cartório do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição, daquele Município, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 41320-000.610/86-90, de 1986.

Art. 2º Os terrenos, a que se refere o artigo 1º deste decreto, destinam-se à utilização em projeto de assentamento de agricultores sem terras.

Art. 3º A transferência efetivar-se-á mediante termo, a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.277, DE 24 DE ABRIL DE 1987

Autoriza a Cobra — Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., a proceder ao aumento do limite do seu Capital Social.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Cobra — Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., a aumentar em CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados) o seu Capital Social Autorizado, bem como a aumentar, no mesmo valor, seu Capital Social Subscrito.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

DECRETO Nº 94.278, DE 27 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a criação de cargos e empregos no Quadro e Tabela Permanentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no artigo 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, no artigo 9º da Lei nº 6.856, de 18 de novembro de 1980, e o que consta do Processo nº 41500-000947/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados, na forma do Anexo I deste decreto, nas Categorias Funcionais de Técnico de Controle Interno, Assistente de

Controle Interno e Auxiliar de Controle Interno, do Quadro Permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia, os cargos a serem preenchidos mediante admissão de candidatos habilitados em concurso público, observada a legislação específica.

Art. 2º Ficam criados, na forma do Anexo II deste decreto, nas Categorias Funcionais de Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza, Pesquisador em Ciências da Saúde, Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas, Pesquisador em Tecnologia e Ciências Agrícolas, Artífice de Mecânica, Artífice de Eletricidade e Comunicações, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, Agente Administrativo, Datilógrafo, Médico, Psicólogo, Odontólogo, Engenheiro, Economista, Administrador, Estatístico, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Social, Técnico em Comunicação Social, Bibliotecário, Tradutor e Intérprete, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Desenhista, Técnico de Contabilidade, Telefonista, Agente de Vigilância, Assistente Jurídico, Motorista Oficial, Agente de Portaria, Analista de Informações, Analista de Segurança Nacional e Mobilização, Analista de Sistemas, Programador e Operador de Computação, da Tabela Permanente do Ministério da Ciência e Tecnologia, os empregos a serem preenchidos mediante admissão de candidatos habilitados em concurso público, observada a legislação específica.

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes do disposto nos artigos 1º e 2º deste decreto vigorarão a partir da data do exercício dos servidores nos respectivos cargos e empregos.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Ronato Archer

ANEXO I

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA — MCT

QUADRO PERMANENTE

LOTACÃO: Portaria/SEDAP n.º 888 de 20-9-85

GRUPO: ATIVIDADES ESPECÍFICAS
DE CONTROLE INTERNO, CÓDIGO: CI-1800
(Art. 1.º do Decreto n.º 94.273,
de 27 de abril de 1987)

D.O.U de 24-9-85

Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transportos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transportos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
02	Técnico de Controle Interno	S	02			—	—
02	Técnico de Controle Interno	C	04			02	—
02	Técnico de Controle Interno	B	06			04	—
05	Técnico de Controle Interno	A	08			03	—
11			20			09	
01	Assistente de Controle Interno	S	02			01	—
02	Assistente de Controle Interno	C	04			02	—
03	Assistente de Controle Interno	B	06			03	—
05	Assistente de Controle Interno	A	08			03	—
11			20			09	

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transportes formados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transportes formados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
01 02 02 04 09	1803 1803 1803 1803	Auxiliar de Controle Interno Auxiliar de Controle Interno Auxiliar de Controle Interno Auxiliar de Controle Interno	S C B A	01 02 03 04 10	1 1 1 1 1	1 1 1 1 1	10 1 1 1 1	1 1 1 1 1

ANEXO-II

Ministério da Ciência e Tecnologia — MCT

Tabela Permanente

Lotação: Portaria/SEDAP n.º 388 de 20-9-85

Grupo: Pesquisa Científica

e Tecnológica, Código: LT-PCT-200

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.278,
de 27 de abril de 1987)

D.O.U de 24-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
1	201	Pesquisador em Ciências Exatas e da Natureza Especial	1	01	1	1	01	1
1		Pesquisador	1	01	1	1	01	1
1		Pesquisador Associado "B"	1	02	1	1	02	1
1		Pesquisador Associado "A"	1	02	1	1	02	1
01		Pesquisador Assistente "B"	1	06	1	1	05	1
01		Pesquisador Assistente "A"	1	12	1	1	11	1

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
01	202	<i>Pesquisador em Ciências da Saúde</i> Especial Pesquisador Pesquisador Associado "B" Pesquisador Associado "A" Pesquisador Assistente "B" Pesquisador Assistente "A"	 	01 01 02 02 06 12	 	 	01 01 02 02 05 11	
01	203	<i>Pesquisador em Ciências Sociais e Humanas</i> Especial Pesquisador Pesquisador Associado "B" Pesquisador Associado "A" Pesquisador Assistente "B" Pesquisador Assistente "A"	 	01 01 02 02 06 12	 	 	01 01 02 02 06 11	
01	204	<i>Pesquisador em Tecnologia e Ciências Agrícolas</i> Especial Pesquisador Pesquisador Associado "B"	 	01 01 02 02 06 12	 	 	01 01 02 02 06 11	

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou transformados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transpostos, transformados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
10 101 1		Pesquisador Associado "A" Pesquisador Assistente "B" Pesquisador Assistente "A"	111	12 02 02 05	111	111	11 02 02 05	111

ANEXO-II
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA — MCT

TABELA PERMANENTE:

LOTACÃO: Portaria/SEDAP n.º 888 de 20-9-85

D.O.U de 24-9-85

GRUPO: ARTESANATO,
CÓDIGO: I/T-ART-700

(Art. 2º do Decreto n.º 94.278,
de 27 de abril de 1987)

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transportados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transportados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	702	Artífice de Mecânica Especial Mestre Contramestre Artífice Especializado Artífice		1	1	1	01 03 04	1
02				01 05	1	1		
02				06				
1	703	Artífice de Eletricidade e Comunicações Especial Mestre		1	1	1		1

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transportados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transportados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
03		Contramestre Artífice Especializado Artífice		01 05 06	1	1	01 02 03	1
03	704	Artífice de Carpintaria e Marcenaria Especial Mestre		1	1	1	01 02 03	1
03		Contramestre Artífice Especializado Artífice		05 06	1	1	01 02 03	1

TABELA PERMANENTE

GRUPO-SERVIÇOS AUXILIARES,
Código: LT-SA-800
Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85
D.O.U de 24-9-85

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Permanente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
01	801	Agente Administrativo	S	22			21	
03	801	Agente Administrativo	C	44			41	
03	801	Agente Administrativo	B	66			63	
45	801	Agente Administrativo	A	88			43	
52				220			168	
04	802	Datilógrafo(*)	S	08			04	
05	802	Datilógrafo	C	16			11	
17	802	Datilógrafo	B	24			07	
32	802	Datilógrafo	A	32				
58				80			22	

(*) Portaria/DP MCT n.º 10, de 18-11-86
D.O.U de 19-11-86

LOTAÇÃO

TABELA PERMANENTE

GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR,
CÓDIGO: LT-NS-900

Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85
D.O.U de 24-9-85

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
1	901	Médico	S	01			01	1
1	901	Médico	C	02			02	1
1	901	Médico	B	03			03	1
02	901	Médico	A	04			02	1
02				10			08	
1	907	Psicólogo	S					1
1	907	Psicólogo	C	01			01	1
1	907	Psicólogo	B	03			01	1
02	907	Psicólogo	A	04			02	1
02								
1	909	Odontólogo	S					1
1	909	Odontólogo	C	01			01	1
1	909	Odontólogo	B	01			01	1
01	909	Odontólogo	A	04			03	1
01				06			05	1
1	916	Engenheiro	S					1

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de vagas previstas na lotação	Nº de cargos transportos ou transportados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transportados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstas na lotação	Nº de excedentes à lotação
-	916	Engenheiro	C	01	-	-	01	-
-	916	Engenheiro	B	03	-	-	02	-
01	916	Engenheiro	A	04	-	-	03	-
-	922	Economista	S	01	-	-	01	-
-	922	Economista	C	02	-	-	02	-
02	922	Economista	A	04	-	-	02	-
02	923	Administrador	S	10	-	-	08	-
01	923	Administrador	C	04	-	-	03	-
01	923	Administrador	B	08	-	-	07	-
11	923	Administrador	A	16	-	-	11	-
14	926	Estatístico	S	40	-	-	26	-
-	926	Estatístico	C	-	-	-	01	-
-	926	Estatístico	B	01	-	-	01	-
01	926	Estatístico	A	03	-	-	02	-
01	927	Técnico em Assuntos Educacionais	S	05	-	-	01	-
-	927	Técnico em Assuntos Educacionais	C	01	-	-	01	-
03	927	Técnico em Assuntos Educacionais	B	01	-	-	01	-
03	927	Técnico em Assuntos Educacionais	A	03	-	-	01	-
03	927	Técnico em Assuntos Educacionais	A	05	-	-	02	-

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
1	930	Assistente Social	S	1			1	
1	930	Assistente Social	C	1			1	
1	930	Assistente Social	B	1			1	
01	930	Assistente Social	A	03			02	
01				03			02	
1	931	Técnico em Comunicação Social	S	01			01	
1	931	Técnico em Comunicação Social	C	02			02	
1	931	Técnico em Comunicação Social	D	03			03	
03	931	Técnico em Comunicação Social	A	04			01	
03				10			07	
1	932	Bibliotecário	S	1			1	
1	932	Bibliotecário	C	01			01	
1	932	Bibliotecário	B	01			01	
02	932	Bibliotecário	A	04			02	
02				06			04	
1	938	Tradutor e Intérprete	S	1			1	
1	938	Tradutor e Intérprete	B	01			01	
01	938	Tradutor e Intérprete	A	04			03	
01				05			04	
1	1001	Auxiliar de Enfermagem	S	1			1	
02	1001	Auxiliar de Enfermagem	B	02			02	
02	1001	Auxiliar de Enfermagem	A	04			02	
02				06			04	

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	Nº de empregos transportos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes à lotação
—	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	S	—	—	—	—	—
—	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	D	—	—	—	—	—
—	1005	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	C	03	—	—	03	—
—	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	B	12	—	—	06	—
06	1008	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	A	20	—	—	14	—
06	1014	Desenhista	S	—	—	—	—	—
—	1014	Desenhista	B	01	—	—	01	—
01	1014	Desenhista	A	03	—	—	02	—
01	1042	Técnico de Contabilidade	S	04	—	—	03	—
01	1042	Técnico de Contabilidade	B	01	—	—	—	—
04	1042	Técnico de Contabilidade	A	04	—	—	—	—
07	1042	Técnico de Contabilidade		07	—	—	—	—
12				12	—	—	—	—

LOTAÇÃO

TABELA PERMANENTE

GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO,
CÓDIGO: LT-NM-1000
(Art. 2º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85
D.O.U de 24-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de empregos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
—	1044	Telefonista	S	01	—	—	01	—
01	1044	Telefonista	B	03	—	—	02	—
05	1044	Telefonista	A	06	—	—	01	—
06				10	—	—	04	—
01	1045	Agente de Vigilância	S	03	—	—	02	—
01	1045	Agente de Vigilância	B	10	—	—	09	—
08	1045	Agente de Vigilância	A	17	—	—	09	—
10				30	—	—	20	—

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-SERVIÇOS JURÍDICOS,
Código: LT-SJ-1100

Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.276, de 27 de abril de 1987)

D.O.U de 24-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagos previstos na lotação	N.º de excedentes a lotação
01	1102	Assistente Jurídico	S	02	01	01	01	01
01	1102	Assistente Jurídico	C	04	03	03	03	03
01	1102	Assistente Jurídico	B	06	05	05	05	05
06	1102	Assistente Jurídico	A	08	08	08	02	02
09				20			11	11

LOTAÇÃO

TABELA PERMANENTE

GRUPO-SERVICOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA,
 CODIGO: LT-TP-1200

(Art. 2º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

Portaria/SEDAP n.º 888
 de 20-9-86

D.O.U de 24-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transportos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transportos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagos previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
02	1201	Motorista Oficial	S	04			02	
02	1201	Motorista Oficial	C	09			07	
03	1201	Motorista Oficial	B	13			10	
11	1201	Motorista Oficial	A	19			08	
18				45			27	
01	1202	Agente de Portaria	S	05			04	
01	1202	Agente de Portaria	C	10			08	
02	1202	Agente de Portaria	B	15			13	
17	1202	Agente de Portaria	A	20			03	
21				50			29	

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-SEGURANÇA E INFORMAÇÕES,
CÓDIGO: LT-SI-1400

Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

D.O.U de 24-9-85

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transpostos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transpostos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagos previstos na lotação	N.º de excedentes a lotação
—	1401	Analista de Informações	S	—	—	—	—	—
—	1401	Analista de Informações	R	02	—	—	02	—
03	1401	Analista de Informações	A	05	—	—	02	—
03				07	—	—	04	—
—	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	S	—	—	—	—	—
—	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	B	02	—	—	02	—
03	1402	Analista de Segurança Nacional e Mobilização	A	04	—	—	01	—
03				06	—	—	03	—

LOTAÇÃO

TABELA PERMANENTE

Portaria/SEDAP n.º 888
de 20-9-85

D.O.U de 24-9-85

GRUPO-PROCESSAMENTO DE DADOS,
Código: LT-PRO-1600

(Art. 2.º do Decreto n.º 94.278, de 27 de abril de 1987)

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transportos ou trans- formados para o Quadro Perma- nente	N.º de empregos transportos, trans- formados ou criados na Tabela Per- manente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
—	1601	Analista de Sistemas	S	—	—	—	01	—
—	1601	Analista de Sistemas	C	01	—	—	01	—
—	1601	Analista de Sistemas	B	01	—	—	01	—
01	1601	Analista de Sistemas	A	04	—	—	03	—
01	1602	Programador	S	06	—	—	05	—
—	1602	Programador	B	—	—	—	—	—
02	1602	Programador	A	04	—	—	02	—
02	1603	Operador de Computação	S	06	—	—	04	—
—	1603	Operador de Computação	D	02	—	—	—	—
06	1603	Operador de Computação	A	06	—	—	—	—
06				08	—	—	—	—

DECRETO Nº 94.279, DE 27 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Colatina», situado no Município de Acará, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Colatina», com a área de 7.485,5450ha (sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco hectares, cinquenta e quatro ares e cinquenta centiares), situado no Município de Acará, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do M1, cravado na divisa comum com o lote 682 (Fazenda Muritiba) de coordenadas E = 823.224,023 e N = 9.781.946,428; deste, segue por linha seca, limite com o lote 682, com o seguinte azimuth e distância: 65°05'24" e 2.003,31m, até o M18; deste, segue por linha seca divisa com terras da União Federal, com os seguintes azimutes e distâncias: 211°37'29" e 41,48m, até o M79; 203°21'58" e 237,69m, até o M78; 209°03'18" e 478,06m, até o M81; 118°42'19" e 2.549,34m, até o M0, cravado na faixa de domínio da Rodovia Estadual PA1; deste, segue com azimuth de 128°15'45" e distância de 43,41m, até o M6S; deste, segue por uma linha seca divisa com terras da União Federal, com os seguintes azimutes e distâncias: 178°09'15" e 2.116,91m, até o M107; 179°34'08" e 754,91m, até o M95; 191°18'40" e 1.625,58m, até o M75; 191°59'39" e 3.487,18m, até o M35; 192°07'04" e 1.351,81m, até o M20; 173°50'33" e 1.414,62m, até o M1A, situado na margem direita do Igarapé Mocoosinho; deste, segue pela referida margem direita do citado Igarapé Mocoosinho abaixo, com a distância de 5.827,44m, até o M263, situado na divisa com terras da União Federal; deste, segue por uma linha seca limitada com as terras da União Federal, com o azimuth de

343°29'20" e a distância de 4.986,29m, até o M196, situado na divisa com as terras da Fazenda Engenho Novo; deste, segue por uma linha seca, limita com a Fazenda Engenho Novo, com os seguintes azimutes e distâncias: 345°49'44" e 4.520,05m, até o M154; 345°58'46" e 2.727,26m, até o M6, situado na divisa com terras da União Federal, deste segue por linha seca, limita com as referidas terras da União Federal, com os seguintes azimutes e distâncias: 102°30'34" e 1.123,35m, até o M5A; 11°37'48" e 1.709,70m, até o M84; 347°44'22" e 1.515,51m, até o M5; 89°39'30" e 1.611,20m, até o M4, cravado na faixa de domínio da Rodovia Estadual PA1; deste, segue com azimute de 94°21'47" e distância de 189,01m, até o M517, situado na divisa com terras da União Federal; deste, segue por linha seca, limita com as terras da União Federal, com os seguintes azimutes e distâncias: 89°30'04" e 401,72m, até o M523; 62°33'11" e 672,97m, até o M1, marco inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: levantamento topográfico procedido por Lindolfo Heidemann — CREA 235-PA/AP).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 7.494,4160ha (sete mil, quatrocentos e noventa e quatro hectares, quarenta e um ares e sessenta centiares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 8,8710ha (oito hectares, oitenta e sete ares e dez centiares), referente a faixa de domínio da Rodovia Estadual PA1, restando uma área líquida de 7.485,5450ha (sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco hectares, cinquenta e quatro ares e cinquenta centiares).

Art. 2º Excluem-se ainda dos efeitos deste decreto: a) os sementes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.280, DE 27 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Vazante», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Tacima, no Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Vazante, com a área de 533,1300ha (quinhentos e trinta e três hectares e treze ares), situado no Município de Tacima, no Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no P0, materializado por um juazeiro, localizado no canto de uma cerca de arame e junto à porteira que dá acesso à sede da propriedade, através da antiga estrada Cachoeirinha/Barra, onde encostam terras de Terluiz Baracuhy e de Antonio Fernandes; partindo daí, com direção geral de NW, seguindo a mesma cerca de arame, chega-se ao P1, localizado às margens de um córrego que desce da «serra» e entra na propriedade; daí, remontando o mesmo, acompanhado pela cerca de arame, seguindo a direção geral NW e dividindo, com terras de Terluiz Baracuhy e Luciano Wanderley, chega-se ao ponto P2, localizado às cabeceiras do córrego, as quais coincidem, também, com um mourão da cerca de arame, local de encontro das terras de Luciano Wanderley com as de José Soares; daí, continuando na direção geral NW, dividindo com terras de José Soares, depois de atravessar, em diagonal, o divisor d'água da «serra», chega-se ao P3, referido a um mourão da cerca de arame, localizado na meia-encosta, no lado oposto da propriedade, dentro do capoeirão; seguindo, ainda dividindo com terras de José Soares e assumindo a direção geral NE, sobre a cerca de arame, passando entre dois lajeiros, após atravessar perpendicularmente o divisor d'água, atinge-se o P4, localizado no aceiro do capoeirão; partindo deste ponto, seguindo a cerca de arame, pelo aceiro do ca-

poeirão, agora na direção geral NW, depois de atravessar uma pequena gruta, chega-se ao P5, localizado na margem esquerda da mesma e referido a um mourão de cerca, próximo a um juazeiro; daí em diante, assumindo-se a direção geral E, percorrendo uma cerca mista (arame e aveloz), dividindo, ainda, com terras de José Soares, chega-se ao P6, localizado na meia-encosta e referido a um mourão da mesma cerca; em seguida, percorrendo a cerca mista, seguindo a direção N, dividindo ainda com terras de José Soares, chega-se ao P7, materializado por um mourão; partindo desse Ponto, na direção geral E, percorrendo uma cerca de arame e após passar por um juazeiro e cortar, perpendicularmente, o sangradouro do açude Vai-quem-quer, chega-se ao outro extremo da linha, identificando o P8; daí, seguindo pela mesma cerca, na direção geral N, ainda dividindo com terras de José Soares, chega-se ao P9, onde se dividem as terras deste e dos herdeiros de Sancho; continuando, assumindo agora, a direção geral NE, pela cerca, depois de atravessar a Lagoa dos Bentos, chega-se ao P10, localizado na cerca de arame, a qual coincide com a linha de divisa entre os herdeiros de Sancho e terras de José Soares, novamente; desse ponto, seguindo-se agora, uma cerca mista, na direção geral N, após passar na porteira que dá acesso à sede do imóvel, chega-se ao P11; daí, sempre seguindo a mesma cerca seguindo a direção geral E, dividindo, primeiro com terras de José Soares e, depois, com terras de Manoel Joaquim da Silva (Nino Cajueiro), após passar por outra porteira que dá acesso à sede do imóvel, através da estrada que se dirige à Barra chega-se ao P12, canto da cerca onde encostam as terras pré-citadas e as de Humberto Soares de Oliveira; daí, adotando-se a direção geral S, seguindo uma cerca mista (arame e aveloz), dividindo, primeiro com terras de Humberto Soares de Oliveira e, depois, com as de José Maranhão, após passar sucessivamente pelo sangradouro do Açude Vazante, pela porteira que dá acesso à sede do imóvel, através das estradas que ligam a Nova Cruz e a Braga, pelos sangradouros dos açudes Salgado, do Vaqueiro e Água Doce, continua-se por uma cerca de arame, chega-se a um canto da mesma localizado próximo a um juazeiro, constituindo o P13; daí, adotando agora a direção geral E, após passar por três juazeiros localizados na cerca de arame, chega-se ao outro juazeiro, na parte mais elevada, o qual constitui o canto da cerca e o P14; prosseguindo, agora na direção geral S, dividindo ainda com terras de José Maranhão, após atravessar perpendicularmente um córrego, chega-se a uma porteira que dá acesso ao povoado de Braga, através de uma antiga estrada que serve também de divisa das terras deste último com as de Reginaldo e Manoel Duda, subindo, em seguida, a meia-encosta e passando pela divisa das terras deste último, com as terras de Manoel Peroá, onde atinge-se o P15, localizado na várzea, dentro de um roçado; daí, seguindo a cerca de arame, após cruzar perpendicularmente o sangradouro do Açude do Macaco, sobe-se uma en-

costa suave na direção geral SE, atingindo novamente a várzea, onde está localizado o P16; daí, seguindo pela cerca, na direção geral S, depois de passar por dois juazeiros, já confrontando com terras de Manoel Peroá, choga-se ao P17, materializado por um antigo mourão de porteira, que serve de divisor das terras deste último confrontante, com terras de Antonio Fernandes; prosseguindo pela mesma cerca, na direção geral SW, dividindo com terras de Antonio Fernandes, sobe-se a encosta e chega-se ao P18, localizado às margens da antiga estrada que liga Cachoeirinha a Barra; daí, seguindo a direção geral S, percorre-se a cerca de arame, paralelamente à referida estrada e volta-se ao P0, início do perímetro da propriedade (fonte: O presente Memorial teve como base, anotações da toponímia regional, no próprio local, além de carta da Folha Tacima/PB, elaborada pelo IBGE, na escala de 1:50.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13, do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.281, DE 27 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Tamakavi», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Itaquiraí, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos

artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Tamakavi», com a área de 1.050ha (um mil e cinqüenta hectares), situado no Município de Itaquirai, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P1, de coordenadas geográficas longitude 54°05'58''WGr e latitude 23°20'36''S, situado na divisa de terras de Amélio, Aurélio e Alvaro José Cabrini e da Fazenda Tamakavi, de José Teixeira; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Tamakavi, de José Teixeira, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: 88°48'00'' e 4.380m, até o P2; 189°52'00'' e 3.260m, até o P3, situado no limite de faixa de domínio de uma estrada; deste, segue pela referida faixa de domínio da estrada acima citada, confrontando, pela margem oposta, com terras de Adroaldo Helarro Solletti e outros, com azimute magnético de 273°09'00'' e distância de 3.750m, até o P4, situado na divisa de terras de Amélio, Aurélio e Alvaro José Cabrini; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Amélio, Aurélio e Alvaro José Cabrini, com os seguintes azimutes magnéticos e distâncias: 31°00'00'' e 2.485m, até o P5; 300°03'00'' e 1.566m, até o P1, ponto inicial desta descrição (fontes de referência: Carta da DSG, folha SF.21-Z-D-III, escala 1:100.000, ano 1972 e Planta Topográfica elaborada pelo Engº Agrº Luiz Costa Filho, em 30-10-84).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto; a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.282, DE 27 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Morro Vermelho», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Selviria, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Morro Vermelho», com a área de 2.000ha (dois mil hectares), situado no Município de Selviria, no Estado de Mato Grosso do Sul, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 51°38'45''WGr e latitude 20°18'34''S, situado na confluência do córrego do Varjão com o Ribeirão Dois Córregos; deste, segue pela margem direita do Ribeirão Dois Córregos, à jusante, com a distância de 6.200m, até o P2, situado na confluência do Córrego Arrodeio com o Ribeirão Dois Córregos; deste, segue pela margem esquerda do Córrego Arrodeio, à montante, dividindo pela margem oposta com a Fazenda Morro Vermelho e terras de José Roquinho, com a distância de 5.900m, até o P3, situado na margem esquerda do Córrego Arrodeio e comum com terras de Espólio de Castro Neves; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Espólio de Castro Neves, com azimuth verdadeiro de 3°47'28'' e distância de 2.593m, até o P4, situado na margem direita do Córrego do Varjão; deste, segue pela margem direita do Córrego do Varjão, à jusante, dividindo pela margem oposta com terras de Darci Silveira, com a distância de 2.400m, até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da DSGE, folha SF. 22-V-B-II, escala 1:100.000, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.283, DE 28 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Retiro Saudoso» e «Águas Claras», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Gravatá, no Estado de Pernambuco, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Retiro Saudoso» e «Águas Claras», com a área total de 184,5000ha, (cento e oitenta e quatro hectares e cinquenta ares), situados no Município de Gravatá, no Estado de Pernambuco, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.683, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

Área «A» — Retiro Saudoso com 73,8000ha: partindo do P1, localizado no Extremo Norte do imóvel, de coordenadas geográficas: lati-

tude 8°15'45''S e longitude 35°31'33''WGr, no sentido geral SE, limitando-se com Luis Carlos ou seus sucessores, Antonio Gomes ou sucessores e novamente Luis Carlos ou sucessores, numa distância de 500m, chega-se ao P2. Deste, na direção geral SE, limitando-se com terras dos herdeiros de Antonio Vieira ou sucessores, e terras de Horácio Jerônimo ou sucessores, por uma distância de 600m, chega-se ao P3. Deste na direção SE, limitando-se, ainda, com terras de Horácio Jerônimo ou sucessores, por uma distância de 190m, chega-se ao P4. Deste, na direção geral SE, limitando-se com terras de Joaquim de tal ou sucessores, por uma distância de 200m, chega-se ao P5, localizado no Extremo Leste do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°16'28''S e longitude 35°31'17''WGr. Deste, no sentido geral SW, passando pelo P6, limitando-se com terras de Petronilo Simão ou sucessores e terras de José Amaro da Silva ou sucessores, por uma distância de 780m, chega-se ao P7, localizado no Extremo Sul do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°16'29''S e longitude 35°31'35''WGr. Deste, na direção geral NW, limitando-se com herdeiros de Manoel Alves Bezerra ou sucessores, por uma distância de 920m, chega-se ao P8, localizado no Extremo Oeste do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°16'03''S e longitude 35°31'40''WGr. Deste, na direção geral NE, limitando-se com terras da Cerâmica Gravatá ou sucessores, por uma distância de 500m, chega-se ao P inicial do presente memorial descritivo.

Área «B» — Águas Claras com 110,7000ha: partindo do P1, localizado no Extremo Norte do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°15'55''S e longitude 35°31'41''WGr, no sentido geral SW, limitando-se com terras de Antonio Jagode ou sucessores, por uma distância de 280m, chega-se ao P2. Deste, na direção geral SE, limitando-se com terras de Antonio Jagode ou sucessores, por uma distância de 200m, chega-se ao P3. Deste, na direção geral SE, limitando-se com terras de Antonio Jagode ou sucessores e com terras de herdeiros de Manoel Alves Bezerra ou sucessores, por uma distância de 790m, chega-se ao P4, localizado no Extremo Leste do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°16'24''S e longitude 35°31'11''WGr. Deste, na direção geral SW, confrontando-se com terras pertencentes ao Engarrafamento Pitu S/A ou sucessores, por uma distância de 400m, chega-se ao P5. Deste, localizado na margem esquerda do Riacho Elesbão, segue na direção geral SW, riacho acima, pela margem esquerda do referido riacho, limitando-se com terras pertencentes ao Engarrafamento Pitu S/A ou sucessores, por uma distância de 400m, chega-se ao P6, localizado no Extremo Sul do imóvel, de coordenadas geográficas: latitude 8°16'47''S e longitude 35°31'47''WGr. Deste, abandonando as margens do referido riacho, segue na direção geral NW, limitando-se com terras de José Ferreira de Lima ou sucessores, de Ederval de tal ou sucessores, de Simões de tal ou sucessores, de José Medeiros ou sucessores, de Regis Pereira ou sucessores e com a Fazenda Cruzeiro ou sucessores, por

uma distância de 1230m, chega-se ao P7. Deste, segue na direção geral NW, limitando-se com a Fazenda Cruzeiro ou sucessores por uma distância de 500m, chega-se ao P8, localizado no Extremo Oeste do imóvel de coordenadas geográficas: latitude 8°15'58"S e longitude 35°32'26"WGr. Deste, na direção geral NE, limitando-se com terras de José de Beto ou sucessores, de Joãozinho de Mariquinha ou sucessores e de Antonio Inácio ou sucessores, por uma distância de 950m, chega-se ao P1, inicial do presente memorial descritivo.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto; a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.284, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel rural denominado «Fazenda São Luiz II», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Sapopema, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei

nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Luiz II», com a área de 4.039,7060 ha (quatro mil, trinta e nove hectares, setenta arcs e sessenta centiares), situado no Município de Sapopema, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixado pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco OPP, de coordenadas geográficas longitude 50°44'10" WGr. e latitude 23°56'10" S, situado na confluência dos Rios Lambari e Tibagi, segue à jusante do Rio Tibagi pela margem direita, na distância de 2.960,00m, até o marco 1; deste, segue por linhas secas, confrontando com parte da Fazenda Inhoo, pertencentes aos Irmãos Zamarian, com os seguintes rumos e distâncias: 26°27'NE e 251,00m, até o marco 2; 46°36'NE e 1.329,00m, até o marco 3; 37°34'NE e 2.901,00m, até o marco 4; 34°59'NE e 5.310,00m, até o marco 5; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Inhoo, com os seguintes rumos e distâncias: 59°51'SE e 2.607,10m, até o marco 6; 10°23'SO e 1.018,50m, até o marco 7; 10°43'SO e 1.345,90m, até o marco 8; 6°23'SO e 470,60m, até o marco 9; 5°32'SO e 764,40m, até o marco 10; 3°35'SE e 558,90m, até o marco 11; 52°28'SE e 132,30m, até o marco 12; 7°55'SE e 419,00m, até o marco 13; 1°43'SO e 735,00m, até o marco 14; 18°51'SE e 108,50m, até o marco 15, cravado na margem direita do Rio Lambari; deste, segue à jusante do referido rio, na distância de 18.840,00m, até o marco OPP, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta Geográfica do IBGE, folha SF-22-V-III, escala 1:100.000, ano 1967).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.285, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Jaracateá ou Nascimento, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Jacaraú, no Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixado pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Jaracateá ou Nascimento, com área de 168,1200ha (cento e sessenta e oito hectares e doze ares), situado no Município de Jacaraú, no Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas: longitude 35°15'37" WGr e latitude de 6°36'47" S, situado à margem de uma estrada vicinal, na divisa com terras de José Tadeu Carneiro da Cunha e Fazenda Alvorada; deste, segue pela margem da referida estrada, confrontando com terras da mesma Fazenda com os seguintes azimutes e distâncias: az. 36°00' e 200,0m, até o ponto 2; az. 10°00' e 184,3m, até o ponto 3; az. 26°32' e 134,5m, até o ponto 4; az. 12°30' e 264,7m, até o ponto 5; az. 25°30' e 322,0m, até o ponto 6; az. 347°40' e 143,1m, até o ponto 7; az. 14°35' e 123,6m, até o ponto 8; az. 3°50' e 90,5m, até o ponto 9, situado na margem da estrada vicinal, na divisa com terras da Fazenda Alvorada e José Marcelo Barbalho; deste, segue pela margem da referida estrada, confrontando com José Marcelo Barbalho, com os seguintes azimutes e distâncias: az. 143°25' e 250,0m, até o ponto 10; az. 117°00' e 223,6m, até o ponto 11; az. 102°30' e 511,9m, até o ponto 12; az. 129°20' e 506,0m, até o ponto 13; az. 122°35' e 272,0m, até o ponto 14, situado na margem da estrada vicinal, na divisa com terras de José Marcelo Barbalho e Fazenda Nascimento; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Fazenda Nascimento, com os seguintes azimutes e distâncias: az. 237°35' e 921,1m, até o ponto 15; az. 207°30' e 375,8m,

até o ponto 16; az. 198°00' e 284,6m, até o ponto 17, na divisa com terras da Fazenda Nascimento e José Tadeu Carneiro da Cunha, deste, segue por linhas secas, confrontando com José Tadeu Carneiro da Cunha, com os seguintes azimutes e distâncias: az. 294°30' e 67,0m, até o ponto 18; az. 327°25' e 310,6m, até o ponto 19; az. 296°30' e 724,7m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fonte: Folhas Topográficas da SUDENE SB. 25.Y-A-V-1-SE; SB.25.Y-A-V-2-SO; SB.25.Y-A-V-2-NO e SB.25.Y-A-V-1-NE, ano de 1974, escala 1:25.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.286, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Califórnia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, item I, da Lei nº

4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Califórnia», com área de 1.540 ha (um mil, quinhentos e quarenta hectares), situado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 42°07'46''WGr e latitude 10°44'45''S, situado na divisa das terras pertencentes a Alberto Ferreira Soares com Josuel Araújo de Azevedo; deste, segue confrontando com Josuel Araújo de Azevedo com o seguinte azimute e distância: 22°15'00'' e 3.850,00m até o ponto 2, situado na divisa das terras pertencentes a Josuel Araújo de Azevedo e terras de Valdir Borges do Rosário; deste, segue confrontando com Valdir Borges do Rosário com o seguinte azimute e distância: 92°00'00'' e 4.450,00m até o ponto 3, situado na divisa das terras pertencentes a Valdir Borges do Rosário e terras de Newton Carvalho de Almeida; deste, segue confrontando com Newton Carvalho de Almeida e outros com o seguinte azimute e distâncias: 185°00'00'' e 2.700,00m até o ponto 4, situado na divisa das terras pertencentes a José Góis com Alberto Ferreira Soares; deste, segue confrontando com Alberto Ferreira Soares com o seguinte azimute e distância: 264°00'00'' e 5.700,00m até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta IBGE, folha SC.23-Z.B-VI, escala: 1:100.000, ano de 1981 e Lev. Proj. Xique-Xique).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.287, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Fixa o termo final de implementação do «Programa Ruas em Paz», criado pelo Decreto nº 91.538, de 16 de agosto de 1985.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O «Programa Ruas em Paz», criado pelo Decreto nº 91.538, de 16 de março de 1985, será implementado até 31 de dezembro de 1987.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.288, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão de passagem, a favor da Valec — Engenharia e Construções Limitada, imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias situadas nos municípios abaixo discriminados, nos Estados de Goiás, Maranhão e em áreas do Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o que determina o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e de conformidade com o Decreto nº 94.176, de 2 de abril de 1987, que outorgou à Valec — Engenharia e Construções Limitada a concessão para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro, na direção geral norte-sul, fazendo conexão entre a Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades de Açailândia, no Estado do Maranhão, e os ramais da Rede Ferroviária Federal S.A. que demandam o Planalto Central, na região Brasília-Anápolis, tudo nos termos do Contrato de Concessão celebrado entre o Ministério dos Transportes e aquela Empresa, no dia 22 de abril de 1987, e do que consta do Processo nº M/T 005.776/87,

DECRETA:

Artigo 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão de passagem, em favor da Valec — Engenharia e Construções Limitada, os imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias de propriedade particular, bem como o domínio útil dos terrenos porventura foreiros situados nos Municípios de Filadélfia, Presidente Kennedy, Guaraí, Miracema do Norte, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Gurupi, Peixe, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Formoso, Estrela do Norte, Mara Rosa, Campinorte, Uruaçu, Barro Alto, Pirenópolis, Padre Bernardo, Cumbá de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, todos no Estado de Goiás, nos Municípios de Açailândia, João Lisboa, Imperatriz, Montes Altos, Porto Franco, Estreito, Wanderlândia e Babaçulândia, no Estado do Maranhão, e em áreas do Distrito Federal, necessários à construção, operação e segurança de uma estrada de ferro, na direção geral norte-sul, fazendo conexão entre a Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades de Açailândia, no Estado do Maranhão, e os ramais da Rede Ferroviária Federal S.A. que demandam o Planalto Central, na região Brasília-Anápolis, e perfazendo uma extensão de 1.517 quilômetros, imóveis esses representados pelas faixas de terrenos assinaladas em mosaico cartográfico, a partir da restituição aerofotogramétrica na escala de 1/100.000, conforme plantas de n.ºs FNS-80DES009-91-0100 a 0122, constantes do Processo n.º MT-005.776/87.

Artigo 2º As faixas de terra compreendidas no presente decreto possuem, aproximadamente, um total de 1.586.895.000m² (um bilhão, quinhentos e oitenta e seis milhões e oitocentos e noventa e cinco mil) e têm as seguintes delimitações, em coordenadas geográficas:

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
0	47°24'01"	4°54'58"	500	500
1	47°21'42"	4°58'37"	500	500
2	47°21'26"	5°00'57"	700	500
3	47°23'13"	5°03'57"	500	700
4	47°23'50"	5°05'51"	500	500
5	47°23'37"	5°07'01"	500	500
6	47°24'50"	5°10'24"	800	500
7	47°25'35"	5°11'02"	500	500
8	47°25'51"	5°13'20"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
9	47°25'25"	5°14'17"	500	500
10	47°24'46"	5°14'30"	500	500
11	47°24'35"	5°15'57"	500	800
12	47°22'14"	5°17'18"	500	500
13	47°21'57"	5°18'44"	500	500
14	47°22'10"	5°20'08"	500	500
15	47°23'42"	5°24'30"	850	950
16	47°27'06"	5°26'31"	500	500
17	47°27'48"	5°27'57"	500	500
18	47°27'30"	5°29'10"	500	500
19	47°25'45"	5°30'12"	500	500
20	47°25'39"	5°31'15"	500	500
21	47°25'56"	5°32'20"	500	500
22	47°26'39"	5°33'23"	500	500
23	47°26'21"	5°36'36"	600	500
24	47°27'39"	6°41'31"	500	500
25	47°28'47"	6°43'18"	700	500
26	47°28'33"	6°44'17"	500	500
27	47°27'38"	6°45'21"	500	500
28	47°26'13"	6°48'10"	500	500
29	47°24'57"	6°50'05"	500	500
30	47°24'36"	6°52'52"	500	500
31	47°24'40"	6°56'58"	700	500
32	47°24'15"	6°00'26"	500	500
33	47°23'04"	6°03'30"	500	550
34	47°23'58"	6°09'15"	600	600
35	47°21'29"	6°14'55"	400	600
36	47°22'02"	6°17'37"	500	450
37	47°22'54"	6°18'55"	700	500
38	47°23'23"	6°23'15"	400	600
39	47°25'10"	6°26'23"	550	600
40	47°24'29"	6°29'12"	400	550
41	47°24'45"	6°30'15"	500	500
42	47°26'05"	6°31'30"	500	500
43	47°26'11"	6°32'29"	500	500
44	47°27'05"	6°33'41"	500	500
45	47°28'09"	6°33'50"	600	700
46	47°28'15"	6°34'20"	500	350
47	47°28'51"	6°36'53"	500	500
48	47°30'20"	6°39'37"	500	500
49	47°30'17"	6°45'23"	800	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
50	47°31'20"	6°47'12"	500	450
51	47°32'12"	6°49'31"	650	400
52	47°31'57"	6°51'34"	500	500
53	47°31'02"	6°52'12"	500	500
54	47°30'57"	6°53'52"	500	500
55	47°31'21"	6°55'20"	600	200
56	47°32'26"	6°57'09"	500	500
57	47°32'24"	6°58'31"	500	500
58	47°33'51"	6°59'30"	500	500
59	47°36'04"	7°02'31"	500	500
60	47°36'30"	7°04'13"	500	350
61	47°37'57"	7°05'31"	500	500
62	47°38'42"	7°07'15"	500	500
63	47°40'00"	7°07'48"	500	500
64	47°42'39"	7°07'44"	500	400
65	47°46'10"	7°10'13"	500	500
66	47°46'26"	7°11'05"	500	500
67	47°45'37"	7°12'16"	450	550
68	47°45'17"	7°13'18"	500	600
69	47°43'49"	7°16'36"	600	600
70	47°44'58"	7°21'12"	600	600
71	47°44'52"	7°23'51"	550	500
72	47°43'32"	7°24'58"	600	700
73	47°43'58"	7°25'53"	700	700
74	47°42'31"	7°26'47"	650	650
75	47°42'59"	7°27'58"	600	550
76	47°42'21"	7°28'42"	650	650
77	47°42'51"	7°29'18"	600	650
78	47°42'17"	7°30'00"	500	500
79	47°42'25"	7°30'57"	500	500
80	47°44'40"	7°35'10"	500	500
81	47°44'59"	7°39'21"	500	500
82	47°45'33"	7°41'17"	500	500
83	47°46'54"	7°42'55"	500	500
84	47°49'23"	7°43'52"	500	500
85	47°51'16"	7°45'18"	500	500
86	47°56'22"	7°45'23"	500	500
87	47°55'36"	7°46'41"	600	500
88	47°56'46"	7°49'00"	500	500
89	47°56'39"	7°50'33"	500	600
90	47°58'49"	7°53'07"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
91	47°59'48"	7°55'03"	500	500
92	48°00'16"	7°55'33"	500	500
93	48°00'28"	7°57'23"	500	500
94	48°01'06"	7°58'10"	500	500
95	48°00'56"	8°00'33"	500	500
96	48°01'41"	8°03'00"	500	500
97	48°02'39"	8°03'26"	600	750
98	48°02'36"	8°03'39"	500	500
99	48°02'56"	8°03'48"	500	500
100	48°04'20"	8°04'05"	500	500
101	48°05'44"	8°05'13"	500	500
102	48°06'45"	8°04'39"	400	600
103	48°08'12"	8°05'12"	400	700
104	48°08'05"	8°06'24"	400	500
105	48°09'44"	8°06'05"	650	500
106	48°12'00"	8°09'21"	600	600
107	48°10'58"	8°10'49"	550	450
108	48°11'12"	8°12'23"	500	600
109	48°10'47"	8°14'47"	500	550
110	48°09'09"	8°17'15"	700	400
111	48°08'07"	8°20'33"	750	350
112	48°07'55"	8°23'04"	700	350
113	48°07'59"	8°25'15"	850	350
114	48°08'03"	8°30'30"	700	550
115	48°09'13"	8°31'36"	500	600
116	48°10'42"	8°35'11"	500	550
117	48°10'22"	8°36'24"	500	500
118	48°08'37"	8°39'08"	500	500
119	48°08'19"	8°41'17"	500	500
120	48°08'55"	8°42'48"	550	500
121	48°09'10"	8°44'45"	500	500
122	48°07'58"	8°47'58"	800	500
123	48°08'29"	8°49'05"	500	500
124	48°10'34"	8°50'17"	450	500
125	48°11'07"	8°52'17"	500	450
126	48°10'51"	8°56'00"	500	500
127	48°11'35"	8°56'58"	500	450
128	48°11'31"	8°57'58"	500	400
129	48°12'04"	8°58'47"	400	500
130	48°11'02"	8°59'03"	500	500
131	48°14'06"	9°01'36"	500	450

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
132	48°16'14"	9°03'10"	500	500
133	48°17'06"	9°04'44"	500	500
134	48°17'10"	9°06'39"	500	500
135	48°18'51"	9°07'30"	450	450
136	48°19'13"	9°08'46"	500	500
137	48°19'08"	9°10'26"	500	500
138	48°19'46"	9°12'22"	500	500
139	48°20'50"	9°13'57"	500	500
140	48°20'59"	9°16'13"	500	600
141	48°22'03"	9°17'10"	500	500
142	48°22'49"	9°18'20"	500	500
143	48°23'54"	9°21'45"	500	500
144	48°23'57"	9°23'41"	500	500
145	48°24'28"	9°24'57"	500	500
146	48°24'34"	9°28'39"	500	500
147	48°23'24"	9°30'11"	500	500
148	48°23'48"	9°31'10"	500	500
149	48°24'04"	9°33'46"	500	500
150	48°23'56"	9°34'35"	500	500
151	48°24'35"	9°35'46"	500	500
152	48°24'35"	9°37'14"	500	500
153	48°24'08"	9°38'51"	500	500
154	48°23'03"	9°40'36"	500	500
155	48°22'32"	9°40'49"	500	500
156	48°21'59"	9°43'07"	500	500
157	48°22'07"	9°44'42"	500	500
158	48°23'26"	9°46'36"	500	500
159	48°22'19"	9°48'46"	500	500
160	48°22'49"	9°50'08"	500	500
161	48°22'32"	9°51'31"	500	500
162	48°22'57"	9°53'33"	500	750
163	48°22'52"	9°55'49"	500	500
164	48°23'17"	9°56'26"	750	800
165	48°21'28"	9°59'20"	500	600
166	48°20'24"	10°01'34"	500	500
167	48°20'22"	10°01'59"	450	500
168	48°21'43"	10°01'57"	450	500
169	48°22'41"	10°02'36"	500	500
170	48°25'19"	10°06'56"	500	500
171	48°25'37"	10°08'03"	500	500
172	48°26'11"	10°08'35"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
173	48°26'18"	10°09'37"	500	500
174	48°26'48"	10°10'16"	500	500
175	48°26'30"	10°11'20"	850	500
176	48°26'46"	10°12'33"	500	500
177	48°26'03"	10°13'37"	500	500
178	48°25'38"	10°16'04"	500	600
179	48°26'34"	10°18'11"	450	500
180	48°26'38"	10°22'05"	500	500
181	48°26'13"	10°23'27"	500	500
182	48°26'10"	10°26'44"	450	450
183	48°25'47"	10°27'46"	500	600
184	48°26'30"	10°28'56"	500	400
185	48°28'12"	10°30'43"	450	500
186	48°27'44"	10°32'48"	500	500
187	48°27'41"	10°34'15"	500	500
188	48°26'17"	10°37'02"	500	500
189	48°26'09"	10°38'45"	500	500
190	48°26'20"	10°39'02"	500	500
191	48°27'41"	10°41'38"	500	500
192	48°27'49"	10°42'24"	500	500
193	48°27'34"	10°43'26"	500	500
194	48°26'17"	10°45'48"	500	500
195	48°25'35"	10°46'27"	500	500
196	48°24'55"	10°48'06"	500	800
197	48°26'32"	10°50'41"	500	600
198	48°26'42"	10°53'01"	500	500
199	48°28'07"	10°55'17"	500	500
200	48°30'00"	10°55'46"	500	500
201	48°32'01"	10°57'32"	500	500
202	48°33'24"	10°59'56"	500	500
203	48°33'58"	11°02'09"	500	400
204	48°33'59"	11°03'06"	500	850
205	48°32'37"	11°08'35"	500	500
206	48°33'06"	11°11'05"	400	500
207	48°32'45"	11°12'10"	500	500
208	48°30'46"	11°14'08"	500	500
209	48°29'57"	11°14'35"	500	500
210	48°29'50"	11°15'36"	500	500
211	48°29'05"	11°16'05"	500	500
212	48°28'42"	11°17'36"	500	500
213	48°29'37"	11°19'20"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
214	48°31'09"	11°20'34"	500	500
215	48°32'36"	11°20'39"	500	500
216	48°34'41"	11°21'48"	450	500
217	48°36'29"	11°23'55"	500	500
218	48°38'08"	11°28'01"	450	550
219	48°38'15"	11°28'08"	500	500
220	48°39'09"	11°29'22"	500	600
221	48°43'24"	11°33'43"	600	500
222	48°44'01"	11°33'56"	500	500
223	48°44'47"	11°35'35"	500	500
224	48°44'40"	11°36'43"	500	500
225	48°45'56"	11°41'02"	600	600
226	48°49'40"	11°44'45"	550	500
227	48°49'40"	11°45'44"	450	500
228	48°47'04"	11°49'04"	500	550
229	48°47'19"	11°49'54"	500	600
230	48°47'32"	11°51'16"	500	500
231	48°48'21"	11°52'38"	850	500
232	48°47'42"	11°53'43"	500	500
233	48°48'21"	11°55'31"	500	500
234	48°52'52"	11°59'57"	650	600
235	48°53'10"	12°00'45"	500	500
236	48°52'14"	12°02'07"	500	500
237	48°52'00"	12°03'26"	450	700
238	48°53'12"	12°09'15"	450	600
239	48°53'18"	12°11'04"	500	500
240	48°54'20"	12°13'04"	500	500
241	48°55'20"	12°19'02"	550	500
242	48°56'41"	12°00'34"	450	500
243	48°56'48"	12°21'41"	500	500
244	48°56'23"	12°23'15"	500	500
245	48°57'34"	12°27'49"	500	500
246	48°57'28"	12°31'09"	700	500
247	48°57'43"	12°33'22"	500	500
248	48°57'18"	12°35'31"	500	500
249	48°57'44"	12°38'03"	500	500
250	48°57'23"	12°44'24"	500	500
251	48°57'53"	12°46'57"	500	500
252	48°57'34"	12°48'58"	500	700
253	48°56'25"	12°51'50"	500	800
254	48°54'55"	12°53'53"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
255	48°54'50''	12°55'05''	450	500
256	48°53'45''	12°56'48''	500	500
257	48°53'54''	13°01'38''	500	500
258	48°55'04''	13°03'55''	450	500
259	48°54'49''	13°06'28''	500	500
260	48°55'37''	13°11'28''	450	500
261	48°55'45''	13°14'47''	500	500
262	48°56'32''	13°15'33''	500	500
263	48°57'55''	13°18'42''	450	550
264	48°59'24''	13°20'00''	450	500
265	49°01'17''	13°33'28''	500	500
266	49°00'58''	13°34'11''	450	550
267	48°59'15''	13°25'39''	550	450
268	48°58'39''	13°28'13''	500	800
269	48°58'44''	13°29'31''	450	550
270	48°58'59''	13°30'36''	400	500
271	48°59'40''	13°32'03''	500	500
272	48°58'57''	13°33'42''	450	500
273	48°57'24''	13°35'43''	500	500
274	48°57'27''	13°39'51''	500	500
275	48°58'22''	13°40'57''	450	500
276	48°58'40''	13°41'58''	500	500
277	48°58'35''	13°43'10''	450	550
278	48°58'52''	13°43'45''	500	550
279	48°58'30''	13°44'39''	500	500
280	48°58'29''	13°46'12''	500	500
281	48°59'32''	13°47'17''	500	500
282	48°59'29''	13°48'02''	500	500
283	49°00'27''	13°50'45''	500	500
284	49°02'21''	13°51'48''	500	500
285	49°02'59''	13°52'58''	450	500
286	49°04'33''	13°53'53''	500	500
287	49°05'45''	13°55'25''	500	500
288	49°05'48''	13°56'16''	450	500
289	49°05'20''	13°57'00''	1000	500
290	49°05'31''	13°57'30''	500	500
291	49°07'30''	13°58'22''	500	500
292	49°07'08''	13°59'24''	700	500
293	49°07'39''	14°00'10''	400	600
294	49°08'15''	14°00'36''	500	500
295	49°07'54''	14°03'01''	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
296	49°07'35"	14°05'30"	500	500
297	49°08'44"	14°07'27"	500	500
298	49°08'54"	14°08'44"	500	500
299	49°07'50"	14°09'41"	500	500
300	49°07'57"	14°10'06"	550	500
301	49°08'20"	14°10'49"	500	500
302	49°08'20"	14°11'20"	500	500
303	49°07'45"	14°11'58"	500	500
304	49°06'20"	14°12'37"	500	500
305	49°06'32"	14°13'22"	500	500
306	49°05'37"	14°15'02"	500	500
307	49°04'30"	14°15'58"	500	500
308	49°03'14"	14°16'40"	500	500
309	49°02'55"	14°17'56"	500	500
310	49°02'52"	14°18'52"	500	500
311	49°03'27"	14°19'24"	600	500
312	49°04'47"	14°20'00"	600	500
313	49°04'50"	14°21'32"	500	500
314	49°02'30"	14°24'37"	450	500
315	49°02'24"	14°25'51"	500	500
316	49°02'42"	14°26'54"	500	500
317	49°03'37"	14°28'03"	500	500
318	49°04'00"	14°29'24"	500	500
319	49°04'14"	14°30'17"	700	500
320	49°04'39"	14°30'39"	500	500
321	49°04'39"	14°31'06"	500	500
322	49°03'42"	14°31'45"	500	500
323	49°03'32"	14°32'11"	500	500
324	49°04'02"	14°33'16"	450	550
325	49°03'33"	14°34'05"	500	500
326	49°03'08"	14°35'58"	500	500
327	49°01'36"	14°37'44"	600	600
328	49°01'16"	14°38'21"	500	500
329	48°59'30"	14°39'21"	450	500
330	48°58'25"	14°39'15"	500	500
331	48°58'23"	14°40'00"	450	550
332	48°57'08"	14°40'59"	500	500
333	48°55'26"	14°40'54"	500	500
334	48°54'24"	14°40'28"	500	500
335	48°53'17"	14°41'04"	500	500
336	48°52'38"	14°41'43"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
337	48°49'28"	14°41'25"	700	500
338	48°48'21"	14°40'17"	450	850
339	48°47'59"	14°39'31"	550	500
340	48°46'59"	14°40'14"	500	700
341	48°45'02"	14°39'38"	500	500
342	48°43'44"	14°40'00"	500	500
343	48°44'30"	14°40'47"	500	500
344	48°44'08"	14°41'33"	500	500
345	48°44'38"	14°43'16"	500	500
346	48°44'51"	14°43'42"	500	500
347	48°43'49"	14°44'31"	500	500
348	48°43'57"	14°45'04"	400	950
349	48°43'32"	14°45'49"	500	500
350	48°44'17"	14°46'50"	500	500
351	48°44'29"	14°48'10"	500	500
352	48°45'55"	14°50'36"	500	500
353	48°46'40"	14°52'50"	500	500
354	48°48'53"	14°55'39"	500	500
355	48°49'43"	14°57'21"	500	500
356	48°49'25"	14°58'10"	600	500
357	48°50'11"	15°00'14"	500	500
358	48°49'23"	15°01'19"	500	500
359	48°49'34"	15°01'35"	500	500
360	48°48'32"	15°02'30"	750	500
361	48°48'35"	15°03'03"	500	500
362	48°48'35"	15°03'52"	500	500
363	48°49'39"	15°05'35"	500	500
364	48°50'37"	15°06'19"	500	500
365	48°49'57"	15°07'09"	500	450
366	48°49'34"	15°08'05"	500	500
367	48°49'44"	15°08'59"	500	500
368	48°48'20"	15°09'31"	500	500
369	48°48'03"	15°09'52"	500	500
370	48°47'26"	15°10'00"	500	500
371	48°46'29"	15°10'29"	500	500
372	48°46'39"	15°10'07"	500	500
373	48°44'34"	15°09'39"	550	600
374	48°43'27"	15°11'02"	750	600
375	48°43'58"	15°11'32"	450	550
376	48°43'08"	15°13'32"	500	500
377	48°42'24"	15°13'49"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
378	48°42'11"	15°14'24"	500	500
379	48°41'09"	15°14'39"	500	500
380	48°41'14"	15°15'35"	500	500
381	48°40'56"	15°15'56"	500	550
382	48°39'44"	15°16'12"	450	500
383	48°38'43"	15°15'54"	500	500
384	48°37'26"	15°15'53"	500	500
385	48°36'44"	15°16'07"	500	500
386	48°36'09"	15°15'36"	500	500
387	48°34'55"	15°16'32"	500	500
388	48°34'45"	15°17'34"	500	500
389	48°34'13"	15°17'56"	500	500
390	48°32'56"	15°18'13"	500	500
391	48°32'06"	15°17'29"	500	500
392	48°31'34"	15°17'21"	500	500
393	48°29'25"	15°17'33"	500	500
394	48°26'38"	15°16'38"	500	500
395	48°25'00"	15°17'04"	450	500
396	48°24'26"	15°16'51"	500	500
397	48°23'05"	15°17'04"	500	550
398	48°21'34"	15°15'40"	550	500
399	48°20'47"	15°15'33"	500	500
400	48°19'20"	15°16'25"	500	550
401	48°18'60"	15°16'54"	450	600
402	48°17'12"	15°17'43"	550	500
403	48°16'06"	15°18'42"	500	500
404	48°15'48"	15°19'11"	500	500
405	48°16'02"	15°22'17"	500	700
406	48°14'28"	15°23'06"	500	550
407	48°14'28"	15°23'48"	500	550
408	48°14'55"	15°24'27"	500	550
409	48°14'35"	15°24'43"	500	500
410	48°12'24"	15°24'53"	500	500
411	48°12'14"	15°25'13"	500	550
412	48°12'17"	15°26'12"	450	500
413	48°13'04"	15°26'51"	500	550
414	48°13'24"	15°26'57"	500	550
415	48°13'55"	15°27'46"	500	550
416	48°13'14"	15°28'38"	550	550
417	48°13'35"	15°29'11"	400	550
418	48°13'11"	15°29'27"	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
419	48°12'31''	15°24'34''	500	500
420	48°12'04''	15°30'20''	500	500
421	48°12'34''	15°31'31''	550	450
422	48°14'15''	15°33'16''	550	500
423	48°14'11''	15°34'07''	500	500
424	48°14'38''	15°35'13''	550	500
425	48°13'51''	15°36'08''	500	450
426	48°13'21''	15°35'58''	500	500
427	48°12'27''	15°36'15''	500	500
428	48°12'34''	15°36'41''	500	450
429	48°13'35''	15°37'27''	450	550
430	48°14'35''	15°39'11''	500	550
431	48°14'22''	15°40'16''	500	500
432	48°14'43''	15°41'00''	500	500
433	48°14'38''	15°42'30''	450	450
434	48°13'30''	15°43'03''	500	500
435	48°13'18''	15°43'48''	500	500
436	48°13'15''	15°45'49''	500	500
437	48°12'18''	15°46'28''	500	500
438	48°11'36''	15°45'39''	500	450
439	48°10'54''	15°46'11''	500	450
440	48°09'08''	15°46'41''	500	500
441	48°08'29''	15°47'11''	500	500
442	48°08'06''	15°46'57''	500	500
443	48°07'43''	15°46'18''	550	450
444	48°05'57''	15°46'22''	500	500
445	48°05'56''	15°47'04''	500	500
446	48°04'40''	15°47'48''	500	500
447	48°04'08''	15°47'42''	500	500
448	48°03'38''	15°47'04''	500	500
449	48°02'38''	15°47'03''	500	500
450	48°02'11''	15°46'44''	500	500
451	48°01'09''	15°45'20''	500	500
452	48°00'24''	15°45'13''	500	500
453	47°59'36''	15°45'23''	500	500
454	47°59'23''	15°45'39''	500	500
455	47°59'50''	15°46'20''	500	500
456	47°59'55''	15°46'48''	500	500
457	47°59'06''	15°47'24''	—	500
458	47°57'57''	15°47'33''	500	500

Pontos	Coordenadas Geográficas do Ponto		Distâncias	
	E/W	N/S	D	E
459	47°59'22"	15°47'43"	400	—
460	47°59'25"	15°48'05"	350	350

Artigo 3º Fica autorizada a Valec — Engenharia e Construções Limitada a promover em seu nome e a executar com a utilização de recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidão a que se refere o artigo 1º deste decreto.

Artigo 4º A Valec — Engenharia e Construções Limitada poderá alegar urgência na desapropriação a que se refere o presente decreto, com base nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, com o objetivo da imediata imissão de posse de parte ou da totalidade dos imóveis, acessórios ou benfeitorias de interesse do projeto.

Artigo 5º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.289, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte mi-

lhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 29-4-87.

DECRETO Nº 94.290, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 63.090.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 63.090.000,00 (sessenta e três milhões e noventa mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes às atividades indicadas nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 29-4-87.

DECRETO Nº 94.291, DE 28 DE ABRIL DE 1987

Autoriza o aumento de Capital Social da Vale do Rio Doce Navegação S.A. — Docenave.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, e o que consta do Processo MME nº 27000.001067/87-98,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Vale do Rio Doce Navegação S.A. — Docenave a promover o aumento de seu Capital Social em CZ\$ 285.630.104,88 (duzentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e trinta mil, cento e quatro cruzados e oitenta e oito centavos) mediante capitalização de créditos referentes a adiantamento para futuro aumento de capital e subscrição particular em dinheiro.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.292, DE 29 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 51.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas do projeto indicado no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 30-4-87.

DECRETO Nº 94.293, DE 29 DE ABRIL DE 1987

Altera e consolida o Estatuto da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcep, instituída por força da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81 da Constituição, combinado com o artigo 2º da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980,

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcep, assinado pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap, na forma consolidada que com este decreto baixa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aluízio Alves

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO — FUNCEP

CAPÍTULO I

Natureza, Finalidade e Objetivos

Art. 1º A Fundação Centro de Formação do Servidor Público — Funcep, instituída em virtude da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980, pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, tem sede na Capital Federal e se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação pertinente.

Art. 2º A Funcep é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap, com autonomia administrativa, financeira e operacional, nos termos da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980.

Art. 3º A Funcep tem por objetivo:

I — promover atividades que visem à valorização e à dignificação da função pública e do servidor público;

II — promover o fortalecimento do instituto do mérito na função pública e no acesso a funções superiores;

III — promover, através da Escola Nacional de Administração Pública — ENAP, a seleção, a formação e o aperfeiçoamento dos quadros superiores do pessoal civil da Administração Pública;

IV — promover, através do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — Cedam, o aperfeiçoamento, especialização, atualização e reciclagem dos servidores civis federais, em todos os demais níveis da Administração Pública;

V — desenvolver programas de estudos e pesquisas, executar atividades de cooperação técnica, patrocinar a divulgação e publicação de trabalhos especializados e promover seminários, simpósios e outros eventos que possam contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública;

VI — prestar, mediante convênio, assistência técnica e assessoramento a órgãos da União, estados e municípios nas áreas de modernização administrativa e desenvolvimento de recursos humanos;

VII — prestar assessoria à Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap/PR — em programas e projetos, bem como executar atividades complementares à sua atuação;

VIII — promover, quando lhe for delegada, a execução de atividades relacionadas com o recrutamento e a seleção de pessoal civil para a Administração Pública;

IX — promover atividades que estimulem o associativismo dos servidores, para fins sociais, culturais e recreativos;

X — promover ou co-participar de eventos culturais de cujos temários constem o debate e apreciação de assuntos relativos à Administração, políticas públicas e ao desenvolvimento de recursos humanos.

§ 1º A Funcep exercerá suas atribuições diretamente ou por intermédio de órgãos ou entidades públicas ou particulares.

§ 2º A Fundação poderá firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e instituições da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta, bem assim com entidades privadas.

CAPÍTULO II

Patrimônio

Art. 4º O patrimônio da Fundação será constituído por:

I — bens imóveis que lhe forem transferidos na forma do art. 4º, da Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980;

II — dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinados em orçamentos de qualquer nível de governo, ou de suas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e órgãos autônomos;

III — doações, legados ou contribuição de pessoas físicas ou jurídicas;

IV — rendas, de qualquer espécie, de seus próprios serviços, bens ou atividades;

V — recursos do Fundo Especial de Formação de Pessoal — Funforpe (Lei nº 6.661, de 21 de junho de 1979);

VI — bens móveis e imóveis de que tenha o domínio ou em que seja titular de qualquer outro direito real;

VII — contribuições provenientes de entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras e internacionais;

VIII — incorporação de resultados financeiros de exercícios;

IX — outras rendas eventuais.

Art. 5º A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica interna ou externa, pública ou privada, coordenando, controlando e adequando sua aplicação às diretrizes estabelecidas neste Estatuto, observada a legislação em vigor.

Art. 6º O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade prevista na alínea c do item III do art. 19 da Constituição.

Art. 7º São extensivos à Funcep os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, prazos processuais, ações especiais e executivas, juros e custas (Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980, art. 9º).

Art. 8º Os bens e direitos da Funcep serão utilizados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO III

Organização e Competência

Art. 9º São órgãos da Administração superior da Fundação:

I — Presidência;

II — Conselho Diretor.

Art. 10. Constarão da estrutura básica:

I — a Escola Nacional de Administração Pública — ENAP dirigida por um Diretor-Geral, nomeado ou designado em comissão pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap, e auxiliado por dois Diretores e um Secretário-Executivo designados pelo Presidente da Funcep, mediante proposta do Diretor-Geral da ENAP (Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986);

II — o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — Cedam dirigido por um Diretor-Geral (Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986) nomeado ou designado em comissão pelo Ministro de Estado Chefe da Sedap.

III — quatro Diretorias (Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980) dirigidas por Diretores, nomeados ou designados em comissão pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, que comporão, juntamente com o Presidente da Funcep, o Conselho Diretor.

Parágrafo único. Os demais órgãos da Funcep e respectiva competência constarão da estrutura básica e das normas gerais de administração aprovadas pelo Conselho Diretor.

Art. 11. A Escola Nacional de Administração pública — ENAP e o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública — Cedam terão a respectiva competência, estrutura, composição e funcionamento dispostos em Regimento Interno próprio, aprovado pelo Ministro de Estado Chefe da Sedap, a ele submetido pelo Presidente da Funcep, ouvido o Conselho Diretor.

Art. 12. O Presidente da Funcep, nomeado em comissão pelo Presidente da República, exercerá a Presidência do Conselho Diretor.

Parágrafo único. Em seus impedimentos, o Presidente será substituído por um membro do Conselho Diretor designado pelo Ministro de Estado Chefe da Sedap.

Art. 13. Ao Presidente da Funcep, incumbe:

I — administrar a Fundação, dirigindo suas atividades e serviços;

II — planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da Fundação;

III — presidir as reuniões do Conselho Diretor;

IV — representar a Fundação ou promover-lhe a representação, em juízo ou fora dele;

V — receber bens, doações e subvenções destinados à Fundação;

VI — autorizar a alienação de bens móveis da Fundação;

VII — submeter à apreciação do Conselho Diretor:

a) a estrutura básica e as normas gerais de administração da Fundação;

b) a organização do quadro e as tabelas de remuneração do pessoal da Fundação;

c) o programa geral de trabalho, os planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos;

d) o relatório de atividades e a prestação anual de contas;

e) os termos dos convênios, contratos, acordos e ajustes firmados em nome da Fundação;

f) proposta de alienação de bens imóveis.

VIII — convocar, extraordinariamente, o Conselho Diretor;

IX — admitir, promover, elogiar, designar, transferir, licenciar, punir, dispensar e requisitar pessoal, bem como prover os cargos em comissão e funções de confiança da Fundação;

X — movimentar, juntamente com um Diretor, as contas da Fundação, bem como ordenar despesas e autorizar pagamentos;

XI — contratar, com a anuência do Conselho Diretor, empresas ou profissionais especializados para a realização de serviços técnicos.

Art. 14. Ao Conselho Diretor compete:

I — apreciar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente, por qualquer dos demais membros e pelos Diretores-Gerais da ENAP e do Cedam;

II — aprovar a estrutura básica e as normas gerais da administração da Fundação;

III — aprovar a organização do quadro e as tabelas de remuneração do pessoal da Fundação;

IV — examinar o programa geral de trabalho, os planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos;

V — analisar o relatório de atividades e a prestação anual de contas;

VI — aprovar os convênios, contratos, acordos e ajustes previstos no plano anual de trabalho da Fundação;

VII — examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira da Fundação;

VIII — autorizar a alienação de bens imóveis da Fundação;

IX — aprovar os atos necessários ao funcionamento da ENAP e do Cedam.

Art. 15. O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou a requerimento de, pelo menos, três de seus membros, vedada a percepção de qualquer remuneração por tais sessões (*jeton*).

§ 1º O Conselho Diretor deliberará com o *quorum* mínimo de três participantes, dos quais, obrigatoriamente, um será o Presidente em exercício.

§ 2º As decisões do Conselho Diretor serão adotadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 16. As atribuições dos Diretores serão fixadas no Regimento Interno da Funccp.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais, Gerais e Transitórias

Art. 17. A ENAP e o Cedam funcionarão sob regime de administração delegada, devendo os seus atos de gestão orçamentária e financeira serem aprovados pelo Conselho Diretor da Fundação.

Art. 18. A Funcep funcionará por tempo indeterminado e sua extinção poderá ser proposta pelo Ministro de Estado Chefe da Sedap.

Art. 19. Em caso de extinção, os bens e direitos da Funcep passarão a integrar o patrimônio da União.

Art. 20. O exercício social coincidirá com o ano-calendário.

Art. 21. O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

Art. 22. A Funcep gozará dos privilégios concedidos, legalmente, às instituições de utilidade pública.

Art. 23. A prestação anual de contas da Funcep, acompanhada do relatório das atividades desempenhadas no período, será submetida, com o parecer do Conselho Diretor, ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Os Diretores-Gerais da ENAP e do Cedam submeterão ao Conselho Diretor da Funcep, ao final de cada exercício financeiro, as prestações de contas globais de suas atividades, que integrarão a prestação de contas anual da Fundação.

Art. 24. A remuneração do Presidente dos Diretores-Gerais e dos Diretores membros do Conselho Diretor será fixada pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, observadas as normas legais, e regulamentares aplicáveis.

Art. 25. O Fundo Especial de Formação de Pessoal — Funforpe, criado pela Lei nº 6.861, de 21 de junho de 1979, e transferido à Fundação pela Lei nº 6.871, de 3 de dezembro de 1980, será administrado pela Funcep.

Art. 26. Este estatuto somente poderá ser alterado por ato do Presidente da República, mediante proposta do Ministro de Estado da Sedap.

Art. 27. Os casos omissos, neste estatuto, serão resolvidos pelo Ministro de Estado Chefe da Sedap.

Brasília, 29 de abril de 1987.

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.294, DE 29 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cantagalo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Casimiro de Abreu, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Cantagalo», com a área de 1.749,3625ha (um mil, setecentos e quarenta e nove hectares, trinta e seis ares e vinte e cinco centiares), situado no Município de Casimiro de Abreu, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 197,200m e N = 7.520.180m, referidas ao MC 45°WGr, situado na passagem de nível a 130m do meio da plataforma da antiga Estação Californiana, da RFFSA; deste, segue pela margem direita da ferrovia, sentido de quem vai para Macaé, com 420m, até o ponto 2; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Importadora Fluminense Ltda., ou sucessores, nos seguintes azimutes e distâncias: 131°00'00" e 1.600m, até o ponto 3; 230°00'00" e 200m, até o ponto 4; 131°00'00" e 1.500m, até o ponto 5; 145°00'00" e 1.350m, até o ponto 6; deste, segue pela margem direita da estrada que vai para Macaé, na distância de 600m, até o ponto 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Importadora Fluminense Ltda, ou sucessores, com os seguintes azimutes e distâncias: 131°00'00" e 900m, até o ponto 8; 228°00'00" e 200m, até o ponto 9; 140°00'00" e 200m, até o ponto 10; 50°00'00" e 200m, até o ponto 11; 131°00'00" e 690m, até o ponto 12; 96°00'00" e 770m, até o ponto 13; deste, segue por linhas secas, confrontando com

José Maria Rollas, sucessor de Carvalho Pimentel e Agueda R. Cunha, nos seguintes azimutes e distâncias: 182°00'00" e 770m, até o ponto 14; 98°00'00" e 850m, até o ponto 15; deste, segue pela margem direita da Rodovia Amaral Peixoto, sentido de quem vai para o Rio de Janeiro, com a distância de 150m, até o ponto 16; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Bela Vista, nos seguintes azimutes e distâncias: 270°34'00" e 924m, até o ponto 17; 168°24'00" e 46m, até o ponto 18; 265°54'00" e 486m, até o ponto 19; 271°04'00" e 498m, até o ponto 20; 197°34'00" e 170m, até o ponto 21; 291°34'00" e 542m, até o ponto 22; 241°54'00" e 1.604m, até o ponto 23 (marco de pedra); 196°24'00" e 330m, até o ponto 24; 309°04'00" e 336,50m, até o ponto 25; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Santo Inácio de José Passos de Souza, com azimute de 331°04'00" e distância de 800m, até o ponto 26; deste, segue por linhas secas, confrontando com José Maria Rollas, com os seguintes azimutes e distâncias: 278°00'00" e 430m, até o ponto 27; 14°00'00" e 490m, até o ponto 28; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda da Trindade, de Floriano Peçanha, sucessor de Flávio Moreira, nos seguintes azimutes e distâncias: 47°00'00" e 300m, até o ponto 29; 317°30'00" e 920m, até o ponto 30; 229°00'00" e 930m, até o ponto 31; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Monte Verde, com os seguintes azimutes e distâncias: 317°30'00" e 1.750m, até o ponto 32; 48°00'00" e 200m, até o ponto 33; 317°30'00" e 900m, até o ponto 34; deste, segue por linhas secas, confrontando com José Maria Rollas, nos seguintes azimutes e distâncias: 48°00'00" e 320m, até o ponto 35; 9°00'00" e 450m, até o ponto 36; 317°30'00" e 1.247m, até o ponto 37; deste, segue pela margem direita da ferrovia, sentido de quem vai para Macaé, com a distância de 2.020m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta do Brasil, Folha Macaé SF-24-M-1-3, escala 1:50.000, ano 1969, elaborada pelo IBGE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.295, DE 29 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Pacu-Matrinxã», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Nova Brasilândia e Paranatinga, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Pacu-Matrinxã» com 66.000,000ha (sessenta e seis mil hectares), situado nos Municípios de Nova Brasilândia e Paranatinga, no Estado do Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 54°01'08''WGr e latitude 14°24'42''S, situado na margem esquerda do Córrego Picarrão, junto à divisa das terras de Nazário Gama, segue com rumo de 50°00''SE, medindo 4.500,00m, divisando com terras de Nazário Gama até o P2, situado na faixa de domínio, lado esquerdo da MT-20, sentido Cuiabá-Gaucha do Norte; deste ponto segue com o rumo de 50°00''SE, medindo 1.400,00m, divisando com terras de Nazário Gama, até o P3; deste ponto segue com rumo de 38°00''SW, medindo 4.500,00m, divisando com terras de Ana da Costa Pinheiro, até o P4; deste ponto, segue com rumo de 50°30''SE, medindo 4.700,00m, divisando com terras de Ana da Costa Pinheiro, até o P5; deste ponto, segue com o rumo de 37°00''NE, medindo 10.800,00m, divisando com terras de Ana da Costa Pinheiro, até o P6; deste ponto, segue com rumo de 32°00''SE, medindo 7.900,00m, divisando com terras de Joaquim R. Neto, João Tireli, Celso Oliveira Moreira e José Domingos Campos, até o P7; deste ponto, segue com o rumo de 80°00''SW, medindo 8.750,00m, divisando com terras de Carmem Silva Pereira Borges, até o P8; deste ponto, segue com o rumo de 14°30''SW, medindo 3.900,00m, divisando com terras de Carmem Silva Pereira Borges, até o P9; deste ponto, se-

gue com o rumo de 88°15'SW, medindo 2.400,00m, até o P10; deste ponto, segue com o rumo de 63°00'SW, medindo 1.700,00m, até o P11; deste ponto, segue com o rumo de 76°30'SW, medindo 800,00m, até o P12; deste ponto, segue com o rumo de 89°30'SW, medindo 400,00m, até o P13; deste ponto, segue com o rumo de 05°00'SW, medindo 2.150,00m, até o P14; deste ponto, segue com o rumo de 89°00'NE, medindo 250,00m, até o P15; deste ponto, segue com o rumo de 80°00'NE, medindo 950,00m, até o P16; deste ponto, segue com o rumo de 41°30'NE, medindo 750,00m, até o P17; deste ponto, segue com o rumo de 17°00'NE, medindo 450,00m, até o P18; deste ponto, segue com o rumo de 72°00'NE, medindo 3.250,00m, até o P19; Do P9 ao P19 — divisando com terras de José Viana de Souza; do P19, segue com rumo de 14°30'SW, medindo 7.550,00m, divisando com terras de Honorato de Almeida Vieira até o P20, situado na margem esquerda do Rio Culuene; deste ponto, segue limitando pela margem esquerda do Rio Culuene acima, medindo 5.000,00m, até o P21 na divisa das terras de Osmar Damazio; deste ponto, segue com o rumo de 9°15'NE, medindo 6.850,00m, até o P22; deste ponto, segue com o rumo de 80°30'SW, medindo 5.200,00m, até o P23; deste ponto, segue com o rumo de 06°15'SE, medindo 5.900,00m, até o P24, situado na margem esquerda do Rio Caluene; Do P21 ao P24 — divisando com terras de Osmar Damazio; do P24, segue o Rio Caluene acima, em sua margem esquerda, medindo 6.100,00m, até o P25, na divisa das terras de Edu Arruda Júnior; deste ponto, segue com rumo de 40°00'NE, medindo 600,00m, até o P26; deste ponto, segue com rumo de 19°00'NE, medindo 3.000,00m, até o P27; deste ponto, segue com rumo de 68°30'NW, medindo 5.850,00m, até o P28; deste ponto, segue, com o rumo de 38°15'SW, medindo 7.150,00m, até o P29; deste ponto, segue com o rumo de 07°30'SE, medindo 3.750,00m, até o P30, na confluência do Córrego Garimpo Novo com o Rio Culuene, ambos margem esquerda; Do P25 ao P30 — divisando com terras de Edu Arruda Júnior; do P30, segue pela margem esquerda do Rio Caluene acima, medindo 22.000,00m, até o P31, situado na margem esquerda do Rio Culuene, junto às terras permutadas com o Governo do Estado de Mato Grosso; deste ponto, segue com o rumo de 05°00'NW, medindo 12.400,00m, limitando com as terras permutadas com o Estado de Mato Grosso, até o P32; deste ponto, segue com o rumo de 64°30'NE, medindo 8.000,00m, divisando com terras do Estado de Mato Grosso, até o P33; deste ponto, segue com o rumo de 16°00'NW, medindo 2.150,00m, divisando com terras do Estado de Mato Grosso, até o P34, comum à divisa das terras de Ana Rezeke de Moraes; deste ponto, segue com o rumo de 77°30'NE, medindo 6.550,00m, até o P35, deste ponto, segue com o rumo de 41°30'NE, medindo 200,00m, até o P36; deste ponto, segue com o rumo de 19°30'NW, medindo 2.900,00m, até o P37; deste ponto, segue com o rumo de 80°45'SW, medindo 2.900,00m, até o P38; deste ponto, segue com o rumo de 18°00'NW, medindo 2.100,00m, até o P39; deste pon-

to, segue com o rumo de 62°00'SW, medindo 950,00m, até o P40; deste ponto, segue com o rumo de 27°15'NW, medindo 1.050,00m, até o P41; deste ponto, segue com o rumo de 61°00'SW, medindo 1.500,00m, até o P42; Do P34 ao P42 — divisando com terras de Ana Rezeke de Moraes; do P42, segue com o rumo de 27°30'NW, medindo 1.400,00m, divisando com terras de Aurélio Stancat, até o P43; deste ponto, segue com o rumo de 27°30'NW, medindo 5.800,00m, divisando com terras de Aurélio Stancat, até o P44, situado na margem esquerda do Rio Paranatinga; deste ponto, segue pela margem esquerda do Rio Paranatinga acima, medindo 31.000,00m, até o P45, situado na margem esquerda do Rio Paranatinga, com as terras de Antonio Montanholi; deste ponto, segue com o rumo de 18°30'SE, medindo 7.250,00m, divisando com terras de Antonio Montanholi, até o P46, deste ponto, segue com o rumo de 86°00'NE, medindo 5.850,00m, divisando com terras de Antonio Montanholi e de José Martinez Bravo, até o P47; deste ponto, segue com o rumo de 68°00'NE, medindo 2.800,00m, divisando com terras de Aldo Flumian, até o P48; deste ponto, segue com o rumo de 17°30'NW, medindo 6.350,00m, divisando com terras de Aldo Flumian, até o P49; deste ponto, segue com o rumo de 59°00'NE, medindo 1.100,00m, até o P50, situado no lado esquerdo da faixa de domínio da MT-20, sentido Cuiabá-Gaucha do Norte; deste ponto, segue com o rumo de 60°00'NE, medindo 1.050,00m, até o P51, situado na margem esquerda do Córrego Piçarrão; deste ponto, segue limitando com o Córrego Piçarrão acima, margem esquerda, com o rumo de 25°30'NE, medindo 2.750,00m, até o P1, ponto inicial do presente memorial (fontes de referência: títulos expedidos pelo Estado de Mato Grosso e Cartas SD-21-Z-B-111, SD-21-Z-B-IV; SD-22-Y-A-I, SD-22-Y-A-IV); da área acima descrita, foram excluídos 130.0000ha (cento e trinta hectares) referentes à faixa de domínio da MT-130 e MT-20.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.296, DE 29 DE ABRIL DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel rural denominado «Chopim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mangueirinha, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Chopim», com a área de 943,8020ha (novecentos e quarenta e três hectares, oitenta ares e vinte centiares), situado no Município de Mangueirinha, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, de coordenadas geográficas latitude 26°07'48"S e longitude 52°28'56"WGr, situado na confluência do Lajeado Panela com o Rio Chopim, segue à jusante do referido rio, por sua margem direita, na distância de 2.467,10m, até o marco 2; deste, segue por linha seca, confrontando com o Quinhão I da Fazenda Chopim, com azimute de 21°19' e distância de 3.18,70m, até o marco 2A; deste, segue por linha seca, confrontando com o Quinhão IV da Fazenda Chopim, com azimute de 21°19' e distância de 1.809,00m, até o marco 3; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Quinhão VIII da Fazenda Chopim, com os seguintes azimutes e distâncias: 102°42' e 224,20m, até o marco 4; 99°46' e 48,00m, até o marco 5; 102°05' e 140,00m, até o marco 6; 101°24' e 100,00m, até o marco 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Quinhão VII da Fazenda Chopim, com os seguintes azimutes e distâncias: 101°51' e 228,00m, até o marco 8; 107°09' e 62,00m, até o marco 9; 101°42' e 113,00m, até o marco 10; 96°03' e 59,00m, até o marco 11; 103°07' e 152,00m, até o marco 12; 100°30' e 38,00m, até o marco 13; 96°33' e 45,00m, até o marco 14; 100°29' e 32,00m, até o marco 15; 102°19' e 290,20m, até o marco 16; 102°01' e

60,40m, até o marco 17; 102°14' e 89,30m, até o marco 18; 102°40' e 140,40m, até o marco 19; 102°26' e 64,80m, até o marco 20; 95°39' e 30,70m, até o marco 21; 105°48' e 65,00m, até o marco 22; 95°13' e 53,00m, atravessando o Lajeado Panela, até o marco 23; 108°14' e 38,00m, até o marco 24; 99°39' e 146,60m, até o marco 25; 105°51' e 82,60m, até o marco 26; 101°05' e 50,40m, até o marco 27; 80°21' e 16,20m, até o marco 28; 102°36' e 87,30m, até o marco 29; 103°33' e 93,20m, até o marco 30; 104°19' e 28,50m, até o marco 31; 99°17' e 68,80m, até o marco 32; 101°54' e 77,00m, até o marco 33; 101°02' e 155,60m, até o marco 34; deste, segue por linhas secas, confrontando com o Quinhão II da Fazenda Chopim, com os seguintes azimutes e distâncias: 197°41' e 1.811,00m, até o marco 35; 248°55' e 3.011,80m, até o marco 36, situado na margem do Lajeado Panela; deste, segue à jusante do referido lajeado, confrontando com o Quinhão II da Fazenda Chopim, na distância de 205,70m, até o marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes de referência: Carta Preliminar da DSG, folha 22-Y-B-I-1, ano 1979, escala 1:50.000 e certidões do Cartório de Registro de Imóveis).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.297, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em

12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 27 de outubro de 1986, em Montevidéu, o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (Acordo nº 2),

DECRETA:

Art. 1º O Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigora a partir de primeiro de outubro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 4-5-87 e retificados nos D.O. de 18-5-87 e 22-5-87.

DECRETO Nº 94.298, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Concede autorização à Canadian Pacific Air Lines Limited para funcionar no Brasil como empresa regular de transporte aéreo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o Decreto nº 92.319, de 23 de janeiro de 1986 e a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º É concedida à Canadian Pacific Air Lines Limited, com sede em Vancouver, Canadá, autorização para funcionar no Brasil como empresa regular de transporte aéreo, com os Estatutos que apresentou e com o capital destinado às suas operações estimado em CZ\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), obrigada a cumprir integralmente as leis

e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da presente autorização.

Art. 2º Este decreto é acompanhado pelo Estatuto e pelos demais atos mencionados no artigo 2º do Decreto nº 92.319, de 23 de janeiro de 1986.

Art. 3º O exercício efetivo de qualquer atividade da Canadian Pacific Air Lines Limited, no Brasil, relacionada com os serviços de transporte aéreo regular, ficará sujeito à legislação brasileira que for aplicável.

Art. 4º Ficam, ainda, estabelecidas as seguintes cláusulas:

I — A Canadian Pacific Air Lines Limited é obrigada a ter, permanentemente, um representante no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar e, definitivamente, resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandada a receber citação inicial pela empresa.

II — Todos os atos praticados no Brasil ficarão sujeitos unicamente às respectivas leis e regulamentos e à jurisdição de seus tribunais judiciários ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida empresa reclamar qualquer exceção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente à execução das obras ou serviços a que eles se referem.

III — A empresa não poderá realizar no Brasil os objetivos constantes de seus estatutos que são vedados a empresas estrangeiras, e só poderá exercer os que dependam da prévia permissão governamental depois desta obtida e sob condições em que foi concedida.

IV — Fica dependendo de autorização do Governo qualquer alteração que a empresa tenha de fazer nos respectivos estatutos.

V — Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionamento no Brasil se infringir as cláusulas anteriores e as disposições constantes do Acordo sobre Transporte Aéreo entre Brasil e Canadá, firmado no dia 15 de maio de 1986 ou se, a juízo do Governo brasileiro, a empresa exercer atividades contrárias ao interesse público.

VI — A transgressão de qualquer das cláusulas para a qual não exista cominação especial, e a prática de infrações de tarifas de transporte aprovadas ou autorizadas pela autoridade brasileira competente, serão punidas com as multas estabelecidas pela legislação interna. No caso de reincidência, poderá ser cassada a autorização concedida.

VII — Para efeito do artigo 5º do Acordo sobre Transporte Aéreo, ser-lhe-ão aplicadas as leis e regulamentos brasileiros relativos à entrada, permanência ou saída de aeronave, bem como à entrada, permanência ou saída de passageiros, tripulação ou carga das aeronaves.

Art. 5º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

O Estatuto e seus anexos estão publicados no D.O. de 4-5-87.

DECRETO Nº 94.299, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Uberlândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000243/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, a concessão da Rádio Educadora de Uberlândia Ltda., outorgada através da Portaria MVOP nº 141, de 18 de fevereiro de 1953, para explorar, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.300, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Najuá de Irati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Irati, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000194/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 1987, a concessão da Rádio Najuá de Irati Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.713, de 23 de maio de 1977, para explorar na cidade de Irati, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 30 de junho de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.301, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Emissora Aruanã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29112.000274/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 5 de julho de 1986, a concessão da Rádio Emissora Aruanã Ltda., outorgada através do Decreto nº 77.605, de 12 de maio de 1976, para explorar, na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.302, DE 30 DE ABRIL DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Os objetivos e metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto indicado no Anexo I deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-5-87.

DECRETO Nº 94.303, DE 1º DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional — CMN, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica incluído na composição do Conselho Monetário Nacional — CMN, um membro representante das classes trabalhadoras, nomeado pelo Presidente da República, com mandato de um a cinco anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo único. Nas reuniões de urgência previstas no artigo 2º do Decreto nº 85.776, de 26 de fevereiro de 1981, deverá participar o membro de que trata este artigo.

Art. 2º O Conselho Monetário Nacional — CMN, deliberará por maioria de votos, com a presença, no mínimo, de quatorze membros, cabendo ao Presidente também o voto de qualidade e a prerrogativa de deliberar *ad referendum* do plenário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.304, DE 4 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 17 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no setor da indústria química,

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21 apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará até 31 de dezembro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seu anexo estão publicados no D.O. de 5-5-87.

DECRETO Nº 94.305, DE 4 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Venezuela, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 13 de março de 1987, em Montevideu, o Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13),

D E C R E T A :

Art. 1º O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará a partir de 1º de abril de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seu anexo estão publicados no D.O. de 5-5-87.

DECRETO Nº 94.306, DE 4 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 91.539, de 19 de agosto de 1985, modificado pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O § 2º do artigo 3º do Decreto nº 91.539, de 19 de agosto de 1985, alterado pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

§ 2º Os membros da Coname, efetivos e suplentes, escolhidos dentre pessoas de elevada capacidade técnico-profissional, serão designados pelo Presidente da República, por proposta do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

DECRETO Nº 94.307, DE 5 DE MAIO DE 1987

Revoga disposições do Decreto nº 86.010, de 15 de maio de 1981, que dispõe sobre a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil — Cotac — do Ministério da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam revogados o art. 8º e parágrafo único do Decreto nº 86.010, de 15 de maio de 1981, que dispõe sobre a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil do Ministério da Aeronáutica — Cotac.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.308, DE 5 DE MAIO DE 1987

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 88.619, de 15 de agosto de 1983.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 88.619, de 15 de agosto de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º Fica a Embraer — Empresa Brasileira de Aero-náutica S.A., autorizada a promover a elevação do seu capital social, mediante a emissão de novas ações das quais a União subscreverá o equivalente a CZ\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil cruzados) em ordinárias nominativas».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.309, DE 5 de MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 850.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Os objetivos e metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto indicado no Anexo I deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-5-87.

DECRETO Nº 94.310, DE 5 DE MAIO DE 1987

Abre ao Supremo Tribunal Federal o crédito suplementar de CZ\$ 11.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor do Supremo Tribunal Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscientos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas da atividade indicada no Anexo II ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 6-5-87.

DECRETO Nº 94.311, DE 5 DE MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 6-5-87.

DECRETO Nº 94.312, DE 6 DE MAIO DE 1987

Outorga concessão à Televisão Joaçaba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008858/86, (Edital nº 216/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Televisão Joaçaba Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.313, DE 6 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a contratação de pessoal para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza permanente e temporária, nos órgãos da Administração Federal direta e nas autarquias federais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 96 e 97 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 7º, item I, do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º A contratação de pessoal para prestação de serviços técnicos especializados, nos órgãos da Administração Federal Direta e nas autarquias federais, obedecerá às disposições contidas neste decreto.

Art. 2º Para os fins deste decreto, caracterizam-se como serviços técnicos especializados aqueles executados por profissionais, de nível médio ou superior, denominados especialistas, que possuam formação especializada, experiência e, quando for o caso, habilitação legal, exigidas para o desempenho de atividades peculiares cometidas aos órgãos da Administração Federal Direta e às autarquias federais, que não tenham, nos respectivos quadros e tabelas de pessoal regularmente organizados, cargos ou empregos efetivos necessários, bem como utilizem a execução indireta, mediante contrato, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º A contratação de especialistas será feita sob o regime da legislação trabalhista, com a aplicação das normas administrativas correlatas.

§ 1º O contrato de trabalho poderá ser celebrado por prazo certo ou indeterminado.

§ 2º O término de projeto implicará automática rescisão do contrato de trabalho pertinente, valendo, para esse efeito, a presente disposição como cláusula contratual, ainda que não conste de forma expressa do respectivo texto.

Art. 4º Os órgãos da Administração Federal Direta e as autarquias federais, que necessitarem contratar especialistas, encaminharão suas propostas à consideração do Presidente da República, após a audiência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República Sedap, as quais devem conter, os seguintes dados:

- I — justificativa para contratação;
- II — especialidades abrangidas, devidamente caracterizadas;
- III — número de especialistas a serem contratados;
- IV — definição, quantitativa e qualitativa, das funções de direção e de chefia, de assessoramento e de assistência;
- V — remuneração, especificando faixas ou níveis de salários, gratificações, adicionais, auxílios, indenizações e quaisquer vantagens pecuniárias;
- VI — processo seletivo de admissão;
- VII — critérios de contratação;
- VIII — normas de promoção e de ascensão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às propostas de alteração das atuais tabelas de especialistas.

Art. 5º Não haverá, para qualquer efeito, vinculação ou equiparação entre as faixas ou níveis salariais das tabelas instituídas nos termos deste decreto.

Art. 6º Os órgãos da Administração Federal Direta e as autarquias federais, que possuam tabelas de especialistas, deverão adaptá-las às normas deste decreto.

Parágrafo único. A adaptação de que trata este artigo verificar-se-á no prazo de noventa dias, contado da data de vigência deste decreto.

Art. 7º Aplicar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, aos atuais servidores não considerados especialistas, de nível médio ou superior, os quais pertencessem, na mesma data, às tabelas de que trata o artigo 6º deste decreto.

Art. 8º A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República baixará as instruções que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 86.549, de 6 de novembro de 1981, e demais disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.314, DE 7 DE MAIO DE 1987

Altera o Decreto nº 92.395, de 12 de fevereiro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 92.395, de 12 de fevereiro de 1986, que instituiu o Programa Nacional de Irrigação — Proni, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º

Parágrafo único. O programa a que se refere este artigo terá duração até 31 de dezembro de 1993.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.315, de 7 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional de Trânsito, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional de Trânsito, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto da operação de crédito interna contratada pela União junto a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-6-87.

DECRETO Nº 94.316, DE 8 DE MAIO DE 1987

Institui Comissão para avaliar a conveniência, necessidade e a oportunidade da nova ligação ferroviária entre Rio, São Paulo, Campinas e Araraquara.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica instituída uma Comissão de Alto Nível incumbida de avaliar a conveniência, necessidade e a oportunidade da nova ligação

ferroviária entre Rio, São Paulo, Campinas e Araraquara, composta dos seguintes membros:

I — o Ministro dos Transportes, que será seu Presidente;

II — 1 (um) representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

III — 1 (um) representante do Governo do Estado de São Paulo; e

IV — 2 (dois) representantes da iniciativa privada.

Art. 2º A designação nominal dos representantes será feita pelo Ministro dos Transportes.

Brasília, 8 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.317, DE 11 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista as Normas e Recomendações Internacionais constantes da oitava edição do Anexo 9 à Convenção da Aviação Civil Internacional, cuja observância foi determinada pelo Decreto nº 86.228, de 28 de julho de 1981, objetivando simplificar os documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional,

D E C R E T A :

Art. 1º Para despacho da aeronave em voo internacional não serão exigidos a Declaração Geral e o Manifesto de Passageiros.

§ 1º O transportador deverá fornecer ao Departamento de Polícia Federal e à Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, por escrito, nos aeroportos de escala e destino, além do nome da empresa, número do voo ou matrícula da aeronave, os seguintes dados:

a) na chegada: rota e número de tripulantes e passageiros para desembarque e em trânsito;

b) na partida: rota e número de tripulantes e passageiros para embarque e em trânsito.

§ 2º Quando da ocorrência de quaisquer fatos de interesse médico-sanitário a bordo da aeronave, caberá ao comandante dela informá-los, imediatamente após a chegada, à Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, em especial sobre os seguintes dados:

- a) casos de doenças observados durante o voo ou de passageiros desembarcados, em escalas anteriores, por esse motivo;
- b) condições a bordo que favoreçam o surgimento ou propagação de enfermidades;
- c) processos de desinfestação a que a aeronave tiver sido submetida, quando procedente de países que apresentem áreas atingidas por doenças infecto-contagiosas, objeto de controle internacional ou infestadas por seus vetores.

Art. 2º Os controles de entrada e saída serão realizados com o cartão de entrada e saída (modelo oficial), o qual será preenchido pelo passageiro e tripulante e entregue à Polícia Federal.

§ 1º O controle de entrada de passageiros e tripulantes será realizado no local de destino dos mesmos ou, ocorrendo a transformação do voo internacional em doméstico, no lugar onde ela se der, a critério do Departamento de Polícia Federal, ouvidos os demais órgãos competentes.

§ 2º O controle de saída de passageiros e tripulantes será realizado no aeroporto do local de embarque internacional ou, ocorrendo a transformação do voo doméstico em internacional, no lugar onde ela se der, a critério do Departamento de Polícia Federal, ouvidos os demais órgãos competentes.

§ 3º Quando a viagem internacional tiver início ou término em aeroporto classificado como alternativa internacional, o transportador solicitará, com a devida antecedência, a presença dos órgãos federais para a fiscalização dos passageiros e tripulantes.

Art. 3º Ao tripulante de aeronave portador de licença válida ou Certificado de Membro de Tripulação, não será exigido passaporte e visto consular.

Art. 4º O passageiro, em viagem contínua pelo Território Nacional, deverá permanecer em local determinado pelo Departamento de Polícia Federal, não sendo exigido passaporte e visto consular.

§ 1º Quando a viagem contínua tiver que ser interrompida por motivo imperioso ou por impossibilidade de transbordo imediato, o transportador dará conhecimento do fato, por escrito, ao Departamento de Polícia Federal.

§ 2º O Departamento de Polícia Federal, se julgar procedentes os motivos alegados, determinará o local onde o passageiro deva permane-

cer e as condições a serem observadas por ele e pelo transportador, não devendo o prazo da estada exceder ao estritamente necessário ao prosseguimento da viagem.

§ 3º Se o motivo alegado for saúde, o Departamento de Polícia Federal ouvirá a Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Art. 5º Em caso de pouso efetuado eventualmente em aeroporto alternativo, não internacional, ou fora do aeroporto, os passageiros e tripulantes ficarão sob a responsabilidade do transportador, até que sejam satisfeitas as formalidades de desembarque ou prosseguimento do voo.

Parágrafo único. Ocorrendo o pouso de que trata este artigo, deverá o transportador dar imediato conhecimento do fato à Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras, ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria de Receita Federal, para as providências a cargo desses órgãos.

Art. 6º As «diferenças» relativas aos parágrafos 2.4, 2.12 e 2.15, das Normas e Recomendações da oitava edição do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, mandadas aplicar no Brasil pelo Decreto nº 86.228, de 28 de julho de 1981, passarão a ter a seguinte redação:

2.4. «Diferença» — Não se exige a Declaração Geral. O transportador, entretanto, deverá fornecer aos órgãos de Polícia Federal e de Inspeção Sanitária, por escrito, nos aeroportos de escala e destino, além do nome da empresa, número do voo ou matrícula da aeronave, os seguintes dados:

a) na chegada: rota e número de tripulantes e passageiros para desembarque e em trânsito;

b) na partida: rota e número de tripulantes e passageiros para embarque e em trânsito.

Quando da ocorrência de quaisquer fatos de interesse médico-sanitário a bordo de aeronave, caberá ao comandante informá-los, imediatamente após a chegada, ao órgão de Inspeção Sanitária, em especial sobre os seguintes dados:

a) casos de doenças observados durante o voo ou de passageiros desembarcados, em escalas anteriores, por esse motivo;

b) condições a bordo que favoreçam o surgimento ou a propagação de enfermidades;

c) os processos de desinfestação a que a aeronave tiver sido submetida, quando procedente de países que apresentem áreas

atingidas por doenças infecto-contagiosas, objeto de controle internacional ou infestadas por seus vetores.

2.12 «Diferença» — Para o despacho de saída, o transportador deverá fornecer aos órgãos de Polícia Federal e de Inspeção Sanitária, por escrito, nos aeroportos de escala, além do nome da empresa, número do voo ou matrícula da aeronave, a rota e o número de tripulantes e passageiros para embarque e em trânsito.

2.15 «Diferença» — O transportador, ao chegar a aeronave nos aeroportos de escala e destino, deverá fornecer aos órgãos da Polícia Federal e da Inspeção Sanitária, por escrito, além do nome da empresa, número do voo ou matrícula da aeronave, a rota e o número de tripulantes e passageiros para desembarque e em trânsito. Quando da ocorrência de quaisquer fatos de interesse médico-sanitário a bordo de aeronave, caberá ao seu comandante informá-los, imediatamente após a chegada, ao órgão de Inspeção Sanitária, em especial sobre os seguintes dados:

a) casos de doenças observados durante o voo ou de passageiros desembarcados, em escalas anteriores, por este motivo;

b) condições a bordo que favoreçam o surgimento ou a propagação de enfermidades;

c) os processos de desinfestação a que a aeronave tiver sido submetida quando procedente de países que apresentem áreas atingidas por doenças infecto-contagiosas, objeto de controle internacional e/ou infestadas por seus vetores.

Art. 7º Ficam revogados os Decretos nºs 89.271, de 4 de janeiro de 1984, e 86.228, de 28 de julho de 1981, em seu artigo 1º, itens 2.4, 2.12 e 2.15 e demais disposições em contrário.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

Roberto Costa de Abreu Sodré

Luiz Carlos Bresser Pereira

Iris Rezende Machado

Octávio Júlio Moreira Lima

Ronei Edmar Ribeiro

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.318, DE 11 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre modelo de cartão de entrada e saída de pessoas do país.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista as Normas e Recomendações Internacionais constantes da oitava edição do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, cuja observância foi determinada pelo Decreto nº 86.228, de 28 de julho de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º O cartão de entrada e saída, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 89.292, de 11 de janeiro de 1984, será substituído pelo modelo anexo a este decreto.

Art. 2º O cartão de entrada e saída, em duas vias, será impresso e fornecido pelo transportador, de acordo com as especificações constantes do modelo de que trata o artigo anterior, preenchido a máquina ou em letra de forma pelos passageiros e tripulantes e entregue à Polícia Federal, na entrada ou saída do país.

§ 1º O transportador orientará sobre o correto preenchimento do cartão, quanto à exigência legal de sua autenticação pela Polícia Federal e devolução da segunda via, quando do retorno do passageiro ou tripulante.

§ 2º O transportador manterá funcionários, em terra, para prestarem auxílio aos passageiros e tripulantes na correção dos cartões preenchidos incorretamente.

§ 3º Os tripulantes de empresas brasileiras de transporte aéreo ficam dispensados do preenchimento do cartão de que trata este artigo, devendo as empresas fornecerem à Polícia Federal as informações sobre o movimento de entrada e saída, quando solicitadas.

Art. 3º O cartão de entrada e saída será igualmente exigido no trânsito de pessoas por quaisquer outros meios de locomoção e preenchido pelo viajante.

Parágrafo único. O Departamento de Polícia Federal fornecerá o cartão de que trata este artigo para atender às necessidades decorrentes de seu uso nas fronteiras.

Art. 4º O cartão de entrada e saída será impresso, necessariamente, no idioma pátrio e, cumulativamente, em outro idioma, este a critério da empresa transportadora.

Art. 5º As «diferenças» relativas aos parágrafos 3.9 e 3.10, das Normas e Recomendações da oitava edição do Anexo 9 à Convenção de Aviação Civil Internacional, mandadas aplicar no Brasil pelo Decreto nº 86.228, de 28 de julho de 1981, passarão a ter a seguinte redação:

3.9 «Diferença» — O controle de embarque e desembarque será feito através do cartão de entrada e saída, o qual será preenchido e entregue, em duas vias, à Polícia Federal pelos passageiros e tripulantes.

3.10 «Diferença» — As autoridades brasileiras exigirão o preenchimento do cartão de entrada e saída, o qual substitui o modelo constante do Apêndice 3 da oitava edição do Anexo 9 à convenção de Aviação Civil Internacional.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o Decreto nº 83.287, de 13 de março de 1979, o Decreto nº 89.292, de 11 de janeiro de 1984, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

Roberto Costa de Abreu Sodré

Luiz Carlos Bresser Pereira

Iris Resende Machado

Octávio Júlio Moreira Lima

Ronei Edmar Ribeiro

José Hugo Castelo Branco

ANEXO

MODELO

CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA

1ª VIA

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPMF	
CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA	
1 SEQUENCIAL	
2 NOME (CONFORME PASSAPORTE OU EQUIVALENTE)	
3 MOTIVO DA VIAGEM	
1 <input type="checkbox"/> TURISMO	3 <input type="checkbox"/> CONGRESSOS/CONVENÇÕES
2 <input type="checkbox"/> NEGOCIO	4 <input type="checkbox"/> OUTROS
4 Nº DO PASSAPORTE OU EQUIVALENTE	
5 Nº VOO / NOME DO NAVIO / Nº TRANSPORTE TERRESTRE	
USO OFICIAL	6 AO CHEGAR, PAÍS DE EMBARQUE OU AO SAIR, PAÍS DE DESTINO
COMPLEMENTO PARA NÃO BRASILEIROS	
PARA RESIDENTES NO BRASIL	
7 NÚMERO DO RNE	
PARA NÃO RESIDENTES NO BRASIL	
USO OFICIAL	8 PAÍS DE NACIONALIDADE
USO OFICIAL	9 PAÍS DE RESIDÊNCIA
10 SEXO	11 DATA DE NASCIMENTO
1 <input type="checkbox"/> MASCULINO	2 <input type="checkbox"/> FEMININO
<div> <div>DATA</div> <div>MES</div> <div>ANOS</div> </div>	
USO OFICIAL	

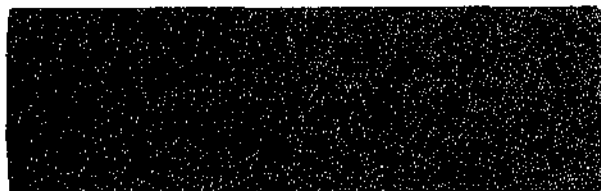
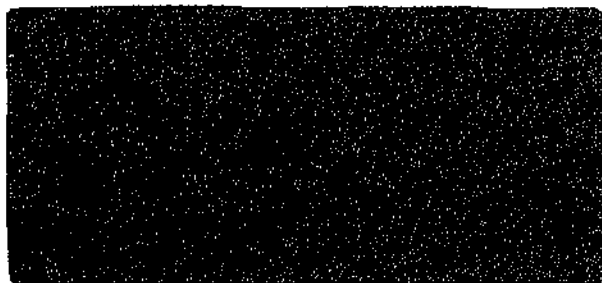
FRENTE

ANEXO

MODELO

CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA

1ª VIA



VERSO

ANEXO
MODELO

CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA

2ª VIA

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPMF	
CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA	
① SEQUENCIAL	
② NOME (CONFORME PASSAPORTE OU EQUIVALENTE)	
③ MOTIVO DA VIAGEM	
① <input type="checkbox"/> TURISMO	③ <input type="checkbox"/> CONGRESSOS/CONVENÇÕES
② <input type="checkbox"/> NEGÓCIO	④ <input type="checkbox"/> OUTROS
④ Nº DO PASSAPORTE OU EQUIVALENTE	
⑤ Nº VÔO / NOME DO NAVIO / Nº TRANSPORTE TERRESTRE	
USO OFICIAL	⑥ AO CHEGAR, PAÍS DE EMBARQUE OU AO SAIR, PAÍS DE DESTINO
USO OFICIAL	
USO OFICIAL	

FRENTE

ANEXO

MODELO

CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA

2ª VIA

BEM-VINDO AO BRASIL
INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- PREENCHA o cartão em letra de forma, sem rasura;
 - APRESENTE-O À POLÍCIA FEDERAL, com o PASSAPORTE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, exigindo autenticação. É UMA EXIGÊNCIA LEGAL E UM SERVIÇO GRATUITO;
 - MANTENHA A 2ª VIA DO CARTÃO EM SEU PODER. Ela é o comprovante de sua estada legal e será recolhida no seu retorno;
 - O TURISTA NÃO PODE TRABALHAR;
 - PARA PRORROGAÇÃO DO «PRAZO DE ESTADA», dirija-se à Polícia Federal (SPMAF) em qualquer estado, antes de vencer o prazo inicial, munido dos seguintes documentos: a) PASSAPORTE OU DOCUMENTO EQUIVALENTE; b) 2ª Via do Cartão; c) Comprovante de Recolhimento da Taxa de Prorrogação.
- DISPENSE INTERMEDIÁRIOS.
- PARA QUALQUER INFORMAÇÃO, LIGUE PARA A POLÍCIA FEDERAL (SPMAF).
 - O TRIPULANTE não precisa preencher os seguintes campos: 3, 6, 7 e 9.

VERSO

ANEXO

ESPECIFICAÇÕES PARA CONFECCÃO DO CARTÃO
DE ENTRADA/SAÍDA

Formato	— 10cm X 18cm
Papel	— off-set, branco
Gramatura	1ª via — 75 gramas 2ª via — 90 gramas
Impressão	1ª via — tinta preta 2ª via — tinta verde bandeira

No verso da 1ª via, sob os campos 2, 3, 4 e último campo, «Uso Oficial», serão impressos com tinta carbono.

COMPOSIÇÃO DE TEXTO

1ª VIA — Títulos:

- a) «MJ — DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL — DPMAF»,
corpo 8 Univers — cx alta
- b) «CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA»,
corpo 12 Grotisque — cx alta
- c) Subtítulos «COMPLEMENTO PARA NÃO BRASILEIROS»,
corpo 8 Univers — cx alta
- d) Títulos dos campos de 1 a 11,
corpo 6 Univers — cx alta
- e) Os números «1, 2, 3, 4», do campo 3, e os números «1 e 2», do campo 10,
corpo 8 Univers
- f) Subtítulos «PARA RESIDENTES NO BRASIL»,
«PARA NÃO RESIDENTES NO BRASIL»,
corpo 8 Univers — B cx alta
- g) «USO OFICIAL»,
corpo 6 Univers — cx alta

2ª VIA — Títulos:

- a) «MJ — DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL — DPMAF»,
corpo 8 Univers — cx alta
- b) «CARTÃO DE ENTRADA/SAÍDA»,
corpo 12 Grotisque — cx alta
- c) Títulos dos campos 1 a 6,
corpo 6 Univers — cx alta
- d) Os números «1, 2, 3 e 4», do campo 3,
corpo 8 Univers — cx alta
- e) Subtítulo «USO OFICIAL»,
corpo 6 Univers — cx alta
- f) Verso da 2ª via,
corpo 8 Univers, cx alta e baixa, conforme modelo anexo

DESENHO DO MODELO

O desenho dos campos do cartão obedecerá as medidas do modelo anexo.

INSTRUÇÕES DE USO

1) CAMPO SEQUENCIAL

Espaço para impressão de 11 dígitos, sendo os 3 primeiros para código da empresa, 7 sequenciais e 1 dígito verificador (módulo 11).

2) ESPAÇO PARA USO DA EMPRESA

Na segunda via, o espaço vago, abaixo do campo 6, à esquerda, destina-se à aposição do logotipo da Empresa.

3) TEXTO EM PORTUGUÊS

O texto do cartão será em português e, cumulativamente, em outro idioma, a critério da empresa transportadora.

DECRETO Nº 94.319, DE 11 DE MAIO DE 1987

Outorga concessão à Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Barbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006035/86 (Edital nº 175/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Barbara D'Oeste, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.320, DE 11 DE MAIO DE 1987

Transforma a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda em Secretaria de Assuntos Internacionais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e a determinação contida no Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º A Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda é transformada em Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), na estrutura básica do Ministério da Fazenda, como órgão de assistência direta e imediata do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo terá por finalidade precípua assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de interesse ou jurisdição do Ministério pertinentes às relações com o exterior, respeitada a competência dos demais órgãos fazendários e em articulação com os mesmos, observado o disposto no inciso III, artigo 4º, do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987.

Art. 2º Ficam transformadas, criadas e incluídas, na Tabela Permanente do Ministério da Fazenda, objeto do Decreto nº 79.989, de 20 de julho de 1977, funções de confiança para composição das Categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, na forma do Anexo I do presente decreto.

Art. 3º Ficam transformadas, criadas e incluídas, no Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, objeto do Decreto nº 81.233, de 18 de janeiro de 1978, funções para composição das Categorias de Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, na forma do Anexo II do presente decreto.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do disposto no presente decreto serão atendidas à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério da Fazenda.

Art. 5º O Ministro de Estado da Fazenda expedirá os atos necessários à implantação e funcionamento do órgão de que trata o artigo 1º, inclusive o seu Regimento Interno.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.320, DE 11 DE MAIO DE 1987

ANEXO I

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TABELA PERMANENTE

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código LT-DAS
	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	
1	Secretário(*)	101.6
1	Secretário-Adjunto	101.4
2	Assessor	102.2
	COORDENADORIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	
1	Coordenador(*)	101.3
	SERVIÇO	
3	Chefe	101.2
	COORDENADORIA DE CRÉDITO EXTERNO	
1	Coordenador	101.3
	SERVIÇO	
2	Chefe	101.2
	COORDENADORIA DE POLÍTICA COM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	
1	Coordenador(*)	101.3
	SERVIÇO	
2	Chefe	101.2
	COORDENADORIA DE PROJETOS FINANCEIROS	
1	Coordenador	101.3
	SERVIÇO	
2	Chefe	101.2
	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	
1	Chefe	101.2

Observação (*): Transformação de função da Coordenadoria de Assuntos Internacionais.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA FAZENDA

TABELA PERMANENTE

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS (DAI-110)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código DAI
	SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	
	COORDENADORIA DE COMERCIO EXTERIOR	
6	SERVIÇO Assistente	112.3 (NS)
	COORDENADORIA DE CRÉDITO EXTERNO	
4	SERVIÇO Assistente	112.3 (NS)
	COORDENADORIA DE POLÍTICA COM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	
4	SERVIÇO Assistente	112.3 (NS)
	COORDENADORIA DE PROJETOS FINANCEIROS	
4	SERVIÇO Assistente	112.3 (NS)
2	DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO Assistente	112.3 (NS)
1	SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO Chefe	111.3 (NM)
1	SEÇÃO DE PESSOAL Chefe	111.3 (NM)
1	SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS Chefe	111.3 (NM)

DECRETO Nº 94.321, DE 12 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Zootecnia da Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000132/87-05 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Zootecnia, a ser ministrado pela Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista, mantida pela Fundação Gammon de Ensino, com sede na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.322, DE 12 DE MAIO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Pedagogia do Centro de Ensino Superior de
Barreiras.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Processo nº 23000004305/87-57 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, a ser ministrado em Barreiras, Estado da Bahia, pelo Centro de Ensino Superior de Barreiras, da Universidade do Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.323, DE 12 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Serrinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.004302/87-69 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, a ser ministrado em Serrinha, Estado da Bahia, pela Faculdade de Educação de Serrinha, mantida pela Universidade do Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.324, DE 12 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Fonoaudiologia da União das Faculdades Francanas.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000431/85-14 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fonoaudiologia, a ser ministrado em Franca, Estado de São Paulo, pela Faculdade de Fonoaudiologia da União das Faculdades Francanas, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Franca.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.325, DE 12 DE MAIO DE 1987

Aprova alterações introduzidas no Estatuto da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 8º da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a seguinte alteração no Estatuto da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, conforme deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas daquela Companhia, realizada em 23 de março de 1987:

«Art. 5º O capital social é de CZ\$ 50.317.859.872,00 (cinquenta bilhões trezentos e dezessete milhões oitocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e setenta e dois cruzados), dividido em 100.635.719.744 (cem bilhões seiscentos e trinta e cinco milhões setecentas e dezenove mil setecentas e quarenta e quatro) ações no valor nominal de CZ\$ 0,50 (cinquenta centavos) cada uma, sendo 58.397.022.827 (cinquenta e oito bilhões trezentos e noventa e sete milhões vinte e duas mil oitocentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas e 42.238.696.917 (quarenta e dois bilhões duzentos e trinta e oito milhões seiscentas e noventa e seis mil novecentas e dezessete) ações preferenciais nominativas ou ao portador».

Art. 2º Ficam ainda aprovadas as seguintes alterações no mencionado Estatuto, a vigorarem a partir de 1º de junho de 1987, consoante deliberações da Assembléia Geral Extraordinária da Petrobrás, realizada igualmente em 23 de março de 1987:

«Art. 5º O capital social é de CZ\$ 50.317.859.850,00 (cinquenta bilhões trezentos e dezessete milhões oitocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta cruzados), dividido em

1.006.357.197 (um bilhão seis milhões trezentas e cinquenta e sete mil cento e noventa e sete) ações no valor nominal de CZ\$ 50,00 (cinquenta cruzados) cada uma, sendo 583.970.228 (quinhentos e oitenta e três milhões novecentas e setenta mil duzentas e vinte e oito) ações ordinárias nominativas e 422.386.969 (quatrocentos e vinte e dois milhões trezentas e oitenta e seis mil novecentas e sessenta e nove) ações preferenciais nominativas ou ao portador».

«Art. 32. Antes de entrar em exercício, cada membro da Direção deverá caucionar, para garantia de sua gestão, 5 (cinco) ações da Companhia. Além dessa caução deverá, ao assumir e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens, que será registrada em livro próprio».

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.326, DE 13 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a coordenação do programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, a ser executado durante o ano de 1988, será coordenado pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º Para cumprimento do disposto no art. 1º, o Ministério da Cultura articular-se-á com os demais Ministérios, governos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, governos Municipais e representantes da sociedade.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Celso Furtado

DECRETO Nº 94.327, DE 13 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução e manter relações com governos estrangeiros e organismos internacionais.

Art. 2º O Ministério das Relações Exteriores tem, em sua área de competência, os seguintes assuntos:

- I — política internacional;
- II — relações diplomáticas, serviços consulares;
- III — negociações comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com países e entidades estrangeiras;
- IV — cooperação internacional.

Art. 3º No trato dos assuntos de sua competência, incumbe ao Ministério das Relações Exteriores:

- a) dar execução às diretrizes de política exterior estabelecidas pelo Presidente da República;
- b) recolher as informações necessárias à formulação e execução da política exterior do Brasil, tendo em vista os interesses da segurança e do desenvolvimento nacionais;
- c) representar o Governo brasileiro no exterior, por meio das Missões Diplomáticas, de caráter permanente ou temporário, e das Repartições Consulares;
- d) representar o Governo brasileiro nas relações oficiais, no Brasil, com Missões Diplomáticas, outros órgãos de governos estrangeiros, e agências de organismos internacionais;
- e) organizar e instruir as missões especiais e a representação do Governo brasileiro em conferências e reuniões internacionais, bem como participar da organização e instrução de delegações chefiadas por autoridades de outros Ministérios;
- f) negociar e celebrar tratados, acordos e demais atos internacionais;

g) organizar conferências e reuniões internacionais que se realizem no Brasil;

h) proteger, no exterior, os interesses brasileiros;

i) tratar da promoção comercial do Brasil no exterior;

j) cuidar da promoção cultural do Brasil no exterior;

k) zelar pela observância das normas do cerimonial brasileiro;

l) desenvolver as demais atividades que lhe atribua a lei, ou ato do Presidente da República.

Parágrafo único. Nas hipóteses objeto das alíneas e, f e g, aos outros órgãos, e aos entes da Administração Pública, a cada caso envolvidos, cabe cooperar com o Ministério das Relações Exteriores em suas funções de organizar, instruir, negociar e celebrar.

Art. 4º O Ministério das Relações Exteriores é o órgão federal encarregado de coordenar, na Administração Pública, os assuntos concernentes às relações externas do País.

Parágrafo único. Para assegurar a coerência e a unidade da representação e da defesa dos interesses do Brasil no exterior, deve o Ministério das Relações Exteriores:

a) participar da formulação de diretrizes e programas setoriais com relevância para a política exterior do País;

b) coordenar os entendimentos de caráter ou nível técnico, entre órgãos e entes públicos brasileiros e agências de governos estrangeiros, ou de organismos internacionais, especialmente nas áreas comercial, econômica, financeira, científica, técnica e cultural;

c) participar da promoção, da execução e do acompanhamento de programas que se realizem no Brasil, com a cooperação de governos estrangeiros ou de organismos internacionais, sobre os quais deve ter conhecimento integral;

d) promover a instituição de comissões e grupos de trabalho interministeriais de natureza executiva ou consultiva;

e) exercer outros poderes funcionais que lhe seja, a propósito, deferidos.

Art. 5º O Ministro de Estado das Relações Exteriores é o principal auxiliar do Presidente da República na direção da política exterior do Brasil e exerce as superiores orientação, coordenação e supervisão do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 6º A estrutura básica do Ministério das Relações Exteriores compreende:

I — a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, conjunto de repartições no Brasil, na qual se incluem:

a) os órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

1. Gabinete do Ministro de Estado;
2. Secretaria de Relações com o Congresso;
3. Secretaria de Imprensa;
4. Consultoria Jurídica;
5. Divisão de Segurança e Informações;

b) a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, que se compõem de:

1. Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais;
2. Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais;
3. Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais;
4. Subsecretaria-Geral de Administração e de Comunicações;

5. Inspetoria-Geral do Serviço Exterior;
6. Gabinete do Secretário-Geral;
7. Cerimonial;
8. Instituto Rio Branco;
9. Secretaria de Orçamento e Finanças;
10. Secretaria de Modernização e Informática;
11. Secretaria de Recepção e Apoio;
12. Comissão de Estudos de História Diplomática;
13. órgãos de deliberação coletiva:

I — Comissão de Coordenação;

II — Comissão de Promoções;

III — Conselho Superior do Serviço Exterior;

c) a Secretaria de Controle Interno;

d) a Fundação Alexandre de Gusmão, entidade vinculada;

II — as Repartições no exterior, as quais abrangem:

a) As Missões Diplomáticas permanentes;

b) as Repartições Consulares;

c) as repartições específicas, destinadas a atividades administrativas, técnicas ou culturais.

§ 1º As Subsecretarias-Gerais subdividem-se em Departamentos e estes, onde couber, em Divisões, Centros ou Serviços.

§ 2º As Missões Diplomáticas permanentes qualificam-se como Embaixadas e Delegações Permanentes junto a organismos internacionais, criadas por decreto, o qual fixa suas natureza e sede.

§ 3º As repartições às quais alude a alínea c do inciso II são instituídas em ato do Ministro de Estado, que lhes estabelece a competência, a sede e a subordinação administrativa.

Art. 7º Ao Gabinete do Ministro de Estado compete assisti-lo relativamente à representação e à atuação política e social, como tratar do preparo e despacho de seu expediente.

Parágrafo único. O Gabinete do Ministro de Estado é composto por Chefe, Chefe-Adjunto, Coordenadores-Executivos, Introdutor Diplomático e Assessores.

Art. 8º A Secretaria de Relações com o Congresso incumbe efetuar a ligação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso Nacional.

Art. 9º A Secretaria de Imprensa cabe proporcionar, à imprensa nacional e estrangeira, informações referentes à política exterior, como conectar-se com suas congêneres da Administração Pública e desempenhar, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com outras unidades que o integrem, atividades correlatas.

Art. 10. À Consultoria Jurídica incumbe assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica.

Art. 11. À Divisão de Segurança e Informações cabe assistir o Ministro de Estado quanto às matérias relativas à segurança, nos termos da legislação atinente.

Art. 12. À Secretaria-Geral das Relações Exteriores compete:

I — assessorar o Ministro de Estado na direção e execução da política exterior do Brasil, na supervisão dos serviços diplomático e consular e na gestão dos demais negócios pertinentes ao Ministério das Relações Exteriores;

II — orientar, coordenar e superintender as Missões Diplomáticas permanentes, Repartições Consulares e outras repartições do Ministério das Relações Exteriores no Exterior;

III — dirigir, orientar, coordenar, supervisionar a atuação das unidades e da entidade vinculada que compõem a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, exceto a dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado.

Parágrafo único. Ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, quem substitui o Ministro de Estado nos seus impedimentos, incumbe chefiar a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, salvo quanto aos órgãos referidos na alínea a do inciso I do artigo 6º.

Art. 13. Às Subsecretarias-Gerais compete assessorar o Secretário-Geral das Relações Exteriores e, por intermédio deste, o Ministro de Estado, na direção e execução da política exterior do Brasil, bem como fazer executar, nas respectivas áreas de competência, as respeitantes diretrizes.

Parágrafo único. Na execução de diretrizes da política exterior, as Subsecretarias-Gerais atuam seguindo instruções emanadas do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Art. 14. À Inspetoria-Geral do Serviço Exterior cabe desenvolver, quanto às Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e outras repartições no exterior, atividades de inspeção, em particular no concernente aos aspectos de desempenho administrativo relacionados com as ações e programas políticos, econômicos, comerciais, culturais, técnicos, científicos e tecnológicos, afetos ao Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. No exercício da competência da Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, seu titular será auxiliado por Inspectores-Gerais Adjuntos.

Art. 15. Ao Gabinete do Secretário-Geral compete assisti-lo referentemente à representação, à atuação política, social e administrativa, como tratar de seu expediente.

Art. 16. Ao Cerimonial incumbe assegurar a observância das normas do cerimonial brasileiro e de concessão de privilégios diplomáticos.

Art. 17. Ao Instituto Rio Branco cabem o recrutamento, a seleção e a formação do pessoal para a Carreira de Diplomata e para a categoria funcional de Oficial de Chancelaria, assim como a execução de cursos de aperfeiçoamento, ou especialização, de servidores do Ministério das Relações Exteriores e de áreas afins.

Parágrafo único. Compete ao Instituto Rio Branco promover e realizar os concursos públicos, de provas, que se fizerem necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 18. À Secretaria de Orçamento e Finanças cabe assistir o Secretário-Geral das Relações Exteriores no desempenho de suas atividades relacionadas com os Sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira.

Art. 19. À Secretaria de Modernização e Informática incumbe assistir o Secretário-Geral das Relações Exteriores no desempenho de

suas atribuições atinentes à modernização administrativa e ao emprego de meios e métodos de informática.

Art. 20. A Secretaria de Recepção e Apoio compete, no Rio de Janeiro, prestar assistência a missões oficiais e altos dignitários estrangeiros e assegurar a conservação e manutenção do Palácio Itamaraty, como apoiar o Museu Histórico e Diplomático e a outras unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores situadas naquela cidade.

Art. 21. A Comissão de Estudos de História Diplomática incumbem zelar pela recuperação e salvaguarda dos textos históricos e diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores, bem como propor normas sobre o uso e a consulta de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Art. 22. A Comissão de Coordenação, presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, compete assegurar unidade às atividades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Art. 23. A Comissão de Promoções, cujo presidente é o Secretário-Geral das Relações Exteriores, incumbem aferir o desempenho dos funcionários da Carreira de Diplomata, no tocante à promoção por merecimento.

Art. 24. Ao Conselho Superior do Serviço Exterior, como corregedoria interna, compete considerar as questões relativas à conduta dos funcionários do Serviço Exterior, observada a legislação pertinente.

Art. 25. A Secretaria de Controle Interno, órgão setorial dos Sistemas de Administração Financeira e Contabilidade, cabe desempenhar as funções referentes a tais sistemas, seguindo a orientação do órgão central, sem prejuízo de sua subordinação administrativa.

Art. 26. As Embaixadas compete assegurar a manutenção das relações do Brasil com os Estados onde estão acreditadas, para isso desempenhando, entre outras, funções de representação, negociação, informação, proteção dos interesses brasileiros, e executando atividades de promoção comercial, de difusão cultural e outras previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo único. As Embaixadas pode ser atribuído serviço consular, hipótese na qual lhes são aplicáveis, no que couber, as disposições referentes às Repartições Consulares.

Art. 27. As Delegações Permanentes incumbem assegurar a representação dos interesses do Brasil nos organismos internacionais junto a que estão acreditadas.

Art. 28. As Repartições Consulares cabe prestar assistência às pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, desempenhar funções notariais

e fiscais, tratar da promoção comercial, bem como exercer demais funções previstas na legislação.

Art. 29. Definem-se no regimento interno do Ministério das Relações Exteriores a composição e o funcionamento da Comissão de Estudos de História Diplomática, como os da Comissão de Coordenação. A Comissão de Promoções, ao Conselho Superior do Serviço Exterior e à Secretaria de Controle Interno concernem regulamentos próprios, aprovados, os dois primeiros, pelo Presidente da República, e, o último, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Os membros da Comissão de Estudos de História Diplomática são escolhidos pelo Ministro de Estado, dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Primeira Classe ou de Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, bem como dentre brasileiros de notável saber histórico.

Art. 30. A supervisão ministerial sobre a Fundação Alexandre de Gusmão aplica-se a legislação pertinente.

Art. 31. O Chefe de Missão Diplomática permanente é a mais alta autoridade brasileira no país junto a cujo Governo exerce funções, cabendo-lhe coordenar todas as atividades das repartições brasileiras ali sediadas, exceto as das Delegações Permanentes perante organismos internacionais e as dos órgãos de caráter puramente militar.

§ 1º Em Estados, nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, pode ser cumulativamente acreditado Chefe de Missão Diplomática permanente, residente em outro Estado, mantendo-se-lhe a sede primitiva.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, pode ser designado Encarregado de Negócios *ad interim* residente em cada um dos Estados onde o Chefe da Missão não tenha a sua sede permanente.

Art. 32. São Repartições Consulares:

I — os Consulados-Gerais:

a) de Primeira Classe;

b) de Segunda Classe;

II — os Consulados;

III — os Vice-Consulados;

IV — os Consulados Honorários.

§ 1º As Repartições Consulares são criadas ou extintas por decreto, que lhes fixa a categoria e a sede.

§ 2º A jurisdição das Repartições Consulares é determinada, segundo a conveniência dos serviços, em ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 3º São Repartições Consulares de Carreira os Consulados-Gerais e os Consulados.

Art. 33. Os Consulados-Gerais e os Consulados relacionam-se diretamente com a Secretaria de Estado, cabendo-lhes, entretanto, nos assuntos de interesse político, econômico e cultural, dar igual e concomitante conhecimento de suas atividades à Missão Diplomática junto ao Governo do país em que tenham sua sede.

Parágrafo único. Os Vice-Consulados e os Consulados Honorários são subordinados a Consulado-Geral, Consulado ou Serviço Consular de Embaixada.

Art. 34. Devem estabelecer-se no regimento interno do Ministério das Relações Exteriores o número, a estrutura e a competência dos Departamentos, Divisões, Centros ou Serviços, bem como o número e as atribuições dos Inspetores-Gerais Adjuntos.

Parágrafo único. Igualmente nele se disporá sobre a inserção, na estrutura regimental do Ministério, das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites e do Museu Histórico e Diplomático.

Art. 35. Cabe a direção:

I — da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores;

II — das Subsecretarias-Gerais, a Subsecretários-Gerais;

III — da Inspetoria-Geral do Serviço Exterior, a Inspetor-Geral;

IV — do Gabinete do Ministro de Estado e daquele do Secretário-Geral, a Chefes;

V — da Consultoria Jurídica, a Consultor Jurídico;

VI — dos Departamentos e do Cerimonial, a Chefes;

VII — do Instituto Rio Branco, a Diretor;

VIII — das Secretarias, a Secretários;

IX — da Divisão de Segurança e Informações, a Diretor;

X — das Divisões, Centros, Serviços e Seções, a Chefes.

Art. 36. São nomeados pelo Presidente da República dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata:

I — o Secretário-Geral das Relações Exteriores;

II — os Subsecretários-Gerais;

III — o Inspetor-Geral do Serviço Exterior;

IV — o Chefe do Gabinete do Ministro de Estado.

Parágrafo único. O Secretário-Geral das Relações Exteriores é substituído, em seus impedimentos eventuais, por ocupante de cargo de Ministro de Primeira Classe, designado pelo Presidente da República dentre os Subsecretários-Gerais, com o título de Secretário-Geral, substituto, das Relações Exteriores.

Art. 37. São nomeados ou designados pelo Ministro de Estado:

I — dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Primeira Classe, ou de Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata:

- a) o Consultor Jurídico;
- b) o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores;
- c) os Chefes de Departamento;
- d) o Chefe do Cerimonial;
- e) o Diretor do Instituto Rio Branco;
- f) os titulares de Secretarias;
- g) o Diretor do Museu Histórico e Diplomático;

II — dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Segunda Classe, ou de Conselheiro, da Carreira de Diplomata:

- a) o Chefe-Adjunto do Gabinete do Ministro de Estado;
- b) os Coordenadores-Executivos;
- c) o Introdutor Diplomático;
- d) os Inspetores-Gerais-Adjuntos;
- e) os Chefes-Adjuntos de Departamento;
- f) o Diretor da Divisão de Segurança e Informações;
- g) os Chefes de Divisão ou Centro;
- h) o Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco;

III — dentre os ocupantes de cargos de Conselheiro, ou de Primeiro Secretário, da Carreira de Diplomata, o Chefe da Secretaria do Instituto Rio Branco;

IV — dentre os ocupantes de cargos de Conselheiro, de Primeiro Secretário, de Segundo Secretário e de Terceiro Secretário, da Carreira de Diplomata:

- a) os Assessores;
- b) os Assistentes.

§ 1º A escolha do Consultor Jurídico pode recair em pessoa estranha à Carreira de Diplomata, de ilibada reputação e notável saber jurídico, que tenha relevantes serviços prestados ao Brasil.

§ 2º Os cargos de direção e assessoramento superiores da Secretaria de Controle Interno cabem, exclusivamente, a funcionários da Carreira de Diplomata, nomeados na forma de seu regimento.

§ 3º Os dirigentes das unidades de assistência médica e social, e de arquitetura e engenharia, podem ser escolhidos dentre servidores, de nível superior, do Ministério das Relações Exteriores, não pertencentes à Carreira de Diplomata.

§ 4º Excepcionalmente, podem ser nomeados ou designados, como Assistentes, servidores do Ministério das Relações Exteriores não pertencentes à Carreira de Diplomata.

Art. 38. Aos funcionários da Carreira de Diplomata, nomeados ou designados para servir no exterior, cabem os seguintes cargos e funções:

I — aos Ministros de Primeira Classe:

a) Chefe de Missão Diplomática permanente, com o título de Embaixador;

b) Cônsul-Geral, em Consulado-Geral de Primeira Classe;

II — aos Ministros de Segunda Classe:

a) Chefe de Missão Diplomática permanente, com o título de Embaixador, em caráter excepcional;

b) Cônsul-Geral, em Consulado-Geral de Segunda Classe;

c) Ministro-Conselheiro, em Missão Diplomática permanente;

d) Cônsul-Geral Adjunto, em Consulado-Geral de Primeira Classe;

e) Chefe de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

f) Chefe, interino, de Missão Diplomática permanente, com o título de Encarregado de Negócios do Brasil *ad interim*;

g) Chefe, interino, de Consulado-Geral de Primeira Classe, com o título de Encarregado do Consulado-Geral;

III — aos Conselheiros:

a) Chefe de Consulado, com título de Cônsul;

b) Chefe de Vice-Consulado, com o título de Vice-Cônsul;

c) Conselheiro em Embaixada ou em Delegação Permanente, com o título de Chefe de Chancelaria, expressamente designado, quando não houver Ministro-Conselheiro;

d) Cônsul-Geral Adjunto, em Consulado-Geral;

e) Chefe de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

f) Chefe de Setor de Missão Diplomática permanente ou de Repartição Consular de Carreira;

g) Chefe, interino, de Missão Diplomática permanente, com o título de Encarregado de Negócios do Brasil, *ad interim*;

h) Chefe, interino, de Consulado-Geral, com o título de Encarregado do Consulado-Geral;

IV — aos Primeiros Secretários:

a) Chefe de Consulado, com o título de Cônsul;

b) Chefe de Vice-Consulado, com o título de Vice-Cônsul;

c) Conselheiro em Embaixada, com o título de Chefe de Chancelaria, expressamente designado, quando não houver Ministro-Conselheiro, ou em Repartição Consular, observado o disposto no artigo 67 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986;

d) Primeiro Secretário de Embaixada, de Delegação Permanente ou de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

e) Cônsul-Adjunto, em Consulado-Geral ou Consulado;

f) Chefe de Setor de Missão Diplomática permanente ou de Repartição Consular de Carreira;

g) Chefe, interino, de Missão Diplomática permanente, com o título de Encarregado de Negócios do Brasil, *ad interim*;

h) Chefe, interino, de Repartição Consular de Carreira, com o título de Encarregado do Consulado-Geral ou do Consulado;

i) Chefe, interino, de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

V — aos Segundos Secretários:

a) Chefe de Vice-Consulado, com o título de Vice-Cônsul;

b) Conselheiro em Embaixada, com o título de Chefe de Chancelaria, expressamente designado, quando não houver Ministro-Conselheiro, ou em Repartição Consular, observado o disposto no artigo 67 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986;

c) Segundo Secretário de Embaixada, de Delegação Permanente ou de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

d) Cônsul-Adjunto, em Consulado-Geral ou Consulado;

e) Chefe de Setor de Missão Diplomática permanente ou de Repartição Consular de Carreira;

f) Chefe, interino, de Missão Diplomática permanente, com o título de Encarregado de Negócios do Brasil, *ad interim*;

g) Chefe, interino, de Repartição Consular de Carreira, com o título de Encarregado do Consulado-Geral ou do Consulado;

h) Chefe, interino, de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

VI — aos Terceiros Secretários:

a) Chefe de Vice-Consulado, com o título de Vice-Cônsul;

b) Terceiro Secretário de Embaixada, de Delegação Permanente ou de repartição administrativa, técnica ou cultural específica;

c) Vice-Cônsul, em Consulado-Geral ou Consulado;

d) Chefe, interino, de Missão Diplomática permanente, com o título de Encarregado de Negócios do Brasil, *ad interim*;

e) Chefe, interino, de repartição Consular de Carreira, com o título de Encarregado do Consulado-Geral ou do Consulado;

f) Chefe, interino, de repartição administrativa, técnica ou cultural específica.

Parágrafo único. Os Cônsules-Gerais Adjuntos e os titulares das unidades administrativas de que trata este artigo exercem funções de chefia, para os efeitos do disposto na alínea b, do item I do artigo 6º do Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata, aprovado pelo Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

Art. 39. Mediante prévia aprovação do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática permanente são nomeados, pelo Presidente da República, com o título de Embaixador, dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Primeira Classe ou, excepcionalmente, dentre os ocupantes de cargo de Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, na forma da lei.

§ 1º Excepcionalmente, pode ser designado, para exercer a função de Chefe de Missão Diplomática permanente, brasileiro nato, não pertencente aos quadros do Ministério das Relações Exteriores, maior de 35 (trinta e cinco) anos, de reconhecido mérito e relevantes serviços prestados ao Brasil.

§ 2º Ao término do mandato do Presidente da República, o Chefe de Missão Diplomática permanente deve aguardar, no exercício de suas funções, ser dispensado ou confirmado.

Art. 40. Os titulares de Consulados-Gerais, Consulados e Vice-Consulados e os Ministros-Conselheiros são nomeados ou designados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Os Vice-Cônsules, excepcionalmente, podem ser escolhidos dentre os ocupantes de cargo de Oficial de Chancelaria do Serviço Exterior ou admitidos de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 41. Os Conselheiros, Primeiros Secretários, Segundos Secretários e Terceiros Secretários são nomeados, ou designados, para servir em Missões Diplomáticas permanentes, Repartições Consulares de Carreira e outras repartições no exterior, pelo Ministro de Estado, exceto quando se incluam no artigo anterior.

Art. 42. Os Cônsules Honorários são designados pelo Ministro de Estado dentre pessoas de comprovada idoneidade, de preferência brasileiras.

Art. 43. Deve recair sobre integrantes da Carreira de Diplomata a escolha dos titulares dos cargos e funções de confiança previstos neste decreto, nas estruturas básica e regimental do Ministério das Relações Exteriores, e as nomeações e designações para cargos e funções no exterior, observadas as ressalvas a respeito estabelecidas neste ato.

Parágrafo único. Os demais cargos e funções de confiança da estrutura regimental têm seu preenchimento disciplinado no regimento interno do Ministério.

Art. 44. Os oficiais e auxiliares do Gabinete do Ministro de Estado escolhem-se dentre os servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 45. Os servidores não-diplomáticos do Quadro e da Tabela Permanente do Ministério das Relações Exteriores, observada a lei, serão mandados servir no exterior por ato do Secretário-Geral das Relações Exteriores.

Art. 46. Manter-se-ão na situação atual os cargos em comissão e as funções de confiança do Ministério das Relações Exteriores, até serem adaptados à nova estrutura estabelecida neste decreto e à estrutura regimental conseqüente.

Art. 47. As atribuições do cargo de Inspetor-Geral do Serviço Exterior, que sucedem às de Inspetor-Geral do Serviço Diplomático, serão exercidas, até que provido ele, pelo Secretário de Controle Interno, inclusive para os efeitos do Decreto nº 93.326, de 1º de outubro de 1986.

Art. 48. O Ministro de Estado das Relações Exteriores expedirá e fará publicar novo regimento interno do Ministério, nele dispondo sobre o que lhe determina este ato e aspectos outros.

Art. 49. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 91.658, de 18 de setembro de 1985.

Brasília, 13 de maio de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.328, DE 14 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período de 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Venezuela (Acordo nº 13).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 1º de fevereiro de 1987, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13),

DECRETA:

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980, subscrito entre Brasil e Venezuela (Acordo nº 13) apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorou até 31 de março de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.329, DE 14 DE MAIO DE 1987

Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de produtos agrícolas da safra 1987, para as Regiões Norte e Nordeste, e da 2ª safra de 1986/1987, para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966,

DECRETA:

Art. 1º São fixados os preços mínimos básicos, para os produtos agrícolas, conforme tabela anexa.

Art. 2º Os preços mínimos do feijão, milho, sorgo e mandioca serão válidos por 3 (três) anos, sendo reajustados pelo Índice de Preços Pagos pelos Produtores — IPP, a ser divulgado pela Companhia de Financiamento da Produção — CFP.

§ 1º Para o reajuste dos preços dos produtos de que trata o presente artigo, considerar-se-á como data-base o dia 1º de janeiro.

§ 2º A cada ano, na data-base considerada, ou seja, 1º de janeiro, o Governo garantirá um reajuste de, no mínimo, 80% da variação acumulada do IPP.

§ 3º Os produtos de que trata este artigo terão ainda correção nos meses do período explicitado na tabela anexa através da aplicação da variação do IPP.

§ 4º Ao final do período de 3 (três) anos, os preços mínimos serão revisados, considerando o nível de atendimento do mercado interno, a necessidade de formação de estoques reguladores e eventuais ganhos de produtividade.

Art. 3º Os preços mínimos de que trata este decreto serão pagos aos produtores, ou às suas cooperativas, livres de quaisquer deduções, inclusive do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e da contribuição ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), atendidas as especificações de classificação vigente.

Art. 4º Os preços mínimos para sementes serão fixados pela Companhia de Financiamento da Produção, à época do início das safras, e serão compostos dos preços mínimos dos produtos grãos, considerados a melhor classe e o melhor tipo, acrescidos dos adicionais dos custos de produção de sementes, assim como os de seleção, limpeza e embalagens.

Parágrafo único. No caso da batata-semente será considerado o preço da tabela anexa, acrescido dos adicionais relativos aos custos de limpeza, seleção, classificação e embalagem.

Art. 5º As instruções necessárias à execução deste decreto serão baixadas pela Companhia de Financiamento da Produção.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

PREÇOS MÍNIMOS DA SAFRA 1987 DAS REGIOES NORTE E NORDESTE
E 2ª SAFRA 86/87 DAS REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE

Região/Produto	Unidades	Preço Mínimo	Meses de Correção pela Variação do IPP
Sul, Sudeste e C-Oeste (2ª Safra 1986/87)			
Amendoim Comum	25 KG	100,00	(2)
Batata-Semente(1)	30 KG	145,20	Mai/87
Norte/Nordeste (Safra 1987)			
Algodão em Carço	15 KG	100,05	(3)
Amendoim Comum	25 KG	100,00	(2)
Feijão Anão	60 KG	456,60	Mai a Ago/87
Macaçar	60 KG	297,00	Mai a Jun/87
Mamona	60 KG	192,00	(4)
Milho	60 KG	122,40	Mai a Set/87
Sorgo	60 KG	104,40	Mai a Set/87
Mandioca	1 Ton	500,50	Mai a Set/87

(1) Válido também para Bahia e Pernambuco.

(2) Preço Mínimo definitivo, sem correção posterior.

(3) Será reajustado em jul. e ago/87 de acordo com a variação do IPP (Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais), acumulado a partir do mês de abr/87 (inclusive)

(4) Será reajustado em ju. ago. e set/87 de acordo com a variação do IPP (Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais), acumulado a partir do mês de abr/87 (inclusive)

DECRETO Nº 94.330, DE 14 DE MAIO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União -- Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-5-87.

DECRETO Nº 94.331, DE 14 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 93.212, de 3 de setembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, criado pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, entidade autárquica, com sede na capital da República e foro em todo o território nacional, vinculada ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — Mirad, tem os direitos, competência, atribuições e responsabilidades estabelecidos na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra, e alterações legais posteriores.

Art. 2º O INCRA será dirigido por um Presidente e seis Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

Art. 3º Os órgãos que constituem a estrutura básica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA são os seguintes:

I — Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Presidente:

- a) Gabinete;
- b) Procuradoria-Geral;
- c) Centro de Informática e Documentação;
- d) Coordenadoria de Inspeção e Controle;
- e) Assessoria de Comunicação Social; e
- f) Assessoria de Segurança e Informações.

II — Órgãos Centrais de Direção Superior:

- a) Diretoria de Planejamento;
- b) Diretoria de Cadastro e Tributação;
- c) Diretoria de Recursos Fundiários;
- d) Diretoria de Assentamento;
- e) Diretoria de Administração e Finanças; e
- f) Diretoria de Recursos Humanos.

III — Órgãos Estaduais e dos Territórios:

- a) Superintendências.

IV — Órgãos Zonais:

- a) Escritórios.

V — Órgãos Locais:

- a) Projetos.

§ 1º Nas Unidades da Federação onde ainda não existam Superintendências, estas serão criadas por proposta do Presidente do INCRA,

aprovada por ato do Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º. Os Escritórios serão subordinados às Superintendências.

§ 3º. Os Projetos Fundiários, de Assentamento e de Colonização serão supervisionados pelos Escritórios, ou, na sua inexistência, diretamente pelas Superintendências.

§ 4º. Compete ao Presidente do INCRA a criação de Escritórios e Projetos.

Art. 4º. O Gabinete tem por finalidade assistir o Presidente em sua representação política e social e incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal.

Art. 5º. A Procuradoria-Geral tem por finalidade assessorar o Presidente e a Administração, em assuntos jurídicos, bem como representar a Autarquia em Juízo.

Art. 6º. O centro de Informática e Documentação tem por finalidade coordenar, supervisionar e executar as atividades de informática, processamento de dados, edição e impressão de documentos, bem como a guarda e arquivo de todos os documentos, livros e periódicos do interesse do INCRA.

Art. 7º. A Coordenadoria de Inspeção e Controle tem por finalidade assessorar o Presidente quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas operacionais, assim como quanto à fiscalização e correção das medidas administrativas, técnicas, financeiras e contábeis nas diversas unidades organizacionais do INCRA.

Art. 8º. A Assessoria de Comunicação Social tem por finalidade assistir ao Presidente, bem como elaborar e executar a programação de Comunicação Social do INCRA.

Art. 9º. A Assessoria de Segurança e Informações tem por finalidade assessorar o Presidente em todos os assuntos pertinentes à Segurança Nacional, à Mobilização e às Informações, de conformidade com a legislação específica.

Art. 10. A Diretoria de Planejamento tem por finalidade desenvolver as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, relações com organismos internacionais, bem como coordenar, supervisionar e compatibilizar as atividades de cartografia do INCRA.

Art. 11. A Diretoria de Cadastro e Tributação tem por finalidade coordenar e supervisionar as atividades de implantação e manutenção do cadastro de imóveis rurais e dos demais cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural, de lançamento, emissão, arrecadação, fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, e das contribuições e taxas a cargo do INCRA.

Art. 12. A Diretoria de Recursos Fundiários tem por finalidade coordenar e supervisionar as atividades de aquisição e incorporação ao patrimônio do INCRA, das terras necessárias às suas atividades de distribuição de terras, bem como a discriminação de terras devolutas federais e a regularização de suas ocupações, e exercer o controle da aquisição de terras por estrangeiros.

Art. 13. A Diretoria de Assentamento tem por finalidade coordenar e supervisionar as atividades de assentamento e promoção do acesso à propriedade da terra, em atendimento aos programas de reforma agrária.

Art. 14. A diretoria de Administração e Finanças tem por finalidade coordenar e supervisionar as atividades de material, patrimônio, serviços gerais, administração financeira e de contabilidade do INCRA.

Art. 15. A Diretoria de Recursos Humanos tem por finalidade planejar, gerir e executar as atividades de administração de recursos humanos do INCRA.

Art. 16. As Superintendências têm por finalidade coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos centrais do INCRA, na área de sua atuação.

Art. 17. Os Órgãos Zonais e Locais terão por finalidade a execução de atividades específicas a serem definidas no Regimento Interno do INCRA.

Art. 18. As Diretorias serão dirigidas por Diretores; a Procuradoria-Geral por Procurador-Geral; as Superintendências por Superintendentes; o Gabinete, o Centro de Informática e Documentação, as Assessorias e os Escritórios por Chefes; a Coordenadoria por Coordenador; e os Projetos por Executores.

Art. 19. Os termos, contratos e títulos de domínio expedidos pelo INCRA com vistas à alienação de terras, quer em seu nome, quer como representante legal da União terão, para qualquer efeito, valor de escritura pública.

Art. 20. Enquanto não efetivadas as alterações previstas neste decreto, a serem fixadas em Regimento Interno, nos termos do art. 3º do Decreto nº 91.998, de 28 de novembro de 1985, ficam mantidas as atuais atribuições e áreas de atuação das diversas unidades componentes da estrutura básica anterior.

Parágrafo único. Até a expedição do novo Regimento Interno, as atribuições das antigas Diretorias serão exercidas conforme a especialidade das respectivas unidades e conveniências do serviço, bem como as demais atribuições e respectivas funções previstas no vigente Regimento, as quais serão, automaticamente, extintas à medida em que se procederem as novas designações.

Art. 21. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 92.627, de 2 de maio de 1986.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Dante de Oliveira

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.332, DE 14 DE MAIO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 33.637.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 33.637.000,00 (trinta e três milhões, seiscentos e trinta e sete mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.333, DE 14 DE MAIO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 38.300.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 38.300.000,00 (trinta e oito milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-5-87.

DECRETO Nº 94.334, DE 14 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 55.650.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 55.650.000,00 (cinquenta e cinco milhões e seiscentos e cinquenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de recursos Diretamente Arrecadados, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada no Anexo I deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166 da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-5-87.

DECRETO Nº 94.335, DE 14 DE MAIO DE 1987

Abre ao Tribunal Federal de Recursos e à Justiça Federal de 1ª Instância, o crédito suplementar de CZ\$ 120.654.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor do Tribunal Federal de Recursos e da Justiça Federal de 1ª Instância, o crédito suplementar de CZ\$ 120.654.000,00 (cento e vinte milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas dos projetos indicados no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-5-81.

DECRETO Nº 94.336, DE 15 DE MAIO DE 1987

Cria o Brasão de Armas e Estandarte do Exército.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados o Brasão de Armas e o Estandarte do Exército, de acordo com os modelos que acompanham o presente decreto e com as seguintes descrições heráldicas:

I — Brasão de Armas — Escudo clássico português partido de vermelho e azul, tendo em brocante um grifo de ouro, animado, lampassado e armado de preto, segurando nas garras uma estrela de oito pontas de prata. Simbolizando, a figura mitológica do grifo, a vigilância e a guarda na defesa da Pátria e da lei; a estrela de oito pontas, a necessidade de se agir em todos os pontos cardeais em busca da União. O elmo é o militar, de prata e forrado de púrpura, a três quartos para a destra com correia azul. Paquife e virol de azul e vermelho. Tem por divisa num listel de verde, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de ouro: *Segurança e Integração*.

II — Estandarte — Forma retangular, tipo Bandeira Universal; campo branco, tendo em abismo o Brasão de Armas do Exército; franja de ouro em toda a volta do campo; laço militar nas cores nacionais, carregado com a inscrição *Exército Brasileiro* em ouro.

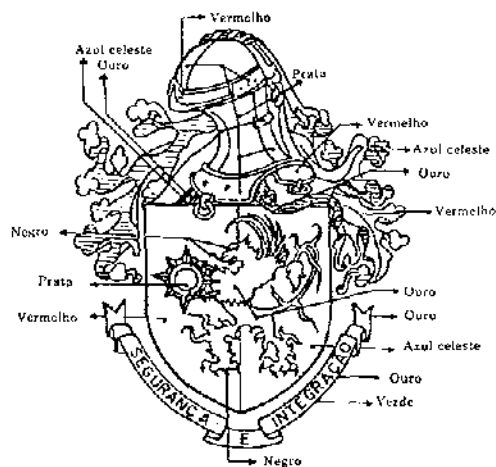
Art. 2º Caberá ao Ministro do Exército baixar normas de cerimonial e instruções de uso.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

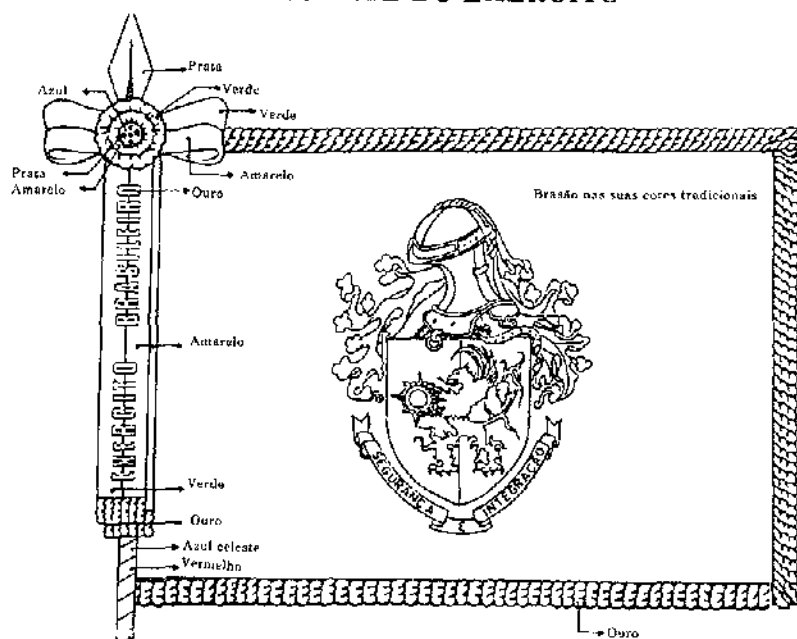
Brasília, 15 de maio de 1987; 166º da Independência 99º da República.

JOSE SARNEY
Leônidas Pires Gonçalves

BRASÃO DE ARMAS DO EXÉRCITO



ESTANDARTE DO EXÉRCITO



DECRETO Nº 94.337, DE 15 DE MAIO DE 1987

Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 83.904, de 28 de agosto de 1979, alterado pelos Decretos nºs 94.109, de 18 de março de 1987, e 94.195, de 7 de abril de 1987, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

«Parágrafo único. Os representantes a que se refere o item XI deste artigo terão três suplentes, nomeados pelo Presidente da República e convocados para substituição pelo Presidente do Concex, observado o critério de rodízio».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.338, DE 18 DE MAIO DE 1987

Regulamenta o art. 4º do Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a iniciação ao trabalho do menor assistido e institui o Programa do Bom Menino.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o estabelecido no art. 4º do Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa do Bom Menino, destinado à iniciação ao trabalho do menor assistido.

Parágrafo único. Considera-se menor assistido aquele que, com idade de 12 a 18 anos, encaminhado a empresas na forma estabelecida por este decreto, esteja prestando serviços, a título de bolsa de inicia-

ção ao trabalho, e freqüente ensino regular ou supletivo de 1º e 2º graus.

Art. 2º A iniciação ao trabalho compreende a execução, pelo menor assistido, de tarefas simples correspondentes a serviço, ofício ou ocupação compatíveis com seu grau de desenvolvimento físico e intelectual, desempenhadas em locais apropriados da empresa.

Art. 3º Para os efeitos deste decreto, as empresas que tenham mais de cinco empregados devem admitir, sob forma de bolsa de iniciação ao trabalho, menores assistidos na proporção nunca inferior a cinco por cento do total de seus empregados.

§ 1º Na hipótese em que o número de empregados seja superior a cem, no que exceder esse número o percentual estabelecido no *caput* deste artigo não será inferior a um por cento.

§ 2º Na aplicação do disposto neste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um menor.

§ 3º A bolsa de iniciação ao trabalho poderá ser concedida em estabelecimento de formação profissional, a critério da empresa, que se responsabilizará pelos direitos assegurados no art. 8º deste decreto.

Art. 4º Os admitidos no programa de iniciação ao trabalho não poderão desenvolver atividade em locais e serviços incompatíveis com o trabalho do menor, nos termos dos arts. 404 e 405 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º As empresas obrigadas à admissão de menores em regime de aprendizagem poderão deduzir o número desses no número de menores assistidos previstos no art. 3º deste decreto.

Art. 6º Em cada município será organizado um Comitê encarregado de cadastrar e encaminhar, para efeito de admissão ao programa de bolsa de iniciação ao trabalho, menores que estejam em uma das seguintes situações:

I — desprovidos de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las.

II — vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III — em perigo moral, por encontrar-se:

- a) Em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) na prática de atividades contrárias aos bons costumes;

IV — privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V — com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI — envolvido na prática de ato que constitua infração penal.

§ 1º Integrarão o Comitê de que trata este artigo os responsáveis locais ou representantes da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e das entidades públicas federais de assistência social atuantes no Município.

§ 2º Poderão participar do Comitê de que trata este artigo o Juizado de Menores, os responsáveis locais ou representantes da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e das entidades de assistência social atuantes no Município.

§ 3º O cadastramento do menor assistido constitui requisito para ingresso no programa de iniciação ao trabalho.

§ 4º É vedado o encaminhamento de menores que sejam parentes consanguíneos ou afins de dirigentes da empresa receptora e dos integrantes do Comitê.

§ 5º A participação no Comitê referido neste artigo constitui função de relevante interesse público.

Art. 7º Para formalização do ingresso no programa de bolsas de iniciação ao trabalho o menor assistido deverá ser encaminhado:

I — pelo Comitê Municipal que o tiver cadastrado; ou

II — diretamente, pela própria empresa que o acolher, respeitados os critérios estabelecidos neste decreto e com prévia anuência da Funabem, LBA ou do órgão de assistência ao menor existente no município.

Parágrafo único. No encaminhamento dos menores, quando de iniciativa do Comitê Municipal, serão preenchidas, preferencialmente, as vagas em empresas com mais de vinte empregados.

Art. 8º Ao menor assistido são assegurados, pela empresa, os seguintes direitos:

I — jornada máxima de quatro horas diárias, compatível com o horário escolar;

II — bolsa de iniciação ao trabalho, a ser paga até o décimo dia do mês subsequente, em valor não inferior à metade do salário mínimo mensal;

III — trinta dias por ano de ausência às atividades de iniciação ao trabalho, durante o período de férias escolares ou, a pedido do menor assistido, dos exames finais, sem prejuízo da percepção da bolsa;

IV — anotação da bolsa de iniciação ao trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

V — seguro contra acidentes pessoais.

Art. 9º Extinguir-se-á a bolsa de iniciação ao trabalho do menor assistido, nas seguintes hipóteses:

I — reincidência de faltas não justificadas;

II — desempenho insuficiente ou inadaptação do menor ao serviço;

III — falta disciplinar;

IV — frequência irregular às atividades escolares, definida como ausência superior a 20% (vinte por cento) da carga horária obrigatória mensal;

V — completar o menor 18 anos de idade;

VI — pedido do menor assistido.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, a empresa deve, no prazo de 30 dias, comunicar o fato ao Comitê Municipal.

§ 2º O menor assistido perde um trinta avos do valor mensal da bolsa de iniciação ao trabalho por dia de falta não justificada, a critério da empresa.

Art. 10. A nível federal, caberá ao Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e de suas fundações, LBA e Funabem, a expedição de normas relativas ao programa de iniciação ao trabalho e à viabilização dos recursos financeiros necessários.

Art. 11. O Ministério da Previdência e Assistência Social firmará convênios, por intermédio da LBA e Funabem, com os Estados, Distrito Federal, Território e Municípios para que estes mantenham serviços de:

I — cadastramento das empresas obrigadas a admitir menores assistidos em atividades de iniciação ao trabalho, na forma prevista neste decreto;

II — cadastramento dos menores elegíveis para o programa de bolsa de iniciação ao trabalho;

III — encaminhamento de menores às empresas, hem como acompanhamento das atividades de iniciação ao trabalho nelas desenvolvidas;

IV — Fiscalização do cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 12. É lícito ao menor assistido assinar recibo de bolsa de iniciação ao trabalho.

Art. 13. A bolsa de iniciação ao trabalho do menor assistido, concedida nos termos do disposto neste decreto, não gera vínculo empregatício.

Parágrafo único. Em relação aos gastos efetuados com os menores assistidos, as empresas não estão sujeitas a encargos previdenciários de qualquer natureza, inclusive o Funrural, nem a recolhimentos em favor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 14. Não havendo o encaminhamento do menor assistido para o programa de bolsa para iniciação ao trabalho, o Comitê, mediante solicitação da empresa, expedirá uma certidão para fins de comprovação perante a fiscalização.

Art. 15. Extinta a bolsa de iniciação ao trabalho, nos casos previstos no art. 9º, a empresa terá o prazo de 30 dias para promover a admissão de outro menor a fim de completar o percentual estabelecido neste decreto.

Art. 16. Fica instituído, na estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social, como órgão colegiado de caráter consultivo, o Conselho de Promoção Social do Menor Assistido, com as seguintes atribuições:

I — pronunciar-se sobre as diretrizes gerais e normas de gerenciamento operacional do programa de iniciação ao trabalho do menor assistido;

II — opinar, por solicitação do Ministro de Estado, sobre as propostas de alteração da legislação específica que regula o programa de bolsas de iniciação ao trabalho para o menor assistido.

§ 1º O Conselho terá sede no Rio de Janeiro, junto à presidência da Funabem e será composto dos seguintes membros:

a) um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social indicado pelo Ministro de Estado, que o presidirá;

b) o presidente da Funabem que substituirá o presidente do Conselho nas suas faltas e impedimentos;

c) o presidente da LBA; e

d) doze representantes da sociedade civil, com reconhecidos serviços prestados a instituições de educação e formação profissional do menor, nomeados pelo Presidente da República com mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 2º O Conselho reunir-se-á uma vez por mês, em caráter ordinário, ou, extraordinariamente, por convocação do Ministro de Estado, de seu presidente ou de um terço de seus membros.

§ 3º A Funabem dará apoio administrativo ao Conselho, assegurando as condições materiais para a realização de suas reuniões.

§ 4º A função de membro do Conselho, considerada de relevante interesse público, não será remunerada.

Art. 17. A fiscalização do cumprimento das normas previstas neste decreto competirá:

I — no que concerne à observância da obrigatoriedade da concessão das bolsas de iniciação ao trabalho, ao Ministério da Previdência e Assistência Social;

II — no que concerne à observância do disposto nos arts. 404 e 405 da CLT, ao Ministério do Trabalho.

Art. 18. Ao trabalho do menor assistido, aplicam-se as normas gerais de proteção ao trabalho.

Art. 19. Este decreto entra em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 94.339, DE 19 DE MAIO DE 1987

Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O item II do art. 12, do Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 12.
.....

II — não serão assegurados quaisquer benefícios e vantagens inexistentes nos planos vigentes em 26 de junho de 1985, a não ser em caráter excepcional, após prévia e expressa autorização do CISE».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 94.005, de 5 de fevereiro de 1987.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianotto Pinto

Anibal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.340, DE 19 DE MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada na vigente Orçamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos e metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes ao projeto e a atividade indicados nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 20-5-87.

DECRETO Nº 94.341, DE 19 DE MAIO 1987

Autoriza a Meridional Leasing S.A. — Arrendamento Mercantil a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Meridional Leasing S.A. — Arrendamento Mercantil, autorizada a proceder a elevação do seu capital social em mais CZ\$ 12.223.778,28 (doze milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e oito cruzados e vinte e oito centavos), mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.342, DE 19 DE MAIO DE 1987

Concede à Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás), autorização para proceder a aumento de seu capital autorizado, bem como do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Siderurgia Brasileira S.A. — Siderbrás (Grupo Siderbrás), autorizada a promover a elevação do seu capital autorizado

em mais de CZ\$ 163.647.000.000,00 (cento e sessenta e três bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões de cruzados), bem como a elevar o capital social até o nível do capital autorizado neste diploma legal, mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.343, DE 19 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre o aumento do capital autorizado da Petrobrás Internacional S.A. — Braspetro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.000415/87-37,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Petrobrás Internacional S.A. — Braspetro a aumentar o seu capital autorizado de CZ\$ 866.700.000,00 (oitocentos e sessenta e seis milhões e setecentos mil cruzados) para CZ\$ 2.190.891.968,00 (dois bilhões, cento e noventa milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e oito cruzados).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.344, DE 19 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre os valores das diárias a que se refere o Decreto nº 83.396, de 2 de maio de 1979.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o dispo-

to no Anexo II, item X, do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, na redação dada pelo Decreto-lei nº 1.415, de 20 de agosto de 1975,

DECRETA :

Art. 1º Os valores das diárias a que se refere o Decreto nº 83.396, de 2 de maio de 1979, serão calculados mediante a incidência dos índices especificados nos Anexos I e II deste decreto sobre o Valor Básico de Diárias-VBD.

Parágrafo único. O Valor Básico de Diárias, a que se refere este artigo, é de CZ\$ 700,00 (setecentos cruzados).

Art. 2º O VBD será automaticamente reajustado a partir do primeiro dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor — IPC, verificada no trimestre imediatamente anterior.

Art. 3º A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap, fará publicar no *Diário Oficial da União* o VBD reajustado na forma do artigo anterior

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Alufio Alves

ANEXO I

(Art. 1º dos Decretos nºs 83.396, de 2 de maio de 1979, e 94.344, de 19 de maio de 1987)

Classificação do Cargo, Emprego ou Função	Nível, Referência ou Equivalência	(Índice incidente sobre o Valor Básico ou Diária — VBD)
a) Cargos em comissão ou funções de Confiança de Direção ou Assessoramento Superiores (DAS), ou equivalentes.	DAS-6 DAS-5 DAS-4	1,56
	DAS-3 DAS-2 DAS-1	1,45
b) Funções de Direção ou Assistência Intermediárias (DAI), cargos ou empregos de nível superior, ou equivalentes. Demais cargos ou empregos.		1,34

O valor da diária será acrescido da importância correspondente a 40% (quarenta por cento), nas hipóteses de deslocamentos para as cidades de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Foz do Iguaçu, Rio Branco, e a 20% (vinte por cento), nos deslocamentos para Recife, Macapá, São Luís, Belém e Florianópolis.

ANEXO II

(Art. 3º do Decreto nº 83.396, de 2 de maio de 1979,
e art. 1º do Decreto nº 94.344, de 19 de maio de 1987)

Classificação do cargo, emprego ou função	Nível, referência ou equivalência	CÁLCULO DA DIÁRIA (Índice incidente sobre o Valor Básico de Diárias — VBI)
a) Cargos em comissão ou funções de confiança de Direção ou Assessoramento Superiores, ou equivalentes.	DAS	0,56
b) Funções de Direção ou Assistência Intermediárias (DAI) e cargos ou empregos de nível superior, ou equivalentes. Demais cargos ou empregos.	DAI Ref. NS-1 a NS-25 Ref. NM-3 a NM-35	0,44

DECRETO Nº 94.345, DE 20 DE MAIO DE 1987

Revoga dispositivo do Decreto nº 63.192, de 29 de agosto de 1968.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o artigo 2º do Decreto nº 63.192, de 29 de agosto de 1968.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.346, DE 20 DE MAIO DE 1987

Revoga o Decreto nº 27.354, de 21 de outubro de 1949.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 27.354, de 21 de outubro de 1949, «que cria o Estandarte do Curso Preparatório de Cadetes-do-Ar».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.347, DE 20 DE MAIO DE 1987

Aprova o Estatuto da Fundação Nacional de Arte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 1º da Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação Nacional de Arte, anexo a este decreto.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Celso Furtado

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE

CAPÍTULO I

Da Sede, Foro e Finalidades

Art. 1º A estrutura e o funcionamento da Fundação Nacional de Arte — Funarte, instituída por autorização da Lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, fundação pública vinculada ao Ministério da Cultura, com personalidade jurídica de direito privado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, tendo sede e foro provisório no Rio de Janeiro, reger-se-ão por este Estatuto.

Art 2º A Funarte tem por finalidade incentivar e amparar, em todo o território nacional, a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das atividades artísticas e culturais e, especificamente:

I — formular, coordenar e executar programas de incentivos às manifestações artísticas e culturais;

II — apoiar a preservação dos valores culturais caracterizados nas manifestações artísticas e tradicionais representativas da personalidade do povo brasileiro; e

III — apoiar as instituições culturais, oficiais ou privadas, que visem ao desenvolvimento artístico nacional.

Parágrafo único. Na formulação e execução de seus programas, a Funarte observará a política, as diretrizes, os objetivos e os planos do Ministério da Cultura.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º A Funarte terá a seguinte estrutura básica:

- I — Presidência;
- II — Conselho Deliberativo;
- III — Conselho Fiscal;
- IV — Assessoria Técnica;
- V — Superintendência Administrativa;
- VI — Instituto Nacional de Artes Plásticas;
- VII — Instituto Nacional do Folclore;
- VIII — Instituto Nacional de Música;
- IX — Instituto Nacional de Fotografia;
- X — Instituto Nacional de Artes Cênicas;
- XI — Instituto Nacional de Artes Gráficas.

§ 1º A estrutura operacional da Funarte será estabelecida no seu Regimento Interno, submetido pela Presidência ao Conselho Deliberativo e baixado por ato do Presidente da Fundação.

§ 2º Para consecução de suas finalidades, cada Instituto contará com uma Comissão de Assessoramento, constituída por pessoas de notável conhecimento no campo de ação do Instituto e estranhas à administração da Funarte.

§ 3º Os membros da Comissão de que trata o parágrafo anterior serão indicados pelo Presidente da Funarte e nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura, para um mandato de dois anos.

§ 4º As normas de funcionamento de cada Comissão serão definidas em regulamento interno, baixado pelo Presidente da Funarte.

Art. 4º O Instituto Nacional de Artes Cênicas — Inacen, para a consecução de suas finalidades, gozará de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O Inacen terá sua finalidade, estrutura, competência de suas unidades, funcionamento e atribuições detalhados em Regimento Interno próprio, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura.

Seção I

Da Presidência

Art. 5º A Funarte terá um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado da Cultura e nomeado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Em suas faltas e impedimentos o Presidente será substituído, em sistema de rodízio, por um dos dirigentes da estrutura básica da Funarte, por ele designado.

Art. 6º São atribuições do Presidente:

I — coordenar e supervisionar as atividades da Funarte, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais;

II — presidir o Conselho Deliberativo, com direito, além do voto pessoal, ao voto de qualidade;

III — submeter ao Ministro da Cultura:

a) o Plano de Trabalho da Funarte e respectiva proposta de orçamento-programa aprovados pelo Conselho Deliberativo;

b) o relatório das atividades do exercício anterior;

IV — submeter ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo legal, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União, a prestação de contas da Funarte, analisada por uma auditoria independente, selecionada mediante processo de licitação, na forma da lei, acompanhada de parecer conclusivo do Conselho Fiscal da Fundação;

V — submeter ao Conselho Deliberativo proposta para o Regimento Interno da Fundação;

VI — dirigir e organizar os trabalhos da Funarte, supervisionando a execução do seu Plano de Trabalho e respectivo orçamento-programa, e promovendo a execução de programas especiais;

VII — gerir o patrimônio da Funarte, assumir compromissos financeiros e ordenar despesa nos limites dos créditos aprovados;

VIII — representar a Funarte junto a órgãos públicos e privados nacionais, estrangeiros ou internacionais;

IX — firmar contratos, convênios, acordos, termos de doação, ordens de serviço e demais instrumentos legais necessários à execução dos trabalhos da Funarte;

X — propor ao Conselho Deliberativo a tabela de cargos e salários da Funarte;

XI — admitir, promover e dispensar o pessoal da Funarte, proceder à movimentação do pessoal e exercer o poder disciplinar;

XII — designar os titulares de funções de confiança;

XIII — representar a Funarte em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo constituir mandatários;

XIV — abrir, movimentar e encerrar contas nos estabelecimentos de crédito autorizados;

XV — delegar competência;

XVI — praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Funarte.

Seção II

Do Conselho Deliberativo

Art. 7º O Conselho Deliberativo, além do Presidente da Fundação, que o presidirá, será constituído por:

I — um dirigente de cada unidade da estrutura básica da Fundação, relacionada nos itens IV a XI do art. 3º deste Estatuto, como membros natos;

II — dois representantes de cada Comissão (art. 3º, § 2º);

III — dois representantes do Conselho Deliberativo do Inacen.

§ 1º Os membros do Conselho nos itens II e III deste artigo serão nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura para um mandato de dois anos, permitida a recondução uma só vez.

§ 2º O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, cinco vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente.

Art. 8º São atribuições do Conselho Deliberativo:

I — zelar pelo estrito cumprimento das finalidades e objetivos da Fundação;

II — formular diretrizes para a execução da política da Fundação;

III — definir, mediante proposta do Presidente da Fundação, os critérios para aplicação de recursos da Fundação;

IV — examinar e aprovar o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária da Fundação e suas alterações;

V — manifestar-se sobre a tabela de cargos e salários da Fundação;

VI — deliberar sobre propostas de interesse da Fundação, que lhe sejam submetidas por qualquer de seus membros;

VII — aprovar a criação de fundos e reservas especiais, e as respectivas aplicações;

VIII — aprovar o Regimento Interno da Fundação;

IX — propor ao Presidente da Fundação medidas que julgar de interesse para eficiência e melhoria da execução dos planos aprovados;

X — examinar e aprovar o relatório das atividades da Fundação;

XI — opinar sobre a utilização das doações feitas à Fundação, bem como convênios, acordos e contratos celebrados;

XII — manifestar-se sobre as propostas encaminhadas pelas Comissões dos Institutos, através da Presidência da Fundação.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 9º O Conselho Fiscal será constituído de três membros e respectivos suplentes, de livre escolha e nomeação do Ministro de Estado da Cultura, com mandato de dois anos, permitida a recondução uma só vez.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido por maioria simples.

Art. 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á, por convocação do seu Presidente, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, a juízo do seu Presidente.

Art. 11. Compete ao Conselho Fiscal:

I — apreciar e emitir pareceres sobre balanços, balancetes, relatórios e respectivos demonstrativos em seus aspectos contábeis;

II — examinar as despesas extraordinárias da Fundação e emitir parecer;

III — opinar sobre assuntos de contabilidade, administração financeira e outros de interesse financeiro da Fundação, que

lhe forem submetidos por seu Presidente ou pelo Conselho Deliberativo, ou, ainda, por iniciativa própria;

IV — fiscalizar os serviços de contabilidade e tesouraria da Fundação, tendo, para esse fim, acesso aos livros e documentos relacionados com a administração financeira;

V — emitir parecer sobre alienação, permuta e aquisição de imóveis, bem como permuta e alienação de seu acervo artístico, para posterior aprovação pelo Ministro de Estado da Cultura;

VI — aprovar as normas sobre aquisição, licitação, guarda, movimentação e alienação de bens e sobre os serviços necessários à Funarte;

VII — emitir parecer conclusivo sobre as prestações de contas anuais a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Para o exercício de sua competência, o Conselho Fiscal poderá requisitar e examinar, em qualquer tempo, instrumentos de escrituração e documentos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação, e realizar as diligências que julgar necessárias.

Seção IV

Dos Dirigentes das Unidades

Art. 12. A Assessoria Técnica será dirigida por um Chefe, os Institutos por Diretor e a Superintendência Administrativa por Superintendente, designados pelo Presidente da Funarte.

Parágrafo único. O Inacen será dirigido por Presidente, designado pelo Ministro de Estado da Cultura.

Seção V

Da Competência das Unidades

Art. 13. Compete à Assessoria Técnica analisar, avaliar e compatibilizar programas e projetos elaborados pelos Institutos para formular o Plano de Trabalho da Funarte e respectivo orçamento-programa, a serem aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 14. Compete à Superintendência Administrativa organizar, orientar, coordenar, supervisionar e executar as atividades de administração de pessoal, material e patrimônio, orçamento e finanças, e serviços gerais.

Art. 15. Compete aos Institutos, nas suas áreas de atuação, promover e estimular o desenvolvimento, a criatividade, a pesquisa, a documentação, o estudo, a preservação e a difusão das manifestações artísticas e culturais.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio

Art. 16. O patrimônio da Funarte será constituído de:

I — dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinados pela União, Estados e Municípios, ou suas autarquias, sociedade de economia mista ou empresas públicas;

II — doações, legados ou contribuições de pessoas físicas, ou de pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

III — rendimentos, de qualquer espécie, de seus próprios serviços, bens ou atividades, inclusive direitos autorais que adquirir;

IV — bens móveis e imóveis do seu domínio; e

V — receitas eventuais.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 17. O regime jurídico do pessoal da Funarte é o da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 18. Em caso de extinção da Funarte, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União, depois de satisfeitos os compromissos assumidos com terceiros.

Brasília, 20 de maio de 1987.

DECRETO Nº 94.348, DE 20 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação das funções do Quadro Permanente do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de ou-

tubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta do Processo nº 00600.010886/86-39,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criadas, transformadas e reclassificadas funções na forma do Anexo I deste decreto, para composição das Categorias Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, do Quadro Permanente do Ministério da Marinha.

Art. 2º As atribuições das funções de Assistente, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º Ficam suprimidas as funções de Chefe da Seção de Estudos, código DAI-111.1, do Departamento de Planejamento, Chefe da Seção de Controle, código DAI-111.1, do Departamento de Administração Escolar, Chefe da Seção de Pagamento, código DAI-111.1, do Departamento de Intendência da Diretoria de Ensino da Marinha, para o fim de compensar as despesas decorrentes da aplicação deste decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

ANEXO I
MINISTÉRIO DA MARINHA
QUADRO PERMANENTE
GRUPO DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS (DAI-10)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de funções	Denominação	Código	Correlação
2	Assistente	DAI-112.2	2	DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA Vice-Diretor Assistente	DAI-112.1	Nível Superior
1	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO		1	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	DAI-111.1	Nível Médio
1	Chefe da Seção de Pesquisas Educacionais	DAI-111.1	1	Encarregado da Seção de Pessoal Civil	DAI-111.1	Nível Médio
	Chefe da Seção de Estatística e Análise	DAI-111.1		Encarregado da Seção de Pagamento de Pessoal		
1	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR		2	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	DAI-112.1	Nível Superior
	Chefe da Divisão de Aperfeiçoamento e Treinamento do Pessoal Civil			Assistente		
1	Chefe da Seção de Programação	DAI-111.2	2	DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E CONTROLE	DAI-112.1	Nível Superior
	DEPARTAMENTO DE INTENDÊNCIA	DAI-111.1		Assistente		
1	Chefe da Seção de Contabilidade	DAI-111.1	2	DEPARTAMENTO DE APOIO	DAI-112.1	Nível Superior
1	Chefe da Seção de Material	DAI-111.1		Assistente		

DECRETO Nº 94.349, DE 20 DE MAIO DE 1987

Cria empregos na Tabela Permanente do Ministério do Exército, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o que consta do Processo nº 00600.004402/87-67, e

Considerando a necessidade de pessoal para as atividades de apoio do Ministério do Exército,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados, na forma do anexo deste decreto, 51 (cinquenta e um) empregos na categoria funcional de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos e 2 (dois) empregos na categoria funcional de Motorista Oficial, na Tabela Permanente do Ministério do Exército, a serem preenchidos na forma regulamentar, observada a legislação específica.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério do Exército.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

ANEXO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

TABELA PERMANENTE

LOTAÇÃO

GRUPO-OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO,

Código: LT-NM-1000

(Art. 1º do Decreto nº 94.349,

de 20 de maio de 1987)

Portaria DPC, nº 6

de 13-1-87

D.O. de 16-1-87

Nº de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	Nº de fixos previstos na lotação	Nº de cargos transportos ou transformados para o Quadro Permanente	Nº de empregos transportos, transformados ou criados na Tabela Permanente	Nº de vagas previstos na lotação	Nº de excedentes a lotação
1	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	S	30	1	1	30	1
1	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	D	60	23	106	60	1
15	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	C	1378	1424	104	1249	1
36	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	B	2028	302	1112	485	1
51	1006	Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	A	3144	1749	1322	1694	1
				6640			3618	

LOTAÇÃO

TABELA PERMANENTE

GRUPO-SERVIÇOS DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

Portaria DFC, n.º 199

Código: LT-TP-1200

de 29-7-86

(Art. 1.º do Decreto n.º 94.349,
de 20 de maio de 1987)

D.O. de 30-7-86

N.º de empregos incluídos no novo Plano, a serem providos	Código	Denominação	Classe	N.º de fixos previstos na lotação	N.º de cargos transportos ou transportados para o Quadro Permanente	N.º de empregos transportos, transportados ou criados na Tabela Permanente	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
1	1201	Motorista Oficial	S	118	1	1	118	1
1	1201	Motorista Oficial	C	237	1	1	237	1
1	1201	Motorista Oficial	B	356	400	1	44	44
02	1201	Motorista Oficial	A	477	294	121	60	1
02				1.183	694	121	415	44

DECRETO Nº 94.350, DE 20 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a criação de funções de confiança, na Tabela Permanente do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, e o que consta do Processo nº 00600.003264/87-90,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101 e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores código LT-DAS-100, da Tabela Permanente do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança, de que trata este decreto, far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério da Aeronáutica.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

ANEXO I
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
N.º de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	N.º de cargos ou funções	Denominação	Código
				INSTITUTO HISTÓRICO CULTURAL DA AERONÁUTICA	
			1	Diretor	LT-DAS-101.4
			1	Assessor	LT-DAS-102.1
			1	Vice-Diretor	LT-DAS-101.3
				Divisão Administrativa	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
				Divisão de Planejamento e Controle	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
				Divisão de Estudos e Pesquisa	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
				Museu Aeroespacial	
			1	Diretor	LT-DAS-101.3
				Divisão de Museologia	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
			1	<i>Divisão de Operações</i> Chefe	LT-DAS-101.2
			1	<i>Divisão Administrativa</i> Chefe	LT-DAS-101.2
			1	<i>Divisão de Restauração</i> Chefe	LT-DAS-101.2
			1	<i>Divisão Promocional</i> Chefe	LT-DAS-101.2

DECRETO Nº 94.351, DE 20 DE MAIO DE 1987

Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, itens I e II, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas, aos percentuais indicados, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre as mercadorias a seguir relacionadas, classificadas segundo os Códigos da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983:

Código		Alíquota %
Posição	Subposição e Item	
22.04	00.00	20
22.05	01.00	20
22.05	02.01	60
	02.02	60
	02.03	60
	02.99	20
	03.01	50
22.05	03.02	20
	03.03	20
	03.99	50
	04.01	50
22.05	04.99	20
	99.00	50
22.06	00.00	50
22.07	00.00	50

Art. 2º Fica reduzida para 20% (vinte por cento) a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a «Bebida refrescante (vinho refrescante), denominada «Cooler», obtida pela mistura de vinho, mosto de uvas parcialmente fermentado, suco natural de frutas e outros ingredientes, com graduação alcoólica de 5 a 6º G.L.»,

classificada no Código 22.09.99.00 da Tabela de Incidência a que se refere o artigo anterior, ora desdobrada do mesmo sob a forma de destaque «ex».

Art. 3º Fica revogada a Nota Complementar NC (22-4) ao Capítulo 22 da Tabela de Incidência a que se refere o artigo 1º deste decreto, a esta incorporada pelo Decreto nº 93.647, de 3 de dezembro de 1986, prevalecendo a incidência prevista no artigo 1º.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.352, DE 20 DE MAIO DE 1987

Outorga concessão à Valec — Engenharia e Construções Limitada, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro ligando a região de Guarapuava até Guaíra, no Estado do Paraná, estendendo-se até a região de Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo a construção de variantes na malha ferroviária do Paraná entre Guarapuava e Paranaguá, nos termos das Cláusulas do Contrato a ser celebrado entre o Ministério dos Transportes e aquela empresa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, alínea d, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada à Valec — Engenharia e Construções Limitada, empresa brasileira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, concessão da construção, uso e gozo:

a) de uma estrada de ferro, na direção geral leste-noroeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná a partir das proximidades de Guarapuava até Guaíra passando próxima à cidade de Cascavel, com prosseguimento até a região de Miranda, passando na região de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul. Destina-se esta ferrovia a oferecer transporte eficiente e de baixo custo, adequado ao escoamento da produção agrícola até as instalações do complexo portuário de Paranaguá,

no Estado do Paraná, e ao trânsito de outros produtos de natureza agropecuária, energética, mineral e industrial;

b) das variantes ferroviárias que se fizerem necessárias entre o terminal marítimo de Paranaguá e Guarapuava, todas no Estado do Paraná. Destinam-se estas variantes a adequar a capacidade dos trechos existentes às cargas atraídas pela nova ferrovia, na direcção do porto de Paranaguá;

c) dos ramais que forem necessários para que a referida estrada atenda aos seus objectivos.

Art. 2º Esta concessão é outorgada nos termos das Cláusulas constantes do contrato a ser firmado entre o Ministério dos Transportes e a Empresa Valec — Engenharia e Construções Limitada.

Art. 3º A concessão de que trata este decreto poderá ser transferida, mediante prévia e expressa autorização do Presidente da República.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.353, DE 20 DE MAIO DE 1987

Restabelece, post mortem, as condecorações nacionais que foram retiradas ao Senhor Carlos Frederico Werneck de Lacerda, e determina a sua reinclusão nos Quadros das Ordens dos quais tenha sido excluído.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de Grão-Mestre das Ordens de Mérito Brasileiras,

DECRETA :

Art. 1º São restabelecidas ao Senhor Carlos Frederico Werneck de Lacerda todas as condecorações nacionais, civis e militares, que lhe foram retiradas.

Art. 2º Proceder-se-á à reinclusão do seu nome nos Quadros das Ordens honoríficas, civis e militares, dos quais tenha sido excluído.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.354, DE 21 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-5-87.

DECRETO Nº 94.355, DE 21 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Comissão de Cartografia, do Instituto de Pesquisas Espaciais, e do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de CZ\$ 3.450.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Comissão de Cartografia, do Instituto de Pesquisas Espaciais, e do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de CZ\$3.450.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinqüenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 22-5-87

DECRETO Nº 94.356, DE 21 DE MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 121.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 121.400.000,00 (cento e vinte e um milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 22-5-87.

DECRETO Nº 94.357, DE 21 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 22-5-87.

DECRETO Nº 94.358, DE 21 DE MAIO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Riachuelo» (parte), situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Gleba Riachuelo», com a área de 2.323,00ha (dois mil, trezentos e vinte e três hectares), situado no Município de Lima Campos, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área no P00, de coordenadas geográficas longitude 44°22'33"WGr e latitude 04°31'14"S, situado na divisa de terras da Data Santo Antonio dos Sardinha e terras de Cananéia e da Data Feliz Lembrança; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Cananéia e da Data Feliz Lembrança, com o rumo de 65°00'SE e distância de 4.183,00m, até o P1; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Agropecuária Riachuelo Ltda., com os seguintes rumos e distâncias: 39°30'SW e 600,00m, até o P2; 65°00'SE e 2.330,00m, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 44°19'36"WGr e latitude 04°33'56"S, situado no limite da faixa de domínio da BR-135, margem direita; deste, segue pelo referido limite da faixa de domínio da citada rodovia, no sentido Peritoró-Santo Antônio dos Lopes, passando pelos pontos P4 e P5, confrontando com terras de Jaime Cruillas, com a distância de 3.033,00m, até o P6, de coordenadas geográficas longitude 44°20'14"WGr e latitude 04°34'20"S, situado no limite da faixa de domínio da BR-135, margem direita; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Antonio Bertoldo Chaves, com os seguintes rumos e distâncias: 77°00'NW e 2.000,00m, até o P7; 89°30'SW e 2.323,00m, até o P8; deste segue por linhas secas, confron-

tando com terras da Data Santo Antônio dos Sardinha, com os seguintes rumos e distâncias: 13°00'NW e 461,00m, até o P9; 43°00'NW e 705,00m, até o P10; 05°00'NE e 4.500,00m, até o P00, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta da DSG, folha SB.23-X-A-V, escala 1:100.000, ano: 1980 e levantamento efetuado em campo por técnicos da SR-12-IN CRA).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencerão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.359, DE 22 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Empresa Brasileira de Turismo, o crédito suplementar de CZ\$ 1.470.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Empresa Brasileira de Turismo, o crédito suplementar de CZ\$ 1.470.000,00 (um milhão, quatrocentos e setenta mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-5-87.

DECRETO Nº 94.360, DE 22 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 24.246.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 24.246.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e quarenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-5-87.

DECRETO Nº 94.361, DE 22 DE MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas e do Ministério dos Transportes — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas e do Ministério dos Transportes — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O de 25-5-87.

DECRETO Nº 94.362, DE 22 DE MAIO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 304.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 304.500.000,00 (trezentos e quatro milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-5-87.

DECRETO Nº 94.363, DE 22 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Filosofia da Escola Superior de Estudos Sociais de Brusque, Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.008410/87-83 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Filosofia, a ser ministrado pela Escola Superior de Estudos Sociais, mantida pela Fundação Educacional de Brusque, com sede na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.364, DE 22 DE MAIO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garça, com sede na Rua Tapajós, 213, na cidade de Garça, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 36.021/80);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Avenida João Pinho, 785, na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 73.607/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda, com sede na Avenida São Paulo, 1399, na cidade de Loanda, Estado do Paraná (Processo MJ nº 11.063/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro Agudo, com sede na Rua Padre Mansueto, 617, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 14.322/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Olímpia, com sede na Avenida Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, s/nº, na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 82.207/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pérola, com sede na Rua Olavo Bilac, 1054, na cidade de Pérola, Estado do Paraná (Processo MJ nº 00.267/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Taquara, com sede na Rua Júlio de Castilhos, 1650, na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 81.088/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo, com sede na cidade de Toledo, Estado do Paraná (Processo MJ nº 19.170/79);

Augusta e Respeitável Loja Simbólica Tempários de Brasília, nº 21, com sede na SGAN, Quadra 909, Módulo «B», na cidade de Brasília Distrito Federal (Processo MJ nº 28.004/86);

Casa da Criança de Lins, com sede na Rua Rockfeller, 316, na cidade de Lins, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 58.839/75);

Fundação Educacional Evangélica, com sede na Avenida Monte Castelo, 81, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 36.328/68);

Fundação Educacional para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino — FUNDAE, com sede na Rua Coronel Niederauer, 1534/1538, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 24.525/79);

Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na Avenida Castelo Branco, 170, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 72.695/77);

Fundação Hospitalar de Blumenau, com sede na Rua Itajaí, 520, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 17.651/84);

Fundação Rômulo Maiorana, com sede na Rua Gaspar Viana, 253, na cidade de Belém, Estado do Pará (Processo MJ nº 00.804/87);

Grupo de Integração Religiosa e Ação Social, com sede na Avenida Plínio Brasil Milani, 884, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 31.288/85);

Hospital de Caridade de Mata, com sede na Rua General Osório, 208, na cidade de Mata, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 2.333/71);

Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos, com sede na Pinheiro Machado, s/nº, na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 15.198/70);

Hospital Regional de Formosa, com sede na Avenida Bosque, 73, na cidade de Formosa, Estado de Goiás (Processo MJ nº 76.115/77);

Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), com sede na Rua Barão do Rio Branco, 1594, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará (Processo MJ nº 19.494/84);

Instituto Helena Antipoff, com sede na Rua do Cobre, 697, na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 13.594/75);

Instituto das Missionárias de Santo Antônio, com sede na Rua Riódades, 309, na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 22.471/84);

Instituto Sul Brasileiro da Família — ISBRAF, com sede na Praça Monsenhor Emílio Lottermann, 96, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 37.383/83);

Irmandade de São João de Deus, com sede na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 57.584/72);

Junta de Assistência Social da Convenção Batista Carioca, com sede na Rua Senador Furtado, 12, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo PR nº 04.785/86);

Núcleo Espírita «Amantes da Probreza», com sede na Rua 7 de Setembro, 560, na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 54.110/73);

Sociedade Brasileira de Ensino e Pesquisa do Diabetes Juvenil, com sede na Rua Cincinato Braga, 59, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 01.645/87);

Associação Beneficente São João Batista, com sede na Rua Professor Brasília Ovidio da Costa, 822, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo MJ nº 22.218/84);

Centro Educacional e Social Evangélico, com sede na Rua Dr. Antônio Dino, s/nº, na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão (Processo MJ nº 29.876/86); e

Fundação Avibras, com sede na Avenida João Guilhermino, 429, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (Processo PR nº 7.418/86).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.365, DE 25 DE MAIO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «Professor W. Besnard», de bandeira brasileira, para realizar em águas jurisdicionais os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1965,

D E C R E T A :

Art. 1º É concedida autorização ao navio de pesquisa brasileiro «Professor W. Besnard» para, sob a supervisão da Petróleo Brasileiro S.A. «Petrobrás» e a Universidade do Estado de Oregon, Estados Unidos da América, realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, abrangendo a região Norte e Nordeste do litoral brasileiro.

Parágrafo único Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto compreende o mapeamento das relações estruturais de mar profundo entre as zonas de fraturas oceânicas e os blocos da margem continental e a evolução a longo prazo das falhas oblíquas causadas nas margens do continente, devendo subordinar-se aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º A supervisão dos trabalhos a bordo ficará a cargo do Setor de Métodos Potenciais do Departamento de Exploração da Petrobrás, que deverá coordenar as providências relativas ao embarque dos pesquisadores da Universidade do Estado de Oregon.

Art. 4º A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período de maio a dezembro de 1987 e de maio a dezembro de 1988.

Art. 5º O não cumprimento, pela entidade interessada, do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da autorização em questão, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do governo, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisas em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.366, DE 25 DE MAIO DE 1987

*Torna insubsistente o Decreto nº
65.157, de 15 de setembro de 1969.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo PR nº 00001.002121/84-12,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969, tornados insubsistentes todos os efeitos por ele gerados.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.367, DE 25 DE MAIO DE 1987

Altera o Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 7º do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

«§ 4º Ficam assegurados aos servidores transferidos para o Ministério da Fazenda, em decorrência do disposto nos arts. 3º e 4º, itens I, II e III, deste decreto, os direitos de que são titulares, inclusive as vantagens auferidas com base nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, modificado pelo Decreto nº 57.603, de 7 de janeiro de 1966.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.368, DE 25 DE MAIO DE 1987

Autoriza o Nederlandsche Middelstandsbank NV, como sucessor do Banco NMB Sudamericano, a funcionar no Brasil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 10, § 2º, e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Nederlandsche Middenstandsbank NV, instituição financeira com sede em Amsterdam, Holanda, autorizado a funcionar no Brasil, por prazo indeterminado, como sucessor do Banco NMB Sudamericano, para realização de operações bancárias, inclusive de câmbio, mediante regulamento próprio, a ser aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, respeitados os dispositivos legais vigentes.

Art. 2º Fica cancelada a autorização para funcionar no Brasil concedida ao Banco NMB Sudamericano, o qual vem operando no País por prazo indeterminado, por força do Decreto nº 80.216, de 23 de agosto de 1977, publicado no *Diário Oficial* da União de 24 subsequente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.369, DE 25 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a Embaixada do Brasil em Basseterre, São Cristóvão e Nevis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e IX, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Embaixada do Brasil em Basseterre, São Cristóvão e Nevis passa a ser cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o artigo 2º do Decreto nº 91.839, de 25 de outubro de 1985.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.370, DE 25 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a transformação e reclassificação de funções de confiança do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987 e o que consta do Processo nº 00600.004094/87-05,

D E C R E T A :

Art. 1º São transformadas e reclassificadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101 e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, do Quadro e Tabela Permanentes do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Ficam suprimidos os cargos relacionados no Anexo II, para o fim de compensar as despesas.

Art. 3º As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 4º O provimento das funções de confiança, de que trata este decreto, far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

Aluizio Alves

ANEXO I
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
QUADRO E TABELA PERMANENTES
FUNÇÕES DE CONFIANÇA
GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	GABINETE		1	GABINETE DO MINISTRO	DAS-101.5
1	Chefe	DAS-101.4	1	Chefe-Adjunto	DAS-101.4
1	Coordenador Executivo	DAS-101.3	1	Coordenador-Executivo	DAS-101.4
1	Coordenador Executivo Assessor	DAS-102.2	1	Coordenador-Executivo	DAS-101.4
	INTRODUTORIA DIPLOMÁTICA				
1	Introdutor Diplomático	DAS-101.8	1	Introdutor Diplomático	DAS-101.4
4	Assessores	DAS-102.2	4	Assessores	DAS-102.3
1	Secretário Especial (Secretaria Especial de Relações com o Congresso da Secretaria-Geral das Relações Exteriores)			SECRETARIA DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO	
1	Assessor (Instituto Rio-Branco)	DAS-101.3	1	Secretário Assessor	DAS-101.4
	COORDENADORIA ESPECIAL DE IMPRENSA	DAS-102.1		SECRETARIA DE IMPRENSA	DAS-102.2
1	Coordenador Especial	DAS-101.3	1	Secretário	DAS-101.4
1	Assessor (Departamento de Sistematização da Informação Política)	DAS-102.1	1	Assessor	DAS-102.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Consultor Jurídico (Consultoria Jurídica da Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	LT-DAS-102.4	1	Consultor Jurídico	LT-DAS-102.4
1	DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES			DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES	
1	Diretor	DAS-101.3	1	Director	DAS-101.4
1	SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES			SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.2
1	SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL E MOBILIZAÇÃO			SEÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL E MOBILIZAÇÃO	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.2
1	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES			SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES	
1	Secretário-Geral das Relações Exteriores	DAS-101.6	1	Secretário-Geral das Relações Exteriores	DAS-101.6
1	SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS			SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS	
1	Subsecretário-Geral	DAS-101.4	1	Subsecretário-Geral	DAS-101.6
3	Assessor	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS			DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS	
1	Chefe	DAS-101.4	1	Chefe	DAS-101.4
1	Secretário Especial (Secretaria de Documentação da Política Exterior)			Secretário Especial (Secretaria de Documentação da Política Exterior)	
3	Assessor	DAS-101.3	3	Assessor	DAS-101.3
1	Chefe (Divisão da África III do Departamento da África)	DAS-102.1	1	Chefe Adjunto	DAS-102.2
				Assessor	DAS-102.2
				Assessor	DAS-102.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL — I Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL — I Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL — II Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL — II Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA AMÉRICA CENTRAL E SETENTRIONAL Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE FRONTEIRAS Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE FRONTEIRAS Chefe	DAS-101.3
1 3	DEPARTAMENTO DA EUROPA Chefe Assessor	DAS-101.4 DAS-102.1	1 3	DEPARTAMENTO DA EUROPA Chefe Assessor	DAS-101.4 DAS-102.2
1	DIVISÃO DA EUROPA — I Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA EUROPA — I Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA EUROPA — II Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA EUROPA — II Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DA ÁFRICA Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DA ÁFRICA Chefe	DAS-101.4
3	DEPARTAMENTO DA ÁFRICA Assessor	DAS-102.1	3	DEPARTAMENTO DA ÁFRICA Assessor	DAS-102.2
1	DIVISÃO DA ÁFRICA — I Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA ÁFRICA — I Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA ÁFRICA — II Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA ÁFRICA — II Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DO ORIENTE PROXIMO Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DO ORIENTE PROXIMO Chefe	DAS-101.4
3	DEPARTAMENTO DO ORIENTE PROXIMO Assessor	DAS-102.1	3	DEPARTAMENTO DO ORIENTE PROXIMO Assessor	DAS-102.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - I Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - I Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - II Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DO ORIENTE PRÓXIMO - II Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA Chefe	DAS-101.4
3	Assessor	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - I Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - I Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - II Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA - II Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CONSULARES Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO CONSULAR E JURÍDICO Chefe	DAS-101.4
3	Assessor	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	Assessor (Subsecretaria Geral de Coordenação e Programas)	DAS-102.1	1	Assessor	DAS-102.2
2	Assessor (Departamento de Pro- cessamento de Dados da Subse- cretaria-Geral de Administração)	DAS-102.1	2	Assessor	DAS-102.2
1	DIVISÃO CONSULAR Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO CONSULAR Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE PASSAPORTES Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE PASSAPORTES Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO Chefe	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Serviço de Parcerias e Informação Jurídica da Consultoria Jurídica)	DAS-101.2	1	DIVISÃO JURÍDICA Chefe DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS	DAS-101.3
1	Coordenador (Coordenadoria de Atos Internacionais da Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	DAS-101.3	1	Chefe DIVISÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO POLÍTICA E DE PROGRAMAS BILATERAIS	DAS-101.3
1	Assessor (Comissão Assessora de Relações Internacionais) PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES (Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	DAS-102.1	1	Chefe PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES	DAS-101.3
1 3	Chefe Assessor SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES (Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.1	1 3	Chefe Assessor SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES	LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.1
1 3	Chefe Assessor SUBSECRETARIA-GERAL DE COORDENAÇÃO E PROGRAMAS	LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.1	1 3	Chefe Assessor SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS MULTILATERAIS E ESPECIAIS	LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.1
1 2	Subsecretário-Geral Assessor	DAS-101.4 DAS-102.1	1 2	Subsecretário-Geral Assessor	DAS-101.5 DAS-102.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Departamento de Organismos Internacionais da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos)			DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	
1	Chefe (Divisão de Informação do Departamento de Sistematização da Informação Política)	DAS-101.4	1	Chefe	DAS-101.4
3	Assessor (Departamento de Organismos Internacionais da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos)	DAS-101.2	1	Chefe-Adjunto	DAS-101.3
	DIVISÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	DAS-101.3
1	Chefe (Divisão de Organização dos Estados Americanos do Departamento das Américas)	DAS-101.2	1	DIVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	
	DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO			Chefe	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DE TEMAS INTERNACIONAIS ESPECIAIS	
3	Assessor	DAS-102.1	3	Chefe	DAS-101.4
				Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Divisão de Organismos Internacionais Especializados do Departamento de Organismos Internacionais)	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS ESPECIALIZADOS	
				Chefe	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Divisão da Antártida, do Mar e do Espaço do Departamento de Organismos Internacionais)	DAS-101.2	1	DIVISÃO DO MAR, DA ANTÁRTIDA E DO ESPAÇO	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL (Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos)			Chefe	
3	Chefe Assessor	DAS-101.4 DAS-102.1	1 3	DEPARTAMENTO CULTURAL	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE DIFUSÃO CULTURAL	DAS-101.2	1	Chefe	DAS-101.4 DAS-102.2
1	DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE DIFUSÃO CULTURAL	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE COOPERAÇÃO INTELECTUAL	DAS-101.3
1	Diretor (Museu Histórico e Diplomático da Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	DAS-101.3	1	Chefe	DAS-101.3
1	SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONOMICOS E COMERCIAIS			MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO	
1	Subsecretário-Geral	DAS-101.4	1	Diretor	DAS-101.4
3	Assessor	DAS-102.1	3	SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS ECONOMICOS E COMERCIAIS	DAS-101.5 DAS-102.2
1	DEPARTAMENTO ECONÓMICO	DAS-101.4	1	Subsecretário-Geral	
1	Chefe		1	Assessor	
				DEPARTAMENTO ECONÓMICO	
				Chefe	DAS-101.4

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Departamento de Sistematização da Informação Política)	DAS-101.4	1	Chefe-Adjunto	DAS-101.3
3	Assessor	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Divisão Especial de Organização, Modernização e Método da Subsecretaria-Geral de Coordenação e Programas)	DAS-101.2	1	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Divisão de Atividades Auxiliares do Departamento de Administração)	DAS-101.1	1	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Divisão de Planejamento do Departamento de Coordenação e Planejamento)	DAS-101.2	1	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Divisão de Acompanhamento do Departamento de Coordenação e Planejamento)	DAS-101.2	1	Assessor	DAS-102.2
1	Assessor (Departamento de Sistematização da Informação Política)	DAS-102.1	1	Assessor	DAS-102.2
1	DIVISÃO DE POLÍTICA COMERCIAL	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE POLÍTICA COMERCIAL	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.2	1	Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.2	1	Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE POLÍTICA FINANCEIRA	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE POLÍTICA FINANCEIRA	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.2	1	Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE PRODUTOS DE BASE	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE PRODUTOS DE BASE	DAS-101.3
1	Chefe	DAS-101.2	1	Chefe	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DIVISÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE ENERGIA E RECURSOS MINERAIS Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE ENERGIA E RECURSOS MINERAIS Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO ECONÓMICA DA AMERICA LATINA Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.4
3	Chefe (Divisão de Divulgação da Política Exterior do Departamento de Sistematização da Informação Política) Assessor	DAS-101.2 DAS-102.1	1 3	Chefe-Adjunto Assessor	DAS-101.3 DAS-102.2
1	Chefe (Divisão Especial de Programas Econômicos e Comerciais da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais) Assessor (Comissão Assessora de Relações Internacionais)	DAS-101.2 DAS-102.1	1 1	Assessor Assessor	DAS-102.2 DAS-102.2
1	DIVISÃO DE ATIVIDADES DE PROMOÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE INFORMAÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE INFORMAÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	DIVISÃO DE FEIRAS E TURISMO Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE FEIRAS E TURISMO Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE OPERAÇÕES DE PROMOÇÃO COMERCIAL Chefe	DAS-101.3
1	DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA Chefe	DAS-101.4	1	DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA Chefe	DAS-101.4
3	Assessor Chefe: (Divisão de Cooperação Educacional do Departamento de Cooperação e Divulgação Cultural)	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO Chefe	DAS-101.3
1	DIVISÃO ESPECIAL DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS Chefe	DAS-101.2	1	DIVISÃO ESPECIAL DE PESQUISAS E ESTUDOS ECONÔMICOS Chefe	DAS-101.3
1	SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	DAS-101.4	1	SUBSECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÕES Subsecretário-Geral	DAS-101.5

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Assessor (Departamento de Sistematização da Informação Política)	DAS-102.1	1	Coordenador-Executivo	DAS-101.3
3	Assessor	DAS-101.2	3	Assessor	DAS-102.2
	DEPARTAMENTO DO PESSOAL			DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR	
1	Chefe	DAS-101.3	1	Chefe	DAS-101.4
1	Chefe (Divisão de Divulgação do Departamento de Cooperação Cultural)	DAS-101.2	1	Chefe-Adjunto	DAS-101.3
2	Assessor	DAS-102.1	2	Assessor	DAS-102.2
1	Assessor de Informações (Divisão de Segurança e Informações)	DAS-102.1	1	Assessor	DAS-102.2
	DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO, CADASTRO E LOTACÃO			DIVISÃO DO PESSOAL	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	DIVISÃO DE PAGAMENTOS			DIVISÃO DE PAGAMENTOS DE PESSOAL	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL			SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.2
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO			DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
1	Chefe	DAS-101.3	1	Chefe	DAS-101.4
2	Assessor	DAS-102.1	2	Assessor	DAS-102.2

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Divisão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e da Programação Financeira da Secretaria Especial de Planejamento Orçamentário e Programação Financeira) DIVISÃO DO PATRIMÔNIO	DAS-101.2	1	Assessor DIVISÃO DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS POSTOS NO EXTERIOR	DAS-102.2
1	Chefe DIVISÃO DO MATERIAL	DAS-101.1	1	Chefe DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	DAS-101.3
1	Chefe DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO	DAS-101.1	1	Chefe DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO	DAS-101.3
1 3 1	Chefe Assessor Chefe (Divisão de Estudos de Processamento de Dados do Departamento de Processamento de Dados)	DAS-101.4 DAS-102.1	1 3	Chefe Assessor	DAS-101.4 DAS-102.2
	DIVISÃO DE CIRCULAÇÃO E EXPEDIENTE	DAS-101.2	1	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES	DAS-101.2	1	Assessor DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES	DAS-102.2
1	Chefe DIVISÃO DE ARQUIVO	DAS-101.2	1	Chefe DIVISÃO DE ARQUIVO	DAS-101.3
1	Chefe CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	DAS-101.2	1	Chefe CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Chefe (Divisão de Processamento do Departamento de Processamento de Dados) DIVISÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E EXECUÇÃO FINANCEIRA Chefe	DAS-101.2	1	Chefe CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	DAS-101.3
1	Chefe (Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo) Chefe (Divisão Especial de Acompanhamento e Controle Administrativo das Unidades no Exterior da Subsecretaria-Geral de Administração) Secretário (Secretaria de Contabilidade) Delegado Regional (Delegacia Regional de Contabilidade e Finanças no Distrito Federal da Secretaria de Controle Interno)	DAS-101.2	1	Chefe INSPECTORIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR	DAS-101.3
1	COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS DIPLOMÁTICOS Coordenador	DAS-101.3	1	Inspetor-Geral	DAS-101.5
1	COORDENADORIA DE ASSUNTOS RH-ATERAIS Coordenador	DAS-101.3	1	Inspetor-Geral-Adjunto	DAS-101.4
1			1	Inspetor-Geral-Adjunto	DAS-101.4
1			1	Inspetor-Geral-Adjunto GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL, Chefe de Gabinete	DAS-101.4
1			1	Coordenador-Executivo	DAS-101.4

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA			
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	COORDENADORIA DE ASSUNTOS MULTILATERAIS	DAS-101.3	1	Coordenador-Executivo	DAS-101.4
3	Coordenador	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.3
5	Assessor (Secretaria-Geral das Relações Exteriores)	DAS-102.1	5	Assessor	DAS-102.2
	Assessor (Secretaria-Geral das Relações Exteriores)			CERIMONIAL	
1	Chefe	DAS-101.4	1	Chefe	DAS-101.4
3	Assessor	DAS-102.1	3	Assessor	DAS-102.2
1	Chefe (Serviço de Processamento Jurídico da Consultoria Jurídica)	LT-DAS-101.2	1	Assessor	DAS-102.2
	DIVISÃO DE PRIVILEGIOS E IMUNIDADES			DIVISÃO DE PRIVILEGIOS E IMUNIDADES	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	DIVISÃO DE VISITAS			DIVISÃO DE VISITAS	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	DIVISÃO DE PROTOCOLO			DIVISÃO DE PROTOCOLO	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.3
	INSTITUTO RIO-BRANCO			INSTITUTO RIO-BRANCO	
1	Diretor	DAS-101.4	1	Diretor	DAS-101.4
1	Assessor	DAS-102.1	1	Assessor	DAS-102.2
	COORDENAÇÃO DE ENSINO			COORDENAÇÃO DE ENSINO	
1	Coordenador	DAS-101.2	1	Coordenador	DAS-101.3
	SECRETARIA			SECRETARIA	
1	Chefe	DAS-101.1	1	Chefe	DAS-101.2
	SECRETARIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA			SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	Secretário Especial DIVISÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Chefe	DAS-101.3	1	Secretário	DAS-101.4
1		DAS-101.2	1	Assessor SECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO E INFORMATICA	DAS-102.2
1	Chefe (Departamento de Processamento de Dados da Subsecretaria-Geral de Administração)	DAS-101.4	1	Secretário	DAS-101.4
1	Assessor (Departamento da Proccesamento de Dados da Subsecretaria-Geral de Administração)	DAS-102.1	1	Assessor SECRETARIA DE RECEPÇÃO E APOIO	DAS-102.2
1 2	ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO RIO DE JANEIRO Chefe Assessor (Secretaria-Geral)	DAS-101.3 DAS-102.1	1 2	Secretário Assessor	DAS-101.4 DAS-102.2
1	COMISSÃO ASSESSORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Secretário-Executivo	DAS-101.2	1	COMISSÃO DE ESTUDOS DE HISTORIA DIPLOMATICA Secretário-Executivo	DAS-101.3
1 2	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO Secretário de Controle Interno Assessor	DAS-101.5 DAS-102.1	1 2	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO Secretário de Controle Interno Assessor	DAS-101.5 DAS-102.2
1	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Secretário	DAS-101.3	1	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Secretário	DAS-101.3

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
1	SECRETARIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS Secretário	DAS-101.3	1	DIVISÃO DE INFORMÁTICA Chefe	DAS-101.3

ANEXO II

Relação dos cargos suprimidos do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, a partir da publicação deste anexo:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CLASSE
18	Oficial de Chancelaria	S
37	Oficial de Chancelaria	C
55	Oficial de Chancelaria	B
73	Oficial de Chancelaria	A
183		

DECRETO Nº 94.371, DE 25 DE MAIO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação de Subestação Transformadora de Distribuição Heliópolis, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e o que consta do Processo nº 27104.000364/86,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, com o total de 7.150,00m² (sete mil, cento e cinquenta metros quadrados), necessárias à implantação da Subestação Transformadora de Distribuição Heliópolis, no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º As áreas de terra, referidas no artigo anterior, compreendem aquelas constantes da planta de situação nº 3.996, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27104.000364/86, e referentes aos imóveis identificados como lotes 15 a 24, inclusive, do loteamento Vila Victório, localizado na Rua Odete, no Município de Nova Iguaçu — RJ. Referidos lotes integram uma área com formato de um quadrilátero irregular, com 7.150,00m² e que mede: 100,00m de frente para a Rua Odete; 64,00m pela Travessa Ascendino;

100,00m, nos fundos, onde confronta com quem de direito; e 79,00m pela Rua Vargas Coutinho.

Art. 3º Fica autorizada a Light — Serviços de Eletricidade S.A. a promover a desapropriação das referidas áreas de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.372, DE 26 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial nº 34.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição; e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Paraguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 31 de março de 1987, em Montevidéu, o Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial nº 34,

D E C R E T A :

Art. 1º O Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial nº 34, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará por prazo indeterminado, sendo que as preferências registradas nos Anexos I e II terão uma duração de 10 anos, contados a partir de 30 de abril de 1983.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.373, DE 26 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Peru, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 22 de dezembro de 1986, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12),

D E C R E T A :

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará até 31 de dezembro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.374, DE 26 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 13 subscrito entre Brasil e Venezuela.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários de Brasil e Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 16 de setembro de 1986, em Montevidéu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 13 subscrito entre Brasil e Venezuela,

D E C R E T A :

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 13 subscrito entre Brasil e Venezuela, apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorou até 30 de novembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.375, DE 26 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 10 subscrito entre Brasil e Colômbia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12

de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Colômbia, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 26 de setembro de 1986, em Montevideu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 10 subscrito entre Brasil e Colômbia.

DECRETA :

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 10 subscrito entre Brasil e Colômbia, apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorou até 31 de dezembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.376, DE 26 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia (Acordo nº 1).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Bolívia, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 12 de março de 1987, em Montevideu, o Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia (Acordo nº 1),

DECRETA :

Art. 1º O Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia (Acordo nº 1), apenso por

cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará a partir da data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.377, DE 26 DE MAIO DE 1987

*Dispõe sobre a execução do Protocolo
Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Ministros das Relações Exteriores da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e os Plenipotenciários de Bolívia, Equador e Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 12 de março de 1987, em Montevidéu, o Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4,

D E C R E T A :

Art. 1º O Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigora a partir de 27 de abril de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré.

O acordo está publicado no D.O. de 27-5-87.

DECRETO Nº 94.378, DE 26 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 28-5-87.

DECRETO Nº 94.379, DE 27 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia, em Paulo Afonso, Estado da Bahia.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o art. 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000004304/87-94 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, a

ser ministrado em Paulo Afonso, Estado da Bahia, no Campus VIII, pelo Centro de Ensino Superior de Paulo Afonso, integrante da Universidade do Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.380, DE 27 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Gongonhas.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23018.004300/85-46 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de licenciatura plena em Letras, com habilitação em Português/Inglês e respectivas Literaturas, a ser ministrado em Congonhas, Estado de Minas Gerais, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Congonhas, mantida pela Fundação Cultural de Belo Horizonte.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.381, DE 27 DE MAIO DE 1987

Autoriza o funcionamento dos cursos de Letras, História, Geografia e Ciências, em Formosa, Estado de Goiás.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe con-

fere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.004824/87-24 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos cursos de Letras, habilitação em Português e Inglês, licenciatura plena; História, licenciatura plena; Geografia, licenciatura plena, e Ciências, licenciatura de 1º grau, a serem ministrados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Formosa, mantida pela Autarquia Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Formosa, com sede na cidade de Formosa, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.382, DE 27 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo da promulgação da nova Constituição Brasileira.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e

Considerando que a promulgação da nova Constituição Brasileira constitui data marcante da História Nacional, que deve ser registrada e difundida por todos os meios oficiais,

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo emitirá selo comemorativo no dia da promulgação da nova Constituição Brasileira.

Parágrafo único Os valores e características do selo comemorativo serão estabelecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.383, DE 28 DE MAIO DE 1987

*Altera dispositivo do Decreto nº 70.951,
de 9 de agosto de 1972.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição.

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso V do artigo 43 do Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

V — depósito em conta específica obrigatória, em bancos comerciais ou caixas econômicas, dos recursos a aplicar, coletados dos consorciados, cujo levantamento somente poderá ser feito para atendimento dos objetivos do plano, mediante declaração escrita da administradora com especificação do documento de compra, ou emissão de cheque na forma prevista no artigo 52, parágrafo único, da Lei nº 4.728, de 14 de junho de 1965. Os recursos deverão ser aplicados em títulos emitidos pelo Poder Público e os rendimentos obtidos obrigatoriamente utilizados, em benefício dos consorciados, na aquisição dos bens objeto do consórcio».

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.384, DE 28 DE MAIO DE 1987

*Autoriza o aumento de capital social da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. —
Eletrobrás*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o

disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, bem como o que consta do Processo MME nº 27000.002294/87-95,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás a aumentar o seu capital social de CZ\$ 76.073.016.555,63 (setenta e seis bilhões, setenta e três milhões, dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e cinco cruzados e sessenta e três centavos) para CZ\$ 88.071.586.204,27 (oitenta e oito bilhões, setenta e um milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e quatro cruzados e vinte e sete centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.385, DE 28 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a supervisão ministerial sobre a Valec — Engenharia e Construções Limitada, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo art. 1º, da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º A Valec — Engenharia e Construções Limitada passa à supervisão do Ministro de Estado dos Transportes.

Art. 2º É a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — Geipot autorizada a transferir à União as quotas que detém no capital da Valec — Engenharia e Construções Limitada, ficando o Ministro de Estado dos Transportes designado para representar a União nos atos de transferência das referidas quotas de capital.

Art. 3º É autorizada a conversão da Valec — Engenharia e Construções Limitada em sociedade por ações de capital autorizado, alterando-se a sua denominação para Valec — Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Parágrafo único O capital social autorizado inicial da sociedade de que trata este artigo será de CZ\$ 12.466.000.000,00 (doze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões de cruzados).

Art. 4º O Ministro de Estado dos Transportes, ou autoridade por ele designada, será o representante da União nas Assembléias Gerais da Sociedade, ressalvada a competência legal da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 5º Fica o Ministério dos Transportes autorizado a promover todos os atos necessários à privatização do controle acionário da sociedade de que trata este decreto.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.386, DE 28 DE MAIO DE 1987

Institui, no Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Fundo de Desenvolvimento Regional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 69, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído, no Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, um fundo contábil de natureza financeira, denominado Fundo de Desenvolvimento Regional — FDR, com o objetivo de apoiar programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefício para as populações mais carentes, localizadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene

Art. 2º O BNB será o gestor do FDR, cujos recursos serão aplicados com observância das normas instituídas pela Diretoria do BNB, tendo em vista o disposto neste decreto e as diretrizes, anualmente, estabelecidas pelo Ministério do Interior.

Art. 3º As operações do FDR serão realizadas mediante contratos de empréstimos ou de assistência. Os gastos com os contratos de assistência poderão ser feitos a fundo perdido, quando o interesse social assim o recomendar.

Parágrafo único. Poderão, também, correr à conta do FDR, como gastos a fundo perdido, despesas de custeio realizadas pelo BNB, em atividades ou programas específicos, voltados para o fomento da economia do Nordeste.

Art. 4º Anualmente, até o último dia útil do primeiro trimestre de cada ano, o BNB submeterá à apreciação do Ministério do Interior o relatório e balanço do exercício e a proposta de orçamento do FDR.

Parágrafo único. Mediante proposta do Presidente do BNB, a sua Diretoria poderá, se necessário, autorizar alterações do orçamento, *ad referendum* do Ministério do Interior.

Art. 5º Constituem fontes de recursos do FDR:

- a) doações feitas pelo BNB, como despesa operacional do Banco, tendo em vista os resultados de cada ano;
- b) dotações orçamentárias da União;
- c) subvenções, doações ou financiamentos concedidos por outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- d) os eventuais retornos e resultados das operações do FDR.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

DECRETO Nº 94.387, DE 29 DE MAIO DE 1987

Altera dispositivos do Regulamento Disciplinar para a Marinha, baixado pelo Decreto nº 88.545, de 26 de julho de 1983.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Regulamento Disciplinar para a Marinha, baixado pelo Decreto nº 88.545 de 26 de julho de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações.

«Título III — Das Penas Disciplinares.

Capítulo I —

Capítulo II —	
Capítulo III —	
Capítulo IV —	
Capítulo V —	
Capítulo VI — Do Registro e da Transcrição.	
Art. 36.	
Art. 37.	
§ 1º	
§ 2º Para oficiais e suboficiais cópia da Ordem de Serviço que publicou a punição será remetida à DPMM ou ao CApCFN, conforme o caso, a fim de ser anexada aos documentos de infor- mação referentes ao oficial ou suboficial punido.	
§ 3º	

CAPÍTULO VII

Da Anulação, Atenuação, Agravamento, Relevamento e Cancelamento.

Art. 38. O disposto no art. 19 não inibe a autoridade superior na Cadeia de Comando de tomar conhecimento *ex officio* de qualquer contravenção e julgá-la de acordo com as normas deste Regulamento, ou reformar o julgamento de autoridade inferior, anulando, atenuando, agravando a pena imposta, ou ainda relevando o seu cumprimento.

§ 1º A revisão do julgamento poderá ocorrer até cento e vinte dias após a data da sua imposição. Fora desse prazo só poderá ser feita, privativamente, pelo Ministro da Marinha.

§ 2º Quando já tiver havido transcrição da pena nos assentamentos, será dado conhecimento à DPMM ou ao CApCFN, conforme o caso, para efeito de cancelamento ou alteração.

§ 3º A competência para relevar o cumprimento da pena é atribuição das mesmas autoridades citadas nas alíneas *a* e *b* do art. 19, cada uma quanto às punições que houver imposto, ou quanto às aplicadas pelos seus subordinados. Esse relevamento poderá ser aplicado:

a) por motivo de serviços relevantes prestados à Nação pelo contraventor, privativamente, pelo Presidente da República e pelo Ministro da Marinha; e

b) por motivo de gala nacional ou passagem de Chefia, Comando ou Direção, quando o contraventor já houver cumprido pelo menos metade da pena.

Art. 39. Poderá ser concedido ao militar o cancelamento de punições disciplinares que lhe houverem sido impostas *ex officio* ou mediante requerimento do interessado, desde que satisfaça as seguintes condições simultaneamente:

a) não ter sido a falta cometida atentatória à honra pessoal, ao pundonor militar ou ao decoro da classe;

b) haver decorrido o prazo de dez anos de efetivo serviço, sem qualquer outra punição, a contar da data do término de seu cumprimento;

c) ter bons serviços prestados no período acima, mediante análise de suas folhas de alterações; e

d) ter parecer favorável de seu Chefe, Comandante ou Diretor.

§ 1º O militar, cujas punições disciplinares tenham sido canceladas, poderá concorrer, a partir da data do ato de cancelamento, em igualdade de condições com seus pares em qualquer situação da carreira.

§ 2º Além das autoridades mencionadas na letra a do art. 19, a competência para autorizar o cancelamento de punições cabe aos Oficiais-Generais em cargo de Chefia, Comando ou Direção, obedecendo-se à Cadeia de Comando do interessado, não podendo ser delegada.

§ 3º A autoridade que conceder o cancelamento da punição deverá comunicar tal fato à DPMM ou CAPCFN, conforme o caso.

§ 4º O cancelamento concedido não produzirá efeitos retroativos, para quaisquer fins de carreira.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.388, DE 29 DE MAIO DE 1987

Dispõe sobre a criação de funções de confiança, na Tabela Permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o dis-

posto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, e o que consta do Processo nº 00600.016609/86-11,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101 e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, da Tabela Permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam suprimidos os cargos e empregos relacionados no Anexo II, para o fim de compensar as despesas.

Art. 3º As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 4º O provimento das funções de confiança, de que trata este decreto, far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

ANEXO I

MEC — UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA	
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação Código
1	ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES Chefe	LT-DAS-101.1	5	REITORIA Assessor REPRESENTAÇÃO EM BRASILIA Código LT-DAS-102.1
			1	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Chefe LT-DAS-101.1
			1	ASSESSORIA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS Chefe LT-DAS-101.1
			1	ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE ADMINISTRAÇÃO Chefe LT-DAS-101.1
			1	INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL Diretor LT-DAS-101.1
			1	

ANEXO II

Cargos e Empregos do Quadro e da Tabela Permanentes
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
suprimidos a partir da publicação deste Anexo.

Nº de Cargos e Empregos	Denominação	Código/Referência
3	Agente Administrativo	SA-801.S, ref. 32
1	Agente Administrativo	SA-801.S, ref. 30
1	Agente Administrativo	SA-801.C, ref. 29
1	Agente Administrativo	SA-801.C, ref. 28
1	Agente Administrativo	SA-801.C, ref. 27
1	Agente Administrativo	LT-SA-801.S, ref. 30
1	Agente Administrativo	LT-SA-801.C, ref. 27
1	Agente Administrativo	LT-SA-801.C, ref. 25
1	Agente Administrativo	LT-SA-801.B, ref. 24
7	Agente Administrativo	LT-SA-801.A, ref. 18
8	Agente de Portaria	LT-TP-1202.B, ref. 09
4	Agente de Portaria	LT-TP-1202.B, ref. 11

DECRETO Nº 94.389, DE 29 DE MAIO DE 1987

Autoriza a Meridional Crédito Imobiliário S.A., a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Meridional Crédito Imobiliário S.A., autorizada a elevação do seu capital social em mais CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.390, DE 29 DE MAIO DE 1987

Autoriza a Meridional — Companhia de Seguros Gerais, a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Fica a Meridional — Companhia de Seguros Gerais, autorizada a promover a elevação do capital social em mais CZ\$ 104.617.929,00 (cento e quatro milhões, seiscentos e dezessete mil, novecentos e vinte e nove cruzados), mediante subscrição particular de novas ações.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.391, DE 29 DE MAIO DE 1987

Cria Grupo de Trabalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.599, de 15 de maio de 1987, que altera dispositivos da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984,

DECRETA :

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho destinado a estudar e propor ações que orientem o Poder Executivo na busca de solução definitiva quanto à atividade garimpeira em Serra Pelada, município de Marabá, Estado do Pará.

Parágrafo único. Ao Grupo de Trabalho cabe, ainda, conforme estabelecido no § 2º do artigo 2º e no § 5º do artigo 3º da Lei nº 7.194, de 11 de junho de 1984, alterada pela Lei nº 7.599, de 15 de maio de 1987, avaliar as condições de segurança que permitam garantir os trabalhos dos garimpeiros e supervisionar a aplicação de recursos financeiros, disponíveis no Banco Central do Brasil, em novas obras destinadas a melhorar a produtividade da garimpagem manual.

Art. 2º O grupo será integrado por representantes dos seguintes órgãos federais:

- Ministério do Interior, cujo representante coordenará os trabalhos;
- Departamento de Polícia Federal;
- Banco Central do Brasil;
- Secretaria Nacional de Cooperativismo; e
- Departamento Nacional da Produção Mineral.

Parágrafo único. Integrarão também o grupo representante do Governo do Pará, representante da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e representante do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá.

Art. 3º Os membros do grupo serão indicados pelos Ministros de Estado, cujos órgãos nele representados lhes sejam subordinados, pelo Governador do Estado do Pará, pelo Presidente da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e pelo Presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá e mediante solicitação do Ministro de Estado do Interior.

Art. 4º O grupo trabalhará em regime de dedicação exclusiva e terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua criação, para apresentar proposta de solução para a questão.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

Luiz Carlos Bresser Pereira

Íris Rezende Machado

Aureliano Chaves

Joaquim Francisco de

Freitas Cavalcanti

DECRETO Nº 94.392, DE 29 DE MAIO DE 1987

*Abre em favor de diversos Órgãos,
os créditos suplementares de CZ\$
55.656.156.000,00, para reforço de dotações
consignadas no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986), créditos suplementares no valor de CZ\$ 55.656.156.000,00 (cinquenta e cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e seis milhões, cento e cinquenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o cor-

rente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Brasser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 1-6-87.

DECRETO Nº 94.393, DE 29 DE MAIO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 17.192.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 17.192.000,00 (dezesete milhões, cento e noventa e dois mil cruzados), pra reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Brasser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 1-6-87.

DECRETO Nº 94.394, DE 29 DE MAIO DE 1987

Cria função de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Marinha, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987 e o que consta do Processo nº 00600-004016/87-93,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada uma função de confiança de Assessor, código LT-DAS-102.1, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, na Diretoria de Ensino da Marinha, da Tabela Permanente do Ministério da Marinha.

Art. 2º As atribuições da função de Assessor de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno do órgão, aprovadas por portaria ministerial.

Art. 3º Fica suprimida uma função de confiança de Encarregado, código LT-DAS-101.1, da Diretoria de Finanças da Marinha, para o fim de compensar as despesas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.395, DE 1º DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 3.244/87,

DECRETA:

Art. 1º. É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno com 1.000,00m² (mil metros quadrados), sem benfeitorias, constituída dos lotes nºs 18, 19, 31 e 32, contíguos, da Quadra 4 do Loteamento denominado «Cidade Seródio», situada nas Ruas Itapororoca, antiga Rua 1, e Cruz do Espírito Santo, antiga Rua 3, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, de propriedade de Carlos Alberto Fernandes Ferreira, conforme matrículas nºs 13.798, 13.799, 13.801 e 13.795 do Livro nº 2. — Registro Geral do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. Os lotes a que se refere este artigo assim se descrevem e caracterizam:

a) lote nº 18 da Quadra 4 do Loteamento denominado «Cidade Seródio», situado no perímetro urbano do Município de Guarulhos, registrado sob o nº 1 da Matrícula nº 469 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, medindo 10,00m de frente para a Rua Cruz do Espírito Santo, antiga Rua 3, de igual metragem nos fundos, confrontando com o lote 32, e 25,00m de frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote 17 e do lado esquerdo com o lote 19, encerrando a área de 250,00m²

b) lote nº 19 da Quadra 4 do Loteamento denominado «Cidade Seródio» situado no perímetro urbano do Município de Guarulhos, registrado sob o nº 1 da matrícula nº 469 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, medindo 10,00m de frente para a Rua Cruz do Espírito Santo, antiga Rua 3, de igual metragem nos fundos, confrontando com o lote 31, e 25,00m da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote 18 e do lado esquerdo com o lote 20, encerrando a área de 250,00m²;

c) lote nº 31 da Quadra 4 do Loteamento denominado «Cidade Seródio», perímetro urbano do Município de Guarulhos, registrado sob o nº 1 da matrícula nº 469 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, medindo 10,00m de frente para a Rua Itapororoca, antiga Rua 1, de igual metragem nos fundos, confrontando com o lote 19, e 25,00m da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote 30 e do lado esquerdo com o lote 32, encerrando a área de 250,00m²;

d) lote nº 32 da Quadra 4 do Loteamento denominado «Cidade Seródio» perímetro urbano do Município de Guarulhos, registrado sob o nº 1 da matrícula nº 469 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, medindo 10,00m de frente para a

Rua Itapororoca, antiga Rua 1, de igual metragem nos fundos, confrontando com o lote 18, e 25,00m da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote 31, e do lado esquerdo com o lote 33, encerrando a área de 250,00m².

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp com a utilização de recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.396, DE 1º DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980, e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários de Brasil e Peru, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 18 de agosto de 1986, em Montevidéu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12),

D E C R E T A :

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Peru (Acordo nº 12), apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorou até 31 de dezembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 2-6-87.

DECRETO Nº 94.397, DE 1º DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, a 12 de março de 1987, em Montevideu, o Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4,

D E C R E T A :

Art. 1º O Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Regional nº 4, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir de 27 de abril de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O protocolo está publicado no D.O. de 2-6-87.

DECRETO Nº 94.398, DE 1º DE JUNHO DE 1987

*Dispõe sobre a execução do Quarto
Protocolo Adicional ao Acordo Comercial
nº 21.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial.

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina e do Brasil com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 6 de abril de 1985, em Montevidéu, o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21,

D E C R E T A :

Art. 1º O Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorou até 31 de dezembro de 1985.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seus anexos estão publicados no D.O. de 2-6-87.

DECRETO Nº 94.399, DE 1º DE JUNHO DE 1987

Aprova o regulamento do Fundo Rodoviário Nacional — FRN, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 3º e 4º da Lei nº 7.451, de 26 de dezembro de 1985,

D E C R E T A :

Art. 1º O Fundo Rodoviário Nacional — FRN a que alude o artigo 3º da Lei nº 7.451, de 26 de dezembro de 1985, é de natureza contábil e tem como finalidade, vedada a aplicação de recursos em despesas de custeio, o atendimento de dispêndios com a execução de serviços e obras de engenharia para a recuperação, conservação e complementação da infra-estrutura básica e segurança de rodovias integrantes do Plano Nacional de Viação, em especial com:

- I — estudos de viabilidade técnico-econômica;
- II — projetos finais de engenharia;
- III — desapropriações e indenizações;
- IV — restaurações;
- V — conservação e sinalização;
- VI — melhoramentos e pavimentação;
- VII — segurança do tráfego;
- VIII — aquisição de equipamentos.

Art. 2º São recursos do Fundo Rodoviário Nacional:

I — a parcela atribuída à União, proveniente de arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos incidente sobre a gasolina automotiva, o óleo diesel e o álcool para fins carburantes, nos termos do artigo 3º da Lei nº 7.451, de 26 de dezembro de 1985;

II — outras receitas de qualquer origem e natureza, que lhe venham a ser destinadas.

Parágrafo único. O saldo financeiro apurado em balanço ao final de cada exercício será incorporado ao orçamento do FRN do exercício seguinte.

Art. 3º A gestão do Fundo Rodoviário Nacional, obedecidas as prescrições da legislação própria, e em especial do Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979, e do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de

1986, é de responsabilidade do Secretário-Geral do Ministério dos Transportes, a quem, entre outras atribuições, compete:

I — submeter ao Ministro de Estado dos Transportes a política e diretrizes gerais de aplicação de recursos, a proposta de orçamento-próprio e suas reformulações, bem como relatórios, tomadas e prestações de contas;

II — encaminhar o orçamento-próprio e suas reformulações ao órgão competente para sua aprovação;

III — aprovar projetos e quaisquer outras modalidades de proposta de aplicação de recursos do FRN, com vistas à inclusão no orçamento-próprio;

IV — propor ao órgão competente os cronogramas de desembolso e suas respectivas reformulações;

V — assinar contratos, convênios, acordos e ajustes;

VI — praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relacionada ao Fundo Rodoviário Nacional, em especial quanto ao ordenamento, empenho, liquidação e pagamento de despesas e suas anulações.

Parágrafo único. Poderão ser delegados atos de gestão do FRN, sempre em atendimento à conveniência administrativa e às peculiaridades operacionais das atividades relacionadas com seus fins.

Art. 4º As receitas do FRN serão arrecadadas na forma estabelecida pelas autoridades competentes do Ministério da Fazenda.

Art. 5º Os recursos financeiros do FRN serão disponíveis, observado o fluxo de arrecadação a que se refere o art. 4º deste decreto, junto à caixa única do Tesouro, mediante saques que obedecerão ao cronograma de desembolso ajustado com a Secretaria do Tesouro Nacional — STN.

Art. 6º Caberá ao Ministério da Fazenda, através da STN, informar ao gestor do FRN, mensalmente, os valores efetivamente arrecadados na forma do item I do artigo 2º deste decreto, bem como as estimativas anuais de arrecadação e correspondentes atualizações.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em particular o Decreto nº 92.347, de 29 de janeiro de 1986.

Brasília, 1º de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.400, DE 3 DE JUNHO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «Robert D. Conrad», de bandeira americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968,

D E C R E T A :

Art. 1º É concedida autorização ao navio de pesquisa americano «Robert D. Conrad» para, sob a supervisão do Observatório Geológico Lamont-Doherty, da Universidade de Colúmbia, Nova York — EUA, realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, abrangendo a região apresentada pela citada entidade ao Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto compreende:

I — dragagem das rochas vulcânicas que se encontram na cordilheira Meso-Atlântica, na região do Equador, no eixo de 3º S a 7º N;

II — o estabelecimento, ao longo do eixo acima, das variações petrológicas e geoquímicas do basalto da região, com relação às zonas de fraturas equatoriais e áreas onde se suspeita haver «hotspots»; e

III — determinação de variações topográficas em geral.

Art. 3º A pesquisa deverá subordinar-se aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 4º A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período de junho e julho de 1987.

Art. 5º O não cumprimento, pela entidade interessada, do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da autorização em questão, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do governo, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisas em águas territoriais brasileiras.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.401, DE 3 DE JUNHO DE 1987

Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a Política Nacional para Assuntos Antárticos (Polantar), que a este acompanha.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Roberto Costa de Abreu Sodré

POLÍTICA NACIONAL PARA ASSUNTOS ANTÁRTICOS

I — INTRODUÇÃO

1. O Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975, promulgou o Tratado da Antártida e determinou que ele «seja executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém».

2. A partir de então, o Governo brasileiro cuidou de integrar o país aos instrumentos e mecanismos que compõem o que se convencionou chamar de sistema do Tratado da Antártida, composto dos seguintes elementos:

- a) o Tratado da Antártida;
- b) as reuniões previstas no artigo IX do Tratado, conhecidas como Reuniões Consultivas;

c) as recomendações adotadas nas Reuniões Consultivas aprovadas por todos os Estados participantes;

d) a Convenção para Conservação de Focas Antárticas;

e) a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos;

f) o Comitê Científico de Pesquisa Antártica (Scar), organização não-governamental, filiada ao Conselho Internacional das Uniões Científicas.

3. Durante o ano de 1982, foi elaborado o Programa Antártico Brasileiro, cujas Diretrizes Gerais foram aprovadas pela Comissão Nacional para Assuntos Antárticos.

4. Como resultado da execução do Programa Antártico Brasileiro, o Brasil, em 12 de setembro de 1983, teve reconhecido seu direito de participar plenamente das Reuniões Consultivas durante todo o tempo em que mantiver atividades científicas na Antártida, tornando-se, assim, o que se convencionou chamar de Parte Consultiva do Tratado da Antártida.

5. Em 1º de outubro de 1984, o Brasil foi admitido como membro do Comitê Científico de Pesquisa Antártica.

6. Em 28 de janeiro de 1986, o Brasil depositou instrumento de adesão à Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos e foi admitido como membro pleno da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, em 8 de setembro de 1986.

II — CONCEITO

7. «A Política Nacional para Assuntos Antárticos visa à consecução dos objetivos do Brasil na Antártida, levando em consideração os compromissos assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida».

III — PRINCÍPIOS BÁSICOS

8. São princípios fundamentais para o Brasil que:

a) a Antártida seja utilizada somente para fins pacíficos e que não se tomem ali quaisquer medidas de natureza militar, consoante as disposições do Tratado da Antártida;

b) se mantenha a liberdade de pesquisa científica e que se promova a cooperação entre os países ativos na Antártida ou que tenham interesse sobre a Antártida;

c) se mantenha a proibição quanto a explosões nucleares na Antártida e quanto ao lançamento ali de lixo ou resíduos radioativos;

d) o meio ambiente da Antártida seja especialmente protegido e que se envidem esforços para conservar os ecossistemas antárticos;

e) o Tratado da Antártida e os atos internacionais multilaterais com ele relacionados sejam observados e fortalecidos.

9. As posições do Brasil sobre a Antártida, na área de aplicação do Tratado da Antártida, e as atividades brasileiras em relação à Antártida baseiam-se nos seguintes fatores:

a) na área de aplicação do Tratado da Antártida o Brasil tem interesses múltiplos e diretos expressos pela Política Nacional e seus desdobramentos; por esse motivo as linhas mestras e os objetivos da Política Nacional para Assuntos Antárticos deverão procurar compatibilizar esses interesses com os dos demais signatários do Tratado;

b) o Brasil não formulou reivindicações de soberania territorial na Antártida antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida e pautará sua conduta de conformidade com as disposições do Tratado, durante sua vigência;

c) o Brasil reserva-se o direito de proteger seus interesses diretos e substanciais na Antártida, ora protegidos pelo Tratado da Antártida, caso venha a ser revisto o funcionamento do Tratado e conforme os resultados da eventual revisão;

d) as reivindicações de soberania territorial formuladas antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida não podem interferir no cumprimento de seus dispositivos nem podem constituir obstáculo para eventuais atividades de cunho econômico que se realizem sob a égide do Tratado ou de outros atos internacionais com ele relacionados e aceitos por todas as Partes Consultivas;

e) a situação do Brasil como país em desenvolvimento deve ser levada em conta para facilitar-lhe as atividades no contexto do Tratado da Antártida e, notadamente, sua participação nas atividades referentes a recursos econômicos antárticos;

f) as atividades antárticas são regidas pelo Tratado da Antártida, por atos internacionais multilaterais a ele relativos e por medidas tomadas consoante esses instrumentos; por esse motivo, a Política Nacional para Assuntos Antárticos se compatibiliza com as linhas mestras e os objetivos da política externa brasileira.

IV — OBJETIVOS BRASILEIROS PRINCIPAIS

10. Os interesses do Brasil na Antártida traduzem-se concretamente, *inter alia*, nos seguintes objetivos:

a) participação em todos os atos internacionais e instituições que compõem o Sistema do Tratado da Antártida;

b) prosseguimento e ampliação do Programa Antártico Brasileiro, que é fundamento da inclusão do Brasil entre as Partes Consultivas, objetivando:

i) maior conhecimento científico da região antártica em todos os seus aspectos, por meio do desenvolvimento das atividades brasileiras na Antártida, com envolvimento crescente de cientistas brasileiros;

ii) identificação dos recursos econômicos vivos e não-vivos e obtenção de dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento;

iii) propiciamento de avanços da tecnologia nacional aplicável às condições fisiográficas e ambientais no continente antártico e da área marinha adjacente, bem como a eventual exploração e o aproveitamento de recursos vivos e não-vivos;

c) participação na exploração e aproveitamento de recursos vivos marinhos e de recursos minerais antárticos e, se esta ocorrer, participação igualmente em condições que compensem a condição de país em desenvolvimento.

V — MECANISMOS DE APLICAÇÃO

11. A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos cumpre assessorar o Presidente da República na formulação, consecução e atualização da Política Nacional para Assuntos Antárticos, propondo-lhe diretrizes e medidas específicas segundo suas atribuições legais.

12. A elaboração do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) a ser submetido à aprovação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar), e a implementação do programa aprovado competem à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), nos termos da legislação em vigor.

13. A execução do Programa Antártico Brasileiro é descentralizada e desempenhada por universidades, órgãos de pesquisa e entidades públicas e privadas, de acordo com o planejamento elaborado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, nos termos da legislação em vigor.

Brasília 3 de junho de 1987.

DECRETO Nº 94.402, DE 4 DE JUNHO DE 1987

Revoga o Decreto nº 94.388, de 29 de maio de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 93.601 e 93.616, ambos de 21 de novembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 94.388, de 29 de maio de 1987, que dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.403, DE 4 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os incisos II, III e VII, do artigo 8º do Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«II — Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, que será seu Vice-Presidente;

III — Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda;

.....
VII — Secretário de Controle das Empresas Estatais do Ministério da Fazenda.»

Art. 2º O art. 23 do Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

«Parágrafo único. As aplicações de que tratam os incisos II e V somente serão submetidas ao Conselho de Orientação, após prévia manifestação da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.404, DE 4 DE JUNHO DE 1987

Altera a tabela para o cálculo do Imposto de Renda na fonte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 85 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º A tabela para o cálculo do Imposto de Renda na fonte, prevista no artigo 4º da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, fica reajustada na forma abaixo, observada a dispensa da retenção de imposto, no caso de rendimento bruto do trabalho assalariado de até cinco salários mínimos.

CLASSE DE RENDA	RENDA LÍQUIDA MENSAL CZ\$			ALÍQUOTA %
01		Até	4.761,00	isento
02	de	4.762,00	a 8.200,00	5
03	de	8.201,00	a 16.613,00	8
04	de	16.614,00	a 24.191,00	10
05	de	24.192,00	a 38.107,00	15
06	de	38.108,00	a 48.334,00	20
07	de	48.335,00	a 60.009,00	25
08	de	60.010,00	a 92.600,00	30
09	de	92.601,00	a 128.570,00	35
10	de	128.571,00	a 175.724,00	40
11	Acima de	175.724,00		45

Parágrafo único. As deduções admitidas para o cálculo da renda líquida mensal ficam reajustadas para:

a) 25% do rendimento bruto, limitado, conforme o disposto no inciso I do artigo 6º da Lei nº 7.450/85, a CZ\$ 4.000,00 (quatro mil cruzados) mensais;

b) CZ\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzados) mensais por dependente.

Art. 2º A Secretaria da Receita Federal baixará os atos necessários à execução deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos rendimentos auferidos a partir de 1º de junho de 1987.

Parágrafo único. O desconto sobre os rendimentos pagos ou creditados posteriormente ao mês-calendário deve ser efetivado em conformidade com a tabela vigente no mês de aquisição do direito aos rendimentos.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.405, DE 5 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 580.400.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 580.400.000,00 (quinhentos e oitenta milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-6-87.

DECRETO Nº 94.406, DE 8 DE JUNHO DE 1987

Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 25 da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986,

DECRETA:

Art. 1º O exercício da atividade de enfermagem, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e respeitados os graus de habilitação, é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiro e só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

Art. 2º As instituições e serviços de saúde incluirão a atividade de enfermagem no seu planejamento e programação.

Art. 3º A prescrição da assistência de enfermagem é parte integrante do programa de enfermagem.

Art. 4º São Enfermeiros:

I — o titular do diploma de Enfermeiro conferido por instituição de ensino, nos termos da lei;

II — o titular do diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei;

III — o titular do diploma ou certificado de Enfermeira e a titular do diploma ou certificado de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz, ou equivalente, conferido por escola estrangeira segundo as respectivas leis, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Enfermeiro, de Enfermeira Obstétrica ou de Obstetriz;

IV — aqueles que, não abrangidos pelos itens anteriores, obtiveram título de Enfermeiro conforme o disposto na letra d do art. 3º do Decreto nº 50.387, de 28 de março de 1961.

Art. 5º São Técnicos de Enfermagem:

I — o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado no órgão competente;

II — o titular do diploma ou do certificado legalmente conferido por escola ou curso estrangeiro, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como diploma de Técnico de Enfermagem.

Art. 6º São auxiliares de Enfermagem:

I — o titular de certificado de Auxiliar de Enfermagem conferido por instituição de ensino, nos termos da lei, e registrado no órgão competente;

II — o titular do diploma a que se refere a Lei nº 2.822, de 14 de junho de 1956;

III — o titular do diploma ou certificado a que se refere o item III do art. 2º da Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, expedido até a publicação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

IV — o titular do certificado de Enfermeiro Prático ou Prático de Enfermagem, expedido até 1964 pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, do Ministério da Saúde, ou por órgão congênere da Secretaria de Saúde nas Unidades da Federação, nos termos do Decreto nº 23.774, de 22 de janeiro de 1934, do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, e da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

V — o pessoal enquadrado como Auxiliar de Enfermagem, nos termos do Decreto-lei nº 299, de 28 de fevereiro de 1967;

VI — o titular do diploma ou certificado conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as leis do país, registrado em virtude de acordo de intercâmbio cultural ou revalidado no Brasil como certificado de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 7º São Parteiros:

I — o titular do certificado previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, observado o disposto na Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959;

II — o titular do diploma ou certificado de Parteiro, ou equivalente, conferido por escola ou curso estrangeiro, segundo as respectivas leis, registrado em virtude de intercâmbio cultu-

ral ou revalidado no Brasil até 26 de junho de 1988, como certificado de Parteiro.

Art. 8º Ao Enfermeiro incumbe:

I — privativamente:

a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública ou privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem;

b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;

c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem;

d) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem;

e) consulta de enfermagem;

f) prescrição da assistência de enfermagem;

g) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida;

h) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas;

II — como integrante de equipe de saúde:

a) participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;

b) participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;

c) prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;

d) participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação;

e) prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões;

f) participação na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem;

g) participação na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância epidemiológica;

h) prestação de assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;

i) participação nos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;

j) acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;

l) execução e assistência obstétrica em situação de emergência e execução do parto sem distocia;

m) participação em programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;

n) participação nos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;

o) participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;

p) participação na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;

q) participação no desenvolvimento de tecnologia apropriada à assistência de saúde;

r) participação em bancas examinadoras, em matérias específicas de enfermagem, nos concursos para provimento de cargo ou contratação de Enfermeiro ou pessoal técnico e Auxiliar de Enfermagem.

Art. 9º As profissionais titulares de diploma ou certificados de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, além das atividades de que trata o artigo precedente, incumbem:

I — prestação de assistência à parturiente e ao parto normal;

II — identificação das distocias obstétricas e tomada de providência até a chegada do médico;

III — realização de episiotomia e episiorrafia, com aplicação de anestesia local, quando necessária.

Art. 10. O Técnico de Enfermagem exerce as atividades auxiliares, de nível médio técnico, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:

I — assistir ao Enfermeiro:

a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;

b) na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;

c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;

d) na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar;

e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;

f) na execução dos programas referidos nas letras i e o do item II do art. 8º;

II — executar atividades de assistência de enfermagem, excetuadas as privativas do enfermeiro e as referidas no art. 9º deste Decreto;

III — integrar a equipe de saúde.

Art. 11. O Auxiliar de Enfermagem executa as atividades auxiliares, de nível médio, atribuídas à equipe de enfermagem, cabendo-lhe:

I — preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;

II — observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação;

III — executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina, além de outras atividades de enfermagem, tais como:

a) ministrar medicamentos por via oral e parenteral;

b) realizar controle hídrico;

c) fazer curativos;

d) aplicar oxigenoterapia, nebulização, enterocлизма, enema e calor ou frio;

e) executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;

f) efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;

g) realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;

h) colher material para exames laboratoriais;

i) prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios;

j) circular em sala de cirurgia e, se necessário, instrumentar;

l) executar atividades de desinfecção e esterilização;

IV — prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, inclusive:

- a) alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se;
- b) zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;

V — integrar a equipe de saúde;

VI — participar de atividades de educação em saúde, inclusive:

a) orientar os pacientes na pós-consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas;

b) auxiliar o Enfermeiro e o Técnico de Enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde;

VII — executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes;

VIII — participar dos procedimentos pós-morte.

Art. 12. Ao Parteiro incumbe:

I — prestar cuidados à gestante e à parturiente;

II — assistir ao parto normal, inclusive em domicílio; e

III — cuidar da puérpera e do recém-nascido.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo são exercidas sob supervisão de Enfermeiro Obstetra, quando realizadas em instituições de saúde, e, sempre que possível, sob controle e supervisão de unidade de saúde, quando realizadas em domicílio ou onde se fizerem necessárias.

Art. 13. As atividades relacionadas nos arts. 10 e 11 somente poderão ser exercidas sob supervisão, orientação e direção de Enfermeiro.

Art. 14. Incumbe a todo o pessoal de enfermagem:

I — cumprir e fazer cumprir o Código de Deontologia da Enfermagem;

II — quando for o caso, anotar no prontuário do paciente as atividades da assistência de enfermagem, para fins estatísticos.

Art. 15. Na administração pública direta e indireta, federal, estadual, municipal, do Distrito Federal e dos Territórios será exigida como condição essencial para provimento de cargos e funções e contratação de pessoal de enfermagem, de todos os graus, a prova de inscrição no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades compreendidos neste artigo promoverão, em articulação com o Conselho Federal de Enfermagem, as medidas necessárias à adaptação das situações já existentes com as disposições deste decreto, respeitados os direitos adquiridos quanto a vencimentos e salários.

Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Eros Antonio de Almeida

DECRETO Nº 94.407, DE 8 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação do Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA, em Londres, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinto o Escritório de Representação de Londres, unidade integrante da estrutura organizacional do Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA, autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 2º O Ministro de Estado da Indústria e do Comércio adotará as providências complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o art. 7º do Decreto nº 75.613, de 15 de abril de 1975.

Brasília, 8 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.408, DE 9 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Aliança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº

52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002394/86 (Edital nº 65/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Aliança Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.409, DE 9 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à TV O Estado — Florianópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008616/86 (Edital nº 212/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à TV O Estado — Florianópolis Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.410, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Delega competência para nomeação das autoridades que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º É delegada competência ao Ministro de Estado da Educação para nomear Diretores e Vice-Diretores de estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pela União, bem como Diretores-Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica — Cefets, Diretor-Geral e Vice-Diretor do Centro de Educação Tecnológica da Bahia — Centec, Diretores das Escolas Técnicas Federais — ETFs e Diretor-Geral do Colégio Pedro II.

Art. 2º É delegada competência ao Reitor de Universidade Federal para nomear o respectivo Vice-Reitor, observado o disposto no artigo 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo artigo 1º da Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.411, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.003981/86 (Edital nº 118/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.412, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Difusora de Nortelândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nortelândia, Estado do Mato Grosso

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006453/85 (Edital nº 21/85),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Difusora de Nortelândia Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nortelândia, Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.413, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Revoga a concessão outorgada à Rádio Sociedade da Bahia S.A. através do Decreto nº 38.065, de 12 de outubro de 1955, publicado no Diário Oficial da União de 16 de novembro do mesmo ano.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra a, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 41.693/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o Decreto nº 38.065, de 12 de outubro de 1955, publicado no *Diário Oficial da União* de 16 de novembro do mesmo ano, que outorgou concessão à Rádio Sociedade da Bahia S.A., para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2º O Departamento Nacional de Telecomunicação — Dentel tomará as medidas necessárias à interrupção do serviço.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.414, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.001665/85,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 3 de setem-

bro de 1985, a concessão da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, outorgada através do Decreto nº 56.289, de 17 de março de 1965, para explorar, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.415, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Paz na Terra, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 130.517/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, a concessão da Fundação Paz na Terra, outorgada através do Decreto nº 43.729, de 21 de maio de 1958, para explorar, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.416, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Dourados Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29112.000328/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 19 de julho de 1986, a concessão da Sociedade Rádio Dourados Ltda., outorgada através do Decreto nº 77.602, de 12 de maio de 1976, para explorar, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.417, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso — Rádio Educadora, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000622/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1986, a concessão da Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso — Rádio Educadora, outorgada através do Decreto nº 58.764, de 28 de junho de 1966, para explorar, na cidade de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.418, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Sergipe S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do arti-

go 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29107.000558/86,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 15 (quinze) anos, a partir de 19 de agosto de 1986, a concessão da Rádio Televisão Sergipe S.A., outorgada através do Decreto nº 68.604, de 11 de maio de 1971, para explorar, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 93.578, de 13 de novembro de 1986, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.419, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29120.000009/86,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de fevereiro de 1987, a concessão da Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda., outorgada através do Decreto nº 78.937, de 10 de dezembro de 1976, para explorar, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.420, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda Tropical, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e artigo 7º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada à Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda., para executar, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, através da Portaria MVOP nº 1.168, de 22 de dezembro de 1950.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações adotará providências no sentido de interromper o serviço objeto da concessão ora declarada perempta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.421, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o aumento do capital social de Furnas — Centrais Elétricas S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.000533/87-63

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada Furnas — Centrais Elétricas S.A. a promover o aumento do seu capital social de CZ\$ 10.960.981.327,84 (dez bilhões, novecentos e sessenta milhões, novecentos e oitenta e um mil, trezentos e vinte e sete cruzados e oitenta e quatro centavos) para Cz\$ 12.263.075.267,84 (doze bilhões, duzentos e sessenta e três milhões, setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete cruzados e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.422, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o Banco Holandês Unido S.A. a instalar mais três filiais no Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 10, § 2º, e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Banco Holandês Unido S.A., instituição financeira sediada na cidade de Amsterdam, Holanda, autorizado a instalar mais três filiais no Brasil, nas cidades de Novo Hamburgo (RS), Blumenau (SC) e Olinda (PE), por prazo indeterminado, para realização de operações bancárias, respeitadas os dispositivos legais vigentes.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.423, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o The First National Bank of Boston a instalar mais duas filiais no Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 10, § 2º, e 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o The First National Bank of Boston, instituição financeira sediada na cidade de Boston, Estados Unidos da América, autorizado a instalar mais duas filiais no Brasil, nas cidades de Goiânia (GO) e Ribeirão Preto (SP), por prazo indeterminado, para realização de operações bancárias, respeitados os dispositivos legais vigentes.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.424, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Altera os arts. 4º, 9º e 10 do Regulamento do art. 21 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, aprovado pelo Decreto nº 92.181, de 19 de dezembro de 1985, prorroga o prazo de delegação de competência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 4º, 9º e 10 do Regulamento do art. 21 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, aprovado pelo Decreto nº 92.181, de 19 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 4º As Pessoas Jurídicas deverão aplicar na subscrição de ações emitidas por companhias de pequeno e médio portes a percentagem mínima calculada sobre o valor da dedução fiscal, conforme índice a ser fixado pelo Ministro-Coordenador do Conselho Nacional de Informática e Automação — Conin.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, a caracterização das companhias de pequeno e médio portes será feita em conformidade com os critérios abaixo discriminados, até que o Conselho Nacional de Informática e Automação — Conin baixe critérios específicos:

a) *Indústria* — faturamento bruto de até 80.000 vezes o maior valor de referência (MVR), decorrente da aplicação da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e com até 500 empregados no ano-base;

b) *Comércio e Serviço* — faturamento bruto de até 50.000 vezes o maior valor de referência (MVR) e com até 250 empregados, no ano-base.

.....

Art. 9º

§ 1º No requerimento a ser protocolado na Secretaria Especial de Informática — SEI, deverão constar as informações e documentos seguintes:

a) o programa de investimento que demonstre a destinação dos recursos;

b) quadro demonstrativo da titularidade e composição do capital social;

c) estatutos sociais em vigor e projetados;

d) cópia da ata de eleição dos administradores;

e) cópia de acordo de acionistas ou de outros ajustes concernentes ao governo da sociedade ou declaração de inexistência dos mesmos;

f) demonstrações financeiras dos 3 (três) últimos exercícios sociais;

g) parecer de auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários — CVM, relativo às demonstrações financeiras do último exercício social; e

h) termo de compromisso relativo às disposições do art. 7º do decreto regulamentador.

§ 2º Deverão ser incluídos, dos acionistas pessoas jurídicas, as informações solicitadas nas alíneas b, d, e e g.

Art. 10. Aprovado o Plano de Capitalização, a Secretaria Especial de Informática — SEI publicará comunicado no *Diário Oficial da União*, certificando a habilitação da Companhia para captação dos recursos incentivados e o enquadramento da empresa quanto ao seu porte.»

Art. 2º Fica prorrogado para o ano de 1987 a delegação de competência ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ouvido o Ministro de Estado da Fazenda, de que trata o art. 14 do Decreto nº 92.181, de 19 de dezembro de 1985, para aprovar os Planos Anuais de Capitalização e, no seu período de vigência, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.425, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados das Faculdades Integradas Colégio Moderno.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000395/85-44 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado em Belém, Estado do Pará, pelas Faculdades Integradas Colégio Moderno, mantidas pela Sociedade Civil Colégio Moderno.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.426, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade Integrada do Noroeste de Minas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o arti-

go 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000518/85-92 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado em Paracatu, Estado de Minas Gerais, pela Faculdade Integrada do Noroeste de Minas, mantida pelo Centro Brasileiro de Educação e Cultura, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.427, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Subanexo Encargos Gerais da União — Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 7.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Subanexo Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão oriundos do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-6-87.

DECRETO Nº 94.428, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Abre, em favor de diversos Órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 24.570.955.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam abertos ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) créditos suplementares no valor de CZ\$ 24.570.955.000,00 (vinte e quatro bilhões, quinhentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-6-87.

DECRETO Nº 94.429, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Abre em favor de diversos Órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 1.711.077.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam abertos ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) créditos suplementares no valor de CZ\$ 1.711.077.000,00 (um bilhão, setecentos e onze milhões, setenta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-6-87.

DECRETO Nº 94.430, DE 10 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área necessária à instalação de Parque de Dragagem da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, na cidade do Rio de Janeiro — RJ.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e, com fulcro no que dispõe o art. 5º, letra h, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 1.572/86 — PORTOBRAS,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o domínio útil da área, com benfeitorias, no total aproximado

de 17.800m² (dezessete mil e oitocentos metros quadrados — intramuros) necessárias à instalação dos serviços de manutenção, reparos e armazenagem de peças e sobressalentes, da frota de embarcações de propriedade da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS.

Art. 2º A área de terreno e benfeitorias, referidas no artigo anterior, é aquela indicada nas plantas de situação, constantes do Processo nº 1.572/86 — PORTOBRÁS e delimitada pelo perímetro assim descrito:

Terreno e benfeitorias situadas à rua Carlos Seidl nºs 02/04, situados na Ponta do Caju, na cidade do Rio de Janeiro — RJ, ao norte do antigo leito da Estrada de Ferro Rio Douro em prolongamento para o mar, com 70,00m de frente por 96,00m de fundos, lado direito com 268,00m e esquerdo com 346,00m tendo, na retaguarda os terrenos situados na rua General Gurjão, sob os nºs 256, 302, 326, antigos 82, 100, 102 e 104, respectivamente, confrontando ditos terrenos do seguinte modo: a oeste com propriedade da Companhia América Fabril; a leste com terrenos da antiga Quinta do Caju, onde acham, atualmente, instaladas dependências do Ministério da Aeronáutica; a sul com o antigo e abandonado leito da Estrada de Ferro Rio Douro e ao norte com o mar, em linha irregular pelo avanço dos aterros.

Art. 3º Fica autorizada a Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS a promover a desapropriação do domínio útil da área e das benfeitorias, na forma da legislação vigente, com dotação ordinária consignada no orçamento de 1987, complementada com recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse dos prédios e da área abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.431, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre a transferência da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — Corde para a estrutura básica da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Sepplan, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — Corde, instituída pelo Decreto nº 93.481, de 29 de outubro de 1986, passa a integrar a estrutura básica da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan, transferindo-se, igualmente, o respectivo acervo, dotações orçamentárias, bem como os cargos, empregos ou funções, inclusive os cargos em comissão e as funções de confiança.

Parágrafo único. A Corde subordinar-se-á ao Ministro de Estado-Chefe da Seplan/PR e atuará sob sua direta e imediata supervisão.

Art. 2º Passam a ser da competência do Ministro de Estado-Chefe da Seplan/PR as atribuições a que se referem o art. 3º e seu parágrafo e o art. 6º do Decreto nº 93.481/86.

Art. 3º Aos servidores transferidos para a Seplan/PR, em virtude do disposto neste decreto, poderão ser concedidas as vantagens a que se referem os artigos 2º e 3º do Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, modificado pelo Decreto nº 57.603, de 7 de janeiro de 1966.

Art. 4º A Seplan/PR providenciará, em articulação com o Gabinete Civil da Presidência da República, as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.432, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre a aplicação do disposto no Decreto nº 91.410, de 5 de julho de 1985, aos servidores em exercício na Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 32 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 1º do Decreto nº 93.211, de 3 de setembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º As atuais indenizações e gratificações, de representação a que se refere o Decreto nº 91.410, de 5 de julho de 1985, ficam estendidas aos servidores em exercício na Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Art. 2º As indenizações e gratificações referidas no artigo anterior não poderão ser percebidas cumulativamente com a retribuição de cargo em comissão ou de função de confiança.

Art. 3º As despesas decorrentes do disposto neste decreto correrão à conta do Orçamento da União.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.433, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra de benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, bem como do trecho inicial do reservatório da usina hidrelétrica de Itá, da Centrais Elétricas do-Sul do Brasil S.A. — Eletrosul, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.002029/86-43,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, com benfeitorias e no total de 2.684,00ha (dois mil, seiscentos e oitenta e quatro hectares), necessárias à implantação do canteiro de obras, bem como do trecho inicial do reservatório da usina hidrelétrica de Itá, nos Municípios de Itá e Aratiba, Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Art. 2º As áreas de terra e benfeitorias, referidas no artigo anterior, compreendem aquelas constantes da Planta de Situação nº DCIC-

UHIT-159, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica no Processo nº 27100.002029/86-43, e delimitadas pelos perímetros assim descritos:

ÁREA «A», com o total de 1.270,00ha

— tem início no ponto 1-PP, situado na margem direita do rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, Município de Itá, distante 5.804,327m, no azimute $124^{\circ}42'49''$ no marco «Fátima»; deste segue pela margem direita do rio Uruguai à jusante, numa distância de 11.400,00m, até o ponto 2; deste segue com azimute de $98^{\circ}36'$, numa distância de 1.370,42m, até o ponto 3; deste segue com azimute de $11^{\circ}05'$, numa distância de 259,86m, até o ponto 4, colocado no meio da Sanga Jaraguá; deste segue pelo eixo da referida Sanga, à montante, numa distância de 300,00m, até o ponto 5; segue com azimute de $15^{\circ}12'$, numa distância de 1.658,08m, até o ponto 6, colocado na margem esquerda do rio Uva; deste segue pela margem esquerda do rio Uva, à montante, numa distância de 1.400,00m, até o ponto 7; deste segue com azimute de $184^{\circ}16'$, numa distância de 1.007,79m, até o ponto 8; deste segue com azimute de $92^{\circ}40'$, numa distância de 215,23m, até o ponto 9; deste segue com azimute de $200^{\circ}35'$, numa distância de 924,04m, até o ponto 10, colocado no meio da Sanga Jaraguá; deste segue pelo meio da referida Sanga, à montante, numa distância de 40,00m, até o ponto 11; deste segue com azimute de $165^{\circ}51'$, numa distância de 908,13m, até o ponto 12, colocado na linha de nível de altitude 370,00m; deste segue pela linha de nível de altitude 370,00m, à montante do rio Uruguai, numa distância de 10.000,00m, até o ponto 13; deste segue com azimute de $180^{\circ}00'$, numa distância de 270,00m, até o ponto 1-PP, onde teve início esta descrição.

ÁREA «B», com o total de 114,00ha

— tem início no ponto 1-PP situado no meio da Sanga Tamanduá, no Estado de Santa Catarina, Município de Itá, distante 3.578,770m, no azimute $100^{\circ}19'36''$ do marco «Fátima»; deste segue com azimute de $26^{\circ}34'$, numa distância de 670,82m, até o ponto 2; deste segue com azimute de $293^{\circ}30'$, numa distância de 22,00m, até o ponto 3; deste segue com azimute de $23^{\circ}38'$, numa distância de 953,95m, até o ponto 4, colocado no meio da Sanga Sabiá; deste segue pela referida Sanga, à montante, numa distância de 1.300,00m, até o ponto 5; deste segue com azimute de $221^{\circ}31'$, numa distância de 814,68m, até o ponto 6, colocado no meio da Sanga Tamanduá, deste segue pelo meio da referida Sanga, à jusante, numa distância de 700,00m, até o ponto 1-PP, onde teve início esta descrição.

ÁREA «C», com o total de 1.300,00ha

— tem início à margem esquerda do rio Uruguai, Estado do Rio Grande do Sul, Município de Aratiba, no ponto 1-PP, situado na travessia da rodovia RS-420 com o Lajeado Almoço, distante 6.120,468m,

no azimute 128°38'13" do marco «Fátima»; deste segue com azimute de 270°00', numa distância de 500,00m, até o ponto 2, colocado na linha de nível de altitude 370,00m; deste segue a linha de nível de altitude 370,00m, à jusante do rio Uruguai, numa distância de 12.400,00m, até o ponto 3; deste segue com azimute de 195°04', numa distância de 620,00m, até o ponto 4; deste segue com azimute de 287°02', numa distância de 1.297,00m, até o ponto 5, colocado na margem direita do rio Esperança; deste segue a margem direita do Esperança, à jusante, numa distância de 2.200,00m, até o ponto 6, colocado na margem direita do rio Paloma, onde este faz sua foz; deste segue pela margem direita do rio Paloma, à jusante, numa distância de 4.400,00m, até a margem esquerda do rio Uruguai; onde foi colocado o ponto 7; deste segue pela margem esquerda do rio Uruguai, à montante, numa distância de 19.200,00m, até o ponto 8; deste segue com azimute de 180°00', numa distância de 330,00m, até o ponto 1-PP, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — Eletrosul, a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de emissão na posse das áreas de terra e benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.434, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Colômbia, da Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra «b», do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003880/86-01,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 10.938,40m² (dez mil, novecentos e trinta e oito metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), necessária à implantação da subestação Colômbia, no Município de Colômbia, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da Planta de Situação nº BX-SK-66.202, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.003880/86-01, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 1, cravado na margem esquerda da rodovia estadual Brigadeiro Faria Lima (SP-326), no Km 449 + 491,20m; deste marco, segue com o rumo e distância SW 87°21' — 110,32m, margeia uma estrada municipal até o marco nº 2; neste ponto reflete à direita, forma ângulo interno de 85°21' e segue com o rumo e distância NE 02°00' — 103,88m, confronta com terras da desaproprianda até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SE 88°00' — 110,00m, confronta, ainda, com terras da desaproprianda até o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SW 02°00' — 95,00m, margeia a rodovia estadual Brigadeiro Faria Lima (SP-326) até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.435, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Taquaruçu da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.000080/87-19,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 12.313,10ha (doze mil, trezentos e treze hectares e dez ares), necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Taquaruçu, no rio Paranapanema, localizado nos Municípios de Sandovalina, Pirapozinho, Narandiba e Taciba, Estado de São Paulo, e nos Municípios de Itaguajé, Santa Inês, Santo Inácio, Cafeara, Lupionópolis, Centenário do Sul e Porcatu, Estado do Paraná.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº TA-CAD-163, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.000080/87-19, e delimitada pelo perímetro descrito conforme a tabela seguinte:

RESERVATÓRIO DA USINA DE TAQUARUÇU				1/2
MARCOS DA POLIGONAL ENVOLVENTE	COORDENADAS			
	UTM		GEOGRÁFICAS	
	N (m)	E (m)	LAT.	LONG: WG
1 = M-18	7.506.366,778	398.068,984	— 22°32'46"	51°59'29"
2 = E-0/1	7.507.367,820	398.325,400	— 22°32'13"	51°59'19"
3 = E-46A	7.506.057,000	400.525,000	— 22°32'56"	51°58'03"
4 = P-192A	7.504.680,000	407.035,000	— 22°33'43"	51°54'15"
5 = P-330A/1	7.500.396,000	411.090,000	— 22°36'02"	51°51'54"
6 = P-331A/1	7.500.406,000	441.111,000	— 22°36'07"	51°34'23"
7 = P-355A	7.499.328,000	409.374,000	— 22°36'37"	51°52'54"
8 = E-363A	7.499.076,000	409.504,000	— 22°36'45"	51°52'50"
9 = E-615A	7.498.358,000	416.316,000	— 22°37'10"	51°48'51"
10 = E-638/1	7.500.853,110	422.778,810	— 22°35'50"	51°45'05"

RESERVATORIO DA USINA DE TAQUARUÇU

1/2

MARCOS DA POLIGONAL ENVOLENTE	COORDENADAS			
	UTM		GEOGRAFICAS	
	N (m)	E (m)	LAT.	LONG: WG
11 = P-709/1	7.504.290,710	424.075,380	— 22°33'58"	51°44'19"
12 = P-709/2	7.504.279,360	424.079,720	— 22°33'58"	51°44'18"
13 = E-814A	7.498.164,000	423.827,000	— 22°37'17"	51°44'28"
14 = P-917/1	7.499.721,080	428.736,620	— 22°36'27"	51°41'36"
15 = P-918/1	7.499.714,070	428.748,050	— 22°36'28"	51°41'36"
16 = E-1053A	7.493.422,000	426.460,000	— 22°39'52"	51°42'57"
17 = E-1164	7.495.137,910	433.081,770	— 22°38'57"	51°39'05"
18 = E-1258	7.494.882,970	435.358,450	— 22°39'06"	51°37'45"
19 = E-1277	7.495.707,330	436.448,370	— 22°38'39"	51°37'07"
20 = E-1374	7.492.760,780	438.613,020	— 22°40'15"	51°35'51"
21 = E-1455	7.490.923,750	441.459,020	— 22°41'15"	51°34'12"
22 = E-1480	7.490.727,950	443.482,970	— 22°41'22"	51°33'01"
23 = E-1725	7.491.489,400	449.864,900	— 22°40'58"	51°29'17"
24 = E-2023	7.495.373,470	453.485,420	— 22°38'52"	51°27'10"
25 = E-2114	7.499.144,660	453.294,130	— 22°36'49"	51°27'15"
26 = E-2115	7.499.134,500	453.324,260	— 22°36'49"	51°27'15"
27 = E-2256	7.494.161,280	458.549,040	— 22°39'32"	51°24'12"
28 = E-2279A	7.494.335,000	460.152,000	— 22°39'26"	51°23'16"
29 = E-2340	7.496.266,050	461.478,860	— 22°38'23"	51°22'30"
30 = P-775/6	7.495.963,000	461.588,000	— 22°38'33"	51°22'26"
31 = P-775/5	7.495.923,000	461.618,000	— 22°38'35"	51°22'25"
32 = P-775/4	7.495.025,000	461.822,000	— 22°39'04"	51°22'18"
33 = P-775/3	7.494.473,000	461.875,000	— 22°39'22"	51°22'16"
34 = P-1075/5	7.494.031,160	462.322,100	— 22°39'36"	51°22'00"
35 = E-2530	7.493.774,161	462.262,402	— 22°39'45"	51°22'02"
36 = E-2504	7.493.466,964	460.918,292	— 22°39'54"	51°22'49"
37 = E-2484	7.492.478,770	459.623,796	— 22°40'27"	51°23'35"
38 = E-2343	7.494.372,089	454.384,181	— 22°39'24"	51°26'38"
39 = P-1277/3	7.489.368,110	453.879,020	— 22°42'07"	51°26'57"
40 = P-1277/2	7.489.370,130	453.866,120	— 22°42'07"	51°26'57"
41 = E-2154	7.489.955,713	450.108,078	— 22°41'48"	51°29'09"
42 = P-1275/2	7.488.112,000	447.690,000	— 22°42'47"	51°30'34"
43 = E-2016	7.489.893,306	444.662,415	— 22°41'49"	51°32'20"
44 = P-1968/1	7.485.871,900	440.501,300	— 22°43'59"	51°34'46"
45 = P-1968/5	7.485.873,730	440.498,000	— 22°43'59"	51°34'46"
46 = E-1825	7.489.525,611	440.770,010	— 22°42'01"	51°34'36"
47 = E-1695	7.491.763,020	438.055,839	— 22°40'47"	51°36'11"
48 = E-1617	7.493.353,149	435.717,102	— 22°39'55"	51°37'33"
49 = E-1608A	7.493.907,000	435.482,000	— 22°39'37"	51°37'41"
50 = E-1556	7.493.963,580	433.421,270	— 22°39'35"	51°38'53"
51 = P-1262/4	7.489.292,880	425.885,000	— 22°42'06"	51°43'18"
52 = P-1262/3	7.489.131,120	425.593,000	— 22°42'11"	51°43'28"
53 = E-1282	7.491.199,187	425.836,575	— 22°41'04"	51°43'19"
54 = E-1114A	7.497.428,000	423.469,000	— 22°37'41"	51°44'41"
55 = E-884A	7.497.316,540	416.732,520	— 22°37'44"	51°48'37"
56 = P-2448/10	7.497.337,320	418.067,160	— 22°37'43"	51°47'50"

RESERVATÓRIO DA USINA DE TAQUARUÇU

1/2

MARCOS DA POLIGONAL ENVOLVENTE	C O O R D E N A D A S			
	UTM		GEOGRÁFICAS	
	N (m)	E (m)	LAT.	LONG: WG
57 = P-1040/14	7.495.424,030	411.986,320	22°38'44"	51°51'24"
58 = E-514A	7.497.917,000	408.961,000	— 22°37'23"	51°53'09"
59 = E-419A	7.498.174,240	406.421,260	— 22°37'14"	51°54'38"
60 = E-351A	7.499.905,560	406.337,110	— 22°36'17"	51°54'41"
61 = E-60/A	7.504.140,000	400.216,000	— 22°33'58"	51°58'14"
62 = E-0/1	7.505.241,234	398.373,294	— 22°33'22"	51°59'18"
63 = M4	7.505.432,911	398.472,438	— 22°33'16"	51°59'15"

Art. 3º Fica autorizada a CESP — Companhia Energética de São Paulo, a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.436, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Outorga à Centrais Elétricas de Roraima S.A. — CER, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Mucajai, nos Municípios de Mucajai e Alto Alegre, Território Federal de Roraima.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, nos termos dos artigos 140, 150 e 164, letra a, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27100.001210/84-15,

D E C R E T A :

Art. 1º É outorgada à Centrais Elétricas de Roraima S.A. — CER, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um

trecho do rio Mucajaí, onde será construída a Usina Hidrelétrica Pare-dão, nos Municípios de Mucajaí e Alto Alegre, Território Federal de Roraima.

Parágrafo único. A energia produzida se destina ao serviço público de energia elétrica em sua área de atuação e suprimento a outros concessionários, quando autorizado.

Art. 2º A concessionária deverá apresentar ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação deste decreto, o projeto definitivo referente ao citado aproveitamento.

Art. 3º A concessionária concluirá as obras no prazo que for fixado na portaria de aprovação do projeto definitivo, executando-as de acordo com o mesmo, com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Art. 4º A concessão de que trata o presente decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento, existirem em função dos serviços concedidos reverterão à União.

Art. 5º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária deverá entrar com o pedido, a que se refere este artigo, até 6 (seis) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, sob pena de seu silêncio ser interpretado como desistência da renovação.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.437, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, nos Municípios de Joselândia, Presidente Dutra e Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na forma do disposto na alínea d, do artigo 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, áreas de terra com as respectivas benfeitorias, no total de 3.091 hectares, nos Municípios de Joselândia, Presidente Dutra, Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão, necessárias e pertencentes à área de influência ao projeto piloto de irrigação do Flores, assim descritas nas plantas constantes do Processo Pro-ni nº 43000.100616/87-26, com a configuração geométrica de três polígonos irregulares (áreas nºs 3, 4 e 5), situados entre as seguintes coordenadas plano-retangulares no sistema UTM com meridiano central do fuso de longitude 45°WGr:

Área 3 (Santo Antônio dos Lopes -- área bruta: 974ha)

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	N	E
1	9.457.440	541.070
2	9.457.860	541.100
3	9.458.050	541.750
4	9.457.900	541.950
5	9.457.720	542.410
6	9.457.970	544.300
7	9.457.520	545.160
8	9.457.000	545.160
9	9.454.950	544.560
10	9.454.330	542.870
11	9.455.170	542.590
12	9.455.360	542.580
13	9.455.540	542.200
14	9.455.700	542.060
15	9.457.360	541.310

Área 4 (Joselândia — área bruta: 1081ha)

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	E	N
1	542.840	9.450.390
2	541.740	9.449.080
3	540.870	9.448.700

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	N	E
4	540.710	9.449.630
5	539.730	9.449.960
6	539.320	9.450.370
7	539.320	9.452.000
8	539.630	9.453.730
9	541.070	9.453.500
10	540.950	9.452.200
11	542.630	9.452.050
12	542.330	9.451.640

Área 5 (Presidente Dutra — área bruta: 1036ha)

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	E	N
1	543.130	9.452.910
2	545.000	9.452.670
3	547.350	9.451.940
4	547.090	9.449.600
5	545.220	9.449.390
6	543.750	9.451.650
7	543.300	9.451.530
8	543.080	9.451.160
9	542.280	9.451.670
10	542.630	9.452.050

Art. 2º Fica o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) autorizado a promover, com seus próprios recursos, a desapropriação da referida área de terras e benfeitorias, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Ficam excluídas da declaração constante do artigo 1º deste decreto as áreas de terras e benfeitorias do domínio da União, do Estado do Maranhão e dos Municípios de Joselândia, Presidente Dutra e Santo Antônio dos Lopes, existentes na faixa a ser atingida pela obra.

Art. 4º Nos termos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365/41, modificado pela Lei nº 2.786, de 12 de maio de 1956, a desapropriação é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.438, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, com as respectivas benfeitorias, pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, nos Municípios de Pedreiras e São Luís Gonzaga do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto na alínea d, do artigo 5º, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), áreas de terras com as respectivas benfeitorias, no total de 2.363 hectares, nos Municípios de Pedreiras e São Luís Gonzaga do Maranhão, no Estado do Maranhão, necessárias e pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, assim descritas nas plantas constantes do Processo Proni nº 43000.100620/87-01, com a configuração geométrica de um polígono irregular, situado entre as seguintes coordenadas plano-retangulares no sistema UTM, com meridiano central do fuso de longitude 45ºWGr:

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	E	N
PD- 1	542.940	9.495.420
PD- 2	542.160	9.497.510
PD- 3	542.840	9.500.965
PD- 4	543.925	9.504.380
PD- 5	542.850	9.507.610
PD- 6	541.030	9.506.020
PD- 7	540.200	9.506.750
PD- 8	542.655	9.509.190

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	N	E
PD- 9	544.040	9.509.130
PD-10	545.315	9.504.315
PD-11	544.130	9.500.780
PD-12	543.850	9.497.690
PD-13	544.280	9.495.510

Art. 2º Fica o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) autorizado a promover e a executar, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata este decreto, correndo as despesas relativas às indenizações à conta dos seus próprios recursos.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 3º Ficam excluídas da declaração constante do artigo 1º deste decreto, as áreas de terras e benfeitorias do domínio da União, do Estado do Maranhão e dos Municípios de Pedreiras e São Luiz Gonzaga do Maranhão, existentes na faixa a ser atingida pelas obras.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.439, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras, com as respectivas benfeitorias, pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, no Município de Bucabal, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto na alínea d, do artigo 5º, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento

(DNOS), áreas de terras com as respectivas benfeitorias, no total de 1.476 hectares, no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, necessárias e pertencentes à área de influência das obras de retificação do Rio Mearim, assim descritas nas plantas constantes do Processo nº 43000.100618/87-51 — Proni, com a configuração geométrica de um polígono irregular, situado entre as seguintes coordenadas plano-retangulares no sistema UTM, com meridiano central do fuso de longitude 45°WGr:

VÉRTICE DO POLÍGONO	COORDENADAS (m)	
	E	N
BD- 1	524.730	9.531.160
BD- 2	524.975	9.531.890
BD- 3	524.950	9.532.935
BD- 4	524.870	9.535.080
BD- 5	525.795	9.535.910
BD- 6	524.370	9.537.240
BD- 7	524.220	9.541.350
BD- 8	526.010	9.541.450
BD- 9	525.400	9.537.530
BD-10	526.070	9.537.280
BD-11	526.700	9.535.820
BD-12	526.320	9.531.250

Art. 2º Fica o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) autorizado a promover e a executar, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata este decreto, correndo as despesas relativas às indenizações à conta dos seus próprios recursos.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 3º Ficam excluídas da declaração constante do artigo 1º deste decreto, as áreas de terras e benfeitorias do domínio da União, do Estado do Maranhão e do Município de Bacabal, naquele Estado, existentes na faixa a ser atingida pela obra.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.440, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), área de terras e benfeitorias para a implantação do projeto demonstrativo de irrigação de São Bento, no Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 28, da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, e as disposições do Decreto-lei nº 3.365, de 21-6-41, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), uma área de terras e benfeitorias de 335.300 hectares, no povoado de São Roque, Município de São Bento, Estado do Maranhão, destinada à implantação do Projeto Demonstrativo de Irrigação, representada pelo polígono a seguir descrito:

O polígono tem início no V-1 e prossegue no rumo $31^{\circ}40'12''\text{SW}$ e distância de 475,00m até o V-2, formando o lado V1-V2. Do V-2 prossegue no rumo $89^{\circ}49'02''\text{NW}$ e distância de 469,07m até o V-3, formando o lado V2-V3. Do V-3 prossegue no rumo $76^{\circ}40'10''\text{SW}$ e distância de 282,84m até o V-4, formando o lado V3-V4. Do V-4 prossegue no rumo $31^{\circ}40'12''\text{SW}$ e distância de 750,00m até o V-5, formando o lado V4-V5. Do V-5 prossegue no rumo $42^{\circ}30'39''\text{NW}$ e distância de 623,62m até o V-6, formando o lado V5-V6. Do V-6 prossegue no rumo $86^{\circ}12'00''\text{SW}$ e distância de 491,15m até o V-7, formando o lado V6-V7. Do V-7 prossegue no rumo $25^{\circ}48'45''\text{NW}$ e distância de 474,37m até o V-8, formando o lado V7-V8. Do V-8 prossegue no rumo $6^{\circ}59'18''\text{NW}$ e distância de 320,15m até o V-9, formando o lado V8-V9. Do V-9 prossegue no rumo $31^{\circ}43'48''\text{NW}$ e distância de 670,82m até o V-10, formando o lado V9-V10. Do V-10 prossegue no rumo $31^{\circ}40'12''\text{SE}$ e distância de 580,00m até o V-11 formando o lado V10-V11. Do V-11 prossegue no rumo $74^{\circ}16'32''\text{NE}$ e distância de 1.456,02m até o V-12 formando o lado V11-V12. Do V-12 prossegue no rumo $59^{\circ}19'48''\text{NE}$ e distância de 1.400,00m até o V-1 formando o lado V12-V1, que margeia a rodovia que liga a cidade de Pinheiro à cidade de São Bento, fechando assim o polígono levantado.

Art. 2º Fica o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) autorizado a promover a desapropriação da área de terra e

benfeitorias, referidas no artigo anterior, na forma da legislação vigente, com seus próprios recursos.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a desapropriação é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 3º Ficam excluídas da declaração constante do artigo 1º deste decreto as áreas e benfeitorias do domínio da União, do Estado do Maranhão e do Município de São Bento, existentes na área atingida pela desapropriação.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.441, DE 11 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985, e pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, bem como a composição das categorias de Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias da Tabela e Quadro Permanentes do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987 e na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976 e o que consta do Processo nº 00600.005464/87-50,

DECRETA:

Art. 1º Os artigos 1º, 6º, A, item I, alínea a e 7º, do Decreto nº 91.146, de 15 de março de 1985, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 91.582, de 29 de agosto de 1985, e pelo Decreto nº 93.483, de 29 de outubro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º. Fica criado na Organização do Poder Executivo Federal o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a seguinte área de competência:

- I —
- II —
- III —
- IV —
- V —
- VI — política nacional de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de química fina;
- VII — política nacional de pesquisa, desenvolvimento, produção e aplicação de novos materiais e serviços de alta tecnologia, mecânica de precisão e outros setores de tecnologia avançada;
- VIII — política nacional de meteorologia e climatologia, inclusive a coordenação do sistema nacional de meteorologia.

Art. 6º O Ministério da Ciência e Tecnologia é constituído dos seguintes órgãos e entidades:

A) Administração Direta:

I — Estrutura Básica:

- a) Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro:
 - 1. Gabinete do Ministro — GM;
 - 2. Consultoria Jurídica — CJ;
 - 3. Coordenadoria de Comunicação Social — CCS;
 - 4. Divisão de Segurança e Informações — DSI;
 - 5. Secretaria Especial de Assuntos Internacionais — SEAI;
 - 6. Coordenadoria de Assuntos Parlamentares — CAP.

.....»

«Art. 7º Os órgãos integrantes da Estrutura Básica do Ministério são dirigidos: o Gabinete do Ministro, pelo Chefe de Gabinete; a Consultoria Jurídica, pelo Consultor Jurídico; a Coordenadoria de Comunicação Social, pelo Coordenador; a Divisão de Segurança e Informações, pelo Diretor; a Secretaria Especial de Assuntos Internacionais, pelo Secretário Especial; a Coordenadoria de Assuntos Parlamentares, pelo Coordenador; a Secretaria-Geral, pelo Secretário-Geral; a Secretaria de Controle Interno, pelo Secretário de Controle Interno; o Departa-

mento de Administração e o Departamento de Pessoal pelos Diretores-Gerais.»

Art. 2º São criadas, transformadas, reclassificadas e extintas, nas formas dos Anexos I e II deste decreto, funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-LT-DAS-100 e do Grupo-Direção e Assistência Intermediária-DAI-110 da Tabela e Quadro Permanentes do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo, constantes da situação nova estabelecida nos Anexos I e II, terão as unidades correspondentes e respectivas competências, bem como atribuições de dirigentes, assessores e assistentes, fixadas e definidas no Regimento Interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O preenchimento das funções de confiança compreendidas no artigo 2º far-se-á na forma da legislação em vigor.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União, mediante anulação compensatória ou transferência de recursos, na forma da legislação que rege a matéria.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

ANEXO I
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA
GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.DAS)
1	<i>Gabinete do Ministro — GM</i>			<i>Gabinete do Ministro</i>	
5	Chefe de Gabinete	DAS-101.4	1	Chefe de Gabinete	101.4
4	Assessor	DAS-102.2	5	Assessor	102.2
1	Assessor	LT-DAS-102.2	4	Assessor	102.2
1	Assessor Chefe de Cooperação Internacional e Programas Especiais	LT-DAS-102.5	1	Assessor Especial para Programas de Pesquisa Científica Avançada	102.4
			1	Assessor Especial para Política Científica Aplicada	102.4
			1	Assessor Especial para Programas de Desenvolvimento Tecnológico	102.4
			1	Assessor Especial para Políticas Setoriais de Alta Tecnologia	102.4
			5	Assessor	102.1
1	Serviço de Apoio Administrativo			Serviço de Apoio Administrativo	
	Chefe	LT-DAS-101.1	1	Chefe	101.1
1	<i>Consultoria Jurídica</i>			<i>Consultoria Jurídica</i>	
	Consultor Jurídico	DAS-101.4	1	Consultor Jurídico	101.4
	Coordenadoria de Estudos e Pareceres			Coordenadoria de Estudos e Pareceres	
1	Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenador	101.2
	Coordenadoria de Informações Judiciais			Coordenadoria de Informações Judiciais	
1	Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Coordenadoria de Comunicação Social Coordenador de Comunicação Social	LT-DAS-101.3	1	Coordenadoria de Atos e Contratos Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Legislação e Jurisprudência Coordenador	101.2
			1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.3
			1	Coordenadoria de Comunicação Social Coordenador de Comunicação Social	101.3
			1	Serviço de Imprensa Chefe	101.1
			1	Serviço de Promoção Chefe	101.1
			1	Serviço de Editoração e Documentação Chefe	101.1
			1	Serviço de Relações Públicas Chefe	101.1
			1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.1
			1	Coordenadoria de Assuntos Parlamentares Coordenador	101.3
1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Acompanhamento, Registro e Análise Chefe	101.1
			1	Serviço de Atividades Auxiliares Chefe	101.1

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Chefe <i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i> Secretário	LT-DAS-101.1	1	Chefe <i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i> Secretário	101.1
1	Secretaria de Planos e Programas Coordenador	LT-DAS-101.3	1	Subsecretaria de Planejamento Subsecretário	101.4
1	Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Secretaria de Ações Estratégicas Subsecretário	101.2
1	<i>Secretaria de Modernização Administrativa</i> Secretário	LT-DAS-101.2	1	Subsecretaria de Apoio ao CCT Subsecretário	101.2
1	Coordenadoria de Análise Organizacional Coordenador	LT-DAS-101.3	1	<i>Secretaria de Modernização Administrativa</i> Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Métodos e Procedimentos Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria e Análise e Desenvolvimento Institucional Coordenador	101.2
1	<i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i> Secretário	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Organização e Métodos Coordenador	101.2
1	Coordenadoria de Programação Financeira Coordenador	LT-DAS-101.3	1	<i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i> Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Orçamento Programa Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Programação Financeira Coordenador	101.2
1			1	Coordenadoria de Orçamento Programa Coordenador	101.2
1			1	Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação Orçamentária Coordenador	101.2
1			1	<i>Secretaria de Documentação e Informática</i> Secretário	101.4

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.-DAS)
			1	Coordenadoria de Documentação e Administração de Dados Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Processamento de Dados Coordenador	101.2
			1	Divisão de Suporte Diretor	101.1
			1	Divisão de Produção Diretor	101.1
			1	<i>Secretaria de Química Fina</i> Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	103.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	101.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Estudos e Programas	101.2
			1	Coordenador <i>Secretaria de Novos Materiais</i>	101.2
			1	Secretário Secretário-Adjunto	101.4
			1	Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	102.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	101.2
			1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
				Coordenadoria de Estudos e Programas Coordenador	101.2
			1	<i>Secretaria de Mecânica e Precisão</i>	
			1	Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto	102.2
				Coordenadoria de Técnicas de Precisão	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Modernização Industrial	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Estudos e Programas	
			1	Coordenador	101.2
				<i>Secretaria de Biotecnologia</i>	
			1	Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto	102.2
		LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.2		Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		Coordenadoria de Estudos e Programas	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		<i>Secretaria-Executiva da FUNAT</i>	
			1	Secretário	101.4
				Coordenadoria de Programação Orçamentária	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Execução Financeira	
			1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Secretaria de Coordenação de Programas Especiais Secretário	LT-DAS-101.4	1	Coordenadoria de Escrituração Coordenador	101.2
1	Coordenadoria de Articulação Intersectorial Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Secretaria de Ação Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Programas Institucionais Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Apoio aos Estados e Municípios Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Sistemas Regionais Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Projetos Especiais Coordenador	101.2
1 2	Departamento de Pessoal Diretor de Departamento Assessor	DAS-101.3 LT-DAS-102.1	1 2	Departamento de Pessoal Diretor-Geral Assessor	101.4 102.1
1	Serviço de Apoio Administrativo Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.1
1	Serviço de Assistência Médico-Social Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Assistência Médico-Social Chefe	101.1
1	Divisão de Legislação de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Administração de Pessoal Diretor	101.2
1	Divisão de Registro e Controle de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Estudos e Normas Chefe	101.1
1	Serviço de Pagamento de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Cadastro e Movimentação Chefe	101.1
			1	Serviço de Preparo e Pagamento Chefe	101.1

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Desenvolvimento de Pessoal Diretor	101.2
				Serviço de Recrutamento e Seleção Chefe	101.1
			1	Serviço de Treinamento e Desenvolvimento Chefe	101.1
			1	Divisão Técnica Diretor	101.2
1	Departamento de Administração Diretor de Departamento	DAS-101.3	1	Departamento de Administração Diretor-Geral	101.4
2	Assessor	LT-DAS-102.1	2	Assessor	102.1
1	Serviço de Patrimônio Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Patrimônio Chefe	101.1
			1	Serviço de Transporte Chefe	101.1
			1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.1
1	Serviço de Apoio Administrativo Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Material Diretor	101.2
1	Divisão de Material Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Compras e Controle Chefe	101.1
			1	Serviço de Almoxarifado Chefe	101.1
			1	Divisão de Comunicações Administrativas Diretor	101.2
1	Divisão de Comunicações Administrativas Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira Diretor	101.2
1	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira Diretor	LT-DAS-101.1	1		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.-DAS)
1	Serviço de Atividades Auxiliares Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Execução Orcamentária Chefe	101.1
			1	Serviço de Execução Financeira Chefe	101.1
			1	Divisão de Administração de Edifícios Diretor	101.2

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

QUADRO PERMANENTE

GRUPO DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI
1	GABINETE DO MINISTRO Secretário-Administrativo Serviço de Apoio Administrativo	111.2	2	GABINETE DO MINISTRO Secretário-Administrativo Serviço de Apoio Administrativo	111.2
1	Secretário-Administrativo	111.1	1	Secretário-Administrativo	111.2
			2	Assistente	112.3
					Nível Médio Nível Médio Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
1	CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo	111.1	1	CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Coordenadoria de Estudos e Pareceres	112.3	2	Coordenadoria de Estudos e Pareceres	112.3	Nível Superior
1	Assistentes Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistentes Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Coordenadoria de Informações Judiciais	112.3	2	Coordenadoria de Informações Judiciais	112.3	Nível Superior
1	Assistente Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	Contratos	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Legislação e Jurisprudência	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviços de Apoio Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
2	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	112.3	2	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	112.3	Nível Superior
1	Assistente Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviço de Imprensa	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviço de Promoção	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			2	Serviço de Editoração e Documentação	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				Serviço de Relações Públicas		
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Apoio Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				COORDENADORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES		
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Acompanhamento, Registro e Análise	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Atividades Auxiliares	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Secretaria Especial de Assuntos Internacionais	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Coordenadoria de Cooperação Bilateral	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio

ANEXO I
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA
GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.DAS)
1	<i>Gabinete do Ministro — GM</i>			<i>Gabinete do Ministro</i>	101.4
5	Chefe de Gabinete	DAS-101.4	1	Chefe de Gabinete	102.2
4	Assessor	DAS-102.2	5	Assessor	102.2
1	Assessor Especial de Cooperação Internacional e Programas Especiais	LT-DAS-102.2	1	Assessor Especial para Programas de Pesquisa Científica Avançada	102.4
			1	Assessor Especial para Política Científica Aplicada	102.4
			1	Assessor Especial para Programas de Desenvolvimento Tecnológico	102.4
			1	Assessor Especial para Políticas Setoriais de Alta Tecnologia	102.4
			5	Assessor	102.1
1	Serviço de Apoio Administrativo		1	Serviço de Apoio Administrativo	101.1
	Chefe	LT-DAS-101.1		Chefe	
1	<i>Consultoria Jurídica</i>			<i>Consultoria Jurídica</i>	101.4
	Consultor Jurídico	DAS-101.4	1	Consultor Jurídico	
	Coordenadoria de Estudos e Pareceres			Coordenadoria de Estudos e Pareceres	
1	Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenador	101.2
	Coordenadoria de Informações Judiciais			Coordenadoria de Informações Judiciais	
1	Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Chefe <i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i> Secretário	LT-DAS-101.1	1	Chefe <i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i> Secretário	101.1
1	Secretaria de Planos e Programas Coordenador	LT-DAS-101.3	1	Subsecretaria de Planejamento Subsecretário	101.4
1	Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Secretaria de Ações Estratégicas Subsecretário	101.2
1	<i>Secretaria de Modernização Administrativa</i> Secretário	LT-DAS-101.2	1	Subsecretaria de Apoio ao CCT Subsecretário	101.2
1	Coordenadoria de Análise Organizacional Coordenador	LT-DAS-101.3	1	<i>Secretaria de Modernização Administrativa</i> Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Métodos e Procedimentos Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria e Análise e Desenvolvimento Institucional Coordenador	101.2
1	<i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i> Secretário	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Organização e Métodos Coordenador	101.2
1	Coordenadoria de Programação Financeira Coordenador	LT-DAS-101.3	1	<i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i> Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Orçamento-Programa Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Programação Financeira Coordenador	101.2
1			1	Coordenadoria de Orçamento-Programa Coordenador	101.2
1			1	Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação Orçamentária Coordenador	101.2
1			1	<i>Secretaria de Documentação e Informática</i> Secretário	101.4

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.-DAS)
			1	Coordenadoria de Documentação e Administração de Dados Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Processamento de Dados Coordenador	101.2
			1	Divisão de Suporte Diretor	101.1
			1	Divisão de Produção Diretor	101.1
			1	<i>Secretaria de Química Fina</i> Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	103.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	101.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Estudos e Programas	101.2
			1	Coordenador <i>Secretaria de Novos Materiais</i> Secretário	101.2
			1	Secretário-Adjunto Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	101.4 102.2
			1	Coordenador Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	101.2
			1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
				Coordenadoria de Estudos e Programas Coordenador	101.2
			1	<i>Secretaria de Mecânica e Precisão</i>	
			1	Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto	102.2
				Coordenadoria de Técnicas de Precisão	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Modernização Industrial	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Estudos e Programas	
			1	Coordenador	101.2
				<i>Secretaria de Biotecnologia</i>	
			1	Secretário	101.4
			1	Secretário-Adjunto	102.2
		LT-DAS-101.4 LT-DAS-102.2		Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		Coordenadoria de Estudos e Programas	
			1	Coordenador	101.2
		LT-DAS-101.2		<i>Secretaria-Executiva da FUNAT</i>	
			1	Secretário	101.4
				Coordenadoria de Programação Orçamentária	
			1	Coordenador	101.2
				Coordenadoria de Execução Financeira	
			1	Coordenador	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Secretaria de Coordenação de Programas Especiais Secretário	LT-DAS-101.4	1	Coordenadoria de Escrituração Coordenador	101.2
1	Coordenadoria de Articulação Intersectorial Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Secretaria de Ação Secretário	101.4
1	Coordenadoria de Programas Institucionais Coordenador	LT-DAS-101.2	1	Coordenadoria de Apoio aos Estados e Municípios Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Sistemas Regionais Coordenador	101.2
			1	Coordenadoria de Projetos Especiais Coordenador	101.2
1 2	Departamento de Pessoal Diretor de Departamento Assessor	DAS-101.3 LT-DAS-102.1	1 2	Departamento de Pessoal Diretor-Geral Assessor	101.4 102.1
1	Serviço de Apoio Administrativo Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.1
1	Serviço de Assistência Médico-Social Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Assistência Médico-Social Chefe	101.1
1	Divisão de Legislação de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Administração de Pessoal Diretor	101.2
1	Divisão de Registro e Controle de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Estudos e Normas Chefe	101.1
1	Serviço de Pagamento de Pessoal Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Cadastro e Movimentação Chefe	101.1
			1	Serviço de Preparo e Pagamento Chefe	101.1

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (LT-DAS)
1	Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Desenvolvimento de Pessoal Diretor	101.2
				Serviço de Recrutamento e Seleção Chefe	101.1
			1	Serviço de Treinamento e Desenvolvimento Chefe	101.1
			1	Divisão Técnica Diretor	101.2
1	Departamento de Administração Diretor de Departamento	DAS-101.3	1	Departamento de Administração Diretor-Geral	101.4
2	Assessor	LT-DAS-102.1	2	Assessor	102.1
1	Serviço de Patrimônio Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Patrimônio Chefe	101.1
			1	Serviço de Transporte Chefe	101.1
	Serviço de Apoio Administrativo Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Apoio Administrativo Chefe	101.1
1	Divisão de Material Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Material Diretor	101.2
			1	Serviço de Compras e Controle Chefe	101.1
			1	Serviço de Almoxarifado Chefe	101.1
1	Divisão de Comunicações Administrativas Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Comunicações Administrativas Diretor	101.2
	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira Diretor	LT-DAS-101.1	1	Divisão de Execução Orçamentária e Financeira Diretor	101.2

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código (L.T.-DAS)
1	Serviço de Atividades Auxiliares Diretor	LT-DAS-101.1	1	Serviço de Execução Orcamentária Chefe	101.1
			1	Serviço de Execução Financeira Chefe	101.1
			1	Divisão de Administração de Edifícios Diretor	101.2

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

QUADRO PERMANENTE

GRUPO DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI
1	GABINETE DO MINISTRO Secretário-Administrativo Serviço de Apoio Administrativo	111.2	2	GABINETE DO MINISTRO Secretário-Administrativo Serviço de Apoio Administrativo	111.2
1	Secretário-Administrativo	111.1	1	Secretário-Administrativo	111.2
			2	Assistente	112.3
					Nível Médio Nível Médio Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
1	CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo	111.1	1	CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Coordenadoria de Estudos e Pareceres	112.3	2	Coordenadoria de Estudos e Pareceres	112.3	Nível Superior
1	Assistentes Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistentes Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Coordenadoria de Informações Judiciais	112.3	2	Coordenadoria de Informações Judiciais	112.3	Nível Superior
1	Assistente Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	Contratos	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Legislação e Jurisprudência	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviços de Apoio Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
2	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	112.3	2	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	112.3	Nível Superior
1	Assistente Secretário-Administrativo	111.1	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviço de Imprensa	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Serviço de Promoção	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			2	Serviço de Editoração e Documentação	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				Serviço de Relações Públicas		
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Apoio Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				COORDENADORIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES		
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Acompanhamento, Registro e Análise	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Atividades Auxiliares	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Secretaria Especial de Assuntos Internacionais	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Coordenadoria de Cooperação Bilateral	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			2	Coordenadoria de Cooperação Multilateral	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Análise e Programação	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	<i>Divisão de Segurança e Informação</i>	111.2	Nível Médio
			2	Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Seção de Informações e Contra-Informações	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Seção de Segurança Nacional e Mobilização	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Subseção de Apoio Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	Chefe	111.3	Nível Superior
				<i>Secretaria-Geral</i>		
			2	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Gabinete	112.3	Nível Superior
			5	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
1	<i>Secretaria-Geral</i> Serviço de Apoio Administrativo Secretário-Administrativo	111.1				

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			2	Coordenadoria de Cooperação Multilateral	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Coordenadoria de Análise e Programação	112.3	Nível Superior
			1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	<i>Divisão de Segurança e Informação</i>	111.2	Nível Médio
			2	Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Seção de Informações e Contra-Informações	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Seção de Segurança Nacional e Mobilização	111.2	Nível Médio
			2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Subseção de Apoio Administrativo	111.2	Nível Médio
			1	Chefe	111.3	Nível Superior
				<i>Secretaria-Geral</i>		
			2	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Gabinete	112.3	Nível Superior
			5	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
1	<i>Secretaria-Geral</i> Serviço de Apoio Administrativo Secretário-Administrativo	111.1				

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
2	<i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i>		2	Serviço de Apoio Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Assistente	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Secretário-Administrativo	112.3	2	<i>Secretaria de Planejamento e Coordenação</i>	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Planos e Programas	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Subsecretaria de Planejamento	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	<i>Secretaria de Modernização Administrativa</i>	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	2	Assistente Secretário-Administrativo	112.3	Nível Superior
1		Coordenadoria de Análise Organizacional	1	Assistente Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			1	Secretário-Administrativo Divisão de Suporte	111.2	Nível Médio
			1	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Divisão de Produção	111.1	Nível Médio
			1	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	111.1	Nível Médio
				<i>Secretaria de Química Fina</i>		
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			2	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				<i>Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico</i>		
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Programas	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
				<i>Secretaria de Novos Materiais</i>		
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			2	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Programas	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo <i>Secretaria de Mecânica de Precisão</i>	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			2	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Técnicas de Precisão	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Modernização Industrial	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Programas	111.2	Nível Médio
			2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo <i>Secretaria de Biotecnologia</i>	111.2	Nível Médio
2	Assistente	112.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	111.1	2	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Tecnológico	111.2	Nível Médio
2	Assistente	112.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	111.1	1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Desenvolvimento Científico	111.2	Nível Médio
2	Assistente	112.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Programas	111.1	1	Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Programas	111.2	Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
2 1	Assistente Secretário-Administrativo	112.3 111.1	2 1	Assistente Secretário-Administrativo <i>Secretaria-Executiva do FUNAI</i>	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
			2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Programação Orcamentária	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
			2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Execução Financeira	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
			2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Escrituração	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
			2 1	Assistente Secretário-Administrativo <i>Secretaria de Ação Regional</i>	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
2 1	<i>Secretaria de Coordenação de Programas Especiais</i> Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Articulação Intersecretorial	112.3 111.1	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Apoio aos Estados e Municípios	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Programas Institucionais	112.3 111.1	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Sistemas Regionais	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
2 1	Assistente Secretário-Administrativo	112.3 111.1	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Coordenadoria de Projetos Especiais	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
			2 1	Assistente Secretário-Administrativo	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
1	<i>Departamento de Pessoal</i> Secretário-Administrativo Divisão de Registro e Controle de Pessoal	111.1	1	<i>Departamento de Pessoal</i> Secretário-Administrativo Serviços de Apoio Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Assistente	112.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Seção de Cadastro	111.1	1	Secretário-Administrativo Serviço de Assistência Médico-Social	111.2	Nível Médio
1	Chefe	111.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Divisão de Administração de Pessoal	111.2	Nível Médio
1	Seção de Progressão e Ascensão Funcionais Chefe	111.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Serviço de Estudos e Normas	111.2	Nível Médio
2	Divisão de Legislação de Pessoal	112.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Seção de Legislação e Jurisprudência	111.3	1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
1	Chefe					
	Seção de Direitos e Deveres					
1	Chefe	111.3	2	Serviços de Cadastro e Movimentação	112.3	Nível Superior
			1	Assistente	111.2	Nível Médio
	Serviço de Pagamento de Pessoal			Secretário-Administrativo Serviço de Preparo e Pagamento		
1	Chefe	111.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Divisão de Desenvolvimento de Pessoal	111.2	Nível Médio
1	Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento Chefe	111.3	2	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo Serviço de Recrutamento e Seleção	111.2	Nível Médio
	Serviço de Assistência Médico-Social					

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
1	Chefe	111.3	3	Assistente	112.3	Nível Superior
	Serviço de Apoio Administrativo		1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
1	Chefe	111.3	2	Serviço de Tratamento e Desenvolvimento		
			1	Assistente	112.3	Nível Superior
			2	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
			2	Divisão Técnica		
			1	Assistente	112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
	Departamento de Administração			Departamento de Administração		
1	Secretário-Administrativo	111.1	1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
2	Divisão de Material	112.3	2	Serviços de Patrimônio	112.3	Nível Superior
1	Assistente	111.1	1	Assistente	111.2	Nível Médio
	Secretário-Administrativo			Secretário-Administrativo		
1	Seção de Compras	111.3	2	Serviço de Transporte	112.3	Nível Superior
	Chefe		1	Assistente	111.2	Nível Médio
				Secretário-Administrativo		
	Seção de Controle			Serviços de Apoio Administrativo		
1	Chefe	111.3	2	Administrativo	112.3	Nível Superior
			1	Assistente	111.2	Nível Médio
				Secretário-Administrativo		
1	Seção de Almoxarifado	111.3	2	Divisão de Material	112.3	Nível Superior
	Chefe		1	Assistente	111.2	Nível Médio
				Secretário-Administrativo		
1	Serviço de Patrimônio	111.3	2	Serviço de Compras e Controle	112.3	Nível Superior
	Chefe		1	Assistente	111.2	Nível Médio
				Secretário-Administrativo		
2	Divisão de Comunicações Administrativas	112.3	2	Serviço de Almoxarifado	112.3	Nível Superior
1	Assistente	111.1	1	Secretário-Administrativo	111.2	Nível Médio
	Secretário-Administrativo			Divisão de Comunicação Administrativa		
	Seção de Protocolo e Arquivo					

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo DAI	Nº de Funções	Denominação	Código DAI	Correlação
1	Chefe Seção de Comunicações	111.3	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Divisão de Execução Orçamentária e Finanças	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
1	Chefe Divisão de Execução Orçamentária e Finanças	111.3	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Serviço de Execução Orçamentária	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
2	Assistente	112.3	2	Assistente Administrativo	112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo Seção de Execução Orçamentária	111.1	1	Secretário-Administrativo Serviço de Execução Finanças	111.2	Nível Médio
1	Chefe Seção de Execução Finanças	111.3	2 1	Assistente Secretário-Administrativo Divisão de Administração de Edifício	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
1	Chefe Serviço de Atividade Auxiliares	111.3	2 1	Assistente Secretário-Administrativo	112.3 111.2	Nível Superior Nível Médio
1	Serviço de Apoio Administrativo	111.3	1			

DECRETO Nº 94.442, DE 12 DE JUNHO DE 1987

Estabelece procedimentos para a proposta orçamentária de 1988 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A proposta orçamentária para o exercício de 1988 compreenderá, além dos itens incluídos no orçamento de 1987, todos os demais desembolsos e ingressos da União, de qualquer natureza e forma, incluindo aqueles decorrentes dos programas e operações oficiais de crédito e de aquisição de produtos agropecuários bem assim fundos públicos especiais de qualquer origem, ainda que vinculados a órgãos ou entidades da administração federal, e as respectivas disponibilidades.

§ 1º Ficam mantidas as disposições constantes dos atos relativos a fundos abrangidos neste artigo, quando não colidirem com a determinação de incluir o seu orçamento no Orçamento Geral da União.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às operações realizadas com recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e com recursos próprios das instituições financeiras oficiais federais.

Art. 2º Compõe a proposta orçamentária para 1988 parte ou anexo destacado denominado de Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, do qual constarão, pelos seus valores brutos:

a) como despesas:

I — os desembolsos destinados a operações de empréstimos;

II — os valores destinados à aquisição de produtos agropecuários;

III — outros desembolsos de caráter reembolsável;

IV — o pagamento de principal e encargos de recursos provenientes de outras fontes internas e externas que se destinaram ao financiamento de tais operações;

V — despesas relativas a comissões, taxas, armazenamento, remoção e outras não reembolsáveis, desde que decorrentes das operações indicadas nos incisos I a III;

b) como receitas:

I — os retornos das operações de empréstimos;

II — os valores provenientes da venda dos produtos adquiridos;

III — recursos provenientes de outras fontes internas e externas, que se destinem ao financiamento de tais operações;

IV — os rendimentos das operações de empréstimo;

V — o resultado financeiro de exercícios anteriores;

VI — os ressarcimentos dos subsídios diretos ou indiretos concedidos na realização de tais operações;

VII — os ressarcimentos das despesas indicadas no inciso V da alínea «a»;

VIII — os recursos necessários ao aumento das operações previstas nos incisos I, II e III da alínea «a».

§ 1º Aplicam-se ao Orçamento das Operações Oficiais de Crédito todas as disposições relativas às demais receitas e despesas da União, inclusive quanto à execução orçamentária e financeira dos itens nele incluídos.

§ 2º As receitas constantes dos incisos VI, VII e VIII da alínea «b» deste artigo terão como origem dotações específicas incluídas em «Encargos Financeiros da União — Recursos sob a Supervisão do Ministério da Fazenda».

§ 3º Compete ao Ministério da Fazenda a iniciativa da elaboração da proposta orçamentária do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, bem como a execução orçamentária e financeira do mesmo Orçamento.

Art. 3º Nenhuma operação com recursos do Orçamento de Operações Oficiais de Crédito poderá ser realizada a custos inferiores aos de colocação de títulos públicos federais, salvo se o respectivo subsídio estiver previsto no mesmo Orçamento.

Art. 4º A partir de 1º de janeiro de 1988:

a) fica vedado o suprimento de recursos do Banco Central do Brasil, de forma direta ou indireta, para a realização de quaisquer operações de crédito que não as decorrentes da execução estrita das políticas monetária e cambial;

b) a colocação de títulos públicos federais, será efetuada com a finalidade exclusiva de atender ao serviço da dívida mobiliária e ao financiamento do déficit previsto no Orçamento Geral da União.

Art. 5º O Ministro da Fazenda e o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República poderão, conjuntamente, expedir instruções para o cumprimento do disposto neste decreto, incluindo a definição de critérios a serem utilizados para cumprimento do contido em seu art. 3º.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.443, DE 12 DE JUNHO DE 1987

Atribui ao Ministério da Fazenda competência para exercer atividades relativas aos serviços de colocação e resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica atribuída ao Ministério da Fazenda, a partir de 1º de janeiro de 1988, a competência para planejar, supervisionar, normatizar e controlar os serviços de colocação e resgate de títulos da dívida pública mobiliária federal.

§ 1º Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional propor ao Ministro da Fazenda as normas, regulamentos e demais condições a serem observadas no exercício da competência de que trata este artigo.

§ 2º O encargo de que trata o parágrafo anterior será exercido em articulação com o Banco Central do Brasil, que desempenhará a função de agente exclusivo para a execução financeira dos serviços da dívida.

Art. 2º O Ministro da Fazenda designará comissão para, no prazo de 90 dias, apresentar proposta de implantação do disposto neste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.444, DE 12 DE JUNHO DE 1987

Transfere os fundos e programas de crédito do Banco Central do Brasil para o Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Os fundos e programas de crédito para fomento administrados pelo Banco Central do Brasil serão transferidos para o Ministério da Fazenda em 1º de janeiro de 1988.

Parágrafo único. A execução orçamentária e financeira das operações dos fundos e programas de que trata este artigo ficará a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º.

Art. 2º A partir da data mencionada no artigo 1º, a contratação de novas operações de crédito será feita exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S.A. e demais instituições financeiras oficiais, salvo nas localidades em que não seja possível o atendimento por dependências dessas instituições.

Art. 3º O Ministro da Fazenda designará comissão para, no prazo de 90 dias, apresentar proposta de implantação do disposto neste decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.445, DE 12 DE JUNHO DE 1987

Institui como Patrono do Quadro de Engenheiros Militares o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e considerando:

— que o Exército Brasileiro possui para suas Armas, Quadros e Serviços insígnias Patronos, cujos exemplos são cultuados com justificado orgulho;

— que o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, de 1780 a 1809, dedicou sua vida profissional ao Brasil, realizando tra-

balhos pioneiros de engenharia, como a construção do Forte de Coimbra;

— que ao elevar aquele militar à galeria de seus ilustres Soldados, o Exército cumpre um dever de justiça, homenageando o Comandante que, na paz e na guerra, tanto contribuiu para a consolidação de nossas fronteiras;

D E C R E T A :

Art. 1º É instituído como Patrono do Quadro de Engenheiros Militares — QEM — o Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.446, DE 12 DE JUNHO DE 1987

Institui a Comissão de Coordenação Financeira e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Coordenação Financeira — CCF, com a atribuição de compatibilizar a elaboração e execução dos orçamentos do Governo Federal — Fiscal e das Estatais —, bem assim a programação monetária, com as metas das políticas fiscal e monetária e de controle do déficit público.

Parágrafo único. A CCF integra a estrutura básica do Ministério da Fazenda como órgão colegiado.

Art. 2º A Comissão de Coordenação Financeira terá a seguinte composição:

I — Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, que será o seu Presidente;

II — Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, que será o seu Vice-Presidente;

III — Secretário do Tesouro Nacional, que será o seu Secretário-Executivo;

IV — Secretário da Receita Federal;

V — Secretário Especial de Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda;

VI — Secretário de Controle de Empresas Estatais;

VII — Secretário de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

VIII — Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil;

IX — Diretor de Orçamento e Controle do Banco do Brasil S.A.

§ 1º As atividades da CCF serão coordenadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, cabendo à Secretaria do Tesouro Nacional o encargo de Secretaria Executiva da mesma Comissão.

§ 2º A CCF poderá solicitar a presença de dirigentes ou servidores de órgãos ou entidades públicas para prestar esclarecimentos sobre os assuntos submetidos à sua consideração.

§ 3º A CCF não disporá de quadro próprio de pessoal, cabendo aos órgãos e entidades nela representados prestar-lhe todo o apoio técnico e administrativo.

§ 4º Os membros da CCF não farão jus a qualquer tipo de retribuição por sua participação na Comissão.

Art. 3º Compete à CCF, sem prejuízo das atribuições de outros órgãos:

I — emitir, como requisito obrigatório, parecer prévio sobre propostas de quaisquer medidas que afetem as metas estabelecidas para as políticas fiscal e monetária e para o déficit público e em especial:

a) votos do Conselho Monetário Nacional;

b) abertura de crédito adicional, sendo que, no caso de crédito suplementar, apenas quando a fonte de recursos for a «Reserva de Contingência»; e

c) ampliação ou extensão de incentivos e isenções fiscais, inclusive quanto ao prazo de vigência.

II — estabelecer limites máximos para o comprometimento de recursos da União e de fundos e programas públicos, no tocante a desembolsos, e à dispensa, de qualquer natureza, total ou parcial, ou o diferimento de ingressos de qualquer tipo inclusive tributários e parafiscais;

III — estimar a receita da União para o fim de elaboração e revisão do Orçamento Geral da União.

Art. 4º As deliberações da CCF serão submetidas à aprovação do Ministro da Fazenda e do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, cujas decisões terão caráter conclusivo e final.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.447, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, que regulamenta a profissão de Radialista.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 32 da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista,

D E C R E T A :

Art. 1º Os parágrafos do art. 8º do Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 8º

§ 1º Comprovada a impossibilidade, por falta de curso especializado, do treinamento de que trata este artigo, a entidade sindical representativa da categoria profissional emitirá o atestado de capacitação profissional (art. 7º, III).

§ 2º A entidade sindical fornecerá formulário próprio para o requerimento do atestado, o qual deverá ser preenchido e assinado pelo interessado e devidamente instruído com documentos ou indicações que comprovem sua capacitação profissional.

§ 3º O sindicato representativo da categoria profissional constituirá comissões integradas de profissionais competentes da área de radiodifusão, com a incumbência de emitir parecer sobre os pedidos, documentos e provas de aferição de capacidade profissional para concessão do referido atestado.

§ 4º As entidades sindicais elaborarão instruções contendo requisitos sobre os documentos ou indicações que compro-

vem a capacitação profissional e delas enviarão cópia ao Ministério do Trabalho.

§ 5º Concluída a instrução do processo, a entidade sindical decidirá sobre o pedido no prazo de cinco dias úteis. A falta de decisão neste prazo importará em denegação do pedido.

§ 6º Da decisão da entidade sindical, ou da denegação do pedido por decurso do prazo (§ 5º), caberá recurso ao Ministério do Trabalho, no prazo de trinta dias.

Art. 2º As funções constantes das letras c, nºs 3 e 5, e h, nº 6, do item II do Quadro anexo ao Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

«c) *Produção*

3) *Operador de Câmera de Unidade Portátil Externa*

Encarrega-se da gravação de matéria distribuída pelo Supervisor de Operações, planifica e orienta o entrevistador, repórter e o iluminador no que se refere aos aspectos técnicos de seu trabalho. Suas atividades envolvem tanto a gravação como a geração de som e imagem, através de equipamento eletrônico portátil de TV.

5) *Auxiliar de Operador de Câmera de Unidade Portátil Externa*

Encarrega-se do bom estado do equipamento e da sua montagem, e auxilia o operador de câmera na iluminação e na tomada de cenas.

h) *Cenografia*

6) *Pintor — Pintor Artístico*

Executa o trabalho de pintura dos cenários, de acordo com as exigências da produção ou a pintura artística dos cenários; prepara cartazes para utilização nos cenários; amplia quadros e telas; zela pela guarda e conservação dos materiais e instrumentos de trabalho, indispensáveis à execução de sua tarefa.»

Art. 3º Ficam acrescidas às letras e e h do item II do Quadro anexo ao Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, as seguintes funções:

«e) *Dublagem*

10) *Diretor de Dublagem*

Assiste ao filme e sugere a escalação do elenco para a sua dublagem; esquematiza a produção; programa os horários de trabalho; orienta a interpretação e o sincronismo do Ator ou de outrem sobre sua imagem.

.....
h) *Cenografia*
.....

8) *Cenógrafo*

Projeta o cenário, de acordo com o produtor e o Diretor de Programa; executa plantas baixa e alta do cenário; desenha os detalhes em escala para execução do cenário; indica as cores do cenário; orienta e dirige a montagem dos cenários e orienta o contra-regra quanto aos adereços necessários ao cenário.

9) *Maquetista*

Desenha e executa maquete para efeito de cena.»

Art. 1º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se o parágrafo único do art. 9º do Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, e demais disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.448, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.944, de 16 de janeiro de 1987, que criou, por transformação, no Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os itens VII e VIII, da letra a, e o item IV, da letra b, do art. 2º, e o caput do art. 3º, do Decreto nº 93.944, de 16 de janeiro de 1987, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º

a)
.....

VII — medidas de compatibilização entre as diretrizes e objetivos da Política de Ciência e Tecnologia e as demais políticas governamentais;

VIII — diretrizes gerais e mecanismos de intercâmbio internacionais, multi e bilateral, a nível de governo, no campo da Ciência e Tecnologia, respeitada a competência específica de outros órgãos e entidades do Governo Federal.

b)

IV — manifestar-se sobre políticas de importação de tecnologia e sua absorção e difusão no País, respeitada a competência específica de outros órgãos e entidades do Governo Federal.

Art. 3º O Conselho de Ciência e Tecnologia — CCT é constituído de onze membros, dos quais seis são Conselheiros natos e cinco são designados pelo Presidente da República.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

DECRETO Nº 94.449, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Concede permissão, em caráter permanente, às agências do Banco do Estado de São Paulo S.A., localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC, no Estado de São Paulo, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, combinado com o art. 7º, § 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizadas, em caráter permanente, a funcionar aos sábados, domingos e dias feriados civis e religiosos, observadas as disposições legais vigentes, as agências do Banco do Estado de São Paulo S.A. localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. O Banco do Estado de São Paulo S.A. deverá comunicar, no prazo de 30 dias de vigência deste decreto, às Delegacias

Regionais do Trabalho, para efeito de fiscalização, as agências instaladas dentro das áreas referidas neste artigo e, observado igual prazo, as que forem criadas posteriormente na conformidade dos atos expedidos pelo Ministério da Agricultura.

Art. 2º As agências referidas no artigo anterior deverão observar o limite máximo de horas semanais de trabalho dos empregados em estabelecimentos bancários e, de acordo com os atos expedidos pelo Ministério do Trabalho, estabelecer escala de revezamento que permita, pelo menos, de sete em sete semanas, a coincidência de repouso semanal com o sábado e o domingo juntamente.

Art. 3º Este decreto supre a autorização mencionada no § 4º do art. 1º do Decreto-lei nº 546, de 18 de abril de 1969, para que as referidas agências, no seu horário de funcionamento, desenvolvam atividades bancárias de outra natureza não previstas no citado art. 1º.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.450, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Modifica o Estatuto da Casa da Moeda do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o art. 81, item III, da Constituição, e o art. 1º, § 2º, da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º O § 2º do art. 9º do Estatuto da Casa da Moeda do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 85.441, de 2 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

«§ 2º Compete ao Ministro da Fazenda dar posse ao Presidente a aos Diretores da CMB, lavrando-se o competente termo, no livro próprio, bem assim designar um dos Diretores para substituir o Presidente nos seus afastamentos e impedimentos, e sucedê-lo na hipótese de vaga, até a posse do novo titular».

Art. 2º Ficam revogados o inciso VII do art. 13 do Estatuto da Casa da Moeda do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 85.441, de 2 de dezembro de 1980, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.451, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.452, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito especial de CZ\$ 1.307.500.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito especial de CZ\$ 1.307.500.000,00 (um bilhão, trezentos e sete milhões e quinhentos mil cruzados), para o fim especificado no Anexo I, deste decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto serão cobertas através da emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.453, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre em favor de diversos Órgãos os créditos suplementares de CZ\$ 31.337.670.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam abertos ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) créditos suplementares no valor de CZ\$ 31.337.670.000,00 (trinta e um bilhões, trezentos e trinta e sete milhões, seiscentos e setenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.454, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.272.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.272.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.455, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.456, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.000.000,00 (sessenta e

sete milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.457, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas e Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 5.360.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas e Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 5.360.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto, referentes à dotação global indicada no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento da entidade nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.458, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre aos Ministérios do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 37.924.119.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I, II e III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 37.924.119.000,00 (trinta e sete bilhões, novecentos e vinte e quatro milhões e cento e dezenove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I, II e III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.459, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre à Presidência da República e ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República e ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, (trinta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.460, DE 16 DE JUNHO DE 1987

Abre a Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito especial de CZ\$ 75.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito especial de CZ\$ 75.000.000,00, (setenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 17-6-87.

DECRETO Nº 94.461, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Trabalho, em favor do Serviço Especial de Bolsas de Estudo e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 2.621.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor do Serviço Especial de Bolsas de Estudo e ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 2.621.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.462, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de receita própria, e decorrente da venda de bens móveis inservíveis.

Art. 3º Os objetivos e as metas constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada no Anexo I deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.463, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 35.335.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 35.335.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e cinco mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes de operação de crédito interna contratada entre o Ministério da Saúde e a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

— — —
O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.464, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas da atividade indicada no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.465, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 75.233.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letras a e b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 75.233.000,00 (setenta e cinco milhões, duzentos e trinta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados e do produto de operação de crédito externa, contratada junto do Banco do Brasil S/A, Agência Grand Cayman, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letras a e b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.466, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral o crédito suplementar de CZ\$ 77.020.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 77.020.000,00 (setenta e sete milhões e vinte mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.467, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$

16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas geradas pelas atividades de fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.468, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Gabinete do Ministro e do Ministério Público Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 16.750.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Gabinete do Ministro e do Ministério Público Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 16.750.000,00 (dezesseis milhões e setecentos e cinquenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.469, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre aos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.543.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Indústria e do Comércio e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.543.000,00 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.470, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 954.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 17 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$

954.700.000,00 (novecentos e cinquenta e quatro milhões e setecentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto de operações de crédito externas e internas, em conformidade com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.471, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.708.004.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 2.708.004.000,00 (dois bilhões, setecentos e oito milhões e quatro mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto de operações de crédito internas e externas, em conformidade com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.472, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.809.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.809.000,00 (dois milhões, oitocentos e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.473, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 26.165.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 26.165.000.000,00

(vinte e seis bilhões, cento e sessenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.474, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receita oriunda da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha — TORMB, da Superintendência da Borracha do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos e das atividades referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.475, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre aos Ministérios do Exército, da Marinha, do Trabalho e da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 470.237.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios do Exército, da Marinha, do Trabalho e da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 470.237.000,00 (quatrocentos e setenta milhões, duzentos e trinta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas dos projetos e das atividades, relativos ao Ministério da Cultura e indicados nos Anexos I e II, ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.476, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 12.451.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 12.451.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Brasser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.477, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00 (cinquenta

e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.478, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 40.908.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 40.908.000,00 (quarenta milhões, novecentos e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.479, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 75.659.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 75.659.000,00 (setenta e cinco milhões e seiscentos e cinquenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.480, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 510.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.481, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 53.300.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 53.300.000,00 (cinquenta e três milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas dos projetos indicados nos Anexos I e II ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.482, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, o crédito suplementar de CZ\$ 5.216.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, o crédito suplementar de CZ\$ 5.216.000,00 (cinco milhões, duzentos e dezesseis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.483, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 10.480.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de

CZ\$ 10.480.000,00 (dez milhões quatrocentos e oitenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.484, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Abre em favor de diversos Órgãos o crédito suplementar de CZ\$ 9.743.796.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I, II, III e IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) o crédito suplementar de CZ\$ 9.743.796.000,00 (nove bilhões, setecentos e quarenta e três milhões e setecentos e noventa e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-6-87.

DECRETO Nº 94.485, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para a Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000474/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Rede Riograndense de Emissoras Ltda. autorizada a realizar a transferência direta para a Empresa Portoalegrense de Comunicação Ltda., pelo restante do prazo da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.486, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda. para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item III, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000426/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Rede Riograndense de Emissoras Ltda. autorizada a realizar a transferência direta para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda., pelo restante do prazo da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média nacional, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.487, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Difusora do Brasil Ltda., para a Rádio Cidade de Presidente Prudente Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item III, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000291/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Rádio Difusora do Brasil Ltda. autorizada a realizar a transferência direta para a Rádio Cidade de Presidente Prudente

Ltda., pelo restante do prazo da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.488, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Pereira Barreto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000309/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, a concessão da Rádio Pereira Barreto Ltda., outorgada através da Portaria MVOP nº 776, de 18 de agosto de 1954, para explorar, na cidade de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.489, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Rainha das Quedas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004393/86 (Edital nº 140/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Rainha das Quedas Ltda. para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.490, DE 17 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do arti-

go 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29112.001630/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 25 de março de 1985, a concessão da Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda., outorgada através da Portaria nº 254, de 14 de março de 1975, para explorar, na cidade de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.491, DE 18 DE JUNHO DE 1987

Inclui a Sibra — Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. no Programa de Privatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 3º, item I, do Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída no Programa de Privatização de que trata o Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985, a empresa Sibra — Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.492, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, para o mês de junho de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados os Valores da Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, conforme disposto na Tabela anexa, organizada de conformidade com o que preceitua o artigo 90 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972 (Lei de Remuneração dos Militares).

Art. 2º Para aplicação dos valores acima mencionados o Território Nacional é dividido em três áreas:

Área 1 — Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e os Territórios do Amapá e de Roraima.

Área 2 — Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, Território de Fernando de Noronha, Abrolhos e Ilha de Trindade.

Área 3 — Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Art. 3º Este decreto entra em vigor em 1º de junho de 1987, com vigência até 30 de junho de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Campos Paiva

O anexo está publicado no D.O. de 22-6-87.

DECRETO Nº 94.493, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Altera a composição da Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração (CNAALADI).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Os artigos 3º e 4º do Decreto nº 60.987, de 11 de julho de 1967, alterado pelos Decretos nºs 63.552, de 5 de novembro de 1968, 85.893, de 9 de abril de 1981, 89.133, de 7 de dezembro de 1983, e 90.818, de 17 de janeiro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3º São membros da Comissão:

I — o Chefe do Departamento Econômico, do Ministério das Relações Exteriores;

II — o Chefe do Departamento das Américas, do Ministério das Relações Exteriores;

III — o Secretário para Assuntos Internacionais, do Ministério da Fazenda;

IV — o Secretário Especial de Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda;

V — o Secretário de Assuntos Internacionais, do Ministério dos Transportes;

VI — o Coordenador de Assuntos Internacionais da Agricultura, do Ministério da Agricultura;

VII — o Coordenador de Assuntos Internacionais, do Ministério da Indústria e do Comércio;

VIII — o Secretário de Cooperação Técnica, do Ministério das Minas e Energia;

IX — o Secretário de Assuntos Internacionais, do Ministério das Comunicações;

X — o Assessor-Chefe de Cooperação Internacional e Programas Especiais, do Ministério da Ciência e Tecnologia;

XI — o Assessor de Assuntos Internacionais, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

XII — o Diretor da Área Externa, do Banco Central do Brasil;

XIII — o Diretor da Carteira de Comércio Exterior, do Banco do Brasil S.A.;

XIV — o Secretário-Executivo da Comissão de Política Aduaneira do Concec;

XV — o Presidente da Comissão de Comércio Exterior, da Confederação Nacional da Indústria;

XVI — o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio;

XVII — o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura;

XVIII — o Primeiro Vice-Presidente, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Art. 4º Cada membro da Comissão Nacional indicará à Secretaria Técnica e Executiva os nomes de três suplentes.

Parágrafo único. Sempre que houver alteração de titular de cargo a que se refere o artigo 3º, o novo titular indicará seus suplentes».

Art. 2º O Ministro de Estado das Relações Exteriores aprovará as adaptações do Regimento Interno da Comissão Nacional para Assuntos da Aladi aos preceitos deste decreto no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que ele entrar em vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.494, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, que estabelece a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso III do art. 2º do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º

I —

II —

A —

B —

III — Órgãos de Assessoramento do Ministro

- Conselho de Almirantes (CAS)
- Gabinete do Ministro da Marinha (GMM)
- Consultoria Jurídica da Marinha (CJM)
- Comissão de Promoções de Oficiais (CPO)
- Centro de Informações da Marinha (CIM)
- Procuradoria Junto ao Tribunal Marítimo (PJTM)
- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)
- Conselho Financeiro Administrativo da Marinha (COFAMAR)
- Conselhos e Comissões para Assuntos Específicos (CCAEE).»

Art. 2º O artigo 21 do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 21. Os Comandos dos Distritos Navais e Comandos Navais são órgãos que têm por finalidade contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, nas suas áreas de jurisdição.

§ 1º Cabe aos Comandos de Distritos Navais e Comandos Navais:

I — executar operações navais nas áreas marítimas e fluviais sob seu Comando, e operações terrestres, de caráter naval, na área terrestre sob sua jurisdição;

II — apoiar as Unidades e Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, não subordinadas, em operação em sua área de jurisdição;

III — executar as atividades estabelecidas no Sistema de Mobilização Marítima;

IV — executar as atividades de Informações e Contra-Inteligência necessárias ao planejamento e à execução das Operações Navais;

V — efetuar o acompanhamento do tráfego marítimo;

VI — controlar as atividades relacionadas com a segurança da navegação marítima, fluvial e lacustre;

VII — exercer as atribuições relativas à Patrulha Costeira, à Polícia Naval e ao Salvamento e Socorro Marítimo, realizando os entendimentos necessários com organizações extra-Marinha que possuírem atribuições em atividades correlatas;

VIII — cooperar para a preservação e utilização racional dos recursos do mar, da plataforma continental e das águas interiores;

IX — exercer as atribuições concernentes à Lei do Serviço Militar;

X — concorrer para a Segurança Interna em coordenação com as demais Forças Singulares;

XI — prestar apoio ao pessoal militar da Marinha e aos seus dependentes, quanto ao pagamento, saúde e assistências social e religiosa, bem como ao pessoal civil e seus dependentes, no que couber;

XII — colaborar com as atividades de Defesa Civil nas áreas de interesse do Poder Marítimo e com as atividades de socorro às populações ameaçadas ou atingidas por calamidades públicas ou graves perturbações da ordem;

XIII — estimular e apoiar as atividades exercidas em sua jurisdição, que interessem ao Poder Marítimo; e

XIV — supervisionar as atividades de Assistência Cívico-Social das populações ribeirinhas.

§ 2º Aos Comandantes dos Distritos Navais e Comandantes Navais subordinam-se:

I — Forças Navais Distritais e Grupamento de Fuzileiros Navais; e

II — Organizações de Apoio.»

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 93.909, de 9 de janeiro de 1987.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Sabóia

DECRETO Nº 94.495, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Revoga os Decretos nºs 38.020/55 e 41.658/57, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para os Distritos Navais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 38.020, de 7 de outubro de 1955, que aprovou o Regulamento para os Distritos Navais.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 41.658, de 6 de junho de 1957, que alterou o Decreto nº 38.020, de 7 de outubro de 1955.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.496, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Revoga os Decretos nºs 63.980/69 e 76.048/75, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 63.980, de 13 de janeiro de 1969, que aprovou o Regulamento para o Comando Naval de Brasília.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 76.048, de 29 de julho de 1975, que alterou o Decreto nº 63.980, de 13 de janeiro de 1969.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.497, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «Researcher», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968,

D E C R E T A :

Art. 1º É concedida autorização ao navio de pesquisa «Researcher», de bandeira norte-americana, para, sob a supervisão do Laboratório Meteorológico e Oceanográfico Atlântico do Departamento de Comércio dos Estados Unidos da América, realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, durante o período e na área apresentada pela citada entidade ao Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha, com a antecedência mínima de 15(quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto compreende o estudo das correntes marinhas costeiras brasileiras, inclusive com a amostragem de água em variadas profundidades, devendo subordinar-se aos requisitos previstos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período do mês de setembro de 1987, e não inclui a escala em portos brasileiros.

Art. 4º O não cumprimento, pela entidade interessada, do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da presente autorização, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do Governo, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisas em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.498, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de aveia, centeio, cevada cervejeira e semente de cevada cervejeira, safra 1987/88.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966,

DECRETA:

Art. 1º São fixados os preços mínimos básicos de aveia, centeio e cevada cervejeira safra 1987/88, conforme tabela anexa.

Art. 2º Os preços dos produtos de que trata este decreto terão ainda correção nos meses do período explicitado na tabela anexa, através a aplicação da variação do Índice de Preços Pagos pelos Produtores Rurais — IPP.

Art. 3º Os preços mínimos de que trata este decreto deverão ser integralmente pagos aos produtores, ou às suas cooperativas, livres de quaisquer deduções, inclusive do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e da contribuição ao Instituto de Administração Financeira de Previdência e Assistência Social (Iapras), atendidas as especificações da classificação vigente.

Parágrafo único. Na hipótese de aquisição ou financiamento antes do último mês de correção previsto na tabela anexa a este decreto, valerá como preço mínimo, para efeito do disposto neste artigo, o preço-base corrigido até o mês em que ocorrer a operação.

Art. 4º O preço mínimo da semente de cevada cervejeira será fixado pela Companhia de Financiamento da Produção, à época do início da safra, e deverá ser composto do preço mínimo do produto-grão, considerado o melhor tipo, acrescido do adicional de custos de produção de semente, assim como os de seleção e limpeza.

Art. 5º As instruções necessárias à execução deste decreto serão baixadas pela Companhia de Financiamento da Produção.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

O anexo está publicado no D.O. de 22-6-87.

DECRETO Nº 94.499, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itapeverica, da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto

no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000342/86-07,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 8.087,02m² (oito mil, oitenta e sete metros quadrados e dois decímetros quadrados), necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Itapecerica, no Município de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.471, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000342/86-07, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto A, localizado no alinhamento leste da estrada de Itapecerica, junto à divisa sul da atual estação transformadora de distribuição Itapecerica; segue por esta com o rumo NE 36º07'57'', na distância de 72,11m, até o ponto B; deflete à direita e segue com o rumo NE 81º20'06'', na distância de 40,98m, até o ponto C; deflete à direita e segue com o rumo SW 33º59'07'', na distância de 35,47m, até o ponto D; deflete à esquerda e segue com o rumo SE 44º20'55'', na distância de 82,47m, até o ponto E; deflete à direita e segue com o rumo SW 45º39'49'', na distância de 70,00m, até o ponto F; deflete à direita e segue com o rumo NW 44º27'06'', pelo alinhamento leste da estrada de Itapecerica, na distância 101,45m, até o ponto A, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.500, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º e do item II do artigo 3º do Decreto nº 79.966, de 14 de julho de 1977, que regulamenta a concessão da indenização de Transporte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 10 do Decreto-lei nº 1.525, de 28 de fevereiro de 1977,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do artigo 1º e o item II do artigo 3º do Decreto nº 79.966, de 14 de julho de 1977, com a alteração feita pelo Decreto nº 83.089, de 24 de janeiro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º

Parágrafo único. A Indenização de Transporte é calculada mediante a incidência do percentual de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do maior padrão da classe especial, fixado no Anexo III do Decreto-lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e se destina a indenizar o servidor das despesas que realizar, em decorrência da utilização de meios próprios de locomoção, para desincumbir-se do serviço externo.

.....
Art. 3º

II — Fiscal do Trabalho, Inspetor de Abastecimento, Médico Veterinário, Médico (designado especificamente para atividades de fiscalização externa), Engenheiro, Engenheiro-agrônomo e Químico, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.501, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Rio Balsas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Balsas, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001218/86 (Edital nº 38/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Rio Balsas Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Balsas, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.502, DE 19 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão ao Sistema Timon de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timon, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001219/86 (Edital nº 42/86),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sistema Timon de Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de ex-

clusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Timon, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.503, DE 22 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre alteração no Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE-R-68).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o § 2º ao artigo 31 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE-R-68), aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984, que passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
«§ 2º Excepcionalmente, a critério do Ministro do Exército, no caso de dificuldade de recrutamento de profissionais de nível superior em determinada área de atividade da Instituição, os oficiais R/2, de que trata este artigo, poderão ser convocados mediante a apresentação de documento que comprove estarem freqüentando curso superior, conforme estabelecerem as instruções a serem baixadas pelo Ministro do Exército.»
.....

Art. 2º Em consequência, o parágrafo único do artigo 31 do Regulamento mencionado no artigo anterior passa a figurar como § 1º.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.504, DE 22 DE JUNHO DE 1987

Altera o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de acordo com o disposto no artigo 47 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o nº 76 do Anexo I — Relação de Transgressões ao Regulamento Disciplinar do Exército (R-4), aprovado pelo Decreto nº 90.608, de 4 de dezembro de 1984, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

«ANEXO I

Relação de Transgressões

1.

16. Entrar ou sair da Organização Militar, ou ainda permanecer no interior da mesma, o cabo ou soldado usando traje civil, sem a devida permissão da autoridade competente.

11.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.505, DE 22 DE JUNHO DE 1987

Autoriza o aumento do limite do capital autorizado da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. Nuclebrás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.001550/87-18,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — Nuclebrás— a promover o aumento do limite do seu capital autorizado de CZ\$ 7.000.854.902,32 (sete bilhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e dois cruzados e trinta e dois centavos), para CZ\$ 11.326.212.925,94 (onze bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, duzentos e doze mil, novecentos e vinte e cinco cruzados e noventa e quatro centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.506, DE 23 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre aumento do capital social da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. autorizada a promover a elevação do seu capital social, mediante a incorporação das reservas disponíveis, apuradas no balanço encerrado em 1986, no valor de CZ\$ 685.238.888,95 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito cruzados e noventa e cinco centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.507, DE 23 DE JUNHO DE 1987

Regulamenta as disposições contidas no artigo 154 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre os militares da Aeronáutica incapacitados para atividades aéreas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 154 da Lei nº 6.880, de 9 dezembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Os militares da Aeronáutica funcionalmente obrigados ao voo que, por enfermidades, acidentes ou deficiência psicofisiológica, verificada em inspeção de saúde, forem considerados definitivamente incapacitados para o exercício de atividades aéreas exigidas pelos regulamentos específicos, porém aptos para o desempenho de funções em terra, serão incluídos em uma categoria especial, denominada Extranumerário.

Art. 2º Os militares incluídos na categoria Extranumerário não ocuparão vagas nos respectivos quadros a que pertençam; gozarão dos direitos de suas antiguidades e ocuparão os mesmos lugares na escala hierárquica, substituindo-se a numeração ordinária pela designação abreviada de sua categoria (EXT).

Art. 3º A inclusão na categoria de Extranumerário será feita após inspeção de saúde realizada por Junta de Saúde da Aeronáutica, por ato:

1. do Presidente da República, quando se tratar de Oficiais-Generais;
2. do Ministro da Aeronáutica, quando se tratar de Oficiais-Superiores, Capitães, Tenentes e Aspirantes-a-Oficial; e
3. do Comandante-Geral do Pessoal, quando se tratar de Suboficiais e Sargentos.

Art. 4º O Aspirante-a-Oficial que não desejar se beneficiar da inclusão prevista no artigo 1º será licenciado nos termos do artigo 94, item V, combinado com o artigo 121, item II, § 3º, letra b, do Estatuto dos Militares.

Art. 5º Os casos não previstos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto nº 77.248, de 27 de fevereiro de 1976 e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.508, DE 23 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 91.469, de 24 de julho de 1985, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, órgão integrante da estrutura básica do Ministério da Justiça e com jurisdição em todo o território nacional, criado pelo Decreto nº 91.469, de 28 de julho de 1985, alterado pelo Decreto nº 92.396, de 12 de fevereiro de 1986, tem por finalidade assessorar o Presidente da República na formulação e condução da política nacional de defesa do consumidor, bem como zelar pelos direitos e interesses dos consumidores.

Art. 2º Considera-se consumidor, para efeito deste decreto, qualquer pessoa física ou jurídica que seja adquirente, promitente, cessionário ou contratante de bens e serviços, de entidades públicas ou privadas, ou usuário de concessionárias ou permissionárias de serviços públicos.

Art. 3º Ao Conselho Nacional de Defesa do Consumidor compete:

I — representar ao Ministério Público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, para que, na esfera de suas respectivas atribuições e jurisdições, promovam as medidas legais pertinentes para o adequado resguardo das rela-

ções de consumo e para a proteção dos direitos e interesses dos consumidores;

II — solicitar à Polícia Federal a instauração de inquérito policial para a apuração de delito contra o consumidor, nos termos da legislação vigente;

III — recomendar a instauração de procedimento administrativo nos casos de fraude, infração e abuso aos direitos e interesses de consumidor, quando praticados por órgãos públicos federais, da administração direta ou indireta, ou empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos federais;

IV — propor a criação, fusão, incorporação ou extinção de órgãos que atuem, direta ou indiretamente, no âmbito da defesa dos consumidores;

V — celebrar convênios com organismos públicos, universidades e entidades privadas, nacionais e estrangeiras, com o objetivo de defesa dos consumidores;

VI — coordenar as atividades de todas as unidades dispersas em outros órgãos da administração pública federal, direta ou indireta, e prestar aos Estados e Municípios o devido assessoramento, visando à uniformização de suas práticas de atuação;

VII — promover formas de apoio às organizações de defesa do consumidor, bem como incentivar a constituição e o funcionamento dessas entidades;

VIII — promover e incentivar medidas e campanhas de formação e informação dos consumidores e, de forma especial, de apoio aos consumidores mais desfavorecidos, para:

- a) habilitá-los ao exercício de seus direitos;
- b) protegê-los quanto a prejuízos à sua saúde, nutrição, bem-estar e segurança;
- c) ensinar o acesso da população aos meios, bens e serviços essenciais de consumo;
- d) garantir a segurança, veracidade, qualidade e desempenho dos bens e serviços essenciais nas relações de consumo;
- e) fomentar e proteger seus legítimos interesses econômicos;
- f) fornecer informações adequadas para capacitá-los a formular escolhas adequadas e acertadas, de acordo com suas necessidades e vontades;
- g) incentivar as possibilidades de ressarcimento ao consumidor lesado;

IX — incentivar os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios a constituírem órgãos destinados a atuar na proteção e defesa dos consumidores;

X — propor ao Governo Federal e sugerir aos Governos Estaduais e Municipais medidas para prevenir e coibir delitos, fraudes e abusos contra os consumidores;

XI — propor o aperfeiçoamento, a compilação, a consolidação ou a revogação de normas relativas às relações de consumo e aos direitos do consumidor;

XII — manter um cadastro de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, ligadas à defesa dos consumidores, bem como biblioteca atualizada acerca do assunto;

XIII — representar o Governo Federal junto à IOCU (International Organization of Consumers Unions), órgão consultivo da Organização das Nações Unidas.

Art. 4º O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor terá a seguinte composição:

I — um representante do Ministério da Justiça;

II — um representante do Ministério da Fazenda;

III — um representante do Ministério da Saúde;

IV — um representante do Ministério da Agricultura;

V — um representante do Ministério da Indústria e do Comércio;

VI — um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

VII — um membro do Ministério Público;

VIII — três representantes de entidades públicas estaduais de defesa do consumidor;

IX — três representantes de entidades privadas de defesa do consumidor;

X — o Presidente do CONAR — Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária;

XI — um representante da Confederação Nacional da Indústria;

XII — um representante da Confederação Nacional do Comércio;

XIII — um representante da Confederação Nacional da Agricultura.

Art. 5º Os membros do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor serão nomeados pelo Presidente da República, após indicação

feita pelas entidades e órgãos enunciados no artigo anterior, salvo o referido no inciso VII, que será indicado pelo Ministro da Justiça, após aquiescência do respectivo Procurador-Geral, e os referidos nos incisos VIII e IX, que serão indicados pelo Ministro da Justiça.

§ 1º Todos os membros do CNDC terão mandato de dois anos, facultada a recondução, considerando-se cessada a investidura no caso de perda da condição de representante de qualquer dos órgãos e entidades referidas no artigo 4º.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior o substituto cumprirá o mandato pelo tempo remanescente.

Art. 6º Perderá o mandato, o membro do CNDC que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 6 (seis), no prazo de um ano, por qualquer motivo, ressalvado o pedido de licença, devidamente justificado.

Art. 7º Para cada um dos membros titulares do CNDC haverá um suplente, nomeado da mesma forma indicada no artigo 5º, a quem incumbe substituir o titular em seus impedimentos ou licenças.

Art. 8º O Conselho Nacional de Defesa do Consumidor terá um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Justiça, dentre brasileiros maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de nível universitário e de reputação ilibada.

Art. 9º O Presidente do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor será substituído em seus impedimentos, ausências e licenças pelo conselheiro representante do Ministério da Justiça.

Art. 10. As deliberações do CNDC serão tomadas sob a forma de resolução, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art. 11. As decisões serão tomadas por maioria de votos e o Presidente terá, além do próprio, o voto de desempate.

Art. 12. O CNDC reunir-se-á no Distrito Federal, uma vez por mês, em sessão ordinária, podendo ser convocado extraordinariamente pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As convocações ordinárias serão sempre feitas com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

§ 2º O CNDC poderá, por convocação de seu Presidente, sempre que houver motivo relevante, reunir-se fora do Distrito Federal.

§ 3º As reuniões do CNDC serão sempre públicas, salvo quando, a critério do Presidente, houver motivo relevante que determine sejam reservadas.

Art. 13. Ressalvada a função exercida pelo Presidente, as funções dos membros do CNDC não serão remuneradas, sendo, entretanto, consideradas serviço público relevante e observadas, quanto aos conselheiros que não sejam servidores da Administração Federal, direta ou indi-

reta, as disposições relativas aos órgãos de deliberação coletiva do 2º grau, consoante o disposto no Decreto nº 69.382, de 12 de outubro de 1971.

Art. 14. O CNDC terá a seguinte estrutura:

I — Gabinete da Presidência;

II — Secretaria Executiva.

Art. 15. O CNDC poderá instituir até 5 (cinco) coordenadorias, subordinadas à Secretaria Executiva, que terão suas atribuições definidas em Regimento Interno.

Art. 16. O CNDC poderá dispor de até 5 (cinco) Inspetorias Regionais, com sede e jurisdição estabelecidas de acordo com as necessidades do serviço, a serem ativadas ou desativadas no momento em que o seu funcionamento tornar-se ou não necessário.

Parágrafo único. As Inspetorias Regionais têm por finalidade cumprir, no âmbito de suas jurisdições, as funções que lhes forem assinaladas pelo CNDC e definidas em Regimento Interno.

Art. 17. Funcionará junto ao CNDC uma Comissão Sindicante que será integrada por 3 (três) membros, designados pelo Presidente do CNDC.

Parágrafo único. A Comissão Sindicante tem por finalidade apurar fatos lesivos aos direitos e interesses dos consumidores, conforme determinação do Presidente do CNDC.

Art. 18. O Gabinete da Presidência terá um Chefe de Gabinete com suas atribuições definidas em Regimento Interno.

Art. 19. A Secretaria Executiva ficará a cargo de um Secretário-Executivo, diretamente subordinado ao Presidente, e terá estrutura e atribuições definidas em Regimento Interno.

Art. 20. O CNDC poderá, no cumprimento de seus objetivos:

I — requerer a colaboração e recomendar a qualquer órgão público a observância das normas que, direta ou indiretamente, promovam a defesa dos consumidores;

II — constituir comissões especiais, de caráter temporário, compostas por seus membros ou por pessoas por estes indicadas para a realização de tarefas, estudos ou pareceres específicos;

III — promover a realização de congressos, seminários, concursos e certames destinados à defesa do consumidor;

IV — contratar a prestação de serviços técnicos especializados para tarefas específicas;

V — sugerir e incentivar a adoção de mecanismos de conciliação e arbitragem, ou encaminhamento aos Juizados de Pe-

quenas Causas, para litígios de reduzido valor, referentes às relações de consumo;

VI -- requisitar servidores de órgãos e entidades da administração direta e indireta, sem perda de sua remuneração e demais direitos e vantagens.

Art. 21. Nos casos de urgência, para evitar perigo ou dano iminente, para os fins das medidas previstas nos incisos I e II do artigo 3º, as resoluções serão tomadas pelo Presidente do CNDC, *ad referendum* do Conselho.

Art. 22. O CNDC poderá convidar autoridades, técnicos, membros de entidades públicas e privadas de defesa do consumidor, bem como da produção e distribuição de bens e serviços, para que prestem esclarecimentos e informações durante suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 23. O Ministro da Justiça tomará as providências necessárias para a execução deste decreto e para a consecução dos objetivos nele previstos, bem assim para prover o CNDC de pessoal técnico e administrativo, de recursos materiais e financeiros, expedindo as instruções complementares que se fizerem necessárias.

Art. 24. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Fernando Cirne Lima

Eichenberg

DECRETO Nº 94.509, DE 23 DE JUNHO DE 1987

*Autoriza o aumento do capital social da
Centrais Elétricas de Roraima S.A. —
CER.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Centrais Elétricas de Roraima S.A. — CER — autorizada a aumentar o seu capital social em CZ\$ 18.866.783,94 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, setecentos e oitenta e três cruzados e noventa e quatro centavos).

Art. 2º Os recursos necessários para o aumento referido no artigo anterior são provenientes de créditos do Governo do Território Federal de Roraima, do Imposto Único sobre Energia Elétrica — IUEE e da reinversão de dividendos.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

DECRETO Nº 94.510, DE 23 DE JUNHO DE 1987

Cria Função de Assessoramento Superior (FAS), para o Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 122 e 123 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e no art. 21 do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 75.627, de 18 abril de 1975, com a redação dada pelo Decreto nº 79.824, de 20 de junho de 1977,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados 400 (quatrocentas) Funções de Assessoramento Superior (FAS), para atender às peculiaridades de organização e funcionamento do Ministério da Fazenda.

Art. 2º As retribuições mensais fixadas para as Funções de Assessoramento Superior, de que trata o Decreto nº 77.475, de 23 de abril de 1976, com as alterações posteriores, não poderão ser inferiores a CZ\$ 9.149,90 (nove mil cento e quarenta e nove cruzados e noventa centavos), nem superiores a CZ\$ 33.718,69 (trinta e três mil, setecentos e dezoito cruzados e sessenta e nove centavos).

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação deste decreto terá como limite a importância resultante do produto do número de funções, referido no artigo 1º, pelo valor mínimo da retribuição mensal e correrá à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Fazenda.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.511, DE 23 DE JUNHO DE 1987

Abre em favor de diversos órgãos o crédito suplementar de CZ\$ 950.258.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) o crédito suplementar de CZ\$ 950.258.000,00 (novecentos e cinquenta milhões e duzentos e cinquenta e oito mil cruzados), para reforço das dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-6-87.

DECRETO Nº 94.512, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Altera dispositivo do Regulamento de Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 254 do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 254. O segurado que ingressa na previdência social urbana após completar 60 (sessenta) anos de idade faz jus também às prestações por acidente do trabalho».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 94.513, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Promulga o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha Democrática.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 21, de 5 de dezembro de 1986, o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, em Brasília, a 22 de novembro de 1984;

Considerando que o referido Acordo entrou em vigor, por troca de notificação, concluída em Berlim, a 3 de abril de 1987, na forma de seu artigo IX,

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã, desejosos de fortalecer a cooperação entre ambos os países no campo da ciência e da tecnologia, com base nos princípios do respeito à soberania e da não-ingrência nos assuntos internos,

Considerando o mútuo benefício que o desenvolvimento das relações científicas e tecnológicas poderá trazer para ambos os países,

Convém no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão o desenvolvimento da cooperação científico-tecnológica entre os dois países com base no interesse e benefício mútuos, igualdade e reciprocidade, em setores a serem estabelecidos por via diplomática.

ARTIGO II

A cooperação científico-tecnológica a que se refere o presente Acordo será desenvolvida, especialmente, através de:

- a) intercâmbio de delegações de cientistas e representantes de organizações industriais e comerciais interessadas nessa cooperação;
- b) intercâmbio de informações e documentação científica e tecnológica;
- c) organização de seminários, simpósios e conferências;
- d) investigação conjunta de questões científicas e técnicas com vistas à utilização prática ulterior dos resultados obtidos;
- e) intercâmbio de resultados de pesquisas e experiências, inclusive de licenças e patentes, entre institutos, universidades, companhias e outros organismos;
- f) outras formas de cooperação científica e tecnológica a serem acordadas pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

1. As Partes Contratantes poderão concluir Ajustes Complementares ao presente Acordo, com base nos quais se desenvolverá a coope-

ração entre os organismos, instituições e companhias competentes de ambos os países.

2. Cada Ajuste Complementar estabelecerá as condições em que se realizará a cooperação, determinará os limites de responsabilidade de cada um dos organismos, instituições e companhias interessados no projeto específico, bem como fixará o número de cientistas e especialistas necessários para a execução dos projetos indicados.

3. Os citados Ajustes Complementares serão negociados por via diplomática e aprovados por troca de notas.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes convêm na criação, no âmbito da Comissão Mista Brasil — República Democrática Alemã, de uma Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, que terá a incumbência de tratar dos assuntos relacionados com a execução do presente Acordo, especialmente pelo exame e elaboração dos programas destinados à consecução de seus objetivos, pela avaliação periódica dos resultados da cooperação científica e tecnológica, e pela formulação de recomendações para ambos os Governos.

ARTIGO V

A menos que o Ajuste Complementar disponha de forma inversa, cada organismo, instituição ou companhia arcará com as despesas decorrentes de sua participação nas atividades de cooperação previstas no presente Acordo, de conformidade com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante informará a outra, por via diplomática, dos organismos que, por seu lado, terão o encargo da execução do presente Acordo, e o programa de atividades dele decorrentes.

2. Os referidos organismos deverão submeter à Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica os resultados dos seus trabalhos e suas propostas para o desenvolvimento ulterior da cooperação. A Subcomissão deverá submeter à Comissão Mista os mencionados resultados e propostas.

3. Nos intervalos entre as reuniões da Comissão Mista e da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, os contactos entre os organismos executivos, no quadro do presente Acordo, serão assegurados por via diplomática.

ARTIGO VII

Os cientistas e especialistas enviados por uma das Partes à outra, para os fins de que trata o artigo II do presente Acordo, submeter-se-ão às disposições da legislação nacional do país receptor e não poderão dedicar-se a qualquer atividade alheia a suas funções sem a autorização prévia de ambas as Partes.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas cabíveis para o cumprimento do disposto no presente Acordo, e, para tanto, proporcionarão as facilidades necessárias, de conformidade com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO IX

1. Cada Parte Contratante informará a outra, por nota, do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação.

2. O presente Acordo terá a vigência de cinco anos e será renovado automaticamente, por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra de sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito noventa dias após a data do recebimento da notificação.

3. O término do presente Acordo não afetará o cumprimento de Ajustes Complementares em vigor que serão implementados até sua conclusão, a menos que ambas as Partes decidam de forma diversa.

Feito na cidade de Brasília, aos 22 dias do mês de novembro de 1984, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e alemã, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL:
Ramiro Saraiva Guerreiro

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA
ALEMÃ:
Wilhelm Bastian

DECRETO Nº 94.514, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.750.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.750.000.000,00 (um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.515, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.516, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre aos Ministérios da Agricultura e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.225.466.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.225.466.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários a execução deste decreto serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com a autorização dos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.517, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.347.785.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.347.785.000,00 (dezessete bilhões, trezentos e quarenta e sete milhões, setecentos e oitenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.518, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 17.750.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 17.750.000,00 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN — e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.519, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre no Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.392.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.392.000,00 (vinte milhões, trezentos e noventa e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlões Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.520, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza.

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.521, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 118.661.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento..

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) o crédito suplementar no valor de CZ\$ 118.661.000,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e sessenta e um mil cruzados), para reforço das dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.522, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 134.830.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 134.830.000,00 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e trinta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas geradas pelo Ministério da Marinha e classificadas como «Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.523, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 190.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.524, DE 24 DE JUNHO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 691.810.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 691.810.000,00 (seiscentos e noventa e um milhões e oitocentos e dez mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-6-87.

DECRETO Nº 94.525, DE 25 DE JUNHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 79.613.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 79.613.000,00 (setenta e nove milhões e seiscentos e treze mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 26-6-87.

DECRETO Nº 94.526, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio São Bento Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29106.000183/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 1987, a concessão da Rádio São Bento Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.662, de 5 de maio de 1977, para explorar, na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.527, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Z Publicidade do Amapá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Macapá - Território Federal do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29110.000312/86,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 2 de setembro de 1986, a concessão da Z Publicidade do Amapá Ltda., outorgada através do Decreto nº 58.938, de 29 de julho de 1966, para explorar, na cidade de Macapá — Território Federal do Amapá, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.528, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rede Riograndense de Emissoras Ltda., para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000423/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica a Rede Riograndense de Emissoras Ltda., autorizada a realizar a transferência direta para a Rede Norte Sul de Comunicação Ltda., pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média regional, na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.529, DE 26 JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000313/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 1987, a concessão da Rádio Alvorada do Sul Ltda., outorgada através da Portaria nº 594, de 4 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.530, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Cidade de Sumé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002907/86 (Edital nº 86/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Cidade de Sumé Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.531, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Outorga concessão à Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006039/86 (Edital nº 171/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.532, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Carioca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 160.492/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de no-

vembro de 1983, a concessão da Rádio Carioca Ltda., outorgada através do Decreto nº 1.181, de 15 de junho de 1962, para explorar na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.533, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29103.000041/85 e 29103.000389/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 16 de junho de 1985, a concessão da Difusora Rádio Cajazeiras Ltda., outorgada através da Portaria nº 165, de 28 de maio de 1965, para explorar, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.534, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Dispõe sobre as despesas de pessoal à conta do Tesouro Nacional nos órgãos da Administração Federal Direta e Indireta.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º À Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República compete coordenar os assuntos relativos à orçamentação da despesa com pessoal civil e militar, através da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República a análise conclusiva e o acompanhamento das medidas pertinentes às despesas com pessoal dos órgãos e entidades que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional.

Art. 3º Respeitada a área de atuação da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — SEDAP, toda e qualquer solicitação que envolva recursos orçamentários à conta do Tesouro Nacional, para cobertura de despesas com pessoal, deverá, obrigatoriamente, ter a audiência prévia da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

§ 1º A adoção de medidas que impliquem em aumento de despesas no exercício corrente ou em exercícios subsequentes, dependerá sempre de análise prévia dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento.

§ 2º A solicitação a que se refere este artigo conterá as seguintes informações:

- a) quantificação das nomeações ou contratações, especificando-se cargos, empregos ou funções de confiança e níveis, com os respectivos custos unitários e totais, mensais, e cronograma físico-financeiro de absorção do pessoal;

b) acréscimo de despesa que possa decorrer da expansão física da mão-de-obra, em termos de necessidade de aquisição de mobiliário e equipamento.

Art. 4º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República poderá baixar normas complementares à execução deste decreto, ressalvadas a competência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.535, DE 26 DE JUNHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Rio Vermelho ou Estância Alcina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Rio Vermelho ou Estância Alcina», com a área de 10.545.5589ha (dez mil, quinhentos e quarenta e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e oitenta e nove centiares), situado no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas longitude

54°42'39''WGr e latitude 16°25'00''S, na divisa das terras de Simplicio Cellos, segue com o rumo de 47°00'SE e distância de 550m, divisando com terras de Simplicio Cellos, até o Ponto 2; daí, segue com o rumo de 60°00'SW e distância de 165m, divisando com terras de Simplicio Cellos até o Ponto 3; daí, segue com o rumo de 02°30'SE e distância de 950m, divisando com terras de Simplicio Cellos, até o Ponto 4, na margem direita do Córrego do Retiro; daí, segue o Córrego Retiro abaixo em sua margem direita, com distância, de 9.000m, até o Ponto 5, na Confluência do Córrego do Retiro com o Rio Vermelho, ambos margem direita; do Ponto 5, segue pela margem direita do Rio Vermelho abaixo, com distância de 31.000m, até o Ponto 6, na divisa das terras de João Moreira de Barros, junto à margem direita do Rio Vermelho; do Ponto 6, segue com o rumo de 04°00'NE e distância de 4.350m, divisando com terras de João Moreira de Barros, até o Ponto 7; daí, segue com o rumo de 89°30'SE e distância de 5.120m, divisando com terras de Lourival Pinto, até o Ponto 8; daí, segue com o rumo de 16°00'SE e distância de 8.150m, divisando com o Lote Furna Grande de Aristides Junqueira Franco, até o Ponto 9; daí, segue com o rumo de 69°30'NE e distância de 2.000m, divisando com o Lote Furna Grande, até o ponto 10; daí, segue com o rumo de 76°00'NE e distância de 2.500m, divisando com o Lote Furna Grande, até o Ponto 11; daí, segue com o rumo de 59°30'NE e distância de 2.500m, divisando com o Lote Furna Grande, até o Ponto 12; daí, segue com o rumo de 50°30'NE e distância de 2.034m, divisando com o Lote São Benedito de Domingos Cardoso, até o Ponto 13; daí, segue com o rumo de 55°30'NE e distância de 560m, divisando com o Lote São Benedito, até o Ponto 14; daí, segue com o rumo de 40°00'NE e distância de 3.216m, divisando com o Lote São Benedito de Domingos J. Cardoso e terras de Osvaldo M. Figueiredo, até o Ponto 15; daí, segue com o rumo de 70°00'NE e distância de 600m, divisando com terras de Osvaldo M. de Figueiredo, até o Ponto 16; daí, segue com o rumo de 41°30'NE e distância de 548m, divisando com terras de Osvaldo M. de Figueiredo, até o Ponto 17; daí, segue com o rumo de 69°00'NW e distância de 1.200m, divisando com terras de Osvaldo M. de Figueiredo, até o Ponto 18; daí, segue com o rumo de 76°00'NE e distância de 420m, divisando com terras de Simplicio Cellos, até o Ponto 19; daí, segue com o rumo de 44°00'NE e distância de 890m, divisando com terras de Simplicio Cellos, até o Ponto 20; daí, segue com o rumo de 85°00'NE e distância de 370m, divisando com terras de Simplicio Cellos, até o Ponto 1, inicial da descrição deste perímetro (Fontes de referência: Título expedido pelo Estado de Mato Grosso; Certidões das demarcações judiciais e Cartas SE.21-X-B-II e SE.21-X-B-V).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 12.385,3979ha (doze mil, trezentos e oitenta e cinco hectares, trinta e nove ares e setenta e nove centiares) ficam excluídas dos efeitos deste decreto as seguintes áreas, com os seguintes perímetros:

ÁREA I — com 597,0000ha (quinhentos e noventa e sete hectares): partindo do Ponto 1, na confluência dos Córregos Sucuri com o Córrego Butuaia, de onde segue-se Córrego Butuaia acima, com vários rumos e distâncias que por uma linha reta segue com o rumo de $29^{\circ}02'NE$ e distância de 2.177,20m, até o Ponto 2, daí a linha deflete à esquerda com o rumo de $14^{\circ}17'NW$ e distância de 952,40m, até o Ponto 3, divisando dos Pontos 1, 2 e 3 o próprio Córrego Butuaia, do Ponto 3, a linha deflete mais uma vez à esquerda com o rumo de $62^{\circ}42'SW$ e distância de 3.775m, até o Ponto 4, localizado na beira de uma estrada denominada de Estrada da Cascalheira, do Ponto 4, a linha deflete novamente à esquerda com o rumo de $21^{\circ}29'SE$ e distância de 619m, até o Ponto 5; daí, a linha deflete à direita com o rumo de $07^{\circ}39'SE$ e distância de 818,50, até o Ponto 6 localizado na margem esquerda do Córrego Sucuri, divisando o Ponto 6, localizado na margem esquerda do Córrego Sucuri, divisando dos Pontos 3, 4, 5 e 6 com a área remanescente da Gleba Estância Alcina. Finalmente, o roteiro é encerrado do Ponto 6 ao Ponto 1 de origem, seguindo o Córrego Sucuri abaixo, com vários rumos e distâncias, segue com o rumo de $82^{\circ}33'NE$ e distância de 2.195m, divisando do Ponto 6 ao Ponto 1, com o próprio Córrego Sucuri.

ÁREA II — com 16,5550ha (dezesseis hectares, cinquenta e cinco ares e cinquenta centiares): partindo do Ponto MP.1, cravado à margem esquerda do Córrego Butuaia ou Cachoeirinha, a linha segue na distância de 960m, e com o rumo de $3^{\circ}15'SE$, confrontando com terras da outorgada donatária, até o Ponto MP.2; daí, deflete à esquerda e segue com o rumo de $58^{\circ}30'NE$ e distância de 317m, até atingir a margem esquerda do Córrego Botuaia ou Cachoeirinha, confrontando com terras do outorgante doador; e daí, pela margem esquerda do referido Córrego Botuaia ou Cachoeirinha abaixo, até encontrar o ponto MP.1, início deste roteiro.

ÁREA III — com 26,2840ha (vinte e seis hectares, vinte e oito ares e quarenta centiares): partindo do Ponto 1, localizado próximo à cabeceira do Córrego Butuaia ou Cachoeirinha, na divisa com terras de propriedade do Sr. José Pinto, de onde segue-se com o rumo magnético de $44^{\circ}17'SW$ e distância de 890m, até o Ponto 2; daí a linha deflete à direita com um rumo de $80^{\circ}07'SW$ e distância de 420m, até o Ponto 3, divisando dos Pontos 1, 2 e 3, pela linha telegráfica antiga, hoje terras de propriedade do Sr. José Pinto; do Ponto 3, a linha deflete à esquerda com um rumo de $01^{\circ}20'SE$ e distância de 39m, até o Ponto 4; daí, a linha deflete mais uma vez à esquerda com um rumo de $66^{\circ}00'SE$ e distância de 451m, até o Ponto 5, divisando dos Pontos 3, 4 e 5 com terras de propriedade do Sr. Antonio Brás dos Santos; do Ponto 5, a linha prossegue com um rumo de $66^{\circ}00'SE$ e distância de 116,30m, até o Ponto 6; daí, a linha deflete à esquerda com um rumo de $51^{\circ}35'NE$ e distância de 143,60m, até o Ponto 7; daí, a linha deflete novamente à esquerda com um rumo de $20^{\circ}35'NE$ e distância de 74,50m, até o Ponto 8; daí, a

linha deflete à direita com um rumo de $42^{\circ}35'NE$ e distância de 70,50m, até o Ponto 9; daí, a linha deflete à direita com um rumo de $54^{\circ}25'SE$ e distância de 44m, até o Ponto 10; daí, a linha deflete à esquerda com um rumo de $58^{\circ}35'NE$ e distância de 127m, até o Ponto 11; daí, a linha deflete à direita com um rumo de $88^{\circ}35'NE$ e distância de 70m, até o Ponto 12, localizado na beira da Estância; do Ponto 12, a linha deflete à esquerda com um rumo de $15^{\circ}35'NE$ e distância de 98m, até o Ponto 13; daí, a linha deflete mais uma vez à esquerda com um rumo de $62^{\circ}25'NW$ e distância de 376,70m, até o Ponto 14, localizado na borda direita da estrada carroçável que liga a Rondonópolis, do Ponto 14, a linha deflete à direita com um rumo de $42^{\circ}10'NE$ e distância de 642m, até o Ponto 15. Finalmente, o roteiro é encerrado do Ponto 15 ao Ponto 1, de origem com um rumo magnético de $75^{\circ}25'SW$ e distância de 59,30m, divisando dos Pontos 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 1 de origem com parte remanescente da Gleba Estância Alcina e Gleba «B».

ÁREA IV — com 1.200,0000ha (um mil e duzentos hectares): partindo do Ponto 1, na margem direita do Córrego Retiro, segue confrontando com a margem direita do referido córrego, com a distância de 2.800m, até o Ponto 2, na confluência do Córrego Retiro no Rio Vermelho, segue pela margem direita do referido rio à jusante, com a distância de 5.000m, até o Ponto 3, na margem direita do Rio Vermelho; daí, segue por uma linha seca, confrontando com terras de Oswaldo Moreira de Figueiredo, com o rumo de $23^{\circ}00'NW$ e distância de 2.750m, até o Ponto 4; daí, segue por uma linha seca, confrontando com terras de Oswaldo Moreira de Figueiredo, com o rumo de $66^{\circ}00'NE$ e distância de 4.350m, até o Ponto 1, inicial da descrição do perímetro.

Art. 2º Excluem-se ainda dos efeitos deste decreto: a) os sementes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.536, DE 29 DE JUNHO DE 1987

Regulamenta a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o disposto no artigo 19 da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O Ensino Profissional Marítimo tem por objetivo a habilitação e a qualificação profissional dos seguintes Grupos de Pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas:

- a) Marítimos;
- b) Fluviários;
- c) Pescadores;
- d) Regionais;
- e) Trabalhadores Avulsos da Orla Portuária;
- f) Mergulhadores; e
- g) Outros grupos profissionais não relacionados acima, para atendimento do mercado de trabalho marítimo, a critério da Diretoria de Portos e Costas.

Parágrafo único. O Ensino Profissional Marítimo abrangerá atividades culturais e de pesquisas no domínio da Tecnologia e das Ciências Náuticas, visando ao desenvolvimento da Marinha Mercante.

Art. 2º O Ensino Profissional Marítimo obedecerá a um processo, contínuo e progressivo, de formação, especialização, aperfeiçoamento e atualização, que se estenderá através de cursos e estágios, com vistas ao preparo técnico-profissional de pessoal para o exercício de cargos, funções e ocupações, na Marinha Mercante e atividades correlatas.

Parágrafo único. Atendidos os aspectos que lhe são peculiares, o Ensino Profissional Marítimo observará as diretrizes da legislação federal específica.

Art. 3º O processo de Ensino Profissional Marítimo poderá ser realizado de forma regular ou supletiva, em consonância com os princípios estabelecidos para a educação nacional, objetivando à habili-

tação e à qualificação profissional compatíveis com as necessidades da Marinha Mercante e atividades correlatas.

Art. 4º O processo de Ensino Profissional Marítimo é caracterizado basicamente por:

I — Educação — desenvolvimento integral e harmônico das faculdades intelectuais, morais e físicas do indivíduo, em todos os seus aspectos;

II — Instrução — disseminação de conhecimentos e informações e desenvolvimento de habilidades, indispensáveis à preparação para o exercício profissional; e

III — Pesquisa — investigação e estudo sistemático, com o fim de descobrir e estabelecer fatos ou princípios, visando ao desenvolvimento da Tecnologia e das Ciências Náuticas.

§ 1º O Órgão Central do Sistema do Ensino Profissional Marítimo — Diretoria de Portos e Costas — estimulará as empresas ligadas à Marinha Mercante a criarem, em sua estrutura organizacional, setor encarregado de proporcionar adestramento em continuação à instrução, visando a desenvolver, quer individualmente ou em conjunto, as habilidades necessárias ao exercício profissional.

§ 2º O Ensino Profissional Marítimo poderá proporcionar adestramento complementar ao ministrado pelas empresas.

CAPÍTULO II

Do Sistema de Ensino Profissional Marítimo

Art. 5º O Sistema de Ensino Profissional Marítimo abrangerá a Diretoria de Portos e Costas, como Órgão Central de Direção, Centros de Instrução, Escolas e Seções ou Setores de Ensino, estruturados na forma de Estabelecimentos ou Organizações Navais ou deles fazendo parte integrante, sob critérios que assegurem a utilização dos seus recursos humanos e materiais no processo de ensino.

Parágrafo único. Os Estabelecimentos ou Organizações Navais de Ensino Profissional Marítimo obedecerão às prescrições estabelecidas na Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, nesta regulamentação e documentos normativos decorrentes e, ainda, às disposições dos seus respectivos regulamentos.

Art. 6º O Sistema de Ensino Profissional Marítimo será mantido com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, de conformidade com a legislação vigente.

Art. 7º Os cursos do Ensino Profissional Marítimo, em suas diversas modalidades, serão, normalmente, ministrados em Estabeleci-

mentos ou Organizações Navais do Sistema de Ensino Profissional Marítimo.

Parágrafo único. Eventualmente, tal incumbência poderá caber a organizações estranhas à Marinha, específicas ou não de ensino, mas estruturadas de modo a possibilitar a realização dos cursos do Ensino Profissional Marítimo.

CAPÍTULO III

Dos Cursos e Currículos

Art. 8º O Ensino Profissional Marítimo abrangerá diferentes modalidades de cursos, com estrutura, regime e duração adequados ao objetivo educacional, ao nível de ensino e à execução do respectivo currículo.

Parágrafo único. Consideram-se, também, atividades do Ensino Profissional Marítimo os estágios realizados em organizações do Sistema do Ensino Profissional Marítimo ou estranhas a esse sistema, nacionais ou estrangeiras, a bordo ou em terra, que, por compreenderem o ensino sistemático de disciplinas ou deles fazerem parte, têm equivalência a cursos, conforme vier a ser estabelecido nos documentos normativos.

Art. 9º O Ensino Profissional Marítimo será constituído das seguintes modalidades de cursos destinados a:

I — Formação — preparar pessoal para o desempenho de cargos e o exercício de funções e ocupações peculiares às categorias iniciais do Pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas;

II — Aperfeiçoamento — ampliar os conhecimentos necessários ao desempenho dos cargos e ao exercício das funções e ocupações peculiares às categorias intermediárias ou superiores do pessoal da Marinha Mercante e atividades correlatas;

III — Adaptação — proporcionar conhecimentos ao portador de título profissional obtido em entidade estranha ao Sistema de Ensino Profissional Marítimo, visando a complementar sua formação para ingresso na profissão marítima;

IV — Readaptação — readaptar pessoal de uma para outra categoria profissional, no interesse da Marinha Mercante;

V — Atualização — proporcionar conhecimentos, visando a adequar o profissional às exigências do avanço tecnológico;

VI — Especial — preparar pessoal para atividades que exijam qualificações especiais não conferidas por cursos de outras modalidades;

VII — Expedito — complementar a habilitação técnico-profissional do pessoal conforme a necessidade do serviço; e

VIII — Curso Avançado — preparar pessoal para o exercício de cargos e funções na administração e gerência técnica de órgãos governamentais e empresas privadas vinculadas ao transporte marítimo.

Art. 10. As condições para a prestação de exames, matrícula, avaliação do aproveitamento, conclusão e obtenção da certificação relativa ao curso, serão disciplinadas nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino e por instruções normativas.

Art. 11. Na organização dos cursos deverão ser considerados, entre outros, os seguintes condicionantes:

- I — objetivo a ser alcançado;
- II — pré-requisitos exigidos dos alunos;
- III — desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
- IV — tipo de nível do ensino a ser ministrado;
- V — disciplinas e práticas educativas, obrigatórias, facultativas e optativas;
- VI — duração do curso, currículo e programas de ensino;
- VII — atividades complementares, nela incluídos os estágios de aplicação; e
- VIII — avaliação do rendimento da aprendizagem e do desempenho dos alunos nos estágios a que forem submetidos.

Art. 12. Os tipos de ensino atendidos pelas diferentes modalidades de cursos são:

I — Ensino Básico — destinado a assegurar a base humanística, filosófica e científica, necessária ao preparo profissional e ao desenvolvimento da cultura geral;

II — Ensino Profissional — destinado a proporcionar a habilitação e a qualificação necessárias ao exercício de funções técnicas e de atividades especializadas; e

III — Ensino Militar-Naval — destinado a promover a instrução militar necessária à capacitação para o exercício de funções gerais básicas de caráter militar, bem como desenvolver qualidades morais, cívicas e físicas necessárias à condição de reservista da Marinha do Brasil.

Art. 13. Quanto ao nível, o ensino proporcionado pelas diferentes modalidades de curso tem, de acordo com a legislação federal que fixa as Diretrizes e Bases de Educação Nacional, a seguinte classificação:

- I - Ensino de 1º Grau;
- II - Ensino de 2º Grau; e
- III - Ensino Superior.

Art. 14. Os cursos do Sistema de Ensino Profissional Marítimo com equivalência e equiparação a cursos civis, cuja conclusão, com aproveitamento conferem certificados e/ou diplomas com validade nacional, serão:

I - Nível Superior:

a) Cursos de Formação de Oficiais do 1º Grupo - Marítimos - conferem diplomas, com o grau e o título em Ciências Náuticas e com diferentes habilitações, equivalentes e equiparados, em nível, aos dos cursos de graduação civis;

b) Cursos de aperfeiçoamento para Oficiais do 1º Grupo - Marítimos - conferem diplomas de Aperfeiçoamento de nível superior, equivalentes e equiparados, em nível, aos dos cursos de especialização ou aperfeiçoamento, conforme regulamentado no Sistema de Ensino Civil;

c) Cursos Avançados - conferem diplomas de pós-graduação em Ciências Náuticas, equivalentes e equiparados, em nível, aos dos cursos de pós-graduação civis.

§ 1º Os cursos, quando realizados em estabelecimentos estranhos à Marinha, terão a equivalência e a equiparação reconhecidas pela entidade onde forem realizados, cabendo, entretanto, à Marinha, o direito de estabelecer a equivalência e a equiparação compatíveis, no âmbito naval, para fins exclusivos na Marinha Mercante e atividades correlatas.

§ 2º Os cursos e estágios do Sistema de Ensino Profissional Marítimo não especificados neste artigo que vierem a ser criados poderão ter a sua equivalência e equiparação a cursos civis estabelecidos pelo Diretor de Portos e Costas, em coordenação com o órgão competente do Ministério da Educação, obedecendo à legislação federal específica.

Art. 15. O currículo será o documento básico que definirá o curso e regulará o ensino.

Art. 16. Os currículos dos cursos do Ensino Profissional Marítimo serão aprovados pelo Diretor de Portos e Costas, ouvido o Conselho Consultivo do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

Art. 17. A Diretoria de Portos e Costas organizará, manterá e distribuirá aos Estabelecimentos ou Organizações que compõem o Sistema de Ensino Profissional Marítimo, o Catálogo de Sinopses e o Catálogo

de Sumários das Disciplinas dos Cursos de Ensino Profissional Marítimo.

Art. 18. Os currículos dos cursos do Ensino Profissional Marítimo obedecerão às regras e exigências das convenções e acordos internacionais dos quais o País seja signatário.

CAPÍTULO IV

Do Corpo Docente

Art. 19. O Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo será constituído dos professores e instrutores que exercem suas atividades nas diferentes modalidades de cursos e estágios ministrados em Estabelecimentos ou Organizações Navais do Sistema de Ensino Profissional Marítimo.

§ 1º As atividades de que trata este artigo realizam-se, basicamente, por meio do ensino de disciplinas do Ensino Básico e do Ensino Profissional.

§ 2º As atividades inerentes ao Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo compreendem, ainda, a pesquisa e a administração do ensino.

Art. 20. O pessoal do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo estará sujeito à legislação trabalhista, à Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, a este Regulamento, e aos regulamentos dos estabelecimentos navais onde desempenhar suas atividades.

Art. 21. Os Professores do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo serão dos seguintes níveis de ensino: Professores de Ensino Superior e Professores de Ensino de 1º e 2º graus.

I — Professores de Ensino Superior serão aqueles possuidores de qualificação científica reconhecida pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento, portadores de título de graduação, mestrado ou doutorado. Esses professores constituirão as Classes «A» e «B», sendo condição necessária para seleção à Classe «A», possuírem um mínimo de 5 anos de magistério, no CIAGA e/ou CIABA, e serem portadores de título de mestrado ou doutorado.

II — Professores de Ensino de 1º e 2º graus serão aqueles possuidores de habilitação específica obtida em curso superior de licenciatura plena.

Art. 22. Os instrutores do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo constituirão as Classes «A», «B», «C» ou «D».

I — Instrutores Classe «A» serão aqueles selecionados pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento, desde que portadores, no mínimo, de Certificação de Capitão-de-Longo-Curso, Capitão-de-Cabotagem,

Oficial Superior de Máquinas ou de Carta Patente de Oficial Superior ou Intermediário da Reserva da Marinha do Brasil, procedente da Escola Naval, ou no caso de outra origem, portador de diploma de nível superior com currículo que comprove o conhecimento da área das disciplinas a serem lecionadas.

II — Instrutores Classe «B» serão aqueles selecionados pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento, desde que portadores, no mínimo, de Certificação de Primeiro Oficial de Náutica, Primeiro Oficial de Máquinas, ou Primeiro Oficial de Radiocomunicações, ou de Certificação superior a essas, ou de Carta Patente de Oficial da Reserva da Marinha do Brasil, procedente da Escola Naval e possuidor de Curso de Aperfeiçoamento, ou no caso de outra origem, portador de diploma de nível superior com currículo que comprove o conhecimento da área das disciplinas a serem lecionadas.

III — Instrutores Classe «C» serão aqueles selecionados pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento entre os Oficiais da Marinha Mercante de qualquer categoria dos grupos marítimos e fluviários ou entre os Oficiais da Reserva da Marinha do Brasil, para os quais não serão exigidas as qualificações mencionadas nos incisos I e II.

IV — Instrutores Classe «D» serão aqueles selecionados pelo Conselho de Ensino do Estabelecimento entre os Graduados da Marinha Mercante, Praças da Reserva da Marinha do Brasil oriundas do Corpo de Praças da Armada e aprovadas em Curso de Aperfeiçoamento, pessoas com habilitação específica em Curso do 2º grau ou equivalente e pessoas de comprovada experiência profissional na área de ensino específico em que exercerá a instrutoria.

Art. 23. Para provimento do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo serão exigidas qualificações ligadas à área de ensino a que se relaciona o emprego a ser provido.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Regulamento, entende-se por área de ensino o conjunto de disciplinas afins, conforme definidas pelo Estabelecimento de Ensino.

Art. 24. O número de empregos no Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo será objeto de proposta da Diretoria de Portos e Costas para aprovação do Ministro da Marinha.

Art. 25. Os Estabelecimentos e Organizações Navais do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, após autorizados pelo Diretor de Portos e Costas, poderão contratar, para atividades de duração limitada, outros professores e instrutores, além de pessoas de reconhecido saber, para a realização de cursos, programas de pesquisas, ciclos de conferências, palestras, seminários e atividades correlatas.

Parágrafo único. A retribuição do professor ou instrutor de que trata este artigo será fixada em salário-hora, consideradas as qualifica-

ções exigidas do candidato e de acordo com o mercado de trabalho local.

Art. 26. As atividades inerentes ao Ensino Militar-Naval são complementares às do Corpo Docente.

§ 1º São também complementares às do Corpo Docente aquelas atividades do Ensino Profissional Marítimo especificadas em instruções baixadas pela Diretoria de Portos e Costas.

§ 2º As atividades complementares de que trata este artigo poderão ser exercidas por militares designados para a função de instrutor, de acordo com a regulamentação específica baixada pelo Ministro da Marinha.

Art. 27. Os professores e instrutores do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo têm o dever de contribuir para que a educação se desenvolva no sentido de formação integral da personalidade do aluno, de acordo com os propósitos estabelecidos para o Ensino Profissional Marítimo e obedecidas as modernas técnicas pedagógicas, competindo-lhes também:

I — o planejamento das atividades docentes e discentes e a preparação de aulas a seu cargo, segundo as normas do estabelecimento de ensino onde lecionar;

II — a participação na elaboração de material didático, inclusive de livros e textos escolares;

III — a orientação da aprendizagem dos alunos, tendo em vista a sua formação integral;

IV — a realização de estudos de atualização e de aperfeiçoamento;

V — a execução de outras tarefas concernentes à disciplina que lecionar, no interesse da Administração; e

VI — a participação em atividades extraclasse e em solenidades cívico-militares.

§ 1º Além das atribuições mencionadas neste artigo, competem aos professores do Sistema de Ensino Profissional Marítimo os seguintes deveres:

I — cumprir as normas e instruções técnico-pedagógicas estabelecidas para o Ensino Profissional Marítimo e o currículo do curso que lhe for atribuído;

II — colaborar, quando determinado pela direção do estabelecimento de ensino, na elaboração de provas para exames e concursos; e

III — dedicar, à orientação do estudo dirigido, parte do horário de seu regime de trabalho, quando determinado pela direção do estabelecimento de ensino.

§ 2º O professor somente poderá exercer, na administração do estabelecimento ou organização de ensino, cargo, função ou ocupação que se relacionar, diretamente, com as atividades de magistério.

Art. 28. O Corpo Docente do Sistema de Ensino Profissional Marítimo ficará sujeito, no estabelecimento de ensino onde lecionar, ao seguinte regime de trabalho:

I — 20 (vinte) horas semanais, em um turno diário completo, se vinculado unicamente às atividades de ensino;

II — 40 (quarenta) horas semanais, em dois turnos diários completos, se vinculado às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração escolar.

§ 1º As instruções reguladoras da carga horária mínima de aulas e as de acompanhamento e avaliação das atividades desempenhadas pelos professores serão baixadas pela Diretoria de Portos e Costas, observadas as peculiaridades de cada estabelecimento de ensino.

§ 2º As horas excedentes da carga horária de aulas previstas no currículo dos cursos serão complementadas, de acordo com o regime de trabalho, com atividades inerentes ao Corpo Docente, como determinado pelo estabelecimento de ensino. Tais atividades poderão ser exercidas fora do horário normal de expediente, a critério do Comandante ou Diretor do estabelecimento de ensino, observada a legislação pertinente.

Art. 29. O provimento dos empregos do Corpo Docente do Sistema de Ensino Profissional Marítimo far-se-á mediante processo seletivo realizado pelo estabelecimento de ensino interessado, à vista do currículo, de outros elementos comprobatórios de idoneidade e experiência profissional do candidato e do resultado da avaliação do curso, conforme normas baixadas pela Diretoria de Portos e Costas.

Art. 30. Ao pessoal do Corpo Docente do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, é vedado:

I — ensinar, a qualquer título, individual ou coletivamente, em caráter particular, mediante remuneração, a alunos do estabelecimento onde leciona;

II — ensinar em curso ou entidade semelhante que se dedique à preparação de alunos para o ingresso na Marinha Mercante, assim como em curso de recuperação no qual estejam matriculados alunos do estabelecimento de ensino onde leciona.

Art. 31. Os professores e instrutores do Ensino Profissional Marítimo privarão do círculo de Oficiais e Praças, respectivos, de acordo com as normas em vigor.

Art. 32. Os membros do Corpo Docente do Ensino Profissional Marítimo são obrigados ao uso de trajes ou uniformes adequados para

o desempenho de suas atribuições, sendo-lhes vedada qualquer excêntrica em relação aos costumes da localidade em que se encontram.

CAPÍTULO V

Do Quadro de Apoio de Ensino Profissional Marítimo

Art. 33. O número de empregos no Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será objeto de proposta da Diretoria de Portos e Costas, para aprovação do Ministro da Marinha.

Parágrafo único. O pessoal do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será regido pela Legislação trabalhista, pela Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, este regulamento e pelo regulamento do estabelecimento naval onde desempenhar suas atividades.

Art. 34. O Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será constituído de empregos distribuídos por níveis salariais.

Art. 35. Os empregos do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo serão distribuídos pelos seguintes Grupos Profissionais:

I — Consultor Técnico — para desempenho de atividade destinada à prestação de assessoria técnica de alto nível;

II — Técnico de Nível Superior — para desempenho de atividade técnico-profissional de nível superior destinada à execução de tarefas de apoio ao ensino, que exijam elevado grau de conhecimento e precisão;

III — Técnico de Nível Médio — para desempenho de atividade técnico-profissional de nível médio, destinada à execução de tarefas de apoio ao ensino;

IV — Artífice — para desempenho de atividade técnico-profissional de nível médio, de complexidade mediana, destinada à execução de tarefas de apoio ao ensino;

V — Auxiliar de Artífice — para desempenho de atividade destinada à execução de tarefas simples, de caráter rotineiro na ajuda ao artífice;

VI — Auxiliares Diversos — para desempenho de atividade destinada à execução de tarefas simples de caráter rotineiro, indispensáveis ao funcionamento de estabelecimentos e organizações de ensino.

Art. 36. A contratação de pessoal para o Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será precedida de processo seletivo, de acordo com normas baixadas pela Diretoria de Portos e Costas.

Parágrafo único. Para os empregos dos Grupos Profissionais de Consultor Técnico, Técnico de Nível Superior e Técnico de Nível Médio serão exigidos os respectivos títulos, diplomas e certificados, e/ou habilitação legal equivalente registrada no órgão regional de controle da profissão.

Art. 37. A remuneração dos empregados do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será fixada pelo Ministro da Marinha por proposta da Diretoria de Portos e Costas.

CAPÍTULO VI

Da Política, Direção e Administração do Ensino

Art. 38. O Ministro da Marinha estabelecerá a Política de Ensino Profissional Marítimo, baixando diretrizes à Diretoria de Portos e Costas.

Art. 39. A Diretoria de Portos e Costas exercerá as atribuições de Órgão Central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, nos termos da Estrutura Básica de Organização do Ministério da Marinha e do seu Regulamento.

Art. 40. Caberá à Diretoria de Portos e Costas, Órgão Central do Sistema de Ensino Profissional Marítimo, exercer, sem prejuízo da subordinação prevista na estrutura da Marinha, a orientação normativa, a supervisão funcional e a fiscalização específica dos estabelecimentos e organizações do Sistema, no que tange ao ensino.

Art. 41. No nível de execução, as atribuições específicas do ensino competem ao Comandante, Diretor, Chefe ou Encarregado do estabelecimento ou organização, onde são ministradas as diversas modalidades de cursos previstos nesta lei.

Art. 42. A Diretoria de Portos e Costas divulgará, anualmente, o Programa de Cursos e Estágios do Ensino Profissional Marítimo.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 43. O pessoal do Corpo Docente e do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo terá progressão e ascensão funcional reguladas por instruções baixadas pela Diretoria de Portos e Costas.

Art. 44. A contratação de profissionais para as atividades de ensino e de apoio, de duração limitada, será regulada por instruções baixadas pela Diretoria de Portos e Costas.

Art. 45. O pessoal do Corpo Docente e do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo será pago com os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

Art. 46. O Diretor de Portos e Costas poderá promover, de acordo com a legislação vigente, a contratação direta de pessoal, observados os limites de empregos autorizados pelo Ministro da Marinha.

Art. 47. O Pessoal do Corpo Docente e do Quadro de Apoio do Ensino Profissional Marítimo poderá fazer jus a gratificações especiais que vierem a ser estabelecidas em face de peculiaridades ou situações específicas pertinentes à consecução dos propósitos do Ensino Profissional Marítimo.

Parágrafo único. As gratificações de que trata este artigo serão estabelecidas por iniciativa da Diretoria de Portos e Costas.

Art. 48. Os litígios decorrentes das relações de trabalho dos empregados serão julgados e processados perante a Justiça Federal, devendo ser interposto recurso, se couber, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 49. O Ministro da Marinha baixará as instruções necessárias à aplicação deste Regulamento e à solução dos casos omissos.

Art. 50. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

APENSO

No «Apenso» dos volumes da «Coleção das Leis» figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e republicações publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

DECRETO Nº 94.122, DE 20 DE MARÇO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, áreas de terras situadas nos Municípios de Araxá e Tapira, ambos do Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, letra f, e art. 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.785, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Vale do Rio Doce, as áreas de terras de propriedade de particulares, necessárias à implantação do complexo industrial denominado «Projeto Titânio», a cargo da referida empresa, áreas essas situadas nos Municípios de Tapira e Araxá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º As áreas referidas no artigo anterior, com 1.382,95ha (um mil trezentos e oitenta e dois hectares e noventa e cinco ares) e 637,03ha (seiscentos e trinta e sete hectares e três ares), respectivamente, são representadas por duas poligonais, cujos vértices têm as coordenadas geográficas constantes dos Anexos I e II.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, a Companhia Vale do Rio Doce poderá, no processo judicial, alegar a urgência da desapropriação, promovendo a imissão provisória na posse e a efetivação da desapropriação, com seus próprios recursos, em seu próprio nome e com a assistência da União.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves

ANEXO I

POLIGONAL DA ÁREA DE ARAXÁ — MG

A área de Araxá, a que se refere o art. 2º do Decreto nº 94.122 de 20-3-87, compreendida por uma poligonal fechada tem as seguintes coordenadas:

Vértice	N	E	Distância (m)
1	7.834.950	310.210	1.618,209
2	7.834.000	308.900	1.900,000
3	7.834.000	307.000	1.400,000
4	7.835.460	307.000	1.244,590
5	7.836.350	307.870	1.297,112
6	7.836.910	309.040	2.282,652
1	7.834.950	310.210	

As coordenadas acima indicadas são referidas ao marco «Olinto» do IBGE, de coordenadas UTM: N=7.843.452,999 e E=297.092,828.

ANEXO II

POLIGONAL DA ÁREA DE TAPIRA — MG

A área de Tapira, a que se refere o art. 2º do Decreto nº 94.122 de 20-3-87, compreendida por uma poligonal fechada tem as seguintes coordenadas:

Vértice	N	E	Distância (m)
1	7.796.321,177	305.805,165	
2	7.796.321,177	301.695,165	4.110
3	7.800.411,177	301.695,165	4.090
4	7.800.411,177	304.915,165	3.220
5	7.800.531,177	304.915,165	120
6	7.800.531,177	305.215,165	300
7	7.800.291,177	305.215,165	240
8	7.800.291,177	305.155,165	60
9	7.799.681,177	305.155,165	610
10	7.799.681,177	305.005,165	150
11	7.799.231,177	305.005,165	450
12	7.799.231,177	304.905,165	100
13	7.797.021,177	304.905,165	2.210
14	7.797.021,177	305.355,165	450
15	7.796.571,177	305.355,165	450
16	7.796.571,177	305.805,165	450
1	7.796.321,177	305.805,165	250

As coordenadas acima indicadas são referidas ao «PA», do IBGE de coordenadas UTM; N=7.798.000,000 e E=308.653,000.

DECRETO Nº 94.159, DE 31 DE MARÇO DE 1987

Altera a denominação, a estrutura básica e a competência da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria de Planejamento da Presidência da República — Seplan/PR passa a denominar-se Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan/PR, mantidas as respectivas finalidades, estrutura organizacional básica e competência, com as alterações introduzidas por este decreto.

Art. 2º A Secretaria Especial de Ação Comunitária-Seac, criada pelo Decreto nº 91.500, de 30 de julho de 1985, e alterações posteriores, passa a vincular-se à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, mantidas a respectiva competência, a autonomia administrativa e financeira nos termos dos Decretos nºs 86.212, de 15 de julho de 1981, e nº 91.970, de 22 de novembro de 1985, e ainda:

I — o respectivo acervo, bem como os cargos, empregos ou funções, inclusive os cargos em comissão e as funções de confiança;

II — os saldos das respectivas dotações orçamentárias;

III — o Fundo Nacional de Ação Comunitária — Funac, instituído pelo Decreto nº 91.970, de 1985.

Art. 3º Ficam transferidos para o Ministério da Fazenda os seguintes órgãos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República:

I — Secretaria de Controle das Empresas Estatais — Sest, criada pelo Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, mantida a respectiva competência;

II — Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais — CISE, instituído pelo Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, mantida a respectiva competência;

III — Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais, instituída pelo Decreto nº 91.158, de 18 de março de 1985;

IV — Comissão de Reforma Tributária e Descentralização Administrativo-Financeira, instituída pelo Decreto nº 91.157, de 18 de março de 1985.

§ 1º A presidência do CISE caberá ao Ministro de Estado da Fazenda, que será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e, na ausência deste, pelo Ministro de Estado do Trabalho.

§ 2º É delegada competência ao Ministro de Estado da Fazenda para promover as reestruturações, que julgar necessárias, dos órgãos mencionados nos itens III e IV deste artigo.

§ 3º Em decorrência do disposto neste artigo, ficam transferidos para o Ministério da Fazenda:

- a) os cargos, empregos e funções pertencentes aos referidos órgãos, inclusive os cargos em comissão e as funções de confiança;
- b) o acervo dos mesmos órgãos, inclusive máquinas e equipamentos, documentos e processos, instalações e demais bens;
- c) os saldos das respectivas dotações orçamentárias.

§ 4º A transferência do acervo, a que se refere a alínea b do § 3º deste artigo, será precedida de levantamento por comissão especial, composta de servidores do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 4º São transferidas as seguintes competências de órgãos da Seplan/PR:

I — para a Secretaria do Tesouro Nacional — STN do Ministério da Fazenda, a de elaborar em cada exercício, para o conjunto de empresas estatais que estejam sob controle e fiscalização da Sest, proposta de fixação dos limites máximos para contratação e utilização de financiamentos internos e externos, de qualquer natureza, bem como a prevista, para a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios — Sarem, no art. 8º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, com a redação dada pelo art. 4º do Decreto nº 85.471, de 10 de dezembro de 1980;

II — para o Ministério da Fazenda, na forma disciplinada em Regimento Interno, a de fixar as estimativas de receita, inclusive as decorrentes de operações de crédito, para fins de elaboração, pela Seplan/PR, das propostas relativas ao Orçamento Geral da União e suas respectivas alterações;

III — para a Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, a de manter, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, entendimentos com instituições financeiras externas para a concessão de prioridades, para a elaboração dos planos de aplicação de recursos, bem como pa-

ra o acompanhamento da execução dos projetos de cooperação financeira com o País;

IV — para o Ministério das Relações Exteriores, a prevista para a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — Subin, relacionada com a promoção de negociações bilaterais e multilaterais, para efeito de colaboração externa com o País, no tocante a comércio e a cooperação técnico-científica;

V — para o Ministério das Minas e Energia, a de elaborar os planos de aplicação de recursos do Programa de Mobilização Energética — PME, bem como suas eventuais alterações.

Parágrafo único. Os entendimentos de que trata o item III deste artigo, quando realizados com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, deverão observar a orientação dos respectivos governadores, indicados pelo governo brasileiro.

Art. 5º Passam para o Ministro de Estado da Fazenda as atribuições conferidas ao Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República pelo art. 4º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 1.558, de 17 de junho de 1977, pelo art. 1º da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975, pelo art. 2º, item II, do Decreto-lei nº 1.960, de 23 de setembro de 1982, e pelos Decretos nºs 84.128, de 29 de outubro de 1979, e 85.471, de 10 de dezembro de 1980, bem como outras previstas na legislação especial que rege as matérias incluídas na competência da Sest.

Art. 6º A Companhia de Desenvolvimento de Barcarena — Codebar passa a vincular-se, sem alteração de sua natureza jurídica, finalidades e competências, ao Ministério do Interior.

Art. 7º Ficam extintos os seguintes órgãos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República:

I — A Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — Subin;

II — as Delegacias Regionais e os Escritórios de Representação.

§ 1º Caberá à Secretaria de Administração Pública da Presidência da República adotar as providências que se fizerem necessárias para a redistribuição dos servidores dos órgãos a que se refere este artigo, para outros órgãos ou entidades da Administração Federal Direta ou autárquica.

§ 2º O acervo dos órgãos extintos por este artigo deverá ser transferido pela Seplan/PR, para outros órgãos da Administração Fe-

deral, na forma da legislação pertinente, após levantamento realizado por comissão especial para esse fim constituída.

§ 3º As funções de confiança pertencentes aos órgãos extintos, em virtude deste artigo, serão suprimidas ou transformadas de acordo com o interesse da Administração.

Art. 8º É criada, na estrutura básica da Seplan/PR, a Assessoria para Assuntos Internacionais, com a finalidade de promover, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Fazenda, entendimentos com organismos internacionais, em matéria de competência da referida Secretaria.

Art. 9º No prazo de noventa dias, contado a partir da vigência deste decreto, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, o Ministério da Fazenda, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério das Minas e Energia e o Ministério do Interior deverão providenciar a alteração ou elaboração dos Regimentos Inter-nos das respectivas unidades, alcançadas pelas transferências de vinculações e competências estabelecidas por este decreto, observado o disposto no art. 3º do Decreto nº 91.998, de 28 de novembro de 1985.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Anibal Teixeira de Souza

Marco Maciel

Dilson Domingos Funaro

Almir Pazzianotto Pinto

Aureliano Chaves

Ronaldo Costa Couto

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.160, DE 31 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Esmeralda», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado nos Municípios de Pereira Barreto e Mirandópolis, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Esmeralda», com a área de 2.080,2200ha (dois mil, oitenta hectares e vinte e dois ares), situado nos Municípios de Pereira Barreto e Mirandópolis, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas UTM N=7.698.000,00m N e E=506.600,00m, referidas ao MC 51º, situado na curva de desapropriação da CESP cota 330 do Reservatório de Três Irmãos e no limite da Fazenda São Joaquim, segue pela referida curva de desapropriação 24.770m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda São Rafael, com azimute de 198º52' e distância de 352m, até o ponto 3, situado no limite da faixa de domínio da Estrada Municipal Pereira Barreto/Mirandópolis; deste, segue pelo limite da faixa de domínio da referida estrada, com azimute de 109º07' e distância de 150m, até o ponto 4; deste, atravessando a referida estrada, segue pelo limite da faixa de domínio da Estrada Municipal Bacuri/Lavínia, com azimute de 198º52' e distância de 1.000m, até o ponto 5; deste, atravessando a Estrada Municipal Bacuri/Lavínia e o limite entre os Municípios de Pereira Barreto e Mirandópolis, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda São Rafael com azimute de 146º33' e distância de 2.900m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, com a mesma confrontação, com azimute de 198º52' e distância de 1.010m, até o ponto 7, situado no Córrego da Moça; deste, segue pelo Córrego da Moça acima, com a distância de 800m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda São Lucas, com azimute de 326º20' e distância de 1.850m, até o ponto 9; situado no limite da faixa de domínio da Estrada Municipal Bacuri/Lavínia; deste, atravessando a referida estrada, segue por linha seca confrontando com a Fazenda São Lucas, com azimute de 309º38' e distância de 2.750m, até o ponto 10; deste, atravessando o limite entre os Municípios de Mirandópolis e Pereira Barreto e também a Estrada Municipal Pereira Barreto/Mirandópolis, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda São Joaquim, com azimute de 18º52' e distância de 8.378m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro. O perímetro descrito encerra uma área de 2.080,2200ha a ser desapropriada, já excluída a área de 4,88ha, correspondente a Estradas Municipais (fontes de referência: Carta do IGG-

SP, folha SF-22-D-III-3, escala 1:50.000, ano 1967 e fotografias aéreas da Terrafoto S.A., escala aproximada 1:20.000, Obra 344, ano 1967, fotos n.ºs 4016, 4018, 3934, 3936, 3938, 5382, 5384, 5372, 5374 e 4267).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO N.º 94.161, DE 31 DE MARÇO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Bento», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Mirante do Paranapanema, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda São Bento», com a área de 2.872.5000ha (dois mil, oitocentos e setenta e dois hectares e cinquenta ares), situado no Município de Mirante do Paranapanema, no Estado de São Paulo, e compreendido na

zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 2a, de coordenadas UTM N=7.514.200,00m e E=400.840,00m, referidas ao MC 51º, situado acerca de divisa da propriedade com a Fazenda Canaã; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras da Fazenda Canaã, com azimute de 303°54' e distância de 2.350m, até o ponto 3; deste, segue por uma cerca, com azimute de 214°14' e distância de 1.777,89m, até o ponto 4; deste, segue por uma cerca, com azimute de 303°54' e distância de 2.186,92m, até o ponto 5; deste, segue por uma cerca, com azimute de 188°50' e distância de 1.204,29m, até o ponto 6; deste, segue por uma cerca, confrontando ainda, com terras da Fazenda Canaã, até o limite da faixa de domínio da Fepasa e a seguir com a propriedade de Karraro, com azimute de 276°20' e distância de 1.811,08m, tendo atravessado a faixa de domínio da Fepasa, até o ponto 7; situado à margem esquerda do Ribeirão do Engano; deste, segue pela margem esquerda do Ribeirão do Engano acima, com a distância de 2.700m, até o ponto 8; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras da Fazenda Santa Rita, com azimute de 270°00' e distância de 480m, até o ponto 9; deste, segue por uma cerca, com azimute de 230°38' e distância de 1.151,09m, até o ponto 10; deste, segue por uma cerca, com azimute de 272°31' e distância de 455,44m, até o ponto 11; deste, segue pelo espigão, confrontando ainda com terras da Fazenda Santa Rita e terras da Fazenda São Luiz, com a distância de 4.500m, até o ponto 12; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras da Fazenda Haroldina, com azimute de 122°06' e distância de 2.201,62m, até o ponto 13; deste, segue pela mesma cerca, confrontando com terras da Fazenda Haroldina, com azimute de 123°41' e distância de 2.848,39m, tendo atravessado o Ribeirão do Engano e a faixa de domínio da Fepasa, até o ponto 14; deste, segue pelo limite da faixa de domínio da Fepasa, com a distância de 1.150m, até o ponto 15; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras da Fazenda Haroldina, com azimute de 123°21' e distância de 1.664,13m, até o ponto 16; deste, segue por uma cerca, com a mesma confrontação, com azimute de 33°58' e distância de 1.127,44m, até o ponto 17; situado no limite da faixa de domínio da Estrada Municipal Mirante do Paranapanema/Sandovalina; deste, segue pelo limite da faixa de domínio da referida estrada, com azimute de 122°57' e distância de 94,35m, até o ponto 18; deste, segue por uma cerca, atravessando a faixa de domínio da Estrada Municipal Mirante do Paranapanema/Sandovalina e confrontando com terras da Fazenda Haroldina, com azimute de 33°41' e distância de 1.874,37m, até o ponto 19; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras da Fazenda Haroldina, até o limite da faixa de domínio da Fepasa e após atravessá-la com a Fazenda Arco Iris, com azimute de 303°13' e distância de 1.195,42m, até o ponto 20; deste, segue por uma cerca, confron-

tando com terras da Fazenda Arco Iris, com azimute de 33°41' e distância de 1.442,22m, até o ponto 21; deste, segue por uma cerca, com a mesma confrontação, com azimute de 123°32' e distância de 2.510m, até o ponto 21a; deste, segue por linha seca, confrontando com a propriedade de Antônio Sandoval Neto e por uma cerca com o Sítio do Aribaldo, com azimute de 213°41' e distância de 3.319,64m, até o ponto 26; deste, segue por uma cerca, confrontando com terras do Sítio do Aribaldo, com azimute de 122°57' e distância de 920m, até o ponto 26a; deste, segue por linha seca, confrontando com a propriedade de Antônio Sandoval Neto, com azimute de 213°54' e distância de 2.287m, até o ponto 2a; início da descrição deste perímetro (fontes de referência: Cartas do IBGE, folhas SF.22-Y-B-I-4 e SF.22-Y-B-II-3, escala 1:50.000, ano 1975 e fotografias aéreas da Terrafoto, escala aproximada de 1:20.000 Obra 361, ano 1978, faixa 27, fotos n.ºs 0699 a 0709 faixa 26, fotos n.ºs 0668 a 0676, faixa 25, fotos n.ºs 0638 a 0646).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área global de 2.900,00ha (dois mil e novecentos hectares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 26,00ha (vinte e seis hectares), referente a faixa de domínio da Fepasa e a área de 1,50ha (um hectare e cinquenta ares), referente a faixa de domínio da Estrada Municipal Mirante do Paranapanema/Sandovalina.

Art.2º Excluem-se ainda dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dante de Oliveira

DECRETO Nº 94.162, DE 31 DE MARÇO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 3.600.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Os objetivos constantes da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, referentes à atividade indicada nos Anexos I e II deste decreto, permanecem inalterados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de março de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Dilson Domingos Funaro

Anibal Teixeira de Souza

RETIFICAÇÃO

I — DECRETO

DECRETO Nº 93.979, DE 27 DE JANEIRO DE 1987

Abre à Justiça Federal de 1ª Instância, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 1986, o crédito especial aberto pelo Decreto nº 93.890, de 30 de dezembro de 1986.

Retificação

— Republica-se o Anexo I por ter saído com incorreção.

DECRETO Nº 94.109, DE 18 DE MARÇO DE 1987

Altera a estrutura do Conselho Nacional do Comércio Exterior (Concex).

Retificação

— Na página 3943, 1ª coluna, no art. 2º *onde se lê:*
... Decreto nº 84.051, de 3 de outubro de 1969, ...

Leia-se:

... Decreto nº 84.051, de 3 de outubro de 1979, ...

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VOLUME IV

A

ACORDO — V. Atos Internacionais.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

— Contratação de pessoal. Dispõe. Decreto nº 94.313, de 6 de maio de 1987.

— Tesouro Nacional. Despesas de pessoal. Dispõe. Decreto nº 94.534, de 26 de junho de 1987.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — Contratos. Reajustamento. Dispõe. Decreto nº 94.233, de 15 de abril de 1987.

AERONAVE

— Despacho. Documento. Dispõe. Decreto nº 94.317, de 11 de maio de 1987.

— Despacho. Procedimento. Dispõe. Decreto nº 94.317, de 11 de maio de 1987.

ALCOOL ETÍLICO COMBUSTÍVEL — Derivados. Abastecimento. Dispõe. Decreto nº 94.179, de 3 de abril de 1987.

ALUGUEL — V. Congelamento de Preços.

ÁREA INDÍGENA (terras)

— São Paulo (SP). Área Indígena Rio Branco. Demarcação. Homologa. Decreto nº 94.224, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Área Indígena Rio Branco. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.224, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Indígenas. Demarcação. Declara. Decreto nº 94.223, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Indígenas. Demarcação. Homologa. Decreto nº 94.225, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Indígenas. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.223 e 94.225, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Índios Guarani. Demarcação. Homologa. Decretos nºs 94.221 e 94.222, de 14 de abril de 1987.

— São Paulo (SP). Índios Guarani. Ocupação. Declara. Decretos nºs 94.221, e 94.222, de 14 de abril de 1987.

— Ubatuba (SP). Índios Guarani. Demarcação. Homologa. Decreto nº 94.220, de 14 de abril de 1987.

— Ubatuba (SP). Índios Guarani. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.220, de 14 de abril de 1987.

ASSUNTOS ANTÁRTICOS — V. Atos Internacionais.

ATOS INTERNACIONAIS

— Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica. Brasil e Alemanha Democrática. Promulga. Decreto nº 94.513, de 24 de junho de 1987.

— Acordo Comercial nº 21. Quarto Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.398, de 1º de junho de 1987.

— Acordo Comercial nº 21. Sétimo Protocolo Adicional. Setor da indústria química. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.304, de 4 de maio de 1987.

— Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/80). Oitavo Protocolo Adicional. Brasil e Venezuela. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.305, de 4 de maio de 1987.

- Acordo de Alcance Parcial nº 10. Quinto Protocolo Adicional. Brasil e Colômbia. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.375, de 26 de maio de 1987.
- Acordo de Alcance Parcial nº 13. Quinto Protocolo Adicional. Brasil e Venezuela. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.374, de 26 de maio de 1987.
- Acordo de Alcance Parcial nº 34. Primeiro Protocolo Modificativo. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.372, de 26 de maio de 1987.
- Acordo de Alcance Regional nº 4. Protocolo Modificativo. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.377, de 26 de maio de 1987.
- Acordo de Alcance Regional nº 4. Protocolo Modificativo. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.397, de 1º de junho de 1987.
- Acordo de Complementação Econômica. Quarto Protocolo Adicional. Brasil e Uruguai. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.297, de 30 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 4-5-87 e republicado no D.O. de 22-5-87).
- Acordo nº 12 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/80). Quinto Protocolo Adicional. Brasil e Peru. Dispõe. Decreto nº 94.396, de 1º de junho de 1987.
- Acordo nº 12 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/80). Sexto Protocolo Adicional. Brasil e Peru. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.373, de 26 de maio de 1987.
- Acordo nº 13 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/80). Sétimo Protocolo Adicional. Brasil e Venezuela. Dispõe. Decreto nº 94.328, de 14 de maio de 1987.
- Acordo Regional nº 1 de Abertura de Mercados em favor da Bolívia. Terceiro Protocolo Adicional. Execução. Dispõe. Decreto nº 94.376, de 26 de maio de 1987.
- Assuntos Antárticos. Política Nacional. Aprova. Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987. (Publicado no D.O. de 4-6-87 e republicado no D.O. de 29-6-87).
- Embaixada do Brasil. Basseterre (São Cristóvão e Nevis). Cumulatividade. Dispõe. Decreto nº 94.369, de 25 de maio de 1987.
- Embaixada do Brasil. Kingstown (São Vicente e Granadinas). Cumulatividade.

Dispõe. Decreto nº 94.201, de 9 de abril de 1987.

AUTARQUIA FEDERAL — Contratação de pessoal. Dispõe. Decreto nº 94.313, de 6 de maio de 1987.

B

BANCO CENTRAL DO BRASIL — V. Instituição Financeira.

BANCO DO BRASIL — V. Capital Social.

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. — V. Instituição Financeira.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. — V. Instituição Financeira.

BANCO HOLANDÊS UNIDO S.A. — V. Instituição Financeira.

C

CADETES DO AR — V. Ministério da Aeronáutica.

CANADIAN PACIFIC AIR LINES LIMITED. Autorização. Concede. Decreto nº 94.298, de 30 de abril de 1987.

CAPITAL AUTORIZADO

— Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRAS). Aumento. Autoriza. Decreto nº 94.505, de 22 de junho de 1987.

— Petrobrás Internacional S.A. (BRASPETRO). Dispõe. Decreto nº 94.343, de 19 de maio de 1987.

Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRAS). Autoriza. Decreto nº 94.342, de 19 de maio de 1987.

CAPITAL SOCIAL

— Banco do Brasil. Autoriza. Decreto nº 94.274, de 24 de abril de 1987.

— Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS). Aumento. Autoriza. Decreto nº 94.384, de 28 de maio de 1987.

— Centrais Elétricas de Roraima S.A. (CER). Aumento. Autoriza. Decreto nº 94.509, de 23 de junho de 1987.

— Centrais Elétricas S.A. (FURNAS). Aumento. Autoriza. Decreto nº 94.421, de 10 de junho de 1987.

— Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Aumento. Dispõe. Decreto nº 94.275, de 24 de abril de 1987.

- Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. (COBRA). Autoriza. Decreto n° 94.277, de 24 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 27-4-87, sob o n° 94.272 e republicado no D.O. de 28-4-87).
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Decreto n° 94.163, de 1° de abril de 1987.
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Decreto n° 94.506, de 23 de junho de 1987.
- Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER). Redação. Altera. Decreto n° 94.308, de 5 de maio de 1987.
- Meridional e Companhia de Seguros Gerais. Decreto n° 94.390, de 29 de maio de 1987.
- Meridional Crédito Imobiliário S.A. Decreto n° 94.389, de 29 de maio de 1987.
- Meridional Leasing S.A. Arrendamento Mercantil. Decreto n° 94.341, de 19 de maio de 1987.
- Petrobrás Distribuidora S.A. (BR). Decreto n° 94.213, de 14 de abril de 1987.
- Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRAS). Decreto n° 94.341, de 19 de maio de 1987.
- Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS). Decreto n° 94.190, de 6 de abril de 1987.
- Vale do Rio Doce Navegação S.A. (DOCENAVE). Decreto n° 94.291, de 28 de abril de 1987.
- CARLOS FREDERICO WERNECK DE LACERDA — V. Condecoração Nacional.
- CARTEIRA DE COMERCIO EXTERIOR (CACEX) V. Importação.
- CASA DA MOEDA — Estatuto. Modifica. Decreto n° 94.450, de 16 de junho de 1987.
- CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA Programa Nacional. Coordenação. Dispõe. Decreto n° 94.326, de 13 de maio de 1987.
- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. (ELETROBRAS) — V. Capital Social.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DE RORAIMA S.A. — Energia hidráulica. Aproveitamento. Concessão. Outorga. Decreto n° 94.436, de 11 de junho de 1987.
- V. Capital Social.
- CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. (FURNAS) — V. Capital Social.
- CERIMÔNIA CIVICO-MILITAR União. Participação. Dispõe. Decreto n° 94.232, de 15 de abril de 1987.
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO TRANSPORTE AÉREO CIVIL (COTAC) — Disposições. Revoga. Decreto n° 94.307, de 5 de maio de 1987. (Publicado no D.O. de 6-5-87 e republicado no D.O. de 7-5-87).
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA (CCF) V. Ministério da Fazenda.
- COMISSÃO NACIONAL DE METEOROLOGIA (CONAME) — V. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (CNAALADI) — V. Ministério das Relações Exteriores.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE (CVRD) V. Capital Social.
- COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A. (COBRA) — V. Capital Social.
- CONDECORAÇÃO NACIONAL (Post mortem) — Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Reinclusão. Restabelece. Decreto n° 94.353, de 20 de maio de 1987.
- CONFISCO DE BENS — V. Osmar Dutra.
- CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — V. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM) — Governador. Deliberação de voto. Dispõe. Decreto n° 94.271, de 23 de abril de 1987.
- CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) Governador. Deliberação de voto. Dispõe. Decreto n° 94.272, de 23 de abril de 1987.
- CONSELHO INTERMINISTERIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS ESTATAIS (CISE) — V. Política Salarial.
- CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) — Composição. Dispõe. Decreto n° 94.303, de 1° de maio de 1987.
- V. Instituições Financeiras.

CONSELHO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR — Redação. Altera. Decreto nº 94.508, de 23 de junho de 1987.

CONSELHO NACIONAL DO COMÉRCIO EXTERIOR (CONCEX) — Estrutura. Altera. Decreto nº 94.195, de 7 de abril de 1987.

— Estrutura. Altera. Decreto nº 94.337, de 15 de maio de 1987.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO (CNP) — V. Alcool Etílico Combustível. — V. Petróleo.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM — V. Regulamento.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA — Nova. Selo Comemorativo. Promulgação. Emissão. Dispõe. Decreto nº 94.332, de 27 de maio de 1987.

CONTROLE DE EMBARQUE — Cartão. Modelo. Dispõe. Decreto nº 94.318, de 11 de maio de 1987.

CONTROLE DE DESEMBARQUE — Cartão. Modelo. Dispõe. Decreto nº 94.318, de 11 de maio de 1987.

COORDENADORIA PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE). Transferência. Dispõe. Decreto nº 94.431, de 11 de junho de 1987.

CORONEL RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA — V. Ministério do Exército.

CREDITO ESPECIAL

— Encargos Financeiros da União. Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda. Decreto nº 94.452, de 16 de junho de 1987.

— Encargos Gerais da União. Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento (PR). Decreto nº 94.405, de 5 de junho de 1987.

— Ministério da Educação

Secretaria-Geral. Decreto nº 94.268, de 23 de abril de 1987.

— Presidência da República. Secretaria de Administração Pública. Decreto nº 94.460, de 16 de junho de 1987.

— Subnexo Encargos Gerais da União. Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 94.427, de 10 de junho de 1987.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Encargos Gerais da União

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento (PR). Decretos nºs 94.253 e 94.261, de 23 de abril de 1987; 94.290, de 28 de abril de 1987; 94.330, 94.332 e 94.333, de 14 de maio de 1987; 94.862, de 22 de maio de 1987; 94.451, de 16 de junho de 1987; 94.518 e 94.515, de 24 de junho de 1987; 94.525, de 25 de junho de 1987.

— Justiça Federal de 1ª Instância. Decreto nº 94.335, de 14 de maio de 1987.

— Justiça do Trabalho. Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 94.521, de 24 de junho de 1987.

— Tribunal Regional do Trabalho — 3ª Região. Decreto nº 94.252, de 23 de abril de 1987.

— Ministério da Aeronáutica. Decreto nº 94.267, de 23 de abril de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 94.458, de 16 de junho de 1987.

— Ministério da Agricultura

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.483, de 17 de junho de 1987; 94.516, de 24 de junho de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 94.454, de 16 de junho de 1987; 94.519, de 24 de junho de 1987.

Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Decreto nº 94.520, de 24 de junho de 1987.

— Ministério da Ciência e Tecnologia

Centro Tecnológico para Informática. Comissão de Cartografia. Decreto nº 94.355, de 21 de maio de 1987.

Instituto de Pesquisas Espaciais. Comissão de Cartografia. Decreto nº 94.355, de 21 de maio de 1987.

Ministério da Cultura

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.475, de 17 de junho de 1987; 94.524, de 24 de junho de 1987.

Secretaria de Atividades Sócio-Culturais. Decreto nº 94.482, de 17 de junho de 1987.

Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas. Decreto nº 94.354, de 21 de maio de 1987.

- Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 94.480 e 94.481, de 17 de junho de 1987.
- Ministério da Educação
Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação. Decreto n.º 94.273, de 24 de abril de 1987.
Conselho Nacional de Desportos. Decreto n.º 94.264, de 23 de abril de 1987.
Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.478 e 94.479, de 17 de junho de 1987; 94.517, de 24 de junho de 1987.
Secretaria de Educação Superior. Decreto n.º 94.265, de 23 de abril de 1987.
Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.477, de 17 de junho de 1987.
Secretaria-Geral. Entidades supervisionadas. Decreto n.º 94.259, de 23 de abril de 1987.
- Ministério do Exército
Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.458, de 16 de junho de 1987; 94.475, de 17 de junho de 1987.
Secretaria de Economia e Finanças. Decretos n.ºs 94.266, de 23 de abril de 1987; 94.378, de 26 de maio de 1987; 94.476, de 17 de junho de 1987.
- Ministério da Fazenda
Escola de Administração Fazendária. Decreto n.º 94.334, de 14 de maio de 1987.
Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.262, de 23 de abril de 1987.
- Ministério da Indústria e do Comércio
Departamento Nacional de Registro do Comércio. Decreto n.º 94.270, de 23 de abril de 1987.
Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.469, de 17 de junho de 1987.
Empresa Brasileira de Turismo. Decreto n.º 94.359, de 22 de maio de 1987.
Instituto Brasileiro do Café. Decreto n.º 94.269, de 23 de abril de 1987.
Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 94.470, 94.471 e 94.473, de 17 de junho de 1987.
- Ministério do Interior
Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.469 e 94.483, de 17 de junho de 1987.
Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 94.302, de 30 de abril de 1987.
- Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 94.164, de 1.º de abril de 1987; 94.289, de 28 de abril de 1987; 94.456, de 16 de junho de 1987; 94.514, de 24 de junho de 1987.
- Ministério da Justiça
Departamento de Imprensa Nacional. Decreto n.º 94.357, de 21 de maio de 1987.
Departamento Nacional de Trânsito. Decreto n.º 94.315, de 7 de maio de 1987.
Gabinete do Ministro. Decreto n.º 94.468, de 17 de junho de 1987.
Ministério Público Federal.
Decreto n.º 94.468, de 17 de junho de 1987.
Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.315, de 7 de maio de 1987.
- Ministério da Marinha
Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.458, de 16 de junho de 1987; 94.475, de 17 de junho de 1987.
Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.522, de 24 de junho de 1987.
- Ministério das Minas e Energia
Conselho Nacional do Petróleo. Decreto n.º 94.467, de 17 de junho de 1987.
Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Decreto n.º 94.263, de 23 de abril de 1987.
- Ministério da Previdência e Assistência Social
Departamento de Passosal. Decreto n.º 94.461, de 17 de junho de 1987.
Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.466, de 17 de junho de 1987.
- Ministério das Relações Exteriores. Decretos n.ºs 94.360, de 22 de maio de 1987; 94.465, de 17 de junho de 1987.
- Ministério da Saúde
Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.255, de 23 de abril de 1987; 94.459, de 16 de junho de 1987; 94.516, de 24 de junho de 1987.
Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 94.258, de 23 de abril de 1987; 94.292 e 94.393, de 29 de maio de 1987; 94.457, de 16 de junho de 1987.
Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Decreto n.º 94.464, de 17 de junho de 1987.
Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Decretos n.ºs 94.258, de

23 de abril de 1987; 94.457, de 16 de junho de 1987; 94.463, de 17 de junho de 1987.

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Decretos n.ºs 94.257, de 23 de abril de 1987; 94.462, de 17 de junho de 1987.

— Ministério do Trabalho

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.255, de 23 de abril de 1987 e 94.475, de 17 de junho de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.256, de 23 de abril de 1987.

Serviço Especial de Bolsas de Estudo. Decreto n.º 94.461, de 17 de junho de 1987.

— Ministério dos Transportes

Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 94.361, de 22 de maio de 1987.

— Orçamento da União.

Diversos Órgãos. Decretos n.ºs 94.392, de 29 de maio de 1987; 94.428 e 94.429, de 10 de junho de 1987; 94.453, de 16 de junho de 1987; 94.484, de 17 de junho de 1987; 94.511, de 23 de junho de 1987.

— Presidência da República

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.262, de 23 de abril de 1987; 94.356, de 21 de maio de 1987; 94.459, de 16 de junho de 1987.

Gabinete. Decreto n.º 94.455, de 16 de junho de 1987.

Secretaria de Administração Pública. Decreto n.º 94.362, de 22 de maio de 1987.

Secretaria de Administração Pública — Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 94.254, de 23 de abril de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Decretos n.ºs 94.309, de 5 de maio de 1987; 94.340, de 19 de maio de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 94.361, de 22 de maio de 1987; 94.523, de 24 de junho de 1987.

Serviço Nacional de Informações. Decreto n.º 94.311, de 5 de maio de 1987.

— Supremo Tribunal Federal. Decreto n.º 94.310, de 5 de maio de 1987.

— Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. Governo do Distrito Federal. Recursos sob Supervisão da Se-

cretaria de Planejamento/PR. Decreto n.º 94.260, de 23 de abril de 1987.

— Tribunal Federal de Recursos. Decreto n.º 94.335, de 14 de maio de 1987.

CURSOS (funcionamento)

— Agronomia

Faculdade de Agronomia. Ituverava (SP). Decreto n.º 94.200, de 8 de abril de 1987.

— Ciências

Faculdade de Ciências Econômicas. Anápolis (GO). Decreto n.º 94.209, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Formosa (GO). Decreto n.º 94.381, de 27 de maio de 1987.

— Filosofia

Escola Superior de Estudos Sociais. Brusque (SC). Decreto n.º 94.363, de 22 de maio de 1987.

— Fonoaudiologia

Centro de Estudos Superiores do Carmo. Santos (SP). Decreto n.º 94.206, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Fonoaudiologia da União das Faculdades Francanas. Franca (SP). Decreto n.º 94.324, de 12 de maio de 1987.

— Geografia

Faculdade de Ciências Econômicas. Anápolis (GO). Decreto n.º 94.209, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Formosa (GO). Decreto n.º 94.381, de 27 de maio de 1987.

— História

Faculdade de Ciências Econômicas. Anápolis (GO). Decreto n.º 94.209, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Formosa (GO). Decreto n.º 94.381, de 27 de maio de 1987.

— Letras

Faculdade de Ciências Econômicas. Anápolis (GO). Decreto n.º 94.209, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Formosa (GO). Decreto n.º 94.381, de 27 de maio de 1987.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Congonhas (MG). Decreto n.º 94.380, de 27 de maio de 1987.

— **Medicina Veterinária**

Faculdade de Medicina Veterinária de Pinhal. Espírito Santo do Pinhal (SP). Decreto nº 94.210, de 10 de abril de 1987.

— **Pedagogia**

Centro de Ensino Superior. Barreiras (BA). Decreto nº 94.322, de 12 de maio de 1987.

Centro de Ensino Superior. Paulo Afonso (BA). Decreto nº 94.379, de 27 de maio de 1987.

Faculdade de Educação e Ciências Humanas. Anicuns (GO). Decreto nº 94.211, de 10 de abril de 1987.

— **Pedagogia**

Faculdade de Educação. Serrinha (BA). Decreto nº 94.323, de 12 de maio de 1987.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Congonhas (MG). Decreto nº 94.208, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Formação de Professores. Nazaré da Mata (PE). Decreto nº 94.204, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Formação de Professores. Petrolina (PE). Decreto nº 94.205, de 10 de abril de 1987.

Faculdade Integrada do Noroeste de Minas. Paracatu (MG). Decreto nº 94.426, de 10 de junho de 1987.

— **Tecnologia em Processamento de Dados**

Centro de Estudos Superiores do Carmo. Santos (SP). Decreto nº 94.207, de 10 de abril de 1987.

Faculdade de Ciências Econômicas. Anápolis (GO). Decreto nº 94.209, de 10 de abril de 1987.

Faculdades Integradas Colégio Moderno. Belém (PA). Decreto nº 94.425, de 10 de junho de 1987.

— **Zootecnia**

Escola Superior de Agronomia. Paraguaçu Paulista (SP). Decreto nº 94.321, de 12 de maio de 1987.

D

DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS — Liquidação. Leis. Regulamenta. Decreto nº 94.180, de 3 de abril de 1987.

DENGUE — V. Ministério da Saúde.

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel rural)

— Acará (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.279, de 27 de abril de 1987.

— Alenquer (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.172, de 2 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 3-4-87 e republicado no D.O. de 6-4-87).

— Alhandra (PB). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.218, de 14 de abril de 1987.

— Altos (PI). Interesse social. Declara. Decretos nºs 94.219, de 14 de abril de 1987 e 94.238, de 21 de abril de 1987.

— Aragarças (SP). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.217, de 14 de abril de 1987.

— Boa Viagem (CE). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.242, de 22 de abril de 1987.

— Boa Vista do Tupim (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.167, de 1º de abril de 1987.

— Caldeirão Grande (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.227, de 15 de abril de 1987.

— Casimiro de Abreu (RJ). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.294, de 30 de abril de 1987.

— Gravata (PE). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.283, de 28 de abril de 1987.

— Hidrolândia (CE). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.228, de 15 de abril de 1987.

— Itapemirim (ES). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.239, de 21 de abril de 1987.

— Itaquiraí (MS). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.281, de 27 de abril de 1987.

— Jacaraú (PB). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.285, de 28 de abril de 1987.

— Jacobina (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.171, de 2 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 3-4-87 e republicado no D.O. de 6-4-87).

— Mangueirinha (PR). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.296, de 29 de abril de 1987.

— Morro do Chapéu (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.171, de 2 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 3-4-87 e republicado no D.O. de 6-4-87).

- Nova Brasilândia (MT). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.168, de 1º de abril de 1987.
- Nova Brasilândia (MT). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.295, de 30 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 30-4-87 e republicado no D.O. de 4-5-87).
- Nova Russas (CE). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.228, de 15 de abril de 1987.
- Paragominas (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.178, de 3 de abril de 1987.
- Paranatinga (MT). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.295, de 30 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 30-4-87 e republicado no D.O. de 4-5-87).
- Pinheiro (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.198, de 7 de abril de 1987.
- Presidente Kennedy (ES). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.239, de 21 de abril de 1987.
- Rondonópolis (MT). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.535, de 26 de junho de 1987.
- Santa Luz (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.177, de 3 de abril de 1987.
- Santana do Itararé (PR). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.203, de 10 de abril de 1987.
- Santarém (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.169, de 1º de abril de 1987.
- São Luís (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.191, de 6 de abril de 1987.
- São Miguel do Oeste (SC). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.226, de 15 de abril de 1987.
- Sapopema (PR). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.284, de 28 de abril de 1987.
- Selviria (MS). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.282, de 27 de abril de 1987.
- Tacima (PB). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.280, de 27 de abril de 1987.
- Volta Redonda (RJ). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.214, de 14 de abril de 1987.
- Xique-Xique (BA). Interesse social. Declara. Decretos nºs 94.241, de 22 de abril de 1987 e 94.286, de 28 de abril de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel urbano)

- Porto Alegre (RS). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.251, de 22 de abril de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terra)

- Aratiba (RS). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.433, de 11 de junho de 1987.
- Bacabal (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.439, de 11 de junho de 1987.
- Colômbia (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.434, de 11 de junho de 1987.
- Distrito Federal. Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.268, de 28 de abril de 1987.
- Itá (SC). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.433, de 11 de junho de 1987.
- Itapeverica da Serra (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.499, de 19 de junho de 1987.
- Itapipoca (CE). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.237, de 21 de abril de 1987.
- Joselândia (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.437, de 11 de junho de 1987.
- Municípios do Estado de Goiás. Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.288, de 28 de abril de 1987.
- Municípios do Estado do Maranhão. Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.288, de 28 de abril de 1987.
- Municípios do Estado do Paraná. Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.435, de 11 de junho de 1987.
- Municípios do Estado de São Paulo. Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.435, de 11 de junho de 1987.
- Nova Iguaçu (RJ). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.371, de 25 de maio de 1987.
- Pedreiras (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.438, de 11 de junho de 1987.
- Presidente Dutra (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.437, de 11 de junho de 1987.
- Santo Antônio dos Lopes (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.437, de 11 de junho de 1987.

— São Bento (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.440, de 11 de junho de 1987.

— São Luís Gonzaga (MA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.438, de 11 de junho de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terreno)

— Guarulhos (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.395, de 1º de junho de 1987.

— Lima Campos (MA). Interesse social. Declara. Decreto nº 94.358, de 21 de maio de 1987.

— Rio de Janeiro (RJ). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.430, de 10 de junho de 1987.

— São Paulo (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.215, de 14 de abril de 1987.

— Sorocaba (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.216, de 14 de abril de 1987.

DIÁRIAS — V. Serviço Civil da União.

DÍVIDA EXTERNA — Negociação. Comissão de Assessoramento Presidencial. Institui. Decreto nº 94.192, de 6 de abril de 1987.

DÍVIDA PÚBLICA — V. Ministério da Fazenda.

E

ELETROSIDERURGICA BRASILEIRA S.A. (SIBRA) — Programa de Privatização. Inclui. Decreto nº 94.491, de 18 de junho de 1987.

EMBAIXADA — V. Atos Internacionais.

EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. (EMBRAER) — V. Capital Social.

EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS S.A. (NUCLEBRAS) — V. Capital Autorizado.

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO — V. Crédito Especial.

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO — V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LIMITADA (VALEC) — V. Estradas de Ferro.

ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO — V. Regulamento.

ESTADOS. DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS — V. Crédito Suplementar.

ESTRADA DE FERRO

— Engenharia e Construções Limitada (VALEC).

Construção. Concessão. Outorga. Decretos nºs 94.176, de 2 de abril de 1987 e 94.352, de 20 de maio de 1987.

Supervisão ministerial. Dispõe. Decreto nº 94.385, de 28 de maio de 1987.

— Rio, São Paulo, Campinas e Araraquara. Ligação ferroviária. Comissão. Institui. Decreto nº 94.316, de 8 de maio de 1987.

F

FORÇAS ARMADAS

— Tabela de Etapas dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais. Junho/1987. Aprova. Decreto nº 94.492, de 19 de junho de 1987.

— V. Militares inativos.

FUNÇÕES DE CONFIANÇA — V. Ministério da Aeronáutica.

FUNDAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO (FUNCEP) — Estatuto. Altera e consolida. Decreto nº 94.293, de 29 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 30-4-87 e republicado no D.O. de 26-5-87).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE — Estatuto. Aprova. Decreto nº 94.347, de 20 de maio de 1987.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL — V. Banco do Nordeste do Brasil S.A.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) — Redação. Altera. Decreto nº 94.194, de 7 de abril de 1987.

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL (FRN) — Regulamento. Aprova. Decreto nº 94.399, de 1º de junho de 1987.

G

GABINETE CIVIL — Presidência da República. Ministro-Chefe. Competência. Delega. Decreto nº 94.193, de 7 de abril de 1987.

GARIMPAGEM

- Grupo de Trabalho, Serra Pelada. Cria. Decreto nº 94.391, de 29 de maio de 1987.
- V. Extração de Minério.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - V. Crédito Suplementar.

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - Administração Federal Direta. Autarquias Federais. Redação. Altera. Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987.

I

IMÓVEL RURAL - V. Desapropriação.

IMÓVEL URBANO - V. Desapropriação.

IMPORTAÇÃO - Cobertura Cambial. Dispõe. Decreto nº 94.170, de 1º de abril de 1987.

IMPOSTO DE RENDA - Cálculo. Tabela. Altera. Decreto nº 94.404, de 4 de junho de 1987.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

- Banco Central do Brasil. Fundos e Programas de Crédito. Transfere. Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987.
- Banco do Estado de São Paulo S.A. Funcionamento. Caráter permanente. Permissão. Concede. Decreto nº 94.449, de 16 de junho de 1987.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fundo de Desenvolvimento Regional. Institui. Decreto nº 94.386, de 25 de maio de 1987.
- Banco Holandês Unido S.A. Instalação filial. Autoriza. Decreto nº 94.422, de 10 de junho de 1987.
- Nederlandsche Middenstandsbank NV. Funcionamento. Autoriza. Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987.
- The First National Bank of Boston. Instalação filial. Autoriza. Decreto nº 94.423, de 10 de junho de 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ (IBC)

- Tabela Permanente. Função de Confiança. Dispõe. Decreto nº 94.173, de 2 de abril de 1987.
- Quadro Permanente. Dispõe. Decreto nº 94.174, de 2 de abril de 1987.
- V. Quadro Permanente do Pessoal no Exterior.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL (IAA) - Escritório de Representação. Extinção. Dispõe. Decreto nº 94.407, de 8 de junho de 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

- Contratação de Técnicos. Autoriza. Decreto nº 94.235, de 15 de abril de 1987.
- Doação de imóvel. Autoriza. Decreto nº 94.212, de 13 de abril de 1987.
- Estrutura básica. Dispõe. Decreto nº 94.331, de 14 de maio de 1987.
- V. Terreno.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA (INPA) - Transfere. Decreto nº 94.236, de 15 de abril de 1987. (Publicado no D.O. de 21-4-87 e republicado nos D.O. de 29-4-87 e 19-5-87).

J

JUSTIÇA DO TRABALHO - V. Crédito Suplementar.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

M

MALARIA - V. Ministério da Saúde.

MEIOR ASSISTIDO - V. Ministério da Previdência e Assistência Social.

MERIDIONAL. COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - V. Capital Social.

MERIDIONAL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S.A. - V. Capital Social.

MERIDIONAL LEASING S.A. - V. Capital Social.

MILITAR INCAPACITADO - V. Ministério da Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Curso Preparatório de Cadetes do Ar. Estandarte. Revoga. Decreto nº 94.346, de 20 de maio de 1987.

- Funções de Confiança. Criação. Dispõe. Decreto nº 94.350, de 20 de maio de 1987.
- Militar incapacitado. Atividades aéreas. Dispositivos. Regulamenta. Decreto nº 94.507, de 23 de junho de 1987.

— Organização do Serviço de Saúde da Aeronáutica. Data festiva. Revoga. Decreto nº 94.346, de 20 de maio de 1987.

— V. Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil (COTAC); Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

— Comissão Nacional de Meteorologia (CONAME). Técnico profissional. Dispositivo. Altera. Decreto nº 94.306, de 4 de maio de 1987.

— Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT). Criação. Altera. Decreto nº 94.448, de 16 de junho de 1987.

— Quadro e Tabela Permanente. Cargo e emprego. Criação. Dispõe. Decreto nº 94.278, de 27 de abril de 1987.

— Quadro e Tabela Permanente. DAJ. DAS. Alteração. Dispõe. Decreto nº 94.441, de 11 de junho de 1987. (Publicado no D.O. de 12-6-87 e republicado no D.O. de 16-6-87).

— V. Crédito Suplementar; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

MINISTÉRIO DA CULTURA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

— Nomeação de autoridade. Competência. Delega. Decreto nº 94.410, de 19 de junho de 1987.

— Tabela Permanente. Funções. Cria e transforma. Decreto nº 94.165, de 1º de abril de 1987.

— Quadro Permanente. Funções. Cria e transforma. Decreto nº 94.166, de 1º de abril de 1987.

— V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO

— Brasão de Armas. Cria. Decreto nº 94.336, de 15 de maio de 1987.

— Estandarte do Exército. Cria. Decreto nº 94.336, de 15 de maio de 1987.

— Quadro de Engenheiros Militares. Patro-
no. Institui. Decreto nº 94.445, de 12 de
junho de 1987.

— Tabela Permanente. Empregos. Cria.
Decreto nº 94.349, de 20 de maio de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Comissão de Coordenação Financeira (CCF). Institui. Decreto nº 94.446, de 12 de junho de 1987.

— Coordenadoria de Assuntos Internacionais. Transforma. Decreto nº 94.320, de 11 de maio de 1987.

— Função de Assessoramento Superior (FAS). Cria. Decreto nº 94.510, de 23 de junho de 1987.

— Prêmios mediante sorteio. Concurso. Distribuição gratuita. Dispositivo. Altera. Decreto nº 94.383, de 28 de maio de 1987.

— V. Banco Central do Brasil; Crédito Suplementar; Título da Dívida Pública Mobiliária Federal.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO INTERIOR — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— Estrutura Básica da Organização. Dispositivos. Altera. Decreto nº 94.494, de 19 de junho de 1987.

— Quadro Permanente. Função de Confiança. Dispõe. Decreto nº 94.343, de 20 de maio de 1987.

— Tabela Permanente. Função de Confiança. Cria. Decreto nº 94.386, de 29 de maio de 1987. (Publicado no D.O. de 1º-6-87 e republicado no D.O. de 2-6-87 sob o número 94.394).

— Tabela Permanente. Função de Confiança. Cria. Decreto nº 94.394, de 29 de maio de 1987.

— V. Crédito Suplementar; Regulamento Disciplinar.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

— Benefícios da Previdência Social. Limite de idade. Dispositivo. Altera. Decreto nº 94.512, de 24 de junho de 1987.

— Menor Assistido. Trabalho. Dispõe. Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987.

— Programa do Bom Menino. Regulamenta. Decreto n° 94.338, de 18 de maio de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração. Composição. Altera. Decreto n° 94.493, de 19 de junho de 1987.

— Estrutura básica. Dispõe. Decreto n° 94.327, de 13 de maio de 1987.

— Função de Confiança. Reclassificação e transformação. Dispõe. Decreto n° 94.370, de 25 de maio de 1987. (Publicado no D.O. de 6-5-87 e republicado no D.O. de 1°-6-87).

V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Campanha Nacional de Combate à Malária. Dispõe. Decreto n° 94.196, de 7 de abril de 1987.

— Campanha Nacional de Combate ao Aedes Aegypti. Dispõe. Decreto n° 94.197, de 7 de abril de 1987.

— Organização. Dispõe. Decreto n° 94.234, de 15 de abril de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

— Tabela Permanente. Função de Confiança. Transformação. Dispõe. Decreto n° 94.199, de 8 de abril de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — V. Crédito Suplementar; Estrada de Ferro.

MONUMENTO DO FOGO SIMBOLICO DA PÁTRIA — V. Cerimônia Cívico-Militar.

N

NAVIO «PROFESSOR W. BESNARD» — V. Pesquisa Científica.

NAVIO «RESEARCHER» — V. Pesquisa Científica.

NAVIO «ROBERT D. CONRAD» — V. Pesquisa Científica.

O

ORÇAMENTO DA UNIÃO

— Proposta Orçamentária de 1988. Procedimentos. Estabelece. Decreto n° 94.442, de 12 de junho de 1987.

-- V. Crédito Suplementar.

OSMAR DUTRA — Confisco. Incorporação de bens à União. Insustentabilidade. Revoga. Decreto n° 94.366, de 25 de maio de 1987.

P

PANTEÃO DA PÁTRIA TANCREDO NEVES — V. Cerimônia Cívico-Militar.

PESQUISA CIENTÍFICA

— Navio Professor W. Besnard. Brasileiro. Autorização. Concede. Decreto n° 94.365, de 25 de maio de 1987.

— Navio «Researcher». Americano. Autorização. Concede. Decreto n° 94.497, de 19 de junho de 1987.

— Navio «Robert D. Conrad». Americano. Autorização. Concede. Decreto n° 94.400, de 3 de junho de 1987.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. (BR) — V. Capital Social.

PETROBRAS INTERNACIONAL S.A. (BRASPETRO) — V. Capital Autorizado.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRAS). Estatuto. Alterações. Aprova. Decreto n° 94.325, de 12 de maio de 1987.

PETRÓLEO — Derivados. Abastecimento. Dispõe. Decreto n° 94.179, de 3 de abril de 1987.

PLATAFORMA CONTINENTAL

— Gás. Valor. Fixa. Decreto n° 94.240, de 21 de abril de 1987.

— Indenizações devidas. Rateio. Dispõe. Decreto n° 94.240, de 21 de abril de 1987.

— Oleo. Valor. Fixa. Decreto n° 94.240, de 21 de abril de 1987.

POLÍTICA SALARIAL — Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais (CISE). Benefícios. Vantagens. Dispositivo. Altera. Decreto n° 94.339, de 19 de maio de 1987.

PREÇOS MÍNIMOS

— Aveia. Financiamento e aquisição. Fixa. Decreto n° 94.498, de 19 de junho de 1987.

— Centeio. Financiamento e aquisição. Fixa. Decreto n° 94.498, de 19 de junho de 1987.

— Cevada. Financiamento e aquisição. Fixa. Decreto n° 94.498, de 19 de junho de 1987.

- Produtos Agrícolas. Aquisição. Safra 1986/1987. Fixa. Decreto nº 94.329, de 14 de maio de 1987.
- Produtos Agrícolas. Safra 1986/1987. Financiamento. Fixa. Decreto nº 94.329, de 14 de maio de 1987.
- Semente de cevada cervejeira. Financiamento e aquisição. Fixa. Decreto nº 94.498, de 19 de junho de 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — V. Crédito Suplementar.

PREVIDÊNCIA SOCIAL — V. Ministério da Previdência e Assistência Social; Regulamento.

PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — Imposto. Alíquota. Altera. Decreto nº 94.351, de 20 de maio de 1987.

PROGRAMA DO BOM MENINO — V. Ministério da Previdência e Assistência Social.

PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO (PRONI) — Duração. Altera. Decreto nº 94.314, de 7 de maio de 1987.

PROGRAMA RUAS EM PAZ — Implementação. Fixa. Decreto nº 94.287, de 28 de abril de 1987.

Q

QUADRO PERMANENTE DO PESSOAL NO EXTERIOR — Instituto Brasileiro do Café (IBC). Redação. Altera. Decreto nº 94.175, de 2 de abril de 1987.

R

RADIODIFUSÃO

- Difusora Rádio Cajazeiras Ltda. Cajazeiras (PB). Concessão. Renova. Decreto nº 94.533, de 26 de junho de 1987.
- Fundação Cultural Celinauta (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 94.189, de 6 de abril de 1987.
- Fundação Cultural e Educacional Santo Afonso — Rádio Educadora. Coronel Fabriciano (MG). Concessão. Renova. Decreto nº 94.417, de 10 de junho de 1987.
- Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.414, de 10 de junho de 1987.
- Fundação Cultural Riograndense-Rádio Fátima. Vacaria (RS). Concessão. Renova.

va. Decreto nº 94.188, de 6 de abril de 1987.

- Fundação Paz na Terra. Natal (RN). Concessão. Renova. Decreto nº 94.415, de 10 de junho de 1987.
- Rádio Aliança Ltda. João Pessoa (PB). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.408, de 9 de junho de 1987.
- Rádio Alvorada do Sul Ltda. Rebouças (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 94.529, de 26 de junho de 1987.
- Rádio Cabiuna Ltda. Bandeirantes (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 94.183, de 6 de abril de 1987.
- Rádio Carioca Ltda. Feira de Santana (BA). Concessão. Renova. Decreto nº 94.532, de 26 de junho de 1987.
- Rádio Cidade de Sumé Ltda. (PB). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.530, de 26 de junho de 1987.
- Rádio Cristã Educativa Ltda. Pires do Rio (GO). Transferência direta. Concessão. Autoriza. Decreto nº 94.246, de 22 de abril de 1987.
- Radiodifusão Luzes da Ribalta Ltda. Santa Bárbara D'Oeste (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.319, de 11 de maio de 1987.
- Rádio Difusora de Nortelândia Ltda. (MT). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.412, de 10 de junho de 1987.
- Rádio Difusora do Brasil Ltda. Presidente Prudente (SP). Transferência direta. Concessão. Autoriza. Decreto nº 94.487, de 17 de junho de 1987.
- Rádio Educadora de Uberlândia Ltda. (MG). Concessão. Renova. Decreto nº 94.299, de 30 de abril de 1987.
- Rádio Educadora Rural de Jacarezinho Ltda. (PR). Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.245, de 22 de abril de 1987.
- Rádio Emissora Aruanã Ltda. (MT). Concessão. Renova. Decreto nº 94.301, de 30 de abril de 1987.
- Rádio Jacarezinho S.A. (PR). Concessão. Declara. Decreto nº 94.244, de 22 de abril de 1987.
- Rádio Liberal de Morada Nova Ltda. (CE). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.249, de 22 de abril de 1987.
- Rádio Mineira do Sul Ltda. (MG). Concessão. Renova. Decreto nº 94.184, de 6 de abril de 1987.

- Rádio Najuá de Irati Ltda. (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 94.300, de 30 de abril de 1987.
 - Rádio Pereira Barreto Ltda. Pereira Barreto (SP). Concessão. Renova. Decreto nº 94.488, de 17 de junho de 1987.
Rádio Potiguara de Mamanguape Ltda. Mamanguape (PB). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.411, de 10 de junho de 1987.
 - Rádio Princesa do Jacuy Ltda. (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.186, de 6 de abril de 1987.
 - Rádio Rainha das Quedas Ltda. Abelardo Luz (SC). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.489, de 17 de junho de 1987.
 - Rádio Relógio Federal Ltda. Rio de Janeiro (RJ). Concessão. Renova. Decreto nº 94.185, de 6 de abril de 1987.
 - Rádio Rio Balsas Ltda. Balsas (MA). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.501, de 19 de junho de 1987. (Publicado no D.O. de 22-6-87 e republicado no D.O. de 29-6-87).
 - Rádio São Bento Ltda. São Bento do Sul (SC). Concessão. Renova. Decreto nº 94.525, de 26 de junho de 1987.
 - Rádio Sepé Tiaraju Ltda. (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.243, de 22 de abril de 1987.
 - Rádio Serra Azul Ltda. (GO). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.247, de 22 de abril de 1987.
 - Rádio Sociedade da Bahia S.A. Salvador (BA). Concessão. Revoga. Decreto nº 94.413, de 10 de junho de 1987.
 - Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda. Uberaba (MG). Concessão. Declara. Decreto nº 94.420, de 10 de junho de 1987.
 - Rádio Tamandaré S.A. (PE). Concessão. Renova. Decreto nº 94.181, de 6 de abril de 1987.
 - Rádio Tapuio Ltda. (PI). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.248, de 22 de abril de 1987.
 - Rádio Televisão Sergipe S.A. Aracaju (SE). Concessão. Renova. Decreto nº 94.418, de 10 de junho de 1987.
 - Rádio Universitária Metropolitana Ltda. Rio Branco (AC). Concessão. Renova. Decreto nº 94.187, de 6 de abril de 1987.
 - Rede Popular de Comunicações Ltda. Porto Alegre (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.182, de 6 de abril de 1987.
 - Rede Riograndense de Emissoras Ltda. Esteio (RS). Transferência direta de concessão. Autoriza. Decreto nº 94.528, de 26 de junho de 1987.
 - Rede Riograndense de Emissoras Ltda. Porto Alegre (RS). Transferência direta de concessão. Autoriza. Decretos nºs 94.485 e 94.486, de 17 de junho de 1987.
 - Sistema Timon de Radiodifusão Ltda. Timon (MA). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.502, de 19 de junho de 1987.
 - Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda. Porto Velho (RO). Concessão. Renova. Decreto nº 94.419, de 10 de junho de 1987.
 - Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda. São Gabriel do Oeste (MS). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.531, de 26 de junho de 1987.
 - Sociedade Rádio Dourados Ltda. Dourados (MS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.416, de 10 de junho de 1987.
 - Sociedade Rádio Ponta Porã Ltda. Ponta Porã (MS). Concessão. Renova. Decreto nº 94.490, de 17 de junho de 1987.
 - Televisão Joaçaba Ltda. (SC). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.312, de 6 de maio de 1987.
 - TV O Estado — Florianópolis Ltda. (SC). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.409, de 9 de junho de 1987.
 - Z Publicidade do Amapá Ltda. Macapá (AP). Concessão. Renova. Decreto nº 94.527, de 26 de junho de 1987.
- REGIÕES NORTE E NORTESTE — V. Preços Mínimos.
- REGIÕES SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE — V. Preços Mínimos.
- REGULAMENTO
- Benefícios da Previdência Social. Limite de idade. Dispositivo. Altera. Decreto nº 94.512, de 24 de junho de 1987.
 - Comando Naval de Brasília. Revoga. Decreto nº 94.496, de 19 de junho de 1987.
 - Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE-R-68). Alteração. Dispõe. Decreto nº 94.503, de 22 de junho de 1987.

- Distritos navais. Revoga. Decreto nº 94.495, de 19 de junho de 1987.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Política Nacional de Informática. Pessoa jurídica. Redação. Altera. Decreto nº 94.424, de 10 de junho de 1987.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNA). Redação. Altera. Decreto nº 94.403, de 4 de junho de 1987.
- Indenização de Transporte. Concessão. Altera. Decreto nº 94.500, de 19 de junho de 1987.
- Previdência Social. Programa do Bom Menino. Menor assistido. Trabalho. Dispõe. Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987.

REGULAMENTO DISCIPLINAR

- Exército (R-4). Relação de Transgressão. Altera. Decreto nº 94.504, de 22 de junho de 1987.
- Marinha. Dispositivos. Altera. Decreto nº 94.387, de 29 de maio de 1987.

REGULAMENTO PROFISSIONAL

- Conselho Regional de Enfermagem. Regulamentação. Dispõe. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987.
- Ensino Profissional Marítimo. Regulamentação. Dispõe. Decreto nº 94.536, de 29 de junho de 1987.
- Radialista. Altera. Decreto nº 94.447, de 16 de junho de 1987. (Publicado no D.O. de 17-6-87 e republicado no D.O. de 18-6-87).

S

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA (SEDAP) - Servidores. Indenização. Gratificação. Dispõe. Decreto nº 94.432, de 11 de junho de 1987.

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - V. Coordenadoria de Assuntos Internacionais.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

- Servidores transferidos. Vantagens. Altera. Decreto nº 94.367, de 25 de maio de 1987.
- V. Coordenadoria para integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

SEGURANÇA DE VOO - V. Ministério da Aeronáutica.

SERRA PELADA - V. Garimpagem.

SERVIÇO CIVIL DA UNIÃO - Valor Básico de Diárias (VBD). Dispõe. Decreto nº 94.344, de 19 de maio de 1987. (Publicado no D.O. de 20-5-87 e republicado no D.O. de 22-5-87).

SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA - V. Ministério da Aeronáutica.

SERVIÇO INTERNACIONAL - V. Aeronave.

SIDERURGIA BRASILEIRA S.A. (SIDERBRAS) - V. Capital Autorizado; Capital Social.

SISTEMA NACIONAL DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO (SINAC) - V. Banco do Estado de São Paulo S.A.

SUBANEXO ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO - V. Crédito Especial.

SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA DE DISTRIBUIÇÃO HELIÓPOLIS - V. Desapropriação.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - V. Crédito Suplementar.

T

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRAS) - V. Capital Social.

TERRA - V. Desapropriação.

TERRENO

- Mafra (SC). Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.276, de 24 de abril de 1987.

- V. Desapropriação.

THE FIRST NATIONAL BANK OF BOSTON - V. Instituição Financeira.

TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL - Ministério da Fazenda. Competência. Atribui. Decreto nº 94.443, de 12 de junho de 1987.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS - V. Crédito Suplementar.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS - V. Crédito Suplementar.

U

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - Sistema multi-

campi. Funcionamento. Autoriza. Decreto nº 94.250, de 22 de abril de 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- Tabela Permanente. Função de Confiança. Criação. Dispõe. Decreto nº 94.388, de 29 de maio de 1987.
- Tabela Permanente. Função de Confiança. Revoga. Decreto nº 94.402, de 4 de junho de 1987.

UTILIDADE PÚBLICA

- Ação Comunitária Frederico Ozanan da Sociedade de São Vicente de Paula. Curitiba (PR). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Ação Social Camiliana. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Asilo de São Vicente de Paula. Monte Alto (SP). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Associação Aquidauanense de Assistência Hospitalar. Aquidauana (MS). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação Beneficente São João Batista. Curitiba (PR). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC). Florianópolis (SC). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação Cristã de Clubes das Mães de São Paulo e Ensino Especializado ao Excepcional. São Paulo (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Ensino de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga. Astorga (PR). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bebedouro. Bebedouro (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçapava (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Camaquã (RS). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garça. Garça (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Igarapé do Tietê (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laguna (SC). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Loanda. Loanda (PR). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morro Agudo. Morro Agudo (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Olímpia. Olímpia (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pérola. Pérola (PR). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Sete Lagoas. Sete Lagoas (MG). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Taquara. Taquara (RS). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo. Toledo (PR). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Torrinha. Torrinha (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação Educacional e Assistencial Martin Luther (ASSEAMAL). Marechal Cândido Rondon (PR). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação Evangélica Beneficente de Mondai. Mondai (SC). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Associação Hospital de Cotia. Cotia (SP). Decreto nº 94.230, de 15 de abril de 1987.
- Augusta e Respeitável Loja Simbólica Tempários de Brasília nº 21. Brasília (DF). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Casa da Criança de Lins. Lins (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Centro Educacional e Social Evangélico. Raimundo das Mangabeiras (MA). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.

- Fraternidade Cristã Espírita. Porto Alegre (RS). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Assistencial João Silva. Nova Resende (MG). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Avibras. São José dos Campos (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense (FUNPLOC). Canoinhas (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense. Lages (SC). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação Educacional Coêlho Neto. Caxias (MA). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Educacional Evangélica. Brusque (SC). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação Educacional para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino (FUNDAE). Santa Maria (RS). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel. Bandeirantes (PR). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Hospitalar de Blumenau. Blumenau (SC). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de São Lourenço D'Oeste. São Lourenço D'Oeste (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Médico Assistencial de Cunha Porã. Cunha Porã (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Caxambu do Sul. Caxambu do Sul (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Mirim de Araçatuba. Araçatuba (SP). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Rômulo Maiorana. Belém (PA). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Fundação Santa Maria para o Desenvolvimento da Medicina e da Cirurgia. Teresina (PI). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação Santo André. Santo André (SP). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Fundação São Francisco Xavier. Ipatinga (MG). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Grupo de Integração Religiosa e Ação Social. Porto Alegre (RS). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Hospital Beneficente São José de Caibi. Caibi (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Hospital Cruzeiro. Rio do Sul (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Hospital de Caridade de Mata. Mata (RS). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Hospital de Caridade e Maternidade Jonas Ramos. Caçador (SC). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais (PR). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Hospital e Maternidade São Pedro. São Pedro da União (MG). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Hospital Nossa Senhora da Paz. Água Doce (SC). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Hospital Regional de Formosa. Formosa (GO). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Hospital Santo Antônio. Santo Antônio das Missões (RS). Decreto nº 94.229, de 15 de abril de 1987.
- Instituto das Missionárias de Santo Antônio. Niterói (RJ). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Instituto de Assistência e Educação São João «Aliança». Itapiranga (SC). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico). Fortaleza (CE). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Instituto Helena Antipoff. Divinópolis (MG). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Instituto Pio XII. Quatro Barras (PR). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Instituto Sul Brasileiro da Família (ISBRAFI). Porto Alegre (RS). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.

- Irmandade de São João de Deus. Santa Luzia (MG). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Junta de Assistência Social da Convenção Batista Carioca. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Monte Tabor Centro Italo-Brasileiro de Promoção Sanitária. Salvador (BA). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Núcleo Espirita «Amantes da Pobreza». Marília (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Rosário. São Paulo (SP). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Brasileira de Ensino e Pesquisa dos Diabetes Juvenil. São Paulo (SP). Decreto nº 94.364, de 22 de maio de 1987.
- Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. São Paulo (SP). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Educacional Três de Maio. Três de Maio (RS). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Educadora Rainha das Missões. Londrina (PR). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Ginásio Pinheirense da Prelazia de Pinheiro. Pinheiro (MA). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo. Modelo (SC). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- Sociedade Paranaense de Matemática. Curitiba (PR). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- União Assistencial São José. Campos (RJ). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.
- União Hospitalar Gratuita. Volta Redonda (RJ). Decreto nº 94.231, de 15 de abril de 1987.

V

VALE DO RIO DOCE NAVEGAÇÃO S.A.
(DOCENAVE) — V. Capital Social.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS
DE 1987 — VOLUME VI
ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETOS DE JULHO A SETEMBRO

FICHA CATALOGRÁFICA

341.251S
B823

Brasil. Poder Executivo.
Coleções das leis; atos legislativos do Poder
Executivo. Brasília, DIN, 1987..
v. trimestral.
578 p.

1. Leis — Coleções. I. Título.

ÍNDICE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

PAG.

PAG.

94.539 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	1	94.543 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 125.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	6
94.540 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	2	94.544 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 960.884.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	6
94.541 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins combustíveis, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-7-87 ..	2	94.545 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 86.440.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	7
94.542 — Decreto de 1º de julho de 1987 — Abre, aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.948.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-7-87	5	94.546 — Decreto de 2 de julho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas subscrito entre o Brasil e Bolívia (Acordo nº 8). Publicado no D.O. de 3-7-87	8

	PAG.		PAG.
94.547 — Decreto de 2 de julho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sex- to Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uru- guai (Nº 2). Publicado no <i>D.O.</i> de 3-7-87	10	94.555 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia a ser ministra- do pela Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	18
94.548 — Decreto de 2 de julho de 1987 — Dispõe sobre a forma de rea- juste de contratos de Financiamen- to Imobiliário vinculados à Uni- dade Padrão de Capital, de que trata a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-7-87	12	94.556 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamen- to/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 120.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Or- çamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	19
94.549 — Decreto de 2 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisiona- das, o crédito suplementar de CZ\$ 60.872.000,00, para reforço de dota- ções consignadas no vigente Orça- mento. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-7-87	12	94.557 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Outorga concessão à Rádio Vale do Canindé Ltda., para ex- plorar serviço de radiodifusão so- nora em onda média, na cidade de Oeiras, Estado do Piauí. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	19
94.550 — Decreto de 6 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração a ser mi- nistrado pela Faculdade Maria Au- gusta Ribeiro Daher. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-7-87	13	94.558 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Educa- ção — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.374.315.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	20
94.551 — Decreto de 6 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Humana- s Esuda. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-7-87	14	94.559 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, à Presidência da Repúbli- ca, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplemen- tar de CZ\$ 319.667.000,00, para re- forço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	21
94.552 — Decreto de 6 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-7-87	14	94.560 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, ao Orçamento da União, em favor do Departamento Nacio- nal de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, o crédito suplementar de CZ\$ 283.307.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Or- çamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	22
94.553 — Decreto de 6 de julho de 1987 — Cria, no âmbito do Ministério dos Transportes, a Comissão Exe- cutiva para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Na- vegáveis — CENAV, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-7-87	15	94.561 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Im- pressão Nacional, o crédito suple- mentar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	23
94.554 — Decreto de 7 de julho de 1987 — Dispõe sobre estímulos à cons- trução e reaparelhamento de pe- quenos e médios matadouros e sua fiscalização. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-7-87	17		

PAG.		PAG.
94.562	— Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-7-87	23
94.563	— Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 669.356.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-7-87	24
94.564	— Decreto de 7 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.721.324.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-7-87	25
94.565	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação das estações de rádio SHF e estrada de acesso, da Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 9-7-87	26
94.566	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média. Publicado no D.O. de 9-7-87	29
94.567	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de Iguape, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — TELESP, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-7-87	30
94.568	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área de terra que men-	
	ciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-7-87 e retificado no D.O. de 10-7-87	31
94.569	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.445.679.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	32
94.570	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	33
94.571	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 41.342.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	34
94.572	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 135.478.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	34
94.573	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre, ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.637.199.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	35
94.574	— Decreto de 8 de julho de 1987 — Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.186.674.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-7-87	36

	PAG.		PAG.
94.575 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Dispõe sobre os Quadros de Oficiais da Ativa da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 10-7-87	37	94.583 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro do Sul Itaquiqui Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 13-7-87	45
94.576 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Promulga o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação. Publicado no D.O. de 10-7-87	39	94.584 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 13-7-87	46
94.577 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo do Acordo Comercial n.º 10, no Setor da Indústria de Máquinas de Escritório. Publicado no D.O. de 10-7-87 e retificado no D.O. de 18-8-87	40	94.585 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 13-7-87	46
94.578 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-7-87	41	94.586 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Sociedade Radiodifusora Passo Real Ltda., para a Rádio Meridional Ltda. Publicado no D.O. de 13-7-87	47
94.579 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-7-87	42	94.587 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 13-7-87	48
94.580 — Decreto de 9 de julho de 1987 — Abre, à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, o crédito especial de CZ\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 10-7-87	43	94.588 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Cariri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Crato, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 13-7-87	49
94.581 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 13-7-87	43	94.589 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Autoriza a Casa da Moeda do Brasil — CMB a proceder ao aumento do seu capital social. Publicado no D.O. de 13-7-87	49
94.582 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Fronteira D'Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 13-7-87	44	94.590 — Decreto de 10 de julho de 1987 — Dá nova redação ao art. 3º do Decreto n.º 76.892, de 23 de de-	

PAG.		PAG.
	zembro de 1975. Publicado no <i>D.O.</i> de 13-7-87	50
94.591	— Decreto de 10 de julho de 1987 — Altera a relação a que se refere o art. 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, modificado pelo Decreto nº 88.341, de 30 de maio de 1983. Publicado no <i>D.O.</i> de 13-7-87	50
94.592	— Decreto de 10 de julho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás, em caráter de urgência, as ações de propriedade dos acionistas minoritários da Companhia Brasileira de Dragagem — CBD. Publicado no <i>D.O.</i> de 13-7-87	52
94.593	— Decreto de 10 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 5.022.576.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 13-7-87	52
94.594	— Decreto de 10 de julho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o México (Acordo nº 9). Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	53
94.595	— Decreto de 10 de julho de 1987 — Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia, do Equador e do Paraguai. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	54
94.596	— Decreto de 13 de julho de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Piacatu, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	55
94.597	— Decreto de 13 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Farmácia do Instituto de Odontologia Paulista. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	56
94.598	— Decreto de 13 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Educação de Ivaiporã, Estado do Paraná. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	57
94.599	— Decreto de 13 de julho de 1987 — Altera dispositivos do Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982, que aprovou o Regulamento para o Corpo de Praça da Armada. Publicado no <i>D.O.</i> de 14-7-87	57
94.600	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Autoriza o Ministério da Marinha a ceder, sob o regime de arrendamento, imóveis sob a sua jurisdição, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	58
94.601	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87 e retificado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	59
94.602	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de ocupação dos índios Apiaká e Kayabi área de terras no Município de Juara, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	81
94.603	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Homologa a demarcação da área indígena Pankararu, localizada nos Municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	82
94.604	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de ocupação dos índios Munduruku área de terras no Município de Itaituba, no Estado do Pará, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	83
94.605	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de ocupação dos indígenas Xavante área de terras que menciona, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	86
94.606	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de ocupação dos	

PAG.		PAG.
	índios Waimiri-Atroari área de terra nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracarái (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	88
94.607	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de ocupação dos indígenas Kaibé área de terras no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	92
94.608	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 15-7-87	94
94.609	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Seringal União», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Ariquemes e Jaru, no Estado de Rondônia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	96
94.610	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Promissão (partes das Glebas 12, 13 e 14)», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	99
94.611	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Currais Novos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do	
	INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Barras, no Estado do Piauí, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	101
94.612	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antônio», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	103
94.613	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lagoa do Xavier/São Vicente e Pico Estreito/Tiradentes», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de Mossoró e Baraúna, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	105
94.614	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Tingui», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Santa Rosa de Lima, Malhador e Riachuelo, no Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-7-87	107

PAG.	PAG.
94.615 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Amaralina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	111
94.616 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Senhor do Bonfim» ou «Coinfra», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Rita de Cássia, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	113
94.617 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazenda Serrinha» e «Fazenda Tabua», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndios por exploração, situados no Município de Quinjingue, no Estado da Bahia, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	114
94.618 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «São Roque ou São Roque Dutra», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Matos Costa, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma	
agrária, fixada pelo Decreto n° 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	116
94.619 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Francisco», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	117
94.620 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Altera o Capítulo 87, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto n° 89.241, de 23 de dezembro de 1983, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	119
94.621 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	120
94.622 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	125
94.623 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional de Cinema, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	131
94.624 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Conselho Nacional de Cinema, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	136

	PAG.		PAG.
94.625 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente do Instituto de Promoção Cultural, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	144	94.632 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Altera os incisos I e VI do Artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	154
94.626 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação de funções no Quadro Permanente do Instituto de Promoção Cultural, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	147	94.633 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 3.431.058.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	155
94.627 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 311.693.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	150	94.634 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	156
94.628 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 11.844.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87 ..	150	94.635 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 11.327.803.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	157
94.629 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o crédito suplementar de CZ\$ 5.114.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	151	94.636 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Justiça, em favor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Departamento de Polícia Federal, o crédito especial de CZ\$ 59.508.000,00, autorizado pela Lei nº 7.602/87. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	158
94.630 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, à Presidência da República e ao Poder Judiciário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 116.521.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	152	94.637 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 24.621.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	158
94.631 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 55.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-7-87	153	94.638 — Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suple-	

PAG.		PAG.
	mentar de CZ\$ 900.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	159
94.639	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 31.331.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	160
94.640	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 30.041.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	161
94.641	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 35.267.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	161
94.642	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério das Comunicações, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 33.623.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	162
94.643	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 26.600.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	163
94.644	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 181.363.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	164
94.645	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.506.852.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	164
94.646	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Abre, a Encargos Gerais da União-Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 10.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-7-87	165
94.647	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Altera o art. 1º do Decreto nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás. Publicado no D.O. de 17-7-87	166
94.648	— Decreto de 14 de julho de 1987 — Altera o Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16-7-87	167
94.649	— Decreto de 17 de julho de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto Unificado de Ensino Superior, em Goiânia, Goiás. Publicado no D.O. de 20-7-87	169
94.650	— Decreto de 17 de julho de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.584.205.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-7-87	169
94.651	— Decreto de 17 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 242.410.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-7-87	170

	PAG.		PAG.
94.652 — Decreto de 17 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 366.661.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 20-7-87	171	Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa, representantes do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República. Publicado no <i>D.O.</i> de 22-7-87	186
94.653 — Decreto de 17 de julho de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 20-7-87	171	94.661 — Decreto de 22 de julho de 1987. Dá nova redação ao Regulamento do Fundo de Estudos do Mar (Fundem) e revoga disposições em contrário. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-7-87	187
94.654 — Decreto de 20 de julho de 1987 — Altera disposições do Decreto nº 94.192, de 6-4-87, que instituiu a Comissão de Assessoramento Presidencial para a Negociação da Dívida Externa Brasileira. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-7-87 e republicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	172	94.662 — Decreto de 22 de julho de 1987. Dispõe sobre a aplicação do disposto no Decreto nº 92.322, de 23 de janeiro de 1986, que trata da dispensa da assinatura do ponto aos servidores públicos civis federais que exerçam mandatos eletivos em entidades representativas de classes. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-7-87	192
94.655 — Decreto de 20 de julho de 1987 — Dispõe sobre o custeio de despesas decorrentes de trabalhos a cargo da Comissão instituída pelo Decreto nº 94.192, de 6-4-87. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-7-87 e retificado no <i>D.O.</i> de 2-9-87	173	94.663 — Decreto de 22 de julho de 1987. Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-7-87	192
94.656 — Decreto de 20 de julho de 1987 — Cria as Estações Ecológicas de Carijós, Pirapitinga e Tupinambás, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-7-87	174	94.664 — Decreto de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-87	193
94.657 — Decreto de 20 de julho de 1987 — Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-7-87	180	94.665 — Decreto de 23 de julho de 1987. Fixa limites para a realização da despesa com «Pessoal e Encargos Sociais», no âmbito do Poder Executivo. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-87	211
94.658 — Decreto de 20 de julho de 1987 — Altera o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1966, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-7-87	181	94.666 — Decreto de 23 de julho de 1987. Dispõe sobre a redução de dispêndios com pessoal e serviços de terceiros nas entidades que menciona, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-87	212
94.659 — Decreto de 21 de julho de 1987. Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 12, subscrito entre o Brasil e o Peru. Publicado no <i>D.O.</i> de 27-7-87	186	94.667 — Decreto de 23 de julho de 1987. Dispõe sobre a realização de despesas com pessoal e encargos sociais, proíbe o ingresso de servidores na Administração Federal, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-7-87	214
94.660 — Decreto de 21 de julho de 1987. Inclui, na composição do			

PAG.	PAG.
94.668 — Decreto de 23 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	216
94.669 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.577.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	217
94.670 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	218
94.671 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.802.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	218
94.672 — Decreto de 23 de julho de 1987 — Abre, ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 236.601.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	219
94.673 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	220
94.674 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 1.070.535.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	221
94.675 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.086.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	221
94.676 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria Geral-Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 85.846.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	222
94.677 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	223
94.678 — Decreto de 23 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-7-87	224
94.679 — Decreto de 24 de julho de 1987. Altera a composição da Comissão Nacional para os Assuntos Antárticos (Conantar). Publicado no D.O. de 27-7-87	224
94.680 — Decreto de 24 de julho de 1987. Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no D.O. de 27-7-87	227
94.681 — Decreto de 24 de julho de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação de transição Tamoio, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 27-7-87 ..	227
94.682 — Decreto de 24 de julho de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no Município e Comarca de Niterói, Estado do Rio de	

	PAG.		PAG.
Janeiro, destinados à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 27-7-87	229	94.691 — Decreto de 27 de julho de 1987. Fixa os preços mínimos básicos para financiamento ou aquisição de Sisal e Alho Nobre e Curado da safra 1987/88. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	244
94.683 — Decreto de 24 de julho de 1987. Autoriza a transferência para a Universidade Federal de Viçosa-MG do terreno que menciona, situado no Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais. Publicado no <i>D.O.</i> de 27-7-87	231	94.692 — Decreto de 27 de julho de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	245
94.684 — Decreto de 24 de julho de 1987. Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal Direta e Indireta, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 27-7-87	232	94.693 — Decreto de 27 de julho de 1987. Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 7.438.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	246
94.685 — Decreto de 27 de julho de 1987. Concede autorização ao navio de pesquisa «Knorr», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	237	94.694 — Decreto de 27 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, e ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento de Serviços Gerais e do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.870.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	247
94.686 — Decreto de 27 de julho de 1987. Institui Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	238	94.695 — Decreto de 28 de julho de 1987. Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a explorar, através da Fundação Aperipê de Sergipe, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	247
94.687 — Decreto de 27 de julho de 1987. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado em Belém, Estado do Pará. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	241	94.696 — Decreto de 28 de julho de 1987. Outorga concessão à Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda., para exercer serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	248
94.688 — Decreto de 27 de julho de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	241	94.697 — Decreto de 28 de julho de 1987. Outorga concessão à Rádio Solaris Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	249
94.689 — Decreto de 27 de julho de 1987. Autoriza a Meridional Crédito Imobiliário S.A. a proceder ao aumento do capital social. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	242		
94.690 — Decreto de 27 de julho de 1987. Reajusta os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de Juta e Malva e de semente de Soja, da safra 1986/87. Publicado no <i>D.O.</i> de 28-7-87	243		

PÁG.	PÁG.
94.698 — Decreto de 28 de julho de 1987. Outorga concessão à Rádio Livramento Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	250
94.699 — Decreto de 28 de julho de 1987. Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 3.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	251
94.700 — Decreto de 28 de julho de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 67.150.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	252
94.701 — Decreto de 28 de julho de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 171.751.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	252
94.702 — Decreto de 28 de julho de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Medicina Veterinária da Associação de Ensino de Marília. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	253
94.703 — Decreto de 28 de julho de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Cacoal. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	254
94.704 — Decreto de 28 de julho de 1987. Autoriza a transferência dos terrenos que menciona, situados no Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. Publicado no <i>D.O.</i> de 29-7-87	254
94.705 — Decreto de 29 de julho de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-7-87	255
94.706 — Decreto de 29 de julho de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do condomínio rural denominado «Fazenda Santana», situado no Município de Barra, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-7-87	256
94.707 — Decreto de 29 de julho de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação parte do imóvel rural denominado «Fazenda Caraybas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Baldim, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-7-87	258
94.708 — Decreto de 30 de julho de 1987. Altera o art. 2.º do Decreto n.º 92.696, de 20 de maio de 1986, e seu anexo. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-87	259
94.709 — Decreto de 30 de julho de 1987. Inclui a indústria petroquímica dentre as atividades com funcionamento permanente aos domingos, feriados civis e religiosos. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-87	260
94.710 — Decreto de 30 de julho de 1987. Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 31-7-87	261
94.711 — Decreto de 31 de julho de 1987. Dispõe sobre a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil — Cotac do Ministério da Aeronáutica. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-8-87	261
94.712 — Decreto de 31 de julho de 1987. Fixa cargos privativos de Oficial-General da Aeronáutica.	

	PAG.		PAG.
em tempo de paz, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-8-87	264	CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	275
94.713 — Decreto de 31 de julho de 1987. Institui o Concurso anual de «Software» Educacional Brasileiro, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-8-87	270	94.720 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Aprova o «Regulamento para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa», e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	276
94.714 — Decreto de 31 de julho de 1987. Revoga o Decreto nº 93.610, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre a incorporação da Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. — Alcanorte pela Cia. Nacional de Alcalis S.A. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-8-87	271	94.721 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Concede ao Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho — Ibrart, a prerrogativa sindical constante da alínea <i>d</i> do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	281
94.715 — Decreto de 31 de julho de 1987. Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 3-8-87	271	94.722 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	282
94.716 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Concede à empresa Farmitalia Carlo Erba S.p.A., autorização para funcionar na República Federativa do Brasil. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	272	94.723 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	282
94.717 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 3.700.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	274	94.724 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Outorga concessão à Rádio AM de Cícero Dantas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87 ..	283
94.718 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	275	94.725 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-8-87	284
94.719 — Decreto de 3 de agosto de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de		94.726 — Decreto de 4 de agosto de 1987. Altera o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1988, aprovado pelo Decreto nº 93.628, de 28 de novembro de 1986. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-8-87	285

PAG.		PAG.
94.727	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 3, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	285
94.728	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Dispõe sobre a execução do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 1, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre a Argentina e o Brasil. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	287
94.729	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	289
94.730	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	290
94.731	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Tribunal Federal de Recursos, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	290
94.732	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	291
94.733	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 243.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vi-	
	gente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	292
94.734	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.140.590.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	293
94.735	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Central de Medicamentos e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	293
94.736	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Orçamento da União, em favor do Ministério do Interior, o crédito suplementar de CZ\$ 583.246.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87 e retificado no <i>D.O.</i> de 13-8-87	294
94.737	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.405.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	295
94.738	— Decreto de 5 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.236.045.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 6-8-87	296
94.739	— Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 17.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87	297
94.740	— Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário,	

PAG.	PAG.
em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 59.890.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 297	de CZ\$ 300.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-8-87 304
94.741 — Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 100.146.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 298	94.748 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Revoga o Decreto nº 76.767, de 11 de dezembro de 1975, que aprovou o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica da Marinha. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 305
94.742 — Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 301.094.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 299	94.749 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Outorga concessão à Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 306
94.743 — Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 95.133.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 300	94.750 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Outorga concessão à Rádio Sociedade Seberi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 . 307
94.744 — Decreto de 6 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 300	94.751 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura Palotinese Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 308
94.745 — Decreto de 6 de agosto de 1987. Cria o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, estabelece normas para a sua implantação, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-8-87 301	94.752 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Club de Faxinal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 .. 308
94.746 — Decreto de 7 de agosto de 1987. Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-8-87 e republicado no <i>D.O.</i> de 17-8-87 303	94.753 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Manga ou Japoré», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87 309
94.747 — Decreto de 7 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar	

PAG.	PAG.
94.754 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «São João do Bugre», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Goiás, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	311
94.755 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Joaquim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canhoba, Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	312
94.756 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Chopim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mangueirinha, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	314
94.757 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rancho Alegre ou Ipueirinhas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Santana do Acaraú e Sobral, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	316
94.758 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Poço da Areia Tucuns», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Tianguá e Ubajara, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	318
94.759 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Ciência da Computação da Escola de Engenharia de Piracicaba. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	319
94.760 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento da habilitação em Química, do curso de Ciências do Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes, da Fundação Tricordiana de Educação. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	320
94.761 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	320
94.762 — Decreto de 10 de agosto de 1987. Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	321
94.763 — Decreto de 10 de agosto de 1987 — Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-87	323
94.764 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Altera o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, que regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respec-	

	PAG.		PAG.
tivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-8-87	325	blica, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 31.311.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 12-8-87	330
94.765 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em Alfenas, Minas Gerais. Publicado no D.O. de 12-8-87	325	94.772 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 54.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-8-87	331
94.766 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Altera o Decreto nº 93.607, de 21 de novembro de 1986. Publicado no D.O. de 12-8-87	326	94.773 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-8-87	331
94.767 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.179.218.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 12-8-87	327	94.774 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 66.352.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-8-87	332
94.768 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 21.156.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 12-8-87 ..	328	94.775 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Abre, aos Ministérios das Comunicações, dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 327.441.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-8-87	333
94.769 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 12-8-87	328	94.776 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Altera o Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987. Publicado no D.O. de 13-8-87	334
94.770 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Abre, à Presidência da República e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 891.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 12-8-87	329	94.777 — Decreto de 12 de agosto de 1987. Abre, ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.291.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-8-87	335
94.771 — Decreto de 11 de agosto de 1987. Abre, à Presidência da Repú-		94.778 — Decreto de 13 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério dos	

PAG.	PAG.
Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 14-8-87	335
94.779 — Decreto de 13 de agosto de 1987. Outorga concessão à Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 14-8-87	336
94.780 — Decreto de 14 de agosto de 1987. Dispõe sobre a estrutura básica da administração do Território Federal de Fernando de Noronha, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 17-8-87	337
94.781 — Decreto de 17 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Publicado no D.O. de 18-8-87	341
94.782 — Decreto de 17 de agosto de 1987. Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 18-8-87	342
94.783 — Decreto de 18 de agosto de 1987. Cria o «Salão de Exposições Carlos Drummond de Andrade», na cidade do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 20-8-87 e retificado no D.O. de 21-8-87	343
94.784 — Decreto de 19 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná. Publicado no D.O. de 20-8-87	343
94.785 — Decreto de 19 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Artes Práticas a ser ministrado pela Faculdade de Educação de Joaçaba. Publicado no D.O. de 20-8-87	344
94.786 — Decreto de 19 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Publicado no D.O. de 20-8-87	345
94.787 — Decreto de 19 de agosto de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Publicado no D.O. de 20-8-87	345
94.788 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Cria, no Ministério da Agricultura, a «Medalha de Mérito Apolônio Salles», e dá outras providências. Publicado no D.O. de 21-8-87	346
94.789 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Autoriza o aumento do capital autorizado da Petrobrás Química — Petroquisa. Publicado no D.O. de 21-8-87	349
94.790 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 490.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	349
94.791 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.286.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	350
94.792 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 480.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	351
94.793 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	352

	PAG.		PAG.
94.794 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	352	mentar de CZ\$ 7.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-8-87	359
94.795 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Instituto de Pesquisas Espaciais, o crédito suplementar de CZ\$ 8.708.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-8-87	353	94.803 — Decreto de 26 de agosto de 1987. Outorga concessão à Rádio e Televisão Vanguarda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 27-8-87	360
94.796 — Decreto de 20 de agosto de 1987. Eleva o capital da Empresa Pública Financiadora de Estudos e Projetos — Finep. Publicado no D.O. de 24-8-87	354	94.804 — Decreto de 27 de agosto de 1987. Dispõe sobre a análise das medidas que impliquem aumento de despesa com pessoal à conta do Tesouro Nacional. Publicado no D.O. de 28-8-87	361
94.797 — Decreto de 21 de agosto de 1987. Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 194.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-8-87	354	94.805 — Decreto de 27 de agosto de 1987. Fixa valor de referência para efeito de determinação da base de cálculo a ser observada na tributação das pessoas jurídicas pelo lucro presumido e na isenção das microempresas. Publicado no D.O. de 28-8-87	362
94.798 — Decreto de 24 de agosto de 1987. Altera disposições do Decreto n.º 94.575, de 9 de julho de 1987. Publicado no D.O. de 25-8-87	355	94.806 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Cria o Conselho Consultivo da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1-9-87	362
94.799 — Decreto de 24 de agosto de 1987. Declara insubsistente o Decreto n.º 94.366, de 25 de maio de 1987, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 25-8-87 e retificado no D.O. de 26-8-87	356	94.807 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	365
94.800 — Decreto de 25 de agosto de 1987. Acrescenta parágrafos aos arts. 2º e 8º do Decreto n.º 85.645, de 20 de janeiro de 1981. Publicado no D.O. de 26-8-87	356	94.808 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	365
94.801 — Decreto de 25 de agosto de 1987. Altera o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM. Publicado no D.O. de 26-8-87	357	94.809 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejam-	

	PAG.		PAG.
to/PR. o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	366	da subestação Monte Azul Paulista, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 3-9-87	372
94.810 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	367	94.818 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Joaçaba, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 3-9-87	373
94.811 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	368	94.819 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte. Publicado no D.O. de 3-9-87	374
94.812 — Decreto de 31 de agosto de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.613.621.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 1-9-87	368	94.820 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araras. Publicado no D.O. de 3-9-87	375
94.813 — Decreto de 1º de setembro de 1987. Outorga à Valec — Engenharia e Construções Ltda. concessão para construção, uso e gozo dos acessos ferroviários que menciona. Publicado no D.O. de 2-9-87	369	94.821 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul. Publicado no D.O. de 3-9-87	375
94.814 — Decreto de 1º de setembro de 1987. Fixa os prazos para apresentação e aprovação das propostas de orçamentos das empresas estatais para 1988. Publicado no D.O. de 2-9-87	370	94.822 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	376
94.815 — Decreto de 1º de setembro de 1987. Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário. Publicado no D.O. de 2-9-87	371	94.823 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	377
94.816 — Decreto de 1º de setembro de 1987. Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Publicado no D.O. de 2-9-87	371	94.824 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 340.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente	
94.817 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação			

	PAG.		PAG.
Orcamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	378	da à Rádio Notícias de Tatuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 4-9-87	383
94.825 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	379	94.831 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 4-9-87	383
94.826 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	380	94.832 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Outorga concessão à Rádio Sul Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 4-9-87	384
94.827 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria de Previdência Complementar e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.407.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	380	94.833 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Outorga concessão à Rádio Santa Cruz — AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 4-9-87	385
94.828 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	381	94.834 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Outorga concessão à RBS TV Santa Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 4-9-87	386
94.829 — Decreto de 2 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-9-87 e retificado no D.O. de 4-9-87	382	94.835 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Outorga concessão à Rádio Cidade Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Esperança, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 4-9-87	387
94.830 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Renova a concessão outorga-		94.836 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Gaúcha S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 4-9-87	388
		94.837 — Decreto de 3 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Nhandeara	

PÁG.		PÁG.
	Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-9-87	388
94.838	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Altera o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	389
94.839	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Butiá», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	390
94.840	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São João do Boqueirão», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	391
94.841	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Ponta do Mel ou Mel de Cima», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Areia Branca e Carnaubais no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	394
94.842	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Cruz e Macaúbas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	395
94.843	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Paulo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Pedro Toledo, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	397
94.844	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Surubiju ou Água Branca — lote 18», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	398
94.845	— Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Adelaide», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Avaré, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	400

PAG.

PAG.

- 94.846 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Groairas», classificado no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Quitéria, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 401
- 94.847 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio São José ou Córrego Novo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 404
- 94.848 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote 22», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 406
- 94.849 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Urna», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itabaiana, no Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 408
- 94.850 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Três Cancelas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Japoatã e Pacatuba, Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.637, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 409
- 94.851 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lotes nºs 62, 72, 96, (parte), do Setor 1 e 61, 103 e 104, do Setor 2, da Gleba Corumbiara», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situados no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, compreendidos na zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 412
- 94.852 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais constituídos dos lotes 76, 83, 93, 94 e 95, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, classificados no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por exploração, situados nos Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, no Estado de Rondônia, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-9-87 415
- 94.853 — Decreto de 4 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais constituídos dos Lotes 89, 90 (parte) e 100, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, classificados no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por explo-

PAG.	PAG.
ração, situados no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 8-9-87	418
94.854 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Altera a redação do § 3.º do art. 2.º, do Decreto n.º 93.537, de 5 de novembro de 1986, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Borracha — CNB, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	420
94.855 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Autoriza a Companhia Brasileira de Infra-estrutura Fazendária — Infaz a aumentar seu capital social. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	420
94.856 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, destinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 13.ª Região. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	421
94.857 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Marabá, Estado do Pará, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	422
94.858 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, imóveis constituídos de terras e benfeitorias que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	423
94.859 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Abre, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.250.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	426
94.860 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	427
94.861 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	428
94.862 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 450.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	428
94.863 — Decreto de 8 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-9-87	429
94.864 — Decreto de 9 de setembro de 1987. Declara luto oficial. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-87	430
94.865 — Decreto de 9 de setembro de 1987. Cria, no âmbito da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, o Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto da Missão Espacial Completa Brasileira, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-87	431
94.866 — Decreto de 9 de setembro de 1987. Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Mearim Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-87	433

	PAG.		PAG.
94.867 — Decreto de 9 de setembro de 1987. Regula o recrutamento de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas para o ingresso no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-87	434	çamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-9-87	439
94.868 — Decreto de 9 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 10-9-87	435	94.874 — Decreto de 15 de setembro de 1987. Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira — Funcafé, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 16-9-87	440
94.869 — Decreto de 14 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 151.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-9-87	436	94.875 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	442
94.870 — Decreto de 14 de setembro de 1987. Abre, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Supremo Tribunal Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 159.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-9-87	437	94.876 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas — DNOCS — áreas de terras abrangidas pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurgéia», nos Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins, Estado do Piauí, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste — Proine, e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	443
94.871 — Decreto de 14 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-9-87	437	94.877 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — Codevasf, área de terra localizada no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	445
94.872 — Decreto de 14 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.940.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-9-87	438	94.878 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Autoriza os aumentos dos capitais autorizados e social da Companhia Nacional de Alcalis. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	447
94.873 — Decreto de 14 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação consignada no vigente Or-		94.879 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Fisioterapia da Faculdade de Educação Física de Cruz Alta. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	448
		94.880 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia da União das Faculdades Francanas. Publicado no <i>D.O.</i> de 17-9-87	449

PÁG.	PÁG.
94.881 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Transfere função de confiança, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República. Publicado no D.O. de 17-9-87	449
94.882 — Decreto de 16 de setembro de 1987. Dá nova redação ao art. 5º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956. Publicado no D.O. de 17-9-87	452
94.883 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, em favor de diversos órgãos o crédito suplementar de CZ\$ 98.340.537.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87	452
94.884 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas adjacentes de terra necessárias à ampliação da subestação Caiçara da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-9-87	453
94.885 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Taiúva, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-9-87	455
94.886 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação de dois jogos de chaves na linha de transmissão RAC Osasco 1-2 (PE 2985), da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-9-87 e retificado no D.O. de 21-9-87	456
94.887 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação. Gávea, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-9-87	457
94.888 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Santo Anastácio da Caiuá — Serviços de Eletricidade S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 18-9-87	458
94.889 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Transforma a Assessoria para Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan/PR em Secretaria de Assuntos Internacionais, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-9-87	460
94.890 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 9.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87	460
94.891 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, aos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.756.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87	461
94.892 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 83.312.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87	462
94.893 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Orçamento da União em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 3.750.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87	463
94.894 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$	

PAG.	PAG.
17.950.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 463	Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 468
94.895 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 464	94.901 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros a União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 11.937.975.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 469
94.896 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 465	94.902 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 e republicado no <i>D.O.</i> de 28-9-87 469
94.897 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.619.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 466	94.903 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 470
94.898 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, à Justiça do Trabalho e à Presidência da República, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 1.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 466	94.904 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Declara de utilidade pública a instituição que menciona. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 470
94.899 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 18-9-87 467	94.905 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.750.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 471
94.900 — Decreto de 17 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 4.392.850.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente	94.906 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 472
	94.907 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Emprego e Salário, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 21-9-87 472
	94.908 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito su-

PAG.

PAG.

- plementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 473
- 94.909 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 28.258.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 474
- 94.910 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Abastecimento, o crédito suplementar de CZ\$ 626.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 475
- 94.911 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 27.162.903.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 475
- 94.912 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 476
- 94.913 — Decreto de 18 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.420.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 477
- 94.914 — Decreto de 18 de setembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Marrecas», constituído dos lotes nºs 6, 18 (parte) e 18-B, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Turvo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 02 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 478
- 94.915 — Decreto de 18 de setembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Colônia Piquiri», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 02 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 480
- 94.916 — Decreto de 18 de setembro de 1987 — Dá nova redação ao artigo 52 do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 481
- 94.917 — Decreto de 18 de setembro de 1987 — Altera o Decreto nº 76.085, de 6 de agosto de 1975, que dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Fazenda. Publicado no *D.O.* de 21-9-87 482
- 94.918 — Decreto de 21 de setembro de 1987 — Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no *D.O.* de 22-9-87 483
- 94.919 — Decreto de 21 de setembro de 1987 — Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no *D.O.* de 22-9-87 484
- 94.920 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Fundação Educacional Regional Jaraaguense. Publicado no *D.O.* de 23-9-87 484
- 94.921 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Dá nova redação ao art. 37 do Decreto nº 83.079, de 23 de janeiro de 1979, que dispõe sobre o

PAG.	PAG.
regulamento de movimentação de Oficiais e Praças do Exército. Pu- blicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	485
94.922 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Institui a hora de verão no território nacional. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	485
94.923 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Pre- vidência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral e de En- tidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.019.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publica- do no <i>D.O.</i> de 23-9-87	486
94.924 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor das Secretarias-Gerais, o crédito suple- mentar de CZ\$ 1.816.405.000,00, pa- ra reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	487
94.925 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da E- ducação, em favor da Secretaria- Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Or- çamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	487
94.926 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 132.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vige- nte Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	488
94.927 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 52.930.000,00, para reforço de dotações orçamen- tárias consignadas no vigente Or- çamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	489
94.928 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Ge- ral, o crédito suplementar de CZ\$ 63.713.000,00, para reforço de dota- ções consignadas no vigente Orça-	
mento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	490
94.929 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suple- mentar de CZ\$ 1.995.000.000,00, pa- ra reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	490
94.930 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de Entida- des Supervisionadas, o crédito su- plementar de CZ\$ 563.848.000,00, para reforço de dotações consigna- das no vigente Orçamento. Publica- do no <i>D.O.</i> de 23-9-87	491
94.931 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério do In- terior, em favor de Entidades Su- pervisionadas, o crédito suplemen- tar de CZ\$ 45.000.000,00, para re- forço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	492
94.932 — Decreto de 22 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério do De- senvolvimento Urbano e Meio Am- biente, em favor de diversas unida- des orçamentárias, o crédito suple- mentar de CZ\$ 83.590.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	492
94.933 — Decreto de 23 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 189.698.000,00, para reforço de dotações consigna- das no vigente Orçamento. Publica- do no <i>D.O.</i> de 23-9-87	493
94.934 — Decreto de 22 de setembro 1987 — Abre, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.746.000,00, para reforço de dota- ções consignadas no vigente Orça- mento. Publicado no <i>D.O.</i> de 23-9-87	494
94.935 — Decreto de 23 de setembro de 1987 — Abre, aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército, da Mari-	

PAG.	PAG.
nha, da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 14.075.238.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	495
94.936 — Decreto de 23 de setembro de 1987 — Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde e da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	495
94.937 — Decreto de 23 de setembro de 1987 — Abre, à Justiça Eleitoral e à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 19.028.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	496
94.938 — Decreto de 23 de setembro de 1987 — Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 475.014.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	497
94.939 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 363.976.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	498
94.940 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 34.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	498
94.941 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito suplementar de CZ\$ 416.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	499
94.942 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Abre, ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 542.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	500
94.943 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Educação Artística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	501
94.944 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Autoriza o funcionamento do curso de Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	501
94.945 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	502
94.946 — Decreto de 23 de setembro de 1987. Regulamenta o item I, do artigo 17, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-9-87	504
94.947 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no <i>D.O.</i> de 25-9-87	505
94.948 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de	

	PAG.		PAG.
CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-9-87	506	na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 25-9-87	511
94.949 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 25.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-9-87	506	94.956 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Fronteira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 25-9-87	512
94.950 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o Crédito Especial de CZ\$ 13.500.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 25-9-87	507	94.957 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-9-87	513
94.951 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Outorga concessão à Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Forquilha, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 25-9-87	508	94.958 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Rainha do Oeste de Altônia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Altônia, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-9-87	513
94.952 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 25-9-87	509	94.959 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Dispõe sobre a importação de aves matrizes, do gênero Palmípedes, para reprodução e dá outras providências. Publicado no D.O. de 25-9-87	514
94.953 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Rádio União de Toledo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Toledo, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-9-87	510	94.960 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 3.900.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-9-87	515
94.954 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-9-87	510	94.961 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.519.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-9-87	516
94.955 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Integração Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média,			

PAG.

PAG.

- 94.962 — Decreto de 24 de setembro de 1987. Abre, à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito especial de CZ\$ 6.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no *D.O.* de 25-9-87 516
- 94.963 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 517
- 94.964 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.950.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 518
- 94.965 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Mulungu», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 519
- 94.966 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Riacho das Lages», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Aracoiaba, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 520
- 94.967 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Loteamento Fazenda Serra — Gleba I, Lote nºs 99-A e 99-B, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Itaguaçu e Sítio Novo de Goiás, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 522
- 94.968 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Ubuassú Velho», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Granja, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 524
- 94.969 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Vila Amazônia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 525
- 94.970 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Vale Verde» ou «Vinagre — Lote 24», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no *D.O.* de 28-9-87 527

PAG.

PAG.

94.971 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lagoa do Mato», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Camocim, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-9-87	529	94.977 — Decreto de 28 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.610.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-9-87	547
94.972 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lagoa das Quintas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Trairi e Paracuru, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-9-87	530	94.978 — Decreto de 28 de setembro de 1987. Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-9-87	548
94.973 — Decreto de 25 de setembro de 1987. Aprova o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-9-87	532	94.979 — Decreto de 29 de setembro de 1987. Reestrutura o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-9-87	549
94.974 — Decreto de 28 de setembro de 1987. Autoriza a alienação de bem móvel pertencente ao patrimônio da Fundação Universidade Federal de Viçosa e dá outras providências. Publicado no D.O. de 29-9-87	544	94.980 — Decreto de 29 de setembro de 1987. Cria o «Salão de Conferências Gilberto Freyre», na cidade do Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 30-9-87	550
94.975 — Decreto de 28 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 613.442.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-9-87	546	94.981 — Decreto de 29 de setembro de 1987. Cria a Comissão de Assessoramento Artístico ao Banco Central do Brasil — Com-Arte. Publicado no D.O. de 30-9-87	551
94.976 — Decreto de 28 de setembro de 1987. Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 5.392.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-9-87	546	94.982 — Decreto de 29 de setembro de 1987. Altera a composição da Comissão de Coordenação Financeira. Publicado no D.O. de 30-9-87 ..	552
		94.983 — Decreto de 29 de setembro de 1987. Altera o Decreto nº 92.889, de 7 de julho de 1986. Publicado no D.O. de 30-9-87	553

ÍNDICE DO APENSO

I — DECRETO

99.537 — Decreto de 30 de junho de 1987 — Dá nova redação ao art. 13 do Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975. Publicado no D.O. de 1-7-87	557
--	-----

	PAG.		PAG.
94.538 — Decreto de 30 de junho de 1987. Altera os arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 91.248, de 15 de maio de 1985, que dispõe sobre a finalidade, estrutura e competência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU. Publicado no <i>D.O.</i> de 1-7-87	557	Sexto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 18, subscrito por Argentina, Brasil, México, Uruguai e Venezuela, no setor da indústria fotográfica. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-8-86 e retificado no <i>D.O.</i> de 12-8-87	559
RETIFICAÇÃO			
I — DECRETO			
93.088 — Decreto de 8 de agosto de 1986. Dispõe sobre a execução do		94.403 — Decreto de 4 de junho de 1987. Altera o Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND. Publicado no <i>D.O.</i> de 5-6-87 e retificado no <i>D.O.</i> de 16-7-87	559

Página original em branco

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no terceiro trimestre de 1987, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e republicação estão indicadas no índice.

Página original em branco

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

DECRETO N° 94.539, DE 1° DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5°, item III, da Lei n° 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1°, item IV, da Lei n° 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 2-7-87.

DECRETO Nº 94.540, DE 1º DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 2-7-87. .

DECRETO Nº 94.541, DE 1º DE JULHO DE 1987

Estabelece normas para o escoamento, comercialização e estocagem de álcool para fins combustíveis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Nacional do Petróleo — CNP, em consonância com o Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979, estabelecerá e informará

à Comissão Executiva Nacional do Alcool — Cenal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, a demanda total de álcool para fins combustíveis e para matéria-prima da indústria alcoolquímica, em cada safra.

Art. 2º O Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA alocará os volumes globais da produção de álcool para outros fins, atendida a demanda prevista no artigo anterior.

Art. 3º O álcool para fins combustíveis será faturado pelos produtores diretamente às companhias distribuidoras de derivados de petróleo e à Petróleo Brasileiro S/A — Petrobrás.

§ 1º É assegurada às unidades produtoras de álcool a comercialização em 12 meses, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos volumes de sua produção autorizada, em cada safra, para fins combustíveis e para matéria-prima da indústria alcoolquímica, bem como para a formação de estoques de segurança no País, a partir do mês de início oficial da safra na região em que estiverem localizadas.

§ 2º Para as destilarias autônomas, até a terceira safra de funcionamento, será considerado, para efeito de faturamento mensal, o volume de 1/7 (um sétimo) da produção autorizada de álcool para fins combustíveis, em cada safra.

§ 3º Para efeito de contagem do número de safras referido no parágrafo anterior, não será considerada a safra inicial da unidade produtora cuja produção não atingir a 10% (dez por cento) da capacidade enquadra da pela Cenal.

Art. 4º O CNP estabelecerá a sistemática de alocação e faturamento dos volumes de álcool aprovados na forma do artigo 3º deste decreto entre as companhias distribuidoras de derivados de petróleo e a Petrobrás, tendo em vista a dinâmica de abastecimento do mercado.

§ 1º Os estoques de segurança do sistema de abastecimento de álcool para fins combustíveis corresponderão aos volumes mínimos de consumo de dois meses, para os álcoois anidro e hidratado, referidos às previsões de consumo do mês de encerramento de cada safra.

§ 2º Será de responsabilidade da Petrobrás a aquisição dos volumes de álcool destinados à formação dos estoques de segurança, nos volumes correspondentes à diferença entre a produção adquirida na forma a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º do presente decreto e a demanda mensal, e nos volumes necessários ao atendimento da demanda, quando a movimentação se realizar pelo seu sistema de tancagem e de transporte.

§ 3º Se, ao encerramento do período de safra em cada região produtora, os estoques em poder da Petrobrás forem superiores ou inferiores

res aos estoques de segurança definidos conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, o CNP promoverá os necessários ajustes nos faturamentos das unidades produtoras, no decorrer dos três primeiros meses da safra seguinte, para escoamento dos volumes excedentes ou para reposição dos volumes faltantes.

Art. 5º Os recursos necessários para a cobertura dos custos operacionais, perdas, armazenagem, transporte, custos de imobilização financeira dos estoques de álcool combustível, inclusive custos de administração em valor equivalente a 2,0% (dois por cento) do preço de aquisição do álcool, serão proporcionados à Petrobrás mediante parcela específica a integrar os preços do álcool e, quando necessário, os preços dos derivados de petróleo, de acordo com resolução do CNP.

§ 1º Serão incluídas nos custos a que se refere o presente artigo as diferenças de preços do álcool comercializado pela Petrobrás, inclusive quando destinado à indústria alcoolquímica, mediante prévia autorização do CNP.

§ 2º A Petrobrás deverá manter registro específico dos dispêndios relativos ao álcool destinado às indústrias alcoolquímicas.

Art. 6º O Governo assegurará aos produtores prioridade para o financiamento do estoque de álcool não comercializado.

Art. 7º O parágrafo primeiro do artigo 11 do Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 11.»

§ 1º A paridade entre álcool e açúcar será estabelecida mediante ato conjunto dos Ministros da Indústria e do Comércio e da Fazenda, ouvido o Ministro das Minas e Energia.»

Art. 8º O CNP estabelecerá os prazos de faturamento de álcool para fins combustíveis das unidades produtoras para a Petrobrás e companhias distribuidoras de derivados de petróleo, e entre estas.

Art. 9º O CNP estabelecerá, no prazo de 90 dias, as sanções a que estarão sujeitas as empresas que descumprirem os dispositivos relativos ao escoamento e comercialização do álcool para fins combustíveis e de matéria-prima para a indústria alcoolquímica.

Art. 10. O IAA disciplinará a participação dos fornecedores de cana-de-açúcar nos ônus que decorrem da manutenção dos estoques de álcool, em consequência da extensão do período de comercialização para 12 meses.

Art. 11. Ficam revogados o Decreto nº 88.626, de 16 de agosto de 1983, o artigo 2º do Decreto nº 91.657, de 17 de setembro de 1985, o De-

creto nº 93.414, de 15 de outubro de 1986, e demais disposições em contrário.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

José Hugo Castelo Branco

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.542, DE 1º DE JULHO DE 1987

Abre aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.948.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.948.800.000,00 (um bilhão, novecentos e quarenta e oito milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.543, DE 1º DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 125.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 2-7-87.

DECRETO Nº 94.544, DE 1º DE JULHO DE 1987

Abre aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 960.884.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 960.884.000,00 (novecentos e sessenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, reogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no *D.O.* de 2-7-87.

DECRETO Nº 94.545, DE 1º DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 86.440.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 86.440.000,00 (oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 2-7-87.

DECRETO Nº 94.546, DE 2 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas subscrito entre o Brasil e Bolívia (Acordo nº 8).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Bolívia, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 12 de março de 1987, em Montevidéu, o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre Brasil e Bolívia (Acordo nº 8),

DECRETA:

Art. 1º O Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Bolívia (Acordo nº 8), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir da data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE RENEGOCIAÇÃO DAS
PREFERÊNCIAS OUTORGADAS
NO PERÍODO 1962/1980, SUBSCRITO ENTRE O BRASIL E A BOLÍ-
VIA (ACORDO nº 8)

Quarto Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia, acreditados por seus respectivos governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados na Secretaria-Geral da Associação,

ACORDAM:

Artigo 1º Deixar sem efeito o registro e as preferências outorgadas pela República Federativa do Brasil no Acordo de alcance parcial nº 8 para a importação dos produtos incluídos no presente Protocolo.

Artigo 2º Não obstante o disposto no artigo anterior, as preferências caducarão uma vez que a República Federativa do Brasil coloque em vigor em seu território o regime legal que corresponde a esses produtos no Acordo Regional de Abertura de Mercados nº 1.

Artigo 3º O presente Protocolo vigorará a partir da data de sua subscrição.

NALADI	PRODUTO
07.05.1.32	Feijões pretos
07.05.1.39	Os demais feijões
11.01.0.05	Farinha de milho
22.03.0.01	Cervejas em lata
22.09.2.06	Vodca
28.28.3.03	Trióxido de antimônio
41.02.1.01	Couros e peles de bezerro preparados
41.02.1.02	Peles de bovinos variedade chamada box-calf
41.02.1.99	Os demais couros e peles de bovinos (vacuns)
44.07.0.01	Dormentes de madeira para vias férreas
47.01.9.01	Pasta de papel à base de linteres de algodão
78.01.1.01	Chumbo em lingotes ou pães.

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos doze dias do mês de mar-

ço de mil novecentos e oitenta e sete, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República da Bolívia:

Alfonso Revollo

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Fernando Paulo Simas Magalhães

Montevideo, 24 de marzo de 1987.

DECRETO Nº 94.547, DE 2 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Nº 2).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Uruguai com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 26 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai,

D E C R E T A :

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Nº 2), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir da data de subscrição do Quinto Protocolo Modificativo ao Acordo de Complementação Econômica nº 2 (PEC).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA SUBSCRITO
ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (Nº 2)

Sexto Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, acreditados por seus respectivos governos segundo poderes que foram outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação,

ACORDAM:

Artigo 1º Modificar o registro da preferência outorgada pela República Oriental do Uruguai no Quinto Protocolo do Acordo de Complementação Econômica nº 2 (PEC) para a importação de produto denominado «Kits (CKD) dos demais veículos para o transporte de mercadorias» (item NALADI 87.02.3.99), eliminando a referência aos «pick up, furgões e furgonetas» registrada nesse Protocolo como Observação.

Artigo 2º Ambos os governos consideram que a modificação a que se refere o artigo anterior vigora a partir da data em que foi subscrito o Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Complementação Econômica nº 2 (PEC).

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos governos signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e seis, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Fernando Paulo Simas Magalhães

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai:

Gustavo Magariños

Montevideo, 2 de diciembre de 1986.

DECRETO Nº 94.548, DE 2 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a forma de reajuste de contratos de Financiamento Imobiliário vinculados à Unidade Padrão de Capital, de que trata a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os contratos de financiamento imobiliário, celebrados anteriormente a 28 de fevereiro de 1986, que estejam vinculados à Unidade Padrão de Capital — UPC, de que trata a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, voltam a ser atualizados pela referida unidade, mantida a peridiocidade prevista no contrato.

Art. 2º A Unidade Padrão de Capital — UPC passa a ser atualizada mediante aplicação do índice de atualização dos saldos dos depósitos de poupança livre, para fins de reajustamento de saldos devedores e de prestações vinculadas a essa unidade.

Parágrafo único. Aplica-se à liquidação antecipada, total ou parcial, de obrigações a que se refere este artigo o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986 com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto-lei nº 2.322, de 26 de fevereiro de 1987.

Art. 3º O Banco Central do Brasil divulgará trimestralmente, a partir de julho de 1987, o valor da UPC.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Deni Lineu Schwartz

DECRETO Nº 94.549, DE 2 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 60.872.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 60.872.000,00 (sessenta milhões, oitocentos e setenta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-7-87.

DECRETO Nº 94.550, DE 6 DE JULHO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração a ser ministrado pela Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.010614/85-26 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pela Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher, mantida pela Associação Jacareense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Jacaré, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.551, DE 6 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de
Ciências Humanas Esuda.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000817/85-63 do Ministério da Educação.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, a ser ministrado em Recife, Pernambuco, pela Faculdade de Ciências Humanas Esuda, mantida pela Associação Recifense de Educação e Cultura.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.552, DE 6 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras de Araguari.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000278/86-61 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Orientação Educacional e em Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, mantida pela Fundação Municipal de Ensino, com sede na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.553, DE 6 DE JULHO DE 1987

Cria, no âmbito do Ministério dos Transportes, a Comissão Executiva para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Navegáveis — Cenav, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, no âmbito do Ministério dos Transportes, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão Executiva para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Navegáveis — Cenav, com a finalidade de promover estudos e identificar alternativas para definição de estrutura organizacional necessária à implementação da política de navegação interior e das vias navegáveis, conforme previsto no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, competindo-lhe, especificamente:

I — participar da formulação, implementação e avaliação da política a ser adotada para o setor;

II — desenvolver estudos e pesquisas visando a atualizar a legislação pertinente à navegação interior e vias navegáveis;

III — acompanhar os trabalhos da Diretoria de Navegação Interior da Superintendência Nacional da Marinha Mercante — Sunaman do Departamento de Vias Navegáveis da Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — Geipot, nos assuntos de competência da Cenav.

Art. 2º A Cenav será presidida pelo Secretário-Geral do Ministério dos Transportes e integrada pelos seguintes membros:

I — Representante do Ministério da Marinha;

II — Representante do Ministério das Minas e Energia;

- III — Representante do Ministério do Interior;
- IV — Secretário de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes;
- V — Diretor de Navegação Interior da Sunamam
- VI — Diretor da Portobrás, responsável pelo Departamento de Vias Navegáveis;
- VII — Representante do Geipot;
- VIII — Representantes dos governos dos Estados que tenham organismos voltados para a administração de vias interiores;
- IX — Representante da Associação Brasileira dos Armadores de Navegação Interior — Abani;
- X — Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aéreos.

§ 1º A critério do Ministro dos Transportes, poderão participar também da Cenav outros representantes do setor público ou privado, especializados em matéria de navegação interior e vias navegáveis.

§ 2º Os membros a que se referem os itens I a III e VIII a X serão designados pelo Ministro dos Transportes, por indicação dos respectivos Ministros de Estado, Governadores de Estado e presidentes das entidades de classe.

§ 3º A participação na Cenav, considerada serviço relevante, não será remunerado.

Art. 3º A Cenav terá uma Secretaria Executiva, com a finalidade de fornecer o apoio técnico e administrativo aos seus trabalhos.

§ 1º Além de contar com os especialistas necessários aos trabalhos de apoio ao plenário da Comissão, a Secretaria Executiva receberá apoio técnico e administrativo das áreas competentes da Sunamam, Portobrás e do Geipot.

§ 2º A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretário Executivo, designado pelo Ministro dos Transportes.

Art. 4º O Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante — CDFMM, na forma da legislação pertinente, assegurará na sua programação os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento das atividades da Cenav.

Art. 5º A Cenav funcionará no Distrito Federal.

Art. 6º A Cenav submeterá a conclusão de seus trabalhos ao Ministro dos Transportes no prazo de 12 meses, extinguindo-se com a implantação das medidas propostas.

Art. 7º Todos os estudos e projetos em desenvolvimento em outros órgãos do Ministério dos Transportes, relativos à navegação interior e às vias navegáveis, passarão à coordenação e controle da Cenav.

Art. 8º O Ministro dos Transportes, mediante portaria, baixará o Regimento Interno da Cenav.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.554, DE 7 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre estímulos à construção e reaparelhamento de pequenos e médios matadouros e sua fiscalização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A inspeção federal de abatedouros de pequeno e médio portes e de sua produção, destinada a consumo local, será realizada supletivamente e quando se constatar a insuficiência ou inoccorrência de fiscalização municipal.

Parágrafo único. A fiscalização da atividade referida no caput deste artigo deverá considerar:

a) as eventuais dificuldades decorrentes de condições sócio-econômicas da área ou da insuficiência de recursos da administração municipal;

b) as peculiaridades da atividade referida no artigo 1º, de dimensões limitadas e para atendimento local;

c) a necessidade de se compatibilizarem interpretação e aplicação das normas pertinentes à espécie com as condições referidas nas letras a e b.

Art. 2º O Ministério da Agricultura prestará assistência técnica para construção ou reaparelhamento dos pequenos e médios matadouros, buscando atingir padrões fixados de comum acordo com a administração municipal levando em conta as peculiaridades locais e da atividade assistida.

Art. 3º No prazo de 60 (sessenta) dias, a mesma Secretaria de Estado proporá as medidas e critérios indispensáveis ao desenvolvimento de programa de cooperação financeira para construção e reativação de pequenos e médios matadouros, quando constatada a insuficiência de recursos locais.

Art. 4º Sem prejuízo da imediata vigência das presentes disposições, o Ministério da Agricultura, no prazo previsto no artigo anterior, proporá e promoverá as adaptações que se fizerem necessárias nos Regulamentos, Instruções e Portarias vigentes.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.555, DE 7 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Pedagogia a ser ministrado pela Faculdade
Maria Augusta Ribeiro Daher.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.010615/85-99 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e em Orientação Educacional, a ser ministrado pela Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher, mantida pela Associação Jacareense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Jacareí, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.556, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 120.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.557, DE 7 DE JULHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Vale do Canindé Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº

52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008473/85 (Edital nº 71/85),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Vale do Canindé Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Oeiras, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.558, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.374.315.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigentê Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alíneas a e b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.374.315.000,00 (três bi-

lhões, trezentos e setenta e quatro milhões, trezentos e quinze mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da contribuição do Salário-Educação e de diferenças monetárias de Operação de Crédito Interna, resultantes das variações das Obrigações do Tesouro Nacional.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.559, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 319.667.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens II e III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 319.667.000,00 (trezentos e dezenove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, e de outras fontes de financiamento, de acordo com o artigo 1º, itens II e III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.560, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, o crédito suplementar de CZ\$ 283.307.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, o crédito suplementar de CZ\$ 283.307.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões, trezentos e sete mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.561, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do excesso de arrecadação das receitas geradas pelo Departamento de Imprensa Nacional.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.562, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.563, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 669.356.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 669.356.000,00 (seiscentos e sessenta e nove milhões e trezentos e cinquenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.564, DE 7 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.721.324.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades da Administração Direta e Indireta, o crédito suplementar de CZ\$ 1.721.324.000,00 (um bilhão, setecentos e vinte e um milhões, trezentos e vinte e quatro mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 8-7-87.

DECRETO Nº 94.565, DE 8 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessárias à implantação das estações de rádio SHF e estrada de acesso, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.001094/86-70,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra de propriedade particular, com o total de 11.300,65m² (onze mil e trezentos metros quadrados sessenta e cinco decímetros quadrados), necessárias à implantação das seguintes estações de rádio: *a*) SHF Rafard, *b*) SHF Itirapina e sua estrada de acesso, *c*) SHF Garça Repetidora, e *d*) SHF Álvaro de Carvalho, situadas, respectivamente, nos Municípios de Rafard, Itirapina, Garça e Álvaro de Carvalho, Estado de São Paulo.

Art. 2º As áreas de terra, referidas no artigo anterior, compreendem aquelas constantes das plantas de situação nºs EOT-2-4-0005, EOT-1-4-0002, EOT-2-4-0006 e EOT-2-4-0003, aprovadas mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.001094/86-70, e delimitadas pelos perímetros assim descritos:

Área da Estação de Rádio SHF Rafard — com 2.665,00m²

— tem início no marco nº 1, cravado na divisa com a Rua Quatro da Quadra «A» do Loteamento Centro Industrial de Rafard; deste ponto segue e margeia a referida rua, numa distância de 31,27m, até encontrar o marco nº 2, situado, ainda, na divisa com a Rua Quatro; deste ponto, segue em curva numa distância de 13,16m, confronta com a Estrada Municipal, até encontrar o marco nº 3, cravado na confluência da Rua Quatro com a Estrada Municipal; daí, segue e margeia a referida estrada, numa distância de 51,64m, até encontrar o marco nº 4, cravado na divisa com o Lote nº 6, da Quadra «A» do Loteamento Centro Industrial de Rafard, onde também confronta com a Estrada Municipal; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 75°00' e segue na distância de 54,35m, margeia o Lote nº 6, Quadra «A» do Loteamento Centro Industrial de Rafard, até encontrar o marco nº 5, situado na divisa com o Lote nº 7 da Quadra «A» do Loteamento Centro Industrial

de Rafard; neste ponto, deflete à direita, forma um ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue na distância de 57,00m, margeia o lote nº 7 da Quadra «A» do Loteamento Centro Industrial de Rafard, até encontrar o ponto nº 1, onde teve início esta descrição.

Área da Estação de Rádio SHF Itirapina — com 2.500m²

— tem início no marco nº 1, cravado na divisa com a propriedade de Maria Barão Musa; daí, segue com o rumo NW $45^{\circ}00'$, na distância de 50,00m, margeia a propriedade da desaproprianda, até encontrar o marco nº 2, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de $90^{\circ}00'$, e segue e margeia a propriedade da desaproprianda, com o rumo NE $45^{\circ}00'$, na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 3, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete novamente à direita e segue com o rumo SE $45^{\circ}00'$, na distância de 50,00m, ainda margeia a propriedade da desaproprianda até encontrar o marco nº 4, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de $90^{\circ}00'$ e segue com o rumo SW $45^{\circ}00'$, numa distância de 50,00m, margeia a propriedade da desaproprianda, até encontrar o ponto nº 1, onde teve início esta descrição.

Áreas da Estrada de Acesso da Estação de Rádio SHF Itirapina

ÁREA «A» — com 385,00m²

— tem início no marco nº 1, cravado na divisa com a propriedade de Maria Barão Musa, segue com o rumo NE $45^{\circ}00'$, na distância de 5,00m, margeia a propriedade da desaproprianda, até encontrar o ponto nº 5, situado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita e segue com o rumo SE $45^{\circ}00'$, na distância de 76,31m, margeia a propriedade da desaproprianda, até encontrar o marco nº 6, cravado na divisa com a propriedade de Itagiba Leite; neste ponto deflete à direita, segue e margeia a propriedade de Itagiba Leite, na distância de 5,46m, com o rumo SW $21^{\circ}20'$, até encontrar o marco nº 8, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita e segue com o rumo NW $45^{\circ}00'$, na distância de 78,50m, margeia, ainda, a propriedade de Maria Barão Musa, até encontrar o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

ÁREA «B» — com 750,65m²

— tem início no marco nº 6, cravado na divisa com a propriedade de Maria Barão Musa; daí, segue com o rumo SE $45^{\circ}00'$ e distância de 4,26m, margeia a propriedade de Itagiba Leite, até encontrar o marco nº 7, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita e segue com o rumo SS $00^{\circ}00'$, na distância de 143,00m, margeia a propriedade da desaproprianda, até encontrar o marco nº 9, cravado na divisa com a Estrada Municipal; neste ponto, deflete à direita e segue com o rumo SE $23^{\circ}00'$, na distância de 13,00m,

margeia a referida estrada, até encontrar o marco nº 10, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda; neste ponto, deflete à direita, segue com o rumo NN 00°00', na distância de 153,00m em confronto com a propriedade da desaproprianda, até encontrar o ponto nº 8, cravado na divisa com a propriedade de Maria Barão Musa; neste ponto, deflete novamente à direita e segue com o rumo NE 21°20', na distância de 5,46m, confronta com a propriedade da desaproprianda, até encontrar o marco nº 6, cravado na divisa com a propriedade da desaproprianda, onde teve início esta descrição.

Área da Estação de Rádio SHF Garça Repetidora — com 2.500m²

— tem início no marco nº 1, cravado na divisa com a Estrada das Fazendas; daí, segue e margeia as terras de propriedade da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. — Embratel, com o rumo WN 68°00', na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 2, cravado na divisa com a propriedade da referida Empresa; neste marco, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', segue em confronto com a propriedade atribuída a Takeo Toyota, com o rumo NE 22°00', na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 3, cravado na divisa com a propriedade do desapropriando; neste ponto, deflete à direita, segue e margeia a propriedade do desapropriando, com o rumo ES 68°00', na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 4, cravado na divisa com a Estrada das Fazendas; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', segue e margeia a Estrada das Fazendas, com o rumo SW 22°00', na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Área da Estação de Rádio SHF Álvaro de Carvalho — com 2.500,00m²

— tem início no marco nº 1, cravado na divisa com a Estrada das Fazendas, onde também divide com a propriedade de Joaquim Cirino; daí segue e margeia a Estrada das Fazendas, com o rumo SE 68°30', na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 2, cravado na divisa com a propriedade de Amélio Martini; neste ponto, deflete à direita, segue e margeia a propriedade de Amélio Martini, com o rumo SW 21°30', na distância de 50,00, até encontrar o marco nº 3, cravado na divisa com a referida propriedade; neste ponto, deflete novamente à direita e segue com o rumo NW 68°30', em confronto com a propriedade de Roldão Lanzi, na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', segue e confronta novamente com a propriedade do desapropriando, na distância de 50,00m, até encontrar o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação das referidas áreas de terra, na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único — Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de

maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.566, DE 8 DE JULHO DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, de acordo com o artigo 16, § 4º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, na redação dada pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.001993/85,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul — Rádio Municipal Sãopedrense, autorizada a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. As obrigações decorrentes desta autorização obedecerão as cláusulas estabelecidas em convênio a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, e a Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul — Rádio Municipal Sãopedrense, dentro de sessenta dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, este ato de autorização.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.567, DE 8 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, com benfeitorias, situada no Município e Comarca de Iguape, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 4485/87,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno com 601,6885m² (seiscentos e um metros quadrados e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco centímetros quadrados), com benfeitorias, situada na Rua General Couto Magalhães, esquina com Avenida Papa João XXIII, no Bairro da Barra do Ribeira, Município e Comarca de Iguape, Estado de São Paulo, de propriedade de quem de direito, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza, em relação a quem de dentro do terreno se coloca de frente para a Rua General Couto Magalhães e considera o sentido horário de percurso para efeito da seguinte descrição: O lado da frente (segmento MC0 — MC1), por cerca de arame farpado, mede 19,50m para a Rua General Couto Magalhães, tem rumo magnético de 78°13'20"NE e deflete 103°05'23" à direita e forma com o segmento subsequente (MC1 — MC2) ângulo interno de 76°54'37". O lado direito (segmento MC1 — MC2), por linha seca, próxima a uma cerca externa, de arame farpado, mede 31,65m, tem rumo magnético de 01°18'43"SW e deflete 75°54'30" à direita, formando com o segmento subsequente (MC2 — MC3) ângulo interno de 104°05'30". O lado dos fundos (segmento MC2 — MC3), por um muro de blocos de concreto, sem revestimento, mede 19,40m, tem rumo magnético de 77°13'13"SW, deflete 103°46'30" à direita, formando com o segmento subsequente (MC2 — MC0) ângulo interno de 76°13'33". O lado esquerdo (segmento MC3 — MC0), por uma cerca de arame farpado, mede 31,96m para Avenida Papa João XXIII, tem rumo magnético de 00°59'40"NE e deflete 77°13'40" à direita, formando com o segmento subsequente (MC0 — MC1), já descrito, ângulo interno de 102°46'20", completando assim o perímetro. Esta descrição técnica baseia-se na planta PT nº 87.013 elaborada pela empresa Agritop — Agrimensura e Topografia Ltda., em 20 de fevereiro de 1987.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, com benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, com a utilização de recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.568, DE 8 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área de terra que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001/73,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Guarani, para efeito dos artigos 4º, item IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas nos municípios de Santos e de São Sebastião, no Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas 23°43'38,025"S e 45°48'49,370"WGr, localizado na cabeceira do Ribeirão Vermelho; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância de 21°38'52"NE 85,27m até o ponto 02 de coordenadas geográficas 23°43'35,454"S e 45°48'48,243"WGr, localizado no espigão divisor do Ribeirão Silveira e Ribeirão Vermelho; daí, segue pelo citado espigão na distância aproximada de 2.300m até o ponto 03 de coordenadas geográficas 23°42'57,738"S e 45°47'45,641"WGr, localizado na linha divisória dos municípios de Santos e São Sebastião; daí, segue pela citada divisa na distância aproximada de 280m, até o ponto 04 de coordenadas geográficas 23°42'50,447"S e 45°47'40,830"WGr, localizado

na linha que define a cota altimétrica de 400m; daí, segue pela citada cota altimétrica por uma distância aproximada de 3.700m até o ponto 05 de coordenadas geográficas 23°42'49,429''S e 45°46'45,206''WGr, localizado no espigão divisor do Ribeirão Silveira e Ribeirão Água Boa. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo citado espigão divisor na distância aproximada de 2.500m, até o ponto 06 de coordenadas geográficas 23°43'56,965''S e 45°48'54,289''WGr, localizado na margem esquerda do Ribeirão Silveira; daí, segue no sentido jusante pelo citado ribeirão na distância aproximada de 1.000m até a confluência no Ribeirão Vermelho, no ponto 07 de coordenadas geográficas 23°44'22,104''S e 45°46'43,814''WGr; SUL/OESTE: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Ribeirão Vermelho, na distância aproximada de 7.300m, até o ponto 01 inicial da descrição.

Parágrafo único. Fica homologada a demarcação administrativa da área descrita neste artigo, que se denominará Área Indígena Guaraní do Ribeirão Silveira, realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — Sudelpa, conforme convênio firmado com a Fundação Nacional do Índio — Funai.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.569, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.445.679.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$ 1.445.679.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.570, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.571, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 41.342.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 41.342.000,00 (quarenta e um milhões, trezentos e quarenta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.572, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 135.478.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 135.478.000,00 (cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.573, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.637.199.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, itens II, III e IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.637.199.000,00 (dois bilhões, seiscentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente

exercício, e de outras fontes de financiamento, de acordo com o artigo 1º, itens II, III e IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.574, DE 8 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.186.674.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.186.674.000,00 (um bilhão, cento e oitenta e seis milhões e seiscentos e setenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-7-87.

DECRETO Nº 94.575, DE 9 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre os Quadros de Oficiais da Ativa da Aeronáutica

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o artigo 7º da Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica são os seguintes:

I — Quadro de Oficiais de Carreira:
 Quadro de Oficiais Aviadores — QOAv;
 Quadro de Oficiais Engenheiros — QOEng;
 Quadro de Oficiais Intendentes — QOInt;
 Quadro de Oficiais Médicos — QOMed;
 Quadro de Oficiais Dentistas — QODent;
 Quadro de Oficiais Farmacêuticos — QOFarm;
 Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica — QOInf;
 Quadro de Oficiais Capelães — QOCapl;
 Quadro de Oficiais Técnicos — QOTec; e
 Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica — QOEA.

II — Quadro de Oficiais Temporários:

Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica — QCOA; e

Quadro de Oficiais da Reserva não Remunerada, convocados — QOCon.

Art. 2º. A inclusão, nos Quadros de Oficiais Aviadores, de Oficiais Intendentes, de Oficiais Médicos, de Oficiais Dentistas, de Oficiais Farmacêuticos, de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, de Oficiais Especialistas da Aeronáutica e de Oficiais Temporários, será realizada na forma da legislação em vigor.

Art. 3º A inclusão no Quadro de Oficiais Engenheiros será realizada na forma da Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974 e seu Regulamento.

Parágrafo único. Na composição do Quadro de Oficiais Engenheiros deverá ser considerada a abrangência funcional necessária às atividades do Ministério da Aeronáutica, preparando-se, inclusive, Engenheiros com especializações complementares.

Art. 4º A inclusão no Quadro de Oficiais Capelães será realizada na forma da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

Art. 5º O Quadro de Oficiais Intendentes absorverá o desempenho, em todos os níveis, das funções ligadas à logística de material.

Art. 6º A formação dos Oficiais do QOInf. continuará sendo realizada pela Academia da Força Aérea.

Art. 7º A inclusão no Quadro de Oficiais Técnicos será realizada através de concurso de um estágio de adaptação.

Art. 8º Os Oficiais do QOInf e do QOTec terão acesso até o posto de Coronel, cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças Armadas e sua regulamentação específica para o Ministério da Aeronáutica.

Art. 9º O Quadro de Oficiais Técnicos destina-se a suprir as Organizações do Ministério da Aeronáutica com pessoal técnico de nível superior, habilitado ao exercício de funções de caráter operacional e administrativo, compatíveis com suas necessidades.

§ 1º O Ministro da Aeronáutica, respeitados os limites de efetivos estabelecidos em lei, estabelecerá as especialidades de que trata este artigo, de acordo com a evolução técnica e as necessidades do Ministério da Aeronáutica, bem como as providências pertinentes à sua implantação.

§ 2º O Quadro de Oficiais Técnicos poderá absorver Oficiais remanejados dos:

I — Quadro de Oficiais Especialistas (em extinção), das especialidades de Controle de Tráfego Aéreo e de Meteorologia;

II — Quadro de Infantaria da Aeronáutica, formados em 29 de julho de 1979, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, com Curso Especial de Formação em Computação.

§ 3º Nos casos especificados neste artigo, os Oficiais serão transferidos para o Quadro de Oficiais Técnicos no mesmo posto e antiguidade. A contagem do tempo de interstício para promoção será realizada a partir da última promoção no Quadro de origem.

Art. 10. O Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica destina-se a atender às necessidades de técnicos de nível médio do Ministério da Aeronáutica.

Art. 11. Os Oficiais do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica têm os deveres, obrigações, direitos e prerrogativas estabelecidos em leis e regulamentos da Aeronáutica e nos comuns às Forças Armadas.

Art. 12 A organização e a composição do Quadro de Oficiais Temporários, bem como as condições de ingresso, são estabelecidos em legislação específica.

Art. 13. Os Quadros de Oficiais Especialistas em Avião, em Comunicações, em Armamento, em Fotografia, em Meteorologia e em Controle de Tráfego Aéreo, constante da Lei nº 6.516, de 10 de maio de

1978, e não mencionados na Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980, são mantidos em extinção.

§ 1º. Aos Oficiais dos Quadros de que trata este artigo é assegurada a promoção nos respectivos Quadros, mediante o preenchimento das condições básicas de acesso previstas na Lei de Promoções de Oficiais das Forças Armadas e no respectivo Regulamento para a Aeronáutica, em vigor.

§ 2º. Os encargos dos Quadros de Oficiais Especialistas em Avião, em Comunicações, em Armamento, em Fotografia ficam atribuídos ao Quadro de Oficiais Engenheiros.

§ 3º. Os encargos dos Quadros dos Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo e em Meteorologia ficam atribuídos ao Quadro de Oficiais Técnicos.

Art. 14. Aos Oficiais dos Quadros de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico e de Administração, mantidos em extinção pelo artigo 8º da Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980, ficam asseguradas as promoções nos respectivos Quadros, mediante o preenchimento das condições de acesso previstas na Lei de Promoções de Oficiais da Ativa das Forças Armadas e no respectivo Regulamento para a Aeronáutica.

Parágrafo único. Os encargos do Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico ficam atribuídos ao Quadro de Oficiais Intendentes.

Art. 15. Fica o Ministro da Aeronáutica autorizado a baixar os atos complementares que se fizerem necessários à execução deste decreto, observados os efetivos fixados em lei, por postos.

Art. 16. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nº 85.324, de 5 de novembro de 1980, Decreto nº 86.398, de 25 de setembro de 1981 e Decreto nº 86.685, de 3 de dezembro de 1981, e demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.576, DE 9 DE JULHO DE 1987

*Promulga o Acordo para a Criação de
uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de
Coordenação.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 19, de 5 de dezembro

de 1986, o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe do Egito, em Brasília, a 7 de março de 1985;

Considerando que o referido Acordo entrou em vigor, por troca de Instrumentos da Ratificação, concluído na Cidade do Cairo, a 10 de junho de 1987, na forma de seu Artigo VII,

DECRETA :

Art. 1º O Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação, entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo foi publicado no D.O. de 10-7-87.

DECRETO Nº 94.577, DE 9 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quarto Protocolo do Acordo Comercial nº 10, no Setor da Indústria de Máquinas de Escritório.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, do Brasil e do México, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 25 de maio de 1987, em Montevidéu, o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 10, no Setor da Indústria de Máquinas de Escritório,

DECRETA :

Art. 1º O Quarto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 10, no Setor da Indústria de Máquinas de Escritório, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará a partir da data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo e seu anexo estão publicados no D.O. de 10-7-87.

DECRETO Nº 94.578, DE 09 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de Cz\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de Cz\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no *D.O.* de 10-7-87.

DECRETO Nº 94.579, DE 9 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no *D.O.* de 10-7-87.

DECRETO Nº 94.580, DE 9 DE JULHO DE 1987

*Abre à Presidência da República,
em favor do Gabinete da Presidência da
República, o crédito especial de CZ\$
15.000.000,00, para o fim que especifica.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, o crédito especial de CZ\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-7-87.

DECRETO Nº 94.581, DE 10 DE JULHO DE 1987

*Renova a concessão outorgada à Rádio
Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., para explo-
rar serviço de radiodifusão sonora em onda
média, na cidade de Ibaiti, Estado do
Paraná.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000212/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 6 de junho de 1987, a concessão da Rádio Novo Horizonte de Ibaiti Ltda., outorgada através da Portaria nº 486, de 30 de maio de 1977, para explorar, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 6 de junho de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.582, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Fronteira D'Oeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000298/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 27 de junho de 1987, a concessão da Rádio Fronteira D'Oeste Ltda., outorgada através da Portaria nº 565, de 23 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Terra Roxa, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativa-

mente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 27 de junho de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.583, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cruzeiro do Sul Itaquí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000254/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 31 de maio de 1987, a concessão da Rádio Cruzeiro do Sul Itaquí Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.543, de 19 de abril de 1977, para explorar, na cidade de Itaquí, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.584, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Aurilândia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000059/84,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez anos), a partir de 1º de maio de 1984, a concessão da Rádio Aurilândia Ltda., outorgada através da Portaria MJNI nº 333-B, de 28 de novembro de 1961, para explorar, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.585, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000046/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 15 de junho de 1987, a concessão da Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda., outorgada através da Portaria nº 508, de 6 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, rege-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.586, DE 10 DE JULHO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Sociedade Radiodifusora Passo Real Ltda., para a Rádio Meridional Ltda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000159/87.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Sociedade Radiodifusora Passo Real Ltda., autorizada a realizar a transferência direta para a Rádio Meridional Ltda., pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.587, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º; item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000197/84

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, a concessão da Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda., outorgada através da Portaria MVOP nº 480, de 31 de maio de 1950, para explorar, na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.588, DE 10 DE JULHO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Cariri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Crato, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 90.744/82,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de março de 1983, a concessão da Rádio Educadora Cariri Ltda., outorgada através do Decreto nº 46.143, de 5 de junho de 1959, para explorar, na cidade de Crato, Estado do Ceará, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 93.258, de 17 de setembro de 1986, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.589, DE 10 DE JULHO DE 1987

Autoriza a Casa da Moeda do Brasil — CMB a proceder ao aumento de seu capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Casa da Moeda do Brasil — CMB autorizada a aumentar o seu capital social, de CZ\$ 213.754.894,68 (duzentos e treze mi-

lhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro cruzados e sessenta e oito centavos) para CZ\$ 264.721.786,65 (duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, setecentos e oitenta e seis cruzados e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.590, DE 10 DE JULHO DE 1987

Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 76.892, de 23 de dezembro de 1975.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 76.892, de 23 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3º Somente poderá inscrever-se no concurso para ingresso na Categoria Funcional de Inspetor de Abastecimento quem possuir diploma de curso superior, com currículo mínimo de quatro anos, devidamente registrado.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.591, DE 10 DE JULHO DE 1987

Altera a relação a que se refere o artigo 7º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, modificado pelo Decreto nº 88.341, de 30 de maio de 1983.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949,

D E C R E T A :

Art. 1º O item II da relação a que se refere o art. 7º do Regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro, de 1949, aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, modificado pelo Decreto nº 88.341, de 30 de maio de 1983, é acrescido dos seguintes números:

«II — Comércio

-
-
- 19) Comércio em portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias.
 - 20) Comércio em hotéis.
 - 21) Agências de turismo, locadoras de veículos e embarcações.
 - 22) Comércio em postos de combustíveis.
 - 23) Comércio em feiras e exposições».

Art. 2º O nº 2 do item IV da relação a que se refere o art. 7º do Regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

«IV — Comunicações e publicidade

-
- 2) Empresas de radiodifusão, televisão, de jornais e revistas (excluídos os escritórios).
-

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.592, DE 10 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, em caráter de urgência, as ações de propriedade dos acionistas minoritários da Companhia Brasileira de Dragagem — CBD.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, itens I e III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, em favor da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, as ações de propriedade dos acionistas minoritários da Companhia Brasileira de Dragagem — CBD.

Art. 2º As ações serão desapropriadas por seu valor patrimonial.

Art. 3º A Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRAS, sob a supervisão do Ministério dos Transportes, promoverá a desapropriação no prazo de trinta dias e a executará, amigável ou judicialmente, com os recursos que lhe transferir a União Federal.

Art. 4º A desapropriação é declarada de natureza urgente para os efeitos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.593, DE 10 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 5.022.576.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no art. 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 5.022.576.000,00 (cinco bilhões, vinte e dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no anexo deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput*, do art. 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 13-7-87.

DECRETO Nº 94.594, DE 10 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o México (Acordo nº 9).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial.

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do México, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 31 de outubro de 1986, em Montevidéu, o Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o México (Acordo nº 9),

D E C R E T A :

Art. 1º O Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o México, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará por 6 (seis) meses a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 14-7-87.

DECRETO Nº 94.595, DE 10 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em Favor da Bolívia, do Equador e do Paraguai.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 11 de dezembro de 1986, em Montevidéu, o Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em Favor da Bolívia (Acordo nº 1), do Equador (Acordo nº 2) e do Paraguai (Acordo nº 3),

D E C R E T A :

Art. 1º O Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Regional de Abertura de Mercados em Favor da Bolívia (Acordo nº 1), do Equador

(Acordo nº 2) e do Paraguai (Acordo nº 3), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorará a partir da data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 14-7-87.

DECRETO Nº 94.596, DE 13 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Piacatu, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003879/86-13,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 10.090,00m² (dez mil e noventa metros quadrados), necessária à implantação da subestação Piacatu, no Município de Piacatu, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação no BX-SK-66.272, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.003879/86-13, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 1, cravado na margem direita da rua Portugal, no sentido centro-cemitério, num ponto situado a 27,50m do pro-

longamento da rua Alvarenga Peixoto; deste ponto segue com rumo e distância NE 39°21' — 100,00m, margeia a rua Portugal, até o marco nº 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 91°04', e segue com rumo e distância SE 51°43' — 100,07m, confronta com propriedade de Jaime Bento, até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 88°56', e segue com o rumo e distância SW 39°21' — 101,80m, confronta em parte com propriedade de Jaime Bento e em parte com propriedade de Joaquim Arcanjo de Oliveira, até o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', e segue com o rumo e distância NW 50°39' — 100,00m, confronta com propriedade de Joaquim Arcanjo de Oliveira, até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.597, DE 13 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Farmácia do Instituto de Odontologia
Paulista.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.010580/85-14 do Ministério da Educação.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Farmácia, com habilitação em Farmacêutico Bioquímico, a ser ministrado pelo

Instituto de Odontologia Paulista, mantido pela Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.598, DE 13 DE JULHO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Educação de Ivaiporã, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000680/85-19 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências, com habilitação em Matemática, licenciatura plena, a ser ministrado pela Faculdade de Educação de Ivaiporã, mantida pela Instituição Cultural e Educacional de Ivaiporã, com sede na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.599, DE 13 DE JULHO DE 1987

Altera dispositivos do Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982, que aprovou o Regulamento para o Corpo de Praças da Armada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 13 e 14 do Regulamento para o Corpo de Praças da Armada, aprovado pelo Decreto nº 87.179, de 18 de maio de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 13. O comportamento das Praças é aferido pela conduta ante a lei e a ordem constituída, particularmente na observância da disciplina, da doutrina e da ética militares.

Parágrafo único. A avaliação do comportamento é fator relevante na seleção das praças, principalmente para promoção, renovação de compromisso e matrícula em cursos.

Art. 14. Os CB e MN terão direito ao Distintivo de Comportamento, cuja descrição e instrução para o uso encontram-se dispostas no Regulamento de Uniformes da Marinha (RUMB), quando completarem cinco (5) anos de Tempo de Efetivo Serviço na Marinha, sem terem sofrido qualquer punição.

§ 1º Perderá definitivamente o direito ao Distintivo de Comportamento a Praça que vier a ser punida.

§ 2º A perda do Distintivo de Comportamento será efetivada apenas por ato administrativo interno da OM onde a praça estiver servindo, sem qualquer destaque especial.

§ 3º A autorização para uso do Distintivo de Comportamento, bem como a retirada dessa autorização, competem à Autoridade a que estiver subordinada a Praça.

§ 4º Serão lançadas nos assentamentos da Praça as notas correspondentes à autorização e perda do direito ao uso do Distintivo de Comportamento».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.600, DE 14 DE JULHO DE 1987

Autoriza o Ministério da Marinha a ceder, sob o regime de arrendamento, imóveis sob a sua jurisdição, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o dispos-

to no artigo 64, parágrafo 1º do Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, artigo 1º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 178, de 16 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º, letra *p*, do Decreto nº 20.923 de 8 de janeiro de 1932,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Ministério da Marinha autorizado a ceder, sob o regime de arrendamento, imóveis ou parte deles, que estejam sob sua jurisdição, por prazo a ser fixado, de conformidade com os interesses da Marinha.

Parágrafo único. A cessão será efetivada mediante contrato em que constarão, obrigatoriamente, as condições a serem estabelecidas pelo Ministério da Marinha.

Art. 2º A renda mensal dos aluguéis será recolhida ao Fundo Naval, na forma do disposto no artigo 2º, letra *p* do Decreto nº 20.923, de 08 de janeiro de 1932.

Art. 3º Ultimado o processo de cessão, o Ministério da Marinha encaminhará ao Serviço do Patrimônio da União, para fins de anotação, cópias dos contratos outorgados.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.601, DE 14 DE JULHO DE 1987

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o item III, do artigo 81, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 6º do Decreto-lei nº 5.961, de 1º de novembro de 1943,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico, que com esta baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Aeronáutica.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 84.446, de 30 de janeiro de 1980; 85.023, de 11 de agosto de 1980; 88.689, de 8 de setembro de 1983 e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

REGULAMENTO DA ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO

CAPÍTULO I

Das Finalidades da Ordem

Art. 1º A Ordem de Mérito Aeronáutico criada pelo Decreto-lei nº 5.961, de 1 de novembro de 1943, é destinada a premiar os militares da Aeronáutica Brasileira que tenham prestado notáveis serviços ao País ou se hajam distinguido no exercício de sua profissão, assim como reconhecer assinalados serviços prestados à Aeronáutica por personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras e, ainda, por Corporações Militares e Instituições Civis, nacionais ou estrangeiras.

CAPÍTULO II

Dos Graus e Insígnias

Art. 2º A ordem consta dos seguintes graus:

- 1º Grã-Cruz;
- 2º Grande-Oficial
- 3º Comendador;
- 4º Oficial; e
- 5º Cavaleiro.

Parágrafo único. A concessão da Insígnia da Ordem às Corporações Militares e Instituições Civis será feita às suas bandeiras ou estandartes, sem atribuição de grau.

Art. 3º As Insígnias da Ordem são constituídas por uma cruz floretada dourada, esmaltada de branco, sobre a qual figura o símbolo da Força Aérea Brasileira, tendo no reverso a característica da nacionalidade de seus aviões. A fita é de gorgorão de seda azul com cinco listras brancas.

Parágrafo único. As Insígnias de todos os graus, as miniaturas, as rosetas e barretas têm a forma, dimensões e cores estabelecidas pelos desenhos anexos ao presente Regulamento.

Art. 4º As Insígnias da Ordem do Mérito Aeronáutico serão usadas:

I — pelos militares, de acordo com o previsto no Regulamento de Uniformes próprio de cada Força Armada ou Força Auxiliar; e

II — pelas personalidades civis, de acordo com o que for estabelecido por Cerimonial Público.

Parágrafo único. A barreta, por ser de uso exclusivo em uniformes militares, não será entregue às personalidades civis agraciadas.

CAPÍTULO III

Dos Corpos e dos Quadros

Art. 5º Os graduados da Ordem do Mérito Aeronáutico constituem dois Corpos:

I — Corpo de Graduados Efetivos; e

II — Corpo de Graduados Especiais.

Art. 6º O Corpo de Graduados Efetivos é composto exclusivamente por militares da Aeronáutica e compreende dois Quadros:

I — Quadro Ordinário: de efetivo limitado, constituído pelos Oficiais de Carreira da Ativa; e

II — Quadro Suplementar: de efetivo ilimitado, constituído por todos os outros militares da ativa e pelos militares da reserva e reformados.

§ 1º Os Oficiais de Carreira da Ativa que tenham sido agraciados à época em que ainda pertenciam ao Corpo de Pessoal Graduado da Aeronáutica, permanecerão no Quadro Suplementar até que sejam promovidos a grau superior dentro da Ordem.

§ 2º Os graduados do Quadro Ordinário serão transferidos para o Quadro Suplementar, no mesmo grau, ao passarem para a reserva ou forem reformados.

§ 3º Poderá o militar falecido, a critério do Conselho de Ordem, ser admitido no Quadro Suplementar, como homenagem *post mortem*.

Art. 7º O Corpo de Graduados Especiais compreende, em quadro único de efetivo ilimitado, todos os agraciados não pertencentes ao Corpo de Graduados Efetivos.

Art. 8º As Corporações Militares e Instituições Civis nacionais ou estrangeiras que tiverem suas bandeiras ou estandartes agraciados com a Insígnia da Ordem, não integrarão nenhum dos seus Corpos.

Art. 9º A limitação numérica de efetivo dentro dos diversos graus do Quadro Ordinário será proporcional ao efetivo atual da Força fixado pela Lei de Fixação de Efetivos.

§ 1º Sempre que houver modificação na Lei de Efetivos para a Força, competirá à Secretaria dos Conselhos e Comissões efetuar os cálculos de proporção com a referida lei para definir o número das vagas e submetê-las à aprovação do Conselho.

§ 2º As vagas em cada grau do Quadro Ordinário abrem-se em decorrência de promoção na Ordem, transferência para o Quadro Suplementar, exclusão ou morte, bem como pelo acréscimo de vagas decorrentes do aumento de Efetivo da Força.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Art. 10. O Presidente da República é o Grão-Mestre da Ordem e, nessa qualidade, admite, promove e exclui os graduados da Ordem, na forma estabelecida por este Regulamento.

Art. 11. A Ordem é administrada por um Conselho composto de cinco Membros e um Secretário:

I — três membros natos — O Ministro da Aeronáutica (Chanceler da Ordem e Presidente Efetivo do Conselho), o Ministro das Relações Exteriores (Presidente Honorário) e o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;

II — dois membros não-natos: Oficiais-Generais integrantes do Alto-Comando da Aeronáutica, mais antigos em graduação na Ordem, nomeados por Portaria do Ministro da Aeronáutica; e

III — o Secretário do Conselho da Ordem é o Chefe do Gabinete do Ministro.

Parágrafo único. Os membros não-natos do Conselho serão automaticamente exonerados dessa função quando deixarem de integrar o Alto-Comando da Aeronáutica.

Art. 12. O Conselho da Ordem é apoiado pela Secretaria dos Conselhos e Comissões do Gabinete do Ministro.

Art. 13. Ao Conselho da Ordem compete:

I — julgar, em sessão plena, as propostas de admissão ou promoção;

II — deliberar sobre a exclusão de graduados da Ordem que se tornarem passíveis desta medida; e

III — decidir sobre os assuntos de interesse da Ordem.

Art. 14. Ao Presidente Efetivo e Chanceler da Ordem compete:

I — presidir as sessões do Conselho;

II — decidir *ad referendum* do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos concernentes à Ordem;

III — submeter ao Presidente da República, sob a forma de decreto as propostas de admissão à Ordem, bem como as relativas às promoções ou exclusões de seus graduados; e

IV — assinar os diplomas da Ordem.

Art. 15. Ao Secretário compete:

I — convocar o Conselho da Ordem mediante determinação do Presidente Efetivo;

II — secretariar as sessões do Conselho e lavrar as respectivas atas;

III — tratar de todos os documentos e correspondências alusivas à Ordem;

IV — assinar, como secretário, os diplomas da Ordem;

V — manter atualizado o Almanaque da Ordem; e

VI — manter relacionamento com as Secretarias de Ordens Nacionais e congêneres.

CAPÍTULO V

Da Admissão e da Promoção

Art. 16. As admissões na Ordem e as promoções de seus graduados são feitas por Decretos do Presidente da República, na qualidade de Grão-Mestre da Ordem, referendados pelo Ministro da Aeronáutica.

Parágrafo único. No Corpo de Graduados Especiais, as admissões ou promoções poderão ser feitas, em casos excepcionais, por decreto do Presidente da República, de *motu proprio*, ou mediante proposta do Ministro da Aeronáutica, como Presidente Efetivo do Conselho da Ordem.

Art. 17. O Presidente da República, o Ministro da Aeronáutica, o Ministro das Relações Exteriores, os Ministros do Superior Tribunal Militar e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, estes quando Oficiais-Generais da Aeronáutica, ao tomarem posse nos respectivos

cargos, são automaticamente admitidos no grau Grã-Cruz do Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos ou a ele promovidos caso já pertençam à Ordem, sem ocuparem vagas.

Parágrafo único. Ao deixarem os cargos, serão automaticamente transferidos para o Quadro Suplementar ou para o Corpo de Graduados Especiais conforme o caso, ressalvados os casos daqueles que retornarem a cargos da ativa do Ministério da Aeronáutica, que serão mantidos no Quadro Ordinário até que se enquadrem no contido do § 2º do artigo 6º.

Art. 18. A admissão dos militares da ativa no Corpo de Graduados Efetivos será sempre no grau de cavaleiro e sua ascensão na Ordem, será gradual a partir desta e observada o contido no art. 28.

Art. 19. Ficará a critério do Conselho, estabelecer o grau que ocuparão os militares que já se encontrem na reserva ou estejam reformados por ocasião de sua admissão na Ordem.

Art. 20. Os graus da Ordem são independentes dos postos que os militares ocupam na escala hierárquica militar.

Parágrafo único. Os Tenentes-Brigadeiros serão sempre promovidos ao grau Grã-Cruz, na primeira oportunidade após terem atingidos este posto e independente do interstício.

Art. 21. Quando transferidos de Quadro, o graduado da Ordem conserva o seu grau.

Art. 22. A admissão no Corpo de Graduados Especiais faz-se em qualquer grau, observada, em princípio a seguinte correspondência:

Grã-Cruz — Chefe de Estado;

Grande-Oficial — Ministros de Estado; Chefes de Forças Aéreas; Chefes de Estados-Maiores de Forças Armadas e Oficiais-Generais das Forças Armadas de posto equivalente, pelo menos a Major-Brigadeiro;

Comendador — aos demais Oficiais-Generais;

Oficial — aos Oficiais-Superiores; e

Cavaleiro — aos demais militares.

Parágrafo único. Os cidadãos civis admitidos na Ordem, na forma deste Regulamento, se-lo-ão nos graus correspondentes às funções que desempenham e à posição social que ocupam, devendo-se, sempre que possível, estabelecer correlação entre as situações civis e as militares acima e numeradas.

Art. 23. As propostas de admissão ou promoção serão apresentadas ao Conselho por qualquer dos seus membros ou pelos Oficiais-Generais da Aeronáutica, que estejam no exercício de função ou comissão.

§ 1º Os membros do Conselho poderão apresentar propostas para:

I — admissão ou promoção de Oficiais-Generais, brasileiros e estrangeiros;

II — concessão de Insignias a coroporações militares e instituições civis, nacionais ou estrangeiras; e

III — admissão ou promoção de personalidades civis, nacionais ou estrangeiras.

§ 2º Os Oficiais-Generais membros do Alto-Comando da Aeronáutica poderão apresentar propostas de:

I — personalidades civis nacionais ou estrangeiras, que exerçam, em princípio, atividades relacionadas ao cargo ocupado pelo proponente;

II — militares nacionais de outras forças ou estrangeiros, que exerçam atividades relacionadas ao cargo ocupado pelo proponente; e

III — militares e civis da Aeronáutica que lhe estejam funcionalmente subordinados.

§ 3º Os Oficiais-Generais da Aeronáutica no cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar ou de Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas poderão apresentar propostas de:

I — personalidades civis brasileiras do âmbito das relações do cargo que ocupam; e

II — militares e civis que lhes estejam funcionalmente subordinados.

§ 4º O Oficial-General, no cargo de Comandante de Comando Aéreo Regional, ou de Comandante de Organização Militar não situada em localidade sede de Comando Aéreo Regional, poderá submeter propostas de personalidades civis da área de sua jurisdição à apreciação do Comandante ou Diretor-Geral a que estiver subordinado, a quem competirá encaminhá-las ou não ao Conselho, em função do que preceitua o § 3º do art. 24 deste Regulamento.

§ 5º Em face da diversificação de efetivo de pessoal diretamente subordinado a cada Oficial-General e com a finalidade de minorar distorções da «proporcionalidade de efetivo versus número de propostas», poderão ser emitidas propostas adicionais, devidamente justificadas, a apreciação do comandante ou Diretor-Geral a que estiver subordinado o proponente, a quem caberá encaminhá-las ou não ao Conselho em função do que preceitua o § 3º do art. 24 deste Regulamento.

§ 6º As propostas de Oficiais-Generais da Ativa que não se enquadrarem nos casos acima mencionados, deverão incidir somente em militares e civis que lhes estejam diretamente subordinados.

§ 7º Por iniciativa do Presidente Efetivo da Ordem, excepcionalmente poderão ser consultados Oficiais-Generais (último posto) da reserva da Aeronáutica, assim como Órgãos e Entidades que mantenham relacionamento técnico com o Ministério da Aeronáutica, para sugestão de nomes a serem submetidos ao Conselho.

Art. 24. As propostas de admissão ou de promoção devem dar entrada na Secretaria dos Conselhos e Comissões do Gabinete do Ministro impreterivelmente até 15 de abril de cada ano.

§ 1º As propostas devem ser preenchidas e justificadas de acordo com os modelos aprovados pelo Presidente Efetivo da Ordem e divulgados, através de Instruções Complementares e terão o caráter «Confidencial».

§ 2º A quantidade de nomes a propor obedecerá aos seguintes parâmetros:

- I — Membros do Conselho da Ordem: ilimitado;
- II — Tenentes-Brigadeiros: 4 (quatro) propostas;
- III — Majores-Brigadeiros: 3 (três) propostas; e
- IV — Brigadeiros: 2 (duas) propostas.

§ 3º Para atender especificamente ao que preceituam os §§ 4º e 5º do art. 23, o Presidente Efetivo da Ordem fixará anualmente a disponibilidade adicional para cada Comandante e Diretor-Geral além das especificadas no item II do § 2º deste artigo.

Art. 25. O julgamento das propostas é feito em sessão ordinária do Conselho, e as decisões, tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, tendo cada membro direito a um voto.

Parágrafo único. As propostas rejeitadas em uma sessão não serão objeto de novo julgamento, salvo quando renovadas no ano seguinte pelas autoridades previstas neste Regulamento.

Art. 26. Para ser admitido no Corpo de Graduados Efetivos da Ordem, o candidato deverá ter no mínimo 15 (quinze) anos de efetivo serviço na Aeronáutica, ser possuidor de Medalha Militar, ser possuidor da Medalha Mérito Santos Dumont (há mais de dois anos), não ter sofrido prisão disciplinar nos últimos 10 (dez) anos, não estar *sub judice* ou já ter sido condenado, ter sido promovida pelo critério de merecimento ao atual Posto (se Oficial Superior) e, preencher no mínimo uma das seguintes condições:

- I — ter praticado ato de sacrifício, abnegação ou de bravura em Operações de Guerra ou a serviço, com risco da própria vida;
- II — ter prestado serviços relevantes à Aeronáutica ou à Segurança Nacional em qualquer domínio: científico, técnico, político-militar, econômico, diplomático; ou

III — distinguir-se no âmbito da classe, ou entre seus pares, pelo valor pessoal e pelo zelo profissional.

Parágrafo único. No caso previsto pelo Inciso I deste artigo, poderão ser dispensadas a critério do Conselho, as exigências acima enumeradas.

Art. 27. O candidato proposto sob o fundamento do artigo anterior, deve ser apreciado pelo Conselho quanto aos aspectos moral e profissional, de sorte que só venha a ser admitido o que realmente se destacar na classe, ou entre seus pares, pelo procedimento exemplar como militar e como cidadão, pelo devotamento à profissão e, especialmente, no exercício de suas funções, pelo relevo e rendimento que imprima às suas atividades, ou pela produção de trabalho altamente meritório, fruto de engenho, estudo, tenacidade e inteligência.

Parágrafo único. O valor pessoal é avaliado sob os aspectos:

I — moral: virtudes militares do candidato, atitudes e procedimento na vida privada, pública e profissional;

II — competência profissional: relativa ao seu posto ou graduação; e

III — rendimento e qualidade de trabalho nos encargos e missões que houver desempenhado e, especialmente, para o militar obrigado ao voo, a importância do serviço aéreo executado.

Art. 28. Para a ascensão gradual na Ordem é necessário um interstício de 2 (dois) anos no grau que ocupa o graduado, que seja recomendado por novos e assinalados serviços e, em se tratando de militar, que não tenha sofrido punição disciplinar, após sua admissão.

Parágrafo único. É dispensada a exigência do interstício mínimo para promoção ao graduado que se tenha distinguido por ato de excepcional relevância, bem como aos enquadrados no parágrafo único do artigo 20 deste regulamento.

CAPÍTULO VI

Da Exclusão da Ordem

Art. 29. Serão excluídos da Ordem:

I — os graduados nacionais que:

a) nos termos da Constituição, tiverem perdido a nacionalidade;

b) tiverem seus direitos políticos perdidos ou suspensos;

c) tiverem cometido atos contrários à dignidade e à honra militar, à moralidade da corporação ou da sociedade civil, desde que apurados e confirmados em investigação, sindicância ou inquérito;

II — os graduados nacionais ou estrangeiros:

a) que tenha sido condenados pela justiça brasileira em qualquer foro, por crime contra a integridade e a soberania nacionais, ou atentado contra o erário, instituições e a sociedade; e

b) que, a critério do Conselho, tenham praticado atos que invalidem as razões pelas quais foram admitidos.

§ 1º As exclusões resultantes das alíneas a e b do inciso I deste artigo, serão automáticas em função dos atos que as tenham provocado e, as demais, através de decreto, mediante proposta do Conselho da Ordem, encaminhadas ao Grão-Mestre da Ordem pelo seu Presidente Efetivo.

§ 2º Os excluídos pelos motivos constantes deste artigo poderão ser readmitidos se, após absolvidos pelos Tribunais Superiores por proposta de um dos membros do Conselho da Ordem do Mérito Aero-náutico ou quando manifestarem sua vontade por meio de requerimento, for a sua reinclusão em qualquer caso, considerada conveniente, em última instância, pelo mencionado Conselho.

§ 3º Aos excluídos por terem sido reformados, transferidos para a reserva, demitidos ou postos em disponibilidade, por força de Atos Institucionais ou Complementares, vivos ou falecidos, após terem sido anistiados na forma da lei, aplicar-se-á o disposto no presente artigo.

CAPÍTULO VII

Das Sessões do Conselho

Art. 30. O Conselho da Ordem realizará anualmente até 10 de julho, uma sessão ordinária para exame e julgamento das propostas de admissão e promoção, bem como de outros assuntos que exijam o pronunciamento do Conselho.

Art. 31. O Conselho poderá reunir-se em sessão extraordinária em qualquer época, por convocação do Presidente Efetivo, para tratar de questões de relevante interesse da Ordem.

Art. 32. As sessões terão o caráter secreto e só poderão ser realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

Parágrafo único. O Ministro das Relações Exteriores poderá fazer-se representar nas sessões do Conselho pelo Secretário-Geral do seu Ministério e o Ministro da Aeronáutica pelo membro mais graduado do Conselho.

CAPÍTULO VIII

Dos Diplomas e das Condecorações

Art. 33. Publicado no *Diário Oficial* o decreto de admissão ou promoção, o Presidente Efetivo do Conselho mandará expedir o competente diploma.

Art. 34. A entrega oficial das condecorações aos militares e civis brasileiros será realizada no dia 23 de outubro, «Dia do Aviador» em solenidade exclusiva para esse fim:

I — na Capital Federal — em presença dos graduados da Ordem e de delegação de Oficiais, bem como um destacamento de tropa;

II — nas Capitais sedes dos Comandos Aéreos Regionais, em presença dos graduados da Ordem e da tropa designada pelo Comandante do Comando Aéreo Regional respectivo; e

III — no estrangeiro — nas sedes das Embaixadas, Legações ou Consulados.

§ 1º Excepcionalmente o Ministro da Aeronáutica poderá autorizar a entrega de Comendas em outros locais que possuam unidade comandada por Oficial-General.

§ 2º Nas solenidades presididas pelo Grão-Mestre ou pelo Chanceler da Ordem, as condecorações serão entregues:

I — por uma daquelas duas autoridades: aos Grã-Gruzes, Grandes-Oficiais e às Coroporações e Instituições (suas bandeiras ou estandartes); e

II — pelos demais membros do Conselho e Oficiais-Generais dos mais graduados da Ordem: aos Comendadores, Oficiais e Cavaleiros.

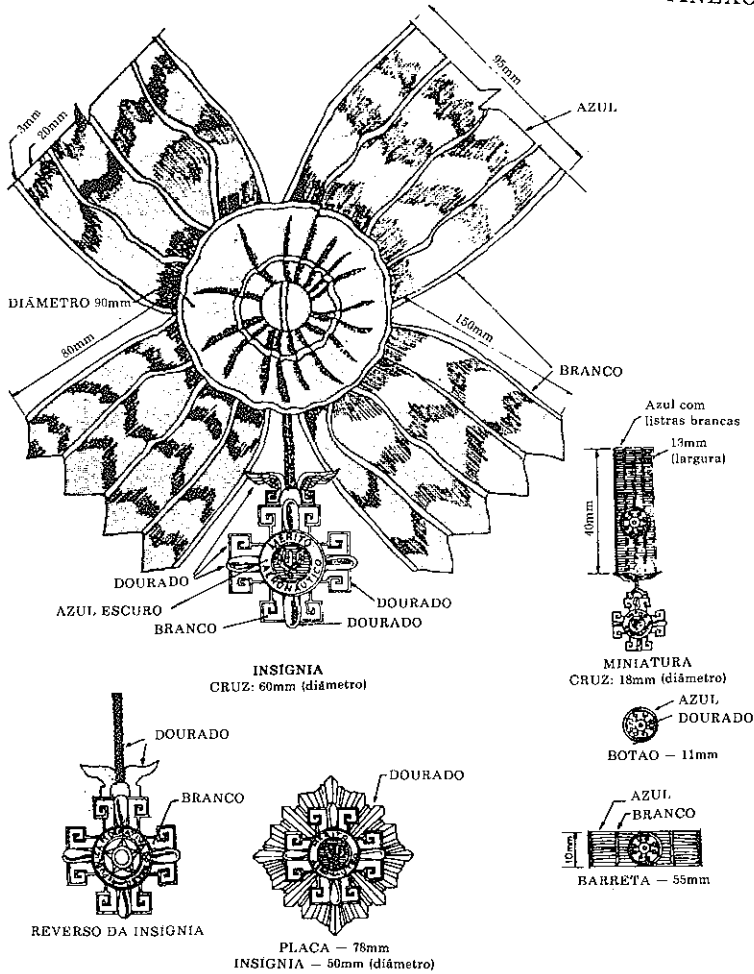
§ 3º Nos Comandos Aéreos Regionais, quando o próprio Comandante for agraciado, a solenidade deverá ser presidida pela autoridade superior a quem a mesma está imediatamente subordinada.

§ 4º A entrega das condecorações a estrangeiros que estiverem no Brasil, aos Almirantes-de-Esquadra, aos Generais-de-Exército e aos Oficiais-Generais da Ativa da Aeronáutica (ressalvado o exposto no parágrafo anterior), será feita em solenidade na Capital Federal.

Art. 35. Competem ao Cerimonial do Gabinete do Ministro o preparo e execução da solenidade na Capital Federal e, nas demais, aos respectivos Comandantes de Comandos-Aéreos-Regionais.

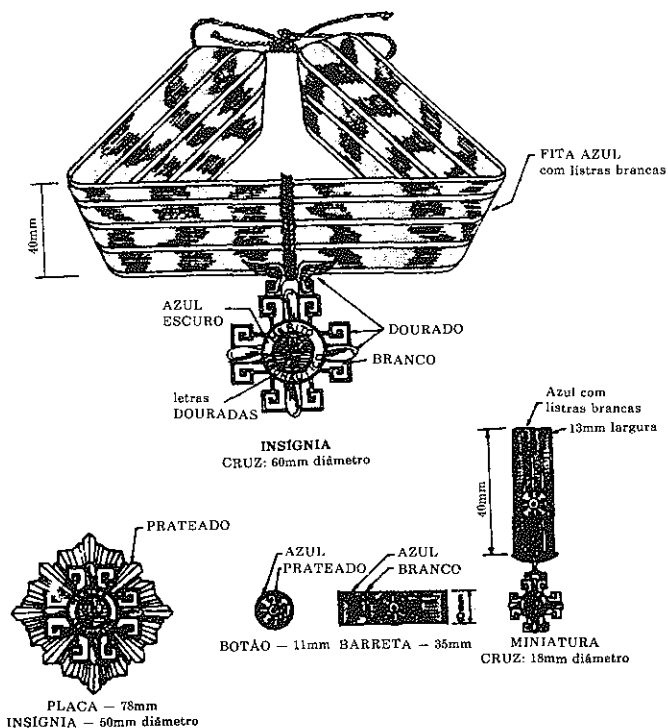
Art. 36. Os graduados da Ordem que, por motivo de força maior, não comparecerem à cerimônia de entrega das condecorações receberão-as em data e local estabelecido pelo Ministro da Aeronáutica quando na Capital Federal e, a critério dos Comandantes das respectivas áreas, quando na sede de Comandos Aéreos Regionais.

ANEXO 02/11



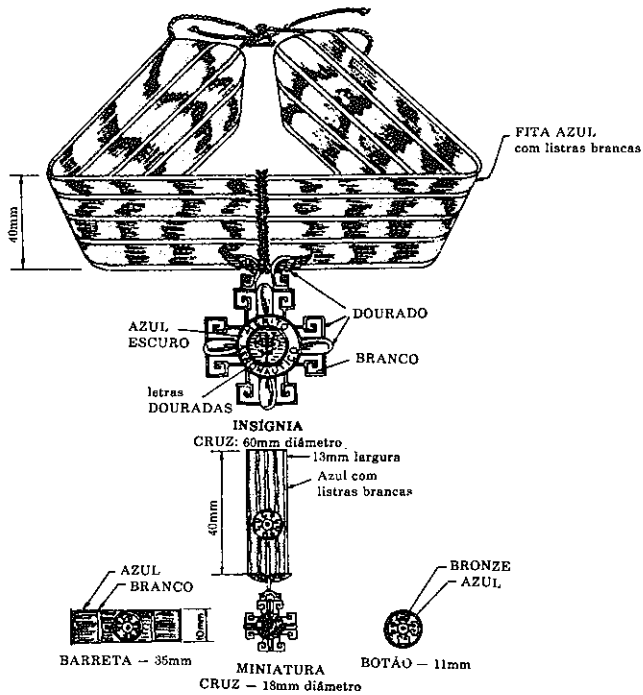
GRÃ-CRUZ

ANEXO 03/11

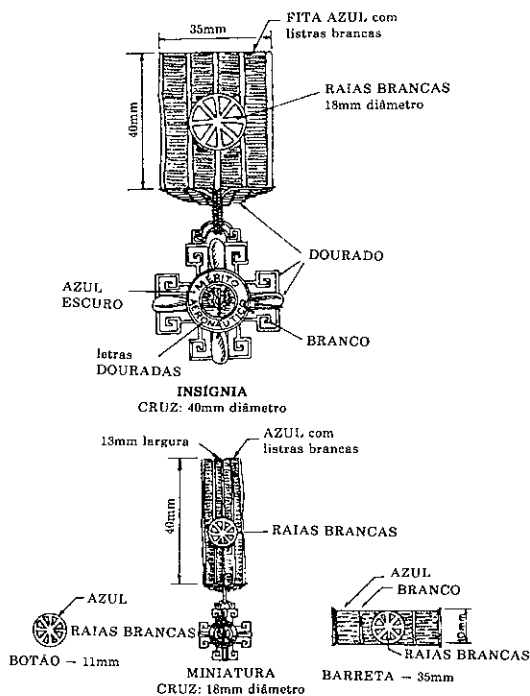


GRANDE OFICIAL

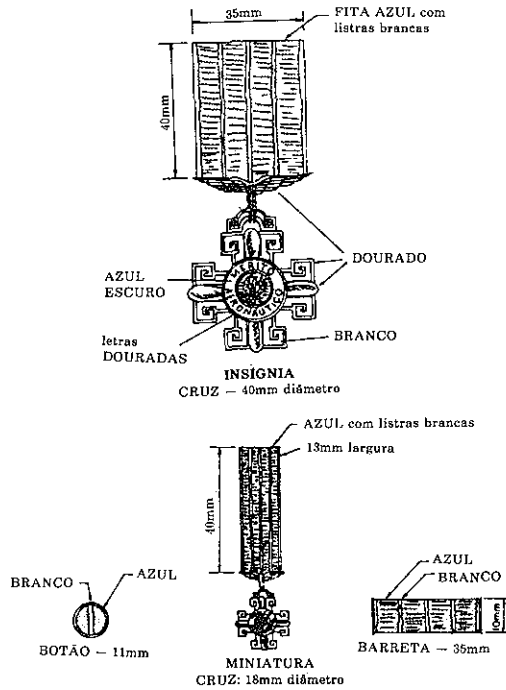
ANEXO 04/11



COMENDADOR

**OFICIAL**

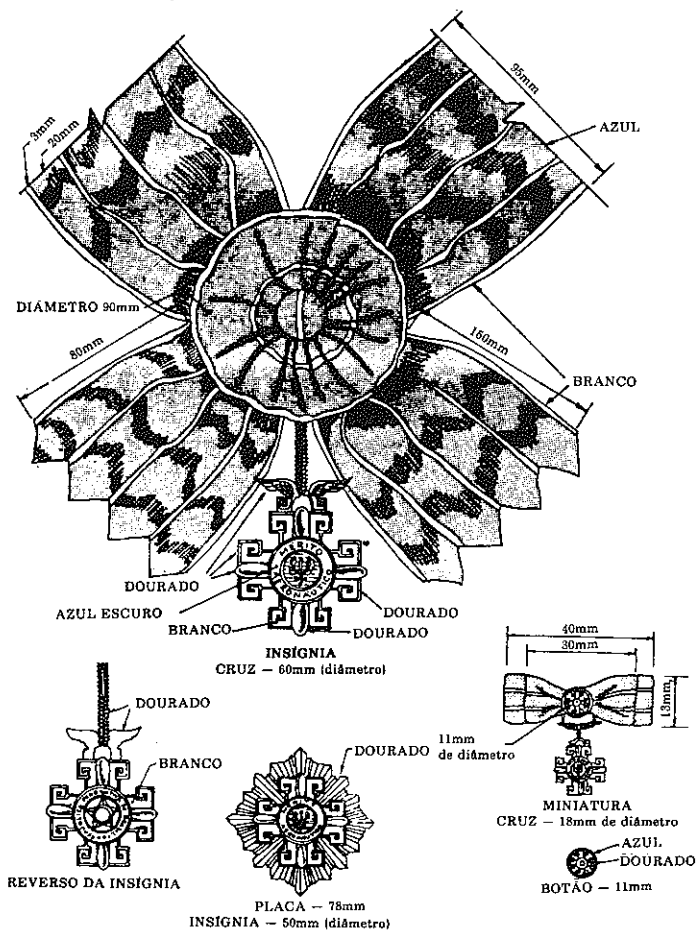
ANEXO 06/11



CAVALEIRO

ANEXO 07/11

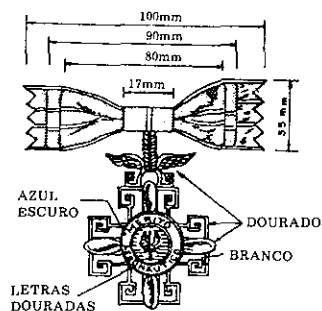
MODELO PARA DAMAS



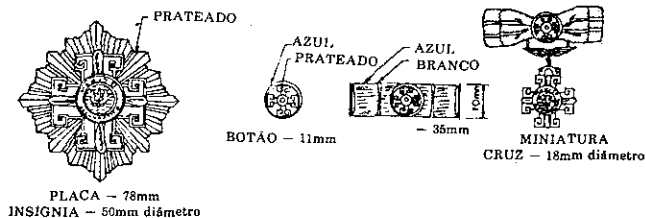
GRÃ-CRUZ

ANEXO 08/11

MODELO PARA DAMAS



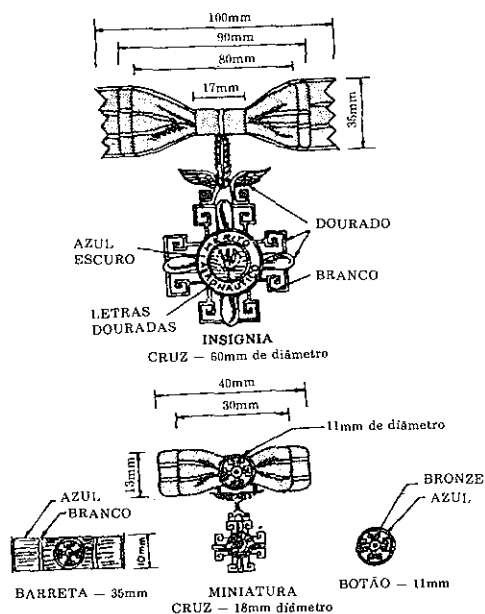
INSIGNIA
CRUZ - 60mm diâmetro



(BARRETA - Quando militar do Quadro Feminino, é idêntico a do Quadro Masculino)

GRANDE OFICIAL

MODELO PARA DAMAS

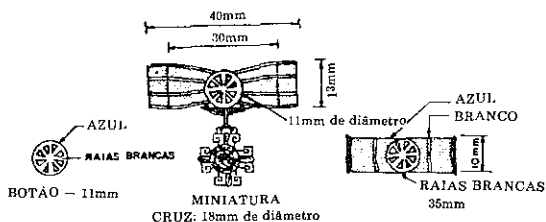
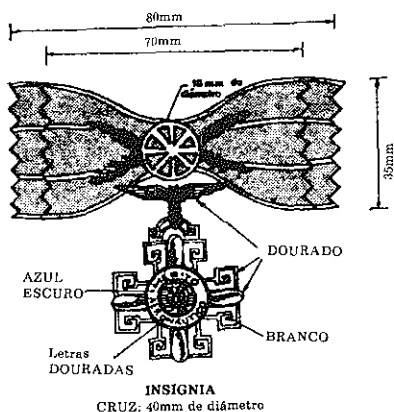


(BARRETA — Quando militar do Quadro Feminino, é idêntica a do Quadro Masculino)

COMENDADOR

ANEXO 10/11

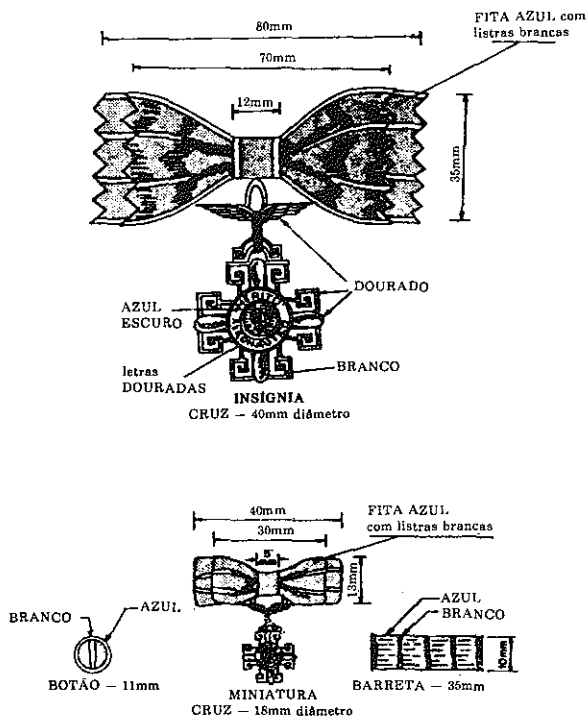
MODELO PARA DAMAS



(BARRETA — Quando militar do Quadro Feminino, é idêntica a do Quadro Masculino)

OFICIAL

MODELO PARA DAMAS



(BARRETA — Quando militar do Quadro Feminino, é idêntica a do Quadro Masculino)

CAVALEIRO

DECRETO Nº 94.602, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação dos índios Apiaká e Kayabi área de terras no Município de Juara, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19, 22 e 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Apiaká e Kayabi, para efeito dos artigos 4º, item IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas 10°52'21,0''S e 57°33'40,7''WGr, localizado na Foz do Córrego das Pedras no Rio dos Peixes; daí, segue pelo Córrego das Pedras no sentido montante, até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 10°47'20,8''S e 57°22'10,3''WGr, localizado na Foz de um Córrego sem denominação no Córrego das Pedras; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 70°01'01'' com distância aproximada de 3.511,41 metros, até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 10°46'41,9''S e 57°20'21,6''WGr, localizado na cabeceira de um Córrego sem denominação; daí, segue pelo referido córrego no sentido jusante, até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 10°54'01,7''S e 57°14'49,4''WGr, localizado na margem esquerda do referido córrego. Leste: Daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 191°10'54'' com distância aproximada de 8.766,41 metros, até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas de 10°58'41,7''S e 57°15'45,7''WGr, localizado no entrocamento de estradas carroçáveis; daí, segue pela estrada carroçável, até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 11°07'35,6''S e 57°15'56,0''WGr localizado no cruzamento da referida estrada com um córrego sem denominação. Sul: Daí, segue por uma linha seca com azimute aproximado de 270°00'00'' com distância aproximada de 5.700,00 metros, até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 11°07'35,4''S e 57°19'03,9''WGr, localizado na margem esquerda do Córrego Jaú; daí, segue por uma linha reta com distância aproximada de 25.907,72 metros, até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas de 11°02'08,7''S e 57°32'11,2''WGr, localizado na margem da Rodovia de acesso para Juara; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 313°04'10'' com distância aproximada 6.296,83 metros, até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 10°59'48,5''S e 57°34'42,5''WGr, daí, segue por uma linha

reta com azimuth aproximado de $231^{\circ}20'25''$ com distância aproximada de 640,31 metros, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas de $11^{\circ}00'01,5''S$ e $57^{\circ}34'59,0''WGr$. Oeste: Daí segue por linha reta com azimuth aproximado de $352^{\circ}45'47''$ com distância aproximada de 6.350,59 metros, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas $10^{\circ}56'56,3''$ e $57^{\circ}35'25,0''WGr$, localizado na cabeceira de um córrego sem denominação; daí, segue pelo referido córrego no sentido jusante, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas de $10^{\circ}53'37,3''S$ e $57^{\circ}35'14,8''WGr$, localizado na foz do referido córrego no Rio dos Peixes; daí, segue pelo referido rio no sentido montante, até o ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

§ 1º Fica excluída da área ora descrita a área de segurança da UHE de Salto do Rio dos Peixes, autorizada pelo Decreto nº 85.889, de 8 de abril de 1981, estimada em 300,81ha.

§ 2º A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Apiaká-Kayabi, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio—FUNAI.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Calvalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.603, DE 14 DE JULHO DE 1987

Homologa a demarcação da área indígena Pankararu, localizada nos Municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa da área indígena Pankararu, localizada nos Municípios de

Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do marco MO de coordenadas geográficas aproximadas 09°07'16''S e 38°15'25''WGr, situado no local denominado Brejinho da Serra ou Piancó, segue por linha reta de azimuth e distância aproximados de 72°00' e 9.000 metros até o marco M1 de coordenadas geográficas aproximadas de 09°05'49''S e 38°10'44''WGr, situado no local denominado Espinheiro ou Pedro Miuda. Leste: Do ponto descrito, segue por linha reta de azimuth e distância aproximados de 161°00' e 9.000 metros, até o marco M2 de coordenadas geográficas aproximadas de 09°10'28''S e 38°09'10''WGr, situado no local denominado Carapateira ou Umburana Ferrada. Sul: Do marco M2 segue por linha reta de azimuth e distância aproximados de 252°00' e 9.000 metros, até o marco M3 de coordenadas geográficas aproximadas 09°11'56''S e 38°13'52''WGr, situado no local denominado Lago do Cágado ou Bananeiras. Oeste: Do marco M3 segue por linha reta de azimuth e distância aproximadas de 341°30' e 9.000 metros até o marco MO, início da presente descrição perimétrica.

Parágrafo único A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Pankararu, foi demarcada pelo SPI — Serviço de Proteção aos Índios, em 1940.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.604, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação dos índios Mundurucu área de terras no Município de Itaituba, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Munduruku, para efeito dos artigos 4º, IV, 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Itaituba, Estado do Pará, com a seguinte delimitação: Norte: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 06°29'32''S e 58°16'39''WGr, situado na confluência do Igarapé sem denominação com a margem direita do Rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 06°26'00''S e 58°09'43''WGr, situado na margem direita do Rio Tapajós; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximadas de 00°00' e 500m, até encontrar o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'44''S e 58°09'43''WGr, situado na margem da Ilha Porto Alegre; daí, segue pelo braço maior do Rio Tapajós, margeando a citada Ilha, sentido jusante, até encontrar o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'26''S e 58°07'36''WGr, situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 177°30' e 300m, até encontrar o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'36''S e 58°07'33''WGr, situado na margem direita do Rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°25'59''S e 58°05'54''WGr, situado na margem direita do citado Rio; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 00°00' e 1.150m, até encontrar o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 06°25'20''S e 58°05'54''WGr, situado na margem da Ilha das Piranhas; daí, segue pelo braço maior do Rio Tapajós, margeando a citada Ilha, sentido jusante, até encontrar o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 06°24'54''S e 58°01'25''WGr, situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 28°30' e 2.400m, até encontrar o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 06°23'46''S e 58°00'49''WGr, situado na margem esquerda do Rio Tapajós; daí segue pela margem esquerda do braço menor do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas de 06°22'54''S e 57°59'36''WGr, situado na margem esquerda do braço menor do citado Rio; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância de 330°00' e 700m, até encontrar o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 06°22'34''S e 57°59'49''WGr, situado na margem de um lago; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados ' de 35°00' e 1.380m, até encontrar o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 06°21'57''S e 57°59'24''WGr, situado na margem do lago Muiçu ou Grande; daí, segue margeando o citado Lago, até encontrar o ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 06°21'08''S e 57°57'25''WGr, situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o ponto 14 de coordenadas geográficas aproxima-

das 06°20'16''S e 57°56'40''WGr, situado na confluência do citado Igarapé com o igarapé Muiucu; daí segue pela margem esquerda deste último, sentido montante, até encontrar o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 06°18'51''S e 57°59'34''WGr, situado na margem esquerda do citado Igarapé com a faixa de domínio da BR-230; daí, segue pela faixa de domínio da BR-230, até encontrar o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 06°13'06''S e 57°49'42''WGr, situado no cruzamento da BR-230 com uma Rodovia; daí, segue pela faixa de domínio da citada Rodovia, até encontrar o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 06°13'09''S e 57°49'34''WGr, situado na faixa de domínio da citada Rodovia; daí segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 152°30' e 5.450m, até encontrar o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'45''S e 57°48'12''WGr, situado na margem direita do Igarapé Fazenda; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 06°15'31''S e 57°46'00''Wgr, situado na margem esquerda do braço menor do do Rio Tapajós; daí, segue pelo braço menor do citado Rio margeando a Ilha do Eustácio, sentido montante, até encontrar o ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 06°17'05''S e 57°45'42''WGr, situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 63°00' e 2.500m, até encontrar o ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 06°16'30''S e 57°44'29''WGr., situado na margem da Ilha Carro Branco; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 180°00' e 400m, até encontrar o ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 06°16'30''S e 57°41'17''WGr, situado na margem direita do braço menor do Rio Tapajós; Leste: Desse ponto, segue pela margem direita do braço menor do citado Rio, sentido montante, até encontrar o ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 06°19'25''S e 57°45'28''WGr, situado na margem esquerda do Igarapé Carapanatuba ou Restinga na confluência com o Rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do citado Igarapé, sentido montante, até encontrar o ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 06°22'39''S e 57°42'58''WGr, situado na confluência de um Igarapé sem denominação com a margem esquerda do Igarapé Carapanatuba ou Restinga; daí segue pela margem esquerda deste último, até encontrar o ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 06°26'53''S e 57°42'23''WGr, situado na cabeceira do Igarapé Carapanatuba ou Restinga; Sul: Desse ponto, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados 245°00' e 5.500m até encontrar o ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 06°28'10''S e 57°45'04''WGr, situado na margem direita do Rio Cabitutu; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o ponto M7 de coordenadas geográficas aproximadas 06°19'55''S e 57°47'32''WGr, situado na margem direita do Rio Cabitutu na confluência com o Rio Tapajós; daí, se-

gue este último pela margem direita, sentido montante, até encontrar o ponto M6 de coordenadas geográficas aproximadas 06°19'52''S e 57°51'55''WGr, situado na margem esquerda do Rio Cadiriri na confluência com o Rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do Rio Cadiriri, sentido montante, até encontrar o ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 06°39'29''S e 57°59'03''WGr, situado na margem esquerda do Rio Cadiriri, na confluência com um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do citado Rio, sentido montante, até encontrar o ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 06°40'14''S e 58°04'24''WGr, situado na margem esquerda do Rio Cadiriri na confluência com um Igarapé sem denominação; Oeste: Desse ponto, segue por uma linha reta de azimuth e distância aproximados de 303°45' e 16.900m, até encontrar o ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 06°35'08''S e 58°12'04''WGr, situado na margem direita de um Igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta de azimuth e distância aproximados de 314°30' e 12.850m, até encontrar o ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 06°30'18''S e 58°17'02''WGr, situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o ponto 1, inicial da presente descrição.

Parágrafo único A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Sai Cinza, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Calvalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.605, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação dos indígenas Xavante área de terras que menciona, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o

disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Xavante, para os efeitos dos artigos 4º, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Gal. Gomes Carneiro e Poxoréu, Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 15°11'10" S e 53°52'25" WGr, localizado na cabeceira do igarapé Buritizal, afluente da margem esquerda do Rio das Mortes; daí, segue por linha reta até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 15°10'40" S e 53°51'05" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 15°10'25" S e 53°49'20" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este, a jusante, até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 15°10'55" S e 53°47'00" WGr, localizado na confluência com o Ribeirão Matrinxã ou Volta Grande. LESTE: Do ponto 4, segue pelo Ribeirão Matrinxã ou Volta Grande, a jusante pela margem direita, até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 15°17'25" S e 53°47'20" WGr, localizado na confluência com o Rio das Mortes. SUL: Do ponto 5, segue pelo Rio das Mortes, a montante, pela margem esquerda, até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 15°14'55" S e 53°54'10" WGr, localizado na confluência com o igarapé Buritizal. OESTE: Do ponto 6, segue pelo igarapé Buritizal, a montante, até o ponto 1, início deste memorial.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Sangradouro/Volta Grande, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.606, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação dos índios Waimiri-Atroari área de terra nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 a 25 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos Índios Waimiri-Atroari, para efeito dos artigos 4º, item IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas nos Municípios de Novo Airão, Itapiranga, Presidente Figueiredo (AM) e Caracaraí (RR), no Estado do Amazonas e no Território Federal de Roraima, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'10" S e 61°04'20" WGr, localizado na confluência do Rio Jauaperi com o Igarapé do Bugre; segue por este no sentido montante até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'10" S e 60°56'20" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 30°30' e 4.600 metros até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'40" S e 60°55'20" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 91°00' e 8.200 metros, até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'40" S e 60°50'50" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'20" S e 60°49'00" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí segue por este no sentido montante até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'40" S e 60°45'40" WGr, localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'25" S e 60°44'20" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 81°00' e 2.000 metros, até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'20" S e 60°43'20" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'10" S e 60°42'20" WGr, localizado na confluência com o Igarapé Jandiá; daí, segue por este no sentido do montante até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas

0°13'30'' S e 60°41'30'' WGr, localizado na interseção com a BR-174; daí, segue pelo bordo da rodovia com a distância aproximada de 250 metros, até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'20'' S e 60°41'40'' WGr, localizado no bordo direito da BR-174, sentido Manaus-Boa Vista; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 99°00' e 7.600 metros, até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'00'' S e 60°37'20'' WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'20'' S e 60°35'00'' WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 0°07'10'' S e 60°34'20'' WGr, localizado na confluência com o Rio Branquinho; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 0°09'20'' N e 60°18'10'' WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximada de 14°00' e 800 metros até o ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'50'' N e 60°18'10'' WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação, afluente do Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 00°14'00'' N e 60°18'50'' WGr, localizado na confluência com o Rio Trairi; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'10'' N e 60°22'00'' WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 00°21'50'' N e 60°09'00'' WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas dos Rios Carará ou Cidade Velha e Murauaú, até o ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'50'' N e 59°57'00'' WGr, localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Rio Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 00°17'20'' N e 59°58'20'' WGr, localizado na confluência com o Rio Carará ou Cidade Velha; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'50'' N e 59°45'20'' WGr, localizado na confluência com um igarapé sem denominação. LESTE: Do ponto 22 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'40'' S e 59°51'20'' WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 134°00' e 800 metros, até o ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'00'' S e 59°51'00'' WGr, localizado na cabeceira de um braço formador afluente da margem esquerda do Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 00°02'40'' S e 59°51'30'' WGr, localizado na confluência com o Igarapé Cujubim; daí, segue por este no sentido jusante até o

ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'20" S e 59°49'35" WGr, localizado na confluência com um braço formador afluente de sua margem direita; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 00°12'50" S e 59°49'00" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue pelo divisor de águas do Rio Pitíngua e de um igarapé sem denominação, até o ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 00°33'20" S e 60°09'30" WGr, localizado na confluência de dois braços formadores de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 186°00' e 4.400 metros, até o ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 0°35'40" S e 60°09'50" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 194° e 23.000 metros, até o ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 0°47'40" S e 60°12'55" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 184°30' e 3.000 metros, até o ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 0°49'20" S e 60°13'05" WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Uatumã; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 32 de coordenadas geográficas aproximadas 0°50'20" S e 60°12'00" WGr, localizado na confluência com um braço formador afluente da margem esquerda; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 33 de coordenadas geográficas aproximadas 0°51'10" S e 60°11'20" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue em linha reta com azimuth e distância aproximados de 165°30' e 8.000 metros, até o ponto 34 de coordenadas geográficas aproximadas 0°55'25" S e 60°10'20" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 177°00' e 5.200 metros, até o ponto 35 de coordenadas geográficas aproximadas 0°58'20" S e 60°10'10" WGr, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pelo igarapé secundário no sentido montante até o ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas 01°00'40" S e 60°09'10" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 169°00' e 600 metros, até o ponto 37 de coordenadas geográficas aproximadas 01°01'00" S e 60°09'05" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 38 de coordenadas geográficas aproximadas 01°14'20" S e 60°10'20" WGr, localizado na confluência com o Rio Uatumã; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 39 de coordenadas geográficas aproximadas 01°12'00" S e 60°21'35" WGr, localizado na confluência com o Rio Santo Antônio do Abunari; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 40 de coordenadas geográficas aproximadas 01°15'30" S e 60°24'40" WGr, localizado na interseção com a BR-174; daí, segue por linha reta com azimuth e distância aproximados de 196°00' e 55.000 me-

tros, até o ponto 41 de coordenadas geográficas aproximadas 01°44'20" S e 60°32'30" WGr, localizado na confluência do Rio Pardo com o igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 42 de coordenadas geográficas aproximadas 01°47'00" S e 60°32'50" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 180°00' e 1.000 metros, até o ponto 43 de coordenadas geográficas aproximadas 01°47'30" S e 60°32'50" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 44 de coordenadas geográficas aproximadas 01°46'25" S e 60°37'30" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 45 de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'30" S e 60°37'05" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação. SUL: Do ponto 45 segue pelo divisor de águas dos Rios Curiuaú e Apuaú e Curiuaú e Negro; até o ponto 46 de coordenadas geográficas aproximadas 01°55'50" S e 61°08'40" WGr, localizado na cabeceira do Igarapé das Pedras; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 47 de coordenadas geográficas aproximadas 01°54'50" S e 61°11'50" WGr, localizado na confluência com o Rio Camanaú; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 272°00' e 8.000 metros, até o ponto 48 de coordenadas geográficas aproximadas 01°54'40" S e 61°16'10" WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação com um braço afluente de sua margem esquerda. OESTE: Do ponto 48 segue pelo igarapé sem denominação no sentido montante, até o ponto 49 de coordenadas geográficas aproximadas 01°52'30" S e 61°16'00" WGr, localizado em sua cabeceira; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 343°00' e 6.800 metros, até o ponto 50 de coordenadas geográficas aproximadas 01°48'50" S e 61°17'05" WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Lourival; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 330°30' e 9.600 metros, até o ponto 51 de coordenadas geográficas aproximadas 01°44'30" S e 61°19'45" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 339°30' e 8.600 metros, até o ponto 52 de coordenadas geográficas aproximadas 01°40'05" S e 61°21'20" WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Água Boa; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximados de 19°00' e 5.400 metros, até o ponto 53 de coordenadas geográficas aproximadas 01°37'20" S e 61°20'20" WGr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre os rios Camanaú e Negro e Camanaú e Jauaperi até o ponto 54 de coordenadas geográficas aproximadas 00°58'30" S e 61°20'10" WGr, localizado na confluência de um igarapé sem denominação afluente da margem direita do Rio Camanaú, com um braço afluente da margem esquerda deste igarapé sem denominação; daí, segue pelo divisor de águas entre o Rio Camanaú e este igarapé sem de-

nominação até o ponto 55 de coordenadas geográficas aproximadas 00°46'15" S e 61°14'05" WGr, localizado na cabeceira de um braço afluente da margem esquerda do Igarapé Binauaú; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 56 de coordenadas geográficas aproximadas 00°44'10" S e 61°13'20" WGr, localizado na confluência com o Igarapé Binauaú; daí, segue por este no sentido jusante até o ponto 57 de coordenadas geográficas aproximadas 00°34'50" S e 61°16'30" WGr, localizado na confluência com o Rio Jauaperi; daí, segue por este no sentido montante até o ponto 1, início deste memorial.

§ 1º Ficam excluídas, da área ora descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto nº 85.898, de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.

§ 2º A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Waimiri-Atroari, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — Funai.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.607, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de ocupação dos indígenas Kaimbé área de terras no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, inciso V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos índios Kaimbé, para efeito dos artigos 4º, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Euclides da Cunha, Estado da Bahia, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 10°25'12" S e 38°50'10" WGr, denominado «Marco Maça-

ramduba do Camelo», localizado no topo de um outeiro, numa colina de pedras, próximo ao Saco de Ruam (antigo marco dos autos de demarcação), confronta-se neste trecho com as terras de Nelson Vitório e Ari Ferreira de Almeida; daí, segue no rumo nordeste até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 10°24'17" S e 38°48'26" WGr, denominado «Marco Calumbi», localizado na antiga estrada que liga a aldeia Ilha às localidades Vargem Grande, Vargem da Fora, Varginha e Rosário, confronta-se neste trecho com Ari Ferreira de Almeida; daí, segue no rumo nordeste até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 10°23'58" S e 38°47'53" WGr, denominado «Marco Cruz», localizado na margem da antiga estrada que liga a aldeia Ilha às localidades Massacará, Sicipituba, Bom Jardim e Rosário, confronta-se neste trecho com as terras de Oliveira Brito e a Fazenda Mata Sete; daí, segue no rumo nordeste até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 10°23'48" S e 38°47'06" WGr, denominado «Marco Banquinho», representado por uma árvore de jatobazeiro; daí, segue no rumo nordeste até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 10°23'15" S e 38°45'06" WGr, denominado «Jatobá do Papagaio», localizado próximo à estrada que liga Massacará ao Saco dos Cavalos e Moleques, confronta-se neste trecho com as terras de Pedro Alcântara de Carvalho e Ladislau Gonçalves Teixeira; LESTE: Do ponto antes descrito, segue no rumo sudeste até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 10°24'13" S e 38°44'14" WGr, denominado «Marco da Quixabeira», localizado no caminho da Baixa da Pedra; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 10°24'52" S e 38°44'15" WGr, denominado «Marco Outeiro da Vigia»; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 10°25'43" S 38°44'22" WGr, denominado «Marco Bambo Bambo», localizado próximo à margem direita da estrada que liga as localidades Massacará a Cícero Dantas; daí, segue no rumo sudoeste até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 10°27'22" S e 38°44'36" WGr, denominado «Marco da Cabeceira da Vargem», identificado como uma árvore de Sucupira, localizada no topo do morro, confronta-se neste trecho as terras de Pedro Gonzaga, Joca Gama Bittencourt e Olímpio de Tal. SUL: Do ponto antes descrito, segue no rumo sudoeste, passando pelo ponto dos autos da demarcação conhecida como Estrada das Boiadas, até o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 10°28'05" S e 38°45'54" WGr, denominado «Marco da Pedra do Ouricuri», localizado na margem esquerda da estrada que liga Massacará a Mirandela (Ribeira do Pombal), confronta-se neste trecho com as terras pretendidas por Osvaldo Alves de Souza, Domiciano Gama Bittencourt, Pedro Fagundes, João Fagundes e Aquino Soares; daí, segue no rumo noroeste até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 10°28'00" S e 38°46'46" WGr, denominado «Marco da Estrada do Maribondo» localizada na estrada velha de Massacará: daí, se-

gue no rumo noroeste até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 10°27'37" S e 38°47'58" WGr, denominado «Marco do Pau Pombo», representado por uma árvore; daí, segue no rumo noroeste até o ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 10°27'04" S e 38°49'24" WGr, denominado «Marco da Serra do Soares», representado por um marco de pedra cravado ao lado de uma árvore de Sucupira, confrontando-se com as terras pretendidas por Saverino Rodrigues de Aquino. OESTE: Do ponto antes descrito, segue no rumo noroeste até o ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 10°26'04" S e 38°49'49" WGr, denominado «Marco do Jatobá do Caminho do Caimbé», localizado na antiga estrada do Caimbé, confronta-se neste trecho com as terras de Messias Vitório, Nelson Vitório e Valdemar de Tal; daí, segue no rumo noroeste até o ponto 1 inicial da descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Massacará, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio — Funai.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.608, DE 14 DE JULHO DE 1987

Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio — Funai — da Área Indígena Xacriabá, de posse imemorial do grupo indígena Xa-

criabá, localizada no Município de Itacarambi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A área indígena de que trata este decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do marco 1 (um) de coordenadas geográficas 14°52'55,8" S e 44°25'54,3" WGr, implantado na margem direita do Rio Itacarambi, no cruzamento com a estrada Municipal que liga a Fazenda Areião à Fazenda São Sebastião; daí, segue pelo Rio Itacarambi, sentido jusante, uma distância de 33.483,59m, até o marco 2 (dois) de coordenadas geográficas 14°46'25,7" S e 44°10'18,8" WGr. LESTE: Do marco 2 (dois) segue por uma linha reta de azimuth 161°25'43,6" com uma distância de 12.843,11m, até o marco 3 (três) de coordenadas geográficas 14°53'01,4" S e 44°08'00,4" WGr. SUL: Do marco 3 (três) segue por uma linha reta de azimuth 243°10'13,3" com uma distância de 26.076,21m, até o Marco 6 (seis) de coordenadas geográficas 14°59'27,0" S e 44°20'58,0" WGr; implantado na margem esquerda do Rio Peruaçu; daí, segue pelo Rio Peruaçu, sentido do montante, uma distância de 11.103,82m, até o marco 7 (sete) de coordenadas geográficas 14°58'43,6" S e 44°26'27,6" WGr; OESTE: Do marco 7 (sete) segue pela margem direita da estrada Municipal que liga a Fazenda Areião à Fazenda São Sebastião, com os seguintes azimutes e distâncias: 344°40'53,1" e 1.431,66m, até o marco 34 (trinta e quatro) de coordenadas geográficas 14°57'58,7" S e 44°26'40,4" WGr, 16°12'11,9" e 1.004,89m, até o marco 35 (trinta e cinco) de coordenadas geográficas 14°57'27,3" S e 44°26'31,1" WGr; 04°13'44,3" e 1.380,14m, até o marco 36 (trinta e seis) de coordenadas geográficas 14°56'42,5" S e 44°26'27,8" WGr; 15°37'40,4" e 1.112,81m, até o marco 37 (trinta e sete) de coordenadas geográficas 14°56'07,6" S e 44°26'17,9" WGr; 15°32'44,9" e 1.181,16m, até o marco 38 (trinta e oito) de coordenadas geográficas 14.55'30,5" S e 44°26'07,4" WGr; 04°58'04,1" e 4.401,14m, até o marco 42 (quarenta e dois) de coordenadas geográficas 14°53'07,8" S e 44°25'55,0" WGr; 03°16'29,3" e 369,50m, até o marco 1 (um) ponto inicial da presente descrição perimétrica.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Calvalcanti

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.609, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Seringal União», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Ariquemes e Jaru, no Estado de Rondônia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Seringal União», com a área de 41.530,0000ha (quarenta e um mil, quinhentos e trinta hectares), situado nos Municípios de Ariquemes e Jaru, no Estado de Rondônia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P1, situado na margem direita do Rio Machadinho, de coordenadas geográficas longitude 62°24'28''WGr e latitude 09°47'36''S; deste, segue rio abaixo pela margem direita, numa distância de 20.000m, até o P2, situado na margem direita do Rio Machadinho, de coordenadas geográficas longitude 62°15'14''WGr e latitude 09°45'04''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'00''S, confrontando com os lotes 33, 30, 29, 28 e 27, da Gleba 1 — CP 1/83, do PA Machadinho, numa distância de 3.750m, até o M10, situado nas linhas B136 e C76; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°11'28'', confrontando com os lote 35 da Gleba 14 — TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 60m, até o M37, situado na linha C76; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°08'15'', confrontando com o lote 36 — Gleba 14 — TP', Setor e Gleba acima citados, numa distância de 249,90m, até o M38; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°08'26'', confrontando com o lote 37 — Gleba 14 — TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 244,50m, até o M39, situado nas Linhas B136 e C76; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°11'18'', confron-

tando com o lote 37 — Gleba 14 — TP', Setor e Gleba acima citados, numa distância de 2.038,61m, até o M77, situado nas Linhas B136 e C74; deste, segue por linha seca, cruzando a estrada, com azimute de 180°00'00'', numa distância de 30m, até o M47, situado nas linhas acima citadas; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°12'45'', confrontando com o lote 74 — Gleba 13, TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 2.021,81m, até o M48, situado nas Linhas B136 e C72; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°11'16'', confrontando com o lote 73 — Gleba 13-TP', Setor e Gleba acima citados, numa distância de 1.982,81m, até o M121, situado nas linhas B136 e C70; deste, segue por linha seca, cruzando a estrada, com azimute de 180°11'28'', numa distância de 30m, até o M47, situado nas linhas acima citadas; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°09'22'', confrontando com o lote 74 — Gleba 12 — TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 2.018,11m, até o M48, situado nas Linhas B136 e C68; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°07'16'', confrontando com o lote 73 — Gleba 12 — TP', Setor e Gleba acima citados, numa distância de 1.986m, até o M121, situado nas Linhas B136 e C66; deste, segue por linha seca, cruzando a estrada, com azimute de 180°00'00'', numa distância de 30m, até o M47, situado nas linhas acima citadas; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°04'40'', confrontando com o lote 74 — Gleba II — TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 1.990,70m, até o M48, situado nas linhas B136 e C64; deste, segue por linha seca, com azimute de 180°03'58'', confrontando com o lote 73 — Gleba II — TP', Setor e Gleba acima citados, numa distância de 1.996,90m, até o M121, situado nas linhas B136 e C62; deste, segue por linha seca, cruzando a estrada, com azimute de 180°00'00'', numa distância de 30m, até o M47, situado nas linhas acima citadas; deste, segue por linha seca, com azimute de 179°44'31'', confrontando com o lote 74 — Gleba 10 — TP'20/80 — Setor Anary, da Gleba Machadinho, numa distância de 1.998,12m, até o M86, situado nas Linhas B136 e C60; deste, segue pela Linha C60, confrontando com os lotes 75 ao 111, da Gleba 10 — TP'20/80, Setor Anary, da Gleba Vale do Rio Anary, com os seguintes azimutes e distâncias: do M86 ao M85 com 270°00'00'', numa distância de 250m; M85 ao M84 com 270°00'00'', numa distância de 251,50m; M84 ao M83 com 270°00'00'', numa distância de 249m; M83 ao M82 com 270°00'00'', numa distância de 249,50m; M82 ao M81 com 270°00'00'', numa distância de 249,80m; M81 ao M80 com 270°00'00'', numa distância de 249,70m; M80 ao M79 com 270°01'23'', numa distância de 249,70m; M79 ao M78 com 270°00'00'', numa distância de 249,70m; M78 ao M77 com 270°00'00'', numa distância de 250m; M77 ao M76 com 270°00'00'', numa distância de 250,10m; M76 ao M75 com 270°00'00'', numa distância de 249,50m; M75 ao M74 com 270°00'00'', numa distância de 249,40m; M74 ao M73 com 270°00'00'', numa distância de 249,50m; M73 ao M72 com

270°00'00'', numa distância de 249,80m; M72 ao M71 com 270°01'23'', numa distância de 249,60m; M71 ao M70 com 270°00'00'', numa distância de 246,10m; M70 ao M69 com 270°00'00'', numa distância de 250,40m; M69 ao M68 com 270°00'00'', numa distância de 249,80m; M68 ao M67 com 270°00'00'', numa distância de 250,10m; M67 ao M66 com 270°00'00'', numa distância de 249,90m; M66 ao M65 com 270°00'00'', numa distância de 250m; M65 ao M64 com 270°00'00'', numa distância de 249,90m; M64 ao M63 com 270°00'00'', numa distância de 249,90m; M63 ao M62 com 270°00'00'', numa distância de 250,10m; M62 ao M61 com 270°00'00'', numa distância de 250m; M61 ao M60 com 270°00'00'', numa distância de 249,90m; M60 ao M59 com 270°01'22'', numa distância de 250,20m; M59 ao M58 com 270°00'00'', numa distância de 250m; M58 ao M57 com 270°00'00'', numa distância de 249,90m; M57 ao M56 com 270°00'00'' numa distância de 249,90m; M56 ao M55 com 270°00'00'', numa distância de 250,30m; M55 ao M54 com 270°00'00'', numa distância de 250,80m; M54 ao M53 com 270°00'00'', numa distância de 249,90; M53 ao M52 com 270°00'00'', numa distância de 249,40m; M52 ao M51 com 270°00'00'', numa distância de 250,10m; M51 ao M50 com 270°00'00'', numa distância de 250,10m; M50 ao 49 com 270°00'00'', numa distância de 249,80m e do M49 ao M48, situado nas Linhas B126 e C60, com 270°00'00'', numa distância de 190,80m; deste, segue por linha seca, com azimute de 00°16'00'', confrontando com o TD Rio Branco, numa distância de 107,40m, até o M02, situado nas Linhas C60 e B126; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°07'02'', confrontando com TD Rio Branco, numa distância de 12.910,03m, até PA 15, situado nas linhas C60 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 00°00'00'', cruzando a estrada, numa distância de 14,90m, até o M113N, situado nas linhas C60 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 359°19'35'', confrontando com o lote 190, da Gleba Burareiro licitação, numa distância de 5.128,75m, até o M113, situado nas Linhas C65 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 359°53'48'', confrontando com o lote 166, da gleba acima citada, numa distância de 4.990,31m, até o M113S, situado nas Linhas C70 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 00°11'28'', cruzando a estrada numa distância de 30m, até o M113N, situado nas Linhas C70 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 359°57'49'', confrontando com o lote 144, da Gleba Burareiro licitação, numa distância de 4.868,90m, até o M113, situado nas Linhas C75 e B113; deste, segue por linha seca, com azimute de 89°29'53'', confrontando com o lote 126, da gleba acima citada, numa distância de 2.054,58m, até o M115, situado na Linha C75; deste, segue por linha seca, com azimute de 90°03'46'', confrontando com o lote 127, da Gleba Burareiro licitação, numa distância de 2.009,90m; até o M117, situado na Linha C75; deste, segue por linha seca, com azimute de 89°53'21'', confrontando com o lote 128, da gleba acima citada, numa distância de 2.065,80m, até o M07, situado na Linha C75; deste, segue

por linha seca, com rumo de 00°00'00'', confrontando com o lote 128, da Gleba Burareiro licitação, numa distância de 400m, até o P01, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, folha SC 20-X-C-V, escala 1:100.000, Ministério do Exército, Diretoria de Serviços Geográficos — DSG, ano 1981, e peças técnicas constantes do processo INCRA/SR/17/nº 1.914/86, fls. 2 a 11 — Escala 1:100.000, ano 1986).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.610, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Promissão» (partes das Glebas 12, 13 e 14), classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Promissão» (partes das Glebas 12, 13 e 14), com área de 7.466,8000ha (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis hectares e oitenta ares), situado no Município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto P1, de coordenadas geográficas longitude 47°35'50''WGr e latitude 02°32'40''S, situado na divisa com terras da Fazenda Santa Maria; deste por uma linha seca, limite com as referidas terras da Fazenda Santa Maria, com um rumo e distância 87°00'SE e 3.600m, chega-se ao ponto P2, de coordenadas geográficas longitude 47°33'54''WGr e latitude 02°32'44''S, situado na divisa com terras de Luiz Carlos Bueno; deste por uma linha seca, limite com as referidas terras de Luiz Carlos Bueno, com os seguintes rumos e distâncias: 01°00'SE e 4.194,66m, até o ponto P3, de coordenadas geográficas longitude 47°33'50''WGr e latitude 02°35'00''S, 87°00'SE e 3.000m, até o ponto P4, de coordenadas geográficas longitude 47°32'11''WGr e latitude 02°35'04''S, situado na divisa com terras da União; deste por uma linha seca, limite com as citadas terras da União, Nadir Klen e Fazenda Santa Gertrudes, com um rumo e distância 01°00'SE e 5.712,84m, chega-se ao ponto P5, de coordenadas geográficas longitude 47°32'06''WGr e latitude 02°38'12''S, situado na divisa com parte da Gleba 14; deste por uma linha seca, limite com a referida parte da Gleba 14 e terras da Agropecuária Nova Aliança, com um rumo e distância 87°00'NW e 13.200m, chega-se ao ponto P6, de coordenadas geográficas longitude 47°39'14''WGr e latitude 02°37'51''S, situado na divisa com terras da União; deste por uma linha seca, limite com as citadas terras da União, com um rumo e distância de 01°00'NW e 3.312,50m, chega-se ao ponto P7, de coordenadas geográficas longitude 47°39'18''WGr e latitude 02°36'05''S, situado na divisa com terras da Cia. Agropecuária do Rio Jabuti; deste por uma linha seca, limite com as citadas terras da Cia. Agropecuária do Rio Jabuti, com os seguintes rumos e distâncias: 87°00'SE e 6.600m, até o ponto P8, de coordenadas geográficas longitude 47°35'44''WGr e latitude 02°36'14''S, 01°00'NW e 6.595m, até o ponto P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: SA-23-Y-A Radambrasil, ano 1973, escala 1:250.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.611, 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Currais Novos», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Barras, no Estado do Piauí, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Currais Novos», com a área de 1.667,8875ha (um mil, seiscentos e sessenta e sete hectares, oitenta e oito ares e setenta e cinco centiares), situado no Município de Barras, no Estado do Piauí, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: começa o perímetro do imóvel no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 42°26'31''WGr e latitude de 04°06'57''S, localizado à margem esquerda da estrada de acesso oriunda de Salviné; deste, segue com azimute de 98°30'00'' e distância de 527,00m, confrontando com o Canto da Palmeira, de Durval Castelo Branco, até o ponto 2; deste, segue com azimute de 186°30'00'' e distância de 2.580,00m, confrontando com Raimundo Nonato Lages, atravessando o igarapé do Baixão até o ponto 3; deste, segue com azimute de 303°20'00'' e distância de 1.840,00m, confrontando com o imóvel Sossego, de José Lustosa Machado até o ponto 4; deste, segue com azimute de 219°45'00'' e distância de 1.270,00m, confrontando com o mesmo imóvel Sossego, de José Lustosa Machado até o ponto 5; deste, segue com azimute de 219°45'00'' e distância de 3.260,00m, confrontando com Raimundo Nonato Lages, até o ponto 6; deste, segue com o azimute de 299°49'30'' e distância de 2.300,00m, confrontando com a propriedade Maniçoba, de José Soares da Silva, até o ponto 7; deste, segue confrontando com Raimundo Nonato Lages; com azimute de 29°10'00'' e distância de 4.234,00m, atravessando a estrada oriunda de Salviné, após atravessar o igarapé do Baixão, até o ponto 8; deste, segue com azimute de 103°20'00'' e distância de 2.300,00m, confrontando com Luiz Pires Lages, até o ponto 9; deste segue com azimute de 35°15'00'' e distância de 1.200,00m, confrontando ainda com Luiz Pires Lages, até o ponto 10; deste segue com azimute de 113°10'00'' e distância de 1.000,00m, confrontando com o Canto da Palmeira, de Durval Castelo Branco, até o ponto 11; deste segue com azimute de 59°10'00'' e distância de 487,00m, confrontando com o Canto da Palmeira, de Durval Castelo Branco, até o ponto 1, inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da DSG, folha SB.23-X-B-III, Região Nordeste, escala 1:100.000, 1ª Impressão 1978).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.612, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazendas Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio», classificados no Cadastro de imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Fazenda Serra Branca, Serrote, Entre Santos e Santo Antonio», com a área de 8.534,5900 ha (oito mil, quinhentos e trinta e quatro hectares e cinquenta e nove ares), situados nos Municípios de São Rafael e Santana do Matos, no Estado do Rio Grande do Norte, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Área I — «Fazenda Santo Antônio e Entre Santos», com 1.101,2100ha: Partindo do ponto 1, de coordenadas UTM E = 733.020,00m e N = 9.343.200,00m referidas ao MC 39°WGr, situado na divisa da fazenda Mineiro e Serra da Pindoba; deste, segue por linha seca, confrontando com a fazenda Mineiro, com azimute 129°06'28" e distância 3.995,05m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Serrote Branco, com azimute 243°17'58" e distância 3.783,44m até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Salina, com os seguintes azimutes e distâncias: 283°46'54" e 1.091,42m, até o ponto 4; deste, 295°59'21" e 890,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com a Serra da Pindoba, com azimute 30°56'25" e distância 4.162,27m, até o ponto 1, início da presente descrição (fonte de referência: Carta

da Região Nordeste executada pela Sudene na escala 1:100.000, de 1972, folha SB.24-X-D-V, de Açú-RN).

b) Área II — «Fazenda Serra Branca e Serrote», com 7.433,3800ha: partindo do ponto 1 de coordenadas UTM E = 747.160,00m e N = 9.353.420,00m, referidas ao MC 39°WGr, situado na divisa das Fazendas Lagoa Seca e Bom Sucesso; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Bom Sucesso com os seguintes azimute e distâncias: 200°53'09" e 813,45m, até o ponto 2; 123°23'55" e 1.090,00m, até o ponto 3; 198°16'21" e 1.116,29m, até o ponto 4; 227°43'35" e 445,98m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Pau a Pique com azimute 170°01'01" e distância 3.980,26m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Palestina, com azimute 271°06'00" e distância 6.771,25m, até o ponto 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Serrote (parte) de propriedade do Sr. Abílio de Medeiros com os seguintes azimutes e distâncias: 321°57'11" e 876,18m, até o ponto 8; 214°49'55" e 2.170,97m, até o ponto 9; 297°45'05" e 734,48m, até o ponto 10; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Serrote (parte) de propriedade do Sr. Hélio Santa Rosa, com os seguintes azimutes e distâncias: 35°50'16" e 222,04m, até o ponto 11; 302°37'09" e 593,63m, até o ponto 12; 213°44'52" e 2.754,09m, até o ponto 13; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Mineiro com azimute 289°38'20" e 2.558,85m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando com a Serra da Pindoba, com azimute 26°43'41" e distância 4.713,65m, até o ponto 15; deste, segue por linhas secas, confrontando com a Fazenda Des-terro com os seguintes azimutes e distâncias: 99°56'39" e 3.126,98m, até o ponto 16; 2°05'43" e 1.641,10m até o ponto 17; 12°06'29" e 5.831,26m até o ponto 18; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Lagoa Seca, com azimute 114°52'49" e distância 6.084,73m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da Sudene, na escala 1:100.000, de 1972, folha SB, 24-X-D-V, de Açú/RN).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão benefícios com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.613, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lagoa do Xavier/São Vicente e Pico Estreito/Tiradentes», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de Mossoró e Baraúna, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e IV, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Lagoa do Xavier/São Vicente e Pico Estreito/Tiradentes», com área total de 2.693,4055ha (dois mil, seiscentos e noventa e três hectares, quarenta ares e cinquenta e cinco centiares), situados no Município de Mossoró e Baraúna, no Estado do Rio Grande do Norte, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

Área I, com 1.254,2005ha (um mil, duzentos e cinquenta e quatro hectares, vinte ares e cinco centiares): partindo do Ponto 1, de coordenadas UTM E = 670.120,00m e N = 9.438.910,00m, referidas ao MC 39ºWGr situado na divisa de terras de Manoel Holanda de Rebouças, Titico da Cachaça (vulgo) e Amadeu Pimenta; deste, segue por linha se-

ca, confrontando com terras de Titico da Cachaça e Amadeu Pimenta, com azimute de $215^{\circ}40'58''$ e distância de 917,20m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Amadeu Pimenta, com azimute de $300^{\circ}22'58''$ e distância de 456,72m, até o ponto 3; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Amadeu Pimenta e Francisco Rosado, com os seguintes azimutes e distâncias: $192^{\circ}42'13''$ e 959,49m, até o ponto 4; $203^{\circ}33'04''$ e 1.088,68m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Percino da Costa e Raimundo Cara Suja (vulgo), com azimute $292^{\circ}00'19''$ e distância de 4.224,78m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Miguel e Maísa, com azimute de $37^{\circ}21'37''$ e distância de 1.308,45m, até o ponto 7; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Maísa, com os seguintes azimutes e distâncias: $29^{\circ}44'42''$ e 1.128,72m, até o ponto 8; $120^{\circ}52'59''$ e 478,60m, até o ponto 9; $34^{\circ}54'09''$ e 1.310,77m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Holanda de Rebouças, com azimute de $123^{\circ}41'24''$ e distância de 3.569,50m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta da Sudene, folha SB. 24-X-D-I, escala 1:100.000, ano: 1972).

Area II, com 1.439,2050ha (um mil, quatrocentos e trinta e nove hectares, vinte ares e cinquenta centiares): partindo do ponto 1, de coordenadas UTM E = 656.055m e N = 9.449.345m, referidas ao MC 39° WGr, situado na divisa de terras dos Srs. Antônio de Souza e José Ivan de Oliveira; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Ivan de Oliveira e Maísa, com azimute de $200^{\circ}59'30''$ e distância de 2.693,78m, até o ponto 2; deste, segue por linhas secas confrontando com terras de Hugo Pinto, com os seguintes azimutes e distâncias: $276^{\circ}37'57''$ e 1.991,33m, até o ponto 3; $342^{\circ}33'10''$ e 146,75m, até o ponto 4; $272^{\circ}30'23''$ e 1.028,98m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de herdeiros de Manuel Emídio e Gregório Quitino, com azimute de $04^{\circ}43'37''$ e distância de 2.463,38m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Gregório Quitino, Luiz de Camilo e Camilo Alves de Lelis, com azimute de $294^{\circ}28'29''$ e distância de 772,40m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manuel Ludogério de Lima, com azimute de $27^{\circ}39'03''$ e distância de 2.478,01m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Walter Marcelino, João Nicolau, Nezinho Jaboaba, Francisco Nicolau da Rocha, Luiz Pedro de Oliveira, Raimundo da Rocha, Rivaldo Marroca da Silva e João André dos Santos, com azimute de $114^{\circ}52'19''$ e distância de 2.270,60m, até o ponto 9; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras de Raimundo Pereira da Silva, com os seguintes azimutes e distâncias: $225^{\circ}00'00''$ e 763,68m, até o ponto 10; $212^{\circ}51'21''$ e 571,40m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Raimundo Pereira da Silva, João Honorato, Raimundo da Rocha, João

Feliciano, Antonio de Ninim, José Firmino, Manoel Honorato da Silva, Raimundo da Rocha e Antonio de Souza, com azimute de 112°33'14" e distância de 2.333,46m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta da Sudene, folha SB. 24-X-C-III, escala 1:100.000, ano: 1972).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.614, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Tingui», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais no INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Santa Rosa de Lima, Malhador e Riachuelo, no Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Tingui», com a área de 2.027,8898ha (dois mil e vinte e sete

hectares, oitenta e oito ares e noventa e oito centiares), situado nos Municípios de Santa Rosa de Lima, Malhador e Riachuelo, no Estado de Sergipe, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Inicia no marco M278 de coordenadas geográficas longitude 37°15'25" WGr e latitude 10.038'58"S; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Milton Faro, com azimute de 01°54'53" e distância de 27,81m, até o marco M479; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Oviedo Teixeira, com os seguintes azimutes e distâncias: 111°09'58" e 105,27m, até o M483; 74°08'21" e 35,51m, até o marco M266; 28°35'31" e 33,51m, até o marco M480; 345°30'39" e 31,79m, até o marco M268; 86°46'04" e 240,53m, até o marco M289; 147°56'59" e 74,84m, até o marco M485; 103°27'29" e 71,06m, até o marco M271; 74°33'16" e 76,28m, até o marco M478; 59°07'02" e 30,63m, até o marco M281; 337.004'48" e 50,84m, até o marco M112; 286.58'45" e 44,68m, até o marco M78; 33°21'26" e 37,97m, até o marco M145; 73°50'23" e 174,32m, até o marco M159; 169°35'58 e 41,21m, até marco M394; 133°33'24" e 58,70m, até o marco M365; 95°22'20" e 57,43m, até o marco M456; 124°58'16" e 76,53m, até o marco M370; 55°01'06" e 38,42m, até o marco M388; 81°54'24" e 32,47m, até o marco M148; 98°22'08" e 110,91m, até o marco M86; 129°56'23" e 217,37m, até o marco M125; 153°42'55" e 78,17m, até o marco M138; 133°10'39" e 82,38m, até o marco M119; 46.031'38" e 38,28m, até o marco M371; 56°53'15" e 1370,16m, atravessando o rio Dangra, até o marco M2617; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Adalgiza Prado, com os seguintes azimutes e distâncias: 151°35'25" e 148,60m, até o marco M2613; 166°44'15" e 96,12m, até o marco M2614; 83°12'32 e 94,30m, até o marco M2615; 62°00'00" e 96,79m, até o marco M2061; 155°17'15" e 105,06m, até o marco M2616; 189°56'43" e 61,16m, até o marco M2607; 125°01'37" e 272,52m, até o marco M 2601; 83°06'24" e 30,50m, até o marco M2623; 62°31'27" e 114,88m, até o marco M2059; 89°42'17" e 47,52m, até o marco M2611; 107°50'47" e 172,51m, até o marco M2602; 27°00'29 e 35,92m, até o marco M2612; 91°33'59" e 93,22m, até o marco M2610; 54°00'19" e 51,98m, até o marco M2618; 26°03'19" e 83,33m, até o marco M2625; 03°13'11" e 59,18m, até o marco M2609; 04°17'38" e 108,35m, até o ponto DE256; 14°38'04" e 168,34m, até o ponto DE255; 88°36'48" e 59,10m, até o ponto DE254; 112°37'55" e 168,53m, até o ponto DE253; 113°06'03" e 71,70m, até o ponto DE252; 113°42'20" e 106,17m, até o ponto DE251; 126°21'45" e 140,61m, até o ponto DE250; 125°55'03" e 99,93m, até o ponto DE249; 161°40'20" e 153,47m, até o ponto DE248; 195°17'47" e 133,12m até o ponto DE247; 196°39'08" e 102,55m, até o ponto DE246; 200°00'32" e 99,74m, até o ponto DE245; 167°55'22" e 145,89m, até o ponto DE244; 178°44'07" e 135,70, até o ponto DE243; 186°18'20" e 108,70m, até o ponto DE242; 178°30'17" e 118,60m, até o ponto DE241;

172°24'54'' e 92,64m, até o ponto DE240; 146°15'10'' e 68,86m, até o ponto DE239; 142°07'23'' e 54,25m, até o ponto DE238; 162°01'10'' e 102,21m, até o ponto DE237; 142°49'35'' e 99,81m, até o marco M2058; 197°57'23'' e 55,51m, até o marco M2608; 183°38'43'' e 101,39m, até o marco M2624; 169°02'53'' e 87,17m, até o marco M2604; 180°26'55'' e 60,93m, até o marco M2605; 191°21'26'' e 104,81m, até o marco M2621; 171°20'30'' e 79,35m, até o marco M2603; 172°22'15'' e 113,63m, até o marco M2600; 155°49'10'' e 108,37m, até o marco M2606; 162°39'50'' e 102,38m, até o marco M2619; 175°50'27'' e 162,36m, até o marco M2620; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de João Prado, com os seguintes azimutes e distâncias: 184°10'01'' e 148,62m, até o marco M2622; 153°05'39'' e 122,22m, até o marco M2174; 177°24'23'' e 261,36m, até o marco M2175; 187°06'18'' e 92,45m, até o marco M2177; 159°10'06'' e 32,71m, até o marco M2294; 145°41'13'' e 125,72m, até o marco M2173; 126°04'35'' e 54,38m, até o marco M2065; 131°49'26'' e 92,10m, até o marco M2172; 117°49'08'' e 58,15m, até o marco M2064; 135°50'38'' e 44,70m, até o marco M2052; 167°27'04'' e 134,22m, até o marco M2176; 187°06'38'' e 233,47m, até o marco M2070; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Hortência de tal, com os seguintes azimutes e distâncias: 206°20'38'' e 186,30m, até o ponto DE236; 228°01'01'' e 117,57m, até o ponto DE235; 197°36'27'' e 71,00m, até o ponto EM2072; 118°56'56'' e 8,00m, até o marco M2072; 182°23'53'' e 288,20m, até o marco M2053; 160°42'51'' e 85,98m, até o marco M2069; 131°17'45'' e 272,49m, até o marco M2067; 135°13'08'' e 142,01m, até o marco M2596; 173°34'27'' e 40,01m, até o marco M2595; 163°00'00'' e 50,07m, até o marco M2597; 156°55'12'' e 89,56m, até o marco M2073; 159°18'56'' e 52,84m, até o marco M2068; 225°24'41'' e 67,96m, até o marco M2062; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Sílvia Leite Franco, com os seguintes azimutes e distâncias: 224°32'44'' e 107,40m, até o marco M2071; 173°26'47'' e 229,79m, até o marco M2665; 193°58'51'' e 88,62m, até o marco M2164; 269°16'07'' e 1.068,37m, até o marco M2074; 259°02'06'' e 676,78m, até o marco M2169; 244°28'24'' e 69,38m, até o marco M2165; 234°04'21'' e 190,95m, até o marco M2063; 233°39'21'' e 25,05, atravessando o Rio Dangra, até o marco M3312; 216°33'54'' e 101,24m, até o marco M2051; 304°02'51'' e 4,00m até o ponto EM2051; 225°25'34'' e 16,15m, até o ponto DE13; 214°00'58'' e 119,37m, até o ponto DE-14; 212°27'03'' e 102,35m, até o ponto EM2171; 127°09'23'' e 4,00m, até o marco M2171; 213°55'48'' e 261,57m, até o marco M2668; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Ministério da Agricultura, com os seguintes azimutes e distâncias: 296°21'50'' e 145,48m, até o marco M2; 359°53'59'' e 4,00m, até o ponto EM2; 294°46'45'' e 64,33m, até o ponto DE1077; 275°34'51'' e 89,42m, até o ponto DE1076; 275°14'19'' e 2,89m, até o ponto DE4; 278°13'02'' e 71,47m, até o ponto DE1075; 290°46'54'' e 104,40m, até o ponto DM3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Félix Alves de Souza, com

os seguintes azimutes e distâncias: 273°32'49'' e 30,74m, até o ponto DE1073; 277°40'32'' e 54,51m, até o ponto DM10 deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Maria Madalena Mateus, com os seguintes azimutes e distâncias: 282°05'20'' e 41,95m, até o ponto DE1074; 272°10'43'' e 20,97m, até o ponto DM09; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Etelviro de Andrade, com azimute de 286°13'48'' e distância de 94,72m, até o marco M24; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Artur Pastor dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 43°29'55'' e 321,81m, até o marco M77; 301°20'60'' e 236,37m, até o marco M70; 314°20'23'' e 65,65m, até o marco M23; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Edivaldo de tal, com azimute de 314°21'01'' e distância de 126,01m, até o marco M114, deste, segue por linha seca, com os seguintes azimutes e distâncias: 316°39'17'' e 49,46m, até o ponto DE1072; 327°52'19'' e 55,40m, até o marco M124; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Zafira dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 63°24'54'' e 434,46m, até o marco M354; 332°38'30'' e 220,44m, até o marco M341; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Francisco dos Santos, com azimute de 326°20'10'' e distância de 108,89m, até o marco M352; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Avelino dos Santos, com os seguintes azimutes e distância: 314°09'22'' e 73,23m, até o marco M353; 309°05'27'' e 114,12m, até o marco M348; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de João José Roque, com os seguintes azimutes e distâncias: 317°22'36'' e 377,49m, até o marco M349; 342°26'33'' e 92,96m até o marco M347; 285°54'40'' e 92,27m, até o marco M340; 296°54'55'' e 129,01m, até o marco M338; 321°32'51'' e 46,60m, até o marco M339; 00°00'54'' e 250,41m, até o marco M409; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Osvaldo Vieira de Faro, com azimute de 337°38'51'' e distância de 625,67m, até o marco M746; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Sílvio Leite Franco, com os seguintes azimutes e distâncias: 328°50'48'' e 553,48m, até o marco M704; 354°20'40'' e 486,19m; até o marco M121; 235°52'17'' e 43,66m, até o marco M745; 295°55'25'' e 606,69m, até o marco M113; 341°16'20'' e 518,66m, até o marco M751; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Cooperativa de Itabaiana, com os seguintes azimutes e distâncias: 68°11'36'' e 4,00m, até o ponto EM751; 345°55'39'' e 57,46m, até o ponto DE147; 328°25'13'' e 227,24m, até o ponto DE146; 295°54'02'' e 85,94m, até o ponto DE141; 331°18'54'' e 119,59m, até o ponto DE140; 311°29'44'' e 976,87m, até o ponto DE139; 265°35'41'' e 121,13m, até o ponto DE138; 255°24'38'' e 54,52m, até o marco M280; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Milton Faro, com os seguintes azimutes e distâncias: 14°30'42'' e 127,89m, até o marco M269; 47°56'22'' e 78,90m, até o marco M285; 72°22'14'' e 96,83m, até o marco M460; 82°50'53'' e 46,85m, até o marco M481; 103°48'09'' e 70,43m, até o marco M277; 72°12'54'' e

23,73m, até o marco M273; 47°23'18'' e 75,29m, até o marco M267; 28°41'24'' e 44,40m, até o marco M272; 341°27'35'' e 70,27m, até o marco M276; 07°06'58'' e 17,64m, até o marco M290; 19°59'27'' e 71,57m, até o marco M284; 29°26'59'' e 117,16m, até o marco M279; 13°48'05'' e 82,66m, até o marco M283; 29°47'47'' e 305,27m, até o marco M278, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Planta Geral, folhas 8, 7 e 13, escala 1:5.000, ano 1984).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.615, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Amaralina», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado

«Fazenda Amaralina», com a área de 3.520,0000ha (três mil e quinhentos e vinte hectares), situado no Município de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas geográficas 40°45'30" de longitude WGr e 14°54'06" de latitude S, situado às margens da estrada municipal que vai para a Fazenda Leão; deste, em linha seca de 3.750m, com azimute de 144°30', situa-se o ponto 2, confrontando com as Fazendas Forquilha e Landim; segue até o ponto 3, com distância de 1.700m e azimute 278°00'; daí, até o ponto 4, com distância de 750m e azimute 269°30', seguindo até o ponto 5, por 3.290m e azimute 210°00', confrontando-se as linhas anteriores com a Fazenda Landim. Do ponto 5 ao 6 são 1.750m, com azimute 236°00', limitando com a Fazenda Candeias; daí, até o ponto 7 por 4.650m e azimute 306°00', confrontando com as Fazendas de Dr. Paulino Fonseca e Santa Emília, seguindo até o ponto 8 com 1.550m e azimute 333°00', confrontando com a Fazenda Santa Emília; daí, até o ponto 9, com distância de 740m e azimute de 44°00' confrontando com o Loteamento da Prefeitura de Vitória da Conquista. Do ponto 9 ao 10 a distância é de 2.660m e o azimute é de 88°00'; do ponto 10 ao 11 a distância é de 1.550m e o azimute é de 342°30', ambos confrontando com a Fazenda Moranga. Do ponto 11 ao 1 são 5.040m e azimute de 84°00', limitando com as Fazendas Forquilhas e Moranga (fonte de referência: Carta da Sudene, folha SD.24-Y-A-VI, ano 1977, escala 1:100.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.616, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Senhor do Bonfim» ou «Coinfra», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Rita de Cássia, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda Senhor do Bonfim" ou "Coinfra", com a área de 21.700,00ha (vinte e um mil e setecentos hectares), situado no Município de Santa Rita de Cássia, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 44°39'00"WGr e latitude 11°20'44"S, situado na divisa com a Fazenda Angico; deste, segue acompanhando uma estrada vicinal, confrontando com a Fazenda Angico com o seguinte azimuth e distância: 321°57' e 11.700,00m até o ponto 2, situado na divisa da Fazenda Conquista e Fazenda Guaira; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Guaira e Fazenda São José, com o seguinte azimuth e distância: 48°14' e 17.500,00m até o ponto 3, situado na divisa da Fazenda São José e Fazenda Baobá; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Baobá com o seguinte azimuth e distância: 139°10' e 10.800,00m até o ponto 4, situado no limite da faixa de domínio da BA-451; deste, segue acompanhando a referida estrada, no sentido Santa Rita de Cássia/Barreiras, com a distância de 19.600,00m até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta Sudene/Suvalé, folha SC.23-Y-D-IV, escala 1:100.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.617, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Fazenda Serrinha» e «Fazenda Tábua», classificados no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndios por exploração, situados no Município de Quinjingue, no Estado da Bahia, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Fazenda Serrinha» e «Fazenda Tábua», com a área de 3.900,0000ha (três mil e novecentos hectares), situados no Município de Quinjingue, no Estado da Bahia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P1, de coordenadas geográficas longitude 38°52'59"WGr e latitude 10°42'47"S, situado ao lado norte da Lagoa de Cima da Serra; deste, segue por uma cerca de arame, confron-

tando com terrenos da Associação dos Produtores Rurais de Brejo do Meio, com azimute plano de 36°30'00" e distância de 2.800,00m, até o P2; deste, segue confrontando com a Fazenda Olho D'Água do Bom Jesus, com azimute plano de 136°30'00" e distância de 5.800,00m, até o P3; deste, segue confrontando com a Fazenda Muriti, com azimute plano de 223°00'00" e distância de 8.200,00m, até o P4; deste, segue confrontando com Catarino Ferreira e outros, com azimute plano de 339°30'00" e distância de 2.000,00m até o P5, situado na margem da estrada vicinal que dá acesso à Fazenda Tábua pela BR-116; deste, segue pela margem da referida estrada, confrontando com Martiniano de Santana, com a distância de 1.600,00m, até o P6; deste, segue ainda confrontando com Martiniano de Santana, com azimute plano de 340°00'00" e distância de 1.210,00m até o P7; deste, segue ainda confrontando com Martiniano de Santana, com azimute plano de 254°00'00" e distância de 1.430,00m até o P8; deste, segue confrontando com a Fazenda Malhada do Umbu, com azimute plano de 339°30'00" e distância de 4.400,00m até o P9, situado na margem de uma estrada vicinal; deste, segue pela referida estrada, confrontando com terrenos da Associação dos Produtores Rurais de Brejo do Meio, com a distância de 2.500,00m até o P10; deste, segue com azimute plano de 123°00'00" e distância de 1.150,00m até o P11; deste, segue com azimute plano de 84°30'00" e distância de 80,00m até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta do IBGE, folha SC.24-Z-A-IV, escala 1:100.000, ano 1971).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.618, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «São Roque ou São Roque Dutra», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Matos Costa, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «São Roque ou São Roque Dutra», com a área de 1.632,6250ha (um mil, seiscentos e trinta e dois hectares, sessenta e dois ares e cinquenta centiares), situado no Município de Matos Costa, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas UTM E= 499.965m e N= 7.075.819m, referidas ao MC 51º WGr segue por linha seca, confrontando com o Imóvel da Reflorestadora Trombini, com azimute de 97º00' e distância de 126m, até o P2; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel da Reflorestadora Trombini, com azimute de 176º01' e distância de 1.013,30m, até o P3, situado na margem esquerda do Rio dos Pardos, de coordenadas UTM E= 500.160m e N= 7.074.793m; deste, segue pela margem esquerda do Rio dos Pardos, à montante, com distância de 2.650m, até o P4, situado na margem esquerda do Rio dos Pardos; deste, segue por linha seca atravessando uma estrada, Ribeirão São Roque e outra estrada, confrontando com o imóvel de José Nelson Dissenha e Wilson Dissenha, com azimute de 226º09' e distância de 8.030m, até o P5, de coordenadas UTM E= 493.595m e N= 7.067.454m; deste, segue por linha seca, atravessando o Ribeirão São Roque e confrontando com o Imóvel de Sucessores de Guilherme Bendelin, com azimute de 313º23' e distância de 1.622,10m, até o P6, de coordenadas UTM E= 492.417m, e N= 7.068.568m; deste, segue por linha seca, atravessando o Ribeirão São Roque, estradas, Córrego do Gregório e confrontando com os Imóveis de Adelino Grane-

mann, Sebastião Rosa Carneiro, Aguiar Bendelin e Osvaldo Spantz, com azimute de 46°09' e distância de 10.466,20m, até o P1, início da descrição deste perímetro (fontes de referência: Cartas Geográficas do IBGE, folha SG-22-Y-B-VI, escala 1:100.000, edição 1973; folha SG-22-Y-B-III, escala 1:100.000, edição 1974 e folha SG-22-Z-A-I, escala 1:100.000, edição 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.619, DE 14 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Francisco», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Francisco», com a área de 634,0713ha (seiscentos e trinta

e quatro hectares, sete ares e treze centiares), situado no Município de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, comum ao imóvel de Rosângela Marchiori Fatuchi, de coordenadas UTM E= 548.060m, e N= 7.073.400m, referidas ao MC 51°WGr, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel de Rosângela Marchiori Fatuchi com os seguintes azimutes e distâncias: 92° e 1.140m, até o marco 2; 189° e 640m, até o marco 3; 177° e 350m, até o marco 4; 266° e 780m, até o marco 5; 160° e 600m, até o marco 6; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Porfírio Nunes, com azimute de 235° e distância de 700m, até o marco 7, deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Francisco Fragoso, com azimute de 252° e distância de 800m, até o marco 8; deste, segue por linha seca, confrontando com os imóveis de Leodoro Castro e Brasilídio B. da Rosa, com azimute de 226° e distância de 970m, até o marco 9, cravado à margem direita do Rio Pinhalzinho; deste, segue pelo Rio Pinhalzinho à montante, confrontando com o imóvel de Brasilídio B. da Rosa, com distância de 700m, até a confluência com uma sanga sem denominação; deste, segue à montante, confrontando com o imóvel de Brasilídio B. da Rosa, na distância de 480m, até o marco 10, cravado à margem esquerda desta sanga; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Leodoro Castro com azimute de 77° e distância de 400m, até o marco 11; deste, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel de Francisco Fragoso, com os seguintes azimutes e distâncias: 133° e 440m, até o marco 12; 103° e 480m, até o marco 13; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel da Firma Siguário, com os seguintes azimutes e distâncias: 155° e 350m, até o marco 14; 177° e 280m, até o marco 15; 260° e 1.320m, até o marco 16; 192° e 620m, até o marco 17; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Arcângelo Marchiori, com azimute de 184° e distância de 880m, até o marco 18, cravado à margem direita do Rio da Areia; deste, segue pelo Rio da Areia, à jusante, confrontando com o imóvel de Arcângelo Marchiori, na distância de 2.500m, até a confluência com o Rio Pinhalzinho; deste, segue à montante, confrontando com o imóvel de Arcângelo Marchiori, na distância de 2.200m, até a confluência com uma sanga sem denominação; deste, segue à montante, confrontando com o imóvel de Arcângelo Marchiori, na distância de 440m, até o marco 19, cravado à margem esquerda desta sanga; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Arcângelo Marchiori, com os seguintes azimutes e distâncias: 50° e 1.440m, até o marco 20; 60° e 1.230m, até o marco 21; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel de Rosângela Marchiori, com os seguintes azimutes e distâncias, 3° e 380m, até o marco 22; 355° e 600m, até o marco

1, origem desta descrição (fonte de referência: Carta do Brasil, folhas SG.22-Z-A-IV Lebon Regis, e SG.22-Z-A-I Irineópolis, escala 1:100.000, edição 1973, IBGE).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.620, DE 14 DE JULHO DE 1987

Altera o Capítulo 87, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

DECRETA :

Art. 1º A Nota Complementar NC(87-8) do Capítulo 87, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

«NC(87-8) Ficam reduzidas de 60% (sessenta por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre os veículos automotores do código 87.02.01.00, quando especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de conduzir veículos co-

muns, bem como os veículos automotores daquele mesmo código equipados com câmbio automático ou hidramático, quando adquiridos por paraplégicos ou portadores de deficiências físicas motoras, conforme normas que poderão ser baixadas pela Secretaria da Receita Federal».

Art. 2º É acrescentada a Nota Complementar NC(87-9) ao Capítulo 87 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983, com a seguinte redação:

«NC(87-9) Ficam reduzidas para 1% (um por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre os veículos automotores classificados nos códigos 87.02.01.01; 87.02.01.02; 87.02.01.03; 87.02.01.04; 87.02.03.03; 87.02.04.07, 87.02.04.09 e 87.02.04.10, quando destinados a patrulhamento policial.»

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 94.052, de 23 de fevereiro de 1987.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.621, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987, e o que consta do Processo nº 00600.005410/87-21.

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas, transformadas e reclassificadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Supe-

riores, código LT-DAS-100, na Tabela Permanente do Ministério da Cultura.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança compreendidas no Anexo I far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério da Cultura.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Celso Furtado

Aluizio Alves

ANEXO I
MINISTÉRIO DA CULTURA
TABELA PERMANENTE
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	DENOMINAÇÃO	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	DENOMINAÇÃO	Código
1	CONSULTORIA JURÍDICA Serviços de Estudos e Pareceres	LT-DAS-101.2		SECRETARIA-GERAL <i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i>	
			1	Coordenadoria de Acompanhamento e Controle de Projetos Coordenador	LT-DAS-101.2
			1	<i>Coordenadoria de Cadastro de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural</i> Coordenador	LT-DAS-101.3
			1	Serviço de Cadastramento Chefe	LT-DAS-101.2
			1	Serviço de Análise e Acompanhamento Chefe	LT-DAS-101.2
			1	CONSULTORIA JURÍDICA Coordenadoria de Estudos e Pareceres Coordenador	LT-DAS-101.2
	Serviço de Informações Judiciais			Coordenadoria de Informações Judiciais	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
1	Chefe	LT-DAS-101.2	1	Coordenador	LT-DAS-101.2
				Coordenadoria de Atos e Contratos	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.2
1	Seção de Apoio Administrativo			Serviço de Apoio Administrativo	
	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
	CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTURAL			CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTURAL	
1	Presidente	LT-DAS-101.4	1	Vice-Presidente	LT-DAS-101.4
3	Assessor	LT-DAS-102.1	3	Assessor	LT-DAS-102.1
	Secretaria Executiva			Diretoria Executiva	
1	Secretário Executivo	LT-DAS-101.2	1	Diretor-Executivo	LT-DAS-101.3
				Coordenadoria de Apoio ao Colegiado e Câmaras	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.2
	Coordenadoria Jurídica			Coordenadoria Jurídica	
1	Coordenador	LT-DAS-101.1	1	Coordenador	LT-DAS-101.2
	Coordenadoria de Fiscalização			Coordenadoria de Fiscalização	
1	Coordenador	LT-DAS-101.1	1	Coordenador	LT-DAS-101.2
				Departamento de Apoio Administrativo e Financeiro	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
	Serviço de Apoio Administrativo			Divisão de Apoio Administrativo	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
	Serviço de Execução Orçamentária e Financeira			Divisão de Execução Orçamentária e Financeira	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
	Centro Brasileiro de Informações			Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais	
1	Diretor	LT-DAS-101.1	1	Coordenador	LT-DAS-101.2
	Serviço de Registro			Serviço de Documentação e Biblioteca	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Comunicação Social	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Manutenção e Controle de Sistemas	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
	<i>Representação — RJ</i>			<i>Representação do CNDA no Rio de Janeiro</i>	
1	Chefe	LT-DAS-101.1	1	Representante	LT-DAS-101.2
	Setor de Registro			Serviço de Informações sobre Direitos Autorais	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Setor de Fiscalização		1	Serviço de Fiscalização	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Setor de Apoio Jurídico		1	Serviço Jurídico	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Núcleo de Apoio Administrativo		1	Serviço de Apoio Administrativo	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
	<i>Representação — SP</i>			<i>Representação CNDA em São Paulo</i>	
1	Chefe	LT-DAS-101.1	1	Representante	LT-DAS-101.2
	Setor de Registro			Serviço de Informações sobre Direitos Autorais	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Setor de Fiscalização		1	Serviço de Fiscalização	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Setor de Apoio Jurídico		1	Serviço Jurídico	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	Núcleo de Apoio Administrativo		1	Serviço de Apoio Administrativo	
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.1

DECRETO N.º 94.622, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7.º e 8.º da Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei n.º 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto n.º 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto n.º 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta do Processo n.º 00600-005410/87-21,

D E C R E T A :

Art. 1.º São criadas, transformadas e reclassificadas funções, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das Categorias Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo-Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, do Quadro Permanente do Ministério da Cultura.

Art. 2.º As atribuições das funções de Assistente, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3.º O provimento das funções compreendidas no Anexo I far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4.º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério da Cultura.

Art. 5.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Celso Furtado

Aluizio Alves

ANEXO I
MINISTÉRIO DA CULTURA
QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo Serviço de Estudos e Pareceres	DAI-111.2		SECRETARIA-GERAL <i>Secretaria de Orçamento e Finanças</i> Coordenadoria de Acompanhamento e Controle de Projetos		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Cadastro de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Serviço de Cadastramento	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Secretário-Administrativo	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Análise e Acompanhamento		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				CONSULTORIA JURÍDICA Secretário-Administrativo Coordenadoria de Estudos e Pareceres	DAI-111.2	Nível Médio

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Informações Judiciais		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Atos e Contratos		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Apoio Administrativo		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAL			CONSELHO NACIONAL DE DIREITO AUTORAL		
	Presidência			Vice-Presidência		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.2	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
	Secretaria Executiva			Diretoria Executiva		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Apoio ao Colegiado e Câmaras		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria Jurídica			Coordenadoria Jurídica		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Médio
	Coordenadoria de Fiscalização			Coordenadoria de Fiscalização		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
				<i>Departamento de Apoio Administrativo e Financeiro</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Divisão de Apoio Administrativo</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Seção de Protocolo</i>		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
				<i>Seção de Pessoal</i>		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
				<i>Seção de Atividades Auxiliares</i>		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
				<i>Divisão de Execução Orçamentária e Financeira</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Seção de Execução Orçamentária</i>		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
				<i>Seção de Execução Financeira</i>		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
	<i>Centro Brasileiro de Informações</i>			<i>Centro Brasileiro de Informações sobre Direitos Autorais</i>		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Serviço de Documentação e Biblioteca</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio

Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			1	Assistente Serviço de Comunicação Social	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente Serviço de Manutenção e Controle de Sistemas	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Representação Rio de Janeiro</i>			<i>Representação do CNDA Rio de Janeiro</i>		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente Serviço de Informações sobre Direitos Autorais	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Fiscalização		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço Jurídico		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Apoio Administrativo		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Representação em São Paulo</i>			<i>Representação do CNDA em São Paulo</i>		
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente Serviço de Informações sobre Direitos Autorais	DAI-112.3	Nível Superior

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Serviço de Fiscalização	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Secretário-Administrativo	DAI-112.3	Nível Médio
			1	Assistente	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Serviço Jurídico	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Secretário-Administrativo	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Assistente	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Serviço de Apoio Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			1	Secretário-Administrativo	DAI-112.3	Nível Superior
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior

DECRETO Nº 94.623, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional de Cinema, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.292, de 10 de abril de 1987, e o que consta do Processo nº 00600.005410/87-21,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas, transformadas e reclassificadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, na Tabela Permanente do Conselho Nacional de Cinema.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança compreendidas no Anexo I far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Conselho Nacional de Cinema.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Celso Furtado
Aluizio Alves

ANEXO I
MINC — CONSELHO NACIONAL DE CINEMA — CONCINE

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
	CONSELHO NACIONAL DE CINEMA			CONSELHO NACIONAL DE CINEMA	
	PRESIDÊNCIA			VICE-PRESIDÊNCIA	
1	Presidente	LT-DAS-101.4	1	Vice-Presidente	LT-DAS-101.4
3	Assessor	LT-DAS-102.1	5	Assessor	LT-DAS-102.1
	<i>Divisão de Apoio Técnico</i>			<i>Assessoria Técnica</i>	
1	Chefe	LT-DAS-101.1	1	Chefe	LT-DAS-101.3
				Coordenadoria de Relações Institucionais	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.3
			1	<i>Diretoria de Assuntos Jurídicos</i>	
				Diretor	LT-DAS-101.3
				Departamento de Orientação Normativa	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
			1	Serviço de Apoio ao Plenário	
				Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Estudos Jurídicos	
				Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Acompanhamento Judiciário	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
1	<i>Secretaria Executiva</i> Secretário-Executivo	LT-DAS-101.2	1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Documentação Jurídica	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
			1	Departamento de Exames de Infrações	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Processamento de Autuações	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Análise de Infrações e Defesas	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.3
			1	<i>Diretoria Executiva</i> Diretor	LT-DAS-101.2
			1	Departamento de Controle	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Divisão de Instrumentos de Controle	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
1	<i>Divisão de Registro e Fiscalização</i> Chefe Seção de Fiscalização Chefe	DAI-111.3	1	Divisão de Titularidade de Direitos	LT-DAS-101.2
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Departamento de Fiscalização	LT-DAS-101.2
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço Interno de Fiscalização	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
1			1	Serviço de Fiscalização Externa	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Acompanhamento de Frequência	LT-DAS-101.1
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Departamento de Informações	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
1	Divisão de Apoio Administrativo Chefe	LT-DAS-101.1	1	Chefe	LT-DAS-101.2
				Divisão de Processamento de Dados	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Estatística	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Informações Gerenciais e Documentação	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Inspetorias Regionais	
			10	Chefe	LT-DAS-101.2
				Serviço de Controle	
			10	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Fiscalização	
			10	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro	
			10	Chefe	LT-DAS-101.1
				Diretoria de Administração e Finanças	
			1	Diretor	LT-DAS-101.3
				Departamento de Administração	
			1	Chefe	LT-DAS-101.2
				Divisão de Pessoal	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Divisão de Atividades Auxiliares	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Protocolo e Comunicações	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Departamento de Orçamento e Finanças	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
1	Seção de Execução Orçamentária Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	LT-DAS-101.2
			1	Serviço de Execução Orçamentária Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Execução Financeira Chefe	LT-DAS-101.1
			1	Serviço de Controle de Recolhi- mentos Chefe	LT-DAS-101.1

DECRETO Nº 94.624, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação, transformação e reclassificação de funções no Quadro Permanente do Conselho Nacional de Cinema, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta do, Processo nº 00600.005410/87-21,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas, transformadas e reclassificadas funções, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Intermediárias, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo Direção e Assistência Intermediárias código DAI-110, do Quadro Permanente do Conselho Nacional de Cinema.

Art. 2º As atribuições das funções de Assistente, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções compreendidas no Anexo I far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Conselho Nacional de Cinema.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Celso Furtado

Aluizio Alves

ANEXO I
MINC — CONSELHO NACIONAL DE CINEMA — CONCINE

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	CONSELHO NACIONAL DE CINEMA PRESIDÊNCIA Secretário-Administrativo	DAI-111.2		CONSELHO NACIONAL DE CINEMA VICE-PRESIDÊNCIA		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
				<i>Assessoria Técnica</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Coordenadoria de Relações Institucionais</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Diretoria de Assuntos Jurídicos</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Departamento de Orientação Normativa</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Serviço de Apoio ao Plenário</i>		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				<i>Serviço de Estudos Jurídicos</i>		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	<i>Secretaria Executiva</i> Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Acompanhamento Judiciário		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Documentação Jurídica		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Departamento de Exames de Infrações		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Processamento de Autuações		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Análise de Infrações e Defesas		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	<i>Diretoria Executiva</i>		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Departamento de Controle		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	Divisão de Apoio Técnico			Divisão de Instrumentos de Controle		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Seção de Ingressos e Borderôs		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				Seção de Programação		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				Seção de Etiquetas		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				Divisão de Titularidade de Direitos		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Divisão de Registro e Fiscalização					
	Seção de Registro			Seção de Registro		
1	Chefe	DAI-111.3	1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				Seção de Certificados e Autorizações		
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
	Divisão de Registro e Fiscalização			Departamento de Fiscalização		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço Interno de Fiscalização		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Fiscalização Externa		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Acompanhamento de Frequência		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Departamento de Informações		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Divisão de Processamento de Dados		
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 1	Seção de Análise e Manutenção de Sistemas		
			1 1	Chefe Secretário-Administrativo	DAI-111.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
			1 1	Seção de Digitação		
			1 1	Chefe Secretário-Administrativo	DAI-111.3 DAI-111.1	Nível Superior Nível Médio
				Seção de Preparação de Dados		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	Divisão de Apoio Administrativo	DAI-111.1	1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
				Serviço de Estatística		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Informações Gerenciais e Documentação		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Inspetorias Regionais		
			10	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			20	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Controle		
			10	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			20	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1		Serviço de Fiscalização		
			10	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			20	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro		
			10	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			20	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Diretoria de Administração e Finanças		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Departamento de Administração		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação		
2	Divisão de Apoio Administrativo	DAI-112.3	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior		
			Divisão de Pessoal					
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior		
			Seção de Cadastro e Movimentação					
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			Seção de Pagamentos					
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior		
1	Seção de Serviços Gerais	DAI-111.3	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			1	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior		
			Seção de Seleção e Treinamento					
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			Divisão de Atividades Auxiliares					
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior		
			Seção de Material e Patrimônio					
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior		
1	Chefe	DAI-111.3	1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio		
			Seção de Serviços Gerais					
			1	Chefe	DAI-111.3	Nível Superior		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Departamento de Orçamento e Finanças Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Execução Orçamentária Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Execução Financeira Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Controle de Recolhimentos Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior

DECRETO Nº 94.625, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente do Instituto de Promoção Cultural, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, no Decreto nº 94.202, de 10 de abril de 1987, e o que consta do Processo nº 00600.05410/87-21,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, na Tabela Permanente do Instituto de Promoção Cultural.

Art. 2º As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções de confiança compreendidas no Anexo I far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Instituto de Promoção Cultural.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Celso Furtado
Aluizio Alves

ANEXO I

MINC — INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL — IPC

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
				INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL	
			1	Direção Geral	
			5	Diretor-Geral	LT-DAS-101.4
				Assessor	LT-DAS-102.1
				<i>Coordenadoria de Estudos e Pesquisas</i>	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.3
				<i>Coordenadoria de Captação de Recursos</i>	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.3
				<i>Coordenadoria de Execução de Projetos</i>	
			1	Coordenador	LT-DAS-101.3
				<i>Departamento Administrativo</i>	
			1	Diretor	LT-DAS-101.2
				Serviço de Execução Orçamentária e Financeira	

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Serviço de Atividades Auxiliares	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1
				Centro de Documentação e Informática	
			1	Diretor	LT-DAS-101.2
				Serviço de Pessoal	
			1	Chefe	LT-DAS-101.1

DECRETO Nº 94.626, DE 14 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação de funções no Quadro Permanente do Instituto de Promoção Cultural, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.006, de 19 de dezembro de 1973, no Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973, no Decreto nº 77.629, de 18 de maio de 1976, e o que consta do Processo nº 00600.005410/87-21,

D E C R E T A :

Art. 1º São criadas funções, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Intermediária, código DAI-111, e Assistência Intermediária, código DAI-112, do Grupo Direção e Assistência Intermediárias, código DAI-110, do Quadro Permanente do Instituto de Promoção Cultural.

Art. 2º As atribuições das funções de Assistente, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º O provimento das funções compreendidas no Anexo I fars-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações orçamentárias próprias do Instituto de Promoção Cultural.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Celso Furtado

Aluizio Alves

ANEXO I
MINC — INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL — IPC

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
				INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL		
				Direção Geral		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
				Coordenadoria de Estudos e Pesquisas		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Captação de Recursos		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria de Execução de Projetos		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Departamento Administrativo		
			1	Secretário-Administrativo	DAI-111.1	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Serviço de Execução Orçamentária e Financeira		

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			1 2	Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Atividades Auxiliares Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Centro de Documentação e Informática Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
			1 2	Serviço de Pessoal Secretário-Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior

DECRETO Nº 94.627, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 311.693.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 311.693.000,00 (trezentos e onze milhões, seiscentos e noventa e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-7-87.

DECRETO Nº 94.628, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 11.844.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 11.844.000,00 (onze milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação dos recursos diretamente arrecadados pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-7-87.

DECRETO Nº 94.629, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o crédito suplementar de CZ\$ 5.114.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o crédito suplementar de CZ\$ 5.114.000,00 (cinco milhões, cento e qua-

torze mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-7-87.

DECRETO Nº 94.630, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República e ao Poder Judiciário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 116.521.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, itens I e III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República e ao Poder Judiciário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 116.521.000,00 (cento e dezesseis milhões e quinhentos e vinte e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens I e III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-7-87.

DECRETO Nº 94.631, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR — o crédito suplementar de CZ\$ 55.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-7-87.

DECRETO Nº 94.632, DE 14 DE JULHO DE 1987

Altera os incisos I e VI do artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e de acordo com o disposto nos artigos 2º, 3º e 6º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Quadros mostrados nos incisos I (Oficiais-Generais) e VI (Total Geral dos Efetivos Distribuídos) do artigo 1º do Decreto nº 93.800, de 18 de dezembro de 1986, que fixa os efetivos do Exército para 1987, passam a vigorar nos termos que se seguem:

I — Oficiais-Generais

POSTO	COMBATENTE	SERVIÇOS		ENGENHEIROS MILITARES	SOMA
		INTENDENTES	MÉDICOS		
General-de-Exército	13	—	—	—	13
General-de-Divisão	37	1	1	3	42
General-de-Brigada	79	4	4	10	97
TOTAL	129	5	5	13	152

II —

III —

IV —

V —

VI — Total Geral dos Efetivos Distribuídos

ESPECIFICAÇÃO		QUANTIDADE
Oficiais-Generais		152
Oficiais	Carreira	12.717
	Temporários	5.507
	SOMA	18.224
Subtenentes e	Carreira	26.411
	Temporários	12.070
Sargentos	SOMA	38.481
Taifeiros		1.045
Cabos e Soldados		153.450
TOTAL		211.352

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 94.086, de 10 de março de 1987, e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.633, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar de CZ\$ 3.431.058.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar no valor de CZ\$ 3.431.058.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta e um

milhões e cinquenta e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no item IV, do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira.

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.634, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR — o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR — o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.635, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar de CZ\$ 11.327.803.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar de CZ\$ 11.327.803.000,00 (onze bilhões, trezentos e vinte e sete milhões e oitocentos e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no item II do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.636, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e do Departamento de Polícia Federal, o crédito especial de CZ\$ 59.508.000,00, autorizado pela Lei nº 7.602/87.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Polícia Federal e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o crédito especial de CZ\$ 59.508.000,00 (cinquenta e nove milhões e quinhentos e oito mil cruzados), na forma indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os objetivos e as metas físicas constantes da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, são os indicados no Anexo II deste decreto.

Art. 3º Os recursos são provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.637, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar de CZ\$ 24.621.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda — o crédito suplementar de CZ\$ 24.621.000.000,00 (vinte e quatro bilhões, seiscentos e vinte e um milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no item IV do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.638, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das Rendas da Secretaria da Receita Federal de que trata o Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.639, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 31.331.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 31.331.000,00 (trinta e um milhões, trezentos e trinta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.640, 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 30.041.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81 item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 30.041.000,00 (trinta milhões e quarenta e um mil cruzados), para reforço da dotação indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações, do Departamento Nacional de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.641, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 35.267.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 35.267.000,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e sete mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Esse decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-7-81.

DECRETO Nº 94.642, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 33.623.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor de diversas unidades da Administração Direta, o crédito suplementar de CZ\$ 33.623.000,00 (trinta e três milhões, seiscentos e vinte e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para a corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.643, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 26.600.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 26.600.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos mil cruzados) para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes de Operação de Crédito Externa contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento—BID.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.644, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 181.363.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :-

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 181.363.000,00 (cento e oitenta e um milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas geradas pela Secretaria Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.645, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.506.852.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.506.852.000,00 (dois bilhões, quinhentos e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.646, DE 14 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito especial de CZ\$ 10.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito especial de CZ\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão oriundos do excesso de arrecadação das receitas do Te-

souro Nacional, conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência 99ª da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-7-87.

DECRETO Nº 94.647, DE 14 DE JULHO DE 1987

Altera o art. 1º do Decreto nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, que dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º O Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás terá a seguinte composição:

I — Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, na qualidade de Presidente;

II — Ministro das Minas e Energia, que substituirá o Presidente em suas faltas e impedimentos;

III — Ministro dos Transportes;

IV — Ministro da Indústria e do Comércio;

V — Ministro da Fazenda;

VI — Ministro do Interior;

VII — Ministro da Agricultura;

- VIII — Ministro do Trabalho;
- IX — Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
- X — Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional; e
- XI — Ministro da Ciência e Tecnologia.

§ 1º Os Ministros de Estado serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos Secretários-Gerais, com direito a voto.

§ 2º Aos Governadores dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, cujos territórios integram a área de atuação do Programa Grande Carajás, é facultado participar das reuniões do Conselho Interministerial de que trata este artigo, com direito a voto.

§ 3º O Conselho Interministerial contará com uma Secretaria-Executiva, dirigida por um Secretário-Executivo designado pelo Presidente da República.

§ 4º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República fornecerá o apoio administrativo e técnico necessário ao funcionamento da Secretaria-Executiva».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.648, DE 14 DE JULHO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos itens III e IV do art. 3º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e no art. 1º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 3º e 4º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3º Na criação de novas entidades fechadas de previdência privada, a participação de pessoa jurídica patrocinadora referida no art. 1º não será superior a 2/3 (dois terços) do custo total dos planos de benefícios, nem a 7% (sete por cento) da folha de salário de todos os empregados da empresa patrocinadora.

Parágrafo único. Os limites estabelecidos neste artigo aplicam-se, também, às patrocinadoras que aderirem a planos de entidades já em funcionamento.

Art. 4º Fica vedado às autarquias, empresas e fundações públicas e sociedades de economia mista que patrocinam entidades fechadas de previdência privada:

I — a ampliação do elenco de benefícios previstos nos planos atualmente em vigor ou a alteração nas características destes benefícios que implique no aumento de contribuições dessas patrocinadoras;

II — responsabilizarem-se por encargos adicionais referentes a benefícios concedidos resultantes de ajustamentos em bases superiores às previstas nos respectivos estatutos e regulamentos;

III — a utilização, na revisão obrigatória de planos, dos superávits para aumentar o valor previsto em regulamento dos benefícios concedidos ou a conceder».

Art. 2º Fica acrescentado ao art. 5º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, o seguinte parágrafo único:

«Parágrafo único. Com vistas à autorização de que trata o *caput* deste artigo, as autarquias, empresas públicas e fundações supervisionadas que recebam recursos à conta do Orçamento da União, deverão apresentar Certificado de Disponibilidade Orçamentária expedido pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República».

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o art. 2º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.649, DE 17 DE JULHO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto Unificado de Ensino Superior, em Goiânia, Goiás.

O Presidente da Câmara dos Deputados no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001000767/85-98 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado em Goiânia, Goiás, pelo Instituto Unificado de Ensino Superior, mantido pela Sociedade Objetivo de Ensino Superior.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.650, DE 17 DE JULHO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.584.205.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.584.205.000,00 (dois bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, duzentos e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Mailson Ferreira da Nóbrega
Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 20-7-87.

DECRETO Nº 94.651, DE 17 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 242.410.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 242.410.000,00 (duzentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e dez mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Mailson Ferreira da Nóbrega
Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 20-7-87.

DECRETO Nº 94.652, DE 17 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 366.661.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 366.661.000,00 (trezentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Mailson Ferreira da Nóbrega
Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 20-7-87.

DECRETO Nº 94.653, DE 17 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição:

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Centro de Orientação Pedagógica Nosso Mundo, com sede na Rua Adolfo Mota, 196, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 05.627/85).

Orfanato Lar Esperança, com sede na Avenida Protássio Alves, 9400, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 72.225/77).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.654, DE 20 DE JULHO DE 1987

Altera disposições do Decreto nº 94.192, de 6-4-87, que instituiu a Comissão de Assessoramento Presidencial para a Negociação da Dívida Externa Brasileira.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 94.192, de 6 de abril de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

- I — o Ministro da Fazenda, que a presidirá;
- II — o Presidente do Banco Central do Brasil;
- III — o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda;
- IV — o Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan;
- V — um Embaixador Extraordinário para Assuntos da Dívida Externa;

VI — um Consultor Especial para Assuntos da Dívida Externa;

VII — o Subsecretário-Geral para Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores;

VIII — o Vice-Presidente de Recursos e Operações Internacionais do Banco do Brasil S.A.;

IX — o Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil;

X — o Diretor para Dívida Externa do Banco Central do Brasil;

XI — o Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda;

XII — o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que exercerá as funções de Secretário Executivo; e

XIII — o Subchefe de Assuntos Econômicos da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1º O Presidente da República, se julgar conveniente, poderá designar membros eventuais.

§ 2º O Ministro da Fazenda poderá, no interesse das negociações, delegar ao Presidente do Banco Central, Embaixador Extraordinário, e ao Consultor Especial, em conjunto ou separadamente, a responsabilidade de conduzir as negociações na área internacional, junto a governos ou entidades financeiras».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.655, DE 20 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre o custeio de despesas decorrentes de trabalhos a cargo da Comissão instituída pelo Decreto nº 94.192, de 6-4-87.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º As despesas de remuneração, passagens e diárias dos integrantes da Comissão instituída pelo Decreto nº 94.192, de 6-4-87, a que se referem os itens V e VI de seu artigo 2º, com a redação estabelecida pelo Decreto nº 94.654, de 20-7-87, serão custeadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º O tratamento dispensado aos integrantes da Comissão a que se refere o artigo anterior, nos seus deslocamentos e estadas no exterior, será idêntico ao do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, quando investidos da delegação prevista no § 2º do artigo 1º do Decreto nº 94.654, de 20-7-87.

Art. 3º O Banco Central do Brasil proporá ao Conselho Monetário Nacional os ajustamentos que se fizerem necessários em seu Orçamento Administrativo, em decorrência das disposições deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.656, DE 20 DE JULHO DE 1987

Cria as Estações Ecológicas de Carijós, Pirapitinga e Tupinambás, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem assim o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criadas, em terras de domínio da União, nos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, as Estações Ecológicas abaixo especificadas:

I — Estação Ecológica de Carijós — localizada no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, composta das seguintes áreas, assim descritas e caracterizadas:

Mangue do Saco Grande: Partido do ponto O=PP, cravado à margem da Baía Norte, na divisa Norte do Terreno de Nival-

do Nuenberg, da Baía Norte, na divisa Norte do Terreno de Nivaldo Nuenberg, segue por linha seca com a distância de 52,40m, rumo $72^{\circ}06'SE$, até o marco nº 233; daí segue no rumo $82^{\circ}35'NE$, com a distância de 101,00m, até o marco nº 250; daí segue no rumo $65^{\circ}25'NE$, com distância de 252,00m, até o marco nº 267; deste, por distância de 164,00m, rumo $60^{\circ}45'NE$, segue até o marco nº 303; segue com rumo de $86^{\circ}35'NE$, por distância de 301,00m até o marco nº 306; daí segue no rumo de $40^{\circ}50'SE$, com distância de 105,00m, até o marco nº 320, ainda por linha seca, com distância de 195,00m, rumo de $65^{\circ}45'SE$, até o marco nº 321, cravado à margem esquerda da SC-401; seguindo por esta, numa distância de 580,00m, rumo NE até o marco nº 326, também cravado à margem esquerda da SC-401; daí por linha seca com distância de 84,00m, rumo $78^{\circ}10'NW$, até o marco nº 335; deste por distância de 285,00m, rumo $74^{\circ}50'NW$ até o marco nº 337, daí segue no rumo de $35^{\circ}40'NW$, distância de 163,00m, até o marco nº 342; deste, por distância de 144,80m, rumo $31^{\circ}05'NE$, até o marco 345; daí segue no rumo $60^{\circ}20'NW$, distância de 269,50m, até o marco nº 365; deste, ainda por linha seca, distância de 155,00m, rumo de $71^{\circ}45'SW$, até o marco nº 367; daí segue no rumo de $67^{\circ}40'NW$, distância de 123,00m, até o marco nº 374; segue com distância de 155,00m, rumo $29^{\circ}30'NW$, até o marco nº 385; do marco nº 385, segue numa distância de 225,00m, rumo $72^{\circ}40'NW$, até encontrar o marco nº 394; deste, por distância de 79,30m, rumo $86^{\circ}55'SW$, até o marco nº 399; daí no rumo $32^{\circ}45'SW$, distância de 247,00m, até o marco nº 431, deste, por distância de 55,00m, rumo $79^{\circ}30'NW$, até o marco nº 437; do marco 437, segue no rumo de $73^{\circ}58'SW$, distância de 85,00m até encontrar o marco nº 440; deste, por distância de 85,00m, rumo $59^{\circ}28'NW$, até o marco de nº 446; ainda por linha seca, no rumo $61^{\circ}30'SW$, distância de 89,50m, até o marco nº 448; deste, por distância de 100,60m, no rumo de $76^{\circ}05'SW$, até o marco nº 452; deste marco, com o rumo de $80^{\circ}45'SW$, distância de 90,40m, até encontrar o marco 465; daí por linha seca, na distância de 57,30m, rumo $00^{\circ}00'S$, até encontrar o ponto nº 466, cravado à margem da Baía Norte; deste ponto segue acompanhando os recortes dos limites do mangue com a Baía Norte, no rumo SE, e por distância de aproximadamente 1.720,00m, até encontrar o ponto O = PP, descrito no início. Área: 935.000,00 metros quadrados; Mangue do Rio Batones: Partindo do ponto nº 1022, cravado à margem da Baía Norte, na divisa Leste do Terreno de João Makowiech, segue por linha seca com a distância de 263,80m, rumo $33^{\circ}30'SE$, até o ponto nº 1021; deste por distância de 295,00m, rumo de $32^{\circ}00'SE$, até o ponto nº 1019; daí segue no rumo de $15^{\circ}28'SE$, com distância de 258,90m, até o

marco nº 326; no rumo 30°00'SE, pela distância de 135,00m, até o ponto nº 1015; no rumo 55°02'SE, pela distância de 154,80m, até o ponto nº 1014; no rumo 43°30'SE, pela distância de 167,30m, até o ponto nº 1012; no rumo 27°45'SE, pela distância de 80,00m, até o ponto nº 1011, no rumo 52°25'SW, pela distância de 373,70m, até o ponto nº 1010; no rumo 29°40'SW, pela distância de 75,00m até o ponto nº 1009; no rumo 28°32'SE, pela distância de 196,90m, até o marco nº 335; no rumo 73°40'NE, pela distância de 326,43m, até o ponto nº 1004; no rumo 60°45'NE, pela distância de 139,60m, até o ponto nº 1003; no rumo 22°08'NE, pela distância de 60,00m, até o ponto nº 1002; no rumo 37°55'NW, pela distância de 225,00m, até o ponto nº 1001; no rumo 16°35'NE, pela distância de 89,25m, até o ponto nº 1.000; no rumo 87°35'00''SE, pela distância de 403,20m, até o ponto nº 997; no rumo de 70°45'SE, pela distância de 195,00m, até o ponto nº 995; no rumo 4°20'SE, pela distância de 229,60m, até o ponto nº 993; no rumo 1°25'SW, pela distância de 102,80m, até o ponto nº 989; no rumo 9°45'SE, pela distância de 112,00m, até o ponto nº 988; no rumo 9°30'SE, pela distância de 169,00m, até o ponto nº 987; no rumo 0°50'SE, pela distância de 113,98m, até o ponto nº 986; no rumo 33°00'00''SW, pela distância de 83,17m, até o ponto nº 985; no rumo 17°40'SW, pela distância de 179,56m, até o ponto nº 983; no rumo 23°25'SE, pela distância de 147,00m, até o ponto nº 982; no rumo 45°50'SE, pela distância de 109,60m, até o marco nº 397; no rumo 84°45'SE, pela distância de 151,00m, até o marco nº 338; no rumo 30°05'SE, pela distância de 48,60m, até o ponto nº 979; no rumo 8°00'SW, pela distância de 81,00m, até o ponto nº 978; no rumo 15°57'SE, pela distância de 223,00m, até o marco nº 379; no rumo 88°00'NE, pela distância de 424,00m, até o marco nº 363; no rumo 16°05'NW, pela distância de 244,00m, até o ponto nº 972; no rumo 79°25'NW, pela distância de 72,00m, até o ponto nº 971; no rumo 4°10'NW, pela distância de 228,40m, até o ponto nº 968; no rumo 84°50'SE, pela distância de 111,00m, até o marco nº 361; no rumo 15°30'NW, pela distância de 155,00m, até o marco nº 359; no rumo 84°30'NW, pela distância de 313,00m, até o marco nº 354; no rumo 65°05'SW, pela distância de 169,00m, até o marco nº 334; no rumo 21°45'NW, pela distância de 127,00m, até o marco nº 329; no rumo 16°35'NE, pela distância de 60,00m, até o ponto nº 961, no rumo 38°45'NE, pela distância de 84,00m, até o ponto nº 960; no rumo 0°00'N, pela distância de 74,00m, até o marco nº 311; no rumo 24°30'NE, pela distância de 246,00m, até o ponto nº 957; no rumo 2°15'NW, pela distância de 282,00m, até o marco nº 433; no rumo 88°35'SW, pela distância de 150,00m, até o marco nº 432; no rumo 14°18'NW, pela distância de 49,40m, até o pon-

to nº 952; no rumo 23.49'NE, pela distância de 34,60m, até o ponto nº 951; no rumo 18°30'NE, pela distância de 98,00m, até o marco nº 429; cravado à margem do canal com vazão no Rio Rationes; descendo por este passando pelo canto nº 945, por distância de 505,00m, rumo NW e NE, até o marco nº 492; daí segue no rumo 0°00'N, pela distância de 54,43m até o ponto nº 943; no rumo 18°30'NE, pela distância de 202,80m, até o ponto nº 939; no rumo 33°25'NE, pela distância de 212,47m, até o marco 457; no rumo 50°50'NE, pela distância de 102,30m, até o ponto nº 935; no rumo 74°00'NE, pela distância de 70,00m, até o ponto nº 934; no rumo 42°55'SE, pela distância de 33,60m, até o marco nº 455; no rumo 64°30'NE, pela distância de 95,00m, até o marco nº 932; no rumo 77°05'SE, pela distância de 57,60m, até o ponto nº 931; no rumo 66°35'SE, pela distância de 85,60m, até o ponto nº 930; no rumo 61°35'SE, pela distância de 110,40m, até o ponto nº 928; no rumo 80°50'SE, pela distância de 144,60m, até o ponto nº 926; no rumo 55°15'NE, pela distância de 95,60m, até o marco nº 447, cravado à margem esquerda do Canal do DNOS; subindo por este, passando pelo ponto 920, por distância de 958,95m, no rumo SE, até encontrar o marco nº 359; deste, por linha seca na distância 330,00m, rumo de 20°15'SE, até encontrar o marco nº 453; daí no rumo de 34°55'SW, pela distância de 45,00m, até o ponto nº 906; deste, por distância de 88,30m, rumo de 7°30'SE, até o marco nº 265, cravado à margem esquerda da SC-401; deste, seguindo para Canavieiras numa distância de 170,80m, rumo de 58°55'NE, até o ponto nº 905, cravado no trevo da SC-401 com a SC-402; deste ponto no rumo NE, por distância de 163,40m, até o ponto nº 094, cravado à margem da SC-402; daí por diversos rumos, passando pelos pontos números 903, 902, 901 numa distância de 2.714,50m, até encontrar o ponto nº 900, cravado à margem da SC-402, com a estrada de acesso à praia da Daniela; seguindo a referida numa distância de 381,40m, rumo NW, até encontrar o marco nº 368; daí por linha seca numa distância de 360m, rumo de 87°40'SW, até encontrar o marco nº 26, no rumo 41°15'SW, pela distância de 78,40m, até o marco nº 27; no rumo 15°00'SW, pela distância de 382,75m, até o marco nº 205; no rumo 57°35'SW, pela distância de 341,80m, até o marco nº 305; no rumo 71°35'SW, pela distância de 725,00m, até o marco nº 251; no rumo 88°05'NW, pela distância de 465,00m, até o marco nº 46; no rumo 49°15'NW, pela distância de 426,60m, até o marco nº 50; no rumo 21°10'NW, pela distância de 547,00m, até o marco nº 63 cravado à margem esquerda da estrada com acesso à praia da Daniela; seguindo por esta em direção à Daniela por diversos rumos, por distância de 778,00m passando pelo ponto nº 514, até encontrar o ponto nº 513, cravada na esqui-

na da referida estrada, com a Avenida Central da Praia da Daniela; seguindo por esta, numa distância de 207,60m, rumo 19°15'SE, até o ponto n° 512; deste, por distância de 66,00m, rumo 7°25'SW, até o ponto n° 511; no rumo 72°00'SW, pela distância de 106,80m, até o marco n° 541; no rumo 52°05'SW, pela distância de 101,80m, até o marco n° 393; no rumo 60°00'SW, pela distância de 171,20m, até o ponto n° 507; no rumo 65°05'SW, pela distância de 415,00m, até o marco n° 392; no rumo 41°30'SW, pela distância de 40,40m, até o ponto n° 502; no rumo 64°45'SW, pela distância de 50,40m, até o ponto n° 503; cravado à margem da Baía Norte; deste ponto, acompanhando os recortes do limite do mangue com a Baía Norte, por diversos rumos, e por distância de aproximadamente 3.500,00m, até encontrar o ponto 1022, descrito no início. Área: 6.187.000,00 metros quadrados;

II — Estação Ecológica de Pirapitinga — localizada no Município de Morada Nova, Estado de Minas Gerais, composta da seguinte área assim descrita e caracterizada:

Ilha das Marias: situada acima da cota de 570 metros na confluência do Córrego Riachão com o Rio São Francisco, o limite do terreno é a cota de 570 metros conforme está representado na Carta Topográfica-Desenho n° BH-AI-5.983-FI.56, Escala 1/20.000, executada pela Comissão do Vale do São Francisco — atual CODEVASF e CEMIG, com as seguintes confrontações: ao Norte, Lago de Três Marias (Ilha do Fogo e Córrego Riachão), ao Sul, Ilha das Veredas (CODEFLOR), a Leste, Lago de Três Marias (No Rio São Francisco), a Oeste Lago de Três Marias (Ilha do Fogo e Córrego Riachão), com área total de 10.900.000,00 metros quadrados.

III — Estação Ecológica Tupinambás — localizada no Litoral do Estado de São Paulo, composta das seguintes áreas assim descritas e caracterizadas:

Ilha do Paredão e Seu Ilhote: situados na NW da Ilha Alcatrazes, no Arquipélago do mesmo nome, no litoral Norte do Estado de São Paulo, de Coordenadas Geográficas aproximadas, entre 24°04' e 24°05' de Latitude Sul, e 45°43' e 45°44' de Longitude Oeste; Eixos (distância aproximada): Norte-Sul 50 metros; Leste-Oeste 50 metros; com área aproximada de 3.000,00 metros quadrados;

Laje do SW: situada no Litoral Norte do Estado de São Paulo, de Coordenadas Geográficas aproximadas Latitude Sul 24°07'; Longitude Oeste 45°44' (aproximadas, lidas em Carta Náutica), com área aproximada de 20,00 metros quadrados;

04 Ilhotas: situadas à SW da Ilha de Alcatrazes, no arquipélago do mesmo nome, no litoral norte do Estado de São Paulo, de

Coordenadas Geográficas aproximadas 24°06' e 24°07' de Latitude Sul e 45°42' e 45°43' de Longitude Oeste; Eixos (distância aproximada): Norte-Sul 200 metros; Sudoeste-Nordeste 400 metros; com área aproximada de 90.000,00 metros quadrados, com as seguintes denominações: Ilha Abatipossanga, Ilha Guaratingaçu, Ilha Carimacuí e Ilha Cunhambebe.

Laje do NE: situada no Arquipélago de Alcatrazes, a NE da Ilha de Alcatrazes, no litoral norte do Estado de São Paulo, de Coordenadas Geográficas aproximadas 24°06' de Latitude Sul e 45°40' de Longitude Oeste; área aproximada de 40,00 metros quadrados;

Laje do Forno: situada a leste da Ilha Anchieta, Ubatuba, no litoral norte do Estado de São Paulo, de Coordenadas Geográficas aproximadas 23°33' de Latitude Sul e 45°01' de Longitude Oeste com área aproximada de 100 metros quadrados;

Ilha das Palmas e Ilhote: Situada a Leste da Ilha Anchieta, litoral norte do Estado de São Paulo — Ubatuba, de Coordenadas Geográficas aproximadas 23°33' de Latitude Sul e 45°02' de Longitude Oeste, com área aproximada de 150.000,00 metros quadrados;

Ilhota das Cabras: Situada a NE da Ilha Anchieta, no litoral norte do Estado de São Paulo — Ubatuba, de Coordenadas Geográficas aproximadas Latitude Sul 23°31' e Longitude Oeste 45°02' com área aproximada de 35.000,00 metros quadrados.

Art. 2º As Ilhas, Ilhotes e Lajes Litorâneas que compõem a Estação Ecológica Tupinambás têm como parte integrante, para os fins previstos neste decreto, o entorno marinho de cada uma das ilhas, ilhotes e lajes, numa extensão de 1 (um) quilômetro a partir da rebentação das águas nos rochedos e praias.

Art. 3º A administração e a fiscalização das Estações Ecológicas acima descritas serão exercidas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, na forma que dispõe a Legislação Federal específica.

Art. 4º Caso seja constatada nas Estações Ecológicas acima descritas a existência de depósitos de minérios importantes para a economia do País, o Presidente da República poderá redelimitá-las através de decreto, a fim de permitir a exploração de tais jazidas.

Art. 5º A SEMA se articulará com os demais Órgãos da Administração Pública no campo das respectivas competências, para as medidas que forem necessárias à efetiva implantação e consolidação das Estações Ecológicas.

Art. 6º A SEMA baixará as instruções normativas que se fizerem necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Deni Lineu Schwartz

DECRETO Nº 94.657, DE 20 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), com o objetivo de contribuir para a consolidação e o desenvolvimento qualitativo das ações integradas de saúde.

Parágrafo único. O Programa será implantado e executado segundo diretrizes aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 2º Os Ministros de Estado da Saúde e da Previdência e Assistência Social baixarão as instruções necessárias à execução do disposto neste decreto, fazendo-o em ato conjunto quando a matéria envolver interesse de ambos os Ministérios.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Figueira Santos

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 94.658, DE 20 DE JULHO DE 1987

Altera o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintas, na estrutura do Gabinete Civil da Presidência da República, a Subchefia para Relações Intergovernamentais e a Secretaria Particular do Ministro.

Art. 2º Passa para a Subchefia para Acompanhamento da Ação Governamental a competência referida no art. 27 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986.

Art. 3º Passa para a Subchefia para Assuntos Institucionais a competência referida no art. 33 do Regimento mencionado no artigo anterior.

Art. 4º É extinta, na estrutura do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Assessoria Técnica, incorporando-se à Assessoria Especial os Assessores e Adjuntos de que trata o art. 45 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986.

Art. 5º Os Ministros de Estado Chefes do Gabinete Militar e Civil atualizarão a lotação dos Gabinetes da Presidência da República, promovendo os ajustamentos decorrentes das extinções, transformações e transferências de órgãos deles integrantes.

Art. 6º São criadas, transformadas e reclassificadas, na forma do anexo deste decreto, funções de confiança das categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, Código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, Código LT-DAS-100, da Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República, na parte referente ao Gabinete Civil e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Art. 7º Ficam suprimidas, no Gabinete Civil da Presidência da República, 14 Funções de Assessoramento Superior.

Art. 8º Ficam os Ministros de Estado Chefes dos Gabinetes Militar e Civil autorizados a consolidar o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, a fim de atualizá-lo em virtude das alterações ocorridas, a partir de 2 de maio de 1986, podendo inclusive modificar a denominação de órgãos.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Rubens Bayma Denys

Ronaldo Costa Couto

(Art. 6º do Decreto nº 94.658, de 20 de julho de 1987)

GABINETES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
	GABINETE CIVIL			GABINETE CIVIL	
	<i>Chefia</i>			<i>Chefia</i>	
4	Assessor	LT-DAS-101.4			
3	Assessor	LT-DAS-102.4	7	Assessor	LT-DAS-102.4
3	Oficial-de-Gabinete	LT-DAS-101.3	3	Oficial-de-Gabinete	LT-DAS-102.3
1	Oficial-de-Gabinete	LT-DAS-102.2	2	Assessor	LT-DAS-102.2
			2	Assessor	LT-DAS-102.1
	<i>Subchefia para Acompanhamento da Ação Governamental</i>			<i>Subchefia para Acompanhamento da Ação Governamental</i>	
1	Subchefe	LT-DAS-101.6	1	Subchefe	LT-DAS-101.6
6	Coordenador	LT-DAS-101.4	8	Coordenador	LT-DAS-101.4
			3	Assessor	LT-DAS-102.3
2	Assessor	LT-DAS-102.2	2	Assessor	LT-DAS-102.2
			2	Assessor	LT-DAS-102.1
	<i>Subchefia para Relações Intergovernamentais</i>				
1	Subchefe	LT-DAS-101.5			
2	Coordenador	LT-DAS-101.4			
2	Assessor	LT-DAS-102.2			

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
	<i>Subchefia para Assuntos Institucionais</i>			<i>Subchefia para Assuntos Institucionais</i>	
1	Subchefe	LT-DAS-101.5	1	Subchefe	LT-DAS-101.5
2	Coordenador	LT-DAS-101.4	4	Coordenador	LT-DAS-101.4
			2	Assessor	LT-DAS-102.3
			2	Assessor	LT-DAS-102.2
			2	Assessor	LT-DAS-102.1
	<i>Secretaria Particular do Ministro</i>				
1	Secretário Particular	LT-DAS-101.4			
	<i>Subchefia para Assuntos Parlamentares</i>			<i>Subchefia para Assuntos Parlamentares</i>	
1	Subchefe	LT-DAS-101.5	1	Subchefe	LT-DAS-101.5
2	Coordenador	LT-DAS-101.4	2	Coordenador	LT-DAS-101.4
			2	Assessor	LT-DAS-102.2
	<i>Subchefia para Assuntos Jurídicos</i>			<i>Subchefia para Assuntos Jurídicos</i>	
1	Subchefe	LT-DAS-101.5	1	Subchefe	LT-DAS-101.5
4	Coordenador	LT-DAS-101.4	4	Coordenador	LT-DAS-101.4
	<i>Departamento de Apoio Administrativo</i>			<i>Departamento de Apoio Administrativo</i>	
1	Diretor-Geral	LT-DAS-101.4	1	Diretor	LT-DAS-101.4
	<i>Divisão de Documentação</i>			<i>Divisão de Documentação</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.3	1	Chefe	LT-DAS-101.4
	<i>Departamento de Apoio Administrativo</i>				
1	Assessor	LT-DAS-102.2	1	Adjunto	LT-DAS-101.3
	<i>Divisão de Informática</i>			<i>Divisão de Informática</i>	
1	Diretor	LT-DAS-101.3	1	Chefe	LT-DAS-101.4
	<i>Departamento de Apoio Administrativo</i>				
1	Assessor	LT-DAS-102.2	1	Adjunto	LT-DAS-101.3

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
	GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA			GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
	<i>Assessoria</i>			<i>Assessoria Especial</i>	
1	Assessor Especial	LT-DAS-102.6	1	Assessor Especial	LT-DAS-102.6
2	Assessor	LT-DAS-102.5	2	Assessor	LT-DAS-102.5
1	Oficial-de-Gabinete	LT-DAS-102.3	1	Oficial-de-Gabinete	LT-DAS-102.3
	<i>Assessoria Técnica</i>				
5	Assessor Técnico	LT-DAS-102.5	5	Assessor	LT-DAS-102.5
5	Adjunto	LT-DAS-102.4	5	Adjunto	LT-DAS-102.4

DECRETO Nº 94.659, DE 21 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 12, subscrito entre o Brasil e o Peru.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e Peru, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 22 de dezembro de 1986, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 12, subscrito entre o Brasil e o Peru.

D E C R E T A :

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 12, subscrito entre o Brasil e o Peru, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorará até 31 de dezembro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O acordo está publicado no D.O. de 22-7-87.

DECRETO Nº 94.660, DE 21 DE JULHO DE 1987

Inclui, na composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa, representantes do Ministério da Justiça e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam incluídos, na composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa, de que trata o Decreto nº 88.142, de 2 de março de 1983, com alterações posteriores, um representante do Ministério da Justiça e um representante da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, indicados pelos Titulares das referidas Pastas e nomeados pelo Ministro de Estado do Interior.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1987; 166º de Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Joaquim Francisco de Freitas Calvanti

DECRETO Nº 94.661, DE 22 DE JULHO DE 1987

Dá nova redação ao Regulamento do Fundo de Estudos do Mar (Fundem) e revoga disposições em contrário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Fundo de Estudos do Mar (Fundem), que a este acompanha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 91.036, de 5 de março de 1985.

Brasília, 22 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

REGULAMENTO PARA O FUNDO DE ESTUDOS DO MAR

CAPÍTULO I

Do Histórico

Art. 1º O Fundo de Estudos do Mar (Fundem) foi instituído pelo art. 8º do Decreto nº 89.588, de 26 de abril de 1984 e destinava-se a centralizar recursos e financiar as atividades do Instituto Nacional de Estudos do Mar (INEM). Foi regulamentado pelo Decreto nº 91.036, de 5 de março de 1985. O Instituto Nacional de Estudos do Mar teve seu nome alterado para Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) pelo Decreto nº 91.076, de 12 de março de 1985. O IEAPM teve sua subordinação e finalidade alteradas pelo Decreto nº 91.918, de 14 de novembro de 1985. Modificada a sua regulamentação pelo presente decreto, o Fundem passa a ser estruturado por este Regulamento.

CAPÍTULO II

Da Finalidade

Art. 2º O Fundo de Estudos do Mar (Fundem), instituído pelo art. 8º do Decreto nº 89.588, de 26 de abril de 1984 e alterado pelo Decreto nº 91.918, de 14 de novembro de 1985, destina-se a centralizar recursos visando ao financiamento de atividades do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira.

CAPÍTULO III

Dos Recursos

Art. 3º O Fundo de Estudos do Mar (Fundem) será constituído pelos seguintes recursos:

- a) contribuições dos Governos Federal, Estaduais e Municipais;
- b) contribuições provenientes de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- c) doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas e de pessoas físicas;
- d) receitas provenientes da prestação de serviços, fornecimento e alienação de bens;
- e) receitas oriundas das aplicações de recursos do próprio Fundo; e
- f) de outras fontes.

Parágrafo único. Os saldos do Fundem verificados no fim de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

CAPÍTULO IV

Da Aplicação

Art. 4º Sob a supervisão do Ministro da Marinha e gestão do Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, o Fundo de Estudos do Mar, com vistas à execução das atividades de competência do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, será aplicado:

- a) na aquisição de bens móveis de qualquer espécie;
- b) na aquisição, construção ou locação de imóveis na forma da lei, destinados ao desenvolvimento das atividades do IEAPM;
- c) na celebração de convênios, contratos, termos de ajuste, de compromissos ou de obrigações com Órgãos, Instituições e Entidades Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas ou Particulares, com observância dos preceitos legais, para a realização de pesquisas ou desenvolvimento tecnológico;
- d) na ampliação e manutenção das instalações necessárias ao desenvolvimento das atividades do IEAPM;
- e) na aquisição de equipamentos, acessórios e publicações de pesquisa;
- f) na contratação de especialistas de nível médio, ou superior e consultores técnicos, na forma da legislação vigente;
- g) na concessão de bolsas de estudos para cursos de interesse do IAPM;
- h) na prestação de serviços por terceiros observados os dispositivos legais pertinentes;
- i) no custeio de cursos de pós-graduação, especialização ou aperfeiçoamento, no País ou no exterior, no sentido de promover a formação ou o aperfeiçoamento técnico-científico do pessoal do IAPM;
- j) na concessão de prêmios, doações e contribuições relacionadas com as atividades do IEAPM;
- l) na divulgação de fatos relacionados com as atividades do IEAPM;
- m) no custeio de quaisquer outras atividades de interesse do IEAPM;

Art. 5º O Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira prestará contas da gestão financeira do Fundo de Estudos do Mar, relativa a cada exercício, ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. A prestação de contas a que se refere este artigo atenderão aos pressupostos contidos na legislação vigente, mormente ao que determina o artigo 41 do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967 e artigo 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

CAPÍTULO V

Da Administração

Art. 6º A administração do Fundo de Estudos do Mar será exercida pelo Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira.

Art. 7º Haverá junto ao Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira um Conselho Consultivo, presidido pelo Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira e constituído dos seguintes membros:

a) o Vice-Diretor e os Chefes dos Departamentos de Pesquisas e Administração do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira;

b) os Encarregados das Divisões de Finanças, de Pesquisa e de Apoio do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira;

c) um membro da Diretoria-Geral de Navegação, por ela indicado; e

d) um servidor civil ou militar, a serviço do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, escolhido pelo Presidente, para servir como Secretário, sem direito a voto.

Art. 8º Conselho Consultivo reunir-se-á com pelo menos 2/3 dos seus membros.

Art. 9º As recomendações do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente homologá-las ou não.

Art. 10. O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, devendo ser lavrada ata consignando a presença dos membros e os trabalhos realizados.

Parágrafo único. No impedimento do Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, o Vice-Diretor do IEAPM presidirá os trabalhos do Conselho.

Art. 11. Compete ao Conselho Consultivo:

- a) apreciar relatórios, balancetes e a constituição do patrimônio do Fundo de Estudos do Mar;
- b) verificar a arrecadação da receita e a aplicação da despesa;
- c) assessorar o Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira no estabelecimento da política a seguir nas realizações por conta do Fundem de modo a atender às necessidades do IEAPM; e
- d) analisar as propostas de orçamento do Fundem e suas reformulações.

Art. 12. Ao Presidente do Conselho Consultivo compete:

- a) decidir sobre as recomendações do Conselho Consultivo;
- b) convocar reuniões do Conselho Consultivo e submeter à sua apreciação os assuntos que interessam à administração do Fundo de Estudos do Mar;
- c) aprovar a Proposta de Orçamento do Fundem e suas reformulações a serem submetidas à aprovação do Ministro da Marinha de acordo com a sistemática própria; e
- d) tomar outras medidas que julgar necessárias para o perfeito funcionamento do Fundo de Estudos do Mar.

CAPÍTULO VI

Do Patrimônio

Art. 13. O Patrimônio do Fundo de Estudos do Mar será constituído de:

- a) bens e direitos que lhe forem transferidos;
- b) bens e direitos que vier a adquirir;
- c) doações que receber; e
- d) subvenções ou contribuições que receber de pessoas físicas, jurídicas ou de entidades públicas.

§ 1º Os bens e direitos do Fundem serão aplicados exclusivamente na consecução dos seus objetivos.

§ 2º Em caso de extinção do Fundem, seus bens e direitos serão incorporados ao Patrimônio da União.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 14. O numerário do Fundem será depositado no Banco do Brasil S.A. ressalvados os casos previstos na legislação em vigor.

Art. 15. O Fundem poderá adquirir cambiais para atender compromissos no exterior ou adquirir material de procedência estrangeira, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 16. O Diretor do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira fica autorizado a baixar os atos necessários ao cumprimento do presente Regulamento.

DECRETO Nº 94.662, DE 22 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a aplicação do disposto no Decreto nº 92.322, de 23 de janeiro de 1986, que trata da dispensa da assinatura do ponto aos servidores públicos civis federais que exerçam mandatos eletivos em entidades representativas de classes.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Aplica-se o disposto no Decreto nº 92.322, de 23 de janeiro de 1986, às autarquias federais, de âmbito nacional, fiscalizadoras do exercício de profissão regulamentada.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.663, DE 22 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, a União das Mães Espíritas «Marília Barbosa», com sede na Rua Monte Carlos, 9, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas (Processo MJ nº 24.268/85).

Art. 2º Este decreto entra m vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987

Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, que com este baixa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

Aluizio Alves

ANEXO AO DECRETO Nº 94.664, DE 23 DE JULHO DE 1987

PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO
DE CARGOS E EMPREGOS

TÍTULO I

Da Implantação do Plano, Coordenação, Supervisão e Controle

Art. 1º A implantação e administração do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, caberá a cada Instituição Federal de Ensino — IFE.

Parágrafo único. Respeitada a autonomia das Universidades definida em lei, o Ministério da Educação exercerá as atribuições de estudos, coordenação, supervisão e controle, previstas no art. 115 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no que se refere às entidades alcançadas por este artigo.

TÍTULO II

Da Isonomia

Art. 2º A isonomia salarial (Lei nº 7.596, de 1987) será assegurada pela remuneração uniforme do trabalho prestado por servidores da mesma classe ou categoria funcional e da mesma titulação.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por remuneração o vencimento, o salário e as vantagens pecuniárias previstas neste Plano.

TÍTULO III

Do Pessoal Docente

CAPÍTULO I

Das Atividades do Pessoal Docente

Art. 3º São consideradas atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior;

I — as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura;

II — as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Art. 4º São consideradas atividades próprias do pessoal docente de 1º e 2º Graus:

I — as relacionadas, predominantemente, ao ensino, no âmbito das instituições de 1º e 2º Graus e as relacionadas à pesquisa, bem como as que estendam à comunidade atividades sob a forma de cursos e serviços especiais;

II — as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO II

Do Corpo Docente

Art. 5º O corpo docente será constituído pelos integrantes das carreiras de Magistério Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus, pelos Professores Visitantes e pelos Professores Substitutos.

Art. 6º A carreira de Magistério Superior compreende as seguintes classes:

- I — Professor Titular;
- II — Professor Adjunto;
- III — Professor Assistente;
- IV — Professor Auxiliar.

Parágrafo único. Cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível.

Art. 7º A carreira de Magistério de 1º e 2º Graus compreende as classes A, B, C, D, E e de Professor Titular.

Parágrafo único. Cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a classe de Professor Titular, que possui um só nível.

Art. 8º Poderá haver contratação de Professor Visitante pelo prazo máximo de dois anos, na forma da legislação trabalhista, vedada a prorrogação ou renovação do contrato.

§ 1º O Professor Visitante deverá ser pessoa de reconhecido nome e somente será contratado para atender a programa especial de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as normas estabelecidas pela IFE.

§ 2º O salário de Professor Visitante será fixado pela IFE à vista da qualificação e experiência do contratado, observada a correspondência com os valores de salário fixados para as carreiras de Magistério.

Art. 9º Poderá haver contratação de Professor Substituto por prazo determinado, na forma da legislação trabalhista, para substituições eventuais de docente das carreiras de Magistério.

§ 1º O prazo total de contratação de Professor Substituto, incluídas as renovações ou prorrogações, não será superior a um ano.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se substituições eventuais aquelas realizadas para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde ou licença à gestante.

§ 3º Na hipótese de afastamento definitivo do docente, após a admissão de Professor Substituto, será realizado concurso público para provimento da respectiva vaga.

Art. 10. O salário do Professor Substituto será fixado pela IFE à vista da qualificação do contratado, com base no valor de salário estabelecido para o nível 1 da classe das carreiras do Magistério correspondente à respectiva titulação, calculado de acordo com o regime de trabalho.

CAPÍTULO III

Da Comissão Permanente de Pessoal Docente

Art. 11. Haverá em cada IFE uma Comissão Permanente de Pessoal Docente — CPPD.

§ 1º À CPPD caberá prestar assessoramento ao colegiado competente na instituição de ensino superior e ao dirigente, nas demais IFE, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

§ 2º As atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão especificadas pelo Ministro de Estado da Educação.

CAPÍTULO IV

Do Ingresso na Carreira

Art. 12. O ingresso na carreira do Magistério Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no nível 1 de qualquer classe.

§ 1º Para inscrição no concurso a que se refere este artigo, será exigido:

a) diploma de graduação em curso superior, para a classe de Professor Auxiliar;

b) grau de Mestre, para a classe de Professor Assistente;

c) título de Doutor ou de Livre-Docente, para a classe de Professor Adjunto.

§ 2º O ingresso na classe de Professor Titular dar-se-á unicamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de Doutor ou de Livre-Docente, Professores Adjuntos, bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo conselho superior competente da IFE.

§ 3º A instituição pode *prescindir* da observância dos pré-requisitos previstos nas alíneas *b* e *c* do § 1º, em relação a áreas de conhecimento cuja excepcionalidade seja reconhecida pelo conselho superior competente da IFE.

Art. 13. O ingresso na carreira do Magistério de 1º e 2º Graus far-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos e deverá ocorrer no nível inicial de qualquer classe.

§ 1º Para inscrição no concurso exigir-se-á:

- a) habilitação específica obtida em curso de 2º Grau, para a classe A;
- b) habilitação específica obtida em Licenciatura de 1º Grau, para a classe B;
- c) habilitação específica obtida em Licenciatura Plena ou habilitação legal, para a classe C;
- d) curso de Especialização, para a classe D;
- e) grau de Mestre, para a classe E.

§ 2º Para o ingresso na classe de Professor Titular, poderão inscrever-se portadores de títulos de Doutor ou de Livre-Docente, bem como pessoas de notório saber, além de professores que, já pertencentes à carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, estejam na classe E, com o mínimo de quinze anos de efetivo exercício de Magistério.

§ 3º A instituição poderá *prescindir* da observância do pré-requisito previsto na alínea *e*, em relação a áreas de conhecimento cuja excepcionalidade seja reconhecida pelo conselho superior competente da IFE.

CAPÍTULO V

Do Regime de Trabalho

Art. 14. O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I — dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;
- II — tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

§ 1º No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á:

- a) participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério;
- b) participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa;
- c) percepção de direitos autorais ou correlatos;
- d) colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

§ 2º Excepcionalmente, a IFE, mediante aprovação de seu colegiado superior competente, poderá adotar o regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas.

Art. 15. O professor da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I — dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;

II — tempo integral de quarenta horas semanais de trabalho, em dois turnos diários completos;

III — tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

§ 1º Aos docentes de 1º e 2º Graus das instituições de ensino superior não se aplica o disposto no item II.

§ 2º No regime de dedicação exclusiva o professor da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus poderá exercer as atividades de que tratam as alíneas do § 1º do art. 14.

CAPÍTULO VI

Da Progressão Funcional

Art. 16. A progressão nas carreiras do Magistério poderá ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos das normas regulamentares a serem expedidas pelo Ministro de Estado da Educação:

I — de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe;

II — de uma para outra classe, exceto para a de Professor Titular.

§ 1º A progressão de que trata o item I será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no nível respectivo,

mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

§ 2º A progressão prevista no item II far-se-á sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

TÍTULO IV

Do Pessoal Técnico-Administrativo

CAPÍTULO I

Das Atividades Técnico-Administrativas

Art. 17. São consideradas atividades do pessoal técnico-administrativo:

I — as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais;

II — as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.

CAPÍTULO II

Da Classificação dos Cargos e Empregos

Art. 18. Os cargos e empregos do pessoal técnico-administrativo são classificados nos seguintes grupos ocupacionais, de acordo com a natureza das respectivas atividades, e serão estruturados em subgrupos:

I — Grupo Nível de Apoio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades de apoio operacional, especializado ou não, que requeiram escolaridade de 1º Grau ou experiência comprovada ou ainda conhecimento específico;

II — Grupo Nível Médio, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 2º Grau ou especialização ou formação de 1º Grau, com especialização ou experiência na área;

III — Grupo Nível Superior, compreendendo cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de 3º Grau ou registro no conselho superior competente.

Art. 19. Os cargos e empregos do pessoal técnico-marítimo são classificados nos seguintes grupos ocupacionais, de acordo com a natureza das respectivas atividades:

I — Grupo Convés, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades diretamente relacionadas com o comando e condução das embarcações aos locais de pesca e pesquisa oceanográfica;

II — Grupo Máquina, compreendendo os cargos e empregos permanentes a que sejam inerentes atividades relacionadas com a condução, manutenção, conservação e reparos dos equipamentos e seus acessórios, destinados à propulsão das embarcações de pesca e pesquisa oceanográfica;

III — Grupo Câmara, compreendendo os empregos permanentes a que sejam inerentes atividades relacionadas com o armazenamento de gêneros alimentícios, preparo e distribuição da alimentação às tripulações das embarcações, bem como relacionadas com a conservação, limpeza e higiene do ambiente de bordo;

IV — Grupo de Apoio Marítimo, compreendendo os empregos permanentes a que sejam inerentes atividades de terra, relacionadas com a operação, manutenção, suprimento e desembarço de embarcações junto aos órgãos oficiais, além do desenvolvimento e confecção de artes de pesca ligadas às pesquisas oceanográficas.

Art. 20. Os cargos ou empregos integrantes dos grupos previstos nos arts. 18 e 19 serão especificados em ato a ser expedido pelo Ministro da Educação.

CAPÍTULO III

Da Comissão Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo

Art. 21. Haverá, em cada IFE, uma Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo — CPPTA.

§ 1º A CPPTA caberá assessorar o dirigente da IFE e acompanhar a execução da política de pessoal técnico-administrativo.

§ 2º As atribuições e a forma de funcionamento da CPPTA serão especificadas pelo Ministro de Estado da Educação.

CAPÍTULO IV

Do Ingresso

Art. 22 O provimento de emprego técnico-administrativo e técnico-marítimo no Quadro da IFE far-se-á no nível inicial, mediante habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. A contratação de servidor técnico-marítimo far-se-á de acordo com o Regulamento para o Tráfego Marítimo, observados, no que couber, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Código Comercial.

Art. 23 É vedada a contratação ou designação de servidor técnico-administrativo para o exercício de atividades diversas das inerentes ao cargo ou emprego de que seja ocupante, sob pena de responsabilidade da autoridades competente.

CAPÍTULO V

Do Regime de Trabalho

Art. 24 O regime de trabalho para os servidores técnico-administrativos será de quarenta horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabeleça diferente jornada de trabalho.

CAPÍTULO VI

Da Progressão Funcional

Art. 25 A progressão funcional dos servidores técnico-administrativos e técnico-marítimos ocorrerá:

I — por permanência no cargo ou emprego, automaticamente, para o nível imediatamente superior ao em que se encontrar, a cada interstício de quatro anos de efetivo exercício;

II — por mérito, para o nível imediatamente superior ao que se encontrar, após o período de dois anos, contados da data de sua admissão, da ascensão funcional, da última progressão por mérito ou do afastamento;

III — por titulação e qualificação, automaticamente e de acordo com os critérios a serem estabelecidos nas normas complementares.

Parágrafo único. A progressão funcional ocorrerá de forma independente e cumulativa dentro do mesmo cargo ou emprego.

Art. 26 A ascensão funcional far-se-á para o nível inicial de outro cargo ou emprego, mediante processo seletivo, verificada a existência de vaga.

§ 1º Somente será realizado concurso público para preenchimento de vagas que restarem de ascensão funcional ou de transferência ou movimentação.

§ 2º Na hipótese de o salário de nível inicial do cargo ou emprego para o qual se realizar a ascensão ser inferior ao percebido pelo servidor, será ele incluído no nível de valor salarial igual ou superior mais próximo ao do cargo ou emprego anteriormente ocupado.

§ 3º Somente poderá concorrer à ascensão funcional o servidor que possuir, no mínimo, doze meses de efetivo exercício na IFE.

TÍTULO V

Das Funções de Confiança

Art. 27 As funções de confiança das IFE, compreendendo atividades de direção, chefia, assessoramento, coordenação e assistência, a níveis superior e intermediário, são classificadas em Funções Comissionadas e Funções Gratificadas.

Parágrafo único. As atuais funções de confiança existentes nas IFE, criadas em lei ou decreto, consideradas estas isoladamente, serão reclassificadas para as funções correspondentes.

Art. 28 O provimento das funções de confiança dar-se-á de conformidade com a legislação em vigor.

Art. 29 As Funções Comissionadas e as Funções Gratificadas serão exercidas, obrigatoriamente, em regime de tempo integral.

TÍTULO VI

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Do Quadro de Pessoal

Art. 30 Haverá em cada IFE quadro de pessoal para as funções de confiança, para as carreiras de magistério e para as carreiras técnico-administrativas, compreendendo o número de vagas necessárias à absorção dos atuais servidores e ao atendimento das necessidades dos serviços da instituição.

§ 1º A quantificação de vagas será definida globalmente para cada um dos quadros de pessoal.

§ 2º Os quadros serão submetidos pela IFE ao Ministro da Educação e aprovados pelo Presidente da República.

CAPÍTULO II

Da Remuneração, dos Benefícios e das Vantagens

Art. 31 Para 1º de abril de 1987 o valor do vencimento ou salário do nível I da classe de Professor Auxiliar é fixado em CZ\$ 7.600,00; o do nível I da classe C da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, em CZ\$ 7.600,00; e o do nível I da classe A da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, em CZ\$ 5.345,00, para o regime de trabalho de vinte horas semanais.

§ 1º Os vencimentos ou salários dos demais níveis são determinados mediante a variação dos valores fixados neste artigo, à razão de 4%, dentro da mesma classe.

§ 2º Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte, haverá acréscimo de:

- a) 10%, se de Magistério Superior;
- b) 6%, da classe A para B, da B para C e da C para D; e de 10%, da D para E, se Magistério de 1º e 2º Graus;
- c) 25%, para a classe de Professor Titular do Magistério Superior;
- d) 20%, para a classe de Professor Titular do Magistério de 1º e 2º Graus.

§ 3º O vencimento e o salário dos integrantes da carreira do Magistério Superior que possuírem titulação é acrescido:

- a) de 25% para os detentores de título de Doutor ou de Livre-Docente;
- b) de 15% para os detentores de grau de Mestre.

§ 4º O vencimento e o salário dos integrantes da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus que possuírem titulação é acrescido:

- a) de 15%, para os detentores de grau de Mestre;
- b) de 10%, para os detentores de certificado de curso de Especialização;
- c) de 5%, para os detentores de certificado de curso de Aperfeiçoamento.

§ 5º O vencimento ou salário para o docente em regime de dedicação exclusiva será fixado com o acréscimo:

a) de 40% do salário básico correspondente ao regime de quarenta horas semanais de trabalho, para o docente de ensino superior;

b) de 25% do salário básico correspondente ao regime de quarenta horas semanais de trabalho, para o docente do ensino de 1º e 2º Graus.

§ 6º O vencimento ou salário para o docente em regime de trabalho de quarenta horas será acrescido de 100% do salário básico correspondente ao regime de vinte horas semanais de trabalho.

§ 7º É vedada a percepção cumulativa dos acréscimos a que se referem os §§ 3º e 4º.

Art. 32 Será concedida aos professores de ensino superior, em caráter individual e por opção da instituição de ensino, a gratificação de produtividade de ensino correspondente a 20% do salário básico.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo será concedida ao docente que, submetido ao regime de vinte horas semanais de trabalho, ministre no mínimo dez horas-aula e ao docente em regime de quarenta horas ou dedicação exclusiva, no mínimo quatorze horas-aula.

Art. 33 O docente de 1º e 2º Graus fará jus à gratificação prevista no art. 2º do Decreto-lei nº 1.858, de 16 de fevereiro de 1981, independentemente da forma jurídica da IFE.

Art. 34. As tabelas salariais do pessoal técnico-administrativo da IFE serão elaboradas com observância dos seguintes critérios:

I — nas malhas salariais o número de níveis e a razão entre eles serão constantes e iguais para todas as tabelas salariais;

II — haverá parcial sobreposição dos valores das tabelas salariais dos grupos das carreiras técnico-administrativas, fixados no Plano Único.

§ 1º Para 1º de abril de 1987 o valor do vencimento ou salário do nível inicial do primeiro subgrupo pertencente ao Grupo Nível de Apoio, previsto no art. 18, é fixado em CZ\$ 3.883,00; o do Grupo Nível Médio, em CZ\$ 8.073,00; e o do Grupo Nível Superior, em CZ\$ 13.150,00.

§ 2º Os vencimentos e salários dos demais níveis são determinados mediante acréscimo ao valor fixado no parágrafo anterior, à razão de 5%, até 21 níveis.

§ 3º Os valores de vencimentos ou salários para os grupos previstos no art. 19 são fixados dentro dos limites adotados para os Grupos Nível de Apoio, Nível Médio e Nível Superior.

Art. 35 Após cada cinco anos de efetivo exercício, o servidor fará jus à gratificação adicional por tempo de serviço correspondente a 5% do vencimento ou salário do respectivo emprego ou cargo de carreira, até o máximo de 35%.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a apuração do tempo de serviço far-se-á a partir da data do ingresso inicial em qualquer IFE ou no Serviço Público Federal.

Art. 36 Ao servidor regido pela legislação trabalhista, a cada dez anos de efetivo exercício em uma ou mais de uma IFE, será concedida licença especial de seis meses, assegurada a percepção da respectiva remuneração e vantagens, desde que cumpridas as exigências legais pertinentes.

§ 1º O período aquisitivo do direito de licença será contado a partir da data da admissão em qualquer IFE ou no Serviço Público Federal.

§ 2º A requerimento do servidor e observadas as necessidades do serviço, o gozo de licença especial poderá ser concedido integralmente ou em duas ou três parcelas.

§ 3º A licença especial será contada em dobro, para efeito de aposentadoria, caso o servidor não a goze.

Art. 37 Atendida a conveniência da instituição, em cada dez anos de efetivo exercício, o servidor regido pela legislação trabalhista poderá obter licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de dois anos.

Art 38 Ao docente em efetivo exercício serão concedidos quarenta e cinco dias de férias anuais, que poderão ser gozados em um ou dois períodos.

Art. 39 Fica assegurado ao servidor a opção de converter em pecúnia um terço de suas férias.

Art. 40 Quando o salário mínimo profissional fixado por lei para um cargo ou emprego for maior que o vencimento ou salário percebido pelo servidor ser-lhe-á assegurada uma complementação, a fim de ser atingido o piso legal.

Art. 41 O servidor regido pela legislação trabalhista, afastado de suas atividades por motivo de doença ou acidente de trabalho, por prazo superior a quinze dias, comprovada em inspeção médica, fará jus a complementação salarial, a ser paga pela IFE, correspondente à diferença entre o valor percebido na instituição previdenciária, ou outra equivalente, e a respectiva remuneração integral.

Art. 42 Quando o servidor for mandado servir, *ex officio*, em outro ponto do território nacional, o cônjuge servidor terá direito à remuneração pelo órgão de origem, de acordo com o disposto no Decreto nº 91.808, de 18 de outubro de 1985.

Art. 43 Os servidores já aposentados ou inativos, à data da vigência deste Plano, gozarão dos benefícios e vantagens nele previstos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, aos aposentados e inativos equiparam-se os pensionistas.

Art. 44 Será criado nas IFE um sistema de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo, constituindo-se, para tanto um programa com orçamento específico.

Art. 45 O Ministério da Educação criará o programa de aperfeiçoamento de docentes de 1.º e 2.º Graus, com o respectivo apoio orçamentário, de forma a assegurar a oferta de adequado treinamento.

CAPÍTULO III

Da Transferência ou Movimentação

Art. 46 O servidor poderá obter transferência ou movimentação para outra IFE e cargo ou emprego igual àquele a que pertença na instituição de origem.

Parágrafo único. A transferência ou movimentação dar-se-á por solicitação do servidor, dependendo da existência de vaga e da aquiescência das IFE envolvidas.

CAPÍTULO IV

Do Afastamento

Art. 47 Além dos casos previstos na legislação vigente, o ocupante de cargo ou emprego das carreiras de Magistério e Técnico-administrativo poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da atividade docente:

I — para aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira;

II — para prestar colaboração a outra instituição de ensino ou de pesquisa;

III — para comparecer a congresso ou reunião relacionados com atividades acadêmicas;

IV — para participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas.

§ 1º O prazo de autorização para o afastamento previsto no item I deste artigo será regulamentado pela IFE e dependerá da natureza da proposta de aperfeiçoamento, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, o prazo de cinco anos.

§ 2º O afastamento a que se refere o item II não poderá exceder a quatro anos, após o que o servidor perderá o cargo ou emprego na IFE de origem.

§ 3º A concessão do afastamento a que se refere o item I importará no compromisso de, ao seu retorno, o servidor permanecer, obrigatoriamente, na IFE, por tempo igual ao do afastamento, incluídas as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo ao servidor que realizar curso de pós-graduação na IFE a que pertença.

§ 5º O afastamento será autorizado pelo dirigente máximo da IFE, observada a legislação vigente.

Art. 48 Os Professores Titulares, Adjuntos e Assistentes, bem como os integrantes das classes D, E e de Professor Titular de 1º e 2º Graus que, após sete anos de efetivo exercício no Magistério em Instituição Federal de Ensino vinculada ao Ministério da Educação, tenham permanecido, nos dois últimos anos, em regime de quarenta horas ou de dedicação exclusiva, farão jus a seis meses de licença sabática, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira.

Parágrafo único. A concessão do semestre sabático tem por fim permitir o afastamento do docente para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional e far-se-á de acordo com normas complementares a este Plano.

Art 49 O afastamento para prestar serviços nos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia e em outras situações previstas na legislação vigente será considerado como atividade acadêmica.

CAPÍTULO V

Da Dispensa

Art 50 A dispensa dos servidores será a pedido ou com justa causa, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes.

§ 1º Quanto aos docentes integrantes das carreiras do Magistério, observado o disposto neste artigo, a dispensa somente poderá ocorrer se aprovada pela maioria dos docentes em efetivo exercício no respectivo departamento ou unidade de ensino, preservados os direitos de defesa e recursos.

§ 2º A dispensa do servidor técnico-administrativo dar-se-á por proposta da chefia imediata, assegurados os direitos de defesa e recursos.

TÍTULO VII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 51 A transposição e transformação para o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, dos cargos e empregos permanentes pertencentes às IFE, far-se-á segundo os critérios estabelecidos neste artigo.

§ 1º Os cargos e empregos permanentes integrantes das carreiras de magistério, serão transpostos para o Plano Único em cargos e empregos de denominação idêntica às existentes.

§ 2º A transposição e a transformação para o Plano Único dos cargos e empregos permanentes integrantes dos grupos técnico-administrativos obedecerá aos seguintes critérios:

a) os cargos e empregos existentes, com denominações idênticas da mesma natureza, serão transpostos para cargos e empregos de idêntica denominação e atribuições;

b) os cargos e empregos existentes, com denominações diferentes e atribuições da mesma natureza, serão identificados e transformados em cargos ou empregos de única denominação;

c) os cargos e empregos, cujas atribuições estejam contidas em cargos representativos de profissões identificadas, serão transformados em cargos ou empregos de atribuições mais abrangentes;

d) os cargos e empregos com denominações idênticas e atribuições diferentes serão identificados e transformados para cargos ou empregos de idênticas atribuições;

e) os atuais cargos e empregos, que abrangem mais de uma categoria profissional deverão ser transformados, desdobrando-se em cargos ou empregos identificados com as atribuições.

Art. 52 As IFE terão o prazo de cento e vinte dias, a contar da implementação do Plano Único, para abrir concurso público de provas e títulos para preenchimento das vagas decorrentes de rescisão de contrato de professores temporários.

Art. 53 O docente integrante da carreira do Magistério Superior será enquadrado na carreira do Magistério Superior estabelecida no Plano Único, em classe e nível correspondentes aos que já ocupava em 1º de abril de 1987, garantida a continuidade da contagem dos interstícios e dos períodos aquisitivos de direitos e observado, ainda, o regime de trabalho.

Art. 54 O docente integrante da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus será enquadrado na carreira do Magistério de 1º e 2º Graus estabelecida no Plano Único, em classe e nível iguais ou superiores aos que

já ocupava na data da vigência da Lei nº 7.596, de 1987, garantida a continuidade da contagem dos interstícios e dos períodos aquisitivos de direitos e observado, ainda, o regime de trabalho.

Art. 55 Para fins de enquadramento, será constituída, em cada IFE, uma Comissão representativa da Administração Superior e das respectivas associações de servidores, presidida pelo dirigente do órgão de pessoal da IFE.

Art. 56 O enquadramento dos servidores técnico-administrativos obedecerá, ainda, aos seguintes critérios:

I — enquadramento no cargo ou emprego, feito exclusivamente com base na descrição das atividades permanentes efetivamente exercidas pelo servidor, observadas as habilitações legais, quando for o caso;

II — cômputo do tempo de serviço, para efeito de hierarquização.

Parágrafo único. As frações de tempo de serviço não utilizadas na hierarquização serão consideradas como cumprimento parcial dos interstícios de progressões, a serem definidas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 57 O servidor que, ao ser enquadrado, sentir-se prejudicado, poderá requerer reavaliação junto à respectiva Comissão de Enquadramento, até cento e oitenta dias após a publicação dos resultados.

Art. 58 Fica extinto o regime de quarenta horas semanais para os docentes das instituições de ensino superior, observado o disposto no § 2º do art. 14 deste Plano.

§ 1º Os professores que se encontrarem, na data de vigência deste Plano, no regime de trabalho a que se refere este artigo poderão permanecer nesse regime.

§ 2º O regime de trabalho a que se refere este artigo será automaticamente suprimido quando ocorrer o desligamento, por qualquer motivo, do docente que nele tiver permanecido.

Art. 59 O servidor técnico-administrativo admitido até 1º de abril de 1986, não integrante da Tabela Permanente da IFE e remunerado com recursos de Pessoal, será enquadrado no emprego correspondente mediante habilitação em processo seletivo interno.

Parágrafo único. O servidor admitido após 1º de abril de 1986, não integrante da Tabela Permanente da IFE e remunerado com recursos de Pessoal, será incluído no Plano Único após habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 60. O servidor contratado pela IFE para o desempenho de atividades de caráter permanente e remunerado com recursos de Pessoal, de que trata o Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, cuja situação se encontre pendente de decisão, reconhecido o direito pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, a qualquer tempo poderá ser enquadrado.

Art. 61. Aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 6º do Decreto-lei nº 2.280, de 1985, ao servidor contratado pela IFE antes da entrada em vigor do referido decreto-lei para o desempenho de atividades de caráter permanente e remunerado com recursos de Pessoal e que, em razão de habilitação em concurso público, passou a integrar empregos da Tabela Permanente do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Art. 62. Deverá ser apresentada declaração de acumulação de cargos e empregos, por ocasião do enquadramento no Plano Único, da admissão em emprego na IFE, e da mudança de regime de trabalho.

Art. 63. Observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, poderão ser concedidas aos servidores alcançados pelo disposto neste Plano as vantagens e indenizações de que tratam a Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971, os itens IV, VII, X, XI e XX do Anexo II, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, o art. 1º do Decreto-lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981, e os arts. 7º e seguintes do Decreto-lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 1986.

Art. 64. O Ministro de Estado da Educação, cumpridas as disposições em vigor e as diretrizes da política de pessoal civil da União, expedirá normas complementares à execução do disposto neste Plano, no prazo de trinta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 65. Os efeitos financeiros decorrentes da implantação do Plano Único vigorarão a partir de 1º de abril de 1987.

Art. 66. O Ministro de Estado da Educação submeterá ao Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, contados da data de publicação deste Plano, proposta de reestruturação, extinção, criação e reclassificação das funções de confiança adotadas no Plano Único, consideradas as instituições isoladamente.

Art. 67. Os concursos públicos, destinados a recrutar servidores para ingresso no Plano Único, serão organizados e realizados pela IFE, que poderá admitir candidatos habilitados em concursos públicos promovidos por outros órgãos ou entidades públicas federais.

Art. 68. Somente serão deferidas vantagens aos servidores alcançados pelo disposto neste Plano, mediante autorização expressamente prevista na legislação vigente.

DECRETO Nº 94.665, DE 23 DE JULHO DE 1987

Fixa limites para a realização da despesa com «Pessoal e Encargos Sociais», no âmbito do Poder Executivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A despesa com «Pessoal e Encargos Sociais» nos órgãos da Administração Federal direta, bem assim nas entidades da Administração Federal indireta que recebam recursos à conta do Tesouro Nacional, não poderá exceder, durante o exercício financeiro de 1987, os limites fixados no anexo deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

ANEXO AO DECRETO Nº 94.665, DE 23 DE JULHO DE 1987

*Limite Máximo de Gastos com Pessoal
e Encargos Sociais, por Órgão*

— 1987 —

Órgão	Em CZ\$ Milhões
Presidência da República	2.867,1
Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação	2.719,4
Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República	5.400,0
Ministério da Aeronáutica	12.100,0
Ministério da Agricultura	8.537,5
Ministério das Comunicações	629,3
Ministério da Educação	70.000,0
Ministério do Exército	17.691,0

Órgão	Em CZ\$ Milhões
Ministério da Fazenda	9.039,5
Ministério da Indústria e do Comércio	2.985,0
Ministério do Interior	5.702,5
Ministério da Justiça	4.478,5
Ministério da Marinha	13.850,0
Ministério das Minas e Energia	610,5
Ministério da Previdência e Assistência Social	288,8
Ministério das Relações Exteriores	3.300,0
Ministério da Saúde	10.300,0
Ministério do Trabalho	2.692,2
Ministério dos Transportes	13.456,9
Ministério da Cultura	1.708,5
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	536,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	3.000,0
Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário	435,5
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	8.414,5
Governo do Distrito Federal	12.000,0
Encargos Previdenciários da União	77.050,0
Total.....	289.793,2

DECRETO Nº 94.666, DE 23 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a redução de dispêndios com pessoal e serviços de terceiros nas entidades que menciona, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, as sociedades sob controle direto ou indireto da União, bem assim o Banco Central do Brasil e as entidades do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) deverão proceder à redução, em termos reais, de 7% (sete por cento) nos respectivos dispêndios com pessoal e de 5% (cinco por cento) nos serviços de terceiros, a serem realizados no segundo semestre de 1987, comparativamente ao total desses dispêndios realizados no primeiro semestre do mesmo ano.

§ 1º Nos dispêndios com pessoal e serviços de terceiros a serem realizados no exercício de 1988, será aplicada a redução adicional de 5% (cinco por cento) em termos reais, comparativamente ao total dos mesmos dispêndios realizados no exercício de 1987.

§ 2º Excluem-se da redução prevista neste artigo os dispêndios com serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, com publicações obrigatórias e transportes de volumes.

Art. 2º A Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest) promoverá os cortes necessários à redução de dispêndios de que trata este decreto, observados os limites previstos no artigo anterior, quanto ao Orçamento Sest/Dispêndios Globais para 1987 e à proposta para 1988.

Art. 3º As entidades estatais a que se refere o artigo 1º poderão repor até 80% (oitenta por cento) dos cargos ou empregos administrativos que venham a vagar, a partir da publicação deste decreto, por motivo de exoneração, demissão, dispensa, rescisão de contrato de trabalho, aposentadoria ou falecimento, desde que não ocorra aumento de despesa.

Art. 4º O Presidente da República poderá, por proposta do Ministro da Fazenda, ouvida a Sest, em casos excepcionais, devidamente justificados, autorizar a revisão dos percentuais mencionados nos artigos 1º e 3º.

Art. 5º O acompanhamento e o controle das medidas previstas neste decreto caberão:

I — no âmbito das entidades mencionadas no artigo 1º, aos respectivos Conselhos de Administração e Fiscal ou órgãos equivalentes, segundo suas atribuições legais ou estatutárias;

II — à Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest);

III — aos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo, definidos no Decreto nº 93.874, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 6º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1988; o prazo de vigência do Decreto nº 91.404, de 5 de julho de 1985, alterado pelo Decreto nº 93.601, de 21 de novembro de 1986, ressalvado o disposto no artigo 3º deste decreto.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.667, DE 23 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a realização de despesa com pessoal e encargos sociais, proíbe o ingresso de servidores na Administração Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Até 31 de dezembro de 1987, fica vedada nos órgãos da Administração Federal direta e nas entidades da Administração Federal indireta, não abrangidas pelo Decreto nº 94.666, de 23 de julho de 1987, que recebam recursos à conta do Orçamento da União, a realização de despesas decorrentes de:

I — novas contratações ou admissões de pessoal, a qualquer título;

II — acréscimo de prestação de serviços mediante recibo;

III — ampliação e contratação de serviços de consultoria e congêneres, salvo os decorrentes de obrigação legal ou estipulação em virtude de acordo ou contrato com entidades internacionais;

IV — ampliação e contratação de mão-de-obra indireta, sob qualquer modalidade;

V — criação e ampliação de empregos ou tabelas, ainda que se ofereçam recursos compensatórios;

VI — criação e ampliação de empregos para realização de campanhas de qualquer natureza, salvo os casos devidamente caracterizados de surtos epidemiológicos ou de calamidade pública.

§ 1º O disposto neste artigo alcança os atos de admissão e nomeação não publicados até a data da vigência deste decreto, ressalvados:

a) as indicações de candidatos habilitados em concurso público, feitas até a mesma data;

b) o provimento de cargos em comissão e de funções de confiança, inclusive os de direção e assistência intermediárias e as gratificações de gabinete já existentes;

c) a contratação de servidores para o exercício das atividades de controle e fiscalização decorrentes da execução do disposto no Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.

§ 2º Os órgãos da Administração Federal direta e as autarquias federais, que possuírem tabelas de servidores especialistas, deverão adaptá-las ao disposto no Decreto nº 94.313, de 6 de maio de 1987, e normas complementares, submetendo-as, no prazo de 30 (trinta) dias, à Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Art. 2º Não serão objeto de exame, ainda que oferecidos recursos compensatórios, propostas de:

I — criação ou ampliação de quadros ou tabelas de pessoal, bem assim de cargos em comissão ou funções de confiança do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), de funções do Grupo Direção e Assistência Intermediárias (DAI), e de funções de Assessoramento Superior (FAS);

II — criação ou transformação de órgãos da Administração Federal direta em entidades dotadas de personalidade jurídica, bem assim em órgãos autônomos de que trata o artigo 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Art. 3º É vedado:

I — onerar o Tesouro Nacional com despesas de pessoal e encargos sociais anteriormente cobertos com recursos de outras fontes;

II — aplicar os saldos financeiros resultantes do pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, apurados no final do exercício e quando originários do Tesouro Nacional, para atender gastos classificáveis na rubrica «Outras Despesas Correntes e de Capital».

Art. 4º A despesa global com a concessão de diárias não poderá, em cada órgão ou entidade, ultrapassar a realizada no exercício anterior, observada a variação dos índices específicos para o cálculo das mesmas diárias.

Parágrafo único. A despesa global de que trata este artigo será reduzida em 10% (dez por cento), no exercício de 1987, e em 20% (vinte por cento), no exercício de 1988.

Art. 5º Serão realizadas novas inspeções e reexaminadas as concessões a que se referem a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, e o Decreto-lei nº 1.873, de 28 de maio de 1981, conforme normas complementares.

Art. 6º Aos órgãos integrantes dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Planejamento e Orçamento e de Controle Interno do Poder Executivo caberá:

I — exercer o acompanhamento da despesa mensal com pessoal e da força de trabalho dos órgãos e entidades referidos neste decreto;

II — verificar a regularidade dos acréscimos retributivos ocorridos ou que venham a ocorrer.

Art. 7º Incumbe aos órgãos dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal e de Controle Interno do Poder Executivo zelar pela observância do disposto neste decreto.

Art. 8º Os Ministros de Estado da Fazenda, Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação e Chefe da Secretaria de Administração Pública proporão ao Presidente da República as medidas necessárias a que os órgãos referidos no artigo 6º possam executar as atividades de que estão incumbidos.

Art. 9º Os atos praticados em desacordo com o disposto neste decreto implicarão responsabilidade patrimonial e administrativa, sem prejuízo da ação penal, se couber.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.668, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exer-

cício, de acordo com os artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.669, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.577.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.577.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.670, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de Rendas do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.671, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.802.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.802.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta milhões, oitocentos e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.672, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 236.601.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 236.601.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões, seiscentos e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.673, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Conselho Nacional de Desportos, o crédito suplementar de CZ\$ 1.150.000,00 (um milhão, cento e cinquenta mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.674, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 1.070.535.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 1.070.535.000,00 (um bilhão, setenta milhões e quinhentos e trinta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.675, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.086.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, itens VI e VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.086.000,00 (cinquenta e três milhões e oitenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de operações de crédito internas, contratadas pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da Republica.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.676, DE 23 DE JULHO de 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 85.846.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letras a e b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 85.846.000,00 (oitenta e cinco milhões e oitocentos e quarenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de operações de crédito internas, contratadas pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos/atividades referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento da entidade nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.677, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.678, DE 23 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de Cz\$ 500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-7-87.

DECRETO Nº 94.679, DE 24 DE JULHO DE 1987

Altera a composição da Comissão Nacional para os Assuntos Antárticos (Conantar).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982, alterado pelo Decreto nº 92.878, de 30 de junho de 1986, passará a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º «A Conantar será presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, devendo constituir-se de representantes dos seguintes órgãos e entidades, além daqueles que, a juízo do Presidente da Conantar, forem convocados para participar das reuniões em caráter *ad hoc*:

- Ministério da Marinha;
- Ministério do Exército;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Agricultura;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Aeronáutica;
- Ministério das Minas e Energia;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;
- Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- Estado-Maior das Forças Armadas;
- Academia Brasileira de Ciências.

§ 1º Nos impedimentos do Ministro das Relações Exteriores, as reuniões da Conantar serão presididas pelo representante do referido Ministério.

§ 2º Os membros da Conantar, indicados pelos respectivos Ministros dentre as autoridades de alta categoria funcional e elevada qualificação técnico-profissional, serão nomeados pelo Presidente da República, por proposta do Ministro das Relações Exteriores.

§ 3º O Representante da Academia Brasileira de Ciências, proposto pelo Ministro das Relações Exteriores dentre lista triplíce apresentada pela Academia Brasileira de Ciências, será nomeado pelo Presidente da República.

§ 4º As funções de membro da Conantar não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas serviço de caráter relevante.

§ 5º As eventuais despesas de transporte, diárias ou de outra natureza dos participantes das reuniões da Conantar correrão por conta das dotações dos órgãos que representem.

§ 6º Os serviços da secretaria, arquivo e outras facilidades para o pleno funcionamento da Conantar serão assegurados pelo Ministério das Relações Exteriores».

Art. 2º O art. 4º do Regulamento da Conantar, aprovado pelo Decreto n.º 88.245, de 20 de abril de 1983, passará a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 4º São Membros Permanentes da Conantar representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Ministério da Marinha;
- Ministério do Exército;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Agricultura;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Aeronáutica;
- Ministério das Minas e Energia;
- Ministério da Ciência e Tecnologia;
- Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;
- Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- Estado-Maior das Forças Armadas;
- Academia Brasileira de Ciências, designado na forma do parágrafo quarto do presente artigo.

§ 1º Os Membros permanentes, indicados pelos respectivos Ministros de Estado, dentre autoridades de alta categoria funcional e elevada qualificação técnico-profissional, serão nomeados pelo Presidente da República, por proposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º Os Ministros de Estado poderão designar suplentes dos respectivos Membros efetivos, para substituí-los em seus impedimentos eventuais.

§ 3º Os suplentes, quando funcionarem como substitutos, terão as mesmas atribuições e prerrogativas dos Membros efetivos.

§ 4º A Academia Brasileira de Ciências proporá ao Ministro das Relações Exteriores uma lista de três cientistas de reconhecida competência e envolvidos em estudos relevantes ao conhecimento da Antártida, dentre os quais o Ministro das Relações Exteriores, após as necessárias consultas, escolherá um nome, que será nomeado pelo Presidente da República para representar a Academia Brasileira de Ciências por um mandato de três anos, não renovável».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 94.680, DE 24 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, nos termos do art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o art. 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, o Lar São Vicente de Paulo, com sede na Rua Germano Rabach, 215, Votuporanga — São Paulo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.681, DE 24 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação de transição Tamoio, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000007/87-45,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 1.719,89m² (um mil, setecentos e dezenove metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados), necessária à implantação da estação de transição Tamoio, localizada no Município de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.473, aprovada mediante

ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000007/87-45, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

a) tem início no ponto A, localizado no alinhamento sul da rua dos Miosótis, distante 4,50m da interseção dos prolongamentos dos alinhamentos acima e oeste da avenida Fagundes de Oliveira, medidos pelo primeiro prolongamento; segue com o rumo SE $01^{\circ}15'58''$, pelo chanfro formado pelo alinhamento sul da rua dos Miosótis e oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 10,86m, até o ponto B; deflete à direita e segue com o rumo SW $22^{\circ}29'37''$, pelo alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 29,67m, até o ponto C; deflete à direita e segue com o rumo SW $23^{\circ}48'01''$, ainda pelo alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 14,00m, até o ponto D; deflete à direita e segue com o rumo SW $56^{\circ}37'25''$, pelo chanfro dos alinhamentos oeste da avenida Fagundes de Oliveira, e norte da rua das Palmas, na distância de 3,54m, até o ponto E; deflete à direita e segue com o rumo SW $67^{\circ}55'22''$, ainda pelo chanfro dos alinhamentos acima, na distância de 1,54m, até o ponto F; deflete à direita e segue com o rumo SW $88^{\circ}53'00''$, também pelo chanfro dos alinhamentos referidos, na distância de 5,13m, até o ponto G; deflete à direita e segue com o rumo NW $67^{\circ}38'23''$, pelo alinhamento norte da rua das Palmas, na distância de 21,90m, até o ponto H; deflete à direita e segue com o rumo NE $23^{\circ}30'35''$, na distância de 59,99m, até o ponto I, deflete à direita e segue com o rumo SE $66^{\circ}55'15''$, pelo alinhamento sul da rua dos Miosótis, na distância de 24,57m, até o ponto A, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.682, DE 24 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados no Município e Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, destinados à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 4.859/87,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis a seguir descritos e caracterizados, de acordo com a Planta de Situação DES. nº ASG-2/20.241-1, com aproximadamente 2.245,30m² (dois mil, duzentos e quarenta e cinco metros quadrados e trinta decímetros quadrados), situados no Bairro Fonseca, Município e Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, destinados à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. — Telerj:

a) terreno beneficiado com um prédio, localizado na Rua São Januário nº 240, de propriedade de Abílio da Silveira de Medeiros, segundo transcrição efetuada sob o nº 3.842 em 17 de junho de 1950, fl. 133, do Livro 3-C do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com área aproximada de 551,00m² (quinhentos e cinquenta e um metros quadrados), medindo 15,40m de largura na frente, confrontando com a Rua São Januário; 35,20m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, confrontando pelo lado direito com o imóvel nº 244 da mesma rua, pelo lado esquerdo com o imóvel nº 232 da mesma rua, de propriedade de José Dibe e sua mulher ou sucessores; 15,40m de fundos, confrontando com o lote «B», situado na Rua Joaquim Norberto, adiante descrito, e com o imóvel nº 59 da mesma rua, de propriedade de Nivaldo Barboza de Mello e sua mulher Juana de Souza Mello ou sucessores;

b) terreno beneficiado com um prédio, localizado na Rua São Januário nº 244, de propriedade de Paulo de Azevedo e sua mulher Joseni de Abreu Azevedo, conforme matrícula sob o nº 4.175, registro 3, datado de 25 de setembro de 1980, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Niterói, Estado do Rio de

Janeiro, com área aproximada de 333,80m² (trezentos e trinta e três metros quadrados e oitenta decímetros quadrados), medindo 8,80m de largura na frente, confrontando com a rua São Januário, 35,20m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, confrontando pelo lado direito com o imóvel nº 248 da mesma rua, pelo lado esquerdo com o imóvel nº 240, descrito na alínea a; 9,30m de fundos, confrontando com lote «B», situado na Rua Joaquim Norberto, adiante descrito;

c) terreno beneficiado com um prédio, localizado na Rua São Januário nº 248, de propriedade de Helênio José Lack de Souza e sua mulher Solange Maria Coelho de Souza, conforme matrícula sob o nº 8.543, registro 3, datado de 9 de dezembro de 1985, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Niterói, Estado do Rio Janeiro, com área aproximada de 300,00m² (trezentos metros quadrados), medindo 8,00m de largura na frente, confrontando com a Rua São Januário; 34,00m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, confrontando pelo lado direito com o imóvel nº 252 da mesma rua, de propriedade de Aulo Gellio Marques de Vasconcellos e sua mulher Nailza Matos de Vasconcellos, com o lote «A», situado na Rua Joaquim Norberto, adiante descrito, pelo lado esquerdo com o imóvel nº 244 descrito na alínea b; 8,00m de fundos, confrontando com os lotes «A» e «B», adiante descritos;

d) lote de terreno «A», sem benfeitorias, localizado na Rua Joaquim Norberto, de propriedade de José Augusto Gomes de Barros e sua mulher Belmissa Hassan de Barros e outros, conforme matrícula sob o nº 1.694, registro 1, datado de 18 de maio de 1977, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com área aproximada de 527,00m² (quinhentos e vinte e sete metros quadrados), medindo 26,50m de largura na frente, confrontando com a Rua Jardim Norberto; 22,00m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, confrontando pelo lado direito com o lote «B» da mesma rua, adiante descrito, e pelo lado esquerdo com o imóvel nº 50 da Travessa Luiz Nascimento Lopes, de propriedade de Sieglinde Bremer ou sucessores; 26,50m de fundos, confrontando com os imóveis nºs 248 e 252 da Rua São Januário, descritos na alínea c, e com a casa nº 3 da Travessa Luiz Nascimento Lopes nº 42;

e) lote de terreno «B», sem benfeitorias, localizado na Rua Joaquim Norberto, de propriedade de José Augusto Gomes de Barros e sua mulher Belmissa Hassan de Barros e outros, conforme matrícula sob o nº 1.690, registro 1, datado de 18 de maio de 1977, Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nite-

rói, Estado do Rio de Janeiro, com área aproximada de 533,50m² (quinhentos e trinta e três metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), medindo 26,50m de largura na frente, confrontando com a Rua Joaquim Norberto; 22,00m de extensão da frente aos fundos, por ambos os lados, confrontando pelo lado direito com o imóvel nº 59 da mesma rua, de propriedade de Nivaldo Barbosa de Mello e sua mulher Juana de Souza Mello ou sucessores, pelo lado esquerdo com o lote «A», descrito na alínea d; 26,50m de fundos, confrontando com os imóveis nºs 240, 244 e 248, descritos nas alíneas a, b e c.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A. Telerj, a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.683, DE 24 DE JULHO DE 1987

Autoriza a transferência para a Universidade Federal de Viçosa—MG do terreno que menciona, situado no Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da competência que lhe confere o artigo 195 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a transferência, para o patrimônio da Universidade Federal de Viçosa, do terreno, com a área de 92,33ha (noventa e dois hectares e trinta e três ares), situado no lugar denominado Boa Esperança, no Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, de acordo com os elementos constantes do Processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 0680-000008, de 1979.

Art. 2º O terreno a que se refere o artigo 1º destina-se a pesquisas e experimentos daquela Universidade.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

DECRETO Nº 94.684, DE 24 DE JULHO DE 1987

Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal Direta e Indireta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.322, de 26 de fevereiro de 1987; nos artigos 32, item IV e 45, item III, do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e no artigo 2º do Decreto-lei nº 2.336, de 15 de junho de 1987,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

Dos Reajustes

Art. 1º O reajuste de preços nos contratos a serem firmados pelos órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta rege-se-á pelo disposto neste decreto.

Art. 2º Somente é admissível cláusula de reajuste de preços nos contratos quando:

I — previamente estabelecidos os respectivos critérios nos instrumentos convocatórios da licitação ou nos atos formais de sua dispensa;

II — vinculada às variações nominais da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN.

§ 1º O disposto no item II deste artigo não é obrigatório nos contratos cujo objeto seja a produção ou o fornecimento de bens para entrega futura, a realização de obras ou a prestação de serviços, os quais

poderão conter cláusula de reajuste baseada em índices que reflitam a variação do custo de produção ou do preço dos insumos utilizados, ou índices setoriais ou regionais de custos ou preços.

§ 2º É vedada, sob pena de nulidade, cláusula de reajuste vinculada a variações cambiais ou do salário mínimo, ressalvados os casos previstos em lei federal ou quando tratar-se de insumos importados que componham os custos referidos no parágrafo anterior.

Art. 3º Para os fins deste decreto, serão adotadas as seguintes definições:

I — preço inicial é o preço constante da proposta para a realização dos fornecimentos ou execução das obras ou serviços;

II — etapa é cada uma das partes em que se divide o desenvolvimento dos fornecimentos, obras ou serviços, em relação aos prazos ou cronogramas contratuais;

III — medição é a verificação das quantidades das obras ou serviços executados em cada etapa contratual;

IV — parcela é o valor contratual em cruzados dos fornecimentos, obras ou serviços a serem reajustados;

V — periodicidade são os intervalos de tempo pactuados para o reajuste das parcelas contratuais;

VI — índice de custos ou preços é o número índice adotado para cada tipo de fornecimento, obra ou serviço;

VII — índice inicial é o índice de custos ou preços, definido no item anterior, para efeito de fixação da data-base dos reajustes;

VIII — data-base é a data inicial estabelecida no contrato para o cálculo da variação do índice de custos ou preços;

IX — parâmetros são os coeficientes que medem a participação relativa dos principais componentes de custos considerados na formação do valor global do contrato ou de parte do valor global contratual.

Art. 4º Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices adotados no contrato.

Art. 5º Ocorrendo atraso atribuível ao contratado, antecipação ou prorrogação na realização dos fornecimentos ou na execução das obras ou serviços, o reajuste obedecerá às seguintes condições:

I — no caso de atraso:

a) se os preços aumentarem, prevalecerão os índices vigentes nas datas previstas para a realização dos fornecimentos ou execução das obras ou serviços;

b) se os preços diminuïrem, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que os fornecimentos, obras ou serviços foram realizados ou executados;

II — no caso de antecipação, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que os fornecimentos, obras ou serviços forem realmente realizados ou executados;

III — No caso de prorrogação, prevalecerão os índices vigentes nas novas datas previstas para a realização dos fornecimentos ou para a execução das obras ou serviços.

§ 1º A concessão do reajuste de acordo com o item I deste artigo, não eximirá o contratado das penalidades contratuais cabíveis.

§ 2º A posterior recuperação do atraso não ensejará a atualização dos índices no período em que ocorrer a mora.

§ 3º A prorrogação de que trata o item III deste artigo subordina-se às disposições do artigo 47 do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986.

Art. 6º Nos fornecimentos, obras ou serviços o reajuste será calculado para cada parcela, observando-se a periodicidade estabelecida no contrato.

Art. 7º Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês em que os fornecimentos, obras ou serviços foram realizados ou executados, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando publicados os índices definitivos, a correção dos cálculos.

Parágrafo único. Nas medições finais, todos os índices utilizados serão obrigatoriamente os definitivos.

Art. 8º O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0}, \text{ onde:}$$

R — é o valor do reajustamento procurado;

V — é o valor contratual dos fornecimentos, obras ou serviços a serem reajustados;

I_0 — é o índice inicial;

I — é o índice relativo ao mês de reajuste, conforme definido no contrato.

Parágrafo único. Para a produção ou fornecimento de bens, realização de obras ou prestação de serviços que contenham mais de um insumo relevante, ou cuja singularidade requeira tratamento diferenciado, poderá ser adotada a fórmula de reajuste abaixo, baseada na varia-

ção ponderada dos índices de custos ou preços relativos aos principais componentes de custo considerados na formação do valor global do contrato ou de parte do valor global contratual:

$$R = V \left[a_1 \frac{I_1 - I_{1,0}}{I_{1,0}} + a_2 \frac{I_2 - I_{2,0}}{I_{2,0}} + \dots + a_n \frac{I_n - I_{n,0}}{I_{n,0}} \right]$$

R — é o valor do reajustamento procurado;

V — é o valor contratual dos fornecimentos, obras ou serviços a serem reajustados;

I_1 — é o índice correspondente ao parâmetro a_1 e relativo ao mês de reajuste, conforme definido em contrato;

I_n — é o índice correspondente ao parâmetro a_n e relativo ao mês de reajuste, conforme definido em contrato;

$I_{1,0}$ — é o índice inicial correspondente ao parâmetro a_1 ;

$I_{n,0}$ — é o índice inicial correspondente ao parâmetro a_n ;

a_1, a_2, \dots, a_n — parâmetros cuja soma é igual a 1.

Art. 9º No caso de fornecimento de bens e prestação de serviços sob controle do Conselho Interministerial de Preços — CIP ou de outro órgão governamental com atribuições equivalentes, o reajuste resultante da aplicação das fórmulas previstas no artigo anterior não poderá ultrapassar o limite fixado para o setor, empresa ou serviço.

CAPÍTULO II

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 10 Serão observados os seguintes prazos:

I — de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da realização do fornecimento, da execução das obras, da prestação dos serviços ou do encerramento de cada etapa de execução do contrato, para medição, verificação, classificação ou conferência;

II — de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação dos documentos de cobrança, para pagamento.

§ 1º Se atestada a conformidade dos fornecimentos, obras ou serviços com as exigências contratuais, o contratado apresentará os respectivos documentos de cobrança, referentes ao preço inicial e ao valor do reajuste.

§ 2º O atestado a que se refere o parágrafo anterior será expedido dentro do prazo estabelecido no item I deste artigo.

§ 3º Na contagem dos prazos estabelecidos neste decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

Art. 11. Em casos excepcionais, devidamente justificados, o Ministro de Estado supervisor poderá autorizar:

I — a utilização de outra fórmula de reajuste, que não as previstas no artigo 8º, observados os demais critérios estabelecidos neste decreto;

II — a ampliação do prazo fixado no item I do artigo anterior.

Parágrafo único. A fórmula de reajuste que vier a ser adotada ou o novo prazo fixado deverão constar dos instrumentos convocatórios da licitação ou dos atos formais de sua dispensa.

Art. 12. Os órgãos da Administração Direta e as Autarquias Federais somente poderão assumir compromissos contratuais obedecendo, rigorosamente, ao cronograma de desembolso elaborado pelos órgãos setoriais de programação financeira e aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que assegurará a liberação dos recursos de acordo com o cronograma de pagamento de que trata o artigo 26 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 13. A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República e a Secretaria do Tesouro Nacional, no âmbito das respectivas atribuições, poderão expedir instruções complementares a este decreto, inclusive estabelecendo os índices ou os casos em que a fórmula do parágrafo único do artigo 8º poderá ser utilizada.

Art. 14. Não ficarão sujeitas às disposições deste decreto as sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e demais empresas sob controle direto ou indireto da União, que adotarem regulamentos com critérios próprios de reajuste, publicados de acordo com o artigo 86 do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e observadas as disposições do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.290, de 21 de novembro de 1986, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.322, de 26 de fevereiro de 1987.

Art. 15. Os órgãos da Administração Direta e as Autarquias Federais encaminharão, no prazo de 30 (trinta) dias, aos órgãos setoriais de programação financeira, cronogramas financeiros relativos aos contratos em vigor, para os fins previstos no artigo 12 deste decreto.

Art. 16. A inobservância do disposto nos artigos 12 e 15 deste decreto acarretará a responsabilidade funcional e patrimonial dos dirigentes dos órgãos da Administração Direta e Autarquias Federais.

§ 1º Ficarão igualmente sujeitos à responsabilidade funcional e patrimonial os servidores que derem causa, por ação ou omissão, ao descumprimento dos prazos fixados no artigo 10 e seus parágrafos deste decreto.

§ 2º Os órgãos de controle interno adotarão procedimentos para acompanhar o cumprimento das disposições deste decreto, promovendo a apuração de responsabilidades.

Art. 17. Durante o período do congelamento de preços a que se refere o Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, a aplicação da cláusula de reajuste fica condicionada às restrições nele previstas.

Art. 18. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.685, DE 27 DE JULHO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «KNORR», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968,

DECRETA:

Art. 1º É concedida autorização ao navio de pesquisa norte-americano «KNORR», operado pela «Woods Hole Oceanographic Institution» dos Estados Unidos da América, para realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, abrangendo as regiões nordeste e leste do mar territorial brasileiro, obedecendo à derrota previamente apresentada pela citada entidade ao Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto compreende a execução do projeto «South Atlantic Ventilation Experiment» — «SAVE», cujo propósito é investigar as taxas de circulação, mixagem, ventilação oceânica, o intercâmbio das águas interoceânicas, bem como os ciclos

nutrientes, de carbono e de oxigênio, numa escala de bacia oceânica, devendo subordinar-se aos requisitos estabelecidos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º. O navio de pesquisa mencionado no art. 1º só poderá navegar em águas jurisdicionais brasileiras tendo a bordo, como observador, um Oficial de Marinha, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso aos documentos relativos às pesquisas e todas as áreas do navio, com o propósito de permitir que o mesmo exerça a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

Parágrafo único. O oficial observador tem autoridade para impedir, no mar territorial brasileiro, a coleta de dados fora do período especificado neste decreto, bem como a execução de pesquisa e derrota não prevista nos documentos previamente apresentados ao Ministério da Marinha pela entidade citada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º. A pesquisa de que trata este decreto deverá ser acompanhada por pesquisador brasileiro a ser indicado pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Art. 5º. A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período de novembro de 1987 a fevereiro de 1988.

Art. 6º. O não cumprimento, pela entidade interessada do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da autorização em questão, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do governo brasileiro, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisas em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.686, DE 27 DE JULHO DE 1987

*Institui Programa de Emergência para
Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I e III, da Constituição, e considerando a necessidade de medidas imediatas para garantir o suprimento de energia elétrica à Região Nordeste, conforme proposta apresentada pelo Ministério das Minas e Energia,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste, a ser executado no biênio 1987-1988.

§ 1º Este programa será implementado mediante a antecipação da execução de obras de geração e transmissão constantes do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica — PRS e a ampliação do Parque Térmico Regional, a seguir especificadas:

I — a cargo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF:

a) motorização das primeiras quatro unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Itaparica, com entrada em operação em abril, maio, julho e outubro de 1988, respectivamente;

b) implantação e energização da linha de transmissão Sobradinho-Itaparica, em 500kV, com 317km, até junho de 1988;

c) ampliação da potência instalada de usinas termelétricas em até 300MW, durante o segundo semestre de 1987.

II — A cargo da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — Eletronorte:

a) motorização das unidades geradoras números 8 (oito), 9 (nove) e 10 (dez) da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, com a entrada em operação em julho de 1987, junho e setembro de 1988, respectivamente;

b) energização do 2º Circuito da linha de transmissão Tucuruí-Presidente Dutra, em 500kV, com 780km de extensão e as obras complementares nas subestações de Marabá, Imperatriz e Presidente Dutra, até março de 1988.

§ 2º O Ministro das Minas e Energia aprovará o detalhamento das obras constantes deste Programa, incluindo cronograma físico-financeiro, como fundamento às solicitações de liberações mensais de recursos ao Ministério da Fazenda e ao relatório previsto no art. 5º deste decreto.

Art. 2º As obras constantes deste Programa terão garantida sua prioridade como de interesse nacional, inclusive quanto às formalidades constantes dos Decretos nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, nº 84.268, de 7 de dezembro de 1979, nº 85.471, de 10 de dezembro de 1980, nº 91.030, de 5 março de 1985 e do Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986.

§ 1º O Ministério da Fazenda tomará as medidas necessárias ao ajustamento do Programa de Dispendios Globais — PDG, incluindo aquelas decorrentes das antecipações das obras constantes deste Programa, estimadas em 27.500.000 OTNs para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF, e 15.200.000 OTNs para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — Eletronorte, para o exercício de 1987.

§ 2º Durante o período de implementação deste Programa, os tesorçamentários serão revistos, objetivando assegurar a execução do cronograma físico-financeiro das obras.

§ 3º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, o Ministério da Fazenda e o Ministério das Minas e Energia darão prioridade às negociações, inclusive externas, visando garantir os recursos a serem repassados à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco — CHESF para o reassentamento das populações atingidas com o enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica.

Art. 3º Serão destinados a este Programa recursos orçamentários, provenientes, preferencialmente, do Tesouro Nacional, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Parágrafo único. Os organismos federais de crédito — Banco do Brasil S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A. — darão prioridade às solicitações de operações de crédito que se tornarem necessárias à execução do cronograma físico das obras.

Art. 4º O Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Controle das Empresas Estatais — SEST, da Secretaria do Tesouro Nacional — STN, do Banco Central do Brasil — Bacen, da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. — Cacex e do Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND, dará prioridade à aprovação e liberação dos recursos, à autorização das guias de importação e a outras medidas necessárias à celebração dos procedimentos administrativos relativos à implementação deste Programa.

Art. 5º O Ministério das Minas e Energia se articulará com os demais Ministérios para execução deste Programa de Emergência, devendo apresentar à Presidência da República relatório mensal relativo à execução do cronograma físico-financeiro das obras e às medidas administrativas concernentes.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.687, DE 27 DE JULHO DE 1987

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, imóvel situado em Belém, Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 5º, alíneas *h* e *k* do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 40000.001588/87-68, do Ministério da Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel de propriedade particular, localizado na Avenida Governador José Malcher, 563, Belém, Estado do Pará, constituído de terreno com formato de quadrilátero irregular, com área de 457m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros quadrados), medindo de frente 20,50m, fundos 15,95m, lado direito 22,90m e lado esquerdo 29,50m, com área construída de 720m² (setecentos e vinte metros quadrados), em 2 (dois) pavimentos e um porão, em precário estado de conservação.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à instalação da 1ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), do Ministério da Cultura, sediada em Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Fica o Ministério da Cultura autorizado a promover a desapropriação prevista no art. 1º deste decreto, com recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória na posse do imóvel, nos termos da lei.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Celso Furtado

DECRETO Nº 94.688, de 27 DE JULHO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 28-7-87.

DECRETO Nº 94.689, DE 27 DE JULHO DE 1987

Autoriza a Meridional Crédito Imobiliário S.A. a proceder ao aumento do capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Meridional Crédito Imobiliário S.A. autorizada a proceder ao aumento de seu capital social em mais CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

DECRETO Nº 94.690, DE 27 DE JULHO DE 1987

Reajusta os preços mínimos básicos para financiamento e aquisição de juta e malva e de semente de soja, da safra 1986/87.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º São reajustados os preços mínimos básicos da safra 1986/87, para juta e malva e semente de soja, que passam a vigor com os valores da tabela anexa.

Art. 2º Os preços mínimos ora reajustados deverão ser integralmente pagos ao produtores ou suas cooperativas, livres de quaisquer deduções, inclusive do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e da contribuição ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), atendidas as especificações da classificação vigente.

Parágrafo único. Para as aquisições ou financiamentos concedidos anteriormente à data de publicação deste decreto, valerá como preço mínimo, para efeito do disposto neste artigo, o preço mínimo até então em vigor.

Art. 3º As instruções necessárias à execução deste decreto serão baixadas pela Companhia de Financiamento da Produção — CFP.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário nos Decretos nºs 93.118, de 14 de agosto de 1986, e 94.077 de 5 de março de 1987.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Lázaro Ferreira Barbosa

ANEXO AO DECRETO Nº 94.690, DE 27 DE JULHO DE 1987

Preços Mínimos para Juta, Malva
e Semente de Soja, Safra 1986/87

PRODUTOS

CZ\$/KG

Juta e Malva	12,00
Semente de Soja	5,50

DECRETO Nº 94.691, DE 27 DE JULHO DE 1987

Fixa os preços mínimos básicos para financiamento ou aquisição de sisal e alho nobre e curado da safra 1987/88.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º São fixados os preços mínimos básicos para o sisal e o alho nobre e curado, safra de 1987/88, conforme tabela anexa.

Art. 2º Os preços mínimos de que trata este decreto deverão ser integralmente pagos aos produtores ou às suas cooperativas, livres de quaisquer deduções, inclusive do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e da contribuição ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), atendidas as especificações da classificação vigente.

Art. 3º Os preços mínimos ora decretados deverão ser reavaliados oportunamente, em conformidade com o que preceitua o art. 2º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.

Art. 4º Na hipótese de aquisição e financiamento antes do prazo previsto para a reavaliação dos preços mínimos, valerá, para efeito do disposto no art. 2º, o preço mínimo da época em que ocorrer a operação.

Art. 5º As instruções necessárias à execução deste decreto serão baixadas pela Companhia de Financiamento da Produção — CFP.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Lázaro Ferreira Barbosa

ANEXO AO DECRETO Nº 94.691

Preços Mínimos Básicos do Sisal e do
Alho Nobre e Comum, Safra 1987/88

PRODUTO	PREÇO MÍNIMO BÁSICO (CZ\$/KG)
Sisal bruto	7,60
Alho nobre	
Curado	26,00
Meia cura	16,90
Alho comum	
Curado	18,20
Meia cura	11,80

DECRETO Nº 94.692, DE 27 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 28-7-87.

DECRETO Nº 94.693, DE 27 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 7.438.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 7.438.000,00 (sete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º As despesas serão cobertas pelo excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 28-7-87.

DECRETO N° 94.694, DE 27 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, e ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento de Serviços Gerais e do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.870.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5°, item III, da Lei n° 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, e ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento de Serviços Gerais e do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.870.000,00 (duzentos milhões, oitocentos e setenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 28-7-87.

DECRETO N° 94.695, DE 28 DE JULHO DE 1987

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a explorar, através da Fundação Aperiapé de Sergipe, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, de acordo com o artigo 16,

§ 4º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, na redação dada pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 41.700/78,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Governo do Estado de Sergipe, através da Fundação Aperipê de Sergipe, autorizado a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Parágrafo único. As obrigações decorrentes desta autorização obedecerão às cláusulas estabelecidas em convênio a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, e o Governo do Estado de Sergipe, através da Fundação Aperipê de Sergipe, dentro de sessenta dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, este ato de autorização.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.328, de 30 de junho de 1939, e demais disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.696, DE 28 DE JULHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.009295/84 (Edital nº 82/84),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direi-

to de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.697, DE 28 DE JULHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Solaris Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.000572/86 (Edital nº 01/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Solaris Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Antonio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão,

com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.698, DE 28 DE JULHO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Livramento Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC 29000.001462/87 (Edital nº 12/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Livramento Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de José de Freitas, Estado de Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no

Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.699, DE 28 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 3.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.700, DE 28 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 67.150.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 67.150.000,00 (sessenta e sete milhões, cento e cinquenta mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, de acordo com o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 29-7-87.

DECRETO Nº 94.701, DE 28 DE JULHO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 171.751.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 171.751.000,00 (cento e setenta e um milhões, setecentos e cinquenta e um mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 29-7-87.

DECRETO Nº 94.702, DE 28 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Medicina Veterinária da Associação de En-
sino de Marília.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.020761/86-68 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Medicina Veterinária, a ser ministrado em Marília, Estado de São Paulo, pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde das Faculdades Integradas de Marília, mantido pela Associação de Ensino de Marília.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.703, DE 28 DE JULHO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação de
Cacoal.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000488/85-23 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento no curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e em Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado em Cacoal, Estado de Rondônia, pela Faculdade de Educação de Cacoal, mantida pela Associação Educacional de Cacoal.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.704, DE 28 DE JULHO DE 1987

*Autoriza a transferência dos terrenos
que menciona, situados no Município de
Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 10, § 3º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, no arti-

go 6º da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, e no artigo 2º, item III, do Decreto nº 91.214, de 30 de abril de 1985,

DECRETA :

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a promover a transferência para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD, de 2 (duas) ilhas (área B2-I2) com, respectivamente, as áreas de 17,77ha (dezessete hectares e setenta e sete ares) e de 23,65ha (vinte e três hectares e sessenta e cinco ares), situadas à margem direita do canal retificado do Rio Ribeirão das Lajes, Município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, objeto das matrículas nºs 1.261 e 1.262, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaguaí-RJ, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 0768-33.859, de 1975.

Art. 2º Os terrenos a que se refere o artigo 1º deste decreto destinam-se à execução de projeto de assentamento de famílias e de regularização fundiária.

Art. 3º A transferência efetivar-se-á mediante termo, a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.705, DE 29 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 30-7-87.

DECRETO Nº 94.706, DE 29 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do condomínio rural denominado «Fazenda Santana», situado no Município de Barra, no Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o condomínio rural denominado «Fazenda Santana», com a área de 6.370ha (seis mil, trezentos e setenta hectares), situado no Município de Barra, no Estado da Bahia, e

compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. A área a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 43°32'42''WGr e latitude 12°12'51''S, ponto situado na interseção da BR-242 e a estrada municipal que liga ao Distrito de Muquém; deste, segue, pela faixa de domínio da BR-242 no sentido Ibotirama/Barreiras, com o seguinte azimute e distância 276°45' e 6.200,00m, até o ponto 2, situado na faixa de domínio da referida BR-242 com a propriedade do Grupo Paranhos S.A.; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Grupo Paranhos S.A., com o seguinte azimute plano e distância 352°00' e 12.800m até o ponto 3, situado na faixa de domínio da estrada municipal que liga o Distrito de Piragiba ao Distrito de Muquém e que faz divisa das terras do Grupo Paranhos S.A. com a propriedade do Sr. Jaime Oliveira; deste, segue pela faixa de domínio da referida estrada no sentido Piragiba/Muquém com uma distância de 2.400m até o ponto 4; situado ainda na faixa de domínio da referida estrada, divisa das terras do Grupo Paranhos S.A.; deste, segue por linha seca, confrontando com as terras do Grupo Paranhos S.A., com os seguintes azimutes planos e distâncias 169°00' e 6.100m até o ponto 5; 98°15' e 3.700m até o ponto 6; 174°00' e 1.000m até o ponto 7; 170°30' e 1.700m até o ponto 8; 176°00' e 3.200m até o ponto 9; 174°00' e 1.800m até o ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes de referência: Carta Suvalé, ano 1973, folha SD.23-X-A-III, escala 1:100.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram a área referida no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação; c) os imóveis denominados «Fazenda Tapuio» e «Fazenda Amparo», com área de 365 e 269 hectares, respectivamente, classificados como empresa rural, inclusos no perímetro descrito no artigo anterior.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.707, DE 29 DE JULHO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação parte do imóvel rural denominado «Fazenda Caraybas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração», situado no Município de Baldim, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Caraybas», com a área de 1.000,0000ha (um mil hectares), situado no Município de Baldim, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: «partindo do marco M1, situado na margem esquerda do Rio Cipó, de coordenadas geográficas longitude 43°46'44''WGr e latitude 19°02'23'' Sul; deste, segue subindo pela margem esquerda do Rio Cipó, na distância de 16.000,00 metros, até o marco M 2, situado na divisa com terras remanescentes da Fazenda Caraybas e na margem esquerda do Rio Cipó; deste, segue confrontando com terras remanescentes da Fazenda Caraybas, passando pelo marco M 3, com os azimutes de 258°27'55'' e 163°22'38'' e as distâncias de 1.000,00 metros e 4.299,69 metros, até o marco M 4, situado na divisa com terras remanescentes da Fazenda Caraybas e Antonio Mendes e Irmãos (Retiro dos Mendes); deste segue confrontando com terras de Antonio Mendes e Irmãos (Retiro dos Mendes), passando pelos marcos M 5, M 6 e M 7 com os azimutes de 61°41'57'', 50°38'54'', 72°23'14'' e 22°30'13'' com as distâncias de 1.033,54 metros, 646,61 metros, 660,98 metros e 757,69 metros, até o marco M 1, ponto inicial da descrição do presente perímetro (fontes de referência: Carta do IBGE, folha SE-23-Z-C-III, escala 1:100.000, ano 1977 e planta de demarcação do imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, *b*) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos de Barros Freire

DECRETO Nº 94.708, DE 30 DE JULHO DE 1987

Altera o art. 2º do Decreto nº 92.696, de 20 de maio de 1986, e seu anexo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 92.696, de 20 de maio de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º A Carteira a que se refere o artigo anterior assegura a seu titular o porte de arma em todo o território nacional e quando em serviço:

I — trânsito livre nas rodovias e preferência para embarque;

II — ingresso em todos os recintos sujeitos à fiscalização federal; e

III — requisição de auxílio a órgãos e autoridades para o desempenho de sua missão».

Art. 2º Os modelos II e III constantes do anexo do Decreto nº 92.696, de 20 de maio de 1986, deverão ser impressos com as seguintes modificações:

Modelo II «É assegurado ao portador o porte *livre e permanente* de arma em todo o território nacional, e quando em serviço, trânsito livre nas rodovias, preferência para embarque, ingresso em todos os recintos

sujeitos à fiscalização federal e requisição de auxílio a órgãos e autoridades para o desempenho de sua missão».

Modelo III «É assegurado ao portador o porte livre e permanente de arma em todo o território nacional».

Brasília, 30 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.709, DE 30 DE JULHO DE 1987

Inclui a indústria petroquímica dentre as atividades com funcionamento permanente aos domingos, feriados civis e religiosos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição e nos termos do artigo 10, parágrafo único, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída entre as atividades indicadas no item 1 da relação a que se refere o artigo 7º do Regulamento da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, a indústria petroquímica, excluídos os serviços de escritório.

Parágrafo único. Entende-se como indústria petroquímica, para os fins deste decreto, o ramo da indústria química definida no artigo 1º do Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967, e artigo 1º do Decreto nº 66.556, de 11 de maio de 1970, e registrada no Conselho Nacional do Petróleo, de acordo com a Resolução nº 11/81.

Art. 2º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.710, DE 30 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de Cz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 31-7-87.

DECRETO Nº 94.711, DE 31 DE JULHO DE 1987

Dispõe sobre a Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil — Cotac do Ministério da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e de conformidade com o artigo 46 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º A Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil — Cotac, criada pelo Decreto nº 64.910, de 29 de julho de 1969 e reestruturada pelo Decreto nº 86.010, de 15 de maio de 1981, incumbe:

I — propor às autoridades governamentais medidas visando a assegurar o desenvolvimento harmônico da indústria do transporte aéreo, no contexto de programas técnicos e econômico-financeiros específicos e o acompanhamento e a fiscalização da execução desses programas;

II — apreciar, sob os aspectos técnico-aeronáutico e econômico-financeiro, os pedidos de importação e exportação de aeronaves civis feitos por pessoas físicas ou jurídicas; e

III — propor, nos contratos de aquisição de aeronaves para as empresas de transporte aéreo, medidas relativas a cláusulas de compensação com produtos e serviços em benefício direto à indústria aeroespacial e à aviação civil nacional.

Parágrafo único. O termo exportação, quando empregado neste decreto, se refere a aeronaves civis, motores e peças sobressalentes de origem estrangeira, já em tráfego e uso no país.

Art. 2º A Cotac será presidida pelo Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil e integrada pelos seguintes membros:

1. Chefe do Subdepartamento de Planejamento do Departamento de Aviação Civil;

2. Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Aviação Civil;

3. Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Aviação Civil;

4. Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

5. Diretor da Área Externa do Banco Central do Brasil;

6. Diretor do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (Centro Técnico Aeroespacial); e

7. Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.

§ 1º O Presidente e os demais membros poderão ser representados em seus impedimentos pelos respectivos substitutos funcionais.

§ 2º Sempre que houver em pauta assunto de interesse direto do transporte aéreo regular, o Presidente da Cotac poderá, por iniciativa própria ou por proposição da Comissão, convocar um Representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

§ 3º A critério da Comissão poderão ser convidados, para participar de reuniões, empresários e técnicos cujos conhecimentos e experiência possam contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 3º A Comissão deverá apresentar, aos Ministros da Aeronáutica, da Fazenda e Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, relatório sobre suas atividades e, sempre que oportuno, sugestões com vistas ao encaminhamento e à solução dos assuntos de sua competência.

Art. 4º Os pedidos de importação de aeronaves civis e seus componentes formulados por órgãos e entidades da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta e indireta, bem como por pessoas físicas ou jurídicas, para qualquer finalidade, deverão ser, preliminarmente, encaminhados a exame da Cotac, que os submeterá ao Ministro da Aeronáutica, com parecer circunstanciado.

§ 1º Os pedidos de que trata este artigo, somente após o pronunciamento do Ministro da Aeronáutica, poderão ser processados pelos demais órgãos e entidades da Administração Federal.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos pedidos de exportação de aeronaves.

Art. 5º A análise técnica das solicitações de pedidos de importação e exportação de aeronaves, seus componentes, acessórios e peças, será efetuada pelos Órgãos Técnicos do Departamento de Aviação Civil.

Art. 6º Os pedidos de importação e exportação de motores, peças, sobressalentes, acessórios, equipamentos e componentes de aeronaves civis de nacionalidade brasileira, já em tráfego no País, serão apreciados no âmbito do Departamento de Aviação Civil.

Parágrafo único. O Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil notificará a Cotac sobre os pedidos de que trata este artigo, de interesse das empresas de transporte aéreo, podendo a Comissão, se julgar necessário, manifestar-se nos respectivos processos.

Art. 7º No exame de pedidos de importação de aeronaves, formulados pelas empresas de transporte aéreo e de serviços aéreos especializados, a Cotac levará em consideração, basicamente, os seguintes requisitos:

- I — condições econômicas e financeiras das empresas;
- II — índices econômico-operacionais das empresas e de suas respectivas frotas.
- III — comprovação de que a empresa postulante está em dia com o pagamento dos compromissos assumidos junto aos órgãos ou entidades do Governo Federal e Estadual, e relativos a reequipamentos anteriores;

IV — condições econômicas da transação pleiteada;

V — rentabilidade operacional das aeronaves;

VI — adequação em função da infra-estrutura aeronáutica em que as aeronaves irão operar, bem como da natureza do serviço e demanda do tráfego onde serão utilizadas;

VII — as condições de mercado — gerais e particulares da empresa solicitante — existentes e previstas após a introdução das novas aeronaves, consideradas sempre as alienações de equipamentos quando substituídos;

VIII — existência de similar nacional, de acordo com a legislação aplicável; e

IX — inclusão da cláusula de compensação com produtos e serviços nacionais, nos contratos de aquisição de aeronaves para as empresas de transporte aéreo.

Art. 8º. Sempre que julgar conveniente, a Cotac poderá requisitar quaisquer dados e informações aos órgãos competentes, bem como às empresas interessadas.

Art. 9º. O expediente da Cotac será administrado por um Coordenador que contará com uma Secretaria Executiva.

Art. 10. A Cotac se reunirá, em princípio, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente.

Art. 11. O Ministro da Aeronáutica baixará as instruções necessárias e decorrentes deste decreto.

Art. 12. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nºs 86.010, de 15 de maio de 1981, 89.756, de 5 de junho de 1984, 92.587, de 25 de abril de 1986 e 94.307, de 5 de maio de 1987.

Brasília, 31 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.712, DE 31 DE JULHO DE 1987

Fixa cargos privativos de Oficial-General da Aeronáutica, em tempo de paz, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 46 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Fixar como privativos de Oficial-General da Aeronáutica os seguintes cargos:

I — Quadro de Oficiais Aviadores:

a) Do Posto de Tenente-Brigadeiro:

Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
Comandante-Geral do Ar;
Comandante-Geral do Pessoal;
Comandante-Geral de Apoio;
Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento;
Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil; e
Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

b) Do Posto de Major-Brigadeiro:

Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
Comandante do Comando Aerotático;
Comandante do Comando Aéreo de Defesa Aérea;
Comandante do Comando de Transporte Aéreo;
Comandante do Comando Costeiro;
Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional;
Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional;
Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional;
Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional;
Comandante do Quinto Comando Aéreo Regional;
Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional;
Comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional;
Comandante da Universidade da Força Aérea;
Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal;
Diretor da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo;
Diretor da Diretoria de Material Bélico da Aeronáutica;
Diretor da Diretoria de Material da Aeronáutica;
Vice-Diretor do Departamento de Aviação Civil;
Vice-Diretor do Departamento de Ensino da Aeronáutica; e Comandante do Núcleo de Comando da Defesa Aeroespacial Brasileiro.

c) Do Posto de Major-Brigadeiro ou Brigadeiro:

Chefe do Gabinete do Ministro da Aeronáutica;
Chefe do Centro de Informações da Aeronáutica;
Chefe do Subdepartamento de Planejamento do Departamento de Aviação Civil;
Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Aviação Civil;
Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Aviação Civil;
Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.

d) Do Posto de Brigadeiro:

Chefe da 1ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
Chefe da 2ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
Chefe da 3ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
Chefe da 4ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
Comandante da Primeira Força Aerotática;
Comandante da Segunda Força Aerotática;
Comandante da Terceira Força Aerotática;
Comandante da Quarta Força Aérea de Transporte Aéreo;
Comandante da Quinta Força Aérea de Transporte Aéreo;
Comandante do Centro de Aplicações Táticas e Re-completamento de Equipagens;
Comandante da Sexta Força Aérea de Defesa Aérea;
Comandante da Academia da Força Aérea;
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Comandante da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar;
Comandante da Escola de Especialistas da Aeronáutica;
Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica;
Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Ar;
Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio;
Chefe do Estado-Maior do Comando Aerotático;

Chefe do Estado-Maior do Comando Aéreo de Defesa Aérea;

Chefe do Estado-Maior do Comando de Transporte Aéreo;

Chefe do Estado-Maior do Comando Costeiro;
 Regional; Chefe do Estado-Maior do Primeiro Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Segundo Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Terceiro Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Quarto Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Quinto Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Sexto Comando Aéreo

Regional; Chefe do Estado-Maior do Sétimo Comando Aéreo

Comandante da Brigada de Reconhecimento de Longo Alcance;

Comandante da Brigada de Busca e Salvamento;
 Comandante da Brigada de Controle, Alarme e Interceptação;

Comandante da Brigada de Defesa Aérea;
 Chefe do Subdepartamento de Ensino do Departamento de Ensino da Aeronáutica;

Vice-Diretor da Diretoria de Administração do Pessoal;

Subdiretor de Operações da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo;

Subdiretor de Suprimento da Diretoria de Material da Aeronáutica; e

Secretário da Comissão de Promoções de Oficiais;

e) Do Posto de Oficial-General:

Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional.

II — Quadro de Oficiais Engenheiros:

a) Do Posto de Brigadeiro:

Subdiretor de Estudos e Projetos da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica; e

Subdiretor de Próprios Nacionais da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica;

III — Quadro de Oficiais Intendentes:**a) Do Posto de Major-Brigadeiro:**

Diretor da Diretoria de Intendência.

b) Do Posto de Brigadeiro:

Subdiretor de Orçamento e Pagamento de Pessoal da Diretoria de Intendência;

Subdiretor de Provisões da Diretoria de Intendência;

Subdiretor de Subsistência da Diretoria de Intendência; e

Subdiretor de Encargos Especiais da Diretoria de Intendência.

IV — Quadro de Oficiais Médicos:**a) Do Posto de Major-Brigadeiro:**

Diretor da Diretoria de Saúde.

b) Do Posto de Brigadeiro:

Subdiretor Técnico da Diretoria de Saúde;

Subdiretor de Logística da Diretoria de Saúde;

Subdiretor de Aplicação dos Recursos para Assistência Médico-Hospitalar da Diretoria de Saúde;

Diretor do Centro de Medicina Aeroespacial;

Diretor do Hospital de Força Aérea do Galeão;

Diretor do Hospital Central da Aeronáutica; e

Diretor do Hospital de Força Aérea de Brasília.

V — Quadro de Oficiais Aviadores ou Engenheiros:**a) Do Posto de Major-Brigadeiro;**

Diretor da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica; e
Diretor do Centro Técnico Aeroespacial.

b) Do Posto de Brigadeiro:

Diretor do Parque de Material Aeronáutico do Galeão;

Diretor do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo;

Diretor do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos;

Vice-Diretor da Diretoria de Material Bélico da Aeronáutica;

Vice-Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento;

Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial;

Subdiretor de Manutenção da Diretoria de Material da Aeronáutica; e

Subdiretor Técnico da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo.

VI — Quadro de Oficiais Aviadores, Engenheiros ou Intendentes:

a) Do Posto de Brigadeiro:

Subdiretor de Apoio de Superfície da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica;

Subdiretor de Patrimônio da Diretoria de Engenharia da Aeronáutica;

Subdiretor de Administração da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo;

Subsecretário de Administração Financeira da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;

Subsecretário de Contabilidade da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;

Subsecretário de Auditoria da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica;

Subsecretário de Planejamento e Contratos da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica; e

Chefe do Centro de Informática e Estatística.

b) Do Posto de Oficial-General:

Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica;

e

Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

Art. 2º As nomeações de Oficiais-Generais para os cargos previstos neste decreto serão feitas por ato do Poder Executivo, respeitados os limites fixados em lei para os os efetivos da Aeronáutica.

Art. 3º Os cargos de natureza militar, privativos de Oficial-General, em órgãos estranhos ao Ministério da Aeronáutica, serão regulados em legislação específica.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 93.090, de 8 de agosto de 1986, Decreto nº 94.112, de 19 de março de 1987 e demais disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.713, DE 31 DE JULHO DE 1987

Institui o Concurso anual de «Software» Educacional Brasileiro e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Concurso anual de «Software» Educacional Brasileiro, como forma de estimular o desenvolvimento do «software» educativo, difundir os conhecimentos já existentes na área de informática e educação, e despertar o interesse de educadores, pesquisadores, administradores, técnicos, estudantes e do público em geral pela informática na educação e na sociedade brasileira.

Art. 2º O Concurso é aberto a todas as pessoas físicas ou jurídicas interessadas, obedecido o critério de divisão em categorias e subcategorias de participação, desde que os «software» originais apresentados sejam produzidos no Brasil.

Art. 3º Os prêmios a serem atribuídos, no ano de 1987, em cada subcategoria, terão os seguintes valores:

- I — 1º lugar — Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados);
- II — 2º lugar — Cz\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzados);
- III — 3º lugar — Cz\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos cruzados).

Parágrafo único. As importâncias fixadas neste artigo serão reajustadas, anualmente, por ato do Ministro de Estado da Educação, mediante proposta da Secretaria de Informática.

Art. 4º As despesas com a execução do presente decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Ministério da Educação.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação expedirá normas complementares à execução deste decreto.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.714, DE 31 DE JULHO DE 1987

Revoga o Decreto nº 93.610, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre a incorporação da Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. — Alcanorte pela Cia. Nacional de Alcalis S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens I e III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 93.610, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre a incorporação da Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. — Alcanorte pela Companhia Nacional de Alcalis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Brasília, 31 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.715, DE 31 DE JULHO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.300.000,00 (hum bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-8-87.

DECRETO Nº 94.716, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Concede à empresa Farmitalia Carlo Erba S.p.A, autorização para funcionar na República Federativa do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e na conformidade do artigo 300, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976,

D E C R E T A:

Art. 1º É concedida à empresa Farmitalia Carlo Erba, S.p.A, com sede na cidade de Milão, Itália, à via Carlo Imbonati, nº 24, autorização para funcionar na República Federativa do Brasil, através de um Escritório Regional, com o objetivo social de promover sua imagem e coordenar suas atividades científicas e promocionais em toda a América Latina, com capital destacado de CZ\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados) para suas atividades no Brasil, consoante resolução de sua Diretoria, representada pela declaração assinada por seu Presidente, em 26 de setembro de 1986, mediante as cláusulas que a este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, obrigando-se a mesma a cumprir, integralmente, as leis e regulamentos em vigor ou que venham a vigorar a respeito da presente autorização.

Art. 2º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

CLÁUSULAS QUE ACOMPANHAM O DECRETO Nº 94.716,
DE 3 DE AGOSTO DE 1987

I

Farmitalia Carlo Erba S.p.A é obrigada a ter, permanentemente, um representante legal no Brasil com plenos e ilimitados poderes para tratar e, definitivamente, resolver as questões que se suscitarem, quer com o governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela empresa.

II

Todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às respectivas leis e regulamentos e à jurisdição de seus tribunais judiciários ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida empresa reclamar qualquer exceção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente à execução dos objetivos estatutários.

III

A sociedade não poderá realizar no Brasil os objetivos constantes de seus estatutos que são vedados às sociedades estrangeiras, e só poderá exercer os que dependem de prévia permissão governamental, sob as condições em que for concedida.

IV

Qualquer alteração que a empresa pretenda fazer em seus estatutos, e que implique mudança das condições e regras estabelecidas na presente concessão, dependerá de aprovação governamental.

V

Publicado o ato de autorização e demais documentos no *Diário Oficial* da União, fica a empresa obrigada, no prazo de 15 dias, a providenciar o arquivamento das respectivas folhas do referido Diário na Junta Comercial do Estado em que a filial estiver localizada.

VI

Ao encerramento de cada exercício social, a empresa deverá apresentar ao Departamento Nacional de Registro do Comércio, pelo seu Representante Legal, folha do *Diário Oficial* da União e do Estado, se for o caso, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 70 e § único, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, bem como re-

latório de suas atividades, como fato demonstrativo de que a empresa se encontra em funcionamento regular.

VII

A infração de qualquer das cláusulas, para o qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da mesma, com pena de advertência, cancelamento ou cassação de autorização.

Brasília, 3 de agosto de 1987.

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.717, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento /PR, o crédito suplementar de CZ\$ 3.700.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 3.700.000.000,00 (três bilhões e setecentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

DECRETO Nº 94.718, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos são oriundos do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 4-8-87.

DECRETO Nº 94.719, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, ao crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar

de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 4-8-87.

DECRETO Nº 94.720, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Aprova o «Regulamento para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa», e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o «Regulamento para a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa», assinado pelo Ministro de Estado-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que com este baixa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 83.068, de 22 de janeiro de 1979, 88.208, de 30 de março de 1983, 88378, de 13 de junho de 1983 e demais disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Campos Paiva

*Regulamento da Representação do Brasil
na Junta Interamericana de Defesa (RBJID)*

CAPÍTULO I

Dos Fins e da Subordinação

Art. 1º A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) tem por finalidade assegurar a coordenação das atividades dos militares e civis brasileiros no exercício de cargos ou funções em órgãos da Junta Interamericana de Defesa (JID).

Parágrafo único. As atividades dos militares e civis brasileiros indicados pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) para cursos, estágios ou assessoria em outros órgãos localizados nos Estados Unidos da América (EUA), também serão, em princípio, coordenadas pela RBJID.

Art. 2º A Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID) é subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º A RBJID tem por competência:

1. atuar na Vice-Presidência da JID (Vice-PR/JID), no Conselho de Delegados da JID (CD/JID), no Estado-Maior da JID (EM/JID), na Secretaria da JID (Sec/JID) e no Colégio Interamericano de Defesa da JID (CID), de acordo com a política, a estratégia e a doutrina militares brasileiras;

2. acompanhar a formulação e o desenvolvimento dos trabalhos na Vice-PR/JID, no CD/JID, no EM/JID, na Sec/JID e no CID ou em outros estabelecimentos de ensino onde estiverem matriculados militares ou civis indicados pelo EMFA, elaborando relatórios sobre as tendências de natureza política, estratégica e doutrinária ali identificadas;

3. assessorar a Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em assuntos militares de natureza específica da JID;

4. apresentar ao EMFA subsídios que contribuam para o aprimoramento:

a) da política e estratégia a serem seguidas pela representação do Brasil na JID;

b) das condições para seleção e preparação de militares e civis a serem nomeados para o exercício de cargos ou funções na JID;

5. proceder a estudos e elaborar pareceres sobre assuntos que lhe forem atribuídos pelo EMFA; e
6. observar as tendências dos países-membros, elaborando relatórios sobre aquelas de natureza política, estratégica e doutrinária.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 4º A RBJID compreende:

1. Chefia
2. Seção de Pessoal
3. Seção de Informações
4. Seção de Logística
5. Assessoria
6. Secretaria

CAPÍTULO IV

Do Pessoal

Art. 5º A Chefia da Representação do Brasil na JID será exercida pelo Oficial-General de maior antigüidade dentre os integrantes da RBJID, cumulativamente com o cargo que desempenhar na JID.

Art. 6º Os cargos de Chefe da Delegação do Brasil na JID, em caráter permanente, e de Vice-Presidente da JID, de Diretor do EM/JID, de Vice-Diretor e de Chefe do Departamento de Estudos do CID, em caráter eventual, serão exercidos por Oficiais-Generais de uma das três Forças Singulares, obedecendo ao critério de rodízio.

Art. 7º Os cargos de Delegados do Brasil na JID, Oficiais de EM/JID e Assessores do Departamento de Estudos do CID, e a função de Estagiários do CID, serão preenchidos, em cada um desses setores, por três oficiais, representantes de cada Força Singular, do posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, ou equivalente, em caráter permanente, que deverão possuir o Curso de Estado-Maior.

Parágrafo único. O preenchimento do cargo de Assessor do Departamento de Estudos do CID e da função de Estagiário do CID, poderá ser complementado com civis pertencentes ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Art. 8º Os cargos de Vice-Secretário da JID e Vice-Diretor do EM/JID, em caráter eventual, serão preenchidos por Capitães-de-Mar-e-Guerra ou oficiais de posto equivalente, de uma das três Forças Singulares, obedecendo ao critério de rodízio.

Art. 9º O cargo de Subchefe do Departamento de Estudos do CID, em caráter eventual, será preenchido, cumulativamente, por um dos Assessores deste Departamento.

Art. 10. A Delegação do CD/JID é constituída pelo Oficial-General nomeado Chefe da Delegação e pelos Oficiais das três Forças Singulares nomeados Delegados do Brasil no Conselho de Delegados da JID.

CAPÍTULO V

Da Coordenação

Art. 11. Ao Ministro-Chefe do EMFA cabe coordenar, em nível ministerial, os estudos sobre as resoluções da JID.

Art. 12. Ao Chefe do RBJID cabe supervisionar, por Delegação do Ministro-Chefe do EMFA, as atividades de todos os membros da RBJID.

CAPÍTULO VI

Das Atribuições

Art. 13. Compete ao Ministro-Chefe do EMFA:

1. emitir diretrizes a serem observadas pelos integrantes da RBJID, versando, particularmente, sobre a política, a estratégia e a doutrina militares brasileiras em vigor.

2. fixar condições para seleção e preparar os militares e civis a serem nomeados para o exercício de cargos ou funções na JID, bem como para início e término de suas missões;

3. propor modificações a serem introduzidas no Regulamento da RBJID; e

4. elaborar e aprovar o Regimento Interno da RBJID.

Art. 14. Compete ao Chefe do RBJID:

1. orientar e controlar as atividades de todos os membros da Representação;

2. manter o Chefe do EMFA informado sobre todas as atividades e tendências da JID;

3. proporcionar assessoramento militar ao Chefe da Missão do Brasil junto à OEA;

4. convocar e presidir reuniões da RBJID;

5. atribuir aos membros da RBJID tarefas específicas relacionadas com as finalidades da representação;

6. desempenhar a função de Ordenador de Despesas dos recursos alocados à RBJID;

7. enviar ao Chefe do EMFA relatórios periódicos sobre as atividades da RBJID, bem como os relatórios de fim de comissão e especiais;

8. enviar ao EMFA a documentação difundida pela JID, inclusive as publicações didáticas editadas pelo CID e por outros estabelecimentos de ensino;

9. atribuir, cumulativamente, aos Oficiais que exercem cargos de Delegado, funções referentes às atividades de Pessoal, Informações e Logística no escritório da Representação; e

10. atribuir e controlar os credenciamentos de segurança a serem emitidos no âmbito da JID, em acordo com o RSAS, e instruções específicas do EMFA.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art. 15. As instalações do escritório da Representação serão localizadas na cidade de Washington, DC, nos Estados Unidos da América, sendo mantidas com recursos previstos no orçamento do EMFA.

Art. 16. O pessoal civil julgado indispensável aos serviços administrativos da RBJID será, em princípio, contratado em Washington, DC, mediante autorização prévia do EMFA e considerando os aspectos de assistência social, referentes a apoio de saúde e aposentadoria, de acordo com as peculiaridades do país e de cada funcionário.

Art. 17. Os militares nomeados para o exercício de cargos ou funções na JID, ou em estabelecimentos de ensino fora do âmbito da JID, ficarão subordinados aos respectivos Ministérios, para os efeitos administrativos não previstos no Regulamento e no Regimento Interno da RBJID.

Art. 18. Os servidores civis nomeados para o exercício de cargos ou funções da JID ficarão, administrativamente, subordinados ao EMFA.

Art. 19. Para o enquadramento previsto na legislação sobre retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior consideram-se as disposições na legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Transitórias

Art. 20. Dentro de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação do presente Regulamento, o Chefe da RBJID submeterá à apreciação do EMFA, para aprovação, proposta do Regimento Interno da Representação do Brasil na JID.

General-de-Exército Paulo Campos Paiva
Ministro de Estado-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

DECRETO Nº 94.721, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Concede, ao Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho — Ibrart, a prerrogativa sindical constante da alínea d do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III da Constituição Federal, e o artigo 559 da Consolidação das Leis do Trabalho,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida ao Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho — Ibrart, sociedade civil sem finalidade lucrativa, com sede em São Paulo — SP, a prerrogativa sindical constante da alínea d do artigo 513 da Consolidação das Leis do Trabalho, qual seja a de colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com as profissões liberais, categorias econômicas e profissionais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Almir Pazzianoto Pinto

DECRETO Nº 94.722, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23018.004171/85-3 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte, mantida pela Fundação Mineira de Educação e Cultura.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.723, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000153/85-13 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia, em Processamento de Dados, a ser ministrado em São Pau-

lo, Estado de São Paulo, pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, mantida pelo Centro Hispano-Brasileiro de Cultura.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.724, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Outorga concessão à Rádio AM de Cícero Dantas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.000632/86 (Edital nº 16/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio AM de Cícero Dantas Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.725, DE 3 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

DECRETO Nº 94.726, DE 4 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1988, aprovado pelo Decreto nº 93.628, de 28 de novembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 26 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º A letra *b* do item 2.1.3 — Distribuição dos Seleccionados Aptos, no Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1988, aprovado pelo Decreto nº 93.628, de 28 de novembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«2.1.3. — Distribuição dos Seleccionados Aptos:

a)

b) a majoração dos conscritos seleccionados e julgados aptos deverá constar das Instruções Complementares de Convocação de cada Força Singular, cabendo ao respectivo Ministro Militar definir os casos especiais e os percentuais da referida majoração, adequados aos mesmos. Nos Municípios Tributários de mais de uma Força, a majoração deverá ser compatível com as necessidades de incorporação, sem prejudicar o efetivo necessário às outras Forças.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.727, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 3, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional através de Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Chile e do Brasil, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 29 de junho de 1987, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 3, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile,

DECRETA:

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 3, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigora desde 31 de março de 1987 e até 31 de dezembro de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE RENEGOCIAÇÃO DAS PREFERÊNCIAS

OUTORGADAS NO PERÍODO 1962/1980, SUBSCRITO
ENTRE O BRASIL E O CHILE (ACORDO Nº 3)

Sexto Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil e da República do Chile, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados na Secretaria-Geral da Associação, convém em registrar no Acordo de «Renegociação das concessões outorgadas no período 1962/1980» (Acordo de Alcance Parcial nº 3) as preferências que a República Federativa do Brasil outorga à República do Chile para a importação dos seguintes produtos:

a) garrafas e frascos, de vidro, classificados no item 70.10.0.01 da Nomenclatura Aduaneira da Associação (Naladi), com uma redução de 100 por cento dos gravames vigentes na

Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB) para a importação de terceiros países; e

b) potes de vidro, classificados no item 70.10.0.99 da Nomenclatura Aduaneira da Associação (NALADI), com uma redução de 100 por cento dos gravames vigentes na Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB) para a importação de terceiros países.

O presente Protocolo vigorará desde 31 de março de 1987 e até 31 de dezembro de 1987.

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos Signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e sete, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Armando Sérgio Frazão

Pelo Governo da República do Chile:

Juan Guillermo Toro Dávila

DECRETO Nº 94.728, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 1, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre a Argentina e o Brasil.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial.

Considerando que os Plenipotenciários da Argentina e do Brasil com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, a 29 de junho de 1987, em Montevidéu, o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 1, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre a Argentina e o Brasil.

D E C R E T A :

Art. 1º. O Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial nº 1, de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre a Argentina e o Brasil, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art.2º. O Protocolo apenso vigorará ate 31 de dezembro de 1987.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE RENEGOCIAÇÃO DAS
PREFERÊNCIAS
OUTORGADO NO PERÍODO 1962/1980, SUBSCRITO
ENTRE A ARGENTINA E O BRASIL (ACORDO Nº 1)

Décimo Primeiro Protocolo Adicional

Os Plenipotenciários da República Argentina e da República Federativa do Brasil, acreditados por seus respectivos Governos segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados na Secretaria-Geral da Associação, convêm em modificar o Acordo nº 1 de «Renegociação das preferências outorgadas no período 1962/1980» nos seguintes termos e condições:

Artigo 1º. A República Federativa do Brasil outorga à República Argentina uma redução de 100 por cento dos gravames vigentes em sua Tarifa Aduaneira (TAB) para a importação dos produtos denominados «garrafas e frascos de vidro» e «potes de vidro» (itens 70.10.0.01 e 70.10.0.99 da NALADI, respectivamente) e do produto denominado «discos fonográficos gravados, exceto de ensino» (item 92. 12.0.02 da NALADI) por uma quota de até quatro milhões de discos.

Artigo 2º. As preferências tarifárias a que se refere o artigo anterior abrangem as importações realizadas a partir de 31 de março de 1987 no caso dos produtos classificados na posição 70.10 da NALADI e as importações realizadas desde 29 de abril de 1987 no caso da posição 92.12.

Artigo 3º. As preferências pactuadas em virtude do presente Protocolo vigorarão até 31 de dezembro de 1987.

A Secretaria-Geral da Associação será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos signatários.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciários subscrevem o presente Protocolo na cidade de Montevideu, aos vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e sete em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República Argentina:

Ricardo O. Campero

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

Armando Sérgio Frazão

DECRETO Nº 94.729, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.730, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.731, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre, ao Tribunal Federal de Recursos, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias no vigente orçamento.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aberto, ao Tribunal Federal de Recursos, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.732, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.733, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 243.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III da Constituição e da autorização contida no art. 5º, item VI, letra *b* da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 243.032.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões e trinta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º. Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito externa contratada pela União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.734, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.140.590.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.140.590.000,00 (dois bilhões, cento e quarenta milhões, quinhentos e noventa mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operações de crédito externas e internas contratadas pela União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.735, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Central de Medicamentos e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Central de Medicamentos e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos/atividades, referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento da entidade nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.736, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor do Ministério do Interior, o crédito suplementar de CZ\$ 583.246.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor do Ministério do Interior, o crédito suplementar de CZ\$ 583.246.000,00 (quinhentos e oitenta e três milhões, duzentos e quarenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.737, DE 5 de AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.405.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.405.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias e vinculadas do Tesouro Nacional, previstas para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-8-87.

DECRETO Nº 94.738, DE 5 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.236.045.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DE REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.236.045.000,00 (um bilhão, duzentos e trinta e seis milhões e quarenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos da meta física da atividade «Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Rede Física dos Sistemas de Educação e Desportos», indicada no Anexo I, ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.739, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 17.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 17.200.000,00 (dezesete milhões e duzentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87.

DECRETO Nº 94.740, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 59.890.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização, contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 59.890.000,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e noventa mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87.

DECRETO Nº 94.741, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 100.146.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, combinado com o artigo 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas unidades da Administração Indireta, o crédito suplementar de CZ\$ 100.146.000,00 (cem milhões, cento e quarenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do art. 1º, combinado com o art. 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87.

DECRETO Nº 94.742, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre, a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 301.094.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 301.094.000,00 (trezentos e um milhões e noventa e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87

DECRETO Nº 94.743, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 95.133.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 95.133.000,00 (noventa e cinco milhões e cento e trinta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87.

DECRETO Nº 94.744, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, das autorizações contidas nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-8-87.

DECRETO Nº 94.745, DE 6 DE AGOSTO DE 1987

Cria o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, estabelece normas para a sua implantação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 10 da Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, a ser localizado no Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º A microlocalização do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro será definida após os estudos necessários a serem realizados por Grupo de Trabalho a ser instituído pelo Ministro da Indústria e do Comércio, e integrado por representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e da Petrobrás Química S.A. — Petroquisa, a ser acompanhada pela Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, devendo ser considerados, prioritariamente, os aspectos ambientais e a logística de suprimento de matéria-prima.

§ 2º O Ministro da Indústria e do Comércio, ouvidos o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e os Governos do Estado do Rio de Janeiro e do município, aprovará a delimitação do pólo, com o estabelecimento das medidas necessárias ao controle da poluição e a preservação do meio ambiente.

Art. 2º A concepção básica do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro observará os parâmetros e unidades industriais constantes do Programa Nacional de Petroquímica 1987/1995 aprovado.

Parágrafo único. O Ministro da Indústria e do Comércio, por proposta da Secretaria-Executiva do CDI, promoverá as adaptações técnicas necessárias ao estabelecimento do Plano Diretor Básico definitivo do pólo.

Art. 3º O planejamento básico e a construção das unidades centrais fornecedoras de produtos petroquímicos básicos, serviços e utilidades caberá a sociedade de capital nacional, sob a coordenação da Petroquisa, que dela participará.

§ 1º A participação da Petroquisa nos projetos de 2ª geração, quando necessária, ocorrerá na forma minoritária, objetivando a consolidação e o fortalecimento da empresa privada nacional.

§ 2º A Petroquisa poderá conceder garantias aos financiamentos, na proporção de sua participação no capital de cada empresa petroquímica.

§ 3º Será constituído Grupo permanente de contato entre a Petroquisa, o BNDES, o CDI, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para facilitar a atuação executiva daquela empresa na implantação do Pólo Petroquímico.

Art. 4º Os empreendimentos a serem localizados no Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro deverão ser aprovados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI.

Parágrafo único. Os projetos para o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro serão considerados prioritários para o efeito de concessão de incentivos fiscais e financeiros, para obtenção de recursos públicos federais, bem como de reconhecido interesse econômico para os fins do disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.857, de 10 de fevereiro de 1981.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.746, DE 7 DE AGOSTO DE 1987

Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81 item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas, aos percentuais constantes do anexo deste decreto, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre as mercadorias ali indicadas, segundo os Códigos da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º O acréscimo da alíquota prevista na Nota Complementar NC (87-6) ao Capítulo 87 da Tabela de Incidência do IPI (Decreto-lei nº 2.303, de 21 de novembro de 1986, art. 2º), passa a ser de 15 (quinze) pontos percentuais.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

ANEXO AO DECRETO Nº 94.746, DE 7 DE AGOSTO DE 1987

Código		Alíquota %
Posição	Subposição e Item	
87.01	01.99	3
87.02	01.01	45
	01.02	50
	01.03	40
	01.04	45
	01.05	45
	01.06	50

Código		Alíquota
Posição	Subposição e Item	
	01.99	45
	02.00	50
	03.01	5
	03.02	5
	03.03	28
	03.99	5
	04.09	12
	04.10	12
	04.99	12
	05.01	45
	05.02	50
	05.03	45
	05.04	50
	05.99	45
	06.00	50
	07.01	5
	07.02	5
	07.03	28
	07.99	5
	08.09	12
	08.10	12
	08.99	12
	09.00	12
	99.00	12

DECRETO Nº 94.747, DE 7 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.200.000,00 (trezentos milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 10-8-87.

DECRETO Nº 94.748, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Revoga o Decreto nº 76.767, de 11 de dezembro de 1975, que aprovou o Regulamento da Diretoria de Aeronáutica da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 76.767, de 11 de dezembro de 1975, que aprovou o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 94.749, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Outorga concessão à Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº. 29000.000752/86 (Edital nº 25/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.750, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Sociedade Seberi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008768/85 (Edital nº 99/85),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Sociedade Seberi Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.751, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura Palotinese Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000340/87,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 16 de agosto de 1987, a concessão da Rádio Cultura Palotinese Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.933, de 12 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Palotina, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 16 de agosto de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.752, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Club de Faxinal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000291/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 21 de junho de 1987, a concessão da Rádio Club de Faxinal Ltda., outorgada através da Portaria nº 547, de 15 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.753, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Manga ou Japoré», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Manga ou Japoré», com a área de 6.590,0000ha (seis mil, quinhentos e noventa hectares), situado no Município de Manga, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M 1, situado no Morro da Pintada, de coordenadas, longitude 44°05'57''WGr e latitude 14°48'28''S; deste, segue confrontando com terras da Fazenda São José das Traíras, com o azimute de 343°55'43'' e a distância de 4.370,82m, até o marco M 2, situado na divisa com terras da Fazenda São José das Traíras; deste segue confrontando com terras da Fazenda São José das Traíras, com o azimute de 36°31'31'', a uma distância de 9.308,17m, até o marco M3, situado na divisa com terras da Fazenda São José das Traíras, e com terras de Dr. Pedro Pereira Gonçalves; deste, segue confrontando com terras de Dr. Pedro Pereira Gonçalves com o azimute de 102°50'26'' e a distância de 1.394,88m, até o marco M4, situado à margem da estrada BR-135, Manga/Montalvânia; deste, segue margeando com a estrada BR-135, com o azimute de 117°53'50'', com a distância de 769,42m, até o marco M 5, situado na divisa com terras de Dr. Pedro Pereira Gonçalves; deste, segue confrontando com terras de Dr. Pedro Pereira Gonçalves, com o azimute de 176°51'07'', e a distância de 4.006,04m, até o marco M 6, situado na divisa com terras de Dr. Pedro Pereira Gonçalves e terras de Gonzaga de Tal; deste segue com terras de Gonzaga de Tal, passando pelos marcos M 7 e M 8, com os azimutes 177°15'49'', 88°59'42'' e 164°03'17'' e as distâncias 2.723,10m, 570,17m e 291,20m, até o marco M 9, situado na divisa com terras de Gonzaga de Tal e Paulo Domiciano Pastor; deste, segue confrontando com terras de Paulo Domiciano Pastor, com o azimute de 163°03'03'', com a distância de 1.097,68m, até o marco M 10, situado na divisa com terras de Paulo Domiciano Pastor e Hilton Gouveia Fagundes; deste, segue confrontando com terras de Hilton Gouveia Fagundes, com o azimute de 167°04'26'' e a distância de 1.251,71m, até o marco M 11, situado na divisa com terras de Hilton Gouveia Fagundes e a estrada Peri-Peri; deste, segue confrontando com terras de Hilton Gouveia Fagundes com o azimute de 255°02'54'' com a distância de 1.821,67m, até o marco M 12, situado na divisa com terras de Hilton Gouveia Fagundes e com terras da Fazenda Ressaca; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Ressaca, com azimute de 250°04'28'', e a distância de 1.701,88m, até o marco M 13, situado na divisa com terras da Fazenda Ressaca; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Ressaca, com o azimute de 261°21'57'', com a distância de 4.662,84m, até o marco M 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta do IBGE folha SD.23-Z-A-V, escala 1:100.000, ano 1968, e planta de demarcação do imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural

de que trata o presente decreto na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.754, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «São João do Bugre», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Goiás, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «São João do Bugre», com a área de 450,0000ha (quatrocentos e cinquenta hectares), situado no Município de Goiás, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 50º16'31''WGr e latitude 15º45'42''S, situado no limite das Fazendas Estivas e Muquem; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Muquem, com azimuth geográfico de 86º25'25'' e distância de 3.206,24m, até o ponto 2, de coordenadas geográficas longitude 50º14'43''WGr e latitude 15º45'36''S, situado na margem direita do Ribeirão Muquem e na confrontação com terras de João Godinho; deste, segue pela margem direita do referido Ribeirão, à jusante, com a distância de 1.222m, até o ponto 3, de coordenadas geográficas longi-

tude 50°14'42''WGr e latitude 15°46'09''S, situado na confluência do Ribeirão Muçem com o Rio Bugre; deste, segue pelo Rio Bugre, à jusante, por sua margem direita, confrontando com a Fazenda São João do Bugre (Remanescente) e Fazenda São Sebastião, com a distância de 3.900m, passando pela Cachoeira de São Gonçalo, até o ponto 4, situado na margem direita do Rio Bugre na confrontação com as Fazendas São Sebastião e Estiva; deste, segue por linha seca, com azimute geográfico de 333°26'06'' e distância de 1.565,25m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta do IBGE, folha SD.22-Z-C-V, escala 1:100.000, ano 1975).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

— Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.755, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Joaquim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Canhoba, Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, item I, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Joaquim», com a área de 450.80000ha (quatrocentos e cinquenta hectares e oitenta ares), situado no Município de Canhoba, Estado de Sergipe, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 37°01'14''WGr e latitude 10°08'40''S, situado à margem direita da faixa de domínio de estrada carroçável, no sentido Canhoba para Sítios Novos; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antenor de Tal, com azimute de 33°59'00'' e distância de 490,00m, até o ponto 2, situado à margem direita do Riacho Cancela; deste, segue atravessando o referido riacho e acompanhando agora sua margem esquerda, com distância de 440,00m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Manoel Rola, com os seguintes azimutes e distâncias: 46°00'00'' e 455,00m, até o ponto 5; 18°05'00'' e 380,00m, até o ponto 6; 04°10'00'' e 340,00m, até o ponto 7; 69°50'00'' e 350,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Walter de Tal, com os seguintes azimutes e distâncias: 54°45'00'' e 380,00m, até o ponto 9; 72°30'00'' e 498,00m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Nestor Guimarães, com os seguintes azimutes e distâncias: 92°25'00'' e 470,00m, até o ponto 11; 128°00'00'' e 380,00m, até o ponto 12; 123°03'00'' e 440,00m, até o ponto 13; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Juarez da Rocha Torres com os seguintes azimutes e distâncias: 155°48'00'' e 500,00m, até o ponto 14; 166°30'00'' e 530,00m, até o ponto 15; situado no limite direito da faixa de domínio da Rodovia Estadual SE-200, no sentido de Canhoba para Itabi; deste, segue pela referida faixa de domínio, com distância de 500,00m, até o ponto 16; deste, atravessando a Rodovia SE-200, segue pelo limite direito da faixa de domínio da estrada carroçável, no sentido de Canhoba para Sítios Novos, com distância de 4.000,00m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SC.24-Z-B-II, escala 1:100.000, ano 1971, e Carta da Sudene, Folha SC.24-Z-B-I, ano 1971, escala 1:70.000).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 460,0000ha (quatrocentos e sessenta hectares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 9.2000ha (nove hectares e vinte ares), correspondente à Rodovia Estadual SE-200.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.756, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Chopim», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Manguueirinha, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Chopim», com a área de 1.880,5500ha (um mil, oitocentos e oitenta hectares e cinquenta e cinco ares), situado no Município de Manguueirinha, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco OPP, de coordenadas geográficas latitude 2608'38''S e longitude 52°24'10''WGr, situado na margem de

uma estrada vicinal, no limite com terras da Madeireira Waraschim Ltda. e Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 1, segue pela referida estrada sentido Sudoeste confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 1, com distância de 1.210m, até o marco 28; deste, segue por linha seca e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 1, com azimuth de 299°50' e distância de 1.041m, até o marco 27, situado na margem do Rio Chinelo; deste, segue à jusante do referido rio e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 1, com distância de 2.555m, até o marco 26, situado na foz de um córrego; deste, segue à montante do referido córrego e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 1, com distância de 985m, até o marco 25, situado na margem de uma estrada; deste, segue pela referida estrada no sentido Sudoeste e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 1.800m, até o marco 24, situado na margem de um córrego; deste, segue à jusante do referido córrego, confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 300m, até o marco 23, situado na foz com o Rio Taió; deste, segue à jusante do referido rio, na distância de 110m, até o marco 22, situado na foz do Rio Chinelo; deste, segue à montante do Rio Chinelo, confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 520m, até o marco 21, situado na confluência com um arroio; deste, segue à montante do referido arroio, na distância de 480m, até o marco 20, situado na margem de uma estrada vicinal; deste, segue pela referida estrada, no sentido Sudoeste e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 1.860m, até o marco 19; deste, segue por linha seca confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, com azimuth de 1755' e distância de 625m, até o marco 18, situado na margem de uma sanga; deste, segue à jusante da referida sanga e confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 310m, até o marco 17, situado na confluência com o Rio Taió; deste, segue por uma estrada vicinal e cruzando o Rio Taió, confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 2.190m, até o marco 16, situado no cruzamento com outra estrada; deste, segue por uma das estradas no sentido Sudoeste, confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 610m, até o marco 15, situado na cabeceira de um córrego; deste, segue à jusante do referido córrego, confrontando com o Imóvel Fazenda Imaribo — área II — Gleba 2, na distância de 1.460m, até o marco 14, situado na desembocadura com o Rio Chopim; deste, segue à jusante do Rio Chopim, confrontando com a Fazenda São Francisco de Salles, na distância de 3.975,10m, até o marco 13, na foz do lageado Panela; deste, segue à montante do lageado Panela, confrontando com terras de Urbano Jacobs, na distância de 318,20m, até o marco 12; deste, segue por linhas secas e confrontando com terras de Urbano Jacobs, com os

seguintes azimutes e distâncias: 68°55' e 2.949,30m, até o marco 11; 17°41' e 1.811m, até o marco 10; deste segue por linha seca, confrontando com a Madeireira Waraschim Ltda., com azimute de 104°10' e distância de 5.277,70m, até o marco OPP, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta Geográfica da DSG, folha SG.22-Y-B-I-1, escala 1:50.000, ano 1979).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.757, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

*Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Rancho Alegre ou Ipueirinhas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Santana do Aca-
raú e Sobral, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Rancho Alegre ou Ipuerinhas», com a área de 451,1568ha (quatrocentos e cinquenta e um hectares, quinze ares e sessenta e oito centiares), situado nos Municípios de Santana do Acaraú e Sobral, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM E = 374.325,00m e N = 9.596.315,00m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa das terras de Luiz Agostinho com este imóvel; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Luiz Agostinho, com azimute plano de 91°00' e distância de 2.225,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antenor Ferreira Gomes, com azimute plano de 172°00' e distância de 1.775,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Moací Vidal, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 272°30' e 2.220,00m, até o ponto 4; 306°15' e 530,00m, até o ponto 5; 334°30' e 970,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Luiz Agostinho, com azimute plano de 49°00' e distância de 780,00m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência Carta DSG, folha SA.24-X-D-IV-Sobral, escala 1:100.000, ano 1972 e Certidão do Registro de Imóveis).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Marcos Freire

DECRETO N° 94.758, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Poço da Areia/Tucuns», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Tianguá e Ubajara, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161, da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei n° 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1° É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Poço da Areia/Tucuns», com a área de 2.387,3000ha (dois mil, trezentos e oitenta e sete hectares e trinta ares), situado nos Municípios de Tianguá e Ubajara, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 271.520,00m e N = 9.581.070,00m, referidas respectivamente ao MC 39°WGr; e ao Equador, situado na divisa das terras de Paulo Lino da Silva e faixa de domínio da BR-222; deste, segue por linha seca, confrontando com a faixa de domínio da BR-222, com azimuth plano de 48°45' e distância de 2.210,00m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca confrontando com terras de Eudes Cunha, com os seguintes azimuthes planos e distâncias: 86°00' e 870,00m até o ponto 3; 165°15' e 3.960,00m até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Almerinda Parente Albuquerque, com os seguintes azimuthes planos e distâncias: 258°00' e 480,00m até o ponto 5; 177°45' e 5.030,00m até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Domicio Pereira e Francisco Augusto Eufrásio, com o azimuth plano de 264°40' e distância de 3.015,00m até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de João Manoel, com o azimuth plano de 11°45' e distância de 2.315,00m até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de João Manoel e Paulo Lino da Silva, com o azimuth plano de 352°05' e distância de 5.505,00m, até o pon-

to 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SB.24-Y-C-V, Escala 1:100.000, ano 1972, Município de Viçosa do Ceará e Certidões do CRI)

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.759, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Ciência da Computação da Escola de Engenharia de Piracicaba.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.004033/87-59 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciência da Computação, a ser ministrado pela Escola de Engenharia de Piracicaba, mantida pela Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.760, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento da habilitação em Química, do curso de Ciências do Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes, da Fundação Tricordiana de Educação

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.016186/87-67 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Química, do Curso de Ciências, ministrado em Três Corações, Estado de Minas Gerais, pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes, mantido pela Fundação Tricordiana de Educação.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.761, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.013146/85-74 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Direito, a ser ministrado em Anicuns, Estado de Goiás, pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, mantida pela Fundação Educacional de Anicuns.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.762, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — Sudeco, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, passa a ter a seguinte composição:

- I — Ministro de Estado do Interior ou seu representante;
- II — um representante de cada um dos Ministérios civis e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;
- III — um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
- IV — Governadores dos Estados situados na área de atuação da Sudeco ou seus representantes;
- V — Superintendente da Sudeco;
- VI — um representante de cada uma das seguintes entidades:
 - a) Banco do Brasil S.A.;
 - b) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
 - c) Fundação Nacional do Índio;
 - d) Confederação Nacional da Indústria;
 - e) Confederação Nacional do Comércio;

- f) Confederação Nacional da Agricultura;
- g) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;
- h) Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio;
- i) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Sudeco, será presidido pelo Ministro de Estado do Interior ou, na sua ausência, pelo Secretário-Geral do Ministério.

Art. 3º Os Ministérios civis, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e o Estado-Maior das Forças Armadas serão representados pelos respectivos Ministros de Estado ou Secretários-Gerais e, na sua ausência, por representante especialmente credenciado pelo Ministro de Estado para participar das deliberações do Conselho.

Art. 4º As entidades mencionadas nas alíneas a a c do item VI do artigo 1º deste decreto serão representadas por seus Presidentes ou Diretores e, na sua ausência, por representante especialmente credenciado pelo Presidente da entidade para participar das deliberações do Conselho.

Art. 5º As entidades mencionadas nas alíneas d a i do item VI do artigo 1º deste decreto terão representantes, e respectivos suplentes, nomeados pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro de Estado do Interior, por indicação de cada uma das Confederações, escolhidos dentre filiados às Federações da respectiva categoria sediadas na área de atuação da Sudeco.

Parágrafo único. Os representantes e suplentes de que trata este artigo terão mandato de dois anos, admitida a recondução.

Art. 6º Poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo, na condição de observadores, parlamentares designados pela Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados

Art. 7º Mediante proposta do Superintendente da Sudeco, ou por indicação de pelo menos um terço dos membros do Conselho Deliberativo, poderão ser convidados a participar das reuniões representantes de órgãos ou entidades responsáveis por programas e projetos de relevante interesse para a Região, bem como constituídas comissões consultivas, que poderão ser integradas por representantes de sindicatos e associações de classe.

Art. 8º Somente terão direito a voto, nas deliberações do Colegiado, os membros mencionados no artigo 1º que estiverem devidamente representados, na forma do disposto neste decreto.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República

JOSE SARNEY

João Alves Filho

DECRETO Nº 94.763, DE 10 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — Sudesul, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, passa a ter a seguinte composição:

- I — Ministro de Estado do Interior ou seu representante;
- II — um representante de cada um dos Ministérios civis e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;
- III — um representante do Estado-Maior das Forças Armadas;
- IV — Governadores dos Estados situados na área de atuação da Sudesul ou seus representantes;
- V — Superintendente da Sudesul;
- VI — um representante de cada uma das seguintes entidades:
 - a) Banco do Brasil S.A.;
 - b) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
 - c) Fundação Nacional do Índio;
 - d) Confederação Nacional da Indústria;
 - e) Confederação Nacional do Comércio;
 - f) Confederação Nacional da Agricultura;
 - g) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;
 - h) Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio;
 - i) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Sudesul será presidido pelo Ministro de Estado do Interior ou, na sua ausência, pelo Secretário-Geral do Ministério.

Art. 3º Os Ministérios civis, a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e o Estado-Maior das Forças Armadas serão representados pelos respectivos Ministros de Estado ou Secretários-Gerais e, na sua ausência, por representante especialmente credenciado pelo Ministro de Estado para participar das deliberações do Conselho.

Art. 4º As entidades mencionadas nas alíneas *a a c* do item VI do artigo 1º deste decreto serão representados por seus Presidentes ou Diretores e, na sua ausência, por representante especialmente credenciado pelo Presidente da entidade para participar das deliberações do Conselho.

Art. 5º As entidades mencionadas nas alíneas *d a i* do item VI do artigo 1º deste decreto terão representantes, e respectivos suplentes, nomeados pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro de Estado do Interior, por indicação de cada uma das Confederações, escolhidos dentre filiados às Federações da respectiva categoria sediadas na área de atuação da Sudesul.

Parágrafo único Os representantes e suplentes de que trata este artigo terão mandato de dois anos, admitida a recondução.

Art. 6º Poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo, na condição de observadores, parlamentares designados pela Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Art. 7º Mediante proposta do Superintendente da Sudesul, ou por indicação de pelo menos um terço dos membros do Conselho Deliberativo, poderão ser convidados a participar das reuniões representantes de órgãos ou entidades responsáveis por programas e projetos de relevante interesse para a Região, bem como constituídas comissões consultivas, que poderão ser integradas por representantes de sindicatos e associações de classe.

Art. 8º Somente terão direito a voto, nas deliberações do Colegiado, os membros mencionados no artigo 1º que estiverem devidamente representados, na forma do disposto neste artigo.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
João Alves Filho

DECRETO Nº 94.764, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, que regulamenta a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 45 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 45. As multas poderão ter a sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso aprovado pela autoridade ambiental que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar e corrigir a degradação ambiental.

Parágrafo único. Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa terá uma redução de até 90% (noventa por cento) do seu valor original».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Deni Lineu Schwartz

DECRETO Nº 94.765, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em Alfenas, Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.016591/87-85 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Arquitetura e Urbanismo, a ser ministrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas, com sede em Alfenas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.766, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.607, de 21 de novembro de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 1º e 3º do Decreto nº 93.607, de 21 de novembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º As aplicações de recursos por parte dos fundos de investimentos instituídos pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, ficam limitadas ao máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor das inversões totais previstas, inclusive capital de giro, para a implantação de projeto, e a 40% (quarenta por cento) dessas inversões, inclusive capital de giro, para os casos de ampliação ou reformulação de projetos já incentivados.»

«Art. 3º As agências de desenvolvimento exigirão que as empresas beneficiárias de incentivos, com investimento total igual ou superior a 100.000 (cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional, mantenham auditoria externa independente, executada por empresas devidamente credenciadas, que apresentarão relatórios anuais, durante o período de permanência da empresa no sistema de incentivos.»

Art. 2º Fica revogado o artigo 10 do Decreto nº 93.607 de 21 de novembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.767, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.179.218.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 3.179.218.000,00 (três bilhões, cento e setenta e nove milhões, duzentos e dezoito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do art. 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República:

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

DECRETO Nº 94.768, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 21.156.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$21.156.000,00 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação dos recursos diretamente arrecadados pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 12-8-87.

DECRETO Nº 94.769, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto referente à dotação global indicada no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento da entidade nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 12-8-87.

DECRETO Nº 94.770, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 891.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, itens I e III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 891.500.000,00 (oitocentos e noventa e um milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens I e III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 12-8-87.

DECRETO Nº 94.771, DE 11 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 31.311.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 31.311.000,00 (trinta e um milhões, trezentos e onze mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 12-8-87.

DECRETO Nº 94.772, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 54.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 54.840.000,00 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e quarenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 13-8-87.

DECRETO Nº 94.773, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544 de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-8-87.

DECRETO Nº 94.774, DE 12 DE AGOSTO 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 66.352.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 66.352.000,00 (sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 13-8-87.

DECRETO Nº 94.775, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

Abre aos Ministérios das Comunicações, dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 327.441.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios das Comunicações, dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades da Administração Direta e Indireta, o crédito suplementar de CZ\$ 327.441.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput*, do artigo 1º, combinado com o artigo 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 13-8-87.

DECRETO Nº 94.776, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 16 do Decreto nº 94.338, de 18 de maio de 1987 passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 16.

I —

II —

§ 1º

a) um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social indicado pelo Ministro de Estado, o presidente da FUNABEM e o presidente da LBA; e

b) doze representantes da sociedade civil, com reconhecidos serviços prestados a instituições de educação e formação profissional do menor, nomeados pelo Presidente da República com mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º O Conselho trienalmente elegerá o seu Presidente e Vice-Presidente».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República:

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 94.777, DE 12 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.291.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 2.291.000.000,00 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 13-8-87.

DECRETO Nº 94.778, DE 13 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 980.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 14-8-87.

DECRETO Nº 94.779, DE 13 DE AGOSTO DE 1987

Outorga concessão à Multison Rádio Princesa da Mata Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002041/87 (Edital nº 25/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Multison Rádio Princesa da Mata Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste Decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.780, DE 14 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a estrutura básica da Administração do Território Federal de Fernando de Noronha, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 7.608, de 30 de junho de 1987,

DECRETA:

Art. 1º O Território Federal de Fernando de Noronha, criado pelo Decreto-lei nº 4.102, de 9 de fevereiro de 1942, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.608, de 30 de junho de 1987, vincula-se ao Ministério do Interior, para os efeitos de supervisão ministerial.

Art. 2º A Administração do Território Federal de Fernando de Noronha desenvolverá suas atividades tendo por objetivos prioritários:

I — proporcionar adequada assistência ao homem, especialmente nos setores de educação, saúde e habitação;

II — implantar obras de infra-estrutura, com prioridade para os setores de abastecimento de água, saneamento, energia, comunicações e instalações aeroportuárias;

III — incentivar o adequado desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como a exploração de recursos e potencialidades naturais do arquipélago;

IV — proteger, preservar e recuperar o meio ambiente e o patrimônio paisagístico e histórico do Território, observados os objetivos de proteção ambiental previstos no Decreto nº 92.755, de 5 de junho de 1986.

Art. 3º Os órgãos que constituem a estrutura básica da Administração do Território de Fernando de Noronha são os seguintes:

I — Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Governador

— Gabinete do Governador

II — Órgãos de Direção Superior

— Secretaria-Geral

— Secretária do Meio Ambiente, Produção e Obras

— Secretaria de Serviços Sociais Básicos

Parágrafo único. A Administração do Território Federal de Fernando de Noronha poderá ter apoio e assessoramento técnico dos órgãos do Ministério do Interior e do Conselho Comunitário a ser instituído por decreto do Governador.

Art. 4º O Gabinete tem por finalidade prestar assistência ao Governador em sua representação política e social e incumbir-se do preparo de seu expediente pessoal, bem como superintender as atividades de comunicação do Governo.

Art. 5º A Secretaria-Geral tem por finalidade desempenhar as atividades de planejamento geral, orçamento, finanças, serviços gerais e recursos humanos, bem assim de coordenação da política de administração do Território.

Parágrafo único. Integra a estrutura da Secretaria-Geral o Escritório de Representação do Território na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, como órgão de apoio à Administração, encarregado de manter contatos com as entidades públicas e privadas localizadas naquele Estado, bem assim apoiar e executar as atividades relacionadas ao abastecimento do Território.

Art. 6º A Secretária do Meio Ambiente, Produção e Obras tem por finalidade:

I — Formular e executar projetos e programas relativos à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural do Território, observado o disposto nos arts. 2º e 4º do Decreto nº 92.755, de 5 de junho de 1986;

II — promover o zoneamento da APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo, indicando as ati-

vidades a serem desenvolvidas, bem como as que deverão ser restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

III — Executar a política de educação ambiental, pesquisa ecológica e turismo;

IV — elaborar e executar projetos e programas relativos aos setores da produção em geral, pesca, viação, obras, transportes, energia, abastecimento de água, captação e tratamento de esgoto, limpeza, transformação e aproveitamento de lixo.

Parágrafo único. Na execução das atividades relacionadas com a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente deverão ser observadas as diretrizes e normas estabelecidas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 7º A Secretaria de Serviços Sociais Básicos tem por finalidade elaborar e executar projetos e programas relacionados com as atividades educacionais, culturais, artísticas, esportivas, de saúde, de vigilância sanitária e de assistência social.

Art. 8º A Secretaria-Geral será dirigida por Secretário-Geral de Governo; as Secretarias, por Secretários de Governo; o Gabinete do Governador, por Chefe de Gabinete e o Escritório de Representação do Território, por Chefe de Escritório, todos nomeados, em comissão, e empossados pelo Governador do Território.

Parágrafo único. O Secretário-Geral e os Secretários de Governo farão jus aos mesmos direitos e vantagens atribuídos a iguais cargos nos outros Territórios Federais. Os Chefes de Gabinete e de Escritório serão nomeados para o cargo ou função de confiança, código DAS.101.3 ou LT.DAS.101.3, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

Art. 9º Ao Governador, além das atribuições previstas no art. 14 da Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981, incumbe:

I — aprovar o plano diretor de desenvolvimento e programas de trabalho, visando implementar as atividades sócio-econômicas do Território, observadas as normas de proteção e preservação ambiental;

II — aprovar o Regimento Interno, dispondo sobre a estruturação dos órgãos a que se refere o art. 3º deste Decreto, a competência das suas unidades e as atribuições dos respectivos dirigentes;

III — admitir e dispensar os servidores do quadro de pessoal sob o regime da legislação trabalhista, exonerar e aposentar os funcionários estatutários e aplicar as penalidades previstas em lei;

IV — implantar a estrutura administrativa de que trata este decreto, bem como receber da administração anterior os bens que compõem o acervo patrimonial do Território;

V — dispor sobre o pessoal da Administração do Território, podendo delegar as atribuições que lhe são conferidas.

Art. 10. Ao Chefe de Gabinete incumbe assistir o Governador em sua representação política e social, no despacho do expediente pessoal e nas relações públicas, bem como superintender as atividades de comunicação do Governo.

Art. 11. Ao Secretário-Geral incumbe:

I — substituir o Governador nos seus impedimentos e afastamentos temporários;

II — desempenhar as atribuições previstas no art. 16 da Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981;

III — exercer a coordenação geral das atividades do Território e superintender a execução das atividades da Secretaria-Geral.

Art. 12. Aos Secretários de Governo e aos Chefes de Gabinete e de Escritório incumbe:

I — superintender a execução dos trabalhos das respectivas unidades;

II — tratar de assuntos da competência das respectivas unidades;

III — apresentar relatórios das atividades desenvolvidas nas respectivas áreas.

Art. 13. A execução das atividades de auditoria interna no Território Federal de Fernando de Noronha será desenvolvida pela Secretaria de Controle Interno — Ciset do Ministério do Interior, de acordo com as normas legais pertinentes, sem prejuízo das competências estabelecidas no art. 23 do Decreto nº 93.874, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 14. Sem prejuízo das atribuições dos órgãos federais competentes, o Governo do Território Federal de Fernando de Noronha poderá fiscalizar e aplicar sanções previstas na legislação florestal, de caça, pesca, água, mineração, trânsito, ordem pública e proteção ambiental.

Art. 15. O Governador e os Secretários de Governo residirão obrigatoriamente na Capital do Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 16. O Território Federal de Fernando de Noronha tem como fonte de receita os recursos consignados no orçamento da União, bem como as transferências, fundos e programas específicos previstos na Constituição Federal e legislação ordinária.

Art. 17. O Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA, o Ministério do Interior e o Governo do Território promoverão as medidas necessárias para cumprimento do disposto no art. 10 da Lei nº 7.608, de 30 de junho de 1987.

Art. 18. Até que se organize o quadro próprio de funcionários do Território, poderão continuar a seu serviço, sem prejuízo de direitos e vantagens, os servidores civis e militares atualmente lotados no Território Federal de Fernando de Noronha, cabendo ao Governador:

I — no prazo de 60 (sessenta) dias, comunicar às autoridades competentes a permanência dos servidores, a que se refere este artigo, a serviço do Território;

II — ouvido o Ministério do Interior, promover junto à Secretaria de Administração Pública da Presidência da República SEDAP, a requisição de servidores da Administração Pública.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão cedidos sem prejuízo do vencimento, salário ou remuneração do cargo, emprego ou comissão e de demais direitos e vantagens a que fizerem jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção, contagem do tempo de serviço como de efetivo exercício no cargo ou emprego no órgão de origem e contribuição para a instituição previdenciária a que estiverem filiados.

Art. 19. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogados o Decreto nº 92.370, de 6 de fevereiro de 1986, os arts. 3º e 6º do Decreto nº 92.755, de 5 de junho de 1986, e demais disposições em contrário.

Brasília, 14 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

João Alves Filho

DECRETO Nº 94.781, DE 17 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000396/85-15 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, mantido pela Sociedade Propagadora ESDEVA, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 94.782, DE 17 DE AGOSTO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição:

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Associação Pró-Menor — Lar Padre Jacó, com sede na Rua José Copertino Chaves, 186, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo PR nº 06.387/86);

Centro Comunitário da Pituba, com sede na Rua J, Alameda Verônica, s/nº, na cidade de Salvador, Estado da Bahia (Processo MJ nº 27.641/86);

Conselho de Obras Sociais de Avaré, com sede na Rua Alagoas, 1091, na cidade de Avaré, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 17.002/79);

Serviço de Obras Sociais — SOS, com sede na Praça Largo General Osório, 250, na cidade de Maringá, Estado do Paraná (Processo MJ nº 17.624/74); e

Creche Casa de Jesus, com sede na Rua Coronel Venâncio, 38 na cidade de Itaberá, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 24.231/84).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.783, DE 18 DE AGOSTO DE 1987

Cria o «Salão de Exposições Carlos Drummond de Andrade», na cidade do Rio de Janeiro.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do Cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição

D E C R E T A :

Art. 1º O Salão de Exposições, situado na 2ª Sobreloja do Palácio Gustavo Capanema na cidade do Rio de Janeiro, passa a denominar-se «Salão de Exposições Carlos Drummond de Andrade», a partir desta data.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Cultura adotar as providências necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Celso Furtado

DECRETO Nº 94.784, DE 19 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe con-

fere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000579/85-87 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado em Curitiba, Estado do Paraná, pela Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná, mantida pelo Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 94.785, DE 19 DE AGOSTO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Artes Práticas a ser ministrado pela Faculdade de Educação de Joaçaba.*

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.017166/87-95 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Artes Práticas, a ser ministrado, em regime especial, pela Faculdade de Educação de Joaçaba, mantida pela Fundação Educacional do Oeste Catarinense, com sede em Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARAES
Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 94.786, DE 19 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.010721/85-12 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Direito, a ser ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi, com sede na cidade de Gurupi, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 94.787, DE 19 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.010721/85-12 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar para exercício nas escolas de 1º grau e Supervisão

Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, mantida pela Fundação Educacional de Gurupi, com sede na cidade de Gurupi, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Aloisio de Guimarães Sotero.

DECRETO Nº 94.788, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Cria, no Ministério da Agricultura, a «Medalha de Mérito Apolônio Salles», e dá outras providências.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando a conveniência da instituição de uma medalha com a finalidade de galardoar os servidores da administração direta e indireta, que se tenham tornado credores de homenagens do Ministério da Agricultura, e os cidadãos brasileiros e estrangeiros que hajam prestado destacados serviços à Agricultura;

Considerando que o Engenheiro-Agrônomo Apolônio Jorge de Farias Salles, figura exponencial, teve sua vida inteiramente dedicada aos problemas ligados à Agropecuária, quer como Secretário de Estado, Ministro ou representante dos elevados interesses do País no exterior,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, no Ministério da Agricultura, a «Medalha de Mérito Apolônio Salles», para premiar servidores e cidadãos, brasileiros ou estrangeiros, que hajam prestado ou vierem a prestar destacados serviços à Agricultura Brasileira, e para distinguir aqueles que, por suas qualidades ou valor, em relação à Agricultura, o Governo julgar merecê-la.

Parágrafo único. A medalha constará de duas categorias:

- a) prata;
- b) bronze.

Art. 2º As características da «Medalha de Mérito Apolônio Salles» são permanentes e obedecem às seguintes indicações:

I — prata ou bronze oxidado, em forma circular, com 35 milímetros de diâmetro, de acordo com o desenho constante do anexo;

II — anverso: ao centro, sobre o fundo liso, a efígie de Apolônio Salles, de frente, tendo na base, em linha horizontal, a legenda Apolônio Salles. No semicírculo inferior, sobre um planeta, será gravada a inscrição Mérito. A medalha é alceada por um passador constando de uma coroa de louros, sobreposta a uma barreta;

III — reverso: ao centro, o símbolo da Agricultura. No semicírculo superior, a inscrição Ministério da Agricultura e, no inferior, Ceres;

IV — fita: terá 35 milímetros de largura por 40 milímetros de altura, de cor azul, chamalotada, com filetes brancos de 3 milímetros, nas extremidades;

V — barreta: terá 35 milímetros de largura por 10 milímetros de altura, recoberta com a mesma fita da medalha;

VI — roseta: botão circular com 11 milímetros de diâmetro, recoberto com a mesma fita da medalha.

Parágrafo único. No centro da barreta e da roseta, correspondentes à medalha de prata, será sobreposta uma miniatura do símbolo da Agricultura, em prata.

Art. 3º A concessão da medalha far-se-á por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Ministro de Estado da Agricultura, ouvido o Conselho Nacional da Agricultura — Conag.

Parágrafo único. A condecoração será conferida, excepcionalmente, a juízo do Presidente da República, ou mediante proposta do Ministro de Estado da Agricultura, às pessoas ou entidades que, por serviços destacados, tenham contribuído, eficazmente, para a Agricultura.

Art. 4º O Ministro de Estado da Agricultura baixará instruções, regulando o critério para a concessão da «Medalha de Mérito Apolônio Salles».

Art. 5º A «Medalha de Mérito Apolônio Salles» será fornecida pelo Ministério da Agricultura, sem ônus para o agraciado.

Art. 6º Publicado no *Diário Oficial*, o decreto de concessão, o Ministro de Estado da Agricultura expedirá o competente diploma.

Parágrafo único. A entrega das condecorações, com os respectivos diplomas, será feita em solenidade presidida pelo Ministro de Estado da Agricultura, ou seu representante, precedida da leitura de citação que justifique a concessão da medalha.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução do presente decreto correrão por conta de recursos próprios do Ministério da Agricultura.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

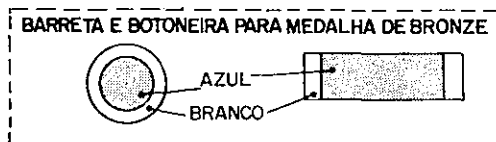
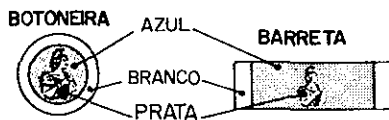
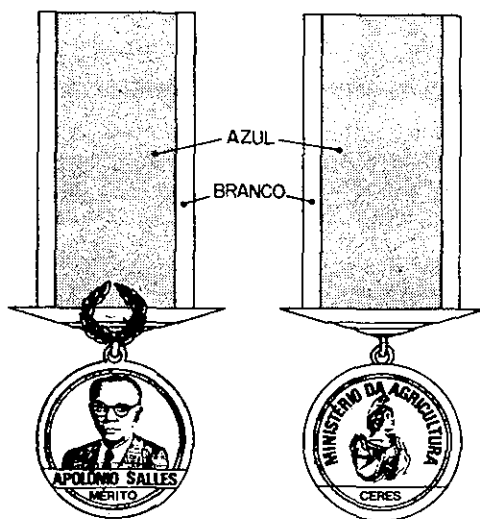
Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Iris Rezende Machado

MEDALHA DE MÉRITO
APOLÔNIO SALLES



DECRETO Nº 94.789, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Autoriza o aumento do capital autorizado da Petrobrás Química S.A. — Petroquisa.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.001708/87-41,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Petrobrás Química S.A. — Petroquisa a promover o aumento de seu capital autorizado de CZ\$ 8.041.454.090,10 (oito bilhões, quarenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, noventa cruzados e dez centavos), para CZ\$ 8.644.656.921,36 (oito bilhões, seiscentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e um cruzados e trinta e seis centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.790, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 490.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.791, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.286.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 65.286.000,00 (sessenta e cinco milhões, duzentos e oitenta e seis mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.792, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 480.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 480.000.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.793, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.794, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe con-

fere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do Órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.795, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Instituto de Pesquisas Espaciais, o crédito suplementar de CZ\$ 8.708.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Instituto de Pesquisas Espaciais, o crédito suplementar de CZ\$ 8.708.000,00 (oito milhões, setecentos e oito mil cruzados), para reforço de dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do

Órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 21-8-87.

DECRETO Nº 94.796, DE 20 DE AGOSTO DE 1987

Eleva o capital da Empresa Pública Financiadora de Estudos e Projetos — Finep.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Nos termos do artigo 8º, inciso II, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 92.104, de 10 de dezembro de 1985, fica elevado para CZ\$ 178.494.293,60 (cento e setenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e três cruzados e sessenta centavos), o capital da Empresa Pública Financiadora de Estudos e Projetos — Finep, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia mediante a incorporação de reservas de capital da empresa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Renato Archer

DECRETO Nº 94.797, DE 21 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 194.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 194.200.000,00 (cento e noventa e quatro milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 24-8-87.

DECRETO Nº 94.798, DE 24 DE AGOSTO DE 1987

*Altera disposições do Decreto nº
94.575, de 9 de julho de 1987.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o artigo 7º da Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980,

DECRETA :

Art. 1º O § 2º do artigo 9º do Decreto nº 94.575, de 9 de julho de 1987, passará a vigorar com a seguinte redação:

«§ 2º O Quadro de Oficiais Técnicos poderá absorver Oficiais transferidos dos:

I — Quadro de Oficiais Especialistas (em extinção), das especialidades de Controle de Tráfego Aéreo e Meteorologia.

II — Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, formados em 29 de junho de 1979, pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, com Curso Especial de Formação em Computação.

III — Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica com especialidades do interesse do Ministério da Aeronáutica.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.799, DE 24 DE AGOSTO DE 1987

Declara insubsistente o Decreto nº 94.366, de 25 de maio de 1987, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 11, de 1978,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado insubsistente o Decreto nº 94.366, de 25 de maio de 1987, restabelecendo-se todos os efeitos do Decreto nº 65.157, de 15 de setembro de 1969.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.800, DE 25 DE AGOSTO DE 1987

Acrescenta parágrafos aos arts. 2º e 8º do Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 6º e 13 da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970,

DECRETA :

Art. 1º Ficam acrescentados aos arts. 2º e 8º do Decreto nº 85.645, de 20 de janeiro de 1981, os seguintes parágrafos:

«Art. 2º

Parágrafo único. No âmbito do Ministério da Previdência e Assistência Social poderá haver ascensão funcional de servidores integrantes de órgão ou entidade diversa daquela para o qual se efetivar o processo seletivo, desde que inexista a categoria funcional no órgão ou entidade de origem.

Art. 8º

Parágrafo único. O disposto na alínea a deste artigo não se aplica ao Ministério da Previdência e Assistência Social e autarquias que lhe são vinculadas.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se suas disposições aos processos seletivos em andamento.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 94.801, DE 25 DE AGOSTO DE 1987

Altera o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e de conformidade com os termos do art. 3º, do Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27000.002606/87-14.

DECRETA :

Art. 1º As disposições adiante indicadas do Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM, aprovado pelo Decreto nº 81.418, de 3 de março de 1978, alterado pelos Decretos nºs 85.859, de 30 de março de 1981, 90.098, de 23 de agosto de 1984, 92.251, de 30 de dezembro de 1985, e 93.201, de 1º de setembro de 1986, passam a vigorar com as seguintes alterações:

«Art. 15. O Capital Social Integralizado é de CZ\$ 273.495.510,81 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e

noventa e cinco mil, quinhentos e dez cruzados e oitenta e um centavos), dividido em 327.554.799 (trezentos e vinte e sete milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, setecentas e noventa e nove) ações ordinárias e 39.540.534 (trinta e nove milhões, quinhentas e quarenta mil, quinhentas e trinta e quatro) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Parágrafo único. A CPRM está autorizada a aumentar o Capital Social, mediante deliberação da Assembléia Geral, até o limite de CZ\$ 349.599.605,79 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinco cruzados e setenta e nove centavos), em ações ordinárias ou preferenciais, obedecidos os limites legais.»

«Art. 37

§ 4º

I —

II —

III — Designar e dispensar, por proposta da Diretoria Executiva, o titular do órgão da auditoria interna da CPRM.»

«Art. 41

I —

a)

b)

c)

d)

e) a designação e a dispensa do titular do órgão de auditoria interna da CPRM.»

«Art. 46

§ 1º

§ 2º Ao Conselho Fiscal serão apresentados, pela Diretoria Executiva, cópia das demonstrações financeiras, bem assim do respectivo parecer e do relatório de avaliação dos controles internos e correspondentes procedimentos corretivos, elaborado por auditor independente e ainda programa visando à implantação desses procedimentos.»

«Art. 52

§ 1º Na elaboração das demonstrações financeiras, na escrituração e na avaliação do ativo e passivo serão observadas as diretrizes fixadas na lei das sociedades por ações.

§ 2º No curso de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, encaminhando-o ao Ministério das Minas e Energia e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais — Sest, orçamento integrado que deverá conter:

- a) demonstrações projetadas a saber:
 - 1. balanço patrimonial;
 - 2. demonstração do resultado;
 - 3. demonstração de origens e aplicações de recursos;
 - 4. fluxo de caixa.
- b) planos referentes a:
 - 1. dispêndios globais;
 - 2. investimentos, com cronogramas físico-financeiros e taxa de retorno por projeto; e
 - 3. melhoria de desempenho, produtividade e rentabilidade.

§ 3º. A cópia das demonstrações financeiras, a serem apresentadas ao Ministério das Minas e Energia e à Secretaria de Controle de Empresas Estatais — Sest, serão anexadas cópias do respectivo parecer e do relatório de avaliação dos controles internos e correspondentes procedimentos corretivos, elaborados por auditor independente, e bem assim do programa visando à implantação dos procedimentos acima assinalados e informações complementares destinadas à avaliação empresarial.»

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.802, DE 26 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de Cr\$ 7.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$

7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço das dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da receita de Comercialização de Produtos Agropecuários, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 27-8-87.

DECRETO Nº 94.803, DE 26 DE AGOSTO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Televisão Vanguarda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.003631/86 (Edital nº 109/86),

D E C R E T A:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Televisão Vanguarda Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumeradas no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de ja-

neiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.804, DE 27 DE AGOSTO DE 1987

Dispõe sobre a análise das medidas que impliquem aumento de despesa com pessoal à conta do Tesouro Nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º Quaisquer atos da Administração Federal que, dispondo sobre pessoal, redundem em aumento de despesa à conta do Tesouro Nacional, deverão ser submetidos previamente à análise dos órgãos centrais do sistema de Pessoal Civil da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República e do Sistema de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Anibal Teixeira
Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.805, DE 27 DE AGOSTO DE 1987

Fixa valor de referência para efeito de determinação da base de cálculo a ser observada na tributação das pessoas jurídicas pelo lucro presumido e na isenção das microempresas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, III, da Constituição e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º do Decreto-lei nº 2.325, de 8 de abril de 1987,

D E C R E T A:

Art. 1º Os limites da receita bruta fixados no artigo 2º do Decreto-lei nº 2.325, de 8 de abril de 1987, para fins de tributação das pessoas jurídicas pelo lucro presumido (Lei nº 6.468, de 14-11-1977 e para isenção das microempresas (Lei nº 7.256, de 27-11-1984) serão calculados tendo por referência o valor nominal da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN no mês de janeiro do período-base.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, no período-base de 1987 será tomado o valor *pro rata* da OTN no mês de janeiro desse ano, no valor de CZ\$ 129,97 (cento e vinte e nove cruzados e noventa e sete centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.806, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Cría o Conselho Consultivo da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e

Considerando que a Administração Federal atuará integradamente, sob coordenação única, na execução da Política Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

Considerando que a Coordenadoria para isso instituída pelo art. 4º do Decreto nº 93.481, de 29 de outubro de 1986 — Corde compete plane-

jar, acompanhar e orientar a execução dessa política, sob a coordenação superior do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, tendo em vista o disposto no Decreto nº 94.431, de 11 de junho de 1987;

Considerando a conveniência de, no estabelecimento dessa política, se recolher a opinião das pessoas e entidades envolvidas com o problema;

Considerando a necessidade de revisão do Decreto nº 91.872, de 4 de novembro de 1985, que instituiu Comitê para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica criado o Conselho Consultivo da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 2º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:

I — Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, na condição de Presidente;

II — Coordenador da Corde/Seplan/PR, como Secretário-Executivo e substituto do Presidente do Conselho, em seus impedimentos;

III — 1 representante do MEC;

IV — 4 representantes do MPSA, sendo:

- a) 1 representante da LBA;
- b) 1 representante da Funabem;
- c) 1 representante do Inamps;
- d) 1 representante do INPS.

V — 1 representante do Ministério do Trabalho;

VI — 1 representante do Ministério da Saúde;

VII — 6 representantes de instituições interessadas, a saber:

- a) o Presidente da Federação Brasileira de Entidades de Cegos;
- b) o Presidente da Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais;
- c) o Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais;

- d) o Presidente da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi;
- e) o Presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos;
- f) o Presidente de Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos.

Parágrafo único. Os representantes dos Ministérios serão indicados pelos respectivos Ministros, com delegação de competência para responder pelo Ministério com relação aos assuntos pertinentes à pessoa portadora de deficiência.

Art. 3º Ao Conselho Consultivo compete:

I — opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

II — apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III — responder a consultas formuladas pela Coordenadoria.

Art. 4º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente uma vez por bimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias;

Art. 5º O Conselho deliberará por maioria de votos dos Conselheiros presentes.

Art. 6º Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

Parágrafo único. As despesas de locomoção e hospedagem serão asseguradas pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 91.872, de 4 de novembro de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Anibal Teixeira

DECRETO Nº 94.807, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento — PR o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.808, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação dos orçamentos das entidades nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.809, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do art. 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.810, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorreção de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.811, DE 31 de AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.812, DE 31 DE AGOSTO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.613.621.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.613.621.000,00 (um bilhão, seiscentos e treze milhões, seiscentos e vinte e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 31 de agosto de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 1-9-87.

DECRETO Nº 94.813, DE 1º DE SETEMBRO DE 1987

Outorga à Valec — Engenharia e Construções Ltda. concessão para construção uso e gozo dos acessos ferroviários que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra d, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação,

DECRETA:

Art. 1º É outorgada à Valec — Engenharia e Construções Ltda. concessão para construção, uso e gozo dos seguintes acessos ferroviários, destinados a transporte em geral, na região do Araguaia-Tocantins:

I — ramal ferroviário cujo traçado, partindo da região de Colinas de Goiás (GO), vai até a Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades de Açailândia (MA);

II — ramal ferroviário que, partindo da região de Porangatu (GO), vai interligar-se ao sistema da Rede Ferroviária Federal, no Planalto Central.

Art. 2º As condições de Intercâmbio de transporte entre a Rede Ferroviária Federal S.A., a Companhia Vale do Rio Doce e a Valec — Engenharia e Construções Ltda., no que concerne à integração dos ramos de que trata o artigo anterior, serão estabelecidos mediante convênios entre as partes, com vistas ao desenvolvimento integrado das regiões abrangidas.

Art. 3º Para execução do presente decreto, fica a Valec autorizada a utilizar, adaptar e atualizar planos e projetos, bem como dar continuidade a outras providências acaso já adotadas e pertinentes aos atos a que se refere o artigo 1º.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a letra a do artigo 1º do Decreto nº 94.176, de 2 de abril de 1987.

Brasília, 1º de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 94.814, DE 1º DE SETEMBRO DE 1987

Fixa prazos para apresentação e aprovação das propostas de orçamento das empresas estatais para 1988.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º As entidades estatais a que se refere o item III do art. 4º do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, na redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 92.009, de 28 de novembro de 1985, deverão apresentar à Secretaria de Controle de Empresas Estatais — Sest, até 10 de outubro de 1987, proposta de orçamento para 1988, a serem aprovadas pelo Presidente da República, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE, até 30 de novembro de 1987.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.815, DE 1º DE SETEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 2º e 3º, artigo 1º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Piso Nacional de Salário, a partir de 1º de setembro de 1987, passa a ser de CZ\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos cruzados) ao mês, CZ\$ 80,00 (oitenta cruzados) ao dia e CZ\$ 10,00 (dez cruzados) à hora.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianoto Pinto

DECRETO Nº 94.816, DE 1º DE SETEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de setembro de 1987, será de CZ\$ 2.062,31 (dois mil e sessenta e dois cruzados e trinta e um centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianoto Pinto

DECRETO Nº 94.817, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Monte Azul Paulista, da Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000104/87-00,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 7.600,00m² (sete mil e setecentos metros quadrados), necessária à implantação da subestação Monte Azul Paulista, no Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº BX-SK-66.870-Campinas, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000104/87-00, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 0, cravado na esquina da avenida da Saudade com o alinhamento do futuro prolongamento da rua

Helvetia; deste marco, segue com o rumo e distância NE 08°07' — 80,00m, margeia a avenida da Saudade até o marco n° 1; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SE 81°53' — 95,00m, confronta com terras de Orlando Bucci numa distância de 69,83m e de Galdêncio Cerutti numa distância de 25,17m até o marco n° 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância SW 08°07' — 80,00m, confronta com terras de propriedade de Galdêncio Cerutti até o marco n° 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NW 81°53' — 95,00m, margeia o alinhamento do futuro prolongamento da rua Helvetia até o marco n° 0, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei n° 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei n° 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO N° 94.818, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei n° 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo n° 23000.017167/87-58 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Séries Iniciais — 1º Grau, do Curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade de Educação de Joaçaba, mantida pela Fundação Educacional do Oeste Catarinense, com sede na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.819, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000621/85-41 do Ministério da Educação.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte, mantida pela União de Negócios e Administração.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.820, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000542/85-77 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso de Geografia, licenciatura plena, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências e Letras de Araras, mantida pela Associação Educacional de Araras, com sede em Araras, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.821, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000648/86-89 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso de Bacharelado em Química, a ser ministrado em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul, mantida pela Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.822, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 5.778/87,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno, sem benfeitorias, com 2.496,70m² (dois mil, quatrocentos e noventa e seis metros quadrados e setenta decímetros quadrados), localizada na rua Assungui, esquina com a rua Tupanci, na quadra completada pela avenida do Cursino e rua Itaibi, Subdistrito da Saúde, de propriedade de quem de direito, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. A área de terreno a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: terreno com formato irregular, sendo seu perímetro (CIHABC) constituído por quatro segmentos de reta e um segmento de curva circular; abrange a área de 2.496,70m² e apresenta as seguintes características perimetrais e confrontações, em relação a quem de dentro do mesmo terreno se coloca de frente para a rua Assungui e considera o sentido horário de percurso, para efeito de orientação dos lados: o *lado da frente* (segmento CI) — faz limite com a rua Assungui, mede 48,01m e tem rumo de 32º35'38" NE. O *lado direito* (segmento IH) — faz limite com propriedade de quem de direito, mede 50,21m, tem rumo de 57º11'15" SE, deflete 90º13'07" para a direita, em relação ao lado da frente (segmento CI) e forma, com este, ângulo inter-

no de 89°46'53". O *lado dos fundos* (segmento HA) — faz limite com os imóveis de números 362 e 388 da avenida do Cursino, mede 50,00m, tem rumo de 33°11'07" SW, deflete 90°12'22" para a direita, em relação ao lado direito (segmento IH) e forma, com este, ângulo interno de 89°37'38". O *lado esquerdo* (segmento AB): faz limite com a rua Tupaci, mede 47,71m, tem rumo de 57°11'15" NW, deflete 89°37'38" para a direita, em relação ao lado dos fundos (segmento HA) e forma, com este, ângulo interno de 90°22'22". *Curva de concordância na esquina* (segmento de curva circular BC): faz limite com as ruas Assungui e Tupanci, concordando os alinhamentos das referidas ruas, sendo B e C os pontos de concordância; possui concavidade voltada para o interior do terreno em descrição, tem raio de 1,99m, ângulo central de 89°46'53" e desenvolvimento de 3,12m, de acordo com a planta PT. 87.037, de 20-5-87, elaborada pela firma Daneplan Engenharia Ltda.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp a promover, na forma da legislação vigente, a desapropriação do imóvel, sem benfeitorias, de que trata este decreto, com a utilização de recursos próprios.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão na posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.823, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no *DO* de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.824, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 340.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.825, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.826, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no DO de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.827, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria de Previdência Complementar e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.407.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria de Previdência Complementar e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.407.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no DO de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.828, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, e 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recurso serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, e 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.829, DE 2 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial, conforme prevê o artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, obedecidas as prescrições do artigo 61, § 1º, letra c, da Constituição.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no DO de 3-9-87.

DECRETO Nº 94.830, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Notícias de Tatuí Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000932/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 23 de setembro de 1987, a concessão da Rádio Notícias de Tatuí Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.935, de 12 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 23 de setembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.831, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000331/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 1987, a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.830, de 21 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 30 de agosto de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.832, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Sul Cearense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.003976/86 (Edital nº 113/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Sul Cearense Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brejo Santo, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações

enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.833, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Santa Cruz — AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001811/87 (Edital nº 22/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Santa Cruz — AM Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.834 DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Outorga concessão à RBS TV Santa Cruz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002673/86 (Edital nº 78/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à RBS TV Santa Cruz Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.835, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Cidade Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002542/87 (Edital nº 044/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Cidade Esperança, Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto, no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.836, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Gaúcha S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 121.744/83,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de novembro de 1983, a concessão da Rádio Gaúcha S.A., outorgada através do Decreto nº 44.860, de 21 de novembro de 1956, para explorar, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.837, DE 3 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Nhandeara Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.002603/85,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 19 de fevereiro de 1986, a concessão da Rádio Jornal de Nhandeara Ltda., outorgada através da Portaria nº 194, de 12 de fevereiro de 1976, para explorar, na cidade de Nhandeara, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Rômulo Villar Furtado

DECRETO Nº 94.838, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Altera o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 92.614, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica transferido, com o seu acervo, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional para a Diretoria Administrativa da Presidência da República, mantendo as atuais atribuições, estrutura e pessoal, o Centro de TV do Cecor.

Art. 2º Ficam os Ministros de Estado Chefes dos Gabinetes Militar e Civil e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional autorizados a implementar a transferência de que trata o artigo anterior, incluindo-a na consolidação prevista no Decreto nº 94.658, de 20 de julho de 1987.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rubens Bayma Denys

Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.839, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Butiá», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, para do imóvel rural denominado «Butiá», com a área de 855,6370ha (oitocentos e cinquenta e cinco hectares, sessenta e três ares e setenta centiares), situado no Município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.693, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P12, de coordenadas UTM E = 633.520m e N = 7.058.650m, referidas ao MC 51ºWGR, segue por linha seca, confrontando com o remanescente da área de Safelca Buonacorso S.A., com azimute 138º00' e distância de 1.435m, até o P17, situado na margem esquerda do Rio Preto; deste, segue pela margem esquerda do Rio Preto, à montante, com distância de 4.480m, até o P10, situado na confluência do Rio Preto com o Rio do Campo Alto; deste, segue pela margem esquerda do Rio do Campo Alto, à montante, com distância de 3.860m, até o P11, situado na margem esquerda do Rio Campo Alto;

deste, segue por linha seca, confrontando com Safelca Buonacorso S.A. ou Alípio Carlos de Medeiros, com azimuth 72°15' e distância de 2.935m, até o P12, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta do IBGE, folha SG.22-Z-A-VI-2, escala 1:50.000, ano 1980).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.840, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São João do Boqueirão», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São João do Boqueirão», com a área de 17.348,72ha (dezessete mil, trezentos e quarenta e oito hectares e setenta e dois ares), situado

no Município de São Romão, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M1, situado à margem esquerda do Córrego Doce, na divisa de terras de Adão P. Rocha e terras de Antônio Luciano Pereira, de coordenadas geográficas longitude $45^{\circ}46'12''$ WGr e latitude $16^{\circ}20'46''$ S; deste, segue subindo o Córrego Doce, até encontrarmos uma estrada que liga Bonfinópolis à FUCAM, onde encontraremos o marco M2, situado à margem esquerda do referido córrego com distância de 8.000m; deste, segue margeando a estrada, confrontando com terras de Antônio Luciano Pereira e pelas terras da Fazenda dos Bois, passando pelos marcos M3, M4, M5, com os azimutes de $284^{\circ}19'52''$; $270^{\circ}12'58''$; $316^{\circ}56'53''$ e $275^{\circ}36'55''$ e distâncias de 1.414m; 2.650,02m; 1.040,05m e 4.190,11m, até o marco M6, situado na divisa com terras da Fazenda dos Bois, com terras de Liberio de Tal; deste, segue margeando a estrada, confrontando com terras de Liberio de Tal passando pelos marcos M7, M8, M9 com azimutes de $305^{\circ}58'21''$; $328^{\circ}46'54''$; $355^{\circ}05'18''$ e $291^{\circ}18'10''$, com distâncias de 766,09m; 1.543,50m; 1.284,72m e 1.706,60m, até o marco M10, situado na divisa de terras de Liberio de Tal e terras de Cassimiro do Boi; deste, segue margeando a estrada que liga Bonfinópolis ao povoado de Buritizeiro e confrontando com terras de Cassimiro do Boi com azimuth de $348^{\circ}23'33''$ e distância de 1.888,62m, até o marco M11, situado na divisa com terras de Cassimiro do Boi e terras de Francisco do Boi; deste, segue margeando a estrada que liga Bonfinópolis ao povoado de Buritizeiro e confrontando com terras de Francisco do Boi e terras de Lindolfo, passando pelo marco M12, com os azimutes de $325^{\circ}26'15''$ e $12^{\circ}50'52''$ e distâncias de 2.732,21m e 2.923,18m, até o marco M13, situado na margem da estrada e na divisa com terras de Lindolfo; deste, deixando a estrada segue confrontando com terras de Lindolfo, passando pelo marco M14, com os azimutes de $356^{\circ}07'17''$ e $34^{\circ}54'09''$ e distâncias de 1.774,06m e 1.048,62m, até o marco M15, situado na divisa com terras de Lindolfo e terras de José Carlos de Azevedo; deste, segue confrontando com terras de José Carlos de Azevedo, passando pelos marcos M16, M17, M18, M19, M20, M21, M22, M23, M24, M25, M26 e M27, com os azimutes de $76^{\circ}07'35''$; $48^{\circ}31'56''$; $24^{\circ}46'31''$; $39^{\circ}48'20''$; $340^{\circ}58'28''$; $41^{\circ}59'14''$; $334^{\circ}39'14''$; $337^{\circ}45'04''$; $353^{\circ}12'40''$; $44^{\circ}11'35''$; $137^{\circ}19'18''$; $134^{\circ}23'49''$ e $165^{\circ}04'07''$ e as distâncias de 3.419,77m; 596,66m; 143,18m; 390,51m; 306,75m; 134,54m; 210,24m; 237,70m; 422,97m; 502,10m; 3.142,13m; 671,79m e 776,21m, até o marco M28, situado nas divisas com terras de José Carlos de Azevedo e terras de Jordino Martins Rodrigues; deste, segue confrontando com terras de Jordino Martins Rodrigues, passando pelos marcos M29, M30 e M31, com os azimutes de $167^{\circ}20'06''$; $150^{\circ}22'35''$; $133^{\circ}31'52''$ e $131^{\circ}28'37''$ e distâncias de

912,20m; 586,69m; 551,72m e 523,55m, até o marco M32, situado nas divisas com terras de Jordino Martins Rodrigues e terras de Alberto M. Pereira; deste, segue confrontando com terras de Alberto Marciano Ferreira com azimute de $105^{\circ}32'16''$ e distância de 172,05m, até o marco M33, situado na margem do Riacho Morto; deste, segue descendo o Riacho Morto, passando pelas divisas de terras de Alberto Marciano Ferreira e terras de João Torres, até encontrarmos o marco M34, situado à margem do referido riacho nas terras de João Torres, com distâncias de 11.000m; deste, segue confrontando com terras de João Torres, passando pelos marcos M35, M36, M37, M38, M39 e M40, com os azimutes de $173^{\circ}01'08''$; $124^{\circ}33'45''$; $100^{\circ}48'04''$; $79^{\circ}59'11''$; $105^{\circ}56'43''$; $91^{\circ}44'09''$ e $64^{\circ}03'28''$ e distâncias de 493,66m; 546,44m; 640,34m; 345,25m; 291,20m; 330,15m e 411,46m, até o marco M41, situado na divisa com terras de João Torres e terras de Armando Marques; deste, segue confrontando com terras de Armando Marques, passando pelo marco M42, com azimute de $123^{\circ}48'40''$ e $47^{\circ}04'57''$ e distâncias de 1.311,87m e 778,33m, até o marco M43, situado na divisa com terras de Armando Marques e terras de Luiz Itabaiana; deste, segue confrontando com terras de Luiz Itabaiana e terras de Pedro, passando pelo Marco M44, com azimutes de $168^{\circ}30'19''$ e $207^{\circ}53'50''$ e distâncias de 5.469,71m e 192,35m, até o marco M45, situado na margem do Córrego Doce e na divisa com terras de Pedro e terras de Adão P. Rocha; deste, segue, deixando o Córrego Doce ainda nas divisas de terras de Adão P. Rocha, passando pelos marcos M46 e M47, com azimutes de $268^{\circ}52'36''$; $235^{\circ}47'03''$ e $190^{\circ}00'29''$ e distâncias de 510,10m; 302,32m e 517,88m, até o marco M48, situado à margem do Córrego Doce; deste, segue subindo o Córrego Doce, confrontando com terras de Adão P. Rocha com distância de 450m, até encontrarmos o marco M1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes de referência: Carta da DSG, Folha SE.V-B-11, escala 1:100.000, ano 1969 — planta de demarcação do imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.841, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Ponta do Mel ou Mel de Cima», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Areia Branca e Carnaubais, no Estado do Rio Grande do Norte, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Ponta do Mel ou Mel de Cima», com a área de 1.701,6100ha (um mil, setecentos e um hectares e sessenta e um ares), situado nos Municípios de Areia Branca e Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.681, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área junto ao ponto 1 de coordenadas UTM E = 738.095,00m e N = 9.449.400,00m referidas ao MC 39°WGr, situado na divisa de terras de Marinha e Francisco Ferreira Souto, deste segue por linha seca confrontando com terras de Francisco Ferreira Souto com os seguintes azimutes e distâncias: 197°20'00" e 1.644,69m, até o ponto 2; deste, 226°41'05" e 481,04m, até o ponto 3; deste, 244°39'14" e 946,07m até o ponto 4; deste, 299°21'28" e 1.835,76m até o ponto 5; deste, 219°30'20" e 1.957,07m até o ponto 6; deste, 263°56'45" e 1.327,40m até o ponto 7; deste, segue por linha seca confrontando com terras de Francisco do Nascimento com azimuth 26°29'20" e distância 6.737,28m, até o ponto 8; deste, segue confrontando com terras de Marinha, com os seguintes azimutes e distâncias: 140°48'45" e 593,49m até o ponto 9; deste, 116°33'54" e 872,07m até o ponto 10; deste, 138°52'29" e 1.778,90m até o ponto 11; deste, 145°58'28" e 947,17m até o ponto 1, ponto inicial deste memorial descritivo (fontes de referência: Carta da Região Nordeste executada pela Sudene na escala 1:100.000, de 1972, Segunda Edição, Folha SB.24-X-D-II de Macaú-RN).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.842, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Cruz e Macaúbas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Cruz e Macaúbas», com a área de 693,6200ha (seiscentos e noventa e três hectares e sessenta e dois ares), situado no Município de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M1, situado na divisa com terras

de Samir Jubran e Geraldo Ribeiro, de coordenadas geográficas longitude 50°22'22''WGr e latitude 19°09'14''S; deste, segue confrontando com terras de Samir Jubran, com o azimute de 233°56'08'' e distâncias de 1.138,11m, até o marco M2, situado na margem esquerda do Córrego dos Dourados e na divisa com terras de Samir Jubran e Euclides Batista da Silva; deste, segue subindo pelo Córrego dos Dourados, confrontando com terras de Euclides Batista da Silva, com a distância de 252m, até o marco M3, situado na margem esquerda do Córrego dos Dourados; deste, atravessa o Córrego dos Dourados e segue confrontando com terras de Euclides Batista da Silva, com o azimute de 268°37'19'' e distâncias de 2.910,84m, até o marco M4, situado na divisa com terras de Euclides Batista da Silva e Antônio Bento de Freitas; deste, segue confrontando com terras de Antônio Bento de Freitas, com o azimute de 354°01'24'' e distância de 2.785,14m, até o marco M5, situado na divisa com terras de Antônio Bento de Freitas e Pécio Teodoro Franco; deste, segue confrontando com terras de Pécio Teodoro Franco, passando pelos marcos M6 e M7, com os azimutes de 120°04'07'', 112°21'35'' e 102°50'52'' e distâncias de 219,55m, 1.524,63m e 584,64m, até o marco M8, situado na divisa com terras de Pécio Teodoro Franco e Ruy Paranaíba; deste, segue confrontando com terras de Ruy Paranaíba, passando pelos marcos M9 e M10, atravessando o Córrego dos Dourados, com os azimutes de 192°31'44'', 129°22'10'' e 67°37'12'' e distâncias de 184,30m, 1.008,96m e 919,24m, até o marco M11, situado na divisa com terras de Ruy Paranaíba e Geraldo Ribeiro; deste, segue confrontando com terras de Geraldo Ribeiro, com o azimute de 163°30'56'' e distância de 1.022,01m, até o marco M1, inicial da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta do IBGE — Fl. SE-22-Z-C-II, escala 1:100.000, ano 1970 e planta de demarcação do imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Marcos Freire

DECRETO Nº 94.843, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Paulo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Pedro Toledo, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Paulo», com a área de 406,0000ha (quatrocentos e seis hectares), situado no Município de Pedro Toledo, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

§ 1º O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de Coordenadas UTM N = 7.316.000,00m e E = 270.890,00m, referidas ao MC 45°, situado na margem esquerda do Rio Itariri; deste, segue por cerca, confrontando com a propriedade de Lucídio de Arruda Filho, com azimute de 216°51'50" e distância de 5.672,22m, até o ponto 2, situado no espigão, tendo atravessado a Rodovia SP-165, a antiga estrada Juquiá — Santos e a Estrada de Ferro — Fepasa, que liga Juquiá a Santos; deste, segue pelo espigão na distância de 758,00m, até o ponto 3, confrontando com Albano Marieto; deste ponto, segue por cerca, confrontando com a propriedade de José Apolônio Bezerra e com a propriedade de Albano Godke, com azimute de 36°51'50" e distância de 5.745,00m, até o ponto 4, situado à margem esquerda do Rio Itariri, tendo atravessado a Rodovia SP 165, a antiga estrada Juquiá — Santos e a Estrada de Ferro — Fepasa, que liga Juquiá a Santos; deste, segue pela margem esquerda do Rio Itariri à montante 950,00m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Cartas do IBGE, folhas: SG.23-V-A-II-3, SG.23-V-A-II-4 e SG.23-V-A-II-1, escala 1:50.000, ano 1973).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área de 410,96ha (quatrocentos e dez hectares, noventa e seis ares), fica ex-

cluída dos efeitos deste decreto a área de 4,96ha (quatro hectares e noventa e seis ares), referente às faixas de domínio da BR 165, antiga estrada Santos — Juquiá e Estrada de Ferro — Fepasa.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.844, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Surubiju ou Água Branca — lote 18», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Surubiju ou Água Branca — lote 18», com a área de 4.120,3600ha (quatro mil, cento e vinte hectares e trinta e seis ares), situado no Mu-

nicípio de Paragominas, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partido do MI, de coordenadas geográficas longitude 47°29'20''WGr e latitude 04°02'46''S; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 00°25'NE e com uma distância de 5.100m, divisando atualmente com terras de Slavieiro da Amazônia S.A. Industrial e Comercial, até o MII; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 88°30'NE e com uma distância de 7.950m, divisando atualmente com terras de F. Slavieiro e Filhos S.A. Indústria e Comércio de Madeiras, até o MIII; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 02°30'SE e com uma distância de 5.100m, divisando atualmente com terras de F. Slavieiro e Filhos S.A. Indústria e Comércio de Madeiras, até o MIV; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 89°15'SW e com uma distância de 8.200m, divisando atualmente com terras de F. Slavieiro e Filhos S.A. Indústria e Comércio de Madeiras, até o MI, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta Planimétrica Radambrasil, folha SB.23-V-A, ano 1973, escala 1:250.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Marcos Freire

DECRETO Nº 94.845, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Adelaide», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Avaré, no Estado de São Paulo, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Adelaide», com a área de 710,1000ha (setecentos e dez hectares e dez ares), situado no Município de Avaré, no Estado de São Paulo, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.688, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no ponto 1, de coordenadas UTM N = 7.432.660,00m e E = 716.770,00m, referidas ao MC 51°C, situado no Ribeirão do Tijuco Preto e no limite da propriedade de Orlando Tamassea, segue por cerca confrontando com a propriedade do mesmo, com azimute de 69°00' e distância de 2.250m até o ponto 2, situado no limite do Reservatório de Jurumirim; deste ponto, segue pelo limite do referido reservatório 4.320m até o ponto 3; deste, segue por cerca confrontando com a propriedade de Aristides G. Aguiar, com azimute de 321°30' e distância de 480m até o ponto 4; deste, segue por cerca com a mesma confrontação, com azimute de 319°00' e distância de 480m, até o ponto 5; deste, segue por cerca com a mesma confrontação, com azimute de 163°00' e distância de 140m até o ponto 6; deste, segue por cerca confrontando ainda com a propriedade de Aristides G. Aguiar, com azimute de 256°30' e distância de 240m até o ponto 7; deste, segue por cerca confrontando com o Sítio Três Estrela, com azimute de 18°00' e distância de 140m até o ponto 8; deste, segue por cerca com a mesma confrontação, com azimute de 286°30' e distância de 830m até o ponto 9; deste, segue por cerca confrontando ainda com o Sítio Três Estrela, com azimute de 158°30' e distância de 630m até o ponto 10; deste, segue

por cerca confrontando com a propriedade de Carlos Begnosi, com azimuth de 263°30' e distância de 50m até o ponto 11; deste, segue por cerca confrontando com a propriedade de Carlos Begnosi, com azimuth de 244°00' e distância de 670m até o ponto 12, situado no Córrego Água da Fazenda; deste ponto, segue pelo referido córrego abaixo, 910m até o ponto 13, na sua confluência na margem esquerda do Ribeirão do Tijuco Preto; deste ponto, segue pela margem esquerda do Ribeirão do Tijuco Preto acima, 1.930m até o ponto 1, início desta descrição (fonte de referência: Carta do IBGE, folha SF.22-Z-D-II-I-SE-E, escala 1:20.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.846, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Groairas», classificado no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Santa Quitéria, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617 de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado Fazenda Groairas, com a área de 6.860,8804ha (seis mil, oitocentos e sessenta hectares, oitenta e oito ares e quatro centiares), situado no Município de Santa Quitéria, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: «inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 350.350,00m e N = 9.564.275,00m referidas respectivamente, ao meridiano central 39°WGr; e ao Equador, situada na divisa das terras de Paulo Bastos Philomeno e terras de José Batista Maciel; deste, segue, por linha seca, confrontando com terras de José Batista Maciel com os seguintes azimutes planos e distâncias: 109°00'00" e 495,00m, até o ponto 2; 67°00'00" e distância de 195,00m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Mendes com os seguintes azimutes planos e distâncias: 155°10'00" e 310,00m, até o ponto 4; 120°15'00" e 520,00m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Franco e Adriana Dias com azimuth plano de 113°35'00" e distância de 2.015,00m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Altino, com azimuth plano de 163°30'00" e distância de 875,00m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Iram Vieira, com azimuth plano de 73°30'00" e distância de 425,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Airton Marinho com azimuth plano de 125°00'00" e distância de 710,00m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Geraldo Marinho com os seguintes azimutes planos e distâncias: 199°45'00" e 250,00m, até o ponto 10; 108°30'00" e 500,00m, até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Porfírio Patrício e terras de Pedro Lino com azimuth plano de 145°50'00" e distância de 1.150,00m, até o ponto 12; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Diocese de Sobral com os seguintes azimutes planos e distâncias: 160°30'00" e 550,00m, até o ponto 13; 178°10'00" e 1.010,00m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Machado com os seguintes azimutes planos e distâncias: 256°00'00" e 890,00m, até o ponto 15; 216°05'00" e 500,00m, até o ponto 16; 252°30'00" e 350,00m, até o ponto 17; 223°15'00" e 380,00m, até o ponto 18; 301°50'00" e 450,00m, até o ponto 19; 241°30'00" e 260,00m, até o ponto 20; 272°30'00" e 285,00m, até o ponto 21; 236°30'00" e 275,00m, até o ponto 22; 263°45'00" e 825,00m, até o ponto 23; 243°10'00" e 365,00m, até o ponto 24; 261°45'00" e 230,00m, até o ponto 25; 259°00'00" e 580,00m, até o ponto

26; 232°15'00'' e 240,00m, até o ponto 27; 179°00'00'' e 1.790,00m, até o ponto 28; 163°30'00'' e 625,00m, até o ponto 29; 302°35'00'' e 355,00m, até o ponto 30; 210°10'00'' e 2.650,00m, até o ponto 31; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Moésio Donato com os seguintes azimutes planos e distâncias: 264°00'00'' e 300,00m, até o ponto 32; 213°30'00'' e 1.560,00m, até o ponto 33; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco de Assis Maciel, terras de José Lino e terras de Luis Lucas de Paiva com o azimuth plano de 316°15'00'' e distância de 1.280,00m, até o ponto 34; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Sinhá Braga com azimuth plano de 341°30'00'' e distância de 930,00m, até o ponto 35; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Pedro Torres, terras de João Neto, terras de Manoel Neto, terras de Manoel Divino e terras de Raimundo Miguel, com azimuth plano de 325°15'00'' e distância de 2.585,00m, até o ponto 36; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Espólio de Osória Carneiro, com azimuth plano de 313°00'00'' e distância de 980,00m, até o ponto 37; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Rodrigues, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 14°15'00'' e 3.150,00m, até o ponto 38; 296°00'00'' e 270,00m, até o ponto 39; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Quitéria Braga, com o azimuth plano de 18°00'00'' e distância de 1.065,00m, até o ponto 40; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Alexandre Donato, com o azimuth plano de 63°40'00'' e distância de 650,00m, até o ponto 41; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Moésio Donato Cavalcante e terras de Nelson Carlos Vasconcelos, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 107°00'00'' e 850,00m, até o ponto 42; 52°00'00'' e 1.840,00m, até o ponto 43; 342°45'00'' e 450,00m, até o ponto 44; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Raimundo Nonato Maciel, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 60°10'00'' e 275,00m, até o ponto 45; 335°30'00'' e 350,00, até o ponto 46; 47°30'00'' e 360,00m, até o ponto 47; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Donato Ferreira Lima com os seguintes azimutes planos e distâncias: 302°00'00'' e 310,00m, até o ponto 48; 1°10'00'' e 120,00m, até o ponto 49; 75°40'00'' e 290,00m, até o ponto 50; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Paulo Bastos Filomeno com os seguintes azimutes planos e distâncias: 22°00'00'' e 235,00m, até o ponto 51; 62°00'00'' e 495,00m, até o ponto 52; 83°45'00'' e 450,00m, até o ponto 53; 62°05'00'' e 325,00m, até o ponto 54; 347°00'00'' e 350,00m, até o ponto 55; 35°00'00'' e 460,00m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Cartas DSG folhas SA-24-X-D-IV e SB-24-V-B-I, escala 1:100.000 do ano de 1972 e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas

parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.847, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Sítio São José ou Córrego Novo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Sítio São José ou Córrego Novo», com a área de 187,8815ha (cento e oitenta e sete hectares, oitenta e oito ares e quinze centiares), situado no Município de Itapipoca, Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto E4, de coordenadas UTM: E = 441.450,00m e N = 9.649.050,00m referidas, respectivamente ao meridia-

no central 39°WGr e ao equador, situado na divisa de terras de Pedro Gisson Gaspar e o INCRA; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do INCRA, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 27°16'20" e 60,00m, até o ponto E5, 27°36'54" e 56,95m, até o ponto E6, 27°13'08" e 94,78m, até o ponto E7, 27°20'22" e 119,95m, até o ponto E8, 27°15'17" e 96,99m, até o ponto E9, 27°16'10" e 220m, até o ponto E10, 28°31'20" e 73,96m, até o ponto E11, 29°03'01" e 156,00m, até o ponto E12, 28°12'42" e 197,99m, até o ponto E13, 28°16'49" e 100,99mm, até o ponto E14, 28°48'24" e 117,96m, até o ponto E15, 28°09'05" e 165,97m, até o ponto E16, 28°19'06" e 138,00m, até o ponto E17, 28°42'20" e 59,99m, até o ponto E18, 27°45'40" e 253,90m, até o ponto E19, 26°59'56" e 72,60m, até o ponto E20, 26°21'43" e 64,89m, até o ponto E21, 29°31'47" e 587,99m, até o ponto E22, 27°35'46" e 155,97m, até o ponto E23, 25°11'33" e 141,99m, até o ponto E24, 31°01'07" e 55,99m, até o ponto E25, 27°46'46" e 149,99m, até o ponto E26, 30°38'32" e 206,00m, até o ponto E27, 29°14'33" e 127,99m, até o ponto E28, 29°52'56" e 262,00m, até o ponto E29, 30°30'49" e 250,00m, até o ponto E30, 28°27'44" e 304,00m, até o ponto E31, 34°29'49" e 179,88m, até o ponto E32, 30°44'59" e 97,94m, até o ponto E33, 32°26'10" e 124,00m, até o ponto E34, 32°09'51" e 159,99m, até o ponto E35, 32°34'26" e 108,98m, até o ponto E36, 32°27'15" e 208,00m, até o ponto E37, 32°35'17" e 190,00m, até o ponto E38, 32°34'57" e 253,86m, até o ponto E39, 32°27'29" e 86,86m, até o ponto E40, 32°37'55" e 157,94m, até o ponto E41, 32°25'17" e 122,89m, até o ponto E42, 33°24'52" e 116,97m, até o ponto E43, 33°23'20" e 134,87m, até o ponto E44, 33°53'49" e 81,99m, até o ponto E45, 33°53'33" e 223,96m, até o ponto E46, 33°28'25" e 119,93m, até o ponto E47, 33°28'42" e 306,84m, até o ponto E48; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Marinha, com o seguinte azimute plano de 108°47'04" e distância de 110,00m, até o ponto VI, deste, segue por linha seca, confrontando com terras do INCRA, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 208°57'15" e 297,84m, até o ponto V120, 208°51'53" e 292,90m, até o ponto V119, 208°39'31" e 281,50m, até o ponto V118, 208°32'05" e 295,53m, até o ponto V117, 208°45'48" e 427,94m, até o ponto V116, 208°53'21" e 65,86m, até o ponto V115, 208°47'47" e 103,92m, até o ponto V114, 208°54'54" e 257,00m, até o ponto V113, 208°52'06" e 173,96m, até o ponto V112, 208°48'19" e 176,00m, até o ponto V111, 208°26'32" e 115,59m, até o ponto V110, 208°37'54" e 155,67m, até o ponto V109, 208°32'47" e 340,00m, até o ponto V108, 205°48'40" e 180,80m, até o ponto V107, 209°36'57" e 168,00m, até o ponto V106, 209°27'35" e 366,00m, até o ponto V105, 208°50'43" e 58,97m, até o ponto V104, 208°43'35" e 448,00m, até o ponto V103, 207°40'53" e 51,26m, até o ponto V102, 208°18'45" e 240,38m, até o ponto V101, 208°32'38" e 139,16m, até o ponto V100, 208°20'36" e 200,00m, até o ponto V99, 208°30'28" e 203,00m, até o ponto V98, 208°14'26" e 210,99m, até o ponto V97, 208°26'19" e 248,92m, até o ponto V96, 208°17'51" e 106,98m, até o ponto V95, 208°36'44" e 377,00m, até o ponto V94,

207°46'37" e 78,00m, até o ponto V93, 208°09'49" e 366,00m, até o ponto V92, 208°28'02" e 238,56m, até o ponto V91, 208°15'36" e 195,67m, até o ponto V90, 208°30'19" e 133,20m, até o ponto V89; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Pedro Gisson Gaspar, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 305°54'12" e 228,00m, até o ponto E3, 305°53'34" e 69,99m, até o ponto E4, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SA.24-Y-D-II, escala 1:100.000, ano 1972, levantamento topográfico executado pela equipe do INCRA/CE e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.848, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote 22», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Paragominas, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei

nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lote 22», com a área de 3.352,3360ha (três mil, trezentos e cinquenta e dois hectares, trinta e três ares e sessenta centiares), situado no Município de Paragominas, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área junto ao M1, de coordenadas geográficas aproximadas, longitude 47°07'34''WGr e latitude 03°27'54''S; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 86°35'NW e uma distância de 9.300m, divisando com terras de Sebastião Pereira da Silva, até o MII; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 09°55'NE e uma distância de 3.745m, divisando com terras de Francisco Matos Dias e Arnú Fernandes, até o MIII; daí, segue-se por uma linha seca no rumo verdadeiro 86°35'SE e uma distância de 8.860m, divisando com terras de Pedro Alves Pereira e José Newton Monteiro, até o MIV; daí, segue-se por uma linha seca no rumo 03°25'SW e uma distância de 3.695m, divisando com terras de José Newton Monteiro, até o MI, ponto inicial da descrição do perímetro. A área contida nos limites acima descritos é de 3.352,3360ha (três mil, trezentos e cinquenta e dois hectares, trinta e três ares e sessenta centiares) (fonte de referência: Carta Planimétrica do Projeto Radambrasil, folha SA.23-Y-C, escala 1:250.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Marcos Freire

DECRETO Nº 94.849, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Urna», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Itabaiana, no Estado da Paraíba, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Urna», com a área de 161,5813ha (cento e sessenta e um hectares, cinquenta e oito ares e treze centiares), situado no Município de Itabaiana, no Estado da Paraíba, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.682, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 34, de coordenadas UTM = 9.178.590m e E = 237.950m, situado na divisa com terras da Fazenda Alagamar e terras da Fazenda Salomão, de Tito Ferraz; daí, segue confrontando com terras da Fazenda Salomão, de Tito Ferraz, nos seguintes azimutes e distâncias: 67°55'54" e 35,07m, até o ponto 33; 77°19'12" e 514,56m, até o ponto 32; 70°25'59" e 128,66m, até o ponto 31; 63°51'42" e 445,04m, até o ponto 30, situado na divisa com terras de Augusto Felix Lima; daí, segue confrontando com terras de Augusto Felix Lima, no azimute de 105°52'20" e distância de 275,23m, até o ponto 37; daí, segue confrontando com terras de Luiz Gonzaga, no azimute de 36°52'12" e distância de 100,00m, até o ponto 38; daí, segue confrontando com terras de herdeiros de João Florêncio, no azimute de 84°17'22" e distância de 50,25m, até o ponto 39; daí, segue confrontando com terras de José Felix de Lima, no azimute de 85°54'52" e distância de 70,18m, até o ponto 40; daí, segue confrontando com terras de José de Araruna, no azimute de 115°46'10" e distância de 161,01m, até o ponto 41; daí, segue confrontando com terras de Edgar Felix de Lima, no azimute de 115°12'04" e distância de 93,84m, até o ponto 42, situado na divisa com terras da Fazenda Manaus, de José Guilherme, daí, segue confrontando

com terras da Fazenda Manaus, de José Guilherme, nos seguintes azimutes e distâncias: 187°45'55" e 666,11m, até o ponto 43; 182°51'45" e distância de 400,50m, até o ponto 44; daí segue confrontando com terras da Fazenda Amazonas, de Jacques Ferreira Lima, nos seguintes azimutes e distâncias: 261°38'03" e 343,66m, até o ponto 45; 276°03'42" e 1.136,35m, até o ponto 46; daí, segue confrontando com terras da Fazenda Alagamar, no azimute de 348°13'54" e distância de 735,46m, até o ponto 34, início da descrição deste perímetro (fonte de referências: folha SB.25-Y-C-II-3-SE, Sudene = escala 1:25.000, ano 1974).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.850, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Três Cancelas», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Japoatã e Pacatuba, Estado de Sergipe, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Três Cancelas», com a área de 484,8898ha (quatrocentos e oitenta e oito hectares, oitenta e oito ares e noventa e oito centiares), situado nos Municípios de Japoatã e Pacatuba, Estado de Sergipe, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.687, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia no marco M1176-9 de coordenadas geográficas longitude 36°43'51''WGr e latitude 10°25'45''S; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Alves dos Santos, com azimute de 17°19'50'' e distância de 144,72m, até o ponto P-72555-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Flaviano dos Santos, com azimute de 17°03'39'' e distância de 89,40m, até o ponto P72560-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Osvaldo dos Santos, com azimute de 16°39'53'' e distância de 57,12m, até o ponto P72562-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Bispo dos Santos, com azimute de 26°15'21'' e distância de 804,80m, até o ponto P60118-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Adelício de Tal, com os seguintes azimutes e distâncias: 173°07'43'' e 186,31m, até o ponto P60117-9; 184°00'19'' e 152,76m, até o ponto P60116-9; 233°27'30'' e 83,46m, até o ponto P60115-9; 209°51'20'' e 145,86m, até o ponto P60114-9; 134°10'13'' e 223,12m, até o ponto P60113-9; 90°41'36'' e 118,19m, até o ponto P60112-9; 167°39'08'' e 171,95m, até o ponto P60111-9; 115°11'39'' e 143,37m, até o ponto P60110-9; 46°18'59'' e 467,27m, até o ponto P60109-9; 123°29'28'' e 35,12m, até o ponto P60108-9; 112°41'18'' e 795,25m, até o ponto P60107-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Carlos de Barros Melo, com os seguintes azimutes e distâncias: 207°29'58'' e 264,61m, até o ponto P60636-9; 236°49'47'' e 2.085,98m, até o ponto P60630-9; 144°08'30'' e 299,62m, até o marco M1224-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Francisco Alves, com azimute de 143°19'20'' e distância de 715,62m, até o ponto P75670-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Aristides dos Santos com azimute de 120°25'49'' e distância de 237,38m, até o marco M1225-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Adelício de Tal, com azimute de 208°50'15'' e distância de 14,10m, até o ponto P60085-9; situado no limite direito da faixa de domínio de estrada vicinal no sentido povoado Carro Quebrado para povoado Poxim; deste, segue pela referida faixa de domínio, com os seguintes azimutes e distâncias: 282°20'58'' e 67,24m, até o ponto P45221-9; 307°18'18'' e 165,71m, até o ponto P45222-

9; 318°10'01" e 136,95m, até o ponto P45223-9; 305°04'27" e 54,76m, até o ponto P45224-9; 298°20'54" e 129,06m, até o ponto P45225-9; 286°00'10" e 246,37m, até o ponto P45226-9; 285°31'47" e 44,67m, até o ponto P45227-9; 301°19'50" e 66,70m, até o ponto P45228-9; 313°31'54" e 237,02m, até o ponto P45229-9; 346°24'10" e 223,78m, até o ponto P45230-9; 318°17'15" e 28,36m, até o ponto P45231-9; 301°10'53" e 1.447,59m, até o ponto P45232-9; 276°46'22" e 15,94m, até o ponto P45233-9; 272°11'16" e 34,32m, até o ponto P45234-9; 242°19'51" e 382,05m, até o ponto P45235-9; 250°56'07" e 19,56m, até o ponto P45236-9; 270°10'17" e 361,03m, até o ponto P45248-9; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Fernando de Oliveira Tenório, com os seguintes azimutes e distâncias: 12°23'31" e 1.326,29, até o ponto P65584-9; 32°45'49" e 245,95m, até o ponto P65585-9; 08°31'35" e 720,20m, até o ponto P72505-9; 75°44'10" e 274,08m, até o ponto P72506-9; 160°45'31" e 1.753,11m, até o ponto P72507-9; 63°22'38" e 416,92m, até o ponto P72508-9; 149°36'47" e 345,33m, até o ponto P72509-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Jailton Bispo dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 177°57'56" e 510,39m, até o ponto P72511-9; 101°24'43" e 48,42m, até o ponto P72510-9; 17°35'20" e 671,81m, até o ponto P72516-9; 356°10'51" e 21,92m, até o ponto P72515-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Flaviano dos Santos, com azimute de 13°03'54" e distância de 23,18m, até o ponto P72552-9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Olindina Avelino dos Santos, com os seguintes azimutes e distâncias: 106°37'51" e 8,84m, até o ponto P72551-9; 16°36'05" e 160,30m, até o marco M1176-9, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Planta de Gleba, folha nº 21, Contrato Governo Federal/BID).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Marcos Freire

DECRETO Nº 94.851, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Lotes nºs 62, 72, 96, (parte), do Setor 1 e 61, 103 e 104, do Setor 2, da Gleba Corumbiara», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como «latifúndio por exploração», situados no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, compreendidos na zona prioritária, para fins de Reforma Agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Lotes nºs 62, 72, 96 (parte), do Setor 1 e 61, 103 e 104, do Setor 2, da Gleba Corumbiara», com a área total de 11.052,7878ha (onze mil, cinqüenta e dois hectares, setenta e oito ares e setenta e oito centiares), situados no Município de Pimenta Bueno, no Estado de Rondônia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo têm os seguintes perímetros:

a) Lotes 62 e 72, com a área de 4.137,1297ha (quatro mil, cento e trinta e sete hectares, doze ares e noventa e sete centiares). Inicia o perímetro no M4, situado na interseção da linha 35 com a Kapa 4, de Coordenadas Planas E = 663.243,95m e N = 8.693.190,30m, referidas ao MC 63°WGr e ao Equador; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 90°03'08'', confrontando com os lotes 411, 453, 454, 455, 456 e 457TP 25/84 PA São Felipe, numa distância de 4.181,95m, até o M8S, situado na Interseção da linha 35 com a Kapa 8, de Coordenadas Planas E = 667.425,90m e N = 8.693.186,48m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 148°56'38'', numa distância de 34,10m, até o M30, de Coordenadas Planas E = 667.443,49m e N = 8.693.157,27m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 184°28'59'', confrontando com o lote 36 da Gleba 09, numa distância de 1.982,73m, até o M29, situado na linha 37, de Coordenadas Planas E = 667.288,51m e N = 8.691.180,61m; deste, segue por linha seca,

com azimute verdadeiro de (AZ)v $178^{\circ}33'21''$, numa distância de 29,76m, até o M102, de Coordenadas Planas E = 667.289,26m, e N = 8.691.150,86m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v $175^{\circ}05'52''$, confrontando com o lote 37 da Gleba 11, numa distância de 2.045,55m, até o M42 de Coordenadas Planas E = 667.464,06m e N = 8.689.112,79m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v $180^{\circ}08'03''$, confrontando com o lote 36 da Gleba 11, numa distância de 919,09m, até o M08, situado na linha 40, de Coordenadas Planas E = 667.442,99m e N = 8.688.200,01m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v $182^{\circ}14'35''$, confrontando ainda com o citado lote, numa distância de 994,45m, até o M41, de Coordenadas Planas E = 667.442,99m e N = 8.687.200,01m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro (AZ)v $180^{\circ}40'39''$, numa distância de 29,60m até o M102, de Coordenadas Planas E = 667.442,64m e N = 8.687.170,41m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro (AZ)v $180^{\circ}02'12''$, confrontando com o lote 37 da Gleba 13, numa distância de 2.086,84m, até o M39, de Coordenadas Planas E = 667.421,30m e N = 8.685.083,47m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro (AZ)v $185^{\circ}47'48''$, confrontando com o lote 36, da Gleba 13, numa distância de 1.870,23m, até o M = 08N, situado na linha 45, de Coordenadas Planas E = 667.232,41m e N = 8.683.222,80m; deste segue por linha seca, com azimute verdadeiro (AZ)v $269^{\circ}59'12''$, confrontando com os lotes 171, 165, 164, 133 ao 131 TP 25/84 — PA São Felipe, numa distância de 4.000,07m, até o M-4N, situado no interseção da linha 45 com a Kapa 4, de Coordenadas Planas E = 663.232,34m e N = 8.683.221,87m; deste, segue por linha seca com azimute verdadeiro de (AZ)v $0^{\circ}03'55''$, confrontando com os lotes 307, 332, 330, 328, 325, 323, 333 — TP 25/84 — PA São Felipe, numa distância de 4.981,97m, até o M4, de Coordenadas Planas E = 663.238,02m e N = 8.688.203,84m; deste, segue por linha seca com azimute verdadeiro de (AZ)v $0^{\circ}04'05''$, confrontando com os lotes 345, 346, 360, 374, 375, 376 e 377 — TP 25/84 — PA São Felipe, numa distância de 4.986,46m, até M4S, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Cartas da DSG, folhas SC-20-Z-C-VI e SC-20-Z-D-IV, escala 1:100.000, ano 1976, e peças técnicas constantes do Proc. INCRA/DR-17/Nº 0476/86, fls. 41 a 48, escala 1:50.000, ano 1983).

b) Lote 96 (parte), com a área de 912,0986ha (novecentos e doze hectares, nove ares e oitenta e seis centiares): inicia o perímetro no M206, situado na linha 52,5 e Kapa 20, de Coordenadas Planas E = 679.227,70m e N = 8.675.740,10m, referidas ao MC 63° WGr e ao Equador; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v $90^{\circ}06'49''$, confrontando com o lote 96 (parte), Setor 1, da Gleba Corumbiara, numa distância de 3.533,75m, até o PD1, situado na linha 52,5 e Kapa 24 de Coordenadas Planas E = 682.761,44m, e N = 8.675.733,10m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v $179^{\circ}55'24''$, confrontando com os lotes 45, 19 e 20 — TP' 25/84 — PA

São Felipe, numa distância de 2.658,10m, até o M71, situado na linha 55 e Kapa 24, de Coordenadas Planas E = 682.765,00m e N = 8.673.075,00m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 272°41'47'', confrontando com o lote 106 — Setor 1, da Gleba Corumbiara, numa distância de 3.545,63m, até o M117, situado na Linha 55 e Kapa 20 de Coordenadas Planas E = 679.223,20m e N = 8.673.241,80m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro (AZ)v 00°06'03'', confrontando com os Lotes n°s 56, 57, 58 e 89 — TP' 25/84 — PA São Felipe, numa distância de 2.498,30m, até o M206, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da DSG, folha SC-20-Z-D-IV, escala 1:100.000, ano 1976).

c) Lote 61, com a área de 1.998,6638ha (um mil, novecentos e noventa e oito hectares, sessenta e seis ares e trinta e oito centiares), inicia o perímetro no M605A, situado na linha 30 e Kapa 40, de Coordenadas Planas E = 699.167,56m e N = 8.698.183,34m, referidas ao MC 63°WGr e ao Equador; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 39°57'57'', confrontando com os lotes 6, 4 e 5 — Gleba 9 — Setor Melgaço — TP' 3/78 — Gleba Corumbiara, numa distância de 4.002,12m, até o M22, situado na Linha 30 e Kapa 44, de Coordenadas Planas E = 703.169,68m e N = 8.698.185,73m, deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 180°42'55'', confrontando com o lote 5, da Gleba 9 — Setor Melgaço — TP' 3/78 — Gleba Corumbiara, numa distância de 4.994,44m, até o M44, situado na Kapa 44, e Linha 35, de Coordenadas Planas E = 703.107,32m e N = 8.693.191,68m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 269°57'57'', confrontando com o lote 71 — Setor 2 — Gleba Corumbiara, numa distância de 4.002,12m, até o M606, situado na Linha 35 e Kapa 40, de Coordenadas Planas E = 699.105,29m e N = 8.693.189,29m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de (AZ)v 0°42'55'', confrontando com os lotes 60 e 60-A — Gleba 1 — Setor Melgaço — TP' 45/82 — Gleba Corumbiara, numa distância de 4.994,44m, até o M605A, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da DSG, folha SC-20-Z-D-IV, escala 1:100.000, ano 1976).

d) Lotes 103 e 104, com a área de 4.004,8957ha (quatro mil, quatro hectares, oitenta e nove ares e cinqüenta e sete centiares): inicia o perímetro no M48, situado na Linha 50 e Kapa 48, de Coordenadas Planas E = 706.701,10m e N = 8.678.002,57m, referidas ao MC 63°WGr e ao Equador; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de 80°47'43'', confrontando com o lote 93, Setor 2, da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.000,01m, até o M3, situado na Linha 50 e Kapa 56, de Coordenadas Planas E = 710.701,08m e N = 8.678.016,86m; deste segue por linha seca, com azimute verdadeiro de 90°00'00'', confrontando com o lote 94, Setor 2, da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.000m, até o P1, situado na Linha 50 e Kapa 60, de Coordenadas Geográficas longitude 61°01'38''WGr e latitude 11°58'08''S; deste, segue por li-

nha seca, com azimute verdadeiro de 180°00'00'', confrontando com os lotes 12 e 15 da Gleba 1, Setor Urucumacua — TP 36/76 — Gleba Corumbiara, numa distância de 5.000m, até o P2, situado na Linha 55 e Kapa 60, de Coordenadas Geográficas longitude 61°01'38''WGr e latitude 11°59'47''S; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de 270°00'00'', confrontando com o lote 4, Setor 6, da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.000m, até o M52 N, situado na Linha 55 e Kapa 56, de Coordenadas Planas E = 710.704,13m, e N = 8.673.033,41m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de 269°58'16'', confrontando com o lote 3, Setor 6, da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.003,31m, até o M48N, situado na Linha 55 e Kapa 48, de Coordenadas Planas E = 706.700,92m e N = 8.673.037,38m; deste, segue por linha seca, com azimute verdadeiro de 0°00'07'', confrontando com o lote 102, Setor 2, da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.965,18m, até o M48N, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta da DSG, folhas SC-20-Z-D-IV e SD-20-X-B-I, escala 1:100.000).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.852, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais constituídos dos lotes 76, 83, 93, 94 e 95, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, classificados no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por exploração, situados nos Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, no Estado de Rondônia, compreendidos, na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais constituídos pelos lotes 76, 83, 93, 94 e 95, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, com a área total de 10.050,5826ha (dez mil e cinquenta hectares, cinquenta e oito ares e vinte e seis centiares) situados nos Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, no Estado de Rondônia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo estão compreendidos nos seguintes perímetros: a) Área A — lote 76, Setor 11, Gleba Corumbiara, Município de Vilhena, com a área total de 2.052.1504ha (dois mil, cinquenta e dois hectares, quinze ares e quatro centiares) com o seguinte perímetro: «Inicia o perímetro no M100, situado na Linha 140 e Kapa 100; deste, segue por linha seca, com azimute de 359°47'37'', confrontando com o lote 65 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 86,09m (oitenta e seis metros e nove centímetros), até o M100-A, situado na Linha 140 e Kapa 100; deste, segue por linha seca, com azimute de 83°32'03'', confrontando com o lote 66 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 743,62 (setecentos e quarenta e três metros e sessenta e dois centímetros), até o AP363, situado na linha 140; deste, segue por linha seca, com azimute de 89°54'25'', confrontando com o lote acima citado, numa distância de 3.228,94m (três mil, duzentos e vinte e oito metros e noventa e quatro centímetros), até o M104A, situado na Linha 140 e Kapa 104; deste, segue por linha seca, com azimute de 179°37'57'', confrontando com o lote 77 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 5.161,47m (cinco mil, cento e sessenta e um metros e quarenta e sete centímetros), até o M104N, situado na Linha 145 e Kapa 104; deste, segue por linha seca, com azimute de 269°59'55'', confrontando com o lote 86 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.001,13m (quatro mil, um metro e treze centímetros), até o M100N, situado na linha 145 e Kapa 100; deste, segue por linha seca, com azimute de 00°00'21'', confrontando com o lote 75 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.986,40m (quatro mil, novecentos e oitenta e seis metros e quarenta centímetros), até o M100, início da descrição do perímetro» (fonte de referência: Cartas da DSG Fls. SD-20-X-B-V, escala 1:100.000, ano 1976 e peças técnicas constantes do processo INCRA/DR-17/Nº 797/86).

b) Área B — lote 83, Setor 11, Gleba Corumbiara, Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, com a área de 1.974,5841 (um mil, nove-

centos e setenta e quatro hectares, cinquenta e oito ares e quarenta e um centiares); lote 93, Setor 11, Gleba Corumbiara, Município de Colorado do Oeste, com a área de 1.995,2148ha (um mil, novecentos e noventa e cinco hectares, vinte e um ares e quarenta e oito centiares); lote 94, Setor 11, Gleba Corumbiara, Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena, com a área de 2.028.6333ha (dois mil, vinte e oito hectares, sessenta e três ares e trinta e três centiares); lote 95, Setor 11, Gleba Corumbiara, Municípios de Colorado do Oeste e Vilhena com a área de 2.000ha (dois mil hectares), totalizando a área de 7.998,4322ha (sete mil, novecentos e noventa e oito hectares, quarenta e três ares e vinte e dois centiares), com o seguinte perímetro: «inicia o perímetro no M885, situado na Linha 145 e Kapa 88; deste, segue por linha seca, com azimute de 89°56'29'', confrontando com o lote 73 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 3.999,00 (três mil, novecentos e noventa e nove metros), até o M92S, situado na linha 145 e Kapa 92; deste segue por linha seca, com azimute de 180°00'22'', confrontando com o lote 84 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.935,71m (quatro mil, novecentos e trinta e cinco metros e setenta e um centímetros), até o M92, situado na linha 150 e Kapa 92; deste, segue por linha seca, com azimute de 89°58'01'', confrontando com o lote acima citado numa distância de 3.499,91m (três mil, quatrocentos e noventa e nove metros e noventa e um centímetros), até o M96, situado na linha 150 e Kapa 96; deste, segue por linha seca, com azimute de 90°00'26'', confrontando com o lote 85 do Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 560,17m (quinhentos e sessenta metros e dezessete centímetros), até o M96A, situado na linha 150 e Kapa 96; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'00''E, confrontando com os lotes 85 e 86 — Setor 11 da Gleba Corumbiara, numa distância de 4.000m (quatro mil metros), até o P1, situado na linha 150 e Kapa 100, de Coordenadas Geográficas longitude 60°37'15''WGr e latitude 12°51'10''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'00''S, confrontando com o lote 96 — Setor e Gleba acima citados, numa distância de 5.000m (cinco mil metros), até o P2, situado na linha 155 e Kapa 100, de Coordenadas Geográficas longitude 60°37'15''WGr e latitude 12°53'53''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'00''W, confrontando com os lotes 40 e 43 — TP'33/80 — Setor Colorado da Gleba Guaporé, numa distância de 4.000m (quatro mil metros), até o M96N, situado na Linha 155 e Kapa 96; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°02'44'', confrontando com o lote 43 — TP' 33/80 — Setor e Gleba acima citados, numa distância de 4.015,80m (quatro mil, quinze metros e oitenta centímetros), até o M92N, situado na Linha 155 e Kapa 92; deste, segue por linha seca, com azimute de 270°01'48'', confrontando com os lotes 43, 3, 2 e 1 da TP' 33/80 — Setor Colorado da Gleba Guaporé e 1 e 2 da Gleba 74/A — TP' 15/82 do PIC Paulo Assis Ribeiro, numa distância de 4.014,50m (quatro mil, quatorze metros e cinquenta centímetros), até o M88N, si-

tuado na Linha 155 e Kapa 88; deste segue por linha seca, com azimute de 359°56'36'', confrontando com o lote 92 — Setor 11 da Gleba Corumbiara numa distância de 4.974,61m, (quatro mil, novecentos e setenta e quatro metros e sessenta e um centímetros), até o M88; deste, segue por linha seca, com azimute de 359°39'58'', confrontando com o lote 82 — Setor e Gleba acima citados, numa distância de 4.975,57m (quatro mil, novecentos e setenta e cinco metros e cinquenta e sete centímetros), até o M88S, início da descrição do perímetro» (fonte de referência: Cartas da DSG., folha SD-20-X-B-V, escala 1:100.000, ano 1976 peças técnicas constantes do processo INCRA/DR-17/Nº 797/86).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.853, DE 4 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais constituídos dos lotes 89, 90 (parte), e 100, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, classificados no Cadastro de Imóveis do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais constituídos pelos lotes 89, 90 (parte) e 100, do Setor 11 da Gleba Corumbiara, com a área de 4.850,0000ha (quatro mil e oitocentos e cinqüenta hectares), situados no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.684, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo estão compreendidos no seguinte perímetro: partindo do ponto P1, situado na Linha 145 e Kapa 112, de coordenadas geográficas longitude 60°30'58''WGr e latitude 12°48'22''S, segue por linha seca, com rumo de 00°00''E, confrontando com o lote 79 — Setor 11 da Gleba Corumbiara, com distância de 2.300m, até o ponto P2, situado na margem esquerda do Rio Pimenta Bueno e Linha 145, de coordenadas geográficas longitude 60°29'43''WGr e latitude 12°48'22''S; deste, segue pela citada margem do referido rio, à montante, com a distância de 8.200m, até o ponto P3, situado na margem esquerda do Rio Pimenta Bueno e Kapa 120, de coordenadas geográficas longitude 60°26'38''WGr e latitude 12°50'26''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'S, confrontando com os lotes 81 e 91 — Setor 12 da Gleba Corumbiara, com a distância de 6.200m, até o ponto P4, situado na Linha 155 e Kapa 120, de coordenadas geográficas longitude 60°26'38''WGr e latitude 12°53'48''S, deste, segue por uma linha seca, com rumo de 00°00''W, confrontando com o lote 99 — TP 1/83 — Setor Rio Vermelho da Gleba Guaporé, com a distância de 4.000m, até o ponto P5, situado na Linha 155 e Kapa 116, de coordenadas geográficas longitude 60°28'48''WGr e latitude 12°53'48''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'N, confrontando com o lote 99 — Setor 11 da Gleba Corumbiara, com a distância de 5.000, até o ponto P6, situado na Linha 150 e Kapa 116, de coordenadas geográficas longitude 60°28'48''WGr e latitude 12°51'05''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'W, confrontando com o lote 99 — Setor 11 da Gleba Corumbiara com a distância de 4.000m, até o ponto P7, situado na Linha 150 e Kapa 112, de coordenadas geográficas longitude 60°30'58''WGr e latitude 12°51'05''S; deste, segue por linha seca, com rumo de 00°00'N, confrontando com o lote 88 — Setor 11 da Gleba Corumbiara, com a distância de 5.000m, até o ponto P1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Cartas do DSG, folha SD.20-X-B-V e SD.20-X-B-VI, escala 1:100.000, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Marcos Freire

DECRETO Nº 94.854, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Altera a redação do § 3º do art. 2º, do Decreto nº 93.537, de 5 de novembro de 1986, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Borracha — CNB, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O § 3º do art. 2º do Decreto nº 93.537, de 5 de novembro de 1986, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Borracha — CNB, passa a ter a seguinte redação:

«§ 3º O Presidente do Conselho deterá o voto de qualidade e designará seu representante, nas suas ausências ou impedimentos».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 94.855, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza a Companhia Brasileira de Infra-estrutura Fazendária — Infaz a aumentar seu capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e tendo em vista o dis-

posto na Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, na Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e no Decreto nº 94.633, de 14 de julho de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia Brasileira de Infra-estrutura Fazendária — Infaz, nova denominação da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — Cobec, autorizada a aumentar o seu capital social de CZ\$ 319.244.164,66 (trezentos e dezenove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro cruzados e sessenta e seis centavos), para CZ\$ 1.179.408.164,66 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, quatrocentos e oito mil, cento e sessenta e quatro cruzados e sessenta e seis centavos).

Art. 2º A despesa decorrente do aumento do capital social correrá à conta de recursos consignados em Encargos Financeiros da União, previstos no Orçamento Geral da União, aprovado pela Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, e de crédito suplementar, aberto pelo Decreto nº 94.633, de 14 de julho de 1987.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nobrega

DECRETO Nº 94.856, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, destinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.005979/87-18,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os seguintes imóveis, com domínio útil dos respectivos terrenos, todos situados no Município de João Pessoa, Centro, Estado da Paraíba:

a) Prédio nº 573 (lote 40), sito à Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº R.1.23.701, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB;

b) Prédio nº 583 (lote 30), sito à Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº 4.156, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB;

c) Prédio nº 62 (lote 15), sito à Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº R.3.12.360, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo são destinados à ampliação da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse dos imóveis expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.857, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Marabá, Estado do Pará, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.005980/87-05,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o prédio, benfeitorias, direitos e ações conseqüentes, com domí-

nio útil do terreno respectivo, foreiro à Prefeitura de Marabá compreendendo dois lotes de terra, de números 04 e 06, da Quadra 7, situados no CSI 31, Núcleo de Expansão Urbana Nova Marabá, no Município de Nova Marabá, Estado do Pará, lotes esses geminados, com área total de 800m², matriculado sob nº R-001/005629, no Cartório do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Marabá, Pará.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Marabá-PA.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.858, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, imóveis constituídos de terras e benfeitorias que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 24, da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, e conforme dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, atendendo à necessidade de a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás dar continuidade às atividades de pesquisa, lavra, produção, transporte de petróleo, outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, inclusive nas obras acessórias e complementares, indispensáveis à integração das atividades da indústria de petróleo no Estado da Bahia,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem em favor de Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, os imóveis constituídos de terras e benfeitorias de propriedade particular, compreendida numa área de, aproximadamente 102,67km² (cento e dois vírgula sessenta e sete quilômetros quadrados), que se estende pelos Municípios de Entre Rios, Pojuca, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Candeias e Camaçari, no Estado da Bahia, assinaladas na Planta DE-100.001-101-06 constantes do Processo MME nº 27000.004137/87-88.

Parágrafo único. As áreas de terra a que se refere este decreto, com 102,67km², representadas por cinco polígonos, assim se descrevem e caracterizam:

O polígono 1 localizado em parte do Município de Entre Rios, tem como ponto inicial da descrição de divisas o vértice nº 1, de coordenadas UTM N = 8.678.100 e E = 603.000. Deste ponto segue-se pelos limites da área com os azimutes verdadeiros e distâncias horizontais abaixo relacionados:

DE	PARA	AZ. VERD.	DIST. HORIZ.
1	2	270°00'00''	2.000,00m
2	3	360°00'00''	2.100,00m
3	4	90°00'00''	2.000,00m
4	1	180°00'00''	2.100,00m

Voltando ao ponto inicial, fecha-se o polígono cuja área é de 4,2km².

O polígono 2 localizado em parte dos Municípios de Pojuca e de Mata de São João tem a descrição de divisas iniciada no vértice nº 1, de coordenadas UTM N = 8.626.700 e E = 577.100. Deste ponto segue-se pelos limites da área com os azimutes verdadeiros e distâncias horizontais abaixo relacionadas:

DE	PARA	AZ. VERD.	DIST. HORIZ.
1	2	257°59'10''	2.402,60m
2	3	353°39'35''	2.716,62m
3	4	1°32'53''	1.850,68m
4	5	90°00'00''	2.200,00m
5	1	174°21'34''	4.069,71m

Voltando ao ponto inicial fecha-se o polígono cuja área é de 10,21km².

O polígono 3 localizado em parte do Município de São Sebastião do Passé tem a descrição de divisas iniciada no vértice 1 de coordenadas UTM N = 8.610.330 e E = 557.286. Deste ponto segue-se pelos limites da área com os azimutes verdadeiros e distâncias horizontais abaixo relacionados:

DE	PARA	AZ. VERD:	DIST. HORIZ.
1	2	270°00'00''	1.242,00m
2	3	360°00'00''	6.756,00m
3	4	90°00'00''	20.048,00m
4	5	155°28'38''	2.108,16m
5	6	181°16'59''	2.947,74m
6	1	220°29'56''	2.486,79m

Voltando ao ponto inicial, fecha-se o polígono cuja área é de 17,15km².

O polígono 4 localizado em parte dos Municípios de São Sebastião do Passé, de Candeias e de Camaçari tem a descrição de divisas iniciada no vértice 1, de coordenadas UTM N = 8.605.000 e E = 567.380. Deste ponto segue-se pelos limites da área com os azimutes verdadeiros e distâncias horizontais abaixo relacionados:

DE	PARA	AZ. VERD.	DIST. HORIZ.
1	2	270°00'00''	3.880,00m
2	3	360°00'00''	4.000,00m
3	4	90°00'00''	1.350,00m
4	5	360°00'00''	2.350,00m
5	6	90°00'00''	2.530,00m
6	1	180°00'00''	6.350,00m

Voltando ao ponto inicial, fecha-se o polígono cuja área é de 21,47km².

O polígono 5 localizado em parte dos Municípios de Mata de São João e de Camaçari tem a descrição de divisas iniciada no vértice 1 de coordenadas UTM N = 8.605.700 e E = 583.700. Deste ponto segue-se pelos limites da área com os azimutes verdadeiros e distâncias horizontais abaixo relacionados:

DE	PARA	AZ. VERD.	DIST. HORIZ.
1	2	270°00'00''	4.000,00m
2	3	341°33'54''	6.008,33m
3	4	50°46'28''	3.162,67m
4	5	360°00'00''	3.500,00m
5	6	90°00'00''	3.450,00m
6	1	180°00'00''	11.200,00m

Voltando ao ponto inicial, fecha-se o polígono cuja área é de 49,64km².

Art. 2º A Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, fica autorizada a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou constituições de servidões administrativas e/ou de passagem a que se refere o artigo 1º deste decreto.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas, assegura-das por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para efeito da prévia imissão provisória na posse do bem, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.859, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.250.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 9.250.000,00 (nove milhões e duzentos e cinquenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-9-87.

DECRETO Nº 94.860, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-9-87.

DECRETO Nº 94.861, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-9-87.

DECRETO Nº 94.862, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 450.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-9-87.

DECRETO Nº 94.863, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional de Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nobrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados em D.O. de 9-9-87.

DECRETO Nº 94.864, DE 9 DE SETEMBRO DE 1987

Declara luto oficial.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Senhor Marcos de Barros Freire, Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ao longo de sua brilhante carreira de homem público, prestou relevante serviços à Nação;

Considerando que o Senhor Ministro Marcos de Barros Freire faleceu em acidente aéreo, quando se encontrava no exercício de suas funções;

Considerando que na mesma missão de grande interesse nacional se encontravam e faleceram Dirceu Murilo Pessoa, Secretário-Geral do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, José Eduardo Vieira Raduan, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, Ivan de Otero Ribeiro, Assessor do INCRA, José Coelho Teixeira Cavalcanti, Secretário Particular do Ministro, Tenente-Coronel Aviador Wellington Rezende, Capitão-Aviador Jorge Shimomura Júnior, 3º Sargento Mecânico Carlos Alberto da Silva e Amaury Teixeira Cavalcanti, todos dignos de homenagem postuma,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado luto oficial, em todo o País, por três dias, a contar desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor Ministro Marcos de Barros Freire, sua comitiva e da tripulação da FAB que, no cumprimento do dever, os conduzia.

Art. 2º Fica determinado que lhe serão prestados honras de Ministro de Estado, por ocasião dos funerais, cujas despesas serão realizadas a expensas da Nação.

Brasília, 9 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.865, DE 9 DE SETEMBRO DE 1987

Cria, no âmbito da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, o Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto da Missão Espacial Completa Brasileira, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 2º, alínea c, do Decreto nº 68.099, de 20 de janeiro de 1971, e ainda,

Considerando a relevância, para o País, do Projeto da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) e os amplos benefícios nos campos científico, tecnológico, econômico, social e político que decorrerão de sua concretização;

Considerando que o desenvolvimento e a execução do Projeto MECB envolve a participação de três instituições — Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto de Atividades Espaciais (IAE) e Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA) — subordinadas a dois Ministérios distintos;

Considerando que os recursos financeiros destinados aos três sub-projetos integrantes da MECB — satélite e segmento solo, veículo lançador e centro de lançamento — são transferidos às instituições executoras pelo Estado-Maior das Forças Armadas sob a supervisão da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae);

Considerando a imperiosa necessidade de aperfeiçoar e intensificar a coordenação e o acompanhamento do Projeto, a fim de permitir a perfeita harmonia e equilíbrio na execução dos três subprojetos que o integram;

Considerando a necessidade de incrementar o apoio permanente às instituições executoras para que as metas estabelecidas sejam atingidas nos prazos previstos com a desejável segurança;

Considerando o aspecto de ineditismo do Projeto no Brasil, o que recomenda a sua execução de forma gradual e sujeita a freqüentes avaliações,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae), o Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), competindo-lhe especificamente:

I — manter o Presidente e o plenário da Cobae permanentemente informados sobre o andamento do Projeto;

II — realizar o efetivo acompanhamento do desenvolvimento das atividades previstas para a realização do Projeto, sugerindo medidas para sua otimização;

III — desenvolver estudos e propor medidas visando à perfeita harmonização dos três subprojetos — satélite e segmento solo, veículo lançador e centro de lançamento — que integram a MECB, objetivando evitar descompassos na sua execução;

IV — sugerir ações administrativas propiciadoras à manutenção de um fluxo adequado de recursos destinados à consecução das atividades previstas;

V — elaborar e manter atualizado um cronograma integrado das atividades e metas afetas às três instituições executoras;

VI — sugerir medidas de caráter técnico ou administrativo destinadas a possibilitar a correção, em tempo oportuno, de distorções ou descompassos observados na execução dos cronogramas e que possam resultar em desequilíbrio no andamento dos três subprojetos, com prejuízo do conjunto;

VII — propor diretrizes destinadas a facilitar e otimizar a coordenação da execução do Projeto, por parte da Cobae;

VIII — manter cerrado acompanhamento da execução dos subprojetos nas três instituições executoras, através de visitas e contatos freqüentes com os respectivos gerentes dos subprojetos;

IX — elaborar relatórios periódicos referentes às atividades do Grupo, concluindo pela indicação das medidas corretivas julgadas necessárias.

Art. 2º O Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto da MECB será presidido pelo Vice-Presidente-Executivo da Cobae e integrado por três representantes de cada uma das instituições executoras — INPE, IAE e GICLA — por indicação dos respectivos Ministérios.

§ 1º Dos indicados, um, no mínimo, será da área administrativa e os demais da área técnica, observado, para todos os indicados, o requisito de absoluta familiaridade com os respectivos subprojetos.

§ 2º O Secretário da Cobae exercerá, cumulativamente, as funções de Secretário do Grupo.

Art. 3º O Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto da MECB reunir-se-á em Brasília, em dependência do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 1º As reuniões de que trata o artigo anterior terão frequência quinzenal ou como se fizer necessário.

§ 2º O Grupo reunir-se-á ordinariamente, segundo calendário previamente aprovado, ou extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

Art. 4º As funções de Presidente, de membro e dos demais participantes dos trabalhos do Grupo não serão remuneradas, correndo as despesas com passagem e hospedagem decorrentes das reuniões, à conta da dotação orçamentária do Projeto da MECB.

Art. 5º O Ministro-Chefe do EMFA e Presidente da Cobae baixará ato normativo, destinado a regular o funcionamento do Grupo.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

Renato Archer

Paulo Campos Paiva

DECRETO Nº 94.866, DE 9 SETEMBRO DE 1987

Declara perempta a concessão outorgada à Rádio Mearim Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e artigo 7º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada perempta a concessão outorgada à Rádio Mearim Ltda., para executar, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão, serviço de radiodifusão sonora em onda especial, através da Portaria MVOP nº 543, de 6 de junho de 1955.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações adotará providências no sentido de interromper o serviço objeto da concessão ora declarada perempta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.867, DE 9 DE SETEMBRO DE 1987

Regula o recrutamento de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas para o ingresso no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O recrutamento de médicos, farmacêuticos e dentistas para o ingresso no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica far-se-á por seleção em concurso público, integrado por Cursos e ou Estágios ministrados por Organizações de Ensino do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2º O concurso público para seleção inicial será realizado por meio de Exames de Escolaridades, Médico, Psicotécnico e de Aptidão Física, e somente será perfeito e considerado terminado, com a produção de seus efeitos, após a conclusão com aproveitamento dos respectivos Cursos e ou Estágios previstos no artigo 1º do presente decreto.

Art. 3º Os candidatos Médicos, Farmacêuticos e Dentistas selecionados inicialmente, na forma do artigo anterior, serão declarados Primeiros-Tenentes Estagiários Médicos, Primeiros-Tenentes Estagiários Farmacêuticos e Primeiro-Tenentes Estagiários Dentistas e matriculados nos Cursos e ou Estágios integrantes do concurso.

Art. 4º Os Estagiários aprovados nos Cursos e ou Estágios integrantes do concurso serão nomeados Primeiros-Tenentes Médicos, Primeiros-Tenentes Farmacêuticos ou Primeiros-Tenentes Dentistas, conforme o caso, sendo colocados na ordem decrescente de merecimento intelectual, nos respectivos Quadros, conforme os graus obtidos nos respectivos Cursos e ou Estágios.

Art. 5º Os Estagiários reprovados nos Cursos e ou Estágios integrantes do concurso retornarão à situação anterior à da matrícula. Só farão jus a título de aprovação no concurso os candidatos também aprovados nos Cursos e ou Estágios.

Art. 6º Toda documentação relacionada com os Exames do concurso de seleção terá caráter «Confidencial», aplicando-se à mencionada documentação a legislação pertinente à Salvaguarda de Documentos Sigilosos.

Art. 7º O Ministro da Aeronáutica baixará Instrução para o recrutamento de Médicos, Farmacêuticos e Dentistas para o ingresso no Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, estabelecendo normas pormenorizadas para a realização dos concursos e para o funcionamento dos Cursos e ou Estágios.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 61.838, de 5 de dezembro de 1967 e demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 94.868, DE 9 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, o Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-9-87.

DECRETO Nº 94.869, DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 151.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 151.800.000,00 (cento e cinquenta e um milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1987; 16º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-9-87.

DECRETO Nº 94.870, DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Supremo Tribunal Federal o crédito suplementar de CZ\$ 159.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao Supremo Tribunal Federal o crédito suplementar de CZ\$ 159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-9-87.

DECRETO Nº 94.871, DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 8 de dezembro de 1986 e 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-9-87.

DECRETO Nº 94.872, DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.940.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.940.000,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e quarenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-9-87.

DECRETO Nº 94.873, DE 14 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-9-87.

DECRETO Nº 94.874, DE 15 DE SETEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a estruturação do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira — Funcafé e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira — Funcafé criado pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, gerido pelo Ministro da Indústria e do Comércio com auxílio do Conselho Nacional de Política Cafeeira, destina-se ao financiamento, modernização, incentivo à produtividade da cafeicultura, da indústria do café e da exportação; ao desenvolvimento de pesquisas, dos meios e vias de transportes, dos portos, da defesa do preço e do mercado, interno e externo, bem como das condições de vida do trabalhador rural.

Art. 2º O Funcafé terá como fontes de recursos:

I — o produto da arrecadação da quota de contribuição instituída pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986;

II — doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas; e

III — o retorno das aplicações especificadas no art. 4º deste decreto, incluindo o produto da venda dos estoques reguladores adquiridos com recursos do Funcafé;

§ 1º Constituirão ainda receita do Funcafé os resultados da aplicação de suas disponibilidades financeiras em títulos do Tesouro Nacional, através do Banco Central do Brasil, bem como os superávits financeiros verificados em 31 de dezembro de cada ano;

§ 2º Os recursos previstos neste artigo serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., observado o disposto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Art. 3º O produto da arrecadação da quota de contribuição instituída pelo Decreto-lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, constituirá receita exclusiva do FUNCAFÉ, para aplicação nas finalidades previstas no art. 4º deste decreto, vedada a sua destinação ou utilização em qualquer outro fim.

Art. 4º Os recursos do Funcafé destinar-se-ão:

I — prioritariamente:

a) à compensação do valor das bonificações e de quaisquer outros incentivos concedidos à exportação de café, autorizada pelo art. 2º do Decreto-lei nº 2.197, de 26 de dezembro de 1984, e

b) à formação dos estoques reguladores, incluídas as despesas de custeio das operações e de modernização das técnicas de estocagem;

II — Subsidiariamente, às seguintes áreas de cafeicultura:

a) racionalização da cultura cafeeira e assistência à cafeicultura, com o objetivo de elevar o grau de produtividade e competitividade dos setores produtivos;

b) pesquisas tecnológicas, estudos e diagnósticos sobre a cafeicultura brasileira;

c) cooperação técnica e financeira internacional com organismos particulares e oficiais no campo da cafeicultura;

d) absorção de novas técnicas de cultivo e beneficiamento do produto nas pequenas e médias propriedades;

e) incentivo ao cooperativismo da lavoura cafeeira e à expansão das cooperativas ou entidades afins já existentes;

f) aprimoramento da mão-de-obra qualificada em todos os níveis da atividade cafeeira;

g) melhoria da infra-estrutura das regiões cafeeiras, compreendendo modernização dos transportes, portos, ramais ferroviários e estradas vicinais, comunicação e eletrificação, além do apoio financeiro a programas sociais integrados pelos estados cafeeiros, que visem a proporcionar melhores condições de vida do trabalhador rural;

h) apoio ao desenvolvimento do parque industrial de torrefação e moagem e de café solúvel;

i) promoção e propaganda destinada ao aumento do consumo do produto nos mercados interno e externo;

j) pesquisas e estudos dirigidos à produção de subsídios para a execução, pelo IBC, da política de comercialização voltada para a conquista de novos consumidores.

Parágrafo único. O orçamento das aplicações de recursos do Funcafé em operações de financiamento para as finalidades indicadas neste artigo dependerá de expressa aprovação do Conselho Monetário Nacional, sendo agente financeiro exclusivo para essas operações o Banco do Brasil S.A.

Art. 5º O Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, ouvido o Conselho Nacional de Política Cafeeira-CNPC, aprovará:

I — as instruções gerais de operação do Funcafé;

II — o orçamento anual e plurianual do Fundo;

III — as eventuais reformulações do orçamento do Fundo.

Parágrafo único. As aplicações do Funcafé terão como limite orçamentário a previsão de sua receita, e, como limite financeiro, a efetiva disponibilidade de caixa do Fundo.

Art. 6º O disposto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no art. 1º e no seu parágrafo 1º do Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987, aplica-se ao Funcafé.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1987; 166º da independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

José Hugo Castelo Branco.

DECRETO Nº 94.875, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do processo nº 00001.006033/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno situado à Rua Antônio Simão Mauad, esquina com a Rua Olavo Bilac, no Bairro Pinheirinho, Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, com área total de 770m², averbado no Cartório de Registro de Imóveis da referida cidade sob nº AV — 1: — nº 20.459, Prot. nº 35.065, fl. 268, Livro 1-A.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Itajubá-MG.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região autorizado o promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.876, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — áreas de terra abrangidas pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», nos Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins, Estado do Piauí, para a execução do Programa de Irrigação do Nordeste — Proine, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras e e p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964 e com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — áreas de terra, e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 3.351,6000ha (três mil trezentos e cinquenta e hum hectares e seis mil centiares) abrangidas pelo Projeto de Irrigação «Vale do Gurguéia», localizadas nos Municípios de Cristino Castro e Elizeu Martins, Estado do Piauí, de acordo com as plantas constantes do Processo — Proni — nº 43000.101083/87-81, necessárias à continuação das obras de mais uma etapa desse Projeto e assim descritas: *O Polígono A* tem seu início no ponto nº 10=1, do polígono B descrito pelo Decreto nº 92.786, de 16-6-86, coordenadas (UTM) latitude de 596.400m e longitude de 9.032.500m. Nesse ponto 1 faz um ângulo interno de 64º00'00'' e segue uma distância de 1.532,98m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de 164º59'39'' e segue uma distância de 2.280,90m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de 215º23'10'' e segue uma distância de 626,50m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de 197º05'48'' e segue uma distância de 2.755,45m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de 139º52'53'' e segue uma distân-

cia de 1.530,52m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de $41^{\circ}40'00''$ e segue uma distância de 1.790,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de $124^{\circ}15'00''$ e segue uma distância de 6.300,00m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo interno de $127^{\circ}30'00''$ e segue uma distância de 1.440,00m até o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $64^{\circ}00'00''$ início do polígono de coordenadas (UTM) latitude de 596.400m e longitude de 9.032.500m, estando assim fechado o polígono, cuja área é de 1.225,00ha aproximadamente. O *Polígono B* tem seu início no ponto 1 de coordenadas (UTM) de latitude de 634.250m e longitude de 9.107,100m, localizado à margem direita do Rio Gurguéia, situado a Leste a uma distância de 1.350,00m e a uma distância de 2.136,88m com azimute de $208^{\circ}39'50''$ para o n.º RN-198 da Planta Aerofotogramétrica Cruzeiro do Sul S.A. Neste ponto faz um ângulo de $229^{\circ}20'07''$ e segue uma distância de 1.133,50m até encontrar o ponto 2; neste ponto faz um ângulo de $288^{\circ}35'24''$ e segue uma distância de 515,39m até encontrar o ponto 3; neste ponto faz um ângulo de $90^{\circ}40'02''$ e segue uma distância de 1.457,74m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo de $268^{\circ}17'53''$ e segue uma distância de 3.089,19m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo de $271^{\circ}30'23''$ e segue a uma distância de 4.271,20m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo de $302^{\circ}57'24''$ e segue uma distância de 1.767,63m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo de $168^{\circ}38'47''$ e segue uma distância de 1.887,67m até encontrar o ponto 1, início do polígono de coordenadas (UTM) latitude 634.250,00m e longitude 9.107,100m, estando assim fechado o polígono, cuja área é de 1.066,60ha. O *Polígono C* tem seu início no ponto 1 de coordenadas (UTM) de latitude 633.200m e longitude 9.094.712,50m, localizado à margem direita do Rio Gurguéia, situado a Leste a uma distância de 2.700,00m do leito, e a uma distância de 1.687,92m com um azimute de $358^{\circ}43'37''$ para o RN n.º 243 da Planta Aerofotogramétrica Cruzeiro do Sul S.A. Neste ponto faz um ângulo de $260^{\circ}03'36''$ e segue uma distância de 1.791,96m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo de $268^{\circ}07'29''$ e segue uma distância de 3.005,49m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo de $268^{\circ}02'39''$ e segue uma distância de 1.848,35m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo de $86^{\circ}58'04''$ e segue uma distância de 450,69m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo de $286^{\circ}22'43''$ e segue uma distância de 2.016,34m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo de $276^{\circ}51'31''$ e segue uma distância de 1.730,72m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo de $168^{\circ}48'40''$ e segue uma distância de 1.399,13m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo de $262^{\circ}49'16''$ e segue uma distância de 1.249,81m até encontrar o ponto 9; neste faz um ângulo de $101^{\circ}56'02''$ e segue uma distância de 146,31m até encontrar o ponto 1, início do polígono de coordenadas (UTM) latitude 633.200m e longitude de 9.094.712,50m estando assim fechado o polígono, cuja área total é de 1.060,00ha, somando os três polígonos descritos, uma área total de 3.351,6000ha.

Art. 2º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste — Proine, as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.877, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, área de terra localizada no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto pelo artigo 5º, alínea p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — Codesvasf, área de terra e respectivas benfeitorias, titulada a diversos particulares, medindo aproximadamente 13.762,59ha (treze mil, setecentos e sessenta e dois hectares e cinquenta e nove ares), localizada no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, necessária à implantação da tomada d'água e canal principal do Projeto de Irrigação Baixio de Irecê, de acordo com a planta constante do Processo nº 43000.101190/87-91 — Proni e assim descrita: partindo do ponto P0 de coordenadas UTM N = 8836.300 e E=765.650, com Azimute de 100º58'500" e distância de 3412.48m chega-se ao ponto P1, de coordenadas N=8835.650 e E=769.000, daí com Azimute de 56º18'36" e distância de 12619.43m chega-se ao ponto P2, de coordenadas N=8842.650 e E=779.500, daí com Azimute de 138º58'21" e distância de 5103,43m chega-se ao ponto P3, de coordenadas N=8838.800 e E=782.50, daí com Azimute de 155º22'35" e distância de 3960,11m

chega-se ao Ponto P4, de coordenadas N=8835.200 e E=784.500, daí com Azimute de 134°12'55" e distância de 2581,18m chega-se ao ponto P5, de coordenadas N=8833.400 e E=786.350, daí com Azimute de 168°46'39" e distância de 6422,81m chega-se ao ponto P6, de coordenadas N=8827.100 e E=787.600, daí com Azimute de 104°02'10" e distância de 2886,17m chega-se ao ponto P7, de coordenadas N=8826.400 e E=790.400, daí com Azimute de 119°58'54" e distância de 30001,67m chega-se ao ponto P8, de coordenadas N=8824.900 e E=793.000, daí com Azimute de 18°26'06" e distância de 5059,64m chega-se ao ponto P9, de coordenadas N=8829.700 e E=794.600, daí com Azimute de 66°25'31" e distância de 3000,42m chega-se ao ponto P10, de coordenadas N=8830.900 e E=797.350, daí com Azimute de 90°00'00" e distância de 2150,00m chega-se ao ponto P11, de coordenadas N=8830.900 e E=799.500, daí com Azimute de 125°57'38" e distância de 6300,79m chega-se ao ponto P12, de coordenadas N=8827.200 e E=804.600, daí com Azimute de 12°22'48" e distância de 1838,48m chega-se ao ponto P13, de coordenadas N=8826.500 e E=806.300, daí com Azimute de 70°27'40" e distância de 1644,69m chega-se ao ponto P14, de coordenadas N=8827.050 e E=807.050, daí com Azimute de 71°33'54" e distância de 790,57m chega-se ao ponto P15, de coordenadas N=8827.300 e E=808.600, daí com Azimute de 183°21'59" e distância de 1702,94m chega-se ao ponto P16, de coordenadas N=8825.600 e E=808.500, daí subindo o talvegue do Rio Verde, numa distância de 16562,53m chega-se ao ponto P17, de coordenadas N=8816.050 e E=809.600, daí com Azimute de 136°23'50" e distância de 1450,00m chega-se ao ponto P18, de coordenadas N=8815.000 e E=810.600, daí com Azimute de 246°02'15" e distância de 1477,33m chega-se ao ponto P19, de coordenadas N=8814.400 e E=809.250, daí com Azimute de 332°47'02" e distância de 5903,60m chega-se ao ponto P20, de coordenadas N=8819.650 e E=806.550, daí com Azimute de 28°04'21" e distância de 1700,00m chega-se ao ponto P21, de coordenadas N=8821.150 e E=807.350, daí com azimute de 3°30'13" e distância de 2454,59m chega-se ao ponto P22, de coordenadas N=8823.600 e E=807.500, daí com Azimute de 334°47'56" e distância de 1878,83m chega-se ao ponto P23, de coordenadas N=8825.300 e E=806.700, daí com Azimute de 285°31'27" e distância de 2802,23m chega-se ao ponto P24, de coordenadas N=8826.050 e E=804.000, daí com Azimute de 306°46'24" e distância de 5930,01m chega-se ao ponto P25, de coordenadas N=8829.600 e E=799.250, daí com Azimute de 267°03'52" e distância de 1952,56m chega-se ao ponto P26, de coordenadas N=8829.500 e E=797.300, daí com Azimute de 238°17'55" e distância de 1998,12m chega-se ao ponto P27, de coordenadas N=8828.450 e E=795.600, daí com Azimute de 199°26'24" e distância de 5408,33m chega-se ao ponto P28, de coordenadas N=8823.350 e E=793.800, daí com Azimute de 274°58'11" e distância de 2308,68m chega-se ao ponto P29, de coordenadas N=8823.550 e E=791.500, daí

com Azimute $313^{\circ}57'30''$ e distância de 1944,87m chega-se ao ponto P30, de coordenadas $N=8824.900$ e $E=790.100$, daí com Azimute de $277^{\circ}19'35''$ e distância de 3528,81m chega-se ao ponto P31, de coordenadas $N=8825.350$ e $E=786.600$, daí com Azimute de $325^{\circ}57'15''$ e distância de 2232,71m chega-se ao ponto P32, de coordenadas $N=8827.200$ e $E=785.350$, daí com Azimute de $355^{\circ}59'45''$ e distância de 5012,24m chega-se ao ponto P33, de coordenadas $N=8832.200$ e $E=785.000$, daí com Azimute de $321^{\circ}04'21''$ e distância de 3342,16m chega-se ao ponto P34, de coordenadas $N=8834.800$ e $E=782.900$, daí com Azimute de $254^{\circ}44'42''$ e distância de 2280,35m chega-se ao ponto P35, de coordenadas $N=8834.200$ e $E=780.700$, daí com Azimute de $355^{\circ}24'21''$ e distância de 5618,05m chega-se ao ponto P36, de coordenadas $N=8839.800$, e $E=780.250$, daí com Azimute de $280^{\circ}04'50''$ e distância de 1371,17m chega-se ao ponto P37, de coordenadas $N=8840.040$ e $E=778.900$, daí com Azimute de $237^{\circ}26'49''$ e distância de 10202,95m chega-se ao ponto P38, de coordenadas $N=8834.550$ e $E=770.300$, daí com Azimute de $204^{\circ}21'11''$ e distância de 5213,92m chega-se ao ponto P39, de coordenadas $N=8829.800$ e $E=768.150$, daí com Azimute de $268^{\circ}46'52''$ e distância de 2350,53m chega-se ao ponto P40, de coordenadas $N=8829.750$ e $E=765.800$, daí com Azimute de $354^{\circ}17'22''$ e distância de 4522,44m chega-se ao ponto P41, de coordenadas $N=8834.250$ e $E=765.350$ e deste, pela margem do Rio São Francisco com distância de 2071,84m chega-se ao ponto P0, origem do descritivo deste perímetro de 163.993,65m, perfazendo uma área total de 13.762,59 hectares.

Art. 2º Fica a Codesvasf autorizada a promover e executar, com recursos próprios, desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 94.878, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza os aumentos dos capitais autorizado e social da Companhia Nacional de Alcalis.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.002846/87-10,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia Nacional de Alcalis autorizada a elevar o seu capital autorizado de CZ\$ 720.676.739,17 (setecentos e vinte milhões, seiscentos e setenta e seis mil, setecentos e trinta e nove cruzados e dezessete centavos) para CZ\$ 754.801.363,18 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e um mil, trezentos e sessenta e três cruzados e dezoito centavos).

Art. 2º Em consequência do disposto no art. 1º, o capital social da Companhia passará de CZ\$ 707.051.460,08 (setecentos e sete milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta cruzados e oito centavos) para CZ\$ 754.801.363,18 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e um mil, trezentos e sessenta e três cruzados e dezoito centavos), mediante subscrição de ações em dinheiro ou créditos para este fim em poder da sociedade.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.879, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Fisioterapia da Faculdade de Educação
Física de Cruz Alta.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.024058/85-71 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fisioterapia, a ser ministrado em Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, pela Faculdade de Educação Física de Cruz Alta, mantida pela Associação de Professores de Cruz Alta.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.880, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia da União das Faculdades Francanas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000432/85-79 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Psicologia, com habilitação em Formação de Psicólogo, a ser ministrado em Franca, Estado de São Paulo, pela Faculdade de Psicologia da União das Faculdades Francanas, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Franca.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.881, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Transfere função de confiança, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, na Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto

nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645 de 10 de dezembro de 1970, e no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, alterado pelo Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º É transferida do Gabinete Pessoal do Presidente da República para o Gabinete Civil, na forma do anexo deste decreto, uma função de confiança da Categoria Assessoramento Superior, código LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, na Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Ronaldo Costa Couto.

(Art. 1º do Decreto nº 94.881, de 16 de setembro de 1987)

GABINETES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Ministério ou Órgão Integrante da Presidência da República e Autarquia Federal)

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo ou Valor de Gratificação	Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Código
07	GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	LT-DAS-102.5	06	GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	LT-DAS-102.5
	<i>Assessoria Especial</i> (*) Assessor		01	<i>Assessoria Especial</i> (*) Assessor	
				GABINETE CIVIL	
				<i>Chefia</i> (*)	
				Assessor Especial	LT-DAS-102.5

(*) São mantidas as demais funções existentes.

DECRETO Nº 94.882, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao art. 5º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 5º do Regulamento do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 40.359, de 16 de novembro de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 5º O Procurador-Geral da Justiça do Trabalho será nomeado nos termos do disposto na Lei Orgânica do Ministério Público da União.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.883, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 98.340.537.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas no artigo 1º, itens I e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986) crédito suplementar no valor de CZ\$ 98.340.537.000,00 (noventa e oito bilhões, trezentos e quarenta milhões, quinhentos e trinta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o cor-

rente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.884, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas adjacentes de terra necessárias à ampliação da subestação Caçara da Companhia Paulista de Força e Luz-CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000107/87-90,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas adjacentes de terra de propriedade particular, com o total de 3.587,50m² (três mil, quinhentos e oitenta e sete metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), necessárias à ampliação da subestação Caçara, no Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º As áreas de terra, referidas no artigo anterior, compreendem aquelas constantes das plantas de situação nºs BX-SK-63.572 — Campinas e BX-SK-63.570 — Campinas, aprovadas mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000107/87-90, e delimitadas pelos perímetros assim descritos:

Área nº 1 — com 2.854,00m²

— tem início no marco nº 1, cravado na junção das linhas limítrofes dos terrenos de propriedade de Luiz Carlos Alves, Hélio Bussolani Filho e Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, ponto esse distante 28,90m da cerca divisa da estrada de rodagem estadual SP 326, no rumo NE 88º55' e à altura do Km 380 + 40,00m, trecho Bebedouro —

Barretos; desse marco, segue com o rumo e distância NE 88°55' — 91,10m, confronta com o terreno da subestação Caiçara, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, até o marco nº 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', e segue com o rumo e distância SE 01°05' — 25,00m, margeia o terreno de propriedade do desapropriando até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 135°00', e segue com o rumo e distância SW 43°55' — 7,07m, margeia, ainda, as terras do desapropriando até o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 135°00' e segue com o rumo e distância SW 88°55' — 95,00m, confronta, ainda, com terras do desapropriando até o marco nº 5; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 74°57' e segue com o rumo e distância NE 13°58' — 31,29m, margeia as terras de Hélio Bussolani Filho até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Área nº 2 — com 733,50m²

— tem início no marco nº 1, cravado na cerca divisa da estrada de rodagem estadual SP-326, na altura do Km 380 — 40,00m, trecho Bebedouro — Barretos; desse marco segue com o rumo e distância NE 88°55' — 28,90m, confronta com o terreno da subestação Caiçara da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, até o marco nº 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 74°57', e segue com o rumo e distância SW 13°58' — 31,29m, confronta com terras de propriedade de Luiz Carlos Alves até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 105°03', e segue com o rumo e distância SW 88°55' — 20,00m, confronta com terras do desapropriando até o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NW 01°05' — 30,00m, margeia a estrada de rodagem estadual SP-326 até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação das referidas áreas de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.885, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Taiúva, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003881/86-65,

DECRETA :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 11.373,21m² (onze mil, trezentos e setenta e três metros quadrados e vinte e um decímetros quadrados), necessária à implantação da subestação Taiúva, no Município de Taiúva, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº BX-SK-66.186, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.003881/86-65, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 1 cravado no entroncamento da rua São Paulo com o terreno de propriedade da desaproprianda; deste marco segue com o rumo e distância SW 14º33' — 114,00m, confronta com terras da desaproprianda até o marco nº 2; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90º16' e segue com o rumo e distância NW 75º43' — 99,53m, confronta com terras da desaproprianda até o marco nº 3; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90º00' e segue com o rumo e distância NE 14º17' — 114,00m, confronta, ainda com terras da desaproprianda até o marco nº 4; neste ponto deflete à direita, forma ângulo interno de 90º00' e segue com o rumo e distância SE 75º43' — 100,00m, margeia a linha limítrofe das zonas rural e urbana do Município de Taiúva, até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência do

processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.886, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação de dois jogos de chaves na linha de transmissão RAC Osasco 1-2 (PE 2985), da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000357/86-76,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 93,80m² (noventa e três metros quadrados e oitenta decímetros quadrados), necessária à implantação de dois jogos de chaves na linha de transmissão RAC Osasco 1-2 (PE 2985), no Município de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.517, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000357/86-76, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto localizado onde o alinhamento norte da rua Ananias Paulino intercepta a lateral leste da faixa da linha de transmissão Ramal Estação Transformadora de Distribuição Osasco, ponto este distante 38,60m do centro da torre nº 1, medidos pela lateral acima; segue por esta com o rumo NE 38°16'30'', na distância de 33,00m; deflete à direita e segue com o rumo SE 51°43'30'', na distância de 3,00m; deflete à direita e segue com o rumo SW 38°16'30'', na distância de 29,54m; deflete

à direita e segue em curva pouco acentuada à esquerda, pelo alinhamento norte da rua Ananias Paulino, na distância de 5,40m, até atingir o ponto onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves.

DECRETO Nº 94.887, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Gávea, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b*, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra *f*, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000127/87-05,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, no total de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), necessária à implantação da subestação Gávea, no Município de Guaíra, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº BX-SK-66.960 — Campinas, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000127/87-05, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 1 cravado na margem esquerda da Estrada de Rodagem Estadual de Acesso da Rodovia SP-425 para a cidade de Guaíra, num ponto situado a 194,50 metros do centro da ponte sobre o Ribeirão do Jardim, no sentido cidade; do marco nº 1, segue com o rumo e distância SE 67°17' — 100,00m, margeia a estrada de acesso à cidade de Guaíra, até o marco nº 2, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00', e segue com o rumo e distância SW 22°43' — 100,00m, confronta com terras da desaproprianda, até marco nº 3; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NW 67°17' — 100,00m, confronta, ainda, com terras da desaproprianda, até o marco nº 4; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com rumo e distância NE 22°43' — 100,00m, confronta, ainda, com terras da desaproprianda, até o marco nº 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por esse decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.888, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Santo Anastácio da Caiuá — Serviços de Eletricidade S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no artigo 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MME nº 701.144/81-3,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 3.277,70m² (três mil, duzentos e setenta e sete metros quadrados e setenta decímetros quadrados), necessária à implantação da subestação Santo Anastácio, no Município de Santo Anastácio, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 8.935, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo MME nº 701.144/81-3, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco MP, assinalado em planta e cravado na divisa que o imóvel faz com a SP-270 e com a rua Paschoal Lombardi; segue e margeia a referida rodovia com o rumo de 43°46'40''NW, numa distância de 75,00m, até encontrar o ponto 1, indicado na planta; daí deflete à direita e segue com o rumo de 11°37'29''NE, numa distância de 52,60m, até encontrar o ponto 2, confronta com a Prefeitura Municipal de Santo Anastácio; daí deflete à direita e segue com o rumo de 83°54'51''NE, numa distância de 30,20m, até encontrar o ponto 3, confronta com a referida Prefeitura Municipal; daí, segue com o rumo de 5°58'08''SE, numa distância de 109,60m, até encontrar o ponto do MP, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Caiuá — Serviços de Eletricidade S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.889, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Transforma a Assessoria para Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan/PR em Secretaria de Assuntos Internacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 8º do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 8º É criada, na estrutura básica da Seplan/PR, a Secretaria para Assuntos Internacionais — Seain, com a finalidade de promover, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Fazenda, entendimentos com organismos internacionais, em matéria de competência da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.»

Art. 2º A Secretaria de Assuntos Internacionais exercerá funções executivas e de representação nos assuntos de interesse ou de jurisdição da Seplan-PR, a serem definidas pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.890, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 9.800.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 9.800.000,00 (nove milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-9-97.

DECRETO Nº 94.891, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar CZ\$ 2.756.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.756.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas das atividades indicadas no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.892, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 83.312.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item II, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 83.312.000,00 (oitenta e três milhões e trezentos e doze mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput*, do art. 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.893, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 3.750.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 3.750.000.000,00 (três bilhões, setecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.894, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$ 17.950.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.950.000,00 (dezessete milhões e novecentos e cinquenta mil cruzados), para reforço das dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.895, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos são oriundos do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.896, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00 (hum bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.897, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.619.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.619.000,00 (cinquenta milhões, seiscentos e dezenove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.898, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho e à Presidência da República, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 1.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho e à Presidência da República, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 1.700.000,00 (um milhão, e setecentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados, no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.899, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00, para reforço da dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas geradas pelo Departamento de Imprensa Nacional, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.900, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

*Abre, a Encargos Financeiros da União
— Recursos sob Supervisão do Ministério
da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$
4.392.850.000,00, para reforço de dotações
consignadas no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 4.392.850.000,00 (quatro bilhões, trezentos e noventa e dois milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.901, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 11.937.975.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 11.937.975.000,00 (onze bilhões, novecentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da receita de Comercialização de Produtos Agropecuários, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-9-87.

DECRETO Nº 94.902, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de utilidade pública, nos termos do artigo 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º, in

fine, do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, o Hospital Rural de Pedras Altas, com sede na Rua Capistrano de Abreu, s/nº, na Vila de Pedras Altas, Terceiro Distrito de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 28.587/86).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO nº 94.903, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, nos termos do artigo 2º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º, *in fine*, do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, a Fundação Irmã Dulce, com sede e foro na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.904, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública a instituição que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarada de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, ao Centro Espírita Batuíra, com sede na QNA — 13, lote 34, na cidade de Taguatinga, Distrito Federal (Proc. nº MJ-6.706/86).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 94.905, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.750.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.750.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.906, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial das dotações indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas da atividade indicada nos Anexos I e II ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.907, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Emprego e Salário, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Emprego e Salário, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.908, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.909, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 28.258.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, itens VI e VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 28.258.000,00 (vinte e oito milhões, duzentos e cinquenta e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operações de crédito internas contratadas pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.910, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Abastecimento, o crédito suplementar de CZ\$ 626.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Abastecimento, o crédito suplementar de CZ\$ 626.000.000,00 (seiscentos e vinte e seis milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Taxa de Classificação de Produto Vegetal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.911, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 27.162.903.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens II, III e IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 27.162.903.000,00 (vinte e sete bilhões, cento e sessenta e dois milhões, novecentos e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.912, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00 (setecentos e cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO Nº 94.913, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.420.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.420.000.000,00 (nove bilhões, quatrocentos e vinte milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-9-87.

DECRETO N.º 94.914, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Marrecas», constituído dos lotes n.ºs 6,18 (parte) e 18-B, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Turvo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei n.º 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1.º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Fazenda Marrecas», constituído dos lotes n.ºs 6,18 (parte) e 18-B, com a área de 562,2062 (quinhentos e sessenta e dois hectares, vinte ares e sessenta e dois centiares), situado no município de Turvo, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n.º 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do marco 1 de coordenadas geográficas latitude 24°54'48"S e longitude 51°27'00"WGr, situado à margem esquerda do Rio Cachoeira, na divisa com o lote 5-A; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 5-A, com azimute verdadeiro de 352°30'00" e distância de 470,00m, até o marco 2; deste, segue por linha seca, confrontando com os lotes 16-A e 15-A, com azimute verdadeiro de 82°30'00" e distância de 780,00m, até o marco 3; deste, segue por linha seca, confrontando com os lotes 15-A e 3-A, com azimute verdadeiro de 14°50'00" e distância de 1.150,00m, até o marco 4, situado na divisa de terras de Pedro Mazur e outros; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras do referido Pedro Mazur e outros, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 99°50'00" e 160,00m, até o marco 5; 109°50'00" e 1.145,00m, atravessando o Rio Cachoeira, até o marco 6, situado na Foz do Rio Cachoeira com o Rio Marrecas; deste, segue à montante pela margem esquerda do referido Rio Marrecas, confrontando com terras de sucessores de Joaquim Gregório e outros, com a distância de 250,00m, até o marco 7, situado na divisa do lote 18 (remanescente); deste, segue por linhas secas, confrontando com terras do lote 18 (remanescente), com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias:

170°44'23" e 1.858,00m, até o marco 8 e 104°39'23" e 595,20m, até o marco 9, situado à margem de uma estrada secundária; deste segue margeando a referida estrada com a distância de 770,00m, até o marco 10; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 17, com azimute de 193°20'00" e distância de 300,00m, até o marco 11, situado na margem esquerda do Rio Marrecas; deste, segue à montante do referido rio, com distância de 520,00m, até o marco 12, situado na divisa com o lote 1; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 1, com azimute verdadeiro de 227°30'00" e distância de 555,00m, até o marco 13; deste segue por linha seca, confrontando com o lote 3, com azimute verdadeiro de 245°00'00" e distância de 575,00m, até o marco 14; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 3, com azimute verdadeiro de 160°00'00" e distância de 740,00m, até o marco 15; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 5, com azimute verdadeiro de 258°30'00" e distância de 810,00m, até o marco 16; deste, segue por linha seca, confrontando com os lotes 7, 8, 9 e 10, com azimute verdadeiro de 352°54'00" e distância de 1.149,50m, até o marco 17; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 11, com azimute verdadeiro de 78°30'00" e distância de 100,50m, até o marco 18; deste, segue por linha seca, confrontando com os lotes 11, 12 e 13, com azimute verdadeiro de 352°54'00" e distância de 1.152,00m, até o marco 19; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 13, com azimute verdadeiro de 258°30'00" e distância de 505,00m, até o marco 20; deste segue por linha seca, confrontando com o lote 14, com azimute verdadeiro de 352°54'00" e distância de 814,00m, atravessando o Rio Cachoeira até o marco 21, situado na margem esquerda do Rio Cachoeira; deste, segue à montante do referido rio, confrontando com os lotes 14, 15 e 16, com a distância de 2.120,00m, até o marco 1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta Geográfica — DSG-SG-22-V-B-VI, escala 1:100.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.915, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Colônia Piquiri», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º. É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Colônia Piquiri», com a área de 228,6120ha (duzentos e vinte e oito hectares, sessenta e um ares e vinte centiares), situado no Município de Cantagalo, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do marco 1, de coordenadas geográficas longitude 52°04'46''WGr e latitude 25°02'20''S, situado à margem da estrada municipal que liga Rio Bonito a Pinhalzinho, segue por linha seca, confrontando com o lote 37, com o azimuth verdadeiro de 358°10'00'' e distância de 600m, atravessando uma sanga sem nome, até o marco 2; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 36, com o azimuth verdadeiro de 358°10'00'' e distância de 325m, até o marco 3; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 35, com o azimuth verdadeiro de 358°10'00'' e distância de 340m, até o marco 4; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 34, com o azimuth verdadeiro de 358°10'00'' e distância de 455m, até o marco 5; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 43, com o azimuth verdadeiro de 268°50'00'' e distância de 1.160m, atravessando uma estrada vicinal, até o marco 6, situado à margem direita do Arroio do Tombo; deste segue à montante do referido arroio, margem direita, com a distância de 420m, até o marco 7, situado à margem esquerda do Arroio do Tombo; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 38, com o azimuth verdadeiro de 271°50'00'' e distância de 1.185m, até o marco 8; deste, segue por linha

seca, confrontando com o lote 39, com o azimute verdadeiro de 177°00'00" e distância de 480m, até o marco 9; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 38, com o azimute verdadeiro de 120°00'00" e distância de 1.140m, até o marco 10, situado à margem da estrada municipal que liga Pinhalzinho a Rio Bonito; deste, segue a referida estrada no sentido Pinhalzinho a Rio Bonito, com a distância de 1.460m, até o marco 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta de DSG, folha SG. 22-V-D-I, escala 1:100.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.916, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao artigo 52 do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º O art. 52 do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 52. Os professores contratados até 1º de abril de 1987, na forma do art. 15 do Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981, serão classificados na Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, nos termos do art. 54 deste Plano.

Parágrafo único. A classificação de que trata este artigo dependerá de habilitação em processo seletivo específico, devendo ocorrer em classe e nível idênticos à classe e nível da Carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, cujo salário, em 31 de março de 1987, correspondia ao percebido pelo servidor alcançado por este artigo.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen
Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.917, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 76.085, de 6 de agosto de 1975, que dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Fazenda.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A letra e do item I do art. 2º do Decreto nº 76.085, de 6 de agosto de 1975, fica acrescida do seguinte número:

- «Art. 2º
- I —
- e)
13. Comitê Brasileiro de Nomenclatura (CBN)».

Art. 2º O Comitê Brasileiro de Nomenclatura — CBN será presidido pelo Secretário Executivo da Comissão de Política Aduaneira.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a letra f do item II do art. 2º do Decreto nº 76.085, de 6 de agosto de 1975.

Brasília, 18 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.918, DE 21 DE SETEMBRO DE 1987

Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reduzida para dez por cento a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a mercadoria classificada no Código 97.04.04.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Ficam reduzidas, aos percentuais indicados, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias a seguir relacionadas, desdobradas dos respectivos Códigos sob a forma de destaques «ex», da Tabela a que se refere o artigo anterior.

Código		Mercadoria	Alíquota %
Posição	Subposição e Item		
22.09	13.99	Qualquer outro	100
	«ex»	Aperitivo de maçã	
39.07	02.99	Qualquer outro	8
	«ex»	Para resguardo de mercadorias transportadas ou estacionadas, confeccionadas com tecido de rafia de polietileno de alta densidade, revestido em ambas as faces com resina de polietileno de baixa densidade.	

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.919, DE 21 DE SETEMBRO DE 1987

Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas para 130% (cento e trinta por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias classificadas nos Códigos da Posição 22.03.00.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 94.920, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Fundação Educacional Regional Jaraguense.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.018486/87-71 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério, Séries Iniciais do 1º grau, 1ª a 4ª série e Educação Pré-Escolar, a ser ministrado em Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, pelo Centro de Ensino Superior da Fundação Educacional Regional Jaraguense.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.921, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao art. 37 do Decreto nº 83.079, de 23 de janeiro de 1979, que dispõe sobre o Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 37 do Capítulo VII do Decreto nº 83.079, de 23 de janeiro de 1979, que dispõe sobre o Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças do Exército (R-50), passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 37. A movimentação de oficial do QAO promovido ao primeiro posto, da Unidade de Tropa em que servia quando praça, será regulada pelo Ministro do Exército».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 94.922, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Institui a hora de verão no território nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição, e considerando as razões constantes da Exposição de Motivos nº 084, de 22 de setembro de 1987, do Ministro de Estado das Minas e Energia,

D E C R E T A :

Art. 1º A partir da 00:00 (zero) hora do dia 25 de outubro do corrente ano até 00:00 (zero) hora do dia 7 de fevereiro de 1988, vigorará no

território nacional a hora de verão, adiantada de 60 (sessenta) minutos em relação à hora legal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 94.923, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.019.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.019.000,00 (vinte e nove milhões e dezanove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira

DECRETO Nº 94.924, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor das Secretarias-Gerais, o crédito suplementar de CZ\$ 1.816.405.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor das Secretarias-Gerais, o crédito suplementar de CZ\$ 1.816.405.000,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quatrocentos e cinco mil cruzados); para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Cota-Parte da Contribuição Sindical e de Termos Aditivos aos Convênios firmados entre a Central de Medicamentos e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, e as Secretarias Estaduais de Saúde.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

On anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.925, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.926, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 132.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 132.500.000,00 (cento e trinta e dois milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.927, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 52.930.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar, de CZ\$ 52.930.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e trinta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II, deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.928, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 63.713.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 63.713.000,00 (sessenta e três milhões e setecentos e treze mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, de acordo com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.929, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, de CZ\$ 1.995.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.995.000.000,00 (um bi-

lhão, novecentos e noventa e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição do Salário-Educação.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.930, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 563.848.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 563.848.000,00 (quinhentos e sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de Operações de Crédito Externa contratada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.931, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 45.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.932, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 83.590.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades da Administração Direta e Indireta, o crédito suplementar de CZ\$ 83.590.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e noventa mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput*, do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.933, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 189.698.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 189.698.000,00 (cento e oitenta e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.934, DE 22 DE SETEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.746.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.746.000,00 (um milhão e setecentos e quarenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 23-9-87.

DECRETO Nº 94.935, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 14.075.238.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército, da Marinha, da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 14.075.238.000,00 (quatorze bilhões, setenta e cinco milhões e duzentos e trinta e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.936, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde e da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde e da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 9.400.000,00 (nove milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.937, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Justiça Eleitoral e à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 19.028.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça Eleitoral e à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 19.028.000,00 (dezenove milhões e vinte e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.938, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

*Abre a Encargos Gerais da União
— Recursos sob Supervisão do Ministério
da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$
475.014.000,00, para reforço de dotação con-
signada no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 475.014.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões e quatorze mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, ocorrerão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.939, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 363.976.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 363.976.000,00 (trezentos e sessenta e três milhões e novecentos e setenta e seis mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.940, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 34.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.941, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito suplementar de CZ\$ 416.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, e 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito suplementar de CZ\$ 416.000.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.942, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 542.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986), em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 542.000.000,00 (quinhentos e quarenta e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-9-87.

DECRETO Nº 94.943, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Educação Artística da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.021995/87-63 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Educação Artística, licenciatura plena com habilitação em Artes Plásticas, a ser ministrado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.944, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Comércio Exterior da Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.021994/87-09 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Comércio Exterior, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.945, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

Dispõe sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio),

D E C R E T A :

Art. 1º As terras indígenas, a que se refere o artigo 17 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, serão administrativamente demarcadas por iniciativa e sob orientação da Fundação Nacional do Índio — Funai, de acordo com as normas deste decreto.

Art. 2º A demarcação das terras ocupadas ou habitadas pelos indígenas, a que se refere o artigo 17, item I, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, será precedida de reconhecimento e delimitação das áreas.

§ 1º Equipe técnica procederá aos levantamentos e estudos sobre a identificação e delimitação das terras de que trata este artigo sob a coordenação da Fundação Nacional do Índio — Funai.

§ 2º A equipe técnica referida no § 1º, além do coordenador que será um antropólogo, sertanista ou indigenista da Funai, compor-se-á de representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, de órgão fundiário estadual e de outros órgãos federais, estaduais e municipais, julgados convenientes, a juízo da Funai.

§ 3º Quando se tratar de terras ocupadas ou habitadas pelos indígenas, localizadas na faixa de fronteira, participará também da composição da equipe técnica, prevista no parágrafo anterior, um representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 4º A Funai, louvando-se nos trabalhos da equipe técnica referidos no § 1º e levando em conta a antiguidade da ocupação indígena, a

existência de benfeitorias, povoados e projetos oficiais, bem assim a situação atual da área respectiva, proporá a sua demarcação.

Art. 3º A proposta da Funai será examinada por Grupo de Trabalho Interministerial que emitirá parecer conclusivo, submetendo-o à consideração dos Ministros do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e, quando se tratar de terras na Faixa de Fronteira, também ao Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

§ 1º O Grupo de Trabalho Interministerial a que se refere o *caput* deste artigo será composto de:

- dois representantes do Ministério do Interior, um dos quais será designado pelo Ministro como coordenador do grupo;
- um representante de cada entidade ou órgãos seguintes:
- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
- Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- Fundação Nacional do Índio;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e
- Órgão Fundiário Estadual.

§ 2º Eventualmente, a critério do coordenador, poderão ser convidados representantes de outros órgãos federais ou estaduais para assessoramento técnico do Grupo de Trabalho Interministerial.

§ 3º Em função do exame procedido e levando em consideração o interesse público, os interesses indígenas, os problemas sociais e outros, o Grupo de Trabalho Interministerial poderá sugerir o reestudo da área proposta.

§ 4º O Grupo de Trabalho Interministerial reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do seu coordenador.

§ 5º Aprovada a proposta, os Ministros do Interior, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário e, quando se tratar de terras na Faixa de Fronteira, também o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, baixarão Portaria Interministerial declarando a área como de ocupação indígena e estabelecendo seus limites, cuja demarcação far-se-á administrativamente pela Funai.

Art. 4º A demarcação das Terras Indígenas, obedecido o processo Administrativo deste decreto, será submetida à homologação do Presidente da República.

Parágrafo único. A Funai providenciará o registro da demarcação em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União e no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de situação das terras, após sua homologação.

Art. 5º A demarcação das áreas reservadas, de que trata o artigo 26, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, far-se-á com base na descrição dos limites contidos no ato do Poder Executivo, que as houver estabelecido.

Art. 6º A demarcação das terras de domínio das comunidades indígenas, referidas no artigo 32, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, far-se-á com base nos títulos dominiais respectivos.

Art. 7º Enquanto não forem concluídos os trabalhos de demarcação da totalidade das terras indígenas, não serão objeto de exame as propostas de alteração de limites de áreas já demarcadas.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

João Alves Filho

Rubens Bayma Denys

DECRETO Nº 94.946, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987

*Regulamenta o item I, do artigo 17, da
Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1.º Para os efeitos do item I, do artigo 17, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV e 198 da Constituição, classificam-se em:

I — área indígena, se ocupada ou habitada por silvícolas não aculturados, ou em incipiente processo de aculturação; e

II — colônia indígena, se ocupada ou habitada por índios aculturados ou em adiantado processo de aculturação.

Art. 2º Os critérios para avaliação do grau de aculturação dos grupos indígenas serão fixados pela Fundação Nacional do Índio.

Art. 3º Incumbe à Fundação Nacional do Índio:

I — quando se tratar de colônia indígena, coordenar as ações dos diferentes órgãos governamentais que visem ao desenvolvimento do silvícola e a sua integração progressiva; e

II — quando se tratar de área indígena, promover as ações que se fizerem necessárias à assistência aos silvícolas sem causar impactos negativos a sua cultura e tradições.

Art. 4º São mantidas as denominações dadas às terras demarcadas, homologadas e registradas no Serviço do Patrimônio da União e no Registro de Imóveis, até a data de expedição deste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

João Alves Filho

DECRETO Nº 94.947, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.948, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-9-87.

DECRETO Nº 94.949, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 25.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 25.800.000.000,00 (vinte e cinco bilhões e oitocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, conforme prevê o artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-9-87.

DECRETO Nº 94.950, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de CZ\$ 13.500.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas no artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987; e artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de CZ\$ 13.500.000.000,00 (treze bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o *caput* do artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e do artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-9-87.

DECRETO Nº 94.951, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.007740/86 (Edital nº 206/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Pioneira de Forquilha Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.952, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Nonoai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000612/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 30 de agosto de 1987, a concessão da Rádio Nonoai Ltda., outorgada através da Portaria nº 881, de 24 de agosto de 1977, para explorar, na cidade de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 30 de agosto de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.953, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio União de Toledo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000667/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 30 de setembro de 1987, a concessão da Rádio União de Toledo Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.229, de 25 de agosto de 1977, para explorar, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 30 de setembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.954, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Televisão Cultura de Maringá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000379/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 15 (quinze) anos, a partir de 16 de outubro de 1987, a concessão da Televisão Cultura de Maringá Ltda., outorgada através do Decreto nº 70.814, de 7 de julho de 1972, para explorar, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 16 de outubro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.955, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Integração Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000758/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 20 de setembro de 1987, a concessão da Sociedade Rádio Integração Ltda., outorgada através da Portaria nº 958, de 14 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de

Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 20 de setembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.956, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Fronteira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000293/87,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 14 de junho de 1987, a concessão da Rádio Difusora Fronteira Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.685, de 10 de maio de 1977, para explorar, na cidade de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.957, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000659/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 10 de novembro de 1987, a concessão da Fundação Nossa Senhora de Belém, outorgada através da Portaria nº 658, de 17 de outubro de 1967, para explorar, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 10 de novembro de 1987, revogadas a disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.958, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Rainha do Oeste da Altônia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Altônia, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000327/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 29 de setembro de 1987, a concessão da Rádio Rainha do Oeste de Altônia Ltda., outorgada através da Portaria nº 1.001, de 23 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.959, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a importação de aves matrizes, do gênero Palmípedes, para reprodução e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional, por um período de 5 (cinco) anos, a importação de aves matrizes, do gênero palmípedes (patos, gansos e marrecos).

Art. 2º As importações serão permitidas desde que obedecidas as normas sanitárias e zootécnicas expedidas pela Secretaria de Defesa Sanitária Animal e Secretaria de Produção Animal do Ministério da Agricultura e respeitadas as demais exigências contidas no Decreto nº 55.981 de 22 de abril de 1965.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Íris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.960, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 3.900.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 3.900.000.000,00 (três bilhões e novecentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos e atividades referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento das entidades, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.961, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.519.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I, II, III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro, de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.519.032.000,00 (seis bilhões, quinhentos e dezenove milhões e trinta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I, II, III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-9-87.

DECRETO Nº 94.962, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito especial de CZ\$ 6.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Serviço Nacional de Informações, o crédito especial de CZ\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-9-87.

DECRETO Nº 94.963, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 28-9-87.

DECRETO Nº 94.964, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.950.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.950.000.000,00 (dois bilhões e novecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 28-9-87.

DECRETO Nº 94.965, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Mulungu», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Mulungu», com a área de 1.206,6841ha (um mil, duzentos e seis hectares, sessenta e oito ares e quarenta e um centiares), situado no Município de Itapipoca, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 451.680,00m e N = 9.609.115,00m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa de terras de Joana de Almeida e Manoel Supriano Filho; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Manoel Supriano Filho, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 93°00'00" e 2.685,00m, até o ponto 2; 189°00'00" e 415,00m, até o ponto 3; 234°30'00" e 295,00m, até o ponto 4; 167°15'00" e 1.055,00m, até o ponto 5; deste, segue pela margem esquerda a montante do Rio Mundaú, confrontando com terras de Agro-Industrial do Nordeste S.A. (Agrinord), com os seguintes azimutes planos e distâncias: 243°00'00" e 360,00m, até o ponto 6; 293°15'00" e 215,00m, até o ponto 7; 223°00'00" e 685,00m, até o ponto 8; 255°30'00" e 485,00m, até o ponto 9; 166°45'00" e 255,00m, até o ponto 10; 212°00'00" e 90,00m, até o ponto 11; 264°15'00" e 200,00m, até o ponto 12; deste, segue pela margem esquerda a montante do Rio Mundaú, confrontando com terras de Gen. Goes, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 230°45'00" e 1.040,00m, até o ponto 13; 157°30'00" e 405,00m, até o ponto 14; deste, segue por linha seca, confrontando novamente com ter-

ras de Gen. Goes, com o seguinte azimuth plano de 274°15'00'' e distância de 1.670,00m, até o ponto 15; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Dr. Domingos Braga Barroso, com os seguintes azimuths planos e distâncias: 10°00'00'' e 265,00m, até o ponto 16; 36°00'00'' e 230,00m, até o ponto 17; 357°45'00'' e 565,00m, até o ponto 18; 281°00'00'' e 790,00m, até o ponto 19; 340°00'00'' e 750,00m, até o ponto 20; 11°00'00'' e 850,00m, até o ponto 21; 75°30'00'' e 1.120,00m, até o ponto 22; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Joana de Almeida, com o azimuth plano de 52°45'00'' e distância de 1.240,00m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SA.24-Y-D-VI, escala 1:100.000, ano 1972 e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.966, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Riacho das Lages», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Aracoiaba, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Riacho das Lages», com a área de 1.253,9983ha (um mil, duzentos e cinquenta e três hectares, noventa e nove ares e oitenta e três centiares), situado no Município de Aracoiaba, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 542.735,00m e N = 9.510.105,00m, referidas respectivamente ao MC 39°WGr e ao Equador, situado na divisa das terras de Raimundo Sinfoniano e Antonio Correia Dodó; deste, segue por linha seca confrontando com terras de Antonio Correia Dodó com os seguintes azimutes planos e distâncias: 140°40' e 2.920,00m, até o ponto 2; 204°05' e 110,00m até o ponto 3; 124°45' e 180,00m até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Rodrigues de Souza, com azimute plano de 205°45' e distância de 2.890,00m até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando ainda com terras de Francisco Rodrigues de Souza e Francisco Assis Vidal, com azimute plano de 253°30' e distância de 1.680,00m até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Fazenda Capivara (INCRA), com azimute plano de 345°00' e distância de 1.840,00m até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco de Assis Vidal, com azimute plano de 353°15' e distância de 1.740,00m, até o ponto 8; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Raimundo Francisco de Carvalho, com azimute plano de 14°00' e distância de 2.110,00m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de José Ângelo Correia, com azimute plano de 72°45' e distância de 120,00m até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Antonio Firmo de Oliveira, Luís Alves de Moraes, com azimute plano de 149°15' e distância de 1.215,00m até o ponto 11; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Benone Eduardo Rabelo, Raimundo Sinfoniano, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 63°45' e 515,00m até o ponto 12; 350°45' e 775,00m até o ponto 1, início da presente descrição perimetral (fontes de referência: Carta DSG, folha SB.24-X-A-I, escala 1:100.000, Município de Baturité-CE, ano 1969 e Registro do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: *a*) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; *b*) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.967, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Loteamento Fazenda Serra — Gleba I, Lotes nºs 99-A e 99-B», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Itaguatins e Sítio Novo de Goiás, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Loteamento Fazenda Serra — Gleba I, Lotes nºs 99-A e 99-B», com a área de 5.177,7311ha (cinco mil cento e setenta e sete hectares, setenta e três ares e onze centiares), situado nos Municípios de Itaguatins e Sítio Novo de Goiás, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1 cravado na margem direita do Córrego Camarão; deste, segue pelo referido córrego abaixo no sentido geral Nordeste e distância aproximada de 4.280,00m, chega-se ao marco 2; deste, com rumo de 31º24'32"SE e distância de 1.124,74m, chega-se ao marco 3; deste, com rumo de 66º01'36"SE e distância de 964,43m,

chega-se ao marco 4; deste, com rumo de 00°16'02''SE e distância de 2.023,08m, chega-se ao marco 5; deste, com rumo de 19°39'11''SW e distância de 1.049,15m, chega-se ao marco 6; deste, com rumo de 56°40'00''SW e distância de 1.020,04m, chega-se ao marco 7; deste, com rumo de 25°11'31''SW e distância de 612,83m, chega-se ao marco 8; deste, com rumo de 14°19'44''SW e distância de 155,68m, chega-se ao marco 9; deste, com rumo de 28°59'04''SW e distância de 451,41m, chega-se ao marco 10; deste, com rumo de 25°23'02''SW e distância de 791,71m, chega-se ao marco 11; deste, com rumo de 58°48'28''SW e distância de 369,60m, chega-se ao marco 12; deste, com rumo de 56°21'31''SW e distância de 333,00m, chega-se ao marco 13; deste, com rumo de 43°59'51''NW e distância de 1.219,03m, chega-se ao marco 14; deste, com rumo de 47°15'12''SW e distância de 2.003,35m, chega-se ao marco 15; deste, com rumo de 30°55'18''NW e distância de 2.302,00m, chega-se ao marco 16; deste, com rumo de 27°33'50''NW e distância de 140,06m, chega-se ao marco 17; deste, com rumo de 31°02'35''NW e distância de 1.642,91m, chega-se ao marco 18; deste, com rumo de 39°36'28''NW e distância de 88,64m, chega-se ao marco 19; deste, com rumo de 22°26'30''NW e distância de 105,04m, chega-se ao marco 20; deste, com rumo de 29°33'14''NW e distância de 749,10m, chega-se ao marco 21; deste, com rumo de 36°17'37''NW e distância de 54,01m, chega-se ao marco 22; deste, com rumo de 29°57'10''NW e distância de 1.477,57m, chega-se ao marco 23, cravado à margem direita do Córrego Camarão; deste, segue pelo Córrego Camarão acima no sentido geral Sudoeste e distância de 2.120,00m, chega-se ao marco 24; deste, com rumo de 29°53'36''NW e distância de 2.450,44m, chega-se ao marco 25; deste, com rumo de 47°58'13''NE e distância de 1.856,44m, chega-se ao marco 26; deste, com rumo de 42°05'48''SE e distância de 99,96m, chega-se ao marco 27; deste com rumo de 47°08'40''SW e distância de 100,00m, chega-se ao marco 28; deste, com rumo de 58°20'03''SE e distância de 255,83m, chega-se ao marco 29; deste, com rumo de 31°24'04''SW e distância de 99,97m, chega-se ao marco 30; deste, com rumo de 59°25'14''SE e distância de 1.765,15m, chega-se ao marco 31; deste, com rumo de 25°38'25''NE e distância de 896,01m, chega-se ao marco 32; deste, com rumo de 59°11'40''SE e distância de 212,90m, chega-se ao marco 33; deste, com rumo de 61°42'11''SE e distância de 41,73m, chega-se ao marco 34; deste, com rumo de 60°17'14''SE e distância de 3.209,39m, chega-se ao marco 01, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: planta de medição e demarcação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, elaborada na escala de 1:20.000, no ano de 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.968, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Ibuassu Velho», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Granja, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Ibuassu Velho», com a área de 1.447,7642ha (um mil, quatrocentos e quarenta e sete hectares, setenta e seis ares e quarenta e dois centiáres), situado no Município de Granja, Estado do Ceará, e compreendido em zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 260.060,00m e N = 9.631.855,00m referidas, respectivamente, ao meridiano central 39°WGr e ao Equador, situado na divisa de terras do divisor d'água da Serra das Flores e do Ibuacu Novo; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Ibuacu Novo, com azimuth de 92°30'00" e distância de 3.385m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Vila do Lago Seco, com azi-

mute plano de 143°30'00" e distância de 1.765m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Vila da Cruzinha, com azimuth plano de 174°45'00" e distância de 1.655m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Faz. Testa de Ferro, com azimuth plano de 260°30'00" e distância de 3.715m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com o divisor d'água da Serra das Flores com os seguintes azimuths planos e distâncias: 328°15'00" e 2.145m, até o ponto 6; 6°15'00" e 2.015m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: Carta DSG, folha SA.24-Y-C-II, escala 1:100.000, ano 1979 e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.969, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado «Vila Amazônia», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei

nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, parte do imóvel rural denominado «Vila Amazônia», com a área de 78.270.0000ha (setenta e oito mil, duzentos e setenta hectares), situado no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do P 1 (extremo norte), de coordenadas geográficas longitude 56°21'28''WGr e latitude 02°21'17''S, localizado na margem direita do Rio Amazonas e divisa estadual entre Amazonas e Pará; daí, segue por esta divisa no azimute verdadeiro de 205°20' e distância de 76.100m, até o P2, de coordenadas geográficas longitude 56°38'55''WGr e latitude 02°58'41''S, localizado na margem direita do Rio Mamuru; daí, segue descendo o referido rio, por esta mesma margem, cerca de 6.000m, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 56°39'31''WGr e latitude 02°56'00''S, localizado na confluência do Rio Mamuru com o Igarapé Arauá; daí, atravessando a foz do referido igarapé, por cerca de 1.000m, até o P4, de coordenadas geográficas longitude 56°39'58''WGr e latitude 02°55'45''S, localizado na margem direita do Rio Mamuru; daí, segue descendo o referido rio, por esta mesma margem, por cerca de 22.000m, até o P5, de coordenadas geográficas longitude 56°46'00''WGr e latitude 02°49'08''S, localizado na confluência do Rio Mamuru com o Rio Uaicurapá; daí, segue descendo o Rio Uaicurapá, por sua margem direita, cerca de 2.100m, até o P6, de coordenadas geográficas longitude 56°45'02''WGr e latitude 02°48'35''S, localizado na Foz do Igarapé Tracajá; daí, atravessando a referida foz, por cerca de 1.000m, até o P7, de coordenadas geográficas longitude 56°44'57''WGr e latitude 02°48'04''S, localizado na margem direita do Rio Uaicurapá; daí, segue descendo o referido rio, por esta mesma margem, cerca de 12.000m, até o P8, de coordenadas geográficas longitude 56°43'56''WGr e latitude 02°44'08''S, localizado na confluência do Rio Uaicurapá com o Paraná dos Ramos; daí, segue descendo o referido Paraná, por sua margem direita, cerca de 13.000m, até o P9, de coordenadas geográficas longitude 56°40'07''WGr e latitude 02°38'52''S, localizado na Foz do Paraná do Máximo; daí, segue atravessando esta foz, por cerca de 400m, chega-se ao P10, de coordenadas geográficas longitude 56°40'00''WGr e latitude 02°38'40''S, localizado na margem direita do Paraná dos Ramos; daí, segue Paraná abaixo, por cerca de 900m, até o P11, de coordenadas geográficas longitude 56°39'47''WGr e latitude 02°38'14''S, localizado na Foz do Lago Zé Açú; daí, atravessando esta foz, por cerca de 600m, chega-se ao P12, de coordenadas geográficas longitude 56°39'47''WGr e latitude 02°37'54''S, localizado na margem direita do Paraná dos Ramos; daí, segue descendo o referido Paraná, por cerca de 2.500m, até o P13, de coordenadas geográficas longitude 56°40'07''WGr e latitude 02°36'41''S, localizado na margem direita do Rio Amazonas; daí, segue descendo o Rio Amazonas por sua margem direita, cerca de

12.000m, até o P14, de coordenadas geográficas longitude 56°34'01''WGr e latitude 02°34'21''S, localizado à montante do Paraná do Parintins, daí, atravessando o referido Paraná, por cerca de 900m, chega-se ao P15, de coordenadas geográficas longitude 56°33'55''WGr e latitude 02°33'53''S, localizado na margem direita do Rio Amazonas; daí, segue descendo o Rio Amazonas, por essa mesma margem, cerca de 15.000m, até o P16, de coordenadas geográficas longitude 56°27'53''WGr e latitude 02°28'25''S, localizado à jusante do Paraná do Parintins; daí, atravessando o referido Paraná, por cerca de 500m, chega-se ao P17, de coordenadas geográficas longitude 56°27'40''WGr e latitude 02°28'19''S, localizado na margem direita do Rio Amazonas; daí, segue descendo o Rio Amazonas, por sua margem direita, por cerca de 18.000m, até o P1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta da DSG folhas SA-21-Z-A-I-II-III-IV, escala 1:100.000, ano 1981).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.970, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Gleba Vale Verde» ou «Vinagre — Lote 24», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do Incra como latifúndio por exploração, situado no Município de Nova Brasília, Estado de Mato Grosso, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Gleba Vale Verde» ou «Vinagre — Lote 24», com a área de 968,0000ha (novecentos e sessenta e oito hectares), situado no Município de Nova Brasilândia, no Estado de Mato Grosso, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.620, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: Partindo do marco 1, de coordenadas geográficas longitude 54°48'24" WGr e latitude 14°37'02"S, na encosta da Serra Azul e na divisa das terras de Thiago José de Oliveira e Jaime Segundino Hipólito, segue com o azimuth magnético de 168°30' e distância de 3.300m, até o marco 2; daí, segue com o azimuth magnético de 180°00' e distância de 2.300m, até o marco 3; do marco 1 ao marco 3, divisando com Thiago José de Oliveira e Jaime Segundino Hipólito; daí, segue com o azimuth magnético de 257°36' e distância de 3.080m, divisando com Artur Ferreira Coelho Neto até o marco 4; daí, segue com o azimuth magnético de 28°40' e distância de 1.220m, até o marco 5; daí, segue com o azimuth magnético de 356°12' e distância de 820m, até o marco 6; daí, segue com o azimuth magnético de 11°30' e distância de 4.200m, até o marco 7, da encosta da Serra Azul; do marco 4 ao marco 7, divisando com Jaime Segundino Hipólito; daí, segue com o azimuth magnético de 79°00' e distância de 1.000m, divisando naturalmente com a encosta da Serra Azul, até o marco 1, inicial da descrição do presente memorial (fontes de referência: Certidão Cartorial e Carta SD.21-Z-B-V, escala 1:100.000, ano de 1977 — da DSG).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.971, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lagoa do Mato», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA, como latifúndio por exploração, situado no Município de Camocim, Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lagoa do Mato», com a área de 2.463,2699ha (dois mil, quatrocentos e sessenta e três hectares, vinte e seis ares e noventa e nove centiares), situado no Município de Camocim, Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM E = 262.990,00m e N = 9.662.280,00m referidas respectivamente, ao meridiano central 39ºWGr e ao Equador, situado na divisa de terras de Assis Vieira e terras de Francisco Custódio; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de Raimundo Nonato Fontenele, Raimundo Ferreira Passos, Gregório Xavier Magalhães e Carlito Veras, com azimute plano de 175º45'00" e distância de 1.315m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Carlito Veras e terras de Raimundo Pereira, com azimute plano de 80º00'00" e distância de 5.520m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confron-

tando com terras do Projeto de Reflorestamento, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 161°15'00" e 610m, até o ponto 4; 75°45'00" e 375m, até o ponto 5; 161°15'00" e 2.025m, até o ponto 6; deste, segue por linha seca, confrontando com terras dos herdeiros de João Veira da Silva, com azimute plano de 265°00'00" e distância de 9.515m, até o ponto 7; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Carlito Veras e Manoel Inácio, com os seguintes azimutes planos e distâncias: 354°15'00" e 1.960m, até o ponto 8; 270°00'00" e 200m, até o ponto 9; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Hildenberg, Francisco Angelo e Terras da Faz. Nova Olinda, com azimute plano de 360°00'00" e distância de 1.620m, até o ponto 10; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Senhor Assis Vieira, com azimute plano de 90°15'00" e distância de 3.160m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SA.24-Y-C-II, escala 1:100.000, ano 1979 e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.972, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Lagoa das Quintas", classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Trairi e Paracuru, no Estado do Ceará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras *a*, *b*, *c* e *d*, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lagoa das Quintas», com a área de 535.2034ha (quinhentos e trinta e cinco hectares, vinte ares e trinta e quatro centiares), situado nos Municípios de Trairi e Paracuru, no Estado do Ceará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas UTM: E = 471.150,00m e N = 9.626.195,00m, referidas, respectivamente, ao meridiano central 39º WGr e ao Equador, situado na divisa das terras de Francisco Bastos Rodrigues e da Faísa; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da Faísa, com azimute plano de 106º00' e distância de 400m, até o ponto 2; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Luiz Lucas, com azimute plano de 104º15' e distância de 1.420m, até o ponto 3; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Otavio Baltar Rios, com azimute plano de 191º30' e distância de 2.930m, até o ponto 4; deste, segue por linha seca, confrontando com terras do Espólio de Américo Dias de Freitas, com azimute plano de 282º45' e distância de 1.800m, até o ponto 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Francisco Bastos Rodrigues, com azimute plano de 11º00' e distância de 3.000m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro (fontes de referência: Carta DSG, folha SA.24-Y-D-III — Paracuru, escala 1:100.000 ano 1972 e Certidão do Registro de Imóveis).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 94.973, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Aprova o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituída pelo Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971, que com este baixa.

Art. 2º Para consecução de seus objetivos, integrará a estrutura da Funag a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dotada de autonomia financeira.

Parágrafo único. Para o exercício da autonomia de que trata este artigo a ABC disporá de um Fundo Especial de Cooperação Técnica (Funec), de natureza contábil.

Art. 3º Compete à ABC:

I — coletar e gerar, para o Funec, recursos líquidos ou em espécie no País ou no exterior;

II — assumir obrigações de co-financiamento; e

III — fornecer apoio financeiro direto a programas e atividades de cooperação.

Art. 4º Mantém-se relativamente ao pessoal originário da extinta Subin/Seplan e vinculado a órgãos da administração pública federal direta e indireta a atual forma de remuneração, sendo-lhe assegurados os direitos e vantagens de que é titular, inclusive aqueles referentes ao uso de imóveis funcionais.

Art. 5º A ABC efetuará previsão em seu orçamento, a fim de ressarcir aos respectivos órgãos de origem das despesas de remuneração salarial de pessoal mencionado no artigo 4º.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971 e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

Aluizio Alves

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

CAPÍTULO I

Da Finalidade, Sede e Foro

Art. 1º A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituída pelo Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971, rege-se por este estatuto, na conformidade da Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971.

Art. 2º A Funag, pessoa jurídica de direito privado dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, terá a supervisão do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 3º O prazo de duração da Funag é indeterminado.

Art. 4º A Funag terá sede e foro no Distrito Federal, podendo manter escritório no País e no exterior.

Art. 5º É finalidade da Funag promover estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas com problemas da política externa do Brasil e das relações internacionais de modo geral, competindo-lhe em especial:

I — realizar e promover atividades culturais e pedagógicas no campo das relações internacionais;

II — realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais;

III — divulgar a política externa brasileira em seus aspectos gerais;

IV — contribuir para a formação no Brasil de uma opinião pública sensível aos problemas de convivência internacional;

V — promover, difundir e coordenar a cooperação técnica entre organizações e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;

VI — outras atividades compatíveis com suas finalidades e com este estatuto.

Parágrafo único. Para a realização dessas finalidades, a Funag poderá:

a) celebrar convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

b) prestar serviços a órgãos dos governos federal, estaduais e municipais e a organizações privadas, neste caso sempre mediante remuneração adequada; e

c) exercer suas atividades diretamente ou através de órgãos públicos e privados;

Art. 6º A Funag será representada, em juízo e fora dele, por seu Presidente.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

Art. 7º O patrimônio da Funag será constituído:

I — de dotação específica a ser consignada no orçamento da União e saldos orçamentários e financeiros existentes;

II — de subvenções da União, dos Estados e dos Municípios;

III — de bens que vier a adquirir a qualquer título;

IV — de recursos privados resultantes de doações e contribuições em dinheiro, valores, e bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas; e

V — de rendimento de qualquer natureza, que venha a auferir, com remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio e de prestação de serviços.

§ 1º A Funag poderá receber doações, legados, auxílios e contribuições para a constituição de fundos especiais e para custeio de serviços determinados.

§ 2º A Funag poderá contrair empréstimos, internos e externos, para o financiamento de suas atividades, mediante expressa autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 8º A Funag aplicará recursos na formação de um patrimônio rentável cujos resultados contribuirão para a garantia de sua manutenção.

Art. 9º Os recursos de que trata o art. 7º poderão ser aplicados:

I — em aquisição de bens imóveis de renda, de obras de arte, e de títulos públicos de emissão da União, dos Estados e Municípios; e

II — em outras operações efetuadas com instituições financeiras oficiais.

Art. 10. Os depósitos e a movimentação do numerário serão feitos, exclusivamente, em conta da Funag, em estabelecimentos oficiais de crédito.

Art. 11. Os bens e direitos da Funag serão utilizados exclusivamente para consecução de seus fins.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 12. São órgãos da Funag:

- I — o Conselho Curador;
- II — a Presidência;
- III — a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); e
- IV — o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI)

Parágrafo único. Serão aprovados pelo Conselho Curador os Regimentos Internos que definirão a estrutura básica e as normas de funcionamento do ABC e do IPRI.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Curador

Art. 13. O Conselho Curador, cuja Presidência caberá ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, será constituído de ... membros, sendo... natos e ... temporários, e composto de duas Câmaras: a Câmara de Relações Internacionais e a Câmara de Cooperação Técnica Internacional, que possuirão igual número de membros.

Art. 14. São membros natos do Conselho Curador:

- I — o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores;
- II — o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais do Ministério das Relações Exteriores;
- III — o Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores;
- IV — o Subsecretário-Geral de Administração e Comunicações do Ministério das Relações Exteriores;
- V — o Secretário de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores;
- VI — o Diretor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores;
- VII — o Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- VIII — o Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;

IX — o Chefe do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores;

X — o Chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores;

XI — o Secretário-Geral da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República;

XII — o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

XIII — o Secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

XIV — o Presidente do Banco do Brasil S.A.;

XV — o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 15. Os membros temporários e seus suplentes serão eleitos pelo Conselho Curador, por maioria absoluta, e escolhidos dentre pessoas de reconhecida experiência em assuntos internacionais ou que hajam contribuído de forma relevante para a criação, manutenção ou funcionamento da Funag.

§ 1º A duração do mandato dos membros temporários será de um triênio, e um terço dos membros será substituído anualmente. A primeira investidura será por tempo variável de um a três anos, conforme dispuser o ato de designação.

§ 2º Os representantes de fundações e outras entidades, se houver, poderão ser substituídos, a qualquer tempo, a critério das entidades representadas.

§ 3º No caso de vacância antes do término do mandato do titular ou suplente, far-se-á nova designação ou eleição para o período restante.

Art. 16. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente com a maioria de seus membros uma vez por ano.

Art. 17. A função de membro do Conselho Curador não será remunerada.

Art. 18. O Conselho Curador poderá reunir-se com a maioria de seus membros, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou mediante requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Parágrafo único. O Presidente da Funag poderá solicitar a convocação do Conselho Curador ao seu Presidente, sempre que necessário, para o desempenho das funções previstas nas letras *b* e *c* do item III, do art. 23.

Art. 19. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Art. 20. A ausência injustificada de qualquer membro a três reuniões consecutivas importa em perda do mandato.

Art. 21. É vedada a acumulação da função de Curador ou Suplente com qualquer outra de natureza técnica ou administrativa da Funag.

Art. 22. O Presidente da Funag ou seu substituto legal, o Diretor do IPRI e o Diretor Executivo da ABC participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto.

Art. 23. Ao Conselho Curador compete:

I — em relação às atividades gerais da Funag, deliberar sobre:

- a) as diretrizes gerais;
- b) as diretrizes da política de retribuição dos serviços prestados pela Funag, consideradas as condições de mercado;
- c) a proposta do Regimento Interno elaborado na forma deste Estatuto;
- d) proposta de alteração do Estatuto;
- e) programas anuais e plurianuais de investimentos, as respectivas alterações, e os programas de aplicação de recursos (art. 9º); e
- f) o orçamento e suas alterações.

II — em relação ao pessoal da Funag:

- a) aprovar o quadro de pessoal;
- b) definir as diretrizes gerais de política salarial;

III — em relação ao controle de gestão:

- a) deliberar sobre as contas, após a apresentação dos certificados e pareceres da auditoria interna;
- b) adotar as normas relativas a licitação para compras, obras, serviços e alienações;
- c) pronunciar-se sobre a aceitação de doações com encargos; e
- d) aprovar o relatório anual;

VI — em relação ao seu funcionamento, aprovar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO V

*Da Presidência e seus Órgãos**Seção I**Da Presidência*

Art. 24. O Presidente da Funag será o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o qual será assistido por uma Diretoria-Geral.

Parágrafo único. A função do Presidente e a de Diretor na Funag não serão remuneradas.

Art. 25. Ao Presidente da Funag incumbirá, em especial:

I — representar a Funag, em juízo e fora dele, podendo inclusive delegar poderes e constituir mandatários;

II — submeter ao Conselho Curador assuntos e documentos que por ele ou pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores devam ser aprovados, bem assim as informações necessárias à avaliação de resultados;

III — submeter ao Conselho Curador outras matérias de sua competência; e

IV — atender às requisições e solicitações dos órgãos que exerçam poder de controle sobre a Funag.

Art. 26. A Funag será gerida por um Diretor-Geral designado por seu Presidente, dentre os funcionários do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, após aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 27. O Diretor-Geral é responsável pela orientação, direção e coordenação das atividades administrativas e financeiras da Funag, e pelo cumprimento das normas e determinações legais, competindo-lhe, em particular:

I — encaminhar ao Presidente os assuntos e documentos que devam ser submetidos ao Conselho Curador.

II — elaborar proposta de Regimento Interno da Funag, que será submetido ao Conselho Curador;

III — submeter ao Conselho Curador propostas de regimentos autônomos relativos ao IPRI e à ABC, elaboradas pelos respectivos diretores;

IV — fixar normas de organização, com exceção das do IPRI e da ABC;

V — elaborar e encaminhar propostas de alteração de Regimento Interno;

VI — dirigir, coordenar e controlar as atividades dos Serviços Auxiliares;

VII — apresentar a proposta de orçamento-programa, a prestação anual de contas e o relatório anual da Funag;

VIII — acompanhar e controlar a execução de convênios, contratos e projetos descentralizados em que a Fundação seja parte, com exceção daqueles da competência da ABC e do IPRI, a não ser quando solicitado;

IX — responsabilizar-se pelos atos de administração patrimonial; e

X — elaborar e submeter ao Presidente da Funag o plano de cargos e salários do pessoal.

Art. 28. A Diretoria-Geral será composta das seguintes Diretorias Adjuntas, subordinadas ao Diretor-Geral:

I — Diretoria Adjunta Administrativa e Financeira;

II — Diretoria Adjunta do Fundo Especial do Patrimônio Cultural;

III — Diretoria Adjunta de Apoio Editorial e Documentação.

Parágrafo único. A estrutura das Diretorias Adjuntas será fixada pelo Regimento Interno da Funag.

CAPÍTULO VI

Da Agência Brasileira de Cooperação

Art. 29. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é o organismo destinado a apoiar as atividades de que trata o item IV do art. 4º do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987.

Art. 30. Cabe à ABC, no âmbito do Sistema de Cooperação Técnica Internacional, cujo órgão central é o Ministério das Relações Exteriores, operar programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento, entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, nos termos da política externa brasileira.

Art. 31. Incumbe à ABC, entre outras atividades:

I — articular órgãos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, públicos e privados, inclusive instituições de ensino e pesquisa, para participação em programas de cooperação técnica;

II — promover e organizar a participação de empresas privadas em programas de cooperação técnica;

III — celebrar convênios internos;

IV — propor e coordenar programas de cooperação técnica e executar os programas aprovados pelo Ministério das Relações Exteriores;

V — acompanhar e avaliar a execução dos programas de cooperação técnica;

VI — assessorar o Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores no exame da viabilidade e dos resultados de programas de cooperação técnica;

VII — assessorar tecnicamente o órgão central de planejamento da União no processo de elaboração orçamentária, no tocante aos projetos e atividades de cooperação técnica internacional a serem desenvolvidos pelos demais Ministérios;

VIII — analisar, em conjunto com os Ministérios responsáveis pela formulação de planos e políticas globais e setoriais, o mérito dos projetos e atividades de cooperação técnica internacional, possibilitando ao Ministério das Relações Exteriores negociação de Programa Global de Cooperação com as respectivas fontes externas;

IX — processar, difundir e repassar aos destinatários os dados referentes à oferta e à demanda de cooperação internacional;

X — selecionar ou apontar instituições e pessoal técnico habilitados a participarem de projetos de cooperação técnica internacional;

XI — organizar cursos, estágios e visitas de missões;

XII — administrar os recursos humanos, materiais e financeiros à sua disposição; e

XIII — organizar ações ligadas ao Voluntariado Internacional.

Art. 32. A administração superior da ABC será exercida pelo Conselho de Administração, que terá por finalidade definir as diretrizes da Agência, estabelecer prioridades para a execução dos programas de cooperação técnica e acompanhar a execução desses programas.

Parágrafo único. O Conselho de Administração será integrado pelo Presidente da Funag, pelos Subsecretários Gerais e pelo Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 33. Diretor-Executivo da ABC será o Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 34. O Diretor-Executivo será assessorado pelo Grupo Técnico Consultivo (GTC).

Parágrafo único. O GTC é um órgão de assessoramento interinstitucional, composto de outros Ministérios e instituições ligados às atividades de cooperação técnica.

Art. 35. Ao Diretor-Executivo da ABC incumbirá:

- I — elaborar o projeto de regimento interno da ABC;
- II — dirigir a Agência, praticando os atos necessários à sua administração;
- III — submeter ao Conselho Curador, por intermédio do Presidente da Funag:
 - a) o relatório anual;
 - b) a prestação de contas anual.
- IV — propostas de modificação do Estatuto; e
- V — a edição de normas de organização relativas à ABC.

CAPÍTULO VII

Do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais

Art. 36. O Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) será dirigido por um diretor, designado, dentre os funcionários do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, pelo Presidente da Funag, após aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 37. Ao Diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) incumbe:

- I — elaborar o projeto de regimento interno do IPRI;
- II — dirigir o Instituto, praticando os atos necessários à sua administração;
- III — submeter ao Presidente da Funag a prestação de contas anual relativa às suas atividades;
- IV — submeter ao Presidente da Funag um relatório anual;
- V — propor ao Presidente da Funag a contratação de técnicos e especialistas que deverão atuar no âmbito de estudos e pesquisas de relações internacionais;
- VI — propor a modificação do Estatuto; e
- VII — editar normas de organização relativas ao IPRI.

Art. 38. Ao IPRI incumbe promover e divulgar:

- I — estudos e pesquisas sobre problemas atinentes às relações internacionais;

II — a coleta e sistematização de documentos relativos a seu campo de atuação;

III — o intercâmbio científico e colaboração com instituições congêneres nacionais, estrangeiras e internacionais; e

IV — cursos, conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

CAPÍTULO VIII

Do Controle de Resultados e de Legitimidade

Art. 39. A Funag contará com auditoria interna como unidade de sua estrutura orgânica, diretamente subordinada ao Presidente da Fundação, com a incumbência de:

I — efetuar controle e avaliação de resultados, de conformidade com as Normas de Organização;

II — reunir e elaborar documentos e informações a serem fornecidos ao Conselho Curador e a outros órgãos que exerçam poder de controle sobre a Funag; e

III — executar tarefas relacionadas com o seu campo de atividade determinadas pelo Presidente da Funag.

Art. 40. A Funag fornecerá os documentos requisitados pelos órgãos competentes, necessários ao controle de resultados, e dará condições para a realização do controle de legitimidade.

CAPÍTULO IX

Do Regime Financeiro

Art. 41. O exercício financeiro da Funag coincide com o ano-calendário.

Art. 42. A prestação anual de contas da Funag, que incluirá as da ABC e do IPRI, será apresentada ao seu Presidente para posterior apreciação pelo Conselho Curador e deverá conter os seguintes elementos:

I — balanço patrimonial;

II — balanço orçamentário;

III — balanço financeiro; e

IV — certificado de auditoria independente sobre a exatidão das contas e dos balanços.

§ 1º Os balanços serão consolidados e incluirão os da ABC e do IPRI.

§ 2º A prestação de contas será submetida ao Conselho Curador e, aprovada, será apresentada ao Ministro de Estado das Relações Ex-

teriores, acompanhada do relatório anual (Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971, art. 2º parágrafo único).

CAPÍTULO X

Do Regimento Interno

Art. 43. O funcionamento da Funag obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno e em Normas de Organização que regularão:

I — em relação às atividades-meio:

a) os recursos institucionais, compreendendo a estrutura administrativa, as atribuições das unidades e a competência dos dirigentes, chefes e encarregados;

b) os recursos humanos, financeiros, patrimoniais e materiais;

c) o sistema de administração dos recursos;

II — em relação à avaliação de desempenho:

a) o controle de resultados;

b) o controle de legitimidade;

c) o sistema contábil e de apuração dos custos.

CAPÍTULO XI

Do Regime de Pessoal

Art. 44. O regime jurídico de pessoal da Funag é o da legislação trabalhista.

§ 1º O Plano de Cargos e Salários da Funag, após aprovado pelo seu Conselho Curador, será submetido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais (CISE), na forma da legislação vigente.

§ 2º A Fundação poderá requisitar, por intermédio do Ministro de Estado das Relações Exteriores, servidores de outros órgãos da administração federal, direta e indireta, para o cumprimento de suas finalidades.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 45. A ABC e o IPRI funcionarão sob regime de administração delegada, devendo seus atos de gestão orçamentária e financeira serem aprovados pelo Conselho Curador.

Art. 46. A proposta de alteração do Estatuto poderá ocorrer por iniciativa do Presidente da Funag ou de um terço, no mínimo, dos membros do Conselho Curador.

§ 1º A proposta será encaminhada a cada um dos membros do Conselho Curador, o qual poderá, dentro do prazo de quinze dias, reunir-se na forma prevista neste Estatuto para deliberação.

§ 2º A proposta de alteração será dada por aprovada pelo Conselho Curador, se contar com metade mais um dos votos de seus membros incluindo-se o voto do seu Presidente.

Art. 47. As alterações estatutárias serão encaminhadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Presidente da República para aprovação.

Art. 48. As Câmaras de Relações Internacionais e a de Cooperação Técnica Internacional, previstas no art. 12, bem como o Grupo Técnico Consultivo da ABC previsto no art. 34, serão regulados pelos regimentos do IPRI e da ABC.

Art. 49. A primeira investidura dos membros temporários do Conselho Curador far-se-á por um, dois ou três anos, para fins de aplicação do critério de renovação pelo terço (art. 15, § 1º).

Parágrafo único. Os mandatos de maior duração caberão àqueles que alcançaram maior número de votos.

Brasília, 25 de setembro de 1987.

Paulo Tarso Flecha de Lima

DECRETO Nº 94.974, DE 28 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza a alienação de bem imóvel pertencente ao patrimônio da Fundação Universidade Federal de Viçosa, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e nos termos da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Fundação Universidade Federal de Viçosa autorizada a alienar do bem territorial, pertencente ao seu patrimônio, situa-

do na zona rural do Município de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, a seguir especificado: uma área de terreno com 10,28 ha, localizada acima da BR-120, com a seguinte linha divisória e confrontação: partindo de um marco de concreto, aflorando cinquenta centímetros (0,50m), cravado na margem direita da Rodovia BR-120, nas confrontações com propriedades de Geraldo Hélio dos Santos, e descendo pelas divisas com a rodovia, vai até um segundo marco, idêntico ao primeiro, cravado na margem da rodovia, nas confrontações com terrenos do Professor José de Alencar, subindo por essas divisas, por cerca de arame, vai confrontando com os terrenos do Professor José de Alencar e, depois, com propriedades de Francisco Alves da Silva, até um valo, nas divisas com propriedade de Geraldo Hélio dos Santos; seguindo por este valo e, depois, por cerca de arame, vai até fechar-se no ponto de partida. Referida área é desmembrada de uma área total de 1.325.965 ha, de que a Fundação Universidade Federal de Viçosa é senhora e legítima proprietária e possuidora, havida a propriedade por doação do Governo do Estado de Minas Gerais, conforme escritura pública de doação lavrada em 4/1/71, à fl. 158, Livro 88-A, do Cartório do 6º Ofício da Comarca de Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais, e registrada no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Viçosa, no livro 3-BD, sob o nº 36.156, em 4/3/71. A área a alienar não possui nenhuma benfeitoria, além da cerca de arame na divisa com os terrenos do Professor José Alencar.

Art. 2º A alienação de que trata o artigo anterior será feita em processo licitatório, nos termos do Decreto-lei nº 2.300, de 21-11-86, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.348, de 24-7-87, estando a área avaliada em CZ\$ 10.280.000,00 (dez milhões, duzentos e oitenta mil cruzados).

§ 1º O produto da alienação, qualquer que seja o valor apurado, será empregado, integralmente, pela fundação, na construção do Colégio Universitário, mantido pela mesma, atendendo as determinações do artigo 4º da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974.

Art. 3º A escritura pública de Venda da área de terreno, cuja alienação é autorizada pelo art. 1º, será assinada pelo Reitor da Fundação Universidade Federal de Viçosa.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.975, DE 28 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 613.442.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 613.442.000,00 (seiscentos e treze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas — Tesouro, pelo Ministério da Marinha e classificadas como «Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, Cota-Parte da Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás e Tarifa de Utilização de Faróis».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 29-9-87.

DECRETO Nº 94.976, DE 28 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 5.392.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 5.392.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e noventa e dois milhões de cruzados) para reforço da dotação indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes do excesso de arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos — IULCLG.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 29-9-87.

DECRETO Nº 94.977, DE 28 DE SETEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.610.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.610.000,00 (dezessete milhões, seiscentos e dez mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II, deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 29-9-87.

DECRETO Nº 94.978, DE 28 DE SETEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 29-9-87.

DECRETO Nº 94.979, DE 29 DE SETEMBRO DE 1987

Reestrutura o Conselho Federal de Cultura, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Conselho Federal de Cultura, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura, nos termos do Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986, será composto de 24 (vinte e quatro) membros, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Cultura, escolhidos dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, será considerada a necessidade de nele se representarem todas as áreas de atuação do Ministério da Cultura.

§ 2º O mandato do membro do Conselho Federal de Cultura será de três anos, permitida uma recondução.

§ 3º Na ocorrência de vacância do cargo de membro do Conselho, a substituição se dará para completar o mandato, admitida a recondução nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º Na hipótese de afastamento temporário de membro do Conselho, o Ministro de Estado designará substituto, enquanto durar a licença do titular.

§ 5º As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público, e o seu exercício terá prioridade sobre os cargos públicos de que sejam titulares os Conselheiros.

Art. 2º A Presidência do Conselho Federal de Cultura será exercida pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 3º O Vice-Presidente, eleito por seus pares, em escrutínio secreto, para um período de 3 (três) anos, substituirá o Presidente, em caso de ausência, a exercerá as funções administrativas que forem por este expressamente delegadas. Terminado o mandato de membro do Conselho, extingue-se o mandato do Vice-Presidente.

Art. 4º Ao Conselho Federal de Cultura, além do assessoramento ao Ministro de Estado da Cultura, na formulação e definição de diretrizes e estratégias para a ação governamental na área cultural, compete:

I — coordenar estudos com vistas à formulação da política cultural do País pelo Ministro de Estado;

II — articular-se com os demais órgãos do Ministério, com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas culturais;

III — colaborar com os Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, nos diferentes segmentos de suas atividades;

IV — emitir pareceres em assuntos que lhe forem submetidos pelo Ministro de Estado;

V — submeter à homologação do Ministro de Estado os atos e resoluções aprovados em plenário, sempre que fixem normas de caráter geral;

VI — propor ao Ministro de Estado, para a devida aprovação, o seu Regimento Interno, que estabelecerá normas de funcionamento e sua estrutura administrativa, respeitadas as diretrizes deste decreto.

Art. 5º Será respeitado o mandato dos atuais membros do Conselho Federal de Cultura.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos nºs 74.583, de 20 de setembro de 1974, 85.881, de 8 de abril de 1981, 88.146, de 3 de março de 1983 e 92.000, de 28 de novembro de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Celso Furtado

DECRETO Nº 94.980, DE 29 DE SETEMBRO DE 1987

Cria o «Salão de Conferências Gilberto Freyre», na cidade do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Passa a denominar-se «Salão de Conferências Gilberto Freyre» o auditório situado na 2ª sobreloja do Palácio Gustavo Capane-ma, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º Caberão ao Ministério da Cultura as providências necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Celso Furtado

DECRETO Nº 94.981, DE 29 DE SETEMBRO DE 1987

Cria a Comissão de Assessoramento Artístico ao Banco Central do Brasil — Com-Arte.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Assessoramento Artístico ao Banco Central do Brasil — Com-Arte, com o objetivo de assistir à Autarquia em assuntos que, embora de caráter técnico, comportem tratamento de natureza artística.

Art. 2º A Com-Arte estudará e proporá ao Banco Central do Brasil esquema específico para as questões relacionadas com a emissão de moedas, inclusive as comemorativas.

Art. 3º A Com-Arte terá a seguinte constituição:

- I — um representante do Ministério da Cultura;
- II — um representante da Presidência da República;
- III — dois representantes dos artistas plásticos brasileiros, designados pelo Ministro da Cultura;
- IV — um representante do Banco Central do Brasil;
- V — um representante da Casa da Moeda do Brasil.

Parágrafo único. Quando necessário, e para participação em trabalhos específicos, a Com-Arte poderá solicitar ao Ministro da Cultura a designação de integrantes temporários.

Art. 4º O Banco Central do Brasil dará suporte administrativo à Com-Arte, cabendo a seu representante a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Celso Furtado

DECRETO Nº 94.982, DE 29 DE SETEMBRO DE 1987

*Altera a composição da Comissão de
Coordenação Financeira.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 94.446, de 12 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º A Comissão de Coordenação Financeira terá a seguinte composição:

I — Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, que será o seu Presidente;

II — Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, que será o seu Vice-Presidente;

III — Secretário do Tesouro Nacional, que será o seu Secretário-Executivo;

IV — Secretário da Receita Federal;

V — Secretário Especial de Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda;

VI — Secretário de Controle de Empresas Estatais;

VII — Secretário de Orçamento e Finanças, da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

VIII — Secretário Especial de Coordenação Econômica e Social da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

IX — Diretor de Orçamento e Controle do Banco do Brasil S.A.;

X — Chefe do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil.

§ 1º As atividades da CCF serão coordenadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Fazenda, cabendo à Secretaria do Tesouro Nacional o encargo de Secretaria Executiva da mesma Comissão.

§ 2º A CCF poderá solicitar a presença de dirigentes ou servidores de órgãos ou entidades públicas para prestar esclarecimentos sobre os assuntos submetidos à sua consideração.

§ 3º A CCF não disporá de quadro próprio de pessoal, cabendo aos órgãos e entidades nela representados prestar-lhe todo o apoio técnico e administrativo.

§ 4º Os membros da CCF não farão jus a qualquer tipo de retribuição por sua participação na comissão.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.983, DE 29 DE SETEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 92.889, de 7 de julho de 1986.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 92.889, de 7 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 4º

§ 1º Consideram-se membros auxiliares da Consultoria-Geral da República os Assessores Técnicos e os Diretores de Divisão, escolhidos dentre profissionais idôneos de nível superior.

§ 2º O Secretário-Geral, os Consultores da República e os Assessores Técnicos serão bacharéis em Direito.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

APENSO

No «Apenso» dos volumes da «Coleção das Leis» figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e republicações publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

Página original em branco

I — DECRETOS

DECRETO Nº 94.537, DE 30 DE JUNHO DE 1987

*Dá nova redação ao art. 13 do Decreto
nº 75.508, de 18 de março de 1975.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 13 do Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação, mantido seu parágrafo único:

«Art. 13 Os programas e projetos de iniciativa do setor público serão apreciados por Grupo Técnico Especial, constituído de representantes do Gabinete Civil da Presidência da República, da Caixa Econômica Federal e do Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA.

.....»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza.

DECRETO Nº 94.538, DE 30 DE JUNHO DE 1987

*Altera os arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº
91.248, de 15 de maio de 1985, que dispõe so-
bre a finalidade, estrutura e competência do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Ur-
bano — CNDU.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 91.248, de 15 de maio de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 3º Integram o Plenário do CNDU:

- I —
- II —
- III —
- IV —
- V —
- VI —
- VII —

VIII — O Secretário do Desenvolvimento Urbano do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que será o seu Secretário-Executivo.

§ 1º Os Conselheiros a que se referem os incisos V e VI deste artigo serão indicados, em lista triplice, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e designados pelo Presidente da República, com mandato de dois anos.

§ 2º Os Conselheiros mencionados nos Incisos II, III, IV e VII serão designados pelo Presidente da República e suas pos- ses ocorrerão na primeira reunião do Conselho, apos a publica- ção do ato de nomeação no *Diário Oficial*.

§ 3º

§ 4º

Art. 5º O Secretário-Executivo do CNDU será substi- tuído, em suas faltas e impedimentos, por um Secretário- Executivo-Adjunto, nomeado pelo Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambientê.

Art. 6º O apoio técnico e administrativo ao CNDU será prestado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Minis- tério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

.....»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Deni Lineu Schwartz

RETIFICAÇÃO

I — DECRETO

DECRETO Nº 93.088, DE 8 DE AGOSTO DE 1986

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 18, subscrito por Argentina, Brasil, México, Uruguai e Venezuela, no setor da indústria fotográfica.

RETIFICAÇÃO

— Na página 11898, na 2ª coluna, no Art. 1º,

Onde se lê: De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1986 ...

Leia-se: A partir de 1º de janeiro de 1986 ...

DECRETO Nº 94.403, DE 4 DE JUNHO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.538, de 6 de novembro de 1986, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento — PFND.

RETIFICAÇÃO

— No artigo 1º, *caput*,

Onde se lê: Os incisos II, III e VII ...

Leia-se: Os incisos II, III e VIII ...

— No artigo 1º, na transcrição dos incisos, onde se lê:

»...

VII — Secretário de Controle das Empresas Estatais do Ministério da Fazenda;»

Leia-se: «...

VIII — Secretário de Controle das Empresas Estatais do Ministério da Fazenda;»

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VOLUME VI

A

ABATEDOURO — Construção e reaparelhamento. Dispõe. Decreto nº 94.554, de 7 de julho de 1987.

ACORDO — V. Atos Internacionais.

ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

— Pessoal e Encargos Sociais. Despesas. Proíbe. Decreto nº 94.667, de 23 de julho de 1987.

— Pessoal e Encargos Sociais. Limite de Despesas. Fixa. Decreto nº 94.665, de 23 de julho de 1987.

— Pessoal. Serviços de Terceiros. Redução de Dispendios. Dispõe. Decreto nº 94.666, de 23 de julho de 1987.

— Preços nos Contratos. Reajustes. Regulamenta. Decreto nº 94.684, de 24 de julho de 1987.

ADMINISTRAÇÃO — V. Curso.

ADMISSÃO DE PESSOAL — V. Administração Federal.

ÁLICALIS DO RIO GRANDE DO NORTE S.A. — V. Empresas Estatais.

ALIENAÇÃO — V. Universidade Federal de Viçosa (MG).

ANTÁRTICA — V. Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

ÁREA INDÍGENA

— Caracarái (RR). Índios Waimiri-Atroari. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987.

— Euclides da Cunha (BA). Indígenas Kaibé. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.607, de 14 de julho de 1987.

— Gal. Gomes Carneiro (MT). Indígenas Xavante. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.605, de 14 de julho de 1987.

— Itacarambi (MG). Demarcação. Homologa. Decreto nº 94.608, de 14 de julho de 1987.

— Itaituba (PA). Índios Munduruku. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.604, de 14 de julho de 1987.

— Itapiranga (AM). Índios Waimiri-Atroari. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987.

— Juara (MT). Índios Apiaká e Kayabi. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.602, de 14 de julho de 1987.

— Nova Airão (AM). Índios Waimiri-Atroari. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987.

— Petrolândia (PE). Demarcação. Homologa. Decreto nº 94.603, de 14 de julho de 1987.

— Poxoréu (MT). Indígenas Xavante. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.605, de 14 de julho de 1987.

— Presidente Figueiredo (AM). Índios Waimiri-Atroari. Ocupação. Declara. Decreto nº 94.606, de 14 de julho de 1987.

— Santos (SP). Ocupação e homologação. Declara. Decreto nº 94.568, de 8 de julho de 1987 (publicado no D.O. de 9-7-87 e republicado no D.O. de 10-7-87).

— São Sebastião (SP). Ocupação e homologação. Declara. Decreto n° 94.568, de 8 de julho de 1987 (publicado no *D.O.* de 9-7-87 e republicado no *D.O.* de 10-7-87).

— Tacaratu (PE). Demarcação. Homologa. Decreto n° 94.603, de 14 de julho de 1987.

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL — Penalidades. Altera. Decreto n° 94.764, de 11 de agosto de 1987.

ARGENTINA — V. Atos Internacionais.

ARQUITETURA E URBANISMO — V. Curso.

ARTES PRÁTICAS — V. Curso.

ASCENSÃO FUNCIONAL — V. Ministério da Previdência e Assistência Social.

ATOS INTERNACIONAIS

— Acordo Comercial n° 10. Quarto Protocolo. Setor da Indústria de Máquinas de Escritório. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.577, de 9 de julho de 1987 (publicado no *D.O.* de 10-7-87 e republicado no *D.O.* de 18-8-87).

— Acordo n° 1 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas. Décimo Primeiro Protocolo Adicional. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.728, de 5 de agosto de 1987.

— Acordo n° 3 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas. Sexto Protocolo Adicional. Brasil e Chile. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.727, de 5 de agosto de 1987.

— Acordo n° 8 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas. Quarto Protocolo Adicional. Brasil e Bolívia. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.546, de 2 de julho de 1987.

— Acordo n° 9 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas (1962/1980). Terceiro Protocolo Adicional. Brasil e México. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.594, de 10 de julho de 1987.

— Acordo n° 12 de Alcance Parcial. Sexto Protocolo Adicional. Brasil e Peru. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.659, de 21 de julho de 1987.

— Acordo n° 2 de Complementação Econômica. Sexto Protocolo Adicional. Brasil e Uruguai. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.547, de 2 de julho de 1987.

— Acordo Regional de Abertura de Mercados em favor da Bolívia, do Equador e do Paraguai (n°s 1, 2, 3). Segundo Proto-

colo Adicional. Execução. Dispõe. Decreto n° 94.595, de 10 de julho de 1987.

— Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação. Acordo. Promulga. Decreto n° 94.576, de 9 de julho de 1987.

B

BANCO CENTRAL DO BRASIL — Comissão de Assessoramento Artístico. Cria. Decreto n° 94.981, de 29 de setembro de 1987.

BOLÍVIA — V. Atos Internacionais.

C

CÂMARA DOS DEPUTADOS — V. Crédito Suplementar.

CANAIS (rádio e televisão) — V. Radiodifusão.

CAPITAL AUTORIZADO

— Companhia Nacional de Alcalis. Decreto n° 94.878, de 16 de setembro de 1987.

— Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA). Decreto n° 94.789, de 20 de agosto de 1987.

CAPITAL SOCIAL

— Casa Moeda do Brasil (CMB). Decreto n° 94.589, de 10 de julho de 1987.

— Companhia Brasileira de Infraestrutura Fazendária (INFRAZ). Decreto n° 94.855, de 8 de setembro de 1987.

— Companhia Nacional de Alcalis. Decreto n° 94.878, de 16 de setembro de 1987.

— Empresa Pública Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Decreto n° 94.796, de 20 de agosto de 1987.

— Meridional Crédito Imobiliário S.A. Decreto n° 94.689, de 27 de julho de 1987.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE — V. Salão de Exposições Carlos Drummond de Andrade.

CARREIRA DE MAGISTÉRIO — V. Ministério da Educação.

CASA MOEDA DO BRASIL (CMB) — V. Capital Social.

CHILE — V. Atos Internacionais.

CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO — V. Curso.

CIÊNCIAS — V. Curso.

- COMBUSTÍVEIS — Álcool. Comercialização. Escoamento. Estocagem. Normas. Estabelece. Decreto nº 94.541, de 1º de julho de 1987.
- COMÉRCIO EXTERIOR — V. Curso.
- COMÉRCIO — V. Funcionamento Permanente.
- COMISSÃO BRASILEIRA DE ATIVIDADES ESPACIAIS (COBAE) — V. Missão Espacial Completa Brasileira.
- COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO ARTÍSTICO AO BANCO CENTRAL DO BRASIL (COM-ARTE) — V. Banco Central do Brasil.
- COMISSÃO EXECUTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAVEGAÇÃO INTERIOR E DAS VIAS NAVEGÁVEIS (CENAV) — Criação. Dispõe. Decreto nº 94.553, de 6 de julho de 1987.
- COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS ANTÁRTICOS (CONANTAR) — Composição. Altera. Decreto nº 94.679, de 24 de julho de 1987.
- COMITÊ BRASILEIRO DE NOMENCLATURA (CBN) — V. Ministério da Fazenda.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA FAZENDÁRIA (INFAZ) — V. Capital Social.
- COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM) — Estatuto. Altera. Decreto nº 94.801, de 25 de agosto de 1987.
- COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS — V. Empresas Estatais; Capital Autorizado; Capital Social.
- COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE — V. Funcionamento Permanente.
- CONCURSO PÚBLICO
- Inspetor de Abastecimento. Concurso. Inscrição. Altera. Decreto nº 94.590, de 10 de julho de 1987.
 - «Software» Educacional Brasileiro. Institui. Decreto nº 94.713, de 31 de julho de 1987.
- CONGELAMENTO DE PREÇOS E ALUGUEIS — V. Política Econômica.
- CONSELHO DE PROMOÇÃO SOCIAL DO MENOR ASSISTIDO — V. Previdência Social.
- CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL — V. Crédito Suplementar.
- CONSELHO FEDERAL DE CULTURA — V. Ministério da Cultura.
- CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA CARAJAS — Composição. Competência. Funcionamento. Altera. Decreto nº 94.647, de 14 de julho de 1987.
- CONSELHO NACIONAL DA BORRACHA — Designação de representante. Altera. Decreto nº 94.854, de 8 de setembro de 1987.
- CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS — V. Crédito Suplementar.
- CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CAFEJEIRA (CNPCC) — V. Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE).
- CONSELHO NACIONAL DO CINEMA
- Quadro Permanente. Dispõe. Decreto nº 94.624, de 14 de julho de 1987.
 - Tabela Permanente. Dispõe. Decreto nº 94.623, de 14 de julho de 1987.
- CONSULTORIA-GERAL DA REPÚBLICA — Estrutura básica. Membros auxiliares. Altera. Decreto nº 94.983, de 29 de setembro de 1987.
- CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO — UPC. Reajuste. Dispõe. Decreto nº 94.548, de 2 de julho de 1987.
- COORDENADORIA PARA INTEGRAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA — Conselho Consultivo. Cria. Decreto nº 94.806, de 31 de agosto de 1987.
- CORPO DE OFICIAIS DA ATIVA DA AERONÁUTICA — V. Regulamento.
- CORPO DE PRAÇAS DA ARMADA — V. Regulamento.
- CRÉDITO ESPECIAL
- Encargos Gerais da União
 - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 94.646, de 14 de julho de 1987.
 - Ministério da Indústria e do Comércio. Secretaria-Geral. Decreto nº 94.950, de 24 de setembro de 1987.
 - Ministério da Justiça
 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Decreto nº 94.636, de 14 de julho de 1987.
 - Departamento de Polícia Federal. Decreto nº 94.636, de 14 de julho de 1987.

— Presidência da República

Gabinete. Decreto n.º 94.580, de 9 de julho de 1987.

Serviço Nacional de Informações. Decreto n.º 94.962, de 24 de setembro de 1987.

CREDITO SUPLEMENTAR

— Câmara dos Deputados. Decreto n.º 94.870, de 14 de setembro de 1987.

— Encargos Financeiros da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decretos n.ºs 94.593, de 10 de julho de 1987; 94.633, 94.635 e 94.637, de 14 de julho de 1987; 94.868, de 9 de setembro de 1987; 94.900 e 94.901, de 17 de setembro de 1987; 94.911, 94.912 e 94.913, de 18 de setembro de 1987; e 94.938, de 23 de setembro de 1987.

— Encargos Gerais da União

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento (PR). Decretos n.ºs 94.539, 94.540 e 94.543, de 1.º de julho de 1987; 94.556 e 94.562, de 7 de julho de 1987; 94.631 e 94.634, de 14 de julho de 1987; 94.688, de 27 de julho de 1987; 94.719, de 3 de agosto de 1987; 94.807 e 94.809, de 31 de agosto de 1987; 94.828, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87); 94.871 e 94.873, de 14 de setembro de 1987; 94.940 e 94.941, de 23 de setembro de 1987; 94.947, 94.948 e 94.949, de 24 de setembro de 1987; 94.978, de 28 de setembro de 1987.

— Encargos Previdenciários da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decretos n.ºs 94.742, de 6 de agosto de 1987; 94.939, de 23 de setembro de 1987.

— Justiça do Distrito Federal e Territórios. Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.937, de 23 de setembro de 1987.

— Justiça do Trabalho

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.894, de 17 de setembro de 1987.

Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região. Decreto n.º 94.898, de 17 de setembro de 1987.

— Justiça Eleitoral. Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.937, de 23 de setembro de 1987.

— Ministério da Aeronáutica

Decretos n.ºs 94.797, de 21 de agosto de 1987; 94.869, de 14 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.935, de 23 de setembro de 1987.

— Ministério da Agricultura

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Decreto n.º 94.793, de 20 de agosto de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n.º 94.927, de 22 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 94.643, de 14 de julho de 1987; 94.651 e 94.652, de 17 de julho de 1987; 94.930, de 22 de setembro de 1987.

Gabinete do Ministro. Decreto n.º 94.926, de 22 de setembro de 1987.

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento (PR). Decreto n.º 94.631, de 14 de julho de 1987.

Secretaria Nacional de Abastecimento. Decreto n.º 94.910, de 18 de setembro de 1987.

Secretaria Nacional de Cooperativismo. Decreto n.º 94.644, de 14 de julho de 1987.

Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Decreto n.º 94.732, de 5 de agosto de 1987.

— Ministério da Ciência e Tecnologia

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.542 e 94.544, de 1.º de julho de 1987; 94.715, de 31 de julho de 1987; 94.770, de 11 de agosto de 1987; e 94.905, de 18 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 94.678, de 23 de julho de 1987, e 94.862, de 8 de setembro de 1987.

Instituto de Pesquisas Espaciais. Decreto n.º 94.795, de 20 de agosto de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto n.º 94.861, de 8 de setembro de 1987.

— Ministério das Comunicações

Departamento Nacional de Telecomunicações. Decretos n.ºs 94.640 e 94.641, de 14 de julho de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.642, de 14 de julho de 1987; 94.741, de 6 de agosto de 1987; 94.775, de 12 de agosto de 1987.

— Ministério da Cultura

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 94.672, de 23 de julho de 1987; 94.890, de 17 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.773, de 12 de agosto de 1987.

— Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n°s 94.775, de 12 de agosto de 1987; 94.932, de 22 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.767, de 11 de agosto de 1987.

Secretaria Especial do Meio Ambiente. Decreto n° 94.629, de 14 de julho de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n°s 94.710, de 30 de julho de 1987; 94.829, de 2 de setembro de 1987 (publicado no *D.O.* de 3-9-87 e republicado no *D.O.* de 4-9-87).

— Ministério da Educação

Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação. Decreto n° 94.909, de 18 de setembro de 1987.

Conselho Nacional de Desportos. Decreto n° 94.673, de 23 de julho de 1987.

Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Decretos n°s 94.677, de 23 de julho de 1987; 94.794, de 20 de agosto de 1987; 94.860, de 8 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n°s 94.569 e 94.572, de 8 de julho de 1987; 94.675, de 23 de julho de 1987; 94.738, de 5 de agosto de 1987; 94.812, de 31 de agosto de 1987; 94.933, de 22 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n°s 94.558, de 7 de julho de 1987; 94.718, de 3 de agosto de 1987; 94.733 e 94.734, de 5 de agosto de 1987; 94.791, de 20 de agosto de 1987; 94.895, de 17 de setembro de 1987; 94.929, de 22 de setembro de 1987.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Decreto n° 94.792, de 20 de agosto de 1987.

Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Decretos n°s 94.570 e 94.571, de 8 de julho de 1987; 94.639, de 14 de julho de 1987; 94.694, de 27 de julho de 1987; 94.895, de 17 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n°s 94.737, de 5 de agosto de 1987; 94.774, de 12 de agosto de 1987; 94.925, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.676, de 23 de julho de 1987.

— Ministério do Exército. Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n° 94.935, de 23 de setembro de 1987.

— Ministério da Fazenda

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n° 94.964, de 25 de setembro de 1987.

Gabinete do Ministro. Decretos n°s 94.668, de 23 de julho de 1987; 94.744, de 6 de agosto de 1987.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Decreto n° 94.790, de 20 de agosto de 1987.

Secretaria da Receita Federal. Decreto n° 94.638, de 14 de julho de 1987.

— Ministério da Indústria e do Comércio

Departamento Nacional de Registro do Comércio. Decretos n°s 94.628, de 14 de julho de 1987; 94.768, de 11 de agosto de 1987.

Departamento de Serviços Gerais. Departamento do Pessoal. Decreto n° 94.694, de 27 de julho de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n°s 94.542 e 94.544, de 1° de julho de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto n° 94.802, de 26 de agosto de 1987.

— Ministério do Interior

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n° 94.897, de 17 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n°s 94.579, de 9 de julho de 1987; 94.705, de 29 de julho de 1987; 94.747, de 7 de agosto de 1987; 94.824, de 2 de setembro de 1987 (publicado no *D.O.* de 3-9-87 e republicado no *D.O.* de 4-9-87); 94.931, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n°s 94.810, de 31 de agosto de 1987; 94.823, de 2 de setembro de 1987 (publicado no *D.O.* de 3-9-87 e republicado no *D.O.* de 4-9-87); 94.906, de 18 de setembro de 1987; 94.963, de 25 de setembro de 1987.

— Ministério da Justiça

Departamento de Imprensa Nacional. Decretos n°s 94.561, de 7 de julho de 1987; 94.899, de 17 de setembro de 1987.

Departamento Penitenciário Nacional. Decreto nº 94.859, de 8 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.743, de 6 de agosto de 1987; 94.894, de 17 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto nº 94.859, de 8 de setembro de 1987.

— Ministério da Marinha

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 94.935, de 23 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral da Marinha. Decreto nº 94.975, de 28 de setembro de 1987.

— Ministério das Minas e Energia

Departamento Nacional da Produção Mineral. Decreto nº 94.863, de 8 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.542 e 94.544, de 1º de julho de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto nº 94.863, de 8 de setembro de 1987.

— Ministério da Previdência e Assistência Social

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.772, de 12 de agosto de 1987; 94.891, de 17 de setembro de 1987; 94.935, de 23 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 94.739, de 6 de agosto de 1987; 94.827, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87); 94.923, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria de Previdência Complementar. Decreto nº 94.827, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87).

Secretaria-Geral. Decreto nº 94.923, de 22 de setembro de 1987.

— Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 94.977, de 28 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 94.549, de 2 de julho de 1987; 94.671, de 23 de julho de 1987; 94.740, de 6 de agosto de 1987.

— Ministério das Relações Exteriores. Decretos nºs 94.674, de 23 de julho de 1987; 94.693, de 27 de julho de 1987.

— Ministério da Saúde

Central de Medicamentos. Decreto nº 94.735, de 5 de agosto de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.645, de 14 de julho de 1987; 94.891 e 94.896, de 17 de setembro de 1987; 94.934, de 22 de setembro de 1987; 94.935, de 23 de setembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 94.735, de 5 de agosto de 1987; 94.892, de 17 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 94.892, de 17 de setembro de 1987; 94.924 e 94.928, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde e Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Decreto nº 94.936, de 23 de setembro de 1987.

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Decreto nº 94.811, de 31 de agosto de 1987.

— Ministério do Trabalho

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.627, de 14 de julho de 1987; 94.934, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 94.729, de 5 de agosto de 1987; 94.924, de 22 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral e Secretaria de Emprego e Salário. Decreto nº 94.907, de 18 de setembro de 1987.

— Ministério dos Transportes

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 94.564, de 7 de julho de 1987; 94.741, de 6 de agosto de 1987; 94.775, de 12 de agosto de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 94.699, de 28 de julho de 1987; 94.778, de 13 de agosto de 1987; 94.960, de 24 de setembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 94.730, de 5 de agosto de 1987; 94.976, de 28 de setembro de 1987.

— Orçamento da União

Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Decreto nº 94.560, de 7 de julho de 1987.

Diversos Órgãos. Decretos nºs 94.563, de 7 de julho de 1987; 94.573, de 8 de julho de 1987; 94.650, de 17 de julho de 1987; 94.777, de 12 de agosto de 1987; 94.883 e 94.893, de 17 de setembro de 1987; 94.942, de 23 de setembro de 1987.

Ministério do Interior. Decreto n° 94.736, de 5 de agosto de 1987 (publicado no D.O. de 6-8-87 e republicado no D.O. de 13-8-87).

- Poder Judiciário. Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto n° 94.630, de 14 de julho de 1987.
- Presidência da República

Conselho de Segurança Nacional. Decretos n°s 94.825, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87); 94.898, de 17 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n°s 94.559, de 7 de julho de 1987; 94.630, de 14 de julho de 1987; 94.770, de 11 de agosto de 1987; 94.872, de 14 de setembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto n° 94.961, de 24 de setembro de 1987.

Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decretos n°s 94.717, de 3 de agosto de 1987; 94.961, de 24 de setembro de 1987.

Estado-Maior das Forças Armadas. Decretos n°s 94.670, de 23 de julho de 1987; 94.725, de 3 de agosto de 1987; 94.771, de 11 de agosto de 1987; 94.908, de 18 de setembro de 1987.

Gabinete. Decreto n° 94.717, de 3 de agosto de 1987.

Secretaria de Administração Pública. Decretos n°s 94.669, de 23 de julho de 1987; 94.692, de 27 de julho de 1987; 94.700 e 94.701, de 28 de julho de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Decretos n°s 94.578, de 9 de julho de 1987; 94.826, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87).

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.769, de 11 de agosto de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.808, de 31 de agosto de 1987.

Secretaria de Planejamento. Decreto n° 94.545, de 1° de julho de 1987.

Secretaria de Planejamento. Entidades Supervisionadas. Decreto n° 94.574, de 8 de julho de 1987.

- Senado Federal. Decreto n° 94.870, de 14 de setembro de 1987.
- Supremo Tribunal Federal. Decretos n°s 94.859, de 8 de setembro de 1987; 94.870, de 14 de setembro de 1987.
- Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios. Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto n° 94.941, de 23 de setembro de 1987.
- Tribunal Federal de Recursos. Decreto n° 94.731, de 5 de agosto de 1987.

CURSO (funcionamento)

- Administração

Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher. Jacareí (SP). Decreto n° 94.550, de 6 de julho de 1987.

- Arquitetura e Urbanismo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Alfenas (MG). Decreto n° 94.765, de 11 de agosto de 1987.

Faculdade de Ciências Humanas Esuda. Recife (PE). Decreto n° 94.551, de 6 de julho de 1987.

- Artes Práticas

Faculdade de Educação de Joaçaba (SC). Decreto n° 94.785, de 19 de agosto de 1987.

- Ciências

Faculdade de Educação de Ivaiporã (PR). Decreto n° 94.598, de 13 de julho de 1987.

- Ciência da Computação

Escola de Engenharia de Piracicaba (SP). Decreto n° 94.759, de 10 de agosto de 1987.

- Comércio Exterior

Faculdade de Ciências Administrativas. Joinville (SC). Decreto n° 94.944, de 23 de setembro de 1987.

- Direito

Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns (GO). Decreto n° 94.761, de 10 de agosto de 1987.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (GO). Decreto n° 94.786, de 19 de agosto de 1987.

- Educação Artística
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Joinville (SC). Decreto nº 94.943, de 23 de setembro de 1987.
- Farmácia
Instituto de Odontologia Paulista. São Paulo (SP). Decreto nº 94.597, de 13 de julho de 1987.
- Fisioterapia
Faculdade de Educação Física de Cruz Alta (RS). Decreto nº 94.879, de 16 de setembro de 1987.
- Geografia
Faculdade de Ciências e Letras de Araras (SP). Decreto nº 94.820, de 2 de setembro de 1987.
- Medicina Veterinária
Associação de Ensino de Marília (SP). Decreto nº 94.702, de 28 de julho de 1987.
- Pedagogia
Faculdade de Educação de Cocal (RO). Decreto nº 94.703, de 28 de julho de 1987.
Faculdade de Educação de Joaçaba (SC). Decreto nº 94.818, de 2 de setembro de 1987.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (GO). Decreto nº 94.787, de 19 de agosto de 1987.
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari (MG). Decreto nº 94.552, de 6 de julho de 1987.
Faculdade Maria Augusta Ribeiro Daher. Jacareí (SP). Decreto nº 94.555, de 7 de julho de 1987.
Fundação Educacional Regional Jaraguense. Jaraguá do Sul (SC). Decreto nº 94.920, de 22 de setembro de 1987.
- Psicologia
Faculdade de Psicologia da União das Faculdades Francanas. Franca (SP). Decreto nº 94.880, de 16 de setembro de 1987.
- Química
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul (RS). Decreto nº 94.821, de 2 de setembro de 1987.
Fundação Tricordiana de Educação. Três Corações (MG). Decreto nº 94.760, de 10 de agosto de 1987.

- Tecnologia em Processamento de Dados
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (MG). Decreto nº 94.781, de 17 de agosto de 1987.
Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná. Curitiba (PR). Decreto nº 94.784, de 19 de agosto de 1987.
Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte (MG). Decreto nº 94.722, de 3 de agosto de 1987.
Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte (MG). Decreto nº 94.819, de 2 de setembro de 1987.
Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. São Paulo (SP). Decreto nº 94.723, de 3 de agosto de 1987.
Instituto Unificado de Ensino Superior. Goiânia (GO). Decreto nº 94.649, de 17 de julho de 1987.

D

DESAPROPRIAÇÃO (ações)

- Companhia Brasileira de Dragagem (CBD). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.592, de 10 de julho de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (imóvel)

- Baldim (MG). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.707, de 29 de julho de 1987.
- Barra (BA). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.706, de 29 de julho de 1987.
- Belém (PA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.687, de 27 de julho de 1987.
- Canhoba (SE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.755, de 10 de agosto de 1987.
- Goiás (GO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.754, de 10 de agosto de 1987.
- Itajubá (MG). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.875, de 16 de setembro de 1987.
- João Pessoa (PB). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.856, de 8 de setembro de 1987.
- Jaru (RO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.609, de 14 de julho de 1987.
- Manga (MG). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.753, de 10 de agosto de 1987.

- Mangueirinha (PR). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.756, de 10 de agosto de 1987.
 - Marabá (PA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.857, de 8 de setembro de 1987.
 - Niterói (RJ). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 94.682, de 24 de julho de 1987.
 - Santana do Acaraú (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.757, de 10 de agosto de 1987.
 - Sobral (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.757, de 10 de agosto de 1987.
 - Tanguá (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.758, de 10 de agosto de 1987.
 - Ubajara (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.758, de 10 de agosto de 1987.
- DESAPROPRIAÇÃO (imóvel rural)**
- Aracoiaba (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.966, de 25 de setembro de 1987.
 - Areia Branca (RN). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.841, de 4 de setembro de 1987.
 - Ariquemes (RO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.609, de 14 de julho de 1987.
 - Avaré (SP). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.845, de 4 de setembro de 1987.
 - Baraúna (RN). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.613, de 14 de julho de 1987.
 - Barras (PI). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.611, de 14 de julho de 1987.
 - Camocim (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.971, de 25 de setembro de 1987.
 - Canoinhas (SC). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.619, de 14 de julho de 1987.
 - Cantagalo (PR). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.915, de 18 de setembro de 1987.
 - Carnaubais (RN). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.841, de 4 de setembro de 1987.
 - Colorado do Oeste (RO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.852, de 4 de setembro de 1987.
 - Granja (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.968, de 25 de setembro de 1987.
 - Itabaiana (PB). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.849, de 4 de setembro de 1987.
 - Itaguatins (GO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.967, de 25 de setembro de 1987.
 - Itapipoca (CE). Interesse Social. Declara. Decretos nºs 94.847, de 4 de setembro de 1987, e 94.965, de 25 de setembro de 1987.
 - Japoatã (SE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.850, de 4 de setembro de 1987.
 - Mafra (SC). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.839, de 4 de setembro de 1987.
 - Malhador (SE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.614, de 14 de julho de 1987.
 - Matos Costa (SC). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.618, de 14 de julho de 1987.
 - Mossoró (RN). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.613, de 14 de julho de 1987.
 - Nova Brasilândia (MT). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.970, de 25 de setembro de 1987.
 - Paracuru (CE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.972, de 25 de setembro de 1987.
 - Paragominas (PA). Interesse Social. Declara. Decretos nºs 94.844 e 94.848, de 4 de setembro de 1987.
 - Parintins (AM). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.969, de 25 de setembro de 1987.
 - Pedro Toledo (SP). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.843, de 4 de setembro de 1987.
 - Pimenta Bueno (RO). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.851, de 4 de setembro de 1987.
 - Quinjingue (BA). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.617, de 14 de julho de 1987.
 - Riachuelo (SE). Interesse Social. Declara. Decreto nº 94.614, de 14 de julho de 1987.

- Santana do Matos (RN). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.612, de 14 de julho de 1987.
- Santa Quitéria (CE). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.846, de 4 de setembro de 1987.
- Santa Rita de Cássia (BA). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.616, de 14 de julho de 1987.
- Santa Rosa de Lima (SE). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.614, de 14 de julho de 1987.
- Santa Vitória (MG). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.842, de 4 de setembro de 1987.
- São Domingos do Capim (PA). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.610, de 14 de julho de 1987.
- São Rafael (RN). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.612, de 14 de julho de 1987.
- São Romão (MG). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.840, de 4 de setembro de 1987.
- Sítio Novo de Goiás (GO). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.967, de 25 de setembro de 1987.
- Trairi (CE). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.972, de 25 de setembro de 1987.
- Turvo (PR). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.914, de 18 de setembro de 1987.
- Vilhena (RO). Interesse Social. Declara. Decretos n°s 94.852 e 94.853, de 4 de setembro de 1987.
- Vitória da Conquista (BA). Interesse Social. Declara. Decreto n° 94.615, de 14 de julho de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terra)

- Álvaro de Carvalho (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.565, de 8 de julho de 1987.
- Bebedouro (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.884, de 17 de setembro de 1987.
- Cristino Castro (PI). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n° 94.876, de 16 de setembro de 1987.
- Diadema (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.681, de 24 de julho de 1987.
- Elizeu Martins (PI). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n° 94.876, de 16 de setembro de 1987.
- Garça (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.565, de 8 de julho de 1987.
- Guaíra (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.887, de 17 de setembro de 1987.
- Itirapina (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.565, de 8 de julho de 1987.
- Monte Azul Paulista (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.817, de 2 de setembro de 1987.
- Municípios no Estado da Bahia. Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.858, de 8 de setembro de 1987.
- Osasco (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.886, de 17 de setembro de 1987.
- Piacatu (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.596, de 13 de julho de 1987.
- Rafard (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.565, de 8 de julho de 1987.
- Santo Anastácio (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.888, de 17 de setembro de 1987.
- Taiúva (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.885, de 17 de setembro de 1987.
- Xique-Xique (BA). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto n° 94.877, de 16 de setembro de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO (terreno)

- Iguape (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.567, de 8 de julho de 1987.
- São Paulo (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto n° 94.822, de 2 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-9-87 e republicado no D.O. de 4-9-87).

DIREITO — V. Curso.

DIRETORIA DE AERONÁUTICA DA MARINHA — V. Regulamento

DÍVIDA EXTERNA

- Comissão de Assessoramento Presidencial para a Negociação.
Despesas. Dispõe. Decreto n° 94.655, de 20 de julho de 1987 (publicado no D.O. de 20-7-87 e republicado no D.O. de 2-9-87).

Disposições. Altera. Decreto nº 94.654, de 20 de julho de 1987 (publicado no *D.O.* de 21-7-87 e republicado no *D.O.* de 28-7-87).

E

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA — V. Curso.

EFETIVOS — V. Ministério do Exército.

EMPRESAS ESTATAIS

— Alcalis do Rio Grande do Norte S.A. (ALCANORTE). Cia. Nacional de Alcalis S.A. Incorporação. Revoga. Decreto nº 94.714, de 31 de julho de 1987.

— Orçamentos. 1988. Prazos. Fixa. Decreto nº 94.814, de 1º de setembro de 1987.

EMPRESA ESTRANGEIRA — V. Farmitalia Carlo Erba S.p.A.

EMPRESA PÚBLICA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP) — V. Capital Social.

ENERGIA ELÉTRICA — Programa de Emergência para Suprimento de Energia Elétrica ao Nordeste. Decreto nº 94.686, de 27 de julho de 1987.

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO — V. Crédito Suplementar.

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO — V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO — V. Crédito Suplementar.

EQUADOR — V. Atos Internacionais.

ESTAÇÕES ECOLÓGICAS

— Carijó, Pirapitinga e Tupinambás. Cria. Decreto nº 94.656, de 20 de julho de 1987.

— V. Áreas de Proteção Ambiental.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS — V. Crédito Suplementar.

F

FACULDADE — V. Curso.

FARMÁCIA — V. Curso.

FARMITALIA CARLO ERBA S.p.A. — Atividades Científicas. Brasil. Autorização. Concede. Decreto nº 94.716, de 3 de agosto de 1987.

FISIOTERAPIA — V. Curso.

FORÇAS ARMADAS — V. Serviço Militar Inicial.

FUNCIONAMENTO PERMANENTE

— Comércio. Atividades. Relação. Altera. Decreto nº 94.591, de 10 de julho de 1987.

— Comunicações e Publicidade. Empresas. Relação. Altera. Decreto nº 94.591, de 10 de julho de 1987.

— Indústria Petroquímica. Atividade. Relação. Inclui. Decreto nº 94.709, de 30 de julho de 1987.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG) — Estatuto. Aprova. Decreto nº 94.973, de 25 de setembro de 1987.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) — V. Terra Indígena.

FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIRA (FUNCAFE) — Estruturação. Dispõe. Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS — Recursos. Aplicação. Altera. Decreto nº 94.766, de 11 de agosto de 1987.

FUNDO DE ESTUDOS DO MAR — V. Regulamento.

G

GEOGRAFIA — V. Curso.

GILBERTO FREIRE — V. Salão de Conferência Gilberto Freire.

H

HORÁRIO DE VERÃO — Vigência. Institui. Decreto nº 94.922, de 22 de setembro de 1987.

I

IMÓVEL — V. Alienação; Ministério da Marinha.

IMPOSTO DE RENDA — Pessoas jurídicas. Microempresas. Valor de referência. Fixa. Decreto nº 94.805, de 27 de agosto de 1987.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

— Aliquotas. Reduz. Decretos nºs 94.746, de 7 de agosto de 1987 (publicado no *D.O.* de 10-8-87 e republicado no *D.O.* de 17-8-87); 94.918 e 94.919, de 21 de setembro de 1987.

— Tabela de Incidência. Altera. Decreto n° 94.620, de 14 de julho de 1987.

INDÍGENA — V. Área Indígena.

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA — V. Funcionamento Permanente.

INSPEÇÃO DE ABASTECIMENTO — V. Concurso Público.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES DO TRABALHO (IBRART) — Prerrogativa Sindical. Concede. Decreto n° 94.721, de 3 de agosto de 1987.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO CULTURAL (IPC)

— Quadro Permanente. Dispõe. Decreto n° 94.626, de 14 de julho de 1987.

— Tabela Permanente. Dispõe. Decreto n° 94.625, de 14 de julho de 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) — V. Desapropriação; Terreno.

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS — V. Crédito Suplementar.

J

JUSTIÇA DO TRABALHO — V. Crédito Suplementar; Regulamento.

JUSTIÇA ELEITORAL — V. Crédito Suplementar.

L

LUTO OFICIAL — Marcos de Barros Freire e Comitativa. Declara. Decreto n° 94.864, de 9 de setembro de 1987.

M

MARCOS DE BARROS FREIRE — V. Luto Oficial.

MEDALHA DE MÉRITO APOLÔNIO SALLES — V. Ministério da Agricultura.

MEDICINA VETERINÁRIA — V. Curso.

MERIDIONAL CRÉDITO IMOBILIÁRIO — V. Capital Social.

MÉXICO — V. Atos Internacionais.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil (COTAC). Dispõe. Decreto n° 94.711, de 31 de julho de 1987.

— Oficial-General. Cargos privativos. Tempo de paz. Fixa. Decreto n° 94.712, de 31 de julho de 1987.

— Quadro de Oficiais Técnicos. Disposições. Altera. Decreto n° 94.798, de 24 de agosto de 1987.

— V. Crédito Suplementar; Quadros de Oficiais da Ativa da Aeronáutica; Regulamento (Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica; Ordem do Mérito Aeronáutico).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Medalha do Mérito Apolônio Salles. Cria. Decreto n° 94.788, de 20 de agosto de 1987.

— Reprodução. Aves matrises. Palmípedes. Importação. Dispõe. Decreto n° 94.959, de 24 de setembro de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA CULTURA

— Conselho Federal de Cultura. Reestrutura. Decreto n° 94.979, de 29 de setembro de 1987.

— Quadro Permanente. Dispõe. Decreto n° 94.622, de 14 de julho de 1987.

— Tabela Permanente. Dispõe. Decreto n° 94.621, de 14 de julho de 1987.

— V. Crédito Suplementar; Instituto de Promoção Cultural (IPC).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

— Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

Aprova. Decreto n° 94.664, de 23 de julho de 1987.

Redução. Altera. Decreto n° 94.916, de 18 de setembro de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Comissão de Coordenação Financeira. Composição. Altera. Decreto n° 94.982, de 29 de setembro de 1987.

— Estrutura básica. Comitê Brasileiro de Nomenclatura (CBN). Acresce. Decreto n° 94.917, de 18 de setembro de 1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO — V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— Cessão de Imóveis. Autoriza. Decreto nº 94.600, de 14 de julho de 1987.

— V. Regulamento (Corpo de Praças da Armada; Diretoria de Aeronáutica da Marinha; Fundo de Estudos do Mar).

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

— Ascensão Funcional. Regulamentação. Acrescenta. Decreto nº 94.800, de 25 de agosto de 1987.

— Conselho de Promoção Social do Menor Assistido. Composição. Altera. Decreto nº 94.776, de 12 de agosto de 1987.

— V. Crédito Suplementar; Previdência Privada.

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — V. Crédito Suplementar; Desapropriação.

MINISTÉRIO DA SAÚDE — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE — V. Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

— Efetivos. 1987. Altera. Decreto nº 94.632, de 14 de julho de 1987.

— V. Regulamento (Movimentação de Oficiais e Praças).

MINISTÉRIO DO INTERIOR — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO TRABALHO — V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — V. Comissão Nacional para o Desenvolvimento da Navegação Interior e das Vias Navegáveis (CENAV); Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

— Carteira de Identidade Funcional. Altera. Decreto nº 94.708, de 30 de julho de 1987.

— V. Regulamento.

MISSÃO ESPACIAL COMPLETA BRASILEIRA (MECB) — Grupo de Gerenciamento e Acompanhamento do Projeto. Cria. Decreto nº 94.865, de 9 de setembro de 1987.

MUNICÍPIOS — V. Desapropriação.

N

NAVIO KNORR — V. Pesquisa Científica.

O

ORÇAMENTO DA UNIÃO — V. Crédito Suplementar.

ORDEM DO MÉRITO AERONÁUTICO — V. Regulamento.

OSMAR DUTRA — Bens. Incorporação à União. Confisco. Insubsistente. Declara. Decreto nº 94.799, de 24 de agosto de 1987 (publicado no D.O. de 25-8-87 e republicado no D.O. de 26-8-87).

P

PARAGUAI — V. Atos Internacionais.

PEDAGOGIA — V. Curso.

PERU — V. Atos Internacionais.

PESQUISA CIENTÍFICA — Navio Knorr. Norte-americano. Autorização. Concede. Decreto nº 94.685, de 27 de julho de 1987.

PETROBRÁS QUÍMICA S.A. (PETROQUISA) — V. Capital Autorizado.

PISO NACIONAL DE SALÁRIO — Valor. Reajusta. Decreto nº 94.815, de 1º de setembro de 1987.

PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS — V. Ministério da Educação.

PODER JUDICIÁRIO — V. Crédito Suplementar.

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE — V. Áreas de Proteção Ambiental.

POLO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO — Cria. Normas. Estabelece. Decreto nº 94.745, de 6 de agosto de 1987.

PREÇOS MÍNIMOS

— Alho nobre e comum. Financiamento. Aquisição. Decreto nº 94.691, de 27 de julho de 1987.

- Juta e malva. Financiamento. Aquisição. Reajusta. Decreto n° 94.690, de 27 de julho de 1987.
- Semente de soja. Financiamento. Aquisição. Reajusta. Decreto n° 94.690, de 27 de julho de 1987.
- Sisal. Financiamento. Aquisição. Fixa. Decreto n° 94.691, de 27 de julho de 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— Gabinetes

Centro de TV do Cecor. Regimento. Altera. Decreto n° 94.838, de 4 de setembro de 1987.

Regimento. Altera. Decreto n° 94.658, de 20 de julho de 1987.

Tabela Permanente. Função de Confiança. Transfere. Decreto n° 94.881, de 16 de setembro de 1987.

V. Crédito Especial; Crédito Suplementar; Instituto de Promoção Cultural (IPC).

PREVIDÊNCIA PRIVADA — Entidades fechadas. Contribuições. Altera. Decreto n° 94.648, de 14 de julho de 1987.

PREVIDÊNCIA SOCIAL — V. Ministério da Previdência e Assistência Social.

PRODUTO AGRÍCOLA — V. Preços Mínimos.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS UNIFICADOS E DES-CENTRALIZADOS DE SAÚDE NOS ESTADOS — Criação. Dispõe. Decreto n° 94.657, de 20 de julho de 1987.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO NORDESTE — V. Energia Elétrica.

PSICOLOGIA — V. Curso.

Q

QUADROS DE OFICIAIS DA ATIVA DA AERONÁUTICA — Dispõe. Decreto n° 94.575, de 9 de julho de 1987.

QUÍMICA — V. Curso.

R

RADIODIFUSÃO

- Fundação Aperipê de Sergipe. Aracaju (SE). Exploração. Autoriza. Decreto n° 94.695, de 28 de julho de 1987.

- Fundação Nossa Senhora de Belém. Guarapuava (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.957, de 24 de setembro de 1987.

- Multisom Rádio Princesa da Mata Ltda. Muriaé (MG). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.779, de 13 de agosto de 1987.

- Rádio AM de Cícero Dantas Ltda. (BA). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.724, de 3 de agosto de 1987.

- Rádio Aurilândia Ltda. Nova Lima (MG). Concessão. Renova. Decreto n° 94.584, de 10 de julho de 1987.

- Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda. Capão Bonito (SP). Concessão. Renova. Decreto n° 94.587, de 10 de julho de 1987.

- Rádio Campo Maior de Quixeramobim Ltda. Quixeramobim (CE). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.696, de 28 de julho de 1987.

- Rádio Cidade Esperança Ltda. (PB). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.835, de 3 de setembro de 1987.

- Rádio Club de Faxinal Ltda. (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.752, de 10 de agosto de 1987.

- Rádio Cruzeiro do Sul Itaqui Ltda. Itaqui (RG). Concessão. Renova. Decreto n° 94.583, de 10 de julho de 1987.

- Rádio Cultura Palotinese Ltda. Palotina (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.751, de 10 de agosto de 1987.

- Rádio Difusora Fronteira Ltda. Arroio Grande (RS). Concessão. Renova. Decreto n° 94.956, de 24 de setembro de 1987.

- Rádio e Televisão Vanguarda Ltda. Maringá (PR). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.803, de 26 de agosto de 1987.

- Rádio Educadora Cariri Ltda. Crato (CE). Concessão. Renova. Decreto n° 94.588, de 10 de julho de 1987.

- Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda. (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.831, de 3 de setembro de 1987.

- Rádio Fronteira D'Oeste Ltda. Terra Roxa (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.582, de 10 de julho de 1987.

- Rádio Gaúcha S.A. Porto Alegre (RS). Concessão. Renova. Decreto n° 94.836, de 3 de setembro de 1987.

- Rádio Jornal de Nhandeara Ltda. (SP). Concessão. Renova. Decreto n° 94.837, de 3 de setembro de 1987.
- Rádio Livramento Ltda. José de Freitas (PI). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.698, de 28 de julho de 1987.
- Rádio Mearim Ltda. Caxias (MA). Concessão. Extingue. Decreto n° 94.866, de 9 de setembro de 1987.
- Rádio Meridional Ltda. Cachoeira do Sul (RG). Concessão por transferência direta. Autoriza. Decreto n° 94.586, de 10 de julho de 1987.
- Rádio Municipal Sãopedrense. São Pedro do Sul (RS). Exploração. Autoriza. Decreto n° 94.566, de 8 de julho de 1987.
- Rádio Nanoai Ltda. (RS). Concessão. Renova. Decreto n° 94.952, de 24 de setembro de 1987.
- Rádio Notícias de Tatui Ltda. (SP). Concessão. Renova. Decreto n° 94.830, de 3 de setembro de 1987.
- Rádio Novo Horizonte de Ibaiti. Ibaiti (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.581, de 10 de julho de 1987.
- Rádio Pioneira de Forquilha Ltda. (CE). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.951, de 24 de setembro de 1987.
- Rádio Pontal de Nova Londrina Ltda. Nova Londrina (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.585, de 10 de julho de 1987.
- Rádio Rainha do Oeste de Altônia Ltda. Altônia (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.958, de 24 de setembro de 1987.
- Rádio Santa Cruz-AM Ltda. (RN). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.833, de 3 de setembro de 1987.
- Rádio Sociedade Seberi Ltda. Seberi (RS). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.750, de 10 de agosto de 1987.
- Rádio Solaris Ltda. Antonio Prado (RS). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.697, de 28 de julho de 1987.
- Rádio Sul Cearense Ltda. Brejo Santo (CE). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.832, de 3 de setembro de 1987.
- Rádio União de Toledo Ltda. Toledo (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.953, de 24 de setembro de 1987.
- Rádio Vale do Canindé Ltda. Oeiras (PI). Exploração. Autoriza. Decreto n° 94.557, de 7 de julho de 1987.

- RBS TV Santa Cruz Ltda. (RS). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.834, de 3 de setembro de 1987.
- Sociedade Radiodifusora Passo Real Ltda. Cachoeira do Sul (RG). Transferência direta da concessão. Autoriza. Decreto n° 94.586, de 10 de julho de 1987.
- Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda. Criciúma (SC). Concessão. Outorga. Decreto n° 94.749, de 10 de agosto de 1987.
- Sociedade Rádio Integração Ltda. Restinga Seca (RS). Concessão. Renova. Decreto n° 94.955, de 24 de setembro de 1987.
- Televisão Cultura de Maringá Ltda. (PR). Concessão. Renova. Decreto n° 94.954, de 24 de setembro de 1987.

REFORMA AGRÁRIA — V. Desapropriação.

REGIMENTO — V. Presidência da República (Gabinetes).

REGULAMENTO

- Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica. Ingresso. Regulamento. Decreto n° 94.867, de 9 de setembro de 1987.
- Corpo de Praças da Armada. Altera. Decreto n° 94.599, de 13 de julho de 1987.
- Diretoria de Aeronáutica da Marinha. Regulamento. Revoga. Decreto n° 94.748, de 10 de agosto de 1987.
- Fundo de Estudos do Mar. Regulamentação. Nova Redação. Aprova. Decreto n° 94.661, de 22 de julho de 1987.
- Ministério Público da União. Procurador-Geral da Justiça do Trabalho. Altera. Decreto n° 94.882, de 16 de setembro de 1987.
- Movimentação de Oficiais e Praças do Exército. Redação. Altera. Decreto n° 94.921, de 22 de setembro de 1987.
- Ordem do Mérito Aeronáutico. Aprova. Decreto n° 94.601, de 14 de julho de 1987 (publicado no D.O. de 15-7-87 e republicado no D.O. de 16-7-87).
- Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa. Aprova. Decreto n° 94.720, de 3 de agosto de 1987.

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA — V. Regulamento.

S

SALÃO DE CONFERÊNCIA GILBERTO FREIRE — Cria. Decreto nº 94.980, de 29 de setembro de 1987.

SALÃO DE EXPOSIÇÕES CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE — Criação. Dispõe. Decreto nº 94.783, de 18 de agosto de 1987. (Publicado no D.O. de 20-8-87 e republicado no D.O. de 21-8-87).

SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA — Valor. Reajusta. Decreto nº 94.816, de 1º de setembro de 1987.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR

— Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN). Assessoria. Transforma. Decreto nº 94.889, de 17 de setembro de 1987.

SENADO FEDERAL — V. Crédito Suplementar.

SERVIÇO MILITAR INICIAL — 1988. Forças Armadas. Convocação. Plano Geral. Altera. Decreto nº 94.726, de 4 de agosto de 1987.

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA — V. Desapropriação.

SERVIDOR PÚBLICO — Assinatura do Ponto. Aplicação. Dispõe. Decreto nº 94.662, de 22 de julho de 1987.

SOFTWARE EDUCACIONAL BRASILEIRO — V. Concurso Público.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE — Conselho Deliberativo. Composição. Dispõe. Decreto nº 94.762, de 10 de agosto de 1987.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL — Conselho Deliberativo. Composição. Dispõe. Decreto nº 94.763, de 10 de agosto de 1987.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — V. Crédito Suplementar.

T

TECNOLOGIA EM PROCESSAMENTO DE DADOS — V. Curso.

TERRA INDÍGENA

— Área Indígena. Colônia Indígena. Regulamento. Decreto nº 94.946, de 23 de setembro de 1987.

— Demarcação. Processo administrativo. Dispõe. Decreto nº 94.945, de 23 de setembro de 1987.

TERRA — V. Área Indígena; Desapropriação.

TERRENO

— Paracambi (RJ). INCRA. Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.704, de 28 de julho de 1987.

— Visconde do Rio Branco (MG). Universidade Federal de Viçosa. Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.683, de 24 de julho de 1987.

TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA — Administração. Dispõe. Decreto nº 94.780, de 14 de agosto de 1987.

TESOURO NACIONAL

— Despesa com pessoal. Análise. Dispõe. Decreto nº 94.804, de 27 de agosto de 1987.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS — V. Crédito Suplementar.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — V. Crédito Suplementar.

U

UNIDADE PADRÃO DE CAPITAL (UPC) — V. Contrato de Financiamento Imobiliário.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (MG) — Imóvel. Alienação. Autoriza. Decreto nº 94.974, de 28 de setembro de 1987.

URUGUAI — V. Atos Internacionais.

UTILIDADE PÚBLICA

— Associação Pró-Menor — Lar Padre Jacó. Itajaí (SC). Decreto nº 94.782, de 17 de agosto de 1987.

— Centro Comunitário da Pituba. Salvador (BA). Decreto nº 94.782, de 17 de agosto de 1987.

— Centro Espírita Batuíra. Taguatinga (DF). Decreto nº 94.904, de 18 de setembro de 1987.

— Centro de Orientação Pedagógica Nosso Mundo. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 94.653, de 17 de julho de 1987.

— Conselho de Obras Sociais de Avaré (SP). Decreto nº 94.782, de 17 de agosto de 1987.

- Creche Casa de Jesus. Itaberá (SP). Decreto n° 94.782, de 18 de agosto de 1987.
- Fundação Irmã Dulce. Salvador (BA). Decreto n° 94.903, de 18 de setembro de 1987.
- Hospital Rural de Pedras Altas. Pinheiro Machado (RS). Decreto n° 94.902, de 18 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 21-9-87 e republicado no D.O. de 28-9-87).
- Lar São Vicente de Paulo. Votuporanga (SP). Decreto n° 94.680, de 24 de julho de 1987.
- Orfanato Lar Esperança. Porto Alegre (RS). Decreto n° 94.653, de 17 de julho de 1987.
- Serviço de Obras Sociais — SOS. Maringá (PR). Decreto n° 94.782, de 17 de agosto de 1987.
- União das Mães Espíritas «Marília Barbosa». Manuas (AM). Decreto n° 94.663, de 22 de julho de 1987.
- V. Desapropriação.

V

VALEC — Engenharia e Construções Ltda. Acessos Ferroviários. Concessão. Outorga. Decreto n° 94.813, de 1° de setembro de 1987.

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA) — Conselho de Administração.

Composição. Servidores. Inclui. Decreto n° 94.660, de 21 de julho de 1987.

ÍNDICE DO APENSO

A

ATOS INTERNACIONAIS — Acordo Comercial n° 18. Sexto Protocolo. Setor da Indústria Fotográfica. Execução. Dispõe. Decreto n° 93.088, de 8 de agosto de 1986 (publicado no D.O. de 11-8-86 e republicado no D.O. de 12-8-87).

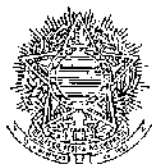
C

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CNDU) — Finalidade. Estrutura. Competência. Altera. Decreto n° 94.538, de 30 de junho de 1987.

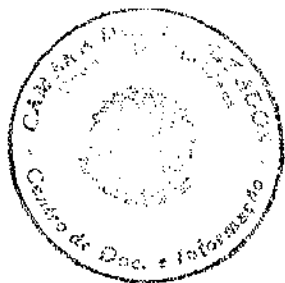
F

FUNDO DE APOIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (FAS) — Regulamento. Redação. Altera. Decreto n° 94.537, de 30 de junho de 1987.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO — Regulamento. Altera. Decreto n° 94.403, de 4 de junho de 1987. (publicado no D.O. de 5-6-87 e republicado no D.O. de 16-7-87).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COLEÇÃO DAS LEIS
DE 1987 — VOLUME VIII
ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETOS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

FICHA CATALOGRÁFICA

341.251S Brasil. Poder Executivo.

B823 Coleções das leis; atos legislativos do Poder
Executivo. Brasília, D.I.N., 1987.

v. trimestral.

617 p.

1. Leis — Coleções. I. Título.

ÍNDICE DOS ATOS DO PODER EXECUTIVO

	PAG.		PAG.
I — DECRETOS			
94.992 — Decreto de 1º de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 13.180.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-10-87.	1	São Bernardo», classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6-10-87.	4
94.993 — Decreto de 2 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a classificação dos servidores no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Publicado no D.O. de 5-10-87 e retificado no D.O. de 8-10-87.	2	94.997 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Autoriza o aumento de capital da Usiminas Mecânica S.A. por subscrição e integralização em dinheiro. Publicado no D.O. de 6-10-87.	6
94.994 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Primavera de Itapuranga Ltda. para a Fundação Cristã Educativa. Publicado no D.O. de 6-10-87.	3	94.998 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Dá nova redação ao § 9º, do art. 6º, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, modificado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, que dispõe sobre o regulamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama. Publicado no D.O. de 6-10-87.	7
94.995 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Outorga concessão a Gaspar Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itiquira, Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 6-10-87.	3	94.999 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Dispõe sobre o aumento do capital social da LIGHT — Serviços de Eletricidade S.A. Publicado no D.O. de 6-10-87.	7
94.996 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda		95.000 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Aprova a alteração introduzida no Estatuto da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás. Publicado no D.O. de 6-10-87.	8

	PAG.		PAG.
95.001 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Outorga à Companhia de Água e Esgotos de Brasília Caesb concessão para captação de água do Rio Descoberto, para abastecimento público, no Distrito Federal. Publicado no D.O. de 6-10-87.	9	para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	15
95.002 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Modifica dispositivos do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968. Publicado no D.O. de 6-10-87.	10	95.009 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura, do Trabalho e dos Transportes, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 830.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	15
95.003 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Prorroga a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 6-10-87.	11	95.010 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 34.582.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	16
95.004 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe. Publicado no D.O. de 6-10-87.	12	95.011 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Federal de 1.ª Instância, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 876.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	17
95.005 — Decreto de 5 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Computação da Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo. Publicado no D.O. de 6-10-87.	12	95.012 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre à Justiça do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 187.046.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	18
95.006 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 7.250.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	13	95.013 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 991.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	19
95.007 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	14	95.014 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00,	
95.008 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 675.000.000,00,			

	PAG.		PAG.
para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	19	95.021 — Decreto de 8 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-10-87.	25
95.015 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 8.654.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	20	95.022 — Decreto de 9 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-10-87.	26
95.016 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre a Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 460.000.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	21	95.023 — Decreto de 9 de outubro de 1987 — Dá nova redação ao artigo 83, do Decreto nº 81.771, de 7 de junho de 1978, alterado pelos Decretos nº 84.590, de 25 de março de 1980 e nº 87.223, de 31 de maio de 1982, que cria a Comissão Nacional de Sementes e Mudas — Conasen. Publicado no D.O. de 13-10-87.	26
95.017 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.302.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-10-87.	22	95.024 — Decreto de 9 de outubro de 1987 — Autoriza o aumento de capital da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — Brasagro. Publicado no D.O. de 13-10-87.	28
95.018 — Decreto de 6 de outubro de 1987 — Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 110.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 7-10-87.	22	95.025 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 14-10-87.	28
95.019 — Decreto de 7 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-10-87.	23	95.026 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Dispõe sobre readaptação e inclusão de servidor no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 14-10-87.	31
95.020 — Decreto de 7 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 13.248.060.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 8-10-87.	24	95.027 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. RFFSA a proceder o aumento do seu capital social. Publicado no D.O. de 14-10-87.	34
		95.028 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Concede permissão, em caráter permanente, às agências da Caixa Econômica Federal, localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — Sinac, para funcionar aos sábados, domingos e fe-	

	PÁG.		PÁG.
riados civis e religiosos. Publicado no D.O. de 14-10-87.	34	ria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	42
95.029 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Altera o Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre Loteria Esportiva Federal. Publicado no D.O. de 14-10-87.	35	95.037 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 1.360.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	43
95.030 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 14-10-87.	36	95.038 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.887.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	43
95.031 — Decreto de 13 de outubro de 1987 — Acrescenta parágrafo único ao art. 5º do Decreto nº 93.083, de 7 de agosto de 1986, que dispõe sobre a composição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE. Publicado no D.O. de 14-10-87.	37	95.039 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87 e retificado no D.O. de 27-10-87.	44
95.032 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no D.O. de 15-10-87.	38	95.040 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.100.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	45
95.033 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a incorporação da Fundação Abrigo do Cristo Redentor à Fundação Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-10-87.	39	95.041 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.527.424.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	46
95.034 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 89.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	40	95.042 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de	
95.035 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	41		
95.036 — Decreto de 14 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria			

PÁG.	PÁG.
CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 15-10-87.	47
95.043 — Decreto de 15 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências e Informática. Publicado no D.O. de 16-10-87.	47
95.044 — Decreto de 15 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia Padre Anchieta. Publicado no D.O. de 16-10-87.	48
95.045 — Decreto de 15 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Divinópolis. Publicado no D.O. de 16-10-87.	49
95.046 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Nova Crixás, da Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg, no Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 19-10-87.	49
95.047 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Barro Branco, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	51
95.048 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Ponta Porã, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	52
95.049 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra, e respectivas benfeitorias, necessárias à implantação da estação transformadora de distribuição Tamoio, da Eletropaulo —	
Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	58
95.050 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Bonsucesso, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	55
95.051 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação América de Campos, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	56
95.052 — Decreto de 16 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Patrocínio Paulista, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 19-10-87.	58
95.053 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.975.168.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-10-87.	59
95.054 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 359.388.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-10-87.	60
95.055 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Extingue o Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira». Publicado no D.O. de 20-10-87.	61
95.056 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Revoga o Decreto nº 70.451, de 25 de abril de 1972, que aprovou	

	PAG.		PAG.
o Regulamento para o Quartel de Marinheiros. Publicado no D.O. de 20-10-87.	61	das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87 e retificado no D.O. de 24-10-87.	76
95.057 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Reorganiza o Quartel de Marinheiros. Publicado no D.O. de 20-10-87.	62	95.063 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 313.369.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	77
95.058 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, os imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias que menciona. Publicado no D.O. de 20-10-87 e republicado no D.O. de 21-10-87.	62	95.064 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 78.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	78
95.059 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), área de terra localizada no Município de Igreja Nova, no Estado de Alagoas. Publicado no D.O. de 20-10-87.	69	95.065 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	79
95.060 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), áreas de terras situadas no Estado da Bahia, destinadas a Projeto Especial de Irrigação e necessárias ao reassentamento de parte da população a ser atingida pelo Reservatório de Itaparica, no Rio São Francisco, nos Estados de Pernambuco e da Bahia. Publicado no D.O. de 20-10-87.	71	95.066 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre à Justiça Militar e à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 258.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	79
95.061 — Decreto de 19 de outubro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), área de terra necessária à construção do Açude Público «Anagé», nos Municípios de Anagé e Tremedal, Estado da Bahia, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 20-10-87.	72	95.067 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre à Justiça Eleitoral, à Justiça do Trabalho, ao Tribunal de Contas da União e ao Supremo Tribunal Federal, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 631.738.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Or-	
95.062 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério			

	PÁG.		PÁG.
çamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	80	Ambiente — MHU, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-10-87 e republicado no D.O. de 4-11-87.	89
95.068 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 73.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	81	95.076 — Decreto de 22 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a Carreira Finanças e Controle, criada pelo Decreto-lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-10-87.	90
95.069 — Decreto de 20 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-10-87.	82	95.077 — Decreto de 22 de outubro de 1987 — Regulamenta a transposição dos servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-10-87.	94
95.070 — Decreto de 21 de outubro de 1987 — Autoriza o aumento do capital social da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — Ceasa/PR, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-10-87.	82	95.078 — Decreto de 22 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.380.737.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-10-87 e retificado no D.O. de 24-11-87.	97
95.071 — Decreto de 21 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 35). Publicado no D.O. de 22-10-87.	83	95.079 — Decreto de 22 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.600.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-10-87.	98
95.072 — Decreto de 21 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e Uruguai (Acordo nº 2). Publicado no D.O. de 22-10-87.	84	95.080 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile. Publicado no D.O. de 27-10-87.	99
95.073 — Decreto de 21 de outubro de 1987 — Altera o Regulamento Para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares — (R-200). Publicado no D.O. de 22-10-87.	85	95.081 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Altera os Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil — IRB. Publicado no D.O. de 27-10-87.	99
95.074 — Decreto de 21 de outubro de 1987 — Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Publicado no D.O. de 22-10-87 e republicado no D.O. de 23-10-87.	85	95.082 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Administração Direta e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.431.539.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-10-87.	100
95.075 — Decreto de 22 de outubro de 1987 — Dispõe sobre o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio			

	PAG.		PAG.
95.083 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.200.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-10-87.	101	des Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 28-10-87.	108
95.084 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-10-87.	102	95.090 — Decreto de 28 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 25.802.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-10-87.	109
95.085 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-10-87.	103	95.091 — Decreto de 28 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro Nacional de Educação Especial, o crédito suplementar de CZ\$ 7.025.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 29-10-87.	109
95.086 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 7.519.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 27-10-87.	103	95.092 — Decreto de 29 de outubro de 1987 — Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário. Publicado no D.O. de 30-10-87.	110
95.087 — Decreto de 23 de outubro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Tangará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 27-10-87.	104	95.093 — Decreto de 29 de outubro de 1987 — Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Publicado no D.O. de 30-10-87.	111
95.088 — Decreto de 27 de outubro de 1987 — Dispõe sobre o Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil da Administração Federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-10-87.	105	95.094 — Decreto de 29 de outubro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Catalão. Publicado no D.O. de 30-10-87.	111
95.089 — Decreto de 27 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entida-		95.095 — Decreto de 29 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 30-10-87.	112
		95.096 — Decreto de 29 de outubro de 1987 — Cria Grupo de Trabalho para elaborar estudos propondo diretrizes de uma política de desenvolvimento e integração do Brasil Central, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 30-10-87.	113
		95.097 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor	

PAG.	PAG.
do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 107.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	114
95.098 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	114
95.099 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 169.670.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	115
95.100 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 145.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87 e retificado no D.O. de 4-11-87.	116
95.101 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 270.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	117
95.102 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.492.385.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	117
95.103 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 1.151.066.000,00, para reforço de	
dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	118
95.104 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 407.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	119
95.105 — Decreto de 30 de outubro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.060.563.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-11-87.	120
95.106 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Altera o art. 4º do Decreto nº 94.667, de 23 de julho de 1987, que dispõe sobre as despesas com a concessão de diárias. Publicado no D.O. de 4-11-87.	121
95.107 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Aeroporto da Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg, no Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 4-11-87.	121
95.108 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município de Nazaré Paulista, Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4-11-87.	123
95.109 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Informática Veiga de Almeida. Publicado no D.O. de 4-11-87.	125

	PÁG.		PÁG.
95.110 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Guerreiro Britto. Publicado no D.O. de 4-11-87.	125	te Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	130
95.111 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática da Faculdade de Informática de São Paulo. Publicado no D.O. de 4-11-87.	126	95.117 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	130
95.112 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	127	95.118 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	131
95.113 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 707.062.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	127	95.119 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.143.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	132
95.114 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de CZ\$ 1.510.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 4-11-87.	126	95.120 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Navirai. Publicado no D.O. de 5-11-87.	133
95.115 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	129	95.121 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis de Fátima do Sul. Publicado no D.O. de 5-11-87.	133
95.116 — Decreto de 3 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Arquivo Nacional e do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 35.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.		95.122 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Educação Artística da Faculdade de Música, Santa Cecília. Publicado no D.O. de 5-11-87.	134
		95.123 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE, o crédito suplementar de CZ\$ 74.820.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-11-87.	

PAG.	PAG.
cumento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	134
95.124 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 317.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	135
95.125 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	136
95.126 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	137
95.127 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 31.533.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	137
95.128 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.728.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	138
95.129 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.452.644.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente	
Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	139
95.130 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 703.396.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	140
95.131 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 725.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	140
95.132 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 588.475.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	141
95.133 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 117.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	142
95.134 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 17.779.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	143
95.135 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 259.456.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	143
95.136 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e da Reforma e do De-	

PAG.	PAG.
envolvimento Agrário, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 442.768.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	144
95.137 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	145
95.138 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 296.986.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	146
95.139 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 199.065.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	146
95.140 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 5-11-87.	147
95.141 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Autoriza empresas de telecomunicações controladas da Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a promover aumento de capital social. Publicado no D.O. de 5-11-87.	148
95.142 — Decreto de 4 de novembro de 1987 — Inclui a Companhia Guataparã de Celulose e Papel — Celpag no Programa de Privatização. Publicado no D.O. de 5-11-87.	148
95.143 — Decreto de 5 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao	
Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1982/1980 subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10). Publicado no D.O. de 6-11-87.	149
95.144 — Decreto de 5 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 6-11-87.	150
95.145 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 534.980.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-11-87.	151
95.146 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-11-87.	151
95.147 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-11-87.	152
95.148 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.943.810.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 7-11-87.	153
95.149 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Faz-	

PAG.	PAG.
da, o crédito suplementar de CZ\$ 1.604.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	154
95.150 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 98.365.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	154
95.151 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	155
95.152 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87 e retificado no D.O. de 24-11-87.	156
95.153 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.820.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	157
95.154 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 338.496.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	157
95.155 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 27.759.000,00, para reforço	
de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	158
95.156 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	159
95.157 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	160
95.158 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-11-87.	160
95.159 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Publicado no D.O. de 9-11-87.	161
95.160 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Cria função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores na Tabela Permanente do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Publicado no D.O. de 9-11-87.	162
95.161 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Cria função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Tabela Permanente do Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter. Publicado no D.O. de 9-11-87.	164
95.162 — Decreto de 6 de novembro de 1987 — Aprova o Estatuto da Fundação Museu do Café, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-11-87.	164
95.163 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério dos	

	PAG.		PAG.
Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-11-87.	174	gada à Rádio Difusora Ubiratanense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	180
95.164 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 160.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-11-87.	175	95.171 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Ampère Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ampère, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	180
95.165 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Sociedade do Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 10-11-87.	176	95.172 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Souza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Souza, Estado do Paraíba. Publicado no D.O. de 10-11-87.	181
95.166 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cristal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Matineleiro, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	177	95.173 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1989. Publicado no D.O. de 11-11-87.	182
95.167 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	177	95.174 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Inclui o Ministro de Estado da Agricultura entre os membros integrantes do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	183
95.168 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Iporã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Iporã, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	178	95.175 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Inclui o Ministro de Estado da Agricultura entre os membros integrantes do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia — Consider, do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	183
95.169 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Andirá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Andirá, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 10-11-87.	179	95.176 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Amplia o limite global das importações através da Zona Franca de Manaus, no exercício de 1987, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	184
95.170 — Decreto de 9 de novembro de 1987 — Renova a concessão outor-		95.177 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Cria a Comissão Interministerial de Biotecnologia —	

PAG.	PAG.
CIBT, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	185
95.178 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Engenharia da Faculdade de Engenharia de Alimentos de São Gonçalo, Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 11-11-87.	186
95.179 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Positivo, em Curitiba, Paraná. Publicado no D.O. de 11-11-87.	187
95.180 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração de Sistemas de Informações da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Publicado no D.O. de 11-11-87.	187
95.181 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves. Publicado no D.O. de 11-11-87.	188
95.182 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Distrito Federal. Publicado no D.O. de 11-11-87.	189
95.183 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Institui o «Ano Nacional da Pequena e Média Empresa Brasileira» e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	189
95.184 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Estabelece critério de enquadramento de microempresas e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	190
95.185 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Altera a composição da Comissão de Cartografia - Cocar, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	190
95.186 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Faxinal das Araras», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	192
95.187 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Lote 143 do Loteamento Itaipavas, classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Xinguara, Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	193
95.188 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Seringal Nazareth», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Manoel Urbano, Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	195
95.189 — Decreto de 10 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Serra Verde ou Boa Vista», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11-11-87.	196
95.190 — Decreto de 11 de novembro de 1987 — Dispõe sobre aumento do capital social da Companhia Eletromecânica Celma. Publicado no D.O. de 12-11-87.	198
95.191 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Delega competência ao	

	PAG.		PÁG.
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, para o ato que indica. Publicado no D.O. de 13-11-87.	198	«latifúndio por exploração», situado no Município de Xinguara, Estado do Pará, compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-11-87.	206
95.192 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Altera o Decreto nº 93.507, de 4 de novembro de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-11-87.	199	95.197 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 380.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	207
95.193 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Paragominas», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-11-87.	200	95.198 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 580.501.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	208
95.194 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote nº 2, do Loteamento Fazenda Extrema», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Nazaré, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-11-87.	202	95.199 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério das Comunicações, em favor da Administração Direta, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	208
95.195 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote 03 da Gleba «M» do Loteamento Fazenda Serra», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Itaguatins, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13-11-87.	203	95.200 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 20.523.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	209
95.196 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Independência», classificado como		95.201 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Educação - Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 46.833.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	210
		95.202 - Decreto de 12 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Educação - Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	210

PAG.	PAG.
95.203 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.711.021.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	211
95.204 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	212
95.205 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor das Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	213
95.206 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 361.865.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	213
95.207 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	214
95.208 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 739.007.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	215
95.209 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 219.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	216
95.210 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	216
95.211 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 310.650.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	217
95.212 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, à Justiça Militar e à Justiça Eleitoral, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 439.177.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	218
95.213 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 692.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	219
95.214 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre aos Poderes Legislativo e Judiciário, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 139.551.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87 e retificado no D.O. de 16-11-87.	219
95.215 — Decreto de 12 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União—Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de	

	PAG.		PAG.
CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 13-11-87.	220	do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	226
95.216 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Declara de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel situado em Sabará, MG. Publicado no D.O. de 16-11-87.	221	95.223 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 5.364.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	226
95.217 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Renova a concessão outorgada à Fundação Educacional União da Serra - Rádio Veranense de Veranópolis, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 16-11-87.	222	95.224 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Educação - Entidades Supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 188.892.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	227
95.218 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para aprovar os Planos referentes às Zonas de Proteção de que trata o § 2º do art. 44 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16-11-87 e republicado no D.O. de 4-12-87.	223	95.225 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 5.740.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	228
95.219 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Altera Efetivos de Oficiais da Força Aérea Brasileira para 1987. Publicado no D.O. de 16-11-87.	223	95.226 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	229
95.220 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Altera dispositivo do Regulamento para o Corpo de Oficiais da reserva do Exército - (Reore) - aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984. Publicado no D.O. de 16-11-87.	224	95.227 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Justiça dos Territórios, o crédito suplementar de CZ\$ 45.100.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	229
95.221 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	225	95.228 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministé-	
95.222 - Decreto de 13 de novembro de 1987 - Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor			

PAG.	PAG.
rio da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 95.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	230
95.229 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 235.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	231
95.230 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	232
95.231 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda e a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.924.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	232
95.232 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre, em favor de Diversos Órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, o crédito suplementar de CZ\$ 2.105.206.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	233
95.233 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 537.992.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	234
95.234 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	235
95.235 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 468.493.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	235
95.236 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-11-87.	236
95.237 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 94.236, de 15 de abril de 1987, que transferiu o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, transformando-o em órgão autônomo da Administração Direta e dá outras providências. Publicado no D.O. de 16-11-87.	237
95.238 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos, São Paulo. Publicado no D.O. de 16-11-87.	238
95.239 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Farmácia do Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo, em Goiás. Publicado no D.O. de 16-11-87.	238
95.240 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Letras da Faculdade de Letras de Fátima do Sul, em Mato Grosso do Sul. Publicado no D.O. de 16-11-87.	239
95.241 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, em	

	PAG.		PAG.
São Paulo. Publicado no D.O. de 16-11-87.	240	Preta», classificado como «latifúndio por exploração», situado nos Municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-11-87.	259
95.242 — Decreto de 13 de novembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Tecnologia em Processamento de Dados, Barretos-SP. Publicado no D.O. de 16-11-87.	240	95.250 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Boa Esperança — Lotes 14 e 15 do Loteamento Pontão», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Araguaia, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-11-87.	263
95.243 — Decreto de 16 de novembro de 1987 — Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 95.001, de 5 de outubro de 1987. Publicado no D.O. de 17-11-87.	241	95.251 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Menina Moça IV», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-11-87.	265
95.244 — Decreto de 16 de novembro de 1987 — Declara de utilidade pública as instituições que menciona. Publicado no D.O. de 17-11-87.	241	95.252 — Decreto de 18 de novembro de 1987 — Inclui localidade na Tabela de Fatores de Conversão, anexa ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, com a alteração do Decreto nº 75.430, de 27 de fevereiro de 1975, e fixa Fator de Conversão. Publicado no D.O. de 19-11-87.	266
95.245 — Decreto de 16 de novembro de 1987 — Delega competência ao Ministro da Marinha para autorizar viagens de Almirantes à Antártica. Publicado no D.O. de 17-11-87.	245	95.253 — Decreto de 18 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1). Publicado no D.O. de 19-11-87.	267
95.246 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Altera os Objetivos, Características e Natureza do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Publicado no D.O. de 18-11-87.	245		
95.247 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1965, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987. Publicado no D.O. de 18-11-87.	251		
95.248 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Caetano», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-11-87.	258		
95.249 — Decreto de 17 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Pedra			

PÁG.	PÁG.
95.254 — Decreto de 18 de novembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na Rua Conceição, nº 150, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Publicado no D.O. de 19-11-87.	268
95.255 — Decreto de 18 de novembro de 1987 — Revoga o art. 5º do Decreto nº 90.928, de 7 de fevereiro de 1985. Publicado no D.O. de 19-11-87.	269
95.256 — Decreto de 18 de novembro de 1987 — Altera o Decreto nº 95.077, de 22 de outubro de 1987, que regulamentou a transposição dos servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987. Publicado no D.O. de 19-11-87.	270
95.257 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 20-11-87.	270
95.258 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cristalina, Estado de Goiás. Publicado no D.O. de 20-11-87.	271
95.259 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Porto Feliz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mondai, Estado de Santa Catarina. Publicado no D.O. de 20-11-87.	272
95.260 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Montes Claros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 20-11-87.	273
95.261 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Marechal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 20-11-87.	273
95.262 — Decreto de 19 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 20-11-87.	274
95.263 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 15.742.323.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	275
95.264 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	276
95.265 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	276
95.266 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 720.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	277
95.267 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias,	

PAG.	PAG.
o crédito suplementar de CZ\$ 1.126.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	278
95.268 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	279
95.269 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 572.989.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	279
95.270 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 79.955.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	280
95.271 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 44.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	281
95.272 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor de Diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 385.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	282
95.273 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 10.181.269.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente	
Orçamento. Publicado no D.O. de 23-11-87.	282
95.274 — Decreto de 20 de novembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Itacutiara, Brejinho e Brejo Grande», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Barra, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-11-87.	283
95.275 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, áreas de terras e benfeitorias, necessárias à execução do programa Projeto Tabuleiros Litorâneos, na região do Baixo Parnaíba, no Estado do Piauí, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 24-11-87.	285
95.276 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Classifica o Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau. Publicado no D.O. de 24-11-87.	286
95.277 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Segundo Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, Brasil — México. Publicado no D.O. de 24-11-87.	287
95.278 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, Brasil — Argentina, no Setor da Indústria Química. Publicado no D.O. de 24-11-87.	288
95.279 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, Brasil — Argentina, no Setor da	

PAG.	PAG.
Indústria Química Derivada do Petróleo. Publicado no D.O. de 24-11-87.	289
95.280 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-11-87.	289
95.281 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República e da Consultoria Geral da República, o crédito suplementar de CZ\$ 26.625.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-11-87.	290
95.282 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-11-87.	291
95.283 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-11-87.	292
95.284 — Decreto de 23 de novembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 961.119.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-11-87.	292
95.285 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral — Órgãos Regionais do Trabalho, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-11-87.	293
95.286 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-11-87.	294
95.287 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-11-87.	295
95.288 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 32.264.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-11-87.	295
95.289 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 51.525.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-11-87.	296
95.290 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Concede indulto, reduz penas, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 25-11-87.	297
95.291 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1). Publicado no D.O. de 25-11-87.	300
95.292 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, Brasil-	

	PAG.		PAG.
Argentina. Publicado no D.O. de 25-11-87.	301	95.300 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial junto à FAO. Publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-12-87.	308
95.293 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio San Thiago Dantas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 25-11-87.	302	95.301 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial junto aos Organismos Internacionais de Caráter Econômico, em Londres. Publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-12-87.	309
95.294 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Clube de Bocaiúva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 25-11-87.	303	95.302 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial em Viena. Publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-12-87.	309
95.295 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio República de Morro Agudo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 25-11-87.	304	95.303 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Décimo Quarto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo. Publicado no D.O. de 27-11-87.	310
95.296 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Patu de Senador Pompeu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará. Publicado no D.O. de 25-11-87.	305	95.304 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química, Brasil — Argentina. Publicado no D.O. de 27-11-87.	311
95.297 — Decreto de 24 de novembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7). Publicado no D.O. de 25-11-87.	306	95.305 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Cantagalo de Jaicós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaicós, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 27-11-87.	311
95.298 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Cria a Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-11-87.	306	95.306 — Decreto de 27 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 30-11-87.	312
95.299 — Decreto de 25 de novembro de 1987 — Abre ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 12.607.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 26-11-87.	307	95.307 — Decreto de 30 de novembro de 1987 — Realista o valor do Piso	

	PAG.		PAG.
Nacional de Salários. Publicado no D.O. de 1-12-87.	313	95.315 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Comunicação Social das Faculdades Pinheiro Guimarães, no Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 2-12-87.	324
95.308 — Decreto de 30 de novembro de 1987 — Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Publicado no D.O. de 1-12-87.	314	95.316 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZS 202.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-12-87.	325
95.309 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para a prática do ato que especifica. Publicado no D.O. de 2-12-87.	314	95.317 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Comunicações, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZS 43.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 2-12-87.	326
95.310 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Dispõe sobre aumento do capital social da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Publicado no D.O. de 2-12-87.	315	95.318 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração Rural da Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná. Publicado no D.O. de 3-12-87.	328
95.311 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) áreas de terras abrangidas pelo Projeto de Irrigação Pau dos Ferros, nos municípios de Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste e Francisco Dantas, Estado do Rio Grande do Norte, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-12-87.	315	95.319 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento dos cursos de História e Geografia e habilitações do curso de Ciências da Faculdade de Ciências de Avaré, São Paulo. Publicado no D.O. de 3-12-87.	327
95.312 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Desenho Industrial e do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Tecnologia de Biritigüi, São Paulo. Publicado no D.O. de 2-12-87.	322	95.320 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco. Publicado no D.O. de 3-12-87.	328
95.313 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Tecnologia de Governador Valadares, Minas Gerais. Publicado no D.O. de 2-12-87.	323	95.321 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Serra dos Teixeiras», classificado como «latifúndio por exploração», situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras	
95.314 — Decreto de 1º de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, São Paulo. Publicado no D.O. de 2-12-87.	324		

	PAG.		PAG.
providências. Publicado no D.O. de 3-12-87.	328	tar de CZ\$ 25.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	334
95.322 Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Imbirussu de Dentro», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 3-12-87.	330	95.328 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 894.019.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	335
95.323 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	331	95.329 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 700.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	335
95.324 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	332	95.330 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	336
95.325 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 4.592.031.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	333	95.331 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 179.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87 e retificado no D.O. de 22-12-87.	337
95.326 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária — SNAP, o crédito suplementar de CZ\$ 60.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	333	95.332 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 47.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	338
95.327 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplemen-		95.333 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 792.012.000,00,	

PÁG.	PÁG.
para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	338
95.334 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 278.642.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	339
95.335 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 119.365.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	340
95.336 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 113.452.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	341
95.337 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 7.835.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	341
95.338 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.540.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	342
95.339 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.535.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	343
95.340 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	344
95.341 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	344
95.342 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	345
95.343 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.776.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	346
95.344 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 128.820.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	347
95.345 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.574.901.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	347
95.346 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	348

	PÁG.		PÁG.
95.347 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	349	Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	353
95.348 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre à Câmara dos Deputados o crédito suplementar de CZ\$ 831.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	350	95.354 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	354
95.349 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	350	95.355 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Boa Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Padre Marcos, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 3-12-87.	355
95.350 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre à Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Superior Eleitoral, o crédito suplementar de CZ\$ 65.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	351	95.356 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Guariroba», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4-12-87.	356
95.351 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre ao Tribunal de Contas da União o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	352	95.357 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Bom Jesus», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de União, no Estado do Piauí, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4-12-87.	357
95.352 — Decreto de 2 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 4.572.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 3-12-87.	352	95.358 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Maria», classificado como «latifúndio por exploração», situado no Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio	

	PÁG.		PÁG.
de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 4-12-87.	359	(DNOCS). área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação «Vale do Rio Brumado», no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — Proirne, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-12-87.	366
95.359 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, no Setor da indústria química. Publicado no D.O. de 4-12-87.	361	95.366 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Concede autorização ao navio de pesquisa «Robert D. Conrad», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica. Publicado no D.O. de 9-12-87.	380
95.360 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-12-87.	362	95.367 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Reajusta os valores da indenização de Representação de Gabinete que menciona. Publicado no D.O. de 9-12-87.	392
95.361 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.920.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-12-87.	362	95.368 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 10.100.468.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	392
95.362 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 210.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-12-87.	363	95.369 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 32.086.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	393
95.363 — Decreto de 3 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 4-12-87.	364	95.370 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	394
95.364 — Decreto de 4 de dezembro de 1987 — Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987, cria o Comitê de Limites de Crédito e dá outras providências. Publicado no D.O. de 8-12-87.	365	95.371 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	394
95.365 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas		95.372 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência	

	PÁG.		PÁG.
de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	395	reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	399
95.373 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	396	95.379 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	400
95.374 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	396	95.380 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.430.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87 e retificado no D.O. de 21-12-87.	401
95.375 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 6.329.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87 e retificado no D.O. de 22-12-87.	397	95.381 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	402
95.376 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	398	95.382 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre à Justiça Militar, à Justiça do Trabalho, à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 190.235.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	402
95.377 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	399	95.383 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 847.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	403
95.378 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 43.100.000,00, para		95.384 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de	

	PAG.		PAG.
CZ\$ 2.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	404	amento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	408
95.385 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 319.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	406	95.391 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.482.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	409
95.386 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 396.700.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	405	95.392 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	410
95.387 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 140.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	406	95.393 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.481.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	411
95.388 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministério do Exército, da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 58.783.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	407	95.394 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Prorroga o prazo para a implementação do Programa Ruas em Paz e dá outras providências. Publicado no D.O. de 9-12-87.	411
95.389 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 8.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 9-12-87.	408	95.395 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à ACD Sistema de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 9-12-87.	412
95.390 — Decreto de 8 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 38.100.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Or-		95.396 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí. Publicado no D.O. de 10-12-87.	413
		95.397 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.104.000,00, para reforço de	

	PAG.		PAG.
dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	414	95.404 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 63.087.063.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87 e retificado no D.O. de 23-12-87.	419
95.398 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.579.866.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	414	95.405 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 17.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	419
95.399 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.574.710.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	415	95.406 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, para o período de outubro a dezembro de 1987. Publicado no D.O. de 10-12-87 e retificado no D.O. de 11-12-87.	420
95.400 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 570.879.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	416	95.407 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	421
95.401 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 6.266.357.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	417	95.408 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	422
95.402 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.097.351.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	417	95.409 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	422
95.403 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.380.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	418	95.410 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Se-	

PAG.	PAG.
cretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.470.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	423
95.411 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.750.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87 e retificada no D.O. de 21-12-87.	424
95.412 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	425
95.413 — Decreto de 9 de dezembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 4.560.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 10-12-87.	426
95.414 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	426
95.415 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 503.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	427
95.416 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 49.247.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	428
95.417 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.396.692.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	429
95.418 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	429
95.419 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.055.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 11-12-87.	430
95.420 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	431
95.421 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 72.196.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	432
95.422 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias,	

	PAG.		PAG.
o crédito suplementar de CZ\$ 8.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	432	95.423 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Instituto de Promoção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	438
95.423 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 31.563.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	433	95.430 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Apoio à Promoção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 4.819.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	438
95.424 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Orçãos, o crédito suplementar de CZ\$ 943.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	434	95.431 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 6.525.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	439
95.425 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 197.242.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	435	95.432 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	440
95.426 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 79.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	435	95.433 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 5.706.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	441
95.427 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	436	95.434 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de CZ\$ 28.400.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	441
95.428 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	437	95.435 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito	

PAG.		PAG.
	suplementar de CZ\$ 64.764.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	442
95.436	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 132.339.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	443
95.437	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 86.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	444
95.438	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 75.960.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	444
95.439	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 11-12-87.	445
95.440	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	446
95.441	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 212.193.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	446
95.442	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 294.449.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	447
95.443	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 927.695.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	448
95.444	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 221.227.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	449
95.445	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 79.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	449
95.446	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 540.371.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	450
95.447	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 34.033.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	451
95.448	— Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das	

	PAG.		PAG.
Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 4.338.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	452	dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	456
95.449 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	452	95.455 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	457
95.450 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-12-87.	453	95.456 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Empresa de Portos do Brasil S.A. e Companhia Brasileira de Trens Urbanos, o crédito suplementar de CZ\$ 766.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	458
95.451 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	454	95.457 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e/ou aquisição de produtos agrícolas da safra de verão 1987/1988 e dispõe sobre as regras de comercialização dos estoques do Governo, adquiridos através da Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM. Publicado no D.O. de 11-12-87.	458
95.452 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 11-12-87.	455	95.458 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Televisão Jovem Pan Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 11-12-87.	460
95.453 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 53.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 11-12-87.	456	95.459 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica. Publicado no D.O. de 11-12-87.	461
95.454 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 950.000.000,00, para reforço de		95.460 — Decreto de 10 de dezembro de 1987 — Dispõe sobre o aumento do Capital Autorizado da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — Nuclebrás. Publicado no D.O. de 11-12-87.	462
		95.461 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Revoga o Decreto nº	

PAG.	PAG.
68.796, de 23 de junho de 1971, e revigora o Decreto nº 41.721, de 26 de junho de 1957, concernente à Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho. Publicado no D.O. de 14-12-87.	463
95.462 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10). Publicado no D.O. de 14-12-87.	463
95.463 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 Renova a concessão outorgada à Edinnol — Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas. Publicado no D.O. de 14-12-87.	464
95.464 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 14-12-87.	465
95.465 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Loanda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Loanda, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 14-12-87.	466
95.466 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Publicado no D.O. de 14-12-87.	467
95.467 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Educadora de Belém Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco. Publicado no D.O. de 14-12-87.	467
95.468 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monção, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 14-12-87.	468
95.469 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Sorriso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso. Publicado no D.O. de 14-12-87.	469
95.470 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 14-12-87.	470
95.471 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Cultura de Cândido de Abreu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 14-12-87.	471
95.472 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Gaspar Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso. Publicado no D.O. de 14-12-87.	472
95.473 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 14-12-87.	473
95.474 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Karajás Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 14-12-87.	473

	PÁG.		PÁG.
95.475 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 91.796, de 17 de outubro de 1985. Publicado no D.O. de 14-12-87.	474	95.482 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Cria, sob a responsabilidade do Ministério do Interior, o Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-12-87.	479
95.476 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Revoga o Decreto nº 95.151, de 6 de novembro de 1987. Publicado no D.O. de 14-12-87.	475	95.483 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Sociedade Zona Sul de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D.O. de 15-12-87.	480
95.477 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 14-12-87.	475	95.484 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados Publicado no D.O. de 15-12-87.	481
95.478 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.340.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 14-12-87.	476	95.485 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Dá nova redação ao art. 15 do Regulamento da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto de Renda, concedidos a operações de caráter cultural. Publicado no D.O. de 15-12-87.	482
95.479 — Decreto de 11 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 14-12-87.	477	95.486 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Enfermagem e Obstetrícia da Escola Superior de Enfermagem e Obstetrícia de Vassouras, Rio de Janeiro. Publicado no D.O. de 15-12-87.	483
95.480 — Decreto de 13 de dezembro de 1987 — Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. Publicado no D.O. de 14-12-87.	478	95.487 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista. Publicado no D.O. de 15-12-87.	483
95.481 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a explorar, através da Fundação de Radiodifusão Educativa de Uberlândia, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, serviço de radiodifusão sonora em onda média, mediante convênio a ser celebrado com o Ministério das Comunicações, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-12-87.	479	95.488 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Reabilitação do Norte do Paraná. Publicado no D.O. de 15-12-87.	484
		95.489 — Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Caraguatuba, São Paulo. Publicado no D.O. de 15-12-87.	484

PAG.	PAG.
95.490 - Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Geografia da Faculdade de Educação e Geografia de Navirai, Mato Grosso do Sul. Publicado no D.O. de 15-12-87.	485
95.491 - Decreto de 14 de dezembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Informática, em Curitiba, Paraná. Publicado no D.O. de 16-12-87.	486
95.492 — Decreto de 15 de dezembro de 1987 — Fixa os Efetivos do Exército para 1988. Publicado no D.O. de 16-12-87 e retificado no D.O. de 18-12-87.	486
95.493 — Decreto de 15 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 19.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-12-87.	491
95.494 — Decreto de 15 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Educação Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 4.410.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-12-87.	492
95.495 — Decreto de 15 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 16-12-87.	493
95.496 — Decreto de 15 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Sociedade Acreana de Comunicação Fronteira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. Publicado no D.O. de 16-12-87.	494
95.497 — Decreto de 16 de dezembro de 1987 — Outorga concessão à Rádio Vanguarda de Santa Luzia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão. Publicado no D.O. de 17-12-87.	495
95.498 — Decreto de 16 de dezembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Veredas de Unai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 17-12-87.	496
95.499 — Decreto de 16 de dezembro de 1987 — Revoga a concessão outorgada à Rádio Progresso de Souza Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Souza, Estado da Paraíba. Publicado no D.O. de 17-12-87.	496
95.500 — Decreto de 16 de dezembro de 1987 — Autoriza Giovanni Moracchioli e Achille Marco Marmiroli, ambos de nacionalidade italiana e residentes no Brasil, a adquirir imóvel rural. Publicado no D.O. de 17-12-87 e retificado no D.O. de 18-12-87.	497
95.501 — Decreto de 16 de dezembro de 1987 — Renova a concessão outorgada à Rádio Pioneira de Formosa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Formosa D'Oeste, Estado do Paraná. Publicado no D.O. de 17-12-87.	498
95.502 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Revoga os Decretos nºs 46.427/59 e 75.636/75, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para o Instituto de Pesquisas da Marinha. Publicado no D.O. de 18-12-87.	499
95.503 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Autoriza a empresa «Caninha 51» — Indústria e Comércio de Bebidas Ltda., com sede no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho noturno de mulher maior de dezoito anos, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-12-87.	500

PAG.	PAG.
95.504 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Altera dispositivo do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, que dispõe sobre a requisição de servidores para a Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab. Publicado no D.O. de 18-12-87.	500
95.505 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Concede à Companhia Siderúrgica de Tubarão CST, autorização para proceder a aumento do seu capital social. Publicado no D.O. de 18-12-87.	501
95.506 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Empresa de Portos do Brasil S/A — Portobrás, terrenos e benfeitorias necessários à expansão do Porto de Santos, localizados no Largo Marquês de Monte Alegre, no Município de Santos, Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-12-87.	502
95.507 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Publicado no D.O. de 18-12-87.	503
95.508 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Dispõe sobre a readaptação de servidor do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18-12-87.	504
95.509 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.900.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	505
95.510 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	505
95.511 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	506
95.512 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 115.642.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	507
95.513 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre ao Senado Federal, a diversos Órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 162.155.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	507
95.514 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	508
95.515 — Decreto de 17 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-12-87.	509
95.516 — Decreto de 18 de dezembro de 1987 — Altera o Regulamento de Promoções de Graduados do Exército aprovado pelo Decreto nº 77.920, de 28 de junho de 1976. Publicado no D.O. de 21-12-87.	510
95.517 — Decreto de 18 de dezembro de 1987 — Outorga a Centrais Elé-	

PAG.		PAG.
	tricas do Norte do Brasil S.A. — Eletronorte concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Manso, nos Municípios de Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 21-12-87.	510
95.518	— Decreto de 18 de dezembro de 1987 — Outorga à Jari Energética S.A. — Jesa concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Jari, no local denominado Cachoeira de Santo Antônio, entre os Municípios de Mazagão, no Território Federal do Amapá, e Almerim, no Estado do Pará. Publicado no D.O. de 21-12-87.	512
95.519	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1988, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-12-87.	513
95.520	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e das Comunicações, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 57.600.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-12-87.	518
95.521	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.734.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	519
95.522	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 171.749.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-12-87.	520
95.523	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Cria a Reserva de Contenção Orçamentária, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-12-87.	520
95.524	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Altera o Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 22-12-87.	521
95.525	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 132.875.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-12-87.	524
95.526	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.750.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-12-87.	525
95.527	— Decreto de 21 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 180.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 22-12-87.	526
95.528	— Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	527
95.529	— Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	527
95.530	— Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Conselho Nacional de Direito Autoral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	527

	PAG.		PAG.
dito suplementar de CZ\$ 70.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	528	amento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	533
95.531 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	529	95.537 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio o crédito suplementar de CZ\$ 177.028.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	534
95.532 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	530	95.538 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 11.750.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	534
95.533 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	530	95.539 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	535
95.534 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	531	95.540 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	536
95.535 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 79.875.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	532	95.541 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 75.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	537
95.536 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Or-		95.542 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	537
		95.543 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 467.145.000,00,	

PAG	PAG.
para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	538
95.544 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	539
95.545 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	540
95.546 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas e à Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 105.057.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	540
95.547 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	541
95.548 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas Unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	542
95.549 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 184.000.000,00,	
para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	543
95.550 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	543
95.551 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 40.136.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	544
95.552 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério dos Transportes, em favor do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, o crédito suplementar de CZ\$ 10.719.306.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	545
95.553 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Eleva o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES. Publicado no D.O. de 23-12-87. ...	546
95.554 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	547
95.555 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Minas e Energia e à Presidência da República, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 15.905.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	547

	PAG.		PAG.
95.556 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre a diversos Órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.183.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	548	95.563 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos Órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 21.130.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	553
95.557 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Tribunal de Contas da União, o crédito suplementar de CZ\$ 25.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	549	95.564 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 86.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	554
95.558 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Agricultura, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 43.613.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	550	95.565 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	555
95.559 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Saúde, em favor das Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 47.251.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	550	95.566 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	555
95.560 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	551	95.567 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 24.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	556
95.561 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 595.153.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	552	95.568 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	557
95.562 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Senado Federal o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	553	95.569 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério das Comunicações, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 204.000.000,00, para reforço de	

	PAG.		PAG.
dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	558	os imóveis rurais denominados «Boa Esperança, Perpétuo Socorro e São João do Riozinho», também conhecidos como «Gleba Externa», classificados como «latifúndio por exploração», situados nos Municípios de Senador Guimard e Plácido de Castro, no Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-12-87.	564
95.570 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 5.604.008.000,00, para o fim que especifica. Publicado no D.O. de 23-12-87.	558	95.578 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote 147, do Loteamento Itaipavas», classificado como «latifúndio por exploração», situado nos Municípios de Xinguara e Rio Maria, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-12-87.	566
95.571 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Educação Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 23-12-87.	559	95.479 — Decreto de 29 de dezembro de 1987 — Reajusta o valor do Piso Nacional de Salários. Publicado no D.O. de 30-12-87.	568
95.572 — Decreto de 22 de dezembro de 1987 — Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal — CEF, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-12-87.	560	95.580 — Decreto de 29 de dezembro de 1987 — Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Publicado no D.O. de 30-12-87.	568
95.573 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-12-87.	561		
95.574 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 460.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 24-12-87.	561		
95.575 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Aprova o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República. Publicado no D.O. de 24-12-87.	562		
95.576 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Altera a constituição da Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento da América. Publicado no D.O. de 24-12-87.	563		
95.577 — Decreto de 23 de dezembro de 1987 — Declara de interesse social, para fins de desapropriação,			

ÍNDICE DO APENSO

I — DECRETOS

94.984 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias, integrantes do perímetro abrangido pelo Decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, que criou o Parque Nacional da Serra do Cipó, no Estado de Minas Gerais. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	573
94.985 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências da Computa-	

PAG.	PAG.	
ção Cristo-Rei, em Ponta Grossa, Paraná. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	576	
94.986 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araras. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	576	
94.987 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Altera a denominação do Centro de TV do Cecor, integrante da estrutura dos Gabinetes da Presidência da República, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	577	
94.988 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Dispõe sobre as funções do pessoal de apoio dos Gabinetes da Presidência da República, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	578	
94.989 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	579	
94.990 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Publicado no D.O. de 1º-10-87.	580	
94.991 — Decreto de 30 de setembro de 1987 — Aprova o Programa de Ação Governamental para o período de 1987 a 1991, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 15-10-87 e retificado no D.O. de 9-11-87.	581	
REPUBLICAÇÕES		
I — DECRETOS		
94.251 — Decreto de 22 de abril de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Publicado no D.O. de 23-4-87 e republicado no D.O. de 17-11-87.	583	
94.856 — Decreto de 8 de setembro de 1987 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, destinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Publicado no D.O. de 9-9-87 e republicado no D.O. de 10-11-87.	584	
94.973 — Decreto de 25 de setembro de 1987 — Aprova o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e dá outras providências. Publicado no D.O. de 28-9-87 e republicado no D.O. de 6-10-87.	585	
RETIFICAÇÕES		
I — DECRETOS		
94.166 — Decreto de 1º de abril de 1987 — Dispõe sobre a criação de transformação de funções de confiança do Quadro Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 2-4-87 e retificado no D.O. de 14-12-87.	587	
94.901 — Decreto de 17 de setembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 11.937.975.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 18-9-87 e retificado no D.O. de 13-10-87.	594	
94.912 — Decreto de 18 de setembro de 1987 — Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 21-9-87 e retificado no D.O. de 13-10-87.	594	
94.949 — Decreto de 24 de setembro de 1987 — Abre a Encargos Gerais da União — Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 25.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento. Publicado no D.O. de 25-9-87 e retificado no D.O. de 15-10-87.	595	
ÍNDICE REMISSIVO		597

Figuram neste volume os decretos que, expedidos no quarto trimestre de 1987, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre.

As datas de publicação, retificação e republicação estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

I — DECRETOS

DECRETO Nº 94.992, DE 1º DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 13.180.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 13.180.000.000,00 (treze bilhões, cento e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos e atividades referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do orçamento das entidades, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 2-10-87.

DECRETO Nº 94.993, DE 2 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a classificação dos servidores no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos a que se refere a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A classificação dos servidores e dos respectivos cargos ou empregos, bem como das funções de confiança a que se refere o Plano Único aprovado pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, é compulsória, não implicando mudança de regime jurídico, e será aprovada pelo dirigente máximo da Instituição Federal de Ensino, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto, e homologada pelo Ministro da Educação, após pronunciamento da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — Sedap.

Art. 2º A classificação de que trata o artigo anterior será publicada no *Diário Oficial* da União, de acordo com quadro elaborado pela Sedap, do qual constarão o nome do servidor e códigos dos cargos ou empregos ocupados na situação existente em 31 de março de 1987 e a da mesma classificação.

Parágrafo único. As Instituições Federais de Ensino publicarão, no respectivo Boletim de Serviço, ou equivalente, de acordo com modelo estabelecido pela Sedap, quadro demonstrativo da retribuição do servidor, com discriminação de vencimentos ou salários, gratificações e quaisquer outras vantagens a que o servidor faça jus, remetendo exemplar aos órgãos centrais de sistema de que trata o art. 6º do Decreto nº 94.667, de 23 de julho de 1987.

Art. 3º A Sedap expedirá as instruções necessárias à execução do disposto neste decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 94.994, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza a transferência direta da concessão outorgada à Rádio Primavera de Itapuranga Ltda. para a Fundação Cristã Educativa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 94, item 3, letra a do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29109.000586/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Rádio Primavera de Itapuranga Ltda. autorizada a realizar a transferência direta para a Fundação Cristã Educativa, pelo restante do prazo, da concessão que lhe foi outorgada para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itapuranga, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.995, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Outorga concessão a Gaspar Radiodifusão Limitada, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itiquiru, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002436/87 (Edital nº 36/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão a Gaspar Radiodifusão Limitada, para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itiquira, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 94.996, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda São Bernardino", classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Bernardino», com a área de 212,0000ha (duzentos e doze hectares), situado no Município de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.691, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1; de coordenadas UTM E = 662.160m e N = 7.491.990m, obtidas na Carta do Brasil, folha — Cava, SF-23-Z-B-IV-I, escala 1:50.000, edição 1966, elaborada pelo IBGE. Este ponto foi encontrado tomando como partida o cruzamento das estradas São Bernardino e Estrada da Polícia, respeitando as faixas de domínio previstas para as mesmas. Do ponto 1, segue pela margem direita da Estrada da Polícia no sentido Tinguá-Cava, na distância de 2.470m, até o ponto 2, situado na faixa de domínio da Adutora Rio D'Ouro. Do ponto 2, segue pela margem direita da faixa de domínio da Adutora Rio D'Ouro, sentido Miguel Couto-Cava, na distância de 750m, até o ponto 3, situado na faixa de domínio da antiga estrada de ferro Rio D'Ouro-RFF (hoje transformada em estrada de rodagem). Do ponto 3, segue pela faixa de domínio da ex-estrada de ferro Rio D'Ouro, margem direita, sentido Cava-Tinguá, na distância de 2.580m, até o ponto 4 (marco de cimento). Do ponto 4, segue por linha seca com o azimuth de 110°00', na distância de 330,35m, até o ponto 5 (marco de cimento). Do ponto 5, segue por linha seca com azimuth de 113°00', na distância de 200m, até o ponto 6. Daí, segue por linha seca com o azimuth de 144°30', na distância de 40m, até o ponto 7. Daí, segue por linha seca com o azimuth de 120°00', na distância de 110m, até o ponto 8. Do ponto 8, segue por linha seca com o azimuth de 128°30', na distância de 112m, até o ponto 9, situado na faixa de domínio, margem esquerda da estrada estadual de Tinguá, sentido Cava-Tinguá. Do ponto 4 ao ponto 9 o imóvel confronta com terras de propriedade da Fábrica Rupturita S.A. Explosivos. Do ponto 9, cruzando a estrada (Cava-Tinguá) segue pela margem direita, faixa de domínio da Estrada da Polícia, sentido Tinguá-Cava, na distância de 405m, até o ponto 1; início da descrição deste perímetro (fonte de referência: Carta do IBGE folha SF-23-Z-B-IV, escala 1:50.000, ano 1966).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural

de que trata o presente decreto, na forma prevista no Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jáder Barbalho

DECRETO Nº 94.997, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o aumento de capital da Usiminas Mecânica S.A. por subscrição e integralização em dinheiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Usiminas Mecânica S.A. autorizada a aumentar o seu capital social até o valor de CZ\$ 1.750.993.865,20 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões, novecentos e noventa e três mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos), mediante emissão de ações ordinárias e preferenciais na proporção das existentes.

Art. 2º Fica igualmente autorizada a subscrição pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, acionista controlador, de ações do referido aumento de capital, na proporção de sua participação acionária e eventuais sobras, até o montante de CZ\$ 415.000.000,00 (quatrocentos e quinze milhões de cruzados).

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 94.998, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Dá nova redação ao § 9º, do art. 6º, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, modificado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, que dispõe sobre o regulamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente — Conama.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

DECRETA:

Art. 1º O § 9º do art. 6º, do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, modificado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 6º Integram o Plenário do Conama:

.....
§ 9º Os representantes das entidades mencionadas nos incisos VI, VIII e IX terão suas despesas de deslocamento e estadia pagas à conta dos recursos do Conama, quando for o caso».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Deni Lineu Schwartz

DECRETO Nº 94.999, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre o aumento do capital social da Light — Serviços de Eletricidade S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e, tendo em vista o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, bem como, o que consta do Processo MME nº 27000.003467/87-47,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Light — Serviços de Eletricidade S.A. autorizada a promover a elevação do seu capital social no montante de CZ\$ 205.907.083,80 (duzentos e cinco milhões, novecentos e sete mil, oitenta

e três cruzados e oitenta centavos), que passará de CZ\$ 9.716.600.000,00 (nove bilhões, setecentos e dezesseis milhões e seiscentos mil cruzados) para CZ\$ 9.922.507.083,80 (nove bilhões, novecentos e vinte e dois milhões, quinhentos e sete mil, oitenta e três cruzados e oitenta centavos).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.000, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Aprova a alteração introduzida no Estatuto da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e nos termos do artigo 5º, *in fine* da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, modificada pela Lei nº 4.400, de 31 de agosto de 1964 e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.003771/87-58,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a alteração introduzida no artigo 6º do Estatuto da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás, sociedade de economia mista com sede em Brasília e constituída na forma da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, conforme deliberação das Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 10 de julho de 1986, 14 de outubro de 1986, 10 de dezembro de 1986, 28 de abril de 1987, da Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1987 e das Assembleias Gerais Extraordinárias de 29 de maio de 1987 e 11 de agosto de 1987, o qual passará a ter a seguinte redação:

«Art. 6º O capital social é de CZ\$ 88.071.586.204,27 (oitenta e oito bilhões, setenta e um milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e quatro cruzados e vinte e sete centavos), dividido em 103.214.744 (cento e três milhões, duzentos e quatorze mil, setecentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, 36.730 (trinta e seis mil, setecentas e trinta) ações preferenciais classe «A» e

1.433.499 (um milhão, quatrocentas e trinta e três mil, quatrocentas e noventa e nove) ações preferenciais classe «B», todas sem valor nominal».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.001, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Outorga à Companhia de Água e Esgotos de Brasília — Caesb concessão para captação de água do rio Descoberto, para abastecimento público, no Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição e nos termos dos artigos 43 e 62 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27100.001805/87-97,

D E C R E T A :

Art. 1º É outorgada à Companhia de Água e Esgotos de Brasília — Caesb concessão para captar até 2,3m³/s de água do rio Descoberto, com a finalidade de abastecer o Distrito Federal, ressalvados os direitos de terceiros.

Art. 2º A concessão de que trata este decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Art. 4º A concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no Código de Águas, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.002, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Modifica dispositivos do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, § 2º, e 97 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º A especificação das Classes II e VII a que se refere o artigo 8º do Regulamento do Código de Mineração, aprovado pelo Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

Classe II — ardósias, arcias, cascalhos, quartzitos e saibros, quando utilizados *in natura* para o preparo de agregados, argamassa ou como pedra de talhe, e não se destinem, como matéria-prima à indústria de transformação.

Classe VII — substâncias minerais industriais, não incluídas nas classes precedentes:

a) anfibólios, areias de fundição, argilas, argilas refratárias, andalusita, agalmatolitos, asbestos, ardósias, anidrita, andofilita, bentonitas, barita, boratos, calcários, calcários coralíneos, calcita, caulim, celestita, cianita, conchas calcárias, córidon, crisotila, diatomitos, dolomitos, diamantes industriais, dumortierita, enxofre, estroncianita, esteatitos, feldspatos, filitos, fluorita, gipso, grafita, granada, hidragilita, leucita, leucofilito, magnesita, mármore, micas, ocre, pinguíta, pirita, pirofilita, quartzo, quartzito, silimanita, sais de bromo, sais de iodo, sal-gema, saponito, sílex, talco, tremolita, tripolito, vermiculita, wollastonita;

b) basalto, gnaisses, granitos, quaisquer outras substâncias minerais, quando utilizadas para produção de britas ou sujeitas a outros processos industriais de beneficiamento.

Parágrafo único. Nos termos do disposto no artigo 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, permanece sob o regime de licenciamento o aproveitamento de argilas empregadas no fabrico de cerâmica vermelha, de calcário dolomítico empregado como corretivo do solo na agricultura e de basalto empregado como pedra de revestimento ou ornamental na construção civil.

Art. 2º Ficam assegurados os licenciamentos ora em vigor e sua oportuna renovação nos termos do disposto na Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, facultada a opção do interessado pelo regime de autorização de pesquisa e concessão de lavra.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.003, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Prorroga a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e

Considerando persistirem as razões que motivaram a proibição da criação de novos cursos superiores de graduação em todo o território nacional;

Considerando a necessidade de melhorar o ensino de graduação em todo o País, em termos de padrões de qualidade compatíveis com as exigências nacionais;

Considerando que a expansão de alguns cursos de nível superior deverá ser submetida a uma avaliação mais profunda, no sentido de compatibilizar sua oferta e demanda com a realidade educacional do País;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1988, a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986.

Art. 2º O disposto no art. 2º do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, não se aplica aos processos referentes aos pedidos de novos cursos de graduação em Direito.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 95.004, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000759/86-40 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento, em regime especial, do curso de Ciências, licenciatura de 1º grau, a ser ministrado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, pela Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras, mantida pela Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 95.005, DE 5 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Computação da Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-

lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000537/85-37 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências da Computação, a ser ministrado em São Paulo, Estado de São Paulo, pelo Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, mantido pela Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 95.006, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 7.250.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 7.250.000.000,00 (sete bilhões e duzentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.007, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 96.008, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 675.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no art. 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 675.000.000,00 (seiscentos e setenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto é no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

— Os anexos estão publicados no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 96.009, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Agricultura, do Trabalho e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 830.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura, do Trabalho e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 830.000.000,00 (oitocentos e trinta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87

DECRETO Nº 95.010, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 34.582.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 34.582.000,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.011, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Federal de 1ª Instância, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 876.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Federal de 1ª Instância, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 876.300.000,00 (oitocentos e setenta e seis milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.012, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 187.046.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 187.046.000,00 (cento e oitenta e sete milhões e quarenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.013, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 991.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 991.000,00 (novecentos e noventa e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.014, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput*, do artigo 1º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.015, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 8.654.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 8.654.000,00 (oito milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.016, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 460.000.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 460.000.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.017, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.302.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 29.302.000,00 (vinte e nove milhões, trezentos e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.018, DE 6 DE OUTUBRO DE 1987

Abre a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 110.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 7-10-87.

DECRETO Nº 95.019, DE 7 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 8-10-87.

DECRETO Nº 95.020, DE 7 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 13.248.060.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens II e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 13.248.060.000,00 (treze bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões e sessenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, itens II e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 7 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 8-10-87.

DECRETO Nº 95.021, DE 8 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

O anexo está publicado no D.O. de 9-10-87.

DECRETO Nº 95.022, DE 9 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-10-87.

DECRETO Nº 95.023, DE 9 DE OUTUBRO DE 1987

Dá nova redação ao artigo 83, do Decreto nº 81.771, de 7 de junho de 1978, alterado pelos Decretos nº 84.590, de 25 de março de 1980 e nº 87.228, de 31 de maio de 1982, que cria a Comissão Nacional de Sementes e Mudanças — Conasen.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 83, do Decreto nº 81.771, de 7 de junho de 1978, alterado pelos Decretos nºs 84.590, de 25 de março de 1980 e 87.228, de 31 de maio de 1982, que cria a Comissão Nacional de Sementes e Mudanças — Conasen, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 83

I — Secretário-Geral do Ministério da Agricultura, que é o seu presidente;

II — Representante da Secretaria Nacional da Produção Agropecuária — SNAP, que é o substituto do presidente;

III — Representante da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária — SNAD;

IV — Representante da Coordenadoria de Assuntos Econômicos — CAE;

V — Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — Embrapa;

VI — Representante da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — Embrater;

VII — Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes — Abrasem;

VIII — Representante da Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes — Abrates;

IX — Representante da Confederação Nacional do Comércio — CNC, cuja indicação deverá recair sobre associados da Associação Brasileira de Comércio de Sementes e Mudanças — ABCSEM;

X — Representante da Confederação Nacional da Agricultura — CNA;

XI — 2 (dois) representantes autônomos do setor de sementes e mudas, de reconhecida capacidade técnica, não pertencentes aos quadros da administração direta ou indireta do Ministério da Agricultura, de livre escolha do Ministro da Agricultura;

XII — Representante da Companhia de Financiamento da Produção — CFP;

XIII — Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB;

XIV — Representante das Comissões Estaduais de Sementes e Mudanças — CESM's;

XV — Representante da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil — FAEAB;

XVI — Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag;

XVII — Representante da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior — ABEAS».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 95.024, DE 9 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o aumento de capital da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — Brasagro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial — Brasagro a elevar o seu capital de CZ\$ 29.384.004,00 (vinte e nove milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e quatro cruzados) para CZ\$ 57.323.849,00 (cinquenta e sete milhões, trezentos e vinte e três mil e oitocentos e quarenta e nove cruzados) mediante emissão de novas ações.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 9 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 95.025, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel, com sede na Rua João Diniz, 17, na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte (Processo MJ nº 17.617/73);

AMAR — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação, com sede na Rua Wágia Khoury, 399, da cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo MJ nº 78.278/77);

Asilo Padre João Anesi, com sede na Avenida Goiás, 18, na cidade de Campina Verde, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 09.246/86);

Associação Cristã de Casais, com sede na Avenida Guara-piranga, 1050, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 38.744/78);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cachoeira Paulista, com sede na Rua Maestro Lorena, 205, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 18.794/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carlos Barbosa, com sede na Rua Dom Pedro I, 74, na cidade de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 28.611/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, com sede na Rua AJ, s/nº, Conjunto Água Branca, na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 04.997/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville, com sede na Rua Almirante Barroso, 305, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 59.036/73);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de José Bonifácio, com sede na Rua Ademir de Barros, 2, na cidade de José Bonifácio, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 25.162/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracema, com sede na Rua Barroso de Carvalho, 79, na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 27.551/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, de Patrocínio, com sede na Rua Marechal Floriano, 170, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 56.373/74);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Poloni, com sede na Rua José Poloni, 316, na cidade de Poloni, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 37.413/80);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Miguel do Oeste, com sede na Rua Marcílio Dias, esquina Rua Adolfo Konder, s/nº, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 12.837/86);

Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem, com sede na Rua Anchieta, 607, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 13.577/87);

Casa de Caridade e Cultura João XXIII, com sede na Rua Osvaldo Cruz, 148/158, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 14.294/84);

Congregação das Filhas de Maria Missionárias, com sede na Rua Irmãs Missionárias, 166, na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 65.562/74);

Cruzada Paroquial de Assistência, com sede na Rua Clemente Ferreira, 140, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 30.932/85);

Fundação Cloé-Misael Cardoso Pinto Filho, com sede na Rua Antônio Onisto - Casa do Telhado Verde, s/nº, na cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 15.929/85);

Instituição Beneficente Casa da Passagem, com sede na Estrada da Lagoa, 660, na cidade de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 77.032/77);

Instituto Brasileiro de Controle do Câncer - IBCC, com sede na Avenida Alcântara Machado, 2576, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 63.708/73);

Instituto Consuelo Pinheiro, com sede na Rua Flak, 81, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 21.620/74);

Lar Cantinho Feliz, com sede na Rua Torres Homem, 1024, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 70.884/77);

Lar Nossa Senhora das Graças, com sede na Rua Lorena, 342, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 13.294/85);

Lar Redenção, com sede na Alameda Garici Monteiro da Silva, 480, na cidade de São Paulo (Processo MJ nº 78.461/77);

Marco — Múltipla Ação Regional Comunitária, com sede na Rua Lício Marcondes do Amaral, 513, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 11.157/84);

«Nosso Ninho» Terezinha Maria Auxiliadora, com sede na Rodovia Manoel de Abreu, Km 2, na cidade de Araraquara, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 09.746/71);

Núcleo Promocional Robert Koch Nuprom, com sede na Rua Ipiranga, 1789, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 28.802/85);

Obra Filantrópica e Missionária de Assistência Social «Betânia», com sede na Avenida 15 de Novembro, 1425, na cidade de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 14.715/86);

Obras de Assistência Social São Rafael, com sede na 3ª Avenida, Bloco 1680, Casa 1, na cidade do Núcleo Bandeirante, Distrito Federal (Processo MJ nº 18.108/84);

Obras Educacionais e Sociais «Frei Luiz Amigó», com sede na Avenida Rei Alberto, 499, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 51.030/73);

Recanto do Vovô, com sede na Rua Campos Sales, 362, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 13.293/85);

Sociedade de São Vicente de Paulo de Dores do Indaiá, com sede na Praça do Santuário, 4, na cidade de Dores do Indaiá, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 14.824/85) e

Sociedade Brasileira de Genética, com sede no Instituto de Biociências, USP, Departamento de Biologia, sala 243, Butantã, na cidade de São Paulo Estado de São Paulo (Processo MJ nº 13.516/73).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.026, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre readaptação e inclusão de servidor no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, de acordo

com o artigo 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na Lei nº 6.781, de 19 de maio de 1980, o que consta do Processo nº 00600.012226/85-20,

DECRETA :

Art. 1º Fica readaptado no cargo de Assistente Jurídico a partir de 30 de dezembro de 1965, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério do Trabalho, o servidor Enoch Mendes Saraiva.

Art. 2º Fica incluído, mediante transposição, na forma do anexo deste decreto, na Classe B da categoria funcional de Assistente Jurídico, do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, o cargo com o respectivo ocupante mencionado no artigo anterior.

Art. 3º O órgão de pessoal do Ministério do Trabalho apostilará o título do servidor abrangido por este decreto.

Art. 4º Os efeitos financeiros decorrentes da execução deste decreto vigoram a partir de 20 de maio de 1980.

Art. 5º A despesa com a aplicação deste decreto será atendida pelos recursos orçamentários próprios do Ministério do Trabalho.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Almir Pazzianotto Pinto

ANEXO I
MINISTÉRIO DO TRABALHO

QUADRO PERMANENTE

GRUPO-SERVIÇOS JURÍDICOS,
CÓDIGO SJ-1.100
(Artigo 2º do Decreto nº 95.026,
de 13 de outubro de 1987)

LOTAÇÃO

Portaria DP nº 288, de 30-3-87
D.O. de 2-4-87

SITUAÇÃO ANTERIOR					SITUAÇÃO NOVA						
N.º de cargos	Denominação	Código, Símbolo ou Valor	Quadro ou parte do quadro	N.º de cargos transpostos ou transformados	Código	Denominação		N.º de fixos previstos na lotação	N.º de empregos transpostos, transformados e/ou incluídos na T. P.	N.º de vagas previstos na lotação	N.º de excedentes à lotação
01	Escriturário	AF-202 10-B	PP	26	1102	Assistente Jurídico	S	52	—	52	—
				47	1102	Assistente Jurídico	C	104	01	77	—
				01	1102	Assistente Jurídico	B	157	—	109	—
				48	1102	Assistente Jurídico	A	211	43	141	—
				27							
01				101				524	44	379	—

DECRETO Nº 95.027, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza a Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA a proceder o aumento do seu capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA para CZ\$ 128.789.289.663,96, (cento e vinte e oito bilhões, setecentos e oitenta e nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e três cruzados e noventa e seis centavos), mediante incorporação de créditos da União no valor de CZ\$ 9.923.904.417,73 (nove bilhões, novecentos e vinte e três milhões, novecentos e quatro mil, quatrocentos e dezessete cruzados e setenta e três centavos), e emissão de ações ordinárias ou preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 95.028, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Concede permissão em caráter permanente, as agências da Caixa Econômica Federal, localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — Sinac —, para funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, combinado com o art. 7º, § 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam autorizadas, em caráter permanente, a funcionar aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos, observadas as dis-

posições legais vigentes, as agências da Caixa Econômica Federal localizadas nas áreas integrantes do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — Sinac —, em todo o território nacional.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal deverá comunicar, no prazo de 30 dias de vigência deste decreto, às Delegacias Regionais do Trabalho, para efeito de fiscalização, as agências instaladas dentro das áreas referidas neste artigo e, observado igual prazo, as que forem criadas posteriormente na conformidade dos atos expedidos pelo Ministério da Agricultura.

Art. 2º As agências referidas no artigo anterior deverão observar o limite máximo de horas semanais de trabalho dos empregados em estabelecimentos bancários e, de acordo com os atos expedidos pelo Ministério do Trabalho, estabelecer escala de revezamento que permita, pelo menos, de sete em sete semanas a coincidência de repouso semanal com o sábado e o domingo juntamente.

Art. 3º Este decreto supre a autorização mencionada no § 4º, do art. 1º, do Decreto-lei nº 546, de 18 de abril de 1969, para que as referidas agências, no seu horário de funcionamento, desenvolvam atividades bancárias de outra natureza não previstas no mesmo art. 1º.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.029, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970, que dispõe sobre Loteria Esportiva Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os arts. 8º e 12 do Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970, passam a vigorar com as seguintes modificações:

«Art. 8º O bilhete de apostas será ao portador, constituindo-se de matriz, contendo o registro magnético de prog-

nósticos computados eletronicamente, que ficará em poder da Caixa Econômica Federal, e de recibo, a ser entregue ao apostador, observado o estabelecido na Norma Geral dos Concursos de Prognósticos Esportivos.

.....
Art. 12.

§ 1º Os valores correspondentes aos prêmios prescritos, após deduzidas as quantias pagas em razão de reclamações administrativas julgadas procedentes, serão contabilizados à renda líquida de que trata o art. 6º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969.

§ 2º A Caixa Econômica Federal procederá semestralmente, a contar do início do exercício financeiro, à apuração da renda líquida, a ser distribuída na forma da legislação específica.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.030, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira

Os anexos estão publicados no D.O. de 14-10-87.

DECRETO Nº 95.031, DE 13 DE OUTUBRO DE 1987

Acrescenta parágrafo único ao art. 5º do Decreto nº 93.083, de 7 de agosto de 1986, que dispõe sobre a composição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 5º do Decreto nº 93.083, de 7 de agosto de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

«Parágrafo único. Os membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE receberão, sem prejuízo da gratificação de presença por sessão a que fizerem jus, retribuição mensal pelo exercício do mandato, prevista no § 4º do art. 9º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, que corresponderá ao valor remuneratório a que se refere a Tabela Permanente constante do Anexo I deste decreto».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.032, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, item I, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas, aos percentuais constantes do anexo deste decreto, as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre as mercadorias nele relacionadas, classificadas segundo os Códigos da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

ANEXO AO DECRETO Nº 95.032, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Posição	Código	Alíquota
	Subposição e Item	%
22.09	02.00	130
	03.00	130
	04.00	130
	05.00	70
	06.00	100
	07.00	
	a	
	12.00	70
	13.01	70
	13.99	100
	«ex» — Aperitivo de maçã	70
	14.00	
	a	
	17.00	130
	18.00	
	a	
	22.00	50
	99.00	130

DECRETO Nº 95.033, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a incorporação da Fundação Abrigo do Cristo Redentor à Fundação Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, incisos III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 178 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º A Fundação Abrigo do Cristo Redentor — FACR, criada pelo Decreto-lei nº 5.760, de 19 de agosto de 1943, incorporar-se-á à Fundação Legião Brasileira de Assistência — LBA.

Art. 2º A incorporação da FACR à LBA far-se-á mediante:

I — reformulação da unidade que reúne o Abrigo, o Hospital e a Creche Cristo Redentor para torná-la Centro de Referência para o atendimento ao Idoso;

II — integração das unidades de atendimento a crianças e adolescentes aos programas desenvolvidos, em âmbito nacional, pela LBA e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor — Funabem.

Art. 3º O Ministro da Previdência e Assistência Social, em atos próprios, disporá sobre as fases do processo de incorporação determinada no art. 1º, cabendo-lhe definir sobre:

I — a administração da FACR, durante o período de transição;

II — a transferência do patrimônio imobiliário da FACR para a LBA, ou outras entidades vinculadas ao Ministério, observada a destinação, se for o caso, constante dos instrumentos de doação ou cessão;

III — a absorção do pessoal da FACR pela LBA ou por outras entidades vinculadas ao Ministério, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, resguardado o princípio de isonomia em relação ao quadro de instituição incorporadora;

IV — a reformulação do Regimento Interno da LBA introduzindo as disposições que atendam o determinado neste Decreto;

V — a fixação da data em que será considerado concluído o processo de incorporação da FACR à LBA.

Art. 4º Este decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

DECRETO Nº 95.034, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 89.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.035, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-10-87.

DECRETO Nº 95.036, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.037, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 1.360.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 1.360.000.000,00 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.038, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.897.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.897.000,00 (dez milhões e oitocentos e noventa e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.039, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, lebra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-10-87 e republicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.040, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.100.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.100.000,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e oito milhões e cem mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.041, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.527.424.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.527.424.000,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.042, DE 14 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, à Encargos Gerais da União - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bressor Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 15-10-87.

DECRETO Nº 95.043, DE 15 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Ciências e Informática.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o

artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23025.002244/85-71 do Ministério da Educação,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pela Faculdade de Ciência e Informática, mantida pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 95.044, DE 15 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso de Psicologia da Faculdade de Psicologia Padre Anchieta.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000552/85-21 do Ministério da Educação,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso de Psicologia, com habilitação em Formação de Psicólogo, a ser ministrado pela Faculdade de Psicologia Padre Anchieta, mantida pela Associação «Padre Anchieta» de Ensino, com sede em Jundiá, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 95.045, DE 15 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Divinópolis.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.021080/87-85 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação Inspeção Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, do curso de Pedagogia, ministrado pelo Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, mantido pela Fundação Educacional de Divinópolis, com sede em Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES
Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 95.046, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação de Nova Crixás, da Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg, no Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.000662/87-04,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 2.500,00m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), necessária à implantação da subestação de Nova Crixás, no Município de Nova Crixás, Estado de Goiás.

Art. 2.º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 705.051, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.000662/87-04, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— a amarração começa no ponto cravado no canto da quadra, esquina norte da Rua 3 com a rodovia Av. GO-4; daí segue o alinhamento sul das quadras numa distância de 383,00m até o ponto nº 1, cravado junto a cerca de arame que limita com o Sr. Antônio de Souza; daí, em terras de Antônio de Souza, com azimuth de 143°25'00" e distância de 120,00m segue até o ponto 3. O perímetro inicia-se neste ponto 3, segue com azimuth de 53°25'00" e distância de 25,00m até o M-3; daí segue com azimuth de 143°25'00" e distância de 50,00m até o M-4; daí segue com azimuth de 233°25'00" e distância de 50,00m até o M-1; daí, com azimuth de 323°25'00" e distância de 50,00m, segue até o M-2; daí, com azimuth de 53°25'00" e distância de 25,00m, segue até o ponto 3, onde teve início esta descrição.

Art. 3.º Fica autorizada a Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

ULYSSES GUIMARAES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.047, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Barro Branco, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000180/87-80,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com benfeitorias e no total de 9.945,12m² (nove mil, novecentos e quarenta e cinco metros quadrados e doze decímetros quadrados), necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Barro Branco, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.562, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000180/87-80, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto A, localizado no alinhamento leste da estrada do Iguatemi, distante 54,20 metros da interseção dos prolongamentos do alinhamento acima e alinhamento norte da rua Santa Terezinha; segue com o rumo NE 24º49'44'', na distância de 132,00 metros, pelo alinhamento leste da estrada do Iguatemi, até o ponto B; deflete à direita e segue com o rumo SE 34º18'22'', na distância de 94,66 metros, até o ponto C; deflete à direita e segue com o rumo SW 27º09'24'', na distância de 71,97 metros, até o ponto D; deflete à direita e segue com o rumo SW 74º09'24'', pelo alinhamento norte da rua Santa Terezinha, na distância de 68,02 metros, até o ponto E; segue em curva acentuada à direita, concordância dos alinhamentos norte da rua Santa Terezinha e leste da estrada do Iguatemi, com desenvolvimento de 51,97 metros, até o ponto A, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação das referidas área de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra e benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.048, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Ponta Porã, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000170/87-26,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 4.628,00m² (quatro mil, seiscentos e vinte e oito metros quadrados), necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Ponta Porã, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.574, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000170/87-26, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

tem início na estaca 0+89, localizada no alinhamento sul da avenida Professor Fonseca Rodrigues, distante 519,97 metros do alinhamento oeste da rua Bennett, medidos pelo alinhamento da avenida; segue com o rumo SW 25°11'56'', na distância de

52,00 metros, até a estaca 1+41; deflete à direita e segue com o rumo NW 64°48'04'', na distância de 89,00 metros, até a estaca 2+30; deflete à direita e segue com o rumo NE 25°11'56'', na distância de 52,00 metros, até a estaca 2+82,00 = 0+00; deflete à direita e segue com o rumo SE 64°48'04'', pelo alinhamento sul da avenida Professor Fonseca Rodrigues, na distância de 89,00 metros, até a estaca 0+89, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARAES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.049, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra, e respectivas benfeitorias, necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Tumbão, da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000005/87-10,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, no total de 5.557,22m² (cinco mil, quinhentos e cinquenta e sete metros quadrados e vinte e dois decímetros quadrados), e respectivas benfeitorias, necessá-

ria à implantação da estação transformadora de distribuição Tamoio, no Município de Diadema, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.482, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000005/87-10, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início em um ponto localizado no alinhamento sul da rua Georg Rexroth; segue em direção sudeste, em reta, pelo muro divisa na curva de concordância dos alinhamentos sul da rua Georg Rexroth e oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 5,30 metros; deflete à direita e segue ainda em direção sudeste, em reta, também pelo muro divisa na concordância dos alinhamentos acima, na distância de 2,60 metros; deflete à direita e segue em direção sudoeste, agora pelo alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 8,00 metros; deflete à direita e segue ainda em direção sudoeste, também pelo muro divisa no alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 5,90 metros; deflete à direita e segue também em direção sudoeste, pelo alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 17,85 metros; deflete à direita e segue ainda em direção sudoeste, também pelo alinhamento oeste da avenida Fagundes de Oliveira, na distância de 32,65 metros; deflete à direita e segue em direção noroeste, na distância de 85,00 metros; deflete à direita e segue em direção nordeste, na distância de 50,00 metros; deflete à direita e segue em direção sudeste, pelo alinhamento sul da rua Georg Rexroth, na distância de 119,70 metros, até atingir o ponto onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra e respectivas benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.050, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Bonsucesso, da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A., no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000018/87-61,

DECRETA :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, no total de 8.006,32m² (oito mil e seis metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados), e respectivas benfeitorias, necessária à implantação da estação transformadora de distribuição Bonsucesso, no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 15.474, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000018/87-61, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto A, localizado na linha de limite sul do leito carroçável da avenida São Luiz; segue por este, com o rumo NE 79º51'37", na distância de 20,16 metros, até o ponto B; deflete à direita e segue com o rumo NE 83º18'27", na distância de 38,61 metros, até o ponto C; deflete à esquerda e segue com o rumo NE 82º24'19", na distância de 24,21 metros, até o ponto D; deflete à direita e segue com o rumo NE 88º05'27", na distância de 12,01 metros, até o ponto E; deflete à direita e segue com o rumo SE 88º16'29", na distância de 16,61 metros, até o ponto F, onde termina seu caminhamento pela linha de limite sul do leito carroçável da avenida São Luiz; deflete à direita e segue com o rumo SW 05º37'50", na distância de 35,67 metros, até o ponto G; deflete à esquerda e segue com o rumo SE 88º52'36", na distância de 15,30 metros, até o ponto H; deflete à direita e segue com o rumo SW 05º21'03", na distância de 36,46 metros, até o ponto I; deflete à direita e inicia seu caminhamento pela linha de limite norte do leito carroçável da estrada do Morro Grande, com

o rumo NW 89°44'39'', na distância de 22,40 metros, até o ponto J; deflete à esquerda e segue com o rumo SW 86°51'07'', na distância de 20,03 metros, até o ponto K; deflete à esquerda e segue com o rumo SW 83°09'26'', na distância de 20,14 metros, até o ponto L; deflete à esquerda e segue com o rumo SW 80°03'34'', na distância de 19,70 metros, até o ponto M; deflete à direita e segue com o rumo SW 80°57'57'', na distância de 24,20 metros, até o ponto N, onde termina seu caminhamento pela linha de limite norte do leito carroçável da estrada do Morro Grande; deflete à direita e segue com o rumo NW 15°27'29'', na distância de 37,14 metros, até o ponto O; deflete à direita e segue com o rumo NW 05°45'01'', na distância de 35,93 metros, até o ponto A, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A. a promover a desapropriação das referidas área de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.051, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Américo de Campos, da CESP — Companhia Energética de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.000547/87-68,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com benfeitorias e no total de 0,5833ha (cinquenta e oito ares, trinta e três centiares), necessária à implantação da subestação Américo de Campos, no Município de Américo de Campos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº SbE-182, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.000547/87-68, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto 1, coordenadas E = 631.370,622 e N = 7.754.963,336, situado no encontro de duas cercas de divisa, na lateral esquerda da estrada municipal Américo Campos — Álvares Florence; segue com o rumo de 87°31'NE, numa distância de 80,00m, confronta com a estrada municipal de Américo de Campos até o ponto 2; segue com o rumo de 05°20'SE, numa distância de 73,00m, confronta com Dalva Lopes Ferreira até o ponto 3; segue com o rumo de 87°31'SW, numa distância de 80,00m, confronta com Dalva Lopes Ferreira, até o ponto 4; segue com o rumo de 05°20'NW, numa distância de 73,00m, confronta com o carreador de acesso a propriedade de Luiz Cândido Araujo até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a CESP — Companhia Energética de São Paulo a promover a desapropriação das referidas área de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra e benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.052, DE 16 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação da subestação Patrocínio Paulista, da Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL, no Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27103.000159/87-93,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com o total de 12.942,10m² (doze mil, novecentos e quarenta e dois metros quadrados e dez decímetros quadrados), necessária à implantação da subestação Patrocínio Paulista, no Município de Patrocínio Paulista, Estado de São Paulo.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº BX-SK-67.082 — Campinas, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27103.000159/87-93, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no marco nº 0 = 4, cravado na margem direita da Estrada de Rodagem Estadual que dá acesso da rodovia SP-345 para a cidade de Patrocínio Paulista, no Km 0 + 308,17m; deste marco, segue com o rumo e distância SW 37°13' — 110,00m, margeia uma estrada particular que dá acesso à sede da fazenda, até o marco nº 1; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NW 52°47' — 115,00m, confronta com terras da desaproprianda, até o marco nº 2; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 90°00' e segue com o rumo e distância NE 37°13' — 115,08m, confronta, ainda, com terras da desaproprianda, até o marco nº 3; neste ponto, deflete à direita, forma ângulo interno de 87°30' e segue com o rumo e distância SE 55°17' — 115,11m, margeia a Estrada de Rodagem Estadual que dá acesso da rodovia SP-345 para a cidade de Patrocínio Paulista, até o marco nº 0 = 4, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Companhia Paulista de Força e Luz — CPFL a promover a desapropriação da referida área de terra na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse da área de terra abrangida por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULYSSES GUIMARÃES

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.053, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.975.168.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.975.168.000,00 (dois bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões e cento e sessenta e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 20-10-87.

DECRETO Nº 95.054, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 359.388.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 359.388.000,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e oitenta e oito mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 20-10-87.

DECRETO Nº 95.055, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Extingue o Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira».

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e IV da Constituição, e nos termos do artigo 4º, item II do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, com a redação dada pelo Decreto nº 85.924, de 22 de abril de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica extinto o Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira» — CIACM, Órgão do Sistema de Ensino Naval, criado pelo Decreto nº 83.601, de 18 de junho de 1979, e em consequência o Núcleo do Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira» — NuCIACM — que foi criado para promover a sua implantação.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 83.601, de 18 de junho de 1979.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 95.056, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Revoga o Decreto nº 70.451, de 25 de abril de 1972, que aprovou o Regulamento para o Quartel de Marinheiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e IV da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 70.451, de 25 de abril de 1972, que aprovou o Regulamento para o Quartel de Marinheiros.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 95.057, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Reorganiza o Quartel de Marinheiros.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e IV, da Constituição e nos termos do artigo 4º, item II do Decreto nº 62.860, de 18 de junho de 1968, na redação dada pelo Decreto nº 85.924, de 22 de abril de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º O Quartel de Marinheiros (QM), criado pelo Decreto nº 49 do Governo Imperial, de 22 de outubro de 1836, passa a ser um órgão integrante do Sistema de Ensino Naval, subordinado à Diretoria de Ensino da Marinha.

Art. 2º O Quartel de Marinheiros (QM) terá o propósito de capacitar militares dos diversos Corpos de Praças para o exercício, na paz e na guerra, das funções previstas nas Organizações Militares da Marinha.

Art. 3º O Quartel de Marinheiros (QM) será comandado por um Capitão-de-Mar-e-Guerra, do Corpo da Armada, da ativa.

Parágrafo único. Em situações especiais, para atender a imperativos de natureza administrativa, a critério do Ministro da Marinha, o cargo de Comandante do Quartel de Marinheiros (QM) poderá ser exercido por um Contra-Almirante, do Corpo da Armada, da ativa.

Art. 4º O Ministro da Marinha baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução deste decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 95.058, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor de Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, os imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias que mencionam.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto

no art. 24 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, de conformidade com o que dispõe o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, e atendendo à necessidade de a Petroleo Brasileiro S.A. — Petrobrás construir as instalações complementares do Gasoduto Rio-São Paulo (válvulas de bloqueio; Estações de Volta Redonda, Barra Mansa, Lorena e Suzano; e leitos de anodos), alcançando os Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro; e Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Lorena, Guaratinguetá, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca, Guararema, Mogi das Cruzes, Suzano, Santo André e Itaquaquecetuba, no Estado de São Paulo.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total ou parcial ou instituição de servidão administrativa e/ou de passagem, em favor da Petroleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, os imóveis constituídos de terras, acessões e benfeitorias de propriedades particular, compreendidos nas áreas e faixas de terras situadas nos Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro; e Bananal, São José do Barreiro, Silveiras, Lorena, Guaratinguetá, Roseira, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Santa Branca, Guararema, Mogi das Cruzes, Suzano, Santo André e Itaquaquecetuba no Estado de São Paulo, as quais se encontram assinaladas na Planta DE-4000.00-6500.942-PCR-001 Rev. 0, constantes do Processo MME nº

Parágrafo único. As áreas e faixas de terras a que se refere este decreto, com aproximadamente, 240.979 metros quadrados, assim se descrevem e caracterizam, através de coordenadas UTM, tendo como origem o Equador e o Meridiano 45 graus WGr, acrescidas as constantes 10.000.000 metros e 500.000 metros, respectivamente:

Área 1 — Árcia de terra com aproximadamente, 182.235 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A1.1 de coordenadas N = 7.508.497,898 e E = 598.606,829; A1.2 de coordenadas N = 7.508.527,156 e E = 598.755,925; A1.3 de coordenadas N = 7.508.410,769 e E = 598.778,768; A1.4 de coordenadas N = 7.508.296,855 e E = 598.801,133; A1.5 de coordenadas N = 7.508.277,757 e E = 598.703,818; A1.6 de coordenadas N = 7.508.269,814 e E = 598.663,343; A1.7 de coordenadas N = 7.508.257,907 e E = 598.636,729; A1.8 de coordenadas N = 7.508.155,020 e E = 598.406,763; A1.9 de coordenadas N = 7.508.135,953 e E = 598.365,451; A1.10 de coordenadas N = 7.508.110,797 e E = 598.309,684; A1.11 de coordenadas N = 7.508.089,850 e E =

598.261,952; A1.12 de coordenadas N = 7.508.090,946 e E =
 598.240,282; A1.13 de coordenadas N = 7.508.093,839 e E =
 598.183,058; A1.14 de coordenadas N = 7.508.055,115 e E =
 598.128,886; A1.15 de coordenadas N = 7.508.134,917 e E =
 598.086,895; A1.16 de coordenadas N = 7.508.207,111 e E =
 598.048,926; A1.17 de coordenadas N = 7.508.238,254 e E =
 598.067,927; A1.18 de coordenadas N = 7.508.292,119 e E =
 598.150,953; A1.19 de coordenadas N = 7.508.339,496 e E =
 598.243,241; A1.20 de coordenadas N = 7.508.419,223 e E =
 598.313,499; A1.21 de coordenadas N = 7.508.439,249 e E =
 598.364,835; A1.22 de coordenadas N = 7.508.467,134 e E =
 598.447,495 e A1.23 de coordenadas N = 7.508.516,736 e E =
 598.590,392, no Município de Volta Redonda — RJ.

Área 2 — Área de terra com aproximadamente, 6.787 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A2.1 de coordenadas N = 7.501.385,912 e E = 584.973,581; A2.2 de coordenadas N = 7.501.353,825 e E = 585.001,500; e A2.3 de coordenadas N = 7.501.322,400 e E = 585.004,800; A2.4 de coordenadas N = 7.501.312,128 e E = 584.988,207; A2.5 de coordenadas N = 7.501.271,698 e E = 584.933,968; A2.6 de coordenadas N = 7.501.355,669 e E = 584.910,701; A2.7 de coordenadas N = 7.501.366,502 e E = 584.921,246 e A2.8 de coordenadas N = 7.501.378,597 e E = 584.941,894, no município de Barra Mansa — RJ.

Área 3 — Área de terra com aproximadamente, 3.460 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A3.1 de coordenadas N = 7.479.826,412 e E = 491.909,155; A3.2 de coordenadas N = 7.479.837,209 e E = 491.914,570; A3.3 de coordenadas N = 7.479.913,104 e E = 491.991,759; A3.4 de coordenadas N = 7.479.891,485 e E = 492.018,090; A3.5 de coordenadas N = 7.479.829,758 e E = 491.967,378 e A3.6 de coordenadas N = 7.479.845,890 e E = 491.947,717, no Município de Lorena — SP.

Área 4 — Área de terra com aproximadamente, 6.660 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A4.1 de coordenadas N = 7.396.489,737 e E = 369.873,395; A4.2 de coordenadas N = 7.396.435,217 e E = 369.942,695; A4.3 de coordenadas N = 7.396.383,347 e E = 369.901,885 e A4.4 de coordenadas N = 7.396.452,287 e E = 369.814,265, no município de Suzano — SP.

Área 5 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A5.1 de coordenadas N = 7.500.062,625 e E = 563.839,553; A5.2 de coordenadas N = 7.500.037,119 e E =

563.802,480; A5.3 de coordenadas N = 7.500.074,192 e E = 563.776,974 e A5.4 de coordenadas N = 7.500.099,698 e E = 563.814,047, no município de Bananal — SP.

Área 6 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A6.1 de coordenadas N = 7.497.124,536 e E = 537.064,797; A6.2 de coordenadas N = 7.497.108,757 e E = 537.022,654; A6.3 de coordenadas N = 7.497.150,899 e E = 537.006,874 e A6.4 de coordenadas N = 7.497.166,678 e E = 537.049,017, no município de São José do Barreiro — SP.

Área 7 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A7.1 de coordenadas N = 7.495.037,763 e E = 575.671,732; A7.2 de coordenadas N = 7.495.014,355 e E = 575.633,299; A7.3 de coordenadas N = 7.495.052,788 e E = 575.609,891 e A7.4 de coordenadas N = 7.495.076,196 e E = 575.648,324, no município de Silveiras — SP.

Área 8 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A8.1 de coordenadas N = 7.466.492,718 e E = 476.397,726; A8.2 de coordenadas N = 7.466.493,849 e E = 476.352,740; A8.3 de coordenadas N = 7.466.538,835 e E = 476.353,871 e A8.4 de coordenadas N = 7.466.537,704 e E = 476.398,857, no município de Guaratinguetá — SP.

Área 9 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A9.1 de coordenadas N = 7.457.167,790 e E = 456.722,939; A9.2 de coordenadas N = 7.457.136,234 e E = 456.690,857; A9.3 de coordenadas N = 7.457.168,316 e E = 416.659,301 e A9.4 de coordenadas N = 7.457.199,872 e E = 456.691,383, no município de Pindamonhagaba — SP.

Área 10 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A10.1 de coordenadas N = 7.447.673,147 e E = 443.902,381; A10.2 de coordenadas N = 7.447.649,793 e E = 443.863,915; A10.3 de coordenadas N = 7.447.688,259 e E = 443.840,561 e A10.4 de coordenadas N = 7.447.711,613 e E = 443.879,027, no Município de Taubaté — SP.

Área 11 — Área de terra com aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A11.1 de coordenadas N = 7.440.790,413 e E = 429.856,122; A11.2 de coordenadas N = 7.440.776,039 e E = 429.813,479; A11.3 de coordenadas N = 7.440.818,682 e E =

429.799,105 e A11.4 de coordenadas N = 7.440.833,056 e E = 429.841,748, no Município de Caçapava — SP.

Área 12 — Área de terra com, aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A12.1 de coordenadas N = 7.419.544,607 e E = 406.354,411 A12.2 de coordenadas N = 7.419.511,785 e E = 406.323,625; A12.3 de coordenadas N = 7.419.542,571 e E = 406.290,803 e A12.4 de coordenadas N = 7.419.575,393 e E = 406.321,589, no Município de Jacareí — SP.

Área 13 — Área de terra com, aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A13.1 de coordenadas N = 7.399.426,568 e E = 386.873,766; A13.2 de coordenadas N = 7.399.423,038 e E = 386.828,904; A13.3 de coordenadas N = 7.399.467,900 e E = 386.825,374 e A13.4 de coordenadas N = 7.399.471,430 e E = 386.870,236, no Município de Mogi das Cruzes — SP.

Área 14 — Área de terra com, aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A14.1 de coordenadas N = 7.396.261,437 e E = 369.305,189; A14.2 de coordenadas N = 7.396.230,651 e E = 369.338,011; A14.3 de coordenadas N = 7.396.197,829 e E = 369.307,225 e A14.4 de coordenadas N = 7.396.228,615 e E = 369.274,403, no Município de Suzano — SP.

Área 15 — Área de terra com, aproximadamente, 2.025 metros quadrados, limitada por uma poligonal fechada, definida pelos seguintes pontos: A15.1 de coordenadas N = 7.389.851,171 e E = 361.501,746; A15.2 de coordenadas N = 7.389.815,287 e E = 361.474,592; A15.3 de coordenadas N = 7.389.842,441 e E = 361.438,708 e A15.4 de coordenadas N = 7.389.878,325 e E = 361.465,862, no Município de Suzano — SP.

Faixa L 1 — Faixa de terra, com 5 metros de largura e, aproximadamente, 398 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L1.1 de coordenadas N = 7.508.697,464 e E = 580.617,018 e L1.2 de coordenadas N = 7.508.700,428 e E = 580.537,592 no Município de Barra Mansa — RJ.

Faixa L 2 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.194 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L2.1 de coordenadas N = 7.503.034,656 e E = 593.914,080; L2.2 de coordenadas N = 7.502.964,522 e E = 593.997,066; L2.3 de coordenadas N = 7.502.930,559 e E = 594.018,203; L2.4 de coordenadas N = 7.502.911,477 e E = 594.012,201 e L2.5 de coordenadas N = 7.502.859,900 e E = 593.964,855, no Município de Volta Redonda — RJ.

Faixa L 3 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.145 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L3.1 de coordenadas N = 7.501.283,310 e E = 577.336,822 e L3.2 de coordenadas N = 7.501.060,622 e E = 577.389,867, no Município de Barra Mansa — RJ.

Faixa L 4 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.566 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L4.1 de coordenadas N = 7.495.846,478 e E = 541.516,074; L4.2 de coordenadas N = 7.495.755,116 e E = 541.550,930; L4.3 de coordenadas N = 7.495.738,715 e E = 541.573,703; L4.4 de coordenadas N = 7.495.688,988 e E = 541.601,923; L4.5 de coordenadas N = 7.495.669,732 e E = 541.636,992 e L4.6 de coordenadas N = 7.495.647,617 e E = 541.724,252, no Município de São José do Barreiro — SP.

Faixa L 5 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.175 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L5.1 de coordenadas N = 7.496.355,493 e E = 520.809,778; L5.2 de coordenadas N = 7.496.531,213 e E = 520.752,270; L5.3 de coordenadas N = 7.496.540,489 e E = 520.769,985 e L5.4 de coordenadas N = 7.496.549,034 e E = 520.798,738, no Município de Silveiras — SP.

Faixa L 6 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.059 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L6.1 de coordenadas N = 7.482.136,247 e E = 495.865,008; L6.2 de coordenadas N = 7.482.079,429 e E = 495.891,341 e L6.3 de coordenadas N = 7.481.935,400 e E = 495.933,193, no Município de Lorena — SP.

Faixa L 7 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.223 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L7.1 de coordenadas N = 7.465.499,467 e E = 469.954,008 e L7.2 de coordenadas N = 7.465.688,984 e E = 469.799,535, no Município de Roseira — SP.

Faixa L 8 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.476 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L8.1 de coordenadas N = 7.444.947,434 e E = 439.891,495; L8.2 de coordenadas N = 7.444.866,957 e E = 439.979,170 e L8.3 de coordenadas N = 7.444.738,960 e E = 440.099,990, no Município de Taubaté — SP.

Faixa L 9 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 2.174 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L9.1 de coordenadas N = 7.436.452,177 e E = 423.052,261; L9.2 de coordenadas N = 7.436.671,296 e E = 422.912,307 e L9.3 de coordenadas N = 7.436.818,443 e E = 422.818,322, no Município de São José dos Campos — SP.

Faixa L 10 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.922 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L10.1 de coordenadas N = 7.409.897,006 e E = 400.275,316; L10.2 de coordenadas N = 7.409.800,513 e E = 400.163,281; L10.3 de coordenadas N = 7.409.864,105 e E = 400.069,825; L10.4 de coordenadas N = 7.409.764,301 e E = 400.216,499 e L10.5 de coordenadas N = 7.409.724,337 e E = 400.261.253, no Município de Santa Branca — SP.

Faixa L 11 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 850 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L11.1 de coordenadas N = 7.402.170,617 e E = 397.770,200 e L11.2 de coordenadas N = 7.402.085,811 e E = 397.622,875, no Município de Guararema — SP.

Faixa L 12 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.051 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L12.1 de coordenadas N = 7.398.985,484 e E = 375.469,013; L12.2 de coordenadas N = 7.398.919,927 e E = 375.421,855 e L12.3 de coordenadas N = 7.398.802,051 e E = 375.367,021, no Município de Mogi das Cruzes — SP.

Faixa L 13 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 650 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L13.1 de coordenadas N = 7.392.645,439 e E = 365.232,292; L13.2 de coordenadas N = 7.392.663,538 e E = 365.164,834 e L13.3 de coordenadas N = 7.392.668,130 e E = 365.105,063, no Município de Suzano — SP.

Faixa L 14 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.367 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L14.1 de coordenadas N = 7.386.529,907 e E = 348.552,450; L14.2 de coordenadas N = 7.386.522,300 e E = 348.403,400 e L14.3 de coordenadas N = 7.386.414,720 e E = 348.341,735, no Município de Santo André — SP.

Faixa L 15 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.174 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L15.1 de coordenadas N = 7.403.608,805 e E = 365.340,668; L15.2 de coordenadas N = 7.403.593,729 e E = 365.257,307 e L15.3 de coordenadas N = 7.403.580,542 e E = 365.107,877, no Município de Itaquaquecetuba.

Faixa L 16 — Faixa de terra com 5 metros de largura e, aproximadamente, 1.198 metros quadrados, cujo eixo é definido pelos seguintes pontos: L16.1 de coordenadas N = 7.404.993,783 e E = 357.902,982 e L16.2 de coordenadas N = 7.405.225,982 e E = 357.961,357, no Município de Itaquaquecetuba — SP.

Art. 2º A Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás — fica autorizada a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações ou instituições de servidão administrativa e/ou de passagem a que se refere o art. 1º deste decreto.

Art. 3º A expropriante, no exercício das prerrogativas asseguradas por este decreto, poderá, inclusive, alegar urgência para efeito de imissão provisória na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.059, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), área de terra localizada no Município de Igreja Nova, no Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto pelo artigo 5º, alínea p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), área e respectivas benfeitorias, de terra medindo, aproximadamente, 753,2231ha (setecentos e cinquenta e três hectares e dois mil e duzentos e trinta e um ares), localizadas no Município de Igreja Nova, no Estado de Alagoas, necessárias à construção da Barragem do Rio Boacica e compreendida pela respectiva bacia de acumulação, abrangendo 100 (cem) glebas agropastoris devidamente demarcadas, conforme plantas constantes do Processo nº 43000.101291/87-07, de propriedade de: 1) Protásio Nunes Cadete, 2) Acidálio Nunes Cadete, 3) Geraldo Nunes Cadete, 4) José Nunes Cadete, 5) Antonio Nu-

nes Cadete, 6) Damião Barbosa, 7) Moacir Bezerra, 8) José Domingos Neto, 9) Amancio Inocêncio, 10) Astisa — Agropecuária Santa Isabel Ltda., 11) Astisa — Agropecuária Santa Isabel Ltda., 12) Astisa — Agropecuária Santa Isabel Ltda., 13) Olirio dos Santos, 14) Aluizio José Inocêncio, 15) José Geraldo dos Santos, 16) Abdias Nunes Cadete, 17) José Vicente Dias, 18) Faustino Bruno dos Santos, 19) Elberto Santos, 20) José da Silva, 21) Milício dos Santos, 22) Manoel Messias Bezerra, 23) João Nunes Barbosa, 24) Manoel Ferreira Loz, 25) Astisa — Agropecuária Santa Isabel Ltda., 26) Paulo Ferreira Loz, 27) João Ferreira Loz, 28) José Tavares, 29) João Teixeira Santos, 30) José Soares dos Santos, 31) José Teixeira, 32) João Idalino Vasconcelos, 33) Maria de Lourdes M. de Moraes, 34) Dionel Vital da Silva, 35) Manoel Messias, F. Loz, 36) Abraão Ferreira Loz, 37) João Porfírio, 38) José Avanci Ferreira, 39) Antonio Izidoro, 40) Alfredo Sebastião Correia, 41) José Teixeira dos Santos, 42) Josefa Firmo dos Santos, 43) Osvaldo Davi, 44) Aluizio Soares, 45) José Gregório dos Santos, 46) Maria Nailda dos Santos, 47) Gerson Cavalcanti de Almeida, 48) Antonio Paulo dos Santos, 49) Antonio Justino Santos, 50) Dionisio Teixeira dos Santos, 51) João Sebastião Correia, 52) Herdeiros de José Tavares Malta, 53) Anacleto Souza, 54) Manoel de Souza, 55) Herdeiros de Manoel Elias Santos, 56) Maria Pureza Bezerra, 57) Atanásio Pires dos Santos, 58) Herdeiros de Anizio Cazé de Moura, 59) Manoel Lourenço de Lima, 60) Osmar Souza, 61) Terras de Igreja Santo Antonio, 62) Maria Cecília dos Santos, 63) Henrique Pires dos Santos, 64) Miguel Gregório da Rocha, 65) José Elias dos Santos, 66) Antonio Carlos dos Santos, 67) Maria Carlos dos Santos, 68) João Carlos dos Santos, 69) Manoel Estácio, 70) José Ferreira Filho, 71) Anfrízio Inocêncio, 72) José Geraldo da Silva, 73) João Nunes Cadete, 74) João Izidoro da Silva, e 75) João Piedade.

Art. 2º Fica a Codevasf autorizada a promover e executar, com recursos próprios, a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.060, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), áreas de terras situadas no Estado da Bahia, destinadas a projeto Especial de Irrigação e necessários ao reassentamento de parte da população a ser atingida pelo Reservatório de Itaparica, no rio São Francisco, nos Estados de Pernambuco e da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 151, letra *b* do Código de Águas, artigo 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, e do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias, de propriedade de particulares, com o total de 22.458ha (vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta e oito hectares), necessárias à implantação do Projeto de Irrigação denominado Jusante, destinado ao reassentamento de parte da população retirada da área do Reservatório de Itaparica, conforme planta constante do Processo Proni nº 43000.101301/87-51, assim descritas: Projeto Jusante, localizado no Município de Glória, Estado da Bahia, demarcado na Planta SEDT-15859-A aprovada, na escala 1:40.000 e compreendida pela poligonal de vértices numerados de J0 a J5 individualizada e descrita da seguinte maneira: Partindo do ponto C=J0 (Cê igual a jota zero) a coordenadas N = 8.985.630m e E = 571.780m, que também pertence ao polígono da área de utilidade pública do Decreto nº 91.300, de 3 de junho de 1985, segue no rumo 90°00'E e distância de 2.720m, até o ponto J1' de Coordenadas N = 8.985.630m e E = 574.500m, situada na interseção do limite da área do Decreto nº 91.300 com a faixa de servidão da rodovia BA-210, daí segue pelo limite direito da faixa de servidão da rodovia, no sentido Rodelas/Paulo Afonso com distância aproximada de 17.120m até o ponto J2' de coordenadas N = 8.970.200m e E = 578.000m, situado na linha entre os pontos B2 e B3 do Decreto nº 92.214 de 26 de dezembro de 1985, que dispõe de fixação de áreas prioritárias para fins de reforma agrária, daí segue pela linha deste decreto, no rumo 0°00'S, com distância aproximadamente de 4.550m, até o ponto B2, de coordenadas N = 8.965.650m e E = 578.000m pertencente ao polígono do Decreto nº 92.214, daí segue no rumo 90°00'0" (Oeste) e distância de 11.500m, até o ponto B3, de coordenadas N = 8.965.650m e E = 566.500m pertencente ao perímetro do De-

creto nº 92.214, daí segue no rumo $62^{\circ}53'53''\text{NO}$, e distância de 3.931,71m até o ponto J3, de coordenadas $N = 8.967.441,19\text{m}$ e $E = 563.000\text{m}$ situado na linha entre os pontos B3 e B4 do Decreto nº 92.214, daí segue no rumo $0^{\circ}00'\text{N}$ e distância de 16.588,81m até o ponto J4, de coordenadas $N = 8.984.000\text{m}$ e $E = 563.000\text{m}$, daí segue no rumo $90^{\circ}00'\text{E}$ e distância de 8.780m até o ponto J5, de coordenadas $N = 8.984.000\text{m}$ e $E = 571.780\text{m}$, daí segue no rumo $0^{\circ}00'\text{N}$ e distância de 1.630m até o ponto C = J0, início da descrição deste polígono que tem área de 224,6km² (22.458ha).

Art. 2º Fica a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das referidas áreas de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão de posse das áreas de terras e benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.061, DE 19 DE OUTUBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra necessária à construção do Açude Público «Anagé», nos Municípios de Anagé e Tremedal, Estado da Bahia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no artigo 5º, letras d e p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

(DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 11.761 ha (onze mil, setecentos e sessenta e um hectares), abrangidas pela bacia hidráulica e faixa seca do Açude Público «Anagé», localizadas nos Municípios de Anagé e Tremedal, no Estado da Bahia, de acordo com a planta constante do Processo Froni nº 43000.101.369/87-94, e assim descrita: o polígono tem início no ponto 00 de coordenadas (X,Y) no sistema UTM 259.750 e 8.380.812, onde, após orientação com o norte verdadeiro, faz um ângulo externo de 350°58'08" e segue com a distância de 764,48m e azimute de 350°58'08" até encontrar o ponto 1 de coordenadas (X, Y) 259.630 e 8.381.567; neste faz o ângulo externo de 268°46'20" e segue a distância de 1.336,36m com azimute de 79°44'28" até encontrar o ponto 2 de coordenadas (X, Y) 260.945 e 8.381.805; neste faz um ângulo externo de 222°48'02" e segue a distância de 747,33m com azimute de 122°32'30" até encontrar o ponto 3 de coordenadas (X, Y) 261.575 e 8.381.403; neste faz o ângulo externo de 132°02'13" e segue a distância de 2.207,48m com azimute de 74°34'43" até encontrar o ponto 4 de coordenadas (X, Y) 263.703 e 8.381.990; neste faz o ângulo externo de 230°56'10" e segue a distância de 1.446,00m com azimute de 125°30'53" até encontrar o ponto 5 de coordenadas (X,Y) 264.880 e 8.381.150; neste faz o ângulo externo de 205°15'58" e segue a distância de 1.014,03m com azimute de 150°46'51" até encontrar o ponto 6 de coordenadas (X, Y) 265.375 e 8.380.265; neste faz o ângulo externo de 275°44'53" e segue a distância de 828,55m com azimute de 246°31'44" até encontrar o ponto 7 de coordenadas (X, Y) 264.615 e 8.379.935; neste faz o ângulo externo de 112°15'24" e segue a distância de 1.415,32m com azimute de 178°47'08" até encontrar o ponto 8 de coordenadas (X, Y) 264.645 e 8.378.520; neste faz o ângulo externo de 227°57'39" e segue a distância de 1.160,19m com azimute de 226°44'47" até encontrar o ponto 9 de coordenadas (X, Y) 263.800 e 8.377.725; neste faz o ângulo externo de 102°58'41" e segue a distância de 1.071,08m com azimute de 149°43'28" até encontrar o ponto 10 de coordenadas (X, Y) 264.340 e 8.376.800; neste faz o ângulo externo de 268°35'05" e segue a distância de 2.703,03m com azimute de 238°18'33" até encontrar o ponto 11 de coordenadas (X, Y) 262.040 e 8.375.380; neste faz o ângulo externo de 132°52'21" e segue a distância de 2.191,60m com azimute de 191°10'54" até encontrar o ponto 12 de coordenadas (X, Y) 261.615 e 8.373.230; neste faz o ângulo externo de 105°50'44" e segue a distância de 2.772,81m com azimute de 117°01'38" até encontrar o ponto 13 de coordenadas (X, Y) 264.085 e 8.371.970; neste faz o ângulo externo de 229°13'15" e segue a distância de 1.956,07m com azimute de 166°14'53" até encontrar o ponto 14 de coordenadas (X, Y) 264.550 e 8.370.070; neste faz o ângulo externo de 120°48'26" e segue a distância de 1.772,97m com azimute de 107°03'19" até encontrar o ponto 15 de coordenadas (X, Y) 266.245 e 8.369.550; neste faz o ângulo externo de 216°07'32" e segue a distância de 2.261,00m com azimute de 143°10'51" até encontrar o ponto 16 de coor-

denadas (X, Y) 267.600 e 8.367.740; neste faz o ângulo externo de $246^{\circ}25'25''$ e segue a distância de 1.012,13m com azimute de $209^{\circ}36'16''$ até encontrar o ponto 17 de coordenadas 267.100 e 8.366.860; neste faz o ângulo externo de $269^{\circ}44'27''$ e segue distância de 4.978,87m com azimute de $299^{\circ}20'43''$ até encontrar o ponto 18 de coordenadas (X, Y) 262.760 e 8.369.300; neste faz o ângulo externo de $109^{\circ}57'18''$ e segue distância de 3.159,05m com o azimute de $229^{\circ}18'01''$ até encontrar o ponto 19 de coordenadas (X,Y) 260.365 e 8.367.240; neste faz o ângulo externo de $267^{\circ}31'10''$ e segue a distância de 1.402,90m com o azimute de $316^{\circ}49'11''$ até encontrar o ponto 20 de coordenadas (X,Y) 259.405 e 8.368.263; neste faz o ângulo externo de $98^{\circ}12'20''$ e segue a distância de 1.348,54m com o azimute de $235^{\circ}01'31''$ até encontrar o ponto 21 de coordenadas (X,Y) 258.300 e 8.367.490; neste faz o ângulo externo de $265^{\circ}04'01''$ e segue a distância de 717,01m com azimute de $320^{\circ}05'32''$ até encontrar o ponto 22 de coordenadas (X,Y) 257.840 e 8.368.040; neste faz o ângulo externo de $105^{\circ}23'05''$ e segue a distância de 2.698,41m com azimute de $245^{\circ}28'37''$ até encontrar o ponto 23 de coordenadas (X,Y) 255.385 e 8.366.920; neste faz o ângulo externo de $115^{\circ}51'50''$ e segue a distância de 940,26m com azimute de $181^{\circ}20'27''$ até encontrar o ponto 24 de coordenadas (X,Y) 255.363 e 8.365.980; neste faz o ângulo externo de $273^{\circ}51'13''$ e segue a distância de 916,76m com azimute de $275^{\circ}11'40''$ até encontrar o ponto 25 de coordenadas (X,Y) 254.450 e 8.366.063; neste faz o ângulo externo de $232^{\circ}01'30''$ e segue a distância de 1.292,89m com o azimute de $327^{\circ}13'10''$ até encontrar o ponto 26 de coordenadas (X,Y) 253.750 e 8.367.150; neste faz o ângulo externo de $103^{\circ}35'40''$ segue a distância de 2.364,32m com azimute de $250^{\circ}48'50''$ até encontrar o ponto 27 de coordenadas (X,Y) 251.517 e 8.366.373; neste faz o ângulo externo de $214^{\circ}35'32''$ e segue a distância de 1.532,05m com azimute de $285^{\circ}24'22''$ até encontrar o ponto 28 de coordenadas (X,Y) 250.040 e 8.366.780; neste faz o ângulo externo de $77^{\circ}55'33''$ e segue a distância de 2.236,78m com azimute de $183^{\circ}19'55''$ até encontrar o ponto 29 de coordenadas (X,Y) 249.910 e 8.364.547; neste faz o ângulo externo de $108^{\circ}54'19''$ e segue a distância de 1.220,80m com azimute de $112^{\circ}14'14''$ até encontrar o ponto 30 de coordenadas (X,Y) 251.040 e 8.364.085; neste faz ângulo externo de $279^{\circ}02'05''$ e segue a distância de 3.188,20m com azimute de $211^{\circ}16'19''$ até encontrar o ponto 31 de coordenadas (X,Y) 249.385 e 8.361.360; neste faz o ângulo externo de $223^{\circ}01'42''$ e segue a distância de 960,85m com azimute de $254^{\circ}18'01''$ até encontrar o ponto 32 de coordenadas (X,Y) 248.460 e 8.361.100; neste faz ângulo externo de $252^{\circ}23'05''$ e segue a distância de 1.228,96m com azimute de $326^{\circ}41'06''$ até encontrar o ponto 33 de coordenadas (X,Y) 247.785 e 8.362.127; neste faz o ângulo externo de $66^{\circ}18'46''$ e segue a distância de 1.928,00m com azimute de $212^{\circ}59'52''$ até encontrar o ponto 34 de coordenadas (X, Y) 246.735 e 8.360.510; neste faz o ângulo externo de $225^{\circ}46'11''$ e segue a distância de 2.900,56m com azimute de $258^{\circ}46'03''$ até encontrar o ponto 35 de coordenadas (X, Y) 243.890 e

8.359.945; neste faz o ângulo externo de $281^{\circ}30'10''$ e segue a distância de 1.060,01m com azimute de $00^{\circ}16'13''$ até encontrar o ponto 36 de coordenadas (X, Y) 243.895 e 8.361.005; neste faz o ângulo externo de $268^{\circ}10'21''$ e segue a distância de 2.575,95m com azimute de $88^{\circ}26'34''$ até encontrar o ponto 37 de coordenadas 246.470 e 8.361.075; neste faz o ângulo externo de $118^{\circ}47'50''$ e segue distância de 2.125,75m com azimute de $27^{\circ}14'24''$ até encontrar o ponto 38 de coordenadas (X, Y) 274.443 e 8.362.965; neste faz o ângulo externo de $231^{\circ}28'25''$ e segue a distância de 1.916,05m com azimute de $78^{\circ}42'49''$ até encontrar o ponto 39 de coordenadas (X,Y) 249.322 e 8.363.340; neste faz o ângulo externo de $61^{\circ}52'38''$ e segue a distância de 2.830,58m com azimute de $320^{\circ}35'27''$ até encontrar o ponto 40 de coordenadas (X,Y) 247.525 e 8.365.527; neste faz o ângulo externo de $271^{\circ}15'25''$ e segue a distância de 1.939,28m com azimute de $51^{\circ}50'52''$ até encontrar o ponto 41 de coordenadas (X,Y) 249.050 e 8.366.725; neste faz o ângulo externo de $89^{\circ}18'27''$ e segue a distância de 725,43m com azimute de $321^{\circ}09'19''$ até encontrar o ponto 42 de coordenadas 248.595 e 8.367.290; neste faz o ângulo externo de $249^{\circ}02'11''$ e segue a distância de 318,16m com azimute de $30^{\circ}11'30''$ até encontrar o ponto 43 de coordenadas (X,Y) 248.755 e 8.367.565; neste faz o ângulo de $255^{\circ}15'52''$ e segue a distância de 900,57m com azimute de $105^{\circ}27'22''$ até encontrar o ponto 44 de coordenadas (X,Y) 249.623 e 8.367.325; neste faz o ângulo externo de $154^{\circ}18'53''$ e segue a distância de 2.984,44m com azimute de $79^{\circ}46'15''$ até encontrar o ponto 45 de coordenadas (X,Y) 252.560 e 8.367.855; neste faz o ângulo externo de $126^{\circ}11'59''$ e segue a distância de 1.034,46m com azimute de $25^{\circ}58'14''$ até encontrar o ponto 46 de coordenadas (X,Y) 253.013 e 8.368.785; neste faz o ângulo externo de $251^{\circ}10'29''$ e segue a distância de 2.813,85m com azimute de $97^{\circ}08'43''$ até encontrar o ponto 47 de coordenadas (X,Y) 255.805 e 8.368.435; neste faz o ângulo externo de $81^{\circ}57'41''$ e segue a distância de 2.565,31m com azimute de $359^{\circ}06'24''$ até encontrar o ponto 48 de coordenadas (X,Y) 255.765 e 8.371.000; neste faz o ângulo externo de $252^{\circ}58'57''$ e segue a distância de 3.560,56m com azimute de $72^{\circ}05'21''$ até encontrar o ponto 49 de coordenadas (X,Y) 259.153 e 8.372.095; neste faz o ângulo externo de $121^{\circ}24'42''$ e segue a distância de 2.128,83m com azimute de $13^{\circ}30'03''$ até encontrar o ponto 50 de coordenadas (X,Y) 259.650 e 8.374.165; neste faz o ângulo externo de $60^{\circ}12'33''$ e segue a distância de 3.083,80m com azimute de $253^{\circ}42'36''$ até encontrar o ponto 51 de coordenadas (X,Y) 256.690 e 8.373.300; neste faz o ângulo externo de $231^{\circ}02'03''$ e segue a distância de 3.693,54m com azimute de $304^{\circ}44'39''$ até encontrar o ponto 52 de coordenadas (X,Y) 253.655 e 8.375.405; neste faz o ângulo externo de $159^{\circ}04'08''$ e segue a distância de 2.177,99m com azimute de $283^{\circ}48'47''$ até encontrar o ponto 53 de coordenadas (X,Y) 251.540 e 8.375.925; neste faz o ângulo externo de $247^{\circ}09'05''$ e segue a distância de 2.693,42m com azimute de $350^{\circ}57'52''$ até encontrar o ponto 54 de coordenadas (X,Y) 251.117 e 8.378.585; neste faz o ângulo externo de

278°25'05" e segue a distância de 928,05m com azimute de 89°22'57" até encontrar o ponto 55 de coordenadas (X,Y) 252.045 e 8.378.595; neste faz o ângulo externo de 261°44'57" e segue a distância de 1.427,06m com azimute de 171°07'54" até encontrar o ponto 56 de coordenadas (X,Y) 252.265 e 8.377.185; neste faz o ângulo externo de 11°29'48" e segue a distância de 4.688,42m com azimute de 102°37'42" até encontrar o ponto 57 de coordenadas (X,Y) 256.840 e 8.376.160; neste faz o ângulo externo de 130°49'29" e segue a distância de 2.838,04m com azimute de 53°27'11" até encontrar o ponto 58 de coordenadas (X,Y) 259.120 e 8.377.850; neste faz o ângulo externo de 216°32'49" e segue a distância de 1.825,00m com azimute de 90°00'00" até encontrar o ponto 59 de coordenadas (X,Y) 260.945 e 8.377.850; neste faz o ângulo externo de 61°07'58" e segue a distância de 1.336,01m com azimute de 331°07'58" até encontrar o ponto 60 de coordenadas (X,Y) 260.300 e 8.379.020; neste faz o ângulo externo de 270°13'03" e segue a distância de 1.512,13m com azimute de 61°21'01" até encontrar o ponto 61 de coordenadas (X,Y) 261.627 e 8.379.745; neste faz o ângulo externo de 58°15'58" e segue a distância de 2.159,08m com azimute de 299°36'59" até encontrar o ponto 00; neste faz um ângulo externo de 240°23'01" para encontrar a direção norte verdadeiro, direção esta que orientou a partida, estando assim fechado o polígono, com uma área total de 11.761,ha.

Art. 2º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos PIN-Proterra e Recursos Ordinários, a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar urgência a que se refere o artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.062, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de Cr\$ 6.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87 e republicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.063, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional de Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 313.369.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 313.369.000,00 (trezentos e treze milhões, trezentos e sessenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.064, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 78.200.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 78.200.000,00 (setenta e oito milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.065, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.066, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Justiça Militar e à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 258.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça Militar e à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 258.000.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício de acordo com o artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.067, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Justiça Eleitoral, à Justiça do Trabalho, ao Tribunal de Contas da União e ao Supremo Tribunal Federal, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 631.738.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça Eleitoral, à Justiça do Trabalho, ao Tribunal de Contas da União e ao Supremo Tribunal Federal, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 631.738.000,00 (seiscentos e trinta e um milhões e setecentos e trinta e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.068, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 73.200.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 73.200.000,00 (setenta e três milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.069, DE 20 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 21-10-87.

DECRETO Nº 95.070, DE 21 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o aumento do capital social da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — Ceasa/PR, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o aumento do capital social da Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. — Ceasa/PR, de CZ\$ 35.180.038,00 (trinta e cinco milhões, cento e oitenta mil e trinta e oito cruzados), para CZ\$ 74.775.911,00 (setenta e quatro milhões, setecentos e setenta e cinco mil e novecentos e onze cruzados).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 95.071, DE 21 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 35).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição; e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos dez de agosto de 1987, em Montevidéu, o Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 35),

D E C R E T A :

Art. 1º O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 35), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 22-10-87.

DECRETO Nº 95.072, DE 21 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição; e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do Uruguai, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos dez de agosto de 1987, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2),

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica subscrito entre o Brasil e o Uruguai (Acordo nº 2), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 22-10-87.

DECRETO Nº 95.073, DE 21 DE OUTUBRO DE 1987

Altera o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 23 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, passa a vigor com a seguinte redação:

«Art. 23. Os Policiais Militares nomeados juizes dos diferentes Órgãos da Justiça Militar Estadual serão regidos por legislação especial».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Haroldo Erichsen da Fonseca

DECRETO Nº 95.074, DE 21 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 13 do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) terá a seguinte estrutura básica:

A) ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

I — órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro:

a) Gabinete do Ministro — GM;

b) Consultoria Jurídica — CJ;

- c) Assessoria Técnica;
- d) Coordenadoria de Assuntos Parlamentares — CAP;
- e) Coordenadoria de Comunicação Social — CCS;
- f) Divisão de Segurança e Informações — DSI;

II — órgãos centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro:

- a) Secretaria-Geral — SG;
- b) Secretaria de Controle Interno — Ciset;

III — órgãos centrais de administração superior:

- a) Secretaria de Cadastro e Tributação — Secat;
- b) Secretaria de Recursos Fundiários — Seref;
- c) Secretaria de Assentamento e Colonização — Seasc;

IV — órgãos centrais de direção superior das atividades auxiliares:

- a) Departamento de Administração — DA;
- b) Departamento do Pessoal — DP;

V — órgãos regionais:

- Delegacias Regionais da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — DR — Mirad.

B) ADMINISTRAÇÃO INDIRETA:

Autarquia:

- Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter

Parágrafo único. O Ministro de Estado poderá criar Grupos Executivos, de caráter transitório, em regiões problemáticas, assegurada a participação de representantes dos Estados envolvidos.

Art. 2º Os órgãos integrantes da estrutura básica do Mirad são dirigidos: o Gabinete do Ministro, por Chefe do Gabinete; a Assessoria Técnica, por Assessor-Chefe; as Coordenadorias, por Coordenadores; a Divisão de Segurança e Informações e os Grupos Executivos, por Chefes; a Secretaria-Geral, por Secretário-Geral; as Secretarias, por Secretários; a Consultoria Jurídica, por Consultor Jurídico; os Departamentos, por Diretores-Gerais; e as Delegacias, por Delegados.

Art. 3º Ao Gabinete compete assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e incumbir-se das relações públicas e do preparo de despacho do expediente pessoal do Ministro.

Art. 4º À Consultoria Jurídica compete assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica.

Art. 5º À Assessoria Técnica, além das atividades de assessoramento direto ao Ministro de Estado, compete promover a realização de estudos por ele solicitados.

Art. 6º À Coordenadoria de Assuntos Parlamentares compete inter-relacionar as atividades do Ministro com os membros do Poder Legislativo, acompanhando os assuntos de interesse do órgão em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 7º À Coordenadoria de Comunicação Social compete planejar, coordenar e executar a política de comunicação social do Ministério, observadas as normas estabelecidas na legislação específica.

Art. 8º À Divisão de Segurança e Informações, órgão integrante do Sistema Nacional de Informações e Contra-informações (Sisni), compete assessorar o Ministro de Estado em todos os assuntos pertinentes à segurança nacional, à mobilização e às informações, sujeitando-se à orientação normativa, à supervisão técnica e à fiscalização específica do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Art. 9º À Secretaria-Geral, órgão setorial dos Sistemas de Planejamento Federal e de Programação Financeira, compete, no âmbito do Ministério:

I — auxiliar o Ministro de Estado na supervisão dos órgãos subordinados;

II — propor as diretrizes para o planejamento de ação global do Ministério, em consonância com o planejamento nacional;

III — desenvolver as atividades de planejamento, orçamento, modernização administrativa, informática, documentação e relações com organismos nacionais e internacionais;

IV — coordenar e providenciar o encaminhamento ao Ministro de quaisquer projetos de lei, decretos-leis, decretos, portarias e atos normativos de interesse do Ministério, ouvido o Consultor Jurídico;

V — orientar o treinamento e a preparação de pessoal técnico nos assuntos de competência do Ministério.

Art. 10. À Secretaria de Controle Interno, como órgão setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, compete:

I — superintender, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com os sistemas de Administração Financeira e de Contabilidade;

II — operar como órgão de apoio ao Ministro de Estado, para os efeitos:

a) da supervisão ministerial a que se refere o Título IV do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969;

b) do acompanhamento físico e financeiro de projetos e atividades a cargo do Ministério;

c) de fornecer ao Ministro de Estado, dentro de periodicidade estabelecida, os balancetes contábeis, as posições orçamentárias, financeiras e patrimoniais e os relatórios de acompanhamento dos programas a cargo do Mirad ou sob sua supervisão;

III — realizar estudos para formulação de diretrizes e desempenhar funções de orientação, coordenação e controle financeiro;

IV — assessorar, no âmbito de sua competência, o Ministro de Estado.

Art. 11. À Secretaria de Cadastro e Tributação compete:

I — coordenar e supervisionar as atividades de implantação e manutenção do cadastro de imóveis rurais e dos demais cadastros integrantes do Sistema Nacional de Cadastro Rural;

II — fixar as normas gerais para lançamento, emissão, arrecadação, fiscalização e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, e das contribuições e taxas a cargo do Mirad;

III — encaminhar à inscrição em dívida ativa dos débitos concernentes ao imposto, contribuições e taxas de que trata o item anterior.

Art. 12. À Secretaria de Recursos Fundiários compete coordenar e supervisionar as atividades de aquisição e incorporação ao Patrimônio da União, dos imóveis necessários às suas atividades de distribuição de terras, bem como a discriminação de terras devolutas federais e a regularização de suas ocupações, e exercer o controle da aquisição de terras por estrangeiros.

Art. 13. À Secretaria de Assentamento e Colonização compete coordenar e supervisionar as atividades de assentamento, promoção do acesso à propriedade da terra e colonização, em atendimento aos programas de reforma agrária.

Art. 14. Ao Departamento de Administração compete, no âmbito do Ministério, planejar, coordenar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades referentes à administração do material, obras, comunicações, transportes, documentação, edifícios públicos e imóveis residenciais.

Art. 15. Ao Departamento de Pessoal, órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), compete, no âmbito do Ministério, coordenar e acompanhar o processo de levantamento das necessidades de pessoal, assim como promover o seu recrutamento, seleção e aperfeiçoamento, gerir, a nível central, as atividades pertinentes e orientar setores de execução no cumprimento da legislação e normas específicas.

Art. 16. As Delegacias Regionais da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, compete praticar os atos concernentes às atividades que lhes forem deferidas, na forma do regimento, especialmente nas áreas de cadastro, tributação, recursos fundiários, assentamento e colonização.

Art. 17. A organização e o funcionamento, inclusive a competência dos órgãos do Mirad, serão fixados em regimento interno a ser aprovado mediante portaria do Ministro de Estado, nos termos da legislação em vigor, observado o disposto neste decreto.

Art. 18. O Ministro de Estado da Reforma e do Desenvolvimento Agrário integrará o Conselho do Desenvolvimento Social (CDS).

Art. 19. O Mirad terá representante, com direito a voto nos Conselhos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco) e da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), bem como na Comissão Executiva Nacional do Alcool, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 20. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.075, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MIHU, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, criado pelo Decreto nº 91.145, de 15 de março de 1985, passa a denominar-se Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — MHU, com a seguinte área de competência:

- I — política habitacional;
- II — política de desenvolvimento urbano;

- III — política de transporte urbano;
- IV — política de saneamento básico;
- V — política do meio ambiente.

Art. 2º Fica transferida para o MIU a Caixa Econômica Federal - CEF, observado, no que couber, o disposto no § 1º do art. 2º do Decreto nº 91.145, de 15 de março de 1985.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado da Fazenda, e da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente baixarão, em conjunto, os atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3º O cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente passa a denominar-se Ministro de Estado da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.

Art. 4º O Ministro de Estado da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, ouvidas a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — SEPLAN/PR e a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República — SEDAP, proporá no prazo de 30 (trinta) dias, a reformulação da estrutura básica do MHU.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aluizio Alves

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO nº 95.076, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a Carreira Finanças e Controle, criada pelo Decreto-lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º Os cargos de Analistas de Finanças e Controle, de nível superior, e de Técnico de Finanças e Controle, de nível médio, integram a Carreira Finanças e Controle do Ministério da Fazenda.

Art. 2º Serão transpostos para a Carreira Finanças e Controle os servidores de órgãos e entidades da Administração Federal que, comprovadamente, estavam lotados ou em exercício na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda ou nos Órgãos Setoriais ou equivalentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, em 23 de dezembro de 1986, e permaneceram nessa situação até a data de vigência do Decreto-Lei nº 2.346, de 1987.

§ 1º A transposição dos servidores para as classes e padrões da Carreira Finanças e Controle far-se-á considerando-se os cargos ou empregos e referências em que estavam localizados em 23 de julho de 1987, nos termos do Anexo II do Decreto-lei nº 2.346, de 1987, observados os seguintes critérios:

a) os ocupantes de cargos ou empregos de nível superior, na categoria de Analista de Finanças e Controle;

b) os ocupantes de cargos ou empregos de nível médio, na categoria de Técnico de Finanças e Controle;

c) os servidores que não integravam o Plano de Classificação de Cargos e Empregos instituído na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na data de vigência do Decreto-lei nº 2.346, de 1987, serão considerados posicionados nas referências especificadas no Anexo II, determinadas mediante o deslocamento do servidor de uma referência para cada 12 (doze) meses de serviço prestado no órgão ou entidade a que pertençam; e

d) na hipótese de o servidor, na data de vigência do Decreto-lei nº 2.346, de 1987, encontrar-se posicionado em referência inferior à NS-10 ou NM-17, será localizado no Padrão IV da Classe A da categoria para a qual deva ser transposto.

§ 2º O deslocamento a que se refere a alínea c do parágrafo anterior far-se-á a partir da menor referência pertinente a cada grupo de cargos e empregos, de nível superior ou médio, especificado no mesmo Anexo II, e o respectivo tempo de serviço será contado desde a data do ingresso do servidor até 23 de julho de 1987, sem qualquer dedução.

§ 3º A comprovação da lotação e do exercício a que se refere o caput deste artigo será feita somente em vista dos assentamentos funcionais relativos a cada servidor ou do registro oficial do órgão.

§ 4º Na localização dos servidores, serão considerados os quantitativos globais dos cargos criados para cada categoria, no Anexo I do Decreto-lei nº 2.346, de 1987, assegurada ao servidor a inclusão na classe a que deva ser transposto, nos termos do § 1º do art. 2º deste decreto.

Art. 3º Não poderão concorrer à transposição de que trata este decreto os ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança, observado o disposto no art. 2º.

Art. 4º Os servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.346, de 1987, somente serão transpostos para a Carreira Finanças e Controle se:

a) optarem, expressamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação deste decreto; e

b) forem habilitados em processo seletivo específico.

Parágrafo único. O processo seletivo para a transposição constituir-se-á de avaliação de desempenho, considerando-se os seguintes critérios:

a) investidura no cargo ou emprego, ocupado em 23 de julho de 1987, mediante habilitação em concurso público ou ascensão funcional;

b) tempo de serviço prestado no cargo ou emprego ocupado na data fixada na alínea anterior;

c) tempo de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, na qualidade de titular ou substituto;

d) tempo de serviço federal; e

e) tempo de serviço público.

Art. 5º Nenhuma redução de remuneração poderá resultar da transposição a que se refere o art. 2º deste decreto, assegurando-se a diferença como vantagem pessoal, individualmente nominada, sobre a qual incidirão os reajustamentos gerais de vencimentos e salários.

Art. 6º A progressão funcional dos ocupantes dos cargos da Carreira Finanças e Controle far-se-á nos termos do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, e das normas complementares.

§ 1º Os funcionários a que se refere este artigo serão avaliados em julho de 1988 e o respectivo interstício será contado a partir de 1º de janeiro do mesmo ano.

§ 2º A progressão vertical do funcionário pertencente à Carreira Finanças e Controle dependerá de habilitação em curso de aperfeiçoamento.

Art. 7º As funções de confiança, pertencentes à estrutura da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno, serão exercidas, preferencialmente, por funcionários integrantes da Carreira Finanças e Controle.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos cargos em comissão ou funções de confiança:

a) de Secretário do Tesouro Nacional, e

b) dos órgãos que, na data de vigência deste decreto, possuam normas específicas para o exercício dos mesmos cargos ou funções.

§ 2º No prazo de 3 (três) anos, contados da data de vigência deste decreto, poderão ser providas, sem observância do disposto no caput deste artigo, as funções de confiança de Secretários da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 8º Os quantitativos dos cargos a serem localizados nos órgãos integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo serão fixados em vista do volume e da complexidade das atribuições.

Parágrafo único. Os quantitativos dos cargos, a lotação e remoção dos funcionários far-se-ão por ato do Diretor-Geral do Departamento de Pessoal do Ministério da Fazenda, por proposta da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 9º Os funcionários integrantes da Carreira Finanças e Controle ficam sujeitos à carga horária de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Art. 10. Os servidores que desempenhem atividades de execução pertinente ao Sistema Integrado de Administração Financeira poderão concorrer, uma única vez, ao provimento de cargos remanescentes da transposição dos servidores alcançados por este decreto, mediante ascensão funcional a ser disciplinada pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, em articulação com o Ministério da Fazenda.

Art. 11. A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República expedirá as normas complementares à execução do disposto neste decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vigência deste decreto, em articulação com o Ministério da Fazenda.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução do disposto neste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério da Fazenda.

Art. 13. A partir da data da publicação da implantação da Carreira Finanças e Controle, os órgãos a que pertencem os servidores a serem transpostos indicarão, como fonte de compensação, os recursos orçamentários correspondentes à despesa que realizariam com os mesmos servidores à dotação orçamentária oriunda dos recursos do Tesouro Nacional, cientificada imediatamente a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 14. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aluizio Alves.

DECRETO Nº 95.077, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

Regulamenta a transposição dos servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A transposição dos servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987, far-se-á nos termos deste Regulamento.

Art. 2º Serão transpostos para a Carreira Orçamento os servidores dos órgãos e entidades da Administração Federal, que, comprovadamente, estavam lotados ou em exercício na Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República ou nos Órgãos Setoriais ou equivalentes do Sistema de Orçamento, em 23 de dezembro de 1986, e permaneceram nessa situação até a data de vigência do Decreto-lei nº 2.347, de 1987.

§ 1º A localização dos servidores nas classes e respectivos padrões da Carreira Orçamento far-se-á nos termos do Anexo II do Decreto-lei nº 2.347, de 1987, observados os seguintes critérios:

a) os ocupantes de cargos ou empregos de nível superior, na categoria de Analista de Orçamento;

b) os ocupantes de cargos ou empregos de nível médio, na categoria de Técnico de Orçamento;

c) os servidores que não integravam o Plano de Classificação de Cargos e Empregos instituído na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, na data de vigência do Decreto-lei nº 2.347, de 1987, serão considerados posicionados nas referências especificadas no Anexo II, determinadas mediante o descolcamento do servidor de uma referência para cada 12 (doze) meses de serviço prestado no órgão ou entidade a que pertençam;

d) na hipótese de o servidor, na data de vigência do Decreto-lei nº 2.347, de 1987, encontrar-se posicionado em referência inferior à NS-10 ou NM-17, será localizado no padrão IV da classe A da categoria para a qual deva ser transposto.

§ 2º O deslocamento a que se refere a alínea c do parágrafo anterior far-se-á a partir da menor referência pertinente a cada categoria especificada no mesmo Anexo II e o respectivo tempo de serviço será contado desde a data do ingresso do servidor até 23 de julho de 1987, sem qualquer dedução.

§ 3º A comprovação da lotação e do exercício a que se refere o *caput* deste artigo será feita somente em vista dos assentamentos funcionais relativos a cada servidor ou do registro oficial do órgão.

§ 4º Na localização dos servidores, serão considerados os quantitativos globais dos cargos criados para cada categoria no Anexo I do Decreto-lei nº 2.347, de 1987, assegurada ao servidor a inclusão na classe a que deva ser transposto, nos termos no § 1º do artigo 2º deste decreto.

Art. 3º Não poderão concorrer à transposição de que trata este decreto os ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança.

Art. 4º Os servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 1987, somente serão transpostos para a Carreira Orçamento se:

a) optarem, expressamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação deste decreto; e

b) forem habilitados em processo seletivo específico.

Parágrafo único. No processo seletivo serão considerados:

a) investidura no cargo ou emprego, ocupado em 23 de julho de 1987, mediante habilitação em concurso público ou ascensão funcional;

b) tempo de serviço prestado no cargo ou emprego ocupado na data fixada na alínea anterior;

c) tempo de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, na qualidade de titular ou substituto;

d) tempo de serviço federal;

e) tempo de serviço público.

Art. 5º Os quantitativos dos cargos a serem localizados nos órgãos integrantes do Sistema de Orçamento serão fixados em vista do volume e da complexidade das atribuições.

Parágrafo único. Os quantitativos dos cargos e a localização dos funcionários serão fixados pelo Departamento de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, após autorização da Secretaria de Orçamento e Finanças.

Art. 6º Ressalvada a transposição de que trata este decreto, o provimento dos cargos da Carreira Orçamento far-se-á mediante concurso público e ascensão funcional, sob o regime jurídico a que se refere a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. A realização do concurso público e da ascensão funcional será disciplinada pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 7º A progressão funcional dos funcionários pertencentes à Carreira Orçamento far-se-á nos termos do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, e das normas complementares.

Parágrafo único. Os funcionários a que se refere este artigo serão avaliados em julho de 1988 e o respectivo interstício será contado a partir de 1º de janeiro do mesmo ano.

Art. 8º Os funcionários integrantes da Carreira Orçamento ficam sujeitos à carga horária de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Art. 9º Os funcionários integrantes da Carreira Orçamento poderão ser submetidos a cursos de formação e aperfeiçoamento, consistente em programa de treinamento, a nível de especialização, com avaliação final.

Parágrafo único. O afastamento do funcionário para submeter-se aos cursos a que se refere este artigo será considerado como de efetivo exercício.

Art. 10. As funções de confiança pertencentes à estrutura da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Orçamento serão exercidos, preferencialmente, por funcionários integrantes da Carreira Orçamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

a) ao cargo em comissão de Secretário de Orçamento e Finanças;

b) aos cargos em comissão e às funções de confiança dos órgãos que, na data de vigência deste decreto, possuam normas específicas para o exercício dos mesmos cargos e funções.

Art. 11. A estrutura organizacional da Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República será fixada no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de vigência deste decreto.

Art. 12. A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República expedirá as normas complementares à execução do disposto

neste decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vigência deste decreto, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução do disposto neste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 14. A partir da data da publicação da implantação da Carreira Orçamento, os órgãos a que pertencem os servidores a serem transpostos indicarão, como fonte de compensação, os recursos orçamentários correspondentes à despesa que realizariam com os mesmos servidores à dotação orçamentária oriunda dos recursos do Tesouro Nacional, cientificada imediatamente a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 15. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 95.078, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.380.737.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens II e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.380.737.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta milhões, setecentos e trinta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício e decorrentes de operações de crédito internas, de acordo com o artigo 1º, itens II e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-10-87 e republicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.079, DE 22 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.600.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Ao limite fixado para despesas com Pessoal e Encargos Sociais pelo Decreto nº 94.665, de 23 de julho de 1987, fica acrescido o valor estabelecido no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-10-87.

DECRETO Nº 95.080, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmada pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do Chile, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 12 de novembro de 1986, em Montevidéu, o Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e Chile,

D E C R E T A:

Artigo 1º O Quinto Protocolo Modificativo do Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e o Chile, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Artigo 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

O Quinto Protocolo Modificativo do Acordo está publicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.081, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Altera os Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil — IRB.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O *caput* do art. 6º dos Estatutos do Instituto de Resseguros do Brasil — IRB, aprovados pelo Decreto nº 60.460, de 13 de março de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 6º O capital do IRB é de CZ\$ 4.323.380.000,00 (quatro bilhões, trezentos e vinte e três milhões, trezentos e oitenta mil cruzados), dividido por 1.000.000 (um milhão) de ações nominativas».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.082, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Administração Direta e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.431.539.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Administração Direta e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.431.539.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, quinhentos e trinta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.083, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.200.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação e da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação dos orçamentos das entidades nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.084, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.085, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.086, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 7.519.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 7.519.700.000,00 (sete bilhões, quinhentos e dezenove milhões e setecentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 27-10-87.

DECRETO Nº 95.087, DE 23 DE OUTUBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Tangará Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.007459/86 (Edital nº 188/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Tangará Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações

enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.088, DE 27 DE OUTUBRO DE 1987

Dispõe sobre o Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil da Administração Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil tem por finalidade planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades de desenvolvimento de recursos humanos da Administração Federal direta, e autarquias federais sendo integrado:

a) pela Coordenadoria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento (Codaper) da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap-PR);

b) pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pelo Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (Cedam), órgãos integrantes da estrutura da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcap), nos termos do Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986, combinado com o Decreto nº 94.293, de 29 abril de 1987;

c) pelas unidades de qualquer grau dos órgãos setoriais e seccionais do Sistema do Pessoal Civil da Administração Federal que cuidem da capacitação de recursos humanos.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, ficam ressalvadas as atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades de que trata o art. 7º do Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986.

Art. 2º Compete à Secretaria de Recursos Humanos da Sedap, através da sua coordenadoria de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento (Codaper), estabelecer as diretrizes a serem observadas no Planejamento e execução de atividades de aperfeiçoamento, treinamento e reciclagem de servidores civis federais, mediante:

- a) a expedição de normas disciplinadoras dessas atividades;
- b) o acompanhamento sistemático de sua execução, com vistas à perfeita observância das diretrizes estabelecidas.

Art. 3º Compete à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades de preparação e profissionalização do pessoal civil integrante dos escalões superiores da administração federal.

Art. 4º Compete ao Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (Cedam):

- a) o planejamento, a promoção, a coordenação, a execução e a avaliação das atividades de aperfeiçoamento, especialização, atualização e reciclagem dos servidores civis federais, a nível gerencial e técnico-operacional;
- b) o acompanhamento sistemático dos procedimentos adotados no treinamento, visando à orientação didático-operacional.

Art. 5º Os programas do Cedam darão prioridade ao treinamento nas áreas gerencial e técnico-operacional, cabendo-lhe ainda dar assistência e cooperação aos órgãos setoriais do Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil na execução descentralizada de programas de treinamento para as áreas finalísticas dos respectivos Ministérios.

Art. 6º Quando da execução de forma descentralizada de programas de treinamento, para as áreas finalísticas dos Ministérios sob a supervisão, orientação, coordenação e controle da Codaper e Cedam, caberá aos órgãos setoriais do Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil:

- a) o levantamento das necessidades de treinamento, nas respectivas áreas, com vistas ao planejamento e programação das atividades pertinentes à Administração Federal direta e autárquica;
- b) o recrutamento e seleção do pessoal técnico e docente;
- c) o acompanhamento dos programas executados pelas unidades regionais ou locais;

d) a orientação e o controle das atividades dos órgãos operacionais;

e) o registro dos dados relativos à programação e ao cumprimento dos programas de treinamento, assim como do pessoal docente e dos treinandos;

f) a avaliação do desempenho e acompanhamento das atividades dos treinandos, durante e após a realização do treinamento.

Art. 7º Os órgãos setoriais do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) deverão encaminhar à Secretaria de Recursos Humanos da Sedap e ao Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (Cedam), até 30 de abril de cada ano, os relatórios de suas atividades no exercício anterior e, até 1º de setembro, as propostas anuais de treinamento e respectivas previsões orçamentárias relativas ao exercício seguinte.

Art. 8º As atividades do Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (Cedam) poderão ser desenvolvidas de forma descentralizada, através de acordos com os órgãos setoriais do Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil e de convênios com Universidades, Escolas Técnicas e Institutos especializados em desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 9º As atividades de natureza acadêmica, preparatórias ou complementares ao curso básico da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), poderão também ser delegadas a Universidades e Instituições especializadas em capacitação de pessoal técnico e gerencial de alto nível, de acordo com as normas e diretrizes que forem estabelecidas pela Escola.

Art. 10. Aos servidores civis federais que, na qualidade de professores, instrutores ou aluno, forem vinculados, temporariamente, aos programas de capacitação de recursos humanos da ENAP, do Cedam, dos órgãos setoriais e Instituições conveniadas serão assegurados todos os direitos e vantagens das funções de que forem titulares como se em efetivo exercício estivessem.

Art. 11. As atividades de capacitação de recursos humanos previstas no presente decreto serão consideradas prioritárias, no conjunto das atividades administrativas do Governo e, sempre que possível, deverão estar associadas a programas de modernização e reforma administrativa, valorização do servidor público e melhoria da eficiência da máquina governamental.

Parágrafo único. Cabe aos Ministros de Estado e dirigentes de antarquias federais de órgãos da Presidência da República diligenciar para que os órgãos integrantes do Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil disponham de apoio técnico, logístico e financeiro necessário ao cumprimento de suas respectivas finalidades.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 73.421, de 4 de janeiro de 1974.

Brasília, 27 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aluizio Alves

DECRETO Nº 95.089, DE 27 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.090, DE 28 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 25.802.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 25.802.000,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 29-10-87.

DECRETO Nº 95.091, DE 28 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Centro Nacional de Educação Especial, o crédito suplementar de CZ\$ 7.025.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Centro Nacional de Educação Especial, o crédito suplementar de CZ\$ 7.025.000,00 (sete milhões e vinte e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 29-10-87.

DECRETO Nº 95.092, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987

Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Piso Nacional de Salários, a partir de 1º de novembro de 1987, passa a ser de CZ\$ 3.000,00 (três mil cruzados) ao mês, CZ\$ 100,00 (cem cruzados) ao dia e CZ\$ 12,50 (doze cruzados e cinquenta centavos a hora).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.093, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de novembro de 1987, será de CZ\$ 2.260,29 (dois mil, duzentos e sessenta cruzados e vinte e nove centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.094, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Direito do Centro de Ensino Superior de Catalão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.002512/85-79 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Direito a ser ministrado pelo Centro de Ensino Superior de Catalão, mantido pela Fundação Educacional de Catalão, com sede na cidade de Catalão, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aloisio de Guimarães Sotero

DECRETO Nº 95.095, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item II, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.096, DE 29 DE OUTUBRO DE 1987

Cria Grupo de Trabalho para elaborar estudos propondo diretrizes de uma política de desenvolvimento e integração do Brasil Central, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo de Trabalho para elaborar estudos e propor diretrizes de uma política de desenvolvimento sócio-econômico da Região do Brasil Central, consubstanciadas em um plano global, abrangendo total ou parcialmente os Estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará, Piauí e Distrito Federal.

Art. 2º O Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan/PR, será integrado por representantes dos Ministérios do Interior, da Agricultura, dos Transportes, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Programa Nacional de Irrigação — Proni, e dos governos dos Estados da região envolvida, designados pelos respectivos titulares.

Parágrafo único. Outros ministérios poderão ser convidados a participar dos trabalhos, a critério da Seplan/PR.

Art. 3º A Seplan/PR dará ao Grupo de Trabalho o apoio material, administrativo e financeiro, necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 4º O Grupo de Trabalho terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para concluir os estudos e formular suas propostas, sob a forma de relatório apresentado ao Ministro de Estado Chefe da Seplan/PR.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Anibal Teixeira de Souza

José Hugo Castelo Branco

José Reinaldo Carneiro Tavares

Iris Rezende Machado

Aureliano Chaves

Vicente Cavalcante Fialho

João Alves Filho

DECRETO Nº 95.097, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 107.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 107.000.000,00 (cento e sete milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.098, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.099, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 169.670.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 169.670.000,00 (cento e sessenta e nove milhões e seiscentos e setenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de Receitas Diretamente Arrecadadas — Tesouro, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.100, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 145.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 145.200.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.101, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 270.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 270.000.000,00 (duzentos e setenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza.

O anexo está publicado no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.102, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.492.385.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.492.385.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

— O anexo está publicado no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.103, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 1.151.066.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I e III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 1.151.066.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta e um milhões e sessenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I e III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.104, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 407.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 407.000.000,00 (quatrocentos e sete milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-11-87.

DECRETO Nº 95.105, DE 30 DE OUTUBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.060.563.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.060.563.000,00 (dois bilhões, sessenta milhões, quinhentos e sessenta e três mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. 3-11-87.

DECRETO Nº 95.106, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera o art. 4º do Decreto nº 94.667, de 23 de julho de 1987, que dispõe sobre as despesas com a concessão de diárias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 4º do Decreto nº 94.667, de 23 de julho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 4º A despesa global com a concessão de diárias em cada órgão ou entidade, não poderá ultrapassar a realizada no exercício anterior, observada a variação dos índices específicos para o cálculo das mesmas diárias.

§ 1º A despesa global de que trata este artigo será reduzida em 10% (dez por cento), no exercício de 1987, e em 20% (vinte por cento), no exercício de 1988.

§ 2º Os Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento e Coordenação poderão propor ao Presidente da República autorização excepcional para despesas além dos limites estabelecidos neste artigo, desde que o órgão solicitante venha a utilizar recursos próprios para tal ou que tenha indicado recursos de igual valor para cancelamento».

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 95.107, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra necessária à implantação da subestação Aeroporto da Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg, no Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto

no art. 151, letra b, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e no art. 5º, letra f, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 27100.003833/86-12,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra de propriedade particular, com benfeitorias e no total de 15.153,01m² (quinze mil, cento e cinquenta e três metros quadrados e um decímetro quadrado), necessária à implantação da subestação Aeroporto, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º A área de terra, referida no artigo anterior, compreende aquela constante da planta de situação nº 771.051, aprovada mediante ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo nº 27100.003833/86-12, e delimitada pelo perímetro assim descrito:

— tem início no ponto 1, cravado na extremidade da rua 16-B, no canto do lote 1 da quadra 71A — Setor dos Funcionários; daí segue com rumo SW 82°30'02"NE, na distância de 68,40m, pela mesma rua até o ponto 2, cravado no canto do chanfro da rua 16B com alameda Capim Puba; daí, segue pelo chanfro com rumo SW 32°28'33"NE, na distância de 6,48m, até o ponto 3, cravado no canto do chanfro da mesma alameda; daí, segue pela referida alameda com rumo SE 17°21'53"NW e distância de 84,21m, até o ponto 4; daí, segue ainda pela alameda Capim Puba com rumo SE 7°41'14"NW e distância de 19,00m, até o ponto 5, cravado na mesma alameda, no canto do lote 7 da quadra 73B-setor Aeroporto; daí, segue pelo lote 7 com rumo NE 82°23'56"SW e distância de 26,00m, até o ponto 6, cravado no fundo do mesmo lote; daí segue pelo alinhamento dos fundos de vários lotes contíguos, com o rumo SE 7°33'50"NW, distância de 108,13m, até o ponto 7, cravado no fundo do lote 14 da mesma quadra anterior, ponto de começo da curva; daí, segue pelo desenvolvimento da curva com os rumos e respectivas distâncias de: SE 6°17'21"NW — 4,72m, SE 0°48'39"NW — 15,84m, SW 7°38'08"NE — 15,83m, SW 14°58'08"NE — 11,66m, até o ponto 8, ponto final da curva, cravado no lote 17 da mesma quadra; daí, segue pelos alinhamentos dos fundos de lotes contíguos, com o rumo SW 18°28'13"NE e distância de 51,43m, até o ponto 9, cravado no canto do lote 20 da quadra 73B, no alinhamento da rua P7; daí, segue pelo alinhamento da referida rua com rumo SE 61°02'11"NW, na distância de 52,47m, até o ponto 10, cravado no canto do lote 8 da quadra 67A, no alinhamento da mesma rua; daí, segue com rumo SW 8°13'48"NE, na distância de 109,62m, passa pelos fundos das quadras 67A, 68A

e pelo fundo da rua P-5, até o ponto 11, cravado no canto desta rua; daí, segue pelo alinhamento da mesma rua com rumo SE 82°09'14''NW e distância de 17,62m, até o ponto 12, cravado no alinhamento da rua P5 e no fundo do lote 16 da quadra 70A; daí, segue pelo alinhamento do fundo da mesma quadra com rumo SE 28°26'57''NW e distância de 83,48m, até o ponto 13, cravado no lote 11 da quadra 71A; daí, segue pelo alinhamento do fundo da mesma quadra anterior com rumo SE 5°21'45''NW e distância de 160,24m, até o ponto 1, onde teve início esta descrição.

Art. 3º Fica autorizada a Centrais Elétricas de Goiás S.A. — Celg a promover a desapropriação das referidas área de terra e benfeitorias na forma da legislação vigente, com os recursos próprios.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das área de terra e benfeitorias abrangidas por este decreto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.108, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terreno, sem benfeitorias, situada no Município de Nazaré Paulista, Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo MC nº 7298/87,

DECRETA:

Art. 1º É declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terreno, sem benfeitorias, com 443,84m² (quatrocentos

tos e quarenta e três metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrados), situada na Rua Francisco Pinheiro, antiga Rua Projetada, Zona Urbana do Município de Nazaré Paulista, Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, de propriedade de Margarida Ramos Quirici e seu marido Edison André Quirici, objeto do registro nº 1, da matrícula 43.832, gravado conforme consta do registro nº 2, da mesma matrícula, com a cláusula de usufruto vitalício, a favor de João Ramos Pinheiro ou João Ramos e sua mulher Rosa Ramos de Moraes, e as de inalienabilidade e impenhorabilidade, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia, no citado Estado, destinada à instalação de Estação Telefônica da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp.

Parágrafo único. A área de terreno a que se refere este artigo assim se descreve e caracteriza: terreno sem benfeitorias, com início no ponto D, que se localiza no alinhamento predial da Rua Francisco Pinheiro a 24,21m do meio-fio da Rua João de Passos, seguindo em linha reta pelo alinhamento predial da Rua Francisco Pinheiro, com rumo de NW 62°54'57"SE e distância de 22,78m até o ponto «A», este ponto localizado na esquina da Rua Francisco Pinheiro com a rua denominada Travessa da Rua Francisco Pinheiro, deflete à direita com ângulo interno de 119°13'36", seguindo o rumo NW 02°08'33"SE e distância de 16,60m até o ponto «B», deflete à direita com ângulo interno de 89°18'07", seguindo o rumo SW 88°33'20"NE e distância de 20,30m, confrontando com a propriedade de Margarida Ramos Quirici e seu marido Edison André Quirici, até o ponto «C», deflete à direita com ângulo interno 89°48'21", seguindo o rumo NW 01°15'01"SE e distância de 27,47m, confrontando com terreno de propriedade de Margarida Ramos Quirici e seu marido Edison André Quirici, terreno este vendido por escritura de compra e venda, não registrado, à Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, até o ponto «D», início da poligonal, encerrando a área de 443,84m². Esta descrição técnica baseia-se na planta PT nº 87.058, elaborada em 19 de agosto de 1987.

Art. 2º Fica autorizada a Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a promover, na forma da legislação vigente, especialmente o artigo 13 da Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972, a desapropriação da área de terreno, sem benfeitorias, de que trata este decreto, em favor da Telecomunicações de São Paulo S.A. — Telesp, com a utilização de recursos desta última.

Art. 3º A desapropriação a que se refere este decreto é declarada de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata imissão de posse.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.109, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Informática Veiga de Almeida.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000204/85-44, do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pela Faculdade de Informática Veiga de Almeida, mantida pela Associação Educacional Veiga de Almeida.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão do Rego Neto

DECRETO Nº 95.110, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Guerreiro Brito.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-

lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000384/85-28 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências e Administração Guerreiro Britto, mantida pela Sociedade Educacional Professor Nuno Lisboa, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão do Rego Neto

DECRETO Nº 95.111, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática da Faculdade de Informática de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000555/86-08 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Matemática Aplicada à Informática, a ser ministrado pela Faculdade de Informática de São Paulo, mantida pela Sociedade Civil Ateneu Brasil, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão do Rego Neto

DECRETO Nº 95.112, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.113, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 707.062.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida nos artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, e ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 707.062.000,00 (setecentos e sete milhões e sessenta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício de acordo com os artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.114, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de CZ\$ 1.510.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito especial de CZ\$ 1.510.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e dez milhões de cruzados), para atender dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício de acordo com o artigo 2º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.115, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.116, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor do Arquivo Nacional e do Departamento de Imprensa Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 35.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização, contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Arquivo Nacional e do Departamento de Imprensa Nacional o crédito suplementar de CZ\$ 35.300.000,00 (trinta e cinco milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas próprias do Arquivo Nacional e do Departamento de Imprensa Nacional, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.117, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.118, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.119, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre aos Ministério da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.143.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.143.300.000,00 (dois bilhões, cento e quarenta e três milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, prevista para o corrente exercício, de acordo com os itens III e IV do art. 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-11-87.

DECRETO Nº 95.120, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Naviraí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000786/85-31 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Administração Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Orientação Educacional, a ser ministrado pela Faculdade de Educação de Naviraí, mantida pelo Centro de Ensino de Naviraí, com sede em Naviraí, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.121, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis de Fátima do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000789/85-20 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências Contábeis, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Fátima do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Mato-grossense, com sede na cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.122, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Educação Artística da Faculdade de Música Santa Cecília.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000513/85-79 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Educação Artística, com habilitação em Artes Cênicas, a ser ministrado pela Faculdade de Música Santa Cecília, mantida pela Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba, com sede na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.123, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE, o crédito suplementar de Cr\$ 74.820.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 74.820.000,00 (setenta e quatro milhões, oitocentos e vinte mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes de anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.124, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 317.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 317.000.000,00 (trezentos e dezessete milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput, do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.125, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.126, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.127, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 31.533.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 31.533.000,00 (trinta e um milhões, quinhentos e trinta e três mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de Operação de Crédito Externa contratada com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.128, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.728.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.728.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e vinte e oito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.129, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.452.644.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.452.644.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e dois milhões e seiscentos e quarenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.130, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 703.396.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 703.396.000,00 (setecentos e três milhões, trezentos e noventa e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes de operações de crédito internas previstas para o corrente exercício, de acordo com a autorização contida no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.131, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 725.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$

725.000.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.132, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 588.475.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 588.475.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.133, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 117.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas do projeto indicado no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.134, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 17.779.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, o crédito suplementar de CZ\$ 17.779.000,00 (dezessete milhões, setecentos e setenta e nove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.135, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 250.456.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item II e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 250.456.000,00 (duzentos e cinquenta milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários a execução deste decreto serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com a autorização dos artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.136, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, aos Ministérios da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor da Secretaria-Geral e entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 442.768.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 442.768.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes de Operação de Crédito Interna, de acordo com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.137, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.138, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 296.986.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 296.986.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões, novecentos e oitenta e seis mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.139, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 199.085.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 199.065.000,00 (cento e noventa e nove milhões e sessenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 5-11-87.

DECRETO Nº 95.140, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º; item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 5-11-87.

DECRETO N.º 95.141, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza empresas de telecomunicações controladas da Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás a promover aumento de capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de telecomunicações a seguir enumeradas, controladas da Telecomunicações Brasileiras S.A. — Telebrás, ficam autorizadas a promover a elevação do respectivo capital social, até os limites indicados:

Companhia Telefônica da Borda do Campo — CTBC
de CZ\$ 1.135.000.000,00 para CZ\$ 1.361.000.000,00;

Companhia de Telefones do Rio de Janeiro — Cetel
de CZ\$ 1.435.000.000,00 para CZ\$ 1.535.000.000,00.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO N.º 95.142, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1987

Inclui a Companhia Guataparã de Celulose e Papel — Celpag no Programa de Privatização.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluída no Programa de Privatização de que trata o Decreto nº 91.991, de 28 de novembro de 1985, alterado pelo Decreto nº 93.606, de 21 de novembro de 1986, a Companhia Guatapará de Celulose e Papel — Celpág.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.143, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Colômbia, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram aos 30 de março de 1987, em Montevidéu, o Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10),

D E C R E T A :

Art. 1º O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 6-11-87.

DECRETO Nº 95.144, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.282.000.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de operação de crédito interna, e de acordo com a autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 6-11-87.

DECRETO Nº 95.145, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 534.980.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 534.980.000,00 (quinhentos e trinta e quatro milhões e novecentos e oitenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-11-87.

DECRETO Nº 95.146, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados) para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-11-87.

DECRETO Nº 95.147, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-11-87.

DECRETO Nº 95.148, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.943.810.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens II, III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.943.810.000,00 (um bilhão, novecentos e quarenta e três milhões, oitocentos e dez mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens II, III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 7-11-87.

DECRETO Nº 95.149, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.604.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.604.800.000,00 (um bilhão, seiscentos e quatro milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.150, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 98.365.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 98.365.000,00 (noventa e oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de Operações de Crédito Internas, em conformidade com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.151, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.152, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-11-87.

DECRETO N.º 95.153, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.820.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei n.º 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.820.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito interna contratada pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO N.º 95.154, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 338.496.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei n.º 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento Penitenciário Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 338.496.000,00, (trezentos e trinta e oito milhões e quatrocentos e noventa e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto da operação de crédito interna contratada pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.155, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 27.759.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 27.759.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos e cinquenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.156, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, (dez milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola do Ministério da Agricultura.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.157, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Centro Nacional de Engenharia Agrícola, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 95.158, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito suplementar de CZ\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-11-87.

DECRETO Nº 96.159, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, itens I e II, do Decreto-lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas para 100% (cem por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias classificadas nos Códigos da Posição 22.03.00.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Fica elevada para 30% (trinta por cento) a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre a mercadoria classificada no Código 97.04.04.00 da Tabela a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.160, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

*Cria função de confiança do Grupo —
Direção e Assessoramento Superiores na
Tabela Permanente do Ministério da Reforma
e do Desenvolvimento Agrário.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, no Decreto nº 77.386, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979 e no Decreto nº 95.074, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas, na Tabela Permanente do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, as funções de confiança constantes do anexo deste decreto, integrantes da categoria Direção Superior, código LT-DAS-101, do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100.

Parágrafo único. Ficam extintos os cargos de Presidente, Diretor de Cadastro e Tributação, Diretor de Recursos Fundiários, Diretor de Assentamento, Diretor de Planejamento, Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal do ex-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

(Art. 1º do Decreto nº 95.160, de 6 de novembro de 1987)

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — MIRAD

TABELA PERMANENTE

FUNÇÕES DE CONFIANÇA

GRUPO -- DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES (LT-DAS-100)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
Nº de cargos ou funções	Denominação	Símbolo ou valor de gratificação	Nº de cargos ou funções	Denominação	Código
			01	Secretaria de Cadastro e Tributação — SECAT Secretário de Cadastro e Tributação	LT-DAS-101.4
			01	Secretaria de Recursos Fundiários — SEREF Secretário de Recursos Fundiários	LT-DAS-101.4
			01	Secretaria de Assentamento e Colonização — SEASC Secretário de Assentamento e Colonização	LT-DAS-101.4
			26	Delegacias Regionais da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — DR-MIRAD Delegado Regional	LT-DAS-101.2

DECRETO Nº 95.161, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Cria função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, na Tabela Permanente do Instituto Jurídico das Terras Rurais — INTER.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, no Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979 e no Decreto nº 95.074, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, na Tabela Permanente do Instituto Jurídico das Terras Rurais — INTER, autarquia vinculada ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD, uma função de confiança de Procurador-Geral, LT-DAS-101.4, integrante da categoria Direção Superior, código LT-DAS-101, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100.

Parágrafo único. Fica extinta a função de confiança de Procurador-Geral, do Quadro de Pessoal do ex-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Instituto Jurídico das Terras Rurais — INTER.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.162, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1987

Aprova o Estatuto da Fundação Museu do Café e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Fundação Museu do Café, instituída na forma da autorização contida no Decreto-lei nº 777, de 20 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, passa a reger-se pelo Estatuto anexo ao presente decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Hugo Castelo Branco

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUSEU DO CAFÉ - FMC

CAPÍTULO I

Da Fundação e seus Fins

Art. 1º A Fundação Museu do Café — FMC, instituição de caráter técnico-científico, instituída por autorização do Decreto-lei nº 777, de 20 de agosto de 1969, sob supervisão do Ministério da Indústria e do Comércio, é uma pessoa jurídica de direito privado, dotada de patrimônio próprio e de autonomia administrativa e financeira, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo único. A FMC terá sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo e prazo de duração indeterminado.

Art. 2º A FMC tem a finalidade de documentar a história do café, servindo de mostra retrospectiva e de exposição permanente do desenvolvimento da sua cultura, bem como das técnicas utilizadas nas diversas fases da sua produção, beneficiamento e comercialização.

Parágrafo único. Para a consecução de sua finalidade, poderá a FMC:

a) promover estudos e pesquisas sobre os múltiplos aspectos do café, nos campos agrônomo da produção, da química e qualidade do produto, do processamento industrial e do mercado e da economia cafeeira;

b) promover a divulgação do conhecimento e da tecnologia cafeeira aos seus usuários, através de publicações técnicas, periódicos, eventos técnico-científicos, disseminação de produtos, assistência técnica e atividades correlatas;

c) subsidiar, mediante a ampliação do nível de conhecimento e do fluxo de informação técnico-econômica sobre o setor cafeeiro, a formulação de políticas e programas de desenvolvimento governamentais ou privados, dentro do setor;

d) promover a articulação e cooperação entre os organismos afins, públicos ou privados, de nível nacional e dos Estados cafeeiros, inclusive organizações de produtores e universidades, para o incentivo da pesquisa, funcionando como centro de promoção, estímulo e coordenação da pesquisa e da tecnologia da economia cafeeira nacional;

e) apoiar e promover a formação avançada e a especialização de pessoal em assuntos cafeeiros;

f) funcionar como um centro da informação técnico-científica e da documentação cafeeira;

g) realizar quaisquer outras atividades que objetivem a colimação de seus fins.

Art. 3º Na realização de suas atividades, poderá a FMC:

I — manter intercâmbio com órgãos ou entidades do País, do estrangeiro ou internacionais;

II — acompanhar e apoiar atividades de pesquisa e assistência técnica cafeeira, diretamente ou em articulação com mecanismos técnicos ou financeiros específicos;

III — celebrar acordos, convênios, contratos e ajustes com órgãos ou entidades públicos ou privados, inclusive entidades de classe e organizações de produtores;

IV — abrir e extinguir estabelecimentos próprios ou projeções regionais em qualquer parte do território nacional.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio e sua Utilização

Art. 4º O patrimônio, recursos e receitas da FMC serão constituídos por:

I — bens móveis e imóveis de sua propriedade e os que venha a adquirir;

II — dotações que lhe sejam atribuídas no orçamento anual do Instituto Brasileiro do Café;

III — receitas próprias, provenientes de suas atividades;

IV — subvenções, doações, legados, contribuições e transferências que lhe venham a ser destinados por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, ou por fundos;

V — recursos decorrentes de operações de crédito;

VI — dotações orçamentárias e/ou extraordinárias;

VII — a renda de bens patrimoniais e outras, de natureza eventual.

§ 1º A FMC poderá receber doações sem encargo ou com ele, legados, auxílios e contribuições.

§ 2º Os bens e direitos da FMC serão utilizados exclusivamente para a realização dos objetivos previstos no artigo 2º e seu parágrafo único, permitida, todavia, a aplicação de uns e outros para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

§ 3º A retribuição dos serviços prestados pela FMC obedecerá às diretrizes fixadas pelo Conselho Diretor.

Art. 5º O patrimônio, rendas e serviços da FMC gozam de imunidade tributária, nos termos do art. 5º do Decreto-lei nº 777, de 20 de agosto de 1969.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos da Estrutura Básica e sua Finalidade

Art. 6º A estrutura básica da FMC terá a seguinte constituição:

- I — Órgão de Direção:
Conselho Diretor;
- II — Órgão de Execução:
Diretoria Executiva;
- III — Órgão de Fiscalização:
Conselho Fiscal.

Seção I

Do Conselho Diretor

Art. 7º O Conselho Diretor é o órgão superior de administração da FMC, na formulação da sua política de ação, no acompanhamento de sua execução e na avaliação do desempenho no cumprimento das finalidades e objetivos institucionais da entidade, sendo composto pelos seguintes membros:

- I — o Presidente do Instituto Brasileiro do Café — IBC, como seu Presidente;
- II — o Diretor-Executivo da Fundação, como Vice-Presidente;
- III — 12 (doze) membros, representativos do setor cafeeiro nacional, indicados pelo Conselho Nacional de Política Cafeeira — CNPC.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Diretor serão designados pelo Presidente da República, para mandato de 2 (dois) anos permitida uma recondução.

Art. 8º O Conselho Diretor reunir-se-á com a maioria de seus membros, quadrimestralmente em sessões ordinárias e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros, e deliberará por maioria simples dos presentes, reservados ao Presidente os votos nominal e de qualidade.

Art. 9º Ao Conselho Diretor compete:

I — deliberar sobre as diretrizes básicas de atuação da FMC, aprovando os planos de trabalho a serem desenvolvidos e as propostas orçamentárias, até 30 de outubro de cada ano, e suas alterações;

II — aprovar o Regimento Interno da FMC, estabelecendo sua estrutura organizacional e de funcionamento administrativo;

III — examinar e aprovar o relatório anual de atividades;

IV — aprovar as contas, após a apresentação do certificado de auditoria e pareceres do Conselho Fiscal e dos órgãos que devem pronunciar-se sobre as mesmas;

V — definir as diretrizes da política de recursos humanos da FMC, aprovando o seu regulamento de pessoal e estabelecendo o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários, observadas as determinações legais;

VI — propor, na forma legal, a remuneração dos membros da Diretoria Executiva e o valor dos honorários dos membros do Conselho Fiscal por sessão a que comparecerem;

VII — pronunciar-se sobre a aceitação de doação com encargos;

VIII — apreciar, previamente, as aquisições, locações ou as alienações de bens imóveis;

IX — homologar acordos, convênios, contratos e ajustes com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sobre financiamentos, empréstimos, auxílios, subvenções e prestações de garantias a obrigações de terceiros;

X — fixar as diretrizes da política de retribuição dos serviços prestados pela FMC, considerados os elementos de mercado;

XI — deliberar sobre a abertura e extinção de estabelecimentos próprios ou projeções regionais da FMC;

XII — pronunciar-se sobre propostas de alterações do Estatuto da FMC, encaminhando-as ao Ministro da Indústria e do Comércio;

XIII — manifestar-se sobre quaisquer assuntos de interesse da FMC levados à sua consideração.

Seção II

Da Diretoria Executiva

Art. 10. A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor-Executivo e dois Diretores, respectivamente, para as áreas de operações técnicas e de administração e finanças, todos designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

§ 1º A função do Diretor-Executivo será exercida pelo Diretor de Produção do IBC.

§ 2º A escolha dos Diretores deverá recair em brasileiros de nível universitário, de ilibada reputação e reconhecida experiência gerencial e capacidade profissional, dentro dos campos de atuação da FMC.

Art. 11. A Diretoria Executiva reunir-se-á com a totalidade dos seus membros, mensalmente, e, por convocação do Diretor-Executivo, sempre que necessário.

Art. 12. Compete à Diretoria Executiva a prática de todos os atos necessários para assegurar o funcionamento regular da Fundação e especialmente:

I — estabelecer as normas disciplinadoras do planejamento, da organização e do controle das atividades da Fundação;

II — aprovar as normas de organização, administrativas e técnicas da FMC, bem como o quadro de delegação de competência;

III — elaborar e submeter à aprovação do Conselho Diretor os planos anuais e a proposição de políticas da FMC para consecução de suas finalidades, estabelecendo diretrizes, normas gerais e planos de atividades;

IV — aprovar os programas e projetos a serem desenvolvidos, com os respectivos orçamentos, de acordo com as deliberações do Conselho Diretor;

V — elaborar o regimento interno da FMC e o seu regulamento de pessoal, a serem submetidos ao Conselho Diretor;

VI — elaborar o quadro de pessoal da FMC, com o respectivo plano de cargos e salários, e propor a criação e a extinção de cargos e funções e os padrões de remuneração, submetendo seus atos à aprovação do Conselho Diretor;

VII — propor as tabelas de remuneração relativas à prestação de serviços pela FMC, submetendo-as à aprovação do Conselho Diretor;

VIII — pronunciar-se sobre assuntos a serem submetidos ao Conselho Diretor e ao Conselho Fiscal;

IX — promover, contratar e fiscalizar estudos, projetos e serviços, de qualquer natureza, vinculados ao objeto da FMC, após deliberação do Conselho Diretor, quando for o caso;

X — elaborar e submeter à deliberação do Conselho Diretor, até 30 de outubro de cada ano, plano de trabalho e proposta orçamentária para o ano seguinte;

XI — elaborar e submeter à deliberação do Conselho Diretor, até 31 de março de cada ano, o relatório anual de atividades, o balanço e as demonstrações financeiras que integram a prestação de contas da FMC referentes ao exercício findo, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal;

XII — submeter ao Conselho Diretor as matérias de competência deste;

XIII — cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o seu regimento interno e as deliberações dos órgãos colegiados da FMC;

XIV — resolver os casos omissos que não forem da competência do Conselho Diretor.

Art. 13. Ao Diretor-Executivo incumbe:

I — exercer a supervisão geral das atividades da FMC, cabendo-lhe a responsabilidade de promover e executar as medidas determinadas pelo Conselho Diretor, bem como cumprir e fazer cumprir as normas e determinações legais;

II — dirigir, coordenar e orientar a administração e as atividades da FMC;

III — coordenar as atividades desenvolvidas pelas Diretorias, a ele subordinadas;

IV — convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

V — firmar, com um Diretor, os acordos, convênios, contratos, ajustes e demais atos que importem em responsabilidade da FMC;

VI — expedir atos que consubstanciem as deliberações da Diretoria Executiva ou que delas decorram;

VII — gerir o orçamento-programa anual e suas revisões, bem como executar os projetos e planos de investimentos aprovados pelo Conselho Diretor;

VIII — representar a FMC, em juízo e fora dele.

Art. 14. Aos Diretores, além da assistência ao Diretor-Executivo, compete exercer as atribuições:

I — inerentes a sua qualidade de membros da Diretoria Executiva;

II — relativas à competência especializada da Diretoria cuja titularidade cada qual deles detenha e que lhes sejam conferidas no Regimento Interno da FMC.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 15. A FMC contará com Conselho Fiscal composto por três membros e respectivos suplentes, designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, para mandato de 2 anos, admitida uma recondução.

§ 1º Os integrantes do Conselho Fiscal elegerão seu Presidente em sua primeira reunião.

§ 2º Os Conselheiros e os Suplentes serão escolhidos dentre brasileiros, de ilibada reputação e com conhecimento e experiência no campo administrativo-financeiro.

§ 3º É vedada a acumulação da função de Conselheiro ou Suplente com qualquer outra, de natureza técnica ou administrativa da FMC.

§ 4º Os Suplentes substituirão os membros efetivos, em suas faltas e impedimentos, e serão seus sucessores em caso de vacância, pelo período restante do mandato.

Art. 16. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, por dois de seus membros ou pelo Diretor-Executivo da Fundação, mediante comunicação feita a todos os seus membros com a indicação do motivo, local, data e hora, com antecedência de, no mínimo, cinco dias.

§ 1º Fica dispensada a convocação quando a reunião for de iniciativa de todos os membros em exercício.

§ 2º Os Conselheiros e Suplentes em exercício receberão honorários por sessão a que comparecerem, cujo valor será fixado pelo Conselho Diretor.

§ 3º A ausência, sem causa justificada, de qualquer membro a três sessões consecutivas importa em perda de mandato.

Art. 17. Ao Conselho Fiscal compete:

I — examinar, pelo menos trimestralmente, os livros contábeis e papéis de escrituração, o estado de caixa e de bancos e os valores em depósito, bem como a aplicação dos recursos e patrimônio da FMC;

II — apreciar, emitindo parecer, as contas, balancetes e balanços da FMC;

III — representar, sucessivamente, ao Conselho Diretor e ao Ministério da Indústria e do Comércio, sobre qualquer irregularidade verificada, sugerindo as medidas que reputar úteis à FMC;

IV — estabelecer as normas de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá requisitar e examinar, a qualquer tempo, documentos, livros ou papéis relacionados com a administração financeira, orçamentária e patrimonial da FMC, diretamente ou por intermédio da Auditoria Interna.

CAPÍTULO IV

Do Regime Financeiro

Art. 18. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 19. O Diretor-Executivo apresentará ao Conselho Diretor, até 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte.

Parágrafo único. A proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho e as fontes de recursos correspondentes e será encaminhada à aprovação do Ministério da Indústria e do Comércio, após apreciação do Conselho Diretor.

Art. 20. Durante o exercício financeiro poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades da FMC o exijam e haja recursos disponíveis.

Art. 21. A prestação de contas anual será feita ao Conselho Diretor, até 31 de março do ano seguinte, e consistirá na apresentação do relatório de atividades da FMC, acompanhado dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e demais demonstrações financeiras, com os pareceres do Conselho Fiscal e de auditores independentes.

Parágrafo único. A prestação de contas anual, depois de aprovada pelo Conselho Diretor, será encaminhada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

CAPÍTULO V

Do Controle de Resultados e de Legitimidade

Art. 22. A FMC contará com Auditoria Interna, como órgão auxiliar do Conselho Diretor, competindo-lhe:

I — executar auditoria administrativa e contábil e exercer o controle e a avaliação de resultados, de conformidade com as Normas de Organização;

II — reunir e elaborar documentos e informações a serem fornecidos ao Conselho Fiscal e ao Conselho Diretor, bem assim a outros órgãos que tenham competência para exercer o controle sobre a FMC;

III — executar tarefas relacionadas com o seu campo de atividade, determinadas pelo Diretor-Executivo da FMC.

Art. 23. A FMC fornecerá os documentos requisitados pelos órgãos competentes, necessários ao controle de resultados e dará condições para o controle de legitimidade.

Art. 24. As contas da FMC serão certificadas por auditores externos independentes e acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI

Das Diretrizes Básicas de Funcionamento

Art. 25. A FMC terá seu funcionamento orientado por seu Regimento Interno e por Normas de Organização, cuja edição deverá ser presidida, dentre outros, pelos seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;

III — economia de gastos administrativos, limitando-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

IV — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de níveis hierárquicos;

V — incentivo ao aumento da produtividade e à eficiência na realização dos seus produtos.

Art. 26. As atividades necessárias à realização dos objetivos da FMC serão desenvolvidas sob a forma de projetos e programas, expressos em planos de trabalho e mediante programação financeira, capazes de assegurar continuidade administrativa ao plano de ação.

Art. 27. Na consecução de suas finalidades, a FMC adotará sistema de acompanhamento e avaliação de resultados com base em informações sobre custos e indicadores de desempenho.

Art. 28. O detalhamento da estrutura básica da FMC será explicitado em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Diretor.

Parágrafo único. Para fins de orientação sobre as demandas do seu ambiente e para estabelecer suas prioridades técnicas, a FMC poderá contar com conselhos de assessoramento, integrados por elementos externos à entidade, dentre cientistas, técnicos e produtores, na forma definida no Regimento Interno ou em deliberações específicas do Conselho Diretor.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 29. Não serão remuneradas as funções de membro do Conselho Diretor, sendo, porém, assegurado a cada Conselheiro o ressarcimento das despesas de locomoção e uma ajuda de custo para as despesas de diárias pela sessão a que comparecer.

Art. 30. Os contratos e demais atos que importem em responsabilidade civil, comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a FMC e as quitações e transações em geral terão obrigatoriamente a assinatura do Diretor-Executivo e de um Diretor ou de seu substituto legal.

Art. 31. No caso de a escolha dos Diretores recair sobre integrante do quadro de pessoal da FMC, o interessado poderá optar entre o vencimento do seu cargo e a remuneração fixada.

Art. 32. O regime jurídico dos servidores da FMC será o da legislação trabalhista e o pessoal será recrutado segundo o sistema de mérito, de acordo com os critérios de seleção e demais disposições sobre pessoal definidos em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Diretor e observadas as disposições legais sobre a matéria.

§ 1º A FMC poderá requisitar servidores do IBC e de outras entidades públicas de qualquer nível, na forma da legislação e das normas aplicáveis, de acordo com o disposto no art. 6º, §§ 1º e 2º do Decreto-lei nº 777, de 20 de agosto de 1969.

§ 2º Além do pessoal próprio ou requisitado, a FMC poderá contratar, no País ou no exterior, serviços de entidades ou profissionais especializados, para a prestação de serviços técnicos, de caráter eventual ou temporário.

Art. 33. Com vistas ao início das operações, a implantação da estrutura e das normas de funcionamento da FMC, até a aprovação do respectivo Regimento Interno, obedecerá a instruções expedidas pelo Diretor-Executivo e homologadas pelo Conselho Diretor.

Art. 34. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Brasília, 6 de novembro de 1987.

DECRETO Nº 95.163, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 10-11-87.

DECRETO Nº 95.164, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 160.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Pro-

grama de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 10-11-87.

DECRETO Nº 95.165, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Sociedade Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000644/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 24 de novembro de 1987 a concessão da Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.483, de 3 de outubro de 1977, para explorar, na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 24 de novembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cristal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 23 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000782/87,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 28 de dezembro de 1987, a concessão da Rádio Cristal Ltda., outorgada através da Portaria nº 1.380, de 22 de dezembro de 1977, para explorar, na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor a partir de 28 de dezembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.167, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000678/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 28 de dezembro de 1987, a concessão da Rádio Jornal de Assis Chateaubriand, outorgada através da Portaria nº 1.381, de 22 de dezembro de 1977, para explorar, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor a partir de 28 de dezembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.168, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Iporã Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Iporã, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000535/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 1º de setembro de 1987, a concessão da Rádio Cultura de Iporã Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.932, de 12 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Iporã, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de

Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.169, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Andirá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Andirá, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000016/87,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 16 de março de 1987, a concessão da Rádio Cultura de Andirá Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.393, de 15 de março de 1977, para explorar, na cidade de Andirá, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.170, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Ubiratanense Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000541/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 25 de agosto de 1987, a concessão da Rádio Difusora Ubiratanense Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.934, de 12 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.171, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Ampère Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ampère, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000793/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 28 de dezembro de 1987, a concessão da Rádio Ampère Ltda., outorgada através da Portaria nº 1.382, de 22 de dezembro de 1977, para explorar, na cidade de Ampère, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 28 de dezembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.172, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Progresso de Souza Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Souza, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29103.000847/86,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 25 de fevereiro de 1987, a concessão da Rádio Progresso de Souza Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.043, de 27 de dezembro de 1976, para explorar, na cidade de Souza, Estado da Paraíba, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulati-

vamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.173, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1989.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 26 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas no ano de 1989, que com este baixa.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia

Leônidas Pires Gonçalves

Octávio Júlio Moreira Lima

Paulo Roberto Coutinho

Camarinha

DECRETO Nº 95.174, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Inclui o Ministro de Estado da Agricultura entre os membros integrantes do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o Ministro de Estado da Agricultura na composição do Conselho de Desenvolvimento Industrial — CDI, de que trata o Decreto nº 81.651, de 11 de maio de 1978.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 95.175, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Inclui o Ministro de Estado da Agricultura entre os membros integrantes do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia — Consider, do Ministério da Indústria e do Comércio, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído o Ministro de Estado da Agricultura, na composição do Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia — Consider, de que trata o Decreto nº 88.639, de 22 de agosto de 1983.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 95.176, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Amplia o limite global das importações através da Zona Franca de Manaus, no exercício de 1987, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 36 do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica elevado para US\$ 702.100.000,00 (setecentos e dois milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos) o limite global, das importações a serem realizadas através da Zona Franca de Manaus, no exercício de 1987.

Parágrafo único. Do limite global de que trata este artigo serão excluídas as importações:

a) relativas a trigo, petróleo e derivados, sujeitas a controles especiais;

b) efetuadas por órgãos ou entidades governamentais sujeitas ao limite estabelecido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE;

c) realizadas por pessoas jurídicas, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 2º A título de incentivo, em programas de exportação aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa, serão excluídos do limite global fixado pelo artigo 1º:

I — o valor FOB dos insumos destinados ao emprego na industrialização de produtos a serem exportados;

II — o equivalente a 30% (trinta por cento) do saldo líquido positivo do ingresso de divisas, fixado da comparação entre as exportações e as importações, relativamente a cada produto e por empresa.

Art. 3º Compete à Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa, de conformidade com os critérios fixados por seu Conselho de Administração e a legislação vigente, adotar as normas operacionais necessárias à aplicação do disposto no presente decreto.

Parágrafo único. Na fixação dos critérios a que se refere este artigo, será dada prioridade a setores que permitam aumentar a oferta de emprego, atender as necessidades mais imediatas da região, bem como proporcionar a geração de excedentes exportáveis.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
João Alves Filho
Geraldo de Alencar

DECRETO Nº 95.177, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Cria a Comissão Interministerial de Biotecnologia — CIBT, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Comissão Interministerial de Biotecnologia — CIBT, coordenada pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, destinada a integrar as ações desenvolvidas por diversos segmentos institucionais ligados à Política Nacional de Biotecnologia.

Art. 2º A Comissão Interministerial de Biotecnologia — CIBT, cujo órgão executivo será a Secretaria de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, constituir-se-á dos seguintes membros:

I — Secretário de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, que será o Secretário-Executivo da Comissão;

II — Representante do Ministério das Relações Exteriores;

III — Representante do Ministério da Fazenda;

IV — Representante da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;

V — Representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;

VI — Representante da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, do Ministério da Agricultura;

VII — Representante da Fundação Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde;

VIII — Secretário-Executivo do Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio;

IX — Presidente da Central de Medicamentos — Ceme, do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Nos impedimentos do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, as reuniões da CIBT serão presididas pelo Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Os membros, efetivos e suplentes, indicados pelos respectivos Ministros, serão designados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Art. 4º Os trabalhos da Comissão e outros encargos técnico-administrativos de interesse da CIBT serão assegurados pela Secretaria de Biotecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 5º As eventuais despesas de transportes, diárias, ou de outra natureza, decorrentes das atividades da CIBT, correrão por conta das dotações dos órgãos que representam ou do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º A CIBT, no prazo de noventa dias, a contar da data da sua criação, elaborará e aprovará o seu Regimento, disciplinando as normas de seu funcionamento.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Henrique da Silveira

DECRETO Nº 95.178, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Engenharia da Faculdade de Engenharia de Alimentos de São Gonçalo, Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000107/87-50 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Engenharia de Alimentos, do curso de Engenharia, a ser ministrada pela Faculdade de Engenharia de Alimentos de São Gonçalo, mantida pela As-

sociação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, com sede em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.179, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Positivo, em Curitiba, Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000631/85-03 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, a ser ministrado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Positivo, mantida pelo Centro de Estudos Superiores Positivo, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.180, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração de Sistemas de Informações da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o arti-

go 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000152/85-42 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração de Sistemas de Informações, a ser ministrado pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, mantida pelo Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.181, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000623/85-77 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Orientação Educacional, do curso de Pedagogia, ministrado pela Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Barretos, com sede em Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.182, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento de habilitação do curso de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000700/85-16 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da habilitação em Administração Hospitalar do curso de Administração, a ser ministrada pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, mantido pela União Educacional de Brasília, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.183, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Institui o «Ano Nacional da Pequena e Média Empresa Brasileira», e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º É instituído o ano de 1988 como o «Ano Nacional da Micro, Pequena e Média Empresa Brasileira».

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Federal centralizada e autárquica, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, em articulação com o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa — Cebrac, vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, estabelecerão programas, projetos e atividades, com o fim de

assegurar mecanismos que estimulem e fortaleçam as empresas de menor porte.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 95.184, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Estabelece critério de enquadramento de microempresas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 2.325, de 8 de abril de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O limite da receita bruta da microempresa, para fins de gozo dos favores instituídos pela Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, será calculado tomando-se por base as receitas mensais, divididas pelos valores das Obrigações do Tesouro Nacional, vigentes nos respectivos meses.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

José Hugo Castelo Branco

DECRETO Nº 95.185, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera a composição da Comissão de Cartografia — Cocar, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Comissão de Cartografia — Cocar criada pelo Decreto-lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e alterações posteriores, passa a ser integrada por membros, efetivos e suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representados, abaixo referidos:

- Ministério da Marinha;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério do Exército;
- Ministério da Agricultura;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério da Aeronáutica;
- Ministério das Minas e Energia;
- Ministério do Interior;
- Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente;
- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário;
- Estado-Maior das Forças Armadas;
- Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República;
- Ministério da Ciência e Tecnologia; e
- Associação Nacional de Empresas de Aerolevantamento.

Art. 2º A Comissão será presidida pelo Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, que, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo Secretário-Executivo da Cocar.

Art. 3º Os membros representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República serão respectivamente, dos quadros do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE e da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 91.913, de 12 de novembro de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Henrique da Silveira

DECRETO Nº 95.186, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Faxinal das Araras», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Faxinal das Araras», com área de 360,8526ha (trezentos e sessenta hectares, oitenta e cinco ares e vinte e seis centiares), situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, de coordenadas geográficas longitude 52°21'05"WGr e latitude 25°03'34"S, situado na divisa de terras da Manasa e terras de proprietários diversos, segue por linha seca, confrontando com terras de proprietários diversos, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 343°05'34" e 1.776,96m, até o marco 2; 346°05'23" e 560,54m, atravessando uma sanga sem nome, até o marco 3; 87°28'38" e 52,84m, até o marco 4; 353°50'03" e 60,03m, até o marco 5; deste, segue por linha seca, confrontando com terras da firma Antonio de Pauli S/A, com o azimuth verdadeiro de 89°13'57" e 1.714,94m, atravessando o Rio Capivara, até o marco 6; deste, segue por linhas secas, confrontando com terras da Manasa, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 165°09'33" e 2.007,97m, até o marco 7; 256°33'13" e 1.669,67m, até o marco 1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência: carta do DSG, folha SG-22-V-D-II, escala 1:50.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.187, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado Lote 143 do loteamento Itaipavas, classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Xinguara, Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel denominado Lote 143, do loteamento Itaipavas, com área de 4.356,0000 (quatro mil, trezentos e cinquenta e seis hectares), situado no Município de Xinguara, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco MI, de coordenadas geográficas 49º35'55" WGr e 07º01'46" Sul, cravado nas confrontações do lote 144 —

Otávio Silveira e Lote 131 — Otávio Borges Campos, deste, segue confrontando com o referido lote 131 — Otávio Borges Campos e Lote 132 de Geni Furquim Guimarães com os seguintes rumo e distância 20°00' SW e 6.600 m (seis mil e seiscentos metros), até o marco MII, de coordenadas geográficas 49°37'04''WGr e 07°05'09''Sul, cravado nas confrontações dos Lotes 132 de Geni Furquim Guimarães e 142 de Diogo Naves, deste, segue confrontando com o referido Lote 142 de Diogo Naves, com o seguinte rumo e distância 70°00'NW e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até o marco MIII, de coordenadas geográficas 49°40'28''WGr e 07°03'55''Sul, cravado nas confrontações dos Lotes 142 — Diogo Naves e 147 de Lourival Louza, deste, segue confrontando com o referido Lote 147 de Lourival Louza, com o seguinte rumo e distância 20°00'NE e 6.600 (seis mil e seiscentos metros), até o marco MIV, de coordenadas geográficas 49°39'16''WGr e 07°00'33''Sul, cravado nas confrontações dos Lotes 147 de Lourival Louza e 144 de Otávio Silveira, deste, segue confrontando com o referido Lote 144 de Otávio Silveira com o seguinte rumo e distância 70°00'SE e 6.600 metros (seis mil e seiscentos metros) chega-se ao marco MI, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: carta do IBGE, escala 1:100.000, MI-1184, Rio Maria).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico de Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969; e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e legislação posterior que o alterou.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.188, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Seringal Nazareth», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Manoel Urbano, Estado do Acre, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Seringal Nazareth», com a área de 7.154,0000ha (sete mil, cento e cinquenta e quatro hectares), situado no Município de Manoel Urbano, no Estado do Acre, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia junto ao P1, de coordenadas geográficas longitude 69°17'14''WGr e latitude de 08°48'52''S, situado à margem direita do Igarapé São João; deste, segue confrontando-se com o Seringal Liberdade, com os seguintes rumos e distâncias 69°44'NO e 3.464m, até o P2; 43°52'NO e 1.803m, até o P3; 48°00'NO e 2.018m, até o P4; deste, segue confrontando-se com os Seringais Novo Santarém e Mundo Novo, com os seguintes rumos e distâncias 42°38'NE e 2.583m, até o P5; 56°44'NE e 3.647m, até o P6; 79°30'SE e 2.746m, até o P7; 59°02'NE e 1.458m, até o P8; 74°03'SE e 2.548m, até o P9; 04°23'SO e 1.304m, até o P10; 45°32'SE e 2.298m, até o P11; 07°54'SE e 2.181m, até o P12; 77°41'SE e 1.126m, até o P13; 07°40'SE e 2.623m, até o P14; situado à margem esquerda do Rio Purus; daí segue-se subindo pela margem esquerda do referido rio, com uma distância de 9.492m, até o P15, situado na confluência do Rio Purus com o Igarapé Nazaré, na margem esquerda deste último; daí segue-se subindo pela margem esquerda do Igarapé Nazaré, com uma distância de 3.898m, até o P16, situado à margem esquerda do Igarapé Nazaré; deste, segue-se confrontando com a Gleba Benfica, com os seguintes rumos e distâncias 39°48'SO e 1.953m, até o P17, situado à margem direita do Igarapé São João; daí descendo pela margem direita do referido igarapé, com uma distância de 1.422m,

chega-se ao P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: carta planimétrica do Radambrasil, folha SC.19-V-B, escala 1:250.000, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolha da área correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.189, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Serro Verde ou Boa Vista», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c, e d, e 20, itens I e V, da

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Serro Verde ou Boa Vista», com a área de 261,7230ha (duzentos e sessenta e um hectares, setenta e dois ares e trinta centiares), situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.622, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco 1, de coordenadas geográficas longitude 52°21'05''WGr e latitude 25°03'17''S, situado na divisa dos imóveis Faxinal das Araras e Serro Verde ou Boa Vista, segue por linhas secas, confrontando com o imóvel Serro Verde ou Boa Vista, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 74°22'26" e 1.150,62m, até o marco 2; 153°14'36" e 270,60m, até o marco 3; 183°55'45" e 860,61m, até o marco 4; 164°28'07" e 1.838,97m, até o marco 5; 259°52'46" e 909,32m, até o marco 6; deste, segue por linha seca, confrontando com o imóvel Faxinal das Araras, com o azimute verdadeiro 344°16'50" e distância de 2.833,85m, até o marco 1, início da descrição do perímetro (fonte de referência: carta da DSG, folha SG-22-V-D-II, escala 1:50.000, ano 1973).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado à proprietária o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.190, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre aumento do capital social da Companhia Eletromecânica Celma.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Companhia Eletromecânica Celma, empresa de economia mista, autorizada a elevar o seu capital social de CZ\$ 351.290.122,74 para CZ\$ 453.635.710,55, mediante a incorporação dos dividendos relativos ao exercício de 1986 e das reservas constituídas, contabilizadas em seu Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1986.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 95.191, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Delega competência ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, para o ato que indica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º Cabe ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social baixar as normas necessárias à execução do disposto no Decreto-lei nº 1.793, de 23 de junho de 1980, em relação aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — Sinpas.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Renato Archer

DECRETO Nº 95.192, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 93.507, de 4 de novembro de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, alterado pelo Decreto-lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Os artigos 1º e 3º do Decreto nº 93.507, de 4 de novembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º O Tesouro Nacional poderá ressarcir, parcialmente, os investimentos realizados por produtores rurais, pessoas físicas, em projetos de irrigação localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — Sudene.»

«Art. 3º Para apurar-se a importância do ressarcimento parcial, aplicar-se-ão, doravante, sobre o custo dos investimentos, os percentuais abaixo, obedecidos os critérios seguintes:

I — investimentos totais realizados com recursos próprios:

- pequeno produtor: 50% (cinquenta por cento);
- médio produtor: 35% (trinta e cinco por cento);
- grande produtor: 20% (vinte por cento).

II — investimentos financiados total ou parcialmente:

- pequeno produtor: 30% (trinta por cento);
- médio produtor: 25% (vinte e cinco por cento);
- grande produtor: 15% (quinze por cento).

§ 1º Considera-se custo dos investimentos o montante apurado na data em que for atestada a conclusão do empreendimento, a saber:

a) no caso de utilização de recursos próprios, o valor de cada parcela aplicada corrigido com base na variação da Obrigação do Tesouro Nacional;

b) no caso de financiamento, o saldo corrigido do financiamento, acrescido dos juros bancários.

§ 2º Em nenhuma hipótese o ressarcimento poderá ser superior a 1000 (mil) vezes o valor das Obrigações do Tesouro Nacional — OTN vigente na data em que for atestada a conclusão do empreendimento.»

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.193, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Paragominas», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Paragominas», com a área de 2.130,0000 ha (dois mil, cento e trinta hectares), situado no Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto P1, de coordenadas geográficas 49°32'16''WGr e 08°23'42''Sul, situado na divisa das terras dos lotes 17 e 24 da Fazenda Nazareth; deste, segue confrontando com o referido lote 24 da Fazenda Nazareth, com um rumo e distância de 40°30'NE e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P2, de coordenadas geográficas 49°29'57''WGr e 08°20'59''Sul, situado na divisa com terras do lote 28 da Fazenda Primavera; deste, segue confrontando com o referido lote 28 da Fazenda Primavera, com um rumo e distância de

49°30'SE e 4.905m (três mil, novecentos e cinco metros), até o ponto P3, de coordenadas geográficas 49°28'20''WGr e 8°22'22''Sul, situado na divisa com a Fazenda Jurema; deste, segue confrontando com a referida Fazenda Jurema, com um rumo e distância de 40°30'SW e 4.000m (quatro mil metros), até o ponto P4, de coordenadas geográficas 49°29'42''WGr e 08°24'00''Sul, situado na margem esquerda do Ribeirão Porteira; deste, segue pela referida margem esquerda do Ribeirão Porteira, no sentido de sua montante, com uma distância de 4.200m (quatro mil e duzentos metros), até o ponto P5, de coordenadas geográficas 49°31'44''WGr e 08°24'11''Sul, situado na divisa com o lote 17 da Fazenda Nazareth; deste, segue confrontando com o referido lote 17 da Fazenda Nazareth, com rumo e distância de 49°30'NE e 1.100m, (um mil e cem metros), chega-se ao ponto P1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: carta do IBGE, escala 1:100.000, MI-1343 e MI-1342).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969 e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e legislação posterior que o alterou.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.194, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Lote nº 2, do Loteamento Fazenda Extrema», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Nazaré, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º E declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lote nº 2, do Loteamento Fazenda Extrema», com área de 2.488,9461 ha (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito hectares, noventa e quatro ares e sessenta e um centiares), situado no Município de Nazaré, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do M1, cravado na margem esquerda do Ribeirão Faca, na confrontação com o lote 3, de coordenadas geográficas longitude 48°04'36"WGr e latitude 06°29'48"S; deste, segue por linha seca, divisa com o lote 3, no rumo verdadeiro de 64°11'00"SE e distância de 3.170,00m, até o M 2; deste, segue por linha seca, divisa com o lote 6, no rumo verdadeiro de 06°03'00"SW e distância de 21,70m, até o M 3; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 4, no rumo verdadeiro de 06°03'00"SW e distância de 887,50m, até o M4; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 5, nos seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 86°45'00"SW — 308,00m; 05°26'00"SE — 1.800,00m; 86°50'00"NE — 900,00m, passando pelos M5, M6, até o M7; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 6, no rumo verdadeiro de 05°26'00"SE e distância de 1.320,00m, até o M8, cravado na margem direita do Ribeirão Porenquanto, de coordenadas geográficas longitude 48°02'36"WGr e latitude 06°32'41"S; deste, segue pelo Ribeirão Porenquanto, à jusante, numa distância de 8.600,00m, até o M9; deste, segue por linha seca, divisa com o lote 1, nos seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 72°58'00"NE — 1.108,00m; 17°06'00"NW — 1.697,00m; 72°56'00"SW — 1.805,00m, passando pelos M10, M11, até o

M12, cravado na margem direita do Ribeirão Porenquanto; deste, segue pelo Ribeirão Porenquanto, à jusante, numa distância de 1.560,00m, até encontrar a confluência do Ribeirão Faca, de coordenadas geográficas longitude 48°06'34" WGr e latitude 06°30'51" S; desta, segue pelo Ribeirão Faca, à montante, numa distância de 7.340,00m, até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes de referência: carta IBGE SB.22-Z-B-VI, escala 1:100.000, ano 1978, planta topográfica do imóvel, escala 1:20.000, elaborada pelo técnico Antonio Pinto Duarte, e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto; a) a área em produção explorada pelo proprietário; b) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; c) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área continua correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 96.195, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Lote 3 da Gleba "M" do Loteamento Fazenda Serra", classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Itaguatins, no Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos

dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lote 3 da Gleba «M» do Loteamento Fazenda Serra», com a área de 2.339,1544 ha (dois mil, trezentos e trinta e nove hectares, quinze ares e quarenta e quatro centiares), situado no Município de Itaguatins, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1 de coordenadas geográficas longitude 48°15'58''WGr e latitude 05°25'39''S, situado na divisa do lote 2; deste, segue por linha seca confrontando com o lote 2 com azimuth verdadeiro e distância de 102°56'29'' e 122,83m, até o P2; deste, segue confrontando com a Fazenda Serra Gl. 14, com azimuth verdadeiro e distância de 103°23'41'' e 811,44m, até o P3 de coordenadas geográficas longitude 48°14'55''WGr e latitude 05°25'54''S; deste, segue confrontando com a Fazenda Serra Gl. I com azimuth verdadeiro e distância de 211°04'19'' e 979,96m, até o P4; deste, segue confrontando com o lote 4 desta Gleba com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 224°21'01'' e 309,59m; 199°22'27'' e 372,24m; 268°17'06'' e 240,48m, passando pelos pontos P5, P6 indo até o P7; deste, segue confrontando com a Fazenda Serra Gleba I, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 301°16'34'' e 99,94m; 211°20'12'' e 1.856,45m; 133°28'49'' e 2.450,71m, passando pelos pontos P8, P9 indo até o P10, situado na margem esquerda do Ribeirão Camarão; deste, segue pelo Ribeirão Camarão à montante, com a distância de 4.300,00m, confrontando com a Fazenda Serra Gl. J até o P11, de coordenadas geográficas longitude 48°16'07''WGr e latitude 05°30'06''S, situado na margem esquerda do Ribeirão Camarão; deste, segue confrontando com a Fazenda Serra Gl. J, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 325°56'03'' e 571,10m; 275°31'05'' e 300,75m; 298°26'12'' e 1.158,15m; 249°21'09'' e 179,93m, passando pelos pontos P12, P13, P14 indo até o P15; deste, segue confrontando com a Faz. Serra Gl. 2 com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 28°52'44'' e 382,51m; 04°51'16'' e 500,90m; 343°57'31'' e 168,93; 324°48'09'' e 759,22m; 343°33'51'' e 207,92; 313°36'42'' e 582,80m; 345°45'27'' e 308,85m; 72°25'12'' e 452,34m; 16°38'27'' e 270,25m, passando pelos pontos P16, P17, P18, P19, P20, P21, P22, P23, indo até o P24, situado na margem esquerda do Córrego Grande; deste, segue pelo Córrego Grande à jusante, com a distância de 1.000,00m, confrontando com a

Faz. Serra Gl. 2, até o P25, situado na margem esquerda do referido córrego; deste, segue confrontando com a Faz. Serra Gl. 2 com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 265°41'53" e 596,35m, 322°56'54" e 684,11m, passando pelo P26 indo até o P27 de coordenadas geográficas longitude 48°18'13"WGr e latitude 05°27'24"S; deste, segue confrontando com a Fazenda Serra Gl. 2, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 67°39'58" e 490,78m; 48°06'47" e 443,65m; 60°33'28" e 456,26m; 119°47'36" e 217,49m; 56°31'29" e 330,88m; 338°08'06" e 186,66m; 52°30'40" e 236,39m; 24°54'49" e 209,66m, passando pelos pontos P28, P29, P30, P31, P32, P33, P34, indo até o P35; deste, segue confrontando com o lote 5, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 31°37'55" e 505,07m; 74°24'56" e 378,62m; 41°40'12" e 1.017,22m; 318°33'17" e 283,57m, passando pelos pontos P36, P37, P38, indo até o P39; deste segue confrontando com o lote 1, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: 63°37'47" e 510,48m; 116°09'49" e 136,53m; 45°35'22" e 303,34m, passando pelos pontos P40, P41, indo até o P42; deste, segue confrontando com o lote 2 com o azimute verdadeiro e distância: 89°17'23" e 362,48m, até o P1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes de referência: planta municipal elaborada pela Master, escala 1:20.000 e planta topográfica da Fazenda Serra, escala 1:20.000, ano 1978 e certidão do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.196, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Independência», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Xinguara, Estado do Pará, compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Independência», com a área de 1.929,8062 ha (um mil, novecentos e vinte e nove hectares, oitenta ares e sessenta e dois centiares), situado no Município de Xinguara, Estado do Pará, e compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do MVII, de coordenadas arbitrárias E=448.431,11 e N=9.280.292,76, segue com azimute de 132°36'55" e distância de 5.542,41m, confrontando com terras de Eleutério Alcazas Martins, chega-se ao MVIII; deste, segue com azimute de 237°28'18" e distância de 3.702,24m, chega-se ao MIV; deste, segue com azimute de 55°50'31" e distância de 3.312,79m, chega-se ao MVII, ponto inicial desta descrição (fonte de referência: medição e demarcação topográfica).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) a área em produção explorada pelo proprietário; b) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; c) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolha da área correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado, sempre, o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 e legislação posterior que o alterou.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.197, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 380.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de CZ\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Receitas Diretamente Arrecadadas—Tesouro, pelo Ministério da Aeronáutica e classificadas como «Contribuição para o Ensino Aeroviário» e «Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

DECRETO Nº 95.198, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 580.501.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito suplementar de CZ\$ 580.501.000,00 (quinhentos e oitenta milhões e quinhentos e um mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.199, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor da Administração Direta, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor da Administração Direta, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem

milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.200, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 20.523.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 20.523.000,00 (vinte milhões, quinhentos e vinte e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87

DECRETO Nº 95.201, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 46.333.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 46.333.000,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e três mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito interna contratada pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.202, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos são oriundos do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.203, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.711.021.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.711.021.000,00 (um bilhão, setecentos e onze milhões e vinte e um mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.204, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.205, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor das entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e com o artigo 1º, item IV da Lei nº 7.616, de 14 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor das entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.206, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e da Superintendência de Companhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 361.865.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, e item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 361.865.000,00 (trezentos e sessenta e um milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes de operações de crédito externas contratadas entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.207, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.208, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 739.007.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 739.007.000,00 (setecentos e trinta e nove milhões e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.209, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 219.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 219.500.000,00 (duzentos e dezenove milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.210, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

combinado com o artigo 1º; item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Justiça, em favor do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.211, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 310.650.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 310.650.000,00 (trezentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.212, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, à Justiça Militar e à Justiça Eleitoral, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 439.177.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, à Justiça Militar e à Justiça Eleitoral, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 439.177.000,00 (quatrocentos e trinta e nove milhões e cento e setenta e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.213, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 692.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento — entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 692.000.000,00 (seiscentos e noventa e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.214, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, aos Poderes Legislativo e Judiciário, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 139.551.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Poderes Legislativo e Judiciário, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 139.551.000,00 (cento e trinta e nove milhões e quinhentos e cinquenta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 13-11-87 e retificados no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.215, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União -- Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União -- Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 13-11-87.

DECRETO Nº 95.216, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação imóvel situado em Sabará, MG.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 5º, alínea k, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e o que consta do Processo nº 40.000.002195/87-81, do Ministério da Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel de propriedade particular, localizado na Rua Borba Gato nº 71, Sabará, Estado de Minas Gerais, constituído de uma casa, em precário estado de conservação, de 2 (dois) pavimentos, com instalação de água e luz, com 7 (sete) cômodos no primeiro pavimento e 7 (sete) cômodos no segundo, com área construída de cerca de 480 m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), e seu respectivo terreno, com área de 825 m² (oitocentos e vinte e cinco metros quadrados), aproximadamente, divisando pela frente com a Rua Borba Gato, pelo lado direito com casa e terreno de José Raimundo dos Santos, pelo lado esquerdo com propriedade de José Raimundo Gomes e, pelos fundos, com propriedade de herdeiros de José Brochado Gomes.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo, pela sua importância histórica, será utilizado como dependência do Museu do Ouro, que tem sede em Sabará, MG.

Art. 2º Fica o Ministério da Cultura autorizado a promover a desapropriação prevista no artigo 1º deste decreto com recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de emissão provisória da posse, nos termos da lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Celso Furtado

DECRETO Nº 95.217, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Fundação Educacional União da Serra — Rádio Veranense de Veranópolis, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29102.000949/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 30 de janeiro de 1988, a concessão da Fundação Educacional União da Serra — Rádio Veranense de Veranópolis, outorgada através do Decreto nº 61.792, de 29 de novembro de 1967, para explorar, na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul, sem direitos de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, as quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.218, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para aprovar os Planos referentes às Zonas de Protecção de que trata o § 2º do Art. 44 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 — Código Brasileiro de Aeronáutica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V da Constituição, e tendo em vista as diretrizes estabelecidas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas alterações posteriores,

DECRETA :

Art. 1º É delegado competência ao Ministro da Aeronáutica, nos termos da legislação vigente, para aprovar os Plano Básico de Zona de Protecção de Aeródromos; Plano Básico de Zoneamento de Ruído; Plano Básico de Zona de Protecção de Helipontos e Plano de Zona de Protecção de Auxílios à Navegação Aérea, de que trata o § 2º do Art. 44, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

Art. 2º As medidas e especificações das restrições e demais exigências, para as áreas que compõem os Planos aos quais se refere este decreto, serão fixadas por ato do Ministro da Aeronáutica.

Art. 3º As administrações públicas deverão compatibilizar o Zoneamento do Uso do Solo, nas áreas vizinhas aos aeródromos, às restrições especiais, constantes dos Planos Básicos e Específicos.

Art. 4º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 95.219, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera Efetivos de Oficiais da Força Aérea Brasileira para 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o item III, do artigo 81, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei nº 6.837, de 29 de outubro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º O nº 2 do item I do artigo 1º do Decreto nº 93.862, de 23 de dezembro de 1986, passa a vigorar, na parte referente ao Quadro de Oficiais Médicos, com a seguinte alteração:

«2 — Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos

Postos Quadros	Cel.	Ten.Cel.	Maj.	Cap.	1º Ten.	2º Ten.	Total
Médicos	34	69	115	207	225	—	650
Vagas não distribuídas	23	44	—	182	194	215	658

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Octávio Júlio Moreira Lima

DECRETO Nº 95.220, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera dispositivo do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE) aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 77 do Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (RCORE) aprovado pelo Decreto nº 90.600, de 30 de novembro de 1984, com o acréscimo do § 2º e renumerando-se o parágrafo único para § 1º, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 77.

§ 1º Os Oficiais de que trata este artigo, que concluíram o ESH com aproveitamento, mas foram julgados inaptos para comandar Subunidade, têm assegurados, para todos os fins, os di-

reitos e prerrogativas concedidas àqueles que realizaram, com aproveitamento, o EIC previsto neste Regulamento.

§ 2º Estes Oficiais somente poderão ser matriculados em EHC, mediante o conceito favorável do respectivo Comandante.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 95.221, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

DECRETO Nº 95.222, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Conselho Nacional do Petróleo, o crédito suplementar de CZ\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas geradas pelas atividades de fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.223, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 5.364.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$

5.364.000,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Receitas Diretamente Arrecadadas — Tesouro, pelo Ministério do Exército e classificadas como «Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.224, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação Entidades supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 188.892.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 188.892.000,00 (cento e oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do produto de operação de crédito externa contratada pela União junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.225, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 5.740.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.226, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.032.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional da Produção Mineral, o crédito suplementar de CZ\$ 22.032.000,00 (vinte e dois milhões e trinta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas próprias do Órgão.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

*Luiz Carlos Bresser Pereira
Geraldo de Alencar*

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.227, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Justiça dos Territórios, o crédito suplementar de CZ\$ 45.100.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Distrito Federal, e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal — Justiça dos Territórios, o crédito suplementar de CZ\$ 45.100.000,00 (quarenta e cinco milhões e cem mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.228, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 95.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Escola de Administração Fazendária, o crédito suplementar de CZ\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.229, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 235.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.230, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das Rendas da Secretaria da Receita Federal de que trata o Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.231, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Fazenda e a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.924.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Fazenda e a Encargos Previdenciários da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fa-

zenda, o crédito suplementar de CZ\$ 2.450.924.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões, novecentos e vinte e quatro mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.232, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, em favor de diversos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, o crédito suplementar de CZ\$ 2.105.205.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto a diversos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário o crédito suplementar de CZ\$ 2.105.205.000,00 (dois bilhões, cento e cinco milhões e duzentos e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.233, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 537.992.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 537.992.000,00 (quinhentos e trinta e sete milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de Operações de Crédito Externas contratadas entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD e a Empresa AHB Carl Zeiss.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.234, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

Os anexos estão publicados no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.235, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 466.493.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida nos artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616 de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 466.493.000,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.236, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616 de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Geraldo de Alencar

O anexo está publicado no D.O. de 16-11-87.

DECRETO Nº 95.237, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 94.236, de 15 de abril de 1987, que transferiu o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA para o Ministério da Ciência e Tecnologia, transformando-o em órgão autônomo da Administração Direta e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, e parágrafo único, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 13 do Decreto nº 94.236, de 15 de abril de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 13. Fica o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia autorizado, até 31 de dezembro de 1987, a baixar atos relativos à estrutura organizacional provisória do INPA, para o que lhe são outorgados os seguintes poderes:

I — definir ou alterar estrutura, composição, competências, atribuições e ajustar o quantitativo das funções de confiança existentes às necessidades imediatas do órgão, bem como às correspondentes relações de supervisão e coordenação, respeitado o disposto nos Decretos nºs 94.665, de 23 de julho de 1987, e 94.667, de 23 de julho de 1987;

II — criar mecanismos ou instrumentos especiais, indispensáveis à efetivação do presente decreto.

§ 1º Os atos de natureza transitória praticados com base neste artigo terão vigência imediata, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 91.998, de 28 de novembro de 1985.

§ 2º O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia encaminhará ao GERAP proposta definitiva de reestruturação organizacional do MCT, até 31 de dezembro de 1987, para os fins do disposto no Decreto nº 93.212, de 3 de setembro de 1986.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Henrique da Silveira

DECRETO Nº 95.238, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos, São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000622/85-12 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências Contábeis, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Barretos, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.239, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Farmácia do Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo, em Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo

47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23016.001324/85-81 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Farmácia, com habilitação em Farmacêutico Bioquímico, a ser ministrado em Goiânia, Estado de Goiás, pelo Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo, mantido pela Sociedade Objetivo de Ensino Superior.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.240, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

*Autoriza o funcionamento do curso de
Letras da Faculdade de Letras de Fátima
do Sul, em Mato Grosso do Sul.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000788/85-67 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Letras, habilitações em Português e Inglês e respectivas Literaturas, a ser ministrado pela Faculdade de Letras de Fátima do Sul, mantida pela Sociedade Educacional Mato-grossense, com sede na cidade de Fátima do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.241, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, em São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000151/85-80 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, com habilitação em Comércio Exterior, a ser ministrado pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, mantida pelo Centro Hispano-Brasileiro de Cultura, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.242, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Tecnologia em Processamento de Dados, Barretos-SP.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000402/85-16 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pela Faculdade de Tecnologia em Processamento de Dados, mantida pela Associação Cultural e Educacional de Barretos, com sede na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.243, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 95.001, de 5 de outubro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que conta do Processo nº 27100.001805/87-97,

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º do Decreto nº 95.001, de 5 de outubro de 1987, passa a ter a seguinte redação:

«Art. 1º É outorgada à Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB concessão para captar até 6,00m³/s de água do rio Descoberto, com a finalidade de abastecer o Distrito Federal, ressalvados os direitos de terceiros».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 16 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.244, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública as instituições que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, nos termos do artigo 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, combinado com o artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961, as seguintes instituições:

Aldeias Cristãs SOS de Juiz de Fora, com sede na Rua Principal, 667, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 01.290/85);

Associação de Costura Meimei — «Acostumei», com sede na Rua Bernardino de Campos, 1616, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 27.784/86);

Associação de Pais e Amigos do Excepcional, com sede na Rua Tsunekishi Sakai, 136, na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 08.889/87);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua 2 de Novembro, s/nº, na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 08.496/86);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caratinga, com sede na Rua Raul Soares, 206, na cidade de Caratinga, Estado de Minas (Processo MJ nº 24.601/82);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Paissandú, 140, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 77.786/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva, com sede na Rua dos Pagagaios, s/nº, na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 22.243/84);

Associação de Pais e Amigos de Excepcionais do Maranhão, com sede na Rua Gonçalves Dias, 655, na cidade de Coarátá, Estado do Maranhão (Processo MJ nº 27.539/81);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma, com sede na Rua Imigrante de Luca, s/nº, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina (Processo MJ nº 78.927/77);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal, com sede na Avenida W/3 Sul, Quadra 508, Bloco «C», Salas 10 e 16, na cidade de Brasília, Distrito Federal (Processo PR nº 00.798/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal, com sede na Rua Xavier Ribeiro, s/nº, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 72.372/76);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca, com sede na Avenida D. Pedro I, na cidade de Franca, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 56.847/76);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Beltrão, com sede na Rua Niterói, 522, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná (Processo MJ nº 18.366/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Getúlio Vargas, com sede na Rua Marcelino Champagnat, 56, na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul (Processo MJ nº 31.273/79);

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibaiti, com sede na Avenida Dra. Fernandina A. Gentile, s/nº, na cidade de Ibaiti, Estado do Paraná (Processo MJ nº 40.093/78);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança, com sede na Rua Visconde de Guarapuava, s/nº, na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná (Processo MJ nº 10.894/87);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua Dr. Leocádio, 220, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná (Processo MJ nº 1.413/81);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pederneiras, com sede na Avenida Nossa Senhora Aparecida, L-1375, na cidade de Pederneiras, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 14.805/81);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Feliz, com sede na Avenida Armando Salles de Oliveira, 584, na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 18.486/85);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede na Rua «C», 398, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 7.521/87);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra, com sede na Rua Brasília, 155, na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 8.156/87);

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Sertãozinho, com sede na Rua José Sponchiado, 99, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 58.536/75);

Casa da Criança de Torrinha, com sede na Rua XV de Novembro, s/nº, na cidade de Torrinha, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 79.102/77);

Casa de São Vicente de Paulo, com sede na Rua São João, 792, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 63.333/73);

Centro de Reabilitação Neurológica Infantil, com sede na Rua Anízio Serrão de Carvalho, 3637, na cidade de Cacoal, Estado de Rondônia (Processo MJ nº 29.725/85);

Clube da Soda Hélio Brandão, com sede na Avenida Manoel Ribas, 1226, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (Processo MJ nº 77.998/77);

Creche Santa Clara de Assis, com sede na Praça Antonio Viol, 569, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 62.113/74);

Escola Profissional de São Vicente de Paulo, com sede na Praça Cônego Hernógenes, 37, na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais (Processo MJ nº 63.094/75);

Fraterno Auxílio Cristão, com sede na Rua Dezesseis, 701/711, na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 29.085/86);

Fundação Industrial para Menores — Fime, com sede na Rua Professor Zacarias, s/nº, na cidade de Pires do Rio, Estado de Goiás (Processo MJ nº 55.962/73);

Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil, com sede na Rua Voluntários de Sorocaba, 211, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 23.794/86);

Instituição Beneficente «Lar de Maria», com sede na Rua Carneiro Leão, 273, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 33.821/73);

Lar da Criança de Marília, com sede na Avenida Santo Antonio, 766, na cidade de Marília, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 18.995/85);

Lar São Vicente de Paulo, com sede na Rua Professor Pereira de Almeida, s/nº, na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 59.774/75);

Obra Social Cidade de Deus, com sede na Praça Eliseu, s/nº, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (Processo MJ nº 24.410/84);

Salão Comunitário Nossa Senhora Aparecida de Cajuru, com sede na Rua Paraná, na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 17.297/82);

Sociedade de Assistência aos Mendigos de Caruaru, com sede na Rua Raul Leoni, s/nº, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco (Processo MJ nº 56.861/74);

Solar Dr. Bezerra de Menezes, com sede na Praça Dr. Bezerra de Menezes, s/nº, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo (Processo MJ nº 63.780/74) e

Associação Provedora da Escola de Educação Familiar Rural de Castro, com sede na Rua Professora Maria Helvina Carneiro de Mello, s/nº, na cidade de Castro, Estado do Paraná (Processo MJ nº 78.858/77).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.245, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1987

Delega competência ao Ministro da Marinha para autorizar viagens de Almirantes à Antártica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso III da Constituição e, de conformidade com o disposto nos artigos 11, 12 e 174 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e considerando ser a Antártica, local onde não há soberania nacional formalmente reconhecida,

DECRETA:

Art. 1º É delegada competência ao Ministro da Marinha para autorizar viagens a serviço, de Almirantes, que integrem ou chefiem comitivas, à Antártica.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Henrique Saboia.

DECRETO Nº 95.246, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera os Objetivos, Características e Natureza do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que

dispõe o artigo 182 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 3.763, de 25 de outubro de 1941, e o Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica baixado com o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957,

DECRETA:

Art. 1º Os «Objetivos, Características e Natureza do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica», estabelecido pelo Decreto nº 82.962, de 29 de dezembro de 1978, e retificado pelo Decreto nº 84.441, de 29 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Objetivos, Características e Natureza do Plano»

1 — O presente Plano de Contas obedece à orientação para o controle do Serviço Público de Energia Elétrica do País, a cargo do órgão do Poder Concedente — DNAEE, e dá condições ao preparo direto das demonstrações de que trata a legislação societária vigente.

2 — O Plano oferece um «Elenco de Contas» que possibilita ao Concessionário tudo quanto preceitua a legislação comercial e fiscal do País, além da legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica e o já referido ordenamento jurídico-societário, sem fugir aos princípios fundamentais de contabilidade, contribuindo para o equilíbrio e a sanidade econômico-financeiros dos titulares de concessão atribuída pela União Federal.

3 — No Plano, a classificação das contas está dividida para atender ao:

- I — Sistema Patrimonial;
- II — Sistema Extrapatrimonial; e
- III — Sistema de Resultado.

Estes sistemas estão divididos em subsistemas, que, por sua vez, se subdividem em grupos e subgrupos, conforme segue:

I — Sistema Patrimonial

Subsistema: 1 — Ativo

Grupo: 11 — Ativo Circulante

Subgrupo: 111 — Disponibilidades

112 — Créditos, valores e bens realizáveis até 1 ano

113 — Despesas pagas antecipadamente até 1 ano

12 — Ativo realizável a longo prazo

121 — Créditos, valores e bens realizáveis após 1 ano

122 — Créditos derivados de negócios não usuais do concessionário

13 — Ativo permanente

131 — Investimentos

132 — Ativo imobilizado

133 — Ativo diferido

Subsistema: 2 — Passivo

Grupo: 21 — Passivo circulante

Subgrupo: 211 — Obrigações vencíveis até 1 ano

22 — Passivo exigível a longo prazo

221 — Obrigações vencíveis após 1 ano

23 — Resultados de exercícios futuros

231 — Receita recebida antecipadamente

24 — Patrimônio líquido

241 — Capital social

242 — Reservas de capital

243 — Reservas de reavaliação

244 — Reservas de lucros

245 — Recursos destinados a aumento de capital

248 — Lucros ou prejuízos acumulados

249 — (—) Ações próprias em tesouraria

Subsistema: 3 — Balanço

II — Sistema Extrapatrimonial

Subsistema: 4 — Contas do ativo

Grupo 41 — Compensação

Subgrupo: 411 — Direitos e bens próprios

412 — Direitos e bens de terceiros (contrapartida)

Subsistema: 5 — Contas do passivo

Grupo: 51 — Compensação

Subgrupo: 511 — Direitos e bens próprios (contrapartida)

512 — Direitos e bens de terceiros

III — Sistema de Resultado

Subsistema: 6 — Resultado do exercício antes do Imposto de Renda

Grupo: 61 — Rêdito Operacional

5 — A conta de 1º grau ou Conta, no seu conjunto, formará o Razão Geral ou Razão Sintético. As contas de 2º, 3º e 4º graus ou Subcontas, nos seus respectivos conjuntos, formarão o Razão Auxiliar ou Razão Analítico.

6 — O sistema de contabilização do Serviço Público de Energia Elétrica deverá obedecer às seguintes premissas:

a) os gastos relativos a investimentos, imobilizações, ativo diferido deverão, obrigatoriamente, transitar pelas contas de resultado, de forma a registrar o montante respectivo segundo a natureza desses gastos;

b) deverão ser provisionados os valores devidos ou a receber, de forma a cumprir-se o regime de competência mensal;

c) o ativo imobilizado em serviço deverá ser estruturado de forma a ter-se no grau superior a natureza de imobilização; no grau imediatamente seguinte a destinação funcional das instalações; e no grau inferior os itens que compõem as atividades funcionais;

d) a estrutura das contas de imobilizações em curso deverá atender a mesma sistemática prevista na letra c, ressalvado que deverá ser estabelecida em um grau abaixo daquela e de forma a possibilitar sua imobilização sem maiores dificuldades;

e) as contas do Resultado Operacional deverão manter estreito relacionamento com as contas do Ativo Permanente, sendo que o grau maior será sempre o da natureza de gasto;

f) as receitas e encargos financeiros e as atualizações monetárias deverão ser registrados no Sistema de Resultado, e sua eventual transferência para contas patrimoniais efetuar-se-á através de resgate na própria conta;

g) as compras, as imobilizações, as desativações, as despesas pré-operacionais, os serviços internos e para terceiros, as alienações, os estudos, e outros que venham a ser definidos, deverão ser acompanhados através de «Ordens em Curso», para as quais deverão ser estabelecidas, pelo órgão do Poder Concedente, as respectivas normas.

7 — O Concessionário que não estiver constituído sob a forma de sociedade por ações fará, na intitulação das contas de sua escrituração,

as adaptações de denominação que devam corresponder à nomenclatura de uma sociedade anônima, adotada neste Plano, submetendo ditas adaptações, previamente, à apreciação do órgão do Poder Concedente.

8 — A codificação de cadastro das ordens em curso, fornecedores, empregados, consumidores, sociedades coligadas e controladas ou controladora, instituições financeiras etc. — que serão controlados através de registro suplementar — deverá ser feita a partir da nona (9ª) posição. A codificação de unidades de cadastro, relativas ao controle patrimonial, poderá, a critério do Concessionário, ser controlada a nível complementar, também a partir da mesma posição.

9 — O Plano prevê, para fins de demonstrações contábeis, a possibilidade de junção, sob a denominação de conta-resumo, das contas de 1º grau que tenham igual codificação até o 4º dígito e que tenham seus títulos compostos de duas expressões, sendo a primeira parte comum a essas contas.

10 — As contas passivas (saldos credores), destinadas à retificação de contas ativas, foram relacionadas no subsistema 1 «Ativo» (ao invés de terem sido incluídas no elenco do subsistema 2 «Passivo», ao qual pertencem), assim como as contas ativas (saldos devedores) o foram no subsistema 2 «Passivo», para efeito de obtenção direta das informações objeto das demonstrações contábeis estabelecidas na Lei Societária vigente e na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

11 — O recebimento de recursos federais para a realização de investimentos em imobilizações em curso ou para a elaboração de estudos de projetos será considerado como autorização tácita, ensejando a contabilização segundo o disposto no presente Plano de Contas. Deverá, contudo, o Concessionário, cumprir, junto ao órgão do Poder Concedente, todas as formalidades exigidas para cada situação.

12 — As alterações no Plano de Contas, desde que não impliquem em mudanças de filosofia ou dos «Objetivos, Características e Natureza do Plano», são de competência do órgão do Poder Concedente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Regulamenta a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

CAPITULO I

Dos Beneficiários e do Benefício do Vale-Transporte

Art. 1º São beneficiários do Vale-Transporte, nos termos da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.619, de 30 de setembro de 1987, os trabalhadores em geral e os servidores públicos federais, tais como:

I — os empregados, assim definidos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho;

II — os empregados domésticos, assim definidos na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

III — os trabalhadores de empresas de trabalho temporário, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

IV — os empregados a domicílio, para os deslocamentos indispensáveis à prestação do trabalho, percepção de salários e os necessários ao desenvolvimento das relações com o empregador;

V — os empregados do subempreiteiro, em relação a este e ao empreiteiro principal, nos termos do art. 455 da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI — os atletas profissionais de que trata a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976;

VII — os servidores da União, do Distrito Federal, dos Territórios e suas autarquias, qualquer que seja o regime jurídico, a forma de remuneração e da prestação de serviços.

Parágrafo único. Para efeito deste decreto, adotar-se-á a denominação beneficiário para identificar qualquer uma das categorias mencionadas nos diversos incisos deste artigo.

Art. 2º O Vale-Transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Parágrafo único. Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Art. 3º O Vale-Transporte é utilizável em todas as formas de transporte coletivo público urbano ou, ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo os serviços seletivos e os especiais.

Art. 4º Está exonerado da obrigatoriedade do Vale-Transporte o empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento, residência-trabalho e vice-versa, de seus trabalhadores.

Parágrafo único. Caso o empregador forneça ao beneficiário transporte próprio ou fretado que não cubra integralmente os deslocamentos deste, o Vale-Transporte deverá ser aplicado para os segmentos da viagem não abrangidos pelo referido transporte.

Art. 5º É vedado ao empregador substituir o Vale-Transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. No caso de falta ou insuficiência de estoque de Vale-Transporte, necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido pelo empregador, na folha de pagamento imediata, da parcela correspondente, quando tiver efetuado, por conta própria, a despesa para seu deslocamento.

Art. 6º O Vale-Transporte, no que se refere à contribuição do empregador:

I — não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II — não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III — não é considerado para efeito de pagamento da Gratificação de Natal (Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e art. 7º do Decreto-lei nº 2.310, de 22 de dezembro de 1986);

IV — não configura rendimento tributável do beneficiário.

CAPÍTULO II

Do Exercício do Direito do Vale-Transporte

Art. 7º Para o exercício do direito de receber o Vale-Transporte o empregado informará ao empregador, por escrito:

I — seu endereço residencial;

II — os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1º A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos itens I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º O benefício firmará compromisso de utilizar o Vale-Transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º A declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave.

Art. 8º É vedada a acumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 4º deste decreto.

Art. 9º O Vale-Transporte será custeado:

I — pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II — pelo empregador, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Parágrafo único. A concessão do Vale-Transporte autorizará o empregador a descontar, mensalmente, do beneficiário que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o item I deste artigo.

Art. 10. O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião do seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.

Art. 11. No caso em que a despesa com o deslocamento do beneficiário for inferior a 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento, o empregado poderá optar pelo recebimento antecipado do Vale-Transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento do respectivo salário ou vencimento.

Art. 12. A base de cálculo para determinação da parcela a cargo do beneficiário será:

I — o salário básico ou vencimento mencionado no item I do art. 9º deste decreto; e

II — o montante percebido no período, para os trabalhadores remunerados por tarefa ou serviço feito ou quando se tratar de remuneração constituída exclusivamente de comissões, percentagens, gratificações, gorjetas ou equivalentes.

CAPÍTULO III

Da Operacionalização do Vale-Transporte

Art. 13. O poder concedente ou órgão de gerência com jurisdição sobre os serviços de transporte coletivo urbano, respeitada a lei federal, expedirá normas complementares para operacionalização do sistema do Vale-Transporte, acompanhada seu funcionamento e efetuando o respectivo controle.

Art. 14. A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e comercializar o Vale-Transporte ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

§ 1º A emissão e a comercialização do Vale-Transporte poderão também ser efetuadas pelo órgão de gerência ou pelo poder concedente, quando este tiver a competência legal para emissão de passes.

§ 2º Na hipótese do parágrafo precedente, é vedada a emissão e comercialização de Vale-Transporte simultaneamente pelo poder concedente e pelo órgão de gerência.

§ 3º A delegação ou transferência da atribuição de emitir e comercializar o Vale-Transporte não elide a proibição de repassar os custos respectivos para a tarifa dos serviços.

Art. 15. Havendo delegação da emissão e comercialização de Vale-Transporte, ou constituição de consórcio, as empresas operadoras submeterão os respectivos instrumentos ao poder concedente ou órgão de gerência para homologação dos procedimentos instituídos.

Art. 16. Nas hipóteses do artigo anterior, as empresas operadoras permanecerão solidariamente responsáveis com a pessoa jurídica delegada ou pelos atos do consórcio, em razão de eventuais faltas ou falhas no serviço.

Art. 17. O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte deverá manter estoques compatíveis com os níveis de demanda.

Art. 18. A comercialização do Vale-Transporte dar-se-á em centrais ou postos de venda estrategicamente distribuídos na cidade onde serão utilizados.

Parágrafo único. Nos casos em que o sistema local de transporte público for operado por diversas empresas ou por meios diferentes, com ou sem integração, os postos de vendas referidos neste artigo deverão comercializar todos os tipos de Vale-Transporte.

Art. 19. A concessão do benefício obriga o empregador a adquirir Vale-Transporte em quantidade e tipo de serviço que melhor se adequar ao deslocamento do beneficiário.

Parágrafo único. A aquisição será feita antecipadamente e à vista, proibidos quaisquer descontos e limitada à quantidade estritamente necessária ao atendimento dos beneficiários.

Art. 20. Para cálculo do valor do Vale-Transporte, será adotada a tarifa integral, relativa ao deslocamento do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, mesmo que a legislação local preveja descontos.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, não são consideradas desconto as reduções tarifárias decorrentes de integração de serviços.

Art. 21. A venda do Vale-Transporte será comprovada mediante recibo sequencialmente numerado, emitido pela vendedora em duas vias, uma das quais ficará com a compradora, contendo:

I — o período a que se referem;

II — a quantidade de Vale-Transporte vendida e de beneficiários a quem se destina;

III — o nome, endereço e número de inscrição da compradora no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda — CGCMF.

Art. 22. O Vale-Transporte poderá ser emitido conforme as peculiaridades e as conveniências locais, para utilização por:

I — linha;

II — empresa;

III — sistema;

IV — outros níveis recomendados pela experiência local.

Art. 23. O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte poderá adotar a forma que melhor lhe convier à segurança e facilidade de distribuição.

Parágrafo único. O Vale-Transporte poderá ser emitido na forma de bilhetes simples ou múltiplos, talões, cartelas, fichas ou quaisquer processos similares.

Art. 24. Quando o Vale-Transporte for emitido para utilização num sistema determinado de transporte ou para valer entre duas ou mais operadoras, será de aceitação compulsória, nos termos de acordo a ser previamente firmado.

§ 1º O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte pagará às empresas operadoras os respectivos créditos no prazo de 24 horas, facultado às partes pactuar prazo maior.

§ 2º O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte deverá apresentar, mensalmente, demonstrativos financeiros dessa atividade, ao órgão de gerência que observará o disposto no art. 28.

Art. 25. As empresas operadoras são obrigadas a manter permanentemente um sistema de registro e controle do número de Vale-Transporte emitido, comercializado e utilizado, ainda que a atividade seja exercida por delegação ou por intermédio de consórcio.

Art. 26. No caso de alteração na tarifa de serviços, o Vale-Transporte poderá:

I - ser utilizado pelo beneficiário, dentro do prazo a ser fixado pelo poder concedente; e

II - ser trocado, sem ônus, pelo empregador, no prazo de trinta dias, contados da data em que a tarifa sofrer alteração.

CAPÍTULO IV

Dos Poderes Concedentes e Órgãos de Gerência

Art. 27. O poder concedente ou órgão de gerência, na área de sua jurisdição, definirá:

I - o transporte intermunicipal ou interestadual como características semelhantes ao urbano;

II - os serviços seletivos e os especiais.

Art. 28. O poder concedente ou órgão de gerência fornecerá, mensalmente, ao órgão federal competente informações estatísticas que permitam avaliação nacional, em caráter permanente, da utilização do Vale-Transporte.

Art. 29. As operadoras informarão, mensalmente, nos termos exigidos pelas normas locais, o volume de Vale-Transporte emitido, comercializado e utilizado, a fim de permitir a avaliação local do sistema, além de outros dados que venham a ser julgados convenientes a esse objetivo.

Art. 30. Nos atos de concessão, permissão ou autorização serão previstas sanções às empresas operadoras que emitirem ou comercializarem o Vale-Transporte diretamente, por meio de delegação ou consórcio, em quantidade insuficiente ao atendimento da demanda.

Parágrafo único. As sanções serão estabelecidas em valor proporcional às quantidades solicitadas e não fornecidas, agravando-se em, caso de reincidência.

CAPÍTULO V

Dos Incentivos Fiscais

Art. 31. O valor efetivamente pago e comprovado pelo empregador, pessoa jurídica, na aquisição de Vale-Transporte, poderá ser deduzido como despesa operacional, na determinação do lucro real, no período-base de competência da despesa.

Art. 32. Sem prejuízo da dedução prevista no artigo anterior, a pessoa jurídica empregadora poderá deduzir do Imposto de Renda devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre o montante das despesas comprovadamente realizadas, no período-base, na concessão do Vale-Transporte.

Parágrafo único. A dedução a que se refere este artigo, em conjunto com as de que tratam as Leis nº 6.297, de 15 de dezembro de 1975, e nº 6.321, de 14 de abril de 1976, não poderá reduzir o imposto devido em mais de 10% (dez por cento), observado o que dispõe o § 3º do art. 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos dois exercícios subseqüentes.

Art. 33. Ficam assegurados os benefícios de que trata este decreto ao empregador que, por meios próprios ou contratados com terceiros, proporcionar aos seus trabalhadores o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, em veículos adequados ao transporte coletivo, inclusive em caso de complementação do Vale-Transporte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica nas contratações de transporte diretamente com empregados, servidores, diretores, administradores e pessoas ligadas ao empregador.

Art. 34. A pessoa jurídica empregadora deverá registrar em contas específicas que possibilitem determinar, com clareza e exatidão em sua contabilidade, as despesas efetivamente realizadas na aquisição do Vale-Transporte ou, na hipótese do artigo anterior, os dispêndios e encargos com o transporte do beneficiário, tais como aquisição de combustível, manutenção, reparos e depreciação dos veículos próprios, destinados exclusivamente ao transporte dos empregados, bem assim os gastos com as empresas contratadas para esse fim.

Parágrafo único. A parcela de custo, equivalente a 6% (seis por cento) do salário básico do empregado, que venha a-ser recuperada pelo empregador, deverá ser deduzida do montante das despesas efetuadas no período-base, mediante lançamento a crédito das contas que registrem o montante dos custos relativos ao benefício concedido.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 35. Os atos de concessão, permissão e autorização vigentes serão revistos para cumprimento do disposto no art. 30 deste regulamento.

Art. 36. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 92.180, de 19 de dezembro de 1985.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Prisco Viana

DECRETO Nº 95.248, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda São Caetano», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda São Caetano», com a área de 1.140,0000 ha (um mil, cento e quarenta hectares), situado no Município de Xique-Xique, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no P 1, de coordenadas geográficas longitude 41º54'55"WGr e latitude 10º40'20"S, situado na divisa com terras de Nilton Lola Dourado; deste, segue confrontando com Nilton Lola Dourado, com o seguinte azimute e distância: 102º30'00" e 3.900,00m, até o P 2, situado na divisa das terras de Nilton Lola Dourado e terras de Marciano e outro; deste, segue confrontando com Marciano e outro, no seguinte azimute e distância: 183º15'00" e 4.100,00m, até o P 3, situado na divisa das terras de Marciano e outro e terras de Helder Dourado Moitinho; deste, segue confrontando com Helder Dourado Moitinho, com o seguinte azimute e distância: 295º30'00" e

2.650,00m, até o P 4, situado na divisa das terras de Hildemar Dourado Moitinho e terras de Nilton Lola Dourado; deste, segue confrontando com Nilton Lola Dourado, com o seguinte azimuth e distância: 342°00'00" e 4.000,00m, até o P 1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: carta do IBGE — folha SC-24-Y-A-IV, escala: 1:100.000, ano 1975 e levantamento do Projeto Xique-Xique).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.249, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação o imóvel rural denominado "Pedra Preta", classificado como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, no Estado do Maranhão, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Pedra Preta", com a área de 30.954,9974ha (trinta mil, novecentos e cinquenta e quatro hectares, noventa e nove ares e setenta e quatro centiares), situado nos Municípios de Lago da Pedra e Paulo Ramos, no Estado do Maranhão, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.619, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área, junto ao Ponto 0, de coordenadas geográficas longitude 45°25'48" e latitude 04°40'31"S, situado à margem do Rio Grajaú; deste, segue pelo referido rio e margem, e por ele acima com uma distância de 10.500m, até o Ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 45°28'02"WGr e latitude 04°44'51"S, situado à margem esquerda do Rio Grajaú; deste, segue limitando com terras de Francisco de Assis Melo, com azimute magnético de 335°00' e distância de 3.110m, até o Ponto 2; deste, segue limitando com terras de Francisco de Assis Melo com azimute magnético de 260°09' e distância de 574m, até o Ponto 3; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva com azimute magnético de 17°33' e distância de 3.860m, até o Ponto 4; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 03°30' e distância de 2.580m, até o Ponto 5; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 274°30' e distância de 5.430m, até o Ponto 6; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 251°19' e distância de 976m, até o Ponto 7; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 155°20' e distância de 5.050m, até o Ponto 8; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 214°30' e distância de 1.250m, até o Ponto 9; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 166°30' e distância de 2.700m, até o Ponto 10; deste, segue limitando com terras de José Antônio da Silva, com azimute magnético de 154°00' e distância de 2.670m, até o Ponto 11; de coordenadas geográficas longitude 45°29'42"WGr e latitude 04°46'22"S, situado à margem esquerda do Rio Grajaú; deste, segue pelo referido rio e margem e por ele acima com uma distância de 5.500m, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas longitude 45°31'57"WGr e latitude 04°47'09"S, situado na margem esquerda do Rio Grajaú; deste, segue limitando com terras de César Augusto Canto, com azimute magnético de 320°25' e distância de 275m, até o Ponto 13; deste, segue limitando com terras de César Augusto Canto, Pedro Catingueiro e Antônio Suterro Torres, com azimute magnético de 351°30' e distância de 15.130m, até o Ponto 14; deste, segue li-

mitando com terras de Antônio Suter Torres, com azimute magnético de $253^{\circ}30'$ e distância de 1.300m, até o Ponto 15; deste, segue limitando com terras de Antônio Suter Torres com azimute magnético de $326^{\circ}00'$ e distância de 780m, até o Ponto 16; deste, segue limitando com terras de Antônio Suter Torres, com azimute magnético de $248^{\circ}34'$ e distância de 2.980m, até o Ponto 17; deste, segue limitando com terras de Manuel da Silva, com azimute magnético de $302^{\circ}30'$, e distância de 1.540m, atravessando a estrada carroçável que liga o Povoado do Ingarana, até o Ponto 18; deste, segue limitando com terras de Manuel da Silva, com azimute magnético de $358^{\circ}00'$ e distância de 1.241m, até o Ponto 19; deste, segue limitando com terras de Manuel da Silva, com azimute magnético de $335^{\circ}28'$ e distância de 3.750m, até o Ponto 20; deste, segue limitando com terras de Manuel da Silva, com azimute magnético de $253^{\circ}00'$ e distância de 2.530m, até o Ponto 21; deste, segue limitando com terras de Francisco Pereira Dória e Moisés Pereira de Sousa, com azimute magnético de $346^{\circ}45'$ e distância de 2.800m, até o Ponto 22; deste, segue limitando com terras de Francisco Alves de Sousa e Raimundo Pereira da Silva, com azimute magnético de $42^{\circ}30'$ e distância de 8.120m, até o Ponto 23; deste, segue limitando com terras de José Pires Collins e Miguel Romão da Silva, com azimute magnético de $38^{\circ}30'$ e distância de 5.900m, atravessando a estrada carroçável que liga o Povoado Arame, até o Ponto 24; deste, segue limitando com terras de Miguel Romão da Silva, com azimute magnético de $103^{\circ}30'$ e distância de 1.150m, até o Ponto 25; deste, segue limitando com terras de Miguel Romão da Silva, com azimute magnético de $132^{\circ}00'$ e distância de 650m, até o Ponto 26; deste, segue limitando com terras de Miguel Romão da Silva, com azimute magnético de $110^{\circ}30'$ e distância de 1.600m, até o Ponto 27; deste, segue limitando com terras de Ocel Ramos Cavalcanti e José Henrique, com azimute magnético de $172^{\circ}39'$ e distância de 7.200m, até o Ponto 28; deste, segue limitando com terras de José Henrique, Miguel de Jesus Reis de Ataíde e Eliseu Batista, com o rumo magnético de $162^{\circ}30'$ e distância de 7.270m, até o Ponto 29; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute Magnético de $263^{\circ}30'$ e distância de 578m, atravessando a estrada que liga o Povoado Arame, até o Ponto 30; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de $169^{\circ}43'$ e distância de 386m, até o Ponto 31; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de $81^{\circ}30'$ e distância de 582m, atravessando a estrada que liga o Povoado Arame, até o Ponto 32; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de $171^{\circ}12'$ e distância de 637m, até o Ponto 33; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista com azimute magnético de $56^{\circ}30'$ e distância de 860m, até o Ponto 34; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de $126^{\circ}30'$ e distância de 2.060m, até o Ponto 35; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de $36^{\circ}39'$ e distância de 1.597m, até o Ponto 36; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute

magnético de 118°27' e distância de 425m, até o Ponto 37; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 23°00' e distância de 354m, até o Ponto 38; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 335°42' e distância de 384m, até o Ponto 39; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 28°30' e distância de 451m, até o Ponto 40; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 128°57' e distância de 865m, até o Ponto 41; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 94°00' e distância de 2.320m, até o Ponto 42; deste, segue limitando com terras de Eliseu Batista, com azimute magnético de 161°00' e distância de 8.100m, até o Ponto 43; deste, segue limitando com terras de José dos Santos Lima, com azimute magnético de 78°00' e distância de 700m, até o Ponto 44; deste, segue limitando com terras de José dos Santos Lima, com azimute magnético de 126°36' e distância de 1.500m, até o Ponto 0, início da descrição do perímetro (fontes de referência: folhas SB,23-V-B, Radambrasil (Vitorino Freire), escala 1:250.000, ano 1973, plotagem em campo, planta do proprietário e mapa do Estado).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; e b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º E facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua de 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), a ser destacada do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nº 554, de 25 de abril de 1969 e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.250, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Boa Esperança — Lotes 14 e 15 do Loteamento Pontão", classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Araguatins, Estado de Goiás, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda Boa Esperança — Lotes 14 e 15 do Loteamento Pontão", com a área de 2.715 ha (dois mil, setecentos e quinze hectares), situado no Município de Araguatins, no Estado de Goiás, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.690, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro da área no M 1, cravado na confrontação do loteamento Praia Chata e lote 9, de coordenadas geográficas longitude 48°29'48"WGR e latitude 05°19'51"S; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 9, no rumo verdadeiro de 25°00'SE e distância de 3.700,00m, até o M 2, cravado na margem direita do Córrego Peroha; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 10, no rumo verdadeiro de 25°00'SE e distância de 2.300,00m, até o M 3, de coordenadas geográficas longitude 48°28'15"WGR e latitude 05°22'41"S; deste, segue por linha seca, confrontando com o lote 12, no rumo verdadeiro de 85°00'NW e distância de 2.550,00m, até o M 4, cravado na margem esquerda de uma vertente sem denominação; deste, segue por uma linha seca, confrontando com o lote 13, no rumo verdadeiro de 85°00'NW e distância de 850,00m, até o M 5; deste, segue por linha seca, confrontando com o loteamento Pontão, nos seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 85°00'NW — 2.650,00m; 45°00'NW — 1.150,00m, pas-

sando pelo M 6, até o M 7, cravado na margem direita do Córrego Jacu; deste, segue pelo Córrego Jacu, à montante numa distância de 1.600,00m, confrontando com o lote 16, até encontrar a confluência de uma vertente sem denominação, de coordenadas geográficas longitude 48°32'12"WGr e latitude 05°21'16"S; desta, segue pela referida vertente, à montante, numa distância de 1.700,00m, confrontando com o lote 16, até o M 8, cravado em sua margem direita; deste, segue por linhas secas, divisa com o loteamento Praia Chata, nos seguintes rumos verdadeiros e distâncias: 35°00'SE — 150,00m; 65°00'NE — 3.500,00m, passando pelo M 9, até encontrar o ponto inicial da descrição deste perímetro (fontes: cartas DSG SB-22-X-D.II, SB-X-D-III, na escala 1:100.000, ano 1983, planta do imóvel na escala de 1:50.000, fornecida pelo GETAT e certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e legislação posterior que o alterou.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.251, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Menina Moça IV", classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado "Fazenda Menina Moça IV", com área de 3.596,0000ha (três mil quinhentos e noventa e seis hectares), situado no Município de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 02 de maio de 1986.

Parágrafo único O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M 1, de coordenadas geográficas 49°24'32"WGr e 08°19'50"Sul, situado nas confrontações do Lote 39 - Carlos Roberto Jacob e Lote 38; deste, segue confrontando com o referido Lote 38, com o seguinte rumo e distância: 35°00'SE e 3.000m (três mil metros), até o marco M 2, de coordenadas geográficas 49°23'17"WGr e 08°20'52"Sul, 55°00'SW e 1.500m (um mil e quinhentos metros), até o marco M 3, de coordenadas geográficas 49°23'49"WGr e 08°21'31"Sul; 35°00'SE e 3.600m (três mil e seiscentos metros), até o marco M 4, de coordenadas geográficas 49°22'18"WGr e 08°22'47"Sul, cravado nas confrontações do Lote 37 e João Bosco Benedini Lote 33; deste, segue confrontando com referido João Bosco Benedini Lote 33, e Antonio Fernandes Alves Feitosa Lote 31, com o seguinte rumo e distância: 55°00'SW e 6.600m (seis mil e seiscentos metros), até o marco M 5, de coordenadas geográficas 49°24'34"WGr e 08°25'34"Sul, cravado na confrontação do Lote 22; deste, segue confrontando com referido Lote 22, com o seguinte rumo e distância: 35°00'NW e 4.767,34m (quatro mil, setecentos e sessenta e sete metros e trinta e quatro centímetros), até o marco M 6, de coordenadas geográficas 49°26'34"WGr e 08°23'54"Sul, cravado na confrontação da Colônia do Getat (Bento Benedini); deste, segue confrontando com a referida Colônia do Getat (Bento Benedini), com o seguinte rumo e distância: 55°00'NE e 6.600m (seis mil e seiscentos

tos metros), até o marco M 7, de coordenadas geográficas 49°24'18''WGr e 08°21'06''Sul; 35°00'NW e 1.834m (um mil, oitocentos e trinta e quatro metros), até o marco M 0, de coordenadas geográficas 49°25'05'' e 08°20'28''Sul, cravado nas confrontações dos Lotes 28 e Carlos Roberto Jacob — Lote 39; deste, segue confrontando com referido Carlos Roberto Jacob — Lote 39, com o seguinte rumo e distância: 55°00'NE e 1.500m (um mil e quinhentos metros), até o marco M 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) a área em produção explorada pelo proprietário; b) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; c) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado, sempre, o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e no Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e legislação posterior que o alterou.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.252, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Inclui localidade na Tabela de Fatores de Conversão, anexa ao Decreto nº 71.783, de 18 de janeiro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, com a alteração do Decreto nº 75.430, de 27 de fevereiro de 1975, e fixa Fator de Conversão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída na Tabela de Fatores de Conversão constante do Anexo II ao Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto nº 75.430, de 27 de fevereiro de 1975, a Região Antártica.

Art. 2º É fixado em 26 o Fator de Conversão correspondente à Região Antártica.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1988.

Brasília, 18 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

Luiz Carlos Bresser Pereira

Paulo Roberto Coutinho Camarinha

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.253, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 5 de agosto de 1987, em Montevidéu, o Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1),

DECRETA:

Art. 1º O Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período

1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo n.º 1), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2.º O Protocolo apenso entrou em vigor em 1.º de janeiro de 1987 e terá vigência até 31 de dezembro de 1999, podendo ser prorrogado automaticamente por períodos sucessivos de dez anos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

— — —
O Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 19-11-87.

DECRETO Nº 95.254, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na Rua Conceição, nº 150, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 15.ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos artigos 5.º, letra h, e 6.º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11.790, de 1987, do Ministério da Justiça,

DECRETA :

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel situado na Rua Conceição nº 150, esquina com a rua Dr. Quirino e com saída para a Rua Ferreira Penteado, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, composto de subsolo, loja, sobreloja e do primeiro ao sexto andares, com área construída de 11.340,43m² (onze mil trezentos e quarenta vírgula quarenta e três metros quadrados) sobre terreno de 1.919,78m² (um mil novecentos e dezenove vírgula setenta e oito metros quadrados), objeto dos Registros nºs 3 (três) e 4 (quatro) na Matrícula nº 41.324 (quarenta e um mil trezentos e vinte e qua-

tro), do 1º Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Campinas, São Paulo.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à sede do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imediata imissão provisória de posse da parte ainda não ocupada do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.255, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Revoga o artigo 5º do Decreto nº 90.928, de 7 de fevereiro de 1985.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o artigo 5º do Decreto nº 90.928, de 7 de fevereiro de 1985.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Aluizio Alves

DECRETO Nº 95.256, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 95.077, de 22 de outubro de 1987, que regulamentou a transposição dos servidores alcançados pelo Decreto-lei nº 2.347, de 23 de julho de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 95.077, de 22 de outubro de 1987, passa a vigorar com as seguintes alterações:

«Art. 2º
.....»

§ 5º Na hipótese de os servidores de que trata este decreto estarem percebendo remuneração superior à resultante da classificação, ser-lhes-ão asseguradas diferenças individuais, como vantagem pessoal nominalmente identificável, sobre a qual incidirão os reajustamentos gerais de vencimentos e salários.

Art. 3º Não poderão concorrer à transposição de que trata este decreto os ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança, observado o disposto no art. 2º.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aníbal Teixeira de Souza

Aluizio Alves

DECRETO Nº 95.257, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29106.000436/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 8 de novembro de 1987, a concessão da Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda., outorgada através da Portaria nº 1.169, de 31 de outubro de 1977, para explorar, na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.258, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29109.000159/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 20 de setembro de 1987, a concessão da Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.230, de 25 de agosto de 1977, para explorar, na cidade de Cristalina, Estado de Goiás, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulati-

vamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.259, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Porto Feliz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29106.000308/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 19 de setembro de 1987, a concessão da Rádio Porto Feliz Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.899, de 30 de junho de 1977, para explorar, na cidade de Mondaí, Estado de Santa Catarina, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.260, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Montes Claros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000384/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 21 de novembro de 1987, a concessão da Rádio Educadora de Montes Claros Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.573, de 17 de outubro de 1977, para explorar, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir de 21 de novembro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.261, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora Marechal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000470/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 11 de agosto de 1987, a concessão da Rádio Educadora Marechal Ltda., outorgada através da Portaria nº 785, de 4 de agosto de 1977, para explorar, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.262, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 20-11-87.

DECRETO Nº 95.263, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o Crédito suplementar de CZ\$ 15.742.323.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 15.742.323.000,00 (quinze bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, trezentos e vinte e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.264, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da receita de Comercialização de Produtos Agropecuários, em conformidade com o que prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas da atividade indicada no Anexo I ficam ajustados na forma do Anexo II deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Brosser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.265, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.266, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 720.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.267, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.126.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.126.600.000,00 (um bilhão, cento e vinte e seis milhões e seiscentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, prevista para o corrente exercício, de acordo com o art. 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.268, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral e de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor da Secretaria-Geral e de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.269, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$ 572.989.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Aeronáutica e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$ 572.989.000,00 (quinhentos e setenta e dois milhões, novecentos e oitenta e nove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉS SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRÉTO Nº 95.270, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 79.955.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 79.955.000,00 (setenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III e 3º, da Lei nº 7.602, de

19 de maio de 1987, e artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.271, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 44.200.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 44.200.000,00 (quarenta e quatro milhões e duzentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.272, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 385.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 385.000.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.273, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 10.181.269.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 10.181.269.000,00 (dez bilhões, cento e oitenta e um milhões e duzentos e sessenta e nove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item I, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-11-87.

DECRETO Nº 95.274, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Itacutiara, Brejinho e Brejo Grande», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Barra, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Itacutiara, Brejinho e Brejo Grande», com área contígua, to-

talizando 31.172,9100ha (trinta e um mil, cento e setenta e dois hectares e noventa e um ares), situado no Município de Barra, Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 43°14'35''WGr e latitude 11°24'48''S, situado na margem esquerda do Rio São Francisco; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Simões, com azimute de 266°07' e distância de 1.820m, até o limite da faixa de domínio da BA-443; daí, segue com o mesmo azimute e distância de 3.400m, até o ponto 2, situado sob a linha de telegrafo, na divisa da Fazenda Simões; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Simões, com azimute de 287°44' e distância de 24.936m, até o ponto 3, situado na divisa da Fazenda Simões e Fazenda Fumaça; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Fumaça, com azimute de 359°18' e distância de 3.310m, até o ponto 4, situado na divisa da Fazenda Fumaça e Fazenda Murici; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Murici, com azimute de 81°00' e distância de 18.028m, até a linha de telegrafo; daí, segue com o mesmo azimute e distância de 4.700m, até o ponto 5, situado na divisa da Fazenda Murici e Fazenda Moirões; deste, segue por linha seca, confrontando com a Fazenda Moirões, com azimute de 113°53' e distância de 8.320m, até o limite da faixa de domínio da BA-443; daí, segue com o mesmo azimute e distância de 5.103m, até o ponto 6, situado na divisa da Fazenda Moirões e margem esquerda do Rio São Francisco; deste, segue pela margem esquerda, à montante do Rio São Francisco, com uma distância de 10.220m, até o ponto 1, início da descrição do perímetro. Da área descrita foi abatida a área da BA-443, de 60.7500ha, restando a área líquida de 31.172,9100ha (fontes de referência: carta da Sudene/Suvale, folha SC.23-Z-C-III e carta da DSG, folha SC.23-Z-D-I, escala 1:100.000, ano 1970).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares) do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico de Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.275, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, áreas de terras e benfeitorias, necessárias à execução do programa Projeto Tabuleiros Litorâneos, na região do Baixo Parnaíba, no Estado do Piauí, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e nos termos do disposto pelo art. 5º, letra p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e art. 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, bem assim a constituição de servidões, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, áreas de terras e benfeitorias no total de, aproximadamente, 2.340ha (dois mil e trezentos e quarenta hectares), necessárias à execução do programa denominado Projeto Tabuleiros Litorâneos, constituídas pelo polígono, a seguir descrito e assinalado na carta topográfica escala 1:100.000, de Codificação SA-24-Y-C-1 (cocal), compreendendo parte do Município de Parnaíba, no Estado do Piauí, definido por suas coordenadas do sistema UTM (fuso nº 24, com meridiano central de longitude de 39º), assim caracterizado: partindo-se do ponto M-1 de coordenadas E = 188.000 e N = 9.668.000, segue com rumo Sul e distância de 6.000 metros, chega-se ao ponto M-2, de coordenadas E = 188.000 e N = 9.662.000; deste ponto segue com rumo Oeste e distância de 2.000 metros, chega-se ao ponto M-3, de coordenadas E = 186.000 e N = 9.662.000; deste ponto segue com rumo Oeste e distância de 4.400 metros, chega-se no ponto M-4, de coordenadas E = 181.600 e N = 9.662.000, localizado na margem direita do Rio Parnaíba; deste ponto seguindo o Rio Parnaíba pela margem direita, com rumo Nordeste chega-se ao ponto M-5 de coordenadas E = 186.600 e N = 9.668.000, finalmente fecha-se o polígono com

rumo Leste e distância de 1.400 metros até o ponto M-1, cujas coordenadas foram definidas inicialmente.

Art. 2º Excluem-se da declaração constante do art. 1º deste decreto as terras e benfeitorias de propriedade da União e do Estado do Piauí, existentes na área atingida pela desapropriação.

Art. 3º Ficam preservadas, e também excluídas do processo expropriatório, as áreas situadas no polígono descrito no art. 1º deste decreto, objeto dos projetos de natureza industrial e agropecuários, expressamente caracterizados como de interesse da Sudene e dos projetos para exploração de jazidas, já aprovados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, do Ministério das Minas e Energia.

Art. 4º É o Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS autorizado a promover e a executar, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata este decreto, correndo as despesas relativas às indenizações à conta dos seus próprios recursos.

Parágrafo único. A desapropriação de que trata este decreto é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.276, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Classifica o Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAN, autarquia vinculada ao Ministério da Saúde, como órgão de deliberação coletiva de 2º grau.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 5.708, de 4 de outubro de 1971,

DECRETA:

Art. 1º Fica classificada como órgão de deliberação coletiva de 2º grau, de acordo com a alínea b do artigo 1º do Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971, o Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de

Alimentação e Nutrição — INAN, órgão colegiado integrante da estrutura administrativa do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Para efeito de concessão de pagamento da gratificação de presença aos membros do Conselho Deliberativo do INAN, serão observadas as disposições contidas no Decreto nº 69.382, de 19 de outubro de 1971.

Art. 2º É limitado em 8 (oito) o número de sessões mensais remuneradas para o Conselho Deliberativo do INAN.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Borges da Silveira

DECRETO Nº 95.277, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Segundo Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, Brasil — México.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através de Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do México, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 31 de outubro de 1986, em Montevidéu, o Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo,

DECRETA:

Art. 1º O Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Décimo Segundo Protocolo Adicional do Acordo está publicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.278, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, Brasil — Argentina, no Setor da Indústria Química.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 2 de setembro de 1987, em Montevidéu, o Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química,

D E C R E T A :

Art. 1º O Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 95.279, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, Brasil — Argentina, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 2 de setembro de 1987, em Montevidéu, o Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo,

DECRETA:

Art. 1º O Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.280, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.600.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Ao limite fixado para despesas com Pessoal e Encargos Sociais pelo Decreto nº 94.665, de 23 de julho de 1987, fica acrescido o valor estabelecido no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.281, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República e da Consultoria-Geral da República, o crédito suplementar de CZ\$ 26.625.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Gabinete da Presidência da República e Consultoria-Geral da República, o crédito suplementar de CZ\$ 26.625.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.282, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.283, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária, indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.284, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 961.119.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 961.119.000,00 (novecentos e sessenta e um milhões, cento e dezanove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-11-87.

DECRETO Nº 95.285, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral — Órgãos Regionais do Trabalho, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Trabalho, em favor da Secretaria-Geral — Órgãos Regionais do Trabalho, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.286, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.287, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de diferenças monetárias decorrentes de operações de crédito externas contratadas entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.288, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 32.264.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 32.264.000,00 (trinta e dois milhões e duzentos e sessenta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2.º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.289, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 51.525.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1.º, itens III e IV e artigo 3.º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 51.525.000,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2.º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1.º, itens III e IV e artigo 3.º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.290, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Concede indulto, reduz penas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item XXII, da Constituição, e considerando o advento do Natal:

D E C R E T A :

Art. 1º É concedido indulto:

I — aos condenados a penas privativas de liberdade não superiores a quatro anos, que cumprirem, com boa conduta prisional, até 25 de dezembro de 1987, no mínimo, um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes;

II — aos condenados a penas superiores a quatro anos que satisfaçam as condições de uma das letras seguintes:

a) tenham completado setenta anos de idade, hajam praticado o crime com menos de vinte e um anos de idade, ou sejam mães de filhos menores de quatorze anos, desde que, nas três hipóteses, hajam cumprido um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes;

b) encontrem-se em estado avançado de qualquer doença grave, ou de moléstia incurável e contagiosa, assim diagnosticadas por laudo médico oficial.

Art. 2º Os condenados que hajam cumprido, no mínimo, um terço da pena, se não reincidentes, ou metade, se reincidentes, e não preencham os requisitos da letra *a* e *b* do item II do artigo anterior, terão reduzidas suas penas privativas de liberdade, na seguinte forma:

I — pena superior a quatro e até oito anos, redução de um terço, para os não reincidentes, e um quinto para os reincidentes;

II — pena superior a oito e até vinte anos, um quarto para os não reincidentes e um sexto para os reincidentes.

Art. 3º Este decreto não beneficia:

I — os condenados que, embora solventes, hajam deixado de reparar o dano causado pela infração penal;

II — os sentenciados por crimes:

- a) de seqüestro e cárcere privado;
- b) de roubo e extorsão, em todas as suas modalidades;
- c) de extorsão mediante seqüestro;
- d) de receptação dolosa;
- e) de estupro e atentado violento ao pudor;
- f) de corrupção de menores (Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954);
- g) de perigo comum, em sua modalidade dolosa;
- h) de quadrilha ou bando;
- i) relativos a entorpecentes ou substâncias que causam dependência física ou psíquica, quando reconhecida na sentença a condição de traficante;
- j) de homicídio qualificado;
- k) de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965);
- l) de sonegação fiscal (Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965); e
- m) contra a economia popular (Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951).

Art. 4º O disposto nos artigos anteriores aplica-se ainda que a sentença esteja em grau de recurso interposto pela defesa, sem prejuízo do respectivo julgamento pela instância superior; o recurso de acusação, a que se negar provimento, não impedirá a concessão do benefício.

Art. 5º Constituem requisitos para que o condenado obtenha indulto ou redução da pena:

I — não ter sido beneficiado por graça ou indulto, à data referida no artigo 1º, item I:

- a) nos dois anos anteriores, se não reincidente;
- b) nos quatro anos anteriores, se reincidente;

II — haver participado, nos limites de suas possibilidades pessoais, do processo de ressociação, quando realizado no estabelecimento em que esteja cumprindo pena;

III — ter revelado, por sua conduta, condições pessoais favoráveis à permanência na comunidade, quando beneficiado por suspensão condicional, cumprida pelo menos a metade do respectivo prazo, com exata observância das condições impostas e da pena restritiva de direitos, se for o caso, desde que não tenha havido agravamento das condições, prorrogação do prazo, suspensão ou revogação do benefício;

IV — ter conduta reveladora de condições pessoais que assegurem sua reinserção social, quando beneficiado pelo livramento condicional, cumpridos, pelo menos, dois quintos do respectivo prazo, com exata observância das condições impostas, sem advertência ou agravamento das condições;

V — haver demonstrado possuir comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto;

VI — evidenciar, especialmente se condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, condições pessoais que façam presumir que não mais voltará a delinquir.

Art. 6º Este decreto não abrange nem afeta as penas restritivas de direitos, ou as de multa, aplicadas isolada ou cumulativamente.

Art. 7º Para efeito da aplicação do presente decreto, somam-se as penas que correspondam a infrações diversas.

Art. 8º As autoridades que custodiarem os condenados encaminharão aos Juízos da execução, até trinta dias após a publicação deste decreto, relação dos presos que satisfaçam os requisitos objetivos, prestando desde logo informações circunstanciadas sobre a vida prisional e a conduta de cada um, para os fins do artigo 193 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e conseqüente parecer do Conselho Penitenciário.

Parágrafo único. A relação e as informações concernentes aos condenados em gozo de suspensão condicional ou de livramento condicional deverão ser enviadas pela entidade incumbida da fiscalização do cumprimento das condições do benefício ou da observação cautelar e proteção do liberado; na falta da entidade, tais informações poderão ser supridas por outro documento idôneo.

Art. 9º Os órgãos centrais da Administração Penitenciária preencherão, até 30 de abril de 1988, quadro de acordo com o modelo anexo, encaminhando-o ao Departamento Penitenciário Federal, do Ministério da Justiça.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

ANEXO AO DECRETO Nº 95.290, DE 24-11-87

(Art. 9º)

Motivo determinante da condenação	Beneficiados pelos artigos							
	1º, I		1º, II		2º		4º	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
CRIME CONTRA A PESSOA								
Homicídio Simples Privilegiado								
Infanticídio								
Lesões Corporais								
Outros								
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Furto								
Estelionato								
Outros								
CRIME CONTRA OS COSTUMES								
Sedução								
Outros								
CRIME CONTRA A FÉ PÚBLICA								
Falsificação de Moedas								
Outros								
OUTROS CRIMES								
CONTRAVENÇÕES								
TOTAL								

DECRETO Nº 95.291, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 7 de agosto de 1987, em Montevidéu, o Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1),

DECRETA:

Art. 1º O Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 1) apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.292, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, Brasil-Argentina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, aos 19 de agosto de 1986, em Montevideu, o Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo,

DECRETA:

Art. 1º O Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Décimo Primeiro Protocolo Adicional do Acordo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.293, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio San Thiago Dantas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004291/87, (Edital nº 90/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio San Thiago Dantas Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.294, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Clube de Bocaiúva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.003097/87, (Edital nº 54/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Clube de Bocaiúva Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.295, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio República de Morro Agudo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001466/87, (Edital nº 008/87),

DECRETA :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio República de Morro Agudo Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.296, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Patu de Senador Pompeu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004139/87, (Edital nº 83/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Patu de Senador Pompeu Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.297, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu — 80, assinaram, aos 24 de setembro de 1987, em Montevidéu, o Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7);

D E C R E T A :

Art. 1º O Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica, subscrito entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7), apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Segundo Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 25-11-87.

DECRETO Nº 95.298, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Cria a Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei nº 3.736, de 22 de março de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, na estrutura organizacional da Fundação das Pioneiras Sociais, a Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor.

§ 1º A Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor será integrada, inicialmente, pelo Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor/Sarah, em Brasília, e pelos hospitais da mesma especialidade, a serem construídos em São Luís, Estado do Maranhão, Salvador, Estado da Bahia, e Curitiba, Estado do Paraná.

§ 2º A organização e o funcionamento da Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor serão estabelecidos em Regimento Interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Saúde.

Art. 2º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República — Seplan/PR promoverá a inclusão, na Proposta Orçamentária Anual da União, das dotações necessárias ao atendimento dos Programas e Atividades da Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Borges da Silveira

DECRETO Nº 95.299, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 12.607.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 12.607.000,00 (doze milhões, seiscentos e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 26-11-87.

DECRETO Nº 95.300, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial junto à FAO.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, e tendo em vista o artigo 6º, § 2º, do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º A Representação Especial junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e Organismos Internacionais Conexos fica transformada, sem ônus para o Tesouro Nacional, em Missão Diplomática permanente, com o título de Representação Permanente do Brasil junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos sediados em Roma.

Art. 2º A Representação Permanente do Brasil junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos sediados em Roma terá as mesmas atribuições e competência da antiga Representação Especial, incorporando seu acervo e respectivo inventário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 95.301, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial junto aos Organismos Internacionais de Caráter Econômico, em Londres.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, e tendo em vista o artigo 6º, § 2º, do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º A Representação Especial junto aos Organismos Internacionais de Caráter Econômico, em Londres, fica transformada, sem ônus para o Tesouro Nacional, em Missão Diplomática permanente, com o título Delegação Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres.

Art. 2º A Delegação Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres terá as mesmas atribuições e competência da antiga Representação Especial, incorporando seu acervo e respectivo inventário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 95.302, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a transformação em Missão Diplomática permanente da Representação Especial em Viena.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição, e tendo em vista o artigo 6º, § 2º, do Decreto nº 94.327, de 13 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º A Representação Especial em Viena fica transformada, sem ônus para o Tesouro Nacional, em Missão Diplomática permanente, com o título de Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Viena.

Art. 2º A Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Viena terá as mesmas atribuições e competência da antiga Representação Especial, incorporando seu acervo e respectivo inventário.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 95.303, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Décimo Quarto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, do Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e do México, com base no Tratado de Montevidéu — 80, assinaram, aos 11 de maio de 1987, em Montevidéu, o Décimo Quarto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, do Setor de Indústria Química Derivada do Petróleo.

D E C R E T A :

Art. 1º O Décimo Quarto Protocolo Adicional do Acordo Comercial nº 16, no Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

DECRETO Nº 95.304, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química, Brasil — Argentina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu — 80, assinaram, aos 19 de agosto de 1986, em Montevidéu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química,

DECRETA:

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 21, no Setor da Indústria Química, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso entrou em vigor na data de sua subscrição.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 27-11-87.

DECRETO Nº 95.305, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Cantagalo de Jaicós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaicós, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26

de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002040/87, (Edital nº 27/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Radio Cantagalo de Jaicós Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Jaicós, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.306, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que confere o artigo 81, item II, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

ULISSES GUIMARÃES

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 30-11-87.

DECRETO Nº 95.307, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Piso Nacional de Salários.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Piso Nacional de Salários, a partir de 1º de dezembro de 1987, passa a ser de CZ\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzados) ao mês, CZ\$ 120,00 (cento e vinte cruzados) ao dia e CZ\$ 15,00 (quinze cruzados) à hora.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.308, de 30 DE NOVEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de dezembro de 1987, será de CZ\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta cruzados) mensais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.309, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Delega competência ao Ministro da Aeronáutica para a prática do ato que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

D E C R E T A :

Art. 1º É delegada competência ao Ministro da Aeronáutica para aprovar o Quadro de Pessoal da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, autarquia especial, de que trata o artigo 10 da Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Fernando de Assis Martins Costa

DECRETO Nº 95.310, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Dispõe sobre aumento do capital social da Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. autorizada a elevar o seu capital social no montante de CZ\$ 368.117.424,46 (trezentos e sessenta e oito milhões, cento e dezessete mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzados e quarenta e seis centavos), mediante a subscrição de novas ações, nos termos do artigo 7º do Decreto-lei nº 770, de 19 de agosto de 1969, combinado com o inciso V, do artigo 58, da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Fernando de Assis Martins Costa

DECRETO Nº 95.311, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) áreas de terras abrangidas pelo Projeto de Irrigação Pau dos Ferros, nos municípios de Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste e Francisco Dantas, Estado do Rio Grande do Norte, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste (Proirne), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, letras e e p do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o art. 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964, e com o art. 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (DNOCS), áreas de terras, e respectivas benfeitorias, tituladas a diversos particulares, com aproximadamente 526,000 ha (quinhentos e vinte e seis hectares), abrangidas pelo Projeto de Irrigação Pau dos Ferros, localizado nos Municípios de Pau dos Ferros, São Francisco do Oeste e Francisco Dantas, todos no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com as plantas constantes do processo Proni 43000.101492/87-51, necessárias à conclusão das obras de mais uma etapa desse Projeto e assim descritas: O polígono «A» correspondente ao setor «B» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.330.700,00m e longitude 587.940,00m localizado na margem esquerda do Riacho do Meio do Vale do Apodi e situado ao Norte, a 20m do leito deste, com azimuth de $21^{\circ}43'$ e segue a distância de 701,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $66^{\circ}06'$ e segue a distância de 142,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $162^{\circ}22'$ e segue a distância de 272,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $172^{\circ}20'$ e segue a distância de 130m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $179^{\circ}20'$ e segue a distância de 76,00m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de $173^{\circ}57'$ e segue a distância de 206,00m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de $203^{\circ}50'$ e segue a distância de 302,80m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de $153^{\circ}28'$ e segue a distância de 397,80m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo interno de $166^{\circ}21'$ e segue a distância de 145,00m até encontrar o ponto 9; neste faz um ângulo interno de $157^{\circ}30'$ e segue a distância de 740,00m até encontrar o ponto 10; neste faz um ângulo interno de $219^{\circ}15'$ e segue a distância de 1.080,00m até encontrar o ponto 11; neste faz um ângulo interno de $136^{\circ}30'$ e segue a distância de 572,00m até encontrar o ponto 12; neste faz um ângulo interno de $107^{\circ}01'$ e segue a distância de 475,00m até encontrar o ponto 13; neste faz um ângulo interno de $267^{\circ}00'$ e segue a distância de 500,00m até encontrar o ponto 14; neste faz um ângulo interno de $165^{\circ}29'$ e segue a distância de 110,00m até encontrar o ponto 15; neste faz um ângulo interno de $203^{\circ}00'$ e segue a distância de 451,00m até encontrar o ponto 16; neste faz um ângulo interno de $116^{\circ}00'$ e segue a distância de 201,00m até encontrar o ponto 17; neste faz um ângulo interno de $156^{\circ}44'$ e segue a distância de 270,00m até encontrar o ponto 18; neste faz um ângulo interno de $180^{\circ}40'$ e segue a distância de 93,10m até encontrar o ponto 19; neste faz um ângulo interno de $73^{\circ}37'$ e segue a distância de 48,50m até encontrar o ponto 20; neste faz um ângulo interno de $164^{\circ}16'$ e segue a distância de 121,30m até encontrar o ponto 21; neste faz um ângulo interno de $216^{\circ}18'$ e segue a distância de 157,00m até encontrar o ponto 22; neste faz um ângulo interno de $214^{\circ}50'$ e segue a distância de 106,00m até encontrar o ponto 23; neste faz um ângulo interno de $194^{\circ}18'$ e segue a distância de 95,00m até encontrar o ponto 24; neste faz um ângulo interno de $126^{\circ}16'$ e segue a distância de 61,00m até encontrar o ponto 25; neste faz um ângulo interno de $132^{\circ}52'$ e segue a distância de 156,00m até encontrar o ponto 26;

neste faz um ângulo interno de $164^{\circ}39'$ e segue a distância de 180,00m até encontrar o ponto 27; neste faz um ângulo interno de $226^{\circ}39'$ e segue a distância de 128,00m até encontrar o ponto 28; neste faz um ângulo interno de $154^{\circ}05'$ e segue a distância de 98,00m até encontrar o ponto 29; neste faz um ângulo interno de $263^{\circ}08'$ e segue a distância de 55,00m até encontrar o ponto 30; neste faz um ângulo interno de $168^{\circ}19'$ e segue a distância de 120,00m até encontrar o ponto 31; neste faz um ângulo interno de $151^{\circ}52'$ e segue a distância de 140,00m até encontrar o ponto 32; neste faz um ângulo interno de $94^{\circ}22'$ e segue a distância de 203,00m até encontrar o ponto 33; neste faz um ângulo interno de $201^{\circ}45'$ e segue a distância de 53,00m até encontrar o ponto 34; neste faz um ângulo interno de $216^{\circ}19'$ e segue a distância de 74,00m até encontrar o ponto 35; neste faz um ângulo interno de $201^{\circ}55'$ e segue a distância de 72,80m até encontrar o ponto 36; neste faz um ângulo interno de $136^{\circ}44'$ e segue a distância de 63,80m até encontrar o ponto 37; neste faz um ângulo interno de $210^{\circ}27'$ e segue a distância de 40,00m até encontrar o ponto 38; neste faz um ângulo interno de $198^{\circ}37'$ e segue a distância de 77,00m até encontrar o ponto 39; neste faz um ângulo interno de $115^{\circ}42'$ e segue a distância de 23,50m até encontrar o ponto 40; neste faz um ângulo interno de $180^{\circ}01'$ e segue a distância de 153,00m até encontrar o ponto 41; neste faz um ângulo interno de $156^{\circ}40'$ e segue a distância de 99,00m até encontrar o ponto 42; neste faz um ângulo interno de $258^{\circ}01'$ e segue a distância de 127,00m até encontrar o ponto 43; neste faz um ângulo interno de $237^{\circ}01'$ e segue a distância de 78,60m até encontrar o ponto 44; neste faz um ângulo interno de $135^{\circ}10'$ e segue a distância de 142,00m até encontrar o ponto 45; neste faz um ângulo interno de $179^{\circ}33'$ e segue a distância de 143,00m até encontrar o ponto 46; neste faz um ângulo interno de $187^{\circ}49'$ e segue a distância de 42,60m até encontrar o ponto 47; neste faz um ângulo interno de $218^{\circ}57'$ e segue a distância de 195,60m até encontrar o ponto 48; neste faz um ângulo interno de $88^{\circ}41'$ e segue a distância de 119,50m até encontrar o ponto 49; neste faz um ângulo interno de $121^{\circ}05'$ e segue a distância de 82,00m até encontrar o ponto 50; neste faz um ângulo interno de $228^{\circ}58'$ e segue a distância de 87,00m até encontrar o ponto 51; neste faz um ângulo interno de $249^{\circ}41'$ e segue a distância de 48,30m até encontrar o ponto 52; neste faz um ângulo interno de $188^{\circ}10'$ e segue a distância de 75,20m até encontrar o ponto 53; neste faz um ângulo interno de $88^{\circ}49'$ e segue a distância de 79,50m até encontrar o ponto 54; neste faz um ângulo interno de $203^{\circ}20'$ e segue a distância de 93,00m até encontrar o ponto 55; neste faz um ângulo interno de $219^{\circ}14'$ e segue a distância de 112,00m até encontrar o ponto 56; neste faz um ângulo interno de $175^{\circ}05'$ e segue a distância de 28,60m até encontrar o ponto 57; neste faz um ângulo interno de $175^{\circ}06'$ e segue a distância de 84,40m até encontrar o ponto 58; neste faz um ângulo interno de $204^{\circ}13'$ e segue a distância de 40,30m até encontrar o ponto 59; neste faz um ângulo interno de $207^{\circ}11'$ e segue a distância de 77,20m até encontrar o ponto 60; neste faz um ângulo interno de $104^{\circ}09'$ e segue a

distância de 43,60m até encontrar o ponto 61; neste faz um ângulo interno de $158^{\circ}49'$ e segue a distância de 180,00m até encontrar o ponto 62; neste faz um ângulo interno de $263^{\circ}40'$ e segue a distância de 73,00m até encontrar o ponto 63; neste faz um ângulo interno de $192^{\circ}01'$ e segue a distância de 175,00m até encontrar o ponto 64; neste faz um ângulo interno de $148^{\circ}50'$ e segue a distância de 145,00m até encontrar o ponto 65; neste faz um ângulo interno de $213^{\circ}04'$ e segue a distância de 73,00m até encontrar o ponto 66; neste faz um ângulo interno de $198^{\circ}53'$ e segue a distância de 74,00m até encontrar o ponto 67; neste faz um ângulo interno de $211^{\circ}56'$ e segue distância de 171,00m até encontrar o ponto 68; neste faz um ângulo interno de $118^{\circ}00'$ e segue a distância de 148,00m até encontrar o ponto 69; neste faz um ângulo interno de $205^{\circ}22'$ e segue a distância de 71,00m até encontrar o ponto 70; neste faz um ângulo interno de $258^{\circ}48'$ e segue a distância de 71,00m até encontrar o ponto 71; neste faz um ângulo interno de $126^{\circ}18'$ e segue a distância de 165,00m até encontrar o ponto 72; neste faz um ângulo interno de $207^{\circ}56'$ e segue a distância de 113,00m até encontrar o ponto 73; neste faz um ângulo interno de $220^{\circ}22'$ e segue a distância de 90,00m até encontrar o ponto 74; neste faz um ângulo interno de $245^{\circ}12'$ e segue a distância de 1.610,00m até encontrar o ponto 75; neste faz um ângulo interno de $134^{\circ}00'$ e segue a distância de 650,00m até encontrar o ponto 76; neste faz um ângulo interno de $167^{\circ}00'$ e segue a distância de 103,00m até encontrar o ponto 77; neste faz um ângulo interno de $97^{\circ}30'$ e segue a distância de 191,70m até encontrar o ponto 78; neste faz um ângulo interno de $106^{\circ}13'$ e segue a distância de 94,00m até encontrar o ponto 79; neste faz um ângulo interno de $233^{\circ}14'$ e segue a distância de 98,00m até encontrar o ponto 80; neste faz um ângulo interno de $172^{\circ}49'$ e segue a distância de 305,00m até encontrar o ponto 81; neste faz um ângulo interno de $206^{\circ}38'$ e segue a distância de 55,00m até encontrar o ponto 82; neste faz um ângulo interno de $168^{\circ}36'$ e segue a distância de 73,00m até encontrar o ponto 83; neste faz um ângulo interno de $158^{\circ}57'$ e segue a distância de 224,00m até encontrar o ponto 84; neste faz um ângulo interno de $124^{\circ}46'$ e segue a distância de 141,60m até encontrar o ponto 85; neste faz um ângulo interno de $184^{\circ}48'$ e segue a distância de 138,30m até encontrar o ponto 86; neste faz um ângulo interno de $176^{\circ}02'$ e segue a distância de 70,80m até encontrar o ponto 87; neste faz um ângulo interno de $179^{\circ}55'$ e segue a distância de 173,20m até encontrar o ponto 88; neste faz um ângulo interno de $191^{\circ}32'$ e segue a distância de 179,00m até encontrar o ponto 89; neste faz um ângulo interno de $186^{\circ}18'$ e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 90; neste faz um ângulo interno de $160^{\circ}06'$ e segue a distância de 151,00m até encontrar o ponto 91; neste faz um ângulo interno de $133^{\circ}37'$ e segue a distância de 86,00m até encontrar o ponto 92; neste faz um ângulo interno de $228^{\circ}58'$ e segue a distância de 49,00m até encontrar o ponto 93; neste faz um ângulo interno de $182^{\circ}59'$ e segue a distância de 97,00m até encontrar o ponto 94; neste faz um ângulo interno de $191^{\circ}22'$ e segue a distância de 150,70m até encontrar o ponto 95;

neste faz um ângulo interno de $147^{\circ}03'$ e segue a distância de 138,00m até encontrar o ponto 96; neste faz um ângulo interno de $181^{\circ}11'$ e segue a distância de 154,00m até encontrar o ponto 97; neste faz um ângulo interno de $198^{\circ}51'$ e segue a distância de 107,80m até encontrar o ponto 98; neste faz um ângulo interno de $149^{\circ}05'$ e segue a distância de 182,00m até encontrar o ponto 99; neste faz um ângulo interno de $197^{\circ}58'$ e segue a distância de 107,00m até encontrar o ponto 100; neste faz um ângulo interno de $160^{\circ}23'$ e segue a distância de 131,00m até encontrar o ponto 101; neste faz um ângulo interno de $111^{\circ}12'$ e segue a distância de 60,50m até encontrar o ponto 102; neste faz um ângulo interno de $169^{\circ}16'$ e segue a distância de 134,00m até encontrar o ponto 103; neste faz um ângulo interno de $146^{\circ}49'$ e segue a distância de 116,70m até encontrar o ponto 104; neste faz um ângulo interno de $146^{\circ}09'$ e segue a distância de 130,00m até encontrar o ponto 105; neste faz um ângulo interno de $200^{\circ}03'$ e segue a distância de 152,00m até encontrar o ponto 106; neste faz um ângulo interno de $191^{\circ}14'$ e segue a distância de 219,00m até encontrar o ponto 107; neste faz um ângulo interno de $158^{\circ}11'$ e segue a distância de 60,00m até encontrar o ponto 108; neste faz um ângulo interno de $215^{\circ}47'$ e segue a distância de 107,00m até encontrar o ponto 109; neste faz um ângulo interno de $155^{\circ}18'$ e segue a distância de 80,00m até encontrar o ponto 110; neste faz um ângulo interno de $199^{\circ}31'$ e segue a distância de 33,00m até encontrar o ponto 111; neste faz um ângulo interno de $251^{\circ}22'$ e segue a distância de 64,00m até encontrar o ponto 0, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.330.700,00m e longitude 587.940,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 426,250ha. O polígono «B» do setor «C» tem seu início no ponto 0 das coordenadas (UTM) latitude 9.331.520,00m, e longitude 588.260,00m, localizado na margem esquerda do riacho Encanto do Vale do Apodi, situado ao Norte, a 20m do leito, deste com azimute $77^{\circ}45'$ segue a distância de 400,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $263^{\circ}10'$ e segue a distância de 80,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $240^{\circ}00'$ e segue a distância de 155,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $78^{\circ}20'$ e segue a distância de 320,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $129^{\circ}20'$ e segue a distância de 140,00m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de $83^{\circ}10'$ e segue a distância de 42,00m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de $122^{\circ}00'$ e segue a distância de 170,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de $240^{\circ}00'$ e segue a distância de 85,00m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo interno de $256^{\circ}50'$ e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 9; neste faz um ângulo interno de $171^{\circ}25'$ e segue a distância de 95,00m até encontrar o ponto 10; neste faz um ângulo interno de $270^{\circ}15'$ e segue a distância de 240,00m até encontrar o ponto 11; neste faz um ângulo interno de $93^{\circ}00'$ e segue a distância de 405,00m até encontrar o ponto 12; neste faz um ângulo interno de $73^{\circ}00'$ e segue a distância de 110,00m até encontrar o ponto 13;

neste faz um ângulo interno de $176^{\circ}50'$ e segue a distância de 110,00m até encontrar o ponto 14; neste faz um ângulo interno de $178^{\circ}00'$ e segue a distância de 145,00m até encontrar o ponto 15; neste faz um ângulo interno de $247^{\circ}30'$ e segue a distância de 163,00m até encontrar o ponto 16; neste faz um ângulo interno de $279^{\circ}40'$ e segue a distância de 60,00m até encontrar o ponto 17; neste faz um ângulo interno de $140^{\circ}10'$ e segue a distância de 85,00m até encontrar o ponto 18; neste faz um ângulo interno de $89^{\circ}40'$ e segue a distância de 153,00m até encontrar o ponto 19; neste faz um ângulo interno de $211^{\circ}30'$ e segue a distância de 166,00m até encontrar o ponto 20; neste faz um ângulo interno de e segue a distância de 80,00m até encontrar o ponto 21; neste faz um ângulo interno de $185^{\circ}00'$ e segue a distância de 148,00m até encontrar o ponto 22; neste faz um ângulo interno de $94^{\circ}40'$ e segue a distância de 45,00m até encontrar o ponto 23; neste faz um ângulo interno de $80^{\circ}00'$ e segue a distância de 285,00m até encontrar o ponto 24; neste faz um ângulo interno de $147^{\circ}00'$ e segue a distância de 200,00m até encontrar o ponto 25; neste faz um ângulo interno de $257^{\circ}30'$ e segue a distância de 745,00m até encontrar o ponto 26; neste faz um ângulo interno de $136^{\circ}30'$ e segue a distância de 220,00m até encontrar o ponto 27; neste faz um ângulo interno de $185^{\circ}00'$ e segue a distância de 90,00m até encontrar o ponto 0, ponto inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.331.520,00m e longitude 558.260,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 40,520 ha. O polígono «C» do setor «C» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.332.110,00m, e longitude 589.095,00m, localizado na margem direita do rio Apodi, situado ao Leste, a 25 metros do leito, deste com azimuth $109^{\circ}14'$ segue a distância de 405,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $134^{\circ}30'$ e segue a distância de 110,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $140^{\circ}58'$ e segue a distância de 65,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $86^{\circ}30'$ e segue a distância de 535,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $73^{\circ}00'$ e segue a distância de 166,00m até encontrar o ponto 0, ponto inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.332.110,00m, e longitude 589.095,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 7,220ha. O polígono «D» do setor «C» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.332.465,00m, e longitude 589.210,00m na margem direita do rio Apodi, situado ao Leste, a 25m do leito, deste com azimuth $109^{\circ}11'$ segue a distância de 517,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $92^{\circ}20'$ e segue a distância de 142,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $87^{\circ}40'$ e segue a distância de 482,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $105^{\circ}25'$ e segue a distância de 150,00m até encontrar o ponto 0, ponto inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.332.465,00m, e longitude 589.210,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 7,310 ha. O polígono «E» do setor «C» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.332.760,00m, e longitude 589.415,00m,

localizado na margem esquerda do rio Apodi, situado ao Norte, a 60m do leito, deste com azimute $112^{\circ}35'$ segue a distância de 35,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $96^{\circ}10'$ e segue a distância de 45,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $216^{\circ}50'$ e segue a distância de 100,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $190^{\circ}00'$ e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $187^{\circ}00'$ e segue a distância de 60,00m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de $40^{\circ}00'$ e segue a distância de 32,00m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de $162^{\circ}00'$ e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de $129^{\circ}00'$ e segue a distância de 218,00m até encontrar o ponto 0, ponto inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.332.760,00m, e longitude 589.415,00m, estando fechado o polígono cuja área total é 0,700ha. O polígono «F» do setor «C» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.334.490,00m e longitude 589.100,00m, localizado na margem esquerda do rio Apodi, situado ao Nordeste, a 1.400,00m do leito, deste com azimute $118^{\circ}20'$ segue a distância de 967,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $156^{\circ}00'$ e segue a distância de 182,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $192^{\circ}20'$ e segue a distância de 40,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $79^{\circ}30'$ e segue a distância de 25,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $268^{\circ}00'$ e segue a distância de 35,00m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de $187^{\circ}10'$ e segue a distância de 63,00m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de $61^{\circ}30'$ e segue a distância de 260,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de $147^{\circ}20'$ e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 8; neste faz um ângulo interno de $157^{\circ}30'$ e segue a distância de 360,00m até encontrar o ponto 9; neste faz um ângulo interno de $178^{\circ}20'$ e segue a distância de 300,00m até encontrar o ponto 10; neste faz um ângulo interno de $185^{\circ}00'$ e segue a distância de 187,00m até encontrar o ponto 11; neste faz um ângulo interno de $187^{\circ}10'$ e segue a distância de 182,00m até encontrar o ponto 12; neste faz um ângulo interno de $85^{\circ}00'$ e segue a distância de 175,00m até encontrar o ponto 0, ponto inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.334.490,00m, e longitude 589.100,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é 28,000ha. O polígono «G» do setor «D» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.337.220,00m, e longitude 593.020,00m, localizado na margem direita do rio Apodi, situado ao Norte, a 60,00m do leito, deste com azimute $39^{\circ}48'$ segue a distância de 150,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de $139^{\circ}00'$ e segue a distância de 32,50m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de $173^{\circ}00'$ e segue a distância de 63,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de $38^{\circ}50'$ e segue a distância de 213,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de $110^{\circ}00'$ e segue a distância de 35,00m até encontrar o ponto 5=0, inicial do polígono de coordena-

nadas (UTM) latitude 9.337.220,00m, e longitude 593.020,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 0,580ha. O polígono «H» do setor «E» tem seu início no ponto 0 de coordenadas (UTM) latitude 9.321.020,00m, e longitude 594.600,00m, localizado na margem direita do Riacho de Nossa Senhora do Vale do Apodi, situado a Oeste a 40,00m do leito, deste com azimute 79°02' segue a distância de 925,00m até encontrar o ponto 1; neste faz um ângulo interno de 195°00' e segue a distância de 760,00m até encontrar o ponto 2; neste faz um ângulo interno de 86°30' e segue a distância de 86,00m até encontrar o ponto 3; neste faz um ângulo interno de 91°50' e segue a distância de 720,00m até encontrar o ponto 4; neste faz um ângulo interno de 172°20' e segue a distância de 540,00m até encontrar o ponto 5; neste faz um ângulo interno de 176°40' e segue a distância de 210,00m até encontrar o ponto 6; neste faz um ângulo interno de 187°30' e segue a distância de 190,00m até encontrar o ponto 7; neste faz um ângulo interno de 115°00' e segue a distância de 70,00m até encontrar o ponto 8; neste faz um interno de 145°10' e segue a distância de 87,00m até encontrar o ponto 0, inicial do polígono de coordenadas (UTM) latitude 9.321.020,00m, e longitude 594.600,00m, estando assim fechado o polígono cuja área total é de 15,420ha, somando os oito polígonos uma área de aproximadamente 526,00ha.

Art. 2º Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), a desapropriação de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Fialho

DECRETO Nº 95.312, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Desenho Industrial e do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados da Faculdade de Tecnologia de Birigüi, São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o arti-

go 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.027829/87-15 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Desenho Industrial, bacharelado, habilitação em Projeto do Produto e do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a serem ministrados pela Faculdade de Tecnologia de Birigüi, mantida pela Fundação Municipal de Ensino de Birigüi, com sede em Birigüi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de novembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.313, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Tecnologia de Governador Valadares, Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000551/85-68 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pelo Instituto de Tecnologia de Governador Valadares, mantido pela Fundação Percival Farquhar, com sede na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.314, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000567/85-06 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências Econômicas, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba, mantida pela Fundação Dom Aguirre, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.315, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Comunicação Social das Faculdades Pinheiro Guimarães, no Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000652/85-75 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e Radialismo, a ser ministrado pelas Faculdades Pinheiro Guimarães, mantidas pela Sociedade de Ensino Superior Pinheiro Guimarães, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.316, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 202.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 202.800.000,00 (duzentos e dois milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Mailson Ferreira da Nóbrega
Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.317, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Ao limite fixado para despesas com Pessoal e Encargos Sociais pelo Decreto nº 94.665, de 23 de julho de 1987, fica acrescido o valor estabelecido no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 1º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 2-11-87.

DECRETO Nº 95.318, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração Rural da Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-

lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000581/85-29 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração Rural, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná, mantida pelo Centro de Estudos de Comércio Exterior do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.319, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento dos cursos de História e Geografia e habilitações do curso de Ciências da Faculdade de Ciências de Avaré, São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.027910/87-23 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento dos cursos de História e Geografia e das habilitações em Química, Física e Biologia do curso de Ciências, a serem ministrados pela Faculdade de Ciências e Letras de Avaré, mantida pela Fundação Regional e Educacional de Avaré, com sede na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.320, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23023001605/85-45 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, com habilitação geral em Administração, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco, mantida pela Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.321, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Fazenda Serra dos Teixeiras", classificado como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e VI, da

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «fazenda Serra dos Teixeiras», com área de 18.540,0000 ha (dezoito mil, quinhentos e quarenta hectares), situado nos Municípios de Jacobina e Morro do Chapéu, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1 de coordenadas geográficas longitude 41°09'00''WGr e latitude 11°03'45''S, situado na margem direita da estrada vicinal sentido Povoado de Tábua-Irecê. Deste, seguindo pela referida estrada, na distância de 12.000m chega-se ao P2 de coordenadas geográficas longitude 41°14'56''WGr e latitude 11°05'58''S. Deste, segue por linha seca, confrontando com terra de quem de direito, com azimuth e distância AZ-354°00' — 18.000m até o P3 de coordenadas geográficas longitude 41°15'54''WGr e latitude 10°56'13''S. Deste, segue por linha seca, confrontando com terras de quem de direito com azimuth e distância AZ-89°30' — 11.000m até o P4 de coordenadas geográficas longitude 41°09'51''WGr e latitude 10°56'12''S. Deste, segue por linha seca, confrontando com terras de quem de direito com azimuth e distância AZ-173°45' — 14.000m até o P1, ponto inicial da descrição do perímetro (fonte de referência: folha planimétrica na escala de 1:100.000 da Sudene-folha SC.24-Y-C-II e IBGE — folha SC-24-Y-A-V).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º E facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua de 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares), a ser destacada do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter, fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969 e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.322, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Imbirussu de Dentro», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Imbirussu de Dentro», com a área de 1.447,0000ha (um mil, quatrocentos e quarenta e sete hectares), situado no Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.689, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto 1, de coordenadas geográficas longitude 39°10'03''WGr e latitude 16°24'14''S, situado na faixa de domínio de Rodovia Federal BR 367, segue com azimute de 13°30'00'' e distância de 2.000m, limitando com terras da Empreendimentos Florestais S.A. — Flonibra, até o ponto 2, situado na faixa de domínio da estrada de acesso à cidade de Santa Cruz de Cabrália-BA; deste, segue com azimute de 62°00'00'' e distância de 340m, até o ponto 3; deste, segue com azimute de 190°00'00'' e distância de 260m, até o ponto 4; deste segue com azimute de 82°30'00'' e distância de 6.160m, até o ponto 5; deste, segue com azimute de 180°00'00'' e distância de 2.300m, até o ponto 6, situado à margem esquerda do Rio dos Mangues; deste, segue pela margem esquerda do Rio dos Mangues, à montante, com a distância de 3.500m, até o ponto 7; deste, segue com azimute de 250°00'00'' e distância de 1.250m, até o ponto 8; deste segue com azimute de 171°00'00'' e distância de 1.650m, até o ponto 9, situado na faixa de domínio da estrada federal BR 367; deste, segue pela faixa de domínio da referida estrada, no sentido da cidade de Eunápolis, com a distância de 3.000m, até o ponto 1, início da descrição deste perímetro (fonte de referência:

folha SE.24-V-B-III-Porto Seguro, escala 1:100.000-Região Nordeste do Brasil, da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, ano 1976).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua, correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.323, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas da Secretaria Nacional de Cooperativismo do Ministério da Agricultura.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.324, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.325, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 4.592.031.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 4.592.031.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e noventa e dois milhões e trinta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.326, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária — SNAP, o crédito suplementar de CZ\$ 60.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria Nacional de Produção Agropecuária — SNAP, o crédito suple-

mentar de CZ\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.327, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 25.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.328, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 894.019.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 894.019.000,00 (oitocentos e noventa e quatro milhões e dezenove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de operação de crédito interna, e de acordo com a autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.329, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 700.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos e atividades referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.330, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são aqueles decorrentes do produto de operações de crédito

contratadas pela União junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.331, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 179.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 179.700.000,00 (cento e setenta e nove bilhões e setecentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87 e o Anexo I foi retificado no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.332, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 47.700.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor de diversas unidades da Administração Direta e Indireta, o crédito suplementar de CZ\$ 47.700.000,00 (quarenta e sete milhões e setecentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.333, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 792.012.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no caput do artigo 1º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 792.012.000,00 (setecentos e noventa e dois milhões e doze mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes de operações de crédito internas previstas para o corrente exercício, de acordo com a autorização contida no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.334, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 278.642.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 278.642.000,00 (duzentos e setenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previstos para o cor-

rente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.335, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 119.365.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, itens III e IV, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 119.365.000,00 (cento e dezenove milhões e trezentos e sessenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.336, DE 2 DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 113.452.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 113.452.000,00 (cento e treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.337, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 7.835.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 7.835.000,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e cinco mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada o Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.338, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.540.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.540.000,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.339, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.535.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.535.000,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I desde decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.340, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei n.º 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.341, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei n.º 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação dos recursos diretamente arrecadados pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.342, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização, contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.776.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 1.776.000,00 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.344, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 128.820.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 128.820.000,00 (cento e vinte e oito milhões, oitocentos e vinte mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes de operação de crédito externa — em bens — contratada entre a União e o Banque de Paris et des Pays-Bas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.345, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.574.901.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de

CZ\$ 2.574.901.000,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e quatro milhões e novecentos e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.346, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.347, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação, o crédito suplementar de CZ\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.348, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Câmara dos Deputados, o crédito suplementar de CZ\$ 831.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II e artigo 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Câmara dos Deputados o crédito suplementar de CZ\$ 831.000,00 (oitocentos e trinta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item II e artigo 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.349, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de Receitas Diretamente Arrecadadas Tesouro, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.350, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Superior Eleitoral, o crédito suplementar de CZ\$ 65.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça Eleitoral, em favor do Tribunal Superior Eleitoral, o crédito suplementar de CZ\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.351, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Tribunal de Contas da União, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Tribunal de Contas da União, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.352, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 4.572.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de

CZ\$ 4.572.000.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e setenta e dois milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.353, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.643.818.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto, à Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.643.818.000,00 (um bilhão, seiscentos e quarenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.354, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 3-12-87.

DECRETO Nº 95.355, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Boa Esperança Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Padre Marcos, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001812/87 (Edital nº 21/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Boa Esperança Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Padre Marcos, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 2 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.356, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Guariroba», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Guariroba», com a área de 2.550,0000ha (dois mil e quinhentos e cinquenta hectares), situado no Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.694, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do marco M1, situado na margem direita do Ribeirão da Aldeia, de coordenadas geográficas longitude 46º43'06''WGr e latitude 16º50'29''S, segue confrontando com terras de Terezinha Medeiros Botelho, passando pelo marco M2, com azimutes de 99º01'10'' e 156º49'09'', e distâncias de 637,89m e 4.242,51m até o marco M3, situado na Vereda Antonica ou do Cedro, na divisa de terras de Terezinha Medeiros Botelho e Mannesmann Agro Florestal Ltda; deste, segue subindo pela Vereda Antonica ou do Cedro, confrontando com terras da Mannesmann Agro Florestal Ltda, com uma distância de 3.500m, até o marco M4, situado na Vereda Antonica ou do Cedro, na divisa de terras da Mannesmann Agro Florestal Ltda. e Álvaro Botelho; deste, segue confrontando com terras de Álvaro Botelho, com azimute de 255º51'45'' e distância de 2.743,08m, até o marco M5, situado na divisa de terras de Álvaro Botelho e Antonio Botelho; deste, segue confrontando com terras de Antônio Botelho, passando pelos marcos M6 e M7, com azimutes de 345º16'37'', 331º11'21'' e 01º38'12'', e distâncias de 1.416,51m, 228,25m e 350,14m, até o marco M8; deste segue descendo pela Vereda Antonica, confrontando com terras de Antônio Botelho, com uma distância de 1.600m, até o marco M9; deste segue

confrontando com terras de Antônio Botelho, passando pelo marco M10, com azimute de 01°32'53" e 05°51'22", e distâncias de 370,14m e 784,09m, até o marco M11, situado na margem direita do Ribeirão da Aldeia; deste segue descendo pela margem direita do Ribeirão da Aldeia, com uma distância de 10.000m, até o marco M1, ponto inicial desta descrição (fontes de referência: carta da DSG, folha SE, 23-V-A-VI, escala 1: 100.000, ano 1966, e planta de levantamento do imóvel).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) a área em produção explorada pelo proprietário; b) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; e c) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolha da área correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º ano da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.357, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Bom Jesus», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de União, no Estado do Piauí, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º. É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, inciso I, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Bom Jesus», com área de 938.0000ha (novecentos e trinta e oito hectares), situado no Município de União, Estado do Piauí, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.680, de 19 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do P1, de coordenadas geográficas longitude 42º55'55''WGr latitude de 04º42'43''S, situado à margem direita do Rio Parnaíba, deste confrontando com Aniceto Rodrigues da Rocha, segue com o rumo aproximado de 85º00'00''SE, atravessando a Rodovia PI-112, com uma distância aproximada de 1.046,48m, até encontrar o P2, de coordenadas geográficas longitude 42º55'22'' e latitude 04º42'46''S, deste, confrontando com o mesmo confrontante acima citado, Raimundo Lopes e outros, segue com o rumo aproximado de 72º30'00''SE, e com uma distância aproximada de 8.122,21m, até o P3, de coordenadas geográficas longitude 42º51'13''WGr e latitude 04º44'04''S, deste confrontando com Gastão Luiz de Medeiros, segue com o rumo aproximado de 22º00'00''SE e distância aproximada de 1.361,20m, até encontrar o P4 de coordenadas geográficas longitude 42º51'09''WGr e latitude 04º44'44''S, segue com o rumo aproximado de 60º00'00''SW, e com uma distância aproximada de 150,00m, até encontrar o P5 de coordenadas geográficas longitude 42º51'05''WGr, e latitude 04º44'46''S, deste confrontando com Vicente de Paula Medeiros, segue com o rumo aproximado de 69º00'00''NW, atravessando a Rodovia PI-112, com uma distância aproximada de 8.800,00m até encontrar o P6 de coordenadas geográficas longitude 42º55'30''WGr e latitude de 04º43'07''S, situado à margem direita do Rio Parnaíba, segue a referida margem à jusante em direção NW, com o rumo aproximado de 43º30'00''NW, e com uma distância aproximada de 1.382,00m até encontrar o P1, ponto inicial deste perímetro (fonte de referência: carta DSG, folha SB.23-X-B-V, MI 813, escala: 1:100.000, ano 1977 e Certidões do CRI).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua, correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o pre-

sente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis n.ºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166.º da Independência e 99.º da República.

JOSÉ SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.358, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Maria», classificado como latifúndio por exploração, situado no Município de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis n.ºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1.º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Fazenda Santa Maria», com a área de 1.611,2000ha (um mil, seiscentos e onze hectares e vinte ares), situado no Município de Nioaque, no Estado de Mato Grosso do Sul, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.621, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: inicia o perímetro no M-1, de Coordenadas Geográficas Long. 55º51'55"WGr e Lat. 20º59'54"S, situado à margem direita do Córrego Rapadura e comum com terras de Clóvis Medeiros; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Clóvis Medeiros, com os seguintes azimutes verdadeiros e distâncias: M-1 ao M-2 — 13º30'19" e 2.178,15m; M-2 ao M-3 — 67º14'00" e 1.561,67m, chega-se ao

M-3, situado na divisa de terras de Clóvis Medeiros e terras da Fazenda Ipê; deste, segue por linha seca confrontando com a Fazenda Ipê, com azimute verdadeiro de $179^{\circ}13'29''$ e distância de 3.282,10m, chega-se ao M-4, situado à margem direita do Córrego Rapadura; deste, segue pela margem direita do referido córrego, à jusante, com azimute verdadeiro de $268^{\circ}51'32''$ e distância de 498,04m, até o M-5 situado à margem esquerda do Córrego Rapadura e em comum com terras de José Damascena; deste, segue por uma linha seca, confrontando com terras de José Damascena e terras de Maria Marcondes Medeiros, com azimute verdadeiro de $176^{\circ}39'51''$ e distância de 7.468,27m, chega-se ao M-6, situado na divisa das terras de Maria Marcondes Medeiros e terras da Fazenda Formiga; deste, segue por uma linha seca, confrontando com terras da Fazenda Formiga, com azimute verdadeiro de $247^{\circ}49'47''$ e distância de 1.374,68m, chega-se ao M-7, situado na divisa de terras da Fazenda Formiga e terras de Alberto David Medeiros; deste, segue por linha seca, confrontando com terras de Alberto David Medeiros, com azimute verdadeiro de $355^{\circ}07'11''$ e distância de 6.531,36m, chega-se ao M-8, localizado na divisa de terras de Alberto David Medeiros e terras de Maria Letice Medeiros; deste segue por linha seca, confrontando com terras de Maria Letice Medeiros, com azimute verdadeiro de $355^{\circ}24'08''$ e distância de 2.070,91m, chega-se ao M-9, situado à margem esquerda do Córrego Rapadura; deste segue pela margem esquerda do referido Córrego, a montante, com azimute verdadeiro de $113^{\circ}22'47''$ e distância de 70,81m chega-se ao M-1, marco inicial da descrição do perímetro (Fonte de Referência: Carta da DSG, Folha SF-21-X-A-VI, Escala 1:100.000, Ano 1972).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; e b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua, correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no artigo 1º, observadas as condições estabelecidas no artigo 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico de Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.359, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, no Setor de Indústria Química.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu artigo 7º, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevidéu-80, assinaram, aos 19 de agosto de 1986, em Montevidéu, o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, do Setor da Indústria Química.

D E C R E T A :

Art. 1º O Quinto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial nº 5, no Setor da Indústria Química, apenso por cópia ao presente decreto, foi executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O protocolo apenso vigorou até 31 de dezembro de 1986.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Ronaldo Costa

DECRETO Nº 95.360, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-12-87.

DECRETO Nº 95.361, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, no Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.920.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens III e IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.920.000.000,00 (dois bilhões, novecentos e vinte milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes da autorização contida no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-12-87.

DECRETO Nº 95.362, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 210.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-12-87.

DECRETO Nº 95.363, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 3 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 4-12-87.

DECRETO Nº 95.364, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987, cria o Comitê de Limites de Crédito, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I, III e V, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º A partir da data mencionada no artigo 1º, a contratação de novas operações de crédito será feita exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S.A. e demais instituições financeiras oficiais, salvo nas localidades em que não seja possível o atendimento por dependências dessas instituições ou nos casos de acordos de empréstimo com organismos internacionais, nos quais esteja prevista a participação de instituições financeiras privadas.

§ 1º As operações contratadas e em face de desembolso em 31 de dezembro de 1987 terão seus cronogramas de liberação atendidos pelo orçamento das operações oficiais de crédito.

§ 2º O Ministério da Fazenda, observadas as normas de execução orçamentária e financeira da União, ajustará com os agentes financeiros as condições de repasses ou refinanciamentos, inclusive quanto aos cronogramas de desembolso/reembolso, das operações realizadas até 31 de dezembro de 1987».

Art. 2º Fica criado o Comitê de Limites de Crédito, composto pelo Secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, pelo Secretário do Tesouro Nacional e pelo Diretor de Crédito Rural, Industrial e Programas Especiais do Banco Central do Brasil, com a competência de decidir sobre limites de cada instituição financeira para realizar operações com recursos de fundos e programas de fomento.

§ 1º Cada membro do Comitê poderá indicar suplentes, em número máximo de dois, para representá-lo em seus impedimentos.

§ 2º A Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda exercerá a função de Secretaria Executiva do Comitê.

§ 3º O funcionamento do Comitê será regulado em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.365, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação "Vale do Rio Bramado", no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, para execução do Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º, letras e e p, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, combinado com o art. 4º da Lei nº 4.593, de 29 de dezembro de 1964, e com o art. 28 da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), área de terra e respectivas benfeitorias, titulada a diversos particulares, com 3.295,4ha (três mil, duzentos e noventa e cinco hectares e quatro ares), abrangida pelo Projeto de Irrigação «Vale do Rio Bramado», no Município de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, de acordo com as plantas constantes do Processo — PRONI nº 43000.101105/87-12, com a seguinte descrição: o polígono tem início no vértice geodésico de segunda ordem denominado Capela, assim descrito: a partir da saída de Livramento de Nossa Senhora, toma-se a estrada que vai para o Rio de Contas; aproximadamente a 600m da saída de Livramento (local da RN 4) encontramos uma bifurcação à esquerda; deixamos a estrada de Rio de Contas e tomamos a bifurcação, seguindo nessa estrada, cerca de 2.700m, vamos encontrar o sopé de uma pequena elevação à esquerda da estrada no topo da qual existe uma capela (Capela de Santo Antônio); sobe-se a elevação e aí encontramos o marco de concreto e de coordenadas (X,Y), no sistema UTM, 193.982,971 e

8.492.494,418. Neste vértice inicial, visando-se o outro vértice geodésico de segunda ordem chamado Gruta, assim descrito: à entrada da cidade de Livramento de Nossa Senhora, vindo de Brumado, existe uma construção de alvenaria, em forma de cruzeiro, na base da qual existe uma pequena capela (Gruta). O vértice se encontra no braço da cruz que se acha voltado para a cidade de Livramento; bem no meio geométrico do referido braço, encontra-se a posição do vértice, e de coordenadas, também no sistema UTM, 192.017,198 e 8.488.273,428, tem-se o azimute 204.058'19'', no qual o vértice inicial faz o ângulo interno de 61°23'00'' e segue a distância de 19,674m até encontrar o ponto P-2 de coordenadas 193.994,649 e 8.492.478,585; neste faz o ângulo interno de 124°55'35'' e segue a distância de 18,136m até encontrar o ponto P-3 de coordenadas 193.976,519 e 8.492.478,115; neste faz o ângulo interno de 00°00'22'' e segue a distância de 26,672m até encontrar o ponto M-19 de coordenadas 193.949,856 e 8.492.477,421; neste faz o ângulo interno de 257°12'31'' e segue a distância de 19,750m até encontrar o ponto P-4 de coordenadas 193.953,726 e 8.492.496,788; neste faz o ângulo interno de 00°00'30'' e segue a distância de 14,999m até encontrar o ponto P-5 de coordenadas 193.956,663 e 8.492.511,497; neste faz o ângulo interno de 00°00'19'' e segue a distância de 97,568m até encontrar o ponto M-20 de coordenadas 193.975,759 e 8.492.607,178; neste faz o ângulo interno de 335°01'38'' e segue a distância de 107,952m até encontrar o ponto M-21 de coordenadas 193.950,217 e 8.492.712,065; neste faz o ângulo interno de 60°23'55'' e segue a distância de 262,377m até encontrar o ponto M-22 de coordenadas 193.690,340 e 8.492.748,196; neste faz o ângulo interno de 76°06'20'' e segue a distância de 12,618m até encontrar o ponto P-6 de coordenadas 193.685,652 e 8.492.736,481; neste faz o ângulo interno de 00°00'12'' e segue a distância de 12,857m até encontrar o ponto P-7 de coordenadas 193.680,876 e 8.492.724,544; neste faz o ângulo interno de 00°00'28'' e segue a distância de 54,903m até encontrar o ponto M-23 de coordenadas 193.660,488 e 8.492.673,567; neste faz o ângulo interno de 91°24'55'' e segue a distância de 160,635m até encontrar o ponto M-24 de coordenadas 193.512,858 e 8.492.736,884; neste faz o ângulo interno de 124°03'56'' e segue a distância de 20,306m até encontrar o ponto P-8 de coordenadas 193.516,681 e 8.492.716,941; neste faz o ângulo interno de 00°00'22'' e segue a distância de 72,894m até encontrar o ponto M-25 de coordenadas 193.530,412 e 8.492.645,352; neste faz o ângulo interno de 66°02'22'' e segue a distância de 13,128m até encontrar o ponto P-9 de coordenadas 193.519,634 e 8.492.637,856; neste faz o ângulo interno de 00°00'20'' e segue a distância de 10,022m até encontrar o ponto P-10 de coordenadas 193.511,407 e 8.492.632,133; neste faz o ângulo interno de 00°00'21'' e segue a distância de 15,033m até encontrar o ponto M-26 de coordenadas 193.499,067 e 8.492.628,547; neste faz o ângulo interno de 75°03'22'' e segue a distância de 72,189m até encontrar o ponto P-11 de coordenadas 193.443,951 e 8.492.670,167; neste faz o ângulo interno de 00°00'23'' e segue a distância de 78,797m até encontrar o ponto M-27 de

coordenadas 193.383,784 e 8.492.721,048; neste faz o ângulo interno de 97°09'55" e segue a distância de 71,124m até encontrar o ponto P-12 de coordenadas 193.344,990 e 8.492.661,435; neste faz o ângulo interno de 00°00'27" e segue a distância de 82,157m até encontrar o ponto M-28 de coordenadas 193.300,187 e 8.492.592,569; neste faz o ângulo interno de 39°44'05" e segue a distância de 34,237m até encontrar o ponto P-13 de coordenadas 193.304,174 e 8.492.558,565; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 19,201m até encontrar o ponto M-29 de coordenadas 193.306,412 e 8.492.589,495; neste faz o ângulo interno de 77°47'44" e segue a distância de 25,018m até encontrar o ponto P-14 de coordenadas 193.282,742 e 8.492.531,392; neste faz o ângulo interno de 00°00'27" e segue a distância de 52,083m até encontrar o ponto P-15 de coordenadas 193.233,469 e 8.492.514,517; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 73,461m até encontrar o ponto M-30 de coordenadas 193.163,973 e 8.492.490,708; neste faz o ângulo interno de 23°57'01" e segue a distância de 93,874m até encontrar o ponto P-16 de coordenadas 193.095,163 e 8.492.426,852; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 81,432m até encontrar o ponto P-17 de coordenadas 193.035,479 e 8.492.371,453; neste faz o ângulo interno de 00°00'25" e segue a distância de 34,944m até encontrar o ponto M-31 de coordenadas 193.009,870 e 8.492.347,677; neste faz o ângulo interno de 13°03'59" e segue a distância de 62,078m até encontrar o ponto P-18 de coordenadas 192.956,005 e 8.492.316,818; neste faz o ângulo interno de 00°00'25" e segue a distância de 158,799m até encontrar o ponto M-32 de coordenadas 192.818,225 e 8.492.237,863; neste faz o ângulo interno de 67°43'38" e segue a distância de 77,399m até encontrar o ponto P-19 de coordenadas 192.757,161 e 8.492.285,421; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 150,393m até encontrar o ponto M-33 de coordenadas 192.638,497 e 8.492.377,817; neste faz o ângulo de 26°39'48" e segue a distância de 66,955m até encontrar o ponto M-34 de coordenadas 192.609,745 e 8.492.438,284; neste faz o ângulo interno de 14°56'25" e segue a distância de 196,644m até encontrar o ponto M-35 de coordenadas 192.482,371 e 8.492.588,100; neste faz o ângulo interno de 47°42'50" e segue a distância de 165,095m até encontrar o ponto M-36 de coordenadas 192.317,368 e 8.492.593,616; neste faz o ângulo interno de 30°48'48" e segue a distância de 185,503m até encontrar o ponto M-37 de coordenadas 192.161,316 e 8.492.693,912; neste faz o ângulo interno de 84°56'36" e segue a distância de 290,353m até encontrar o ponto M-38 de coordenadas 191.983,414 e 8.492.464,444; neste faz o ângulo interno de 90°07'58" e segue a distância de 88,238m até encontrar o ponto P-20 de coordenadas 191.913,804 e 8.492.518,670; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 44,284m até encontrar o ponto M-39 de coordenadas 191.878,866 e 8.492.545,881; neste faz o ângulo interno de 39°45'03" e segue a distância de 65,190m até encontrar o ponto P-21 de coordenadas 191.813,709 e 8.492.543,790; neste faz o ângulo interno de 00°00'25" e segue a distância de 32,270m até encontrar o ponto M-40 de coordenadas

191.781,456 e 8.492.542,751; neste faz o ângulo interno de $23^{\circ}02'18''$ e segue a distância de 51,961m até encontrar o ponto P-22 de coordenadas 191.733,009 e 8.492.561,536; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'21''$ e segue a distância de 176,528m até encontrar o ponto P-23 de coordenadas 191.568,414 e 8.492.625,337; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 134,227m até encontrar o ponto M-41 de coordenadas 191.443,255 e 8.492.673,836; neste faz o ângulo interno de $50^{\circ}55'20''$ e segue a distância de 76,623m até encontrar o ponto M-42 de coordenadas 191.376,725 e 8.492.635,825; neste faz o ângulo interno de $80^{\circ}24'09''$ e segue a distância de 80,927m até encontrar o ponto M-43 de coordenadas 191.404,594 e 8.492.559,858; neste faz o ângulo interno de $17^{\circ}12'51''$ e segue a distância de 45,265m até encontrar o ponto M-44 de coordenadas 191.406,907 e 8.492.514,642; neste faz o ângulo interno de $15^{\circ}48'28''$ e segue a distância de 64,958m até encontrar o ponto M-45 de coordenadas 191.427,773 e 8.492.453,127; neste faz o ângulo interno de $39^{\circ}23'57''$ e segue a distância de 55,909m até encontrar o ponto M-46 de coordenadas 191.408,045 e 8.492.400,814; neste faz o ângulo interno de $13^{\circ}29'16''$ e segue a distância de 35,343m até encontrar o ponto M-47 de coordenadas 191.403,631 e 8.492.365,748; neste faz o ângulo interno de $07^{\circ}32'37''$ e segue a distância de 81,767m até encontrar o ponto M-48 de coordenadas 191.382,857 e 8.492.286,664; neste faz o ângulo interno de $111^{\circ}10'14''$ e segue a distância de 43,725m até encontrar o ponto P-24 de coordenadas 191.347,433 e 8.492.312,296; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 86,126m até encontrar o ponto M-49 de coordenadas 191.277,651 e 8.492.362,776; neste faz o ângulo interno de $03^{\circ}01'55''$ e segue a distância de 82,239m até encontrar o ponto M-50 de coordenadas 191.204,937 e 8.492.401,193; neste faz o ângulo interno de $66^{\circ}33'54''$ e segue a distância de 92,568m até encontrar o ponto M-51 de coordenadas 191.132,710 e 8.492.343,295; neste faz o ângulo interno de $06^{\circ}03'53''$ e segue a distância de 87,901 até encontrar o ponto M52 de coordenadas 191.058,700 e 8.492.295,870; neste faz o ângulo interno de $04^{\circ}21'46''$ e segue a distância de 79,217m até encontrar o ponto P-25 de coordenadas 190.995,446 e 8.492.248,180; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'26''$ e segue a distância de 125,606m até encontrar o ponto M-53 de coordenadas 190.895,161 e 8.492.172,551; neste faz o ângulo interno de $06^{\circ}31'37''$ e segue a distância de 24,145m até encontrar o ponto M-54 de coordenadas 190.877,661 e 8.492.155,916; neste faz o ângulo interno de $76^{\circ}01'56''$ e segue a distância de 81,951m até encontrar o ponto M-55 de coordenadas 190.918,116 e 8.492.084,646; neste faz o ângulo interno de $05^{\circ}46'05''$ e segue a distância de 51,591m até encontrar o ponto M-56 de coordenadas 190.947,964 e 8.492.042,556; neste faz o ângulo interno de $09^{\circ}54'54''$ e segue a distância de 110,528m até encontrar o ponto M-57 de coordenadas 191.026,478 e 8.491.964,771; neste faz o ângulo interno de $98^{\circ}26'41''$ e segue a distância de 296,438m até encontrar o ponto M-58 de coordenadas 190.789,169 e 8.491.787,119; neste faz o ângulo interno de $94^{\circ}35'49''$ e segue a distância de 125,644m até encontrar o ponto M-59 de coordenadas

190.872,285 e 8.491.692,895; neste faz o ângulo interno de $92^{\circ}18'21''$ e segue a distância de 139,153m até encontrar o ponto M-60 de coordenadas 190.764,311 e 8.491.605,116; neste faz o ângulo interno de $03^{\circ}33'12''$ e segue a distância de 26,056m até encontrar o ponto P-26 de coordenadas 190.743,113 e 8.491.589,964; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'18''$ e segue a distância de 19,973m até encontrar o ponto M-61 de coordenadas 190.726,865 e 8.491.578,348; neste faz o ângulo interno de $97^{\circ}19'14''$ e segue a distância de 254,778m até encontrar o ponto M-62 de coordenadas 190.606,308 e 8.491.802,798; neste faz o ângulo interno de $278^{\circ}01'51''$ e segue a distância de 50,252m até encontrar o ponto M-63 de coordenadas 190.646,822 e 8.491.832,528; neste faz o ângulo interno de $278^{\circ}01'08''$ e segue a distância de 54,960m até encontrar o ponto P-27 de coordenadas 190.620,806 e 8.491.880,940; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'29''$ e segue a distância de 12,224m até encontrar o ponto M-64 de coordenadas 190.615,018 e 8.491.891,707; neste faz o ângulo interno de $318^{\circ}32'44''$ e segue a distância de 35,976m até encontrar o ponto M-65 de coordenadas 190.623,229 e 8.491.926,733; neste faz o ângulo interno de $22^{\circ}27'38''$ e segue a distância de 37,860m até encontrar o ponto M-66 de coordenadas 190.645,297 e 8.491.957,496; neste faz o ângulo interno de $302^{\circ}52'16''$ e segue a distância de 26,635m até encontrar o ponto P-28 de coordenadas 190.635,546 e 8.491.982,282; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 24,402m até encontrar o ponto M-67 de coordenadas 190.626,610 e 8.492.004,989; neste faz o ângulo interno de $281^{\circ}56'41''$ e segue a distância de 9,029m até encontrar o ponto M-68 de coordenadas 190.634,146 e 8.492.009,963; neste faz o ângulo interno de $277^{\circ}50'26''$ e segue a distância de 53,890m até encontrar o ponto M-69 de coordenadas 190.610,873 e 8.492.058,569; neste faz o ângulo interno de $01^{\circ}23'13''$ e segue a distância de 224,485m até encontrar o ponto P-29 de coordenadas 190.509,055 e 8.492.258,636; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'20''$ e segue a distância de 50,367m até encontrar o ponto M-70 de coordenadas 190.486,206 e 8.492.303,522; neste faz o ângulo interno de $300^{\circ}21'48''$ e segue a distância de 56,884m até encontrar o ponto M-71 de coordenadas 190.516,900 e 8.492.351,414; neste faz o ângulo interno de $312^{\circ}29'00''$ e segue a distância de 53,873m até encontrar o ponto M-72 de coordenadas 190.503,083 e 8.492.403,485; neste faz o ângulo interno de $06^{\circ}07'09''$ e segue a distância de 108,415m até encontrar o ponto P-30 de coordenadas 190.486,606 e 8.492.510,641; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 37,019m até encontrar o ponto M-73 de coordenadas 190.480,976 e 8.492.547,229; neste faz o ângulo interno de $10^{\circ}50'29''$ e segue a distância de 488,503m até encontrar o ponto M-74 de coordenadas 190.317,193 e 8.493.007,458; neste faz o ângulo interno de $56^{\circ}00'39''$ e segue a distância de 100,547m até encontrar o ponto P-31 de coordenadas 190.219,805 e 8.493.032,463; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'25''$ e segue a distância de 41,621m até encontrar o ponto M-75 de coordenadas 190.179,490 e 8.493.042,809; neste faz o ângulo interno de $56^{\circ}53'52''$ e segue a distância de 138,285m até encontrar o ponto P-32 de coordena-

das 190.135,133 e 8.493.173,787; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 323,274m até encontrar o ponto M-76 de coordenadas 190.031,404 e 8.493.479,967; neste faz o ângulo interno de $13^{\circ}01'56''$ e segue a distância de 105,215m até encontrar o ponto P-33 de coordenadas 189.976,042 e 8.493.569,439; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 44,826m até encontrar o ponto M-77 de coordenadas 189.952,451 e 8.493.607,555; neste faz o ângulo interno de $323^{\circ}00'10''$ e segue a distância de 130,310m até encontrar o ponto M-78 de coordenadas 189.964,358 e 8.493.737,320; neste faz o ângulo interno de $274^{\circ}56'37''$ e segue a distância de 192,548m até encontrar o ponto M-79 de coordenadas 189.774,845 e 8.493.771,372; neste faz o ângulo interno de $104^{\circ}55'02''$ e segue a distância de 116,580m até encontrar o ponto P-34 de coordenadas 189.784,460 e 8.493.655,189; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 74,916m até encontrar o ponto M-80 de coordenadas 189.790,647 e 8.493.580,529; neste faz o ângulo interno de $14^{\circ}31'06''$ e segue a distância de 15,569m até encontrar o ponto P-35 de coordenadas 189.788,002 e 8.493.565,186; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'27''$ e segue a distância de 115,402m até encontrar o ponto M-81 de coordenadas 189.768,412 e 8.493.451,459; neste faz o ângulo interno de $17^{\circ}03'55''$ e segue a distância de 180,719m até encontrar o ponto M-82 de coordenadas 189.791,349 e 8.493.272,201; neste ponto faz o ângulo interno de $29^{\circ}04'00''$ e segue a distância de 57,733m até encontrar o ponto P-36 de coordenadas 189.769,932 e 8.493.218,587; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 62,737m até encontrar o ponto M-83 de coordenadas 189.746,665 e 8.493.160,324; neste faz o ângulo interno de $14^{\circ}35'46''$ e segue a distância de 69,514m até encontrar o ponto P-37 de coordenadas 189.705,448 e 8.493.104,347; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'27''$ e segue a distância de 38,182m até encontrar o ponto M-84 de coordenadas 189.682,813 e 8.493.073,698; neste faz o ângulo interno de $57^{\circ}16'15''$ e segue a distância de 94,660m até encontrar o ponto M-85 de coordenadas 189.588,337 e 4.493.079,589; neste faz o ângulo interno de $90^{\circ}45'59''$ e segue a distância de 264,100m até encontrar o ponto M-86 de coordenadas 189.575,150 e 8.492.815,818; neste faz o ângulo interno de $32^{\circ}01'59''$ e segue a distância de 144,184m até encontrar o ponto M-87 de coordenadas 189.492,66 e 8.492.697,558; neste faz o ângulo interno de $96^{\circ}18'12''$ e segue a distância de 51,734m até encontrar o ponto M-88 de coordenadas 189.538,091 e 8.492.672,800; neste faz o ângulo interno de $94^{\circ}18'25''$ e segue a distância de 111,131m até encontrar o ponto M-87 de coordenadas 189.477,730 e 8.492.579,491; neste faz o ângulo interno de $04^{\circ}30'04''$ e segue a distância de 217,806m até encontrar o ponto M-90 de coordenadas 189.374,145 e 8.492.387,894; neste faz o ângulo interno de $05^{\circ}15'07''$ e segue a distância de 148,799m até encontrar o ponto M-91 de coordenadas 189.315,657 e 8.492.251,072; neste faz o ângulo de $136^{\circ}03'02''$ e segue a distância de 51,065m até encontrar o ponto M-92 de coordenadas 189.362,696 e 8.492.270,947; neste faz o ângulo interno de $68^{\circ}08'50''$ e segue a distância de 51,864m até encontrar o ponto M-93 de

coordenadas 189.399,214 e 8.492.234,119; neste faz o ângulo interno de 57°25'24" e segue a distância de 51,304m até encontrar o ponto M-94 de coordenadas 189.387,965 e 8.492.184,063; neste faz o ângulo interno de 99° 03'40" e segue a distância de 39,176m até encontrar o ponto M-95 de coordenadas 189.427,064 e 8.492.181,600; neste faz o ângulo interno de 10°45'40" e segue a distância de 85,528m até encontrar o ponto M-96 de coordenadas 189.509,918 e 8.492.160,380; neste faz o ângulo interno de 25°55'19" e segue a distância de 90,749m até encontrar o ponto M-97 de coordenadas 189.579,142 e 8.492.101,700; neste faz o ângulo interno de 77°24'43" e segue a distância de 55,050m até encontrar o ponto M-98 de coordenadas 189.553,553 e 8.492.052,959; neste faz o ângulo interno de 47°21'27" e segue a distância de 36,441m até encontrar o ponto P-38 de coordenadas 189.565,812 e 8.492.018,642; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 65,883m até encontrar o ponto M-99 de coordenadas 189.587,982 e 8.491.956,601; neste faz o ângulo interno de 43°47'52" e segue a distância de 110,829m até encontrar o ponto M-100 de coordenadas 189.542,668 e 8.491.855,459; neste faz o ângulo interno de 52°46'36" e segue a distância de 50,089m até encontrar o ponto M-101 de coordenadas 189.566,678 e 8.491.811,500; neste faz o ângulo interno de 87°14'35" e segue a distância de 66,425m até encontrar o ponto M-102 de coordenadas 189.509,981 e 8.491.776,892; neste faz o ângulo interno de 98°32'50" e segue a distância de 122,098m até encontrar o ponto P-39 de coordenadas 189.588,378 e 8.491.683,287; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 161,601m até encontrar o ponto M-103 de coordenadas 189.692,152 e 8.491.559,408; neste faz o ângulo interno de 02°40'59" e segue a distância de 100,462m até encontrar o ponto M-104 de coordenadas 189.752,989 e 8.491.479,461; neste faz o ângulo interno de 89°31'34" e segue a distância de 141,554m até encontrar o ponto M-105 de coordenadas 189.641,054 e 8.491.392,811; neste faz o ângulo interno de 99°44'50" e segue a distância de 62,132m até encontrar o ponto M-106 de coordenadas 189.686,856 e 8.491.350,828; neste faz o ângulo interno de 72°16'26" e segue a distância de 45,224m até encontrar o ponto M-107 de coordenadas 189.667,899 e 8.491.309,769; neste faz o ângulo interno de 52°22'21" e segue a distância de 194,115m até encontrar o ponto M-108 de coordenadas 189.757,801 e 8.491.137,727; neste faz o ângulo interno de 86°27'25" e segue a distância de 94,882m até encontrar o ponto M-109 de coordenadas 189.676,585 e 8.491.088,671; neste faz o ângulo interno de 12°07'50" e segue a distância de 120,973m até encontrar o ponto M-110 de coordenadas 189.588,491 e 8.491.005,762; neste faz o ângulo interno de 28°42'27" e segue a distância de 38,394m até encontrar o ponto M-111 de coordenadas 189.576,608 e 8.490.969,253; neste faz o ângulo interno de 73°29'44" e segue a distância de 49,855m até encontrar o ponto M-112 de coordenadas 189.617,678 e 8.490.940,991; neste faz o ângulo interno de 79°10'41" e segue a distância de 35,426m até encontrar o ponto M-113 de coordenadas 189.642,883 e 8.490.965,885; neste faz o ângulo interno de 85°54'05" e segue a distância de 43,880m até encontrar o ponto M-114 de

coordenadas 189.675,870 e 8.490.936,949; neste faz o ângulo interno de 03°58'03" e segue a distância de 106,496m até encontrar o ponto M-115 de coordenadas 189.760,597 e 8.490.872,429; neste faz o ângulo interno de 12°42'40" e segue a distância de 31,572m até encontrar o ponto M-116 de coordenadas 189.780,891 e 8.490.848,243; neste faz o ângulo interno de 16°21'44" e segue a distância de 93,631m até encontrar o ponto M-117 de coordenadas 189.818,432 e 8.490.762,467; neste faz o ângulo interno de 23°19'32" e segue a distância de 32,762m até encontrar o ponto M-118 de coordenadas 189.842,378 e 8.490.740,108; neste faz o ângulo interno de 14°09'45" e segue a distância de 70,146m até encontrar o ponto M-119 de coordenadas 189.880,377 e 8.490.681,146; neste faz o ângulo interno de 29°15'09" e segue a distância de 44,215m até encontrar o ponto M-120 de coordenadas 189.919,436 e 8.490.660,424; neste faz o ângulo interno de 11°23'40" e segue a distância de 209,913m até encontrar o ponto M-121 de coordenadas 190.081,779 e 8.490.527,351; neste faz o ângulo interno de 109°47'45" e segue a distância de 160,758m até encontrar o ponto M-122 de coordenadas 189.943,784 e 8.490.444,885; neste faz o ângulo interno de 93°19'58" e segue a distância de 100,275m até encontrar o ponto M-123 de coordenadas 190.000,140 e 8.490.361,945; neste faz o ângulo interno de 02°27'57" e segue a distância de 188,194m até encontrar o ponto M-124 de coordenadas 190.099,113 e 8.490.201,878; neste faz o ângulo interno de 62°03'07" e segue a distância de 186,078m até encontrar o ponto M-125 de coordenadas 190.284,786 e 8.490.214,150; neste faz o ângulo interno de 67°21'04" e segue a distância de 79,446m até encontrar o ponto M-126 de coordenadas 190.320,148 e 8.490.143,008; neste faz o ângulo interno de 17°12'45" e segue a distância de 89,149m até encontrar o ponto M-127 de coordenadas 190.381,675 e 8.490.078,495; neste faz o ângulo interno de 05°26'25" e segue a distância de 40,224m até encontrar o ponto M-128 de coordenadas 190.406,551 e 8.490.046,886; neste faz o ângulo interno de 09°03'42" e segue a distância de 55,340m até encontrar o ponto M-129 de coordenadas 190.447,198 e 8.490.009,331; neste faz o ângulo interno de 90°59'02" e segue a distância de 145,178m até encontrar o ponto M-130 de coordenadas 190.346,861 e 8.489.904,407; neste faz o ângulo interno de 81°49'24" e segue a distância de 103,133m até encontrar o ponto P-40 de coordenadas 190.410,503 e 8.489.823,252; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 194,932m até encontrar o ponto M-131 de coordenadas 190.530,808 e 8.489.669,873; neste faz o ângulo interno de 102.43'17" e segue a distância de 176,839m até encontrar o ponto M-132 de coordenadas 190.371,047 e 8.489.594,054; neste faz o ângulo interno de 89°48'02" e segue a distância de 368,309m até encontrar o ponto M-133 de coordenadas 190.527,800 e 8.489.260,767; neste faz o ângulo interno de 12°33'00" e segue a distância de 335,678m até encontrar o ponto M-134 de coordenadas 190.733,255 e 8.488.995,309; neste faz o ângulo interno de 01°05'32" e segue a distância de 404,718m até encontrar o ponto P-41 de coordenadas 190.987,023 e 8.488.680,034; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 407,013m até encontrar o ponto M-135

de coordenadas 191.242,265 e 8.488.362,999; neste faz o ângulo interno de 06°18'20" e segue a distância de 160,776m até encontrar o ponto M-136 de coordenadas 191.356,234 e 8.488.249,597; neste faz o ângulo interno de 89°46'35" e segue a distância de 352,596m até encontrar o ponto P-42 de coordenadas 191.108,510 e 8.487.998,685; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 552,968m até encontrar o ponto M-137 de coordenadas 190.720,054 e 8.487.605,143; neste faz o ângulo interno de 05°27'52" e segue a distância de 272,306m até encontrar o ponto M-138 de coordenadas 190.548,085 e 8.487.394,010; neste faz o ângulo interno de 75°40'37" e segue a distância de 355,379m até encontrar o ponto P-43 de coordenadas 190.759,541 e 8.487.108,387; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 408,374m até encontrar o ponto M-139 de coordenadas 191.002,566 e 8.486.780,198; neste faz o ângulo interno de 26°42'47" e segue a distância de 286,414m até encontrar o ponto M-140 de coordenadas 191.258,290 e 8.486.651,208; neste faz o ângulo interno de 72°16'32" e segue a distância de 129,645m até encontrar o ponto M-141 de coordenadas 191.237,914 e 8.486.523,174; neste faz o ângulo interno de 23°55'49" e segue a distância de 53,664m até encontrar o ponto P-44 de coordenadas 191.208,708 e 8.486.478,154; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 55,005m até encontrar o ponto M-142 de coordenadas 191.178,777 e 8.486.432,005; neste faz o ângulo interno de 40°33'33" e segue a distância de 83,163m até encontrar o ponto M-143 de coordenadas 191.099,028 e 8.486.408,421; neste faz o ângulo interno de 45°51'58" e segue a distância de 144,090m até encontrar o ponto M-144 de coordenadas 191.032,139 e 8.486.280,797; neste faz o ângulo interno de 71°10'28" e segue a distância de 67,316m até encontrar o ponto M-145 de coordenadas 191.078,489 e 8.486.231,980; neste faz o ângulo interno de 31°27'59" e segue a distância de 115,574m até encontrar o ponto M-146 de coordenadas 191.190,115 e 8.486.202,031; neste faz o ângulo interno de 08°37'00" e segue a distância de 164,110m até encontrar o ponto M-147 de coordenadas 191.353,202 e 8.486.183,732; neste faz o ângulo interno de 35°13'30" e segue a distância de 82,349m até encontrar o ponto M-148 de coordenadas 191.425,349 e 8.486.223,433; neste faz o ângulo interno de 03°16'49" e segue a distância de 102,442m até encontrar o ponto M-149 de coordenadas 191.512,127 e 8.486.277,876; neste faz o ângulo interno de 140°48'50" e segue a distância de 215,530m até encontrar o ponto M-150 de coordenadas 191.442,988 e 8.486.073,436; neste faz o ângulo interno de 02°52'32" e segue a distância de 95,746m até encontrar o ponto M-151 de coordenadas 191.407,763 e 8.485.984,705; neste faz o ângulo interno de 134°11'07" e segue a distância de 205,047m até encontrar o ponto M-152 de coordenadas 191.597,066 e 8.486.063,501; neste faz o ângulo interno de 48°14'23" e segue a distância de 165,042m até encontrar o ponto M-153 de coordenadas 191.745,856 e 8.485.992,083; neste faz o ângulo interno de 21°03'20" e segue a distância de 224,273m até encontrar o ponto M-154 de coordenadas 191.969,411 e 8.485.974,155; neste faz o ângulo interno de 94°04'52" e segue a distância de 97,996m até encontrar o ponto M-155 de

coordenadas 191.970,273 e 8.486.072,147; neste faz o ângulo interno de $350^{\circ}41'04''$ e segue a distância de 139,037m até encontrar o ponto M-156 de coordenadas 191.948,974 e 8.486.209,543; neste faz o ângulo interno de $255^{\circ}26'08''$ e segue a distância de 172,634m até encontrar o ponto M-157 de coordenadas 192.120,739 e 8.486.192,239; neste faz o ângulo interno de $16^{\circ}40'45''$ e segue a distância de 41,771m até encontrar o ponto M-158 de coordenadas 192.159,349 e 8.486.176,300; neste faz o ângulo interno de $05^{\circ}30'23''$ e segue a distância de 130,238m até encontrar o ponto M-159 de coordenadas 192.283,946 e 8.486.138,384; neste faz o ângulo interno de $62^{\circ}18'33''$ e segue a distância de 87,416m até encontrar o ponto M-160 de coordenadas 192.300,274 e 8.486.052,506; neste faz o ângulo interno de $82^{\circ}04'56''$ e segue a distância de 53,838m até encontrar o ponto M-161 de coordenadas 192.249,273 e 8.486.035,260; neste faz o ângulo interno de $80^{\circ}08'32''$ e segue a distância de 51,245m até encontrar o ponto M-162 de coordenadas 192.257,135 e 8.485.984,622; neste faz o ângulo interno de $70^{\circ}48'13''$ e segue a distância de 129,317m até encontrar o ponto M-163 de coordenadas 192.142,978 e 8.485.923,868; neste faz o ângulo interno de $103^{\circ}33'36''$ e segue a distância de 74,452m até encontrar o ponto P-45 de coordenadas 192.192,391 e 8.485.868,177; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 145,632m até encontrar o ponto M-164 de coordenadas 192.289,058 e 8.485.759,254; neste faz o ângulo interno de $84^{\circ}41'13''$ e segue a distância de 222,433m até encontrar o ponto P-46 de coordenadas 192.137,079 e 8.485.596,838; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 135,328m até encontrar o ponto P-47 de coordenadas 192.044,627 e 8.485.498,014; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 53,249m até encontrar o ponto M-165 de coordenadas 192.008,253 e 8.485.459,124; neste faz o ângulo interno de $31^{\circ}19'17''$ e segue a distância de 100,243m até encontrar o ponto P-48 de coordenadas 191.911,699 e 8.485.432,178; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 50,493m até encontrar o ponto M-166 de coordenadas 191.863,066 e 8.485.418,600; neste faz o ângulo interno de $75^{\circ}23'16''$ e segue a distância de 287,710m até encontrar o ponto M-167 de coordenadas 191.868,023 e 8.485.130,933; neste faz o ângulo interno de $81^{\circ}27'47''$ e segue a distância de 214,504m até encontrar o ponto P-49 de coordenadas 191.656,476 e 8.485.095,440; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 53,207m até encontrar o ponto M-168 de coordenadas 191.604,003 e 8.485.086,630; neste faz o ângulo interno de $97^{\circ}52'37''$ e segue a distância de 63,335m até encontrar o ponto P-50 de coordenadas 191.622,951 e 8.485.026,196; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 240,636m até encontrar o ponto M-169 de coordenadas 191.694,967 e 8.484.796,589; neste faz o ângulo interno de $109^{\circ}19'01''$ e segue a distância de 96,424m até encontrar o ponto M-170 de coordenadas 191.772,246 e 8.484.854,256; neste faz o ângulo interno de $132^{\circ}35'31''$ e segue a distância de 552,362m até encontrar o ponto P-51 de coordenadas 191.715,841 e 8.484.304,781; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 156,045m

até encontrar o ponto M-171 de coordenadas 191.699,924 e 8.484.149,550; neste faz o ângulo interno de $06^{\circ}34'40''$ e segue a distância de 306,524m até encontrar o ponto M-172 de coordenadas 191.633,934 e 8.483.850,214; neste faz o ângulo interno de $54^{\circ}50'47''$ e segue a distância de 194,510m até encontrar o ponto M-173 de coordenadas 191.454,519 e 8.483.775,084; neste faz o ângulo interno de $55^{\circ}39'30''$ e segue a distância de 290,791m até encontrar o ponto M-174 de coordenadas 191.210,467 e 8.483.933,192; neste faz o ângulo interno de $10^{\circ}34'28''$ e segue a distância de 126,230m até encontrar o ponto P-52 de coordenadas 191.093,730 e 8.483.981,218; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 72,223m até encontrar o ponto P-53 de coordenadas 191.026,935 e 8.484.008,689; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 207,652m até encontrar o ponto M-175 de coordenadas 190.834,881 e 8.484.087,650; neste faz o ângulo interno de $07^{\circ}19'17''$ e segue a distância de 186,557m até encontrar o ponto M-176 de coordenadas 190.672,785 e 8.484.179,999; neste faz o ângulo interno de $81^{\circ}43'13''$ e segue a distância de 70,501m até encontrar o ponto M-177 de coordenadas 190.629,428 e 8.484.124,406; neste faz o ângulo interno de $50^{\circ}06'23''$ e segue a distância de 196,304m até encontrar o ponto P-54 de coordenadas 190.433,237 e 8.484.117,750; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 123,701m até encontrar o ponto M-178 de coordenadas 190.309,608 e 8.484.113,542; neste faz o ângulo interno de $91^{\circ}47'16''$ e segue a distância de 102,068m até encontrar o ponto P-55 de coordenadas 190.316,261 e 8.484.011,691; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 373,197m até encontrar o ponto P-56 de coordenadas 190.340,630 e 8.483.639,290; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 165,465m até encontrar o ponto M-179 de coordenadas 190.351,453 e 8.483.474,179; neste faz o ângulo interno de $72^{\circ}27'54''$ e segue a distância de 57,153m até encontrar o ponto M-180 de coordenadas 190.298,199 e 8.483.453,432; neste faz o ângulo interno de $36^{\circ}59'00''$ e segue a distância de 97,909m até encontrar o ponto M-181 de coordenadas 190.246,705 e 8.483.370,158; neste faz o ângulo interno de $25^{\circ}06'01''$ e segue a distância de 65,949m até encontrar o ponto M-182 de coordenadas 190.191,501 e 8.483.334,077; neste faz o ângulo interno de $55^{\circ}00'14''$ e segue a distância de 127,425m até encontrar o ponto M-183 de coordenadas 190.187,437 e 8.483.206,717; neste faz o ângulo interno de $12^{\circ}26'53''$ e segue a distância de 116,221m até encontrar o ponto M-184 de coordenadas 190.158,778 e 8.483.094,085; neste faz o ângulo interno de $07^{\circ}34'23''$ e segue a distância de 325,601m até encontrar o ponto M-185 de coordenadas 190.120,774 e 8.482.770,709; neste faz o ângulo interno de $37^{\circ}23'23''$ e segue a distância de 30,436m até encontrar o ponto M-186 de coordenadas 190.136,307 e 8.482.744,535; neste faz o ângulo interno de $58^{\circ}38'31''$ e segue a distância de 89,819m até encontrar o ponto M-187 de coordenadas 190.226,120 e 8.482.743,483; neste faz o ângulo interno de $13^{\circ}57'15''$ e segue a distância de 119,122m até encontrar o ponto M-188 de coordenadas 190.341,382 e 8.482.713,405; neste faz o ângulo interno de $05^{\circ}40'48''$ e segue a distância de 62,730m

até encontrar o ponto M-189 de coordenadas 190.403,349 e 8.482.703,651; neste faz o ângulo interno de 08°17'58" e segue a distância de 57,222m até encontrar o ponto M-190 de coordenadas 190.460,567 e 8.482.703,006; neste faz o ângulo interno de 03°36'20" e segue a distância de 44,663m até encontrar o ponto M-191 de coordenadas 190.505,170 e 8.482.705,312; neste faz o ângulo interno de 91°18'50" e segue a distância de 43,350m até encontrar o ponto P-57 de coordenadas 190.506,415 e 8.482.661,980; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 993,608m até encontrar o ponto P-58 de coordenadas 190.535,062 e 8.481.668,785; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 271,591m até encontrar o ponto M-192 de coordenadas 190.542,922 e 8.481.397,308; neste faz o ângulo interno de 13°56'17" e segue a distância de 1.041,260m até encontrar o ponto M-193 de coordenadas 190.822,873 e 8.480.394,387; neste faz o ângulo interno de 07°30'11" e segue a distância de 215,566m até encontrar o ponto P-59 de coordenadas 190.853,222 e 8.480.180,968; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 300,157m até encontrar o ponto M-194 de coordenadas 190.895,514 e 8.479.883,805; neste faz o ângulo interno de 01°36'22" e segue a distância de 167,840m até encontrar o ponto P-60 de coordenadas 190.914,496 e 8.479.717,042; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 344,671m até encontrar o ponto P-61 de coordenadas 190.953,514 e 8.479.374,587; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 327,787m até encontrar o ponto M-195 de coordenadas 190.990,657 e 8.479.048,911; neste faz o ângulo interno de 15°30'18" e segue a distância de 496,442m até encontrar o ponto M-196 de coordenadas 191.176,719 e 8.478.588,655; neste faz o ângulo interno de 67°41'31" e segue a distância de 278,780m até encontrar o ponto M-197 de coordenadas 191.455,495 e 8.478.587,212; neste faz o ângulo interno de 129°09'11" e segue a distância de 557,789m até encontrar o ponto P-62 de coordenadas 191.101,075 e 8.478.156,497; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 111,467m até encontrar o ponto M-198 de coordenadas 191.030,258 e 8.478.070,416; neste faz o ângulo interno de 18°25'53" e segue a distância de 142,748m até encontrar o ponto M-199 de coordenadas 190.979,074 e 8.477.937,160; neste faz o ângulo interno de 09°51'14" e segue a distância de 206,551m até encontrar o ponto M-200 de coordenadas 190.939,103 e 8.477.734,513; neste faz o ângulo interno de 10°10'13" e segue a distância de 73,610m até encontrar o ponto P-63 de coordenadas 190.937,834 e 8.477.660,914; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 176,883m até encontrar o ponto M-201 de coordenadas 190.934,804 e 8.477.484,057; neste faz o ângulo interno de 12°50'23" e segue a distância de 188,248m até encontrar o ponto P-64 de coordenadas 190.973,488 e 8.477.299,826; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 158,664m até encontrar o ponto M-202 de coordenadas 191.006,110 e 8.477.144,552 neste faz o ângulo interno de 85°00'24" e segue a distância de 77,755m até encontrar o ponto P-65 de coordenadas 191.083,307 e 8.477.153,855; neste faz o ângulo interno de 03°55'45" e se-

gue a distância de 61,608m até encontrar o ponto P-66 de coordenadas 191.143,824 e 8.477.165,400; neste faz o ângulo interno de $259^{\circ}14'47''$ e segue a distância de 52,490m até encontrar o ponto P-67 de coordenadas 191.124,540 e 8.477.214,219; neste faz o ângulo interno de $297^{\circ}55'41''$ e segue a distância de 65,397m até encontrar o ponto P-68 de coordenadas 191.167,027 e 8.477.263,934; neste faz o ângulo interno de $37^{\circ}25'30''$ e segue a distância de 67,529m até encontrar o ponto P-69 de coordenadas 191.170,670 e 8.477.331,365; neste faz o ângulo interno de $28^{\circ}18'32''$ e segue a distância de 101,158m até encontrar o ponto P-70 de coordenadas 191.223,376 e 8.477.417,707; neste faz o ângulo interno de $33^{\circ}56'39''$ e segue a distância de 73,600m até encontrar o ponto P-71 de coordenadas 191.290,267 e 8.477.448,409; neste faz o ângulo interno de $284^{\circ}59'05''$ e segue a distância de 128,643m até encontrar o ponto P-72 de coordenadas 191.268,659 e 8.477.575,224; neste faz o ângulo interno de $320^{\circ}46'33''$ e segue a distância de 53,906m até encontrar o ponto P-73 de coordenadas 191.295,248 e 8.477.622,116; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'25''$ e segue a distância de 30,600m até encontrar o ponto P-74 de coordenadas 191.310,338 e 8.477.648,736; neste faz o ângulo interno de $34^{\circ}53'32''$ e segue a distância de 91,756m até encontrar o ponto P-75 de coordenadas 191.393,114 e 8.477.688,325; neste faz o ângulo interno de $20^{\circ}38'04''$ e segue a distância de 142,256m até encontrar o ponto P-76 de coordenadas 191.491,584 e 8.477.790,990; neste faz o ângulo interno de $55^{\circ}13'24''$ e segue a distância de 98,288m até encontrar o ponto P-77 de coordenadas 191.588,654 e 8.477.775,566; neste faz o ângulo interno de $29^{\circ}07'59''$ e segue a distância de 139,805m até encontrar o ponto P-78 de coordenadas 191.698,579 e 8.477.689,183; neste faz o ângulo interno de $41^{\circ}27'03''$ e segue a distância de 55,808m até encontrar o ponto P-79 de coordenadas 191.754,295 e 8.477.692,385; neste faz o ângulo interno de $52^{\circ}20'42''$ e segue a distância de 42,337m até encontrar o ponto P-80 de coordenadas 191.778,193 e 8.477.727,332; neste faz o ângulo interno de $319^{\circ}26'11''$ e segue a distância de 54,741m até encontrar o ponto P-81 de coordenadas 191.772,283 e 8.477.781,753; neste faz o ângulo interno de $273^{\circ}42'51''$ e segue a distância de 152,527m até encontrar o ponto P-82 de coordenadas 191.922,533 e 8.477.808,008; neste faz o ângulo interno de $35^{\circ}49'38''$ e segue a distância de 79,347m até encontrar o ponto P-83 de coordenadas 191.993,901 e 8.477.773,330; neste faz o ângulo interno de $24^{\circ}11'43''$ e segue a distância de 133,362m até encontrar o ponto P-84 de coordenadas 192.079,427 e 8.477.671,004; neste faz o ângulo interno de $29^{\circ}22'27''$ e segue a distância de 48,448m até encontrar o ponto P-85 de coordenadas 192.124,737 e 8.477.653,850; neste faz o ângulo interno de $33^{\circ}54'42''$ e segue a distância de 68,880m até encontrar o ponto P-86 de coordenadas 192.191,804 e 8.477.669,550; neste faz o ângulo interno de $43^{\circ}51'47''$ e segue a distância de 94,717m até encontrar o ponto P-87 de coordenadas 192.273,257 e 8.477.621,210; neste faz o ângulo interno de $14^{\circ}44'04''$ e segue a distância de 46,339m até encontrar o ponto P-88 de coordenadas 192.305,781 e 8.477.588,203; neste faz o ângulo interno de $25^{\circ}54'56''$ e se-

gue a distância de 44,849m até encontrar o ponto P-89 de coordenadas 192.348,056 e 8.477.573,227; neste faz o ângulo interno de $33^{\circ}58'31''$ e segue a distância de 28,917m até encontrar o ponto P-90 de coordenadas 192.376,056 e 8.477.580,452; neste faz o ângulo interno de $27^{\circ}33'29''$ e segue a distância de 46,910m até encontrar o ponto P-91 de coordenadas 192.410.902 e 8.477.611,857; neste faz o ângulo interno de $37^{\circ}46'57''$ e segue a distância 59,602m até encontrar o ponto P-92 de coordenadas 192.421,453 e 8.477.670,518; neste faz o ângulo interno de $335^{\circ}27'39''$ e segue a distância de 60,261m até encontrar o ponto P-93 de coordenadas 192.406,525 e 8.477.728,901; neste faz o ângulo interno de $22^{\circ}24'52''$ e segue a distância de 62,125m até encontrar o ponto P-94 de coordenadas 192.369,348 e 8.477.778,674; neste faz o ângulo interno de $07^{\circ}13'41''$ e segue a distância de 113,231m até encontrar o ponto P-95 de coordenadas 192.313,540 e 8.477.877,197; neste faz o ângulo interno de $22^{\circ}49'31''$ e segue a distância de 52,040m até encontrar o ponto P-96 de coordenadas 192.307,465 e 8.477.928,881; neste faz o ângulo interno de $270^{\circ}56'28''$ e segue a distância de 54,624m até encontrar o ponto P-97 de coordenadas 192.361,604 e 8.477.936,148; neste faz o ângulo interno de $02^{\circ}59'09''$ e segue a distância de 66,676m até encontrar o ponto P-98 de coordenadas 192.428,060 e 8.477.941,564; neste faz o ângulo interno de $39^{\circ}16'21''$ e segue a distância de 66,858m até encontrar o ponto P-99 de coordenadas 192.476,290 e 8.477.987,950; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'26''$ e segue a distância de 43,870m até encontrar o ponto P-100 de coordenadas 192.507,799 e 8.478.018,391; neste faz o ângulo interno de $37^{\circ}49'19''$ e segue a distância de 62,510m até encontrar o ponto P-101 de coordenadas 192.569,953 e 8.478.025,052; neste faz o ângulo interno de $38^{\circ}55'51''$ e segue a distância de 62,805m até encontrar o ponto P-102 de coordenadas 192.622,737 e 8.477.991,017; neste faz o ângulo interno de $38^{\circ}11'29''$ e segue a distância de 47,345m até encontrar o ponto P-103 de coordenadas 192.669,874 e 8.477.995,454; neste faz o ângulo interno de $27^{\circ}05'43''$ e segue a distância de 74,069m até encontrar o ponto M-203 de coordenadas 192.738,685 e 8.477.968,046; neste faz o ângulo interno de $231^{\circ}25'59''$ e segue a distância de 86,047m até encontrar o ponto P-104 de coordenadas 192.713,744 e 8.478.050,399; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'25''$ e segue a distância de 30,645m até encontrar o ponto M-204 de coordenadas 192.704,858 e 8.478.079,727; neste faz o ângulo interno de $13^{\circ}04'44''$ e segue a distância de 55,344m até encontrar o ponto P-105 de coordenadas 192.701,212 e 8.478.134,951; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'21''$ e segue a distância de 117,294m até encontrar o ponto M-205 de coordenadas 192.693,473 e 8.478.251,989; neste faz o ângulo interno de $355^{\circ}28'35''$ e segue a distância de 297,566m até encontrar o ponto M-206 de coordenadas 192.697,319 e 8.478.549,530; neste faz o ângulo interno de $92^{\circ}30'53''$ e segue a distância de 129,592m até encontrar o ponto M-207 de coordenadas 192.826,702 e 8.478.542,171; neste faz o ângulo interno de $07^{\circ}45'50''$ e segue a distância de 127,211m até encontrar o ponto P-106 de coordenadas 192.953,519 e 8.478.552,171; neste faz o ângulo interno de

00°00'23" e segue a distância de 154,328m até encontrar o ponto M-208 de coordenadas 193.107,368 e 8.478.564,320; neste faz o ângulo interno de 85°33'45" e segue a distância de 110,131m até encontrar o ponto P-107 de coordenadas 193.124,506 e 8.478.455,531; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 254,923m até encontrar o ponto M-209 de coordenadas 193.164,204 e 8.478.203,718; neste faz o ângulo interno de 02°25'32" e segue a distância de 196,811m até encontrar o ponto M-210 de coordenadas 193.203,053 e 8.478.010,779; neste faz o ângulo interno de 03°01'49" e segue a distância de 158,334m até encontrar o ponto P-108 de coordenadas 193.226,058 e 8.477.854,125; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 55,791m até encontrar o ponto M-211 de coordenadas 193.234,170 e 8.477.798,927; neste faz o ângulo interno de 02°12'34" e segue a distância de 65,374m até encontrar o ponto P-109 de coordenadas 193.246,162 e 8.477.734,662; neste faz o ângulo interno de 00°00'21" e segue a distância de 79,008m até encontrar o ponto M-212 de coordenadas 193.260,663 e 8.477.656,996; neste faz o ângulo interno de 37°40'57" e segue a distância de 74,696m até encontrar o ponto P-110 de coordenadas 193.316,398 e 8.477.607,265; neste faz o ângulo interno de 17°25'27" e segue a distância de 77,730m até encontrar o ponto P-111 de coordenadas 193.387,232 e 8.477.575,256; neste faz o ângulo interno de 13°42'05" e segue a distância de 103,458m até encontrar o ponto P-112 de coordenadas 193.468,737 e 8.477.511,534; neste faz o ângulo interno de 60°42'26" e segue a distância de 34,608m até encontrar o ponto P-113 de coordenadas 193.500,667 e 8.477.524,883; neste faz o ângulo interno de 45°41'00" e segue a distância de 110,564m até encontrar o ponto P-114 de coordenadas 193.541,419 e 8.477.627,663; neste faz o ângulo interno de 97°41'45" e segue a distância de 140,756m até encontrar o ponto P-115 de coordenadas 193.664,139 e 8.477.658,728; neste faz o ângulo interno de 79°44'01" e segue a distância de 37,817m até encontrar o ponto P-116 de coordenadas 193.651,791 e 8.477.522,984; neste faz o ângulo interno de 42°12'11" e segue a distância de 70,874m até encontrar o ponto P-117 de coordenadas 193.679,649 e 8.477.457,815; neste faz o ângulo interno de 19°18'57" e segue a distância de 90,569m até encontrar o ponto P-118 de coordenadas 193.740,791 e 8.477.390,999; neste faz o ângulo interno de 09°24'53" e segue a distância de 76,784m até encontrar o ponto P-119 de coordenadas 193.801,195 e 8.477.343,595; neste faz o ângulo interno de 52°18'53" e segue a distância de 46,286m até encontrar o ponto P-120 de coordenadas 193.846,069 e 8.477.354,942; neste faz o ângulo interno de 00°00'31" e segue a distância de 38,819m até encontrar o ponto P-121 de coordenadas 193.883,702 e 8.477.364,464; neste faz o ângulo interno de 54°30'38" e segue a distância de 159,559m até encontrar o ponto P-122 de coordenadas 194.005,372 e 8.477.261,239; neste faz o ângulo interno de 03°11'59" e segue a distância de 83,751m até encontrar o ponto P-123 de coordenadas 194.072,160 e 8.477.210,706; neste faz o ângulo interno de 65°45'05" e segue a distância de 110,629m até encontrar o ponto P-124 de coordenadas 194.169,254 e 8.477.263,731; neste faz o ângulo interno de

51°30'20" e segue a distância de 125,006m até encontrar o ponto P-125 de coordenadas 194.190,649 e 8.477.386,893; neste faz o ângulo interno de 07°11'15" e segue a distância de 92,962m até encontrar o ponto P-126 de coordenadas 194.194,975 e 8.477.479,754; neste faz o ângulo interno de 34°10'36" e segue a distância de 93,870m até encontrar o ponto P-127 de coordenadas 194.251,263 e 8.477.554,876; neste faz o ângulo interno de 36°23'19" e segue a distância de 51,156m até encontrar o ponto P-128 de coordenadas 194.300,244 e 8.477.569,634; neste faz o ângulo interno de 22°54'43" e segue a distância de 56,886m até encontrar o ponto P-129 de coordenadas 194.344,025 e 8.477.605,955; neste faz o ângulo interno de 39°53'00" e segue a distância de 122,568m até encontrar o ponto P-130 de coordenadas 194.466,592 e 8.477.605,519; neste faz o ângulo interno de 34°40'06" e segue a distância de 56,775m até encontrar o ponto M-213 de coordenadas 194.513,172 e 8.477.573,058; neste faz o ângulo interno de 101°49'29" e segue a distância de 255,829m até encontrar o ponto P-131 de coordenadas 194.613,328 e 8.477.808,467; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 140,627m até encontrar o ponto M-214 de coordenadas 194.668,368 e 8.477.937,875; neste faz o ângulo interno de 68°13'26" e segue a distância de 227,468m até encontrar o ponto M-215 de coordenadas 194.895,781 e 8.477.932,853; neste faz o ângulo interno de 57°33'31" e segue a distância de 183,988m até encontrar o ponto M-216 de coordenadas 194.991,027 e 8.477.775,437; neste faz o ângulo interno de 01°45'36" e segue a distância de 275,064m até encontrar o ponto M-217 de coordenadas 195.140,582 e 8.477.544,583; neste faz o ângulo interno de 13°46'11" e segue a distância de 248,833m até encontrar o ponto P-132 de coordenadas 195.222,278 e 8.477.309,543; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 245,089m até encontrar o ponto P-133 de coordenadas 195.302,771 e 8.477.078,049; neste faz o ângulo interno de 00°00'20" e segue a distância de 45,188m até encontrar o ponto M-218 de coordenadas 195.317,616 e 8.477.035,369; neste faz o ângulo interno de 103°58'46" e segue a distância de 102,955m até encontrar o ponto P-134 de coordenadas 195.403,806 e 8.477.091,680; neste faz o ângulo interno de 31°02'45" e segue a distância de 54,830m até encontrar o ponto P-135 de coordenadas 195.458,599 e 8.477.093,701; neste faz o ângulo interno de 36°13'10" e segue a distância de 85,622m até encontrar o ponto P-136 de coordenadas 195.525,764 e 8.477.146,805; neste faz o ângulo interno de 35°19'59" e segue a distância de 93,971m até encontrar o ponto P-137 de coordenadas 195.552,194 e 8.477.236,983; neste faz o ângulo interno de 34°00'02" e segue a distância de 198,679m até encontrar o ponto M-219 de coordenadas 195.705,137 e 8.477.363,797; neste faz o ângulo interno de 301°26'46" e segue a distância de 76,079m até encontrar o ponto M-220 de coordenadas 195.694,262 e 8.477.439,095; neste faz o ângulo interno de 303°00'43" e segue a distância de 146,414m até encontrar o ponto M-221 de coordenadas 195.804,376 e 8.477.535,594; neste faz o ângulo interno de 18°13'08" e segue a distância de 102,719m até encontrar o ponto M-222 de coordenadas 195.898,922 e 8.477.575,748;

neste faz o ângulo interno de 25°45'42" e segue a distância de 138,248m até encontrar o ponto M-223 de coordenadas 195.990,034 e 8.477.679,725; neste faz o ângulo interno de 302°59'18" e segue a distância de 385,026m até encontrar o ponto M-224 de coordenadas 195.885,299 e 8.478.050,232; neste faz o ângulo interno de 00°09'22" e segue a distância de 202,489m até encontrar o ponto P-138 de coordenadas 195.829,687 e 8.478.244,935; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 458,524m até encontrar o ponto M-225 de coordenadas 195.703,708 e 8.478.685,813; neste faz o ângulo interno de 47°57'31" e segue a distância de 66,202m até encontrar o ponto M-226 de coordenadas 195.644,254 e 8.478.714,932; neste faz o ângulo interno de 57°45'04" e segue a distância de 104,087m até encontrar o ponto P-139 de coordenadas 195.633,095 e 8.478.818,419; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 186,783m até encontrar o ponto M-227 de coordenadas 195.613,049 e 8.479.004,123; neste faz o ângulo interno de 269°55'10" e segue a distância de 367,664m até encontrar o ponto M-228 de coordenadas 195.978,644 e 8.479.043,069; neste faz o ângulo interno de 02°24'49" e segue a distância de 227,228m até encontrar o ponto P-140 de coordenadas 196.203,380 e 8.479.076,633; neste faz o ângulo interno de 00°00'26" e segue a distância de 35,913m até encontrar o ponto P-141 de coordenadas 196.238,898 e 8.479.081,942; neste faz o ângulo interno de 00°00'20" e segue a distância de 26,141m até encontrar o ponto M-229 de coordenadas 196.264,751 e 8.479.085,809; neste faz o ângulo interno de 69°01'41" e segue a distância de 43,995m até encontrar o ponto M-230 de coordenadas 196.274,247 e 8.479.128,767; neste faz o ângulo interno de 09°07'49" e segue a distância de 49,371m até encontrar o ponto M-231 de coordenadas 196.292,418 e 8.479.174,673; neste faz o ângulo interno de 03°02'27" e segue a distância de 84,964m até encontrar o ponto M-232 de coordenadas 196.319,454 e 8.479.255,221; neste faz o ângulo interno de 01°24'39" e segue a distância de 71,964m até encontrar o ponto M-233 de coordenadas 196.344,026 e 8.479.322,860; neste faz o ângulo interno de 02°42'25" e segue a distância de 71,774m até encontrar o ponto M-234 de coordenadas 196.365,320 e 8.479.391,403; neste faz o ângulo interno de 16°33'24" e segue a distância de 52,795m até encontrar o ponto M-235 de coordenadas 196.394,701 e 8.479.435,267; neste faz o ângulo interno de 272°49'58" e segue a distância de 33,374m até encontrar o ponto P-142 de coordenadas 196.367,924 e 8.479.455,188; neste faz o ângulo interno de 00°00'22" e segue a distância de 24,901m até encontrar o ponto P-143 de coordenadas 196.347,944 e 8.479.470,049; neste faz o ângulo interno de 32°22'00" e segue a distância de 110,144m até encontrar o ponto P-144 de coordenadas 196.308,487 e 8.479.572,883; neste faz o ângulo interno de 13°32'31" e segue a distância de 102,301m até encontrar o ponto P-145 de coordenadas 196.295,223 e 8.479.674,321; neste faz o ângulo interno de 18°08'43" e segue a distância de 29,455m até encontrar o ponto P-146 de coordenadas 196.282,498 e 8.479.700,886; neste faz o ângulo interno de 26°45'36" e segue a distância de 128,864m até encontrar o ponto P-147 de coordenadas 196.180,462 e 8.479.779,592;

neste faz o ângulo interno de 13°15'00" e segue a distância de 85,864m até encontrar o ponto P-148 de coordenadas 196.102,264 e 8.479.815,056; neste faz o ângulo interno de 17°27'34" e segue a distância de 77,611m até encontrar o ponto P-149 de coordenadas 196.044,456 e 8.479.866,841; neste faz o ângulo interno de 26°10'03" e segue a distância de 58,800m até encontrar o ponto P-150 de coordenadas 196.022,450 e 8.479.921,368; neste faz o ângulo interno de 07°16'56" e segue a distância de 107,147m até encontrar o ponto P-151 de coordenadas 195.995,268 e 8.480.025,010; neste faz o ângulo interno de 19°57'11" e segue a distância de 77,876m até encontrar o ponto P-152 de coordenadas 195.950,992 e 8.480.089,075; neste faz o ângulo interno de 03°29'53" e segue a distância de 53,327m até encontrar o ponto P-153 de coordenadas 195.918,053 e 8.480.131,013; neste faz o ângulo interno de 22°32'00" e segue a distância de 83,117m até encontrar o ponto P-154 de coordenadas 195.895,682 e 8.480.211,063; neste faz o ângulo interno de 321°28'18" e segue a distância de 76,739m até encontrar o ponto M-236 de coordenadas 195.925,561 e 8.480.281,746; neste faz o ângulo interno de 76°05'54" e segue a distância de 217,390m até encontrar o ponto M-237 de coordenadas 196.140,267 e 8.480.247,690; neste faz o ângulo interno de 249°27'55" e segue a distância de 398,119m até encontrar o ponto M-238 de coordenadas 196.060,748 e 8.480.637,787; neste faz o ângulo interno de 272°57'01" e segue a distância de 118,361m até encontrar o ponto M-239 de coordenadas 196.175,353 e 8.480.667,366; neste faz o ângulo interno de 268°58'35" e segue a distância de 156,720m até encontrar o ponto P-155 de coordenadas 196.133,483 e 8.480.818,389; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 50,271m até encontrar o ponto M-240 de coordenadas 196.120,047 e 8.480.866,831; neste faz o ângulo interno de 04°41'58" e segue a distância de 504,753m até encontrar o ponto P-156 de coordenadas 195.945,745 e 8.481.340,534; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 59,497m até encontrar o ponto M-241 de coordenadas 195.925,193 e 8.481.396,369; neste faz o ângulo interno de 89°40'29" e segue a distância de 101,576m até encontrar o ponto M-242 de coordenadas 195.829,672 e 8.481.361,824; neste faz o ângulo interno de 91°04'35" e segue a distância de 157,647m até encontrar o ponto M-243 de coordenadas 195.778,852 e 8.481.511,055; neste faz o ângulo interno de 02°58'06" e segue a distância de 386,408m até encontrar o ponto M-244 de coordenadas 195.635,513 e 8.481.869,894; neste faz o ângulo interno de 334°57'59" e segue a distância de 153,964m até encontrar o ponto M-245 de coordenadas 195.644,266 e 8.482.023,609; neste faz o ângulo interno de 324°12'30" e segue a distância de 112,494m até encontrar o ponto M-246 de coordenadas 195.583,769 e 8.482.118,451; neste faz o ângulo interno de 14°17'59" e segue a distância de 133,605m até encontrar o ponto P-157 de coordenadas 195.541,967 e 8.482.245,348; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 220,840m até encontrar o ponto M-247 de coordenadas 195.472,848 e 8.482.455,093; neste faz o ângulo interno de 325°54'41" e segue a distância de 78,888m até encontrar o ponto P-158 de coordenadas 195.494,393 e 8.482.530,982;

neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 62,483m até encontrar o ponto M-248 de coordenadas 195.511,451 e 8.482.591,092; neste faz o ângulo interno de 317°10'52" e segue a distância de 245,747m até encontrar o ponto M-249 de coordenadas 195.399,975 e 8.482.810,101; neste faz o ângulo interno de 270°45'36" e segue a distância de 246,219m até encontrar o ponto P-159 de coordenadas 195.617,904 e 8.482.924,691; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 177,061m até encontrar o ponto P-160 de coordenadas 195.774,611 e 8.483.007,113; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 271,527m até encontrar o ponto P-161 de coordenadas 196.014,911 e 8.483.133,536; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 56,779m até encontrar o ponto M-250 de coordenadas 196.065,157 e 8.483.159,978; neste faz o ângulo interno de 58°22'23" e segue a distância de 104,241m até encontrar o ponto M-251 de coordenadas 196.072,195 e 8.483.263,981; neste faz o ângulo interno de 351°39'57" e segue a distância de 103,226m até encontrar o ponto M-252 de coordenadas 196.064,163 e 8.483.366,894; neste faz o ângulo interno de 304°28'12" e segue a distância de 50,297m até encontrar o ponto P-162 de coordenadas 196.103,288 e 8.483.398,501; neste faz o ângulo interno de 00°00'25" e segue a distância de 684,998m até encontrar o ponto M-253 de coordenadas 196.636,085 e 8.483.829,023; neste faz o ângulo interno de 05°22'19" e segue a distância de 429,657m até encontrar o ponto M-254 de coordenadas 196.994,089 e 8.484.066,590; neste faz o ângulo interno de 41°30'40" e segue a distância de 152,487m até encontrar o ponto M-255 de coordenadas 197.145,113 e 8.484.045,517; neste faz o ângulo interno de 22°07'25" e segue a distância de 382,320m até encontrar o ponto M-256 de coordenadas 197.515,784 e 8.484.139,176; neste faz o ângulo interno de 17°08'06" e segue a distância de 538,424m até encontrar o ponto M-257 de coordenadas 197.975,771 e 8.484.419,019; neste faz o ângulo interno de 11°39'25" e segue a distância de 507,921m até encontrar o ponto M-258 de coordenadas 198.454,088 e 8.484.589,890; neste faz o ângulo interno de 18°23'59" e segue a distância de 37,501m até encontrar o ponto M-259 de coordenadas 198.483,616 e 8.484.613,008; neste faz o ângulo interno de 10°14'36" e segue a distância de 122,640m até encontrar o ponto M-260 de coordenadas 198.565,198 e 8.484.704,578; neste faz o ângulo interno de 15°56'35" e segue a distância de 97,850m até encontrar o ponto M-261 de coordenadas 198.607,717 e 8.484.792,707; neste faz o ângulo interno de 02°51'48" e segue a distância de 71,980m até encontrar o ponto M-262 de coordenadas 198.642,194 e 8.484.855,893; neste faz o ângulo interno de 28°38'48" e segue a distância de 238,483m até encontrar o ponto M-263 de coordenadas 198.842,802 e 8.484.984,852; neste faz o ângulo interno de 03°03'47" e segue a distância de 139,696m até encontrar o ponto M-264 de coordenadas 198.956,108 e 8.485.066,563; neste faz o ângulo interno de 96°00'47" e segue a distância de 147,693m até encontrar o ponto M-265 de coordenadas 199.029,473 e 8.484.938,380; neste faz o ângulo interno de 91°30'56" e segue a distância de 100,333m até encontrar o ponto M-266 de coordenadas 199.115,204 e 8.484.990,505;

neste faz o ângulo interno de 04°25'12" e segue a distância de 52,658m até encontrar o ponto M-267 de coordenadas 199.162,173 e 8.485.014,313; neste faz o ângulo interno de 34°46'04" e segue a distância de 49,413m até encontrar o ponto M-268 de coordenadas 199.185,639 e 8.485.057,799; neste faz o ângulo interno de 322°38'48" e segue a distância de 116,655m até encontrar o ponto P-163 de coordenadas 199.167,388 e 8.485.173,018 neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 34,727m até encontrar o ponto M-269 de coordenadas 199.161,951 e 8.485.207,317; neste faz o ângulo interno de 04°28'04" e segue a distância de 160,208m até encontrar o ponto M-270 de coordenadas 199.124,618 e 8.485.363,115; neste faz o ângulo interno de 20°01'17" e segue a distância de 83,845m até encontrar o ponto M-271 de coordenadas 199.078,345 e 8.485.433,035; neste faz o ângulo interno de 307°50'22" e segue a distância de 99,058m até encontrar o ponto M-272 de coordenadas 199.110,045 e 8.485.526,884; neste faz o ângulo interno de 275°42'52" e segue a distância de 158,487m até encontrar o ponto M-273 de coordenadas 198.965,689 e 8.485.592,301; neste faz o ângulo interno de 265°53'15" e segue a distância de 114,551m até encontrar o ponto M-274 de coordenadas 199.020,332 e 8.485.692,979; neste faz o ângulo interno de 00°23'40" e segue a distância de 535,485m até encontrar o ponto M-275 de coordenadas 199.279,001 e 8.486.161,844; neste faz o ângulo interno de 284°16'09" e segue a distância de 86,019m até encontrar o ponto M-276 de coordenadas 199.216,249 e 8.486.220,678; neste faz o ângulo interno de 05°35'46" e segue a distância de 143,809m até encontrar o ponto M-277 de coordenadas 199.121,430 e 8.486.328,800; neste faz o ângulo interno de 65°18'43" e segue a distância de 88,517m até encontrar o ponto M-278 de coordenadas 199.036,585 e 8.486.303,569; neste faz o ângulo interno de 10°57'37" e segue a distância de 56,840m até encontrar o ponto M-279 de coordenadas 198.986,177 e 8.486.277,304; neste faz o ângulo interno de 06°54'32" e segue a distância de 86,944m até encontrar o ponto M-280 de coordenadas 198.904,799 e 8.486.246,696; neste faz o ângulo interno de 02°30'00" e segue a distância de 494,412m até encontrar o ponto M-281 de coordenadas 198.450,069 e 8.486.052,623; neste faz o ângulo interno de 01°50'38" e segue a distância de 88,577m até encontrar o ponto M-282 de coordenadas 198.367,525 e 8.486.020,493; neste faz o ângulo interno de 89°31'41" e segue a distância de 123,210m até encontrar o ponto M-283 de coordenadas 198.321,888 e 8.486.134,939; neste faz o ângulo interno de 03°58'14" e segue a distância de 189,487m até encontrar o ponto M-284 de coordenadas 198.264,058 e 8.486.315,386; neste faz o ângulo interno de 24°10'25" e segue a distância de 444,710m até encontrar o ponto P-164 de coordenadas 197.966,816 e 8.486.646,164; neste faz o ângulo interno de 00°00'23" e segue a distância de 232,235m até encontrar o ponto M-285 de coordenadas 197.811,572 e 8.486.818,884; neste faz o ângulo interno de 213°21'05" e segue a distância de 73,985m até encontrar o ponto M-286 de coordenadas 197.883,136 e 8.486.800,111; neste faz o ângulo interno de 45°50'26" e segue a distância de 67,720m até encontrar o ponto M-287 de coordenadas 197.941,097 e 8.486.835,133;

neste faz o ângulo interno de 04°14'56" e segue a distância de 39,254m até encontrar o ponto M-288 de coordenadas 197.973,098 e 8.486.857,867; neste faz o ângulo interno de 33°45'05" e segue a distância de 39,189m até encontrar o ponto M-289 de coordenadas 198.012,271 e 8.486.858,988; neste faz o ângulo interno de 11°34'27" e segue a distância de 98,016m até encontrar o ponto M-290 de coordenadas 198.107,692 e 8.486.881,392; neste faz o ângulo interno de 17°16'07" e segue a distância de 55,367m até encontrar o ponto M-291 de coordenadas 198.155,407 e 8.486.909,478; neste faz o ângulo interno de 46°34'45" e segue a distância de 32,676m até encontrar o ponto M-292 de coordenadas 198.186,802 e 8.486.900,418; neste faz o ângulo interno de 32°19'16" e segue a distância de 54,804m até encontrar o ponto M-293 de coordenadas 198.239,424 e 8.486,915,730; neste faz o ângulo interno de 38°27'44" e segue a distância de 51,250m até encontrar o ponto M-294 de coordenadas 198.286,862 e 8.486.896,334; neste faz o ângulo interno de 75°09'21" e segue a distância de 38,007m até encontrar o ponto M-295 de coordenadas 198.309,779 e 8.486.926,655; neste faz o ângulo interno de 30°55'48" e segue a distância de 40,093m até encontrar o ponto M-296 de coordenadas 198.346,956 e 8.486.941,666; neste faz o ângulo interno de 17°22'08" e segue a distância de 48,082m até encontrar o ponto M-297 de coordenadas 198.384,134 e 8.486.972,157; neste faz o ângulo interno de 05°35'18" e segue a distância de 57,819m até encontrar o ponto M-298 de coordenadas 198.432,199 e 8.487.004,295; neste faz o ângulo interno de 245°39'26" e segue a distância de 82,432m até encontrar o ponto M-299 de coordenadas 198.362,208 e 8.487.047,842; neste faz o ângulo interno de 08°39'05" e segue a distância de 31,356m até encontrar o ponto M-300 de coordenadas 198.338,379 e 8.487.068,223; neste faz o ângulo interno de 02°08'01" e segue a distância de 90,604m até encontrar o ponto M-301 de coordenadas 198.267,380 e 8.487.124,510; neste faz o ângulo interno de 03°38'02" e segue a distância de 109,897m até encontrar o ponto M-302 de coordenadas 198.185,763 e 8.487.198,104; neste faz o ângulo interno de 00°45'31" e segue a distância de 39,757m até encontrar o ponto M-303 de coordenadas 198.156,592 e 8.487.225,116; neste faz o ângulo interno de 02°54'56" e segue a distância de 131,203m até encontrar o ponto M-304 de coordenadas 198.055,914 e 8.487.309,248; neste faz o ângulo interno de 28°35'45" e segue a distância de 48,101m até encontrar o ponto M-305 de coordenadas 198.038,269 e 8.487.353,996; neste faz o ângulo interno de 09°28'49" e segue a distância de 26,123m até encontrar o ponto M-306 de coordenadas 198.032,820 e 8.487.379,544; neste faz o ângulo interno de 16°03'51" e segue a distância de 51,051m até encontrar o ponto M-307 de coordenadas 198.008,771 e 8.487.424,576; neste faz o ângulo interno de 26°21'32" e segue a distância de 52,441m até encontrar o ponto M-308 de coordenadas 197.966,098 e 8.487.455,056; neste faz o ângulo interno de 22°02'19" e segue a distância de 126,700m até encontrar o ponto M-309 de coordenadas 197.842,898 e 8.487.484,630; neste faz o ângulo interno de 39°56'17" e segue a distância de 58,647m até encontrar o ponto M-310 de coordenadas 197.790,385 e 8.487.458,517;

neste faz o ângulo interno de 36°46'06'' e segue a distância de 93,746m até encontrar o ponto M-311 de coordenadas 197.698,158 e 8.487.475,325; neste faz o ângulo interno de 03°19'00'' e segue a distância de 213,022m até encontrar o ponto M-312 de coordenadas 197.491,149 e 8.487.525,579; neste faz o ângulo interno de 06°19'26 e segue a distância de 59,485m até encontrar o ponto P-165 de coordenadas 197.435,240 e 8.487.545,894; neste faz o ângulo interno de 00°00'21'' e segue a distância de 41,629m até encontrar o ponto M-313 de coordenadas 197.396,112 e 8.487.560,107; neste faz o ângulo interno de 05°53'29'' e segue a distância de 120,066m até encontrar o ponto M-314 de coordenadas 197.288,064 e 8.487.612,467; neste faz o ângulo interno de 12°12'08'' e segue a distância de 30,898m até encontrar o ponto M-315 de coordenadas 197.258,039 e 8.487.619,760; neste faz o ângulo interno de 35°33'55'' e segue a distância de 150,047m até encontrar o ponto M-316 de coordenadas 197.118,832 e 8.487.563,763; neste faz o ângulo interno de 13°52'16'' e segue a distância de 71,312m até encontrar o ponto M-317 de coordenadas 197.048,221 e 8.487.553,787; neste faz o ângulo interno de 23°18'40'' e segue a distância de 42,500m até encontrar o ponto M-318 de coordenadas 197.011,927 e 8.487.531,674; neste faz o ângulo interno de 56°51'35'' e segue a distância de 339,086m até encontrar o ponto P-166 de coordenadas 196.705,891 e 8.487.677,692; neste faz o ângulo interno de 00°00'21'' e segue a distância de 57,977m até encontrar o ponto M-319 de coordenadas 196.653,562 e 8.487.702,653; neste faz o ângulo interno de 283°09'33'' e segue a distância de 139,988m até encontrar o ponto P-167 de coordenadas 196.683,484 e 8.487.839,406; neste faz o ângulo interno de 00°00'21'' e segue a distância de 66,095m até encontrar o ponto P-168 de coordenadas 196.697,605 e 8.487.903,975; neste faz o ângulo interno de 00°00'25'' e segue a distância de 737,640m até encontrar o ponto M-320 de coordenadas 196.855,112 e 8.488.624,603; neste faz o ângulo interno de 270°57'03'' e segue a distância de 38,018m até encontrar o ponto P-169 de coordenadas 196.482,336 e 8.488.712,587; neste faz o ângulo interno de 00°00'22'' e segue a distância de 299,945m até encontrar o ponto P-170 de coordenadas 196.190,404 e 8.488.781,456; neste faz o ângulo interno de 00°00'25'' e segue a distância de 137,413m até encontrar o ponto P-171 de coordenadas 196.056,658 e 8.488.812,991; neste faz o ângulo interno de 00°00'22'' e segue a distância de 143,953m até encontrar o ponto M-321 de coordenadas 195.916,543 e 8.488.846,012; neste faz o ângulo interno de 283°07'38'' e segue a distância de 121,871m até encontrar o ponto P-172 de coordenadas 195.916,827 e 8.488.967,883; neste faz o ângulo interno de 00°00'23'' e segue a distância de 275,793m até encontrar o ponto P-173 de coordenadas 195.917,440 e 8.489.243,675; neste faz o ângulo interno de 00°00'22'' e segue a distância de 143,885m até encontrar o ponto M-322 de coordenadas 195.917,744 e 8.489.387,560; neste faz o ângulo interno de 316°06'01'' e segue a distância de 188,235m até encontrar o ponto P-174 de coordenadas 195.787,509 e 8.489.523,469; neste faz o ângulo interno de 00°00'23'' e segue a distância de 400,261m até encontrar o ponto P-175 de coordenadas 195.510,546 e 8.489.812,434;

neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 52,224m até encontrar o ponto M-323 de coordenadas 195.474,405 e 8.489.850,133; neste faz o ângulo interno de $301^{\circ}29'58''$ e segue a distância de 319,932m até encontrar o ponto P-176 de coordenadas 195.555,640 e 8.490.159,580; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 125,423m até encontrar o ponto M-324 de coordenadas 195.587,473 e 8.490.280,896; neste faz o ângulo interno de $279^{\circ}56'53''$ e segue a distância de 149,007m até encontrar o ponto P-177 de coordenadas 195.452,046 e 8.490.343,045; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'21''$ e segue a distância de 357,998m até encontrar o ponto M-325 de coordenadas 195.126,658 e 8.490.492,328; neste faz o ângulo interno de $39^{\circ}11'29''$ e segue a distância de 139,716m até encontrar o ponto M-326 de coordenadas 195.065,052 e 8.490.617,729; neste faz o ângulo interno de $05^{\circ}03'45''$ e segue a distância de 150,318m até encontrar o ponto P-178 de coordenadas 194.987,125 e 8.490.746,270; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'23''$ e segue a distância de 311,861m até encontrar o ponto P-179 de coordenadas 194.825,422 e 8.491.012,933; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 29,963m até encontrar o ponto M-327 de coordenadas 194.809,883 e 8.491.038,552; neste faz o ângulo interno de $11^{\circ}20'19''$ e segue a distância de 89,244m até encontrar o ponto P-180 de coordenadas 194.779,506 e 8.491.122,467; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 116,288m até encontrar o ponto P-181 de coordenadas 194.739,912 e 8.491.231,807; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'26''$ e segue a distância de 74,922m até encontrar o ponto M-328 de coordenadas 194.714,394 e 8.491.302,249; neste faz o ângulo interno de $19^{\circ}21'21''$ e segue a distância de 99,263m até encontrar o ponto P-182 de coordenadas 194.713,428 e 8.491.401,507; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'24''$ e segue a distância de 68,942m até encontrar o ponto P-183 de coordenadas 194.712,749 e 8.491.470,446; neste segue a distância de 87,855m até encontrar o ponto M-329 de coordenadas 194.711,884 e 8.491.558,297; neste faz o ângulo interno de $354^{\circ}58'55''$ e segue a distância de 357,026m até encontrar o ponto M-330 de coordenadas 194.739,610 e 8.491.914,245; neste faz o ângulo interno de $351^{\circ}58'53''$ e segue a distância de 101,280m até encontrar o ponto P-184 de coordenadas 194.733,313 e 8.492.015,329; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'22''$ e segue a distância de 201,608m até encontrar o ponto M-331 de coordenadas 194.720,756 e 8.492.216,546; neste faz o ângulo interno de $10^{\circ}40'42''$ e segue a distância de 219,425m até encontrar o ponto M-332 de coordenadas 194.666,747 e 8.492.429,220; neste faz o ângulo interno de $00^{\circ}00'21''$ e segue a distância de 35,137m até encontrar o ponto P-A de coordenadas 194.658,095 e 8.492.463,275; neste faz o ângulo interno de $10^{\circ}00'58''$ e segue a distância de 52,844m até encontrar o ponto P-B de coordenadas 194.654,189 e 8.492.515,974; neste faz o ângulo interno de $333^{\circ}29'36''$ e segue a distância de 281,843m até encontrar o ponto P-C de coordenadas 194.760,990 e 8.492.776,798; neste faz o ângulo interno de $37^{\circ}33'07''$ e segue a distância de 65,273m até encontrar o ponto M-01 de coordenadas 194.817,415 e 8.492.809,612; neste faz o ângulo interno de

52°49'03" e segue a distância de 140,409m até encontrar o ponto M-02 de coordenadas 194.834,532 e 8.492.948,974; neste faz o ângulo interno de 251°33'35" e segue a distância de 52,353m até encontrar o ponto M-03 de coordenadas 194.783,219 e 8.492.938,592; neste faz o ângulo interno de 70°17'38" e segue a distância de 90,665m até encontrar o ponto M-04 de coordenadas 194.770,181 e 8.492.848,869; neste faz o ângulo interno de 53°50'36" e segue a distância de 26,856m até encontrar o ponto M-05 de coordenadas 194.746,444 e 8.492.836,307; neste faz o ângulo interno de 26°35'07" e segue a distância de 74,691m até encontrar o ponto M-06 de coordenadas 194.671,772 e 8.492.834,608; neste faz o ângulo interno de 47°16'23" e segue a distância de 30,198m até encontrar o ponto M-07 de coordenadas 194.651,792 e 8.492.811,964; neste faz o ângulo interno de 80°12'39" e segue a distância de 17,557m até encontrar o ponto M-08 de coordenadas 194.662,790 e 8.492.798,279; neste faz o ângulo interno de 99°24'32" e segue a distância de 24,008m até encontrar o ponto M-09 de coordenadas 194.641,869 e 8.492.786,501; neste faz o ângulo interno de 32°50'00" e segue a distância de 29,983m até encontrar o ponto M-10 de coordenadas 194.611,940 e 8.492.788,308; neste faz o ângulo interno de 37°21'48" e segue a distância de 35,297m até encontrar o ponto M-11 de coordenadas 194.585,228 e 8.492.811,380; neste faz o ângulo interno de 68°48'12" e segue a distância de 24,239m até encontrar o ponto M-12 de coordenadas 194.563,823 e 8.492.800,006; neste faz o ângulo interno de 25°09'27" e segue a distância de 26,862m até encontrar o ponto M-13 de coordenadas 194.536,994 e 8.492.798,681; neste faz o ângulo interno de 25°42'00" e segue a distância de 29,162m até encontrar o ponto M-14 de coordenadas 194.511,373 e 8.492.784,754; neste faz o ângulo interno de 04°37'54" e segue a distância de 59,142m até encontrar o ponto M-15 de coordenadas 194.457,300 e 8.492.760,797; neste faz o ângulo interno de 25°33'10" e segue a distância de 82,548m até encontrar o ponto M-16 de coordenadas 194.403,633 e 8.492.698,075; neste faz o ângulo interno de 52°22'39" e segue a distância de 192,411m até encontrar o ponto M-17 de coordenadas 194.211,473 e 8.492.707,907; neste faz o ângulo interno de 75°44'03" e segue a distância de 205,599m até encontrar o ponto P-01 de coordenadas 194.150,694 e 8.492.511,497; neste faz o ângulo interno de 00°00'24" e segue a distância de 30,561m até encontrar o ponto M-18 de coordenadas 194.141,663 e 8.492.482,301; neste faz o ângulo interno de 71°21'08" e segue a distância de 146,943m até encontrar o ponto P-2A de coordenadas 193.994,768 e 8.492.478,558; neste faz o ângulo interno de 54°49'01" e segue a distância de 19,766m até encontrar o vértice geodésico de segunda ordem chamado Capela, de coordenadas (X,Y), no sistema UTM, 193.982,971 e 8.492.494,418 e início da poligonal; neste faz um ângulo de 118°23'07" para encontrar a direção entre os vértices Capela e Gruta, azimute verdadeiro de 204°58'19", estando assim fechado o polígono, com uma área total de 8.685,5ha, sendo que 4.331,7ha pertencem ao DNOCS e 193,9ha já foi objeto de ação judicial, desapropriados pelo Decreto nº 77.495, de 27-04-76, restando uma área de 3.295,4ha a ser

desapropriada, sobre a qual incide a declaração deste artigo, excluídos 748,5ha de propriedade do Município de Livramento de Nossa Senhora; 12,1ha, 1,4ha e 2,5ha (trechos de rodovias) pertencentes ao Estado da Bahia e 100,0ha, (Ministério da Agricultura) pertencente à União.

Art. 2º. Fica o DNOCS autorizado a promover e executar, com recursos do Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), as desapropriações de que trata este decreto, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Vicente Cavalcante Filho

DECRETO Nº 95.366, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Concede autorização ao navio de pesquisa «Robert D. Conrad», de bandeira norte-americana, para realizar em águas jurisdicionais brasileiras os serviços que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e de acordo com o Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968,

DECRETA:

Art. 1º É concedida autorização ao navio de pesquisa norte-americano «Robert D. Conrad», operado pelo Observatório Geológico Lamont-Doherty, da Universidade de Columbia, dos Estados Unidos da América, para realizar trabalhos de pesquisa científica em águas jurisdicionais brasileiras, abrangendo as regiões nordeste e leste do mar territorial brasileiro, obedecendo à derrota previamente apresentada pela citada entidade ao Ministério da Marinha.

Parágrafo único. Quaisquer alterações da derrota inicialmente prevista, a ser cumprida nas águas brasileiras, deverão ser submetidas à apreciação do Ministério da Marinha com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Art. 2º A autorização de que trata este decreto compreende a execução do projeto Centratlan 88, cujo propósito é estudar e analisar os processos geotectônicos no Atlântico Sul, devendo subordinar-se aos requisitos estabelecidos no artigo 8º do Decreto nº 63.164, de 26 de agosto de 1968.

Art. 3º O navio de pesquisa mencionado no art. 1º só poderá navegar em águas jurisdicionais brasileiras tendo a bordo, como observador, um Oficial de Marinha, especificamente designado, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o acesso aos documentos relativos às pesquisas e todas as áreas do navio, com o propósito de permitir que o mesmo exerça a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

Parágrafo único. O oficial observador tem autoridade para impedir, no mar territorial brasileiro, a coleta de dados fora do período especificado neste decreto, bem como a execução de pesquisa e derrota não previstas nos documentos previamente apresentados ao Ministério da Marinha pela entidade citada no art. 1º deste decreto.

Art. 4º A pesquisa de que trata este decreto deverá ser acompanhada por quatro oficiais da Marinha, um dos quais na qualidade de observador.

Parágrafo único. A instituição patrocinadora da pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha, os dados batimétricos, gravimétricos, magnetométricos e de sísmica de reflexão monocanal, bem como amostras das dragagens realizadas, além de outras informações solicitadas pela equipe de Oficiais brasileiros embarcada.

Art. 5º A autorização a que se refere este decreto terá validade durante o período de março a abril de 1988.

Art. 6º O não cumprimento, pela entidade interessada, do estabelecido neste decreto, implicará no cancelamento automático da autorização em questão, respondendo a referida entidade pelos prejuízos causados e ficando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira, além de, a critério do governo brasileiro, ter sumariamente recusadas suas futuras solicitações de pesquisa em águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Sabóia

DECRETO Nº 95.367, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Reajusta os valores da Indenização de Representação de Gabinete que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Os atuais valores da Indenização da Representação de Gabinete de que trata o Decreto nº 91.442, de 18 julho de 1985, ficam reajustados em 33% (trinta e três por cento) a partir de 1º de outubro de 1987.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Roberto Coutinho Camarinha

DECRETO Nº 95.368, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 10.100.468.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, combinado com os artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 10.100.468.000,00 (dez bilhões, cem milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes das receitas do Tesouro Nacional, previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.369, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 32.036.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 32.036.000,00 (trinta e dois milhões e trinta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I, deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operações de crédito internas contratadas pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.370, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução no disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.371, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00 (dois bi-

lhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários serão provenientes da Emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, na conformidade do artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.372, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas diretamente arrecadadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.373, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.374, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.375, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 6.329.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 6.329.000,00 (seis milhões, trezentos e vinte e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87 e o Anexo II foi retificado no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.376, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Agricultura em favor de diversas unidades orçamentárias o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução deste decreto serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com a autorização contida no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.377, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de dezembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.378, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 43.100.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e art. 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia, em favor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o crédito suplementar de CZ\$ 43.100.000,00 (quarenta e três milhões e cem mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.379, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.380, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.430.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 2.430.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta milhões de cruzados) para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com a autorização contida no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87 e retificado no D.O. de 21-12-87.

DECRETO Nº 95.381, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.382, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Justiça Militar, à Justiça do Trabalho, à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 190.236.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Justiça Militar, à Justiça do Trabalho, à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 190.236.000,00 (cento e noventa milhões e duzentos e trinta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.383, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 847.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 847.000.000,00 (oitocentos e quarenta e sete milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com os artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.384, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 2º, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.385, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 319.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986), em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 319.500.000,00 (trezentos e dezenove milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.386, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 396.700.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 396.700.000,00 (trezentos e noventa e seis milhões e setecentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.387, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 140.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.388, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios do Exército, da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 58.783.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios do Exército, da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 58.783.000,00 (cinquenta e oito milhões e setecentos e oitenta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Luiz Carlos Bresser Pereira
Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.389, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 8.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, item IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item IV, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.390, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 38.100.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 38.100.000,00 (trinta e oito milhões e cem mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.391, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.482.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 53.482.000,00 (cinquenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.392, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.393, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.481.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 56.481.000,00 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e um mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 9-12-87.

DECRETO Nº 95.394, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Prorroga o prazo para a implementação do Programa Ruas em Paz, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica o prazo de implementação do «Programa Ruas em Paz», criado pelo Decreto nº 91.538, de 16 de agosto de 1985, prorrogado até 31 de dezembro de 1989.

Art. 2º O referido Programa passa a ser denominado «Vamos Viver sem Violência».

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.395, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à ACD Sistema de Rádio e Televisão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.005122/87 (Edital nº 117/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à ACD Sistema de Rádio e Televisão Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.396, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.008424/85 (Edital nº 64/85).

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Pedro II, Estado do Piauí.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.397, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.104.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 16.104.000,00 (dezesesseis milhões, cento e quatro mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.398, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.579.366.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.579.366.000,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões, trezentos e sessenta e seis mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, item II, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.399, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.574.710.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 1.574.710.000,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e quatro milhões, setecentos e dez mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.400, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

*Abre, a Encargos Financeiros da União
— Recursos sob supervisão do Ministério
da Fazenda, o crédito suplementar de
CZ\$ 570.879.000,00, para reforço de dotação
consignada no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 570.879.000,00 (quinhentos e setenta milhões, oitocentos e setenta e nove mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.401, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 6.266.357.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 6.266.357.000,00 (seis bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.402, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.097.351.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.097.351.000,00 (quatro bilhões, noventa e sete milhões, trezentos e cinquenta e um mil

cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.403, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.380.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 12.380.000,00 (doze milhões, trezentos e oitenta mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.404, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 63.087.063.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 2º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 63.087.063.000,00 (sessenta e três bilhões, oitenta e sete milhões e sessenta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O de 10-12-87 e retificado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.405, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 17.000.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$

17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.406, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Aprova a Tabela de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, para o período de outubro a dezembro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados os valores de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais das Forças Armadas, conforme disposto na Tabela anexa, organizada de conformidade com o que preceitua o Artigo 90 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972 (Lei de Remuneração dos Militares).

Art. 2º Para aplicação dos valores acima mencionados, o Território Nacional é dividido em três áreas:

Área 1 — Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, e os Territórios do Amapá e Roraima.

Área 2 — Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe, Território de Fernando de Noronha, Abrolhos e Ilha de Trindade.

Área 3 — Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Art. 3º A presente Tabela tem vigência no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 1987.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Roberto Coutinho Camarinha

Anibal Teixeira de Souza

A Tabela de Etapas está publicada no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.407, de 9 de dezembro de 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.408, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério dos Transportes — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes — Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.409, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$..... 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, em conformidade com o artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto referente à dotação global indicada no Anexo I deste decreto serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.410, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.470.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Secretaria-Geral e entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.470.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e setenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas da atividade e dos projetos referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.411, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

*Abre ao Ministério dos Transportes,
em favor de entidades supervisionadas, o
crédito suplementar de CZ\$
10.750.000.000,00, para reforço de dotações
consignadas no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.750.000.000,00 (dez bilhões e setecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87 e retificado no D.O. de 21-12-87.

DECRETO Nº 95.412, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.413, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 4.550.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 4.550.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

— O anexo está publicado no D.O. de 10-12-87.

DECRETO Nº 95.414, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 2º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar

de CZ\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.415, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 503.300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, combinado com os artigos 1º, itens III e IV, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR e a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 503.300.000,00 (quinhentos e três milhões e trezentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são previstos no *caput* do artigo 1º das Leis nºs 7.602 e 7.616, de 19 de maio de 1987, e 4 de setembro de 1987, respectivamente.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.416, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 49.247.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 49.247.000,00 (quarenta e nove milhões, duzentos e quarenta e sete mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.417, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.396.692.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 9.396.692.000,00 (nove bilhões, trezentos e noventa e seis milhões, seiscentos e noventa e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.418, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.419, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.055.000,00 para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 1.768.055.000,00 (um bilhão, setecentos e sessenta e oito milhões, cinquenta e cinco mil cruzados), para inclusão de recursos nos projetos indicados no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto de operação de crédito externa contratada pela República Federativa do Brasil.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.420, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item IV, e 3º, da Lei 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.421, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 72.196.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 72.196.000,00 (setenta e dois milhões, cento e noventa e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987: 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.422, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Saúde e do Trabalho em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 3.200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de

CZ\$ 3.200.000.000,00 (três bilhões e duzentos mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão da emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, nos termos do artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.423, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 31.563.000,00, para reforço das dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, itens I e III da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 31.563.000,00 (trinta e um milhões quinhentos e sessenta e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, itens I e III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.424, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 943.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União (Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986), em favor de diversos órgãos o crédito suplementar de CZ\$ 943.000.000,00 (novecentos e quarenta e três milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.425, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 197.242.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 197.242.000,00 (cento e noventa e sete milhões, duzentos e quarenta e dois mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão os provenientes de Operação de Crédito Externa contratada com o Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166ª da Independência e 99ª da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira do Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.426, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 79.500.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 79.500.000,00 (setenta e nove milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.427, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria de Tecnologia Industrial, o crédito Suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), Para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados, conforme prevê o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.428, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor do Departamento de Administração, o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.429, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Instituto de Promoção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor do Instituto de Promoção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

— — —
O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.430, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Apoio à Produção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 4.819.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria de Apoio à Produção Cultural, o crédito suplementar de CZ\$ 4.819.000,00 (quatro milhões, oitocentos e dezenove cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.431, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 6.525.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 6.525.000,00 (seis milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito interna contratada pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.432, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando das atribuições, que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Em decorrência das alterações do presente crédito suplementar, os quantitativos das metas físicas do projeto "Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste" indicados nos Anexos I e II, ficam ajustados na forma do Anexo III deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.433, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 5.706.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 5.706.000,00 (cinco milhões, setecentos e seis mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.434, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de CZ\$ 28.400.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Centro Tecnológico para Informática, o crédito suplementar de

CZ\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.435, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 64.764.000,00 para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças o crédito suplementar de CZ\$ 64.764.000,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da autorização contida no artigo 5º, item VII, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.436, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação - Entidades Supervisionadas e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 132.339.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas e à Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, o crédito suplementar de CZ\$ 132.339.000,00 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e trinta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito externa contratada pela União junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.437, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 36.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de receita própria do Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.438, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública, o crédito suplementar de CZ\$ 75.960.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Administração Pública o crédito suplementar de CZ\$ 75.960.000,00 (setenta e cinco milhões e novecentos e sessenta mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação de Receitas Diretamente Arrecadadas - Tesouro, conforme prevê o artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.439, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de CZ\$ 2.100.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o crédito especial de CZ\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil cruzados), destinado à desapropriação de imóvel, conforme estabelecido no Decreto nº 94.251, de 22 de abril de 1987, na forma indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.440, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000,00, para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria da Receita Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.441, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 212.193.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 212.193.000,00 (duzentos e

doze milhões, cento e noventa e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.442, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 294.449.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 294.449.000,00 (duzentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.443, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 927.695.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 927.695.000,00 (novecentos e vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.444, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 221.227.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 221.227.000,00 (duzentos e vinte e um milhões, duzentos e vinte e sete mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

— O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.445, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Encargos Financeiros da União — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 79.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União - Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 79.000.000,00 (setenta e nove milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior correrão à conta de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto, e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza.

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.446, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

*Abre, a Encargos Financeiros da União
— Recursos sob supervisão do Ministério
da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$
540.371.000,00, para reforço de dotações
consignadas no vigente Orçamento.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a Encargos Financeiros da União, — Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de CZ\$ 540.371.000,00 (quinhentos e quarenta milhões, trezentos e setenta e um mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior, correrão à conta do produto de operações de crédito internas, em conformidade com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87

DECRETO Nº 95.447, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 34.033.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 34.033.000,00 (trinta e quatro milhões e trinta e três mil cruzados), para reforço da dotação indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações, do Departamento Nacional de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza.

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.448, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 4.338.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações, o crédito suplementar de CZ\$ 4.338.000,00 (quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luis Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.449, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, conforme prevê o artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, obedecidas as prescrições do artigo 61, § 1º, letra c, da Constituição.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.450, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.600.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º As alterações das metas físicas dos projetos referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10º de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87 e retificado no D.O. de 24-12-87.

DECRETO Nº 95.451, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Ahre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.452, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 2º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, a Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal — Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.453, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de CZ\$ 53.800.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de CZ\$ 53.800.000,00 (cinquenta e três milhões e oitocentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.454, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral e de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 950.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral e de entidades supervisionadas, o crédito suplementar

de CZ\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.455, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.456, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor da Empresa de Portos do Brasil S/A e Companhia Brasileira de Trens Urbanos, o crédito suplementar de CZ\$ 756.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor da Empresa de Portos do Brasil S/A e Companhia Brasileira de Trens Urbanos, o crédito suplementar de CZ\$ 756.400.000,00 (setecentos e cinquenta e seis milhões e quatrocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.457, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Fixa os preços mínimos básicos para financiamento e/ou aquisição de produtos agrícolas da safra de verão 1987/1988 e dispõe sobre as regras de comercialização dos estoques do Governo, adquiridos através da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º Os preços mínimos básicos para produtos agrícolas da safra de verão 1987/1988 são os constantes das tabelas anexas a este decreto.

Art. 2º Ficam assegurados os preços mínimos plurianuais do arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo, aprovados pelo Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986.

Parágrafo único. Na data-base prevista no § 2º do art. 2º do Decreto nº 93.118, de 14 de agosto de 1986, o Governo garantirá aos preços mínimos plurianuais um reajuste de 95% (noventa e cinco por cento) da variação da OTN no período.

Art. 3º Os preços mínimos de que trata este decreto serão pagos aos produtores, ou às suas cooperativas, livres de quaisquer deduções, inclusive do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atendidas as especificações da classificação vigente.

Art. 4º Os preços mínimos para sementes serão fixados pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP) à época do início das safras e serão compostos do preço mínimo do produto-grão, considerados a melhor classe e o melhor tipo, acrescidos dos adicionais dos custos de produção de sementes, assim como os de limpeza, seleção, classificação e embalagem.

Parágrafo único. O preço de financiamento das sementes será de 80% (oitenta por cento) do valor de mercado do produto-grão se este superar em 25% (vinte e cinco por cento) o preço fixado pela CFP.

Art. 5º O Governo intervirá nos mercados agrícolas através da compra e venda dos estoques e da liberação das importações, quando os preços de mercado extrapolarem uma faixa de preços previamente definidos, denominada faixa de livre mercado.

§ 1º A faixa de livre mercado terá como preço-piso os preços mínimos aprovados neste decreto e como preço-teto os preços de referência previamente definidos para cada produto e respectiva região.

§ 2º O preço de referência a vigorar em cada safra será obtido pela média dos últimos 60 (sessenta) meses de preços reais a nível de atacado, contados até 90 (noventa) dias antes do início do plantio acrescida de uma margem percentual para cada produto ou região. O início do plantio para a safra de verão da Região Centro-Sul tem início no mês de junho.

§ 3º A margem percentual de que trata o parágrafo 2º para a safra de verão da Região Centro-Sul, no período de 1987/1988, fica fixada em 12% (doze por cento) para o arroz e o milho, e em 17% (dezessete por cento) para o feijão.

Art. 6º O Governo acionará a venda de seus estoques ou a liberação das importações cada vez que o preço de mercado superar o preço de referência, pelo espaço de duas semanas consecutivas e dando início às vendas na terceira semana.

§ 1º Na hipótese dos preços baixarem a nível igual ou inferior ao preço de referência, o Governo cessará as vendas dos estoques e a liberação das importações.

§ 2º A liberação ou suspensão das importações de que trata este decreto far-se-á sem prejuízo dos acordos internacionais celebrados pelo Governo.

Art. 7º O Ministério da Agricultura, mediante portaria, definirá, regulamentará e divulgará, para cada produto e região, o mercado, a praça e as demais especificações necessárias para a determinação dos preços de referência que acionarão a venda dos estoques ou a liberação das importações, assim como sua equivalência para as demais praças de importância para a comercialização dos produtos de que trata este decreto.

Art. 8º O disposto nos artigos 5º e 6º será estendido a outros produtos, regiões ou safras, mediante decreto, por proposta do Ministério da Agricultura.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Iris Rezende Machado

As tabelas anexas a este decreto estão publicadas no D.O. de 11-12-87.

DECRETO Nº 95.458, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Televisão Jovem Pan Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004746/87 (Edital nº 101/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Televisão Jovem Pan Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.459, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 17 do Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, alterado pelos Decretos nºs 75.887, de 20 de junho de 1975, e 86.463, de 13 de outubro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 17. A sazonalidade será reconhecida para fins de faturamento, se a energia se destinar à atividade que utilize matéria-prima advinda diretamente da agricultura, da pecuária ou da pesca, ou ainda, a atividade diretamente ligada à extra-

ção de sal, e se se verificar nos 12 (doze) meses anteriores ao da análise, valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) para a relação entre a soma dos 4 (quatro) menores e a soma dos 4 (quatro) maiores consumos, excluídas as parcelas de consumo decorrentes do uso da demanda suplementar de reserva, se houver.

§ 1º

a)

b)

§ 2º Na falta de dados para a análise da relação estabelecida no *caput* deste artigo, a sazonalidade será reconhecida provisoriamente, até que se disponha de valores referentes a um período de 12 (doze) meses.

§ 3º

§ 4º”

Art. 2º Este decreto entrará em vigor em 1º de março de 1988.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.460, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1987

Dispõe sobre o aumento do Capital Autorizado da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. - Nuclebrás.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 27000.005073/87-32,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Empresas Nucleares Brasileiras S.A. — Nuclebrás autorizada a promover o aumento do seu Capital Autorizado de CZ\$ 11.326.212.865,76 (onze bilhões, trezentos e vinte e seis milhões, duzentos e doze mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzados e setenta e seis centavos) para CZ\$ 26.933.457.722,42 (vinte e seis bilhões, novecentos e trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e dois cruzados e quarenta e dois centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.461, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Revoga o Decreto nº 68.796, de 23 de junho de 1971, e revigora o Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, concernentes à Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 68.796, de 23 de junho de 1971, que tornou pública a denúncia, pelo Brasil, da Convenção nº 81, concernente à Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio, da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 2º Fica revigorado, em sua plenitude, o Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, que promulgou a Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho, aprovada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 74, de 29 de maio de 1956.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Roberto Costa de Abreu Sodré
Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.462, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, assinado entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevideu, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial,

Considerando que os Plenipotenciários do Brasil e da Colômbia, com base no Tratado de Montevideu-80, assinaram, aos 22 de dezembro de 1986, em Montevideu, o Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10),

DECRETA:

Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980, subscrito entre o Brasil e a Colômbia (Acordo nº 10), apenso por cópia ao presente decreto, foi executado, e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O Protocolo apenso vigorou até 30 de março de 1987.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo está publicado no D.O. de 14.12.87.

DECRETO Nº 95.463, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Edinnol — Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Arapiruca, Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983 e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29.103.000751/85,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 12 de no-

vembro de 1985, a concessão da Edinnol — Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda., outorgada através do Decreto nº 76.328, de 23 de setembro de 1975, para explorar, na cidade de Arapiraca, Estado de Alagoas, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.464, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000449/87,

DECRETA:

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 03 de outubro de 1987, a concessão da Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda., outorgada através do Decreto nº 79.988, de 19 de julho de 1977, para explorar, na cidade de Iturama, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.465, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Educadora de Loanda Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Loanda, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000674/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 25 de outubro de 1987, a concessão da Rádio Educadora de Loanda Ltda., outorgada através da Portaria nº 1.124, de 19 de outubro de 1977, para explorar, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.466, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004197/87 (Edital nº 85/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.467, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Educadora de Belém Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.00382/87 (Edital nº 75/87),

DECRETA :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Educadora de Belém Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumeradas no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.468, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monção, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.005744/87 (Edital nº 135/87),

DECRETA :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Alvorada Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Monção, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumeradas no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.469, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Sorriso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.010133/85 (Edital nº 116/85),

DECRETA :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Sorriso Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Sorriso, Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumeradas no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorga em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial*, da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antonio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.470, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983 e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.000641/87 (Edital nº 05/87).

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Fundação João Paulo II, para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda curta, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.471, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Cultura de Cândido de Abreu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.004195/87 (Edital nº 86/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Cultura de Cândido de Abreu Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.472, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão a Gaspar Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.001815/87 (Edital nº 23/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão a Gaspar Radiodifusão Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) dias, anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José do Rio Claro, Estado do Mato Grosso.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pelo outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinada dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.473, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002732/87 (Edital nº 49/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumeradas no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º. O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.474, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Karajás Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Re-

ulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 2.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 9000.003599/87 (Edital nº 68/87),

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Radio Karajás Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.475, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 91.796, de 17 de outubro de 1985.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 91.796, de 17 de outubro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos seus parágrafos:

«Art. 1º. Os alunos regularmente beneficiados, no ano de 1987, pelo Programa de Bolsas do Sistema de Manutenção de Ensino, por força do disposto no art. 2º do Decreto nº 88.374, de

7 de junho de 1983, com a redação dada pelo Decreto nº 90.088, de 21 de agosto de 1984, terão garantida sua condição de bolsistas até 31 de dezembro de 1988, ficando a cargo da Secretaria de Educação das Unidades da Federação verificar os casos em que haja ou não ocorrido essa regularidade.

.....”
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.476, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Revoga o Decreto nº 95.151, de 6 de novembro de 1987.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 95.151, de 6 de novembro de 1987, publicado no *Diário Oficial* da União, de 9 de novembro de 1987.

Art. 2º. Para efeito deste decreto, observar-se-á o disposto no artigo 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.477, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral e Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios dos Transportes e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral e entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 14-12-87..

DECRETO Nº 95.478, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral o crédito suplementar de CZ\$ 1.340.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.340.000.000,00 (um bilhão, trezentos e quarenta milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, conforme prevê o artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de

1986, obedecidas as prescrições do artigo 61, § 1º, letra c, da Constituição.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 14-12-87.

DECRETO Nº 95.479, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 2º, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 14-12-87.

DECRETO Nº 95.480, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1987

Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada (OGSA), que a este acompanha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os seguintes decretos:

Decreto nº 8.726, de 06 de fevereiro de 1942;
Decreto nº 21.846, de 13 de setembro de 1946;
Decreto nº 22.507, de 22 de janeiro de 1947;
Decreto nº 23.002, de 25 de abril de 1947;
Decreto nº 37.604-A, de 12 de julho de 1955;
Decreto nº 38.896, de 14 de março de 1956;
Decreto nº 45.799, de 15 de abril de 1959;
Decreto nº 47.745, de 03 de fevereiro de 1960;
Decreto nº 50.783, de 12 de junho de 1961;
Decreto nº 117, de 06 de novembro de 1961;
Decreto nº 52.670, de 11 de outubro de 1963;
Decreto nº 53.384, de 31 de dezembro de 1963;
Decreto nº 56.632-A, de 02 de agosto de 1965;
Decreto nº 59.048, de 11 de agosto de 1966;
Decreto nº 60.095, de 19 de janeiro de 1967;
Decreto nº 70.069, de 27 de janeiro de 1972;
Decreto nº 70.499, de 11 de maio de 1972; e
Decreto nº 87.483, de 18 de agosto de 1982.

Brasília, 13 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Henrique Saboia

DECRETO Nº 95.481, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a explorar, através da Fundação de Radiodifusão Educativa de Uberlândia, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, serviço de radiodifusão sonora em onda média, mediante convênio a ser celebrado com o Ministério das Comunicações, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, de acordo com o artigo 14, letra d, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com os artigos 13 e 16, § 4º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, na redação dada pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985 e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29194.000656/86,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, através da Fundação de Radiodifusão Educativa de Uberlândia, autorizada a explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, com fins exclusivamente educativos, sem objetivo comercial, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. As obrigações decorrentes desta autorização obedecerão às cláusulas estabelecidas em convênio a ser firmado entre a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, através da Fundação de Radiodifusão Educativa de Uberlândia, dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, este ato de autorização.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães.

DECRETO Nº 95.482, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Cria, sob a responsabilidade do Ministério do Interior, o Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível para, sob a responsabilidade do Ministério do Interior, coordenar tecnicamente a execução nacional dos Planos-modelos bilaterais de desenvolvimento das comunidades fronteiriças na Amazônia.

Parágrafo único. As atividades do Grupo se farão sem ônus adicional para o Tesouro Nacional.

Art. 2º O Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível a que se refere o art. 1º será composto de: (a) um núcleo permanente, formado de um representante de cada um dos seguintes órgãos:

- Ministério do Interior (Chefia);
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente;
- Conselho de Segurança Nacional;
- Ministério da Previdência e Assistência Social;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);

(b) de tantos representantes, destes ou de outros órgãos governamentais, em base *ad-hoc*, quantos forem necessários, a critério do núcleo permanente do grupo, para a execução das tarefas indicadas em cada Plano-modelo específico.

Art. 3º O Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível acima referido se subordinará à instância binacional definida na estrutura organizacional de cada Plano-modelo.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodré

João Alves Filho

DECRETO Nº 95.483, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Sociedade Zona Sul de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro

de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002975/86 (Edital nº 94/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Sociedade Zona Sul de Comunicações Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como as obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.484, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 4º, item I, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam reduzidas para 80% (oitenta por cento) as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as mercadorias classificadas nos Códigos da Posição 22.03.00.00 da Tabela de Incidência aprovada pelo Decreto nº 89.241, de 23 de dezembro de 1983.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor no dia seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.485, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Dá nova redação ao art. 15 do Regulamento da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda, concedidos a operações de caráter cultural.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O art. 15 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.335, de 3 de outubro de 1986, alterado pelo Decreto nº 93.852, de 22 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 15. Os benefícios fiscais previstos neste Regulamento são assegurados às pessoas físicas e jurídicas que realizarem doações, patrocínios ou investimentos até a data fixada para a entrega da declaração de rendimentos.

§ 1º A pessoa jurídica que realizar doações ou patrocínios após o encerramento do balanço, deverá, na declaração correspondente ao período base encerrado, excluir do lucro líquido o valor da despesa realizada e adicionar esse mesmo valor ao lucro líquido do período base subsequente».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Celso Furtado

DECRETO Nº 95.486, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Enfermagem e obstetrícia da Escola Superior de Enfermagem e Obstetrícia de Vassouras, Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000339/85-73 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitações em Geral em Enfermagem, em Enfermagem Médico-Cirúrgica, em Enfermagem de Saúde Pública, em Enfermagem Obstétrica e Licenciatura em Enfermagem, a ser ministrado pela Escola Superior de Enfermagem e Obstetrícia de Vassouras, mantida pela Fundação Educacional Severino Sombra, com sede em Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.487, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados do Instituto de Ensino de Engenharia Paulista.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000536/85-74 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, mantido pela Sociedade Unificada

Paulista de Ensino Renovado objetivo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.488, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Reabilitação do Norte do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000609/85-46 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Fonoaudiologia, a ser ministrado pela Faculdade de Reabilitação do Norte do Paraná, mantida pelo Centro de Estudos do Norte do Paraná, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.489, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Caraguatatuba, São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23033.010650/85-90 do Ministério da Educação,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e em Orientação Educacional, a ser ministrado pela Faculdade de Educação de Caraguatatuba, mantida pela Sociedade Civil da Educação do Litoral Norte, com sede em Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.490, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Geografia da Faculdade de Educação e Geografia de Naviraí, Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23.001.000791/85-71 do Ministério da Educação,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Geografia, licenciatura plena, a ser ministrado pela Faculdade de Educação e Geografia de Naviraí, mantida pelo Centro de Ensino de Naviraí, com sede na cidade de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.491, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências e Informática, em Curitiba, Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23025.004695/87-22 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, habilitação geral com enfoque em Informática, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências e Informática, mantida pela Sociedade Paranaense de Ensino e Informática, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Hugo Napoleão

DECRETO Nº 95.492, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987

Fixa os efetivos do Exército para 1988.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e de acordo com o disposto nos artigos 2º e 3º da Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1984,

D E C R E T A :

Art. 1º São fixados os efetivos de Oficiais-Generais, Oficiais, Subtenentes e Sargentos, Taifeiros, Cabos e Soldados do Exército, de conformidade com os incisos I a VII, prescritos nos quadros que se seguem, a vigorar no ano de 1988.

I — OFICIAIS-GERAIS

Posto	Combatentes	Serviços		Engenheiros Militares	Soma
		Intendentes	Médicos		
General-de-Exército	13	—	—	—	13
General-de-Divisão	37	1	1	3	42
General-de-Brigada	79	4	4	10	97
Total	129	5	5	13	152

II — OFICIAIS DE CARREIRA

Posto	Armas e QMB			SERVIÇOS																		REM			RAO		Soma					
				Intendentes			Médicos			Dentistas			Farmacêuticos			Veterinários																
	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	01 Set 31 Dez	01 Jan 30 Abr	02 Jun 31 Dez	01 Jan 30 Abr	01 Mai 31 Ago	02 Jun 31 Ago	01 Set 31 Dez					
Coronel	885	888	892	151	155	159	22	25	31	30	30	30	4	4	4	19	19	19	86	89	115	—	—	1.900	1.218	1.218	1.230					
Tenente-Coronel	722	716	718	136	134	131	86	97	101	43	41	37	27	27	27	50	44	41	240	225	220	—	—	1.304	1.234	1.234	1.231					
Major	1.163	1.230	1.275	142	142	143	193	180	184	68	76	88	91	91	91	27	27	27	175	169	163	—	—	1.799	1.835	1.835	1.911					
Capitão	2.100	2.100	2.100	220	220	220	290	200	200	166	166	166	60	60	60	—	—	—	115	115	115	321	347	3.182	3.182	3.208	3.208					
1º Tenente	1.300	1.320	1.320	120	120	110	180	180	180	91	91	91	66	56	56	—	—	—	—	—	—	1.169	1.203	2.935	2.935	2.970	2.970					
2º Tenente	682	622	622	49	49	49	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.838	1.597	2.509	2.509	2.665	2.665					
Total	6.815	6.864	6.907	818	820	922	681	682	703	398	404	412	178	178	178	96	90	87	646	598	613	3.328	3.447	12.930	12.964	13.083	13.159					

III — OFICIAIS TEMPORÁRIOS

Posto	Armas e QMB	Serviços					QEM	RCORE [Art. 31]	Soma
		Inten- dentes	Médicos	Dentis- tas	Farmacô- ticos	Veteri- nários			
Capitão	100	40	50	22	10	—	2	25	249
1º Tenente	1.866	300	657	331	78	18	43	298	3.591
2º Tenente	1.115	219	277	120	38	22	22	150	1.963
Total	3.081	559	984	473	126	40	67	473	5.803

IV — SUBTENENTES E SARGENTOS DE CARREIRA E TEMPORÁRIOS

Graduação	Carreira		Temporários	Soma
	QMS	QE		
Subtenente	2.673	—	—	2.673
1º Sargento	4.155	—	—	4.155
2º Sargento	8.128	—	—	8.128
3º Sargento	7.649	3.500	9.070	20.219
TOTAL	22.605	3.500	9.070	35.175

V - TAIFEIROS, CABOS E SOLDADOS

Especificação		Núcleo Base	Efetivo Variável	Soma
Taifeiros	Mor	59	—	59
	1ª Classe	350	—	350
	2ª Classe	700	—	700
	Soma	1.109	—	1.109
Cabos		28.567	14.575	43.142
Soldados		60.632	58.883	119.515
Total		90.308	73.458	163.766

VI - TOTAL GERAL DOS EFETIVOS DISTRIBUÍDOS

Especificação		Quantidade
Oficiais-Generais		152
Oficiais	Carreira	13.168
	Temporários	5.803
	Soma	18.971
Subtenentes e Sargentos	Carreira	26.105
	Temporários	9.070
	Soma	35.175
Taifeiros		1.109
Cabos e Soldados		162.657
Total		218.064

VII — VAGAS NÃO DISTRIBUÍDAS

Especificação	Quantidade
Oficiais	7.015
Subtenentes e Sargentos	14.178
Taifeiros	41
Cabos e Soldados	12.221
Total	33.455

Parágrafo único. Para atender às flutuações decorrentes da administração do pessoal militar, o Ministro do Exército poderá alterar os efetivos constantes dos incisos II a VI, observadas as quantidades estabelecidas no inciso VII deste artigo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 95.493, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 19.000.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º, item I, e 2º, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor do Ministério da Educação, o crédito suplementar de CZ\$ 19.000.000.000,00 (deze-

nove bilhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes da Emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, de acordo com os artigos 1º, item I, e 2º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-12-87.

DECRETO Nº 95.494, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item II, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação, em favor da Secretaria-Geral e da Secretaria da Educação Superior, o crédito suplementar de CZ\$ 4.410.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e dez milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item II, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-12-87.

DECRETO Nº 95.495, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 20.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e das autorizações contidas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 16-12-87.

DECRETO Nº 95.496, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Sociedade Acreana de Comunicação Fronteira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.003597/87 (Edital nº 66/87),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Sociedade Acreana de Comunicação Fronteira Ltda., para explorar, pelo prazo de 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial* da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 15 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.497, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga concessão à Rádio Vanguarda de Santa Luzia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 81, item III, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.002908/86 (Edital nº 87/86),

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio Vanguarda de Santa Luzia Ltda., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, de conformidade com preceitos e obrigações enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, bem como às obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no *Diário Oficial da União*, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito o ato de outorga.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 9º da República.

JOSÉ SARNEY
Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.498, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Veredas de Unai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29104.000399/87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 10 de novembro de 1987, a concessão da Rádio Veredas de Unai Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.351, de 15 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Unai, Estado de Minas Gerais, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 9º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.499, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Revoga a concessão outorgada à Rádio Progresso de Souza Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical, na cidade de Souza, Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29103.000884/86,

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada a concessão outorgada à Rádio Progresso de Souza Ltda., pelo Decreto nº 78.540, de 6 de outubro de 1976, publicado no *Diário Oficial* da União de 7 de outubro de 1976 subsequente, para executar, na cidade de Souza, Estado da Paraíba, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical.

Parágrafo único. O Departamento Nacional de Telecomunicações — Dentel adotará providências no sentido de interromper o serviço objeto da concessão revogada.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 9º da República.

JOSE SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.500, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza Giovanni Moracchioli e Achille Marco Marmiroli, ambos de nacionalidade italiana e residentes no Brasil, a adquirir imóvel rural.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

Considerando que, por escritura lavrada em 7 de maio de 1976, no 7º Cartório de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no livro 2.971, a fls. 110, Giovanni Moracchioli; italiano, Achille Marco Marmiroli, italiano, e Euclides de Carli, brasileiro, todos residentes no Brasil, pactuaram a compra de imóvel rural com área superior a cinquenta módulos de exploração indefinida;

Considerando que, registrada a escritura, os próprios outorgados, alertados para as restrições legais vigentes, providenciaram o cancelamento do registro;

Considerando que dita área integra maior porção, onde se encontra em implantação projeto agropecuário aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — Sudeco;

Considerando, finalmente, o disposto no art. 530, item I, do Código Civil, no art. 3º, § 3º, da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e no art.

7º, § 5º, do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, e tendo ouvido o Conselho de Segurança Nacional,

DECRETA :

Art. 1º Ficam Giovanni Moracchioli e Achille Marco Marmiroli, ambos de nacionalidade italiana e residentes no Brasil, autorizados, em caráter de excepcionalidade, a adquirir, juntamente com cidadão brasileiro, uma gleba de terras, com 3.000ha (três mil hectares), situada na Fazenda «Paraíso», Distrito de Paraíso, Município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A aquisição se formalizará pelo registro da escritura de venda e compra, lavrada em 7 de maio de 1976, no 7º Cartório de Notas da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no livro 2.971, a fls. 110.

Art. 2º A autorização de que trata o presente decreto objetiva a exploração agropecuária, de acordo com projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — Sudéco.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

Rubens Bayma Denys

DECRETO Nº 95.501, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Renova a concessão outorgada à Rádio Pioneira de Formosa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Formosa D'Oeste, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 6º, item I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29105.000634/87,

DECRETA :

Art. 1º Fica, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, renovada por 10 (dez) anos, a partir de 27 de outu-

bro de 1987, a concessão da Rádio Pioneira de Formosa Ltda., outorgada através do Decreto nº 80.348, de 15 de setembro de 1977, para explorar, na cidade de Formosa D'Oeste, Estado do Paraná, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas aprovadas através do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, às quais a entidade aderiu previamente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Antônio Carlos Magalhães

DECRETO Nº 95.502, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Revoga os Decretos nºs 46.427/59 e 75.636/75, que aprovaram e alteraram, respectivamente, o Regulamento para o Instituto de Pesquisas da Marinha.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam revogadas os Decretos nºs 46.427, de 14 de julho de 1959, que aprovou, e 75.636, de 18 de abril de 1975, que alterou o Regulamento para o Instituto de Pesquisas da Marinha.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Henrique Saboia

DECRETO Nº 95.503, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Autoriza a empresa «Caninha 51» — Indústria e Comércio de Bebidas Ltda., com sede no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho noturno de mulher maior de dezoito anos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e de acordo com o art. 379, § 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei nº 7.189, de 4 de junho de 1984, à vista do que consta do Processo nº 24000.005649/86,

D E C R E T A :

Art. 1º É autorizada a empresa «Caninha 51» — Indústria e Comércio de Bebidas Ltda., no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo, a utilizar o trabalho de mulher maior de 18 (dezoito) anos, no período compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, no setor de produção.

Art. 2º A empresa deverá assegurar os meios especiais de proteção ao trabalho, inclusive de natureza ambiental, bem como dotar o estabelecimento com lanchonete e refeitório no período noturno.

Art. 3º A presente autorização terá vigência de dois anos, a contar da publicação deste decreto, podendo ser renovada por igual período, se persistirem as razões que a determinaram, bem como o integral cumprimento da legislação trabalhista por parte da empresa.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Almir Pazzianotto Pinto

DDECRETO Nº 95.504, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera dispositivo do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, que dispõe sobre a aquisição de servidores para a Superintendência Nacional do Abastecimento — Sunab.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O § 2º do art. 1º do Decreto nº 92.559, de 16 de abril de 1986, alterado pelo Decreto nº 94.051, de 23 de fevereiro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 1º

§ 1º

§ 2º As requisições vigorarão pelo prazo necessário ao exercício da fiscalização a que se refere este artigo e, no máximo, até 31 de dezembro de 1988.»

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.505, 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Concede à Companhia Siderúrgica de Tubarão — CST, autorização para proceder a aumento do seu capital social.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica a Companhia Siderúrgica Tubarão — CST autorizada a promover a elevação de seu capital social de CZ\$ 15.814.426.565,00 (quinze bilhões, oitocentos e quatorze milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e cinco cruzados), para até CZ\$ 143.213.438.000,00 (cento e quarenta e três bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e quarenta e oito mil cruzados), mediante subscrição de novas ações.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz André Rico Vicente

DECRETO Nº 95.506, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás, terrenos e benfeitorias necessários a expansão do Porto de Santos, localizados no Largo Marquês de Monte Alegre, no Município de Santos, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 4º, item X, da Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, e de acordo com o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação pela Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás, os terrenos e as benfeitorias neles existentes e a seguir descritos, que constituem a quadra formada pela Rua São Bento, Rua do Comércio, Rua Comendador Ferreira Neto e Largo Marquês de Monte Alegre, situados no perímetro urbano, Primeira Circunscrição Imobiliária da cidade, Município e Comarca de Santos, Estado de São Paulo, com área total aproximada de 1.936m², indicada na planta nº 1-VII-10109, elaborada pela Companhia Docas do Estado de São Paulo — Codesp, constante do Processo nº 2.348 — Portobrás:

I — o terreno onde se acha erigido o prédio emplacado com os nºs de 9 a 11 do Largo Marquês de Monte Alegre, na cidade de Santos, Estado de São Paulo;

II — o terreno onde se assenta o prédio de nºs 6 a 8 do Largo Marquês de Monte Alegre, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás tomará as providências que se fizerem necessárias para que a Companhia Docas do Estado de São Paulo — Codesp promova a execução dos trabalhos de restauração e conservação dos imóveis declarados de utilidade pública através deste decreto, de conformidade com as exigências do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo — Condephaat, órgão responsável pela proteção e preservação do patrimônio tombado.

Art. 2º Destinam-se os terrenos e benfeitorias a que se refere o artigo anterior, realizadas as necessárias obras de restauração, à utilização com escritórios do novo trecho do Cais Valongo-Paquetá.

Art. 3º A Empresa de Portos do Brasil S.A. — Portobrás fica autorizada a promover, com seus recursos, amigável ou judicialmente, as desapropriações de que trata este decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 4º A expropriante poderá alegar urgência para efeito de imissão provisória na posse, de parte ou da totalidade das áreas, nos termos do art. 15 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares

DECRETO Nº 95.507, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.008160/87-30,

DECRETA :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o lote de terreno número 25 (vinte e cinco), da quadra 39 (trinta e nove), medindo 18,85 metros de frente para a Rua Conde de Porto Alegre, 9,30 metros de largura na linha dos fundos, por 30,15 metros de extensão pelo lado direito e 29,80 metros pelo esquerdo, da frente aos fundos; confrontando pelo lado direito com a Rua Barão do Triunfo, com a qual faz esquina, pelo lado esquerdo com o lote 24 e nos fundos com o lote 1, com área de 404,00 metros quadrados, situado no lugar denominado «Jardim 25 de Agosto», Primeiro Distrito do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, registrado às fls. 160/61 do Livro 3-Y, sob o nº de ordem nº 19.296, no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à sede das Juntas de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias — RJ.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante, autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

DECRETO Nº 95.508, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Dispõe sobre a readaptação de servidor do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 43 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, em cumprimento a sentença judicial proferida pelo Juiz Federal da 4ª Vara — Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina e o que consta dos Processos nºs 10167.000374/87-65 e 00600.013774/87-01,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica readaptado, a partir de 1º de setembro de 1975, no cargo de Agente Fiscal de Tributos Federais, Classe A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente do Ministério da Fazenda, o servidor Nilton Waldemar da Silva, ocupante do cargo de Oficial de Administração, código AF-202, nível 12, classe B.

Art. 2º A despesa com a aplicação deste decreto será atendida pelos recursos orçamentários próprios do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

DECRETO Nº 95.509, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.900.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Justiça do Distrito Federal e dos territórios, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-12-87.

DECRETO Nº 95.510, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Fundo de Investimento Social – Finsocial.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-12-87

DECRETO Nº 95.511, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-12-87

DECRETO Nº 95.512, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 115.642.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 115.642.000,00 (cento e quinze milhões, seiscentos e quarenta e dois mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados do D.O. de 18-12-87.

DECRETO Nº 95.513, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Senado Federal, a diversos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 162.155.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, itens III e IV, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Senado Federal, a diversos órgãos do Poder Judiciário e ao Ministério da Justiça, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 162.155.000,00 (cento e sessenta e dois milhões e cento e cinquenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, itens III e IV, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-12-87.

DECRETO Nº 95.514, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Conselho de Segurança Nacional — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 18-12-87.

DECRETO Nº 95.515, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre, a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto, a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito suplementar de CZ\$ 1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Luiz Carlos Bresser Pereira

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 18-12-87.

DECRETO Nº 95.516, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera o Regulamento de Promoções de Graduados do Exército aprovado pelo Decreto nº 77.920, de 28 de junho de 1976.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º O item 4 e o § 2º do art. 29 do Regulamento de Promoções de Graduados do Exército, aprovado pelo Decreto nº 77.920, de 28 de junho de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 29

1)

2)

3)

4) integrando os limites quantitativos fixados para organização dos Quadros de Acesso.

§ 1º

§ 2º Para efeito de aplicação do item 4 deste artigo, após efetivada uma promoção e enquanto não forem aprovados os novos limites para organização dos Quadros de Acesso, vigoram os limites estabelecidos para a promoção anterior.

§ 3º

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Leônidas Pires Gonçalves

DECRETO Nº 95.517, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Manso, nos Municípios de Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, nos termos dos artigos 140,

150 e 164, letra a, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo MME nº 702.079/82-9,

D E C R E T A :

Art. 1º É outorgada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Manso, onde será construída a Usina Hidrelétrica Manso, nos Municípios de Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. A energia produzida se destina ao serviço público de energia elétrica em sua área de atuação e suprimento a outros concessionários, quando autorizado.

Art. 2º A concessionária deverá apresentar ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação deste decreto, o projeto definitivo referente ao citado aproveitamento.

Art. 3º A concessionária concluirá as obras no prazo que for fixado na portaria de aprovação do projeto definitivo, executando-as de acordo com o mesmo, com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Art. 4º A concessão de que trata o presente decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Findo o prazo da concessão, os bens e instalações que, no momento, existirem, em função dos serviços concedidos, reverterão à União.

Art. 5º A concessionária poderá requerer que a concessão seja renovada, mediante as condições que vierem a ser estipuladas.

Parágrafo único. A concessionária deverá entrar com o pedido, a que se refere este artigo, até 6 (seis) meses antes de findar o prazo de vigência da concessão, sob pena de seu silêncio ser interpretado como desistência da renovação.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY
Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.518, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987

Outorga à Jari Energética S.A. — JESA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do Rio Jari, no local denominado Cachoeira de Santo Antônio, entre os Municípios de Mazagão, no Território Federal do Amapá, e Almeirim, no Estado do Pará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, nos termos dos arts. 140, letra a, e 150 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27100.000418/85-53,

D E C R E T A :

Art. 1º E outorgada à Jari Energética S.A. — JESA concessão para o aproveitamento da energia hidráulica, com duas unidades geradoras de 34 MW cada, totalizando 68 MW, situadas no Rio Jari, no local denominado Cachoeira de Santo Antônio, entre os Municípios de Mazagão, no Território Federal do Amapá, e Almeirim, no Estado do Pará, não conferindo, o presente título, delegação do Poder Público à concessionária.

§ 1º O aproveitamento destina-se à produção de energia elétrica para uso exclusivo da concessionária e suprimento aos seus acionistas-usuários: Companhia Florestal Monte Dourado; Companhia Ferro Ligas do Amapá-CFA; Caulim da Amazônia S.A. — CADAM; São Raimundo Agroindustrial Ltda.; Amapá Florestal e Celulose S.A. — AMCEL e Indústria e Comércio de Minérios S.A. — ICOMI.

§ 2º Para o fim do parágrafo anterior, entende-se como acionista-usuário a pessoa jurídica que participe do capital da Jari Energética S.A. — JESA, na proporção de seu consumo.

Art. 2º A concessionária e seus sócios-usuários não poderão fazer cessão de energia elétrica a terceiros, mesmo a título gratuito.

Parágrafo único. Não se compreendem na proibição deste artigo o fornecimento de energia a vilas operárias de seus empregados, quando construídas em terrenos de suas propriedades, e o suprimento feito com observância do disposto no Decreto-lei nº 1.872, de 21 de maio de 1981.

Art. 3º A concessionária concluirá as obras do aproveitamento hidrelétrico no prazo que for fixado na portaria de aprovação do projeto, executando-as de acordo com o mesmo, com as modificações que forem autorizadas, se necessárias.

Art. 4º A concessão de que trata este decreto vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Fica a concessionária obrigada a requerer ao Governo Federal, nos 6 (seis) últimos meses que antecederem o término do prazo

de vigência da concessão, sua renovação, mediante as condições que vierem a ser estabelecidas, ou a comunicar, no mesmo prazo, sua desistência.

Parágrafo único. No caso de desistência, fica a critério do Poder concedente exigir que a concessionária reponha, por sua conta, o curso d'água em seu primitivo estado.

Art. 6º A concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no Código de Águas, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Aureliano Chaves

DECRETO Nº 95.519, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Estabelece normas para a programação e execução orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o exercício de 1988, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.632, de 3 de dezembro de 1987,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º A utilização dos créditos orçamentários e adicionais do Orçamento Geral da União (O.G.U.) será efetuada de acordo com as normas de execução da despesa pública e nos termos deste decreto.

Art. 2º O comprometimento da despesa deverá ser feito com estrita observância dos limites da programação financeira fixada para cada unidade gestora.

CAPÍTULO II

Da Programação para a Utilização dos Créditos Orçamentários e Adicionais

Art. 3º As dotações destinadas às despesas com «Pessoal» e «Encargos Sociais» não poderão constituir fonte para compensação de créditos a «Outras Despesas Correntes» e de «Capital».

Art. 4º A «Reserva de Contingência» é destinada, prioritariamente, ao atendimento das despesas com «Pessoal» e «Encargos Sociais» e só será utilizado após esgotadas todas as possibilidades de cancelamento das dotações de «Outras Despesas Correntes» e de «Capital».

Art. 5º As disponibilidades orçamentárias verificadas no decorrer do exercício, nas dotações destinadas ao atendimento de compromissos com operações de crédito internas ou externas, poderão constituir fonte de recursos para abertura de créditos adicionais somente no mesmo grupamento ou, excepcionalmente, em favor de «Pessoal» e «Encargos Sociais».

Art. 6º Os saldos dos recursos transferidos pelo Tesouro Nacional às entidades da administração indireta, para pagamento de compromissos decorrentes de operações de crédito, internas ou externas, apurados em balanço, no encerramento de exercício financeiro de 1987, poderão ser utilizados no exercício de 1988 somente para pagamento dos referidos compromissos.

Parágrafo 1º Não sendo necessários, no todo ou em parte, para o pagamento desses compromissos, os saldos de que trata este artigo poderão ser utilizados para atendimento de despesas de «Pessoal» e «Encargos Sociais».

Parágrafo 2º Na hipótese de abertura de crédito adicional no exercício de 1988, para suplementar dotações destinadas ao pagamento dos aludidos compromissos, a Secretaria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SOF/SEPLAN) levará em consideração os saldos verificados conforme o disposto neste artigo.

Parágrafo 3º Após o encerramento de seu balanço, as entidades da administração indireta informarão os saldos apurados na forma deste artigo às respectivas Secretarias de Controle Interno ou órgãos equivalentes, que os comunicarão à SOF/SEPLAN.

Art. 7º As solicitações de créditos adicionais no exercício de 1988, além de apresentar as alterações julgadas necessárias nos quantitativos financeiros, deverão também evidenciar as implicações dessas modificações, no tocante ao cumprimento dos objetivos e metas dos projetos/atividades constantes da Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Quando se tratar de projetos orçamentários, a justificativa que acompanha a solicitação de créditos adicionais deverá conter informações relativas também aos exercícios de 1989 e 1990.

Art. 8º As dotações consignadas no «Anexo V — Orçamento das Operações Oficiais de Crédito» poderão ser alteradas:

I — em decorrência de excesso de arrecadação das receitas próprias, por Portaria Interministerial da SEPLAN e do Ministério da Fazenda;

II — em decorrência de créditos adicionais abertos na forma da legislação específica, à conta de recursos do Tesouro Nacional; e

III — por Portaria Interministerial da SEPLAN e do Ministério da Fazenda, para realização de remanejamentos, desde que observada a programação constante do subanexo «Encargos Financeiros da União» do O.G.U.

CAPÍTULO III

Da Programação Financeira

Art. 9º Serão objeto de programação financeira as despesas consignadas à conta dos recursos provenientes das fontes:

- a) «00-Recursos Ordinários»;
- b) «15-Contribuição para os Programas Especiais PIN/PROTERRA»;
- c) «44-Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional»; e
- d) «53-Contribuição para o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL».

Parágrafo único. Os recursos consignados às demais fontes orçamentárias, não abrangidas neste artigo, terão a sua programação realizada na forma de legislação específica.

Art. 10. A programação financeira será elaborada a partir de propostas dos órgãos setoriais do Sistema de Programação Financeira (OSPF), encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, os OSPF poderão utilizar, a seu critério, propostas de programação financeira encaminhadas pelas respectivas unidades gestoras.

Art. 11. A STN, em vista do provável ingresso de recursos, ajustará os valores propostos e aprovará a programação financeira, dando conhecimento aos OSPF dos limites de gastos a serem observados mensalmente.

Art. 12. Os OSPF, em função dos limites que lhes foram concedidos pela STN, estabelecerão limites para as suas unidades gestoras, autorizando-as a programar gastos nos períodos previstos.

Art. 13. Aplicam-se as seguintes disposições às programações financeiras estabelecidas na forma dos arts. 10 a 12.

- a) serão ajustados mensalmente, quando da abertura de créditos adicionais, ou na superveniência de outro fato que implique variação dos valores contidos nas propostas apresentadas;

b) compreenderão sempre o período de 12 meses seguintes à respectiva data de proposição/aprovação;

c) deverão considerar os parâmetros básicos efetivamente ocorridos até a data, e a tabela de parâmetros futuros divulgada pela STN;

d) em decorrência das alíneas b e c, a totalização dos valores apresentados nas programações poderá exceder as dotações previstas no O.G.U., sendo o excesso considerado apenas como simples estimativa, não representando sua aprovação pela STN qualquer garantia de concessão de créditos adicionais.

Art. 14. A discriminação da programação financeira observará as seguintes disposições:

I — Para as despesas consignadas nas fontes «00» e «44», deverão ser observadas as seguintes categorias:

a) Pessoal (vencimentos, vantagens fixas e encargos sociais);

b) Serviço da Dívida;

c) Despesas Compromissadas;

d) Outras Despesas;

e) Restos a Pagar.

II — Para as despesas referentes às fontes «15» e «53», o desdobramento será feito a nível de projeto/atividade.

Parágrafo único. A discriminação de que trata o Inciso I deste artigo será feita por categorias, em função dos elementos de despesas, podendo a programação consignar o desdobramento por subcategorias, segundo tabela a ser estabelecida pela STN.

Art. 15. A programação financeira para as despesas referentes ao serviço da dívida externa será efetuada em cruzados, utilizando-se cotações estabelecidas pela STN.

Art. 16. Os créditos distribuídos por meio de destaque integrarão a programação financeira do ministério ou órgão equivalente que recebeu o destaque.

Art. 17. A programação financeira do «Orçamento das Operações Oficiais de Crédito» será discriminada por projeto/atividade, sem abertura por categorias.

CAPÍTULO IV

Da Liberação dos Recursos

Art. 18. A liberação de recursos pela STN observará a programação financeira aprovada e os seguintes critérios:

a) para as fontes «00» e «44» as liberações serão efetuadas de acordo com as categorias previstas no inciso «I» do art. 14 deste decreto, conforme discriminado a seguir:

I — Pessoal (vencimentos, vantagens fixas e encargos sociais): de acordo com as datas estipuladas em Portaria do Ministério da Fazenda, pelos valores decorrentes da apropriação das respectivas despesas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal — SIAFI; e

II — demais categorias: de acordo com cronograma estabelecido pela STN;

b) para as fontes «15» e «53», as liberações serão efetuadas conforme cronograma estabelecido pela STN.

Art. 19. São consideradas prioritárias para pagamento, em qualquer fonte, as despesas com:

a) pessoal e encargos sociais;

b) serviço da dívida; e

c) contrapartidas nacionais para projetos co-financiados por organismos financeiros internacionais.

Art. 20. Nenhum compromisso relativo a serviço da dívida, interna ou externa, ou a qualquer outra obrigação em moeda estrangeira, poderá ser pago com antecedência superior a 5 (cinco) dias úteis em relação à data do respectivo vencimento.

Art. 21. As contrapartidas referidas na alínea c do art. 19 deverão ser registradas e controladas, pela Unidade Gestora detentora do respectivo crédito orçamentário, individualizadas por empréstimo externo.

Art. 22. As liberações de recursos destinadas ao pagamento de compromissos no exterior serão indicadas em documento específico pela STN, exceto quanto ao serviço da dívida, para o qual se utilizará, na respectiva contratação de câmbio, o certificado de registro emitido pelo Banco Central do Brasil.

Art. 23. As liberações de recursos destinadas ao «Orçamento das Operações Oficiais de Crédito» serão efetuadas sem discriminação de projeto/atividade.

CAPÍTULO V

Dos Saldos Bancários

Art. 24. Os OSPF informarão à STN, após encerrado o balanço do exercício, os saldos financeiros existentes em 31-12-87, considerados como saldos livres de acordo com a regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º Os saldos livres serão considerados como antecipação de liberação de recursos pela STN.

Parágrafo 2º Os saldos apurados no exterior, para os efeitos deste artigo, serão convertidos em cruzados à taxa cambial de fechamento do dia 31 de dezembro de 1987.

Parágrafo 3º É facultado o pagamento de despesas inscritas em «Restos a Pagar» com os saldos a que se refere este artigo.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 25. Compete aos órgãos setoriais de controle interno a verificação do disposto neste decreto, em especial o contido no art. 1º, informando aos OSPF e à STN eventuais descumprimentos, além de adotar as demais providências cabíveis.

Art. 26. A SOF/SEPLAN, no que se refere ao Capítulo II deste decreto, e a STN, para os demais capítulos, baixarão as instruções complementares necessárias à sua execução.

Art. 27. Este decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

DECRETO Nº 95.520, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Agricultura e das Comunicações, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 57.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e das Comunicações em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 57.500.000,00 (cinquenta e sete milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Ao limite fixado para despesas com Pessoal e Encargos Sociais pelo Decreto nº 94.665, de 23 de julho de 1987, fica acrescido o valor estabelecido no artigo 1º deste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no *DO* de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.521, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.734.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 50.734.000,00 (cinquenta milhões, setecentos e trinta e quatro mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no *D.O.* de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.522, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 171.749.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 171.749.000,00 (cento e setenta e um milhões, setecentos e quarenta e nove mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.523, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Cria a Reserva de Contenção Orçamentária, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Reserva de Contenção Orçamentária, no Orçamento Geral da União para 1988, composta de:

I — dois terços das dotações constantes das transferências intergovernamentais;

II — parcelas de dotações consignadas em Encargos Gerais da União — Recursos sob a Supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, relacionadas no anexo.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso I deste artigo às transferências constitucionais e às dotações destinadas ao pagamento de serviço da dívida, de pessoal, de encargos sociais, de contribuições ao PASEP e de contrapartidas de empréstimos externos.

Art. 2º As dotações incluídas na Reserva de Contenção Orçamentária ficam indisponíveis para comprometimento da despesa.

Art. 3º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e o Ministério da Fazenda elaborarão, em conjunto, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de divulgação deste decreto, a relação dos créditos previstos no inciso I do artigo 1º, deste decreto, observado o disposto em seu parágrafo único.

Art. 4º Por proposta conjunta da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, o Presidente da República poderá liberar, total ou parcialmente, a contenção de que trata este decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

O anexo está publicado no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.524, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera o Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os §§ 2º, 3º e 4º do art. 2º, o caput do art. 3º e o art. 6º do Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 2º

§ 2º Os Ministros não integrantes do CISE poderão ser convidados a participar das reuniões que tratarem de matéria de interesse da entidade sob sua supervisão ou relacionada com área de sua competência.

§ 3º O CISE reunir-se-á com a presença de, no mínimo 2 (dois) de seus membros, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade e a prerrogativa de deliberar «ad referendum» do plenário.

§ 4º Os Membros do CISE serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelos Secretários-Gerais dos respectivos Ministérios».

«Art. 3º Compete ao CISE:

I — estabelecer parâmetros para política de remuneração e de benefícios e vantagens do pessoal das entidades governamentais não sujeito às normas emanadas do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil de Administração Federal, bem assim das empresas estatais das concessionárias de serviços públicos federais;

II — fixar limites globais e condições para as negociações coletivas de trabalho, bem assim para os aumentos coletivos e para as concessões de antecipações de salários entre as entidades mencionadas no inciso anterior e os representantes de seus empregados;

III — deliberar sobre a possibilidade, ou não, de acolhimento, sob os aspectos econômico e financeiro, de proposta de acordo, na hipótese de dissídio coletivo que envolva as entidades referidas no inciso I;

IV — decidir os assuntos que lhe forem submetidos pela Secretaria-Executiva, em matéria de sua competência.»

«Art. 6º Compete à Secretaria-Executiva do CISE:

I — acompanhar a evolução da despesa e quantitativo de pessoal de empresas que possuem o orçamento sob controle da SEST e de dirigentes das empresas estatais;

II — aprovar planos de cargos e salários e de benefícios e vantagens, bem assim propostas de sua revisão ou alteração;

III — expedir, nos limites e condições estabelecidos em decisão do Conselho, Resoluções sobre as matérias nela contida,

especialmente as relativas a termos de negociações referentes a acordos coletivos de trabalho, considerando:

a) a pauta inicial de reivindicações da categoria profissional, fornecida pelo sindicato ou outra entidade representativa competente;

b) a ambiência trabalhista na empresa;

c) a viabilidade das possíveis soluções;

d) estimativas dos custos dos itens considerados negociáveis;

IV — pronunciar-se, para fins do disposto no art. 623 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sobre instrumentos contratuais de negociação coletiva de empresas estatais com seus empregados;

V — transmitir, à Secretaria de Controle Interno do Ministério sob cuja supervisão se encontra a entidade, as decisões do CISE, para fins de controle e acompanhamento;

VI — encaminhar, antes de cada negociação coletiva, ao Presidente da entidade com cópia ao Ministro sob cuja supervisão ela se encontra, as condições e os limites específicos para a empresa;

VII — submeter ao Presidente do CISE, para ciência do Presidente da República e do Ministro Supervisor da entidade, os casos de inobservância, pelos dirigentes das entidades de que trata o inciso I do art. 3º, das decisões e Resoluções do Conselho, para fins do disposto no § 3º do art. 14 da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984;

VIII — emitir pareceres conclusivos sobre quaisquer matérias a serem submetidas ao CISE.

§ 1º Somente os limites e condições estabelecias em Resoluções expedidas pela Secretaria-Executiva do CISE, poderão celebrar acordos coletivos de trabalho, para os efeitos do art. 14 da Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984, as entidades referidas no inciso I do art. 3º.

§ 2º As disposições deste artigo aplicam-se aos trabalhadores avulsos, cuja remuneração era disciplinada pelo CNPS.

§ 3º Quando se tratar de trabalhadores avulsos da orla marítima subordinados à Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), compete a esta rever os salários, inclusive taxas de produção, ouvido o CISE».

Art. 2º O art. 5º do Decreto nº 93.597, de 21 de novembro de 1986, modificado pelo art. 2º do Decreto nº 94.648, de 14 de julho de 1987, é acrescido do seguinte § 2º, renumerado o atual parágrafo único para § 1º:

«Art. 5º

§ 2º: Dependerá, ainda, de prévia autorização do CISE, a alteração de planos de benefícios ou de custeio que impliquem em elevação da contribuição das patrocinadoras referidas no *caput* deste artigo».

Art. 3º As entidades estatais de que trata o Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, com as modificações introduzidas pelo art. 1º deste decreto, farão constar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras, os valores da maior e menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos.

Art. 4º O acompanhamento e controle do cumprimento das deliberações do CISE, bem assim do disposto no artigo anterior, compete:

I — aos membros do Conselho Fiscal ou de órgão equivalente; e

II - aos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados os arts. 4º e 7º do Decreto nº 91.370, de 26 de junho de 1985, e demais disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.525, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 132.875.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto aos Ministérios da Previdência e Assistência Social, da Saúde e do Trabalho, em favor de diversas Unidades Orça-

mentárias o crédito suplementar de CZ\$ 132.875.000,00 (cento e trinta e dois milhões oitocentos e setenta e cinco mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.526, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.750.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 10.750.000.000,00 (dez bilhões e setecentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto referente a dotação global indicada no Anexo I deste decreto serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Ficam revogados o Decreto nº 95.411, de 9 de dezembro de 1987, e demais disposições em contrário.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.527, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 180.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em favor de Entidades Supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 22-12-87.

DECRETO Nº 95.528, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.529, DE 22 de DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item II, da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art 1º Fica aberto a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.530, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Conselho Nacional de Direito Autoral, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor do Conselho Nacional de Direito Autoral, o crédito suplementar de CZ\$ 70.000,00 (setenta mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas próprias do Órgão, conforme prevê o artigo 5º, item VI, alínea a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.531, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.300.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.532, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União - Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a encargos gerais da União - Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - Proterra

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.533, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Contribuição para o Programa de Integração Nacional — PIN e da Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste — Proterra.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto referente a dotação global indicada no Anexo I deste decreto, será discriminada quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 95.163, de 9 de novembro de 1987.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.534, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial de 1986, relativo à Contribuição para o Fundo de Investimento Social, e autorizado nos termos do artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.535, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 79.875.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios da Agricultura e do Interior, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 79.875.000,00 (setenta e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.536, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.537, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio o crédito suplementar de CZ\$ 177.028.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 177.028.000,00 (cento e setenta e sete milhões e vinte e oito mil cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.538, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 11.750.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 11.750.000,00 (onze milhões e setecentos e cinquenta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.539, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de dezembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial de dotação indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.540, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Cultura, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.541, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 75.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.542, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Exército, em favor da Secretaria de Economia e Finanças, o crédito suplementar de CZ\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzados), para reforço da dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.543, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 467.145.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 467.145.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, cento e quarenta e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.544, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de CZ\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.545, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previstos para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.546, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades Supervisionadas e à Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 105.057.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas e à Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 105.057.000,00 (cento e cinco milhões e cinquenta e sete mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes de anulação de dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.547, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item I, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação — Entidade supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente

exercício, de acordo com o artigo 1º, item 1, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.548, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 2º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor de diversas unidades, o crédito suplementar de CZ\$ 980.000.000,00 (novecentos e oitenta milhões de cruzados), para o reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.549, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 184.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto aos Ministérios das Comunicações e dos Transportes, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 184.000.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com o artigo 1º, item III, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.550, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

— — —
O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.551, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 40.136.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Justiça, em favor da Secretaria-Geral e do Departamento de Polícia Federal, o crédito suplementar de CZ\$ 40.136.000,00 (quarenta milhões e cento e trinta e seis mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas ordinárias do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.552, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério dos Transportes, em favor do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, o crédito suplementar de CZ\$ 10.719.306.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério dos Transportes, em favor do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, o crédito suplementar de CZ\$ 10.719.306.000,00 (dez bilhões, setecentos e dezenove milhões e trezentos e seis mil cruzados), para reforço das dotações indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários a execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, conforme prevê o artigo 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de

3 de dezembro de 1986, obedecidas as prescrições do artigo 61, § 1º, letra c, da Constituição.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.553, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

*Eleva o capital do Banco Nacional de
Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo nº 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES fica elevado em CZ\$ 3.719.000.000,00 (três bilhões, setecentos e dezenove milhões de cruzados), com os recursos definidos e aprovados na Exposição de Motivos Interministerial nº 008/84, de 18-1-84.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, o capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES passa a ser de CZ\$ 58.263.419.000,00 (cinquenta e oito bilhões, duzentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e dezenove mil cruzados).

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

DECRETO Nº 95.554, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987 e artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.555, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Minas e Energia e à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 15.905.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 2º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Minas e Energia e à Presidência da República, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 15.905.000,00 (quinze milhões, noventa e cinco mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.634, de 3 de dezembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.556, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a diversos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.183.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a diversos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de CZ\$ 32.183.000,00 (trinta e dois milhões e cento e oitenta e três mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.557, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Tribunal de Contas da União o crédito suplementar de CZ\$ 25.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Tribunal de Contas da União o crédito suplementar de CZ\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do excesso de arrecadação das receitas do Tesouro Nacional, previsto para o corrente exercício, de acordo com os artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.558, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Agricultura, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 43.613.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item I, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Agricultura, em favor do Departamento do Pessoal, o crédito suplementar de CZ\$ 43.613.000,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e treze mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.559, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Saúde, em favor das entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 57.251.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de

maio de 1987 e com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Saúde, em favor das entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 47.251.000,00 (quarenta e sete milhões e duzentos e cinquenta e um mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.560, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto à Presidência da República, em favor da Secretaria de Planejamento, o crédito suplementar de CZ\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.561, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidade supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 595.153.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 595.153.000,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões, cento e cinquenta e três mil cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias indicadas no Anexo II deste decreto e nos montantes especificados.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.562, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Senado Federal o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Senado Federal o crédito suplementar de CZ\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto e no montante especificado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166ª da Independência 99ª da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.563, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 21.130.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da União, em favor de diversos órgãos, o crédito suplementar de CZ\$ 21.130.000,00 (vinte e um milhões

e cento e trinta mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias* indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.564, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 86.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes da autorização contida no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.565, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União — Recursos sobre supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos serão os provenientes do superavit financeiro apurado no balanço patrimonial de 1986, relativo à Contribuição para o Fundo de Investimento Social, e autorizado nos termos do artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.566, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida nos artigos 1º, item III, e 3º, da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria-Geral, o crédito suplementar de CZ\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no *caput* do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.567, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 24.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzados), para reforço das dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas — Tesouro, pelo Ministério da Marinha e classificadas como «Cota-Parte da Indenização pela Extração do Petróleo, Xisto e Gás».

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.568, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e da autorização contida nos artigos 1º, item III e 3º, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério do Interior, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.569, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério das Comunicações, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar, no valor de CZ\$ 204.000.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item III, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986, combinado com o artigo 1º, item IV, da Lei nº 7.602, de 19 de maio de 1987, e com o artigo 1º, item IV da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério das Comunicações, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar no valor de CZ\$ 204.000.000,00 (duzentos e quatro milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação parcial da dotação orçamentária indicada no Anexo II deste decreto, e no montante especificado.

Art. 3º As alterações das metas físicas do projeto e atividade referentes às dotações globais indicadas no Anexo I deste decreto, serão discriminadas quando da aprovação do Orçamento da entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

Os anexos estão publicados no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.570, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 5.604.008.000,00, para o fim que especifica.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização con-

tida no artigo 5º, item VI, letra b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Marinha, em favor da Secretaria-Geral da Marinha, o crédito suplementar de CZ\$ 5.604.008.000,00 (cinco bilhões, seiscentos e quatro milhões e oito mil cruzados) para inclusão de recursos nos projetos indicados no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do produto de operações de crédito externas contratadas pela República Federativa do Brasil.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.571, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 1.400.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, alínea b, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação — Entidades supervisionadas o crédito suplementar de CZ\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos decorrerão do produto de operação de crédito interna contratada pela União junto à Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Aníbal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.572, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1987

Aprova o Estatuto da Caixa Econômica Federal — CEF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens I e III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 95.075, de 22 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º É aprovado o anexo Estatuto da Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 2º A estrutura e a competência dos órgãos e unidades da Caixa Econômica Federal — CEF serão adequadas ao Estatuto aprovado por este decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 93.600, de 21 de novembro de 1986.

Brasília, 22 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Prisco Viana

O Estatuto está publicado no D.O. de 23-12-87.

DECRETO Nº 95.573, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre a encargos gerais da União Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida nos artigos 1º, item II, e 3º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto a encargos gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR o crédito suplementar de CZ\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os previstos no caput do artigo 1º da Lei nº 7.616, de 4 de setembro de 1987.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-12-87.

DECRETO Nº 95.574, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 450.000.000,00, para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e da autorização contida no artigo 5º, item VI, letra a, da Lei nº 7.544, de 3 de dezembro de 1986,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor de entidades supervisionadas, o crédito suplementar de CZ\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzados), para reforço de dotações orçamentárias indicadas no Anexo I deste decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do excesso de arrecadação de receita oriunda da Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha — TORMB, da Superintendência da Borracha, autarquia vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Anibal Teixeira de Souza

O anexo está publicado no D.O. de 24-12-87.

DECRETO Nº 95.575, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

*Aprova o Regimento dos Gabinetes da
Presidência da República.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado, nos termos do Anexo, o Regimento dos Gabinetes da Presidência da República.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os Decretos nºs 92.614, de 2 de maio de 1986, 93.953 e 93.954, ambos de 21 de janeiro de 1987, e demais disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rubens Bayma Denys

Ronaldo Costa Couto

O regimento está publicado no D.O. de 24-12-87.

DECRETO Nº 95.576, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

Altera a constituição da Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento da América.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e considerando os Decretos nºs 89.682, de 17 de maio de 1984, 91.335, de 17 de junho de 1985, e 92.062, de 5 de dezembro de 1985,

D E C R E T A :

Artigo único. A Comissão Nacional para programar e coordenar a participação brasileira nas comemorações do V Centenário do Descobrimento da América passa a ser assim integrada:

- Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- Ministro de Estado da Educação;
- Ministro de Estado da Cultura;
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados
- Secretário-Geral das Relações Exteriores
- Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais do Ministério das Relações Exteriores
- Chefe do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores;
- Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores;
- Chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores;
- Embaixador do Brasil em Lisboa;
- Embaixador do Brasil em Madrid;
- Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB);
- Presidente da Academia Brasileira de Letras;
- Diretor do Serviço de Documentação-Geral da Marinha;
- Delegada do Brasil junto à CIM;
- Diretor do Arquivo Nacional; e o
- Titular da Comissão de História da Seção Nacional do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH).

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Roberto Costa de Abreu Sodre

DECRETO Nº 95.577, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados «Boa Esperança, Perpétuo Socorro e São João do Riozinho», também conhecidos como «Gleba Extrema», classificados como latifúndios por exploração, situados nos Municípios de Senador Guimard e Plácido de Castro, no Estado do Acre, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º São declarados de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, os imóveis rurais denominados «Boa Esperança, Perpétuo Socorro e São João do Riozinho», também conhecidos como «Gleba Extrema», com a área total de 41.064.0000ha (quarenta e um mil e sessenta e quatro hectares), situados nos Municípios de Senador Guimard e Plácido de Castro, no Estado do Acre, e compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.676, de 19 de maio de 1986.

§ 1º Os imóveis a que se refere este artigo têm o seguinte perímetro: partindo do ponto 2, de coordenadas geográficas longitude 66°55'15''WGr e latitude 09°45'52''S, situado na divisa com o Estado do Amazonas e a Gleba Camaru; daí, segue com o rumo de 67°00'SE e distância de 5.700m, confrontando com o Estado do Amazonas, até o ponto 3, de coordenadas geográficas longitude 66°52'25''WGr e latitude 09°47'07''S, situado na margem esquerda do Rio Ituíxi; daí, segue subindo o rio por esta margem, com distância de 1.500m, até o ponto 4, de coordenadas geográficas longitude 66°52'54''WGr e latitude 09°47'43''S, situado na foz do Igarapé Peba; daí, segue subindo pelo mesmo igarapé, por sua margem esquerda, com distância de 9.000m, até o ponto 5, de coordenadas geográficas longitude 66°51'33''WGr e latitude 0°51'55''S, situado na mesma margem do referido igarapé; daí, segue confrontando com o Seringal Santo Antonio, com os seguintes rumos e distâncias: 30°00'SE e 6.300m, até o ponto 6, de coordenadas geográficas longitude 66°49'48''WGr e latitude 09°54'52''S; 84°00'NE e 2.000m, até o

ponto 7, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}48'42''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'45''$ S; daí, segue confrontando com o Seringal Triunfo, com os seguintes rumos e distâncias: $01^{\circ}00'$ SW e 6.550m, até o ponto 8, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}48'49''$ WGr e latitude $09^{\circ}58'21''$ S; $55^{\circ}30'$ NE e 7.900m, até o ponto 9, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}45'09''$ WGr e latitude $09^{\circ}55'52''$ S; $50^{\circ}00'$ NE e 5.100m, até o ponto 10, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}43'03''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'06''$ S; $88^{\circ}00'$ SE e 450m, até o ponto 11, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}42'49''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'08''$ S; $90^{\circ}00'$ NE e 450m, até o ponto 12, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}42'34''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'08''$ S; $21^{\circ}30'$ NE 500m, até o ponto 13, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}42'27''$ WGr e latitude $09^{\circ}53'51''$ S; $23^{\circ}30'$ SE e 450m, até o ponto 14, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}42'22''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'06''$ S; $59^{\circ}30'$ SE e 800m, até o ponto 15, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}42'00''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'19''$ S; $55^{\circ}30'$ SE e 2.150m, até o ponto 16, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}41'01''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'58''$ S; $79^{\circ}15'$ NE e 1.450m, até o ponto 17, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}40'15''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'49''$ S; $44^{\circ}00'$ SE e 2.850m, até o ponto 18, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}39'08''$ WGr e latitude $09^{\circ}55'56''$ S; $62^{\circ}00'$ SE e 700m, até o ponto 19, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}38'45''$ WGr e latitude $09^{\circ}56'06''$ S; $85^{\circ}30'$ SE e 1.400m, até o ponto 20, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}38'02''$ WGr e latitude $09^{\circ}56'10''$ S, situado na margem esquerda do Rio Abunã, na divisa com o Seringal Triunfo; daí, segue rio acima por sua margem esquerda, com distância de 35.000m, até o ponto 21, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}48'29''$ WGr e latitude $10^{\circ}02'55''$ S; daí segue confrontando com o Seringal Porto Luiz, com rumo de $47^{\circ}30'$ NW e distância de 22.000m, até o ponto 22, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}57'22''$ WGr e latitude $09^{\circ}54'49''$ S, situado na margem direita da BR 364, sentido Porto Velho/Rio Branco; daí, segue com rumo de $42^{\circ}00'$ SW e distância de 2.600m, pela margem direita da referida rodovia, até o ponto 23, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}58'20''$ WGr e latitude $09^{\circ}55'52''$ S, situado na divisa do PAD Pedro Peixoto; daí, segue confrontando com a referida divisa, com os seguintes rumos e distâncias: $01^{\circ}00'$ NW e 4.600m, até o ponto 24, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}58'21''$ WGr e latitude $09^{\circ}53'22''$ S; $62^{\circ}00'$ NW e 1.850m, até o ponto 25, de coordenadas geográficas longitude $66^{\circ}59'17''$ WGr e latitude $09^{\circ}52'52''$ S, $68^{\circ}00'$ SW e 1.350m, até o ponto 26, de coordenadas geográficas longitude $67^{\circ}00'00''$ WGr e latitude $09^{\circ}53'07''$ S; $00^{\circ}00'$ NE e 1.950m, até o ponto 1, de coordenadas geográficas longitude $67^{\circ}00'00''$ WGr e latitude $09^{\circ}52'05''$ S, situado na divisa com a Gleba Cumaru; daí, segue por esta divisa com rumo de $37^{\circ}30'$ NE e distância de 14.400m, até o ponto 2, início da descrição deste perímetro (fontes de referências: cartas da DSG, folhas SC-19-Z-B-II e SC-19-X-D-V, escala 1:100.000, anos 1980 e 1984, respectivamente).

§ 2º Do perímetro descrito neste artigo e que encerra uma área total de 41.235,0000ha (quarenta e um mil, duzentos e trinta e cinco hectares), fica excluída dos efeitos deste decreto a área de 171,0000ha (cento e setenta e um hectares), correspondente à faixa de domínio da BR 364.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram os imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com as suas destinações.

Art. 3º É facultado aos proprietários o direito de escolher uma área contínua de 2.500ha (dois mil e quinhentos hectares) do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII, e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — Inter fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969, e na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.578, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1987

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural denominado "Lote 147, do Loteamento Itaipavus", classificado como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Xinguara e Rio Maria, Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 81, item III, e 161 da Constituição, e nos termos dos artigos 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e dos

Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de interesse social, para fins de desapropriação, nos termos dos artigos 18, letras a, b, c e d, e 20, itens I e V da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o imóvel rural denominado «Lote 147, do Loteamento Itaipavas», com a área de 4.356,0000 ha (quatro mil, trezentos e cinquenta e seis hectares), situado nos Municípios de Xinguara e Rio Maria, no Estado do Pará, e compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo tem o seguinte perímetro: partindo do ponto P1, de coordenadas geográficas 49°42'41" WGr e 06°59'16" Sul, situado na divisa dos lotes 158 e 146, pertencentes a Marcos Afonso Borges e João Saad, respectivamente; deste, segue confrontando com o referido lote 146 de João Saad, com um rumo e distância de 70°00' SE e 6.600,00m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P2, de coordenadas geográficas 49°39'16" WGr e 07°00'33" Sul, situado na divisa com o lote 143 de Waldivino Dias com os seguintes rumos e distâncias: 20°00' SW e 6.600,00m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P3, de coordenadas geográficas 49°40'28" WGr e 07°03'55" Sul; 70°00' NW e 6.600,00m (seis mil e seiscentos metros), até o ponto P4, de coordenadas geográficas 49°43'58" WGr e 07°02'44" Sul, situado na divisa com o lote 158 de Marcos Afonso Borges; deste, segue confrontando com o referido lote 158 de Marcos Afonso Borges, com um rumo e distância de 20°00' NE e 6.600,00m (seis mil e seiscentos metros), chega-se ao ponto P1, ponto inicial da descrição deste perímetro (fonte de referência: carta do IBGE, escala 1:100.000, MI-1184 e MI-1185).

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto: a) os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas; b) as benfeitorias existentes nas parcelas que integram o imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º É facultado ao proprietário o direito de escolher uma área contínua correspondente a vinte e cinco por cento do imóvel descrito no art. 1º, observadas as condições estabelecidas no art. 5º, incisos VI, VII e VIII, do Decreto-lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 4º O Instituto Jurídico das Terras Rurais — INTER fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata o presente decreto, na forma prevista nos Decretos-leis nºs 554, de 25 de abril de 1969, e 2.363, de 21 de outubro de 1987.

Art. 5º É ressalvado o direito da União de questionar o domínio das terras tituladas irregularmente, observado o disposto na Lei nº

4.947, de 6 de abril de 1966, no parágrafo único do artigo 13 do Decreto-lei nº 554, de 25 de abril de 1969.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jáder Fontenelle Barbalho

DECRETO Nº 95.579, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Piso Nacional de Salários.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Piso Nacional de Salários, a partir de 1º de janeiro de 1988, passa a ser de CZ\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzados) mensais, CZ\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzados) ao dia e CZ\$ 18,75 (dezoito cruzados e setenta e cinco centavos) a hora.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 95.580, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de janeiro de 1988, será de CZ\$ 3.060,00 (três mil e sessenta cruzados) mensais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de dezembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

APENSO

No «Apenso» dos volumes da «Coleção das Leis» figuram:

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados no *Diário Oficial* até o último dia útil do trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e republicações publicadas durante o trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

1 — DECRETOS

DECRETO Nº 94.984, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e benfeitorias, integrantes do perímetro abrangido pelo Decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, que criou o Parque Nacional da Serra do Cipó, no Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, tendo em vista o disposto nos artigos 5º, letra k, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º São declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras e benfeitorias localizadas nos Municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais, dentro dos limites especificados no Decreto nº 90.223, de 25 de setembro de 1984, que criou o Parque Nacional da Serra do Cipó, com as seguintes características e confrontações, descritas a partir das cartas topográficas em escala 1:100.000, n.ºs SE-23-Z-C-III, SE-23-Z-D-I, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e carta SE-23-Z-C-VI-2, em escala 1:50.000, também do IBGE:

Inicia na confluência do Rio Cipó com o Córrego da Serra ou Gordurinha, seu afluente pela margem esquerda (ponto 1); daí, atravessa o Rio Cipó e segue por sua margem direita até a foz do Córrego do Engenho, seu afluente, pela margem direita, no ponto de coordenadas aproximadas N=7860600m e E=646400m (ponto 2). Segue pelo talvegue desse afluente até sua cabeceira mais setentrional, no ponto de coordenadas aproximadas

N=7861900m e E=64700m (ponto 3); desse modo segue pelo divisor de águas entre os afluentes da margem direita do Rio da Bocaina ou Gavião ou Palmital e os afluentes da margem esquerda do Ribeirão Soberbo e Rio Parauninha, passando pelos pontos de coordenadas aproximadas N=7862300m e E=648000m, N=786400m e E=649200m, e atingindo o ponto de coordenadas aproximadas N=7864750m e E=650700m (ponto 4); daí continua por este divisor geral, passando pelos pontos de coordenadas aproximadas N=7863950m e E=652600m, N=7864450m e E=654350m, N=7866000m e E=654500m, atingindo o ponto de coordenadas N=7867150m e E=652750m situado sobre esse divisor (ponto 5); segue por esse divisor até atingir a margem direita da rodovia MG010, sentido Belo Horizonte-Conceição do Mato Dentro, no ponto de coordenadas aproximadas N=7869800m e E=654300m (ponto 6); desse ponto segue pela margem direita da rodovia MG010, passando pelos pontos de coordenadas N=7872700m e E=655950m, N=7973400m e E=656100m, atingindo o entroncamento dessa rodovia com a rodovia MG232 (ponto 7); segue pela margem direita da rodovia MG232 por cerca de 200 metros, até atingir a cabeceira do Córrego Raimundinha, seguindo por esse córrego até a sua foz no Rio Preto (ponto 8); daí sobe o Rio Preto, por sua margem direita até atingir a foz do Córrego do Salitreiro, seu afluente pela margem direita (ponto 9); desse ponto segue pela margem direita do Córrego do Salitreiro, atingindo a foz de um seu pequeno afluente pela margem direita, seguindo pelo talvegue desse afluente até atingir suas cabeceiras, no ponto de coordenadas aproximadas N=7868600m e E=658600m (ponto 10); segue pelo divisor entre as águas que correm para o Córrego Salitreiro e as que correm para o Córrego Capão ou Funil, passando pelo ponto de coordenadas aproximadas N=7866150m e E=659300m e atingindo o ponto de coordenadas aproximadas N=7865000m e E=659500m (ponto 11); segue por esse espigão, divisor das águas vertentes do Córrego Barrinha ou Sarandi das que vertem para o Córrego da Lapa e Córrego do Peixe, passando pelo ponto de coordenadas aproximadas N=7864500m e E=660900m e atingindo a cabeceira de um afluente pela margem esquerda do Córrego Barrinha, no ponto de coordenadas N=7864400m e E=661200m (ponto 12); desce pelo talvegue desse curso d'água até sua foz no Córrego Barrinha, seguindo pela margem esquerda desse córrego até sua foz no Rio do Peixe (ponto 13); segue a jusante pela margem esquerda do Rio do Peixe, por um percurso aproximado de 1500 metros, até o ponto onde encontra a foz de um afluente pela margem direita (Córrego Fugidor), (ponto 14); segue pelo talvegue do Córrego Fugidor até o ponto de coordenadas aproximadas N=7858600 e E=661600m (ponto 15);

desse ponto segue por uma linha reta até o ponto de coordenadas aproximadas N=7858450m e E=661500m, onde encontra o Córrego do Riacho ou Lageado (ponto 16); segue pelo talvegue do Córrego do Riacho ou Lageado até uma de suas cabeceiras no ponto de coordenadas aproximadas N=7858600m e E=659600m (ponto 17); daí segue por uma linha reta de aproximadamente 800 metros, no rumo geral Sul, até atingir um afluente da margem esquerda do Córrego do Estancado, ou Entancado, seguindo pela margem esquerda desse curso d'água até sua foz no Córrego Estancado ou Entancado (ponto 18); daí sobe pelo Córrego Estancado ou Entancado até sua cabeceira mais ocidental, no ponto de coordenadas aproximadas N=7855500m e E=659550m (ponto 19); daí segue pelo divisor de água das baixadas dos Rios Cipó e Santo Antônio, contornando as cabeceiras dos Córregos do Palmital, do Gavião, da Mutuca e do Ribeirão Bandeirinha, até o ponto de coordenadas aproximadas N=7838600m e E=652800m (ponto 20); e passando pelos pontos de coordenadas aproximadas N=7855430m e E=659500m, N=7852150m e E=659450m, N=7848200m e E=659600m, e N=7843800m e E=656600m, N=7842600m e E=656000m, N=7841800m e E=654900m, N=7840250m e E=654350m, N=7839850m e E=653500m; continua, em direção Norte, pelo divisor de água entre as bacias dos Rios Preto e Jacoticatubas e a bacia do Ribeirão Bandeirinha, passando pelos pontos de coordenadas aproximadas N=7839800m e E=652250m, N=7841250m e E=652450m, N=7841950m e E=652500m, N=7843350m e E=651500m, N=7843600m e E=651700m, N=7845000m, e E=650100m, N=7846600m e E=650300m, N=7843300m e E=648200m, N=7851100m e E=647350m, N=7851100m e E=646400m, N=7853100m e E=645200m, N=7856150m e E=644600m; e atingindo o ponto de coordenadas aproximadas N=7857200m e E=644000m, onde nasce o Córrego da Serra ou Gordurinha (ponto 21); segue a jusante pela margem esquerda desse córrego, até sua foz no Rio Cipó, ponto inicial desta descrição, perfazendo uma área aproximada de 33.800 hectares.

Art. 2º Fica o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF autorizado a promover a desapropriação das referidas áreas de terras e das benfeitorias nelas existentes, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º Nos termos do artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Iris Rezende Machado

DECRETO Nº 94.985, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Ciências da Computação Cristo-Rei, em Ponta Grossa, Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23025.003393/85-66 do Ministério da Educação,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Administração, com ênfase em Análise de Sistemas, a ser ministrado pela Faculdade de Ciências da Computação Cristo-Rei, mantida pela Associação Educacional Cristo-Rei, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.986, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Autoriza o funcionamento do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araras.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.000541/85-12 do Ministério da Educação,

DECRETA :

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia, com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e em Orientação Educacional, a ser ministrado em Araras, Estado de São Paulo, pela Faculdade de Ciências e Letras de Araras, mantida pela Associação Educacional de Araras.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.987, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Altera a denominação do Centro de TV do CECOR, integrante da estrutura dos Gabinetes da Presidência da República, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

DECRETA :

Art. 1º O centro de TV do CECOR, transferido para a Diretoria Administrativa da Presidência da República, na forma do disposto no Decreto nº 94.838, de 4 de setembro de 1987, passa a denominar-se Divisão de Videodifusão.

Art. 2º Fica transferida para a Tabela Permanente dos Gabinetes da Presidência da República, Diretoria Administrativa, com a denominação de Chefe da Divisão de Videodifusão, LT-DAS-101.4, uma função de confiança de Adjunto — LT-DAS-101.4, da 6ª Subchefia da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Rubens Bayma Denys

Ronaldo Costa Couto

DECRETO Nº 94.988, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Dispõe sobre as funções do pessoal de apoio dos Gabinetes da Presidência da República, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Tabela de que trata o Decreto nº 91.410, de 5 de julho de 1985, fica substituída pela constante do anexo deste decreto.

Parágrafo único. As atuais funções do pessoal de apoio dos Gabinetes da Presidência da República passarão a integrar a tabela aprovada por este decreto, de acordo com os seguintes critérios:

- as de Executante, Auxiliar e Ajudante serão incluídas no Grupo I, com a denominação de Auxiliar;
- as de Secretário e Especialista serão incluídas no Grupo II, mantidas as respectivas denominações;
- as de Encarregado e Assistente serão incluídas no Grupo III, com a denominação de Assistente, e
- as de Supervisor, Chefe de Secretaria e Supervisor-Chefe serão incluídas no Grupo IV, com a denominação de Supervisor.

Art. 2º As atividades inerentes às funções referidas neste decreto, inclusive as que compreendam encargos de natureza especial, serão definidas em portaria conjunta dos Ministros Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República.

Art. 3º O valor mensal da Indenização e Gratificação de Representação correspondente à função especificada no Grupo I será igual ao atualmente fixado para a função de Encarregado.

§ 1º O valor resultante da aplicação do disposto neste artigo constituirá a base para a incidência dos índices estabelecidos na tabela anexa a este decreto.

§ 2º As Indenizações e Gratificações das funções de natureza especial, definidas conforme o disposto no artigo anterior, serão acrescidas de cinquenta por cento do valor estabelecido para o respectivo grupo.

Art. 4º A despesa decorrente da aplicação deste decreto correrá à conta das dotações constantes do orçamento dos Gabinetes da Presidência da República.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor a partir de 1º de outubro de 1987.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Rubens Bayma Denys
Ronaldo Costa Couto

ANEXO

(DECRETO Nº 94.988, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987)

GABINETES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA TABELA DE FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE (PESSOAL DE APOIO)

Grupo	Função	Índice
IV	Supervisor	200
III	Assistente	160
II	Secretário e Especialista	120
I	Auxiliar	100

DECRETO Nº 94.989, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Piso Nacional de Salário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Piso Nacional de Salários, a partir de 1º de outubro de 1987, passa a ser de CZ\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta cruzados) ao mês, CZ\$ 88,00 (oitenta e oito cruzados) ao dia e CZ\$ 11,00 (onze cruzados) a hora.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.990, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 2º do Decreto-lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987,

D E C R E T A :

Art. 1º O valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de outubro de 1987, será de CZ\$ 2.159,03 (dois mil, cento e cinquenta e nove cruzados e três centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Almir Pazzianotto Pinto

DECRETO Nº 94.991, DE 30 DE SETEMBRO DE 1987

Aprova o Programa de Ação Governamental para o período de 1987 a 1991, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Programa de Ação Governamental para o período de 1987 a 1991, que com este baixa, cuja coordenação cabe à Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 2º A Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, em articulação com os demais órgãos e entidades governamentais, compete acompanhar a execução físico-financeira dos programas e projetos prioritários, constantes do Programa de Ação Governamental.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Anibal Teixeira de Souza

O Programa de Ação Governamental está publicado em suplemento ao D.O. de 15-10-87 e retificado no D.O. de 9-11-87.

REPUBLICAÇÃO

(*) DECRETO Nº 94.251, DE 22 DE ABRIL DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.002390/87-77,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, o terreno situado na rua Marcílio Dias, nº 280, no Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, registrado às fls. 260 do Livro 3-AR, sob o nº 51.322, no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Zona, da Comarca de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere este artigo é destinado à ampliação da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse do imóvel expropriando.

(*) Republicado por ter saído com incorreção no D.O. de 23-4-87, Seção I.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

(*) DECRETO Nº 94.856, DE 8 DE SETEMBRO DE 1987

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis situados na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, destinados ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto nos arts. 5º, letra h, e 6º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00001.005979/87-18,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os seguintes imóveis, com domínio útil dos respectivos terrenos, todos situados no Município de João Pessoa, Centro, Estado da Paraíba:

a) Prédio nº 573, sito à Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº R.1.23.701, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB;

b) Prédio nº 583, sito à Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº 4.156, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB;

c) Prédio nº 62, sito à Avenida Coremas, esquina com a Avenida Almirante Barroso, matriculado sob nº R.3.12.360, no Cartório de Registro Geral de Imóveis do 2º Ofício (Zona Norte), da Comarca de João Pessoa — PB.

Parágrafo único. Os imóveis a que se refere este artigo são destinados à ampliação da sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

— — —
[*] Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 9-9-87 — Seção I.

Art. 2º Fica o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região autorizado a promover e executar a desapropriação de que trata este decreto, com os recursos próprios, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Nos termos do art. 15 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão provisória de posse dos imóveis expropriandos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Paulo Brossard

(*) DECRETO Nº 94.973, DE 25 DE SETEMBRO DE 1987

Aprova o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituída pelo Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971, que com este baixa.

Art. 2º Para consecução de seus objetivos, integrará a estrutura da Funag a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dotada de autonomia financeira.

Parágrafo único. Para o exercício da autonomia de que trata este artigo a ABC disporá de um Fundo Especial de Cooperação Técnica (Funec), de natureza contábil.

Art. 3º Compete à ABC:

(*) Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 28-9-87.

O Estatuto está publicado no D.O. de 6-10-87.

I — coletar e gerar, para o Funec, recursos líquidos ou em espécie no País ou no exterior;

II — assumir obrigações de co-financiamento e

III — fornecer apoio financeiro direto a programas e atividades de cooperação.

Art. 4º Mantém-se, relativamente ao pessoal originário da extinta Subin/Seplan e vinculado a órgãos da administração pública federal direta e indireta, a atual forma de remuneração, sendo-lhe assegurados os direitos e vantagens de que é titular, inclusive aqueles referentes ao uso de imóveis funcionais.

Art. 5º A ABC efetuará previsão em seu orçamento, a fim de ressarcir aos respectivos órgãos de origem das despesas de remuneração salarial de pessoal mencionado no art. 4º, a partir de 1º de janeiro de 1988.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se o Decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971 e demais disposições em contrário.

Brasília, 25 de setembro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Paulo Tarso Flecha de Lima

Aluizio Alves

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 94.166, DE 1º DE ABRIL DE 1987

Dispõe sobre a criação e transformação de funções de confiança do Quadro Permanente do Ministério da Educação, e dá outras providências.

Retificação

- Republicam-se os Anexos I e II, por terem saído com incorreção.

ANEXO I
MEC — SECRETARIA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU — SESC
QUADRO PERMANENTE

GRUPO-DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA (DAI-110)

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
	COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUARIO			SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.3	1	Secretário Administrativo	DAI-111.3	Nível Médio
	<i>Departamento Técnico-Pedagógico</i>			<i>Subsecretaria de Educação Geral</i>		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
	Departamento de Pessoal		2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
				Coordenadoria para Articulação com Estados e Municípios		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS		2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Secretaria Adjunta de Coordenação</i>					
				Coordenadoria para a Educação Supletiva		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ENSINO AGROPECUÁRIO <i>Departamento de Planejamento</i>	DAI-111.2	1	<i>Subsecretaria de Educação Técnica</i>	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	Secretário Administrativo		2	Secretário Administrativo Assistente		
1	<i>Departamento de Administração</i>	DAI-111.2	1	<i>Coordenadoria de Ensino Industrial</i>	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	Secretário Administrativo		2	Secretário Administrativo Assistente		
1	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS <i>Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino</i>	DAI-111.1	1	<i>Coordenadoria de Ensino Agrícola</i>	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	Secretário Administrativo		2	Secretário Administrativo Assistente		
1	<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>	DAI-111.1	1	<i>Coordenadoria de Ensino para o Setor Serviço</i>	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	Secretário Administrativo		2	Secretário Administrativo Assistente		
1	<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i>	DAI-111.1	1	<i>Divisão de Serviços Administrativos</i>	DAI-111.2	Nível Médio
	Secretário Administrativo		1	Secretário Administrativo		

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
			2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS			SECRETARIA DE ENSINO BASICO		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	1	Secretário Administrativo	DAI-111.3	Nível Médio
	<i>Subsecretaria de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino</i>			<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>		
	Coordenadoria do Sistema Federal de Ensino					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Articulação com os Sistemas Estaduais de Ensino			Coordenadoria de Recursos Técnicos		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Organização e Funcionamento de Agências Educativas			Coordenadoria de Planejamento e Avaliação		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Educacional</i>			<i>Subsecretaria de Desenvolvimento Institucional</i>		
	Coordenadoria de Educação Pré-Escolar					
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior
	Coordenadoria de Ensino Regular de 1º Grau			Coordenadoria de Programação		
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1	1	Secretário Administrativo	DAI-111.2	Nível Médio
2	Assistente	DAI-112.3	2	Assistente	DAI-112.3	Nível Superior

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA			
Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo	Nº de Funções	Denominação	Código	Correlação
1	Coordenadoria de Ensino Regular de 2º Grau			Coordenadoria de Apoio Institucional		
2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
	<i>Subsecretaria de Educação Supletiva</i>					
1	Coordenadoria de Educação Geral			Coordenadoria de Supervisão e Acompanhamento		
2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior
				<i>Divisão de Serviços Administrativos</i>		
1	Coordenadoria de Educação para o Trabalho					
2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.1 DAI-112.3	1 2	Secretário Administrativo Assistente	DAI-111.2 DAI-112.3	Nível Médio Nível Superior

ANEXO II

Relação das funções do Quadro Permanente do Ministério da Educação, suprimidas a partir da data de publicação deste anexo.

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo
	SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	
	Serviço de Apoio Administrativo	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Centro de Recursos Humanos «João Pinheiro»</i>	
1	Secretário Administrativo	DAI-111.1 (NM)
2	Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Serviço de Projetos Técnico-Pedagógico</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Serviço de Documentação e Divulgação de Informação Pedagógica</i>	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Setor do Pessoal	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	Setor de Execução Orcamentária e Financeira	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	Setor de Serviços Gerais	
1	Chefe	DAI-111.2 (NS)
	COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUARIO	
	<i>Departamento Técnico-Pedagógico</i>	
	<i>Divisão de Atividades Pedagógicas</i>	
	Seção de Ensino	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Assuntos Estudantis	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Educação Comunitária	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Educação-Produção</i>	
	Seção de Projetos Orientados	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Cooperativismo	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	Seção de Apoio às Agroindústrias	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento de Planejamento</i>	
	<i>Divisão de Programação e Projetos</i>	
	Seção de Consolidação de Planos, Programas e Projetos	
1	Chefe	DAI-111.3 (NS)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo
1	Seção de Programação Orçamentária Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Estatística Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Elaboração de Documentos e Material Didático</i>	
1	Seção de Elaboração de Documentos Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Elaboração de Material Didático Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Padronização e Revisão Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento de Administração</i>	
	<i>Divisão de Recursos Físicos</i>	
1	Seção de Acompanhamento de Obras Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Bens Móveis Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Bens Imóveis Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Contabilidade e Finanças</i>	
1	Seção de Execução Orçamentária e Financeira Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Controle das Cooperativas Escola Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Divisão de Serviços Auxiliares</i>	
1	Seção de Material e Patrimônio Chefe	DAI-111.3 (NS)
	<i>Departamento de Pessoal</i>	
	<i>Divisão de Registro e Controle de Pessoal</i>	
1	Seção de Cadastro, Lotação e Movimentação Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Preparo e Análise do Pagamento Chefe	DAI-111.3 (NS)
2	<i>Departamento Técnico Pedagógico</i> Assistente	DAI-112.3 (NS)
2	<i>Departamento de Planejamento</i> Assistente	DAI-112.3 (NS)
2	<i>Departamento de Administração</i> Assistente	DAI-112.3 (NS)
	<i>Divisão de Serviços Auxiliares</i>	
1	Seção de Serviços Gerais Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Protocolo e Macanografia Chefe	DAI-111.3 (NS)

Nº de Cargos ou Funções	Denominação	Símbolo
2	<i>Departamento de Pessoal</i> Assistente	DAI-112.3 (NS)
1	<i>Divisão de Registro e Controle de Pessoal</i> Seção de Publicação e Divulgação Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Divisão de Recursos Humanos</i> Seção de Legislação de Pessoal Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	DELEGACIA DO MEC NO DISTRITO FEDERAL Secretário Administrativo	DAI-111.1 (NM)
1	<i>Serviço de Controle e Registro</i> Chefe	DAI-111.3 (NS)
1	<i>Serviço de Supervisão do Ensino Superior</i> Chefe	DAI-111.3 (NS)
	(Republica-se por ter saído com incorreção)	

DECRETO Nº 94.901, DE 17 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União
— Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 11.937.975.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

Retificação

— Republica-se o Anexo I, por ter saído com incorreção.

DECRETO Nº 94.912, DE 18 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Financeiros da União
— Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

Retificação

— Na página 15291, na Ementa, onde se lê: ... o crédito suplementar de ...

Leia-se: ... o crédito especial de ...

— No artigo 1º, onde se lê: ... o crédito suplementar de CZ\$ 751.500.000,00 (setecentos e cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzados), para reforço de dotação orçamentária indicada no Anexo I deste decreto.

Leia-se: ... o crédito especial de CZ\$ 751.500.000,00 (setecentos e cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzados), para o fim especificado no Anexo I deste decreto.

DECRETO Nº 94.949, DE 24 DE SETEMBRO DE 1987

Abre a Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento/PR, o crédito especial de CZ\$ 25.800.000.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

Retificação

— Republica-se o Anexo I, por ter saído com incorreção na página 15711.

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

VOLUME VIII

A

- ACHILLE MARCO MARMIROLI** — V. Aquisição de Imóvel.
- ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES** — V. Curso.
- ADMINISTRAÇÃO FEDERAL**
- Diárias. Despesa global. Altera. Decreto nº 95.106, de 3 de novembro de 1987.
 - Subsistema de Capacitação do Pessoal Civil. Dispõe. Decreto nº 95.088, de 27 de outubro de 1987.
- ADMINISTRAÇÃO RURAL** — V. Curso.
- ADMINISTRAÇÃO** — V. Curso.
- ANO NACIONAL DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA BRASILEIRA** — 1988. Institui. Decreto nº 95.183, de 10 de novembro de 1987.
- ANTÁRTICA**
- Fator de conversão. Fixa. Decreto nº 95.252, de 18 de novembro de 1987.
 - Viagens. Ministro da Marinha. Competência. Delega. Decreto nº 95.245, de 16 de novembro de 1987.
- AQUISIÇÃO DE IMÓVEL** — Giovanni Moracchioli e Achille Marco Marmirolí. Autoriza. Decreto nº 95.500, de 16 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 17-12-87 e republicado no D.O. de 18-12-87).
- ARGENTINA** — V. Atos Internacionais.
- ATOS INTERNACIONAIS**
- Acordo Comercial nº 5. Quinto Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.359, de 3 de dezembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 16. Décimo Primeiro Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.292, de 24 de novembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 16. Décimo Quarto Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo. Brasil e México. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.303, de 25 de novembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 16. Décimo Quinto Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.279, de 24 de novembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 16. Décimo Segundo Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química Derivada do Petróleo. Brasil e México. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.277, de 23 de novembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 21. Oitavo Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.278, de 23 de novembro de 1987.
 - Acordo Comercial nº 21. Sexto Protocolo Adicional. Setor da Indústria Química. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.304, de 25 de novembro de 1987.
 - Acordo nº 1 de Alcançe Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Décimo Segundo Protocolo Adicional. Brasil e Argentina.

Execução. Dispõe. Decreto nº 95.253, de 18 de novembro de 1987.

- Acordo nº 1 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Décimo Terceiro Protocolo Adicional. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.291, de 24 de novembro de 1987.
- Acordo nº 3 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Quinto Protocolo Modificativo. Brasil e Chile. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.080, de 23 de outubro de 1987.
- Acordo nº 10 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Sétimo Protocolo Adicional. Brasil e Colômbia. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.143, de 5 de novembro de 1987.
- Acordo nº 10 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Sexto Protocolo Adicional. Brasil e Colômbia. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.462, de 11 de dezembro de 1987.
- Acordo nº 35 de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980. Oitavo Protocolo Adicional. Brasil e Uruguai. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.071, de 21 de outubro de 1987.
- Acordo nº 2 de Complementação Econômica. Sétimo Protocolo Adicional. Brasil e Uruguai. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.072, de 21 de outubro de 1987.
- Acordo nº 7 de Complementação Econômica. Segundo Protocolo Adicional. Brasil e Argentina. Execução. Dispõe. Decreto nº 95.297, de 24 de novembro de 1987.

C

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

- Estatuto. Aprova. Decreto nº 95.572, de 22 de dezembro de 1987.
- Funcionamento permanente. Permissão. Concede. Decreto nº 95.028, de 13 de outubro de 1987.

CÂMARA DOS DEPUTADOS — V. Crédito Suplementar.

CANINHA 51 — INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA. — Trabalho noturno. Mulher. Maior de dezoito anos.

Autoriza. Decreto nº 95.503, de 17 de dezembro de 1987.

CAPITAL AUTORIZADO — Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRAS). Decreto nº 95.460, de 10 de dezembro de 1987.

CAPITAL SOCIAL

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Decreto nº 95.553, de 22 de dezembro de 1987.
- Centrais de Abastecimento do Paraná S/A (CEASA/PR). Decreto nº 95.070, de 21 de outubro de 1987.
- Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO). Decreto nº 95.024, de 9 de outubro de 1987.
- Companhia de Telefones do Rio de Janeiro (CETEL). Decreto nº 95.141, de 4 de novembro de 1987.
- Companhia Eletromecânica (CELMA). Decreto nº 95.190, de 11 de novembro de 1987.
- Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). Decreto nº 95.506, de 17 de dezembro de 1987.
- Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC). Decreto nº 95.141, de 4 de novembro de 1987.
- Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Decreto nº 95.310, de 1º de dezembro de 1987.
- Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Decreto nº 95.027, de 13 de outubro de 1987.
- Serviços de Eletricidade S.A. (LIGHT). Decreto nº 94.999, de 5 de outubro de 1987.
- Usiminas Mecânica S.A. Decreto nº 94.997, de 5 de outubro de 1987.

CAPTAÇÃO DE ÁGUAS

- Companhia de Água e Esgotos de Brasília/DF (CAESB). Rio Descoberto. Concessão. Outorga. Decreto nº 95.001, de 5 de outubro de 1987.
- Companhia de Água e Esgotos de Brasília/DF (CAESB). Volume de água. Altera. Decreto nº 95.243, de 16 de novembro de 1987.

CARREIRA AUDITORIA DO TESOUREIRO NACIONAL — Gratificação. Revoga. Decreto nº 95.256, de 18 de setembro de 1987.

- CARREIRA ORÇAMENTO — V. Regulamento.
- CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A. (CEASA/PR) — V. Capital Social.
- CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. (ELETROBRAS) — Estatuto. Alteração. Aprova. Decreto nº 95.000, de 5 de outubro de 1987.
- CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. (ELETRONORTE) — Rorário Oeste e Chapada dos Guimarães (MT). Aproveitamento da energia hidráulica. Concessão. Outorga. Decreto nº 95.517, de 18 de dezembro de 1987.
- CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE CUNHA MORAIS — V. Ministério da Marinha.
- CHILE — V. Atos Internacionais.
- CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO — V. Curso.
- CIÊNCIAS — V. Curso.
- CIÊNCIAS CONTÁBEIS — V. Curso.
- CIÊNCIAS ECONÔMICAS — V. Curso.
- CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA — Planos. Ministro da Aeronáutica. Competência. Delega. Decreto nº 95.218, de 13 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 16-11-87 e republicado no D.O. de 4-12-87).
- CÓDIGO DE MINERAÇÃO — V. Regulamento.
- COLÔMBIA — V. Atos Internacionais.
- COMISSÃO DE CARTOGRAFIA (COCAR) — Membros. Composição. Altera. Decreto nº 95.185, de 10 de novembro de 1987.
- COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE BIOTECNOLOGIA (CIET) — V. Ministério da Ciência e Tecnologia.
- COMISSÃO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS (CONASEM) — V. Ministério da Agricultura.
- COMISSÃO NACIONAL DO V CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA — Constituição. Altera. Decreto nº 95.576, de 23 de dezembro de 1987.
- COMITE DE LIMITES DE CRÉDITO — Cria. Decreto nº 95.364, de 4 de dezembro de 1987.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGROINDUSTRIAL (BRASAGRO) — V. Capital Social.
- COMPANHIA DE ÁGUA E ESCOTOS DE BRASÍLIA (CAESB) — V. Captação de Águas.
- COMPANHIA DE TELEFONES DO RIO DE JANEIRO (CETEL) — V. Capital Social.
- COMPANHIA GUATAPARA DE CELULOSE E PAPEL (CELPAG) — V. Programa de Privatização.
- COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO (CSIT) — V. Capital Social.
- COMPANHIA TELEFÔNICA DE BORDA DO CARMO (CTBC) — V. Capital Social.
- COMUNICAÇÃO SOCIAL — V. Curso.
- CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE) — Exercício do mandato. Retribuição. Dispõe. Decreto nº 95.031, de 13 de outubro de 1987.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (CDI) — V. Ministério da Indústria e do Comércio.
- CONSELHO DELIBERATIVO DO INAN — V. Ministério da Saúde.
- CONSELHO DE NÃO-FERROSOS E DE SIDERURGIA (CONSIDER) — V. Ministério da Indústria e do Comércio.
- CONSELHO INTERMINISTERIAL DE SALÁRIOS DE EMPRESAS ESTATAIS — Competência. Altera. Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987.
- Composição do Conselho. Altera. Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) — V. Regulamento.
- CORPO AUXILIAR FEMININO DA RESERVA DA MARINHA (CAFRM) — V. Ministério da Marinha.
- CRÉDITO ESPECIAL — Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios. Governo do Distrito Federal.
- Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 95.018, de 6 de outubro de 1987.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Câmara dos Deputados

Decreto nº 95.348, de 2 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.011, de 6 de outubro de 1987; 95.212, de 12 de novembro de 1987.

— Diversos Órgãos do Poder Executivo

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 95.556, de 22 de dezembro de 1987.

— Diversos Órgãos do Poder Judiciário

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.513, de 17 de dezembro de 1987; 95.556, de 22 de dezembro de 1987.

— Encargos Financeiros da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decretos nºs 95.010, de 6 de outubro de 1987; 95.040 e 95.041, de 14 de outubro de 1987; 95.149 e 95.150, de 6 de novembro de 1987; 95.284, de 23 de novembro de 1987; 95.352 e 95.353, de 2 de dezembro de 1987; 95.398, 95.399, 95.400 e 95.401, de 9 de dezembro de 1987; 95.417, 95.418, 95.443, 95.444, 95.445 e 95.446, de 10 de dezembro de 1987.

— Encargos Gerais da União

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decretos nºs 95.007, de 6 de outubro de 1987; 95.039 e 95.042, de 14 de outubro de 1987; 95.065, de 20 de outubro de 1987; 95.084, de 23 de outubro de 1987; 95.098 e 95.105, de 30 de outubro de 1987; 95.112, de 3 de novembro de 1987; 95.125, 95.127 e 95.140, de 4 de novembro de 1987; 95.146, 95.147 e 95.151, de 6 de novembro de 1987; 95.215, de 12 de novembro de 1987; 95.262, de 19 de novembro de 1987; 95.265, de 20 de novembro de 1987; 95.282, de 23 de novembro de 1987; 95.354, de 2 de dezembro de 1987; 95.360 e 95.362, de 3 de dezembro de 1987; 95.374, 95.383, 95.384, 95.386, 95.387 e 95.392, de 8 de dezembro de 1987; 95.414 e 95.415, de 10 de dezembro de 1987; 95.479, de 11 de dezembro de 1987; 95.515, de 17 de dezembro de 1987; 95.529, 95.532, 95.534 e 95.565, de 22 de dezembro de 1987; 95.573, de 23 de dezembro de 1987.

— Encargos Previdenciários da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decreto nº 95.231, de 13 de novembro de 1987.

— Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Decretos nºs 95.097, de 30 de outubro de 1987; 95.509, de 17 de dezembro de 1987.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Tribunal de Justiça do Distrito Federal - Justiça dos Territórios. Decreto nº 95.227, de 13 de novembro de 1987.

— Justiça do Trabalho

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.012, de 6 de outubro de 1987; 95.067, de 20 de outubro de 1987; 95.155, de 6 de novembro de 1987; 95.382, de 8 de dezembro de 1987.

Tribunal Regional do Trabalho. Decreto nº 95.439, de 10 de dezembro de 1987.

— Justiça Eleitoral

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.067, de 20 de outubro de 1987; 95.212, de 12 de novembro de 1987.

Tribunal Superior Eleitoral. Decreto nº 95.350, de 2 de dezembro de 1987.

— Justiça Federal de 1ª Instância

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 95.011, de 6 de outubro de 1987.

— Justiça Militar

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 95.212, de 12 de novembro de 1987.

Estado-Maior das Forças Armadas. Decretos nºs 95.066, de 20 de outubro de 1987; 95.382, de 8 de dezembro de 1987.

— Ministério da Aeronáutica

Decretos nºs 95.197 e 95.198, de 12 de novembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.008, de 6 de outubro de 1987; 95.053, de 19 de outubro de 1987; 95.145, de 6 de novembro de 1987; 95.269, de 20 de novembro de 1987; 95.325, de 2 de dezembro de 1987; 95.380, de 8 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-12-87 e republicado no D.O. de 21-12-87).

— Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Engenharia Agrícola. Decreto nº 95.156, de 6 de novembro de 1987.

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Decreto nº 95.379, de 8 de dezembro de 1987.

Departamento do Pessoal. Decreto nº 95.558, de 22 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.009, de 6 de outubro de 1987; 95.119, de 3 de novembro de 1987; 95.267, de 20 de novembro de 1987; 95.324, de 2 de dezembro de 1987; 95.376 e 95.391, de 8 de dezembro de 1987; 95.520, de 21 de dezembro de 1987; 95.535, de 22 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.030, de 13 de outubro de 1987; 95.233, de 13 de novembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.022, de 9 de outubro de 1987; 95.135, 95.136 e 95.137, de 4 de novembro de 1987; 95.327, de 2 de dezembro de 1987; 95.373, de 8 de dezembro de 1987; 95.511, de 17 de dezembro de 1987.

Secretaria Nacional de Cooperativismo. Decreto nº 95.323, de 2 de dezembro de 1987.

Secretaria Nacional de Produção Agropecuária (SNAP). Decreto nº 95.326, de 2 de dezembro de 1987.

— Ministério da Ciência e Tecnologia

Centro Tecnológico para Informática. Decreto nº 95.434, de 10 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.148, de 6 de novembro de 1987; 95.361, de 3 de dezembro de 1987; 95.393, de 8 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.268, de 20 de novembro de 1987; 95.381, de 8 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto nº 95.268, de 20 de novembro de 1987.

— Ministério das Comunicações

Administração Direta. Decreto nº 95.199, de 12 de novembro de 1987.

Departamento Nacional de Telecomunicações. Decretos nºs 95.447 e 95.448, de 10 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.520, de 21 de dezembro de 1987; 95.549, de 22 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.317, de 1º de dezembro de 1987; 95.569, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto nº 95.129, de 4 de novembro de 1987.

— Ministério da Cultura

Conselho Nacional de Direito Autoral. Decreto nº 95.530, de 22 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.132, de 4 de novembro de 1987; 95.152, de 6 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-11-87 e republicado no D.O. de 24-11-87); 95.200, de 12 de novembro de 1987; 95.289, de 24 de novembro de 1987; 95.441, de 10 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decreto nº 95.100, de 30 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 3-11-87 e republicado no D.O. de 4-11-87).

Gabinete do Ministro. Decreto nº 95.536, de 22 de dezembro de 1987.

Instituto de Promoção Cultural. Decreto nº 95.429, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria de Apoio à Produção Cultural. Decreto nº 95.430, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.430, de 10 de dezembro de 1987; 95.540, de 22 de dezembro de 1987.

— Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.014, de 6 de outubro de 1987; 95.119, de 3 de novembro de 1987; 95.332, de 2 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.144, de 5 de novembro de 1987; 95.328 e 95.329, de 2 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.095, de 29 de outubro de 1987; 95.221, de 13 de novembro de 1987; 95.330 e 95.331, de 2 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 3-12-87 e republicado no D.O. de 22-12-87); 95.449, de 10 de dezembro de 1987; 95.477 e 95.478, de 11 de dezembro de 1987; 95.531 e 95.554, de 22 de dezembro de 1987.

— Ministério da Educação

Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação. Decreto nº 95.090, de 28 de outubro de 1987.

Centro Nacional de Educação Especial. Decreto nº 95.091, de 28 de outubro de 1987.

Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Decreto nº 95.236, de 13 de novembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.102, de 30 de outubro de 1987; 95.203, de 12 de novembro de 1987; 95.333, 95.334, 95.335 e 95.336, de 2 de dezembro de 1987; 95.442, de 10 de dezembro de 1987; 95.493, de 15 de dezembro de 1987; 95.512, de 17 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 95.153, de 6 de novembro de 1987; 95.201 e 95.202, de 12 de novembro de 1987; 95.224, de 13 de novembro de 1987; 95.338 e 95.339, de 2 de dezembro de 1987; 95.369 e 95.371, de 8 de dezembro de 1987; 95.431 e 95.436, de 10 de dezembro de 1987; 95.546, 95.561, 95.564 e 95.571, de 22 de dezembro de 1987.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Decretos n.ºs 95.389, de 8 de dezembro de 1987; 95.432, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria de Educação Superior. Decreto n.º 95.494, de 15 de dezembro de 1987.

Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus. Decretos n.ºs 95.224, de 13 de novembro de 1987; 95.337, de 2 de dezembro de 1987; 95.436, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 95.389, de 8 de dezembro de 1987; 95.416, de 10 de dezembro de 1987; 95.494, de 15 de dezembro de 1987.

— Ministério do Exército

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.006, de 6 de outubro de 1987; 95.053, de 19 de outubro de 1987; 95.325, de 2 de dezembro de 1987; 95.380, de 8 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-12-87 e republicado no D.O. de 21-12-87); 95.388, de 8 de dezembro de 1987.

Secretaria de Economia e Finanças. Decretos n.ºs 95.015, de 6 de outubro de 1987; 95.034 e 95.036, de 14 de outubro de 1987; 95.223 e 95.229, de 13 de novembro de 1987; 95.435, de 10 de dezembro de 1987; 95.541 e 95.542, de 22 de dezembro de 1987.

— Ministério da Fazenda

Decreto n.º 95.231, de 13 de novembro de 1987.

Departamento do Pessoal. Decreto n.º 95.340, de 2 de dezembro de 1987.

Escola de Administração Fazendária. Decreto n.º 95.228, de 13 de novembro de 1987.

Gabinete. Decreto n.º 95.433, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria da Receita Federal. Decretos n.ºs 95.230, de 13 de novembro de 1987; 95.283, de 23 de novembro de 1987; 95.370, de 8 de dezembro de 1987; 95.440, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 95.013, de 6 de outubro de 1987; 95.138, de 4 de novembro de 1987; 95.538 e 95.551, de 22 de dezembro de 1987.

— Ministério da Indústria e do Comércio

Decreto n.º 95.537, de 22 de dezembro de 1987.

Departamento Nacional de Registro do Comércio. Decreto n.º 95.841, de 2 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.131, de 4 de novembro de 1987; 95.207, de 12 de novembro de 1987; 95.226, de 13 de novembro de 1987; 95.342 e 95.343, de 2 de dezembro de 1987; 95.555, de 22 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 95.017, de 6 de outubro de 1987; 95.038, de 14 de outubro de 1987; 95.118, de 3 de novembro de 1987; 95.405, de 9 de dezembro de 1987; 95.495, de 15 de dezembro de 1987; 95.539, de 22 de dezembro de 1987; 95.574, de 23 de dezembro de 1987.

Secretaria de Tecnologia Industrial. Decretos n.ºs 95.168, de 6 de novembro de 1987; 95.427, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 95.020, de 7 de outubro de 1987; 95.263 e 95.264, de 20 de novembro de 1987; 95.377, de 8 de dezembro de 1987; 95.402 e 95.403, de 9 de dezembro de 1987.

— Ministério do Interior

Diversas Unidades. Decretos n.ºs 95.208, de 12 de novembro de 1987; 95.235, de 13 de novembro de 1987; 95.385, de 8 de dezembro de 1987; 95.535, de 22 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 95.130, de 4 de novembro de 1987; 95.204 e 95.209, de 12 de novembro de 1987; 95.286 e 95.287, de 24 de novembro de 1987; 95.407, de 9 de dezembro de 1987; 95.454, de 10 de dezembro de 1987; 95.568, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 95.019, de 7 de outubro de 1987; 95.021, de 8 de ou-

tubro de 1987; 95.114 e 95.115, de 3 de novembro de 1987; 95.306, de 27 de novembro de 1987; 95.363, de 3 de dezembro de 1987; 95.390, de 8 de dezembro de 1987; 95.412, de 9 de dezembro de 1987; 95.451 e 95.454, de 10 de dezembro de 1987; 95.566, de 22 de dezembro de 1987.

— **Ministério da Justiça**

Arquivo Nacional. Decreto nº 95.116, de 3 de novembro de 1987.

Departamento de Imprensa Nacional. Decretos nºs 91.101, de 30 de outubro de 1987; 95.116, de 3 de novembro de 1987.

Departamento de Polícia Federal. Decretos nºs 95.210, de 12 de novembro de 1987; 95.551, de 22 de dezembro de 1987.

Departamento Penitenciário Nacional. Decreto nº 95.154, de 6 de novembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.117, de 3 de novembro de 1987; 95.155, de 6 de novembro de 1987; 95.382, de 8 de dezembro de 1987; 95.513, de 17 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto nº 95.154, de 6 de novembro de 1987.

— **Ministério da Marinha**

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.006, de 6 de outubro de 1987; 95.053, de 19 de outubro de 1987; 95.145, de 6 de novembro de 1987; 95.269, de 20 de novembro de 1987; 95.325, de 2 de dezembro de 1987; 95.380, de 8 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-12-87 e republicado no D.O. de 21-12-87).

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.139, de 4 de novembro de 1987; 95.419, de 10 de dezembro de 1987; 95.567 e 95.570, de 22 de dezembro de 1987.

— **Ministério das Minas e Energia**

Conselho Nacional do Petróleo. Decreto nº 95.222, de 13 de novembro de 1987.

Departamento Nacional da Produção Mineral. Decretos nºs 95.063, de 20 de outubro de 1987; 95.226, de 13 de novembro de 1987.

Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Decretos nºs 95.123, de 4 de novembro de 1987; 95.378, de 8 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.035, de 14 de outubro de 1987; 95.272, de 20 de novembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.062, de 20 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 21-10-87 e republicado no D.O. de 24-11-87); 95.063, de 20 de outubro de 1987.

— **Ministério da Previdência e Assistência Social**

Departamento de Administração. Decreto nº 95.299, de 25 de novembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.388, de 8 de dezembro de 1987; 95.423, de 10 de dezembro de 1987; 95.526, de 21 de dezembro de 1987.

— **Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário**

Departamento de Administração. Decreto nº 95.428, de 10 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decreto nº 95.375, de 8 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-12-87 e republicado no D.O. de 22-12-87).

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.136, de 4 de novembro de 1987; 95.521 e 95.527, de 21 de dezembro de 1987.

— **Ministério das Relações Exteriores**

Decretos nºs 95.037, de 14 de outubro de 1987; 95.064, de 20 de outubro de 1987; 95.099 e 95.103, de 30 de outubro de 1987; 95.113, de 3 de novembro de 1987; 95.425, 95.426 e 95.453, de 10 de dezembro de 1987.

— **Ministério da Saúde**

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos nºs 95.078, de 22 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 23-10-87 e republicado no D.O. de 24-11-87); 95.211, de 12 de novembro de 1987; 95.388, de 8 de dezembro de 1987; 95.422, 95.423, de 10 de dezembro de 1987; 95.510, de 17 de dezembro de 1987; 95.522 e 95.525, de 21 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos nºs 95.205, de 12 de novembro de 1987; 95.559, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos nºs 95.133, de 4 de novembro de 1987; 95.206, de 12 de novembro de 1987; 95.316, de 1º de dezembro de 1987; 95.344, de 2 de dezembro de 1987; 95.437, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde. Decreto nº 95.134, de 4 de novembro de 1987.

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Decretos n.ºs 95.206, de 12 de novembro de 1987; 95.372, de 8 de dezembro de 1987.

— Ministério do Trabalho

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.009, de 6 de outubro de 1987; 95.211, de 12 de novembro de 1987; 95.388, de 8 de dezembro de 1987; 95.422, de 10 de dezembro de 1987; 95.525, de 21 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decreto n.º 95.128, de 4 de novembro de 1987.

Órgãos Regionais do Trabalho. Decreto n.º 95.285, de 24 de novembro de 1987.

— Ministério dos Transportes

Administração Direta. Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 95.082, de 23 de outubro de 1987.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Decreto n.º 95.456, de 10 de dezembro de 1987.

Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Decreto n.º 95.552, de 22 de dezembro de 1987.

Departamento do Pessoal. Decreto n.º 95.068, de 20 de outubro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.009, de 6 de outubro de 1987; 95.455, de 10 de dezembro de 1987; 95.548 e 95.549, de 22 de dezembro de 1987.

Empresa de Portos do Brasil S.A. Decreto n.º 95.456, de 10 de dezembro de 1987.

Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 94.992, de 1.º de outubro de 1987; 95.069, de 20 de outubro de 1987; 95.079, de 22 de outubro de 1987; 95.086, de 23 de outubro de 1987; 95.089, de 27 de outubro de 1987; 95.124 e 95.129, de 4 de novembro de 1987; 95.164, de 9 de novembro de 1987; 95.266, de 20 de novembro de 1987; 95.345, de 2 de dezembro de 1987; 95.408, 95.409, 95.410 e 95.411, de 9 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 10-12-87 e republicado no D.O. de 21-12-87); 95.450, de 11 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-12-87); 95.526, de 21 de dezembro de 1987; 95.528 e 95.533, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria-Geral. Decretos n.ºs 94.992, de 1.º de outubro de 1987; 95.163, de 9 de no-

vembro de 1987; 95.410, de 9 de dezembro de 1987; 95.477, de 11 de dezembro de 1987.

— Orçamento da União

Diversos Órgãos. Decretos n.ºs 95.273, de 20 de novembro de 1987; 95.368, de 8 de dezembro de 1987; 95.404 (publicado no D.O. de 10-12-87 e republicado no D.O. de 23-12-87) e 95.413, de 9 de dezembro de 1987; 95.424, de 10 de dezembro de 1987; 95.550 e 95.563, de 22 de dezembro de 1987.

— Poder Judiciário

Diversos Órgãos. Decretos n.ºs 95.214, de 12 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 13-11-87 e republicado no D.O. de 16-11-87); 95.232, de 13 de novembro de 1987.

— Poder Legislativo

Diversos Órgãos. Decretos n.ºs 95.214, de 12 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 13-11-87 e republicado no D.O. de 16-11-87); 95.232, de 13 de novembro de 1987.

— Presidência da República

Conselho de Segurança Nacional. Decretos n.ºs 95.008, de 6 de outubro de 1987; 95.157, de 6 de novembro de 1987; 95.514, de 17 de dezembro de 1987.

Conselho de Segurança Nacional. Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 95.234, de 13 de novembro de 1987.

Consultoria-Geral da República. Decreto n.º 95.281, de 23 de novembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.064, de 20 de outubro de 1987; 95.103, de 30 de outubro de 1987; 95.113, de 30 de novembro de 1987; 95.270, de 20 de novembro de 1987; 95.280, de 23 de novembro de 1987; 95.282, de 8 de outubro de 1987; 95.421, de 10 de dezembro de 1987; 95.543 e 95.555, de 22 de dezembro de 1987.

Estado-Maior das Forças Armadas. Decretos n.ºs 95.064, de 19 de outubro de 1987; 95.288, de 24 de novembro de 1987; 95.349, de 2 de dezembro de 1987; 95.544, de 22 de dezembro de 1987.

Gabinete. Decreto n.º 95.281, de 23 de novembro de 1987.

Ministério das Relações Exteriores. Decreto n.º 95.288, de 24 de novembro de 1987.

Secretaria de Administração Pública. Decretos n.ºs 95.271, de 20 de novembro de 1987; 95.346, de 2 de dezembro de 1987; 95.438, de 10 de dezembro de 1987.

Secretaria de Planejamento. Decreto n.º 95.560, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria de Planejamento. Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 95.066, de 20 de outubro de 1987; 95.104, de 30 de outubro de 1987; 95.213, de 12 de novembro de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Decreto n.º 95.347, de 2 de dezembro de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Entidades Supervisionadas. Decretos n.ºs 95.016, de 6 de outubro de 1987; 95.085, de 23 de outubro de 1987; 95.397, de 9 de dezembro de 1987; 95.420, de 10 de dezembro de 1987; 95.545 e 95.547, de 22 de dezembro de 1987.

Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação. Entidades Supervisionadas. Decreto n.º 95.083, de 23 de outubro de 1987.

— Senado Federal

Decreto n.º 95.562, de 22 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.011, de 6 de outubro de 1987; 95.212, de 12 de novembro de 1987; 95.513, de 17 de dezembro de 1987.

— Supremo Tribunal Federal

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.011, de 6 de outubro de 1987; 95.067, de 20 de outubro de 1987.

— Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios — Governo do Distrito Federal

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decretos n.ºs 95.126, de 4 de novembro de 1987; 95.415 e 95.452, de 10 de dezembro de 1987.

Tribunal de Contas da União

Decreto n.º 95.351, de 2 de dezembro de 1987.

Diversas Unidades Orçamentárias. Decretos n.ºs 95.011, de 6 de outubro de 1987; 95.067, de 20 de outubro de 1987; 95.557, de 22 de dezembro de 1987.

CURSO

Administração

Faculdade de Ciências e Informática. Curitiba (PR). Decreto n.º 95.491, de 14 de dezembro de 1987.

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco. Recife (PE). Decreto n.º 95.320, de 2 de dezembro de 1987.

Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. São Paulo (SP). Decreto n.º 95.241, de 13 de novembro de 1987.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Brasília (DF). Decreto n.º 95.182, de 10 de novembro de 1987.

— Administração de Sistemas de Informações

Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. São Paulo (SP). Decreto n.º 95.180, de 10 de novembro de 1987.

— Administração Rural

Faculdade de Ciências Administrativas e Comércio Exterior do Paraná. Curitiba (PR). Decreto n.º 95.318, de 2 de dezembro de 1987.

Ciência da Computação

Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo (SP). Decreto n.º 95.005, de 5 de outubro de 1987.

Ciências

Faculdade de Ciências e Letras de Avaré (SP). Decreto n.º 95.319, de 2 de dezembro de 1987.

Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras. Caçador (SC). Decreto n.º 95.004, de 5 de outubro de 1987.

— Ciências Contábeis

Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos (SP). Decreto n.º 95.238, de 13 de novembro de 1987.

Faculdade de Ciências Contábeis de Fátima do Sul (MS). Decreto n.º 95.121, de 4 de novembro de 1987.

— Ciências Econômicas

Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas. Sorocaba (SP). Decreto n.º 95.314, de 1º de dezembro de 1987.

— Comunicação Social

Faculdades Pinheiro Guimarães. Rio de Janeiro (RJ). Decreto n.º 95.315, de 1º de dezembro de 1987.

— **Desenho Industrial**

Faculdade de Tecnologia de Birigüi (SP). Decreto nº 95.312, de 1º de dezembro de 1987.

— **Direito**

Centro de Ensino Superior de Catalão (GO). Decreto nº 95.094, de 29 de outubro de 1987.

— **Educação Artística**

Faculdade de Música Santa Cecília, Pindamonhangaba (SP). Decreto nº 95.122, de 4 de novembro de 1987.

Enfermagem e Obstetrícia

Escola Superior de Enfermagem e Obstetrícia de Vassouras (RJ). Decreto nº 95.486, de 14 de dezembro de 1987.

— **Engenharia**

Faculdade de Engenharia de Alimentos de São Gonçalo (RJ). Decreto nº 95.178, de 10 de novembro de 1987.

— **Farmácia**

Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo, Goiânia (GO). Decreto nº 95.239, de 13 de novembro de 1987.

— **Fonoaudiologia**

Faculdade de Reabilitação do Norte do Paraná, Londrina (PR). Decreto nº 95.488, de 14 de dezembro de 1987.

— **Geografia**

Faculdade de Ciências e Letras de Avaré (SP). Decreto nº 95.319, de 2 de dezembro de 1987.

Faculdade de Educação e Geografia de Naviraí (MS). Decreto nº 95.490, de 14 de dezembro de 1987.

— **História**

Faculdade de Ciências e Letras de Avaré (SP). Decreto nº 95.319, de 2 de dezembro de 1987.

— **Letras**

Faculdade de Letras de Fátima do Sul (MS). Decreto nº 95.240, de 13 de novembro de 1987.

Matemática Aplicada à Informática

Faculdade de Ciências Contábeis e Administração Guerreiro Brito, Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.110, de 3 de novembro de 1987.

Faculdade de Informática de São Paulo (SP). Decreto nº 95.111, de 3 de novembro de 1987.

Pedagogia

Faculdade de Educação Antonio Augusto Reis Neves, Barretos (SP). Decreto nº 95.181, de 10 de novembro de 1987.

Faculdade de Educação, Ciências e Letras Positivo, Curitiba (PR). Decreto nº 95.179, de 10 de novembro de 1987.

Faculdade de Educação de Caraguatuba (SP). Decreto nº 95.489, de 14 de dezembro de 1987.

Faculdade de Educação de Naviraí (MS). Decreto nº 95.120, de 4 de novembro de 1987.

Instituto de Ensino Superior e Pesquisa, Divinópolis (MG). Decreto nº 95.045, de 15 de outubro de 1987.

Psicologia

Faculdade de Psicologia Padre Anchieta, Jundiaí (SP). Decreto nº 95.044, de 15 de outubro de 1987.

— **Tecnologia em Processamento de Dados**

Faculdade de Ciências e Informática, Curitiba (PR). Decreto nº 95.043, de 15 de outubro de 1987.

Faculdade de Informática Veiga da Almeida, Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.109, de 3 de novembro de 1987.

Faculdade de Tecnologia de Birigüi (SP). Decreto nº 95.312, de 1º de dezembro de 1987.

Faculdade de Tecnólogo em Processamento de Dados, Barretos (SP). Decreto nº 95.242, de 13 de novembro de 1987.

Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, São Paulo (SP). Decreto nº 95.487, de 14 de dezembro de 1987.

Instituto de Tecnologia de Governador Valadares (MG). Decreto nº 95.313, de 1º de dezembro de 1987.

CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO

- Criação, Proibição, Prorroga. Decreto nº 95.003, de 5 de outubro de 1987.

D

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO FEDERAL

Indulto. Concede. Decreto nº 95.290, de 24 de novembro de 1987.

- Penas. Reduz. Decreto nº 95.290, de 24 de novembro de 1987.

DESAPROPRIAÇÃO

Imóvel

- Campinas (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.254, de 18 de novembro de 1987.
- Duque de Caxias (RS). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.507, de 17 de dezembro de 1987.
- Sabará (MG). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.216, de 13 de novembro de 1987.

Imóvel Rural

- Araguatins (GO). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.250, de 17 de novembro de 1987.
- Barra (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.274, de 20 de novembro de 1987.
- Conceição do Araguaia (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.193, de 12 de novembro de 1987.
- Conceição do Araguaia (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.261, de 17 de novembro de 1987.
- Guarapuava (PR). Interesse social. Declara. Decretos nºs 95.186 e 95.189, de 10 de novembro de 1987.
- Itaguatins (GO). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.195, de 12 de novembro de 1987.
- Jacobina (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.321, de 2 de dezembro de 1987.
- Lago da Pedra (MA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.249, de 17 de novembro de 1987.
- Manoel Urbano (AL). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.188, de 10 de novembro de 1987.
- Morro do Chapéu (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.321, de 2 de dezembro de 1987.
- Nazaré (GO). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.194, de 12 de novembro de 1987.
- Nioaque (MS). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.358, de 3 de dezembro de 1987.
- Nova Iguaçu (RJ). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.996, de 5 de outubro de 1987.

- Paracatu (MG). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.356, de 3 de dezembro de 1987.
- Paulo Ramos (MA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.249, de 17 de novembro de 1987.
- Plácido de Castro (AC). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.577, de 23 de dezembro de 1987.
- Porto Seguro (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.322, de 2 de dezembro de 1987.
- Rio Maria (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.578, de 23 de dezembro de 1987.
- Senador Guimard (AC). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.577, de 23 de dezembro de 1987.
- União (PI). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.357, de 3 de dezembro de 1987.
- Xinguara (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.187, de 10 de novembro de 1987.
- Xinguara (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.196, de 12 de novembro de 1987.
- Xinguara (PA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.578, de 23 de dezembro de 1987.
- Xique-Xique (BA). Interesse social. Declara. Decreto nº 95.248, de 17 de novembro de 1987.

Terra

- Américo de Campos (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.051, de 16 de outubro de 1987.
- Anagé (BA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.061, de 19 de outubro de 1987.
- Diadema (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.049, de 16 de outubro de 1987.
- Francisco Dantas (RN). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto nº 95.311, de 1º de dezembro de 1987.
- Glória (BA). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto nº 95.060, de 19 de outubro de 1987.
- Goiânia (GO). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.107, de 3 de novembro de 1987.

- Guarulhos (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.050, de 16 de outubro de 1987.
- Igreja Nova (AL). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto nº 95.059, de 19 de outubro de 1987.
- Livramento de Nossa Senhora (BA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.365, de 8 de dezembro de 1987.
Municípios nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.058, de 19 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 20-10-87 e republicado no D.O. de 21-10-87).
- Nova Crixás (GO). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.046, de 16 de outubro de 1987.
- Parnaíba (PI). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.275, de 23 de novembro de 1987.
- Patrocínio Paulista (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.052, de 16 de outubro de 1987.
- Pau dos Ferros (RN). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto nº 95.311, de 1º de dezembro de 1987.
- São Francisco do Oeste (RN). Utilidade pública e interesse social. Declara. Decreto nº 95.311, de 1º de dezembro de 1987.
- São Paulo (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.047, de 16 de outubro de 1987.
- São Paulo (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.048, de 16 de outubro de 1987.
- Tremendal (BA). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.061, de 19 de outubro de 1987.

Terreno

- Nazaré (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.108, de 3 de novembro de 1987.
- Santos (SP). Utilidade pública. Declara. Decreto nº 95.506, de 17 de dezembro de 1987.

DIREITO — V. Curso.

E

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA — V. Curso.

EMPRESAS NUCLEARES BRASILEIRAS S.A. (NUCLEBRAS) — V. Capital Autorizado.

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
V. Crédito Suplementar.

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO — V. Crédito Suplementar.

ENERGIA HIDRÁULICA — V. Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); Jari Energética S.A. (JESA).

ENFERMAGEM E OBSTETRICIA — V. Curso.

ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO Crédito Suplementar. Concessão. Revoga. Decreto nº 95.476, de 11 de dezembro de 1987.

F

FARMÁCIA — V. Curso.

FONOAUDIOLOGIA — V. Curso.

FORÇAS ARMADAS

- Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais. Tabelas de Etapas. Aprova. Decreto nº 95.406, de 9 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 9-12-87 e republicado no D.O. de 11-12-87).
- Serviço Militar Inicial. Plano geral de convocação/1989. Aprova. Decreto nº 95.173, de 10 de novembro de 1987.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR (FACR) — V. Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA).

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
— Rede Nacional de Hospitais da Medicina do Aparelho Locomotor. Cria. Decreto nº 95.298, de 25 de novembro de 1987.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) — Fundação Abrigo do Cristo Redentor (FACR). Incorporação. Dispõe. Decreto nº 95.033, de 14 de outubro de 1987.

FUNDAÇÃO MUSEU DO CAFÉ — Estatuto. Aprova. Decreto nº 95.162, de 6 de novembro de 1987.

G

GEOGRAFIA — V. Curso.

GIOVANI MORACCHIOLI — V. Aquisição de imóvel.

GRUPO ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS — V. Ministério das Minas e Energia.

GRUPO TÉCNICO INTERMINISTERIAL.
DE ALTO NÍVEL V. Ministério do
Interior.

H

HISTÓRIA — V. Curso.

I

IMÓVEL — V. Desapropriação.

IMPOSTO DE RENDA — Operações de
Caráter Cultural. Regulamento. Nova
redução. Aprova. Decreto nº 95.485, de
14 de dezembro de 1987.

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUS-
TRIALIZADOS (IPI)

- Alíquotas. Redução. Altera. Decreto nº
95.169, de 6 de novembro de 1987.
- Alíquotas. Reduz. Decreto nº 95.032, de
14 de outubro de 1987.
- Tabela de Incidência. Alíquotas. Reduz.
Decreto nº 95.484, de 14 de dezembro de
1987.

INDENIZAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
DE GABINETE Valores. Reajusta.
Decreto nº 95.367, de 8 de dezembro de
1987.

INSTITUTO DE PESQUISA DA MARI-
NHA Regulamento. Revoga. Decreto
nº 95.502, de 17 de dezembro de 1987.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRA-
SIL (IRB) — Estatutos. Altera. Decreto
nº 95.081, de 23 de outubro de 1987.

INSTITUTO JURÍDICO DAS TERRAS
RURAIS (INTER) — Tabela Perma-
nente. Função de confiança DAS.
Cria. Decreto nº 95.161, de 6 de novem-
bro de 1987.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUI-
SAS DA AMAZÔNIA — V. Ministério
da Ciência e Tecnologia.

J

JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E
DOS TERRITÓRIOS — V. Crédito Su-
plementar.

JUSTIÇA DO TRABALHO V. Crédito
Suplementar.

JUSTIÇA ELEITORAL — V. Crédito Su-
plementar.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
— V. Crédito Suplementar.

JUSTIÇA MILITAR — V. Crédito Suple-
mentar.

JARI ENERGETICA S.A. (JESA) — Ma-
zagão (AP) e Almeirim (PA). Aproveita-
mento da energia hidráulica. Concessão.
Outorga. Decreto nº 95.518, de 18 de de-
zembro de 1987.

L

LOTERIA ESPORTIVA FEDERAL Bi-
lhete de apostas. Prêmios. Altera. De-
creto nº 95.029, de 13 de outubro de 1987.

M

MÉXICO — V. Atos Internacionais.

MICROEMPRESAS — Limite da Receita
bruta. Critério de enquadramento. Esta-
belece. Decreto nº 95.184, de 10 de no-
vembro de 1987.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA — V.
Código Brasileiro de Aeronáutica; Cré-
dito Suplementar; Oficiais da Força Aé-
rea Brasileira.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Comissão Nacional de Sementes e Mu-
das (CONASEM). Composição. Altera.
Decreto nº 95.023, de 9 de outubro de
1987.

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNO-
LOGIA

— Comissão Interministerial de Biotech-
nologia (CIBT). Cria. Decreto nº 95.177, de
10 de novembro de 1987.

— Instituto Nacional de Pesquisas da Ama-
zônia (INPA). Dispositivos. Altera. De-
creto nº 95.237, de 13 de novembro de
1987.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES —
V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA CULTURA — V. Crédi-
to Suplementar.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

— Plano Único de Classificação e Retribui-
ção de cargos e empregos. Dispõe. De-
creto nº 94.993, de 2 de outubro de 1987
(publicado no D.O. de 5-10-87 e republi-
cado no D.O. de 8-10-87).

— V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO EXERCÍTO — V. Crédi-
to Suplementar; Oficiais do Exército.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

- Analista e Técnico de Finanças e Controle, Carreira. Dispõe. Decreto nº 95.076, de 22 de outubro de 1987.
- Quadro Permanente. Servidor. Readaptação. Dispõe. Decreto nº 95.508, de 17 de dezembro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE

- Competência. Dispõe. Decreto nº 95.075, de 22 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 23-10-87 e republicado no D.O. de 4-11-87).
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

- Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Membro. Ministro de Estado da Agricultura. Inclui. Decreto nº 95.174, de 10 de novembro de 1987.
- Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER). Membro. Ministro de Estado da Agricultura. Inclui. Decreto nº 95.175, de 10 de novembro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

- Grupo Técnico Interministerial de Alto Nível. Cria. Decreto nº 95.482, de 14 de dezembro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - V. Crédito Suplementar.**MINISTÉRIO DA MARINHA**

- Centro de Instrução «Almirante Cunha Moreira». Extingue. Decreto nº 95.055, de 19 de outubro de 1987.
- Quartel de Marinheiros. Reorganiza. Decreto nº 95.057, de 19 de outubro de 1987.
- Regulamento para o Quartel de Marinheiros. Revoga. Decreto nº 95.055, de 19 de outubro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

- Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Objetivos. Natureza. Características. Altera. Decreto nº 95.246, de 17 de novembro de 1987.

Serviços públicos de energia elétrica. Normas gerais de tarifação. Altera. Decreto nº 95.459, de 10 de dezembro de 1987.

V. Crédito Suplementar.**MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

- Estrutura básica. Dispõe. Decreto nº 95.074, de 21 de outubro de 1987 (publicado no D.O. de 22-10-87 e republicado no D.O. de 23-10-87).
- Tabela Permanente. Função de Confiança - DAS. Cria. Decreto nº 95.160, de 6 de novembro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - V. Crédito Suplementar.**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

- Conselho Deliberativo do INAN. Órgão de deliberação coletiva de 2º grau. Classifica. Decreto nº 95.276, de 23 de novembro de 1987.

V. Crédito Suplementar.**MINISTÉRIO DO TRABALHO**

- Quadro Permanente. Readaptação e Inclusão. Dispõe. Decreto nº 95.026, de 13 de outubro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - V. Crédito Suplementar.**N****NAVIO ROBERT D. CONRAD - V. Pesquisa Científica.****O****OFICIAIS DA FORÇA AEREA BRASILEIRA - Efetivos. Altera. Decreto nº 95.219, de 13 de novembro de 1987.****OFICIAIS DO EXERCÍCIO - Efetivos. 1988. Fixa. Decreto nº 95.492, de 15 de dezembro de 1987 (publicado no D.O. de 16-12-87 e republicado no D.O. de 18-12-87).****OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Redação. Altera. Decreto nº 95.364, de 4 de dezembro de 1987.****ORÇAMENTO DA UNIÃO - V. Crédito Suplementar.****ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - Reserva de contenção orçamentária. Cria. Decreto nº 95.523, de 21 de dezembro de 1987.****ORDENANÇA GERAL PARA O SERVIÇO DA ARMADA - Nova redação.**

Aprova. Decreto nº 95.480, de 13 de dezembro de 1987.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

- Convenção nº 81. Decreto nº 41.721/57. Revigora. Decreto nº 95.461, de 11 de dezembro de 1987.
- Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio. Denúncia pública. Revoga. Decreto nº 95.461, de 11 de dezembro de 1987.

P

PEDAGOGIA — V. Curso.

PESQUISA CIENTÍFICA — Navio "Robert D. Conrad". Norte-americano. Autorização. Concede. Decreto nº 95.366, de 8 de dezembro de 1987.

PISO NACIONAL DE SALÁRIO — V. Política Salarial.

PLANO DE CONTAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA — V. Ministério das Minas e Energia.

PODER JUDICIÁRIO — V. Crédito Suplementar.

PODER LEGISLATIVO — V. Crédito Suplementar.

POLÍTICA SALARIAL

Piso Nacional de Salários. Valor. Reajusta. Decretos nºs 95.092, de 29 de outubro de 1987; 95.307, de 30 de novembro de 1987; 95.579, de 29 de dezembro de 1987.

- Salário Mínimo de Referência. Valor. Reajusta. Decretos nºs 95.093, de 29 de outubro de 1987; 95.308, de 30 de novembro de 1987 e 95.580, de 29 de dezembro de 1987.

PREÇOS MÍNIMOS — V. Produto Agrícola.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Regimento dos Gabinetes. Aprova. Decreto nº 95.575, de 23 de dezembro de 1987.
- V. Crédito Suplementar.

PRODUTO AGRÍCOLA — Safra de 1987/1988. Financiamento. Preços mínimos. Fixa. Decreto nº 95.457, de 10 de dezembro de 1987.

PROGRAMA DE BOLSAS DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE ENSINO 1988. Condição de bolsistas. Define. De-

creto nº 95.475, de 11 de dezembro de 1987.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO — Companhia Guataparã de Celulose e Papel (CELPA). Inclui. Decreto nº 95.142, de 4 de novembro de 1987.

PROGRAMA RUAS EM PAZ — Implementação. Prazo. Prorroga. Decreto nº 95.394, de 8 de dezembro de 1987.

PSICOLOGIA — V. Curso.

Q

QUADRO DE PESSOAL DA CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA — Aprovar. Ministro da Aeronáutica. Competência. Delega. Decreto nº 95.309, de 1º de dezembro de 1987.

QUARTEL DE MARINHEIROS — V. Ministério da Marinha.

R

RADIODIFUSÃO

- ACD Sistema de Rádio e Televisão Ltda. Araxá (MG). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.395, de 8 de dezembro de 1987.

- Edinnol — Empresa Divulgadora Novo Nordeste Ltda. Arapiraca (AL). Concessão. Outorgada. Renova. Decreto nº 95.463, de 11 de dezembro de 1987.

- Fundação Cristã Educativa. Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.994, de 5 de outubro de 1987.

- Fundação de Radiodifusão Educativa de Uberlândia (MG). Serviço. Autoriza. Decreto nº 95.481, de 14 de dezembro de 1987.

- Fundação João Paulo II. Cachoeira Paulista (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.470, de 11 de dezembro de 1987.

- Gaspar Radiodifusão Limitada. Itiquira (MT). Concessão. Outorga. Decreto nº 94.995, de 5 de outubro de 1987.

- Gaspar Radiodifusão Limitada. São José do Rio Claro (MT). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.472, de 11 de dezembro de 1987.

- Rádio Alvorada Ltda. Monção (MA). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.468, de 11 de dezembro de 1987.

- Rádio Ampère Ltda. Ampère (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.171, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Boa Esperança Ltda. Padre Marcos (PI). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.355, de 2 de dezembro de 1987.
- Rádio Cantagalo de Jaicós Ltda. Jaicós (PI). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.305, de 25 de novembro de 1987.
- Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho Ltda. (SC). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.257, de 19 de novembro de 1987.
- Rádio Clube de Bocaiúva Ltda. Bocaiúva (MG). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.294, de 24 de novembro de 1987.
- Rádio Cristal Ltda. Marmeleiro (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.166, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Cruzeiro de Pedro II Ltda. Pedro II (PI). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.396, de 9 de dezembro de 1987.
- Rádio Cultura de Andará Ltda. Andará (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.169, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Cultura de Cândido de Abreu Ltda. (PR). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.471, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Cultura de Iporá Ltda. Iporá (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.168, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Diário de Presidente Prudente Ltda. (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.473, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Difusora Serra dos Cristais Ltda. Cristalina (GO). Concessão. Renova. Decreto nº 95.258, de 19 de novembro de 1987.
- Rádio Difusora Ubiratanense Ltda. Ubitatã (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.170, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Educadora de Belém Ltda. Belém de São Francisco (PE). Decreto nº 95.467, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Educadora de Loanda Ltda. (PR). Concessão outorgada. Renova. Decreto nº 95.465, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Educadora de Montes Claros Ltda. Montes Claros (MG). Concessão. Renova. Decreto nº 95.260, de 19 de novembro de 1987.
- Rádio Educadora Marechal Ltda. Marechal Cândido Rondon (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.261, de 19 de novembro de 1987.
- Rádio e Televisão Rio Negro Ltda. Manaus (AM). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.466, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Jornal de Assis Chateaubriand Ltda. Assis Chateaubriand (PR). Concessão. Renova. Decreto nº 95.167, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio Karajás Ltda. João Lisboa (MA). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.474, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Patu de Senador Pompeu Ltda. Senador Pompeu (CE). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.296, de 24 de novembro de 1987.
- Rádio Pioneira de Formosa Ltda. Formosa D'Oeste (PR). Concessão outorgada. Renova. Decreto nº 95.501, de 16 de dezembro de 1987.
- Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda. Iturama (MG). Concessão outorgada. Renova. Decreto nº 95.464, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Porto Feliz Ltda. Mondaiá (SC). Concessão. Renova. Decreto nº 95.259, de 19 de novembro de 1987.
- Rádio Primavera de Itapuranga Ltda. (GO). Transferência. Autoriza. Decreto nº 94.994, de 5 de outubro de 1987.
- Rádio Progresso de Souza Ltda. Souza (PB). Concessão outorgada. Revoga. Decreto nº 95.499, de 16 de dezembro de 1987.
- Rádio Progresso de Souza Ltda. Souza (PB). Concessão. Renova. Decreto nº 95.172, de 9 de novembro de 1987.
- Rádio República de Morro Agudo Ltda. Morro Agudo (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.295, de 24 de novembro de 1987.
- Rádio San Thiago Dantas Ltda. Chopinzinho (PR). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.293, de 24 de novembro de 1987.
- Rádio Sorriso Ltda. Sorriso (MT). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.469, de 11 de dezembro de 1987.
- Rádio Tangará Ltda. Tangará da Serra (MT). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.087, de 23 de outubro de 1987.
- Rádio Vanguarda de Santa Luzia Ltda. Santa Luzia (MA). Concessão. Outorga.

- Decreto nº 95.497, de 16 de dezembro de 1987.
- Rádio Veranense de Veranópolis (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 95.217, de 13 de novembro de 1987.
 - Rádio Veredas de Unai Ltda. Unai (MG). Concessão outorgada. Renova. Decreto nº 95.498, de 16 de dezembro de 1987.
 - Sociedade Acreana de Comunicação Fronteira Ltda. Rio Branco (AC). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.496, de 15 de dezembro de 1987.
 - Sociedade de Radiodifusão Independente de Cruz Alta Ltda. Cruz Alta (RS). Concessão. Renova. Decreto nº 95.165, de 9 de novembro de 1987.
 - Sociedade Zona Sul de Comunicações Ltda. Capão do Leão (RS). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.483, de 14 de dezembro de 1987.
 - Televisão Jovem Pan Ltda. São Paulo (SP). Concessão. Outorga. Decreto nº 95.458, de 10 de dezembro de 1987.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. (RFFSA) - V. Capital Social.

REDE NACIONAL DE HOSPITAIS DA MEDICINA DO APARELHO LOCOMOTOR - V. Fundação das Pioneiras Sociais.

REGIÃO DO BRASIL CENTRAL - Desenvolvimento e Integração. Grupo de Trabalho. Cria. Decreto nº 95.096, de 29 de outubro de 1987.

REGULAMENTO

- Carreira Orçamento. Transposição de servidor. Altera. Decreto nº 95.256, de 18 de novembro de 1987.
 - Carreira Orçamento. Transposição de servidor. Decreto nº 95.077, de 22 de outubro de 1987.
 - Código de Mineração. Dispositivos. Modifica. Decreto nº 95.002, de 5 de outubro de 1987.
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Nova redação. Aprova. Decreto nº 94.998, de 5 de outubro de 1987.
- Corpo de Oficiais da Reserva do Exército. Dispositivos. Altera. Decreto nº 95.220, de 13 de novembro de 1987.
 - Operações de caráter cultural. Benefícios fiscais. Nova redação. Aprova. Decreto nº 95.485, de 14 de dezembro de 1987.

- Polícia militar e Corpo de Bombeiros militares. Altera. Decreto nº 95.073, de 21 de outubro de 1987.

- Regulamento de Promoções de Graduados do Exército. Altera. Decreto nº 95.516, de 18 de dezembro de 1987.

- V. Instituto de Pesquisa da Marinha; Ministério da Marinha; e Vale-Transporte.

REGULAMENTO DE PROMOÇÕES DE GRADUADOS DO EXÉRCITO - V. Regulamento.

REGULAMENTO PARA O QUARTEL DE MARINHEIROS - V. Ministério da Marinha.

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LONDRES - Organismos Internacionais. Missão Diplomática. Transformação. Dispõe. Decreto nº 95.301, de 25 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-2-87).

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM VIENA - Missão Diplomática. Transformação. Dispõe. Decreto nº 95.302, de 25 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-2-87).

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL JUNTO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO) - Missão Diplomática. Transformação. Dispõe. Decreto nº 95.300, de 25 de novembro de 1987 (publicado no D.O. de 26-11-87 e republicado no D.O. de 24-12-87).

RESERVA DE CONTENÇÃO ORÇAMENTÁRIA - V. Orçamento Geral da União.

S

SALÁRIO MÍNIMO DE REFERÊNCIA - V. Política Salarial.

SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. (LIGHT) - V. Capital Social.

SISTEMA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SINPAS) - Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social. Competência. Delega. Decreto nº 95.191, de 12 de novembro de 1987.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - Projetos de irrigação. Ressarcimento de investi-

mentos. Altera. Decreto nº 95.192, de 12 de novembro de 1987.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB) — Servidores. Requisição. Dispositivos. Altera. Decreto nº 95.504, de 17 de dezembro de 1987.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — V. Crédito Suplementar.

SENADO FEDERAL — V. Crédito Suplementar.

T

TABELA DE FATORES DE CONVERSÃO — Região Antártica. Inclui. Decreto nº 95.252, de 18 de novembro de 1987.

TECNOLOGIA EM PROCESSAMENTO DE DADOS — V. Curso.

TERRA — V. Desapropriação.

TERRENO — V. Desapropriação.

TESOURO NACIONAL — Exercício de 1988. Programação e execução orçamentária e financeira. Normas. Estabelece. Decreto nº 95.519, de 21 de dezembro de 1987.

TRABALHO NOTURNO — V. Caninha 51 — Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.

TRANSFERÊNCIA A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS — V. Crédito Especial; Crédito Suplementar.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO — V. Crédito Suplementar.

URUGUAI — V. Atos Internacionais.

USIMINAS MECÂNICA S.A. — V. Capital Social.

U

UTILIDADE PÚBLICA

— Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel. Caicó (RN). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

— Aldeias Cristãs SOS de Juiz de Fora (MG). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— **AMAR** — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação. Curitiba (PR). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

Asilo Padre João Anesi. Campina Verde (MG). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

— Associação Cristã de Casais. São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

— Associação de Costura Meimei (ACOSTUMEI). Ribeirão Preto (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Adamantina (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Boa Esperança (MG). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Carazinho (RS). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Contagem (MG). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cachoeira Paulista (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caratinga (MG). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carlos Barbosa. Carlos Barbosa (RJ). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catanduva (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Criciúma (SC). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Francisco Beltrão (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Getúlio Vargas (RS). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibatí (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

— Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joinville (SC). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de José Bonifácio (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Miracema (RJ). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paloni (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Patrocínio (MG). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pederneiras (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal. Espírito Santo do Pinhal (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Feliz (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Joaquim da Barra (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Miguel do Oeste (SC). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Sertãozinho (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal. Brasília (DF). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Maranhão. Coroatá (MA). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Paranaguá (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Pouso Alegre (MG). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação Provedora da Escola de Educação Familiar Rural de Castro. Castro (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem. Jundiá (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Casa da Criança de Torrinha. Torrinha (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Casa de Caridade e Cultura João XXIII. Campinas (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Casa de São Vicente de Paulo. Mogi das Cruzes (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Centro de Reabilitação Neurológica Infantil. Cacoal (RO). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Clube da Soda Hélio Brandão. Curitiba (PR). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Congregação das Filhas de Maria Missionárias. Santo Anastácio (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Creche Santa Clara de Assis. Araçatuba (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Cruzada Paroquial de Assistência. São José dos Campos (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Escola Profissional de São Vicente de Paulo. Sacramento (MG). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Fraterno Auxílio Cristão. Orlandia (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Fundação Cloé-Misael Cardoso Pinto Filho. Extrema (MG). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Fundação Industrial para Menores (FINE). Pires do Rio (GO). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil. Sorocaba (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Instituição Beneficente Casa da Passagem. Itapeçerica da Serra (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Instituição Beneficente «Lar de Maria». Santo André (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

- Instituto Brasileiro de Controle do Câncer — IBCC. São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Instituto Consuelo Pinheiro. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Lar Cantinho Feliz. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Lar da Criança de Marília. Marília (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Lar Nossa Senhora das Graças. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Lar Redenção. São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Lar São Vicente de Paulo. Tatui (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Múltipla Ação Regional Comunitária (MARCO). São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- «Nosso Ninho» Terezinha Maria Auxiliadora. Araraquara (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Núcleo Promocional Robert Koch — NUPROM. Piracicaba (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Obra Filantrópica e Missionária de Assistência Social «Betânia». Ferraz de Vasconcelos (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Obras de Assistência Social São Rafael. Núcleo Bandeirante (DF). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Obras Educacionais e Sociais «Frei Luiz Amigo». São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Obra Social Cidade de Deus. Rio de Janeiro (RJ). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Recanto do Vovô. Birigui (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Salão Comunitário Nossa Senhora Aparecida de Cajuru. Cajuru (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Sociedade Brasileira de Genética. São Paulo (SP). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.

- Sociedade de Assistência aos Mendigos de Caruaru. Caruaru (PE). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.
- Sociedade de São Vicente de Paulo de Dolores do Indaiá. Dolores do Indaiá (MG). Decreto nº 95.025, de 13 de outubro de 1987.
- Solar Dr. Bezerra de Menezes. Aracatuba (SP). Decreto nº 95.244, de 16 de novembro de 1987.

V

VALE-TRANSPORTE — Regulamento. Aprova. Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

Z

ZONA FRANCA DE MANAUS — Importações/1987. Limite global. Amplia. Decreto nº 95.176, de 10 de novembro de 1987.

ÍNDICE DO APENSO

A

ADMINISTRAÇÃO — V. Curso.

C

CENTRO DE TV DO CECOR — V. Presidência da República.

CRÉDITO ESPECIAL

— Encargos Financeiros da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decreto nº 94.912, de 18 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 21-9-87 e republicado no D.O. de 13-10-87).

— Encargos Gerais da União

Recursos sob Supervisão da Secretaria de Planejamento/PR. Decreto nº 94.949, de 24 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 25-9-87 e republicado no D.O. de 15-10-87).

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Encargos Financeiros da União

Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda. Decreto nº 94.901, de 17 de setembro de 1987 (publicado no D.O. de 18-9-87 e republicado no D.O. de 13-10-87).

CURSO

— **Administração**

Faculdade de Ciências da Computação
Cristo-Rei, Ponta Grossa (PR). Decreto nº
94.985, de 30 de setembro de 1987.

— **Pedagogia**

Faculdade de Ciências e Letras de Araras
(SP). Decreto nº 94.986, de 30 de setembro
de 1987.

D

DESAPROPRIAÇÃO

Imóvel

- João Pessoa (PB). Utilidade pública.
Declara. Decreto nº 94.856, de 8 de se-
tembro de 1987 (publicado no D.O. de
9-9-87 e republicado no D.O. de 10-11-87).
- Porto Alegre (RS). Utilidade pública.
Declara. Decreto nº 94.251, de 22 de abril
de 1987 (publicado no D.O. de 23-4-87 e
republicado no D.O. de 17-11-87).

Terra

- Municípios do Estado de Minas Gerais.
Utilidade pública. Declara. Decreto nº
94.984, de 30 de setembro de 1987.

E

ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
— V. Crédito Especial; Crédito Suple-
mentar.

ENCARGOS GERAIS DA UNIAO — V.
Crédito Especial.

F

**FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUS-
MÃO (FUNAG)** — Estatuto. Aprova.
Decreto nº 94.973, de 25 de setembro de
1987 (publicado no D.O. de 28-9-87 e re-
publicado no D.O. de 6-10-87).

I

IMÓVEL — V. Desapropriação.

M

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO — Quadro
Permanente. Funções de Confiança.
Criação e transformação. Dispõe. Decre-
to nº 94.166, de 1º de abril de 1987 (pu-
blicado no D.O. de 2-4-87 e republicado
no D.O. de 14-12-87).

P

**PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CI-
PO (MG)** — V. Desapropriação (Mu-
nicípios do Estado de Minas Gerais).

PEDAGOGIA — V. Curso.

PISO NACIONAL DE SALÁRIO — Valor.
Reajusta. Decreto nº 94.989, de 30 de se-
tembro de 1987.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

— **Centro de TV do CECOR**

Denominação. Altera. Decreto nº 94.987,
de 30 de setembro de 1987.

— **Gabinete**

Pessoal de Apoio. Funções. Dispõe. De-
creto nº 94.988, de 30 de setembro de
1987.

**PROGRAMA DE AÇÃO GOVERNAMEN-
TAL** — V. Secretaria de Planejam-
to/PR.

S

SALÁRIO MINIMO DE REFERÊNCIA

- Valor. Reajusta. Decreto nº 94.990, de 30
de setembro de 1987.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/PR
— Programa de Ação Governamental.
Período 1987/91. Aprova. Decreto nº
94.991, de 30 de setembro de 1987.

T

TERRA — V. Desapropriação.



*Esta obra foi composta e impressa no
Departamento de Imprensa Nacional,
SIG – Quadra 6 – Lote 800 –
Brasília – DF – CEP 70604,
em abril de 1988*